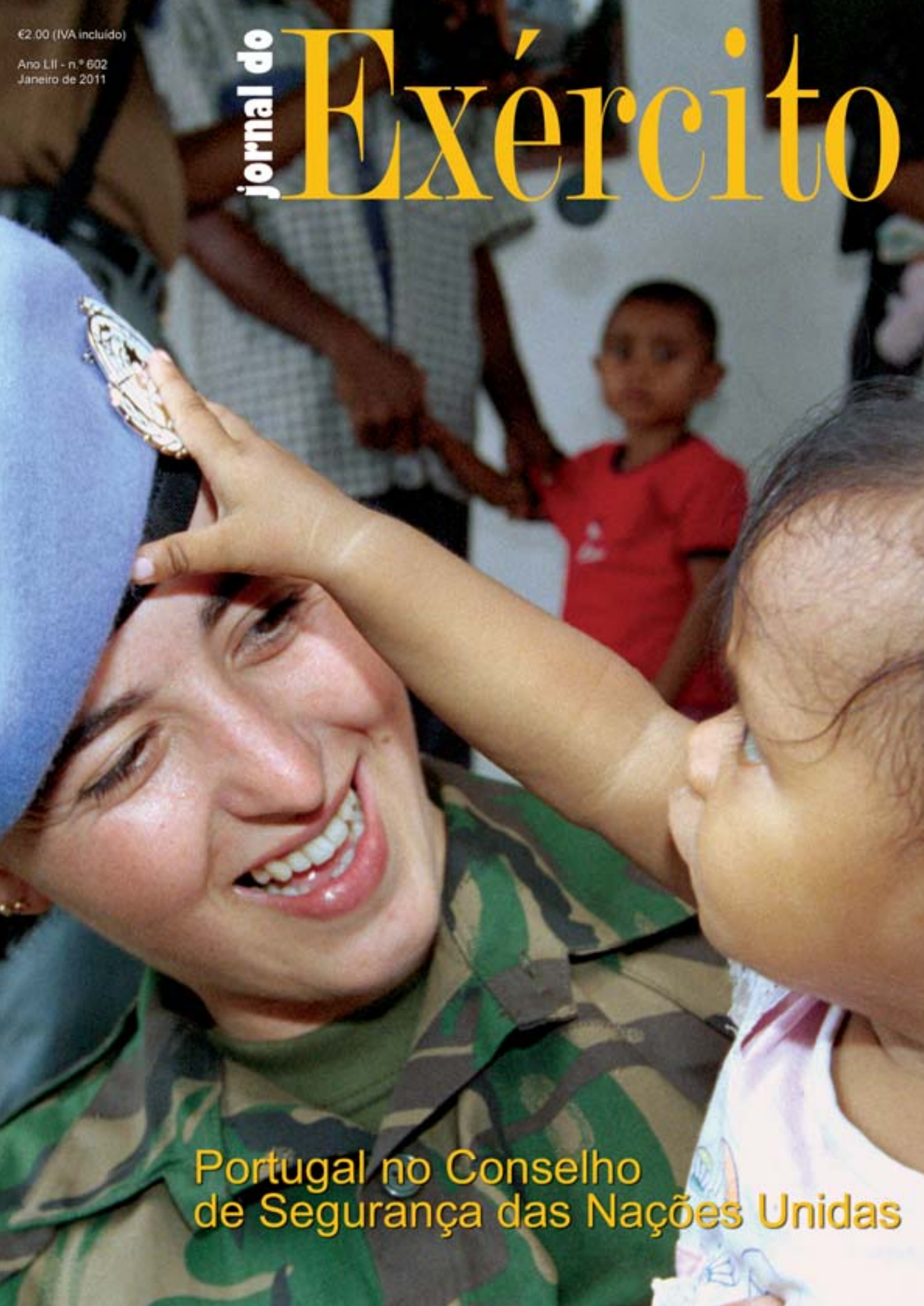
€2.00 (IVA incluído)

Ano LII - n.º 602
Janeiro de 2011

jornal do Exército



Portugal no Conselho de Segurança das Nações Unidas

Sempre de **Acordo** consigo

No Santander Totta queremos ter uma relação privilegiada com os nossos Clientes através dos Protocolos Colectivos.
Por isso, criámos condições muito vantajosas de Crédito à Habitação (1) e Crédito Pessoal (2) com redução no *spread* da taxa de juro e isenção de comissões. Na domiciliação do seu ordenado tem, desde logo, acesso a uma Conta Ordenado que, entre outras vantagens, lhe oferece um seguro de responsabilidade civil até 5.000€ por ano ou a antecipação até 100% do seu ordenado líquido, com um limite máximo de 3.500€ (3), bem como um descoberto autorizado até 50% do saldo pontual de recursos, com o máximo de 5.000€ (3).
Beneficie ainda da isenção de juros no descoberto autorizado durante 2 dias por mês, pelo montante máximo de 100€.

(1) Exemplo para um Crédito de 200.000€, com relação financiamento/garantia de 60%, prazo de 40 anos, com verificação de condições de cross-selling. O valor da TAE indicado não inclui os prémios de Seguros. Comissão de Reembolso de 0,5% no regime de taxa variável e 2% se no regime de taxa fixa. TAE 4,838%. Euribor a 3 meses 4,423% (Março 2008) arredondada à milésima. TAN de 4,713% com *spread* aplicável de 0,29%.

(2) Excluindo todos os produtos de campanha. TAEG de 9,864% para um empréstimo de 50.000€ a 84 meses, TAN 8,5% e valor residual de 35%, para um Cliente que transfira o seu Crédito Pessoal e que preencha as condições especiais e de cross-selling inerentes ao produto. Não inclui o valor do prémio de seguro de vida. A prestação será revista trimestralmente de acordo com os produtos/serviços detidos em cada momento.

(3) Sujeito a decisão do balcão. A taxa de juro aplicável ao crédito e descoberto cumulativo por Domiciliação de Ordenado e por Saldo de Recursos que o Banco concede ao Cliente é, actualmente, de:
a) 12% ao ano se o saldo pontual de Recursos do Cliente for igual ou superior a €5.000, a que corresponde uma TAEG máxima de 13,22%,
b) 17,5% ao ano se o saldo pontual de Recursos do Cliente for inferior a €5.000, a que corresponde uma TAEG máxima de 19,80%.
c) O saldo a descoberto vence juros mensalmente, contados diariamente sobre o saldo em dívida, às taxa referidas no número anterior.
d) A base de cálculo dos juros é Act/365.

Vá já ao Santander Totta e informe-se.

Santander Totta

O Valor das Ideias

SANTANDER PRESENTE EM MAIS DE 40 PAÍSES

Jornal do Exército
ÓRGÃO DE INFORMAÇÃO, CULTURA E RECREIO DO EXÉRCITO PORTUGUÊS, CRIADO POR PORTARIA DE 14JUL60

Capa

Militares Portugueses ao serviço da ONU
UN Photo - Eskinder Debebe

Monumentos com História Militar – 4
Editorial – 5
Figuras e Factos – 8 a 14
200 Anos da Guerra Peninsular – 15
Ilda Fonseca uma Mulher D´Armas – 40
Livros – 42
Uniformes Militares – 44

As Companhias de Ordenanças no Arquipélago dos Açores – 16

Portugal no Conselho de Segurança – 32

A Fronteira da Pobreza e a Reserva Estratégica Alimentar – 24

Suplemento
Fernando Cavaleiro e a Operação Tridente

Os artigos publicados com indicação de autor são da inteira responsabilidade dos mesmos, não reflectindo, necessariamente, o pensamento da Chefia do Exército Português

PROPRIEDADE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
Direcção, Redacção e Administração: Largo de S. Sebastião da Pedreira, 1069-020 Lisboa, Telef: 213 567 700, Fax Civil: 213 567 791 Militar: 414 091, E-mail: jornal.do.exercito@mail.exercito.pt, jornal.exercito@sapo.pt, E-mail - Intranet: Jornal do Exército, Home page: www.exercito.pt **DIRECÇÃO - Director**: Coronel de Infantaria José Custódio Madaleno Geraldo; **Sub-Director:** Tenente-Coronel J. Pinto Bessa; **Secretária**: Ass. Téc. Teresa Felicíssimo. **REDACÇÃO** - **Chefe**: Tenente-Coronel J. Pinto Bessa; **Assistente de Redacção:** 1.º Sargento Anjos Das Neves; **Colaboradores**: Alferes RC Nelson Cavaco, Alferes RC Filipa Domingos, Dr. Mauro Matias; **Assistente Técnica** Elisa Pio, Guiomar Brito; **SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS** - **Chefe**: Tenente-Coronel Augusto Correia; **Auxiliares** Sargento-Ajudante João Belém, Sargento-Ajudante Luís Silva; **Assistente Técnica:** Joana Moita; Tânia Espirito Santo; **Revisor de texto**: Professor Doutor Eurico Gomes Dias; **COLABORAÇÃO FOTOGRÁFICA** - Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA, Centro de Audiovisuais do Exército RCRPP/GabCEME **EXECUÇÃO GRÁFICA** - PERES - SOCTIP Indústrias Gráficas, SA, Estrada Nac. 10, Km. 108,3 - Porto Alto, 2135-114 Samora Correia, Telef. 263 009 900 - Fax 263 009 999, acosta@peres-soctip.pt **Tiragem** - 6 000 exemplares **Depósito Legal** - nº 1465/82 **ISSN** - 0871/8598

Monumento aos Restauradores

Foto: Câmara Municipal de Lisboa

A Guerra da Restauração - a luta contra Espanha que durou 28 anos -, com o objectivo de resgatar a independência de Portugal do jugo de 60 anos de domínio castelhano, foi o mote para a edificação do monumento dedicado aos heróicos restauradores, na Avenida da Liberdade, em Lisboa.

Erigido em 28 de Abril de 1886, o acontecimento contou com a presença do Rei D. Luís "O Bom" e das autoridades eclesiásticas, civis e militares da época.

A vontade de construir o monumento já havia sido discutida 25 anos antes, em 1861, com a criação da Comissão Central 1º de Dezembro. Contudo, 10 anos depois, a ideia ganhou forma, partindo a iniciativa de um grupo de emigrantes portugueses no Rio de Janeiro.

Assim, com o auxílio do Governo e da Câmara Municipal de Lisboa, lançou-se a primeira pedra em 1875, partindo a iniciativa de um grupo de cidadãos. Foi custeado por subscrição pública, aberta em Portugal e no Brasil, e gerida por uma comissão, sob a presidência do Marquês Sá da Bandeira.

O monumento aos Restauradores foi edificado na praça dos Restauradores, onde nasce a primeira artéria lisboeta. Tanto a Praça como o monumento devem o seu nome aos homens que, em 1640, foram os responsáveis pelo término do domínio Filipino em Portugal.

O monumento é da autoria de António Tomás da Fonseca e, as estátuas alegóricas (Independência e Vitória), da autoria de José Simões de Almeida e Alberto Nunes.

O monumento consta de um obelisco, com cerca de 30 metros de altura, e apresenta na sua base duas estátuas de bronze a simular movimento: o génio da Independência e, na face norte, o génio da Vitória.

Na base do pedestal estão gravados os nomes e as datas das principais batalhas da Restauração: Linha de Elvas (1659), Ameixial (1663), Castelo Rodrigo (1664), e Montes Claros (1665).

Alferes RC Nelson Cavaco

INFORMAR PARA BEM SERVIR

O *Jornal do Exército* [JE] regozija-se por editar no número de Janeiro, do corrente ano, o último episódio do projecto "Grandes Comandantes e Batalhas do Exército Português", da autoria de três oficiais do Exército, Tenente-Coronel Abílio Lousada, Major Luís Escorrega e Major Menezes, com ilustrações peculiares e interessantes das 19 Batalhas tratadas, da autoria do pintor Salvador Ferreira. Este trabalho inédito e interessante, tendo em conta a grandeza da História de Portugal e do Exército Português, tem sido partilhado de forma ininterrupta ao longo de 20 meses, desde Abril de 2009 a Janeiro de 2011. Decorrente de um adequado enquadramento histórico, os autores seleccionaram 19 Batalhas e 19 Comandantes, desde a Batalha de Ourique, em 1139, comandada por D. Afonso Henriques, em plena luta pela fundação da nacionalidade, até à Operação Tridente comandada pelo Tenente-Coronel Fernando Cavaleiro, em 1964, no decorrer das últimas campanhas de Portugal em África, iniciadas há 50 anos.

Numa altura em que a pobreza assume destaque no contexto da Segurança Mundial, o JE publica o artigo "A Fronteira da Pobreza e a reserva Estratégica Alimentar", da autoria do insigne Professor Doutor Adriano Moreira, o qual nos convida à leitura e à reflexão. Para o Presidente da Academia das Ciências "a restauração do valor da confiança na relação do estado com a sociedade civil continua a ser a maior exigência dos dias de hoje." Uma exigência imperativa num país em que esse valor está "gravemente empobrecido", reforçando que, só desta forma, será possível "mobilizar as vontades dos cidadãos para que não se agravem as carências nem os temores."

Mas, Portugal é um fazedor de paz. As Forças Armadas Portuguesas, em geral, e o Exército, em particular, têm contribuído de forma singular para a Paz no Mundo. Neste sentido, é com satisfação que, no mês em que se celebra o Dia Mundial da Paz, o JE publica um artigo da autoria da Mestre Mónica Ferro intitulado "Portugal no Conselho de Segurança das Nações Unidas," sobre esta temática.

O *Jornal do Exército* apresenta-se aos nossos leitores com um novo aspecto gráfico, num esforço de modernização que visa a criação de uma dinâmica informativa ainda mais forte e mais alargada, consentânea com as realidades actuais, que fomente o conhecimento da realidade do Exército, reforçando a sua imagem junto das Forças Armadas e da Sociedade.

José Custódio Madaleno Geraldo
Coronel de Infantaria

MILICIA
WWW.MILICIAPRO.COM

AO SERVIÇO DOS PROFISSIONAIS

ASP · 5.11 TACTICAL SERIES · SAFARILAND · BLACKHAWK! PRODUCTS GROUP · TASER Protect Life

ABA · SECOND CHANCE · SAVVY ARMOR FOR WOMEN · FIRST CHOICE ARMOR With you. For life. · PROTECH

SAM MEDICAL PRODUCTS · MyClyns · TACTICAL MEDICAL SOLUTIONS · CELOX Controls life-threatening bleeding fast · DEFENSE TECHNOLOGY

MAXPEDITION HARD USE GEAR · CAMELBAK · BCB INTERNATIONAL · EBERLESTOCK

PELI · ESS Eye Safety Systems, Inc. · BATES · INOVA

BIANCHI · Crimson Trace · SUREFIRE · 911EP

LIBERVIT MANUFACTURER · HATCH · Marlow · QUIKSTEP ladder · ADVENTURE LIGHTS

Fisher Labs METAL DETECTORS · TASMANIAN TIGER · TULMAR TACTICAL · LANSKY SHARPENERS · SAT

projectina · FORENSICS SOURCE · STOP STICK

CONTINUAMOS A CRESCER...

Conheça todas os produtos disponíveis em www.miliciapro.com

Todas as marcas registadas apresentadas são representadas em Portugal pela Milícia - Bens de Segurança e Tecnologias Militares, Lda. Com sede na Rua de Entreparedes, 11 | 4000-198 Porto
Tlf. +351 22 208 31 30 | Fax. +351 22 208 86 11 | email: milicia@miliciapro.com | Web: www.miliciapro.com

CROSSBOW™

A PROTECÇÃO BALÍSTICA FOI REINVENTADA

MILICIA
WWW.MILICIAPRO.COM

disponível em
www.miliciapro.com

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

- Lentes balísticas em policarbonato com 2,4mm de espessura.
- Armação Tri-Tech™, permite um ajuste sempre perfeito e garante a ausência de pontos de pressão.
- Tratamento ClearZone™, resistente aos riscos e com propriedades anti-embaciantes.
- Mecanismo DedBolt™ para substituição rápida das lentes, mantém a lente firmemente segura.
- Tecnologia ESSOPTICS™, garante a máxima visibilidade, livre de distorções ao longo de todo o campo de visão.
- Fornecidos com duas lentes adicionais.
- 100% de protecção contra raios UVA/UVB.
- Permite a colocação de lentes correctivas, através de um acessório vendido separadamente.

STANDARDS DE PROTECÇÃO BALÍSTICA

Os óculos Crossbow™ obedecem aos seguintes standards:

CE EN 166 FT K N, US Federal OSHA,
ANSI Z87.1+ and US MIL SPEC MIL-PRF-31013

CORES

Armação: Preto

Lentes Disponíveis: Escura, Transparente e amarela de alta resolução.

PRODUTO

- Crossbow™ 3LS: Imagem do Kit fornecido

ESS™

Todas as marcas registadas são propriedade da Eye Safety Systems, Inc. representada em Portugal pela Milicia - Bens de Segurança e Tecnologias Militares, Lda. Com sede na Rua de Entreparedes, 11 | 4000-198 Porto

Comemorações do Armistício

Presidida pelo Ministro da Defesa Nacional (MDN), Professor Doutor Augusto dos Santos Silva, decorreram, no dia 13 de Novembro, no Forte do Bom Sucesso, junto ao Monumento dos Combatentes do Ultramar, as cerimónias comemorativas do 92.º aniversário do Armistício, do 36.º aniversário do fim da Guerra do Ultramar e do 87.º aniversário da fundação da Liga dos Combatentes.

"A evocação de dois momentos de paz e do aniversário da instituição, que nasceu para colmatar problemas resultantes dos dois momentos de guerra" – foi assim que iniciou a sua intervenção o Presidente da Liga dos Combatentes, Tenente-General Chito Rodrigues, perante diversas individualidades onde se destacaram o Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, Tenente-General Mário de Oliveira Cardoso, o Chefe de Estado-Maior da Força Aérea, General PilAv Luís Araújo e os representantes do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, do Chefe do Estado-Maior da Armada, do Comandante-Geral da GNR e do Director Nacional da PSP, bem com os embaixadores de França e de Angola, representantes diplomáticos da Rússia e Hungria, assim como os Adidos de Defesa acreditados em Portugal.

Presentes, também, muitos Directores-Gerais, Generais, Tenente-Generais e Vice-Almirantes, um representante do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, vários presidentes de diversas associações, entre muitos presidentes de núcleos da Liga dos Combatentes, com as suas delegações e porta-guiões.

O orador convidado, Professor Doutor Eduardo Marçal Grilo, proferiu uma importante intervenção subordinada ao tema "Educação, Forças Armadas e o Combatente", tendo, a certo momento, defendido a importância da existência do Serviço Militar Obrigatório na educação para a cidadania.

Seguiu-se a intervenção do MDN, o qual mais uma vez salientou a missão indispensável da Liga dos Combatentes e o seu papel único na defesa dos valores e apoio aos combatentes carenciados.

A cerimónia prosseguiu com a recepção do estandarte do núcleo de Lillers, em França, fundado em 1929, entregue pela D.ª Felícia Peillaux, filha do combatente da I Grande Guerra, que desempenhou as funções de tesoureiro daquele núcleo e foi porta-guião da Liga em Lillers, tendo depois a Senhora Peillaux, assumido essa missão durante anos. O estandarte, que se encontrava na câmara de Lillers e onde passará a estar patente uma réplica, será integrado no Museu da Liga dos Combatentes.

Seguiu-se a cerimónia de Homenagem aos Mortos, tendo sido descerrados os nomes de três militares mortos nas missões de paz e humanitárias, um no Kosovo, outro na Costa do Marfim e um terceiro em Timor-Leste.

Ouvido o Hino da Liga executado pela Banda da Marinha, o ramo responsável pela organização militar da cerimónia, as forças em parada desfilaram em continência ao MDN.

Já no interior do Forte, na sala Aljubarrota, foram assinados os protocolos com o Centro de Apoio Jovem de Alcântara e com a Universidade do Minho.

Logo após, o Presidente da Liga dos Combatentes recebeu a condecoração *Flames of Memory* com que foi agraciado no Canadá, pela *Jewish War Veterans of Canada*.

Seguiu-se a visita às exposições, salientando-se a excelência de dois espaços, um evocativo do Exército e outro da Marinha, os quais passarão a estar abertos a título permanente, bem com a exposição didáctica da História da Aviação Militar Mundial, igualmente de carácter permanente.

As Janeiras no Pátio dos Canhões

À semelhança de anos anteriores e cumprindo a tradição, o dia de Reis, 6 de Janeiro, foi escolhido para o cantar das Janeiras, no Pátio dos Canhões, no Museu Militar. O evento que contou com a actuação dos Grupos Corais do Colégio Militar, Instituto de Odivelas e Instituto Militar dos Pupilos do Exército foi dirigido ao Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General José Pinto Ramalho e ao Conselho Superior do Exército.

Vestidos a rigor e de vozes afinadas as mais de duas dezenas de alunos dos três Estabelecimentos Militares de Ensino desejaram um Feliz Ano Novo ao CEME e a todos os presentes. Finda a actuação, o Chefe do Estado-Maior do Exército agradeceu os votos e deixou uma palavra de confiança e motivação aos alunos, para que os mesmos se empenhem nos estudos dignificando assim a instituição militar e contribuindo para uma melhor posição no ranking das escolas.

No final o General CEME presenteou os jovens com um lanche após o evento.

Dia do Serviço de Material e do Regimento de Manutenção

Teve lugar no Regimento de Manutenção (RMan), no dia 24 de Novembro, a cerimónia comemorativa do 54.º Aniversário do Serviço de Material e do 4.º Aniversário do Regimento de Manutenção, presidida pelo Chefe de Estado-Maior do Exército (CEME), General José Luís Pinto Ramalho.

O General CEME foi recebido pelo Quartel-Mestre-General, Tenente-General Joaquim Formeiro Monteiro, pelo Director de Material e Transportes, Major-General Gonçalves Ramos, e pelo Coronel Rodrigues Bastos, Comandante do Regimento.

A visita iniciou-se com as honras militares protocolares devidas ao Comandante do Exército, a que se seguiu uma sessão de cumprimentos no salão nobre, com a presença de todos os Oficiais, representantes de Sargentos, delegação de Praças e delegação de Funcionários Civis da Unidade.

Do programa da visita destaca-se a inauguração da nova oficina de manutenção para as VBR 8x8 Pandur, uma infra-estrutura que, pelas suas características ímpares, prestará um relevante contributo para que o Exército se afirme como uma instituição moderna e flexível. Esta moderna oficina, por analogia com a Direcção Geral de Material do Exército, materializa o acontecimento estratégico catalisador de um processo de racionalização, na área da Manutenção, semelhante ao ocorrido no domínio do Reabastecimento, o qual conduzirá a uma organização de manutenção melhor preparada para responder às necessidades actuais e futuras, num quadro de grandes restrições de recursos humanos e financeiros.

Precedida de um brifingue e exposição da obra efectuada pela Direcção de Infra-Estruturas do Exército, ao qual se seguiu o descerramento de placa comemorativa, realizou-se a demonstração de capacidades em ambiente oficinal, realizada pelo Batalhão de Manutenção, onde se apresentaram as principais tarefas e valências desta nova oficina da Companhia de Manutenção da Brigada de Intervenção, sediada no RMan, nomeadamente a aplicação do novo conceito de manutenção para as VBR 8x8 Pandur II. Este conceito estabelece que a manutenção assentará em três níveis, onde o nível II, da inteira responsabilidade da Companhia de Manutenção, compreenderá os trabalhos que, em anteriores conceitos, incluíam os 2.º e 3.º escalões de manutenção. Por outro lado, as Unidades Utilizadoras serão responsáveis pela execução do nível I de manutenção, de uma forma geral, correspondente ao 1.º escalão do antigo conceito. Este novo conceito acarretará um acréscimo de trabalhos de manutenção no nível II, pelo que decorre a necessidade de se proceder à concentração de meios em pessoal técnico qualificado, infra-estruturas, equipamentos, ferramentas e sobressalentes em larga escala nesta Companhia. Consequentemente, nas Unidades haverá uma significativa redução dos trabalhos de manutenção a realizar, o que terá implicação no efectivo de pessoal do Serviço de Material.

No fim da visita às instalações, teve lugar o almoço de confraternização com todos os militares da Unidade e os restantes militares e civis convidados. Após o almoço, ocorreu a cerimónia de assinatura do livro de honra e troca de lembranças que assinalou a visita do Comandante do Exército ao Regimento de Manutenção.

Dia do Museu Militar

Teve lugar nas Caves Manuelinas, do Museu Militar de Lisboa, a 10 de Dezembro, a comemoração do 159.º aniversário do Museu.

A Mesa de Honra foi presidida pelo Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, Tenente-General Mário de Oliveira Cardoso, ladeado pelo Director de História e Cultura Militar, Major-General Adelino Matos Coelho, e pelo Director do Museu Militar de Lisboa, Coronel Luís Paulo Correia Sodré de Albuquerque.

No decorrer da cerimónia foi imposta a Medalha de Mérito Militar, 4.ª Classe, ao Sargento-Chefe Amadeu José Neves Martins, pelas suas qualidades e virtudes militares.

As entidades convidadas tiveram a oportunidade de apreciar os painéis azulejares, de Manuel Gustavo Bordalo Pinheiro, que haviam sido recolocados, de assistir à inauguração da Sala das Bandeiras e à exposição "Subsídios para o desenvolvimento do Armamento Ligeiro de Portugal na segunda metade do Século XIX".

A cerimónia culminou com um tradicional "Porto de Honra".

Lançamento do livro "I Congresso Nacional de Segurança e Defesa"

No dia 14 de Dezembro, na Academia das Ciências de Lisboa, foi lançado o livro dedicado ao "I Congresso Nacional de Segurança e Defesa", em cerimónia presidida pelo Professor Doutor Adriano Moreira, Presidente da Academia e do Conselho Cientifico do Congresso, contando com a presença de uma vasta audiência, onde se destacava um elevado número de membros da Comissão de Honra, da Comissão Científica e da Comissão Organizadora do Congresso.

O referido Congresso, organizado conjuntamente pela AFCEA Portugal e *Revista Segurança e Defesa*, foi realizado no Centro de Congressos de Lisboa, nos dias 24 e 25 de Junho de 2010, e teve o alto patrocínio do Presidente da República, Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva.

A publicação agora editada é mais do que uma compilação das Actas do Congresso, pois deve ser considerada como o último acto das actividades programadas com o objectivo de promover a divulgação de contributos para o aprofundamento do estudo e da reflexão sobre os temas da Segurança Nacional, no seu sentido mais amplo.

Neste livro apresentam-se, numa primeira parte, informações sobre a organização, notas introdutórias, discursos de abertura e conclusões do Congresso. A segunda parte integra cerca de trinta textos de intervenções de oradores e conferencistas nas sessões plenárias e nas mesas redondas, distribuídos pelas quatro áreas temáticas seguintes: o património imaterial nacional; as responsabilidades nacionais na Europa e no mundo; capacidades e formas de intervenção; propostas para uma Estratégia de Segurança Nacional. São igualmente divulgados em suporte digital (CD agregado ao livro) mais de cinquenta comunicações submetidas ao Congresso em resposta ao apelo lançado pela organização (*call for papers*).

Esta obra, pelo reconhecido valor científico e actualidade das comunicações reunidas assim como pela elevada qualidade científica dos seus autores, merece lugar destacado nas bibliotecas das Escolas e Institutos Superiores, civis e militares, que se dedicam ao ensino da ciência política, da segurança e defesa e das relações internacionais.

Lançamento do livro *Hinos Patrióticos e Militares Portugueses*

Decorreu, a 22 de Novembro, nas Caves Manuelinas do Museu Militar de Lisboa, a cerimónia de lançamento do livro *Hinos Patrióticos e Militares Portugueses.*

Esta cerimónia, presidida pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho, contou com a presença dos seus autores, o Coronel de Artilharia Alberto Ribeiro Soares, o Tenente-Coronel de Artilharia Pedro Alexandre Marcelino Marquês de Sousa e o Major Chefe de Banda de Música Manuel Joaquim Ferreira da Costa. A apresentação da obra foi abrilhantada por um conjunto de músicos de câmara, os quais executaram três hinos, nomeadamente, o *Hino Patriótico da Nação Portuguesa,* da autoria de Marcos Portugal, que o escreveu em honra ao Príncipe D. João, em 1809; o *Hino Constitucional da Nação Portuguesa*, composto por D. Pedro de Alcântara (que viria a ser o rei D. Pedro IV), no Rio de Janeiro, em 1821; e o *Hino da Maria da Fonte*, música de

Ângelo Frondoni e letra de Paulo Midosi, composto em 1846.

A cerimónia terminou com o tradicional "Porto de Honra".

XIX Colóquio de História Militar

Decorreu nos dias 16, 17 e 18 de Novembro, no Palácio da Independência, em Lisboa, o XIX Colóquio de História Militar, subordinado ao tema, "100 Anos do Regime Republicano: Políticas, Rupturas e Continuidades". A sessão de abertura, no dia 16 de Novembro, foi presidida pelo Ministro da Defesa Nacional (MDN), Professor Doutor Augusto Santos Silva, contando com a presença na mesa de honra do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), General Luís Vasco Valença Pinto, do Presidente da Comissão Portuguesa de História Militar, Tenente-General Alexandre de Sousa Pinto, do Vice-Presidente da Direcção Central da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, Doutor Eugénio Ramos e do Tenente-General José Baptista Pereira.

O Tenente-General Sousa Pinto, na sua alocução, efectuou um balanço anual das actividades desenvolvidas pela Direcção de História e Cultura Militar e esclareceu os presentes sobre a programação de futuras actividades.

Seguidamente foram entregues pelo MDN o Prémio "Defesa Nacional 2009", o qual foi dado *ex-aequo* ao Sargento-Ajudante AdMil José Manuel Alves dos Santos e ao Doutor Sérgio Alexandre Solda da Silva Veludo Coelho.

O MDN, na sua alocução, realçou a "importância de se

conhecer o passado para poder construir o futuro", efectuando uma pequena resenha histórica sobre a implementação da República Portuguesa e elucidando os presentes sobre as lições apreendidas do passado.

O Colóquio de História Militar terminou com o dicurso de encerramento levado a efeito pelo General José Pinto Ramalho, Chefe do Estado-Maior do Exército .

78.º Aniversário do IGeoE

O Instituto Geográfico do Exército (IGeoE) celebrou o seu 78.º Aniversário, no passado dia 26 de Novembro, tendo presidido à cerimónia o General Quartel-Mestre-General, Tenente-General Joaquim Formeiro Monteiro.

Neste dia festivo pretendeu privilegiar-se a confraternização entre todos aqueles que dedicaram parte significativa da sua vida activa à ciência cartográfica. Este evento serviu, simultaneamente, para apresentar a realidade técnico-científica do Instituto às entidades militares e civis presentes, bem como evidenciar o contributo que o IGeoE presta à Cartografia Nacional e ao País.

Dando continuidade a uma longa tradição fortemente arreigada no espírito militar português, o Instituto desenvolveu um conjunto de actividades inseridas no contexto das comemorações, designadamente, o hastear da Bandeira Nacional, a recepção da Alta Entidade que presidiu à cerimónia, a alocução alusiva à efeméride pelo Director do Instituto, uma palestra proferida por um Oficial do IGeoE, subordinada ao tema "Apoio Geográfico a Operações Militares via *Web Services*", e a imposição de condecorações a militares que servem no Instituto.

O evento prosseguiu com a visita às instalações, durante a qual foi inaugurada a exposição denominada "Cursos e Percursos para o Mar Oceano…", patente ao público, até ao final do ano, no Museu da Cartografia. Esta exposição foi

efectuada em colaboração com a Direcção de Infra-Estruturas do Exército, e contou com a prestimosa coordenação técnica e científica da Professora Doutora Maria Helena Dias. A exposição foi complementada com o lançamento de uma publicação sob o mesmo título, a qual reúne um vasto conjunto de imagens cartográficas e corográficas representativas dos principais rios que percorrem o território nacional, bem como das várias obras de engenharia realizadas ao longo dos tempos para benefício de actividades económicas e das populações locais.

TABELA DE PREÇOS PARA 2011

PREÇO DE CAPA €2,00 **ASSINATURA ANUAL (11 números):** VIA SUPERFÍCIE - **Portugal Cont. Madeira e Açores** €20.00; VIA AÉREA - **Países europeus** €45,00; **Restantes Países** €65,00 NOTA**: As assinaturas devem ser pagas antecipadamente NÚMEROS ATRASADOS - 1960 a 1969** €4,50; **1970 a 1979** €4,00; **1980 a 1989** €3,00; **1990 a 2001** €2,50; **2002** a **2008** €2,00. Os preços incluem IVA à taxa de 5%

N.B.: Os pedidos de envio pelos CTT serão acrescidos de portes segundo os códigos postais: **1000/2000** €4,21; **3000/8000** €5,79; **Açores** e **Madeira** €6,56.

Cocktail de Adidos

Decorreu nas Caves Manuelinas, do Museu Militar de Lisboa, no dia 13 de Dezembro, o tradicional *Cocktail* de Natal de Adidos Militares, cerimónia que foi presidida pelo Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General José Luís Pinto Ramalho.

Em nome dos Adidos, o Coronel Pedro Banguine, Adido Militar de Moçambique, proferiu algumas palavras alusivas à cerimónia, a que se seguiu um breve discurso do CEME, no qual salientou o desejo de Boas Festas a todos os presentes.

Este encontro reforçou os laços profissionais entre os militares das várias nacionalidades representadas, que se concretizou pela confraternização entre os presentes e foi abrilhantado musicalmente através da execução de alguns temas clássicos, em órgão, pelo Sargento-Ajudante Miranda, da Banda Sinfónica do Exército.

Visita Natalícia ao Hospital Militar Principal

A tradicional visita do Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General José Luís Pinto Ramalho, ao Hospital Militar Principal, decorreu na manhã de 16 de Dezembro.

Na ocasião, o CEME aproveitou para desejar um Feliz Natal a todos aqueles que se encontravam hospitalizados e privados de passar a quadra natalícia junto dos seus. Ao mesmo tempo, transmitiu palavras de conforto e desejou rápidas melhoras, enquanto distribuiu pequenas lembranças entre os pacientes.

Companhia de Caçadores Especiais N.º 65 - 50.º Aniversário

Por ocasião do 50.º Aniversário da sua formação integral no então Centro de Instrução de Operações Especiais (Verão de 1960), a Companhia de Caçadores Especiais N.º 65 (Moçambique 1961-63) realizou, no passado dia 19 de Setembro, no Centro de Tropas de Operações Especiais (CTOE), o seu convívio anual, com um programa mais alargado dado o particular simbolismo da efeméride.

O numeroso grupo de ex-militares e seus familiares foi recebido pelo Comandante do CTOE, Coronel Sepúlveda Velloso, iniciando-se o programa com uma Cerimónia de Homenagem aos Mortos em Defesa da Pátria, com a deposição, no momento próprio, de uma coroa de flores. Seguiu-se o descerramento de uma placa evocativa da data e também de homenagem da Companhia ao CTOE. Após algumas palavras proferidas pelo Comandante do CTOE e por um representante da Companhia, foi celebrada uma missa na Igreja de Santa Cruz, em sufrágio dos militares já falecidos, pelo Padre (ex-Capelão Militar) Frederico Martins que, na altura, proferiu uma homilia que a todos tocou profundamente.

Como de costume, o programa terminou com um almoço em plena Serra das Meadas, que tantas recordações suscitou daquele Verão de 1960.

Pelo inestimável contributo para uma jornada inesquecível, a Companhia agradeceu ao CTOE, na pessoa do seu Comandante, o excelente e amigo acolhimento dispensado, assim como a colaboração do Padre Martins, e a presença e apoio do Presidente do Núcleo de Lamego, da Liga dos Combatentes, Major Pereira de Carvalho.

Dia do Conselho Superior de Disciplina do Exército

Comemorou-se, a 13 de Dezembro, no Palácio Vilalva, o dia festivo do Conselho Superior de Disciplina do Exército (CSDE), que comemorou o seu 113.º aniversário.

Esta cerimónia foi presidida pelo Presidente do Conselho Superior de Disciplina do Exército, Tenente-General Fernando Manuel Paiva Monteiro que, no seu discurso, relembrou a missão levada a cabo pelo CSDE, relevando que os méritos do trabalho desenvolvido no último ano têm que ser repartidos não só pelos três presidentes do Conselho como também por uma dezena de vogais, já que, nenhum dos actuais membros pertencia ao Conselho há um ano atrás.

No decorrer da cerimónia foram condecorados o Major Francisco Bicho, com a Medalha de Mérito Militar – 2.ª Classe, e o 1.º Cabo Emanuel Pacheco, com a Medalha de Comportamento Exemplar – Grau Cobre.

O CSDE remonta a 1896, data em que, por decreto, foi publicado o novo Regulamento de Disciplina do Exército, o qual desembocou no actual Conselho Superior de Disciplina do Exército.

Oficial do Exército defende tese de doutoramento

O Tenente-Coronel Francisco Leandro defendeu, no dia 22 de Dezembro de 2010, na Universidade Católica, a tese de doutoramento intitulada: "A responsabilidade penal dos chefes militares: uma segunda oportunidade."

O autor analisa a "responsabilidade directa e indirecta" dos chefes militares por "crimes de guerra em conflitos armados internacionais e não internacionais", a jurisdição universal para esses crimes, a relação entre a responsabilidade dos Estados e a individual, assim como entre a responsabilidade de comando e os crimes cometidos em cumprimento de ordens superiores.

Exposição de fotografia – Os Combatentes na I República

No dia 13 de Novembro foi inaugurada, no Forte do Bom Sucesso, junto à Torre de Belém, a exposição de fotografia "Os Combatentes na I República". Organizada pela Liga dos Combatentes e com o apoio do Centro de Audiovisuais do Exército, esta exposição retrata os combatentes portugueses na I República, durante a I Guerra Mundial, e estará em exibição no Forte do Bom Sucesso até 13 de Fevereiro de 2011.

Em Janeiro de 1917, Portugal marcava presença no conflito mundial, tendo destacado, para a Flandres, o Corpo Expedicionário Português (CEP) sob o comando do General Tamagnini. Esta força era constituída, inicialmente, por uma Divisão sob o comando do General Gomes da Costa e, posteriormente, por duas Divisões, com efectivos totais de 1551 oficiais e 38034 praças (os sargentos faziam, à época, parte da classe de praças). Só em Julho desse ano o CEP assumiria a responsabilidade de um pequeno sector na frente de combate. A dureza da vida nas trincheiras e a permanência exagerada dos efectivos nas mesmas afectaram o moral das tropas.

Em 9 de Abril de 1918, os alemães atacaram, em força, o sector português, data em que se estava a iniciar a rendição das tropas portuguesas. Considerando-se as circunstâncias, os militares portugueses bateram-se com bravura. Os resultados cifraram-se em cerca de 2000 mortos, 5000 feridos e 6000 prisioneiros. Durante o conflito, Portugal esteve também empenhado em África (Angola e Moçambique). Cerca de 50 150 homens participaram numa guerra cuja dureza ficou marcada por cerca de 4000 mortos em Moçambique (a maioria por doença) e 1000 mortos em Angola.

A cobertura fotográfica destes acontecimentos e da respectiva participação de Portugal, apresentada nesta exposição, são de autoria de dois fotojornalistas ao serviço de Portugal – Arnaldo Garcez e Joshua Benoliel.

Arnaldo Garcez, sócio e frequentador assíduo da Liga dos Combatentes (ponto de encontro de antigos combatentes e de muitos intelectuais marcantes na década de 1920: Aquilino Ribeiro, Reinaldo Ferreira, André Brun, Ramada Curto, Gago Coutinho, Mendes Cabeçadas, entre outros), condecorado com as ordens de Santiago, da Vitória e a Cruz de Guerra, enquanto "soldado fotógrafo", oferece nas suas fotografias um panorama rico e completo do dia-a-dia do mais humilde soldado, aos momentos de lazer, à convivência com os ingleses em cujo exército se integrava o CEP, sobressaindo-se também imagens chocantes da destruição de estradas, campos e casas, os batalhões a caminho da frente de combate, visitas de entidades oficiais, actuação das enfermeiras da Cruz Vermelha e desfiles do Exército Português nos Campos Elísios (14 de Julho de 1918). Estas riquíssimas imagens são ainda fonte histórica de primeiro plano para o estudo da participação portuguesa na I Guerra Mundial. Não esquecendo que Joshua Benoliel, considerado, por muitos, como o maior fotógrafo português do século XX e o criador, em Portugal, da reportagem fotográfica, apresenta nas suas fotografias em exibição o Exército Português que combateu na Flandres na I Guerra Mundial, através de um olhar muito particular e que caracteriza todo o seu trabalho, dado o intimismo e humanismo com que abordava os temas.

É ainda de salientar que o trabalho de recuperação fotográfica esteve a cargo do Coronel Conde Falcão.

Feira do Livro temática – A Guerra do Ultramar

O Museu Militar do Porto, de modo a preservar e divulgar a memória da História Militar nacional recente, especialmente no que respeita às Instituições e às Forças Militares terrestres, irá assinalar os 50 anos do início da "Guerra do Ultramar", [1961-1974], com a realização de uma mostra e feira do livro sobre a temática acima referida.

Foto: Engº José Roseira

Nesta feira participarão desde editoras, livrarias e órgãos de carácter militar.

A feira estará patente ao público no espaço expositivo do Museu (Pavilhão de Armas), de 15 a 28 de Fevereiro de 2011, com o seguinte horário: de Segunda a Sexta-feira, das 10H00 às 19H00; aos fins-de-semana, das 14H00 às 19H00.

Para mais informações: telefone: 225365514; *e-mail*: musmilporto@mail.exercito.pt

Inauguração do Circuito Alrota-Arpim

Foi inaugurado o Circuito Alrota-Arpim, do Reduto da Ajuda Grande e do Forte do Arpim das chamadas Linhas de Torres, em Bucelas, Concelho de Loures, a 27 de Novembro.

Este evento teve início com a Guarda de Honra ao Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar (SEDNAM), Dr. Marcos Perestrello, quem presidiu à cerimónia de inauguração. Estiveram presentes várias entidades civis e militares, de onde se destacam o Presidente da Câmara Municipal de Loures, Engenheiro Carlos Teixeira, o Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho, e a Embaixadora da Noruega, Dr.ª Inga Magistad.

Após as honras militares, as altas entidades dirigiram-se para o Salão Nobre da Junta de Freguesia de Bucelas, onde assinaram o Livro de Honra.

Seguidamente, decorreu a Sessão Solene, no Pavilhão Leonel Pires, onde intervieram oficialmente o SEDNAM, a Embaixadora da Noruega e o Presidente da Câmara Municipal de Loures.

A cerimónia culminou com a inauguração do circuito citado, que se materializou no Reduto da Ajuda Grande, onde foi descerrada a placa inaugural, numa homenagem ao esforço das populações na edificação do sistema militar.

O circuito Alrota-Arpim, integrado na Rota Histórica das Linhas de Torres, integra os redutos da Ajuda Grande, da Ajuda Pequeno e o Forte do Arpim, cuja função estratégica assentava no facto de constituírem pontos de ligação entre as duas linhas defensivas. Este percurso apresenta uma majestosa paisagem rural, onde estas fortificações foram implantadas de forma expedita e através do aproveitamento dos recursos naturais. A terra prensada ou em taipa militar foi muito utilizada na construção das muralhas e nas estruturas interiores. O uso da pedra está presente nas construções, essencialmente nas entradas das canhoeiras e das escarpas, ainda que algumas destas estruturas sejam cobertas por construções em terra. Ainda foram usadas estruturas em madeira, especialmente nas plataformas que apoiavam as bocas-de-fogo e em paliçadas exteriores e interiores.

Esta rota está inserida no projecto *Euroscapes*, o qual visa garantir a concepção e definição de um novo modelo de gestão das paisagens naturais e culturais, que sirva de instrumento de referência e recomendação de políticas para a gestão de paisagens.

Texto e fotografia:
Tenente-Coronel Manuel Augusto de Faria

As Companhias de Ordenanças no Arquipélago dos Açores[1]

> A segurança dos Açores, principalmente das três ilhas com maior importância geoestratégica pelos seus portos, passou a ser uma questão de Estado, vital no projecto nacional nascido dos Descobrimentos

Durante o período de povoamento dos Açores, enquanto as Flores e o Corvo constituíam um senhorio distinto, as restantes ilhas foram administradas pelos capitães do donatário, o duque de Viseu. Embora não se levantassem, então, grandes questões de segurança, tal era, naturalmente, da responsabilidade do donatário, ou do seu capitão ou lugar-tenente.

A abertura da rota do Cabo por Vasco da Gama e o subsequente *achamento* do Brasil, bem como a chegada à América [ou Novo Mundo] de Cristóvão Colombo ao serviço de Espanha, criando, a partir de então, novos espaços geográficos vitais de comércio atlântico, em especial, para os estados ibéricos, levaram o corso internacional aos mares açorianos.

Numa primeira fase, a segurança das frotas ibéricas em viagem de retorno com passagem obrigatória pelas ilhas açorianas ou seus mares, quer pela localização estratégica do arquipélago, quer pelos sistemas de ventos e correntes marítimas do Atlântico Norte, fez-se no mar, pelo envio para os pontos de convergência das rotas marítimas intercontinentais a oeste das Flores e do Corvo, de armadas das coroas de Portugal e de Espanha, frequentemente defendendo os interesses comuns. Em meados do século XVI, porém, surgiram indícios muito concretos de que o corso começava a ameaçar a própria segurança das ilhas e das suas populações, tornadas

fundamentais como porto de abrigo das frotas contra tempestades e ataques inimigos, e como posto de reabastecimento e manutenção das naus. A segurança dos Açores, principalmente das três ilhas com maior importância geoestratégica pelos seus portos – Terceira, São Miguel e Faial –, passou a ser uma questão de Estado, vital no projecto nacional nascido dos Descobrimentos, levando D. João III, e depois a regência a ordenar medidas tendentes à organização da defesa local. É assim que, em 1552, o capitão-donatário de S. Miguel, Manuel da Câmara, foi mandado recolher à sua Capitania[2] para montar um sistema defensivo, quer organizando as populações em corpos de milícia, quer construindo uma linha fortificada ao longo da costa nos locais de mais fácil acesso.

A estrutura militar montada em 1554 por Manuel da Câmara, provavelmente inspirada na organização militar levantada em Espanha pelos Reis Católicos e já indiciada em Portugal no reinado de D. João III (Agosto de 1549), consistia na formação de bandeiras com cerca de duzentos e cinquenta homens cada, em Ponta Delgada, Vila Franca, Ribeira Grande e Rabo de Peixe. Cada bandeira era comandada por um capitão com seu alferes e sargentos, nomeados pelo capitão-donatário entre os mais nobres das vilas e da cidade. Para efeitos de instrução militar, Manuel da Câmara trouxe consigo João Fernandes de Grada, como sargento-mor, e para projectar a fortificação, nomeadamente o forte de S. Brás, Isidoro de Almeida. Trouxe, ainda, o armamento ligeiro e de artilharia indispensável, cujo pagamento seria suportado pelos proventos da Fazenda Real. Especificamente para a defesa da costa, foi dado àquele capitão, para ser implantado em S. Miguel, o Regimento das Vigias, datado de 22 de Dezembro de 1553, impondo a colocação de vigias, durante a época do ano propícia à vinda aos Açores de navios corsários, «nos portos, calhetas, praias e pedras em que parecesse os inimigos poderiam» desembarcar, munidas com pelo menos um arcabuz para dar alarme, também dado por fumos e código de fachos,

Por toda a costa Açoriana se vão apagando memórias centenárias. Página anterior: Forte do Negrito (Ilha Terceira).

e dispondo de um cavalo para mais rapidamente comunicarem com capitão do lugar, ou mais próximo, em situação de perigo. A responsabilidade pela colocação dos homens que haviam de vigiar, competia à gente da governança da Câmara, reforçando a forte dependência da organização defensiva, dos poderes concelhios, de tradição medieval. Este sistema de vigias, com diversas adaptações ao longo dos tempos, vigorou durante séculos nalgumas ilhas. Ordenava, ainda, o Regimento das Vigias que, nos locais de mais provável desembarque, se posicionasse artilharia grossa, servida por bombardeiros com o respectivo alcaide. Para o efeito, seriam construídas estâncias cujas especificações construtivas fixam a tipologia que, *grosso modo*, será aplicada por mais de um século na construção de pequenos fortes marítimos em várias ilhas dos Açores – terrapleno lajeado, com parapeito de protec-

[1] Ressalvando o pouco que conheço de trabalhos sobre o tema, e não estar eu relacionado com os foros institucionais de História Militar, não me lembro de alguma vez ter visto qualquer referência às companhias de Ordenanças nas ilhas atlânticas, nomeadamente nos Açores, em trabalho ou estudo sobre a sua génese e desenvolvimento em Portugal. Devido à posição geográfica dos arquipélagos atlânticos, elas aí tiveram, de facto, um percurso nem sempre coincidente com a sua evolução em território continental. Tais especificidades, constituindo, obviamente, uma mais-valia para a história regional, não deveriam, porém, afastá-las da historiografia nacional, mas antes serem entendidas como valorização do conhecimento das nossas instituições pátrias, e do seu contributo para a construção do nosso património histórico comum. Espero que ao registar estes breves apontamentos sobre as companhias de Ordenanças nos Açores, as minhas considerações fiquem plenamente jus.

[2] O termo «capitão» era, na altura, essencialmente funcional, e «capitania» o respectivo território ou espaço – navio, por exemplo – de jurisdição, ou de comando, governo ou administração. Por isso têm que ser sempre entendidos no contexto factual e institucional. Capitania pode aparecer, entre muitas outras situações, como a capitania do donatário, a capitania do capitão de uma das companhias de Ordenanças, a capitania do capitão-mor das capitanias de Ordenanças, englobando todas estas, e mesmo capitania, capinania-mor ou capitania-geral, reportada a todo o comando militar do Arquipélago.

Forte do pesqueiro dos meninos (Ilha Terceira).

ção frontal e pequena casa para abrigo de materiais.

O capitão Manuel da Câmara teve o comando das Ordenanças de S. Miguel até 1571, ano em que viajou para Lisboa, ficando por capitão-mor Rui Gago da Câmara, da sua família[3].

Mais difícil terá sido fazer regressar aos Açores o capitão-donatário de Angra, muito embora lhe devam então ter sido dadas idênticas provisões e meios; em 1553, chegou a Angra um carregamento de espingardas e arcabuzes, e em 1561 quatrocentos arcabuzes com seus frascos e munições, trezentos e cinquenta piques, bem como pólvora e chumbo para as espingardas. Na ausência do capitão-donatário, ainda, em 1562, foram dadas instruções a Fernão Cabral em digressão pelos Açores ao serviço do rei, para, juntamente com o Corregedor das Ilhas e o Provedor das Armadas e das Fortificações, João da Silva do Canto, proceder ao estudo da fortificação da frente marítima da baía de Angra, do Cais à Prainha, sendo nomeado mestre das obras Luís Gonçalves. Pela posição estratégica da Terceira como principal plataforma de apoio das rotas transoceânicas de Quinhentos, em 1566 o Cardeal Regente deu ao corregedor Gaspar Ferraz os diplomas e regimentos necessários para dirigir as *cousas da milícia nesta ilha*. O próprio Gaspar Ferraz foi nomeado capitão-mor da Capitania de Angra, na ausência do donatário, cargo este que viriam a acumular os corregedores até à vinda para os Açores do representante de D. António, Prior do Crato, o conde Manuel da Silva, em 1582.

Para a organização das milícias em Angra, na sequência de anterior provisão real sobre as armadas, o corregedor recebeu dois regimentos (1567), um para organização territorial militar, outro específico para as vigias, de idêntico teor ao que fora dado ao capitão Manuel da Câmara, para S. Miguel. A estrutura militar ordenada pelo primeiro assentava numa unidade táctica, a companhia, do comando de um capitão de Ordenança, integrando três a seis esquadrões. A subunidade esquadrão ou esquadra era formada por um corpo de companheiros, variável entre quarenta e sessenta combatentes, comandado por um cabo. O serviço militar era universal e obrigatório, abrangendo todos os varões aptos, inscritos em livro próprio autenticado pelo ouvidor da ilha, e local – por lugares ou aglomerados populacionais. Desta estrutura territorial derivava o número variável de esquadras que formavam uma companhia, e de companheiros que integravam a esquadra, uma e outros dependentes dos recursos humanos do lugar. Cada companhia tinha a sua bandeira de ordenança, para o transporte da qual o capitão escolhia alferes, missão sempre honrosa; tinha ainda tambor, servido por criado do capitão. O armamento consistia em arcabuzes, espingardas, bestas e lanças. O Regimento previa a formação militar das tropas, impondo que cada esquadra fizesse fogo e treinasse evolução uma vez por mês, e a companhia três vezes por ano – Páscoa, Espírito Santo e Natal. Para a instrução inicial, já que na terra não havia profissional experiente, foi mandado para a Terceira o escudeiro fidalgo da Casa Real Bastião Rodrigues Sengo, como sargento-mor das Capitanias de Angra e da Praia. Previa-se um regulamento militar sancionatório de faltas de comparência aos bandos para reunião de tropas, e para o desleixo na manutenção do material; como também se previam prémios para quem melhor desempenho tivesse. Igualmente era previsto o suporte financeiro para sustento do sistema. E para que não houvesse falha de comando, aí se fixava a ordem de batalha. Todo o sistema seria comandado pelo capitão da Capitania; na prática foi-o pelo corregedor, na ausência daquele.

Mas porque ao corregedor competia, também, a organização das tropas de ordenança na Praia, aí o vemos, em forte colaboração com a gente da governança local, a cumprir tal encargo. Curiosamente, na sequência da notícia de ataque corsário ao Funchal (1566), a Câmara da Praia já elegera um capitão-mor – Francisco do Canto – com a incumbência de organizar a defesa da Vila, eleição esta que, comunicada à Coroa, fora sancionada pelo Regente, válida enquanto o donatário, Antão Martins Homem, estivesse ausente.

A organização militar da Praia, da iniciativa de

Ordenanças da Capitania-Geral (Arquivo Histórico Ultramarino) Códice 1505.

Francisco do Canto, prima pelo pragmatismo: para a vila da Praia, partindo dos pontos estratégicos (estâncias), distribuiu por eles os homens disponíveis, nomeando os respectivos comandantes a que deu o posto de capitão. Para cada freguesia rural do concelho nomeou um capitão encarregado de dar enquadramento aos homens nela disponíveis. Todos os homens capazes dos dezoito aos sessenta anos deviam serviço militar. Sem desmontar a estrutura operacional levantada, o corregedor Gaspar Ferraz, para efeitos de controlo e instrução, dividiu os efectivos, cerca de mil e cem homens, em esquadrões, um para arcabuzeiros, espingardeiros e besteiros, com capitão, alferes e sargento, e dois para piqueiros com seus capitães, alferes e procurador. Para a vigilância dos mares, foram construídas estâncias com artilharia na serra de Santiago e Barrocas na Praia, no Cabo da Praia, no Porto Martim, nos Biscoitos e na Agualva, dando-se às respectivas vigias as necessárias instruções para fazerem chegar ao capitão-mor e à cidade a notícia de aproximação de velas.

As provisões do Cardeal Regente também chegaram ao Faial, em 1567, com a ida à ilha do corregedor Gaspar Ferraz acompanhado de Tomás Benedito, tendo sido, então, dado início às obras do Castelo de Santa Cruz, e criada uma esquadra de artilheiros com seu condestável, para guarnição do forte, cujo comando foi confiado a um capitão de 1.ª linha.

A partir de 1570, a organização das companhias de Ordenanças, no arquipélago, obedeceu ao quadro normativo das Ordenanças sebásticas – *Regimento dos capitães-mores e mais oficiais das companhias de gente de cavalo e de pé, e da ordem que devem ter em se exercitarem* ou *Regimento das companhias de Ordenanças* (decalcando, em boa parte, os Regimentos antes mandados aplicar nos Açores[4]). No entanto, a existência de anterior organização defensiva em S. Miguel, Terceira e Horta e a dispersão e limitada expressão demográfica das ilhas, implicaram algumas particularidades insulares. Assim, ainda em 1580, Ciprião de Figueiredo impunha aos capitães das Ordenanças o juramento previsto na legislação sebástica, mas nunca prestado, convenientemente recorrendo a ele para garantir fidelidades à causa de D. António; o capitão-mor da Horta era governador militar da ilha do Pico, ilha esta que com a do Faial formava uma Capitania; no início da década de 1590, Linschoten regista que as Flores, Corvo e Graciosa não tinham qualquer tipo de defesa organizada, por o não permitir a sua reduzida população, se bem que no Reino, por outros motivos, a situação não fosse muito diferente: «o levou [ao Regimento] antes à perfeição do que ao exercício, el-rei D. Sebastião» (D. Francisco Manuel de Melo)[5].

O primeiro teste à eficácia das forças de Ordenanças deu-se em Santa Maria quando, em 5 de Agosto de 1576, por imprevidência, não foram elas capazes de impedir o desembarque de corsários franceses que saquearam a Vila do Porto, matando muitos dos seus habitantes. Já, então, estavam organizadas as companhias, com armamento ligeiro e artilharia de fogo, e era montada vigia contínua aos mares; mas por uma série de factores, nessa madrugada fatídica, os homens de sentinela, cansados dos trabalhos agrícolas da véspera, haviam-se

[3] Esta matriz de unidade de comando a nível de Capitania, manteve-se mesmo após o regimento sebástico com base territorial de concelho. Embora este último regimento tenha sido igualmente aplicado em S. Miguel como nas restantes ilhas, ficou o capitão-mor de Ponta Delgada e governador do forte de São Brás como governador militar da Ilha. Igualmente o governador militar do Pico era o capitão-mor do Faial, reflectindo a jurisdição territorial da Capitania; com grande desagrado dos picarotos.

[4] No cotejo entre os diplomas, são flagrantes as semelhanças entre eles, nomeadamente na estruturação e terminologia normativa.

[5] Manuel Augusto de Faria, "Distribuição Territorial e Composição Social das Companhias de Ordenanças nos Açores", *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, LXII.

Sentinelas moribundas levadas pelas tempestades e pela incúria dos homens.

recolhido a casa para retemperar forças, podendo, assim, os corsários desembarcar praticamente sem resistência, e sem dar tempo aos moradores para organizarem a defesa.

São os corpos de Ordenanças que, em 1581, sob o comando do corregedor Ciprião de Figueiredo, impedem o desembarque na baía da Salga, de forças espanholas que pretendiam impor a soberania de D. Filipe I. Episódio este que o discurso nacionalista tornou emblemático da luta de Portugal pela sua liberdade e independência. No mesmo contexto político, debalde, porém, as companhias de Ordenanças, agora apoiadas por tropas inglesas e francesas, tentam barrar o desembarque das tropas do marquês de Santa Cruz na baía das Mós, na Terceira, e na vila da Horta, em 1583.

A ocupação militar da Terceira e do Faial por tropas espanholas ditou a extinção, na prática, dos corpos de Ordenança em ambas as ilhas. A defesa delas ficou a cargo do terço espanhol, com destacamentos em diversas partes da Terceira, nomeadamente em São Sebastião e na Praia, e uma companhia na Horta. Mas logo em 1589, o mestre-de-campo do terço espanhol sediado em Angra, D. Juan de Horbina, reconhecendo a sua impotência para prover capazmente a defesa militar de todo o Arquipélago, promoveu a reorganização e ao rearmamento dos corpos de Ordenanças onde haviam sido desmantelados. Não a tempo nem com a qualidade suficiente para que as companhias da Capitania-Mor da Horta evitassem as incursões dos corsários ingleses, conde de Cumberland e conde de Essex, em 1589 e 1597; no primeiro caso, com a recolha da guarnição espanhola a Angra, furtando-se, assim, pelo seu reduzido efectivo, a um confronto previsivelmente desprestigiante; no segundo, na impossibilidade de uma vez mais retirar para a Terceira ou de se refugiar no Pico, com a companhia espanhola entrincheirada no Monte Queimado, atirando para a frente de combate os impreparados soldados de Ordenanças. Aliás, a partir de 1597, a companhia espanhola da Horta recolhe definitivamente a Angra, por se reconhecer que, com a sua diminuta força, era mais um pólo de atracção para os inimigos do império filipino, que um factor de segurança para o Faial.

Entretanto, no mesmo contexto temporal, diferente foi a situação nas ilhas de São Miguel e de Santa Maria que cedo e em consonância com a conjuntura política no Reino, reconheceram a soberania de D. Filipe I, mantendo, consequentemente, intacta a sua organização defensiva suportada pelas companhias de Ordenanças. Estava-se a 3 de Novembro de 1589, naus inglesas fizeram saltar em batéis uma significativa força de soldados – *gente lustrosa e tão animosa e valente* –, para acometerem a Vila do Porto. Mas avistados a tempo, o capitão-donatário Brás Soares de Sousa, na sua função de capitão-mor, organizara e dispusera convenientemente as forças de milícia. Beneficiando das arribas, muralhas naturais do povoado, puderam

os soldados de Ordenanças contrariar o desembarque em massa e, após dois dias de escaramuças, afastar dos seus mares a esquadra corsária.

Entretanto, em São Miguel, as companhias de Ordenanças também já haviam demonstrado o seu valor. Na sequência da incursão na Horta, a esquadra do conde de Essex chegou a S. Miguel a 14 de Outubro de 1597, fazendo várias tentativas para efectuar um desembarque em Ponta Delgada ou nas proximidades. Estava, então, a Ilha guarnecida pelas companhias de Ordenanças, todas as Capitanias-Mores sujeitas ao governador militar Gonçalo Vaz Coutinho. O forte de São Brás, esse estava guarnecido por uma companhia do terço espanhol nos Açores, sob o comando do capitão D. António de Portugal. Coube, obviamente, ao governador militar, organizar a defesa, que repeliu todas as investidas do inimigo, evitando, assim, que os corsários tomassem a cidade de Ponta Delgada. Por razões operacionais, certamente porque lhe faltavam os efectivos e o armamento necessários, permitiu que os soldados ingleses entrassem em Vila Franca do Campo, donde fizera evacuar a população, ficando a vila a saque durante cinco dias. Por maioria de razão, também não lhe foi possível evitar um pequeno desembarque no remoto lugar do Faial da Terra. Em carta dirigida ao seu rei D. Filipe II, escreveu D. Antonio de Portugal: *Tem Vossa Majestade que agradecer à gente desta ilha o esforço e ânimo que teve em defender esta terra, oferecendo ao serviço de Vossa Majestade vidas e fazendas, não lhes metendo terror a grossa armada do inimigo; e tudo isto foi conseguido pelo bom governo de Gonçalo Vaz Coutinho, governador desta ilha, que em toda esta ocasião procedeu com a satisfação e a lealdade que de sua pessoa no serviço de Vossa Majestade se esperava, tendo com a sua boa prudência toda a gente muito bem preparada e disposta a morrer; e não consentiu que sua mulher e filhos saíssem da cidade de Ponta Delgada, antes de tal maneira disso se descuidou que, para acudir à sua obrigação, me deixou recomendado que, havendo necessidade, os recolhesse*[6].

A redução do contingente espanhol do presídio de Angra para 500 homens, em 1601, e a retirada das companhias que o mesmo presídio tinha destacadas em Ponta Delgada e na Horta, a última em 1597, a primeira igualmente em 1601, aumentaram substancialmente a importância dada pela Coroa aos corpos de Ordenanças na defesa das Ilhas[7]. Nomeadamente na Terceira, a força ou capacidade combativa destes corpos de milícia tornar-se-ia superior à do contingente aquartelado no Castelo de São Filipe do Monte Brasil. À força espanhola pouco mais ficou a competir que a guarnição do Castelo de São Filipe[8] e do forte de São Sebastião[9]. A defesa territorial dos Açores, durante a dinastia filipina, período de redobrado perigo em que os inimigos de Espanha eram, também, nossos inimigos, foi, de facto, encargo das Câmaras e dos corpos de Ordenanças[10], mesmo na Ilha Terceira, com excepção da cidade de Angra.

Facto maior das Ordenanças nos Açores, ocorre na sequência do movimento restaurador de 1640: em 27 de Março de 1641, os capitães-mores da Praia e de Angra – Francisco Ornelas da Câmara e João de Bettencor – montam cerco ao Castelo de São Filipe do Monte Brasil e, com o auxílio de soldados enviados por todas as outras Capitanias-Mores dos Açores, levam à rendição do contingente espanhol,

[6] A acção de Gonçalo Vás Coutinho na defesa de São Miguel merece maior distinção na história militar dos Açores. Não fora o discurso nacionalista redutor – o episódio passa-se durante a União Dinástica –, o seu nome não ficaria diminuído, no plano estritamente militar, por Ciprião de Figueiredo, patrono do RG1. Provavelmente o maior candidato militar açoriano a patrono da ZMA, por feitos militares praticados na Região; uma homenagem aos açorianos que, com as suas companhias de Ordenanças, durante séculos mantiveram o nome de Portugal no meio do Atlântico. E a data da incursão do conde de Essex nem cai em período de férias...

[7] Chegaram, também, a estar ocasionalmente tropas espanholas nas Flores, no período estival.

[8] Obviamente que a missão do contingente espanhol na Terceira não era guarnecer o Castelo de São Filipe, mas garantir a soberania da coroa filipina (Portugal e Espanha) no arquipélago, contra as nações estrangeiras, nomeadamente, França, Holanda, Inglaterra. O castelo de São Filipe foi construído, sem minimizar o reforço da defesa do porto de Angra, exactamente para dar alojamento e base operacional aos soldados espanhóis, e permitir-lhes protecção final, caso a ilha fosse entrada por inimigos.

[9] Numa primeira fase, a guarda do cais de Angra (Porta do Mar), importante para o controlo do tráfego marítimo do porto, esteve a cargo do presídio espanhol, mas logo a Câmara a reivindicou e obteve, dotando-a com soldados da Capitania-Mor; em 1640, porém, o cais de Angra estava a cargo da guarnição espanhola do Castelo. Após 1642, o Castelo passou a montar guarda ao cais; uma vez mais a Câmara reclamou essa função para si, sendo atendida pelo rei. Mas é a própria Câmara que irá, depois, pedir que a guarda do cais passe a ser encargo do Castelo.

[10] Em 1613, 300 piratas mouros armados tomaram de assalto a ilha de Santa Maria, saquearam-na durante oito dias e levaram cativos cerca de 200 habitantes. Nesta ilha, com população dispersa, comunicações terrestres difíceis e com vários locais da costa de fácil entrada, a expressão defensiva dos corpos de Ordenanças, impossíveis de reunir em tempo útil, era, necessariamente, modesta. Paradigmático da fragilidade do sistema defensivo dos Açores, ditada pela dispersão arquipelágica, é o facto de Santa Maria não ter podido contar com socorros idos da vizinha ilha de São Miguel.

[11] Feito registado na face frontal do monumento aos Restauradores, em Lisboa.

Forte de S. Pedro dos Biscoitos (Ilha Terceira).

em 6 de Março de 1642[11]. Ficam os soldados de Ordenanças a guarnecer o Castelo, sob o governo do capitão-mor João de Bettencor.

Com a chegada a Angra do general Saldanha, que vindo para fazer render os espanhóis, os achou rendidos, tomou ele o governo do Castelo – 23 de Março de 1642. Embarcado para Lisboa, a 16 de Agosto seguinte, levando consigo um terço de soldados de infantaria e cavalaria que recrutou nos Açores para acudir na luta contra o rei de Espanha em terras do Reino, deixou no governo do Castelo (de futuro, Castelo de São João Batista) o mestre-de-campo Manuel de Sousa Pacheco, com o encargo de nele criar um corpo permanente de soldados pagos, em substituição da guarnição espanhola. Necessariamente, quer o terço embarcado para o Reino, quer a nova guarnição do Castelo, foram recrutados nas companhias de Ordenanças. E a defesa dos Açores continuou a ser encargo delas, sob a tutela das respectivas Câmaras[12], tal como havia sido durante o domínio filipino. Ainda tentou Sousa Pacheco, como governador e capitão-mor dos Açores, controlar as companhias de Ordenanças, pela nomeação dos seus oficiais; mas logo D. João IV fez saber que se mantinham intactos os procedimentos prescritos pelo regimento sebástico. Sendo, porém, exígua a guarnição paga para atender à defesa da extensa fortaleza, em situações de perigo ela seria reforçada com 200 soldados das companhias de Ordenanças.

No período subsequente à Restauração de 1640, manteve-se intensa a actividade corsária nos mares açorianos, com particular complexidade durante a Guerra de Sucessão de Espanha já no século seguinte, e, consequentemente, a necessidade de permanente vigilância dos corpos de Ordenanças locais.

Deve, no entanto, ter-se presente que nem sempre, principalmente nas ilhas de menor importância política e económica, ou nas mais remotas, as questões de soberania nacional se impuseram ao pragmatismo ditado pela sua fraca capacidade defensiva. O que atraía o corso aos mares açorianos, eram os navios do tráfego comercial intercontinental; não a prosperidade ou a real falta de prosperidade ilhoa. Aos corsários, o que interessava nas ilhas era, sobretudo, o reabastecimento de frescos. Ora, chegada a *hora da verdade*, para os ilhéus importava muito mais com eles fazer negócios ou ceder-lhes gratuitamente provisões, do que sacrificar vidas em nome de um rei distante, e sujeitar-se a saque.

Muitas são as fontes que documentam, nestes tempos, trabalhos de fortificação, preocupações com armamento, actividades de vigia. Particularmente elucidativa é a fortificação das Flores, e o envio para esta ilha de artilharia e artilheiros instrutores para treino dos artilheiros das Ordenanças locais. Provavelmente ainda do mesmo período, a fortificação da Ilha Graciosa. Mas elucidativas são, também, as notícias sobre o comando, a operacionalidade, o armamento e até a apresentação das companhias. No Faial, *acham-se nesta ilha 22 companhias de Ordenança com boa gente e alguns oficiais bons, e o* poderiam *ser todos se se não fizessem os provimentos por parcialidade*[13]; *porque a gente é boa mas não sabem nada, nem tirar com uma arma, muitos por falta de exercício. As milícias* da Graciosa *são muito boas e seriam melhor exercitadas, o que os capitães-mores o não fazem*; *tem 13 companhias, com 1381 homens de armas, e deles armados só 927, com só 548 armas de fogo*. O Pico tem 38 companhias *com 4190 homens de armas, os quais tem 1673 armas de fogo e 1211 picas, umas e outras compradas à sua custa; as milícias não têm exercício algum, nem munições*. No ano de 1708, corsários franceses saquearam a vila das Velas, entrando *por sítio que não tinham guarnecido*.

Em 1766, foi criada a Capitania-Geral dos Açores. Tinha o capitão-general jurisdição em todo o civil e militar. Pela primeira vez na história dos Açores, havia, de facto, no arquipélago um comando único

de todas as forças defensivas. Com o capitão-general, foi para Angra o 2.º Regimento do Porto que asseguraria a guarnição do Castelo de São João Baptista, e do forte de São Brás, em Ponta Delgada, até à formação de um regimento da Capitania-Geral – o Regimento Insulano – com essa missão. Simultaneamente, foram criados terços-auxiliares – a partir de finais do século, regimentos de milícias – em São Miguel, na Terceira, em São Jorge e no Faial. O 2.º Regimento do Porto a curto prazo partiria para o Brasil; só no final do século XVIII foi criado o Batalhão de Infantaria com Exercício da Infantaria, para o Castelo; os terços-auxiliares ou regimentos de milícias, ou tiveram existência pouco mais que nominal, ou foram factor desestabilizador ou de suporte às querelas políticas e aos jogos de poder no âmbito do movimento liberal. No que às Ordenanças diz respeito durante a Capitania-Geral, obviamente que a sua importância operacional ficou reduzida naquelas ilhas onde foram criados os regimentos de milícias, e os corpos militares de primeira linha: dos seus efectivos saíram as milícias e quase todos os comandos; o armamento, esse, sempre escasso, ia primeiramente para as tropas regulares. Em 1797, havia em São Miguel *mais de quatro mil homens* de Ordenanças, *sem que tenham outras armas mais do que lanças que não servem no presente tempo para a guerra*[14]. No século XIX, as Ordenanças quase só fazem eco nos relatórios contabilísticos de cariz militar. Excepção para os artilheiros. A situação periférica dos Açores relativamente ao Reino, onde só por mar se chegava, a dispersão territorial, a centralidade na rota atlântica, fizeram da fortificação das costas das ilhas e da sua guarnição, uma preocupação central ao longo dos séculos. Ora, exceptuando os fortes de Angra, Horta e Ponta Delgada, como garantes da segurança dos portos de apoio à navegação marítima intercontinental, onde desde cedo foram criados pequenas guarnições de bombardeiros pagos, e mais tarde pés-de-castelo e corpos de primeira linha para os guarnecer, toda a restante fortificação ilhoa, com cerca de 150 fortes, esteve a cargo das Capitanias-Mores, até à extinção das companhias de Ordenanças[15].

Tão fascinante quanto o estudo das Ordenanças na defesa dos Açores, é o seu papel na estruturação e organização social, na afirmação das elites locais e na gestão autárquica ordinária. É ver os cargos de Ordenanças transitarem de pais para filhos, as disputas entre os mais poderosos para obterem títulos (postos) militares, os jogos de influência nas ocasiões de eleições nas Câmaras para o provimento de postos vagos de comando, a vagatura dos postos por morte estando o seu titular de há muito inapto; os trabalhos públicos obrigatórios – abertura de caminhos, limpeza de fontes e portos – serem executados pelos corpos de Ordenanças, supervisionados pelos seus comandantes; a calendarização do cumprimento de obrigações civis impostas pelas posturas camarárias, nomeadamente a "lei dos bicos e dos rabos", fazer-se com suporte nas companhias da Capitania-Mor. Outra dimensão da história militar dos Açores.

Fontes e bibliografia de suporte ao presente texto:

Anais da Ilha Terceira, I e II*; Arquivo dos Açores*, I, VI, XI e XII; Nuno Borrego, *As Ordenanças e as Milícias em Portugal*; António do Couto Castelo Branco, *Memórias Militares – Memórias e Observações Militares e Políticas*, III*; Idem*, "Carta a El Rey nosso Senhor em que lhe faz relação Antonio do Couto das seis ilhas baixas e da Terceira, anno de 1709", Maria Mendonça Dias (ed), *Livro da Guerra e Ordenanças de Vila Franca do Campo*; Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*; Manuel Faria, "Pedras que Falam, Pedras que Formam", *Praia da Vitória*, Publiçor: *Idem*, "Marinha de Guerra nos Açores", "Comando da Zona Militar dos Açores" "Milícias", "Regimento de Guarnição de Angra do Heroísmo" "Horbina, Juan", "Regimento de Guarnição de Ponta Delgada", "Mexia, Gonzalo (D.)", "Fortaleza de São João Batista", "Fortificação", "Exército Libertador", *Enciclopédia Açoriana*; *Idem*, " Distribuição Territorial e Composição Social das Companhias de Ordenanças nos Açores", *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, LXII; *Idem*, "O Serviço de Ordenanças na Vila da Praia (1799)", *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, LXIII; *Idem*, "Relatório do capitão Francisco de la Rua sobre a incursão do conde de Essex na Horta, em 1597", *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, 16; *Idem*, "O Sistema Fortificado do Arquipélago dos Açores – Do Povoamento à Extinção da Capitania-Geral", *Actas do VIII Congresso dos Monumentos Militares. Fortificação Costeira: dos primórdios à modernidade*, APAC; *Idem*, "A Incursão de Monsieur du Guay-Trouin na Vila das Velas, em 1708", *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, LXIII; José Guilherme Reis Leite, "O Povoamento das Flores", *Actas do III Colóquio - O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX*. José Reis Leite & Manuel Faria (ed.), *Posturas Camarárias dos Açores*; *Idem, Livro do Castelo*; *Idem, Livro do Tombo da Câmara da Vila da Praia* .

[12] O prestígio de uma força militar profissional aquartelada no Castelo de Angra, sempre terá sido considerado, pelo menos nas restantes ilhas do grupo central e oriental.

[13] Data deste ano de 1709, a reformulação do *Regimento* sebástico, dando maior competência no provimento de postos das Ordenanças à respectiva hierarquia, com o propósito de privar as Câmaras de fazerem provimentos ditados pelo peso social das elites locais em busca de títulos e prestígio, independentemente das suas qualidades militares.

[14] Limitações de espaço num texto desta natureza, não permitem maior desenvolvimento. Para mais informação: Manuel Faria, " Distribuição Territorial e Composição Social das Companhias de Ordenanças nos Açores", *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, LXII, 2004.

[15] Também com artilheiros das Ordenanças, foi formado o corpo de Artilharia do contingente liberal que desembarcou em Pampelido.

Texto: Professor Doutor Adriano Moreira
Presidente da Academia das Ciências de Lisboa; Presidente do Conselho Geral da Universidade Técnica de Lisboa

A reserva estratégica alimentar, em toda a medida possível, e sem ignorar todas as debilidades naturais, é uma exigência da conservação do amor à terra em que vive a comunidade nacional

A Fronteira da Pobreza

e a Reserva Estratégica Alimentar

UN Photo - Albert Gonzalez Farran

UN Photo - Ray Witlin

"Haverá globalização no interesse do principal arquitecto desta política. O interesse da população pode ser beneficiado ou prejudicado, mas isso é acidental".

Talvez a primeira nota a salientar, quando abordamos o tema da pobreza nesta entrada inquietante do terceiro milénio, seja reconhecer que o chamado globalismo se traduz numa estrutura do mundo que, sem plano ou paradigma previamente assumido por sedes de gestão global, produziu interdependências por grande parte colaterais, e que obrigam a esta pergunta recentemente formulada pelo escutado Noam Chomsky: *globalização para quem*? A sua conclusão, rodeada de inquietações éticas, é incerta: "a resposta à questão globalização para quem?" depende do sentido que seja assumido: o sentido literal ou o sentido técnico que se tornou usual no discurso público. Se usarmos "globalização" em sentido técnico, então as doutrinas de Adam Smith e Tucídides dão a resposta básica: "haverá globalização no interesse do principal arquitecto desta política. O interesse da população pode ser beneficiado ou prejudicado, mas isso é acidental".

Enquanto, pelas suas evidentes preocupações éticas, o autor apela ao regresso à autenticidade do respeito pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, lembrando que muitas das inspirações deste texto fundador da ONU vieram da pobre América Latina, destacam-se pelo menos duas atitudes que giram ao redor da supremacia ocidental, e do seu destino final que, depois de alguns factos sucessivamente avaliados como marcando o início de um mundo diferente, como foram a queda do Muro de Berlim em 1989, ou o 11 de Setembro de 2001, andam relacionadas com a perspectiva do futuro dos EUA, uma delas com relevo para a perspectiva neoconservadora que a considera como "a nação indispensável" outra, que avalia com reprovação o passado da hegemonia ocidental e parece orientar-se para uma atitude de culpa e recolhimento de penitência.

Talvez não seja injusto destacar, para a primeira orientação, já depois da queda da administração republicana de Bush, a meditação de George Friedman sobre *The Next 100 years*, recentemente traduzido para português; e que tem esta conclusão "no final, se há uma coisa em relevo na qual insisto, neste livro, é que os Estados Unidos, longe de estarem à beira do declínio, na verdade começam, agora mesmo, numa trajectória ascendente". É prova de lucidez que o autor também termine confessando que "quanto a mim é incrivelmente estranho escrever um livro cuja verdade ou falsidade nunca virei a conhecer", mas talvez seja evidente, para a geração que tem de responder aos desafios do presente, na convicção de que tenta salvaguardar um futuro para as gerações futuras, que a hegemonia política ocidental teve um ponto final com a guerra mundial de 1939-1945 desencadeada pelos seus próprios demónios interiores, que a posição de superpotência sobrante dos EUA dá provas de sofrer da fadiga dos mortais, e que a violenta crise financeira e económica mundial lhe é imputada pelo *resto do mundo*, que os considera "principal arquitecto desta política", e que de facto é o Ocidente que fica abrangido no conceito, em termos de ser recomendável voltar à leitura de Toynbee, o escritor que nos avisou de que esse resto do mundo considera os ocidentais como os *grandes agressores* dos tempos modernos.

É partindo desta advertência que é necessário ter presente a segunda atitude, a que chamo penitencial, dos ocidentais. Para simplificar, advertem os seus autores que Cristóvão Colombo, ao abrir caminho à conquista do continente americano pelos ocidentais, iniciou as lastimáveis consequências que sofreram os nativos, e depois do martírio dos africanos arrastados para a escravidão; por seu lado, Vasco da Gama é apontado como abrindo o caminho à "sel-

> É por demais evidente que o fim do Império Euromundista implicou, do ponto de vista da clássica balança de poderes, que a Europa está dependente de matérias primas, de energias não renováveis e até de reservas estratégicas alimentares

vagem injustiça dos Europeus", uma frase de Adam Smith a pensar na acção dos ingleses na Índia.

Recentemente, ao comentar as repetidas e bem articuladas viagens do Presidente Lula a África, com relevo importante para as que dedicou aos países da CPLP, o importante diário *Globo* (28/8/2010) sintetizava o essencial da acção com estas palavras: "a dívida africana que Lula começa a pagar".

Parto daqui para sugerir que é necessário meditar sobre se a primeira ameaça da *pobreza ocidental*, depois que desmobilizou o *Império Euromundista* forçado pelos desastres internos que foram as duas guerras chamadas mundiais, estará no facto de não assumir que nenhuma instituição, povo, indivíduo ou potência, pode herdar o seu passado a benefício de inventário, e que as *emergências* que se inscrevem no património comum da humanidade é que finalmente estão nos alicerces de apoio para a reinvenção do futuro. As contribuições dessas *emergências* estão, designadamente, nos avanços da *ciência e da técnica*, no *direito internacional*, na concepção dos *direitos humanos*, na concepção do *desenvolvimento sustentado.* A isto chamou a UNESCO o *património imaterial*, e nele está uma contribuição de mérito, sem necessidade de uma atitude penitencial, acrescentada ao lúcido reconhecimento do passivo que também faz parte da herança histórica.

É por demais evidente que o fim do Império Euromundista implicou, do ponto de vista da clássica balança de poderes, que a Europa está dependente de matérias primas, de energias não renováveis e até de reservas estratégicas alimentares. Para as responsabilidades cívicas, profissionais e humanas, da maior parte dos que promoveram a meditação deste dia, esta última dependência é seguramente a mais significativa. Lembrarei que, no passado, teve larga divulgação o livro de Josué de Castro, presidente da FAO, intitulado a *Geografia da Fome*, que tinha em vista sobretudo, o hemisfério sul, com destaque para a chamada África Negra: ao Norte que Mao chamou a cidade planetária, afluente e consumista, a abundância foi uma promessa posta

As *emergências* que se inscrevem no património comum da humanidade é que finalmente estão nos alicerces de apoio para a reinvenção do futuro.

UN Photo

Assumindo a perda da batalha contra a fome, o G8 anunciou que "entre 75 e 100 milhões de pessoas suplementares sofreriam de fome em 2009". Os recentes acontecimentos de Moçambique anunciam que a previsão não melhora para 2011.

em causa apenas por pessimistas como Marcuse que antecipou a Conferencia de Havana, de 1966, em que os que tinham passado por Bandung (1955) e pelo Cairo (1957), se declararam *sociedades pobres*, uma ameaça para a qual advertiram João XXIII no Concílio e Paulo VI quando, em 1965, fez o seu histórico discurso na ONU.

Todos os que esperam da estatística um anúncio de futuro por fornecerem referências matemáticas da definição da Geografia da Fome, uma das expressões mais alarmantes da pobreza. Mas para a gente comum, que sofre tal circunstância, é mais expressivo a formulação de Don Reeves («Poverty in a Global Economy», in *Global Issues*, ed. de Michel T. Snarr e D. Neil Snarr, Londres – 2002), nestes termos: "Pobreza é o leite de uma mãe secando por falta de alimentação ou crianças excessivamente famintas para conseguirem estar atentas na escola; pobreza é viver amontoado sob um plástico em Calcutá, encolhido sob um beiral durante uma tempestade em São Paulo, ou num abrigo em Washington D.C; pobreza é ver o filho morrer por falta de vacinação que teria custado poucos cêntimos e sem nunca terem visto um médico; pobreza é uma petição de emprego que não se sabe ler, um pobre professor numa escola em ruínas, ou sem escola; pobreza é sentir-se sem capacidade, sem dignidade ou esperança."

UN Photo - Martine Perret

Em face do panorama que anualmente nos é descrito pelos Relatórios do PNUD (Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento), e sem ignorar que são importantes os progressos em cada um dos indicadores explícitos que ficaram referidos, parece oportuno meditar sobre as diligências múltiplas que as potências ocidentais desenvolvem no sentido de recentrar a balança de poderes, tendo a Aliança Atlântica como "a única aliança militar credível", conscientes das ameaças múltiplas e atípicas identificáveis, mas como que ignorando ou vendo com displicência, estas sociedades do protesto, da memória do passado sofrido, das carências que não vencem e vão avaliando a situação do projecto *Objectivos do Milénio*.

Estes Objectivos foram proclamados no ano 2000 sob responsabilidade da ONU: o facto é que, assumindo a perda da batalha contra a fome, o G8 anunciou que "entre 75 e 100 milhões de pessoas suplementares sofreriam de fome em 2009". Os recentes acontecimentos de Moçambique anunciam que a previsão não melhora para 2011.

Até á crise financeira e económica mundial "que se propagou no mundo desde o verão de 2007 para atingir o ponto alto no Outono de 2008", estas divergências entre esta realidade e a permanência dos critérios de hegemonia ocidental a recuperar, em que um critério operacional do Ocidente tendo sido formulado e assumido, não alterar o traçado da geografia das carências que Josué de Castro desenhou.

Todavia, depois da crise, o número de Estados que viram chegar ao fim do "milagre liberal" que inspirou a doutrina "do fim da histeria" aumentou e a fronteira da pobreza ameaça abarcar territórios da antiga Cidade Planetária, um fenómeno evidente pelas margens do Mediterrâneo. Mas os anúncios vieram, na observação de Louis Gill, professor da Universidade de Québec, da Islândia, da Irlanda que foi considerada um "milagre económico", da Europa Central e Oriental como a Ucrânia, a Hungria e os Países Bálticos, até do Dubai das Mil e Uma Noites.

É justamente neste plano que a situação portuguesa exige mais realismo e decisão, porque a decisão para *Estado exíguo* é evidente, entendendo por isto um Estado com uma relação deficitária entre as capacidades e os objectivos que definem o seu encargo estratégico.

Esta circunstância verifica-se numa data em que por várias áreas ocidentais, e também na sociedade portuguesa, o valor da confiança está gravemente empobrecido, na relação entre a sociedade civil e os órgãos de soberania, designadamente os responsáveis pela justiça e pela segurança humana, em relação às capacidades do executivo para enfrentar a crise, e às instâncias reguladoras para desempenharem a supervisão que lhes está incumbida. Esta *pobreza* afecta negativamente a decisão de os melhores assumirem responsabilidades na governação, implica com a emigração dos quadros mais qualificados, reduzindo a dimensão positiva da qualificação com que a universidade, politécnicos, rede militar e centros de investigação, contribuem para inverter a situação, e por todo o Ocidente, a que pertencemos entre os mais atingidos, *empobreceram* as vozes que foram capazes de mobilizar as sociedades civis para enfrentarem as catástrofes do século XX.

Mas em relação à pobreza, tal como foi definida pelo método da enumeração do Don Reeves, talvez devamos começar por registar a evolução sobretudo

dos países mediterrânicos, para *Estado exíguo* que defini, e que se aplica à circunstância de Portugal. Na data em que a consciência universal tiver assumido a necessidade de acolher o que *Al Gore* chamou *An Inconvenient Truth*, que aconselha a comunidade mundial a "reduzir a metade o seu consumo de recursos naturais daqui até 2050, não obstante o aumento da população e o crescimento das necessidades" (Agnès Sinais), a dívida de soberania do Estado português aconselha a relembrar todo o processo que no século passado, quando a Cidade Planetária do Norte vivia o logro da política financeira global, foi desenvolvido para perdoar a dívida do chamado terceiro mundo, cujos recursos empenhados ao serviço da dívida tinham ultrapassando a própria dívida. Nesta data em que o Fundo Monetário Internacional (FMI) avisa que a recessão será longa e a retoma preguiçosa (Abril de 2009), quando os Objectivos do Milénio nitidamente estão comprometidos, talvez alguma inovação seja necessária para a regulação do sistema financeiro mundial, para que o tema do perdão das dívidas não acrescente o número de países abrangidos pelo flagelo dos juros, para que a fronteira da pobreza não se aprofunde e alargue, para que o G20, que mais parece uma G2+18, medite sobre a improbabilidade de submeter ao mesmo

> "Ando combalido pelo hoje chamado "capitalismo natural" que contraria o capitalismo tradicional que apenas atribui valor ao dinheiro e ao preço das coisas, mas não ao valor das pessoas e da natureza"

sistema que desregulou sem mudanças, o G192 que é a Assembleia Geral da ONU, "en attendant peut-être la prochaine crise" (Belkaid), por não acertarem em "l´introuvable régulation de l`économie mondiale" (Cacheux). Nestas circunstâncias, um Estado exíguo a enfrentar desafios nem sempre originados pela sua intervenção, também teria vantagem em regressar a uma preocupação e dever antigo do Estado, que é velar pela *autonomia estratégica alimentar*. E aqui se instala o conjunto de problemas sérios que tem que ver com o viver na terra alimentando-se dos recursos da terra, e viver no mar alimentando-se dos recursos do mar.

Em relação ao primeiro ponto – *viver na terra*, não tem sido um princípio respeitado pelas migrações internas em direcção à orla marítima, somando-se a

Não se trata apenas do chamado "crescimento verde", ou da luta contra a "catástrofe ecológica", também se trata da esquecida luta pela reserva estratégica alimentar, de viver sobre a terra e alimentar-se dos produtos da terra, num período de crise duradoura e de endividamento catastrófico do Estado exíguo, e inscrever-se na geografia da pobreza.

UN Photo - Eskinder Debebe

UN Photo - Fred Noy

Nesta data em que o Fundo Monetário Internacional avisa que a recessão será longa e a retoma preguiçosa, talvez alguma inovação seja necessária para a regulação do sistema financeiro mundial.

quebra da natalidade, com despovoamento das interioridades, abandono dos campos, somando ainda a sabedoria da eurocracia que esteve na base do abandono subsidiado das culturas, na diminuição da utilização das terras.

Ando combalido pelo hoje chamado "capitalismo natural" que contraria o capitalismo tradicional que apenas atribui valor ao dinheiro e ao preço das coisas, mas não ao valor das pessoas e da natureza.

De facto, não se trata apenas do chamado "crescimento verde", ou da luta contra a "catástrofe ecológica", também se trata da esquecida luta pela reserva estratégica alimentar, de viver sobre a terra e alimentar-se dos produtos da terra, num período de crise duradoura e de endividamento catastrófico do Estado exíguo, e inscrever-se na geografia da pobreza.

Por outro lado, o mar é uma janela de liberdade de Portugal, e um espaço de riqueza a mobilizar para um futuro redefinido em termos de reforçar as exigências de segurança humana em que a geração dos vivos vai perdendo a confiança. É inquietante que os programas dos partidos secundarizem ou ignorem, além da dimensão exigível do ensino destinado a reforçar as capacidades científicas e técnicas da nova geração, também em regra ignorem a questão da reserva estratégica alimentar, e finalmente a importância do mar nesta conjuntura.

Além dos estudos levados a cabo pelas Universidades, documentos de apelo e divulgação, como os estudos que os *Cadernos Navais*, n.º 33, de Abril e Junho de 2010, do Grupo de Estudos e Reflexão Estratégico (GERE) criado pelo Chefe do Estado-Maior da Armada em 29 de Janeiro de 2007, e neste número devidos ao Vice-Almirante Lopo Cajarabille («A plataforma continental na problemática da Defesa Nacional») e à Dr.ª Patrícia Viana (autora da «Importância do *Hypercluster* do Mar para Portugal), ajudam a compreender que a plataforma continental, não apenas pela dimensão mas sobretudo pelo seu potencial económico, não pode ser ignorada pelos programas partidários, nem pelos programas do executivo, nem pelo conceito estratégico nacional a definir. Mas deve somar-se á falta de atenção intensiva a esta riqueza, a facilidade com que o Tratado de Lisboa transferiu para a Comissão Europeia a gestão dos recursos vivos da Zona Económica Exclusiva. A reserva estratégica alimentar está também aqui envolvida, as directrizes europeias não faltarão, e a avaliação da capacidade portuguesa de lhes dar resposta será rigorosa, o vazio não será de prever. Uma demora de políticas públicas, atempadas e atentas, agravará a exiguidade do Estado, um desafio que não pode ser ignorado, que deve ser assumido.

A *reserva estratégica alimentar*, em toda a medida possível, e sem ignorar todas as debilidades naturais, é uma exigência da conservação do amor à terra em que vive a comunidade nacional, contribuir económica e civicamente para diminuir a dependência actual, num esforço não adiável do empenhamento que nos é exigido pelo civismo, uma janela de liberdade económica portuguesa. E uma contribuição para a barreira que é necessário levantar ao avanço da fronteira da pobreza em direcção ao Ocidente.

Texto: Mestre Mónica Ferro

UN Photo, Mark Garten

Portugal no Conselho de Segurança

> As presenças anteriores de Portugal no Conselho ficaram pautadas por uma participação criativa e proactiva nos debates em curso e sobretudo no último mandato por uma capacidade notável de dar resposta a uma agenda em rápido alargamento

Portugal cumpre, a partir de 1 de Janeiro de 2011, o seu terceiro mandato de dois anos como membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).

O CSNU é o órgão das Nações Unidas no qual os estados membros *delegaram a principal responsabilidade na manutenção da paz e da segurança internacional* (cfr. artigo 24 da Carta), concordando que, *no cumprimento dos deveres impostos por essa responsabilidade, o Conselho de Segurança aja em nome deles*. Além deste poder, que lhe dá destaque e o remete para o topo da atenção das agendas internacionais, o CSNU tem ainda um leque de funções que lhe garantem um poder decisivo sobre muitos aspectos da vida da ONU; falamos de competências tais como a admissão, suspensão, expulsão de estados membros, a eleição do Secretário Geral, a eleição dos juízes do Tribunal Internacional de Justiça, o poder de referir casos e situações ao Tribunal Penal Internacional ou à Comissão de Consolidação da Paz. Algumas destas competências são partilhadas com a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), mas em todo o caso há uma intervenção directa e necessária do Conselho.

A centralidade da paz e segurança na ordem internacional, a atribuição ao CSNU de um quase monopólio do exercício legítimo das acções de garantia da mesma (as excepções à proibição geral

do uso da força nas relações internacionais são a legítima defesa e a legítima defesa colectiva, ambas previstas na Carta das Nações Unidas, artigo 51 e Capítulo VIII respectivamente, mas que pressupõem que o CSNU seja sempre informado dessas acções, que têm que ser conformes à Carta), promovem o Conselho, as suas dinâmicas políticas e a participação no mesmo para temas fulcrais da política internacional e das políticas nacionais.

A suposta 'paralisia da ONU', expressão popular até ao fim da Guerra Fria, resultava de uma análise empírica do não funcionamento do articulado da Carta relativo à segurança colectiva (artigo 42 e seguintes e que constitui uma espécie de relicário da Organização), mas traduzia também uma falta de compreensão da missão mais vasta da ONU. Embora a manutenção da paz e da segurança internacionais seja o primeiro objectivo enunciado na Carta, a verdade é que se trata apenas de um dos fins enumerados. Dizer que a Organização esteve paralisada é negar o valiosíssimo trabalho desenvolvido na área da cooperação para o desenvolvimento, do direito internacional e da cooperação técnica, por exemplo; é negar os processos pelos quais milhões de pessoas usufruíram do seu direito de autodeterminação ou de outros dos seus direitos humanos.

Todos estes argumentos servem apenas para mostrar o quanto da avaliação do trabalho da ONU se faz medindo o desempenho do CSNU, a centralidade do mesmo e o porquê de os estados apostarem todas as suas diplomacias na conquista de um assento nesse órgão, mesmo que não permanente. E foi o que Portugal fez, com sucesso.

UN Photo - Evan Schneider

A delegação de Portugal recebe cumprimentos, no auditório da Assembleia Geral das NU, depois da eleição por dois anos para o Conselho de Segurança.
Na página anterior: Secretário-Geral da ONU com o Ministro dos Negócios Estrangeiros português.

A criação do Conselho de Segurança

Ainda durante o esforço de guerra, as nações aliadas prepararam a paz e a sua organização através da criação de uma organização intergovernamental que partisse da experiência da Sociedade das Nações (SdN), que acolhesse os seus sucessos e que aprendesse com os seus erros. E, de facto, a SdN serviu de banco de ensaio para a organização política universal que lhe viria a suceder: uma organização mais eficaz, capaz de garantir a paz e a segurança internacionais através do primado do direito e do multilateralismo.

A criação das Nações Unidas conheceu um processo de acelerado desenho final logo em Agosto/Setembro/Outubro de 1944, nas conversações de Dumbarton Oaks[1]. As conversações tiveram lugar entre os Estados Unidos da América, Reino Unido, União Soviética e China em duas rondas[2] e as propostas acordadas seriam subsequentemente apresentadas ao mundo como um todo, como uma visão unida dos 4 Grandes. O texto final, tornado público a 7 de Outubro de 1944, sob o título de *Propostas para o estabelecimento de uma Organização Internacional Geral* afirma, desde logo, como objectivo primeiro de estabelecer-se uma Organização Internacional sob a designação de Nações Unidas. "De uma forma geral, todas estas disposições, o

[1] Para uma análise mais detalhada sobre a génese da Organização das Nações Unidas, sobre as várias Conferências e planos alternativos que foram sendo trabalhados ou abandonados ver Evan Luard, *A History of The United Nations*, Volume 1: *The Years of Western Domination, 1945-1955*, The Macmillan Press Ltd, Londres, 1982.

[2] As conversações efectuar-se-iam em duas fases, a saber: 1ª fase: 21.Agosto a 28.Setembro de 1944, com a participação dos EUA, do Reino Unido e da URSS; 2ª fase: 29.Setembro a 7.Outubro de 1944, com os EUA, o Reino Unido e a China. Uma vez que a URSS não era aliada da China na Guerra do Pacífico ficou também estabelecido que a União Soviética tomaria parte na primeira fase da negociação e a China na segunda fase.

UN Photo, Mark Garten

A eleição dos membros não permanentes faz-se por grupos geográficos. Quando a eleição é disputada a AGNU não ignora factores como o número de vezes que determinado país já ocupou esse lugar.

elemento central do sistema proposto para o pós-guerra, foram reproduzidas praticamente inalteradas no texto final da Carta das Nações Unidas.[3]"

Não será pois de estranhar que os quatro grandes tenham reservado para si – e para a França que seria convidada a juntar-se ao concerto dos grandes –, um lugar permanente no órgão restrito intergovernamental com a responsabilidade cimeira na paz e segurança e com direito de veto. Questões sobre os limites do veto e o funcionamento do Conselho foram decididas posteriormente em Ialta e em S. Francisco, mas a estrutura fundamental da segurança colectiva e a garantia às grandes potências de um direito de controlo sobre a evolução da Organização, bem como a sua preponderância no domínio da paz e da segurança internacionais ficaram logo estabelecidas em Dumbarton Oaks. O facto de este planeamento ter decorrido ainda durante o esforço de guerra ajuda a compreender alguns dos contornos da Carta, da Organização e o papel na ordem mundial de que as Grandes Potências se atribuíram.

Em S. Francisco a Carta das Nações Unidas é adoptada. Esta Carta institucionaliza uma Organização bicéfala, pois, como nos diz o Professor Adriano Moreira, as Nações Unidas herdaram e tentaram acolher na Carta dois legados ocidentais: um legado humanista que atende aos valores, procura a paz pelo direito e teve sede na Assembleia Geral, e o legado maquiavélico que atende ao poder e à hierarquia das potências e foi recolhido no Conselho de Segurança.[4]

A Composição do CSNU[5]

O CSNU é composto por 15 estados divididos em dois grupos com privilégios distintos e, aparentemente, responsabilidades diferentes, mas todos com um voto. Em 1945, o Conselho foi criado com cinco membros permanentes (P5) e seis membros não permanentes (artigo 23, n.º 1)[6]. Os permanentes são designados nominalmente na Carta e são a República da China[7], a França, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas[8], o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e os Estados Unidos da América. Em Agosto de 1965, o número de não permanentes foi elevado para 10, reflectindo o aumento do número de Estados membros da ONU.

Os não permanentes são eleitos pela Assembleia Geral, por maioria qualificada, para mandatos de dois anos e não são imediatamente reelegíveis para um segundo mandato (artigo 23, n.º 2). Esta impossibilidade constitui um impedimento ao aparecimento de membros permanentes *de facto* (e não *de jure*).

Para o Biénio 2011-2012, a Assembleia Geral elegeu África do Sul, Alemanha, Colômbia, Índia e Portugal. Estes estados irão substituir a Áustria, Japão, México, Turquia e Uganda. Todos os anos são eleitos metade dos lugares para que haja constantemente renovação no Conselho – um bem que, contudo, permanece escasso no que toca aos P5.

Os P5, além de estarem dispensados de se terem que sujeitar a eleição[9], têm ainda o atributo do *veto*[10] – ou seja, o poder de com um voto negativo paralisarem a acção da Organização em matérias substantivas[11]. Os Não Permanentes, depois de eleitos, partilham com os outros membros do Conselho o facto de disporem de um voto, mas não o poder de veto. Em teoria, os membros não permanentes têm um poder de *veto colectivo* que, sintomaticamente, nunca foi usado, isto é, para que qualquer acção seja encetada a mesma tem que ser aprovada com nove votos, logo sempre com votos concorrentes dos não permanentes; ora, na hipótese totalmente académica de os 10 Não Permanentes se unirem em torno de uma posição oposta à dos cinco

Permanentes, estes últimos nunca teriam um número de votos suficiente para fazerem aprovar a medida por eles perfilhada.

A eleição dos membros não permanentes faz-se por grupos geográficos e tem em atenção o contributo de cada estado para a paz e segurança internacionais. Quando a eleição é disputada (quando há mais candidatos do que lugares em aberto) a AGNU não ignora factores como o número de vezes que determinado país já ocupou esse lugar, a última vez que ocupou o lugar e ainda a data de apresentação das candidaturas.

A eleição dos estados do grupo da Europa Ocidental e Outros (WEOG) para o biénio de 2011/2012 foi disputada: os candidatos eram Portugal, Canadá e Alemanha. Portugal já havia ocupado esse lugar duas vezes, a última delas em 1997/1998 e foi o primeiro do Grupo a apresentar candidatura. Foi seguido pelo Canadá que já tinha sido membro seis vezes, tendo sido a última em 1999/2000; o último candidato a apresentar-se foi a Alemanha que já havia ocupado o lugar quatro vezes e a última em 2003/2004. Aliás, a candidatura da Alemanha foi recebida com alguma surpresa pelos dois primeiros candidatos que previam uma candidatura não disputada.

A lógica da eleição por grupos de estados pretende assegurar uma representação geográfica equitativa; esta representação geográfica equitativa tem suscitado amplos debates, que se traduzem desde logo no questionar da coerência interna de grupos como o da WEOG, por exemplo, e no clamor por um alargamento do número de estados eleitos de forma a corrigir as faltas de representatividade do Conselho. Hoje, segundo o parágrafo 3 da Resolução A/1991 (XVIII), de 17 de Dezembro de 1963, a distribuição geográfica para os 10 membros não permanentes do Conselho é a seguinte: cinco para a África e Ásia, dois para a América Latina, dois para a Europa Ocidental e outros e um para a Europa de Leste.

UN Photo - Aliza Eliazarov

As presenças anteriores de Portugal no Conselho ficaram pautadas por uma participação criativa e proactiva nos debates em curso e sobretudo no último mandato por uma capacidade notável de dar resposta a uma agenda em rápido alargamento.

Portugal no Conselho de Segurança – uma agenda em construção

Terminado o seu segundo mandato no Conselho, Portugal decide que será candidato a um novo mandato dentro de dez anos. Esta postura revela um forte empenho na paz pelo multilateralismo, bem como uma convicção de que há um contributo nacional, uma visão sobre o mundo e a paz e segurança

[3] Evan Luard, *A History of The United Nations*, *op.cit*, p. 28.

[4] Adriano Moreira, *Teoria das Relações Internacionais*, Coimbra, Almedina, 2004, pp. 283 e 569.

[5] Para uma descrição detalhada do CSNU e das suas dinâmicas ver Manuel Almeida Ribeiro e Mónica Ferro, *A Organização das Nações Unidas* 2ª ed., Lisboa, Almedina, 2004.

[6] Partindo das lições da Sociedade das Nações e para que o Conselho tivesse a composição prevista, nomeadamente a proporcionalidade entre permanentes e não permanentes, dispôs-se que a Carta só entraria em vigor depois de reunido o numero de ratificações necessárias, inclusive a de todos os membros permanente do Conselho de Segurança.

[7] Substituída apenas na década de 1970 pela República Popular da China.

[8] Em carta datada de 24 de Dezembro de 1991 Boris Ieltsine, Presidente da Federação Russa, informa o Secretário Geral da ONU de que, com o apoio dos 11 países da Comunidade de Estados Independentes, a Federação Russa sucederá à União Soviética no Conselho de Segurança e em todos os outros órgãos da ONU.

[9] A perenidade da qualidade de membro permanente do Conselho e do direito ao veto está assegurada através do artigo 108, que faz depender a entrada em vigor das emendas à Carta da ratificação das mesmas por todos os membros permanentes do Conselho.

[10] Para uma análise da prática do veto no Conselho ver, por exemplo, *Changing Patterns in the Use of the Veto in the Security Council*, in http://globalpolicy.igc.org/security/data/vetotab.htm.

[11] Uma das características menos conhecidas do funcionamento do Conselho diz respeito ao poder de veto e ao seu exercício. Na realidade, nem todas as matérias podem ser vetadas. As questões tratadas em sede de Conselho podem ser de procedimento ou substantivas; as de procedimento tais como a aprovação do regimento interno, a criação de órgãos subsidiários, o convite a um Estado para participar num debate ou a inscrição de uma questão na ordem do dia não estão sujeitas a veto. As questões substantivas, essenciais à vida da Organização tais como as acções ao abrigo do Capítulo VII, a admissão de estados, a selecção do Secretário Geral, são questões que obrigam a uma maioria de nove votos sempre com o acordo tácito ou expresso dos P5 ou, pelo menos, sem um veto.

UN Photo - Basile Zoma

A Costa do Marfim, que vive num clima de pré-guerra civil com ameaças às forças da ONU.

made in Portugal.

As presenças anteriores de Portugal no Conselho ficaram pautadas por uma participação criativa e proactiva nos debates em curso e sobretudo no último mandato por uma capacidade notável de dar resposta a uma agenda em rápido alargamento. Nas duas últimas décadas, fenómenos como aquele que o Professor Adriano Moreira baptizou *de regresso à ONU* e a percepção de que paz, direitos humanos e desenvolvimento são condições *sine qua non* para que as pessoas possam viver em maior liberdade, levou a que a agenda do Conselho se tenha alargado para incluir debates temáticos como mulheres, paz e segurança; protecção de civis em conflitos armados; crianças e conflitos armados, tráfico de droga e paz e segurança em África; VIH/SIDA e as operações internacionais de manutenção da paz; Tribunal Penal Internacional e os tribunais internacionais penais *ad hoc* para a ex-Jugoslávia e para o Ruanda (estes dois últimos criados pelo próprio CSNU); para além da vastíssima agenda, dita *clássica*, com as várias crises emergentes e prolongadas de que o Conselho se ocupa desde o Saara Ocidental ao Afeganistão, a Timor-Leste, passando pelo processo de paz do Médio Oriente, pela Guiné Bissau, Congo, Costa do Marfim, Grandes Lagos, regime de não proliferação, prevenção de conflitos, e o papel da sociedade civil na prevenção de conflitos e na resolução pacífica de diferendos – e apenas para referir alguns.

Alguns estados, e especialistas, consideram que este alargamento da agenda se deve à percepção da natureza interligada entre paz e desenvolvimento – como se dois gémeos virtuosos se tratassem – mas também à consideração mais pragmática pelos P5 de que um debate a 15 vozes e não a 192 (como no caso da AGNU) será mais produtivo; um debate no qual à força dos argumentos poderão acrescentar a força do seu veto. Mas pese embora esta visão de uma certa instrumentalização do CSNU, a verdade é que este alargamento traz novas oportunidades de acção e uma visão mais integrada do que é a responsabilidade cimeira do Conselho.

Para o biénio que agora começa, Portugal terá que dar resposta aos vários temas que forem surgindo, às agendas dos vários países que forem exercendo a presidência do Conselho – a nossa vez será em Novembro[12] –, e ainda acompanhar o 'trabalho regular' do Conselho em questões como, por exemplo, o debate sobre os mandatos das várias operações de paz que terminarem ao longo do biénio.

Isto significa que além de estar preparado para o imprevisível Portugal terá que participar em *dossiers* cuja complexidade já foi percebida e antecipada. Um exemplo desta capacidade de antevisão da nossa diplomacia é o facto de o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação ter efectuado em Dezembro uma viagem ao Sudão preparando o acompanhamento de um dos "tópicos quentes" para os próximos anos. Lamentavelmente, e não obstante a atenção internacional, acredito que o referendo de Janeiro engendrará uma crise política que virá acrescentar mais camadas à crise que o país vive, piorando a situação do Darfur. O Sudão tem estado por estas razões, e pelo mandato

[12] A presidência do CSNU exerce-se rotativamente por ordem alfabética em língua inglesa por períodos de um mês.

de captura que Moreno-Ocampo emitiu contra o presidente sudanês em exercício Al-Bashir, sob mira do Conselho e tudo aponta para que esta situação se venha a agravar. A partição do país, a falta de consenso sobre temas fulcrais como o controlo de certos recursos estratégicos como a água, a não determinação do estatuto de zonas de fronteira, entre outros temas, serão tratados num período intermédio acordado mas que além de provocar um terramoto político no país poderá gerar uma crise regional.

Ainda em relação ao Procurador do Tribunal Penal Internacional (TPI), as seis notificações para comparência, emitidas para os quenianos, sob investigação do TPI, no caso da violência pós eleitoral no Quénia, prometem acender o debate e provocar uma nova discussão sobre o TPI e sua articulação com a ONU e a União Africana, por exemplo. Recorde-se que o Sudão não é parte do TPI e que o caso lhe foi referido pelo CSNU.

O Processo de Paz do Médio Oriente com o fracasso das conversações directas, com a posição da Liga Árabe, com o aumento do número de estados que estão a reconhecer a independência da Palestina, e que está a ser considerada pelos norte-americanos como prematura e perigosa, será também um *dossier* de primeira linha, ao qual Portugal tem dedicado esforços e atenção significativos. A possibilidade de levar a questão ao Conselho e depois fazê-la transitar para a Assembleia (como já aconteceu com a questão da construção do muro de segurança) faz com que a dimensão onusiana da questão seja um dado a ter em conta.

A acrescer a estes, alguns outros, que creio, irão dominar e incendiar o debate: o Líbano, o previsível anúncio dos resultados da comissão que investiga o assassinato de Hafiq Hariri, o seu impacto político e a manutenção de uma missão onde Portugal tem 157 elementos; a Costa do Marfim, que vive num clima de pré-guerra civil com ameaças às forças da ONU, com a Comissão Económica dos Estados de África Ocidental (CEDEAO), a vigiar de perto, e com a Rússia a ameaçar que vetará qualquer intervenção da Organização; o Afeganistão também será um tema premente – e o Paquistão –, com a preparação de retirada das forças internacionais, as críticas aos poucos sucessos da reconstrução levada a cabo pela comunidade internacional, mor-

> Um exemplo desta capacidade de antevisão da nossa diplomacia é o facto de o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação ter efectuado em Dezembro uma viagem ao Sudão preparando o acompanhamento de um dos tópicos quentes para os próximos anos

O Iraque, volta ao centro da agenda internacional com o fim do regime de sanções e com a aproximação definitiva e reconciliação com o seu vizinho Koweit.

UN Photo, Evan Schneider

mente pela ONU, e ainda o previsto e recém-anunciado reforço da participação portuguesa; Timor-Leste e o interesse que Portugal tem nesta missão integrada que conta com 198 nacionais e com a atenção das nossas opiniões públicas pelo papel que o país teve e continua a ter na construção de um estado de direito com um projecto de desenvolvimento humano sustentável para todos os timorenses, fará da discussão do mandato na Missão Integrada das Nações Unidas em Timor (UNMIT), e da sua permanência no país um tema que Portugal seguirá com empenho acrescido, mais ainda, quando as críticas à falta de execução do mandato de Reforma do Sector de Segurança pela Missão crescem. Recorde-se que esta é uma área na qual Portugal se tem especializado[13].

O Iraque, que volta ao centro da agenda internacional com o fim do regime de sanções e com a aproximação definitiva e reconciliação com o seu vizinho Kuweit, na tentativa de estabilização do regime e da normalização das suas interacções regionais, será outro tema que ocupará a nossa diplomacia no Conselho.

Todo o regime de não proliferação e os prevaricadores conhecidos e futuros, como o Irão e a Coreia do Norte, estão sob escrutínio apertado do Conselho e dos seus membros.

A agenda mulheres, paz e segurança – que já completou dez anos mas que permanece insuficientemente implementada pelos estados (Portugal faz parte do clube restrito dos que já adoptaram um Plano Nacional de Acção para a Resolução 1325) – permanecerá um tema cativo da agenda do Conselho.

Por fim, a questão das alterações climáticas e do seu potencial para gerar conflitos com competição acrescida pelos recursos escassos e a falta de mecanismos que permitam a gestão consensual do acesso aos recursos naturais, é um dos temas novos que se prevê passe a integrar a agenda do Conselho.

Portugal, além de ter que reagir a estes debates, terá também oportunidade para demonstrar a sua visão, naturalmente, e sempre que possível articulada com os outros países da União Europeia e recordamos aqui o convite feito por Portugal à Alta Representante para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança da União, Cathy Ashton, para que indicasse alguém para participar na delegação de Portugal ao Conselho.

Portugal, além desta face europeia, afirmará, por certo, a sua vocação africana, lançado as atenções para a África Ocidental com a questão do narcotráfico, do terrorismo e da estabilidade geral da região. Claro está, que ao topo e ao centro, está a Guiné Bissau e a missão internacional, o envolvimento da Comissão da Consolidação da Paz e a cooperação

A agenda mulheres, paz e segurança permanecerá um tema cativo da agenda do Conselho.

UN Photo - Albert Gonzalez Farran

bilateral que Portugal tem mantido. Para além da África Ocidental, a América Latina e a nossa ligação privilegiada ao Brasil na promoção de duas agendas distintas será fundamental: Brasil candidato a um lugar permanente no Conselho e a língua portuguesa como língua da Organização. Nesta relação em concreto 2011, ano em que ambos os estados cumprem mandatos, será um ano de trabalho e parcerias intensivas, adivinha-se.

A questão da reforma do Conselho é um tema omnipresente na agenda; um tema que tem sido tão presente quanto infrutífero. Além das candidaturas do Japão, Brasil, Alemanha, Índia e África do Sul a membros permanentes, há também a questão dos moldes de participação da UE. Em relação aos candidatos auto-proclamados prevê-se um debate intenso até porque, à excepção do Japão, estarão todos a cumprir mandatos no Conselho; sobre a UE não me parece que Portugal apoie o projecto de um lugar único para a União em detrimento dos actuais dois permanentes e possíveis não permanentes – para o biénio 2011-2012 a UE tem quatro países no CSNU – além de não ser numericamente favorável, terminará com a rotatividade e a possibilidade de uma voz individual para Portugal (Espanha e Itália têm feito desta posição a sua linha de actuação no CSNU).

Portugal, pequena e média potência, assume-se ainda como um porta-voz dos pequenos estados e dos seus problemas de desenvolvimento. É uma nota constante, e de louvar, a referência e a promoção das agendas dos pequenos estados insulares em desenvolvimento que nos granjeia a admiração e apoio desses estados; e este é um capital a cultivar.

Como se vê, e sem contar com os imprevistos, serão dois anos de intenso trabalho. Portugal inicia este mandato com a profissão de fé que foi definida nas suas prioridades aquando da sua candidatura: defesa dos princípios da Carta e do direito internacional na manutenção da paz e segurança internacionais; apoio a um multilateralismo eficaz e um sistema de segurança colectiva; promoção dos direitos humanos e do direito internacional humanitário; combate ao terrorismo e à proliferação de armas de destruição maciça e ao crime transnacional organizado; reforço das operações de paz; e apoio ao processo de reforma da ONU para que tenhamos uma Organização mais democrática, representativa, coerente, eficaz e responsável, nomeadamente através de uma maior transparência e eficiência do Conselho de Segurança.[14]

Ao longo deste terceiro mandato Portugal terá várias oportunidades, algumas feitas desafios, de se mostrar como um país com uma visão própria do mundo e das relações internacionais e com um projecto agregador, não por sermos médios ou pequenos ou por termos sido grandes, mas outrossim, porque temos sabido ler o mundo, conhecer-lhe os caminhos e antecipar os futuros.

A questão das alterações climáticas e do seu potencial para gerar conflitos é um dos temas novos que se prevê passe a integrar a agenda do Conselho.

UN Photo - Eskinder Debebe

[13] Ver nosso, Ferro, Mónica, "Timor-Leste, como se reforma um sector de segurança?", *in* Jornal do Exército, Ano L, n.º 590 – Dezembro de 2009.

[14] Retirado de Portugal candidato ao Conselho de Segurança 2011-2012, *Portugal ao Serviço da Paz e Estabilidade, Desenvolvimento Sustentável e Direitos Humanos*, http://www.mne.gov.pt/NR/rdonlyres/ADBB6650-B01A-4BB0-9D5F-32462244F04DB/0/Portugal-UNSC_20012012.pdf.

Texto: Tenente-Coronel de Infantaria, Luís Miguel P. S. Raposo de Medeiros*

Ilda Fonseca
Uma Mulher D'Armas

> O talento e a inteligência de Ilda Fonseca, iriam ser postas à prova, como efectivamente se verificou, quando à sua porta bateram 30 militares, acabados de chegar dos Açores e ainda sem autorização para darem entrada na sua futura Unidade

A Zona Militar dos Açores aproveitou o seu dia festivo, em 26 de Novembro de 2009, para homenagear a fundadora do Lar do Soldado Açoriano de Leiria, Sr.ª Ilda Fonseca Alves da Fonseca. A cerimónia pública revestiu-se de grande significado e emoção, visto que se fez justiça, cerca de 40 anos depois, a uma cidadã exemplar que de um modo dedicado, abnegado e altruísta, deu o seu melhor em prol de centenas de militares e respectivos familiares de todas as ilhas dos Açores que se apoiaram no "Lar do Soldado Açoriano" em Leiria, sem buscar outra recompensa que não fosse a felicidade e o bem-estar dos seus conterrâneos.

Esta história fascinante tem o seu início em meados do mês de Agosto de 1970, quando Maria Ilda Alves da Fonseca decidiu visitar Ponta Delgada, sua cidade natal, estando longe de imaginar a importância de que essa visita se viria a revestir. Do reencontro com algumas amigas, mães de jovens que no cumprimento do dever militar iriam fazer a recruta no Continente com destino à Guerra do Ultramar, começou a surgir-lhe uma ideia dum empreendimento invulgar.

Com efeito, no seu regresso ao Continente levava um sonho que viria a transformar-se no projecto da sua vida: fundar um Lar para albergar os militares provenientes dos Açores durante a sua permanência na cidade de Leiria, onde eles, desen-

raizados da sua terra e das suas famílias, pudessem encontrar apoio, acompanhamento e um elo de ligação com as suas origens.

Sem saber por onde começar e sem qualquer tipo de orientação, Ilda Fonseca resolve contactar o Comandante do Regimento de Infantaria nº. 7, o qual ficou enormemente sensibilizado com o projecto que tinha tanto de inédito e arrojado, como de pertinente.

Ilda e o seu marido acolhem na sua casa os primeiros 15 açorianos, constatando rapidamente que essa não era a opção mais viável por falta de espaço. Resolvem, então, alugar uma casa maior, inaugurada em Junho de 1971, que se transformou no Lar do Soldado Açoriano.

Como as incorporações se faziam de 3 em 3 meses, havia uma sobreposição entre aqueles que estavam a terminar a recruta e aqueles que a iriam começar. Era fácil de prever que a capacidade de improviso, o talento e a inteligência de Ilda Fonseca, iriam ser postas à prova, como efectivamente se verificou, quando à sua porta bateram 30 militares, acabados de chegar dos Açores e ainda sem autorização para darem entrada na sua futura Unidade Militar.

Abria-se assim um novo capítulo, a procura de uma casa maior, que mais tarde veio a revelar-se, novamente, insuficiente e que deu origem à busca de um terceiro local para o Lar Açoriano. Tal veio a concretizar-se em Agosto de 1974, tendo os Comandantes do Regimento de Infantaria nº. 7 e do Regimento de Artilharia Ligeira nº. 4 assistido à sua inauguração, como testemunho vivo do seu apreço pelo trabalho desenvolvido.

Fundado o Lar, o seu sucesso tornava-se visível dia-a-dia e o seu movimento começou a revestir-se de uma maior complexidade que levou à necessidade de se criar e impor algumas regras, que permitissem dar continuidade ao projecto de forma organizada e disciplinada, sem prejudicar o bom ambiente familiar que nele se vivia, conforme se comprovou pelos inúmeros jantares, convívios e festividades que se realizaram no Lar num ambiente fraterno e salutar.

Para levar a cabo, com sucesso, o projecto de apoio e acompanhamento dos militares açorianos, Ilda Fonseca soube criar uma relação de cooperação muito próxima com os comandantes das Unidades Militares, trocando informações sobre os militares que revelassem maiores necessidades de apoio, por forma a que as Unidades e o "Lar" se complementassem.

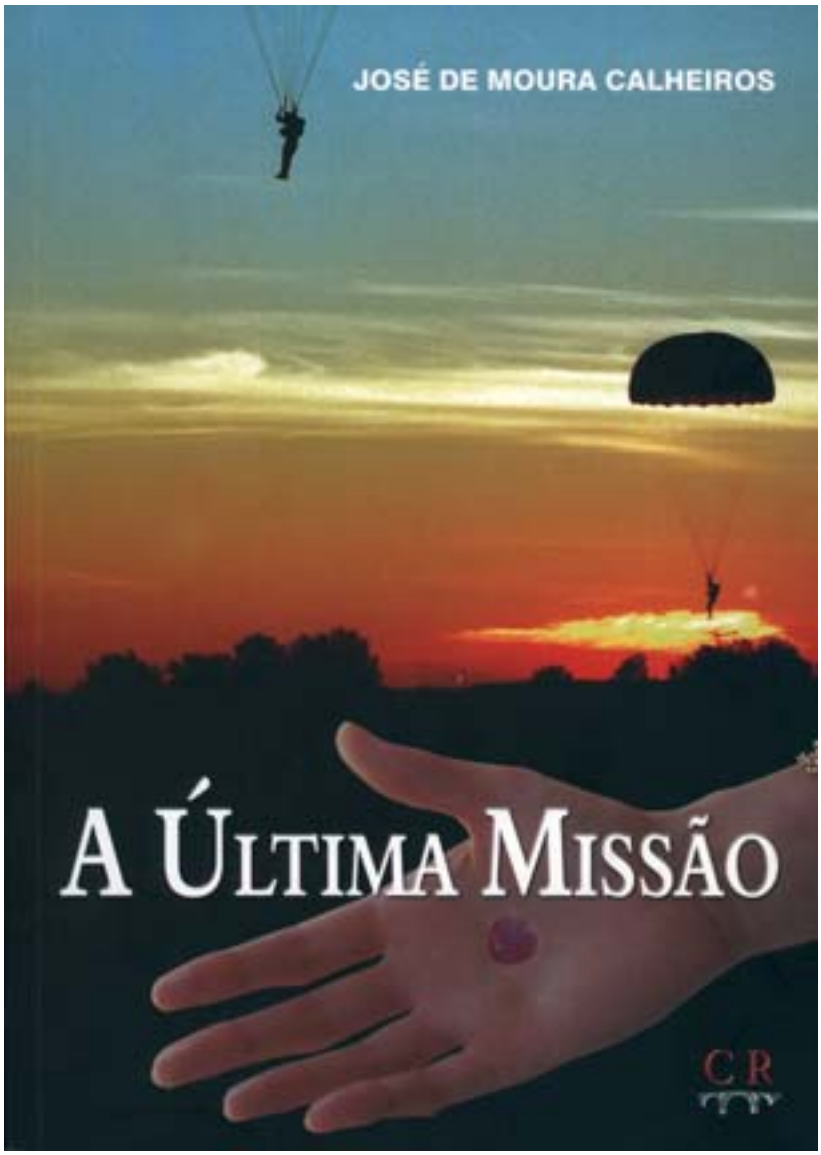
Não menos importante era o papel de Ilda Fonseca como intermediária entre a ansiedade dos pais radicados no arquipélago e o sentimento de insegurança dos filhos deslocados no Continente, intercedendo, por inúmeras vezes, junto de várias entidades civis e militares, no sentido de se ultrapassar as mais variadas situações.

Com o terminar da Guerra do Ultramar, o Lar do Soldado Açoriano, no início de 1975, via cessar a razão da sua existência e chegava ao fim o trabalho de apoio social altamente meritório levado a cabo por uma grande mulher, que na sua humildade e inteligência, o sintetiza nas seguintes palavras: "Foi o melhor que fiz até hoje, o melhor tempo da minha vida, a mais bela passagem por este mundo".

* Chefe do Estado-Maior da Zona Militar dos Açores.

Obra de investigação, de Ana Bela Vinagre, lançada em 2006, que aborda o período de 1970-75.

A Última Missão



Tal como Jean Latérguy, que imortalizou os *Comandos* no seu famoso livro *Os Centuriões*, relativo às campanhas do Vietname, o Coronel José de Moura Calheiros vem, neste livro *A Última Missão*, descrever a gesta do seu Batalhão de Caçadores Pára-quedistas N.º 12 (BCP12), na campanha da Guiné. A acção decorre entre Dezembro de 1972 e Julho de 1973, onde três militares morrem e, com o desfecho abrupto do conflito, não foi possível trazê-los para a metrópole.

Ora, a última missão foi a de se conseguir em parceria com a Liga dos Combatentes e com o Instituto Nacional de Medicina Legal, ir à Guiné investigar o local onde foram enterrados, há 35 anos e conseguir a consequente inumação.

Se fosse tão-somente esse tema, por si só já daria um livro, mas não é o caso! Partindo do cenário da Guiné, o Coronel José Calheiros leva-nos ao teatro de operações de Angola quando, no dia 16 de Março de 1961, foram chamados de emergência para uma missão de intervenção, num ambiente eufórico, rumo à aventura para aquilo que, segundo julgavam, seriam duas semanas! Regressaram mais de dois anos depois – e nas palavras do autor – *E porque foram substituídos por outros! E estes por outros. E esses por outros. Porque os quinze dias, afinal, foram quase quinze anos!*

Então, o autor era um jovem Tenente, idealista, ambicioso e aventuroso, e vai-nos descrevendo com especial mestria, como em 1963, com 27 anos, já Comandante da 1.ª Companhia de Caçadores Pára-quedistas, inicia a sua comissão na África profunda, com péssimas comunicações, áreas imensas, deslocações longas, as primeiras baixas, o baptismo de fogo, que o vão marcar para sempre. As suas descrições de combates são realistas, cruas e verídicas. A paisagem bela e grandiosa, com os inolvidáveis nascer e pôr-do-sol, as trovoadas e tempestades, comuns a toda a África.

1967. 2.ª Comissão – que o então Capitão Calheiros inicia em Moçambique, como Comandante da 2.º Companhia de Caçadores Pára-quedistas. *Regresso ao mato onde não havia matas frescas, nem o capim verde e as matas verdejantes de Angola*, com maiores dificuldades que tivera em Angola, devido às grandes distâncias e forte componente operacional. Mais baixas e desalento, mas um sentimento forte de missão bem cumprida!

1971. 3.ª Comissão – na Guiné. As primeiras impressões à chegada Bissalanca; calor tremendo e humidade asfixiante. Chegada a Bissau: Mercado de Bandim, Palácio do Governador, Praça do Império, Quartel-general e Comando-Chefe. Grande Hotel, dois restaurantes: o Pelicano e o Solar dos Dez. À noite ouvem-se os rebentamentos a poucos quilómetros. Está-se num verdadeiro teatro de guerra, que só se costumava ver nos filmes ingleses da altura, passados em Jerusalém, Chipre, etc.

Mas a Guiné era como um conjunto de pessoas que se conheciam todas devido às poucas distâncias, que compartilhavam as dores e sofrimentos de todos os outros, que estavam em sítios muito complicados, existindo um forte espírito de corpo (opinião do signatário).

A nova missão, do já Major Calheiros, era a de 2º. Comandante do Batalhão de Caçadores Pára-quedistas N.º 12. Uma Companhia estava em Bissalanca e as outras estavam destacadas no interior em actividade operacional.

E é na Guiné que o Coronel Calheiros vai-nos fazer envolver em duríssimas operações de combate. *Guidage*, *Guileje*, *Cantanheez* e *Gadamael* são as páginas extraordinárias de abnegação, lealdade, espírito de sacrifício e de camaradagem, levados ao extremo da perda de vidas, que só lendo se poderá perceber o quão valentes e abnegados foram estes militares anónimos e generosos, envolvidos em combates que, se não fora reais, poderíamos pensar no filme *Apocalipse Now*. Vai-nos descrever aquartelamentos dizimados pelo fogo intenso do inimigo, de Comandantes à beira da loucura por se verem impotentes perante tanta tragédia e tantos militares ficarem loucos e desalentados. A fome, o medo, a

sede, as evacuações e o papel valorosamente efectuado, mas muitas vezes esquecido, pelas jovens enfermeiras Pára-quedistas, que cumpriram em todo o Ultramar a sua Missão de socorro e cuidados, pelos valentes pilotos que desafiavam o fogo inimigo, com incidência para os helicópteros. Enfim, a campanha na sua vertente mais violenta. Um nome sempre presente, o do Comandante do BCP12 – O Tenente-Coronel Araújo e Sá, já falecido.

E é no decurso dessas operações que morrem três soldados do BCP12 (o Vitoriano, o Lourenço, e o Peixoto e Melo), que por falta de evacuação, (falta de caixões, de pregos e de madeira), dão azo a serem enterrados na "terra de ninguém", abandonados pelo fim do conflito.

35 anos depois, a Liga de Combatentes consegue a autorização de deslocação de uma equipa técnica constituída por três antropólogos, uma arqueóloga, um técnico forense e um técnico de geo-radar, além do Major-General Norberto Bernardes, do Major-General Hugo Borges, do Coronel Chanky Danif, do autor e do Sargento-Mor Carvalho Oliveira (intervenientes em vários combates citados). A SIC também esteve presente na reportagem.

Difícil mas não impossível (a sua localização), porque os únicos dados eram um croqui feito, na altura, por um militar anónimo. O regresso, 35 anos depois, a um país depauperado, mas sempre com as populações alegres, sorridentes, outros ex-inimigos, mas todos contentes com a nossa presença.

A missão de os trazer para Portugal foi um êxito e estão enterrados no lugar próprio.

José Calheiros, escreveu um livro épico e notável, com uma sensibilidade fora de vulgar, aliado a uma clareza e realismo tão profundo, que se torna obrigatório a sua leitura, tanto pelos militares que viveram esses tempos, como pelas actuais gerações, para perceberem melhor o quanto custou, a mais fantástica gesta do Século XX, feita pelo Exército em particular e pelos outros ramos das Forças Armadas em geral, durante aqueles quinze anos de combate.

Tenente-Coronel João Pinto Bessa

CALHEIROS, José de Moura, *A Última Missão*, Caminhos Romanos, 2010, 639 páginas.

Coberturas da Guerra do Ultramar, 1961-1974

Parte I

O eclodir da luta armada em África não apanhou Portugal inteiramente desprevenido. A crescente pressão da União Indiana sobre o Estado Português da Índia e a criação, em 1958, do primeiro movimento de libertação de Angola levaram o exército a antecipar possíveis conflitos armados, para os quais seriam seguramente necessários novos uniformes. Assim, pela determinação n.º 14, de 28 de Setembro de 1960, publicada na *Ordem do Exército* n.º 7, da 1.ª série, de 30 de Setembro desse ano, foram criados três novos uniformes: dois uniformes de campanha normal de cor *caqui* (uniformes 2-A, para o Verão; e 2-B, para o Inverno) e um uniforme de campanha especial, camuflado (uniforme 2-C). Dos uniformes de campanha normal faziam parte dois barretes: o *barrete 2-A*, em algodão e o *barrete 2-B*, em lã e fibra (fig. 1 e 2). Foi também adoptado um novo *barrete de bivaque*, semelhante ao *barrete de campanha* do modelo de 1948, mas de cor *caqui*. O uniforme de campanha especial, primeiro uniforme camuflado do Exército português, destinava-se apenas a caçadores ou operações especiais. Podia ser usado com capuz (fig. 3) e incluía o *barrete 2-C*, inspirado no *casquette Bigeard* usado pelos franceses na Indochina (fig. 4). O uso do uniforme de campanha camuflado foi generalizado a todo o pessoal pela determinação n.º 11, de 31 de Julho de 1961, publicada na *Ordem do Exército* n.º 8, da 1.ª série, de 31 de Julho desse ano. O novo uniforme, designado *uniforme 2-G* incluía um novo barrete camuflado, o *barrete 2-G* (fig. 5). Para substituir o *barrete de bivaque* de cor *caqui* foi criado um *barrete de bivaque* em sarja de algodão cinzenta. Mais tarde, pela determinação n.º 17, de 31 de Dezembro de 1963, publicada na *Ordem do Exército* n.º 12, da 1.ª série, de 31 de Dezembro desse ano, o *barrete 2-G* foi abolido e o *barrete 2-C* novamente adoptado. Em 1964 foi introduzido, por circular n.º 2/E de 10 de Março da Repartição do Gabinete do Ministro do Exército, um uniforme de trabalho, designado por *uniforme n.º 3*. A sua cobertura, designada como *barrete n.º 3* (fig. 6), era confeccionada em tecido de algodão de cor verde azeitona.

A primeira boina militar portuguesa foi adoptada, em 1955, para os caçadores pára-quedistas (fig. 7). O seu uso estendeu-se à Armada, com a introdução da boina azul-ferrete para os fuzileiros e ao Exército, com a adopção da boina castanha para os caçadores e especialistas em operações especiais (fig. 8 a 12).

Fig. 1 e 2: *Barrete 2-A*, modelo de 1960. Semelhante ao *barrete 2-B*, era confeccionado em algodão e por isso mais fresco. Esta cobertura possuía um cobre-nuca e dois tapa-orelhas, que se podiam fixar sobre a copa.

Fig. 3: Capuz para o *uniforme 2-C*, modelo de 1960. O capuz adaptava-se a uma abotoadura existente na gola do *dolman* e podia ajustar-se por meio de um cordão existente na bainha inferior.

Fig. 4: *Barretes 2-C*, modelo de 1960. O "quico", como era conhecido, tinha um cobre nuca bipartido que possibilitava, pelo menos em teoria, colocar o barrete ao contrário e destapar apenas um dos olhos. Os vários padrões de camuflado foram indistintamente usados nos vários teatros de operações.

Fig. 5: *Barrete 2-G*, modelo de 1961. A sua forma era semelhante à dos barretes *2-A* e *2-B*, à excepção do cobre nuca, que era mais comprido. O uso de emblemas neste barrete não era regulamentar. Apesar da adopção oficial do "barrete 2-G", muitos militares continuaram a preferir o "quico".

Fig. 10: Distintivo para caçadores de Moçambique, *circa* 1960. A trompa de caça, distintivo tradicional das unidades de caçadores, era usada no lado esquerdo da boina.

Fig. 6: *Barrete n.º 3*, modelo 1964. Esta cobertura, uma versão não camuflada do "quico", fazia parte do *uniforme n.º 3* ou de trabalho e destinava-se a ser usado quer na metrópole quer no ultramar.

Fig. 7: Boina para caçador pára-quedista, modelo de 1955. Esta cobertura foi adoptada pelo decreto n.º 40395, de 23 de Novembro desse ano. Para evitar alterações, a sua cor foi fixada pela portaria n.º 20911 de 16 de Novembro de 1964, passando a designar-se "verde caçador pára-quedista". Este exemplar apresenta o primeiro modelo de emblema, oficialmente usado até 6 de Fevereiro de 1961.

Fig. 11: Boina para Comando, modelo não regulamentar. Em Moçambique, algumas unidades de comandos usaram boina encarnada com fitilhos pretos a partir de 1963. No entanto, esta cor só viria a ser oficialmente autorizada pela circular n.º 315625 de 19 de Julho de 1974, da 4.ª Repartição do Estado-Maior do Exército. Este exemplar foi oferecido ao autor, então um miúdo de 12 anos, pelo Coronel Jaime Neves.

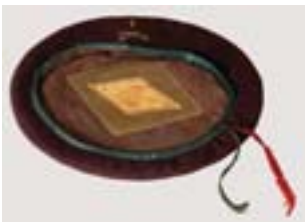
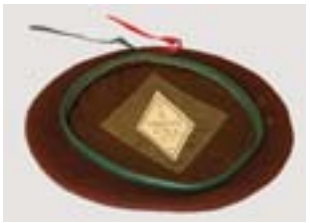


Fig. 8: Boina militar, modelo de 1960 (versão inicial). Do modelo aprovado para caçadores e operações especiais pela determinação n.º 14 de 28 de Setembro de 1960, era confeccionada em malha de lã castanha e tinha debrum de plástico verde com fitilhos encarnado e verde. Nos primeiros exemplares produzidos, o debrum era formado por várias secções. Este exemplar apresenta os distintivos do Regimento de Cavalaria n.º 7 pelo que o seu uso é posterior a 31 de Julho de 1961.

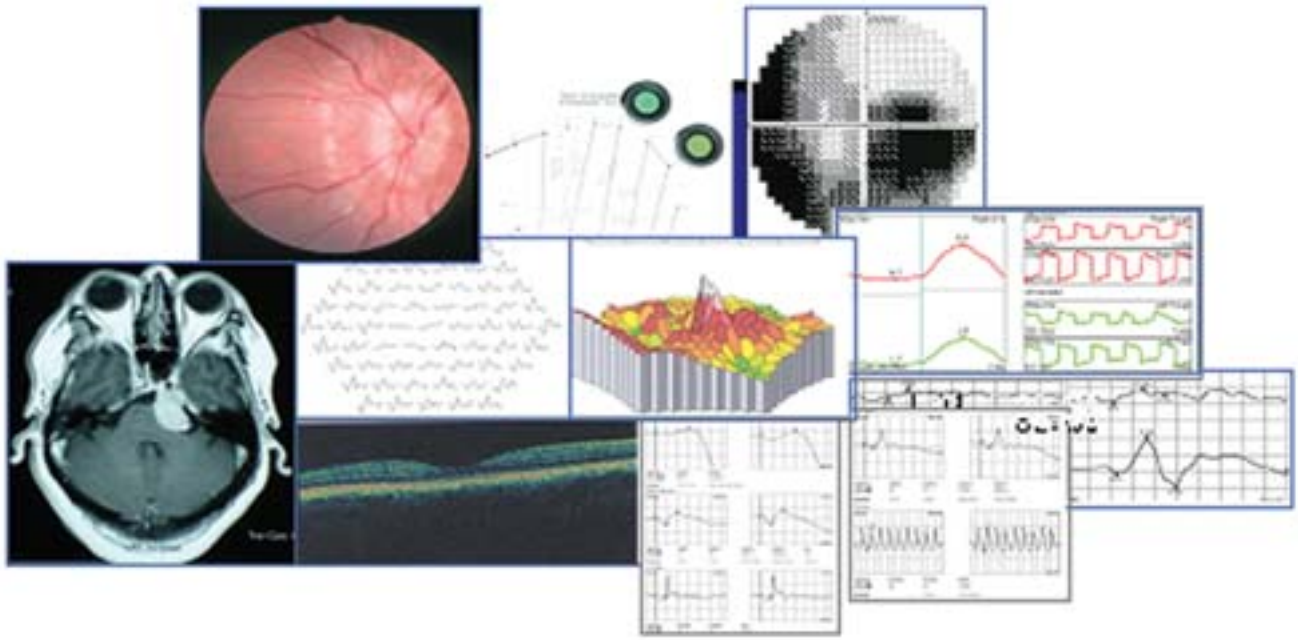
Fig. 12: Distintivo da Companhia de Comandos n.º 112, "Os Fantasmas". Em alumínio impresso, apresenta a boina colorida de encarnado.

Fig. 9: Boina militar, modelo de 1960. Após um período inicial, as boinas produzidas pelas OGF (Oficinas Gerais de Fardamento) passaram a ter o debrum verde confeccionado a partir de uma só peça.



Pedro Soares Branco

Neuroftalmologia



A Neuroftalmologia é a subespecialidade da Oftalmologia que estuda as conexões do globo ocular ao cérebro. Cerca de metade do cérebro humano está relacionada com o acto de ver e muitas doenças do Sistema Nervoso, afectam os olhos ou a visão.

A Neuroftalmologia, é praticada por médicos oftalmologistas com este treino especializado, que permite diagnosticar a origem dos sintomas visuais causados por problemas nos nervos ópticos, ou nas suas conexões com as áreas visuais do cérebro. Também clarificam e tratam problemas retinianos que muitas vezes coexistem ou imitam sintomas neurológicos.

Tipos de doentes observados em Neuroftalmologia:

- € Perda da visão ou de parte do campo visual
- € Visão dupla
- € Alterações dos movimentos oculares
- € Pupilas desiguais
- € Acidentes vasculares cerebrais
- € Tumores cerebrais
- € Outras doenças gerais que afectam a visão
- € Outros problemas visuais de causa não esclarecida

A consulta consiste na avaliação clínica, que inclui teste de campos visuais com Perimetria Estática Computorizada (Humphrey) e ou Perimetria Cinética de Goldmann. Podem ser necessárias outras investigações, como a Tomografia de Coerência Óptica (OCT), testes de visão cromática, neurofisiológicos e electrofisiológicos, análises sanguíneas, Tomografia Axial Computorizada (TAC) e Ressonância Magnética (RM).

Recomenda-se que o doente seja portador de todos os exames previamente efectuados, tais como, informações clínicas, medicações em curso, campos visuais e TAC/RM.

No final desta avaliação, é discutido o resultado dos testes efectuados, diagnóstico, possibilidades de tratamento e a eventual necessidade de avaliações posteriores.

Dra. Fátima Campos; Dra. Ivone Cravo; Dra. Manuela Novais

alm OFTALMOLASER
oftalmologia médica e cirúrgica

www.alm.pt

PROMOVER, PREVENIR, TRATAR E CUIDAR A SAÚDE DOS SEUS OLHOS

A **ALM OFTALMOLASER** é uma clínica especializada na prestação de serviços de oftalmologia, com modernas instalações em Lisboa, e dispõe de uma cuidada equipa de profissionais que garante um serviço de excelência ao doente e ao acompanhante.

A nossa clínica está preparada para responder ao tratamento de todas as patologias oftalmológicas, com a prestação de um serviço de qualidade igual ou superior, ao praticado em clínicas internacionais.

Estamos dotados com todas as tecnologias de ponta e aplicamos as técnicas cirúrgicas mais recentes, acompanhando todos os avanços que são feitos neste âmbito.

Consultas de Oftalmologia
- Geral
- Especialidade

Exames
- Retinografia
- Angiografia Fluoresceínica
- Angiografia Verde Indocianina
- Ecografia
- Biometria
- Electrofisiologia Ocular
- Neurofisiologia
- Microscopia Especular
- Paquimetria
- Perimetria Computorizada
- Topografia Corneana (Orbscan)
- Zyoptic
- OCT

Terapêutica Fotodinâmica

Cirurgias
- Catarata
- Estrabismo
- Glaucoma
- Vitreo-retiniana
- Lentes Intraoculares para correcção da Miopia
- Cirurgia da Criança

Cirurgias Laser (Excimer) - Lasik
- Miopia
- Hipermetropia
- Astigmatismo

Tratamentos Laser Argon e Yag
- Diabetes
- Glaucoma

alm
Rua Dr. Nicolau Bettencourt, nº 39 e 41 | 1050-078 Lisboa
Tel: 213 838 560/2 | Fax: 213 838 563/9
Telemóvel: 969 803 883/4 - 939 654 156 - 917 418 247
alm.omc@alm.pt

ACORDOS: ADM, Advance Care, CML, Caixa Geral de Depósitos, PSP, Companhias de Seguros, Comp. de Seguros Tranquilidade, Médis, Maxicare, Multicare, PT-ACS, SAMS Quadros, ADSE, IASFA - Instituto de Acção Social das Forças Armadas, SAMS SBSI, SAMS SIB, Savida, Unimed

EXÉRCITO

Fernando Cavaleiro e a Operação Tridente

Cronologia

11 de Junho de 1917 - Nasce em Abrantes Fernando Cavaleiro;
1934 – Conclusão do 7.º ano de Liceu no Colégio Militar;
1936-1939 – Frequenta o Curso de Cavalaria da Escola do Exército;
1940 – Ingressa no quadro permanente como Alferes no RC 3, em Estremoz;
1947 – Participa como atleta no Campeonato do Mundo de esgrima;
1948, 1952 e 1956 – Participa como atleta nos Jogos olímpicos de Londres, Helsínquia e Estocolmo na disciplina de Concurso Completo de Equitação;
Janeiro de 1962 – Promovido a Tenente-Coronel;
Fevereiro de 1963 – Forma o Batalhão de Cavalaria 490, em Estremoz;
Julho de 1963 – Agosto de 1965 – Comissão no Ultramar, na província da Guiné;
Janeiro de 1964 – Março de 1964 – Comanda a Componente Terrestre na Operação Tridente;
Outubro de 1965 – Promovido a Coronel;
10 Janeiro de 1969 – Passa à situação de Reserva;
1988 – Passa à situação de Reforma.

O Comandante

A 11 de Junho de 1917 nasce, em Vila Nova da Barquinha, Fernando José Marques Cavaleiro, o homem que viria a comandar, cerca de 47 anos mais tarde, a componente terrestre na Operação Tridente, uma das operações de maior envergadura conduzidas durante o período da Guerra nos territórios ultramarinos portugueses.
Enquanto jovem, Fernando Cavaleiro frequentou o Colégio Militar, onde foi contemporâneo de Spínola e Costa Gomes, tendo concluído o 7.º ano do Liceu no ano de 1934. Em 1936 ingressa na Escola do Exército onde frequenta o curso de Cavalaria, que termina em 1939. Promovido a Aspirante, é colocado, desde 1 de Novembro de 1939, no Regimento de Cavalaria N.º 3. Desde a sua primeira colocação até à nomeação para o comando do Batalhão de Cavalaria 490, o Tenente-Coronel Fernando Cavaleiro prestou serviço em várias Unidades do Exército e da Guarda Nacional Republicana, desempenhando funções ao nível do Comando e do Estado-Maior. A sua dedicação ao desporto manifestou-se cedo, sendo patente na sua folha de serviço as referências às várias competições desportivas em que tomou parte, das quais se destacam a sua participação em olimpíadas, no âmbito do hipismo, por três vezes e a integração na equipa portuguesa de esgrima no campeonato mundial de 1947.
Promovido ao posto de Tenente-Coronel em 17 de Janeiro de 1962, cerca de um ano depois é chamado a formar o Batalhão de Cavalaria 490, em Estremoz. Em Julho de 1963, no comando desse Batalhão de Cavalaria, embarca para o Ultramar, província da Guiné, onde assume inicialmente a missão de Força de Intervenção do Comando-Chefe, sendo nesta qualidade que, entre 15 de Janeiro e 24 de Março de 1964, o Batalhão é chamado a executar a Operação Tridente. Cerca de um mês após a Operação Tridente, em 9 de Maio de 1964, o Batalhão assume o sector, na região de Farim, até ao regresso à Metrópole, em 6 de Agosto de 1965.
É durante a comissão na Guiné que as qualidades do Tenente-Coronel Fernando Cavaleiro, enquanto condutor, de homens, emergem. As operações sucessivas, as más condições de vida e as constantes alterações em termos de comandos subordinados obrigam a uma maior acção de liderança da sua parte. Para além do mais, enquanto decisor, fica patente o planeamento e a conduta da Operação Tridente, na qual todos os objectivos foram atingidos de forma eficaz.
Promovido ao posto de Coronel em Outubro de 1965, Fernando Cavaleiro,passa, por solicitação do próprio, à reserva, em Janeiro de 1969, com 52 anos, encontrando-se, actualmente, na situação de reforma desde 1988.
Possuidor de vários louvores e condecorações de onde se destacam o grau de oficial da Ordem Militar de Aviz, Cruz de Guerra de 1.ª Classe, Cruz de Guerra de 3.ª Classe e Medalha de Mérito Militar de 3.ª Classe, o Coronel Fernando Cavaleiro, com 93 anos de idade, mantém uma vitalidade verdadeiramente invejável no Centro de Apoio Social de Oeiras, onde vive com a sua esposa.

Cortesia do Coronel Fernando Cavaleiro

Tenente-Coronel Fernando Cavaleiro.

"Portugal não é um país pequeno". http://purl.pt/

Conjuntura Político-Estratégica

Entre 1961 e 1974, o Estado Português desenvolveu uma guerra de contra-subversão nos territórios ultramarinos de Angola, Guiné e Moçambique, com a convicção que lutava pela integridade do seu território e a garantia da sua própria soberania. Dessa forma, assumindo que, geopoliticamente, estava em causa a preservação do Regime e a sobrevivência do próprio Estado, Portugal definiu a preservação dos territórios em África como objectivo vital, pela qual se predispôs a combater. A questão das Províncias Ultramarinas constituiu o centro das atenções estratégicas de Portugal desde 1926 a 1974, pois o "Portugal uno, multicontinental e multirracial do Minho a Timor" consubstanciava a autonomia e a independência política do País e era a base da sua economia, justificando o recurso às estratégias político-militares para a sua manutenção. Na verdade, desde o Acto Colonial de 1930 que África era assumida como uma razão de Estado: "Sem ela, seríamos uma pequena nação; com ela somos um grande país", fundamentava Marcello Caetano. Essa obsessão com a "Pátria Negra" justificava-se, de acordo com Salazar, com a trilogia geografia, heroísmo e comércio.

Se, entre as duas guerras mundiais, Portugal beneficiou do estatuto imperial das potências europeias vencedoras da 1.ª Guerra Mundial (Inglaterra e França), tudo mudou depois da 2.ª Guerra Mundial. O ponto de viragem foi dado pela crise do Suez, pelas afirmações feitas em Bandung e, principalmente, pelo despontar de nacionalismos em África e a organização de movimentos de libertação. Em 1956 Salazar vincou, em discurso de 30 de Maio, proferido na Sociedade de Geografia de Lisboa, a sua disponibilidade estratégica para a defesa do Império, afirmando que Portugal é uma Nação "sem dúvida estranha, complexa e dispersa pelas sete partidas do mundo", mas com um sentimento comum em toda a parte de "que ali é Portugal". Desenvolveram-se, então, mediadas estruturais de fomento destinadas a melhorar o nível de vida das populações, acelerar o povoamento e atrair aos territórios ultramarinos os grandes capitais e as indústrias. Desta forma, o Governo procurava assegurar as condições de manutenção da soberania em África, sem recurso ao emprego da força militar.

Apoiado na premissa de que as Províncias Ultramarinas eram território integrante do conjunto unitário português, Salazar não enveredou pela cedência de soberania de parcelas nacionais, ao contrário do que fizeram outras potências (Inglaterra, França, Holanda). Por isso, o Regime

Estratégia Militar Portuguesa

Os anos de 1956 a 1959 foram de reflexão sobre a reorganização das Forças Armadas, altura em que se equaciona a transferência do esforço militar da Europa para África. Efectivamente, em 1959, enquanto o Ministro da Defesa, General Botelho Moniz, ainda considerava que no contexto da guerra-fria a Europa constituía o teatro a privilegiar, o Ministro da Marinha, Almirante Quintanilha Dias, defendia a necessidade de mais navios de "alto mar" e o Subsecretário da Aeronáutica, General Kaúlza de Arriaga, pedia mais meios aéreos, Salazar afirmava que "o certo é que temos uma guerra no Ultramar e ela será de guerrilhas. Para isso, temos que estar preparados". Enquanto isso, o Ministro do Exército, Almeida Fernandes, aconselhava, numa Directiva datada de 29 de Abril, "a urgente disponibilidade de unidades terrestres que, pela sua organização, apetrechamento e preparação possam ser empregadas na execução de operações de tipo especial: operações de segurança interna de contra-subversão e de contra-guerrilha", para actuarem na Guiné, em Angola e em Moçambique. Em 25 de Janeiro de 1960 a Directiva do General CEMGFA provocou uma alteração profunda nos objectivos estratégicos nacionais, apontando para a preparação de uma guerra no Ultramar, face às seguintes ameaças: acção insidiosa dos países vizinhos; guerra subversiva conduzida no interior dos territórios; sublevação. Depois, a 25 de Novembro desse ano, o Conselho Superior de Defesa Nacional procedeu a uma readaptação estratégica do emprego de forças: o esforço militar da Europa foi transferido para África; reduziu-se a cooperação com a Espanha na defesa peninsular nos Pirenéus a uma atitude mais política que militar; foi revisto o plano de defesa interno do Território Nacional; os compromissos com a NATO sofreram ajustamentos. Acontece que, em 1960, o estado de prontidão das Forças Armadas era preocupante, devido ao facto de estarem lançadas as bases para a formação das unidades para a fase pré-insurreccional e de rebelião armada no Ultramar, de se concretizarem modificações profundas nos dispositivos e de se verificarem alterações na instrução dos quadros. Para além dos problemas de mentalização, face à nova realidade, existiam dificuldades de ordem financeira que permitissem efectuar uma remodelação profunda do aparelho militar capaz de cumprir no terreno os objectivos políticos definidos. Impunha-se uma reafectação de meios face à nova definição de objectivos estratégicos e uma harmonização de mentalidades no seio das Forças Armadas. A instrução militar passou, então, a incorporar as técnicas de contra-guerrilha, com *O Exército na Guerra Subversiva* a servir de manual do treino militar, enquanto um conjunto de oficiais procedeu à recolha de ensinamentos e lições aprendidas em conflitos similares: no Quénia aprendeu-se a recrutar nas forças adversárias; na Malásia a retirar apoio da população e a garantir mobilidade; na Argélia, assimilaram-se as valências das unidades de quadrícula e de intervenção, a saber extrair as vantagens de emprego dos meios aéreos e desenvolver um eficaz sistema de informações; no Vietname, a captação das populações foi o ensinamento primordial.

português deixou de contar com o apoio inglês e sofreu a pressão americana. Em 1961, iniciou-se a Guerra do Ultramar, com a chacina efectuada pela "hoste" de Holden Roberto às populações e fazendeiros no Norte de Angola em 15 e 16 de Março. A sua eclosão, além de mostrar a irredutibilidade de Salazar na política ultramarina, bem vincada na sua célebre frase "para Angola, rapidamente e em força", teve implicações profundas no futuro político da Nação. Mas, se a população portuguesa residente na metrópole e em África jamais acreditou que os acontecimentos iniciados em Angola se transformassem numa subversão armada generalizada às várias províncias, o Regime, ao invés, previa essa possibilidade desde finais do decénio de 1950, como revelam a transferência do esforço militar da Europa para África e as reestruturações do aparelho militar ao nível da sua organização, dispositivo e treino. Em 1963, quando o PAIGC sublevou a Guiné, Salazar ainda ameaçou os revoltosos anunciando para o Ultramar três tomadas de posição possíveis: "a mais estreita e amigável colaboração, se julgarem útil; a maior correcção, se formos dispensados de colaborar; a defesa dos territórios que constituem Portugal até ao limite dos nossos elementos humanos e dos nossos recursos, se entenderem por bem converterem as suas ameaças em actos de guerra e trazê-la aos nossos territórios". Em vão, a guerra seguiu o seu curso, com o Regime a ter de combater militarmente em três teatros de operações distintos e dispersos, politicamente a intransigência da comunidade internacional e, internamente, um inimigo revolucionário e oposicionista.

A Arte da Guerra e Aparelhos Militares

http://www.dokkumenta.com/

Reacção a uma emboscada.

Desde 1958 que a evolução da conjuntura política internacional e o pulsar da situação em África davam indícios ao Regime de que um conflito no Ultramar era inevitável. Assim, enquanto a diplomacia esgrimia argumentos de unidade nacional nos *fora* internacionais, o Estado Novo invertia a sua estratégia. A prioridade passava a ser África, em detrimento da OTAN, da Europa e da Espanha.

A inversão preconizada pelo regime trazia um novo desafio ao aparelho militar português. A adequação do paradigma de emprego de forças, num contexto de guerra convencional, para um contexto de contra-subversão. Decorrente dos estudos efectuados, evidenciavam-se três factores importantes: a necessidade de uma implantação territorial, designada por unidades de quadrícula, que efectuasse acções de nomadização, patrulhamento, protecção de itinerários e garantisse, por um lado, a segurança das populações e que as levasse a abandonar o apoio à guerrilha e, por outro lado, que procedesse à cativação dos elementos afectos à guerrilha, com vista ao seu recrutamento e posterior aplicação contra a mesma guerrilha; a existência de forças de intervenção com elevada mobilidade, de forma a actuar em tempo oportuno contra formações inimigas; e a importância de um sistema de informações integrado e coordenado para permitir o aproveitamento adequado das notícias recolhidas. Portanto, a manobra militar actuava punitivamente sobre os grupos armados que prejudicassem a manobra sócio-económica, expulsando-os da sua zona de esforço. Assim, a reorganização territorial fixou a divisão em Comandos Territoriais aos quais se sobrepunha uma quadrícula que tinha o Batalhão como unidade base. Porém, as unidades de quadrícula ficavam, tendencialmente, imobilizadas na área dos aquartelamentos, deixando a maioria das vezes a iniciativa das actuações operacionais aos elementos das forças de intervenção, mais aptas para operações de contraguerrilha, ocupação de áreas sensíveis e escoltas.

Nesse sentido, acabou-se com a diferenciação entre Exército Metropolitano e Exército Colonial (que vinha do tempo das Campanhas de Ocupação Africanas, no século XIX) e atribuiu-se ao Exército a missão abrangente de "assegurar a defesa terrestre do território nacional metropolitano e ultramarino contra qualquer agressão externa e interna". Foi criada a 3.ª Região Militar (Angola, que incluía também S. Tomé e Príncipe), a 4.ª Região Militar (Moçambique) e sete Comandos Territoriais Independentes (onde se incluía a Guiné). Determinou-se a criação de «unidades

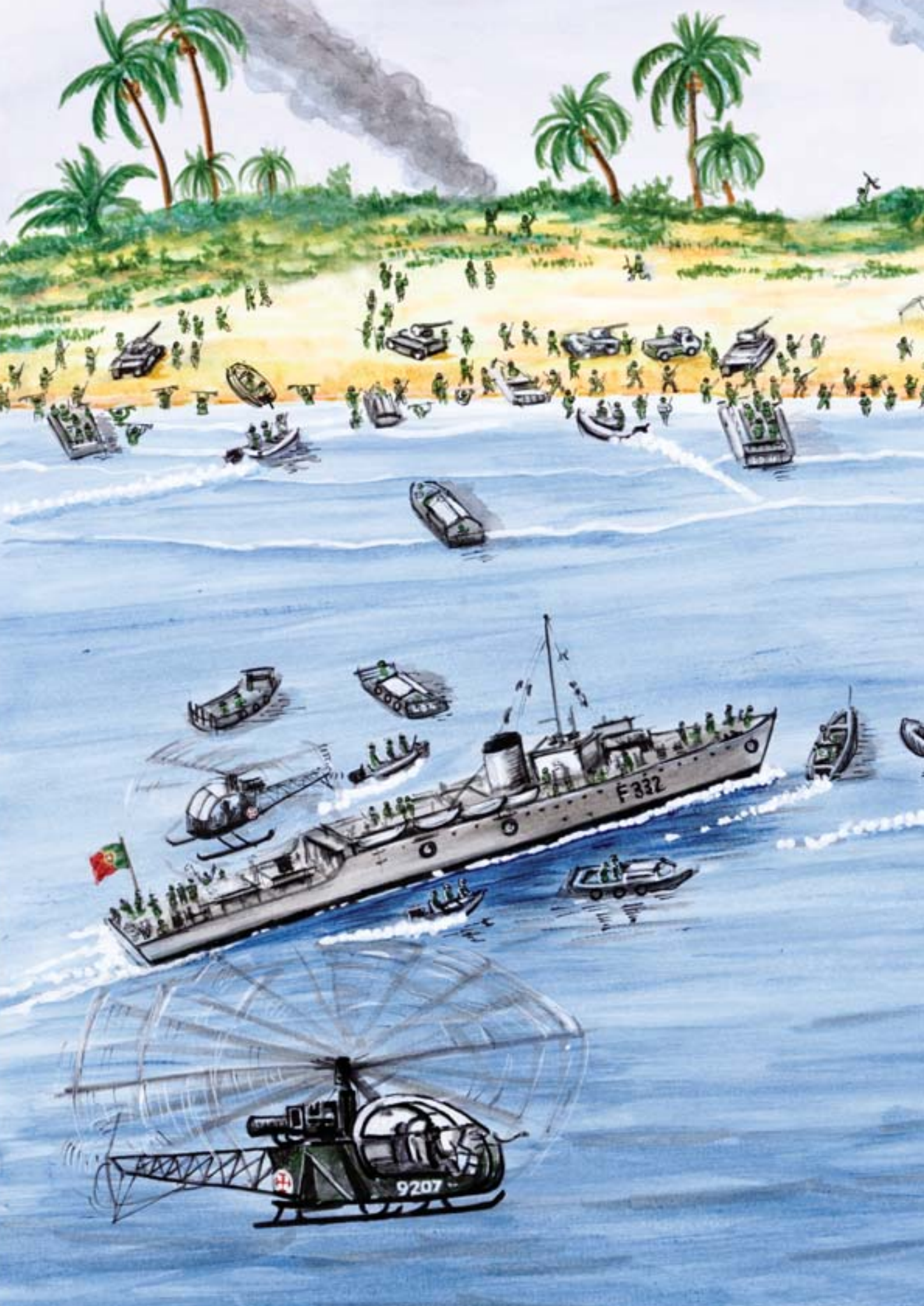
Guerrilheiros do PAIGC.

http://2.bp.blogspot.com

PAIGC

Em 1956, Amílcar Cabral funda, em Bissau, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) com um objectivo: a independência nacional. Depois de repetidas e frustradas tentativas de negociação pacífica com o governo da metrópole, o partido organiza uma primeira greve de trabalhadores, em 3 de Agosto de 1959, a qual é reprimida pelas autoridades portuguesas, ficando esse episódio conhecido como o massacre de Pidjiguiti. Perdidas as esperanças de uma solução negociada, o PAIGC decide recorrer à luta armada, sendo o ataque ao aquartelamento de *Tite*, em 23 de Janeiro de 1963, a primeira manifestação da nova estratégia de Amílcar Cabral. Esta modalidade é facilitada pela formação dos quadros do PAIGC que, desde 1960, recebem formação na República Popular da China. Para além do mais, começam a surgir, de forma mais vincada, da vizinha Guiné-Conacri, variados e importantes apoios (bases de apoio, material e aconselhamento militar, oriundo da URSS).
Contudo, a afirmação político-militar do PAIGC inicia-se com a realização do Congresso de Cassacá, em Fevereiro de 1964. É então decidido consolidar as estruturas do partido e as suas bases de apoio à população. Nesse sentido, são criados serviços de educação, de saúde, judiciais e económicos, ao mesmo tempo que se implementaram medidas para uma maior participação política das populações. Ao nível militar são criadas as Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP) que, entre 1964 e 1968, conseguem um avanço territorial significativo, em muito facilitado pela postura defensiva das Forças portuguesas. Neste período o movimento procura maximizar, através de campanhas psicológicas, o apoio da população e, ao mesmo tempo, a degradação do moral das Forças portuguesas. Para o efeito, o PAIGC abre, em 1965, a frente psicológica com emissões regulares através da "Voz do Povo". Será a acção psicossocial de Spínola a principal causa da ineficácia da acção psicológica do PAIGC e da consequente acalmia que o conflito conhece entre 1968 e 1972. Contudo, a postura do Governo de Lisboa face à situação na Guiné conduz à abertura das fronteiras do Senegal ao movimento. Com apoios dos Estados limítrofes da Guiné, o PAIGC, aumenta a sua actividade militar e, em 1973, fruto do emprego de mísseis SA-7 *Strela*, retira a liberdade de acção ao aparelho militar português, limitando o apoio aéreo às operações terrestres. Nos inícios de 1974, o PAIGC tem as condições que lhe permitem entrar na última fase do processo subversivo, a fase da Guerra móvel convencional.

especiais de intervenção imediata», de modo que, organizadas, apetrechadas e preparadas, pudessem ser empregues na execução de operações de segurança interna de contra-subversão e de contra-guerrilha. Em 1959 criou-se o Centro de Instrução de Operações Especiais, de onde saíram as Companhias de Caçadores Especiais, tendo embarcado, a 6 de Junho, as primeiras três com destino a Angola. Apesar da capacidade operacional, as Companhias de Caçadores Especiais acabaram por ser extintas, decidindo-se, em determinada altura, "não há Caçadores Especiais, são todos normais". Em 1962, foi retomada a ideia de se constituírem unidades especiais de contra-guerrilha, ministrando-se instrução intensiva a grupos de combate e a alguns batalhões de quadrícula, que foram empenhados como grupos de intervenção.
A guerra desenrolou-se essencialmente em terra, porque era aí que vivia a população, centro de gravidade estratégica do conflito. Nesse sentido, foi sobre o Exército que recaiu o esforço, cabendo às forças navais e aéreas apoiar as operações terrestres. Num continente em processo de descolonização, os países limítrofes da Guiné, de Angola e de Moçambique eram hostis ao Poder Português. Apoiavam os Movimentos de Libertação, autorizando a instalação nos seus territórios de campos de instrução, de bases operacionais e logísticas e, também, a circulação de materiais, de pessoas e de forças militares. A existência de "santuários" criou sérias dificuldades às forças portuguesas, na medida em que se tornava difícil evitar a sua entrada no território e, uma vez atravessada a fronteira, era difícil localizá-los. Assim, dos princípios estratégicos aplicáveis na guerra em África sobressai: a contra-subversão é uma luta pela população e nunca contra a população; a luta contra a subversão não pode ser levada a efeito exclusivamente pelas forças militares e estas não devem actuar unicamente pelas armas. Portanto, a actuação contra-subversiva partia da premissa de que este tipo de guerra não se ganha pela acção militar, mas perde-se pela inacção militar, constituindo objectivo primário das Forças Armadas garantir a liberdade de acção política, governativa e administrativa.


F 332
9207

1774
1769
5319
319
Salvador
2010

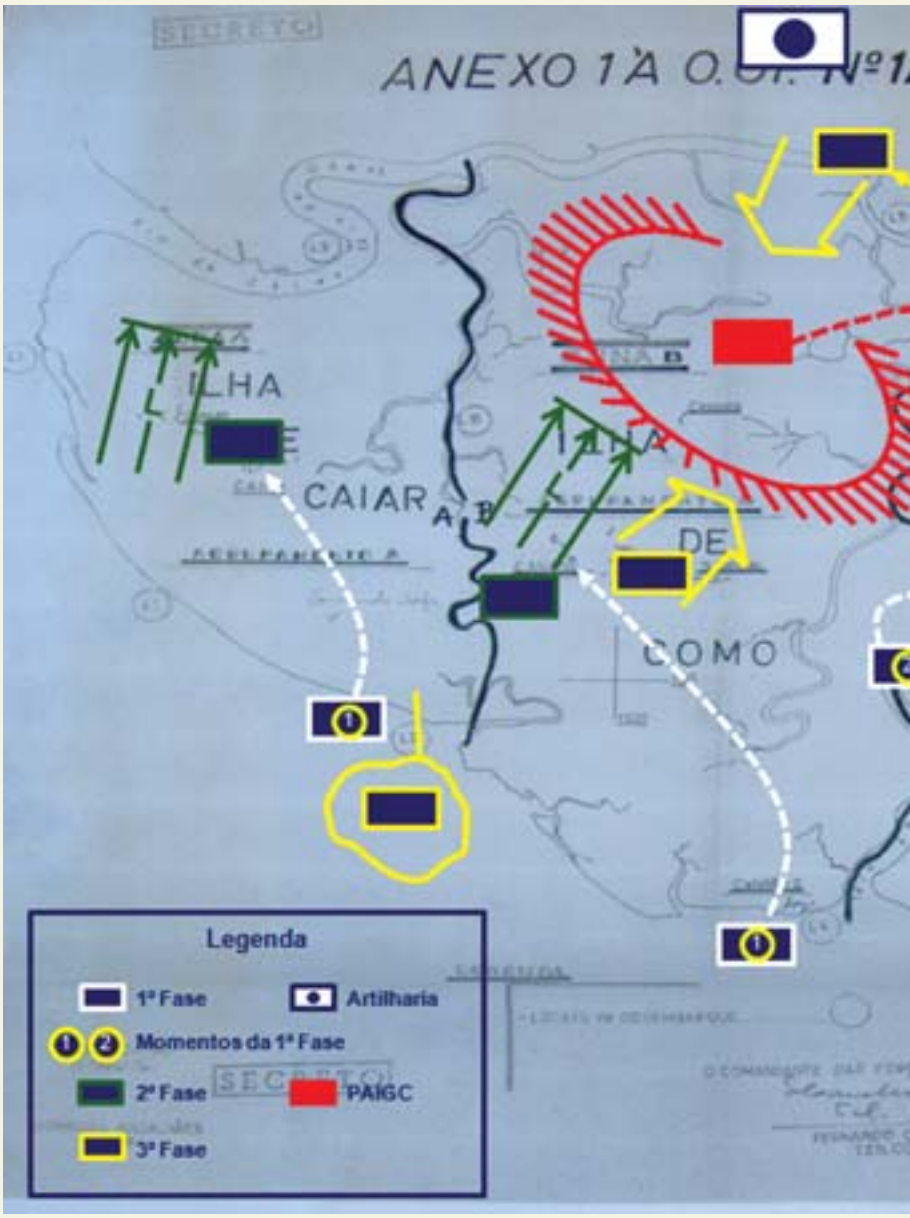
Descrição da Batalha

Após o ataque a Tite, o PAIGC, apoiado pela Guiné-Conacri, ocupa sem resistência as ilhas de Caiar, Como e Catunco, fundando a auto-proclamada *República Independente do Como*. As três ilhas, separadas por canais estreitos, garantiam santuário a cerca de 400 guerrilheiros do PAIGC que flagelavam o Sudoeste da província e dificultavam a navegação na Costa Sul, principalmente entre Bissau e Catió. A região, abundante em arrozais, garantia a necessária fonte de abastecimento aos guerrilheiros e constituía-se como base de partida a partir da qual o PAIGC podia penetrar na península de Tombali e daí para Norte. Com uma área de 210 km^2, dos quais 166 ficavam submersos por acção das marés, a traficabilidade ficava bastante reduzida em virtude dos lodos provocados pela baixa-mar.

A força de guerrilha, sob as ordens de Nino Vieira, estava organizada em três grupos. De acordo com as informações disponíveis, estavam bem enquadrados, com um razoável grau de instrução e moral elevada. Possuíam armamento ligeiro e pesado e sabia-se que os guerrilheiros tinham os acampamentos no Norte de Caunane, ao redor de Cassaca – uma zona de mata densa.

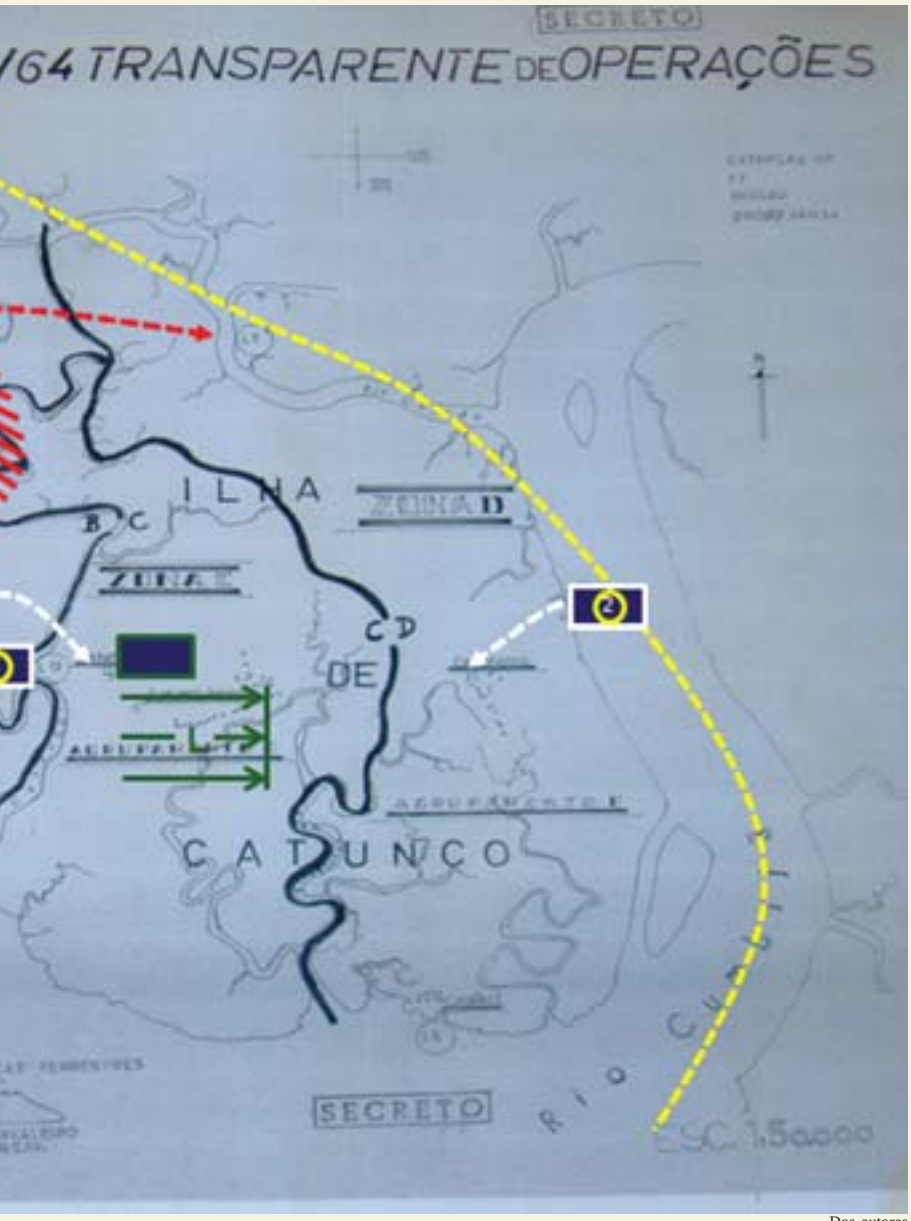
A decisão de atacar as bases do PAIGC para expulsar os guerrilheiros da região surge na semana do Natal de 1963. A missão é dada pelo Comandante-Chefe, Brigadeiro Louro de Sousa, ao Batalhão de Cavalaria 490, sob o comando do Tenente-Coronel Fernando Cavaleiro. Para a Operação Tridente, o Tenente-Coronel Cavaleiro contava com três companhias de Cavalaria (CCAV) e uma de Caçadores (CCAÇ), das quais três dos comandantes de companhia haviam sido rendidos recentemente, apoiadas por pelotões de pára-quedistas, sapadores, morteiros e obuses e um grupo de combate de comandos. Para além destas, o Batalhão contava com o apoio de Destacamentos de Fuzileiros Especiais (DFE), meios de transporte marítimo e apoio aéreo, num total de cerca de 1100 homens. A intenção do comandante era desencadear uma acção rápida para isolar as ilhas de Como, Caiar e Catunco e limpar a Zona de Acção (ZA). Para o efeito, organizou os meios disponíveis em cinco agrupamentos (Agr. A, B, C, D e E), todos com elementos de sapadores e guias *fulas* na orgânica.

O planeamento, conduzido no maior sigilo, previa que a operação fosse executada em três fases: numa primeira fase, com quatro agrupamentos, efectuar desembarques na região sul para isolar as ilhas de Caiar e de Como; numa segunda fase, efectuar a limpeza da ZA de Caiar-Como e Catunco; na terceira fase, envolver a Norte da ilha de Como, com forças dos agrupamentos em Caiar e Catunco, para conquistar a mata de Cassaca, onde se situava o santuário do PAIGC.



No quartel-general em Bissau havia a percepção de que a operação seria prolongada obrigando ao planeamento exaustivo de todos os aspectos logísticos, sendo certo que o reabastecimento de água e combustíveis sólidos seria efectuado através de recursos locais. O Grupo de Comando do Bat CAV 490 opera inicialmente a partir da fragata Nuno Tristão e "… posteriormente numa localização a comunicar oportunamente". A Base Logística instalar-se-ia na região Sul de Caiar.

No dia 14 de Janeiro de 1964 (dia D-1), os meios navais (nos rios Caiar e Cobade) e a Artilharia em Catió, que efectuou os fogos na região Norte de Caiar, Como e Catunco, davam início à operação de decepção. O desembarque dos agrupamentos A e



Dos autores

Operação Tridente.

B ocorreram sem incidentes e cedo iniciaram o movimento com destino ao objectivo [Tabancas de] Caiar e Cauane, respectivamente. O primeiro agrupamento encontra dificuldades durante o movimento, em virtude da falta de água que, ao contrário do previsto, era salobra. Atingiram o objectivo pelas 15h de D+1. O agrupamento B, cujo deslocamento para o objectivo se fez sem incidentes, ao atingir a tabanca de Cauane depara-se com uma resistência considerável (com cerca de 100 guerrilheiros), que, após eliminada, ocupa o ilhéu de Caiame (com um Pelotão), de modo a apoiar o desembarque do agrupamento C, em Catunco, no dia seguinte. Em D+1, os agrupamentos C e D desembarcam, sem resistência na região oeste e leste da ilha de Catunco, respectivamente, e em D+2 a base logística estava pronta para operar. O comando da força, inicialmente na fragata Nuno Tristão, começava a operar de terra.

Estavam criadas as condições para dar início à segunda fase. Ainda que as forças portuguesas tivessem sofrido flagelações nas ilhas de Caiar e Catunco, a resistência do PAIGC concentrou-se na ilha de Como. Desde D+2 que o agrupamento B procurava segurar a picada que ligava Caunane a Cassaca e Cachil, porém as forças do PAIGC instaladas na orla da mata varriam a picada com fogo de metralhadora pesada, impedindo a movimentação das forças portuguesas. O agrupamento B só consegue entrar na mata, junto de Caunane, em D+9. A segunda fase estava concluída.

As baixas não devidas ao combate (deficiente alimentação, falta de água, enorme esforço físico e rigores do clima) a par da importância da operação na mata da Cassaca, levaram a uma reorganização das forças e a um ajustamento do dispositivo do Bat CAV 490. Cauane foi reforçado com as CCAV (-) e o PelMort (-). A força de intervenção foi constituída pelo DFE 8, GCmds e Pel PQ. O DFE 7 e a CCAÇ constituíam a força que tinha por tarefa penetrar na mata de Cassaca, após o desembarque anfíbio na região norte de Como (Cachil).

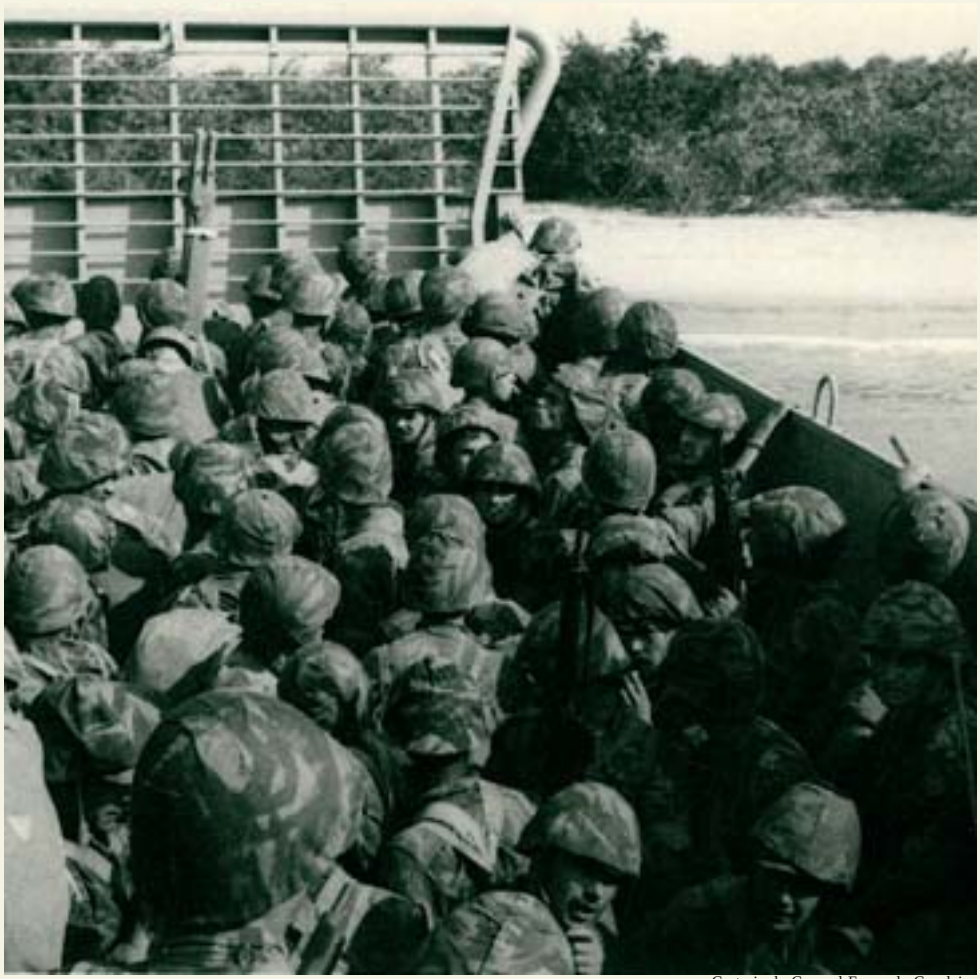
Os guerrilheiros, ainda em grande número, encontravam-se instalados na densa mata ao redor de Cassaca. A guerrilha demonstrava ser capaz de fazer face às diversas investidas das forças portuguesas procurando, de acordo com o Tenente-Coronel Cavaleiro, "…o envolvimento ou o cerco de núcleos pequenos das NT; combina, por vezes, acções de movimento, com o tiro flanquiante ou frontal das MP e ML". Após a pressão impressa de Sul e Este, por forças de efectivo CCAV (-), e de Norte, pelas forças desembarcadas em Cachil apoiadas pela Artilharia e Apoio Aéreo Próximo, a resistência da guerrilha começa a fraquejar, acabando por abandonar a região. São destruídos dois grandes acampamentos do PAIGC e, com estes, todo o sistema de segurança e apoio logístico do movimento na região. A Operação Tridente é dada como concluída em D+71, a 24 de Março de 1964. Contabilizou 9 mortos, 47 feridos e 193 doentes, para as forças portuguesas; 76 mortos (estimados 101), 15 feridos (estimados mais de 100) e 9 prisioneiros, para as forças do PAIGC.

Após a expulsão dos guerrilheiros da região, por ordem do Comandante-Chefe, Cochil foi ocupado por uma companhia cuja finalidade era a de manter a presença militar na região. Porém, o Comandante-Chefe que rendeu o Brigadeiro Louro dos Santos, o Brigadeiro Arnaldo Shultz, mandou retirar a referida companhia, permitindo que o PAIGC voltasse, posteriormente, a ocupar a região.

Análise da Batalha

A Operação Tridente foi uma das mais importantes operações conduzidas por forças portuguesas, no decurso da Guerra no Ultramar. A tipologia de meios envolvidos (um efectivo de cerca de 1100 homens, meios aéreos e navais) e o exercício do comando e controlo (Brigadeiro Louro de Sousa, Comandante-Chefe) conferem à Operação Tridente um cariz de operação conjunta. Contudo, durante toda a operação colocou-se o esforço na componente terrestre, materializada pelo Batalhão de Cavalaria 490, comandado pelo Tenente-Coronel Fernando Cavaleiro.

Desde 1963 que o PAIGC, com o apoio da Guiné-Conacri, enveredara pela luta armada. As constantes flagelações à navegação na costa sul tornavam Como, Caiar e Catunco, por si só, um objectivo militar. Para além de santuário do PAIGC, a região, dava forma à auto-proclamada *República Independente do Como*, traduzindo-se numa ameaça à soberania e coesão social, preconizada pela política da época. Como, Caiar e Catunco eram, de facto, um objectivo político-militar importante que esta operação alcançou na plenitude. Ao nível táctico, para além de infligir pesadas baixas ao PAIGC, o sucesso da operação permitiu conhecer com maior profundidade a organização de Amílcar Cabral, facilitando a conduta de operações militares no território da Guiné.



Cortesia do Coronel Fernando Cavaleiro

Forças de desembarque.

A Operação Tridente enquadra-se nas operações de contra-subversão, uma operação de *limpeza de uma zona* considerada pela doutrina como uma "…operação realmente decisiva". A complexidade que o terreno (e condições meteorológicas) e inimigo apresentavam, aliado à duração da operação, obrigaram ao faseamento da operação. Assim, nas três fases foram executadas diferentes formas de manobra, em concordância com os objectivos indicados. Desse modo, a primeira fase contou com uma finta a Norte, conduzida por meios navais (a simular um desembarque), apoiados por fogos de artilharia e aéreos, permitindo o desembarque sem incidentes. Na segunda fase, assistiu-se à execução de batidas nas três ilhas de modo a obrigar os guerrilheiros do PAIGC a abandonar aquelas regiões e isolar o inimigo na mata de Cassaca. Na terceira fase, com o inimigo isolado, procedeu-se ao cerco e posterior batida de modo a garantir que os guerrilheiros do PAIGC haviam abandonado a região, conforme estabelecido.

Ao analisar a Operação Tridente, não podem passar despercebidos os princípios da: Surpresa, consubstanciado pela finta, que desviou a atenção do inimigo permitindo que as operações de desembarque se processassem sem incidentes; Concentração, onde a necessidade de reorganização das forças e dispositivo, de forma a manter a iniciativa na terceira fase, foi uma das condições *sine qua non* para o sucesso da operação; Manobra, que as 14 ordens parcelares consubstanciam, ao procurar, de forma sistemática, obter uma posição vantajosa relativamente ao PAIGC na região; Liderança e Flexibilidade, demonstrados pelo comandante do BAT CAV 490, sendo difícil dissociar o resultado final da operação e o superar das grandes dificuldades impressas pelo rigor do clima e pela falta de condições de vida das forças, durante 71 dias de operações.

Consequências

A 24 de Março de 1964, após a conquista da mata de Cassaca, na ilha de Como, as forças sob o comando do Tenente-Coronel Fernando Cavaleiro regressavam a Bissau deixando para trás a CCaç 557, que ocupava a região de Cachil, a norte da ilha de Como. Não obstante o sucesso alcançado em Caiar, Como e Catunco, não refreou a iniciativa militar do PAIGC e, a partir de meados de 1964, os guerrilheiros passaram a dominar, progressivamente, o território Sul da Guiné.
Em Lisboa, após a conclusão da Operação Tridente, o Presidente do Conselho, para sanar o conflito que existia, desde 1962, entre o Governador da Província da Guiné e o Comandante-Chefe, Brigadeiro Louro de Sousa, determina a substituição de ambos e a concentração de poderes no Brigadeiro Arnaldo Shultz, na altura Comandante do Sector de Ambrizete, em Angola. Assim, em Maio de 1964, o Brigadeiro Shultz assume o Governo da Guiné e o Comando-Chefe da mesma província. Se o comando de Louro de Sousa foi marcado pela falta de motivação enquanto Comandante-Chefe, o Brigadeiro Arnaldo Shultz, apesar de receber consideráveis reforços, é incapaz de travar a iniciativa do PAIGC e as Forças portuguesas perdem a iniciativa, passando à defensiva.
Perante o perigo de uma derrota militar, cuja repercussão nas restantes províncias seria desastrosa, o Governo de Lisboa, em 1968, faz substituir o General Arnaldo Shultz pelo Brigadeiro António de Spínola. O novo Comandante-Chefe tem a percepção de que a guerra de África é de índole política e que a solução não é, puramente, militar, assumindo-se a máxima que este tipo de guerra não se ganha unicamente através da acção militar, mas perde-se pela inacção. Desse modo, à sua chegada a Bissau, Spínola altera significativamente a estratégia dos seus antecessores. Altera o dispositivo militar, de forma a tentar reganhar a iniciativa, criando as Zonas de Intervenção do Comando-Chefe, áreas de domínio preponderante do PAIGC, onde apenas unidades especiais operavam com o apoio da Artilharia e da Força Aérea. A par das operações militares, Spínola põe em prática um projecto de conquista dos "corações e das mentes" da população da Guiné com o slogan "Uma Guiné Melhor". A estratégia de Spínola, de não perder a guerra por forma a encontrar uma solução política, apresenta os seus frutos nos finais de 1969. Nesse ano, a iniciativa volta às mãos das Forças portuguesas, permitindo encetar conversações com Leopold Senghor, o Presidente do Senegal. Através daquele líder africano, Spínola pretende chegar ao PAIGC e atrair os seus quadros para o projecto psicossocial.
No decurso da sua política de aproximação, em Abril de 1970, ocorre a morte de três oficiais de ligação às mãos do PAIGC, contudo, o Comandante-Chefe não se demove e, em 1972, discute com Senghor o cessar-fogo por um período de 10 anos, após o que seria sufragada uma solução para a Guiné. Contactado por Spínola, o regime de Marcelo Caetano nega terminantemente esta solução e Leopoldo Senghor, defraudado, abre as fronteiras e apoia o PAIGC.
Um ano após o vislumbre de uma solução para a Guiné, as Forças portuguesas encontram-se comprimidas pelo PAIGC entre Guidage, a Norte, e Guilege, ao Sul do território da Guiné. A 24 de Setembro de 1973 é declarada, unilateralmente, a independência da Guiné. O reconhecimento por Portugal só sucede cerca de um ano depois, a 10 de Setembro de 1974.

Brigadeiro António Spínola.

http://historiaguine.com.sapo.pt/

Curiosidades

A Operação Tridente, a par de ter atingido os objectivos definidos, traduziu-se num enorme revés para o PAIGC. Posteriormente, numa operação conduzida na península de Gampará, foi apreendida uma carta escrita por um comandante do PAIGC, de nome Nino, cujo teor se transcreve: "Camaradas Faincam [Rui Demba Djassi] e Kant [Domingos Ramos], Para que esta vos encontre continuando de boa saúde, junto dos vossos camaradas. Eu e os meus vamos rasoàvelmente bons. Camaradas, achei obrigado a dirigir-vos estas linhas, porque sei que já não tenho nenhuma safa a não que dirigindo-me a vós. Como sabem estou muito afrontado, porque as tropas ainda continuam a praticar barbaras massacres no I.Come. Hoje já se faz 48 dias que os n/camaradas estão enfrentando corajosamente as forças inimigas. Queria que os camaradas retirassem juntamente com a população conforme na solução tomada pelo N/Secretário Geral. Mas o que é certo é impossível, porque não temos caminho de fazê-los sair. Por isso agradecia-vos que me mandassem reforço vindo de todas as partes. Mesmo se por acaso será possível pode enviar ao mínimo 150 a 200 camaradas, porque senão os portugueses vão-me dar cabo da população. Camaradas tenham paciência porque não tenho outra safa a não ser o vosso auxílio.

Tenho encontrado numa situação muito grave. As tropas estão a aumentar cada vez mais as suas forças, tanto como terrestres, aviação e também por meios marítimos. Camaradas, não tenho mais nada a dizer-vos, somente posso dizer-vos que de um dia para o outro vamos ficar sem a população e sem guerrilheiros aí já estamos a contar com as baixas de 23 camaradas n/durante todos estes dias de ataques. Portanto termino desejando-vos maiores sucessos, junto dos vossos camaradas e do povo em geral. Do vosso camarada Marga-Nino [Nino Vieira]."

Durante a sua comissão de serviço (entre 16 de Julho de 1963 e 22 de Março de 1965), para além da

http://carlosilva-guine.i9tc.com

Guião do Bat Cav 490.

Operação Tridente, as várias operações conduzidas pelo Batalhão de Cavalaria 490, sob o comando do Tenente-Coronel Fernando Cavaleiro, foram importantes para a condução da estratégia militar na Guiné, sendo -lhe atribuído, a 16 de Fevereiro de 1965, o seguinte louvor: "Batalhão de Cavalaria n.º 490, porque, encontrando-se na Província há mais de 18 meses e tendo iniciado a sua missão de quadrícula após um período de intervenção nas regiões mais afectadas pelo In (Ilha do Como e Morés) tem mantido uma actividade operacional profícua, à custa dos seus próprios efectivos em quadrícula, enfileirando sempre ao lado de outras Unidades mais modernas na Província.

Não obstante as alterações que tem havido nos principais colaboradores do Comando e no Comando das suas Companhias orgânicas, tudo por força de promoções ocorridas após o início da sua comissão de serviço, e apesar do elevado número de elementos inoperacionais, como consequência de factores vários a que não são estranhos os períodos vividos em verdadeiro ambiente de contraguerrilha, tem o B. Cav. 490 sabido manter um elevado espírito combativo que honra a Arma de Cavalaria e o Exército.

Unidade dotada de elevado moral, tem-no fortificado nos duros momentos de luta vividos e que ficam a atestar o alto valor militar de todos os seus componentes – Oficiais, Sargentos e Praças – irmanados como estão no mesmo sentimento do Dever que os trouxe à Guiné Portuguesa".

Autores
Tenente-Coronel Abílio Pires Lousada, Professor de História Militar do IESM.
Major Luís Falcão Escorrega, Professor de Estratégia do IESM.
Major António Cordeiro Menezes, Professor de Táctica do IESM.

Bibliografia

- BATALHÃO DE CAVALARIA 490, Relatório da Operação Tridente. Bissau, 1964.
- BRAZÃO, Vasco, COSTA, Pinto da e MOTA, Manuel, Operação Tridente – Guiné 1964, TIG de História Militar do CPOS Conjunto, Lisboa, IESM, 2010.
- CANN, P. John, Contra-Insurreição em África 1961-1974. O Modo Português de Fazer a Guerra, S. Pedro do Estoril, Atena, 1998.
- CATARINO, Manuel, As Grandes Operações da Guerra Colonial. 1961-1974. Guiné, Vol. 2, Presselivre, 2010.
- COMISSÃO PARA O ESTUDO DAS CAMPANHAS DE ÁFRICA, Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974). Dispositivo das nossas Forças - Guiné, 3º Vol., Lisboa, EME, 1989.
- EME, O exército na Guerra Subversiva. Vol. I-V, Lisboa, Estado Maior do Exército, 1963
- GOMES; Matos e AFONSO, Aniceto, Os Anos da Guerra Colonial. 1964, Vol. 5, Porto, QuidNovi, 2009.

€2.00 (IVA incluído)

Ano LII - n.º 603
Fevereiro de 2011

jornal do Exército

"Os Quartéis CANIFA"

A Engenharia Militar Portuguesa

Evolução e Acção no 3.º Quartel do Século XX

Sempre de **Acordo** consigo

No Santander Totta queremos ter uma relação privilegiada com os nossos Clientes através dos Protocolos Colectivos.
Por isso, criámos condições muito vantajosas de Crédito à Habitação (1) e Crédito Pessoal (2) com redução no *spread* da taxa de juro e isenção de comissões. Na domiciliação do seu ordenado tem, desde logo, acesso a uma Conta Ordenado que, entre outras vantagens, lhe oferece um seguro de responsabilidade civil até 5.000€ por ano ou a antecipação até 100% do seu ordenado líquido, com um limite máximo de 3.500€ (3), bem como um descoberto autorizado até 50% do saldo pontual de recursos, com o máximo de 5.000€ (3).
Beneficie ainda da isenção de juros no descoberto autorizado durante 2 dias por mês, pelo montante máximo de 100€.

(1) Exemplo para um Crédito de 200.000€, com relação financiamento/garantia de 60%, prazo de 40 anos, com verificação de condições de cross-selling. O valor da TAE indicado não inclui os prémios de Seguros. Comissão de Reembolso de 0,5% no regime de taxa variável e 2% se no regime de taxa fixa. TAE 4,838%. Euribor a 3 meses 4,423% (Março 2008) arredondada à milésima. TAN de 4,713% com *spread* aplicável de 0,29%.

(2) Excluindo todos os produtos de campanha. TAEG de 9,864% para um empréstimo de 50.000€ a 84 meses, TAN 8,5% e valor residual de 35%, para um Cliente que transfira o seu Crédito Pessoal e que preencha as condições especiais e de cross-selling inerentes ao produto. Não inclui o valor do prémio de seguro de vida. A prestação será revista trimestralmente de acordo com os produtos/serviços detidos em cada momento.

(3) Sujeito a decisão do balcão. A taxa de juro aplicável ao crédito e descoberto cumulativo por Domiciliação de Ordenado e por Saldo de Recursos que o Banco concede ao Cliente é, actualmente, de:
a) 12% ao ano se o saldo pontual de Recursos do Cliente for igual ou superior a €5.000, a que corresponde uma TAEG máxima de 13,22%,
b) 17,5% ao ano se o saldo pontual de Recursos do Cliente for inferior a €5.000, a que corresponde uma TAEG máxima de 19,80%.
c) O saldo a descoberto vence juros mensalmente, contados diariamente sobre o saldo em dívida, às taxa referidas no número anterior.
d) A base de cálculo dos juros é Act/365.

Vá já ao Santander Totta e informe-se.

Santander Totta

O Valor das Ideias

SANTANDER PRESENTE EM MAIS DE 40 PAÍSES

Jornal do Exército
ÓRGÃO DE INFORMAÇÃO, CULTURA E RECREIO DO EXÉRCITO PORTUGUÊS, CRIADO POR PORTARIA DE 14JUL60

Capa

Fachada do Regimento de Artilharia 4, ex-Regimento de Infantaria 7

Monumentos com História Militar
Fortaleza de Almeida – 4
Editorial – 5
Figuras e Factos – 8 a 15
Dia do *Jornal do Exército* – 46
Livros – 50

A Engenharia Militar Portuguesa
Evolução e Acção no 3.º Quartel
do Século XX – Áreas a Investigar – 16

História de um Mapa – 38

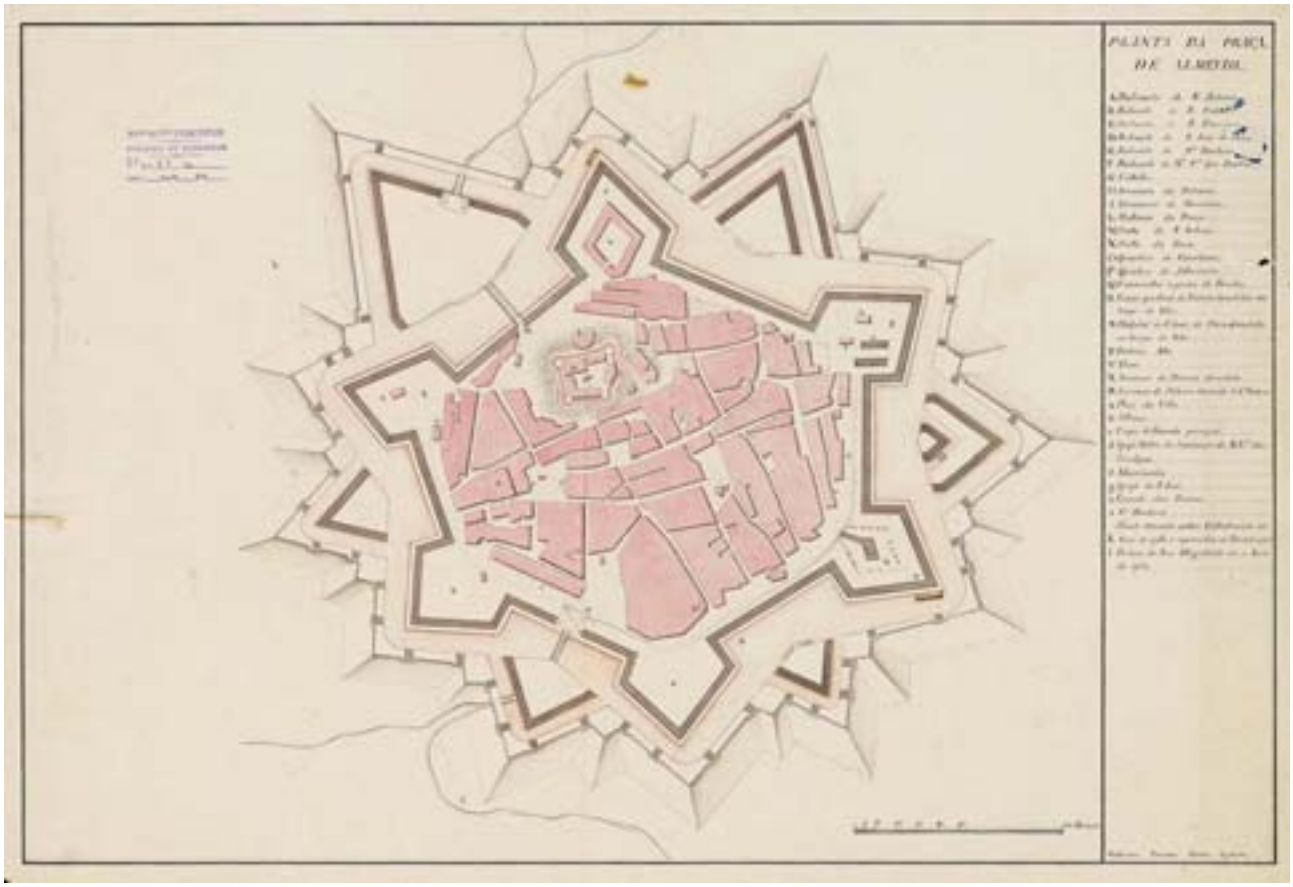
Sustentabilidade Económico-Financeira
das Operações Militares
entre 1961 - 1974 – 26

Suplemento Banda Desenhada:
"A Batalha do Bussaco" Pág: 1 a 6

Os artigos publicados com indicação de autor são da inteira responsabilidade dos mesmos, não reflectindo, necessariamente, o pensamento da Chefia do Exército Português

PROPRIEDADE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
Direcção, Redacção e Administração: Largo de S. Sebastião da Pedreira, 1069-020 Lisboa, Telef: 213 567 700, Fax Civil: 213 567 791 Militar: 414 091, E-mail: jornal.do.exercito@mail.exercito.pt, jornal.exercito@sapo.pt, E-mail - Intranet: Jornal do Exército, Home page: www.exercito.pt **DIRECÇÃO - Director**: Coronel de Infantaria José Custódio Madaleno Geraldo; **Sub-Director:** Tenente-Coronel J. Pinto Bessa; **Secretária**: Ass. Téc. Teresa Felicíssimo. **REDACÇÃO** - **Chefe**: Tenente-Coronel J. Pinto Bessa; **Assistente de Redacção:** 1.º Sargento Anjos Das Neves; **Redactores**: Alferes RC Nelson Cavaco, Alferes RC Filipa Domingos, Dr. Mauro Matias; **Operadoras Informáticas:** Assistente Técnica Elisa Pio, Assistente Técnica Guiomar Brito; **SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS** - **Chefe**: Tenente-Coronel Augusto Correia; **Auxiliares** Sargento-Ajudante João Belém, Sargento-Ajudante Luís Silva; **Operadoras Informáticas:** Assistente Técnica Joana Moita; Assistente Técnica Tânia Espirito Santo; **Revisor de texto**: Professor Doutor Eurico Gomes Dias; **COLABORAÇÃO FOTOGRÁFICA** - Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA, Centro de Audiovisuais do Exército RCRPP/GabCEME **EXECUÇÃO GRÁFICA** - PERES - SOCTIP Indústrias Gráficas, SA, Estrada Nac. 10, Km. 108,3 - Porto Alto, 2135-114 Samora Correia, Telef. 263 009 900 - Fax 263 009 999, acosta@peres-soctip.pt **Tiragem** - 6 000 exemplares **Depósito Legal** - nº 1465/82 **ISSN** - 0871/8598

Fortaleza de Almeida



Fonte: Guilherme Francisco Elsden, Sargento-Ajudante, Planta da Praça de Almeyda, 22-1-2-2 (DSE), ZAM/DIE

A actual fortaleza abaluartada remonta ao século XVII, quando foi transformada em praça-forte no contexto da Restauração da Independência. As obras foram iniciadas em 1641, pelo Governador de Armas da Província da Beira, Álvaro Abranches, sendo concluídas no século XVIII com o Conde de Lippe.

Representou um dos pontos-chave da história das Guerras Peninsulares por estar associada ao local de entrada das hostes inimigas em território português, sob o comando do General André Massena. Célebre na sua história ficou o dia 26 de Agosto de 1810, quando na sequência do cerco a Almeida pelas tropas francesas, o fogo das várias baterias inimigas atingiu e fez explodir o paiol principal (que se propagou a outros depósitos), deixando grande parte da vila destruída.

No século XIX, a fortaleza voltou a ser palco de vários conflitos, no contexto das guerras liberais, entre as forças absolutistas e liberais.

No século XX, a fortaleza deixou de exercer funções militares [1927].

A Praça de Almeida é uma fortaleza construída segundo o estilo Vauban, apresentando uma forma hexagonal, de onde se destacam seis baluartes intercalados por seis cortinas com revelins.

Assim, em cada um dos ângulos, destacam-se os seis baluartes: Baluarte de São Pedro; Baluarte da Bandeira; Baluarte da Nossa Senhora das Brotas; Baluarte de Santa Bárbara; Baluarte de São João de Deus; Baluarte de São Francisco.

Os baluartes estão ligados pelas cortinas (guarnecidas de canhoeiras, plataformas, cavaleiros e traveses), das quais se destacam seis revelins: Revelim da Cruz; Revelim da Brecha; Revelim de Santo António; Revelim do Paiol; Revelim Doble; Revelim dos Amores.

O acesso à Praça é feito por duas portas – Portas de Santo António e Portas de São Francisco –, encontrando-se, dentro das muralhas, o Quartel das Esquadras e o Quartel de Artilharia, as Casamatas, o Hospital de Sangue, as ruínas do castelo, Capela da Misericórdia, a Igreja Matriz, o Palácio da Vedoria e a Torre do Relógio.

O conjunto encontra-se classificado como Monumento Nacional, pelos Decretos 14.985, publicado em 3 de Fevereiro de 1928, e 28.536, publicado em 22 de Março de 1938.

Alferes RC Nelson Cavaco

INFORMAR PARA BEM SERVIR

Desde 2007 que o Exército Português tem evocado os grandes acontecimentos das Invasões Francesas, conforme consta do Programa do Exército para as Comemorações do Bicentenário da Guerra Peninsular, como temos dado conta no *Jornal do Exército* (*JE*). Com esta iniciativa temos concedido relevo aos episódios militares e outros acontecimentos menos conhecidos da nossa História. Hoje, tal como ontem, o Exército continua na senda do culto dos valores pátrios e das virtudes que fortalecem a cidadania.

Mas estes propósitos não são só de hoje, como constava já no Programa para a Comemoração da Guerra Peninsular e respectivo Relatório elaborado pela Comissão, nomeada por portaria de 2 de Maio de 1908:

"Sendo os centenarios commemorações de caracter essencialmente educativo, cujo fim principal é estimular as gerações actuaes, ensinando-lhes o exemplo dos antepassados, e arraigando-lhes na alma o amor das glorias nacionaes, patrimonio commum, todos aquelles factos, credores como poucos da nossa admiração e do nosso sincero preito, se impõem á consagração nacional."

Deste modo, um dos episódios, daquele período histórico que ora se evoca, foi a Batalha do Buçaco, que tanto orgulho e exemplo de bravura trouxe aos portugueses. Para ilustrar este acontecimento, o *JE* orgulha-se de partilhar com os seus leitores uma banda desenhada da autoria de José Pires, autor com vasto currículo, e que tem publicado álbuns sobre temas históricos sobre Portugal, bem como uma colaboração com as míticas revistas *Tintin*, *Kuifje* e *Hello BD*, para só citarmos algumas.

O Álbum, que se inicia com este número, continuará por mais três séries dispostas nas páginas centrais do nosso *Jornal,* as quais poderão ser destacáveis, caso o Leitor pretenda completar estes fascículos. Esta obra resume com mestria, precisão e arte aquele pedaço da História de Portugal influenciada por Napoleão Bonaparte e que ficou conhecida como as Invasões Francesas para os portugueses, a Guerra Peninsular para os ingleses, a Guerra da Independência para os espanhóis e a Guerra da Libertação para os franceses.

O autor relata de uma forma interessante e simples a Batalha do Buçaco e outros episódios do período napoleónico, os quais marcaram vincadamente a História de Portugal, da Europa e do Mundo.

O *JE,* que já teve tradição na publicação de obras em banda desenhada, agradece, reconhecido, e felicita o autor do álbum, que foi por nós apresentado no Convento de Santa Cruz do Bussaco, no local escolhido por Wellington para seu Quartel-General, precisamente há dois séculos atrás.

José Custódio Madaleno Geraldo
Coronel de Infantaria

MILICIA
WWW.MILICIAPRO.COM

AO SERVIÇO DOS PROFISSIONAIS

ASP · 5.11 TACTICAL SERIES · SAFARILAND · BLACKHAWK! PRODUCTS GROUP · TASER Protect Life

ABA · SECOND CHANCE · SAVVY ARMOR FOR WOMEN · FIRST CHOICE ARMOR With you. For life. · PROTECH

SAM MEDICAL PRODUCTS · MyClyns · TACTICAL MEDICAL SOLUTIONS · CELOX Controls life-threatening bleeding fast · DEFENSE TECHNOLOGY

MAXPEDITION HARD USE GEAR · CAMELBAK · BCB INTERNATIONAL · EBERLESTOCK

PELI · ESS Eye Safety Systems, Inc. · BATES · INOVA

BIANCHI · Crimson Trace · SUREFIRE · 911EP

LIBERVIT MANUFACTURER · HATCH · Marlow · QUIKSTEP ladder · ADVENTURE LIGHTS

Fisher Labs METAL DETECTORS · TASMANIAN TIGER · TULMAR TACTICAL · LANSKY SHARPENERS · SAT

projectina · FORENSICS SOURCE · STOP STICK

CONTINUAMOS A CRESCER...

Conheça todas os produtos disponíveis em www.miliciapro.com

Todas as marcas registadas apresentadas são representadas em Portugal pela Milícia - Bens de Segurança e Tecnologias Militares, Lda. Com sede na Rua de Entreparedes, 11 | 4000-198 Porto
Tlf. +351 22 208 31 30 | Fax. +351 22 208 86 11 | email: milicia@miliciapro.com | Web: www.miliciapro.com

CROSSBOW™

A PROTECÇÃO BALÍSTICA FOI REINVENTADA

MILICIA
WWW.MILICIAPRO.COM

disponível em
www.miliciapro.com

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

- Lentes balísticas em policarbonato com 2,4mm de espessura.
- Armação Tri-Tech™, permite um ajuste sempre perfeito e garante a ausência de pontos de pressão.
- Tratamento ClearZone™, resistente aos riscos e com propriedades anti-embaciantes.
- Mecanismo DedBolt™ para substituição rápida das lentes, mantém a lente firmemente segura.
- Tecnologia ESSOPTICS™, garante a máxima visibilidade, livre de distorções ao longo de todo o campo de visão.
- Fornecidos com duas lentes adicionais.
- 100% de protecção contra raios UVA/UVB.
- Permite a colocação de lentes correctivas, através de um acessório vendido separadamente.

STANDARDS DE PROTECÇÃO BALÍSTICA

Os óculos Crossbow™ obedecem aos seguintes standards:

CE EN 166 FT K N, US Federal OSHA,
ANSI Z87.1+ and US MIL SPEC MIL-PRF-31013

CORES

Armação: Preto

Lentes Disponíveis: Escura, Transparente e amarela de alta resolução.

PRODUTO

- Crossbow™ 3LS: Imagem do Kit fornecido

ESS™

Todas as marcas registadas são propriedade da Eye Safety Systems, Inc. representada em Portugal pela Milicia - Bens de Segurança e Tecnologias Militares, Lda. Com sede na Rua de Entreparedes, 11 | 4000-198 Porto

174.º Aniversário da Academia Militar

A Academia Militar (AM) celebrou o seu 174.º aniversário no dia 12 de Janeiro, no Paço da Rainha, em Lisboa, numa cerimónia presidida pelo Ministro da Defesa Nacional (MDN), Professor Doutor Augusto Santos Silva.

A cerimónia contou com a presença de diversas individualidades militares e civis, das quais se destacam o Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho, e o Ministro da Administração Interna (MAI), Dr. Rui Pereira.

O dia festivo iniciou-se, pela manhã, com a Missa de Sufrágio pelos antigos alunos e servidores da AM já falecidos.

O período da tarde iniciou-se com a chegada do MDN e com a prestação das Honras Militares pela Guarda de Honra, constituída por uma Companhia de Alunos a três Pelotões, Banda, Fanfarra, Estandarte Nacional e Estandarte Heráldico da AM.

Seguidamente, no átrio do Palácio da Bemposta, houve lugar à Cerimónia de Homenagem aos antigos alunos mortos ao serviço da Pátria, com deposição de uma coroa de flores.

A cerimónia militar decorreu na Parada Capitão Simões de Sousa com integração do Estandarte Nacional, a alocução do Comandante da AM, Tenente-General Fernando Manuel Paiva Monteiro, do MAI e do MDN, a entrega de condecorações e o desfile da Força em Parada.

Das condecorações, destaca-se a Medalha de Serviços Distintos de Segurança Pública, Grau Ouro, com que a AM foi agraciada pelo MAI. A Medalha de Serviços Distintos é destinada a premiar actos extraordinários individuais ou colectivos, ligados à actividade das forças de segurança, nos quais se tenham revelado qualidades de bravura, coragem, provado esforço, energia ou grande dedicação em serviço de segurança pública.

Cerimónia de despedida do General CEMGFA

O Anfiteatro General Ivens Ferraz, no Instituto de Estudos Superiores Militares, acolheu, no dia 4 de Fevereiro, a cerimónia de despedida do General Valença Pinto como Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas.

A cerimónia foi presidida pelo Ministro da Defesa Nacional (MDN), Professor Doutor Augusto Santos Silva, e contou com a presença de altas individualidades militares, das quais se destacaram os Chefes de Estado-Maior dos três ramos da Forças Armadas.

Após a recepção às altas individualidades e ao desfile da força em parada, os presentes assistiram no anfiteatro aos discursos do MDN e do General Valença Pinto.

A NATO no pós-Lisboa

Decorreu na Assembleia da República, a 2 de Fevereiro, a conferência intitulada *A Nato no pós-Lisboa.*

Após a recepção dos convidados, na porta principal do Palácio de S. Bento, as entidades encaminharam-se para a Sala do Senado, na qual o Presidente da Assembleia da República, Professor Dr. Jaime José Matos da Gama, fez a abertura da conferência.

Intervieram ainda o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, General Luís Vasco Valença Pinto, o Presidente da Assembleia Parlamentar da NATO, Professor Doutor Karl Lamers, e o Comandante Supremo Aliado para a Europa (SACEUR), Almirante James Stavridis.

Depois do debate a conferência foi encerrada pelo Presidente da Comissão Parlamentar de Defesa Nacional, Deputado José Luís Arnaut, e pelo Presidente da Delegação Portuguesa à Assembleia Parlamentar da NATO, Deputado José Lello.

Tomada de Posse do CEMGFA

Realizou-se no dia 7 de Fevereiro, no Palácio de Belém, a Cerimónia de Tomada de Posse do novo Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), General PilAv Luís Evangelista Esteves de Araújo. Aos 61 anos de idade, o novo CEMGFA cessou funções como Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, cargo que exercia desde Dezembro de 2006, para "abraçar o novo posto com o mesmo espírito de serviço que sempre o animou ao longo da sua vida, desde que há 44 anos, decidiu, voluntariamente, assumir a condição militar", segundo enalteceu.

Aquando do seu discurso, o General PilAv Luís Araújo assegurou ainda que "irá prosseguir com as reformas impostas por lei, dando continuidade ao processo iniciado pelo seu antecessor", General Valença Pinto. Do seu vasto currículo e experiência destaca-se, entre várias condecorações, a Cruz de Guerra 1.ª Classe.

Condecoração de Oficial General

Decorreu no dia 21 de Janeiro, na Sala D. Maria do Museu Militar de Lisboa, a Cerimónia de Imposição de Condecoração ao Major-General João Ernesto Vela Bastos.

O Major-General Vela Bastos foi condecorado com a Medalha de Serviços Distintos – Grau Ouro, imposta pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho.

No final da cerimónia foi servido o tradicional Porto de Honra.

Imposição de Condecorações a Oficiais Generais

A sala D. Maria, do Museu Militar de Lisboa, acolheu a cerimónia de Imposição de Condecorações do Tenente-General Luís Nelson Ferreira de Santos e do Tenente-General Eduardo Manuel de Lima Pinto, no dia 27 de Janeiro.

A cerimónia foi presidida pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho, que impôs, ainda, as respectivas condecorações – a Grã-Cruz de Mérito Militar.

Será de salientar que ambos os militares, após 44 anos de serviço efectivo, terminaram as suas carreiras militares, pautadas pelos valores e virtudes militares, bem como por um inexcedível sentido de dever ao Exército, à Instituição Militar e a Portugal.

O Tenente-General Luís Nelson Ferreira de Santos desempenhava as funções de Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana e o Tenente-General Eduardo Manuel de Lima Pinto as funções de Comandante do Pessoal.

Novos alojamentos trazem mais condições à Escola de Sargentos do Exército

O ano não poderia ter começado da melhor forma para a Escola de Sargentos do Exército (ESE), que viu concretizado um objectivo de longo prazo e que irá permitir mais e melhores condições aos alunos deste Estabelecimento de Ensino Militar. Falamos da inauguração do Internato Edifício de Alojamento de Alunos Bloco A, que teve lugar no dia 7 de Janeiro e que contou com a presença do Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General José Luís Pinto Ramalho.

A obra, da responsabilidade da Direcção de Infra-Estruturas do Exército, é composta por um edifício que foi construído de raiz e integrado em outros três, que sofreram obras de recuperação e que faziam parte das casernas iniciais. Este aproveitamento designado pelos responsáveis como "estratégico" permitiu, sobretudo, fazer "a ligação entre o passado e o presente da Escola".

No total, os novos alojamentos permitirão aquartelar 144 alunos, sendo compostos por quartos com capacidade para quatro pessoas, balneários gerais com lavandaria, gabinetes e salas de convívio.

Dos pontos altos deste dia especial para a ESE, sublinha-se o descerramento da placa pelo General CEME, a bênção ao edifício pelo Capelão e as palavras do Chefe do Estado-Maior do Exército aquando do brifingue. Para o CEME, "a instrução e a formação devem ser a prioridade para o Exército, motivo pelo qual embora possamos estar a viver um período conturbado de cortes, o dinheiro nunca poderá faltar para o treino dos homens".

Da visita destacam-se as honras regulamentares pela Guarda de Honra, constituída por Banda, Fanfarra, Estandarte Nacional, Estandarte Heráldico da ESE e Companhia de Alunos. O General CEME foi ainda brindado com as *Janeiras* por um grupo de alunos de escola.

TABELA DE PREÇOS PARA 2011

PREÇO DE CAPA • 2,00 **ASSINATURA ANUAL (11 números):** VIA SUPERFÍCIE - **Portugal Cont. Madeira e Açores** • 20,00; VIA AÉREA - **Países europeus** • 45,00; **Restantes Países** • 65,00 NOTA: **As assinaturas devem ser pagas antecipadamente NÚMEROS ATRASADOS - 1960 a 1969** • 4,50; **1970 a 1979** • 4,00; **1980 a 1989** • 3,00; **1990 a 2001** • 2,50; **2002** a **2008** • 2,00. Os preços incluem IVA à taxa de 5%
N.B.: Os pedidos de envio pelos CTT serão acrescidos de portes segundo os códigos postais: **1000/2000** • 4,21; **3000/8000** • 5,79; **Açores** e **Madeira** • 6,56

Jubilação do Coronel Professor Doutor António Pena

O Auditório Agostinho da Silva, da Universidade Lusófona de Lisboa, serviu de palco para a Jubilação do Coronel Professor Doutor António Pena, no dia 13 de Janeiro.

A mesa foi presidida pela Doutora Conceição Soeiro, da Direcção da Cooperativa de Formação e Animação Cultural, (COFAC), onde se integra o Grupo Lusófona, e constituída pelo Professor Doutor Mário Moutinho, Reitor da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT); Tenente-General Quesada Pastor, Director Honorário da Arma de Transmissões; Professor Doutor José Bragança de Miranda, Director da Escola de Comunicação, Artes e Tecnologias da Informação (ECATI/ULHT), integrada na Universidade e pelo Professor Doutor Manuel José Damásio, Administrador Adjunto do Grupo Lusófona.

Para a sua intervenção, o Coronel António Pena dissertou sobre três percursos interligados: a carreira militar, a qualificação de âmbito superior e a docência universitária.

O evento contou com a presença de centenas de militares e civis, familiares e amigos do jubilado, os quais encheram por completo o auditório.

Challenge Militar

Enquadrado no conjunto de provas que fazem parte do Troféu 1BIPara, realizou-se, no dia 29 de Janeiro, o *Challenge* Militar, organizado pela Secção de Operações.

O *Challenge* Militar trata-se de uma competição disputada entre as Companhias do 1BIPara, focado na realização de tarefas inerentes à função militar, bem como de robustez física. Foi composto por cinco provas: empurrar uma M11; desmontagem de armamento; travessia de campo minado; pista colectiva NBQR e estafeta CRC.

A vencedora do evento foi a 11.ª Companhia (*Bravo Coy*), que garantiu a vitória da edição, a uma prova da conclusão do Troféu.

Foto: 1BIPara

Exercício de Avaliação de Capacidades de Batalhão

No Campo *Slim Lines*, onde está aquartelado o KTM/KFOR, realizou-se, no dia 28 de Janeiro, um exercício de avaliação das capacidades do KTM. Para tal o 1BIPara/KTM planeou, coordenou e executou o referido exercício de forma a aferir a sua resposta como TACRES do COMKFOR.

Foram empenhados no exercício todos os militares e civis que aqui trabalham, incluindo os bombeiros do *Fire Picket*, rentabilizaram-se as infra-estruturas existentes no aquartelamento e aproveitou-se a oportunidade para certificar o Plano de Defesa do Campo.

O Major-General Erhard Buhler (Comandante da KFOR), o Brigadeiro-General Marco Serronha (2.º Comandante da KFOR), Oficiais do G3 da KFOR e militares do *Multinacional Battle Group West* assistiram ao desenrolar dos incidentes.

Foto: 1BIPara

Comemorações do 352.º Aniversário da Batalha das Linhas de Elvas

O Exército, representado pelo Major-General Adelino Matos Coelho, Director da História e Cultura Militar, esteve presente, no passado dia 14 de Janeiro, nas comemorações do 352.º Aniversário da Batalha das Linhas de Elvas, organizadas pela Câmara Municipal de Elvas.

As comemorações iniciaram-se com a romagem ao Padrão da Batalha, no sítio dos Murtais, onde teve lugar uma cerimónia de homenagem aos mortos, com deposição de coroas de flores, e de uma salva de 19 tiros, efectuada por uma bateria de Artilharia. Posteriormente, na Igreja de S. Francisco, foi prestada homenagem junto do túmulo do General André de Albuquerque de Ribafria, então comandante das forças portuguesas.

Por último, a cerimónia militar na Praça da República, finalizada com o desfile das forças em parada, foi o ponto alto das comemorações.

Na cerimónia participaram militares do Regimento de Cavalaria N.º 3, da Escola Prática de Artilharia, do Centro de Saúde de Évora, do Centro de Audiovisuais do Exército, da Banda Militar de Évora, da Orquestra Ligeira do Exército, da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública.

Para além das entidades convidadas, esteve presente numeroso público, constituído, maioritariamente, por habitantes da região de Elvas, aos quais foi especialmente dirigida uma alocução, proferida pelo Tenente-Coronel de Infantaria Albino Ribeiro, do Museu Militar de Elvas.

Também usou da palavra o Presidente da Câmara Municipal de Elvas, que no seu discurso reconheceu e relevou a presença do Exército Português nas cerimónias.

Por fim, a Orquestra Ligeira do Exército realizou, à noite, um espectáculo musical no Cine Teatro Municipal.

Tomada de Posse do Comandante do Pessoal do Exército

Decorreu no dia 17 de Janeiro, no Quartel de Santo Ovídeo (QSO) no Porto, a tomada de posse do Tenente-General Luís Miguel de Negreiros Morais de Medeiros, como Comandante do Pessoal do Exército.

A cerimónia teve início com a recepção à porta de armas do Tenente-General Ajudante-General do Exército pelos Major-Generais Directores das Direcções do Comando do Pessoal e pelo Chefe do Gabinete, seguida de Guarda de Honra prestada por uma Companhia da Unidade de Apoio, Banda Militar do Porto e Fanfarra do RA5.

Após as honras protocolares, realizou-se uma cerimónia de homenagem aos mortos no átrio D. Afonso Henriques e que contou com a presença dos supracitados Oficiais do Comando do Pessoal e de Oficiais Generais convidados que prestaram serviço no Quartel de Santo Ovídeo.

No Salão Nobre teve lugar a leitura do despacho de nomeação e da síntese curricular do Tenente-General Morais de Medeiros, a que se seguiu uma alocução por parte do novo Comandante do Pessoal. Pelo Major-General Jorge de Jesus dos Santos foi entregue o Escudo de Armas do Comando do Pessoal como símbolo de assumpção do comando. Estiveram presentes, para além dos Oficiais Generais referidos, os Chefes das Repartições do Comando do Pessoal e das suas Direcções e uma representação de Sargentos, Praças e Funcionários Civis.

Seguiu-se um almoço volante servido no Refeitório Geral que contou com a presença de todos os militares e funcionários civis que prestam serviço no Quartel de Santo Ovídeo.

Novo Comandante do *Joint Logistics Support Group* da KFOR

A 13 de Janeiro teve lugar no Quartel-General da Kosovo Force (KFOR), em Pristina, a cerimónia de tomada de posse do Brigadeiro-General (BGEN) José Fonseca como Comandante do *Joint Logistics Support Group* (JLSG).

O Brigadeiro-General Fonseca encontra-se destacado no *Force Command Headquarters Madrid* (FC HQ MD) desde 1 de Setembro de 2010, competindo a este Quartel-General NATO o empenhamento sucessivo de um JLSG na KFOR, por períodos de seis meses, razão pela qual foi destacado para a presente missão.

A cerimónia foi presidida pelo 2.º Comandante e Comandante da KFOR em exercício, Brigadeiro-General Marco Serronha, assinalando-se a circunstância de dois Oficiais Generais portugueses se encontrarem a desempenhar simultaneamente funções de comando num Quartel-General da NATO em operações, facto singular e marcante no contexto das Forcas Armadas portuguesas.

Lanceiros
178 anos de Glória

Decorreu, no dia 4 de Fevereiro, a cerimónia comemorativa do 178.º aniversário do Regimento de Lanceiros N.º 2, presidida pelo Comandante das Forças Terrestres, Tenente-General Amaral Vieira.

A cerimónia desenrolou-se de forma tradicional, destacando-se a apresentação de capacidades da Polícia do Exército (PE). Foi lido o código do PE, o que é específico desta Unidade.

A culminar os presentes confraternizaram num almoço-convívio.

6.ª Conferência do Colégio Militar

Teve lugar na Sociedade de Geografia de Lisboa, a 28 de Janeiro, o seminário subordinado ao tema: "Na profundidade do tempo futuro – a continuidade dos Estabelecimentos Militares de Ensino (EstMilE) das Forças Armadas", inserido na 6.ª Conferência do Colégio Militar.

Os seus objectivos centraram-se na manutenção da informação da sociedade portuguesa relativamente à importância e transcendência dos EstMilE, Colégio Militar, Instituto de Odivelas e Instituto dos Pupilos do Exército, com especial atenção pelo seu risco de "acção implosiva", de degradação do seu património histórico nacional. Concomitantemente, foram móbiles a colaboração com entidades governamentais responsáveis pela tutela dos EstMilE, na perspectiva dos serviços em prol da Defesa Nacional, e a contribuição para a evolução possível e desejável, numa vertente de utilização das sinergias e salvaguardas do património histórico, mantendo os elevados serviços prestados à sociedade.

Numa primeira instância foi debatido o património histórico das escolas seculares e a sua relevância na sociedade

portuguesa, moderado pelo Tenente-General Alexandre de Sousa Pinto.

Um segundo painel foi alusivo aos EstMilE na sociedade portuguesa, moderado pelo GeneralAntónio Martins Barrento.

Numa terceira e última fase foi abordada a perspectiva futura dos EstMilE, moderada pelo Professor Doutor José Veiga Simão.

Homenagem à Mulher do Combatente

Teve lugar no Jardim de Santo Agostinho em Leiria, a 12 de Fevereiro, a cerimónia de apresentação da requalificação do Monumento de Homenagem à Mulher do Combatente.

Esta cerimónia, constituída por dois momentos distintos, visou enaltecer a importância indelével da mulher no apoio ao combatente, como braço moral de sustentação da sua força anímica, no desempenho da sua missão. Iniciou-se no edifício Moinho de Papel, com os discursos das várias entidades intervenientes, designadamente, do Presidente da Associação de Combatentes do Ultramar Português, JoséAdelino Ferreira Nunes, do Primeiro Secretário da Direcção Nacional da Associação Nacional dos Deficientes das Forças Armadas, Sérgio Francisco Carapeto Azougado, do Vice-Presidente da Liga dos Combatentes, Major-General Fernando Pereira dos Santos Aguda, do Chefe de Gabinete do Governador Civil do Distrito de Leiria, Dr. Carlos Lopes, e do Presidente da Câmara Municipal de Leiria, Dr. Raul Castro.

Num primeiro momento, intercalado com os discursos das entidades, houve lugar para dois trechos musicais, executados

por duas alunas da Sociedade Artística e Musical dos Pousos, Ana Rita Vieira e Joana Goes, que interpretaram *Rondo,* de John Bull, e *Romanze from Eine Klein Nachtmusik K525,* de Wolfgang Amadeus Mozart, em saxofone e fagote, respectivamente.

Ainda nesta conjuntura destacaram-se as palavras do Major-General Fernando Aguda: *A mulher do combatente, hoje e aqui homenageada, simbolizada por um monumento a quem o nosso afecto transmite vida, é aquela que foi e continua sendo, o suporte moral do homem de armas, constituindo a sua força interior, a sua coragem e a sua capacidade de aceitar o sofrimento, e essencialmente, é a coragem determinante e a força moral do homem combatente, defendendo-o da descrença e do cansaço, suavizando-lhe o medo e a angústia que o invadem no campo de batalha.*

Situada muitas vezes na retaguarda do terreno da refrega, a mulher do combatente, transmite mais dimensão à esperança, mais apego à vida e amor à paz, sentimentos que habitam o homem que combate, constituindo a razão do seu sorriso, rasgado ou saudoso, quando de arma ao ombro e manga de farda arregaçada, caminha pela mata fora, desafiando o destino e o tempo, ansiando, a cada passo dado, que chegue a hora da paz.

Num segundo momento, já no Jardim de Santo Agostinho e onde foi colocado o Monumento de Homenagem à Mulher do Combatente, os representantes das várias entidades presentes colocaram ramos de flores no supracitado monumento, no sopé da parte que representa o famoso aerograma. Estiveram representados, na deposição de flores, a Câmara Municipal de Leiria, o Governo Civil do Distrito de Leiria, a Liga dos Combatentes, a Associação dos Combatentes do Ultramar Português e a Associação de Comandos – Núcleo de Coimbra.

Comemorações do 1.º de Dezembro

A Restauração da Independência de Portugal (1640) foi evocada numa cerimónia que decorreu na Praça dos Restauradores, em Lisboa, na presença do vereador da CM de Lisboa [Mestre] Manuel Brito e do vice-presidente da Sociedade Histórica da Independência de Portugal (SHIP), Dr. Eugénio dos Santos Ramos.

Do programa da cerimónia constou a Missa Solene de Acção de Graças, na Igreja Paroquial de Santa Justa, a homenagem aos heróis da Restauração e a inauguração da exposição de pintura "D. João IV e a Restauração da Independência."

A artista plástica Gabriela Marques da Costa trouxe à tela o tema da independência de Portugal, com o objectivo de "sensibilizar o povo português e convidá-lo a olhar para o passado", segundo a autora. A inauguração da mostra patriótica decorreu na sede da SHIP, no Palácio da Independência, ao Espaço Fernando Pessoa.

Texto e Fotos: Tenente-General António Mascarenhas

A Engenharia Militar Portuguesa

Evolução e Acção no 3.º Quartel do Século XX – Áreas a Investigar

Muito há a investigar para se poder escrever sobre a Engenharia Militar, nomeadamente neste período entre o final da Segunda Guerra Mundial e o início das Guerras de África e no quadro mais geral da Guerra-fria. Não querendo escrever senão um artigo, procurei investigar o que me pareceu serem os aspectos mais importantes e a relevar neste período, mas que não dispensa mais e melhores esforços de investigação e recolha. O Núcleo Impulsionador de Conferências, lançou o tema.

Assim, fui convidado a efectuar uma conferência no âmbito do sub-projecto "Ciência e Tecnologia de Defesa" e integrada no Painel 1 – Engenharia Civil, conferência essa sobre a Engenharia Militar, as transformações sofridas e as modalidades de intervenção postas em prática em Portugal e em África no período em análise.

Dei-lhe o título *"A Engenharia Militar Portuguesa – Evolução e Acção no 3.º Quartel do Século XX – Áreas a Investigar"*.

O Plano Marshall

O Plano Marshall surge de um convite feito aos países europeus pelo General George Marshall em 5 de Junho de 1947, para um plano de reconstrução económica europeia que pretendia eliminar o défice previsível das suas balanças de pagamentos através de um fundo que os EUA poriam à sua disposição nos anos fiscais de 1948/49, 49/50, 50/51 e 51/52[1]. Estes fundos deveriam ser utilizados para financiar um programa próprio de cada país utilizador. Em 2 de Abril de 1948 foram promulgadas pelos EUA as Leis de Ajuda ao Estrangeiro e criado neste país a ECA (Economic Cooperation Administration). Por outro lado, na Europa foi criado, em 18 de Abril de 1948, a congénere da ECA, a OECE (Organização Europeia de Cooperação Económica). Segundo o Prof. Pinto Barbosa, por detrás destas novas organizações e metodologias estava já a ideia da construção da Comunidade Económica Europeia. Portugal foi um dos subscritores do Acordo mas só começa a receber as

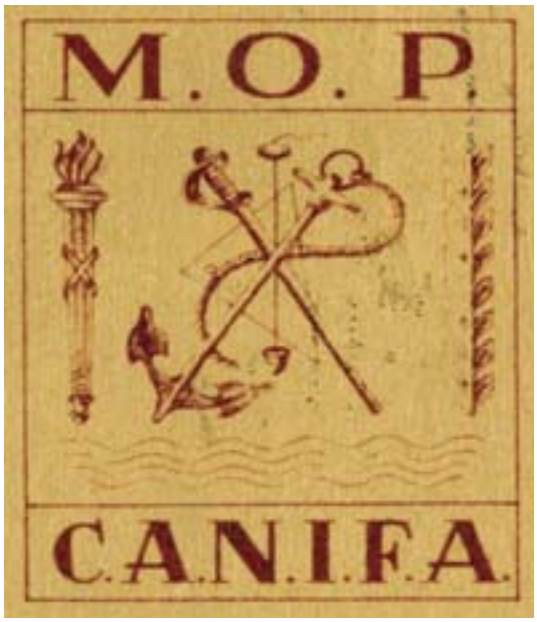
> Em 1949 Portugal aderiu à OTAN e iniciou um programa de modernização das suas Forças Armadas para possibilitar o cumprimento das obrigações assumidas

ajudas em 1949/50 (o 2.º ano de aplicação). No final de 1955 a ajuda americana a Portugal, decorrente do Plano Marshall, atingiu mais de um milhão de contos (conto = mil escudos) em empréstimos e mais de meio milhão em fundos de contrapartida. A aplicação destas ajudas (em anexo – o quadro de aplicação) foi feita em vários sectores quer em Portugal continental e ilhas quer no Ultramar. Não houve aplicações militares directas mas foram beneficiados alguns sectores da indústria de defesa ou que contribuíam para o sector (caso da Companhia de Pólvoras e Munições de Barcarena).

A Evolução da Organização Superior da Defesa Nacional e das Forças Armadas

Até 1950 as forças de defesa do continente e ilhas eram distintas das do ultramar. As primeiras dependentes do Ministério da Guerra e as segundas do Ministério das Colónias. Durante a II GG fez-se sentir a necessidade de colocar todo o esforço de defesa sob a mesma entidade. Assim, (pelo DL 32157 de 21 de Julho de 1942) temporariamente aconteceu. Mas, só em 1949 (DL 37542 de 2 de Setembro) todas as forças e meios de defesa foram colocados na dependência única do Ministério da Guerra embora o Governador de cada colónia mantivesse essa responsabilidade política no seu território. Em 1954 (Lei 2060 de 1953 – Lei da Organização Geral, recrutamento e serviço Militar das forças Terrestres Ultramarinas; DL 39 541 de 16 de Fevereiro de 1954 que regulamentou a Lei) foi completado o quadro legal que eliminou a separação das principais responsabilidades de defesa nacional por dois ministérios.

Em 1949, Portugal aderiu à OTAN e iniciou um programa de modernização das suas Forças Armadas para possibilitar o cumprimento das obrigações assumidas.



CANIFA (Comissão Administrativa para as Novas Infraestruturas das Forças Armadas) e dentro desta a CANIE (Comissão Administrativa para as Novas Infraestruturas do Exército).

Em 1951, a Constituição da República foi alterada, passando a considerar os territórios ultramarinos como províncias e, logo, território nacional.

Em 1955 Portugal foi admitido como membro da ONU. É também neste período que se iniciam as independências em África. Em 1959 a Bélgica começou a preparar a independência do Congo, o que levou a que o Governo Português, temendo as repercussões, iniciasse um conjunto de preparativos nomeadamente de construção de infrestruturas de defesa em Angola.

Evolução da Direcção das Obras Militares

Quanto à organização das obras militares, em 1941 (DL 31271) foi determinado que transitassem para o Ministério das Obras Públicas e Comunicações as competências do Governo em tudo que se referia a obras de construção, ampliação, adaptação, restauro e conservação dos quartéis militares e de outros edifícios do Exército. Mantiveram-se na competência do Ministério da Guerra, por decreto de 1943 (DL 32682), as obras de natureza estritamente militar ou de carácter reservado (fortificações, carreiras de tiro, paióis, aeródromos, depósitos, material de acampamento e bivaque e outras) sendo a sua execução da responsabilidade da Engenharia Militar. Ainda, no mesmo ano de 1943, por portaria do Ministro da Guerra (assinado pelo Subsecretário de Estado da Guerra Fernando Santos Costa) atribui ao SFOM (Serviço de Fortificações e Obras Militares) aquelas responsabilidades e ainda as servidões militares e o património imobiliário do Ministério da Guerra (cadastro, aquisição, arrendamento e venda), serviço este que é indicado como uma repartição (a 3ª) da Direcção da Arma de Engenharia. Em 1945 (DL 35193) são incluídas nas competências referidas também as obras de pequena conservação, reparação ou simples arranjo nos aquartelamentos e outras instalações dos serviços e de vida das tropas. Em 1962 e tendo em conta a experiência que vinha sendo feita há mais de 10 anos, por portaria do Ministro do Exército (Portaria 19029), foi criado na DSFOM (Direcção dos Serviços de Fortificação e Obras Militares) o Gabinete de Estudos das Fortificações e das Obras Militares Antigas. Em 1978, por decreto do Conselho da Revolução (DL 283/78), foi criada a DSFOE (Direcção do Serviço de Fortificações e Obras do Exército) cujo director passa a ser cumulativamente o Director da Arma de Engenharia.

A Canifa

Verificamos assim que no final dos anos 40 surge uma forte vontade de modernização das Forças Armadas que tem por fundo a II GG e as questões de defesa com que Portugal se viu confrontado, nomeadamente nos Açores, onde os trabalhos de Engenharia efectuados quer pela boa qualidade quer pelo pouco tempo de execução são referências, vontade essa que também se insere numa forte tendência modernizadora do Estado, nomeadamente em infraestruturas e que vai ter como principal motor e executante o Ministério das Obras Públicas e Comunicações.

É assim que é organizada no Ministério das

Obras Públicas e Comunicações a CANIFA (Comissão Administrativa para as Novas Infraestruturas das Forças Armadas) e dentro desta a CANIE (Comissão Administrativa para as Novas Infraestruturas do Exército). Estas comissões iniciam o seu trabalho, ainda nos anos 40, projectando e executando um programa de quartéis e outras instalações, cuja implantação e desenvolvimento, linha arquitectónica (exterior e interior) é claramente representativa da época do Estado Novo e cujos métodos, materiais e técnicas de engenharia, quer estrutural quer de comodidade e bem estar, fazem a transição entre o neoclássico nacional e o funcional do período seguinte de tal forma que, ainda hoje, passados mais de 50 anos, conservam ainda capacidade de modernização.

O Quartel da Escola Prática de Engenharia em Tancos

Não tendo sido feito pela CANIFA mas sendo o quartel de referência, é de aqui referir o quartel da EPE em Tancos cujo anteprojecto foi feito em 1941, tendo sido iniciado em 1943 e inaugurado em 9 de Março de 1946. Projecto dos oficiais de Engenharia da EPE tem já algumas medidas construtivas modernas (como paredes exteriores em pano duplo e caixa de ar) e a sua construção foi por administração directa (custou cerca de 14 milhões de contos).

Os Quartéis Canifa

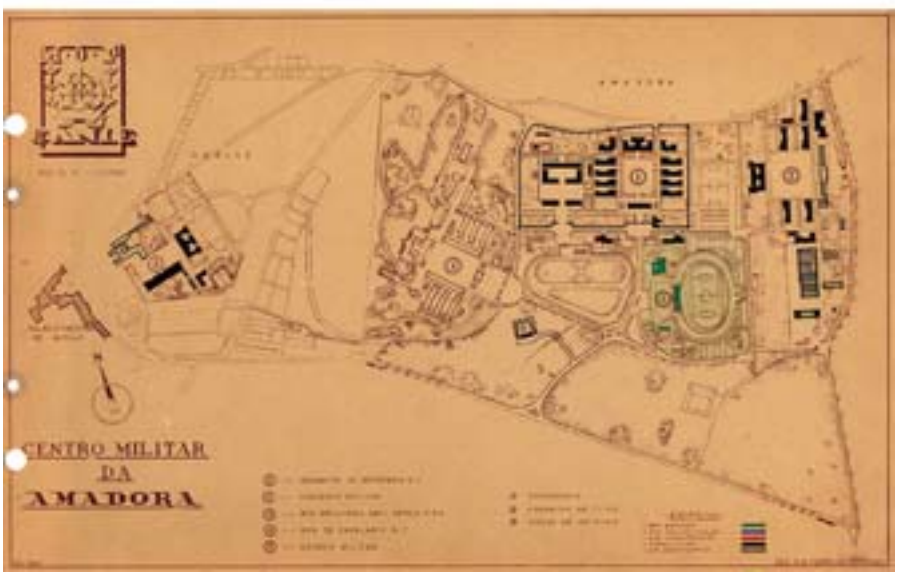
Em 1960 no seu relatório de 31 de Dezembro a CANIFA/CANIE indicava:

Quartéis concluídos

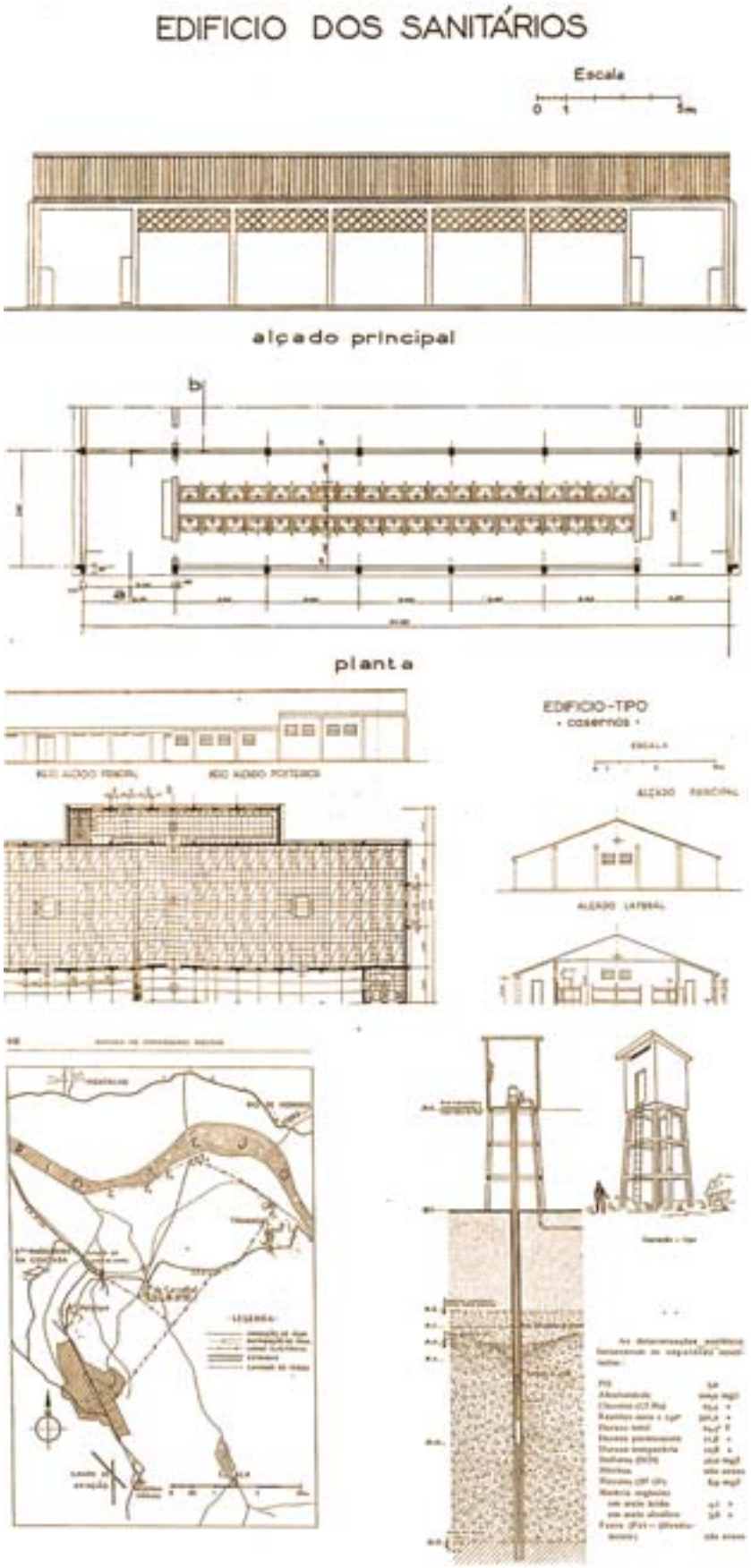
RI 1 Amadora (1955)
RI 2 Abrantes (1955)
RI 3 Beja 1956)
Novo Quartel da Encarnação (1960)
RI 5 Caldas (1952)
RI 6 Porto (1950)
RI 5 Caldas (1952)
RI 6 Porto (1950)
RI 7 Leiría (1955)
RI 8 Braga (1955)
RI 10 Chaves (1958)
RI 13 Vila-Real (1952)

Quartéis em construção

RI 15 Tomar
RI 19 Funchal



RI 6, Porto, inaugurado em 1950; RI 1, Amadora, inaugurado em 1955. (De cima para baixo)



Em estudo

RI 9 Lamego
RI 11 Setúbal
RC 8 Castelo Branco
BI 18 Ponta Delgada
BCaç 2 Covilhã
BCaç 3 Bragança
RC 6 Guimarães

Remodelações em curso

EPC Santarém
EPC (antiga) Torres Novas
EPA Vendas Novas
Centro Militar da Amadora (RI 1, RAAA 1, Academia Militar e RC 7)
HMR 1 Porto
BA 3 (edifícios) Tancos
RArt Pes 1 Sacavém
Quartel do RAP 3 Figueira da Foz
Bat Metr 2 Fig. Da Foz
Bat Metr 3 Porto
Quartel de Infantaria 12 Coimbra
Bat Caç 6 Castelo Branco
Bat Inf 17 Angra do Heroísmo
Quartel de Cav 6 Porto
RE 1 (Pontinha) Lisboa

Remodelações em estudo

Q G 3ª RM Tomar
HMP Lisboa
Hosp Mil Évora
RA 5 Penafiel

Os autores destes projectos são vários e trabalhavam em equipa não sendo fácil identificar quem fez o quê. No entanto, da breve análise foi possível reconhecer que várias peças do "Quartel da Borralha" – Vila Real, estão assinadas pelo Arq. António Lino e do "Quartel da Cruz da Areia" – Leiria pelos Arq. Marciano Rodrigues e Arq. Samuel Quininha.

Estas obras, embora feitas pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações, eram inscritas no Orçamento Suplementar de Defesa do Ministério do Exército, sendo o plano de emprego aprovado pelo Ministro da Defesa Nacional.

A execução destas obras era efectuada por empreitada antecedida de concurso.

A Construção do Campo Militar de Santa Margarida

Em Agosto de 1953 começou a ser utilizado o Campo Militar de Santa Margarida[2]. A sua construção iniciou-se em Maio de 1952 em regime de

administração directa sendo os materiais fornecidos por concurso. Nas obras chegaram a trabalhar cerca de 300 trabalhadores.

O programa geral previa a instalação temporária de 15000 a 20000 homens e material para efectuarem treino. Previa instalações para três Regimentos de Infantaria (a três batalhões), três Grupos de Artilharia Ligeira e um de Artilharia Pesada, um Grupo de Cavalaria, um batalhão de Engenharia, um batalhão de Transmissões, um Quartel-General e os serviços de apoio.

As verbas atribuídas através do orçamento ordinário para o triénio 1952/53/54 foram de 60000 contos. Desta verba 1800 contos foram utilizados na construção da estação de caminho de ferro (pois foi necessário receber os novos carros de combate Patton vindos da ajuda americana), tendo os trabalhos de assentamento de linhas sido executado pelo BSCF.

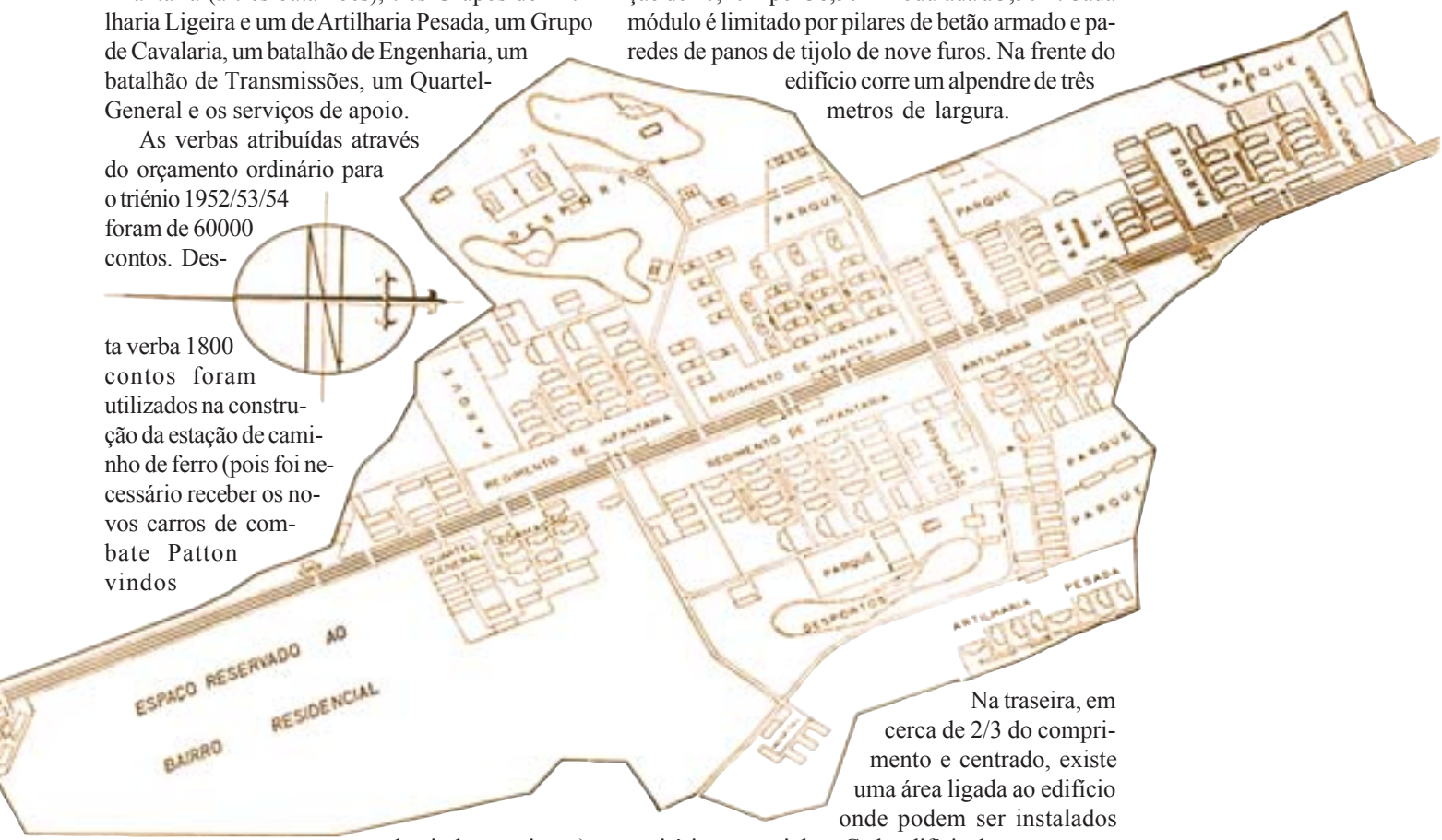
Entretanto, foram gastos 6000 contos para expropriação de terrenos para exercícios.

Todos estes trabalhos foram antecedidos pela aquisição de terrenos por expropriação (cerca de 200 hectares) e os necessários levantamentos topográficos efectuados pelos Serviços Cartográficos do Exército.

Uma vez traçadas as estradas foram construídas as redes de àgua e de esgotos, a captação na margem do Tejo e as bombagens e tratamentos de água bem como os respectivos reservatórios. Em seguida, iniciou-se a construção dos edifícios seguida da rede eléctrica e telefónica.

Todos os trabalhos de madeira e de ferro foram efectuados nas oficinas da EPE. A direcção das obras funcionou em Lisboa, na DAE, e, no local, a direcção dos trabalhos de que dependiam várias secções por especialidades e ainda um serviço de recepção de materiais.

Curiosa foi a metodologia usada para o estudo, projecto e construção dos edifícios. O modelo adoptado para o edifício mais comum resultou de um concurso entre oficiais de Engenharia cujo vencedor foi basicamente o adoptado. Trata-se de uma construção de 10,20m por 38,50m modulada a 3,50m. Cada módulo é limitado por pilares de betão armado e paredes de panos de tijolo de nove furos. Na frente do edifício corre um alpendre de três metros de largura.



Na traseira, em cerca de 2/3 do comprimento e centrado, existe uma área ligada ao edifício onde podem ser instalados sanitários ou cozinhas. Cada edifício destes comporta 90 camas beliche, ou seja, é um dormitório para 180 homens (por norma o efectivo de uma Companhia de Infantaria). O mesmo edifício facilmente se adapta a refeitório, a messe de oficiais ou sargentos, a edifício de comando ou armazém. Derivados deste se reformularam edifícios para balneários ou sanitários.

A Engenharia Militar na Índia

Na Índia as obras militares eram asseguradas pela DOCMEI (Direcção de Obras do Comando Militar do Estado da Índia). A partir de 1951 passou a existir também uma Companhia de Engenharia Mista (Sapadores e TSF) formada em Moçambique. Em 1955 chegou á Índia um Pelotão de Transposição de Cursos de Água e um Pelotão de TSF e, em 1956, uma Companhia de Sapadores Expedicionária e uma Companhia de Transmissões Expedicionária.

O DEI de regresso a Quartéis. Estrada Panguim para Pandá sob o Comando do Major Tribolet.

Este conjunto de unidade constituiu o DEI (Destacamento de Engenharia da Índia) que veio a executar o Plano de Barragens na defesa de Goa em 1961.

O Período da Guerra do Ultramar

Tapeçaria de Renato Torres, 1970.

Em 1961 iniciou-se em Angola a Guerra do Ultramar contra os movimentos independentistas.

A organização superior das Forças Armadas assentava nos Ministros do Exército, da Marinha e Secretário de Estado da Aeronáutica, cabendo ao Ministro da Defesa Nacional a coordenação e a preparação dos orçamentos militares e da Defesa Civil. A estrutura ministerial consistia apenas no Secretariado-geral da Defesa Nacional dirigido por um General – o Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas. Dependentes dos respectivos Ministros estavam os Chefes de Estado-Maior do Exército, da Marinha e da Força Aérea. No entanto nas zonas do território onde viessem a desenrolar-se operações militares as forças ficariam subordinadas ao CEMGFA através de Comandantes-chefes a nomear.

Desta forma, em Angola e Moçambique existiam os respectivos Comandantes-Chefes para além do respectivo Governador. Na Guiné as duas funções recaíam na mesma pessoa.

Em 1960 com a proximidade da independência do Congo Belga, o Secretariado Geral da Defesa Nacional difundiu um conjunto de directivas que eram dirigidas em especial para Angola mas que não excluía as restantes e nas quais prescrevia medidas, entre as quais, as relativas à melhoria das infraestruturas nomeadamente as rodoviárias. Decorrentes destas, também o Comando Militar de Angola, em 1961, emitia as suas directivas no mesmo sentido, apontando o esforço sobre as infraestruturas rodoviárias e para a ampliação e conservação da rede de pistas de aviação. É assim que "*os programas de obras públicas em cada província são adaptados às prioridades de carácter militar especialmente no que concerne às redes viária, de pistas e aeródromos, ferroviária e sanitária*"[3] .

Quanto aos recursos financeiros empregues neste esforço de guerra pode-se dizer que o Orçamento do Estado através das Despesas Ordinárias pagava os gastos com as guarnições normais destinadas à defesa da Metrópole, Ilhas e Províncias Ultramarinas. Este orçamento diminuiu em percentagem do total, entre 1960 (23,5%) e 1973 (18%). Quanto às Despesas Extraordinárias, estas incluíam o Orçamento para as Forças Militares Extraordinárias no Ultramar (OFMEU) e que representava 2/3 daquelas despesas e incluíam as despesas de investimento (armamento, equipamento e viaturas) (Total do OFMEU em 1973: cerca de 7,5 milhões de contos; destes cerca de 1/3 eram para investimentos). O OFMEU era comparticipado pelas Províncias Ultramarinas. O OFMEU cresceu até 1970 e depois voltou aos valores de 1961.

Em Angola a principal região de combate foi o Norte - os Dembos e para apoiar esse esforço foram conduzidas as acções da Engenharia Militar operando por Companhias e estas por destacamentos. A partir de 1966 as actividades da guerrilha intensificaram-se para o Cuando-Cubango e para o Cazombo e como tal também para aí se desenvolveram as actividades construtivas da Engenharia Militar, seguidas pelos organismos provinciais de obras públicas que complementavam e suplementavam aquelas infrestruturas.

Na Guiné, devido a dimensão do território, a defesa teve de ser feita na fronteira. A partir de 1969 a manobra militar passou a ser articulada com a mano-

bra sócio-económica ou acção psicológica e com o recrutamento de naturais. A dificuldade de circulação terrestre (devido às emboscadas e às minas) levou a privilegiar o uso do transporte aéreo e o fluvial.

Em Moçambique as áreas de maior actividade da guerrilha foram Cabo Delgado no Noroeste e no Niassa. Só após 1968, com a construção da Barragem de Cabora-Bassa, as acções se intensificaram na região de Tete. Porém, sendo estas regiões afastadas dos pólos administrativos e dada a configuração do território, a actividade portuária intensificou-se e desenvolveu-se a partir de 1970 um importante comando militar em Nampula. Tal como nas outras províncias também em Moçambique estas actividades militares provocaram a construção de infraestruturas, na medida em que, servindo o interesse das operações também servia o interesse do desenvolvimento.

A Engenharia Militar teve uma acção inicial de construção de aeródromos tácticos e a pouco e pouco assumiu a abertura de picadas tácticas que progressivamente se melhoravam para serem itinerários logísticos e finalmente estradas principais acabadas pelos serviços de estradas dos Governos Provinciais.

A Engenharia Militar lançou também um programa de construção de quartéis pré-fabricados para Companhia e Batalhão (primeiro em estrutura de madeira e depois metálica), muitos deles montados pelos próprios utentes, distribuindo-se manuais de montagem, de construção de redes de água, de redes de esgotos e fossas sépticas, de electricidade interior e de iluminação exterior e outros subsistemas de apoio à vida nos aquartelamentos.

A Organização da Engenharia durante as Campanhas de África 1961-1974[4]

Com o início da acção violenta da guerrilha em Angola, em 1961, foi elaborado um "plano de mobilização", que previa o envio de unidades de reforço. No que diz respeito à Engenharia Militar, as unidades de reforço previstas no plano eram: uma Companhia de Sapadores da EPE e uma Companhia Sapadores do RE1, com datas de partida previstas para Junho de 1961. No entanto, a guerra rapidamente se espalhou aos outros teatros e muitas unidades tiveram de ser mobilizadas.

Unidades de Engenharia em reforço

Entre 1961 e 1975 foram mobilizadas para Angola, Moçambique e Guiné um total de 59 Companhias, dois Destacamentos de Caminhos-de-ferro e duas Secções de Lança-Chamas, para além de muitos militares em rendição individual.

Lisboa – Regimento de Engenharia N.º 1. Lisboa / Largo da Graça – Comando do DGME. (De cima para baixo)

A EPE mobilizou duas Companhias de Sapadores e duas Companhias de Construções para Angola.

O RE1 mobilizou as restantes 55 Companhias: para a Guiné, uma Comp Eng Mista (1963); para Angola, seis Comp Sap (1961 a 1963), nove Comp de Construções e 21 Comp de Engenharia (1964 a 1975); para Moçambique, três Comp Sap (1961 a 1963), e 14 Comp de Engenharia (1964 a 1975);

O Batalhão de Sapadores de Caminho de Ferro mobilizou para Angola os dois Destacamentos de C.Ferro (1962-64 e 1964-66) e as 2 Secções de Lança-Chamas (1961-63 e 1963-65).

Apoio Logístico da responsabilidade da Engenharia

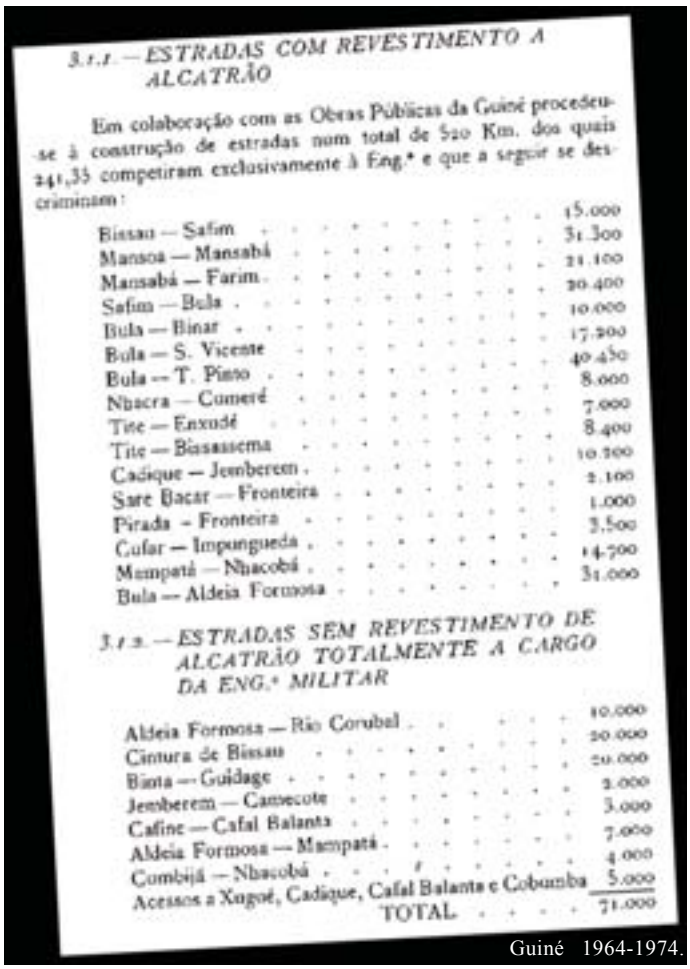
Os principais problemas a resolver pela Engenharia, como direcção logística, foram respeitantes ao fornecimento de energia eléctrica em campanha (geradores), ao reabastecimento de material de sapadores e de materiais de construção a todas as tropas, bem como, o reabastecimento e manutenção de equipamento de engenharia às suas próprias Unidades.

O equipamento de engenharia tornou-se de gran-

de importância, uma vez que, a abertura e manutenção das picadas tácticas e outros itinerários logísticos dependiam deles, tal como a construção e reparação das obras de arte complementares (pontes, aquedutos...).

Em 1964, foi elaborado um Plano de Aquisição do Exército que previa o emprego de uma verba de cerca de 1,5 milhões de contos para aquisição de armamento, viaturas e equipamentos durante três anos, 1964/65/66. Em 1967 outra verba, de cerca de 1,8 milhões de contos, foi destinada para o mesmo efeito durante os anos de 1967/68/69/70.

Em 1968, enquanto na área do armamento se assistiu à aquisição da espingarda automática G3, na área do equipamento pesado de engenharia, foram adquiridos tractores, embarcações e outros equipamentos, em grande quantidade, mas a sua entrega só se processou em 1970.



3.1.1 — ESTRADAS COM REVESTIMENTO A ALCATRÃO

Em colaboração com as Obras Públicas da Guiné procedeu-se à construção de estradas num total de 520 Km. dos quais 241,35 competiram exclusivamente à Eng.ª e que a seguir se discriminam:

Bissau — Safim	15.000
Mansoa — Mansabá	31.300
Mansabá — Farim	21.100
Safim — Bula	20.400
Bula — Binar	10.000
Bula — S. Vicente	17.200
Bula — T. Pino	40.450
Nhacra — Cumeré	8.000
Tite — Enxudé	7.000
Tite — Bissassema	8.400
Cadique — Jemberem	10.300
Sare Bacar — Fronteira	2.100
Pirada — Fronteira	1.000
Cufar — Impungueda	3.500
Mampatá — Nhacobá	14.700
Bula — Aldeia Formosa	31.000

3.1.2 — ESTRADAS SEM REVESTIMENTO DE ALCATRÃO TOTALMENTE A CARGO DA ENG.ª MILITAR

Aldeia Formosa — Rio Corubal	10.000
Cintura de Bissau	20.000
Binta — Guidage	20.000
Jemberem — Camecote	2.000
Cafine — Cafal Balanta	3.000
Aldeia Formosa — Mampatá	7.000
Combijá — Nhacobá	4.000
Acessos a Xugué, Cadique, Cafal Balante e Cobumba	5.000
TOTAL	71.000

Guiné 1964-1974.

Instrução da responsabilidade da Engenharia

Na área da instrução, a Arma de Engenharia chegou a ministrar 34 especialidades diferentes.

Dos diferentes cursos salienta-se o Curso de Minas e Armadilhas, ministrado na EPE à razão de quatro por ano (correspondendo aos quatro turnos de instrução anual) que permitia formar um subalterno e três sargentos por cada companhia mobilizada (de Infantaria, Cavalaria ou Artilharia e dos serviços) e também o Comandante e os sargentos dos pelotões de sapadores das unidades de engenharia.

Angola – Ponte sobre o Dange.

Organização da Engenharia em Angola, Moçambique e Guiné

Em Angola, em 1961, existia apenas um BEng (criado em 1960) cujo comando assumia também responsabilidades pelas actividades logísticas da Arma: abastecimento de materiais de engenharia (de fortificação e de construção) e manutenção de material e equipamento de engenharia. Com o evoluir das necessidades, em 1963 foi criado o Depósito de Material de Engenharia.

No Luso (hoje Luena) foi criada uma delegação do Depósito, designado por Depósito Avançado de Material de Engenharia.

Em 1964 foi criado o Agrupamento de Engenharia de Angola absorvendo na sua orgânica o BEng e o Depósito. O Agrupamento possuía também um Depósito de Sobressalentes de Equipamento de Engenharia e um Depósito de Cartas para o apoio a toda a Região Militar de Angola. O BEng era composto por quatro Companhias de Engenharia, duas Companhias de Construções, uma Companhia de Equipamento Mecânico e Manutenção, o Destacamento de Sapadores de Caminho de Ferro e a Companhia de Depósito.

Um aquartelamento do tipo MAGUE.

Com o início das acções violentas, em 1964, foi criado o Agrupamento de Engenharia de Moçambique, com o Comando em Nampula e que incluía, para além do BEng, o Depósito de Material de Engenharia com quatro Depósitos Base de Material de Engenharia em Lourenço Marques (Maputo), Beira, Nacala e Porto Amélia (Pemba) e depósitos avançados em Tete, Vila Cabral (Lichinga) Mueda, Mocímboa da Praia e Nova Freixo (Cuamba). O Agrupamento de Engenharia de Moçambique era constituído por Comando e CCS, uma Companhia de Engenharia, duas Companhias de Construções e a Companhia de Depósito. Em 1968 o Agrupamento criou o Destacamento de Engenharia do Sul para o apoio a esta área da Província. Em 1971, perante a cada vez maior ameaça das minas terrestres colocadas, fundamentalmente, em estradas e picadas, foi criada a Companhia de Sapadores do Agrupamento.

Na Guiné, o Comando da Engenharia tinha na sua dependência o Beng (constituído por uma CEng e uma CConstr) e o Depósito Base de Material de Engenharia. O BEng fora criado em 1964 (previa na sua orgânica, quatro companhias).

A Extinção do RE2 e do BTm3

Na Metrópole (a Zona do Interior), entretanto, desenvolveu-se um enorme esforço de apoio e preparação de forças e meios em que intervieram, sem excepções, todas as unidades e órgãos da Engenharia Militar. No entanto, algumas transformações foram sendo efectuadas:

Em 1965 foi extinto o Regimento de Engenharia N.º 2 do Porto, sendo, no seu quartel, criado o Regimento de Transmissões (a Arma de Transmissões tinha sido criada em 1961);

Em 1966 foi extinto o BTm N.º 3 instalado no aquartelamento do Casal do Pote em Tancos.

Os arquivos existentes e a sua situação

Vários são os arquivos onde obtive elementos:

O Arquivo da Defesa Nacional, em Paço de Arcos, no Quartel do actual Centro Militar de Electrónica; com uma boa parte dos documentos catalogados;

O Arquivo Histórico Militar;

O Arquivo Geral do Exército, que tem catalogada a documentação administrativa de obras do SFOM e SFOE da década de 70; por catalogar todo o fundo de processos de obras e aquisições da gestão da Engenharia Militar (Cabo Verde, Guiné, S. Tomé, Angola, Moçambique, Timor e Índia); por catalogar a documentação administrativa de obras do SFOM e SFOE dos anos 60 e 80; por catalogar variadas peças desenhadas da CANIFA e da CANIE; outros documentos (O.S., doc. Técnicos, etc.); por catalogar os arquivos MOP com os processos CANIFA e CANIE;

O Arquivo da DIE em Santa Clara onde se encontram os arquivos de obras de Macau (aí recolhidos após a entrega da administração à China) e no RE1;

O Arquivo da CECA /DHCM

Muito trabalho vem sendo feito pela CECA e pelos AHM, AGE e DIE mas há que continuar.

"Que se faça tão bem e tanto como se fez no período em causa"

General Valença Pinto

(Abertura da 4.ª Conferência - "Economia, Ciência, Tecnologias e Logística de Defesa" da Cooperativa Militar (2009) no âmbito do projecto de investigação científica, de que é impulsionador, designado "Estudo da Situação Política, Económica, Científica e Social de Portugal no 3.ºQuartel do Século XX em Portugal Continental e Ultramarino e respectivas consequências").

---

[1] BARBOSA, António Manuel Pinto. "Memórias da A. C. de Lisboa" Tomo XXV.

O Prof. Pinto Barbosa foi meu professor no IAEM. Professor universitário, foi membro da equipa nacional para o Plano Marshall em Paris até 1950 e depois foi Ministro das Finanças, entre outros cargos relevantes.

[2] CALADO, General João A. Dos Santos, in "Revista da Engenharia Militar", 1953.

[3] Bacelar, Coronel de Engenharia Sérgio Augusto Margarido Lima "Portugal e as Campanhas de África 1960 – 1974"

[4] CECA "Campanhas de África 1961-1975"

Tenente-Coronel Ref. PilAv João J.Brandão Ferreira

A SUSTENTABILIDADE Económico-Financeira das Operações Militares entre 1961 - 1974 (I parte)

"A identidade de interesses é o mais seguro dos vínculos entre Estados ou indivíduos"

Tucídides

Vou começar por caracterizar a sociedade portuguesa obviamente focando-me no âmbito em questão, em 1960; passarei para o que se foi fazendo com o evoluir da guerra que travámos, terminando com a situação em 1974 e sua sustentabilidade. As conclusões finalizarão o escrito.

Situação em 1960

"Se não ganhássemos o de além, poderíamos perder o de aquém"

Zurara

Em 1960 a vida política em Portugal era regulada pela Constituição de 1933 que entrou em vigor após aprovada com ampla maioria em plebiscito nacional – o primeiro em toda a nossa História.

Muito do que a Constituição de 1933 prescrevia era quase a antítese do que vigorou na Monarquia Constitucional e na prática da República Democrática e jacobina, escorada na Constituição de 1911.

Convém, pois, caracterizar sucintamente as premissas doutrinárias da Constituição de 1933. Esta começa, pela definição, como todas as Constituições desde 1822, das partes que constituem o território nacional e sua descrição como parte integrante da mesma Nação, o mesmo acontecendo com os seus habitantes. Isto é, todos os territórios são Portugal a igual título.

A Constituição tinha como fundamento básico um pensamento nacionalista, que vai buscar suporte à matriz originária portuguesa; sobreleva a independência nacional, que subentende como algo transcendente e não descartando uma missão específica para Portugal no concerto das Nações. Fixa valores entendidos como permanentes da Nação: a assumpção e disseminação da Fé Cristã Católica, a dimensão e dever histórico de colonizar as terras de além-mar, a família como núcleo fundamental da sociedade e a evocação das grandes figuras da História Pátria.

Colhe, depois, influência nas encíclicas de Leão XIII, o que ajuda a definir a harmonização das diferentes classes sociais com a recusa da luta entre as mesmas. A Lei será igual para todos, idem para as oportunidades, fazendo-se a diferenciação pelas qualidades e capacidades naturais de cada um, evidenciadas no decorrer da vida. Tal deverá definir a hierarquia das coisas e dos homens.

A Constituição garantia:

- a iniciativa privada;
- a propriedade individual e sua transmissão por herança;
- a valorização do trabalho como parte da riqueza;
- o capitalismo sujeito a regras, devendo a riqueza criada ser socialmente útil e a sua distribuição justa.

Tenta-se um meio-termo equilibrado entre os excessos do capitalismo (que não deve ser parasitário) e os erros do bolchevismo.

Define-se um Estado forte, com autoridade mas não com autoritarismo. Rejeita o liberalismo ao mesmo tempo que recusa a concepção do Estado como totalitário e põe-se à parte de fascismos, nazismos e comunismos.

Define-se o Estado como interventor, no sentido de equilibrar e arbitrar os anseios individuais

No fim do segundo conflito à escala mundial Portugal conseguiu ficar imune aos seus horrores, manteve a política superiormente definida e não perdeu nada de seu.

Wikimedia Commons

escavar-em-ruinas.blogs.sapo

Para preservar a paz social e a perturbação das actividades económicas são proibidas a greve e o "lock-out". (Na foto: intervenção da Infantaria na greve dos vidreiros na Marinha Grande, em 1933).

com as necessidades colectivas da Nação. E reconhece como limites de actuação a Moral e o Direito.

Consagra uma concepção algo original e portuguesa para a organização do mundo social e do trabalho: o corporativismo.

A Constituição estabelecia um regime presidencialista, com amplos poderes executivos para o governo e capacidade legislativa e de fiscalização para a Assembleia Nacional inicialmente apenas com 90 deputados. A elaboração das Leis carecia de apreciação por parte da Câmara Corporativa onde estavam representados a maioria das forças de defesa, produtivas e intelectuais da Nação.

A Constituição de 1933, incorporou o Acto Colonial, publicado a 30/4/1930 e que incluía o Padroado do Oriente.

A Constituição de 1933 para além de bases sólidas doutrinárias procurou sínteses e equilíbrios de ideologias que melhor se adaptassem à realidade portuguesa, levando a consensos sociais aglutinadores. Ao mesmo tempo procurou uma fórmula política clara nas suas linhas de autoridade que evitasse bloqueios institucionais e melhor permitisse a execução das decisões tomadas.

No fim do segundo conflito à escala mundial Portugal conseguiu ficar imune aos seus horrores, manteve a política superiormente definida e não perdeu nada de seu. O País saiu com a sua imagem internacional reforçada.

A economia e a organização social e do trabalho, eram então marcadas pela "Doutrina Corporativa", que estava presente nos principais diplomas legislativos que enformavam a vida do país.

É reconhecida a iniciativa privada como o melhor instrumento para o progresso do País. Proclama-se a liberdade do trabalho, condicionando-a, porém, ao bem comum. E para preservar a paz social e a perturbação das actividades económicas são proibidas a greve e o "lock-out".

Caberá ao Estado tentar harmonizar superiormente a vida económica e social garantindo o equilíbrio entre o capital e o trabalho, a produção, as profissões e o número de empregos.

Ao Estado compete ainda a função da justiça e a protecção da economia de actividades especulativas.

O Estado deverá abster-se de promover iniciativas de carácter comercial ou industrial, a não ser que seja necessário para se obter benefícios sociais que de outro modo não se possam alcançar.

É reconhecido o direito à propriedade privada e à sua disposição por herança; o capital deverá conciliar os seus interesses com os do trabalho; a direcção das empresas pertence aos donos do capital social, embora os trabalhadores possam participar, por concessão daqueles, na gestão das mesmas; mas os direitos dos trabalhadores não poderão prevalecer sobre o direito de conservação e amortização do capital das empresas.

Wikimedia Commons

Pode pois dizer-se que a industrialização em Portugal apenas começou seriamente a partir de 1953… (Na imagem: *Colheita-ceifeiras*, Silva Porto, 1893).

Finalmente, o trabalho sendo legítimo, é elevado a dignidade social e até como dever de solidariedade e havido outrossim, como um direito bem como o salário, compatível com a dignidade humana.

A implementação de todo este sistema foi afectado pela Guerra de Espanha e II Guerra Mundial, e só ficou pronto, em 1956, ano em que foram legalmente estabelecidas as Corporações, que constituíam o vértice do sistema.

Os resultados da aplicação do sistema corporativo durante 40 anos, ainda são hoje, mal entendido e mal conhecido. O corporativismo negando a luta de classes, acabou por ser um compromisso entre o capitalismo, ele próprio limitado pela doutrina cristã; o liberalismo, que as preocupações sociais constrangiam e, até, o socialismo, temperado pela concorrência, o lucro, desde que lícito e o respeito pela propriedade privada.

No fim da II Guerra Mundial, o Banco de Portugal acumulava cerca de 19 milhões de contos em reservas de ouro e divisas.

Em 1945 a circulação fiduciária era de 8,2 milhões de contos, passando em 1960 para 15 milhões; 26,5 milhões em 1967, cerca de 36 milhões em 1971 e cerca de 75 milhões em 1974.

O aumento da circulação da moeda é bem demonstrativo da evolução da economia, sem embargo dos picos inflacionistas verificados sobretudo durante a II GM e na guerra em África.

Por outro lado a evolução do Produto Nacional Bruto (PNB), vai no mesmo sentido, 1958 – 61393 contos (x mil).

Ou seja, em 15 anos o PNB quadruplicou.

Para se entender melhor a realidade económica é mister analisar ainda outros dados.

As origens das receitas do Estado, sobretudo originadas nos impostos e menos em taxas, consignações e participação de lucros eram, à data da estreia de Salazar como Presidente do Conselho, em 1932, cerca de um milhão e novecentos mil contos. Em 1946, eram já de cinco milhões de contos e duplicam no fim dos anos cinquenta. Em 1966, somam já 13 milhões e passam para 20 milhões no ano seguinte; 22 milhões em 1968 e 25 milhões em 1970.

Mas o mais importante a referir é o facto das receitas assegurarem sempre um saldo orçamental positivo, a que também não é estranho o rigor com que se cumpria o orçamento.

Outro aspecto fundamental é a questão do "planeamento", factor que esteve sempre arredio da economia portuguesa, seja pela existência de guerras (em que passámos grande parte do tempo), falta de políticas concertadas e, ou, instabilidade governativa. Tal facto raramente permitiu transformar as riquezas de momento em mais valias futuras, que permitissem um desenvolvimento económico sustentado.

Pode dizer-se que o "planeamento" na economia começou a partir de 1935, com a publicação da Lei

1914 que visava a "reconstituição económica" do país.

O planeamento da economia só entra, porém, num estádio mais elevado e evoluído de concepção e aplicação, passada a II GM, com o I Plano de Fomento (PF), destinado ao período de 1953 a 1958. Seguiu-se-lhe o II PF (1959-1964); estabeleceu-se um plano intercalar (1965-1967) e finalmente é elaborado o III e último PF (1968-1973).

Pode pois dizer-se que a industrialização em Portugal apenas começou seriamente a partir de 1953… é a partir desta data que vieram a efectuar-se reformas profundas e estruturais na economia portuguesa.

Durante a execução do I PF o crescimento do PNB fez-se a uma média de 5%. A parte débil da economia passou a ser o sector primário, sobretudo a agricultura. Tendo crescido nas décadas de 30 e 40 devido à campanha do trigo (cereais), à reflorestação, plantação e ordenamento da vinha, etc., e às obras de hidráulica, manteve-se estacionário e teve até quebras daí para a frente. Nunca se conseguiu resolver o problema da estrutura fundiária e os investimentos ficaram sempre aquém do necessário. O baixo nível cultural da maioria dos agricultores e a limitada riqueza dos solos e a distribuição muito aleatória dos fenómenos meteorológicos, também não foram despiciendos nos resultados obtidos. O que se vai ver crescer substancialmente durante a vigência dos planos de fomento são a indústria e os serviços.

No II PF verificaram-se maiores quebras no sector agrícola e nalguns sectores industriais, foi o período mais afectado pela guerra ultramarina, mas de cujo abalo veio a recuperar.

O plano intercalar (1965-67) tem que fazer face a algumas incertezas relativas à evolução das despesas militares e quanto a ideias de integrar a CEE. Prevê-se uma taxa de crescimento do PNB de 6,1%, um ligeiro aumento na produção agrícola e aposta-se no desenvolvimento industrial, apontando-se uma subida de 6% ao ano e um investimento médio anual de 9,5%.

É, porém, no III PF (1968-73) que se dá uma verdadeira expansão da actividade económica e tal se deve em grande parte a um muito maior investimento fruto de, a partir de 1969, se ter dado maior prioridade ao desenvolvimento do que à estabilidade financeira.

A agricultura continua, contudo, deficitária, mas o poder de compra e a procura interna aumentou, bem como a expansão da oferta e da formação bruta do capital fixo.

Outro factor que se pretende analisar sucintamente é a balança comercial, quase sempre deficitária.

O deficit quase crónico apontado foi colmatado sobretudo pelas receitas do turismo (a partir de 1949), e pelas remessas de emigrantes.

Sem embargo, a política financeira seguida permitia ao Estado Português ter em fins de 1973 cerca de 50 milhões de contos em barras de ouro e moeda, e divisas estrangeiras.

Ano	Para o estrangeiro	Para o Ultramar
1953	38477	11315
1958	32452	13000
1965	87500	14000
1969	126000	
1970	157500	

Evolução da Emigração do Continente

A partir de 1968 a emigração vai causar um decréscimo populacional na metrópole portuguesa, com incidência negativa na força do trabalho. A maioria da emigração dos anos 60 dirige-se à Europa Ocidental especialmente à França e Alemanha.

No que diz respeito a salários e preços foi pedra de toque dos 40 anos de Estado Novo manter uma política de estabilidade.

Por seu lado o PNB registou um crescimento de 4,5% entre 1952 e 1957, baixa para 1,5% nos dois anos seguintes, para passar a 3% a partir de 1959, chegando a 1973 a crescer a 7%.

Um último aspecto carece de referência: a política de obras públicas, que não só procurou atender a todos os campos da vida nacional como preparou as infra estruturas necessárias ao desenvolvimento económico, nomeadamente no campo da indústria.

> No fim da II Guerra Mundial, o Banco de Portugal acumulava cerca de 19 milhões de contos em reservas de ouro e divisas

O ritmo e o número de construções que, sem embargo de erros cometidos, tentou ter em conta uma lógica de complementaridade e harmonia nacional, não teve paralelo em nenhuma época da História de Portugal. O que segue representa apenas uma panorâmica muito geral. Começou-se pelas comunicações e transportes.

Em 1930 o país possuía 14000 km de estradas em péssimo estado; em 1955 já existiam 25000 km de estradas boas e, em 1965 o número subia para 32000 km; iniciando-se a construção dos primeiros lances de auto-estrada. A rede ferroviária não sofreu grande incremento por já estarem construídas as redes necessárias ao país, mas melhorou-se imenso

http.restosdecoleccao.blogspot.com/2010/10metropolitano-de-lisboa.html

Construiu-se o metropolitano de Lisboa. (Estação da Avenida, 1963).

Wikimedia Commons

Nos anos sessenta são construídos os grandes estaleiros da Lisnave e Setenave, aptos a receber os maiores petroleiros do mundo.

a qualidade da via, o material circulante, dando-se início e continuidade à electrificação dos percursos.

Construiu-se o metropolitano de Lisboa. A rede de estradas e ferrovias foi complementada com a construção de numerosas pontes de que há a destacar as pontes sobre o Douro, o Zêzere e o Tejo, sendo de relevar a ponte "Salazar", na altura da sua inauguração, em 1966, a 3ª maior do mundo.

Os portos que se encontravam num estado lastimoso foram melhorados em todas as suas vertentes, quer os destinados ao consumo e navegação internacional, quer os de pesca. O número de navios da Marinha Mercante sofreu um aumento exponencial.

Nos anos sessenta são construídos os grandes estaleiros da Lisnave e Setenave, aptos a receber os maiores petroleiros do mundo. Investiu-se nas refinarias de Cabo Ruivo, Matosinhos e mais tarde no grande complexo petroquímico de Sines.

Como sem energia não se podia relançar a economia e modernizar todos os campos de actividade, sobretudo a indústria, foi feito um grande esforço na sua produção, sobretudo a partir dos anos 50.

Construíram-se muitas dezenas de barragens não só para produção de energia híbrida como também para abastecer obras de hidráulica e disciplinar caudais e leitos de rios.

Destinavam-se estas últimas a melhorar a agricultura e todas, a abastecer as populações com água necessária ao uso doméstico.

Multiplicaram-se, ainda, no campo social, as casas do povo e as casas de pescadores, os bairros sociais e centros de acção social, casas económicas, centros desportivos e colónias infantis; no campo da saúde a construção de hospitais, maternidades, sanatórios e o Instituto Português de Oncologia, tudo era complementado com os hospitais distritais e concelhios, os dispensários e centros de assistência. E a nível do serviço público tudo se renova ou é construído de raiz, como quartéis, instalações para os CTT, prisões, tribunais, serviços diversos do Estado, paços de concelho, etc. A rede de escolas e liceus estendeu-se a todo o país e as universidades de Lisboa, Coimbra e Porto alargaram substancialmente as suas instalações e áreas de actividade.

Tudo se fez porém depois de reformar e criar novos organismos quer permitiram a concepção e a execução do atrás apontado, tudo acompanhado do respectivo esteio legislativo.

Portugal vivia de vida própria mas não estava de costas voltadas para o exterior e tão pouco era imune ao que se passava no mundo. No fim da década de 20 e princípios de 30, deu-se a grande crise económica de Londres. Depois fomos muito afectados pela guerra civil espanhola e pelo segundo conflito mundial. A seguir à guerra foi criada a Organização Europeia de Cooperação Económica de que Portugal foi membro e surgiu o Plano Marshall de que o nosso país apenas beneficiou parcialmente numa fase tardia.

Surgiu ainda o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT, em1/1/1948), que originou uma liberalização do comércio internacional.

Em 25 de Março de 1957, é assinado, o Tratado de Roma, constituindo a CEE com objectivos políticos e económicos bem definidos. Assinaram, a França, Alemanha, Itália, Holanda, Bélgica e Luxemburgo. Quase em oposição a esta surge a Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA), formalizada pela Convenção de Estocolmo, em 21 de Novembro de 1959. A EFTA tinha objectivos e organização díspares da CEE.

Portugal teve que ponderar muito bem as suas opções tendo em vista os objectivos daquelas organizações, as suas capacidades e interesses e sobre-

leiloes.net

Verificou-se os graves prejuízos para Portugal em aderir ao Mercado Comum e as vantagens em fazer parte da EFTA.

tudo como articular a compatibilidade de tudo isto com a existência dos seus territórios fora da Europa.

Efectuada a ponderação verificou-se os graves prejuízos para Portugal em aderir ao Mercado Comum e as vantagens em fazer parte da EFTA. A adesão a esta organização verificou-se logo a 30/12/59, sendo ainda concedidas a Portugal, algumas vantagens. Faziam parte desta, a Inglaterra, a Suécia, a Suíça, a Noruega, a Dinamarca e a Áustria.

No início dos anos sessenta Portugal passa a participar mais nos movimentos económicos a nível mundial. Adere ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional e ao GATT, em 1962 com a particularidade do acordo se estender aos territórios ultramarinos. Em 1963, participámos no "Kennedy Round", promovido pelo Presidente Kennedy, dos EUA, com o objectivo de se avançar na liberalização do comércio internacional. Estas negociações arrastaram-se até 1967 e o nosso País veio a beneficiar de alguns dos seus resultados.

Havendo mal-estar económico entre a CEE e a EFTA, devido ao carácter concorrencial das duas organizações, este mal-estar passou ao plano político.

Tal culminou com o veto francês, em 1963, contra a entrada da Grã-Bretanha na CEE. Esta tenta agir como sempre fez com as potências continentais, manobrando a favor dos seus interesses e tem dúvidas se consegue melhor os seus intentos estando fora do Mercado Comum ou no seu seio. Portugal, por seu lado, tem a perspectiva correcta, de que uma entrada sua naquela organização poria em causa a sua soberania, mas não pôde ignorar a forte realidade económica que representa. Por isso a partir de 17/12/1971, dá-se início, em Bruxelas, a negociações que levaram à assinatura de um acordo comercial e económico, em 22/7/1972. Sem que Portugal se torne membro daquela organização ou sequer associado.

A EFTA entretanto dilui-se, após a entrada da Inglaterra para a CEE, em 1973. Como termo de comparação é mister referir que o comércio português com a CEE era da ordem dos 23% e de 18% com os países da EFTA; porém em 1971, a situação invertera-se com 34% do comércio feito com a EFTA (10 milhões de contos) e 20% com o Mercado Comum (seis milhões de contos).

É desta altura (ao redor de 1971), que o debate entre partidários da prioridade à Europa e os defensores de maior integração ultramarina, se extremam.

Tais discussões tiveram eco na Assembleia Nacional e sobretudo na Câmara Corporativa. Esta após extenso debate conclui ser acertado o acordo comercial com a CEE por só trazer vantagens económicas para o País e não pôr qualquer risco de soberania tanto na Metrópole como no Ultramar. E não vinculam Portugal a nada permitindo-lhe explorar os mercados que entendesse. Além disso o acordo poderia servir de estímulo à modernização de todas as actividades produtivas do País.

Economia Ultramarina

Com o início do segundo conflito mundial o preço dos produtos coloniais subiram bastante mas, por outro lado, tornava-se muito difícil transportá-los por via marítima devido às restrições impostas pela guerra.

Sem embargo, o tráfego entre o Ultramar e a Metrópole cresceu exponencialmente sobretudo em termos de importações para esta, que passam de 10% do total, em 1938, para 17-19% em 1943-45.

As reexportações a partir de Lisboa duplicam durante a guerra em termos financeiros. As exportações da Metrópole também aumentam, mas apenas significativamente a partir de 1943, por falta de transporte: nesse ano o Ultramar absorve 15% das exportações, que em 1945 representam já 24%. São valores recorde que ultrapassam os obtidos durante a I GG.

A guerra prejudicou, por outro lado, a obtenção de produtos manufacturados e de sobressalentes para a maquinaria existente nomeadamente, o caminho-de-ferro. A Inglaterra não estava em condições de ajudar a resolver o problema e existia má vontade dos sul-africanos pois acusavam as autoridades de complacência relativamente às actividades da numerosa colónia de refugiados do eixo em Angola e Moçambique que eram acusadas de fazerem espionagem, abastecerem e darem informações aos submarinos alemães que passavam ao largo da costa. É feito um apelo aos EUA, em 1942, que acabam por fornecer material ferroviário, camiões, máquinas e alguns aviões para os incipientes transportes aéreos já existentes. Esta ajuda americana tornou os EUA bem vistos na África portuguesa o que vai potenciar

a sua acção no pós guerra.

A falta de transportes sentida durante a guerra provocou novo clamor dos habitantes das colónias relativamente à falta de indústrias e à sua dependência da Metrópole em produtos manufacturados. Por outro lado muitas empresas nacionais pretendiam modernizar-se e expandir-se para África. O governo atende os pedidos e muda de política a partir de 1942. Em 1944 são autorizadas duas fábricas de algodão, uma em Angola e outra em Moçambique. É um começo, embora tímido. Nesse ano o grupo Champalimaud implanta-se em Moçambique, com uma cimenteira e várias empresas fazem inúmeros projectos nos sectores das bebidas, conservas, metalurgia ligeira, material de construção, etc.

Nas finanças acaba o monopólio do Banco de Angola e do BNU. O Banco Português do Atlântico instala-se em Angola através da Fundação Cupertino de Miranda. Por estes anos acabam ainda os contratos leoninos, das companhias majestáticas em Moçambique, passando o controle das suas infra-estruturas para o Estado.

O fim da guerra e as inovações feitas abrem uma nova era de prosperidade para os territórios ultramarinos, sendo possível pensar-se novamente em grandes projectos relativos a estradas, exploração de minérios, incremento de indústrias, etc.

Mas em termos políticos e sociais o fim da guerra também iria trazer mudanças...

No fim do conflito Portugal está numa posição financeira invejável enquanto a Inglaterra tem uma dívida de guerra enorme. As reservas são elevadas, a balança de pagamentos é muito positiva, as empresas acumularam lucros fora do normal e os bancos têm uma relação depósitos/créditos nada habitual.

Estava aberto, pelo menos aparentemente, o caminho para um desenvolvimento rápido, e nesse sentido recebeu o governo sucessivas pressões. Porém a sua decisão foi no sentido de optar por um desenvolvimento lento, prolongado e sustentado.

Esta decisão é sobretudo política e assenta na seguinte ordem de razões:

- O desenvolvimento do Ultramar deveria acompanhar o ritmo dos planos económicos da Metrópole de molde a reforçar a interdependência dentro do espaço económico português;

- Evitar que um desenvolvimento rápido criasse dependências do exterior, desequilíbrios súbitos ou pudesse alterar a paz social existente; recorde-se que a última campanha de pacificação ocorreu na Guiné, em 1935 e em Angola, em 1941;

- As reservas e créditos portugueses estão maioritariamente na zona da libra, havendo motivos políticos para favorecer a Inglaterra, relativamente a outros países, devido à situação do pós guerra, as indústrias inglesas terem dificuldades em dar conta das solicitações feitas;

- Existirem poucas reservas em dólares que estavam previstas serem aplicadas prioritariamente na Metrópole, além do que se pretendia afastar os EUA dos nossos territórios africanos.

Entre 1945 e 1953 é lançado, finalmente, um programa de investimentos vasto mas todo ele controlado pelo Estado Português e de aplicação gradual.

Completa-se em Moçambique a rede ferroviária com as ligações a Tete e à Niassalândia. Desenvolve-se a produção de carvão, que é exportado em larga escala, e do urânio.

Resta acrescentar que o problema da contratação dos trabalhadores foi regulado por portaria de 1943. O trabalho compulsivo passou a ilegal, mas todos os homens entre os 18 e 55 anos são obrigados a trabalhar cinco dias por ano nas obras públicas, ou a pagarem um imposto especial como dispensa.

Passa a haver tendência para que as exportações sejam feitas directamente dos diferentes terri-

tórios, sem terem de passar por Lisboa, o que não implica qualquer problema, já que todas as divisas das províncias ultramarinas, são controladas centralmente.

Em Angola, fazem-se também investimentos no âmbito dos transportes, embora em menor escala do que em Moçambique. Em contrapartida há vultuosos investimentos pelo sector privado na área das plantações. A produção do sisal passou de 13.000 toneladas, em 1946, para 20.000, em 1950 e o milho de 115.000 para 189.000 toneladas. O valor do café aumentou muito devido à elevada cotação no mercado e mantém o primeiro lugar nas exportações logo seguido pelos diamantes.

Crescem os projectos ainda relacionados com o sonho da colonização branca dos grandes planaltos, e agora com a implementação de indústria ligeira. Era necessário energia e surgem os projectos das barragens hidroeléctricas, cuja maior é aprovada no início dos anos 50 para o Vale do Cunene.

O plano quinquenal (1951-55) previa investimentos em Angola de 1.300.000 contos sendo o mesmo valor investido no corredor da Beira

Até 1953 não há grande encorajamento ao investimento estrangeiro, embora não se toque no que já existe. No entanto os EUA reforçam os seus laços com Angola e tornam-se no seu principal comprador estrangeiro.

Uma palavra para Timor onde a devastação causada pelas ocupações australiana e japonesa, obrigou a reconstruir praticamente tudo do zero. A começar pelas casas.

A partir de 1953 inicia-se um período de desenvolvimento mais rápido, da economia ultramarina.

O plano quinquenal para Angola é substituído por outro (1953-58), mais ambicioso e que duplica o valor das verbas atribuídas.

Desta vez a prioridade é Angola. O novo plano prevê uma colonização branca mais intensiva, com o desenvolvimento de colonatos agrícolas de que são exemplos Cela, Matala e vale do Cunene, em Angola e do Vale do Limpopo, em Moçambique, e que se revelam um semi fracasso. A mineração é alargada, em Angola onde se dá início à exploração de petróleo e ferro.

http.restosdecoleccao.blogspot.com

Em 1944 o grupo Champalimaud implanta-se em Moçambique, com uma cimenteira.

http.www.cfmnet.co.mzcfm_c.htm

Completa-se em Moçambique a rede ferroviária com as ligações a Tete e à Niassalândia.

Entre 1952 e 1955 é concedida à empresa belga Petrofine, em detrimento das empresas americanas, a concessão de prospecção a sul de Luanda. De facto é encontrado petróleo embora em quantidade menor do que o que aquela empresa estimou, o que a leva por erro de cálculo a abrir uma refinaria em Luanda. Em 1955 novo concurso para prospecção de petróleo é aberto que desta vez é ganho pela Golf Oil. A pesquisa em Cabinda tem início em 1958, descobrindo-se um novo lençol muito superior ao anterior, cuja exportação em força se deu nos anos 60. A Golf Oil veio, um pouco a contragosto do governo português, a fazer prospecção também na Guiné e em Moçambique.

O ferro começa a ser explorado no centro de Angola, em 1956 e em termos tais que obriga à ampliação do porto de Moçamedes e à construção de uma linha de caminho de ferro. Há um forte investimento de capitais alemães e é para a Alemanha que é exportado a maioria do minério que, em 1958, atinge já as 287.000 toneladas.

A Diamang é a única grande companhia que au-

Arquivo do Jornal do Exército

O programa da construção de barragens continua, prevendo-se a sua conclusão antes de serem levantadas as indústrias ligeiras.

menta os seus privilégios, mas com reflexos muito positivos para o Estado Português. Pelo novo contrato assinado, em 1954 a Diamang empresta a Angola 209 mil contos e entrega ao Estado 12% da nova emissão de acções e compromete-se a dar-lhe 50% dos lucros líquidos anuais Em 1958 os diamantes já valem 548.000 contos.

Em Moçambique desenvolve-se a produção de cobre e carvão, fazendo aumentar a exploração mineira no conjunto das exportações ultramarinas.

O programa da construção de barragens continua, prevendo-se a sua conclusão antes de serem levantadas as indústrias ligeiras previstas – isto numa altura em que arrancava a indústria pesada na Metrópole.

Em Angola são construídas as barragens de Mabuba, em 1954; Biopio na zona de Lobito/Benguela, em 1959 e da barragem da Matala, no sul. A construção das barragens foi antecedida da instalação de capacidade cimenteira, no Lobito e em Luanda.

Os resultados deste esforço revelam-se nos números: entre 1949 e 1959 em Angola, a refinação de açúcar aumentou 40%, e a produção de álcool duplica e a de cerveja passa de "0" para 165.000 toneladas; os têxteis de algodão quadruplicam e o sabão, derivados de peixe e sapatos, duplicam.

Em Moçambique arranca a indústria ligeira, baseada no sisal, caju, chá e açúcar. Os corredores para o interior em Angola e Moçambique aumentam de importância e em mercadorias movimentadas. Lobito torna-se um dos maiores portos de África, movimentando em 1954, dois milhões de toneladas.

No campo dos transportes aumenta a importância do rodoviário, dando-se início a transportes regulares e ao alcatroamento de estradas.

A necessidade de existência de ligações aéreas com os territórios ultramarinos foi uma das razões da criação da TAP no fim da II GM. As ligações aéreas regulares com Luanda começaram em 1947, embora o respectivo aeroporto só estivesse concluído em 1955. A criação desta linha foi altamente subsidiada, mas era um elemento de prestígio muito grande, facilitava a colonização branca e funcionava em regime de monopólio. As linhas aéreas internas desenvolveram-se.

A população branca aumenta significativamente. Em Angola passa de 44.083, em 1940 para 78.826, em 1950, 103.419, em 1954, e 173.000, em 1960. Em Moçambique existem 27.000 em 1940 e 97.000 em 1960.

O novo plano de fomento relativo aos anos de 1959-64 prevê uma maior abertura aos capitais estrangeiros. Dos nove milhões de contos de investimento em todo o Ultramar (o dobro do anterior), quatro milhões vem dos próprios territórios, dois da Metrópole e três do estrangeiro.

A nova política deve-se fundamentalmente:

- a não haver já capitais excedentários a nível nacional, como no pós guerra;

- ao plano de fomento da Metrópole prever, pela

primeira vez, um desenvolvimento não virado apenas para o mercado interno;

- aos empresários portugueses não estarem interessados em assumir riscos;

- a razões políticas de modo a levar países amigos a interessar-se pelos territórios portugueses numa época de crescente isolamento de Portugal face à sua política ultramarina. A mudança de designação de "colónia" para "província", foi uma das armas usadas pelo governo português para defesa da sua tese integracionista.

Em 1959, Portugal adere à EFTA através da assinatura da Convenção de Estocolmo, onde explicitamente estão excluídos os territórios não europeus de Portugal, que formam uma zona preferencial para os produtos portugueses. A entrada na EFTA obrigou o país a aderir ao GATT, em 1961. Esta adesão criou um problema jurídico, por causa das preferências existentes relativamente à transacção de produtos entre a Metrópole Portuguesa e o seu Ultramar. Por aquele acordo (GATT) tais preferências tinham de ser consolidadas (isto é, não poderiam ser alargadas), a não ser que os territórios por elas abrangidos passassem a constituir uma zona de comércio livre ou uma união aduaneira. Por razões políticas o regime português não podia aceitar a consolidação e por isso teve que criar uma zona de comércio livre. Assim, apareceu em 1961, criado pelo decreto-lei nº 44016 de 8 de Novembro, o "Espaço Económico Português". O grande promotor desta legislação foi o Ministro Correia de Oliveira, paladino da progressiva integração da economia portuguesa, na economia europeia.

O sistema do espaço económico português assentava em duas vertentes – uma zona de comércio livre, semelhante ao da EFTA, em que se estabelecia a eliminação gradual dos direitos aduaneiros e das restrições quantitativas ao comércio entre as partes; e um sistema de pagamentos interterritoriais, que previa a compensação multilateral das liquidações entre todos os territórios. Também se previa que as Províncias que dispusessem de excedentes financeiros, concedessem crédito automático até certos limites, àquelas que apresentassem défice.

A prática deste novo sistema, não deu os resultados esperados. Assim, as reduções dos direitos aduaneiros poucas melhorias trouxeram às preferências havidas do anterior; o sistema de pagamentos interterritorial cedo ficou bloqueado pela acumulação de créditos na Metrópole sobre os restantes territórios, o que gerou atrasos e racionamento nos mesmos. Havia aqui um erro base de concepção: pretendia-se que existisse liberdade de conversão entre as diferentes moedas que estavam ligadas entre si por uma taxa de câmbio rígida (estavam todas equiparadas a um escudo), embora não estivessem sujeitas à mesma política monetária

Por outro lado, a progressiva integração de Portugal na economia europeia veio a prejudicar as transacções comerciais com o ultramar. Assim entre 1960 e 1973, as importações da Metrópole de produtos ultramarinos passou de 14,4 para 10% e relativamente às exportações registou-se uma descida de 25,6 para 14,8% do total. O aumento da população branca em África, fez aumentar também as remessas para a Metrópole.

O número de empresas, sobretudo em Angola e Moçambique aumentou consideravelmente, bem como as infra-estruturas básicas. Muitas destas tinham origem directamente nas necessidades militares, o mesmo se passando com a educação e assistência sanitária. Muitas das empresas tinham capitais portugueses: bancos, cimentos, siderurgia de Angola, grandes plantações etc. Passou a haver também um grande fluxo de tráfego marítimo e aéreo directamente das províncias para países estrangeiros.

Na parte final da guerra – para onde eram canalizados importantes recursos financeiros (embora muitos deles viesse a reverter directa e indirectamente para o desenvolvimento dos territórios afectados pela mesma) – conceberam-se projectos de grande vulto, como sejam o das minas de Cassinga em Angola e sobretudo o de Cabora Bassa em Moçambique, que eventualmente discutíveis de um ponto de vista económico de curto e médio prazo tinham um alcance político e estratégico incontestável.

Porém, do ponto de vista tecnocrático, criou-se na mente de alguns portugueses, a ideia de que a manutenção do ultramar, se tinha tornado um mau negócio.

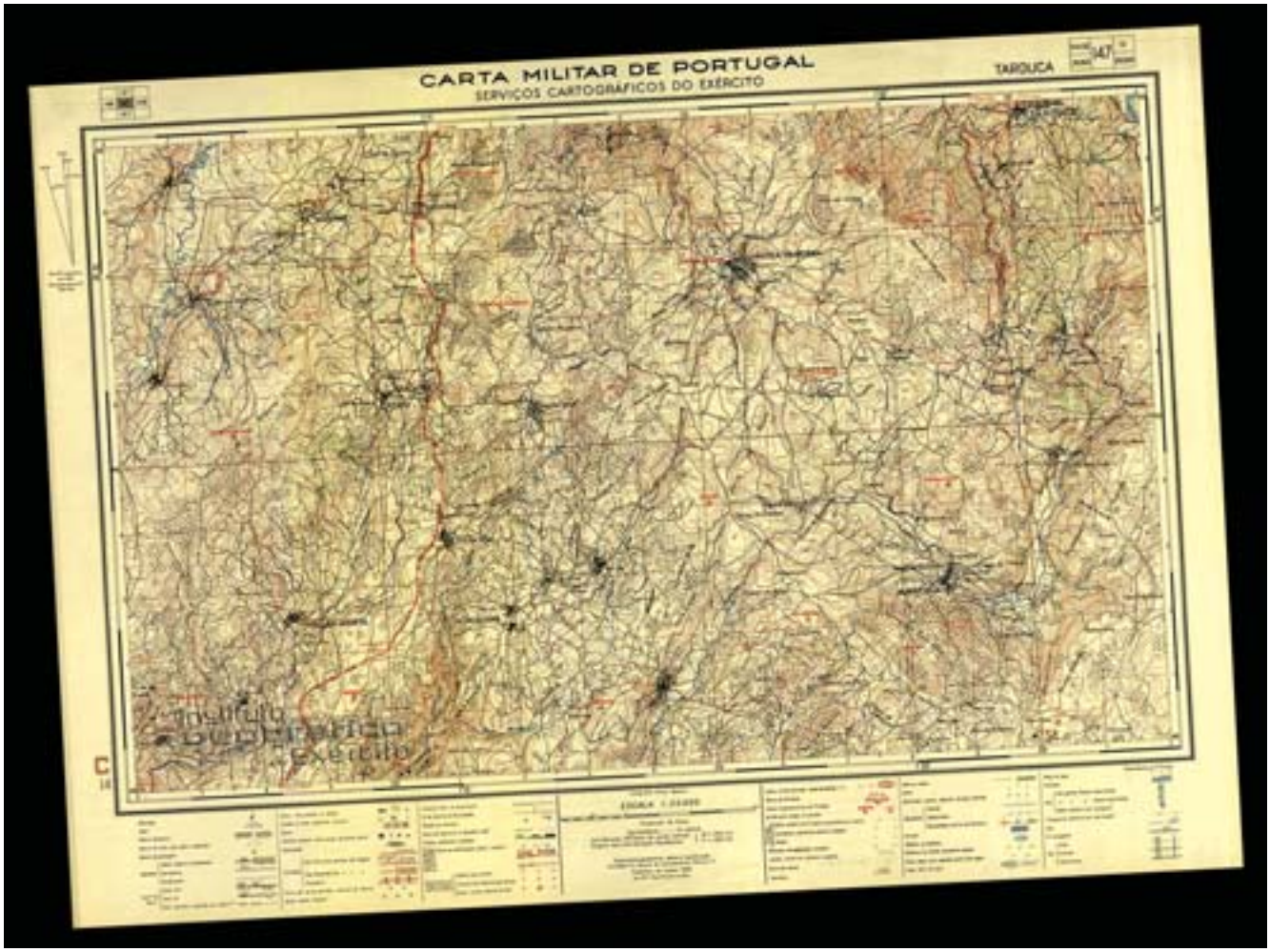
Em 1961, a criação do "Espaço Económico Português" era o coroar da política iniciada com o Acto Colonial em 1930 e que, se quisermos, já vinha de trás, desde o tempo do Marquês de Sá da Bandeira, quando este pretendeu transformar a África num novo Brasil, e do sonho prosseguido por Barros Gomes do mapa cor de rosa.

O "Espaço Económico Português" correspondia a um projecto político de longo prazo e visava em última instância a sobrevivência de Portugal como Pátria independente quaisquer que fossem as vicissitudes da vida mundial. Não conseguiu ser implementado na sua plenitude já que não produziu legislação económica única, moeda comum, nem a completa eliminação de barreiras à circulação de pessoas e bens, até 1974.

A "Descolonização" pôs-lhe um fim trágico.

[1] Ver Ferreira, João J. Brandão, "A Evolução do Conceito Ultramarino Português, da Conferencia de Berlim à Descolonização", Anexo L.

Texto: Eduardo Zúquete



História de um MAPA

> Levava, como fizera no dia anterior, a carta topográfica do local dobrada em cima dos joelhos mas, desta vez, a leitura do terreno estava a revelar-se muito difícil

O major olhou para mim com um ar preocupado, já convencido que eu não queria enganar ninguém, e perguntou suavemente:

– Afinal, o que é que eu posso fazer por si, nosso tenente?

Bem, a questão é que ele não podia fazer grande coisa. Por um lado, não podia resolver o meu problema, que não era da sua jurisdição; por outro, eu não estava a querer furtar-me a fazer o que tinha para fazer, como ele poderia ter imaginado, mas a solução que ele propunha desagradava-me francamente.

O caso era simples de contar. Tínhamos concluído, os sete tenentes milicianos de engenharia, o curso de promoção a capitão miliciano da arma, em Tancos, e, no seu seguimento, tinham-nos enviado para Lamego, juntamente com os tenentes milicianos das outras armas e de Administração Militar, para fazermos um estágio de duas semanas no Centro de Instrução de Operações Especiais. Na primeira semana, a instrução tivera um cariz predominantemente teórico mas, na semana seguinte, estava programado um acampamento prolongado para

os lados de Tarouca e Lazarim e eu não me sentia em condições de suportar a prova, não por falta de preparação física mas por doença. O problema viria a ser resolvido, de forma satisfatória, antes do embarque mas aguardava, na altura, perícia médica prevista justamente para a semana seguinte. O acampamento surgia na pior altura, apanhava-me numa situação clinicamente muito delicada.

Parecia-me estar fora de questão eu alinhar nas longas marchas que iriam ser feitas durante essa semana – com desgosto meu, devo dizer, porque, para grande espanto dos instrutores do CIOE que nos enquadravam, a turma de engenharia iria chegar sempre nos primeiros lugares, alardeando uma excelente forma física que se devia à exigente preparação que o tenente-coronel Mário Correia de Sousa, ao tempo segundo comandante da Escola Prática, nos proporcionara em Tancos. As prolongadas e puxadas aulas de ginástica com que abria a instrução, logo de manhã, ao princípio desesperaram a rapaziada mas, com o tempo e graças à sua boa e paciente orientação, revelaram-nos capacidades e resistências que nós nem sonhávamos ter.

Mas as outras hipóteses que o major me sugeria eram pouco atraentes: ou ficava o dia inteiro no acampamento, sofrendo sem qualquer utilidade o calor do pinhal, debaixo de uma minúscula e inadequada tenda de campanha, aguardando o regresso do resto do pessoal – hipótese preferida pelo major – ou, então, recolhia ao quartel de Lamego, numa situação pouco clara de excepção que poderia desencadear resmungos nos outros tenentes. Todos sabíamos que, no último dia do estágio, muitos de nós iriam receber indicação do lugar para onde marcharíamos de seguida – Guiné, Angola ou Moçambique – e, como se compreende sem dificuldade, os nervos da rapaziada não estavam no seu melhor. A última coisa que eu gostaria que acontecesse seria beneficiar de um tal estatuto de excepção neste ambiente.

Assim, aproveitando a deixa, avancei a minha proposta. Propunha-me ir com o major no *jeep*, como adjunto, ajudante ou lá o que ele quisesse (os comandantes de batalhão têm direito a um subalterno ajudante, em geral um tenente, o que abonava a minha proposta) tomando parte na operação, sim, mas nas condições permitidas pela minha situação clínica. O major reflectiu, ao princípio não se mostrou muito interessado mas depois terá descoberto alguma utilidade na minha solução e acabou concordando, objectando apenas com a falta de espaço. O *jeep* do major levava, além dele e do condutor, o operador rádio e a respectiva aparelhagem, uma caixotaria de respeito que ocupava muito espaço mas, com um pouco de boa vontade e a ajuda de uma manta – que, na tropa, serve para tudo, até para proteger do frio – acabei encaixado junto das alavancas das mudanças, numa posição ridícula e desconfortável que, todavia, me parecia, vocês estão mesmo a ver porquê, qualquer coisa parecida com a sucursal do céu na terra.

Assim organizados, avançámos para a guerra programada e, ao longo do dia, ocorreram várias situações onde o major teve oportunidade – e julgo que o terá feito, de facto – de ajuizar que o trato lhe fora vantajoso. De uma delas recordo-me com pormenor. Tínhamos atingido uma altura importante no terreno, algures pelas serranias de Santa Helena e, mesmo no topo, estava edificada uma instalação de vigia de fogos. Era um torreão redondo, alto, de alvenaria, com um varandim à volta do andar supe-

Acabei encaixado junto das alavancas das mudanças, numa posição ridícula e desconfortável que, todavia, me parecia, vocês estão mesmo a ver porquê, qualquer coisa parecida com a sucursal do céu na terra.

O major inopinadamente inflectiu o programa e anunciou, no fim da manhã, que iríamos almoçar à messe de Lamego.

rior e uma robusta porta metálica fechada à chave, e o major queria entrar lá dentro para subir ao varandim e assim poder desfrutar de uma mais ampla visão do terreno onde se desenrolava a operação. Suspeitávamos que a torre estaria guarnecida mas os vigias ou não ouviam as sonoras batidas na porta metálica – o que revelava uma invulgar dureza de ouvido – ou estavam a dormir profundamente numa soneca reparadora – o que também não seria muito curial porque um deles, pelo menos, teria de estar de serviço. Ou então, ainda – e esta seria, muito provavelmente, a verdadeira razão – não queriam muito simplesmente ser incomodados pelos guerreiros de uma guerra que não era a deles e faziam ouvidos de mercador. O major mostrou alguma impaciência, queria mesmo ir lá cima ao varandim, as esmurradelas na porta não resultavam, os tipos não apareciam e, a páginas tantas, para encaminhar uma solução, propus-me atirar ao varandim, atado numa pinha de fortuna, o chicote de uma retenida qualquer que estava no *jeep*, depois puxar, por seu intermédio, a corda de sapador que levava à cintura e, finalmente, subir ao varandim pelo lado de fora, operação que até nem levantava dificuldade de maior. O major ficou um pouco admirado com esta solução um pouco *hollywoodesca*, embora trivial – afinal, não andara eu tantos anos a subir à corda duas vezes por semana nas aulas da Escola do Exército? – mas aprovou-a sem perda de tempo e já estávamos a pô-la em prática quando a porta se abriu com grande estrépito de chaves e de lá de dentro saíram os vigias – dois rapazes barulhentos e pouco protocolares que saudaram amistosamente o major, como se pertencessem todos à mesma turma, o que o deixou muito pouco à vontade – no fundo, ele era um tímido – e pediram efusivas desculpas pela demora, que todavia não explicaram. Pareceram-me demasiado lúcidos para terem acordado de repente e fiquei convencido que escutavam a conversa por detrás da porta e a perspectiva de um assalto pela varanda não lhes sorriu particularmente.

Mas, no dia seguinte, tivemos um pequeno desaguisado, gerido por ambas as partes com boa educação e cortesia, como mandam os regulamentos e é

de estilo, e que iria ter consequências que eu estava longe de imaginar.

Tínhamos saído do acampamento numa direcção diferente da da véspera e eu levava, como fizera no dia anterior, a carta topográfica do local dobrada em cima dos joelhos mas, desta vez, a leitura do terreno estava a revelar-se muito difícil. Seguíamos uma estrada que não acertava exactamente com a que estava desenhada no mapa e o desajustamento começava a ser desconfortável, pela repetição. O major persistia em encontrar paralelismos – "Está a ver, aquela curva ali adiante é esta que está aqui no mapa!" – mas a boa vontade do senhor, que eu gostaria de partilhar, pecava por excessiva, estava impregnada de uma conveniente benevolência que me incomodava. Havia qualquer coisa que não batia certo e, a certa altura, um talude no terreno indicou-me o que parecia ser a solução da questão – a estrada era posterior à edição da carta e até de construção muito recente, a julgar pelo traçado da curva, bastante moderno, e pelo paramento do talude, ainda talhado de fresco e livre de vegetação. O major ainda não estava, contudo, convencido, não foi sensível à ideia de o desenho de uma estrada ter época, poder ser datado, e preferiu sugerir que a diferença se deveria talvez a uma restituição menos cuidadosa, explicação que, por sua vez, não me convenceu. Sabia, porque andei por lá, as condições muito exigentes em que as folhas da carta 1:25 000 foram produzidas e a hipótese era, para mim, simplesmente impensável, tal era a dimensão e a persistência do erro. Mantivemos, por isso, um silêncio respeitoso mas divergente, que se prolongou algum tempo, até que o seguimento da viagem acabou por desatar o nó cego com simplicidade e sem a menor dúvida, ficando o assunto resolvido definitivamente e a meu favor: a certa altura, as duas estradas, a velha e a nova, desligavam-se de vez e divergiam definitivamente e, agora, era bem patente que parte da segunda fora construída sobre o leito da primeira, o que permitira alimentar a confusão e o desentendimento.

Nesse ponto, o major mandou parar o *jeep*, apeou-se, observou a situação com cuidado e pôs ponto final no assunto, considerando que eu estava certo. E o mais curioso é que ele dizia isto sem qualquer azedume, talvez até com satisfação – satisfação um tanto insólita que eu só entendi dias mais tarde. Entretanto, eu conseguira finalmente sair do *jeep* e desdobrar a folha para ler o nome do oficial responsável e o ano em que fora editada: folha n.º 147, Tarouca, tenente miliciano de infantaria Raul Frederico Rato, ano de 1945. Era, pelo menos para mim, a prova real. A carta tinha vinte e um anos, a estrada nova era manifestamente muito mais recente e Raul, meu tio materno, que andara nesses anos de 1944 e 1945 por locais remotos – como Horta da Vilariça, Larinho, Sanguinhedo de Côta ou Fajão – fazendo trabalhos de campo para a carta 1:25 000, era um profissional cuidadoso e muito aplicado que jamais poderia ter cometido um erro tão grosseiro, estava absolutamente fora de questão.

As minhas deambulações pelas terras de Lamego e Tarouca no *jeep* do major, incrustado entre bancos e repousando sobre a inseparável manta, prosseguiram nesse dia e no seguinte mas, na quinta-feira, o major inopinadamente inflectiu o programa e anunciou, no fim da manhã, que iríamos almoçar à messe de Lamego. Não explicou as razões desta alteração nem eu as perguntei, não fosse ele arrepender-se da concessão inesperada, mas escusado seria dizer que rejubilei com a novidade. A minha capacidade de resistência às alegrias campestres estava a atingir um nível perigosamente baixo e a magra regalia de ir almoçar, fosse o que fosse, com as pernas debaixo de uma mesa e usando as ferramentas regulamentares – pratos e talheres – valia muito, muitíssimo mesmo, na circunstância e não reclamava perguntas complementares. A seguir ao almoço, no qual saboreei mais o prazer da toalha e do guardanapo que a ementa, que esqueci, o major prosseguiu com o seu programa de novidades e informou-me que, nessa tarde, já não voltaríamos ao acampamento e que iríamos trabalhar na biblioteca do Centro. Não estava a ver bem qual o trabalho que se iria seguir mas desde o momento que estava assente só voltar ao acampamento para dormir, já poderia considerar o dia ganho.

Na biblioteca, o major abriu finalmente a sua reserva misteriosa e enunciou a missão de que me queria incumbir. Puxou de uma folha da carta 1:25 000 e desenrolou-a sobre a mesa do centro da sala. Era a carta do vale de Penude, nas imediações de Lamego. Algures numa das encostas do vale e bem delimitada na carta, estava numa porção de terreno, íngreme e arborizada, que fora escolhida para aí se instalar a futura carreira de tiro de combate. Eu não sabia exactamente o que era uma carreira de tiro de combate e a minha ideia sobre carreiras de tiro era muito mais ortogonal e, se tais termos se podem aplicar com exactidão, mais pacífica e mais urbana – linhas de fogo paralelas, terreno plano, espaldões, elementos de protecção, uma geometria artificial, padronizada, rigorosa.

Nada disso, retorquiu o major. Aqui pretendia-se justamente o contrário: criar um conjunto de condições tão ásperas e tão difíceis quanto possível para que as tropas de elite – *rangers*, comandos, caçadores especiais – aí pudessem pôr em

prática os seus dispositivos tácticos de progressão e ataque e aí fossem sujeitos a um programa variado e bem condimentado de armadilhas, surpresas, explosões, ruídos horrendos e imprevistos, contra-ataques do "inimigo", etc. para testar-lhes nervos, capacidades, reacções, prontidão, destreza, resistência física – numa palavra, o seu nível de operacionalidade e os resultados reais da instrução recebida. "Um verdadeiro '*Jardim do Diabo*' ", pensei eu, "macacos me mordam se eu conseguia dar um passo sequer neste inferno na Terra". Bom, então qual era a minha deixa, onde é que eu entrava em cena? Não estava a perceber bem qual o valor acrescentado que eu podia trazer a um tal cenário, era bom de ver. Bem, disse o major, o terreno fora escolhido, aprovado e estava delimitado sumariamente, agora era preciso fazer o seu levantamento a uma escala maior para dar seguimento ao processo legal de aquisição ou expropriação aos seus actuais proprietários. Dadas as dificuldades existentes no local – de resto, escolhido exactamente por essa boa razão – não era possível fazer o seu levantamento pelo clássico método da prancheta, como normalmente aconteceria, e a única via que parecia disponível era ampliar, com a maior minúcia possível, o levantamento reportado na carta militar 1:25 000 com vista a assim criar o documento base indispensável ao procedimento legal. O major reparara que eu tinha um certo à-vontade na leitura e interpretação de cartas e perguntava-me se era possível dar conta do recado no tempo disponível – exactamente o resto de quinta e toda a sexta-feira. Sem fazer bem ideia do que me esperava, disse que sim, que ficasse descansado, que iria fazer o possível e que, quando tivesse novidades, iria ter com ele ao gabinete, onde ele retornava para despachar papelada em atraso. E assim, em poucos minutos, fiquei sozinho na biblioteca do Centro – apenas com o mapa, um rolo de papel vegetal, lápis, borrachas, escala graduada, um lote de canetas de feltro com as cores topográficas (preto, vermelho, verde, azul e terra de Siena) e um resto de tarde à frente para me desembrulhar do assado em que estava metido. Comecei a suspirar, já com saudades do silêncio remansoso do acampamento.

Ao cabo de uns minutos de reflexão e de umas contas sumárias, cheguei à conclusão que só havia uma maneira elegante de resolver a questão. Assumia a possibilidade de fazer uma ampliação de 5, o máximo 10 vezes, o que convertia o mapa para a escala 1:5 000 ou 1:2 500 (daí para cima seria difícil garantir rigor e poder-se-ia entrar no reino da fantasia criativa, o que não interessava mínimamente); para efectuar a ampliação, não dispondo de quaisquer aparelhos adequados, teria de recorrer ao velhíssimo método da quadrícula, de resultados garantidos. Fiz um primeiro ensaio de quadrícula sobre o vegetal para avaliar a dimensão da malha e a maneira mais correcta de a colocar no mapa e o resultado pareceu-me satisfatório; a seguir, desenhei-a a lápis muito fino sobre a área a ampliar e desenhei no vegetal uma figura semelhante, com a malha aumentada 5 vezes.

Apliquei-me no traçado das curvas de nível, cuja reprodução rigorosa me parecia fundamental, e, pouco tempo depois, dei-me que a tarefa estava concluída.

Construídas as duas grelhas, o trabalho parecia agora mais fácil do que eu imaginara. Tirando a inclinação do terreno e, portanto, a série de curvas de nível bem apertadas que nele figuravam e cujo desenvolvimento havia que reproduzir com a máxima fidelidade, a área a ampliar tinha, afinal, muito poucos acidentes a transcrever. Não havia casas, nem obras hidráulicas, nem estradas ou caminhos carreteiros; além das curvas de nível e das importantíssimas linhas de água, apareciam uns raros caminhos de pé posto, uns muros esparsos, umas ruínas e indicações convencionais das essências florestais, todavia não localizando quaisquer elementos em particular. E havia ainda, dado importante, uma boa colecção de penedos isolados que poderiam ter papel de relevo na futura identificação dos limites de propriedade.

Apliquei-me no traçado das curvas de nível, cuja reprodução rigorosa me parecia fundamental, e, pouco tempo depois, dei-me que a tarefa estava concluída, porque os outros pormenores inscre-

veram-se sem dificuldade. Mudei então para as canetas de feltro para passar a limpo o trabalho e por volta das quatro e meia da tarde o mapa estava terminado – desenhado e conferido. Não estava particularmente motivado em voltar ao acampamento tão cedo mas, por mais voltas que desse, não conseguia descobrir mais nada para fazer. Enrolei cuidadosamente os meus lusíadas, já apagados do lápis e sacudidos da borracha, juntei-lhes a carta primitiva e abalei corredor fora à demanda do major.

O major olhou para mim, olhou para o mapa, tornou a olhar para mim e para o mapa e não encontrava nada de jeito para dizer. Antecipei-me:

– Está pronto, meu major.

– Está acabado mesmo, tudo pronto?

– Exactamente, meu major.

Escoou-se um minuto longo, enquanto o senhor olhava para os dois mapas, comparando-os, sopesando-os, parecendo apreciar com deleite cada símbolo, cada pormenor. Depois pousou os papéis e olhou para o relógio:

– Ainda é cedo…

Era um comentário curioso, que só entendi no seguimento.

– … penso que ainda teríamos tempo, antes do pôr do Sol, de dar um salto ao local e fazer o reconhecimento, o que é que acha?

Não era uma pergunta, era uma ordem: o que é que eu poderia achar?

– Se o meu major pensa que temos tempo…

Sem demora, o major agarrou no mapa vegetal e chamou uma ordenança a quem encomendou duas cópias *ozalid* – uma para reserva, que ficou na biblioteca, outra para levar para o terreno. Depois desencantou, de um armário atulhado, uma estranha caranguejola que guardava preciosamente – uma prancheta de desenho com um dispositivo para pendurar ao pescoço, mais uma caixa com uns *punaises* de desenho, versão de 3 bicos, invariavelmente mancos de um ou dois bicos mas sempre guardados, para o que desse e viesse.

Partimos minutos depois e, em pouco tempo, alcançámos a estrada da base da colina. Vista cá de baixo, a pendente era formidável, tirava o fôlego só de olhar para cima: pinhal cerrado, mato rasteiro a encher o terreno, caminhos de acesso invisíveis ou impraticáveis. E agora o que é que havia a fazer? Bom, era simples. Tratava-se de fazer o reconhecimento, agora a valer, com base no levantamento anterior, actualizando ou corrigindo a nova carta, obtida apenas por ampliação de outra carta. Para isso, era preciso subir ao longo de uma linha de maior declive da carreira de tiro, com a prancheta pendurada ao pescoço, como um São Bernardo dado às artes e não aos desaparecidos na neve, assinalando cada pormenor errado ou omisso, corrigindo uma medida aqui, uma informação gráfica acolá, anotando, completando, melhorando – fazendo em suma o reconhecimento final sobre o levantamento obtido a partir da carta 1:25 000.

Não sei descrever exactamente o que foi a espantosa subida da montanha naquele fim de tarde de calor abrasador, com a prancheta pendurada ao pescoço. Lembrei-me, vezes sem conto, de um conselho sábio que o capitão de engenharia Eduardo Nunes Garcia, meu assistente de Topografia e um dos melhores professores que tive em toda a minha vida, nos dava com frequência: "Os trabalhos de Topografia não são susceptíveis de verificação e, por isso, temos de exigir de nós próprios o máximo rigor e a mais absoluta fidelidade na sua execução. Porque, quando se encontra um erro num levantamento, perde-se toda a confiança no resto do trabalho – e, todavia, o erro pode ser único! Prestem muita atenção ao que estão a fazer, meus senhores, muita atenção e nunca, nunca facilitem!"

Graças a Deus, o oficial que fizera o levantamento daquela folha e o respectivo operador de restituição pertenciam a essa egrégia escola e tinham lido a mesma cartilha, e, portanto, o levantamento do terreno, que apenas se podia apreciar pelo traçado das curvas de nível e pela localização das linhas de água, apresentava um notável rigor e os desvios, se existiam, eram inapreciáveis. Lentamente, fomos trepando a ladeira, assinalando, conferindo, tropeçando, desviando um ou outro ramo,

Efectuara em tempo útil um levantamento que estava enguiçado, dera conta de uma missão de reconhecimento que julguei, várias vezes, ser impossível e a aventura campestre dos altos de Santa Helena acabara sem dano de maior.

chocando, caindo, praguejando, arfando, medindo, escrevendo, apagando, até que por fim – Deus misericordioso! – a carreira de tiro acabou e daí para diante foi só avançar com a possível rapidez e a capacidade física remanescente para alcançar a estrada que corria ao longo do coroamento do talude, onde o *jeep*, que entretanto contornara a serra, estava à nossa espera. Deixei-me cair no banco de trás, mais morto que vivo, arrumei com um resto de cuidado, que ainda me sobrava, a aparelhagem e a preciosa cópia anotada e saboreei uns segundos de descanso antes de arrancarmos rumo a Lamego. O Sol punha-se num horizonte de fogo dourado para os lados de Resende mas eu estava bloqueado para poder apreciar tal espectáculo: sonhava apenas com um bom banho, lençóis limpos e frescos, uma cama decente, sem caruma nem bicharada. O major deve ter adivinhado os meus pensamentos porque quebrou o silêncio e falou alto, para se fazer ouvir sobre o ruído do *jeep*:

– Nosso tenente, felicito-o pelo seu trabalho. Confesso que nunca imaginei que conseguisse dar conta do recado com esta rapidez! Hoje tem direito a um prémio: irá dormir à messe!

Os povos felizes não têm história, disse-o não sei quem, e as pessoas felizes também não, acrescento eu, muito convencido daquilo que digo: nesse dia e depois de jantar eu era um homem feliz. O repouso em vale de lençóis seria breve e ilusório porque a alvorada iria tocar cedo, muito cedo – qualquer coisa como duas e meia ou três da manhã – para chegarmos a tempo ao número final do estágio que metia um avião, bombas simuladas e interrogatório dos "prisioneiros" feitos pelos operacionais do Centro, algures num dos diversos "teatros" da unidade. Nessa apoteose final, os louros iriam inteirinhos para a equipa de tenentes de Administração Militar onde estavam presentes alguns futuros nomes famosos da nossa vida pública – Manuel Ricardo Espírito Santo Silva, António Pires de Lima, Eusébio Marques de Carvalho, Miguel Krupenski, Abílio Aranha, entre outros cujos nomes me escapam tantos anos passados – e que deu, à luz crua e agreste da alvorada na serra, um magistral *show* da arte de interrogar que deixou abalados e perplexos os ultra-preparados pseudo-prisioneiros e os respectivos instrutores e me ficou gravado na memória pelo espantoso enquadramento – a hora, o local, as luzes, as sombras, os fatos, as falas – que mais lembrava uma cena de Fellini que um treino sério para uma guerra a sério. Julgo que, nos anos seguintes, os tenentes de Engenharia e de Administração Militar foram dispensados do estágio em Lamego, tido como desnecessário, mas os representantes desta única mobilização, em 1966, terão deixado marca – a Engenharia nas marchas, a abrir o espectáculo, a Administração, na guerra psicológica do encerramento.

Mas agora, ainda na messe, saboreava um café decente e um digestivo que o major me oferecera e, como disse acima, sentia-me em paz com o mundo. Calculava que, no dia seguinte, iria saber o meu destino – o que, de facto, não aconteceu porque a mobilização imediata começava pelo fim e acabou à

minha esquerda – mas não estava preocupado com o facto. Efectuara em tempo útil um levantamento que estava enguiçado, dera conta de uma missão de reconhecimento que julguei, várias vezes, ser impossível e a aventura campestre dos altos de Santa Helena acabara sem dano de maior. E, quanto ao dia seguinte, o que quer que viesse era bem-vindo, porque a expectativa permanente é insuportável. Por isso, sentia-me em paz, como os abades em repouso pós-prandial que Júlio Diniz gostava de retratar. E então o major, que ignorava absolutamente este meu estado de espírito e as suas profundas e múltiplas razões, entendeu ser a altura boa para pôr um ponto final na conversa do mapa:

– Sabe, tenente Zúquete, esta história do levantamento trazia-me preocupado há uns tempos. Foi uma sorte o senhor ter aparecido por aqui, porque eu até já tinha prevenido a minha mulher que, se calhar, iria ter de destinar uma semana, ou mais, da minha licença para deixar este assunto resolvido antes do fim do ano lectivo. Não imagina como lhe estou agradecido!

Tanto tempo decorrido, o que é que terá acontecido ao mapa? Treze anos mais tarde, era comandante do CIOE o coronel Almeida Bruno e segundo-comandante o seu condiscípulo e amigo tenente-coronel Rio Carvalho, ainda existia, na biblioteca do Centro, um documento cartográfico sobre a carreira de tiro de Penude, desenhado a cores sobre vegetal, documento que, muito verosimilmente, seria o mapa a que esta historieta se refere. Mais não sei. Terá ou não cumprido eficazmente a sua missão, existirá ainda ou não na documentação oficial do Centro, são coisas que não sei, provavelmente nunca saberei nem têm muito interesse para o resto desta história.

Mas, acreditem ou não, a semana de férias a mais que o Major gozou com a sua esposa, nunca saberei onde e quando – diligência que, evidentemente, não figura no meu atribulado currículo militar – terá sido, todavia, um dos louvores mais valiosos e mais merecidos que averbei em toda a minha carreira. Julgo que, depois de terem lido esta historieta, vocês irão concordar comigo.

Texto: Alferes RC Nelson Cavaco

Foto: Alferes RC Filipa Domingos

Dia do *Jornal do Exército*

A nossa missão, é por vós sobejamente conhecida, editamos onze números do Jornal do Exército (JE) por ano, procurando fazer jus ao nosso lema "Informar para bem Servir" *o que se vai passando no Exército*, disse o Director do *JE*, Coronel José Custódio Madaleno Geraldo, na sua alocução no dia festivo do referido órgão, no dia 11 de Janeiro.

Com base neste mote, o *JE* comemorou 51 anos de existência, ao longo dos quais tem fomentado o conhecimento das diversas actividades do Exército, promovido o intercâmbio de informações respeitantes às Armas e Serviços, desenvolvendo na população civil a compreensão das missões do Exército. *Através do nosso trabalho temos partilhado com os nossos leitores, d'aquém e d'além fronteiras algumas importantes missões do Exército fora de Portugal, nas Forças Nacionais destacadas, nos Quartéis-Generais multinacionais e em Missões de Observação, de Ligação e em acções de Cooperação Técnico-Militar*, realçou o Director do *JE*, reforçando que "*ao se enviar o JE para todas as Bibliotecas das Escolas Secundárias do País e de grande parte das Universidades, assumimos uma responsabilidade acrescida, pois ao expormo-nos cada vez mais, pretendemos partilhar as nossas qualidades e as nossas virtudes...*

Ciente das diferentes realidades e transformações que o País e o Exército vão atravessando, afirmou que *o JE procurará ajustar-se com inteligência e realismo às exigências de cada tempo, renovando-se, integrando novas tecnologias e actualizando a sua imagem gráfica* com o objectivo de *uma posição digna no exigente panorama das revistas militares nacionais e estrangeiras.*

No seu discurso, o Director do *JE* frisou ainda estar convicto *de que através de uma actividade ininterrupta desde a sua criação em 1960, o JE tem contribuído, quer para a informação interna, estimulando e fortalecendo o espírito de corpo, quer para a afirmação externa, através da divulgação das múltiplas e relevantes acções desenvolvidas pelo Exército dentro e fora fronteiras*, confirmando o que foi dito *nas milhares de páginas que compõem espólio do JE, que pertence ao Exército Português, onde se encontram pedaços da História do Exército e de Portugal, mas também pedaços da História dos países irmãos na língua: Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Timor e, ainda,*

Índia e Macau.

A cerimónia do 51.º aniversário do *JE* teve lugar no Salão Nobre do Conselho Superior de Disciplina do Exército e foi presidida pelo Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, Tenente-General Mário de Oliveira Cardoso. Contou com a presença do Presidente da Comissão Portuguesa de História Militar, Tenente-General Alexandre Sousa Pinto, do Inspector-Geral do Exército, Tenente-General Vaz Antunes, do Chefe do Gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército, Major-General Rovisco Duarte, do Inspector-adjunto da Inspecção Geral do Exército, Major-General Francisco Correia, do Subdirector do Instituto de Estudos Superiores Militares, Major-General Aguiar Santos, do Major-General Médico Veiga Lopes, do Director da *Revista da Armada*, Contra-Almirante Roque Martins, do Presidente da Academia de Ciências de Lisboa, Professor Doutor Adriano Moreira, entre outros ilustres convidados militares e civis e, também, dos antigos directores do *JE*, Coronel Tirocinado Rio de Carvalho e Coronel Manuel de Assis Teixeira de Góis.

Do programa da cerimónia constou a alocução do Director do *JE* e a mensagem do General Chefe do Estado-Maior do Exército, lida pelo Tenente-Coronel Mário João Vaz Alves de Bastos.

Na ocasião foi condecorado com a Medalha de D. Afonso Henriques 2.ª Classe, o Tenente-Coronel Ricardo Augusto Correia, Chefe dos Serviços Administrativos do *JE*, imposta pelo Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, assistindo-se, de seguida, à entrega dos Prémios Jornal do Exército: Prémio *Jornal do Exército* e Concurso de Fotografia, referentes ao ano de 2010.

Foto: Alferes RC Filipa Domingos

Alocução do Director do *JE*, Coronel José Custódio Madaleno Geraldo.

A finalizar a cerimónia assistiu-se ao momento musical pelo *Ensemble* da Banda do Exército, constituído pelo Sargento-Ajudante João Azevedo, no fagote, pelo Sargento-Ajudante Óscar Viana, no obué, pelo Primeiro-Sargento João Belo, na flauta, pelo Primeiro-Sargento Bruno Praia, no Clarinete e na trompa pelo Primeiro-Cabo Bruno Cruz. Durante o momento, foram executaram obras de Joly Braga Santos, *Scherzino para Quintento de Sopros*, de Wolfgang A. Mozart, *Divertimento n.º8 em Fá Maior, KV 213*, de Denes Agay, *Five Easy Dances*, e de Johann Strauss Sohn, *Im Krapfenwaldl, Polka française, op.336*.

A cerimónia do 51.º aniversário do *JE* teve lugar no Salão Nobre do Conselho Superior de Disciplina do Exército, em Lisboa.

Foto: Alferes RC Filipa Domingos

Foto: Alferes RC Filipa Domingos

Tenente-Coronel Ricardo Augusto Correia, condecorado com a Medalha de D. Afonso Henriques 2.ª Classe.

CAVE

Primeiro, segundo e terceiro classificados no *Prémio Jornal do Exército*: Engenheiro Eduardo Zúquete, Sargento-Ajudante António Rodrigues e Mestre Mónica Ferro.

Foto: Alferes RC Filipa Domingos

Menção Honrosa, ao Tenente-Coronel Abílio Pires Lousada, e ao Major António Cordeiro Menezes, autores dos suplementos "Grandes Comandantes e Batalhas do Exército Português".

Fotos: João Vaz Antunes

Primeiro, segundo e terceiro classificados no *XIV Concurso de Fotografia:* Coronel Manuel José Marques Ribeiro de Faria (receberia ainda uma menção honrosa), Soldado RC Carlos Gregório Macedo Pinto (representado pelo Coronel Conde Falcão) e Senhor Pedro Manuel Monteiro.

Prémios *Jornal do Exército*

O 1.º Prémio foi atribuído ao Engenheiro Eduardo Zúquete, autor do artigo "A importância de chover sábado à tarde", publicado no *JE* n.º 594, de Abril de 2010.

O 2.º Prémio coube ao Sargento-Ajudante António Rodrigues, autor do artigo "A Porta de Kasbah", publicado no *JE* n.º 598, de Agosto/Setembro de 2010.

O artigo "A NATO aos 60 anos – o caminho em diante", da autoria da Mestre Mónica Ferro, publicado no *JE* n.º 599, de Outubro de 2010, recebeu o 3.º Prémio.

Entregaram os prémios, respectivamente, o Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, o Presidente da Comissão Portuguesa de História Militar e o Presidente da Academia de Ciências de Lisboa.

Coube, ainda, ao Chefe do Gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército e ao Director da Revista da Armada entregarem a Menção Honrosa, ao Tenente-Coronel Abílio Pires Lousada, ao Major António Cordeiro Menezes, e ao Major Luís Falcão Escorrega (este último ausente no estrangeiro) pelos artigos referentes aos "Grandes Comandantes e Batalhas do Exército Português", publicados no *JE* ao longo do ano de 2010.

Respeitante ao Décimo Quarto *Concurso de Fotografia*, o 1.º Prémio foi atribuído ao Coronel Manuel José Marques Ribeiro de Faria, pela sua fotografia intitulada "Mais Alto e Mais Além". Entregou o prémio o Inspector-Geral do Exército.

O 2.º Prémio coube ao Soldado RC Carlos Gregório Macedo Pinto, pela fotografia "Prontidão em Todas as Frentes", entregue pelo Director do *JE* ao Coronel Conde Falcão, em representação do autor da fotografia. O 3.º Prémio foi atribuído à fotografia "Calor da Batalha", da autoria do Senhor Pedro Manuel Monteiro, entregue pelo Major-General Médico Carlos Manuel Pinto Veiga Lopes.

Foi, ainda, atribuída uma Menção Honrosa ao Coronel Manuel José Marques Ribeiro de Faria, pela fotografia "Sem título", entregue pelo Subdirector do Instituto de Estudos Superiores Militares.

Exposição "Grandes Batalhas do Exército Português"

Foto: CAVE

A finalizar o dia festivo do *JE*, procedeu-se à inauguração da exposição de pintura, na Biblioteca do Palácio Vilalva, intitulada "Grandes Batalhas do Exército Português", da autoria de Salvador Ferreira.

No decorrer do ano de 2010, ilustrando os artigos do suplemento do *JE*, "Grandes Comandantes e Batalhas do Exército Português", publicaram-se, nas páginas centrais, as pinturas de Salvador Ferreira, alusivas ao Comandante e à Batalha abordados em cada mês.

O Director do *JE* fez a apresentação da exposição referindo que "a complementar a histórica prosa esteve sempre o pintor Salvador Ferreira que soube, de maneira peculiar e interessante, ilustrar as 19 Batalhas tratadas nesta obra, desde a Batalha de Ourique, no longínquo ano de 1139, até à Operação Tridente, em 1964", remetendo, em seguida, a palavra para o autor da exposição.

A anteceder a inauguração da exposição, foi lançado o livro "Grandes Comandantes e Batalhas do Exército Português", que apresenta a compilação dos diferentes artigos publicados no *JE*. O trabalho visa evocar os gloriosos feitos dos homens de armas que serviram Portugal. Fez a apresentação do livro, o Tenente-Coronel Abílio Pires Lousada, um dos autores da obra.

Foto: CAVE

jornal do Exército

Pretendo assinar o *Jornal do Exército*

Para encomendar basta fotocopiar o cupão e enviar para ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO – Secção de Logística, Rua dos Remédios, n.º 202 – 1140-065 LISBOA

Nome: _____ Profissão: _____

Morada: _____

Código Postal: _____ Localidade: _____ Telefone: _____

(Só para Militares) Posto: _____ Ramo das FA: _____ NIF: _____

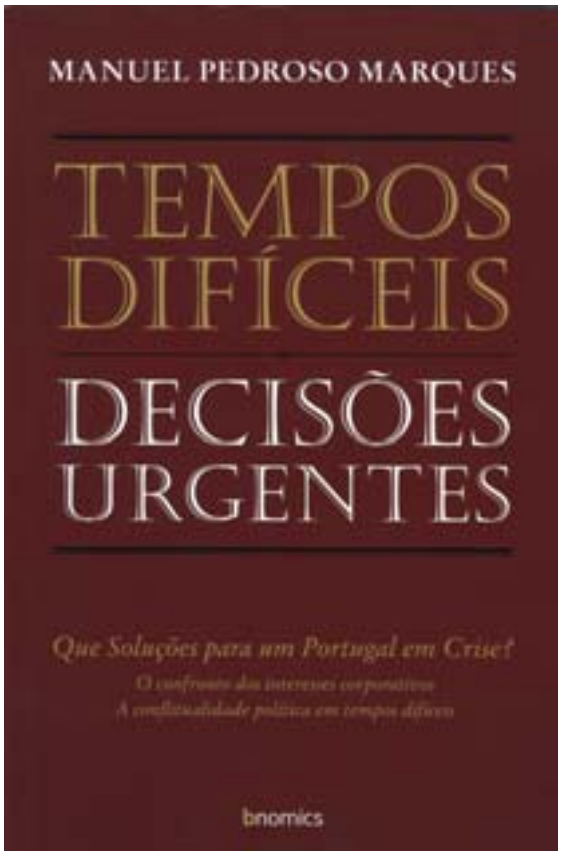
Assinatura Anual – Continente e Ilhas: € 20.00 - Via Aérea: Países Europeus € 45.00 - Restantes Países € 65.00
Para pedido de números atrasados, ou encadernações, contacte-nos para: Largo S. Sebastião da Pedreira - 1069-020 Lisboa, Tel: 213 567 700 ou via email: jornal.exercito@sapo.pt

PARA PAGAMENTO DA MINHA ASSINATURA

TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA: Nacional 0781 0112 0112 0011 6976 9 – D.G.T.

CHEQUE: junto envio o Cheque n.º - _____ s/Banco - _____ à ordem da Secção de Logística do Estado-Maior do Exército.

VALE POSTAL: junto envio o vale postal n.º _____ no valor de _____



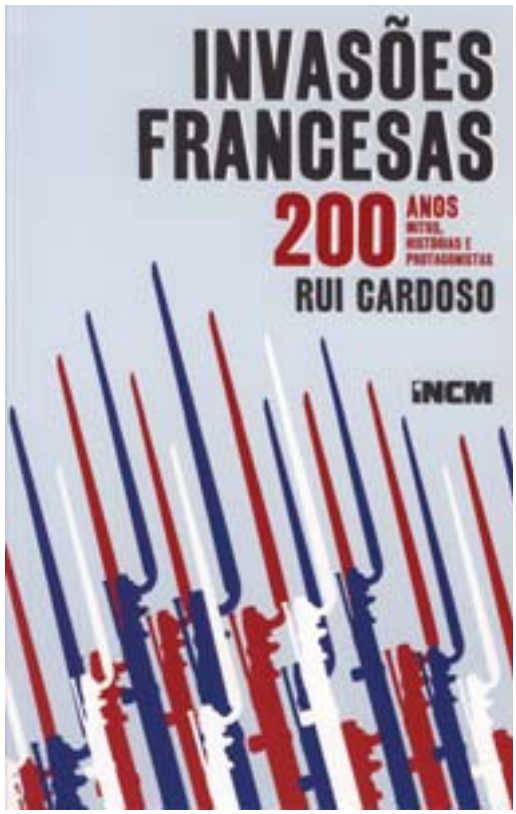
Tempos Difíceis? Decisões Urgentes

Não há descrição mais objectiva, no que às intenções diz respeito, que as palavras próprias do autor, que descreve esta publicação como um livro sobre a actualidade social e política de Portugal, num ambiente de Crise. Assim, esta obra apresenta uma dupla problemática sinteticamente descrita na análise das acções a resolver e nas dificuldades levantadas a essa resolução, cujo objectivo se prende com a iniciativa de tomada de decisões no âmbito da resposta à própria Crise.

Citando o autor, a discussão dos processos decisórios tem subjacente os conflitos de interesses, ditos corporativos, as dificuldades de negociação de reformas e, portanto, da resolução de algumas das situações que nos afectam. As nossas vulnerabilidades sociais e económicas num Mundo competitivo mas, também, os esforços que têm sido feitos para alterar a nossa situação histórica de atraso constituem o desafio relatado neste livro.

Nota-se uma frequente permutação do conhecimento da Estratégia militar, para a empresarial e política. Assim como a gestão pública é analisada com incursões da gestão empresarial. Justificar-se-á esta característica do livro pela formação militar do autor, pela sua experiência como gestor, bem como pelo seu interesse pelos problemas sociais e políticos do país.

MARQUES, Manuel Pedroso, *Tempos Difíceis Decisões Urgentes*, Edições Bnomics, 1.ª Edição - Junho 2010



Invasões Francesas 200 Anos – Mitos, Histórias e Protagonistas

Juntamente com o terramoto de 1755, a conquista de Lisboa aos mouros, a batalha de Aljubarrota ou o desaparecimento de D. Sebastião em Alcácer Quibir, as Invasões Francesas ocupam um lugar central no imaginário português. Poucos episódios da nossa História terão sido, ao mesmo tempo, tão evocados e tão mitificados.

Este livro não pretende reescrever a História mas, desmontando mitos e recontando histórias, dar a conhecer o outro lado das coisas e ajudar a reflectir sobre uma etapa da História portuguesa que deixou no nosso imaginário colectivo sobretudo noções fragmentadas e ideias mitificadas ou preconcebidas, a quais, por vezes, mal relacionamos com os acontecimentos que lhes deram origem.

Compõem o livro 200 pequenas narrativas: 10 mitos em redor das Invasões Francesas, 124 histórias sobre outros tantos episódios directamente relacionados com as invasões, e 66 protagonistas envolvidos nesta guerra, tácticas e armamentos da época. Encerram-no uma cronologia circunstanciada dos acontecimentos de há 200 anos e uma bibliografia que abrirá mais portas a quem desejar prosseguir leituras neste tema.

Rui Cardoso é editor da secção internacional do semanário Expresso e editor-executivo da revista Courrier Internacional.

CARDOSO, Rui, *Invasões Francesas - 200 Anos - Mitos, Histórias e Protagonistas*, Edição Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1.ª Edição - Setembro de 2010

alm OFTALMOLASER
oftalmologia médica e cirúrgica

www.alm.pt

PROMOVER, PREVENIR, TRATAR E CUIDAR A SAÚDE DOS SEUS OLHOS

A **ALM OFTALMOLASER** é uma clínica especializada na prestação de serviços de oftalmologia, com modernas instalações em Lisboa, e dispõe de uma cuidada equipa de profissionais que garante um serviço de excelência ao doente e ao acompanhante.

A nossa clínica está preparada para responder ao tratamento de todas as patologias oftalmológicas, com a prestação de um serviço de qualidade igual ou superior, ao praticado em clínicas internacionais.

Estamos dotados com todas as tecnologias de ponta e aplicamos as técnicas cirúrgicas mais recentes, acompanhando todos os avanços que são feitos neste âmbito.

Consultas de Oftalmologia
- Geral
- Especialidade

Exames
- Retinografia
- Angiografia Fluoresceínica
- Angiografia Verde Indocianina
- Ecografia
- Biometria
- Electrofisiologia Ocular
- Neurofisiologia
- Microscopia Especular
- Paquimetria
- Perimetria Computorizada
- Topografia Corneana (Orbscan)
- Zyoptic
- OCT

Terapêutica Fotodinâmica

Cirurgias
- Catarata
- Estrabismo
- Glaucoma
- Vitreo-retiniana
- Lentes Intraoculares para correcção da Miopia
- Cirurgia da Criança

Cirurgias Laser (Excimer) - Lasik
- Miopia
- Hipermetropia
- Astigmatismo

Tratamentos Laser Argon e Yag
- Diabetes
- Glaucoma

alm
Rua Dr. Nicolau Bettencourt, nº 39 e 41 | 1050-078 Lisboa
Tel: 213 838 560/2 | Fax: 213 838 563/9
Telemóvel: 969 803 883/4 - 939 654 156 - 917 418 247
alm.omc@alm.pt

ACORDOS: ADM, Advance Care, CML, Caixa Geral de Depósitos, PSP, Companhias de Seguros, Comp. de Seguros Tranquilidade, Médis, Maxicare, Multicare, PT-ACS, SAMS Quadros, ADSE, IASFA - Instituto de Acção Social das Forças Armadas, SAMS SBSI, SAMS SIB, Savida, Unimed

EXÉRCITO

Como consequência da Revolução Francesa, os conflitos que se seguiram na Europa conduziram a França de Napoleão Bonaparte a empreender uma guerra sem quartel contra o Império Britânico, cuja Royal Navy dominava os mares. Mas a 21 de Outubro de 1805, Horatio Nelson derrotava a frota franco-espanhola na Batalha de Trafalgar e destruía os sonhos do Imperador dos Franceses em controlar as rotas marítimas da Europa. Com o fim de enfraquecer o poder económico do inimigo, a França — na altura a maior potência militar continental — decidiu-se a decretar um bloqueio naval, fechando todos os portos europeus à marinha britânica...

Portugal, cujos portos tinham uma decisiva importância no sucesso desse bloqueio, encontrava-se espartilhado pelos fortes laços comerciais que mantinha com a sua tradicional aliada, a Inglaterra. Mas esta não se inibia de exercer fortes pressões para que o status quo se mantivesse. Portugal estava assim entre a espada e a parede, impedido de aceitar os desejos de Bonaparte e proibido de hostilizar os ingleses...

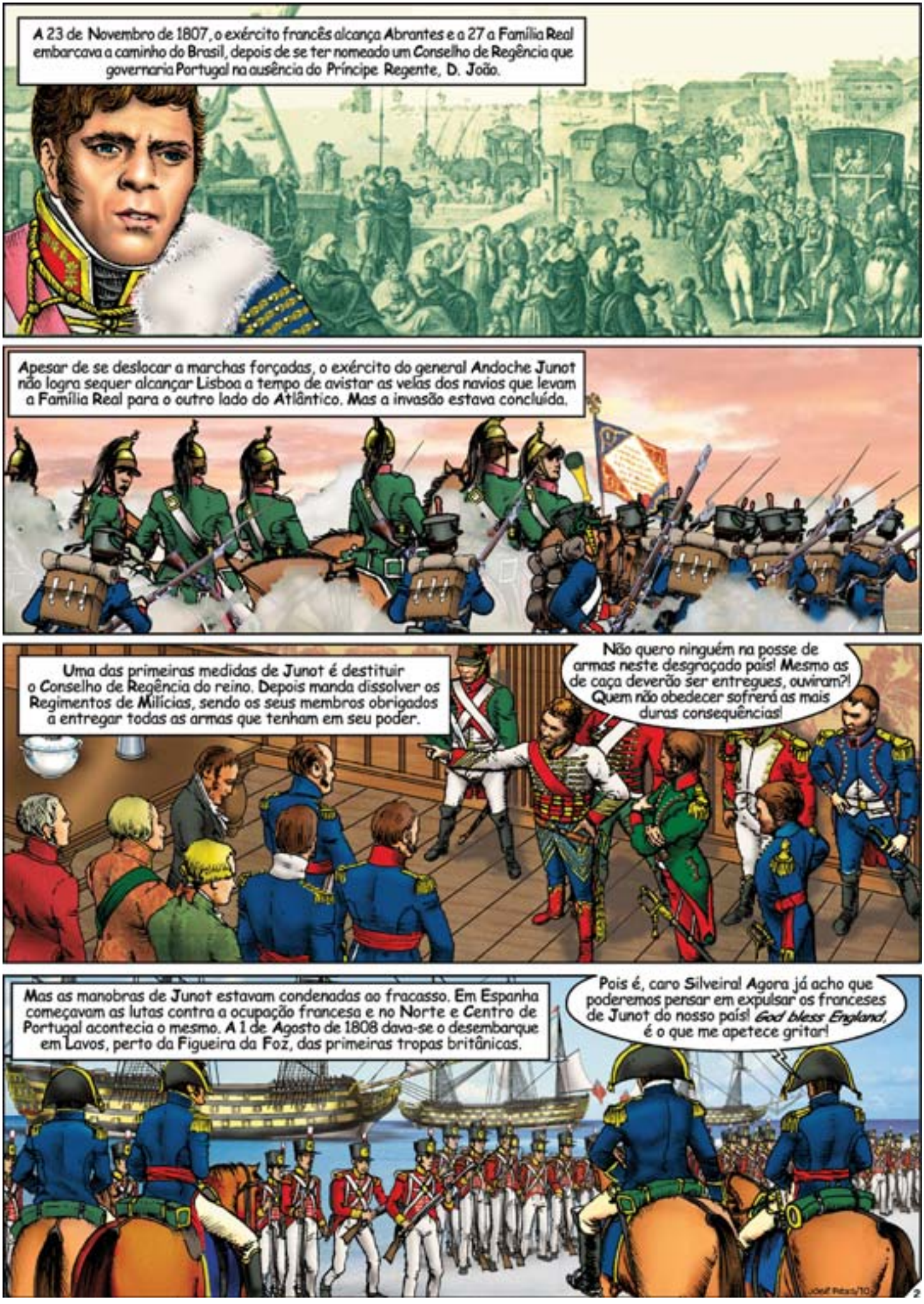
Morbleu! Esses insignificantes desses portugueses têm a desfaçatez de não nos obedecerem? Mandem-lhes já fazer saber que ou aderem ao bloqueio ou nós os obrigaremos pela força!

Faço saber a Vossa Alteza Real que o governo de Sua Majestade não ficará indiferente se Portugal ceder às exigências do Imperador dos Franceses! As ilhas da Madeira e Açores seriam de imediato ocupadas. Em contrapartida poderemos enviar-vos auxílio militar e conduzir-vos para o Brasil em caso de haver invasão!

Só falta agora, senhor embaixador, perguntar-nos se preferimos ficar no lume ou saltar para a frigideira

Os acontecimentos precipitam-se: estimulados pelas promessas francesas de se apoderarem da região-norte de Portugal, os governantes espanhois aliam-se a Napoleão, permitindo aos exércitos de Junot, que já se encontram perto da fronteira portuguesa, darem início à invasão. Em 17 de Novembro de 1807 o exército francês entrava em Portugal pela fronteira das Beiras...

Allons y, soldats!

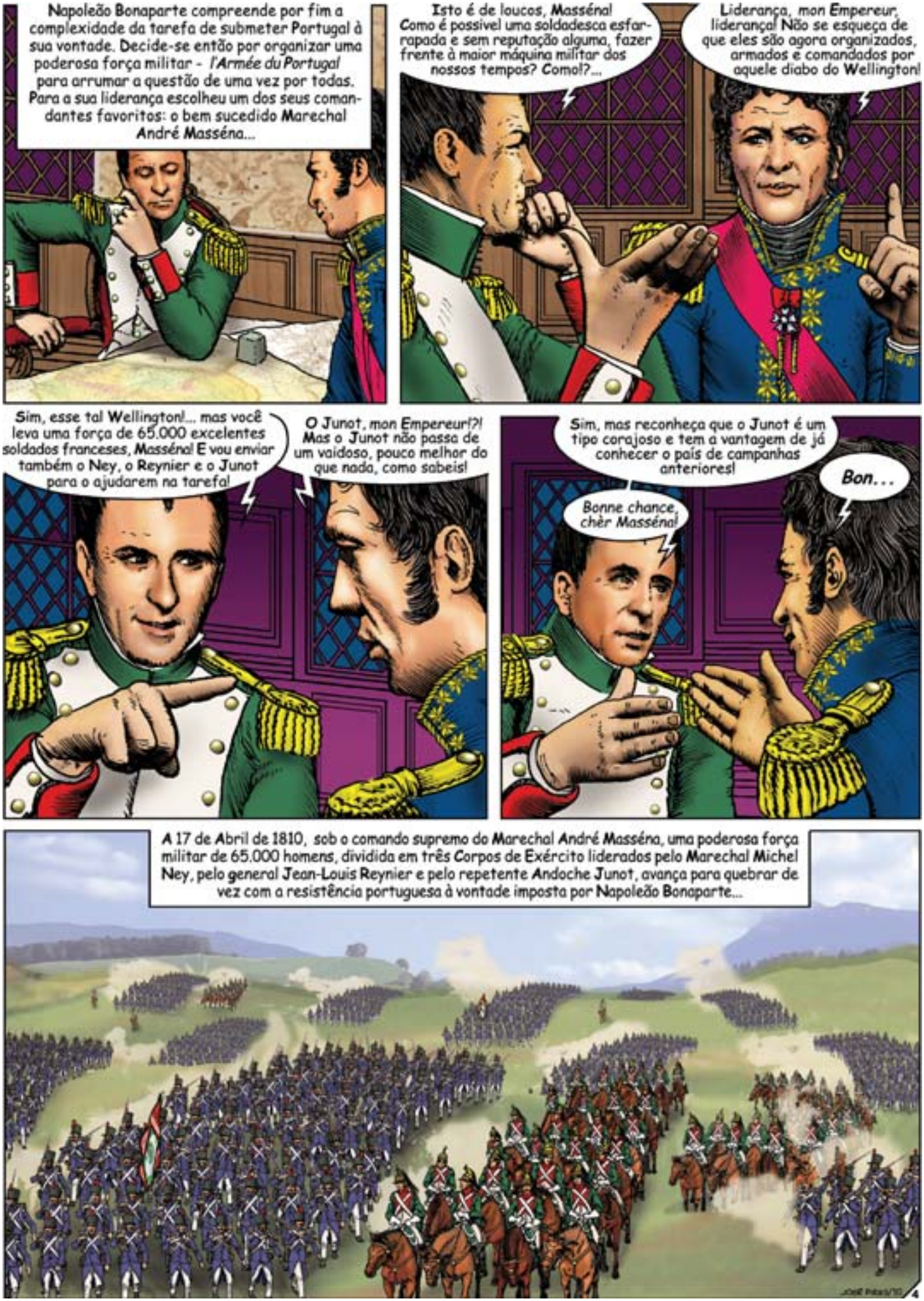

A 23 de Novembro de 1807, o exército francês alcança Abrantes e a 27 a Família Real embarcava a caminho do Brasil, depois de se ter nomeado um Conselho de Regência que governaria Portugal na ausência do Príncipe Regente, D. João.
Apesar de se deslocar a marchas forçadas, o exército do general Andoche Junot não logra sequer alcançar Lisboa a tempo de avistar as velas dos navios que levam a Família Real para o outro lado do Atlântico. Mas a invasão estava concluída.
Uma das primeiras medidas de Junot é destituir o Conselho de Regência do reino. Depois manda dissolver os Regimentos de Milícias, sendo os seus membros obrigados a entregar todas as armas que tenham em seu poder.
Não quero ninguém na posse de armas neste desgraçado país! Mesmo as de caça deverão ser entregues, ouviram?! Quem não obedecer sofrerá as mais duras consequências!
Mas as manobras de Junot estavam condenadas ao fracasso. Em Espanha começavam as lutas contra a ocupação francesa e no Norte e Centro de Portugal acontecia o mesmo. A 1 de Agosto de 1808 dava-se o desembarque em Lavos, perto da Figueira da Foz, das primeiras tropas britânicas.
Pois é, caro Silveira! Agora já acho que poderemos pensar em expulsar os franceses de Junot do nosso país! God bless England, é o que me apetece gritar!

O comandante das forças britânicas, sir Arthur Wellesley, junta-se ao general português Freire de Andrade e a 17 e 21 de Agosto de 1808 o exército francês é sucessivamente derrotado pelas tropas luso-britânicas nas batalhas de Roliça e Vimeiro.

Em consequência das derrotas militares, é o general Kellerman quem pede tréguas. Destas resultará, a 30 de Agosto, a Convenção de Sintra, onde Jean-Andoche Junot e as suas tropas aceitam abandonar Portugal a bordo de navios ingleses. Terminava assim a 1ª Invasão Francesa.

Mas Bonaparte não desiste. A 10 de Março de 1809, um novo exército francês sob o comando do general Nicolas Soult sobe o rio Minho, da foz até Orense, e dirige-se depois para a fronteira portuguesa, entrando em Portugal pela veiga de Chaves. Começava a 2.ª Invasão Francesa...

Após duras e sangrentas combates, as tropas do general Nicolas Soult são forçadas a abandonar Portugal por Montalegre a 18 de Maio, pondo fim à invasão ...

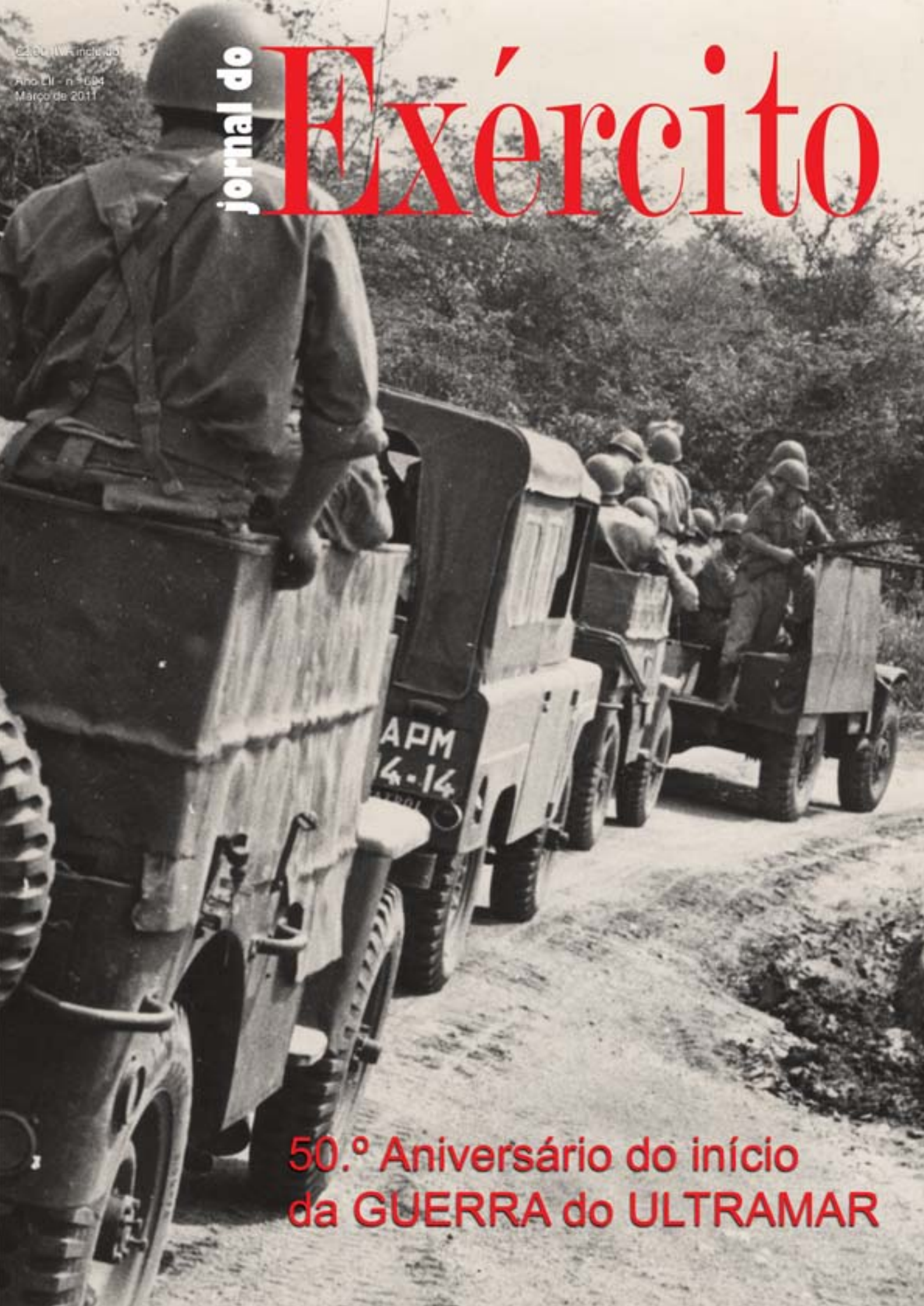

Napoleão Bonaparte compreende por fim a complexidade da tarefa de submeter Portugal à sua vontade. Decide-se então por organizar uma poderosa força militar - l'Armée du Portugal para arrumar a questão de uma vez por todas. Para a sua liderança escolheu um dos seus comandantes favoritos: o bem sucedido Marechal André Masséna...
Isto é de loucos, Masséna! Como é possivel uma soldadesca esfarrapada e sem reputação alguma, fazer frente à maior máquina militar dos nossos tempos? Como!?...
Liderança, mon Empereur, liderança! Não se esqueça de que eles são agora organizados, armados e comandados por aquele diabo do Wellington!
Sim, esse tal Wellington!... mas você leva uma força de 65.000 excelentes soldados franceses, Masséna! E vou enviar também o Ney, o Reynier e o Junot para o ajudarem na tarefa!
O Junot, mon Empereur!?! Mas o Junot não passa de um vaidoso, pouco melhor do que nada, como sabeis!
Sim, mas reconheça que o Junot é um tipo corajoso e tem a vantagem de já conhecer o país de campanhas anteriores!
Bon...
Bonne chance, chèr Masséna!
A 17 de Abril de 1810, sob o comando supremo do Marechal André Masséna, uma poderosa força militar de 65.000 homens, dividida em três Corpos de Exército liderados pelo Marechal Michel Ney, pelo general Jean-Louis Reynier e pelo repetente Andoche Junot, avança para quebrar de vez com a resistência portuguesa à vontade imposta por Napoleão Bonaparte...

O plano de Masséna era simples. Avançar e neutralizar a fortaleza de Almeida, que barrava o caminho para Lisboa, tomar a cidade e apoderar-se do país, expulsando depois o exército britânico, que era o maior obstáculo ao domínio total da Península Ibérica , único território europeu continental que escapava ao controlo de Bonaparte...

Robert Craufaurd e a sua Divisão Ligeira, uma unidade composta por tropa de Infantaria Ligeira britânica e Caçadores portugueses, apoiados por regimentos de Dragões e Hussardos da Real Legião Germânica, dispunham de grande mobilidade para tentarem deter o avanço inimigo, mas Craufurd desconhecia que as forças do Marechal Ney que aproximavam lhe eram numericamente muito superiores...
Meu general! Temos tropa de infantaria inimiga a avançar na nossa direcção e com apoio da cavalaria!
Muito bem, Coleman! Transmita a ordem de reagrupar a Divisão para mais perto de Almeida! A artilharia da fortaleza vai poder dar-nos o seu apoio!
Mas as manobras de Craufurd não passam despercebidas às linhas avançadas das forças francesas...
Estou a perceber a manobra deles! Esperam poder barrar-nos o caminho contando com o apoio da artilharia de Almeida! Mas eles ignoram todo o nosso potencial! Vamos fazê-los cair numa ratoeira!
Avisem o Loison para ele avançar rapidamente de forma a flanquear as posições do inimigo!
General! A sul avança sobre nós um enorme corpo de infantaria ! E ainda por cima apoiado por um numeroso grupo de Chasseurs à Cheval!
God dammed! Vamos ficar encurralados! Mande retirar rapidamente para a ponte do rio Coa, Coleman! Depressa ou seremos trucidados!
Numa manobra desesperada, Craufurd consegue levar toda a sua Divisão Ligeira para lá do rio Coa, pela única ponte que havia na região. Retirando em boa ordem mas combatendo sempre, com custos tremendos, os luso-britânicos conseguem alcançar os seus objectivos e escapar à completa aniquilação que os ameaçava...

Ano LII - n.º 604
Março de 2011

jornal do Exército



50.º Aniversário do início da GUERRA do ULTRAMAR

Sempre de **Acordo** consigo

No Santander Totta queremos ter uma relação privilegiada com os nossos Clientes através dos Protocolos Colectivos.
Por isso, criámos condições muito vantajosas de Crédito à Habitação (1) e Crédito Pessoal (2) com redução no *spread* da taxa de juro e isenção de comissões. Na domiciliação do seu ordenado tem, desde logo, acesso a uma Conta Ordenado que, entre outras vantagens, lhe oferece um seguro de responsabilidade civil até 5.000€ por ano ou a antecipação até 100% do seu ordenado líquido, com um limite máximo de 3.500€ (3), bem como um descoberto autorizado até 50% do saldo pontual de recursos, com o máximo de 5.000€ (3).
Beneficie ainda da isenção de juros no descoberto autorizado durante 2 dias por mês, pelo montante máximo de 100€.

(1) Exemplo para um Crédito de 200.000€, com relação financiamento/garantia de 60%, prazo de 40 anos, com verificação de condições de cross-selling. O valor da TAE indicado não inclui os prémios de Seguros. Comissão de Reembolso de 0,5% no regime de taxa variável e 2% se no regime de taxa fixa. TAE 4,838%. Euribor a 3 meses 4,423% (Março 2008) arredondada à milésima. TAN de 4,713% com *spread* aplicável de 0,29%.

(2) Excluindo todos os produtos de campanha. TAEG de 9,864% para um empréstimo de 50.000€ a 84 meses, TAN 8,5% e valor residual de 35%, para um Cliente que transfira o seu Crédito Pessoal e que preencha as condições especiais e de cross-selling inerentes ao produto. Não inclui o valor do prémio de seguro de vida. A prestação será revista trimestralmente de acordo com os produtos/serviços detidos em cada momento.

(3) Sujeito a decisão do balcão. A taxa de juro aplicável ao crédito e descoberto cumulativo por Domiciliação de Ordenado e por Saldo de Recursos que o Banco concede ao Cliente é, actualmente, de:
a) 12% ao ano se o saldo pontual de Recursos do Cliente for igual ou superior a €5.000, a que corresponde uma TAEG máxima de 13,22%,
b) 17,5% ao ano se o saldo pontual de Recursos do Cliente for inferior a €5.000, a que corresponde uma TAEG máxima de 19,80%.
c) O saldo a descoberto vence juros mensalmente, contados diariamente sobre o saldo em dívida, às taxa referidas no número anterior.
d) A base de cálculo dos juros é Act/365.

Vá já ao Santander Totta e informe-se.

Santander Totta

O Valor das Ideias

SANTANDER PRESENTE EM MAIS DE 40 PAÍSES

Jornal do Exército
ÓRGÃO DE INFORMAÇÃO, CULTURA E RECREIO DO EXÉRCITO PORTUGUÊS, CRIADO POR PORTARIA DE 14JUL60

Capa

Dia de coluna, Angola, 1961

Monumentos com História Militar – 4
Editorial – 5
Figuras e Factos – 8 a 13
A Sustentabilidade Económico-Financeira das Operações Militares entre 1961 – 1974 (II Parte) – 36
Entrevista à Capitão Elisabete Silva – 44
50 Anos do início da Guerra do Ultramar Uma Reflexão – 49
Saúde: Diabetes Mellitus – 50

A Evolução do Peacekeeping: entre regionalização e Missões Híbridas – 26

De Recruta a Líder – 14

Portugueses na Guerra do Vietname Uma Pesquisa Histórica realizada nos E.U.A. e em Portugal – 20

Suplemento Banda Desenhada: “A Batalha do Bussaco” Pág: 7 a 14

Os artigos publicados com indicação de autor são da inteira responsabilidade dos mesmos, não reflectindo, necessariamente, o pensamento da Chefia do Exército Português

PROPRIEDADE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
Direcção, Redacção e Administração: Largo de S. Sebastião da Pedreira, 1069-020 Lisboa, Telef: 213 567 700, Fax Civil: 213 567 791 Militar: 414 091, E-mail: jornal.do.exercito@mail.exercito.pt, jornal.exercito@sapo.pt, E-mail - Intranet: Jornal do Exército, Home page: www.exercito.pt **DIRECÇÃO - Director**: Coronel de Infantaria José Custódio Madaleno Geraldo; **Sub-Director:** Tenente-Coronel J. Pinto Bessa; **Secretária**: Ass. Téc. Teresa Felicíssimo. **REDACÇÃO** - **Chefe**: Tenente-Coronel J. Pinto Bessa; **Assistente de Redacção:** 1.º Sargento Anjos Das Neves; **Redactores**: Alferes RC Nelson Cavaco, Alferes RC Filipa Domingos, Dr. Mauro Matias; **Operadoras Informáticas:** Assistente Técnica Elisa Pio, Assistente Técnica Guiomar Brito; **SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS** - **Chefe**: Tenente-Coronel Augusto Correia; **Auxiliares** Sargento-Ajudante João Belém, Sargento-Ajudante Luís Silva; **Operadoras Informáticas:** Assistente Técnica Joana Moita; Assistente Técnica Tânia Espirito Santo; **Revisor de texto**: Professor Doutor Eurico Gomes Dias; **COLABORAÇÃO FOTOGRÁFICA** - Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA, Centro de Audiovisuais do Exército RCRPP/GabCEME **EXECUÇÃO GRÁFICA** - PERES - SOCTIP Indústrias Gráficas, SA, Estrada Nac. 10, Km. 108,3 - Porto Alto, 2135-114 Samora Correia, Telef. 263 009 900 - Fax 263 009 999, acosta@peres-soctip.pt **Tiragem** - 6 000 exemplares **Depósito Legal** - nº 1465/82 **ISSN** - 0871/8598

Monumento aos Heróis do Ultramar

Edificada no sentido de enaltecer a memória daqueles que tombaram em defesa de Portugal na Guerra do Ultramar, constitui-se em mais um dos monumentos/estátuas espalhados pelo país em sinal do orgulho castrense pela sua participação na guerra além-fronteiras.

Aprovada em sessão do Executivo de 17/09/1969 da Câmara Municipal de Coimbra, foi inaugurada em 10 de Junho de 1971, pelo então Ministro da Marinha, Contra-Almirante Pereira Crespo. A sua construção ocorreu numa altura em que a guerra colonial se encontrava no auge, provocando polémica entre governantes e cidadãos de Portugal.

Na informação camarária podia-se ler a seguinte informação relativa ao monumento: "O monumento deve ser modesto na forma, mas grandioso no significado."

Da autoria do artista Conimbricense Cabral Antunes, Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra, em 1980, e Comenda da Ordem Militar de Sant`Iago da Espada, em 1985, considerado o melhor escultor medalhastíco português, a estátua, feita de bronze, representa um soldado português, com farda camuflada, a empunhar uma espingarda automática G3, na mão direita, e uma criança negra aos ombros, com olhar distante e a caminhar.

Foi edificada na Praça que, actualmente, tem o mesmo nome, na Solum, em frente à Escola Secundária. Foi transferida de local devido a obras que ocorreram em 2003, para um local mais próximo da Escola, de frente para a mesma, posição inversa à que ocupava anteriormente..

Alferes RC Nelson Cavaco

INFORMAR PARA BEM SERVIR

Este espaço privilegiado, onde o Director do *Jornal do Exército* escreve algumas palavras, é sem dúvida alguma o mote para as notícias e para os artigos mensais relativos ao Exército Português e às Organizações de que Portugal é membro. A História e o Culto da Cidadania são também as nossas causas. O Exército Português continua na senda da excelência, com pergaminhos do passado. Um espaço temporal que se dilata desde D. Afonso Henriques até aos nossos dias. Esta instituição militar é das mais representativas da grandeza histórica do povo português – "fosse ela expressa nos recontros das armas, nas lutas no mar, ou nas simples tarefas árduas do trato da terra, da constituição da família, da educação dos filhos[1]".

Neste número, destacamos a capa evocativa do início da Guerra do Ultramar, uma iniciativa da Liga dos Combatentes a que o Presidente da República se associou e dedicou parte do seu discurso a homenagear os combatentes de Portugal envolvidos nos 14 anos de conflito em África, referindo que "não homenageamos uma época, um regime ou uma guerra. Trata-se simplesmente, de uma homenagem da Pátria àqueles que se encontram entre os seus melhores servidores."

Apresentamos também um artigo com bastante actualidade – A Evolução do Peacekeeping [PK] entre Regionalização e Missões Híbridas – da autoria da Dra. Maria do Céu Pinto. A autora afirma que "os conflitos do pós-Guerra Fria põem em causa o princípio do consentimento como requisito fundamental do PK. Os princípios fundamentais do PK tradicional (a "trindade sagrada") são: o consentimento dos intervenientes, a imparcialidade e o uso mínimo da força. […] Na terceira geração, o PK já não é monopólio das Nações Unidas. Os bloqueios do CS [Conselho de Segurança], a relutância dos Estados-membros em fornecer contingentes para intervir nos actuais conflitos e nos moldes em que a intervenção é necessária exigindo o uso da força –, os maiores riscos envolvidos e os encargos financeiros que acarretam, têm gerado a tendência para que as missões sejam entregues a organizações regionais, forças multinaconais, sob o mandato da ONU, ou as chamadas "coalition of the willing", originando as missões apelidadas de "híbridas"."

Continuamos com a segunda e última parte do artigo do Tenente-Coronel Brandão Ferreira intitulado *A Sustentabilidade Económico-Financeira das Operações Militares entre 1961-1974*, que vem complementar, apoiado em números e mapas o título do artigo.

Carlos Santos e Aurélio Faria trazem-nos um artigo intitulado *Portugueses na Guerra do Vietname*, que vem mostrar-nos um episódio histórico desconhecido do grande público que se caracterizou pelo envolvimento de muitos portugueses naquele conflito.

Continuamos a apresentar a *Batalha do Bussaco*, em Banda Desenhada, da autoria de José Pires. Aqui fica o segundo caderno destacável para os nossos leitores e coleccionadores.

[1] Palavras do Professor Doutor Peregrino Júnior, Presidente da Sociedade de Escritores Brasileiros, Rio de Janeiro, 1959. [In CONCEIÇÃO, A. Pereira da, Amor da Pátria, Rio, Livraria H. Antunes Ltda, 1960.]

José Custódio Madaleno Geraldo
Coronel de Infantaria

MILICIA
WWW.MILICIAPRO.COM

AO SERVIÇO DOS PROFISSIONAIS

ASP · 5.11 TACTICAL SERIES · SAFARILAND · BLACKHAWK! PRODUCTS GROUP · TASER Protect Life

ABA · SECOND CHANCE · SAVVY ARMOR FOR WOMEN · FIRST CHOICE ARMOR With you. For life. · PROTECH

SAM MEDICAL PRODUCTS · MyClyns · TACTICAL MEDICAL SOLUTIONS · CELOX Controls life-threatening bleeding fast · DEFENSE TECHNOLOGY

MAXPEDITION HARD USE GEAR · CAMELBAK · BCB INTERNATIONAL · EBERLESTOCK

PELI · ESS Eye Safety Systems, Inc. · BATES · INOVA

BIANCHI · Crimson Trace · SUREFIRE · 911EP

LIBERVIT MANUFACTURER · HATCH · Marlow · QUIKSTEP ladder · ADVENTURE LIGHTS

Fisher Labs METAL DETECTORS · TASMANIAN TIGER · TULMAR TACTICAL · LANSKY SHARPENERS · SAT

projectina · FORENSICS SOURCE · STOP STICK

CONTINUAMOS A CRESCER...

Conheça todas os produtos disponíveis em www.miliciapro.com

Todas as marcas registadas apresentadas são representadas em Portugal pela Milícia - Bens de Segurança e Tecnologias Militares, Lda. Com sede na Rua de Entreparedes, 11 | 4000-198 Porto
Tlf. +351 22 208 31 30 | Fax. +351 22 208 86 11 | email: milicia@miliciapro.com | Web: www.miliciapro.com

CROSSBOW™

A PROTECÇÃO BALÍSTICA FOI REINVENTADA

MILICIA
WWW.MILICIAPRO.COM

disponível em
www.miliciapro.com

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

- Lentes balísticas em policarbonato com 2,4mm de espessura.
- Armação Tri-Tech™, permite um ajuste sempre perfeito e garante a ausência de pontos de pressão.
- Tratamento ClearZone™, resistente aos riscos e com propriedades anti-embaciantes.
- Mecanismo DedBolt™ para substituição rápida das lentes, mantém a lente firmemente segura.
- Tecnologia ESSOPTICS™, garante a máxima visibilidade, livre de distorções ao longo de todo o campo de visão.
- Fornecidos com duas lentes adicionais.
- 100% de protecção contra raios UVA/UVB.
- Permite a colocação de lentes correctivas, através de um acessório vendido separadamente.

STANDARDS DE PROTECÇÃO BALÍSTICA

Os óculos Crossbow™ obedecem aos seguintes standards:

CE EN 166 FT K N, US Federal OSHA,
ANSI Z87.1+ and US MIL SPEC MIL-PRF-31013

CORES

Armação: Preto

Lentes Disponíveis: Escura, Transparente e amarela de alta resolução.

PRODUTO

- Crossbow™ 3LS: Imagem do Kit fornecido

ESS™

Todas as marcas registadas são propriedade da Eye Safety Systems, Inc. representada em Portugal pela Milicia - Bens de Segurança e Tecnologias Militares, Lda. Com sede na Rua de Entreparedes, 11 | 4000-198 Porto

Cerimónia de Homenagem aos Combatentes da Guerra em África

O Presidente da República (PR), Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva, presidiu à cerimónia do 50.º aniversário do início da guerra em África no Forte do Bom Sucesso, em Belém, no dia 15 de Março.

Na cerimónia o PR, que é também o Comandante Supremo das Forças Armadas, dedicou grande parte do seu discurso a homenagear os combatentes de Portugal envolvidos nos 14 anos de conflito em África, salientando que "não homenageamos uma época, um regime ou uma guerra. Trata-se simplesmente, de uma homenagem da Pátria àqueles que se encontram entre os seus melhores servidores."

O PR esteve sempre acompanhado por altas entidades civis e militares, entre elas o Ministro da Defesa Nacional, Professor Doutor Augusto Santos Silva, o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, General Luís Evangelista Esteves de Araújo, e os Chefes de Estado-Maior dos três ramos das Forças Armadas.

Do programa constou o descerramento de uma placa comemorativa das cerimónias no muro exterior do forte, a deposição de coroas de flores no Monumento aos Combatentes e o desfile do batalhão representativo dos três ramos das Forças Armadas.

A finalizar, houve lugar a uma visita ao Museu do Combatente, onde está patente uma exposição fotográfica dedicada à guerra em África.

Realizou-se ainda uma sessão comemorativa, na Sociedade de Geografia de Lisboa, com intervenções do Professor Doutor Adriano Moreira e do Tenente-General Gonçalves Ribeiro.

Visita do Ministro da Defesa Nacional e do General Chefe do Estado-Maior do Exército à Região Autónoma da Madeira

No dia 16 de Fevereiro, o Ministro da Defesa Nacional, Professor Doutor Augusto Santos Silva, e o Chefe do Estado-Maior do Exército, General Pinto Ramalho, efectuaram uma visita de trabalho à Zona Militar da Madeira (ZMM). O objectivo da visita foi a tomada de conhecimento dos trabalhos em curso, na região do Poiso, no âmbito do "Memorando de Entendimento" entre a Direcção Regional de Florestas e a ZMM, na sequência de solicitação do Governo Regional da Madeira face aos incêndios que assolaram a Região em Agosto de 2010.

No Palácio de São Lourenço, o Comandante da ZMM, Major-General Tiago Vasconcelos, apresentou cumprimentos de boas-vindas a que se seguiu um brifingue de situação sobre missões de interesse público desenvolvidas pelo Exército na Região, nomeadamente em apoio ao Serviço Regional de Protecção Civil e no âmbito da preservação e manutenção da natureza, com especial relevo para as executadas desde Novembro último em apoio à Direcção Regional de Florestas da Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais.

Após o brifingue de situação, foi efectuada uma visita à frente de trabalho na zona do Poiso onde militares da ZMM, nomeadamente do Regimento de Guarnição N.º 3 e da

Unidade de Apoio do Comando da ZMM, desde Novembro de 2010, têm efectuado a limpeza de áreas queimadas pelos incêndios de Agosto de 2010, tendo em vista a posterior reflorestação e plantio em apoio directo à Direcção Regional de Florestas.

Visita do CEMGFA ao Exército

O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA), General Luís Evangelista Esteves de Araújo, visitou o Exército no dia 28 de Fevereiro.

O General CEMGFA foi recebido no Pátio dos Canhões do Museu Militar, onde lhe foram prestadas as honras militares regulamentares, ao que se seguiu a apresentação de cumprimentos, na Sala D. Maria I, na presença da estrutura de comando do Exército.

Após, foi-lhe apresentado, pelo Coronel Eugénio Nunes Henriques, um brifingue sobre o Exército, ao qual se seguiu uma breve alocução do CEMGFA sobre o trabalho que pretende realizar conjuntamente com os três ramos das Forças Armadas. Seguiu-se um encontro privado com o Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho, no gabinete do Comandante do Exército.

A visita terminou com um almoço nas Caves Manuelinas

do Museu, seguido da assinatura do Livro de Honra do Exército e de uma troca de lembranças.

Juízes Conselheiros visitam o Exército

A Escola Prática de Infantaria (EPI), sediada no Convento de Mafra, recebeu, a 17 de Fevereiro, a visita de uma delegação de Juízes Conselheiros do Supremo Tribunal de Justiça, mediada pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho.

Após a chegada dos Juízes Conselheiros teve lugar a cerimónia de Homenagem aos Mortos e a fotografia de conjunto na Porta de Armas da EPI, a que se seguiu a apresentação do brifingue do Exército, na Sala de Honra da Infantaria.

Antes do almoço, que viria a decorrer na Sala Elíptica, os convidados deslocaram-se para a Aldeia Camões a fim de assistirem à demonstração de um conjunto de forças que se têm estado a preparar para integrar as Forças Nacionais Destacadas.

Aquando da despedida, foram entregues lembranças aos convidados.

Visita ao Exército do Chefe do Estado-Maior do Exército Alemão

Entre os dias 2 e 4 de Março, no âmbito das relações bilaterais com a República Federal da Alemanha, o Exército português recebeu a visita do Chefe do Estado-Maior do Exército alemão, Tenente-General Werner Freers.

Do Programa da visita constou, na tarde do dia 2 de Março, a recepção do Tenente-General Freers pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, General Pinto Ramalho, no Estado-Maior do Exército, onde, no Pátio dos Canhões, um Esquadrão do Regimento de Lanceiros N.º 2 prestou as Honras militares. Seguiu-se um encontro pessoal, para troca de impressões, a apresentação de um brifingue sobre o Exército e a assinatura do Livro de Honra.

Durante o dia 3 de Março, a delegação alemã visitou a Escola Prática de Infantaria, tendo o Tenente-General Freers visitado as instalações da “Casa Mãe da Infantaria” e assistido a uma demonstração de Combate em Áreas Edificadas, na "Aldeia de Camões". Após o almoço, seguiu-se uma visita guiada ao Palácio Nacional de Mafra.

No dia 4 de Março, a comitiva deslocou-se a Tancos onde,

na Brigada de Reacção Rápida assistiu a uma exposição e demonstração de capacidades aeroterrestres desta grande Unidade do Exército.

Este encontro bilateral revelou-se de grande utilidade, constituindo-se como um fórum de coordenação e partilha de experiências entre os dois Exércitos.

Visita do General CEME ao Exército Italiano

Decorreu no período de 22 a 24 de Fevereiro de 2011 a visita oficial do General CEME ao Exército Italiano, a convite do seu homólogo, o Tenente-General (TGen) Giuseppe Valotto.

Esta visita surgiu na sequência da vinda do TGen Valotto ao Exército Português em Maio do ano transacto, estando também contextualizada com a recente perspectiva de cooperação entre os dois exércitos, no âmbito da formação e manutenção das qualificações em helicóptero NH 90 para pilotos e mecânicos do Exército Português.

Deste modo, o programa integrou duas vertentes distintas. Uma primeira no Estado-Maior do Exército que, incluindo todas as formalidades inerentes a uma visita desta natureza, previu uma apresentação detalhada sobre o Exército Italiano, destacando especialmente a sua actividade no plano interno, a presença em missões externas e as grandes linhas orientadoras sobre o processo de transformação em curso.

No plano interno constatou-se um envolvimento directo em operações de fiscalização, vigilância e segurança, em estreita coordenação com as Forças de Segurança (FS), existindo patrulhas do Exército que, integrando um elemento das FS, tem assim validado no quadro legal vigente a sua autoridade na via publica para acções diversas.

Relativamente aos compromissos no plano externo foi feito um "overview" face à presença no Líbano e no Afeganistão. No Líbano, seguindo uma tendência de diminuição de efectivo desde 2008, estão neste momento 1625 militares, integrando uma Brigada cuja missão inclui acções de patrulhamento e segurança, de CIMIC e de desminagem. Esta missão, sob a égide das Nações Unidas, decorre da UNSCR[1] 1701 e enquadra-se numa missão pura de "Peace Keeping".

No teatro do Afeganistão, numa tendência inversa ao Líbano, o efectivo italiano tem sido crescente, estando actualmente em 3363 militares. Inclui uma forte componente de Aviação do Exército estruturada num Batalhão que integra na totalidade 21 helicópteros ligeiros, médios e de transporte. Esta força ao serviço da ISAF, actua num teatro que como sabemos é de elevada exigência, em que se destaca a necessidade de desenvolver medidas "Counter Improvised Explosive Devices" (IED). Neste domínio, foi dado a conhecer um conjunto de medidas que estão a direccionar o reequipamento no Exército para meios de detecção e viaturas protegidas. Foram destacados neste contexto o reforço das blindagens e o desenvolvimento de IED "Jammers". A experiência recolhida nos dois referidos teatros tem sido determinante para a criação de centros de treino desenvolvidos a partir de uma estrutura de estudo e análise de "Lessons Learned", que em muito tem contribuído para a consolidação de uma visão que sustente o processo de transformação em curso no Exército Italiano.

O referido processo de transformação e modernização, tendo em conta as ameaças e riscos do contexto internacional actual, onde se inserem as grandes questões de natureza transnacional, tem como foco central tornar o Exército tendencialmente mais

expedicionário. Assente numa estrutura menos territorial, o processo visa o estabelecimento de unidades para as vertentes "Homeland Security", "Crisis Response" e "Collective Defence", sendo o seu balanceamento para esta última como consequência da integração da Itália em alianças.

Deste modo, tendo em linha de conta o documento "Conceito de Operações do Exército Italiano 2010-2030", está em marcha um processo ao nível das estratégias Genética, Estrutural e Operacional, que visa dotar o Exército das capacidades necessárias para os "Future Force Requirements" inerentes aos macro cenários em prospectiva.

Uma segunda vertente desta visita, incluiu a ida ao Comando da Aviação do Exército Italiano, sediado em Viterbo, a cerca de 90 Km a norte de Roma, tendo sido efectuado um deslocamento aéreo em helicóptero NH 90 para a comitiva do General CEME.

A recepção em Viterbo revestiu-se de elevada formalidade e disponibilidade, pelo que aquele Comando preparou uma Guarda de Honra, uma exposição estática de sistemas e equipamentos, um brifingue e uma visita que incluiu o centro de simulação para pilotos.

O TGen Enzo Stefanini, Comandante da Aviação traduziu no seu briefingue a elevada dimensão desta vertente do Exército Italiano que integra 600 pilotos, 5800 militares, 1100 técnicos diversos, 246 aeronaves de asa móvel e 6 aeronaves de asa fixa, perfazendo 19 000 horas de voo anuais. O referido brifingue, numa primeira parte apresentado pelo TGen Stefanini, abordou genericamente a organização, as infra-estruturas e centro de treino e simulação, destacando uma estrutura com mais de meio século de história, com "upgrades" sucessivos, integrando actualmente seis Regimentos de helicópteros.

Relativamente ao treino e formação de pilotos, assumido como um tema central a abordar nesta visita, pela possibilidade de considerar o treino de pilotos do Exército Português naquela estrutura do Exército Italiano, foi transmitido com algum detalhe o perfil de formação dos pilotos italianos. Em termos muito gerais, o sistema integra uma fase de treino básico de voo repartida entre a Força Aérea Italiana e Aviação do Exército, seguindo-se uma fase de treino avançado autónoma do Exército.

Quanto ao plano de recepção do helicóptero NH 90, de um

total de 60 aeronaves, o Exército Italiano já recebeu 12.Até 2015 espera-se atingir a "Final Operational Capability" (FOC), completando assim a capacidade de transporte táctico face ao nível de ambição preconizado. O sistema de treino para a formação e manutenção de qualificação desta aeronave está implementado e a funcionar em pleno, existindo, como já foi referido, a possibilidade de contextualizar esta capacidade com o calendário de entrega do Helicóptero NH 90 ao Exército Português, por forma a eventualmente ser estabelecido um entendimento entre os dois países, que permita a formação e a manutenção de qualificação a pilotos e mecânicos portugueses naquela estrutura do Exército Italiano.

Deste modo, esta visita ao Exército Italiano correspondeu inteiramente às expectativas preconizadas, constituindo um bom corolário de um relacionamento de cooperação e amizade entre os dois exércitos. Neste particular, é ainda de referir o grau de proximidade que o TGen Valotto cultiva com o Exército Português, como resultante directa de funções de comando que desempenhou nos Balcãs, designadamente na Bósnia Herzegovina e no Kosovo, enquadrando Forças Nacionais Destacadas Portuguesas.

[1] United Nations Security Council Resolution

Lançamento de Livro

O livro "As Invasões Napoleónicas – Desde a Ida da Família Real para o Brasil às Linhas de Torres (1807-1811)", do Coronel José Custódio Madaleno Geraldo, publicado no âmbito do Bicentenário da Guerra Peninsular, foi apresentado ao público numa sessão que decorreu no dia 17 de Março, no Salão Nobre do Palácio da Independência, em Lisboa.

Editado pela Âncora Editora, foi apresentado pelo Tenente-General Alexandre Sousa Pinto, Presidente da Comissão Portuguesa de História Militar, que vê nele uma contribuição para que "os portugueses se revejam na sua própria história e sejam capazes de reencontrar hoje os valores que ao longo dessa história sempre demonstraram".

Nota da Redacção:

No último número do *Jornal do Exército*, Fevereiro de 2011, por lapso, não foi referida a fonte da fotografia da capa.O autor é o Primeiro-Sargento Artilharia Anjos Das Neves.

Dia do Laboratório Militar

No dia 16 de Fevereiro o Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos comemorou o seu 93.º aniversário.

A cerimónia solene decorreu no Auditório, Sala Coronel Farmacêutico Ernesto Ennes, e foi presidida pelo Quartel-Mestre General, Comandante da Logística, Tenente-General Joaquim Formeiro Monteiro.

Em manifestação de apreço e amizade por este estabelecimento, vários convidados responderam com a sua presença, entre eles Oficiais Generais, Directores dos Hospitais e Centros de Saúde Militares, Comandantes e outros Oficiais e Sargentos de diversas Unidades, dirigentes de Instituições Públicas de Saúde, do Ensino Superior de Saúde e da Ordem dos Farmacêuticos.

Destaca-se, para além da alocução do Director, Coronel Farmacêutico Augusto António dos Remédios, e da mensagem elogiosa do Tenente-General Comandante da Logística, a palestra do Professor Doutor Manuel Villaverde Cabral, com o tema "Equidade em Saúde em Portugal".

A palestra abordou questões relativas a "desigualdades" em saúde, nomeadamente o estudo comparativo realizado entre 2001 e 2008 sobre a avaliação do estado de saúde, em que se mostra que o estado de saúde em Portugal é melhor ao nível dos cuidados de saúde primários, incluindo os cuidados

materno-infantis, que ao nível dos cuidados especializados.

No final da cerimónia, foram galardoados pelos serviços prestados à instituição militar e à Nação alguns militares a prestarem serviço no Laboratório Militar. Foram igualmente atribuídas medalhas comemorativas de 30 e 25 anos de serviço a funcionários civis do Estabelecimento.

Dia do Colégio Militar

O 208.º aniversário do Colégio Militar foi celebrado nos dias 5 e 6 de Março em cerimónia presidida pelo Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, Tenente-General Mário de Oliveira Cardoso.

A efeméride contemplou dois momentos distintos: no dia 5 decorreu a cerimónia militar e no dia 6 o tradicional desfile na Avenida da Liberdade e a celebração litúrgica na Igreja de S. Domingos.

Formado nos Claustros do Colégio, o Batalhão Colegial recebeu a alta entidade que presidiu à cerimónia, prestando-lhe as devidas honras militares. Do programa do 1.º dia constou também a integração do Estandarte Nacional na formatura, uma homenagem aos mortos em campanha do Colégio Militar, a alocução do director do colégio, Coronel Fernando Joaquim Alves Cóias Ferreira, a imposição de condecorações e entrega de prémios, finalizado com o desfile do Batalhão Colegial na Estrada da Luz.

No 2.º dia assistiu-se, na principal artéria da cidade de Lisboa, ao tradicional desfile do Batalhão Colegial, com ponto de continência junto ao Monumento aos Combatentes da Grande Guerra, ficando reservado para o fim do dia um jantar de confraternização dos antigos alunos, no refeitório dos alunos do colégio.

TABELA DE PREÇOS PARA 2011

PREÇO DE CAPA €2,00 **ASSINATURA ANUAL (11 números):** VIA SUPERFÍCIE - **Portugal Cont. Madeira e Açores** €20,00; VIA AÉREA - **Países europeus** €45,00; **Restantes Países** €65,00 NOTA: **As assinaturas devem ser pagas antecipadamente NÚMEROS ATRASADOS - 1960 a 1969** €4,50; **1970 a 1979** €4,00; **1980 a 1989** €3,00; **1990 a 2001** €2,50; **2002** a **2008** €2,00. Os preços incluem IVA à taxa de 5%
N.B.: Os pedidos de envio pelos CTT serão acrescidos de portes segundo os códigos postais: **1000/2000** €4,21; **3000/8000** €5,79; **Açores** e **Madeira** €6,56.

HIREX 11

No âmbito dos compromissos NATO, durante o ano de 2012, o NRDC-SP e o HQ *Eurocorps* vão preparar e enviar militares para o ISAF *Joint Command Headquarters* (IJC HQ) (Kabul/Afeganistão).

Como parte do treino dos militares colocados no NRDC-SP, realizou-se durante o período de 21 de Fevereiro a 3 de Março o exercício *HIREX* 11 (CPX) nas instalações do QG.

Foram definidos para o exercício os seguintes objectivos:

A reprodução, com limitações/adaptações, do IJC HQ nomeadamente apenas três *Cross Functional Teams*: *Current Operations*; *Future Operations* e o *Information Dominance Centre*;

O treino dos processos e procedimentos em execução neste momento no IJC HQ;

O uso de algumas ferramentas informáticas presentemente ao dispor dos militares colocados no IJC HQ (*SHAREPOINT, JCHAT, JOC WATCH e IGEOSIT*);

O estudo do cenário Afeganistão.

Neste exercício estiveram presentes 281 militares, dos quais 213 do NRDC-SP, tendo participado o Major-General Passos,

o Coronel Tavares, o Coronel Rodrigues e o Tenente-Coronel Silveira, sendo os restantes 68 militares provenientes de diversos QG e das Brigadas afiliadas, nomeadamente do ARRC, EUROCORPS, 10 GE/NL Corps, MNC NE, NRDC-IT, NSHQ, CAOC5, FC Madrid, do Exército Espanhol, da Brigada Afiliada Grega e da Brigada Mecanizada Portuguesa que participou com seis Oficiais.

Condecorações de Oficiais Generais

Teve lugar na Sala D. Maria, no Museu Militar de Lisboa, a 11 de Março, a cerimónia de imposição da condecoração de Mérito Militar a Oficiais Generais. Esta distinção visa agraciar os militares que revelem excepcionais qualidades e virtudes militares, pela afirmação constante de elevados dotes de carácter, lealdade, abnegação espírito de sacrifício, de obediência e de competência profissional.

A cerimónia, presidida pelo Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General José Luís Pinto Ramalho, destinou-se a galardoar o Tenente-General Mário Augusto Mourato Cabrita e o Tenente-General Manuel António Meireles de Carvalho.

O Chefe de Gabinete do CEME, Major-General Frederico José Rovisco Duarte, leu os louvores de Fim de Carreira dos condecorados que, além de terem recebido a Grã-Cruz da Medalha de Mérito Militar, entregue pelo CEME, também receberam o respectivo Diploma e a Placa de Fim de Carreira.

Como é tradicional nestes eventos, após o encerramento da cerimónia seguiu-se o Porto de Honra.

Texto: Alferes RC Nelson Cavaco

De RECRUTA a LÍDER

Um cargo de chefia implica não só dar ordens, mas também possuir um determinado conjunto de competências que permitam uma liderança eficaz e sólida. Implica mestria e proficiência para prever, organizar, comandar e controlar, juntamente com competências do âmbito psicológico, que permitam saber comandar e ganhar o respeito dos subordinados.

Contudo, não se pode exigir que um chefe saiba tudo. Mas este deve ter um domínio absoluto, baseado em aptidões indiscutíveis, que lhe permitam julgar com conhecimento de causa. Aquele que não é completo na verdadeira essência do conhecimento (e também do seu auto-conhecimento), não passa de um simples chefe, director, gestor ou qualquer outro cargo em que tenha que tomar decisões.

Juntamente, outras competências, que não do foro técnico, são igualmente importantes, para conseguir fomentar valores de união e espírito de equipa, em prol de uma causa comum.

De acordo com Blaine Lee, especialista norte-americano em pedagogia e comportamento organizacional, "o líder que exercita o poder com honra trabalhará de dentro para fora, começando por si próprio."

No âmbito de dotar gestores, empresários e quadros médios e superiores do mundo empresarial com competências comportamentais, nomeadamente de relacionamento interpessoal, o Exército português, em parceria com a ANJE (Associação Nacional de Jovens Empresários), realiza cursos de Liderança para formar os participantes à semelhança de comandantes e demais chefes militares. A missão é simples: preparar os intervenientes para as batalhas do mundo empresarial.

Durante cinco dias, os formandos tornam-se recrutas, recebendo treino militar físico e psicológico,

> *Sinto-me mais valorizada e, se possível, gostava de lá voltar*
>
> (Dr.ª Lília Blanquet Silva)

cujo objectivo é testar os seus limites, sempre acompanhado de lições de gestão de stress, gestão de conflitos, gestão de equipas, controlo emocional, auto-controlo, motivação, planeamento e tomada de decisões.

A Dr.ª Lília Blanquet Silva, directora de uma clínica de oftalmologia, e Dr. Carlos Santos Lima, director-adjunto bancário, foram participantes da 3.ª edição do Curso de Liderança da ANJE. O curso decorreu no período de 17 a 21 de Maio nas instalações da Academia Militar, no Centro Militar de Educação Física e Desportos e na Escola de Tropas Pára-quedistas.

Jornal do Exército (JE) – Fale-nos um pouco da sua actividade. Quais são as suas funções na empresa?

Dr.ª Lília Blanquet Silva – Sou directora da clínica ALM, que é uma clínica de oftalmologia e neste momento funciona com cerca de 90 pessoas, 60 das quais são médicos. Dedicamo-nos à área da saúde, especificamente à parte oftalmológica. É uma clínica privada com bloco operatório e trata-se, digamos, a doença da visão. O doente desde a consulta, aos meios complementares e à cirurgia, pode realizar tudo neste espaço que temos disponível. É uma clínica licenciada, o que nos diferencia das outras.

> O excelente corpo docente conseguiu-nos pôr em situações que nada tinham haver com o nosso dia-a-dia
>
> (Dr. Carlos Santos Lima)

Como directora, compete-me zelar pelo bom funcionamento da empresa a todos os níveis.

Dr. Carlos Santos Lima – Enquadro uma equipa de oito *private bankers* e quatro assistentes no *Private Banking*. Lidamos com clientes de elevado potencial (acima de 500.000 €), sendo a minha função focada no acompanhamento da equipa em termos de recursos humanos (gestão de carreiras), cumprimento do orçamento e dos clientes.

JE – Quais os motivos que a(o) levaram a frequentar o Curso de Liderança?

Dr.ª Lília Blanquet Silva – A ALM é uma clínica de médicos e eu vim de uma actividade totalmente

diferente. Vim dos Açores e trabalhei com agricultores, um mundo completamente diferente. Aqui na clínica, os médicos não são fáceis de trabalhar, principalmente em termos de organização e de papéis – é uma coisa que lhes faz muita confusão. Eles estão vocacionados mesmo é para a consulta e para o bloco operatório, como costumo dizer.

Actualmente, a clínica tem muita gente a trabalhar e são todos da minha responsabilidade, desde os médicos, os técnicos, os enfermeiros, recepcionistas e pessoal administrativo. Tenho, de facto, que exercer aqui o meu papel de líder e, portanto, é a mim que cabe dirigir as funções de todas estas pessoas. O curso dá-nos ferramentas para lidar com as pessoas e com a equipa, fazendo movimentar uma equipa, porque nem todas as pessoas têm capacidade para ser líder e eu acredito que algumas o consigam aprender, mas quem tem vocação para isso, consegue muito mais facilmente apreender o que são os mecanismos de liderança do que outra pessoa que normalmente está a ser liderada. Portanto, eu fui tentar descobrir, aprender algumas coisas que achava que me faziam falta e creio que consegui isso.

Dr. Carlos Santos Lima – Foi proposto pelo Banco, tendo eu de imediato aceite, dado que o facto de poder lidar com uma realidade militar, com elevados *standards* a nível da liderança, só poderia fazer com que saísse com os meus conhecimentos no tema reforçados.

JE – Em que medida considera os conhecimentos que lhe foram transmitidos úteis no seu dia-a-dia?

Dr.ª Lília Blanquet Silva – Acho que, actualmente, cada vez mais nos falta o respeito pelo próximo, pelos valores morais. Eu fui encontrar tudo isso na Academia Militar. Respira-se, vive-se, convive-se…

Os militares conseguem transmitir isso na perfeição. Eu sempre tive uma grande consideração pelos militares, pela postura e pela forma como interagem uns com os outros. O ambiente militar para mim não é totalmente indiferente, conheço-o mais ou menos. São pessoas que conseguem ser organizadas, sabem planear, sabem executar, sabem trabalhar em equipa, têm que funcionar em equipa. Imagino num teatro de guerra se as coisas não funcionarem em equipa...

Acho que fui buscar um pouco desses valores, que eles ensinam muito bem, para os aplicar na minha actividade.

Dr. Carlos Santos Lima – Foram muito úteis, pois o excelente corpo docente conseguiu-nos pôr em situações que nada tinham haver com o nosso

dia-a-dia, mas depois fazer-nos pensar nas nossas reacções e que efeitos teriam no nosso dia-a-dia profissional. Dentro do cansaço físico, fizeram-nos pensar na nossa realidade e ver formas de a melhorar.

JE – Já aplicou alguns desses conhecimentos? Que resultado obteve ou espera vir a obter?

Dr.ª Lília Blanquet Silva – Eu dirijo uma clínica de prestígio e orgulho-me muito disso. Não é fruto só do meu trabalho, é também de toda uma equipa que funciona à minha volta, desde os médicos, que são uma mais-valia, a todos os funcionários. Tudo isto é resultado de uma equipa que tem que funcionar muito bem. Se conseguirmos que a empresa interaja, que funcione bem, que haja comunicação, acho que é meio caminho andado para a empresa ter sucesso. É isso que tenho procurado alcançar.

Dr. Carlos Santos Lima – Bastantes, principalmente no *feedback* imediato e preciso. Os colaboradores preferem ter *feedback* do que não ter e o facto de ser no momento reforça a mensagem.

JE – Tem recebido feed-back das pessoas que trabalham consigo? Qual tem sido a opinião deles?

Dr.ª Lília Blanquet Silva – Tenho. Acho que no nosso dia-a-dia nos preocupamos com coisas tão superficiais que nos esquecemos, muitas vezes, de olhar para as pessoas. Numa empresa como esta, em que se lideram pessoas, temos que ser humanos. Existem certas coisas que nos levam a pensar que podemos ser melhores e as pessoas notaram alguma diferença. Os meus patrões notaram e consideram que o curso é muito útil. É visto como um curso fundamental para o funcionamento de uma empresa, no qual as empresas começam a apostar, para aperfeiçoar as capacidades de liderança dos seus directores e gestores.

Dr. Carlos Santos Lima – O *feedback* que tenho tido é que valorizam em mim o facto de os acompanhar nas reuniões com clientes, nos bons e maus momentos, e de lhes dar o exemplo quando distribuo tarefas ou objectivos. Dizem sentir-se acompanhados, o que para mim é gratificante.

JE – Fale-nos um pouco do curso. Das actividades desenvolvidas, o que a(o) marcou mais profundamente?

Dr.ª Lília Blanquet Silva – Teve uma parte física bastante intensa, a que nós civis não estamos habituados. Isso permitiu chegar a alguns dos nossos limites e pensar que, no quotidiano, às vezes dizemos que não somos capazes de realizar algo, mas que na realidade somos muito mais capazes do que aquilo que julgamos ser. E depois o espírito de grupo e de equipa funcionou de uma forma extraordinária. Acho que tivemos ali momentos maravilhosos com as pessoas. Isso foi extraordinário, a camaradagem, o espírito de entreajuda e o dar força ao colega do lado que já está mais esgotado… isso para mim transcendeu o que eu podia imaginar.

Imagino isto num contexto diferente, como o de guerra… por isso é que quem esteve no Ultramar tem amigos para toda a vida.

Dr. Carlos Santos Lima – Foram tarefas situacionais, sendo que uma das mensagens que passou claramente foi a disciplina na execução das mesmas, nos horários e no objectivo final.

Existiram varias provas físicas, muitas para cada um poder ultrapassar as suas barreiras pessoais, provas de equipa, em que claramente foi necessário haver liderança, mesmo que não houvesse uma formal, dado que todos estariam ao mesmo nível.

Houve também aulas teóricas, trabalhos de grupo em sala e, todos os dias depois do jantar, uma reflexão sobre o que se tinha passado nesse dia e como podíamos transpor as reacções para o nosso dia-a-dia analisando o impacto que teria.

JE – Como foi a experiência de estar no papel de um recruta?

Dr.ª Lília Blanquet Silva – Acho que é transpor as nossas próprias barreiras, ou os nossos limites.

Dr. Carlos Santos Lima – Bom pela disciplina, mas facilitado por saber que seria apenas uma semana...

JE – Quais as maiores dificuldades que sentiu?

Dr.ª Lília Blanquet Silva – Não foi o aspecto físico em si, acho que houve uma motivação recíproca e todos conseguimos atingir os objectivos. Penso que o mais problemático foi o pouco tempo que tivemos para dormir. Foi um acumular de cansaço que no final da semana já nos deixou num esforço para além daquilo que já era razoável. Mas para conhecer os nossos limites, isso foi provavelmente induzido. E, como tínhamos as aulas teóricas, acabavam por nos limitar o período de descanso. Não podíamos dormir as oito horas, muitas vezes dormíamos três ou quatro horas.

Dr. Carlos Santos Lima – Cansaço físico, principalmente pelas poucas horas dormidas (16 em quatro noites).

JE – Em algum momento sentiu que não conseguia realizar uma determinada tarefa?

Dr.ª Lília Blanquet Silva – Nunca. Eu lembro-me que o curso acabou numa sexta-feira e na quinta-feira de manhã levantei-me, depois de três horas mal dormidas, e pensei que não ia conseguir mexer-me. Mas comecei a actividade de manhã e o pensamento de saber que ia chegar ao fim, juntamente com a força dos meus colegas, ajudou-me a terminar, assim como a todos os meus colegas. Se calhar uns mais no limite que outros, todos chegámos ao fim e tive sempre a certeza que conseguia chegar ao fim. Mas, houve momentos de extremo cansaço e nunca questionei o motivo de estar ali, pois era algo que já queria ter realizado há um ano atrás.

E sobrevivi… estou aqui.

Dr. Carlos Santos Lima – Várias, mas consegui ultrapassar com convicção, à excepção da passagem a rastejar por um túnel dado ter claustrofobia, tendo, no entanto, andado no carro de combate, que à partida seria impensável.

JE – Quais os aspectos mais positivos que realça do curso?

Dr.ª Lília Blanquet Silva – Eu fiquei espantada com o espírito de entreajuda, isto porque julgo que as pessoas estão tão egoístas e distantes umas das outras – falam-se pela Internet e só pensam em si –, vê-se no comportamento das pessoas nas estradas, nos nossos vizinhos…, que começo a pensar que as pessoas não se respeitam e não querem saber do próximo. Eu ali encontrei em dezoito elementos um espírito fantástico e concluí que afinal ainda há pessoas boas e com princípios. E eram pessoas jovens de 20 e 30 anos, o que me trouxe uma satisfação enorme, por saber que há mais pessoas, para além daquelas 18 que serão assim. Formou-se um grupo fantástico, íntegro e coeso.

Já fomos jantar e já temos outro jantar agendado para Setembro. Acho que vamos ficar amigos para sempre.

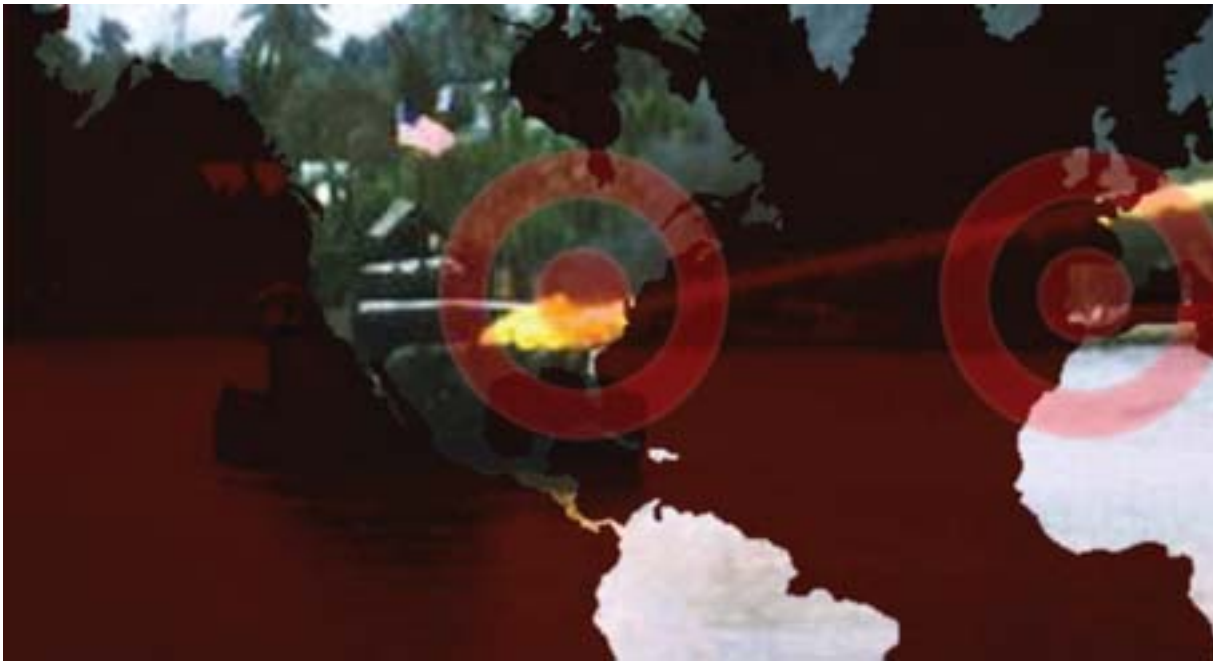
Dr. Carlos Santos Lima – O espírito de equipa incutido, a disciplina existente, e a necessidade de pensarmos constantemente nos restantes.

JE – Sente-se, agora, mais à vontade para enfrentar a "guerra" do mundo empresarial?

Dr.ª Lília Blanquet Silva – Acho que me sinto mais valorizada, menos limitada e, se possível, gostava de lá voltar de vez em quando para fazer umas actualizações. Acho que o curso é muito importante e não é por acaso que muitas empresas estão a recorrer a estes cursos. Acho que aprendemos uns com os outros e a formação que nos é dada é extremamente importante. Pena é que dura apenas uma semana, gostava que fossem pelo menos 15 dias.

Dr. Carlos Santos Lima – Claramente, pelos temas em que nos puseram a pensar, de forma a podermos melhorar constantemente. Este curso não se esquece, pelo que penso repetidamente em muitos dos temas e momentos que passei que foram intensos e de grande qualidade…

Texto e Fotos: Carlos Santos e Aurélio Faria



PORTUGUESES na guerra do VIETNAME

Uma pesquisa histórica realizada nos E.U.A. e em Portugal

Foram muitos os nascidos em Portugal que foram convocados para a cidadania na pátria de acolhimento, mancebos mobilizados pelos Estados Unidos para a guerra do Vietname. Em Washington estão gravados na Parede do Memorial do Vietname, noventa nomes de soldados nascidos em Portugal. Oficialmente, são noventa os portugueses entre os 58 209 militares que tombaram sob a bandeira dos Estados Unidos.

Mas muitos mais poderão ser, porque portugueses e hispânicos têm apelidos comuns de família, pelo que o número de soldados mortos e feridos atinge as centenas e os combatentes são mais de mil, sem contarmos com os luso-americanos, os descendentes de portugueses que emigraram para os Estados Unidos. Alguns relatórios indicam que terão combatido entre 1000 a 1500 portugueses e terão morrido 100 a 120 na guerra.

Dizem as estatísticas oficiais que 95% dos que combateram usaram as armas, lidaram com morte, destruição, contacto com drogas, álcool, napalm e desfolhantes, tiveram sérios problemas no regresso, ficando marcados para sempre com a Guerra do Vietname.

Natural de Santa Maria nos Açores, Sidónio Simões emigrou com os seus pais e com apenas oito anos à procura de uma vida melhor nos Estados Unidos, fixando-se em Rhode Island.

A guerra estava no auge, a ofensiva de Tet lançada no Ano Novo vietnamita não dava tréguas às tropas dos Estados Unidos. Combate entre 1968/69 na 1.ª Divisão de Infantaria, em Tay Ninh, na província conhecida como Bico de Papagaio, terra do Camboja que entra pelo Vietname dentro e que sérvia de infiltração aos guerrilheiros vietcong.

Recorda-se de que para poder ter os papéis (nacionalidade americana) alistavam-se no Exército

Fotocomposição: Mauro Matias

Americano: Eu fui mobilizado e recordo-me da primeira vez que ouvi o som de uma AK-47. Podem estar mil M-16 a fazer fogo, mas se eles dispararem a arma deles, estas têm um som muito distinto. A primeira vez que fiz fogo sobre um ser humano! Mesmo muito treinado na recruta pelos alvos, quando chegamos à guerra a realidade é muito diferente, apontar a arma a um ser humano..!

Completa a resposta em inglês. 'Hey, son of a bitch', tu é que vais morrer não sou eu! A mentalidade de um soldado lá na 'front line', lá nas linhas da frente, é a de um animal!

Também nos anos de 1968/69, o soldado de Infantaria Henrique Oliveira de Sousa transporta no peito seis medalhas, sendo que a Purple Heart foi a última e a única que gostava de não ter recebido. Conta que podia ter fugido para o Canada ou Portugal, mas iria parar a guerra em África.

Natural da Murtosa e residente em Newark, New Jersey, é actualmente operador de máquinas pesadas reformado, tendo servido como atirador na 1.ª Divisão de Infantaria e cumprido os mesmos meses de missão atribuídos a todos os mobilizados para o Vietname.

Bien Hua era uma base de operações na zona da guerrilha, aldeias hostis e trilhos onde que abundavam as *booby traps*, armadilhas artesanais montadas pelo inimigo para desmoralizar os soldados norte-americanos.

Sidónio Simões, natural de Santa Maria nos Açores.

Henrique Oliveira de Sousa, natural da Murtosa.

Horácio Almeida, nascido em São Miguel.

José Urbano de Almeida, nascido na Ilha de são Miguel.

Diz-nos este soldado que em 1967 se apresentou em Fort Dix, sendo, de imediato, colocado num avião para a recruta em Kentucky, onde esteve dois meses. Com dezanove anos deram-me dois dias de licença e seguiu para o Advanced Infantry Training em Fort Ord, na Califórnia: «Parti para o Vietname na primeira semana de Agosto de 1968 num avião da TWA. Durante a comissão fui ferido em combate, logo a 11 de Outubro do mesmo ano. Fizemos um ataque que durou uns 10 ou 15 minutos, tendo ouvido uma explosão em cima de uma árvore de coco. Fui atingido na perna direita e na perna esquerda, arrastei-me e agarrei-me a uma árvore. […]

Uma vizinha portuguesa tinha-me oferecido o crucifixo que o marido usara em Angola, tendo sobrevivido. Foi a única coisa que levei e trouxe, porque a carteira e o relógio desapareceram quando fui evacuado para Saigão num helicóptero Chinook. Recordo-me ainda que eles faziam bombas pequenas e agulhas de bambu em buracos no chão para nos calcarmos os pés e furarmos as botas, pois tinham veneno. Afirma este soldado que a guerra de guerrilha é assim, em que ferir um soldado obriga a que sejam necessários vários para o socorrer, uma táctica para nos desmoralizar.»

Para abastecem as tropas no delta do rio Mekong, estava destacado nas lanchas da Marinha um português de nome Horácio Almeida, mas foi em terra que assistiu ao agravamento da ofensiva de Tet em Saigão, logo no início de 1968. Nascido em 1946 em São Roque, na ilha de São Miguel, reside actualmente em Fall-River e é assistente social.

Conta-nos que estava mobilizado para o Exército, mas conseguiu ver a convocação anulada alistando-se na Marinha. Mandaram-me para a Base Naval de San Diego no Pacífico, para o outro lado do país, deram-nos um pequeno treino, e equipamento como o do Exército em Camp Pendleton (base de Fuzileiros), saímos para o Vietname de barco, com escala em Banguecoque, para vermos as miúdas: «Fui colocado na última aldeia em Tan Chau, donde dava para ver o Camboja. Patrulhava-mos o rio Mekong e transportávamos Green Berets (pára-quedistas) especializados em contra-guerrilha e muitas vezes entrávamos em combate com o inimigo, que estava emboscado nas margens.»

Na 101.ª Divisão Aerotransportada serviu José Urbano de Almeida, pára-quedista atirador e chegou ao Vietname em 1969. Nasceu no Pico da Pedra, na ilha de São Miguel. Depois da guerra, licenciou-se em Engenharia Civil e é empresário em Massachusetts.

Havia operações diárias de contra-guerrilha e como soldado de elite, não fala do que foi obrigado a fazer para anular a resistência: «Mas ver empilhar os corpos dos vietcongs e dos soldados do Vietname do Norte em redes e como era *cherrie*, ou maçarico, perguntei a um sargento o porquê daquela operação. Ele disse-me que o Chinook, o helicóptero, iria espalhá-los pelo vale onde se esconde o Charlie, o inimigo. Era basicamente para mostrar aos vietcongs o que lhes ia acontecer, dado que os guerrilheiros eram muito valentes.

O lisboeta Manuel Pais.

O açoriano Lúcio Serpa.

Alberto Anjos, natural de Viseu.

Fomos à aldeia de Fong Yang e levava-mos as mochilas com a comida para alguns dias. No regresso trouxe lá dentro um cão pequenino (trouxe para trás no helicóptero) para o Base Camp Eagle e na caserna tirei-o da mochila, pus o cãozinho chão e toda a gente ficou maluca. Demos lhe o nome de Peace Willy e ficou alcoólico, pois todos os dias o pessoal dava-lhe cerveja, sendo a mascote da nossa Companhia Bravo e não falo mais em pormenores!»

A maioria dos portugueses combateu em unidades regulares. Depois de uma recruta acelerada, o lisboeta Manuel Pais, que actualmente reside em Boston, integra a Primeira Divisão de Infantaria em 1969. A norte de Saigão bate a pista de Ho Chi Minh, a rota de infiltração dos vietcongs em operações de busca e destruição.

Ganha uma medalha Bronze Star por heroísmo e comanda o pelotão por um dia: «Recordo-me que fomos em três helicópteros e começámos logo a receber fogo por baixo. Quando tentávamos aterrar, já no chão, entramos em contacto pelo rádio com as forças especiais que estavam emboscadas mais à frente e fomos nós. Puseram duas granadas de fumo, uma nossa e outra do inimigo. O nosso primeiro homem foi morto de imediato com dois tiros na cabeça e os seis que o seguiam ficaram também feridos, batidos por rajadas de metralhadora. O resto do grupo abrigou-se em posição de fogo, eu e o médico tentamos ir buscar os feridos um por um, mas não podemos recolher o morto. Juntámo-nos às outras tropas e conseguimos sair daquela situação. Eles mutilavam os corpos dos nossos camaradas, *you now,* não era bonito o que faziam.»

Méritos não faltam aos portugueses no Vietname. Soldado da 1.ª Divisão de Cavalaria em 1971, o açoriano Lúcio Serpa recebe uma Bronze Star. Este técnico de electrónica de Fall River recorda que o seu irmão estava em África, numa companhia de Comandos em Moçambique: «Quando fui para a recruta disseram-me que não ia para combate, pois era cidadão português. Na semana a seguir já estava em Seattle, Washington, a tratar dos papéis e das vacinas para embarcar. Nem me despedi da minha mãe, pelo que combati com passaporte português. A Bronze Star foi quando fomos ajudar um outro *squad*, outro grupo na área de An Loc, que estava ali envolvido. Um amigo tinha levado um tiro, estava a uns dez pés de mim, chamava-se O'Grady. Eles tinham os túneis e faziam fogo com rockets. Eu não sou bravo, mas naquela altura uma pessoa…, é um amigo, *anyway so*, mesmo assim eu fiz o *crawl*, rastejei, agarrei-o e puxei-o para trás, ele podia levar mais um tiro, *anyway*, ficamos ali toda a noite sem

Joaquim Cipriano, o primeiro ferido português.

Mário Fonseca, reside em Anadia.

João Constantino, natural de Penalva do castelo.

comer nem beber. De manhã, o Cobra, o helicóptero veio, e começou a bombardear.»

Com 22 anos, numa guerra em que os soldados são adolescentes de 18, 19 anos, o sargento Alberto Anjos recebe uma Estrela de Bronze, entre outras condecorações. Este natural de Viseu é hoje empresário e tem uma das maiores redes de venda de automóveis, em Rhode Island: «Se morresse, qual era a bandeira que eu levava no caixão? Tivemos um combate em Bien Hua, talvez umas 60 milhas de Saigão. Não me esqueço no dia 4 de Julho, dia da independência da América, foi um combate de 48 horas e que, por fim, já não tínhamos comida nem armamento. Cada vez que levantávamos a cabeça era logo fogo, mas ao fim de tantas horas acabou e felizmente estou aqui.»

Uma das primeiras medalhas, mas pelas piores razões, foi dada a Joaquim Cipriano. Um dos primeiros portugueses a combater, soldado da Primeira Divisão de Infantaria, foi o primeiro ferido português em combate. Em Novembro de 1965, quatro meses depois da chegada ao Vietname recebe a Purple Heart, atribuída aos feridos em acção. É natural da Torreira, Murtosa, e reside em Newark: «Combati com passaporte português, hoje não sei se o faria. Estávamos a atravessar um campo de arroz, quando a minha unidade recebeu um pedido de auxílio. Fomos logo emboscados, e eu fui atingido pelo estilhaço de uma granada. Remetido uns metros pelo ar, caí contra uma árvore e fiquei ferido. Um pedaço de ferro com 5 cm, sim, 5 cm de diâmetro ou mais, perfurou-me o pulmão esquerdo e alojou-se junto à minha espinha, pelo que tive sorte em não ficar entrevado.»

A pior situação era ser atingido pelos camaradas de armas, Mário Fonseca, 1.º cabo de um grupo de reconhecimento da 20th Infantry Americal Division. Foi vítima de uma armadilha que provocou o chamado fogo amigo. Hoje está em Portugal ligado à política e é empresário, residindo em Anadia: «Eram 4 da manhã, deram-nos ordem para desmontar as *booby traps*, armadilhas que tínhamos no terreno. Fui desmontar as minas Claymore e quando lá cheguei vi que tinham mexido nas minas. Ao mesmo tempo vejo uma coisa a vir a bater nos arbustos, que me passou ao lado pensei que era um pássaro, mas vejo isto é uma granada. Caio no chão e faz «Pum!». Foi só uma explosão, mas rebentaram os dois engenhos e fui apanhado. Tento levantar-me e oiço como tivesse levado com um taco de baseball: «Pum, Pum, Pum, Pum!!!» São os buracos que tenho nas costas. Não percebo, presumo que os meus colegas se assustaram com a explosão, e abriram fogo para lá e apanharam-me. A partir daí não me lembro de mais nada.»

São os que chegam nos últimos anos que têm já a verdadeira percepção das dimensões do conflito. Na base de Bien Hua, João Constantino conhece o pior que a guerra tem. Hoje é contabilista de profissão e Coronel da Guarda Nacional na reserva, sendo natural de Penalva do Castelo: «Fui para o Vietname em 1971, tinha 19 anos. Muitos dos soldados que lá se perdiam vinham para Saigão, pois era aí a base central e donde saíam os corpos para os Estados Unidos de todos os soldados mortos. Punham-nos em urnas e depois nos aviões C-130 e C-5.»

O cabo fuzileiro Joaquim Rebelo, Jack nos Estados Unidos, regressou à terra natal num caixão. Ferido de morte em Ken Sah, a 13 de Maio de 1967, morreu devido aos ataques norte-vietnamitas com morteiros e artilharia pesada. Tinha 20 anos. O "Quim da Laurinda", como era conhecido na terra, jaz agora no cemitério do Monte, na Murtosa.

No mês de Maio, mas de 1968, caiu outro herói português. Também Marine e rapaz valente. Douglas Manuel Rogers Santos, o filho do "Manuel Americano", herói da Segunda Guerra Mundial, onde

Texto: Maria do Céu Pinto*

A evolução do PEACEKEEPING: entre regionalização e MISSÕES HÍBRIDAS

UN
UN
UN

O *peacekeeping* de terceira geração

O conceito de *peacekeeping* (PK) tem vindo a ser reformulado devido à evolução das circunstâncias internacionais. As fronteiras do *PK* foram-se alterando e tornando mais abrangentes. As operações de paz dos anos 90 demonstraram as limitações dos princípios do *PK* tradicional nas chamadas "operações complexas". As intervenções da ONU no pós-Guerra Fria ocorreram em ambientes voláteis, de alto risco e incerteza, como as guerras civis. Das simples missões de observação, com um reduzido número de efectivos e funções simples, o *PK* evoluiu para missões complexas (multifuncionais, *peacebuilding*) que implicam uma multiplicidade de tarefas e que chegam a congregar vários milhares de efectivos.

O *PK* de primeira geração caracterizou-se pelas chamadas operações "tradicionais". A função original do *PK*, típico do período da Guerra Fria, consistia essencialmente na interposição de forças entre os beligerantes para monitorizar cessar-fogos e armistícios.[1] As operações de segunda geração incluíram novas tarefas, tradicionalmente associadas ao *peacebuilding*.[2]

A terceira geração do *PK* vem pôr em causa algumas das bases do *PK* tradicional. As operações de terceira geração têm tido lugar no contexto de disputas entre facções de um Estado e guerras de natureza interestatal (Bósnia-Herzegovina, Haiti, Somália, Ruanda, Libéria, República Democrática do Congo – RDC), palco dos mais gritantes abusos dos direitos humanos.[3]

Os conflitos do pós-Guerra Fria põem em causa o princípio do consentimento como requisito fundamental do *PK*. Os princípios fundamentais do *PK* tradicional (a "trindade sagrada") são: o consentimento dos intervenientes, a imparcialidade e o uso mínimo da força. A principal diferença entre as operações do período da Guerra Fria e as actuais é a possível ausência de um acordo político entre as partes em conflito no período que antecede o lançamento de uma operação. São problemas que têm a ver com os novos ambientes de conflito; na gíria "semi-permissivos". Estes problemas foram evidenciados pelas intervenções da ONU na Somália e na Bósnia-Herzegovina.

O falhanço em travar massacres e genocídios, a falta de preparação adequada dos *peacekeepers* e a sua vulnerabilidade face aos beligerantes em contextos em que a sua presença não é amplamente aceite, expõem as fragilidades e a inadequação dos moldes actuais do *PK*.[4]

Problemas de "burden-sharing" e a regionalização do *peacekeeping*

Na terceira geração, o *PK* já não é monopólio das Nações Unidas. Os bloqueios do CS, a relutância dos Estados-membros em fornecer contingentes para intervir nos actuais

UN Photo Olivier Chassot

conflitos e nos moldes em que a intervenção é necessária – exigindo o uso da força –, os maiores riscos envolvidos e os encargos financeiros que acarretam, têm gerado a tendência para que as missões sejam entregues a organizações regionais, forças multinacionais (FMN) sob mandato da ONU, ou as chamadas "*coalition of the willing*", originando as missões apelidadas de "híbridas" Esta tendência é, notória no que diz respeito às missões de *enforcement*.

Por sua vez, este processo de regionalização do *PK* está ligado à redução das contribuições por parte dos Estados-membros, sobretudo dos países ocidentais às Nações Unidas.[5] A contribuição dos Estados ocidentais para as operações de paz da ONU é cerca de metade dos níveis de 2001. A maioria dos Estados ocidentais concentra os seus recursos em algumas missões chave. Assim, o Reino Unido tem-se concentrado quase exclusivamente nas missões no Chipre, Bósnia e no Kosovo. A França concentrou o seu esforço no Líbano, Costa do Marfim, Haiti e Kosovo. Os EUA contribuíram sobretudo para a operação no Kosovo e no Haiti. Já o contributo da Austrália, foi quase inteiramente direccionado para Timor-Leste.[6]

Para isto, contribui igualmente a ambivalência dos grandes poderes relativamente aos problemas na sua periferia, ou seja, a sua relutância em contribuir para missões em que os seus interesses não estão directamente envolvidos.[7] Com a expansão dos teatros de conflitualidade, os custos das missões têm escalado exponencialmente. A estes aliam-se os custos incrementais de operar missões de *enforcement*, em que a geração de forças, bem treinadas e bem equipadas – necessariamente mais dispendiosas –, é crucial para o sucesso da missão.

Face ao peso financeiro das missões de *PK*, há um incentivo à actuação das organizações regionais, mais interessadas em solucionar o problema e que, dessa forma, escapam ao complexo processo burocrático na ONU na fase da aprovação, geração da força e financiamento da missão. A actuação de organizações regionais nestes contextos dá-se pela maior disponibilidade destas em mobilizarem recursos, pela sua proximidade e maior prontidão para intervir, bem como pelos benefícios da intervenção de uma coligação de países ou organizações regionais na redução do impacto negativo do conflito na região.[8]

No que se refere aos Estados ocidentais, há a visão que as Nações Unidas não são um centro adequado de controlo e comando destas missões,

> *O falhanço em travar massacres e genocídios, a falta de preparação adequada dos peacekeepers e a sua vulnerabilidade face aos beligerantes (...) expõem as fragilidades e a inadequação dos moldes actuais do PK*

especialmente, para missões que envolvem maiores riscos, como as de *enforcement* ("operações musculadas"). O CS é visto como deficitário na tomada de decisões políticas no que concerne a missões mais militarizadas. Ao agir sob a tutela de organizações regionais, forças multinacionais ou "*coalitions of the willing*" e sem a tutela da ONU, os Estados retêm a sua liberdade de acção. Além disso, são bem conhecidas as deficiências da ONU na mobilização rápida de recursos para operações de *enforcement*.

As missões dos anos 90 reforçaram a noção de que a paz internacional está em crise em termos de finanças, de doutrina, de coordenação e da contribuição de tropas de qualidade para servir nas mis-

Na página ao lado: Distribuição de água pela UNAMID, em Darfur. (UN Photo, Olivier Chassot)

[1] Maria do Céu Pinto, *As Nações Unidas e a Manutenção da Paz*, Coimbra, Almedina, 2007, pp. 72-78.

[2] Mark Malan, "Peacekeeping in the New Millennium: Towards 'Fourth Generation' Peace operations?", *African Security Review*, vol. 7, nº 3, 1998, p. 3.

[3] *Id.*

[4] A/55/305 – S/2000/809, *Report of the Panel on United Nations Peace Operations*, 21 de Agosto de 2000.

[5] Alex J. Bellamy e Paul D. Williams, "The West and Contemporary Peace Operations", *Journal of Peace Research*, vol. 46, nº 39, 2009, (http://www.humansecuritygateway.com/documents/ISA_thewestcontemporarypeaceops.pdf), pp. 6-7.

[6] *Id.*, p. 6.

[7] Kimberley Zisk Marten, *Enforcing the Peace*. New York: Columbia University Press, 2004.

[8] Bruce Jones e Feryal Cherif, "Evolving Models of Peacekeeping", *Peacekeeping Best Practices*, External study, 2004 (http://smallwarsjournal.com/documents/pkomodels.pdf), pp. 19-20.

sões. Tornou-se também perceptível que o esforço conceptual realizado na *Agenda para a Paz* está desfasado da realidade dos conflitos intra-estaduais. Não é possível haver uma distinção conceptual clara entre "manutenção da paz" (*peacekeeping*) e "imposição da paz" (*peace-enforcement*), dada a sua oposição inerente. Além disso, as próprias Nações Unidas têm alguma relutância em criar missões com um mandato do Capítulo VII.[9]

No seio das próprias NU, estas fraquezas estão de tal forma interiorizadas que o próprio Secretariado aponta as forças multinacionais como um modelo preferível aos "capacetes azuis".[10] Aliada a este descrédito das suas próprias capacidades, a quase invariável falta de consenso no CS quanto às missões de *enforcement*, vem pôr em causa a legitimidade da própria ONU como instrumento adequado para dar resposta aos desafios contemporâneos.

Divisão de tarefas e missões "híbridas"

O número de missões de manutenção da paz conduzidas por outras entidades que não a ONU tem vindo a aumentar. Nos anos 90, a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) conduziu missões na África Ocidental; a Rússia e da Comunidade de Estados Independentes (CEI) tiveram a partir de 1992, missões de paz na Geórgia, Azerbaijão e Tadjiquistão. No entanto, foi com a operação de 40 000 soldados da Força de Implementação (IFOR) da NATO, que substituiu a Força de Protecção das Nações Unidas (UNPROFOR) na ex-Jugoslávia no final de 1995, que a ideia de operações de paz regionais se alicerçou. Em 1997, uma força multinacional liderada pela Itália interveio na crise de refugiados na Albânia, com um mandato da ONU para uma missão humanitária de emergência. A eficácia relativa e restrições ao uso da força pela NATO na Bósnia e o papel desempenhado pela OSCE[11] na Albânia, reforçaram a percepção que a conjugação das capacidades regionais para a realização de operações de paz, poderiam possibilitar intervenções multinacionais em circunstâncias em que a ONU não tem a capacidade ou a vontade de agir.[12]

Esta tendência é notória no que diz respeito às missões de *enforcement*, a qual tem originado dois fenómenos intimamente relacionados: problemas com o *burden-sharing* e a multiplicação de missões desempenhadas por uma panóplia de entidades, missões que têm vindo a ser apelidadas de "híbridas".

As razões que levaram os Estados a preferir as operações regionais ou MNF, em vez de operações de paz da ONU são variadas. Eles incluem: problemas de competição entre instituições; dúvidas quanto às capacidades dos sistemas de comando e controle da ONU; questões de financiamento; as divisões políticas no Conselho de Segurança e o questionamento da legitimidade da ONU.

Como Jones e Cherif apontam, nos anos 90, na Europa registou-se uma forte concorrência institucional entre a UE, a OSCE, a NATO e a ONU para liderar o *PK*, assumindo um papel de protagonismo na Europa. A competição relacionada com o desenvolvimento daquelas organizações, foi provavelmente o impulsionador factor mais relevante para o desenvolvimento das operações híbridas.

Um segundo conjunto de factores diz respeito às preocupações dos países ocidentais relativamente às capacidades de comando e controle da ONU. Alguns governos europeus (e os EUA) duvidam que o CS, enquanto órgão operacional, tenha capacidade para tomar as decisões adequadas, especialmente quanto se trata de operações em conflitos complexos. Existe ainda a preocupação de que a ONU não tem, especialmente em África, comandantes ou Representantes Especiais do Secretário-Geral da ONU, à altura. Outra das preocupações de fundo

relativamente à capacidade de comando e controle da ONU é o envolvimento limitado dos países contribuintes de tropas no processo de tomada de decisões nas operações ONU. Embora as reuniões de contribuintes possibilitem a estes terem uma palavra a dizer, a verdadeira influência limita-se aos P5 (às vezes aos P3),[13] ou aos Estados com capacidade de influência junto da Secretaria e do Secretário-Geral. Este é um motivo de renitência para os países contribuintes que podem preferir outros enquadramentos institucionais para o *PK*, evitando assim o quadro ONU. Assume aqui particular relevo as experiências dos contribuintes europeus para as operações da ONU na Bósnia. A experiência de terem sido excluídos da tomada de decisão na UNPROFOR, continua a moldar a percepção negativa dos Europeus em relação à ONU.

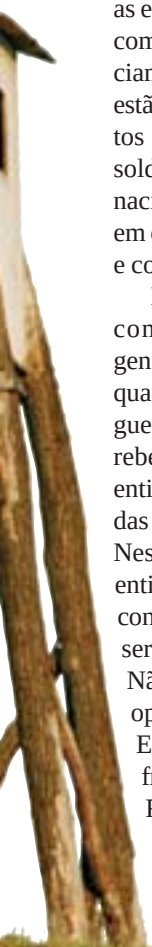
Em terceiro lugar, a preferência pelas "missões híbridas" (especialmente em termos da NATO e FMN), pode dever-se às diferenças em matéria de financiamento. Em muitas forças armadas ocidentais, as equipas de planeamento militar preferem operar com os seus próprios sistemas nacionais de financiamento, em vez da ONU, sistema com o qual não estão familiarizados e não controlam e que, em muitos casos, fornece um financiamento inferior por soldado do que os mecanismos de financiamento nacional. Esta desvantagem é ainda mais saliente em contextos onde é necessária uma reacção rápida e constitui um ulterior factor de atraso.

Em quarto lugar, pesam ainda factores políticos como a falta de consenso no CS ou, mais generalizadamente na ONU, e um certo cepticismo quanto à sua legitimidade. Em muitos contextos de guerra civil (Ruanda, Burundi ou Zaire) as forças rebeldes muitas vezes vêem a ONU como uma entidade não neutral, especialmente quando uma das partes no conflito conta com aliados nos P5. Nesses casos, a "legitimidade" da ONU, enquanto entidade máxima de gestão de conflitos, pode ser contestada. A legitimidade da ONU foi também seriamente desafiada devido aos seus fracassos. Não é um acaso o facto das duas regiões onde as opções regionais mais se têm desenvolvido – Europa e África –, terem sido palco dos grandes fracassos da ONU na década de 90 (por exemplo, Ruanda e Bósnia).

Alex Bellamy e Paul Williams identificam a tendência crescente dos países ocidentais apoiarem missões "híbridas" quando a contribuição das suas tropas se situa fora das estruturas de comando e controlo da ONU.[14] Um outro modelo contempla o apoio a operações de paz conduzidas por organizações regionais, como a União Africana ou a CEDEAO.

Jones e Cherif[15] identificaram até 2004 quinze operações "híbridas": Somália, Ruanda, Haiti, Tajiquistão, Bósnia, Serra Leoa, Geórgia, Kosovo, Timor-Leste, Etiópia/Eritreia, Afeganistão, Congo, Costa do Marfim, Libéria e Iraque. A relação formal entre as entidades participantes e a ONU pode ser de vários tipos, a saber: (a) *integradas* quando a ONU e outras entidades operam sob um comando unificado; (b) *coordenadas* quando operam lado a lado, mas sob comandos diferenciados; (c) *paralelas* quando não há uma coordenação formal entre os intervenientes e (d) *sequenciais* quando a acção da ONU precede ou sucede a acção de uma outra força/entidade.[16] O autor propõe ainda uma categorização quanto à função da missão: de apoio militar de curto-prazo; de divisão de funções civis/militares entre a ONU e outras entidades; de combinação de operações de observação e *PK*, em coordenação, mas sob comandos separados; de *hand-over* da missão de uma entidade para a ONU ou vice-versa; e operações integradas, mais raras.[17]

Assim, ainda segundo Cherif e Jones, pode-se falar de operações integradas (Kosovo [ONU/UE/OSCE] ou Haiti), onde as diferentes organizações regionais e as Nações Unidas operam dentro de uma única (ou fundida) cadeia de comando. Nas operações coordenadas, a ONU e outras organizações operam lado a lado com estruturas de comando separadas, mas de forma coordenada (Kosovo [ONU/NATO], Afeganistão, Bósnia, Geórgia,



[9] V. Trevor Findlay, The Use of Force in UN Peace Operations, Estocolmo, SIPRI/Oxford University Press, 2002, p. 16.

[10] *Id.*, p. 21.

[11] Organização para a Segurança e Cooperação na Europa.

[12] Malan, *op. cit.*, pp. 7-8.

[13] P5 são os cinco membros permanentes. Os P3 são os EUA, França e Grã-Bretanha.

[14] Bellamy e Williams, *op. cit.*, p. 6. Existem ainda missões que não envolvem a Organização, incluindo missões de paz ou *peace-enforcement* que são conduzidas com ou sem o consentimento do país de acolhimento.

[15] Jones e Cherif, *op. cit.*, pp. 26-30.

[16] *Id.*, p. 17.

[17] *Id.*, pp. 18-19.

UN Photo Martine Perret

As operações sequenciais, são aquelas onde a ONU precede ou segue uma força multinacional de carácter regional ou bilateral (Timor-Leste, RDC, Libéria, Serra Leoa)

Etiópia-Eritreia, Serra Leoa – 1997 –, Costa do Marfim). Nas operações paralelas, a ONU implanta a sua força paralelamente a outra organização, mas sem uma relação de coordenação formal (Ruanda). As operações sequenciais, são aquelas onde a ONU precede ou segue uma força multinacional de carácter regional ou bilateral (Timor-Leste, RDC, Libéria, Serra Leoa).[18]

Estas distinções não são rígidas, pois, dentro da mesma tipologia de operações, as diferenças podem ser notáveis. A sua principal característica – dado os diferentes figurinos em que se podem manifestar – é a sua flexibilidade e especificidade. Muitas destas operações fornecem apoio militar de curta-duração a uma operação existente ou apenas projectada. Pode-se citar os exemplos da missão inglesa na Serra Leoa para reforçar a UNAMSIL (*UN Mission in Sierra Leone*) em 2000; a operação da UEArtemis em Bunia, RDC, que possibilitou a expansão da MONUC (*UN Organization Mission in the Democratic Republic of Congo*, 200O); a força da CEDEAO apoiada pelos EUA na Libéria em 2003, que lançou as bases para a chegada da UNMIL (*UN Mission in Liberia*). Semelhante foi igualmente a relação entre a UNITAF (*Unified Task Force* (UNITAF), liderada pelos EUA de Dezembro de 1992 e Maio de 1993, e a UNISOM I (*UN Operation in Somalia*).[19] Outra das características funcionais destas operações são as *hand-over operations* em que a ONU precede ou segue uma força regional ou multinacional. Alguns exemplos: a transferência da KVM (*Kosovo Verification Mission*) da OSCE no Kosovo para a NATO e depois para a ONU; a passagem da CEDEAO à UNOMSIL (*UN Mission of Observers in Sierra Leone*) em 1998. Em Timor, a INTERFET (*International Force for East Timor*), liderada pelos australianos, veio preencher o vazio entre a UNAMET (*UN Mission in East Timor*) e a UNTAET (*UN Transition Authority in East Timor*). Houve também transferência de responsabilidades da Artemis para a MONUC, bem como a passagem da FMN, liderada pelos EUA no Haiti em 1994, para a UNMIH (*UN Mission in Haiti*). A relação entre a UNITAF e a UNISOM II inclui-se no mesmo modelo (embora não seja um exemplo feliz).[20]

Alternativamente, Bellamy e Williams[21] sugerem uma categorização mais ampla, do ponto de vista organizacional, entre missões "híbridas" "tightly-coupled" e "loosely-coupled". Nas primeiras, como a KFOR (*Kosovo Force*)/UNMIK (*UN Interim Administration Mission in Kosovo*, 1999), existe um mandato comum e o comando ou centro de decisão política podem ser partilhados pela componente ONU e não-ONU. A versão "loosely-coupled" das missões "híbridas" são operações *ad hoc* onde as diferentes componentes não compartilham estruturas formais legais ou institucionais, embora a ONU e os componentes não-ONU possam cooperar muito de

[18] *Id.*, p. 17.
[19] *Id.*, p. 18.
[20] *Id.*, p. 19.
[21] Bellamy e Williams, *op. cit.*, p. 8.
[22] *Id.*, p. 8.
[23] *Id.*, p. 9.

perto, como na operação britânica na Serra Leoa (2000-05) que decorreu paralelamente à UNAMSIL.[22]

De acordo com Bellamy e Williams, as missões "híbridas" podem ainda ser diferenciadas em função dos objectivos prosseguidos. Do ponto de vista dos países ocidentais, pode-se assim identificar quatro tipos de contribuições:

"operações ponta-de-lança/vanguarda": operações, onde as tropas ocidentais preparam a segurança no terreno, a fim de entregar a missão à ONU ou a outras entidades;

"missões de estabilização": operações, onde as tropas ocidentais trabalham lado a lado com as Nações Unidas e/ou outras operações de paz para garantir um ambiente seguro;

"combate a incêndios": operações onde as tropas ocidentais fornecem apoio a missões ONU em dificuldade ou a outras missões já no terreno;

operações "*over-the-horizon*": as tropas ocidentais são colocadas em posição em que podem alcançar o teatro em questão para obter um efeito dissuasor e eventualmente, numa fase posterior, realizar acções de *enforcement* de apoio à operação sitiada.

As operações "ponta-de-lança/vanguarda" tendem a ser muito menos rígidas, especialmente porque envolvem actores que não a ONU, abrindo caminho para missões sucessivas. Talvez o exemplo mais "tightly-coupled" deste tipo de operação tenha sido a IFOR, projectada para ajudar a implementar o Acordo de Paz de Dayton para a Bósnia (1995). Um exemplo mais "loosely-coupled" inclui a INTERFET que estabilizou o território antes da chegada da UNTAET (1999); ou a Força Temporária Multinacional implantado no Haiti, que abriu caminho à MINUSTAH (2004). Muitos analistas defendem que as tropas ocidentais estão particularmente aptas para intervir nestes cenários iniciais – as "first-in missions". O problema desta tese é que, após esta fase inicial, a missão é rendida por outra entidade que se encarrega das tarefas de *PK*. Tal deve-se à tendência do Ocidente para rapidamente passar o testemunho a outros actores, o que pode tornar mais difícil construir uma paz sustentável a longo-prazo. Ora, certas missões podem necessitar de uma presença musculada no terreno mais prolongada, sob pena de a missão correr mal, exigindo posteriormente uma intervenção do tipo "combate a incêndios", como de resto o comprova os distúrbios verificados em Timor-Leste em 2006.[23]

As operações de "estabilização", lançadas após a de-escalada da violência, revestem uma grande variedade de configurações, incluindo operações "tightly-coupled", como a SFOR na Bósnia (1996), a KFOR, que apoiou a UNMIK no Kosovo, bem como a ISAF (*International Security Assistance Force*), no Afeganistão, mais "loosely-coupled", que se realiza em paralelo com a da ONU. É de salientar – ao comparar as missões nos Balcãs e no Afeganistão – que, ao contrário da ISAF, que gradualmente expandiu o seu tamanho, competência e área de operações, as operações nos Balcãs têm registado uma redução substancial, em parte devido à estabilidade conquistada.[24]

O modelo de "combate a incêndios", por associar uma intervenção de *enforcement*, não é facilmente compatível com as operações de paz. Contudo, as forças ocidentais têm sido mobilizados para realizar actividades de aplicação limitada e/ou temporária da força, em paralelo com operações da ONU em curso. Estas intervenções registaram-se, por exemplo, com a NATO em apoio da

UN Photo John Isaac

Talvez o exemplo mais "tightly-coupled" deste tipo de operação tenha sido a IFOR, projectada para ajudar a implementar o Acordo de Paz de Dayton para a Bósnia (1995).
(Soldado queniano da força de protecção da ONU na Bósnia brinca com criança croata.)

UN Photo Marco Dormino

Um exemplo mais "loosely-coupled" inclui (...) a Força Temporária Multinacional implantada no Haiti, que abriu caminho à MINUSTAH (2004).

UNPROFOR na Bósnia (1995), a operação do Reino Unido em apoio à UNAMSIL na Serra Leoa (2000), ou a operação Artemis liderada pela França, de apoio à MONUC na RDC (2003). As "operações de combate a incêndios", uma vez que envolvem acções de *enforcement*, tendem a ser expressamente autorizadas pelo CS da ONU e, portanto, representam uma forma de subcontratação do poderes de *enforcement* da ONU. As principais limitações deste tipo de missões são as restrições colocadas à sua actuação em termos temporais e geográficos. Por essa razão, estas missões nem sempre conseguem resolver o problema dos *spoilers*[25] que afectam as missões.

As operações "over-the-horizon" são mais raras. Um exemplo foi a força de reserva da União Europeia (EUFOR RD) em apoio às eleições de 2006 na RDC. Mandatado pelo CS, a EUFOR RD era constituída por pequena força avançada de cerca de 400-500 capacetes azuis em Kinshasa e um batalhão em *stand-by* no Gabão ("over-the-horizon") que poderia ser chamado, se necessário. A maioria dos observadores concorda que a EUFOR RD deu um contributo importante para a estabilidade durante o processo eleitoral.

Dada a natureza recente das missões, é difícil tirar conclusões definitivas relativamente às missões não-ONU ou híbridas. Certamente, houve alguns sucessos, incluindo as operações nos Balcãs e Serra Leoa, onde as forças ocidentais ajudaram a criar as condições para uma paz estável. No entanto, tal como acontece em geral ao avaliar as missões da ONU, estabelecer padrões exactos de sucesso não é fácil. No Afeganistão e RDC, por exemplo, os limites colocados à actuação das forças, bem como a complexidade do teatro de operação, não têm permitido criar a paz durável desejada.[26] No Afeganistão, os talibãs têm reconquistado a iniciativa desde 2004 e controlam agora a maior parte do território.[27]

Conclusão

O número de *peacekeepers* sob comando da ONU tem vindo a decrescer desde meados dos anos 90,[28] facto que se deve em grande parte à delegação das missões de *enforcement* a outras entidades,[29] por incapacidade financeira e organizativa e pela dificuldade de este tipo de missões serem endossadas pela maioria dos membros permanentes. O resultado é uma progressiva marginalização das Nações Unidas como actor do *PK*, uma vez que tudo aponta que a maioria das operações futuras exijará o uso da força,[30] logo a um papel acrescido para os actores regionais (se não mesmo a intervenções unilaterais para deter conflitos). Esta tendência foi impulsionada pela intervenção da NATO no Kosovo, mas as organizações regionais africanas também intervieram várias vezes sem a autorização do CS.[31] A regionalização do *PK* – cedência das acções de *enforcement* –, medida extrema decorrente da "responsabilidade de agir",[32] traduz-se assim na multiplicação das missões "híbridas" deixando à ONU as responsabilidades de "prevenir" e "reconstruir" (como actividades de policiamento, observação de eleições, apoio humanitário, observação de eleições ou treino de forças). Terá a marginalização das Nações Unidas, no que diz respeito às acções de *enforcement*, um impacto negativo na sua credibilidade?

As duas questões estão intimamente relacionadas, porque o envolvimento da ONU funciona como "selo de garantia" da imparcialidade de uma missão. O que a terceira geração do *PK* tem demonstrado é que há uma crescente divisão internacional de tarefas no que diz respeito ao *enforcement* que cerceia o papel da ONU no que diz respeito às missões do Capítulo VII, limitando-o ao processo de autorização, monitorização e apoio civil.

Ao abrigo da "responsabilidade de proteger", as organizações regionais ou outras modalidades de forças, poderão agir (com ou sem a autorização do CS), não apenas por razões humanitárias mas,

procurando obter benefícios de ordem política, económica ou social ou simplesmente de protagonismo. Tudo isto pode fazer perigar a imparcialidade da intervenção, como ficou evidente no Iraque.[33] A "responsabilidade de proteger" vem potencialmente aprofundar esta margem ao enfraquecer a barreira da soberania dos Estados em relação às intervenções externas.

A Comissão Internacional sobre a Intervenção e a Soberania dos Estados, reconheceu que é espectável que outras entidades ajam autonomamente face à incapacidade do CS perante situações que exigem o uso da força e que, essas intervenções unilaterais, encapuçadas em intervenções humanitárias, possam obedecer a princípios e razões de outra ordem.[34] Por isso mesmo, existe na comunidade internacional o receio de que a "responsabilidade de proteger" venha a servir outros interesses que não aqueles a que se propõe, devido à crescente independência de acção das entidades regionais ou outras coligações *ad hoc* em relação à ONU.

Não é de ignorar que *PK* de terceira geração, principalmente com as missões dos anos 90, veio gerar um ambiente mais permissivo à instrumentalização da intervenção humanitária e a outras ordens de interesses, ao mesmo tempo que retirou protagonismo à ONU.

Contudo, o respeito as directrizes da ONU e dos mandatos é frequentemente uma condição *sine qua non* para os intervenientes que possam ter agendas paralelas. Com efeito, a ONU tem vindo a criar regras e obrigações que vinculam esses intervenientes ao respeito do mandato das NU. Dito de outro modo, os intervenientes que actuem em missões mandatadas pelas Nações Unidas, têm um forte incentivo para respeitar as directrizes da ONU. A capacidade do CS para garantir que aqueles respeitem as regras do jogo depende da sua capacidade de controlar as operações sob delegação ONU. Nesse sentido, a partir dos anos 90 foram introduzidas medidas como: regras específicas de actuação e prazo-limite para os mandatos; inclusão nas missões de elementos civis e/ou oficiais de ligação da ONU; apresentação regular de relatórios ao CS; reuniões regulares para *briefings* entre o CS e os Estados que conduzem as operações; inserção de observadores da ONU e outro pessoal nas operações delegadas; entrega (*hand-over*) da missão à ONU assim que estejam reunidas as condições para passar a uma missão ao abrigo do Capítulo VI (com o consentimento das partes). Têm sido implantadas diferentes combinações dessas medidas para monitorar as operações delegadas.[35]

Atendendo ao facto de que as missões de *PK* ao abrigo do Capítulo VI da Carta continuarão a ser numerosas e que o CS permanece como autoridade máxima para legalizar as intervenções, as Nações Unidas não deixarão de ser um importante actor nas missões de paz. De igual modo, a autonomização da intervenção de organizações regionais e forças multinacionais, por si só, não significa que a imparcialidade do *PK* seja posta em causa, até porque, na sua maioria, são autorizadas pela própria ONU. Contudo há riscos nesta opção. A crescente importância das organizações regionais como *peacekeepers*, fará com que a imparcialidade seja mais difícil de manter. Tal reflectir-se-á na credibilidade da ONU enquanto actor maior do *PK*. A credibilidade da ONU e a imparcialidade nas missões de *PK* andam de mãos dadas: a violação da segunda, terá efeitos funestos na primeira.

* Maria do Céu Pinto é Prof. Associada com Agregação da Universidade do Minho, área de "Política Internacional". É autora, entre outros, dos seguintes livros: *O papel das Nações Unidas na construção de uma nova ordem mundial*, Lisboa, Ed. Prefácio, 2010; As *Nações Unidas e a manutenção da paz*, Coimbra, Almedina, 2007. Venceu o *Prémio Jornal do Exército 2006* com o artigo "As Doutrinas Nacionais de Operações de Paz: O Uso da Força", *Jornal do Exército*, nº 549, Março de 2006.

---

[24] *Id.*, p. 9.

[25] Stephen J. Stedman, "Spoiler Problems in Peace Processes", *International Security*, vol. 22, nº 2, 1997.

[26] Roland Paris, *At War's End*, Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

[27] V. Astri Suhrke, "A Contradictory Mission? NATO from Stabilization to Combat in Afghanistan", *International Peacekeeping*, vol. 15, nº 2, 2008.

[28] Mais concretamente a partir de 1993, ano em que se atingiu o pico de pessoal envolvido em missões ONU. Este número aumentou a partir de 1999, depois estabilizou e voltou a aumentar de novo em 2006 com a operação no Líbano.

[29] Peter Viggo Jakobsen, "Overload, Not Marginalization, Threatens UN Peacekeeping", *Security Dialogue*, vol. 31, nº 2, 2000, p. 168.

[30] *Id.*, p. 168.

[31] *Id.* p. 169. Caso das intervenções da CEDEAO na Libéria e na Serra Leoa. A UNOMIL, *UN Observer Mission in Liberia* (1993-97), foi a primeira missão de *PK* a ser criada para funcionar em sintonia com uma operação (*ECOWAS Monitoring Group*) de uma organização africana.

[32] A cimeira da ONU de 2005 endossou o conceito de "responsabilidade de proteger". V. Aidan Hehrir, "The Responsability to Protect: Sound and Fury Signifying Nothing?", *International Relations*, 24, 2010,

[33] A acção não obteve a autorização do CS, embora os seus defensores tenham apresentado argumentos como a existência dos arsenais armamentistas e a defesa da população face a um regime autoritário.

[34] V. International Commission on Intervention and State Sovereignty, *The Responsibility to Protect: Report of the international Commission on Intervention and State Sovereignty*, Dezembro de 2001 e Hehrir, *op. cit.*, pp. 220-221.

[35] Seguimos Jakobsen, *op. cit.*, p. 172.

Tenente-Coronel PilAv Ref. João J.Brandão Ferreira

A Sustentabilidade Económico-Financeira das Operações Militares entre 1961 – 1974 (II Parte)

http.ultramarlembrar2.blogspot.com

Seria a Guerra Sustentável?

"Não Senhor, tudo isto foi feito pelos portugueses; nós não fizemos nada, nós só estragámos".

Coronel Celestino de Carvalho CEMFA da República da Guiné-Bissau

(Resposta a pergunta do autor sobre se o edifício do Cineclube de Bissalanca tinha sido feito por eles – 1996)

Muito se especulou e especula em como as operações militares, em larga escala, que sustentámos vitoriosamente durante 13 anos, afectaram a economia e o desenvolvimento geral do país. Uma guerra carrega, à partida, o ónus da destruição, da desregulação das actividades produtivas, enfim toda a alteração da "normalidade" da vida em sociedade.

Este último assalto à escala global contra a casa portuguesa teve, porém, a virtude de melhorar e fazer avançar a sociedade portuguesa em todas as suas vertentes. Até isto confundiu os nossos inimigos e devia ser causa de espanto e admiração para o mundo. Infelizmente nem em Portugal se reconhece isto.

De facto as operações militares desencadearam um surto de desenvolvimento nunca visto, não só na Metrópole mas também em todas as parcelas ultramarinas com destaque para Angola e Moçambique. Tudo isto encontra justificação num leque alargado de circunstâncias:

- A subversão não surgiu em simultâneo em todas as parcelas do território português, poupou várias e não afectou a parte europeia que constituía a base logística fundamental;

- A coesão nacional, cimentada por vivência de muitos séculos, aguentou-se muitíssimo bem;

- A guerra subversiva que nos foi movida, era de baixa intensidade e nunca foi susceptível de nos causar danos de monta;

- Nunca houve guerrilha urbana, nem capacidade para perturbar qualquer actividade económica, em qualquer território nacional, a não ser a colheita do café em Angola em 1961;

- À excepção da Guiné e do Estado da Índia, as zonas onde se fizeram sentir as acções da guerrilha eram limitadas e com reduzida densidade populacional;

- A esmagadora maioria das populações de todos os territórios mantiveram a lealdade à bandeira portuguesa;

- Como nas acções de contraguerrilha a acção de apoio às populações é tão ou mais importante, do que as acções militares, passou a haver um grande e notável esforço, neste âmbito;

- Até em Goa, Damão e Diu se fizeram muitos investimentos e melhorias, não só porque a União Indiana nos fechou as fronteiras, mas também por ser fundamental à nossa política manter o nível de vida superior ao daquele país;

- Logicamente houve também necessidade de desenvolvimento e aproveitamento das riquezas existentes para assim se criar riqueza, que por sua vez permitiria sustentar as acções militares e psico-sociais;

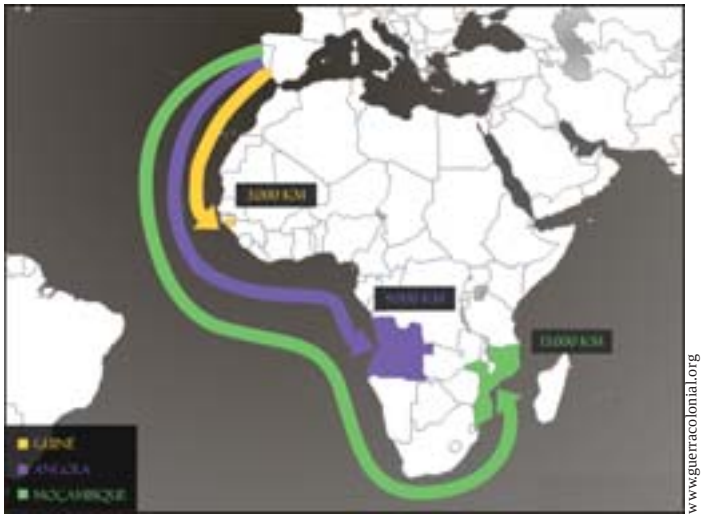
- Permitiu-se mais investimento estrangeiro, adaptaram-se estruturas, desenvolveram-se métodos e investigação, reformularam-se leis que as necessidades da guerra e a evolução dos tempos impunham. A necessidade aguça o engenho;

> "As operações militares desencadearam um surto de desenvolvimento nunca visto, não só na Metrópole mas também em todas as parcelas ultramarinas com destaque para Angola e Moçambique"

- Finalmente, o enorme aumento na circulação das pessoas, das migrações internas, do contacto com novas gentes e realidades, provocaram uma evolução na dinâmica social e cultural da sociedade portuguesa.

Por tudo isto, não há qualquer receio em afirmar que a guerra que nos foi imposta pelas potências inimigas de Portugal e, lembrando sempre os mortos, feridos e desalojados que causou, também trouxe benefícios ao desenvolvimento da Nação portuguesa, onde, fora das zonas afectadas pela guerrilha, a vida se processava na mais completa normalidade.

Em termos económicos é promulgado logo em 8 de Novembro de 1961, o decreto-lei nº 44016, que tem por objectivo a formação de uma economia nacional no espaço português, o rápido crescimento das zonas menos desenvolvidas e a unificação dos mercados, a que se seguem outros diplomas no mesmo âmbito (transacções e transferências



www.guerracolonial.org

entre a "zona do escudo" e o exterior; pagamentos interterritoriais; regulação do comércio de câmbios no continente, ilhas adjacentes e províncias ultramarinas; liquidação de importações, exportações e reexportações e circulação de capitais; criação de fundos cambiais; sistema de compensações de pagamentos interterritoriais; liberalização e integração de economias, etc.). As operações militares estimularam a economia. Deste modo, em 1961 a massa em circulação é de 15 milhões e 280 mil contos, subindo para 16 milhões e 57 mil, em 1962, 19 milhões e 313 mil, em 1963; 21 milhões e 212 mil em 1964; 23 milhões e 637 mil em 1965; 25 milhões e 319 mil em 1966; 26 milhões, 497 mil em 1967; 28 milhões e 453 mil em 1968; 31 milhões e 18 mil em 1969; 33 milhões e 758 mil em 1970; 30 milhões e 370 mil em 1971; para atingir em 1974, mais de 74 milhões de contos, cerca de cinco vezes mais!

Mais do que uma tendência inflacionista, exprime uma intensificação da actividade económica. Entre 1959 e 1964 vigorou o II Plano de Fomento; por dificuldades na elaboração de novo plano, em 1964 foi criado um plano intercalar que vigorou entre 1965 e 1967 e, a partir daí, vigorou o III Plano de Fomento, entre 1968 e 1973.

Noutro aspecto em que se pode apreciar a economia metropolitana, temos que, em 1960, os valores das exportações são de 5 milhões e 401 mil contos contra 10 milhões e 236 mil de importações; em 1965 as cifras são de, respectivamente, 16 milhões e 365 mil e 25 milhões e 759 mil; em 1970 são de 27 milhões e 171 mil e 44 milhões e 725 mil e em 1971 são de 29 milhões e 689 mil contra 50 milhões e 937 mil. As reservas de ouro e divisas somavam nos fins de 1973, cerca de 50 milhões de contos.

Em 1953, a população do Ultramar era de cerca de 12 milhões de habitantes e em 1971 ascendia a quase 17 milhões.

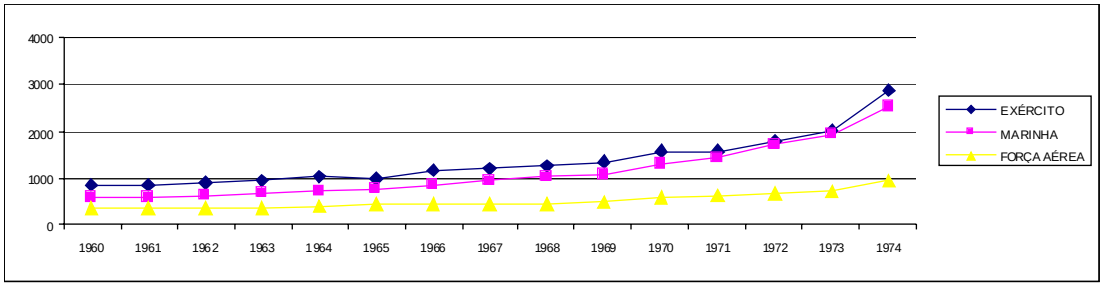
No primeiro daqueles anos as receitas públicas gerais foram de cinco milhões de contos e as despesas somavam cerca de quatro milhões de contos; em 1971 os mesmos eram já de 25 milhões e 24,5 respectivamente. O volume de comércio externo triplicou no mesmo período: de 14 milhões de contos passa para 45 milhões; e o produto interno bruto passou de 39 para 130 milhões de contos. No fim dos anos 60, o desenvolvimento e as estruturas da Metrópole era ainda bastante superior ao Ultramar e não havia ainda um completo desarmamento aduaneiro entre todos os territórios portugueses. Por falta de disponibilidades financeiras para financiar o comércio interterritorial, e tendo sido suspensos os empréstimos aos fundos cambiais das províncias, foram-se acumulando os *deficits* e foi-se atrasando a execução das ordens de pagamento sobre a Metrópole.

Este problema ficou conhecido como os "atrasados do Ultramar". O assunto só veio a ser resolvido em 1971, pelo decreto-lei nº. 478/71, de 6 de Novembro, que só permitia transferências em moeda local que tivesse cobertura em meios de pagamento sobre o exterior, quer em escudos ou divisas. A solução foi alvo de críticas mas, em 1973,

Quadro 1

DESPESAS ORDINÁRIAS DAS FORÇAS ARMADAS (Milhares de contos)

	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974
EXÉRCITO	833,8	846,0	898,6	939,0	1.043,5	985,3	1.148,7	1.195,9	1.261,3	1.332,1	1.576,8	1.587,7	1.807,6	2.000,2	2.861,4
MARINHA	603,3	590,0	616,0	662,7	704,7	747,6	851,7	953,1	1.014,2	1.072,2	1.285,0	1.447,9	1.695,3	1.916,0	2.498,3
FORÇA AÉREA	375,7	364,5	377,3	377,2	408,5	431,0	442,5	444,8	456,1	483,4	588,5	628,2	691,8	715,3	948,3
Total	1.812,8	1.800,5	1.891,9	1.978,9	2.156,7	2.163,9	2.442,9	2.593,8	2.731,6	2.887,7	3.450,3	3.663,8	4.194,7	4.631,5	6.308,0



a situação estava atenuada. Como exemplo ainda, Angola importava em 1969 cerca de nove milhões de mercadorias, em 1970, cerca de 11 milhões e mais de 12 milhões no ano seguinte. Quanto às exportações foram de, respectivamente 9,5 milhões de contos, 12 milhões e 11,8 milhões. Para Moçambique os números são para as importações, cerca de 7,5 milhões em 1969 e mais de 9 milhões em 1970; e quanto a exportações são de quatro milhões no primeiro daqueles anos e 4,5 no segundo. Cerca de 40% do comércio é feito com a Metrópole.

Os meios financeiros para fazer face às necessidades com a Defesa Nacional estavam consignados em dois documentos: o Orçamento do Estado e as Despesas Extraordinárias.

No Orçamento do Estado estavam inscritas as verbas referentes aos gastos com o dispositivo militar das guarnições metropolitana, insular e ultramarina. Dos números disponíveis pode-se inferir o seguinte:

- as despesas com o dispositivo militar para a normal ocupação territorial cresceram em valores absolutos, mas registou um decréscimo percentual entre os 23,57% de 1960 e os 17,79% de 1973;

- As despesas do Exército representavam, grosso modo, 45% do total das FAs, a Marinha cerca de 35% e a FA 20%.

As despesas extraordinárias continham as verbas atribuídas ao longo dos anos para outras despesas de acordo com as necessidades justificadas. Nelas se incluía o Orçamento para as Forças Militares Extraordinárias no Ultramar (OFMEU) que era comparticipado pelas províncias ultramarinas, e grande parte dos recursos destinados às aquisições de armamento, viaturas e equipamento diverso.

Relativamente ao OFMEU pode deduzir-se que:

- cresceu regularmente ao longo dos anos, passando de 526 mil contos em 1960, para 7,5 milhões de contos, em 1973 (representando sempre 2/3 do total);

- as verbas destinadas ao equipamento totalizaram cerca de 1/3 do total, tendo crescido sempre em valor absoluto;

- o Exército absorvia cerca de 70 a 80% do total do OFMEU.

Em termos comparativos do esforço de guerra, tendo em conta os valores absolutos das despesas ordinárias e das extraordinárias do MDN, do OFMEU e do Orçamento Ordinário do Estado, aprovado em cada ano, pode concluir-se:

- que todos cresceram em valores absolutos, sendo progressiva a diferença entre as despesas de defesa e o total inscrito no OE;

- que as despesas ordinárias do MDN desceram de 23,6% até 18% e as despesas extraordinárias, onde se destaca o OFMEU, subiram de 15% para 40%, entre 1960 e 1962, observaram o seu máximo entre 1967 e 1970 e desceram para os níveis de 1961, em 1974;

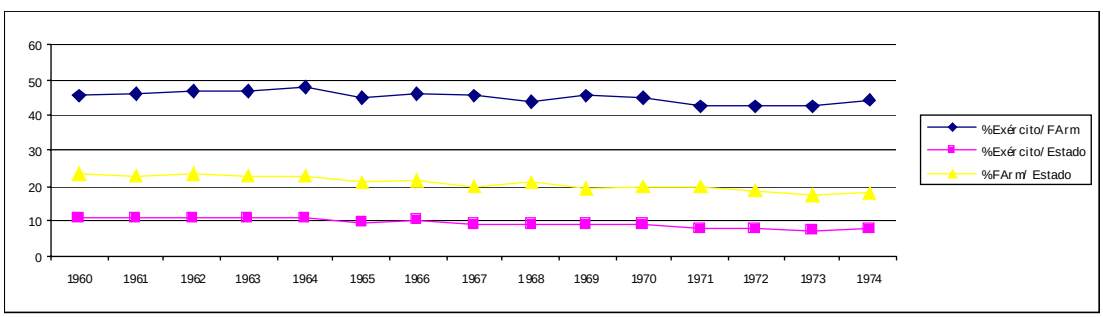
- que no período visado foram sempre significativas as despesas a efectuar com o esforço de guerra, sem embargo das mesmas terem sido em larga medida custeadas com as receitas dos próprios territórios constituídos em teatro de operações.

Uma síntese, da evolução das despesas militares, podem observar-se nos quadros 1 e 2 (Ver Ferreira, João J. Brandão, "A Evolução do Conceito Ultramarino Português, da Conferencia de Berlim à Descolonização", Anexo L).

Quadro 2

DESPESAS ORDINÁRIAS DAS FORÇAS ARMADAS E DO ESTADO (Milhares de contos)

	1960	**1961**	**1962**	**1963**	**1964**	**1965**	**1966**	**1967**	**1968**	**1969**	**1970**	**1971**	**1972**	**1973**	**1974**
EXÉRCITO	833,8	846,0	898,6	939	1043,5	985,3	1148,7	1195,9	1261,3	1332,1	1576,8	1587,7	1807,6	2000,2	2861,4
FORÇAS ARMADAS	1833,1	1827,1	1919,6	2007,3	2185	2192,2	2471,8	2623,5	2892,6	2936,7	3506,1	3630,6	4266,1	4706,1	6401,7
ESTADO	7778	8005	8296	8887	9595	10424	11586	13082	13887	15112	17634	19650	23010	27499	35594
	1960	**1961**	**1962**	**1963**	**1964**	**1965**	**1966**	**1967**	**1968**	**1969**	**1970**	**1971**	**1972**	**1973**	**1974**
% Exército/F ARN	45,486	46,303	46,812	46,779	47,757	44,946	46,472	45,584	43,604	45,36	44,973	42,559	42,371	42,502	44,698
% Exército/Estado	10,72	10,568	10,832	10,566	10,875	9,4522	9,9146	9,1416	9,0826	8,8148	8,9418	8,0799	7,8557	7,2737	8,039
% F ARN/ Estado	23,568	22,824	23,139	22,587	22,772	21,03	21,334	20,054	20,830	19,433	19,883	19,985	18,54	17,114	17,985



www.skyscrapercity.com

Havia várias unidades industriais cuja produção era maioritariamente destinada às FA´s, como é o caso da (...) Fundição de Oeiras, que fabricava vários tipos de bombas de avião.

Um aspecto convém ainda referir por estar directamente ligada à capacidade de sustentação das operações militares: as indústrias de defesa.

Portugal, fora o período das Descobertas (séc. XV e XVI), em que mercê de uma investigação científica criteriosa e importação de mestres estrangeiros, conseguiu não só inovações técnicas como andar por mais de um século à frente de qualquer país em matéria de armamento e sua utilização – facto muito pouco conhecido no País – foi sempre deficitário em capacidade de se sustentar a si mesmo, em termos de armamento, equipamento e munições. De facto nunca mais recuperámos do saque feito pelo Duque de Alba ao Arsenal de Lisboa … Mas enfim, até ao século XIX lá fomos conseguindo equilibrar a balança com o que conseguíamos produzir e importar.

O problema maior ocorreu no século XIX.

Portugal falhou a I e II Revoluções Industriais, por via das Invasões Francesas e de tudo o que elas provocaram: destruições catastróficas na Metrópole, independência do Brasil (e perda do respectivo comércio), guerras civis – que verdadeiramente só terminaram em 1833 – conflitualidade política crónica e subsequente caos financeiro. Ora o século XIX viu os avanços tecnológicos subir em flecha. Portugal nunca mais conseguiu acompanhar este desenvolvimento e pouco mais conseguia produzir do que uniformes, botas, pólvora, poucas munições e alguns navios de baixa complexidade.

Foi a partir dos anos 30 do século XX com a recuperação do país chefiada pelo Prof. Salazar, que se passou também a desenvolver as indústrias de defesa, cujo incremento após as operações de contra guerrilha em 1961, nunca deixou de ocorrer.

Na época as FAs dispunham dos seguintes estabelecimentos fabris:

- Fábrica Nacional de Munições e Armas Ligeiras;
- Fábrica Militar de Braço de Prata;
- Fábrica Nacional de Equipamentos e Arreios;
- Fábrica Militar de Santa Clara;
- Manutenção Militar (MM);
- Oficinas Gerais de Fardamento e Calçado;
- Oficinas Gerais de Material de Engenharia;
- Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos;
- Cordoaria Nacional;
- Oficinas Navais do Alfeite;
- Oficinas Gerais de Material Aeronáutico.

Além destes havia várias unidades industriais cuja produção era maioritariamente destinada às FAs, como é o caso da Fábrica do Tramagal que montava as viaturas Unimog e Berliet, e a Fundição de Oeiras, que fabricava vários tipos de bombas de avião.

Da análise dos estabelecimentos existentes e do que produziam pode concluir-se que as FAs portuguesas passaram a ser auto-suficientes em munições de armas ligeiras, morteiro e peças de artilharia.

Passou a fabricar-se a espingarda automática G3, sob licença e a metralhadora inventou-se ainda o dilagrama HK-21 (um dispositivo que se acoplava à G3 e permitia lançar granadas de mão), que não resultou bem.

Éramos ainda auto-suficientes em calçado, fardamento, equipamento individual do combatente e outro diverso.

A MM fornecia rações de combate e todo o tipo de alimentos, combustíveis e lubrificantes.

Os principais fármacos, vacinas e equipamento diverso de saúde estavam também assegurados.

Havia ainda capacidade de reparação de todo o tipo de viaturas que possuíamos, incluindo carros de combate e peças de artilharia e ainda dos navios da Armada e dos aviões da FA.

Mas estávamos dependentes do estrangeiro relativamente a aviões, a maior parte de navios para a Armada, artilharia, mísseis e equipamentos diversos sofisticados, nomeadamente de comunicações.

A falha maior, julga-se ter sido a incapacidade para se desenvolver e fabricar um lança granadas foguete.

Sem embargo, foi-se sempre conseguindo um equilíbrio favorável entre as capacidades que se conseguiam desenvolver e o material que se tinha que importar (as munições de canhão de 20 mm usados nos helicópteros AL III, eram, por exemplo, críticas), e a evolução dos meios do inimigo. Esta vantagem foi posta em causa pontualmente, em 1973, na Guiné com o aparecimento dos mísseis antiaéreos SAM/7 e o reforço do poder de fogo em artilharia, por parte do IN. Algumas medidas implementadas e outras que estavam em preparação iriam limitar, porém, estas mais-valias.

Conclusão

"A falta de personalidade das elites portuguesas constitui um perigo nacional permanente"

Artur Ribeiro Lopes, Política, 141

Pelo que ficou já dito, fácil se torna perceber que não foi devido a nenhum destes factores (económico, financeiro e social) que se perdeu a guerra. As coisas iam até no bom caminho. A actividade económica estava em expansão – não se conhece até, nenhum outro período da História de Portugal que se lhe possa equiparar! - e havia ainda muitos recursos a explorar, sobretudo em Angola e Moçambique. Criava-se riqueza real e não especulativa. O crescimento era sustentado. Os grandes grupos económicos, muitos deles suporte do regime, estavam condicionados a elaborarem os seus projectos de investimento dentro de uma óptica nacional e havia a preocupação em não permitir que as chaves da economia saíssem do controle português.

"Não foi devido a nenhum destes factores (económico, financeiro e social) que se perdeu a guerra. As coisas iam até no bom caminho. A actividade económica estava em expansão (...) e havia ainda muitos recursos a explorar, sobretudo em Angola e Moçambique."

É certo que havia ainda problemas sérios a resolver dentro do espaço português, relacionados com a livre circulação de pessoas, mercadorias e capitais, mas tudo estava a ser feito para que os problemas se fossem resolvendo. Não havia perigo de rupturas. As finanças estavam saudáveis; à moeda correspondia realmente o seu valor facial, havia reservas e o acesso ilimitado a crédito, caso dele necessitássemos.

O Estado pagava a horas, impunha regras e fazia-as cumprir. Os meios financeiros eram canalizados para o investimento, segundo os planos de fomento definidos e não utilizados em actividades especulativas bolsistas ou outras. Parte deles eram aproveitados para a Segurança Social, que teve um incremento importante no consulado do Prof. Marcello Caetano. A inflação, muito baixa nos sucessivos governos do Prof. Salazar, aumentou com a expansão económica e social, mas manteve-se sempre em valores controlados mesmo com as consequências do primeiro choque petrolífero em 1973. O desemprego era baixo, e passou até a haver falta de alguma mão-de-obra, quando a emigração disparou a partir de meados dos anos 60, para a Europa. Esta emigração deveria ter sido canalizada para o Ultramar com a devida antecedência, mas tal não se efectuou, muito provavelmente por haver receio, em meios governamentais, que tal pudesse contribuir para formas de independência "branca".

Nos anos 60 começaram a surgir formas de

À data do início da subversão, em África, Portugal era um estado financeiramente forte, com uma administração rigorosa, onde existia *superavit* nas contas. Por isso o escudo era uma das moedas mais estáveis, fortes e respeitadas no mundo.

tecnocracia, isto é, modelos de desenvolvimento rápido, despidos ou livres de baias políticas e culturais. Seria quase como se a política estivesse ao serviço da economia e não esta derivar daquela e ser um instrumento da Estratégia. Seria quase como se a Economia fosse um fim em si mesmo.

Por outro lado, a Comunidade Europeia tinha conseguido aumentar muitíssimo a qualidade de vida dos povos dos países membros (em grande parte devido à NATO e estar protegida pelo "guarda chuva nuclear" americano), e até na vizinha Espanha, economistas de renome de dentro do próprio regime tinham conseguido aumentar largamente o desenvolvimento agrícola e sobretudo industrial de "nuestros hermanos". Estes há muito que tinham deixado de andar de alpergatas, cordel a servir de cinto e ser apenas conhecidos pelos caramelos que produziam.

O escudo já não valia duas pesetas… Tais factos influenciaram muitos quadros portugueses que iam saindo das universidades e levaram-nos a aderir a outras teses que não as ultramarinas. Com a liberalização política e social proporcionada pelos governos de Marcello Caetano, estas ideias tiveram fácil difusão, através de várias organizações de que se destaca a "SEDES", a partir de 1970, e na própria imprensa, cujo expoente veio a ser o jornal "Expresso" a partir da sua fundação em 1973.

É certo que passou a haver um mal estar crescente a partir de 1968 nas universidades, nalguns meios da Igreja e operários e nas chamadas "elites intelectuais", sempre muito impressionáveis com o que vem do estrangeiro, mas que entendemos mais apropriadas serem analisados no âmbito psicológico.

Não nos parece, no entanto, estarmos perto de qualquer ruptura ou revolta social. Lembramos que antes de 1974, nenhum ministro tinha guarda-costas ou casa guardada; o PR tinha um guarda da PSP junto à sua residência e até o Prof. Salazar – o mais odioso ditador, a acreditar na maioria do que se escreve e diz nos "media" contemporâneos –, nunca teve mais do que um guarda da PSP à porta de S. Bento e quatro agentes da PIDE (seis à noite), que se revezavam na segurança da residência oficial.

Na última final da Taça de Portugal em futebol, antes do 25 de Abril, o Estádio Nacional em peso aplaudiu os governantes quando estes chegaram. Nós assistimos.

Pode-se alegar que é a chamada "Psicologia de Multidões" a funcionar. Pois, mas tal também é válido para outras situações. Nomeadamente às que se seguiram ao Golpe de Estado, em que se enfiaram cravos nos canos das espingardas …

Em síntese: à data do início da subversão, em África, Portugal era um estado financeiramente forte, com uma administração rigorosa, onde existia superavit nas contas e onde a massa monetária em circulação valia efectivamente o que representava, por estar coberta pelas reservas de ouro e divisas. Por isso o escudo era uma das moedas mais estáveis, fortes e respeitadas no mundo.

A economia era remediada, com uma agricultura algo estagnada, mas com a indústria e os serviços a crescerem a bom ritmo.

O início das operações militares e a mobilização de largos milhares de homens e bens de toda a natureza provocaram, inicialmente, uma desaceleração, dos investimentos atribuídos ao II Plano de Fomento, mas que foi recuperado posteriormente. Ou seja, a guerra, ao contrário do que muitos porfiadamente declararam (e continuam a declarar), nunca pôs em causa o desenvolvimento na parte europeia de Portugal e fez "disparar" o desenvolvimento, não só económico, mas também social em todos os territórios ultramarinos, com especial destaque para Angola e Moçambique, sendo o empreendimento de Cabora Bassa o exemplo mais eloquente.

Parte do investimento feito nas operações de contra-guerrilha revertia, aliás, para a melhoria das condições de vida das populações.

A moeda nacional manteve-se forte e havia quantidades apreciáveis de ouro e divisas; nenhum sector económico foi afectado, mantendo-se em crescimento progressivo; nunca houve qualquer ruptura ou problema de abastecimento fossem em que área fosse. As contas estavam equilibradas e não havia deficit; a inflação era muito baixa e praticamente não havia desemprego. Os salários apesar de baixos foram subindo paulatinamente sendo a diferenciação entre valores nas diferentes profissões muito mais equilibrada e justa do que se passou a verificar depois da revolução de Abril, o mesmo se podendo dizer relativamente à carga fiscal. As dívidas internas e externas eram pequenas e facilmente controláveis. A estabilidade laboral e social era um facto.

Já em termos sociais a extensa mobilização a que as operações militares obrigava causaram naturais perturbações na vida das famílias e na vida profissional dos combatentes a que há a juntar a dor pela

Texto: Alferes RC Filipa Domingos

Primeira mulher Oficial de Cavalaria Comanda Esquadrão de Reconhecimento

Entrevista à Capitão Elisabete Silva

Longe vai o ano de 1989, onde a 16 de Abril foi incorporada no Exército Português a primeira mulher. Podemos, hoje em dia, décadas volvidas, considerar remotos os tempos "desse longo e cuidadoso processo" que foi a presença feminina no meio castrense. De funções não combatentes, nos primeiros tempos quase exclusivamente nos serviços de saúde, a seu tempo as mulheres ganharam terreno exercendo não só funções de combate, mas também de comando.

Diz a estatística que no final de 1992 dos efectivos femininos das Forças Armadas, 56 % serviam no Exército, o que constituía 6 % do total. Cerca de 20 anos depois, 15 % dos militares portugueses são mulheres, segundo declarações de Marcos Perestrello, secretário de Estado da Defesa e Assuntos do Mar, aquando da sua visita numa das cerimónias do Dia da Defesa Nacional, em Maio de 2010.

Feitas as contas, em 2000, as mulheres representavam 4,8 % do número de Oficiais do Exército, 6,4 % dos Sargentos, 12,4 % das Praças e 6,9 % dos Cadetes.

Embora seja sobejamente conhecida no meio militar a máxima "não existem homens, nem mulheres, mas militares", a verdade é que muito já se falou e dissertou sobre a entrada da mulher numa Instituição como as Forças Armadas, e sobre a necessidade de vencer resistências e tabus.

As "diferenças mais marcantes entre o homem e a mulher", estudadas por E. Reynaud (1988) quanto ao desempenho da profissão militar, relevam na teoria, o dia-a-dia de uma realidade prática que actualmente se tenta contornar. Falamos da questão da maternidade que obriga a mulher a uma ausência prolongada, e "dos papéis distintos que um e outro detêm na célula familiar", tendo a mulher militar "uma dupla tarefa conciliando o desempenho profissional com o doméstico".

Contudo e apesar deste facto, podemos sublinhar que esta "dupla tarefa" não é de hoje, mas de há muito, e que não se trata apenas de mulheres que escolhem a vida militar, mas de qualquer outra profissão.

Não obstante, não é de somenos importância frisarmos que a profissão de militar difere em muito de outras tais, no que concerne à dureza e às condições adversas dos treinos militares, ao comportamento em situações de crise e ao desempenho de funções pesadas, de guarda, segurança ou combate.

Estávamos em 1987 quando o então, na altura, Capitão João Pinto Bessa, já focava a componente feminina nas Forças Armadas nas páginas do *Jornal do Exército*. Quase como se de uma profecia se tratasse, João Pinto Bessa trazia a lume aquilo que considerava ser "sem dúvida um dos problemas mais actuais e que mais discussão trazia" e que se prendia com as múltiplas e complexas interpretações de como, onde e quando, seria a inserção da componente feminina nas Forças Armadas, e em particular no Exército, visto que na Força Aérea ela já existia no papel da enfermeira pára-quedista. Tornava-se mister antes de tudo", sublinhava Pinto Bessa, "fazer a pergunta: é necessário a mulher para melhor desempenho dos objectivos operacionais?"

A esta questão, o agora Tenente-coronel respondia com um veemente sim, valendo-se de bons exemplos na história: "a 1.ª Guerra Mundial onde apareceram os primeiros contingentes femininos nos hospitais da retaguarda e mais tarde nos de campanha; ao advento da 2.ª Guerra, onde a mulher contribuiu mormente para o esforço da guerra, não só na área da saúde mas também e quase a 100 por cento nos quadros das fábricas de material de guerra; o caso mais relevante da URSS em que a guerra envolveu um povo em armas e em que a mulher usou a arma em igualdade de circunstância com os homens"; e até "na guerra do Ultramar, onde apareceram mulheres em grupos de guerrilheiros, normalmente de nacionalidade cubana"[1].

Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades e aquilo que hoje em dia é uma realidade de sucesso, nos finais da década de 80 era entendido como uma vaga esperança. A verdade é que o ano de 2010 marcou "um grande avanço na igualdade de género

> "O Exército não determina para os elementos do sexo feminino quaisquer restrições ao desempenho de funções de combate e comando"

e no carácter democrático das Forças Armadas, com o alargamento às mulheres do recenseamento militar obrigatório", segundo palavras do Secretário de Estado da Defesa e dos Assuntos do Mar.

A obrigatoriedade de participação no Dia da Defesa Nacional, aquando da realização dos 18 anos, também já entrou em vigor desde o início deste ano.

Da mesma opinião partilha ainda a Secretária de Estado da Igualdade, Eliza Pais, que em declarações à Lusa, "considerou o recenseamento militar obriga-

tório para homens e mulheres um marco histórico para a igualdade, dando cumprimento a uma das 12 áreas críticas para promover a igualdade de género definidas há 15 anos na Plataforma de Acção de Pequim".

O Exército não determina para os elementos do sexo feminino quaisquer restrições ao desempenho de funções de combate e comando, sendo a capitão Elisabete Silva, de 30 anos, um exemplo neste aspecto. Formada pela Academia Militar, é de forma empenhada e natural que a primeira mulher a comandar um Esquadrão de Carros de Combate em Portugal, fala da carreira militar e das funções que desempenha. Com uma larga experiência de comando e com duas missões cumpridas na Bósnia no ano de 2004 e 2006, a Capitão Silva mostra-se orgulhosa com o percurso traçado, falando sobretudo da Cavalaria como a sua arma do peito e do dia-a-dia de um comandante, desmistificando as diferenças entre homens e mulheres na vida militar.

Actualmente e desde o início de 2011, a comandar o Esquadrão de Reconhecimento da Brigada Mecanizada (ERec/BrigMec), Elisabete Silva tem a seu cargo cerca de 133 homens e 68 viaturas sediadas no Quartel de Cavalaria (antigo RC4), no maior campo de treino do Exército, em Santa Margarida.

Jornal do Exército (JE) - Porque é que escolheu a vida militar?

Capitão Elisabete Silva - Era aluna de desporto no Secundário, e um dia vi na secretaria da escola publicidade sobre a Academia Militar. Uma vez no

> Não tenho feito outra coisa senão comandar homens e mulheres, e nunca senti dificuldade por ser mulher

12.º ano, para mim, só tinha duas opções: ou entrava numa faculdade de desporto ou na Academia Militar. Na altura nem tinha nenhum conhecimento sobre o que era a vida militar porque não tinha nenhum amigo ou familiar nessa área sequer, mas dava-me a sensação que a carreira militar tinha muita actividade física, alguma coisa relacionada com o desporto, porque à semelhança das faculdades de desporto tinha pré requisitos e provas físicas. Foi esse o primeiro incentivo que me levou a concorrer à Academia Militar. Numa das fases do concurso, mais propriamente na prova de aptidão militar onde durante um mês tive o primeiro contacto, a primeira aproximação à vida militar, gostei bastante. Tudo o que normalmente as pessoas não gostam, eu gostava, até do rastejar. Em suma, gostei do espírito, e fiquei.

JE - Porque razão optou por escolher a Arma Cavalaria?

Capitão Elisabete Silva - A Academia está sempre em constantes mudanças, por isso, no meu tempo,

nós entrávamos para um ano geral e só depois e consoante as notas escolhíamos o curso. Eu nunca tive dúvidas do que gostava de seguir. Gostava de seguir as armas, Cavalaria, primeira opção. Naquela altura não havia mulheres em Cavalaria sequer e eu não vinha para a Academia para estar numa secretaria a fazer contabilidade ou mexer em papéis. Se fosse para isso não tinha vindo para a vida militar. Queria a parte operacional, e a Cavalaria é uma arma mais flexível, porque nos permite escolher entre várias opções. Na Cavalaria posso ir para Polícia do Exército, para o Reconhecimento, para os Carros de Combate, como estive até há duas semanas atrás, e posso também optar pela vertente da equitação, por exemplo.

JE - Desde Setembro de 2010 que estava a comandar o 2º Esquadrão de Carros de Combate do GCC/BrigMec. Neste momento quais são as suas funções actuais, tendo em conta que mudou recentemente?

Capitão Elisabete Silva - Neste momento estou à sensivelmente uma semana a comandar o Esquadrão de Reconhecimento da Brigada Mecanizada (ERec/BrigMec). Como foi uma mudança recente, ainda me estou a inteirar, mas em termos gerais e de estrutura, posso dizer que este esquadrão tem três pelotões de Reconhecimento; um de Morteiros; uma secção de Vigilância Campo de Batalha; uma secção de Manutenção; uma secção Sanitária; uma secção UAV e um pelotão de Transmissões; uma secção de Reabastecimento e uma secção de Comando.

JE - Qual é a sensação de ser a primeira mulher Oficial de Cavalaria a comandar um grupo de homens e mulheres?

Capitão Elisabete Silva - Não penso nisso no dia-a-dia, apenas me recordo quando alguém me coloca essa questão. Sempre desempenhei funções de comando não tenho feito outra coisa senão comandar homens e mulheres, e nunca senti dificuldade por ser mulher. E também julgo que o facto de eles me respeitarem ou não, não tem a ver com o facto de ser mulher ou homem. Julgo que os comandantes devem comandar pelo exemplo e isso aplica-se para tudo. O nosso papel é sobretudo incentivar estas novas gerações que não estão habituadas a sofrer por nada, a ter que se sacrificar para conseguir as coisas. Independentemente das condições temos de fazer exactamente o mesmo que exigimos. Logo, aquilo que eu exijo não é nada mais, nada menos do que aquilo que eu também faço.

Claro que há diferenças, porque fisicamente tenho que treinar mais que os meus camaradas para conseguir estar com a condição física necessária. Mas só senti dificuldade em ser mulher na vida militar quando fui mãe. Estava grávida e estava a comandar, ou seja, estando grávida não podia ir para o campo. Nesse ano o exercício foi só de um dia, e uma noite. O facto de estar a mandar os meus militares para o campo e não os poder acompanhar porque estava grávida, já com uma barriga grande, nesse dia sim, senti dificuldades. Também as sinto agora quando vou para o campo, é certo, não pela vida militar, mas pela vida pessoal em que tenho que deixar o meu filho durante cinco ou seis dias, e isso custa-me. Se fosse agora para uma missão, sentia o mesmo.

Em termos de comando, temos de conhecer os nossos militares, temos de saber quais são as suas dificuldades, se têm problemas familiares, etc., e o facto de nós nos tornarmos conhecedores da vida deles não pode implicar tornarmo-nos próximos. E ser mulher só entra aqui, porque essa proximidade é mais compreendida entre homens do que entre mulheres.

JE - Sente que a pressão é maior pelo facto de ser mulher?

Capitão Elisabete Silva - Não sinto isso. Às vezes sinto em superiores hierárquicos, apesar de

não ter acontecido muitas vezes, mas por vezes acontece o facto de me tratarem pelo primeiro nome e não por Capitão Silva. Se fosse um militar subordinado meu, não lho admitia. Mas desde que esse facto não implique que eu seja beneficiada ou prejudicada tento ignorar esse aspecto e perceber.

JE - Na sua larga experiência de comando o que mais a motivou?

Capitão Elisabete Silva - É exactamente isso, o comando de homens. É ouvir os meus militares dizer que com a Capitão Silva iam para a guerra. Isso é o que motiva. Melhor do que sermos reconhecidos pelos nossos chefes é sermos reconhecidos pelos nossos subordinados. Isso é que me faz sentir que sou respeitada por ser Capitão Silva, por ser eu. Claro que como comandantes, cometemos muitos erros. Nem sempre somos justos, porque louvamos, porque punimos, por várias razões e porque muitas vezes não nos é possível sermos conhecedores da verdade. Somos humanos e erramos também, mas isso faz parte.

JE - Como é o seu relacionamento com os outros comandantes de esquadrão?

Capitão Elisabete Silva - Quando estava no grupo de Carros de Combate, o meu relacionamento com os outros comandantes (capitães) era muito bom. Davamo-nos muito bem, e isso é bom, porque quando isso não acontece, por exemplo, surgem problemas e não existe o à vontade para resolvermos as questões. Contudo, e apesar de ter essa boa convivência com eles, neste momento não estou tão próxima, porque não estou ao mesmo nível apesar de ser capitão.

JE - Como é conciliar os papéis militar/ mulher e mãe?

Capitão Elisabete Silva - O facto de ser mãe tornou-me a vida mais difícil, é certo. Agora sinto necessidade de às 17 horas sair porque tenho que ir buscar o meu filho. É uma "luta" de responsabilidades. Sentir que tenho que estar aqui, mas ao mesmo tempo sentir que tenho que ir para casa, tornam-me a vida um pouco mais difícil, mas acho que com flexibilidade tudo se consegue. Tenho muito apoio do meu marido. É sempre ele que vai buscar o nosso filho e que trata dele porque eu estou mais deslocada.

JE - Consegue caracterizar-se em três objectivos?

Capitão Elisabete Silva - Melhor do que eu, os militares sob o meu comando são as pessoas indicadas para responder a essa questão porque nunca pensei muito nisso, mas suponho que seja um pouco dinâmica, na parte operacional.

Quando vim comandar o Equadrão disse aos meus homens que aquilo que lhes ia exigir era dedicação, empenho e lealdade. Podemos não ser grandes máquinas, mas com lealdade empenho e dedicação conseguimos cumprir a missão.

[1] *Jornal do Exército*, Ano XXVIII, n.º 331, Julho de 1987.

Coronel de Infantaria José Custódio Madaleno Geraldo

50 Anos do início da GUERRA do ULTRAMAR

Uma Reflexão

A História de Portugal cumpre-se todos os dias. Os milhões de portugueses são a energia que impulsiona o mundo que criaram, a Pátria de que fazem parte desde há quase nove séculos no entendimento da Língua Portuguesa.

A História como espelho da natureza é infinita e muitas vezes imprevisível como a água de um rio que ora parece deslizar calmamente para a foz, ora parece ser direccionada ao sabor do vento. Como nos confidencia Stefan Zweig em *Os Grandes Momentos da Humanidade* - "Muitas vezes gradua épocas com a grande paciência dos lentos aglomerados de cristais, e, de repente, num único dramático relâmpago, precipita as esferas umas contra as outras."

Em todas as ocasiões, mais ou menos favoráveis ao bem estar dos cidadãos, o "mundo pula e avança", pois a História pretende ser construtora, assim os homens tirem ensinamentos dos acontecimentos e a olhem como mestre absoluta, muitas vezes expressa em palavras ou em imagens, para depois agirem em conformidade. As últimas campanhas portuguesas em África são um paradigma que não foge à regra, um momento explosivo em que o drama se reveste de forma espantosa e vasto.

Havia que cumprir Portugal em África. As "Províncias Ultramarinas" estavam ameaçadas e os soldados portugueses, fortes e prestes, foram chamados, mais uma vez, a defender a sua Pátria que se estendia no mar. Estávamos em 1961 e a guerra dilatava-se em três teatros de operações, Angola, Guiné e Moçambique. Como nos refere o Professor Doutor Adriano Moreira no âmbito do *Enquadramento Político-Estratégico das Campanhas de África* e que foi Ministro do Ultramar:

"De resto, no período que decorreu entre 1960 e 1974, no qual o drama colonial português se desenvolve, a sociedade civil na Europa, como em Angola e Moçambique, deu provas de criatividade e desenvolvimento notáveis, na industrialização e terciarização, nos equipamentos sociais, no crescimento do produto, na mobilidade social, na modernização da administração. Mas foi um tempo excessivamente demorado, sem significativo reformismo político, tal como foi paralelamente lenta a compreensão da mudança do sistema internacional, do esgotamento do euromundismo, da crise do Estado soberano, do globalismo em progresso."

Depois do Professor Oliveira Salazar e do Professor Marcelo Caetano não encontrarem alternativas à situação bélica, o impasse continuava sem uma resolução política à vista. Os militares durante mais de uma dezena de anos combateram pela sua pátria à espera de uma solução que não chegava e cujo desfecho foi o 25 de Abril de 1974. Há quem considere cedo para se fazer a História de um passado recente como a denominada "Guerra do Ultramar", decorrida entre 1961-1974. Aos testemunhos oficiais há que juntar as cartas particulares e as conversas dos combatentes vivos, assim como as notícias dos Jornais. Todos os combatentes que serviram Portugal em África merecem o nosso preito e admiração, curvamo-nos perante a sua coragem e bravura e admiramos a têmpera da camaradagem e do espírito de corpo forjada "em perigos e guerras esforçados", como nos ensinou Camões e é o lema do Exército Português. Os testemunhos destes combatentes constituem um contributo importante para o culto da cidadania portuguesa, que gostaríamos de ver ampliada e partilhada pelos mais jovens, na alvorada do cinquentenário do período histórico que ora se evoca. O culto da cidadania é uma construção permanente, com obrigações e com direitos. Hoje, como ontem, todos os portugueses têm obrigação de servir Portugal.

Cumprindo e depois a Pátria engrandece!

Diabetes Mellitus - epidemia do século XXI

A Diabetes Mellitus é uma **doença crónica e silenciosa** cada vez mais frequente na população portuguesa. **Caracteriza-se** por valores elevados de açúcar (glicose) no sangue, atribuídos a deficiente actuação da insulina ou deficiente produção da mesma; quando os valores são francamente elevados **manifesta-se** por aumento da sede e da fome, maior frequência dos hábitos urinários, cansaço e emagrecimento rápido e, por vezes, o aparecimento de algumas infecções.

Contudo não é preciso ter sintomas para se ser diabético.

O **diagnóstico** é feito pela medição dos valores de açúcar no sangue (glicemia); qualquer uma das seguintes situações permite fazer o diagnóstico: a) glicemia em jejum > 126 mg/dl; b) a existência dos sintomas anteriormente descritos e uma glicemia a qualquer hora do dia > 200 mg/dl; c) glicemia > 200 mg/dl às 2 horas na Prova de Tolerância à Glicose Oral (PTGO); d) Hemoglobina glicada A1c > 6,5%.

Note que a **Pré-Diabetes** evolui habitualmente para Diabetes e diagnostica-se com valores em jejum entre 110 e 125 mg/dl ou entre 140 e 199 mg/dl às 2 horas na PTGO.

A Diabetes é um **factor de risco cardiovascular** que se associa frequentemente a outros dois: a **Hipertensão Arterial e a alteração do colesterol e/ou triglíceridos**. Esta tríade danifica a integridade dos vasos, de forma silenciosa, sendo responsável pelas complicações futuras.

A Diabetes é a **principal causa de Cegueira, Insuficiência Renal Crónica com necessidade de Hemodiálise, de Amputações não traumáticas**, tendo estes doentes cerca de **3 vezes mais hipóteses de ter um Enfarte Cardíaco ou um AVC (Acidente Vascular Cerebral)**.

Por sua vez, a **Hipertensão Arterial é a principal causa de AVC**, sendo esta a principal causa de morte no País.

De acordo com os dados de 2010 do Observatório Nacional de Diabetes, **38 em cada 100 portugueses, com idade entre os 20 e os 79 anos, têm Diabetes ou Pré-Diabetes sendo que cerca de metade desconhecem ter a doença**.

Relativamente à **Hipertensão Arterial, 42 em cada 100 cidadãos são portadores da doença em que apenas 11 se encontram bem controlados**; também aqui cerca de metade desconhecem a existência da doença.

Quem está em risco de ter Diabetes? Todas as pessoas com excesso de peso/obesidade (Índice Massa Corporal > 25 kg/m2), com antecedentes de hipertensão arterial e alterações do colesterol/triglíceridos, de enfartes do miocárdio e AVC, dos descendentes em 1.º grau de diabéticos, e as mulheres com Síndrome Poliquístico do Ovário.

Porque ***mais vale prevenir que remediar***, não deixe que a sua indiferença lhe traga complicações.

Tratar a diabetes e a Hipertensão Arterial é possível.

Mas primeiro é necessário fazer o diagnóstico de forma correcta e tão cedo quanto possível. Não queira ser o último.

J. Vilela Gonçalves (Diabetologista da ALM)

alm OFTALMOLASER
oftalmologia médica e cirúrgica

www.alm.pt

PROMOVER, PREVENIR, TRATAR E CUIDAR A SAÚDE DOS SEUS OLHOS

A **ALM OFTALMOLASER** é uma clínica especializada na prestação de serviços de oftalmologia, com modernas instalações em Lisboa, e dispõe de uma cuidada equipa de profissionais que garante um serviço de excelência ao doente e ao acompanhante.

A nossa clínica está preparada para responder ao tratamento de todas as patologias oftalmológicas, com a prestação de um serviço de qualidade igual ou superior, ao praticado em clínicas internacionais.

Estamos dotados com todas as tecnologias de ponta e aplicamos as técnicas cirúrgicas mais recentes, acompanhando todos os avanços que são feitos neste âmbito.

Consultas de Oftalmologia
- Geral
- Especialidade

Exames
- Retinografia
- Angiografia Fluoresceínica
- Angiografia Verde Indocianina
- Ecografia
- Biometria
- Electrofisiologia Ocular
- Neurofisiologia
- Microscopia Especular
- Paquimetria
- Perimetria Computorizada
- Topografia Corneana (Orbscan)
- Zyoptic
- OCT

Terapêutica Fotodinâmica

Cirurgias
- Catarata
- Estrabismo
- Glaucoma
- Vitreo-retiniana
- Lentes Intraoculares para correcção da Miopia
- Cirurgia da Criança

Cirurgias Laser (Excimer) - Lasik
- Miopia
- Hipermetropia
- Astigmatismo

Tratamentos Laser Argon e Yag
- Diabetes
- Glaucoma

alm
Rua Dr. Nicolau Bettencourt, nº 39 e 41 | 1050-078 Lisboa
Tel: 213 838 560/2 | Fax: 213 838 563/9
Telemóvel: 969 803 883/4 - 939 654 156 - 917 418 247
alm.omc@alm.pt

ACORDOS: ADM, Advance Care, CML, Caixa Geral de Depósitos, PSP, Companhias de Seguros, Comp. de Seguros Tranquilidade, Médis, Maxicare, Multicare, PT-ACS, SAMS Quadros, ADSE, IASFA - Instituto de Acção Social das Forças Armadas, SAMS SBSI, SAMS SIB, Savida, Unimed

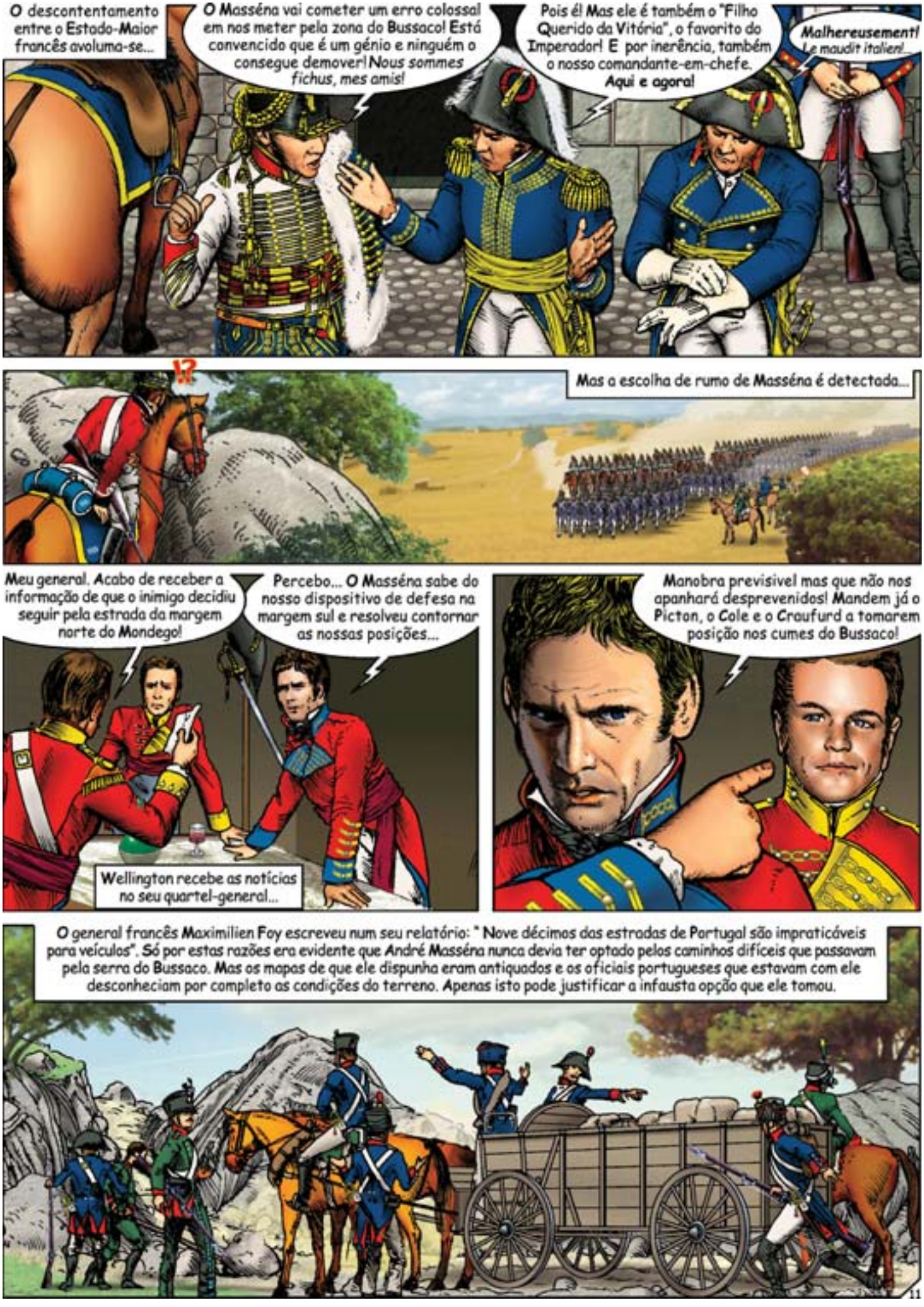
MUSEU DO COMBATENTE
FORTE DO BOM SUCESSO
EVOCAÇÃO DO ESFORÇO DA NAÇÃO PORTUGUESA
E DAS SUAS FORÇAS ARMADAS NA GUERRA DO
ULTRAMAR
PARTILHA DE MEMÓRIAS E HOMENAGEM A
TODOS OS VIVOS, MORTOS E VÍTIMAS ENVOLVIDAS
NO CONFLITO.
50º ANIVERSÁRIO DO INÍCIO DOS ACONTECIMENTOS
SUA EXCELÊNCIA O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROFESSOR DOUTOR ANÍBAL CAVACO SILVA
15 de Março de 1961 - 15 de Março de 2011

Masséna sabia que tinha de ganhar tempo. Não podia permitir-se o luxo de ficar retido em Almeida, deixando Wellington à vontade para tentar perigosos e desgastantes contra-ataques. Dessa forma fez deslocar para sul 9.700 homens sob comando de Reynier, criando uma manobra de diversão, ao mesmo tempo que enviava Junot e os seus corpos de exército na direcção do rio Águeda.

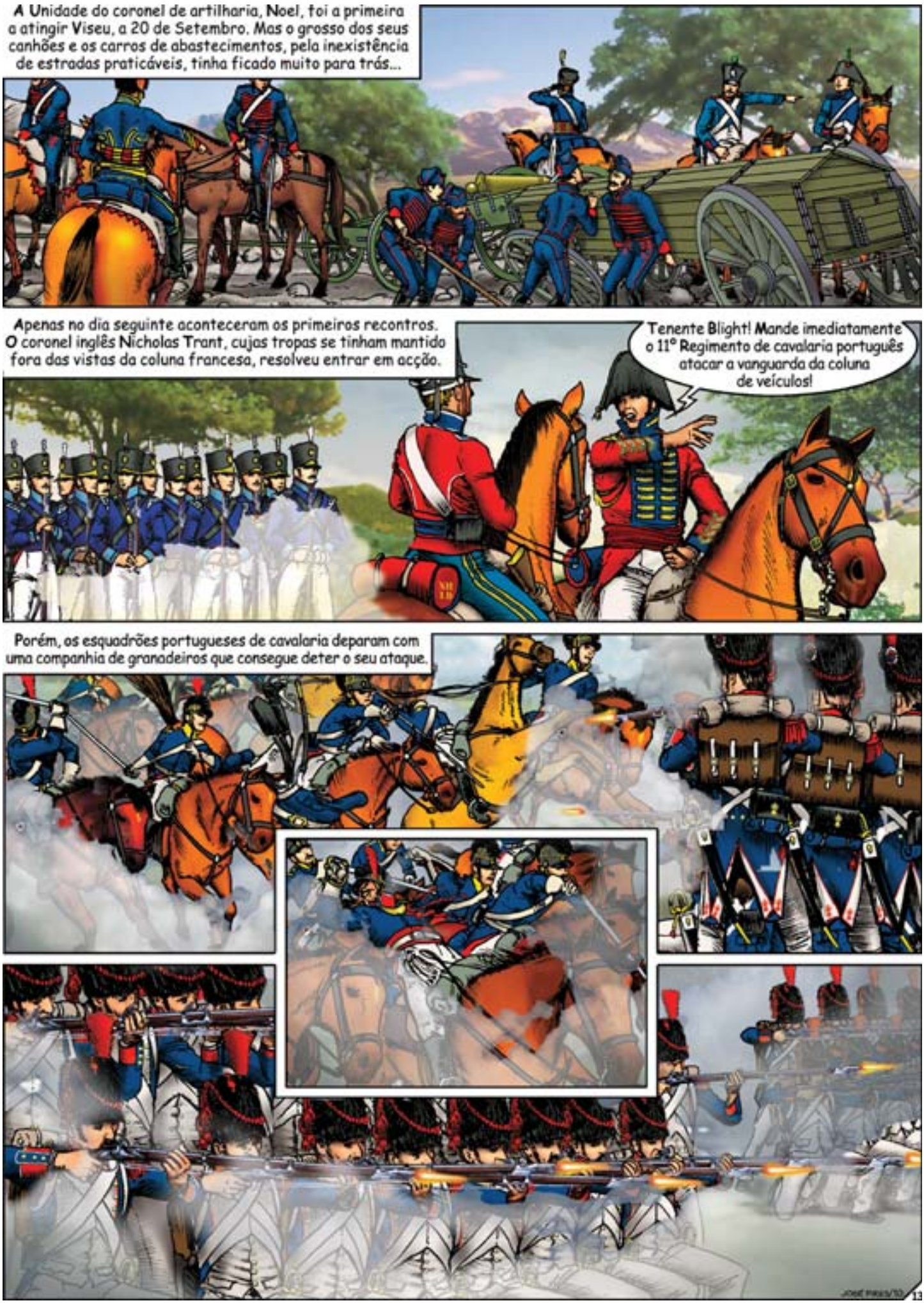
Embora consciente da quase inutilidade da acção, Masséna ordenou que a sua artilharia começasse a bombardear a fortaleza de Almeida.
Mas, fortuitamente, uma grande granada de morteiro francesa...
...atinge um grupo de artilheiros que retirava pólvora para as baterias...
...de um paiol mais pequeno, provocando uma violenta explosão.
Esta explosão propaga-se ao paiol principal da praça, que se encontrava no velho castelo, e o seu rebentamento faz ir pelos ares uma boa parte das muralhas de Almeida!
Deus do Céu! Que foi aquilo?
O que quer que tenha sido, caro coronel, foi um milagre! Um presente dos céus! Almeida é nossa, mon chèr!
JOSÉ PRESTO
8

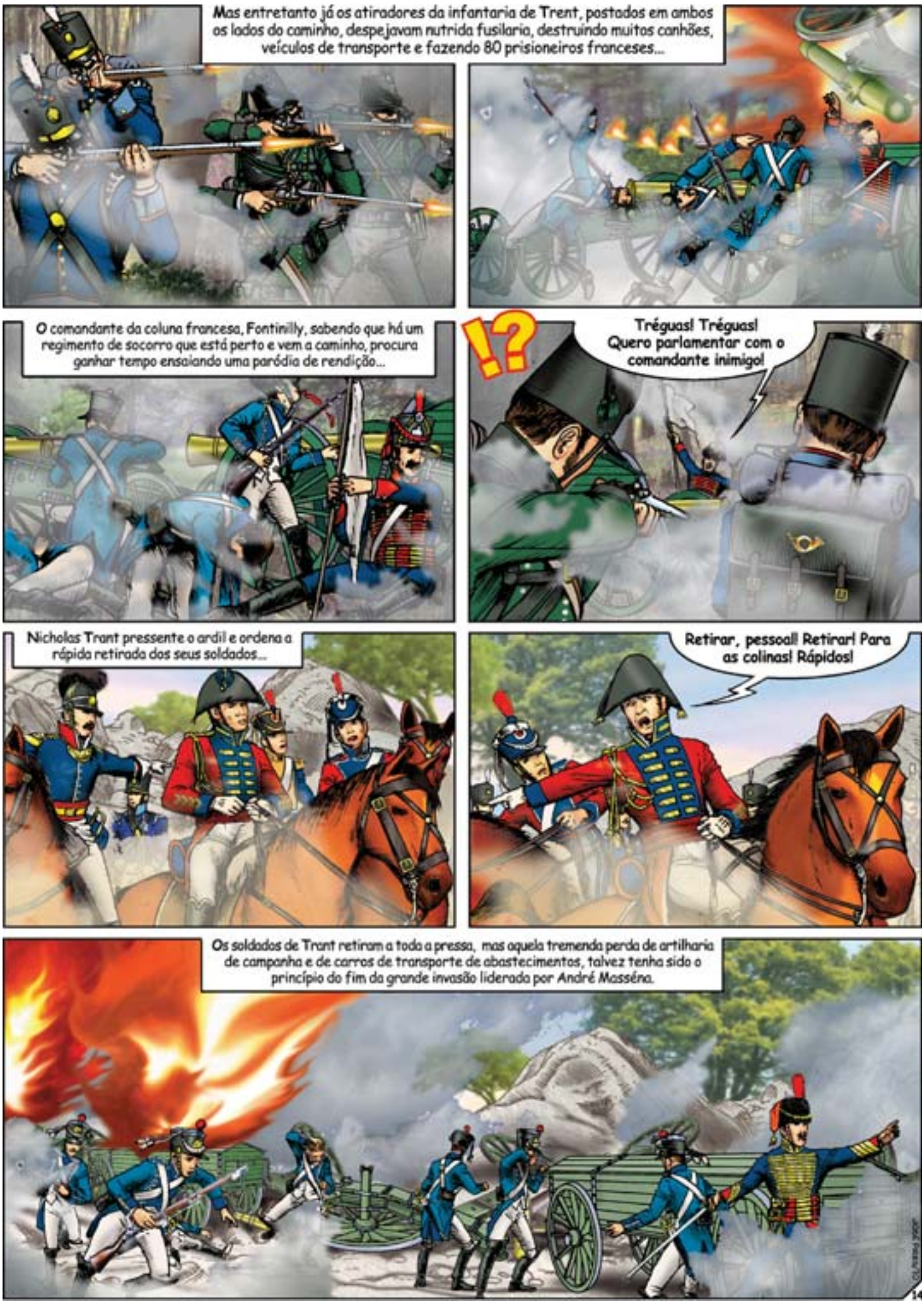
Mas Masséna demora-se tempo demais em Almeida, adiando para 17 de Setembro o seu avanço sobre Viseu. Obedecendo à estratégia de Wellington, o Exército aliado e as populações rurais iam retirando, ao mesmo tempo que queimavam tudo o que fosse importante como recurso alimentar ou capaz de servir as tropas invasoras.

Mes amis, temos de retomar a nossa marcha sobre Lisboa rapidamente e concluir esta campanha que o Imperador deseja ver vitoriosa!
Très bien, mon Marechal! Agora só nos falta avançar pela melhor rota rumo a Lisboa: a que fica a sul do rio Mondego.
Mas os nossos batedores já detectaram nessa rota um forte dispositivo de defesa montado pelo inimigo! Nada que possa deter o avanço da nossa Infantaria, general, mas ultrapassá-lo vai custar-nos muitas baixas!
Oui, mon chèr! Aquele diabo do Wellington sabe o que faz. Deve já ter disposto ali um considerável número de efectivos pois sabe que o embate pode ser decisivo: ou ganha, ou perde tudo!
Bem. Assim, vamos aproveitar o seu esforço em nosso proveito e fazer aquilo que ele precisamente não espera que nós façamos...
E isso significa o quê, Marechal? Não me diga que está a pensar em...
Precisamente, chèr Junot! Vamos contornar o dispositivo dele e avançar, atacando-o pelo lado de que ele não está à espera: pela margem norte!
Mas... esse é o caminho através do Bussaco, mon Marechal! E está eriçado de mil dificuldades! Nem a nossa cavalaria ou mesmo a artilharia poderão servir-nos de grande coisa Não concordo nada com isso, pardonnez moi!
Eu também já esperava que não concordasse comigo, Junot! Apenas lhe transmiti as minhas ordens. E agora espero que as cumpra! Compris?


O descontentamento entre o Estado-Maior francês avoluma-se...
O Masséna vai cometer um erro colossal em nos meter pela zona do Bussaco! Está convencido que é um génio e ninguém o consegue demover! Nous sommes fichus, mes amis!
Pois é! Mas ele é também o "Filho Querido da Vitória", o favorito do Imperador! E por inerência, também o nosso comandante-em-chefe. Aqui e agora!
Malheureusement! Le maudit italien!
!?
Mas a escolha de rumo de Masséna é detectada...
Meu general. Acabo de receber a informação de que o inimigo decidiu seguir pela estrada da margem norte do Mondego!
Percebo... O Masséna sabe do nosso dispositivo de defesa na margem sul e resolveu contornar as nossas posições...
Wellington recebe as notícias no seu quartel-general...
Manobra previsível mas que não nos apanhará desprevenidos! Mandem já o Picton, o Cole e o Craufurd a tomarem posição nos cumes do Bussaco!
O general francês Maximilien Foy escreveu num seu relatório: " Nove décimos das estradas de Portugal são impraticáveis para veículos". Só por estas razões era evidente que André Masséna nunca devia ter optado pelos caminhos difíceis que passavam pela serra do Bussaco. Mas os mapas de que ele dispunha eram antiquados e os oficiais portugueses que estavam com ele desconheciam por completo as condições do terreno. Apenas isto pode justificar a infausta opção que ele tomou.

A 21 de Setembro a vanguarda francesa avança sobre Santa Comba Dão mas esbarra com a sólida resistência do brigadeiro Pack, junto da ponte do Criz.
FOGO!
BROOUM
RETIRADA!
A passagem do Criz custou uma paragem de quatro dias aos franceses, pois só a 25 de Setembro conseguiram prosseguir o seu avanço...


A Unidade do coronel de artilharia, Noel, foi a primeira a atingir Viseu, a 20 de Setembro. Mas o grosso dos seus canhões e os carros de abastecimentos, pela inexistência de estradas praticáveis, tinha ficado muito para trás...
Apenas no dia seguinte aconteceram os primeiros recontros. O coronel inglês Nicholas Trant, cujas tropas se tinham mantido fora das vistas da coluna francesa, resolveu entrar em acção.
Tenente Blight! Mande imediatamente o 11º Regimento de cavalaria português atacar a vanguarda da coluna de veículos!
Porém, os esquadrões portugueses de cavalaria deparam com uma companhia de granadeiros que consegue deter o seu ataque.


Mas entretanto já os atiradores da infantaria de Trent, postados em ambos os lados do caminho, despejavam nutrida fusilaria, destruindo muitos canhões, veículos de transporte e fazendo 80 prisioneiros franceses...
O comandante da coluna francesa, Fontinilly, sabendo que há um regimento de socorro que está perto e vem a caminho, procura ganhar tempo ensaiando uma paródia de rendição...
!?
Tréguas! Tréguas! Quero parlamentar com o comandante inimigo!
Nicholas Trant pressente o ardil e ordena a rápida retirada dos seus soldados...
Retirar, pessoal! Retirar! Para as colinas! Rápidos!
Os soldados de Trant retiram a toda a pressa, mas aquela tremenda perda de artilharia de campanha e de carros de transporte de abastecimentos, talvez tenha sido o princípio do fim da grande invasão liderada por André Masséna.

€2.00 (IVA incluído)

Ano LII - n.º 605
Abril de 2011

jornal do Exército

Escola Prática de ARTILHARIA 150 anos

Sempre de **Acordo** consigo

No Santander Totta queremos ter uma relação privilegiada com os nossos Clientes através dos Protocolos Colectivos.
Por isso, criámos condições muito vantajosas de Crédito à Habitação (1) e Crédito Pessoal (2) com redução no *spread* da taxa de juro e isenção de comissões. Na domiciliação do seu ordenado tem, desde logo, acesso a uma Conta Ordenado que, entre outras vantagens, lhe oferece um seguro de responsabilidade civil até 5.000€ por ano ou a antecipação até 100% do seu ordenado líquido, com um limite máximo de 3.500€ (3), bem como um descoberto autorizado até 50% do saldo pontual de recursos, com o máximo de 5.000€ (3).
Beneficie ainda da isenção de juros no descoberto autorizado durante 2 dias por mês, pelo montante máximo de 100€.

(1) Exemplo para um Crédito de 200.000€, com relação financiamento/garantia de 60%, prazo de 40 anos, com verificação de condições de cross-selling. O valor da TAE indicado não inclui os prémios de Seguros. Comissão de Reembolso de 0,5% no regime de taxa variável e 2% se no regime de taxa fixa. TAE 4,838%. Euribor a 3 meses 4,423% (Março 2008) arredondada à milésima. TAN de 4,713% com *spread* aplicável de 0,29%.

(2) Excluindo todos os produtos de campanha. TAEG de 9,864% para um empréstimo de 50.000€ a 84 meses, TAN 8,5% e valor residual de 35%, para um Cliente que transfira o seu Crédito Pessoal e que preencha as condições especiais e de cross-selling inerentes ao produto. Não inclui o valor do prémio de seguro de vida. A prestação será revista trimestralmente de acordo com os produtos/serviços detidos em cada momento.

(3) Sujeito a decisão do balcão. A taxa de juro aplicável ao crédito e descoberto cumulativo por Domiciliação de Ordenado e por Saldo de Recursos que o Banco concede ao Cliente é, actualmente, de:
a) 12% ao ano se o saldo pontual de Recursos do Cliente for igual ou superior a €5.000, a que corresponde uma TAEG máxima de 13,22%,
b) 17,5% ao ano se o saldo pontual de Recursos do Cliente for inferior a €5.000, a que corresponde uma TAEG máxima de 19,80%.
c) O saldo a descoberto vence juros mensalmente, contados diariamente sobre o saldo em dívida, às taxa referidas no número anterior.
d) A base de cálculo dos juros é Act/365.

Vá já ao Santander Totta e informe-se.

Santander Totta

O Valor das Ideias

SANTANDER PRESENTE EM MAIS DE 40 PAÍSES

Jornal do Exército
ÓRGÃO DE INFORMAÇÃO, CULTURA E RECREIO DO EXÉRCITO PORTUGUÊS, CRIADO POR PORTARIA DE 14JUL60

Monumentos com História Militar
"Presença do Soldado Português em África" – 4
Editorial – 5
Figuras e Factos – 8 a 13
A Paz – 21
Estabelecimentos Fabris do Exército – 34
Terceira – A Ilha Rebelde (1580-1642) – 40
200 Anos da Guerra Peninsular – 49 e 50

KRISTANG
Povo Português de Malaca – 500 Anos – 14

Escola Prática de Artilharia – 150 anos mais afinando a fama portuguesa – 26

Capa

"Hastear da Bandeira"
Autor: João Fialho
http://joaofialho.net

CECA – 31 anos a consolidar a doutrina militar – Entrevista ao Major-General Nascimento Garcia – 36

Suplemento Banda Desenhada: "A Batalha do Bussaco" Pág: 15 a 22

Os artigos publicados com indicação de autor são da inteira responsabilidade dos mesmos, não reflectindo, necessariamente, o pensamento da Chefia do Exército Português

PROPRIEDADE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
Direcção, Redacção e Administração: Largo de S. Sebastião da Pedreira, 1069-020 Lisboa, Telef: 213 567 700, Fax Civil: 213 567 791 Militar: 414 091, E-mail: jornal.do.exercito@mail.exercito.pt, jornal.exercito@sapo.pt, E-mail - Intranet: Jornal do Exército, Home page: www.exercito.pt **DIRECÇÃO - Director**: Coronel de Infantaria José Custódio Madaleno Geraldo; **Sub-Director:** Tenente-Coronel J. Pinto Bessa; **Secretária**: Ass. Téc. Teresa Felicíssimo. **REDACÇÃO - Chefe**: Tenente-Coronel J. Pinto Bessa; **Assistente de Redacção:** 1.º Sargento Anjos Das Neves; **Redactores**: Alferes RC Nelson Cavaco, Alferes RC Filipa Domingos, Dr. Mauro Matias; **Operadoras Informáticas:** Assistente Técnica Elisa Pio, Assistente Técnica Guiomar Brito; **SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - Chefe**: Tenente-Coronel Augusto Correia; **Auxiliares** Sargento-Ajudante João Belém, Sargento-Ajudante Luís Silva; **Operadoras Informáticas:** Assistente Técnica Joana Moita; Assistente Técnica Tânia Espirito Santo; **Revisor de texto**: Professor Doutor Eurico Gomes Dias; **COLABORAÇÃO FOTOGRÁFICA** - Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA, Centro de Audiovisuais do Exército RCRPP/GabCEME **EXECUÇÃO GRÁFICA** - PERES - SOCTIP Indústrias Gráficas, SA, Estrada Nac. 10, Km. 108,3 - Porto Alto, 2135-114 Samora Correia, Telef. 263 009 900 - Fax 263 009 999, acosta@peres-soctip.pt **Tiragem** - 6 000 exemplares **Depósito Legal** - nº 1465/82 **ISSN** - 0871/8598

Monumento “Presença do Soldado Português em África”

Da autoria da “escultora” Maria Morais, o monumento Presença do Soldado Português em África foi inaugurado no dia 21 de Junho de 1997, numa homenagem que o concelho quis prestar aos jovens nascidos em Oeiras e que participaram e morreram na guerra do Ultramar.

O monumento encontra-se no Jardim do Ultramar – Avenida do Ultramar, do Bairro da Figueirinha, em Oeiras. As suas dimensões são de 500x2200x300cm, sendo todo feito de pedra de diversas regiões de Portugal: Porto de Mós, Negrais, Cascais e Estremoz.

Segundo as palavras da escultora, aquando da proposta de criação do Monumento «Procurei transpor para a escultura em pedra as memórias de África, através das minhas memórias, uma vez que nasci em África, e procurei materializá-las sob a forma de símbolos. No fundo este conjunto escultórico é uma colagem tridimensional dessas memórias perpetuadas neste material nobre que é a pedra. O embondeiro aparece numa atitude tutelar, pela sua grandeza, magnificência, tão própria desta árvore das regiões tropicais. As pedras verticais e oblíquas representam um canavial, tantas vezes trilhado pelos nossos homens e, por entre esses canaviais quantos segredos, desabafos e murmúrios não terão ficado».

A Camâra Municipal de Oeiras comemora junto ao monumento o dia 10 de Junho - Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas.

Alferes RC Nelson Cavaco

INFORMAR PARA BEM SERVIR

No Jornal do Exército continuamos a dar conta de algumas actividades que se passam no nosso Exército, sem nunca esquecermos a História, rica em acontecimentos e inspiradora para continuarmos a cumprir Portugal, tal como os nossos patriotas o fizeram. Como refere Manuel Múrias, na sua obra Portugal: Império, [1939], "[…] a história de uma nação é a sua vida; e não apenas a sua vida no passado - a sua missão: no passado, no presente, no futuro; a sua vocação. A sua missão na História: a sua cooperação efectiva no labor comum, persistente, vivo e doloroso, do homem na terra." Estas palavras poderão ser inspiradoras para que os portugueses ultrapassem os momentos difíceis que vivemos.

Neste número, destacamos a capa evocativa dos 150 anos da Escola Prática de Artilharia, assim como o artigo central que descreve o historial da mesma, desde a sua criação na região de Vendas Novas até à actualidade, sempre a fazer jus ao seu lema "Mais afinando a fama portuguesa".

Destacamos, também, o artigo da autoria do Sargento-Mor Paulo Fernandes intitulado "Kristang, Povo Português de Malaca, 500 Anos". Este exemplo paradigmático da nossa contribuição cultural no mundo e que ainda hoje está bem vincada: "emulação quase cega e admiração desenfreada dos luso-descendentes por tudo o que provem de Portugal e dos portugueses europeus." [O'Neill, 1997:64].

O Major-General Nascimento Garcia, por ocasião do seu 90.º aniversário, fala-nos dos 31 anos da Comissão para o Estudo das Campanhas de África (CECA) e dos 25 livros publicados. Recorda, entusiasmado e orgulhoso, que se juntou ao principal impulsionador deste projecto, o General Manuel Freire Themudo Barata. A CECA foi criada em 16 de Fevereiro, pela portaria n.º 43/80, e tem sido responsável por um importante trabalho de localização, recolha, reunião, classificação e inventariação de milhares de documentos sobre a Guerra do Ultramar.

Outro texto que se revela aqui diz respeito à "Terceira, a Ilha Rebelde, 1580-1642)". Este resumo histórico revela a têmpera, o carácter e o patriotismo de portugueses cujo lema ainda hoje se pode ler nos Brasões do RG1 (Regimento de Guarnição N.º 1) e da RAA (Região Autónoma dos Açores): "Antes morrer livres que em paz sujeitos." Mas ao fim de cerca de 60 anos de domínio filipino, eis o resultado: "Mas rendido o Castelo [1642], quando chegou a hora da partida da guarnição espanhola, dos seus oficiais apenas o Governador do Castelo, D. Álvaro Viveiros, seu irmão Luís, e o Tenente e o Capitão de Artilharia, acabaram por embarcar, ficando os restantes na ilha, bem como a maior parte dos soldados, por nela serem casados. Nossos avós. Ocorre afirmar: Angra do Coração!"

Continuamos a apresentar a Batalha do Bussaco, em Banda Desenhada, da autoria de José Pires, como sucedido na edição anterior.

José Custódio Madaleno Geraldo
Coronel de Infantaria

MILICIA
WWW.MILICIAPRO.COM

AO SERVIÇO DOS PROFISSIONAIS

ASP · 5.11 TACTICAL SERIES · SAFARILAND · BLACKHAWK! PRODUCTS GROUP · TASER Protect Life

ABA · SECOND CHANCE · SAVVY ARMOR FOR WOMEN · FIRST CHOICE ARMOR With you. For life. · PROTECH

SAM MEDICAL PRODUCTS · MyClyns · TACTICAL MEDICAL SOLUTIONS · CELOX Controls life-threatening bleeding fast · DEFENSE TECHNOLOGY

MAXPEDITION HARD USE GEAR · CAMELBAK · BCB INTERNATIONAL · EBERLESTOCK

PELI · ESS Eye Safety Systems, Inc. · BATES · INOVA

BIANCHI · Crimson Trace · SUREFIRE · 911EP

LIBERVIT MANUFACTURER · HATCH · Marlow · QUIKSTEP ladder · ADVENTURE LIGHTS

Fisher Labs METAL DETECTORS · TASMANIAN TIGER · TULMAR TACTICAL · LANSKY SHARPENERS · SAT

projectina · FORENSICS SOURCE · STOP STICK

CONTINUAMOS A CRESCER...

Conheça todas os produtos disponíveis em www.miliciapro.com

Todas as marcas registadas apresentadas são representadas em Portugal pela Milícia - Bens de Segurança e Tecnologias Militares, Lda. Com sede na Rua de Entreparedes, 11 | 4000-198 Porto
Tlf. +351 22 208 31 30 | Fax. +351 22 208 86 11 | email: milicia@miliciapro.com | Web: www.miliciapro.com

CROSSBOW™

A PROTECÇÃO BALÍSTICA FOI REINVENTADA

MILICIA
WWW.MILICIAPRO.COM

disponível em
www.miliciapro.com

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

- Lentes balísticas em policarbonato com 2,4mm de espessura.
- Armação Tri-Tech™, permite um ajuste sempre perfeito e garante a ausência de pontos de pressão.
- Tratamento ClearZone™, resistente aos riscos e com propriedades anti-embaciantes.
- Mecanismo DedBolt™ para substituição rápida das lentes, mantém a lente firmemente segura.
- Tecnologia ESSOPTICS™, garante a máxima visibilidade, livre de distorções ao longo de todo o campo de visão.
- Fornecidos com duas lentes adicionais.
- 100% de protecção contra raios UVA/UVB.
- Permite a colocação de lentes correctivas, através de um acessório vendido separadamente.

STANDARDS DE PROTECÇÃO BALÍSTICA

Os óculos Crossbow™ obedecem aos seguintes standards:

CE EN 166 FT K N, US Federal OSHA,
ANSI Z87.1+ and US MIL SPEC MIL-PRF-31013

CORES

Armação: Preto

Lentes Disponíveis: Escura, Transparente e amarela de alta resolução.

PRODUTO

- Crossbow™ 3LS: Imagem do Kit fornecido

ESS™

Todas as marcas registadas são propriedade da Eye Safety Systems, Inc. representada em Portugal pela Milicia - Bens de Segurança e Tecnologias Militares, Lda. Com sede na Rua de Entreparedes, 11 | 4000-198 Porto

Comemorações dos 150 Anos da Escola Prática de Artilharia

No dia 18 de Março comemorou-se a efeméride da criação da Escola Prática de Artilharia (EPA), cuja portaria foi assinada pelo Visconde Sá da Bandeira, neste mesmo dia, no já longínquo ano de 1861. Esta portaria mencionava a criação do "Campo de Instrução de Vendas Novas", que incluía a "Escola Prática do Serviço Combinado de Todas as Armas", o "Polígono de Tiro" e o "Campo de Instrução da Escola do Exército".

No entanto, importa realçar que a iniciativa de utilizar o Palácio de Vendas Novas para a instalação de um estabelecimento militar de instrução prática pertenceu a D Pedro V e, neste intento, foi o monarca secundado pela enérgica actividade, larga inteligência e aptidão profissional do Coronel do Corpo do Estado-Maior, Carlos Maria Caúla, oficial de alto valor e mérito, a quem a Artilharia portuguesa deve, indiscutivelmente, importantes e inolvidáveis serviços.

A Sessão Solene foi presidida pelo Chefe do Estado-Maior de Exército, General José Luís Pinto Ramalho, à qual também assistiram o Presidente da Câmara Municipal de Vendas Novas, Dr. José Maria Rodrigues Figueira, o Tenente-General Joaquim Formeiro Monteiro, Comandante da Logística do Exército e Director Honorário da Arma de Artilharia, e o Major-General João Manuel Santos de Carvalho, Director de Formação do Comando da Instrução e Doutrina. Para assinalar este momento solene e único para todos os artilheiros, estiverem também presentes outros Oficiais Generais, do activo e na situação de Reserva e Reforma, bem como diversos militares e entidades civis convidadas para o evento.

Este dia festivo teve início com o içar da Bandeira Nacional, seguindo-se a Missa na Capela Real por intenção dos militares já falecidos, celebrada pelo Padre Matos, Capelão-Adjunto do Exército e contou com a presença da Banda Militar de Évora e a Fanfarra do Exército, no coro. Seguiu-se a Sessão Solene no Auditório da Câmara Municipal de Vendas Novas, tendo as Honras Militares ao General Chefe do Estado-Maior do Exército, sido prestadas anteriormente na Parada El-Rei D. Pedro V.

Da Sessão Solene destacam-se vários momentos importantes, nomeadamente o discurso do Comandante da EPA, Coronel de Artilharia Henrique José Pereira dos Santos, o discurso do Presidente da Câmara Municipal de Vendas Novas e a palestra proferida pelo General Gabriel Augusto do Espírito Santo, subordinada ao tema "Vendas Novas e a Escola Prática de Artilharia: uma relação duradoura e feliz".

Após estas notáveis intervenções foi apresentada a Medalha Comemorativa dos 150 anos da EPA, pelo Professor Hélder Batista, a quem anteriormente tinha sido proposto, como ilustre vendasnovense e amigo da Escola, elaborar uma peça que assinalasse esta importante efeméride.

Na sequência, foi apresentado pelo Tenente-Coronel de Artilharia, Furtado de Almeida o livro digital (ou *e-book*) que integra um conjunto de intervenções proferidas no ciclo de conferências anteriormente realizado, no âmbito das comemorações dos 150 anos da Escola, que decorreu durante sete semanas e onde intervieram distintos palestrantes, os quais abordaram os mais variados temas relativos ao percurso da Escola.

Após a Sessão Solene e de regresso à Escola, as Comemorações dos 150 anos da EPA continuaram com a abertura de uma exposição fotográfica e com a realização do almoço-convívio. Este é sempre um momento único pelo convívio que proporciona entre as várias gerações de artilheiros, dando lustre ao mote "Mais Afinando a Fama Portuguesa".

No dia seguinte e na sequência destas mesmas comemorações, realizou-se um Concerto no Auditório da Câmara Municipal de Vendas Novas, com a participação da Orquestra Ligeira do Exército (OLE), aberto a toda a população vendasnovense.

Exército e Associação Nacional de Municípios Portugueses assinam protocolo

Inserido numa estratégia de recrutamento contínuo de voluntários, reclamada por um sistema que visa assegurar a disponibilidade de recursos humanos qualificados, o Exército assinou em 28 de Março, no Regimento de Infantaria N.º 14 (RI14) em Viseu, um Protocolo de Colaboração com a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP). Este Protocolo visa a divulgação da prestação de serviço militar, nos regimes de Voluntariado (RV) e de Contrato (RC), através de esclarecimentos militares nos serviços de atendimento das Câmaras Municipais.

Assinaram o Protocolo o Presidente da Associação Nacional de Municípios, Dr. Fernando Ruas e o Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho.

Dia do EME

No dia 23 de Março celebrou-se o dia festivo do Estado-Maior do Exército (EME).

O dia evoca a *Ordem do Dia* de 20 de Março de 1835, na qual se faz, pela primeira vez, referência a um "Estado-Maior e Repartições respectivas do Comando do Exército".

A cerimónia contou com a presença de todos os efectivos que prestam serviço nos órgãos instalados no edifício do EME, na qual se assistiu, no auditório do EME, ao discurso do Major-General Campos Serafino, Director Coordenador do EME, e à imposição de condecorações e louvores a militares da Unidade.

A culminar o dia realizou-se um almoço de confraternização.

D. Januário Torgal efectua visita pastoral e celebra cerimónia do Crisma na Brigada de Intervenção

Teve lugar no dia 24 de Março, no Comando da Brigada de Intervenção, a Visita Pastoral do Reverendíssimo Bispo das Forças Armadas e de Segurança, D. Januário Torgal Mendes Ferreira. Este evento foi partilhado com os elementos das Forças de Segurança e Forças Armadas implantadas na cidade de Coimbra.

A visita iniciou-se com os cumprimentos de boas vindas no Salão Nobre do Comando da Brigada de Intervenção e do seu programa destacam-se a celebração eucarística que culminou com a Cerimónia do Crisma aos militares da Brigada, testemunhada pelos seus familiares e a participação do Coro e Fanfarra da Brigada de Intervenção, que têm participado em todas as cerimónias conduzidas pelo Comando da Brigada de Intervenção.

Após o almoço de convívio, D. Januário proferiu uma palestra sob o tema "Valores Morais numa Sociedade em Mudança", terminando a sua visita com a assinatura do livro de honra no qual deixou a mensagem que se transcreve: "Celebrar a administração do Crisma, tornar-me próximo e ser porta-voz de convicções e valores, foram objectivos da minha visita pastoral a esta unidade tão significativa. Levo mais uma vez, no espírito, a carga saborosa de civismo e de acolhimento, da consanguinidade (familiar) e de seus princípios e combates, e, em todo o horizonte, a Beleza e o Principio Maior, traduzidos pelo cumprir da Missão!"

Dia Festivo da Direcção de Saúde e do Centro de Saúde Militar de Coimbra

Festejou-se nas instalações do Centro de Saúde Militar de Coimbra (CSMC), no dia 23 de Março, o dia da Direcção de Saúde (DS) (174º) e do CSMC. A associação dos dois dias festivos numa só cerimónia teve por base o facto do Hospital Militar Regional N.º 2, agora CSMC, comemorar 100 anos da sua criação em decreto do Ministério da Guerra de 26 de Maio de 1911.

A cerimónia foi presidida pelo Tenente-General Comandante da Logística, Joaquim Formeiro Monteiro.

Teve inicio com uma missa na capela do CSMC e continuou com a recepção da alta entidade pelos Major-General Médico Esmeraldo Correia

da Silva Alfarroba, Director de Saúde, e pelo Director do CSMC Tenente-Coronel Médico José Nicolau Almeida e Sá Ferreira de Andrade. Seguiu-se a Cerimónia Solene com o discurso proferido pelo Director de Saúde e pelo Director do CSMC e, por fim, a leitura da mensagem do Tenente-General Quartel-Mestre General, que entre outros assuntos focou a reforma da Saúde Militar e a importância dos órgãos aniversariantes nessa reforma, conforme se pode ler nas passagens mais significativas: "[...] A Direcção de Saúde continuará a ser, desta forma, absolutamente incontornável para o desenvolvimento das grandes linhas de acção, no âmbito da Saúde do Exército, e decorrente desta realidade, permanecerá como um órgão estruturante, garantindo a consolidação e a sustentação de apoio médico sanitário da sua componente operacional, através dos Centros de Saúde Militares, e da Unidade de Saúde Operacional (USO) e respectivas componentes, exercendo em simultâneo, o vasto conjunto de tarefas que resultam da coordenação e accionamento da Função Logística Evacuação e Hospitalização, e continuando a superintender o funcionamento dos serviços de Medicina, Farmácia, Veterinária e Medicina Dentária.

[...] É nesta vertente, como resultante das reformas em curso, que será lançado um novo e importante desafio ao Centro de Saúde Militar de Coimbra, no sentido de assegurar, num futuro próximo, a responsabilidade da integração das capacidades e valências da USO do Exército, nomeadamente do seu Hospital de Campanha, do Centro de Simulação e do sistema de Telemedicina, por forma a garantir a obtenção de sinergias suficientes para optimizar as respectivas capacidades e potencialidades."

Procedeu-se à imposição de condecorações a militares do CSMC e da DS. Na sequência da cerimónia foram ainda distinguidos, pelo conjunto de qualidades pessoais e profissionais demonstradas ao longo do tempo de serviço prestado, e que muito contribuíram para o prestígio e honra do HMR 2, alguns dos seus funcionários.

A cerimónia terminou com uma conferência subordinada ao tema "Simulação como treino de competências médicas em Teatros de Operações Militares", tendo sido orador o Dr. José Martins Nunes, Chefe do Serviço de Anestesia e do Bloco Operatório Central dos Hospitais da Universidade de Coimbra e Director do Centro de Simulação Biomédica.

Findo o evento, os convidados visitaram a sala de simulação biomédica, sala de Telemedicina e o Departamento de Saúde Operacional. Seguiu-se a inauguração da exposição fotográfica "100 anos da Saúde Militar em Coimbra". Por fim o Tenente-General QMG descerrou uma placa evocativa, inaugurando assim a Ala Nascente das Consultas Externas.

TABELA DE PREÇOS PARA 2011

PREÇO DE CAPA • 2,00 **ASSINATURA ANUAL (11 números):** VIA SUPERFÍCIE - **Portugal Cont. Madeira e Açores** • 20,00; VIA AÉREA - **Países europeus** • 45,00; **Restantes Países** • 65,00 NOTA: **As assinaturas devem ser pagas antecipadamente NÚMEROS ATRASADOS - 1960 a 1969** • 4,50; **1970 a 1979** • 4,00; **1980 a 1989** • 3,00; **1990 a 2001** • 2,50; **2002** a **2008** • 2,00. Os preços incluem IVA à taxa de 5%
N.B.: Os pedidos de envio pelos CTT serão acrescidos de portes segundo os códigos postais: **1000/2000** • 4,21; **3000/8000** • 5,79; **Açores** e **Madeira** • 6,56

Tomada de Posse do Director de Justiça e Disciplina

Em 28 de Março, tomou posse como Director de Justiça e Disciplina, o Major-General Manuel Diamantino Pinheiro Correia.

A cerimónia teve lugar no Salão Nobre da Direcção de Justiça e Disciplina, na presença do corpo de oficiais, uma representação de sargentos, praças e civis da Direcção, tendo sido feita a leitura da síntese curricular e do despacho de nomeação. Na sequência da cerimónia, o Director proferiu uma alocução em que traçou as principais linhas de acção para o exercício do seu cargo, com especial ênfase para, no seguimento do seu antecessor, impulsionar o acréscimo de capacidades e de competências nos âmbitos do Direito Internacional Humanitário e do Direito Internacional dos Conflitos Armados, no sentido de proporcionar mais e melhor apoio às Forças Nacionais Destacadas.

O Major-General Manuel Diamantino Pinheiro Correia foi promovido ao actual posto em 29 de Março de 2007, tendo desde então desempenhado as funções de Adjunto do Comandante Operacional do Exército e entre Dezembro de 2007 e Dezembro de 2010 desempenhado o cargo internacional de 2.º Comandante do Corpo de Exército de Projecção Rápida da NATO, em Valência [Espanha]. Anteriormente, encontrava-se a desempenhar funções de Inspector-Adjunto na Inspecção Geral do Exército.

DIA 9 DE JUNHO CONFERÊNCIA
"A Presença de Portugal em África"

A Comissão Executiva do Encontro Nacional de Combatentes 2011, em colaboração com a Revista Militar e a Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional, promove uma conferência subordinada ao tema em epígrafe que decorrerá durante o dia 9 de Junho no Anfiteatro 3 da Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa. A Comissão tem a honra de convidar todos os interessados a estarem presentes nessa sessão pública que terá o seguinte programa:

10H00 - Sessão de Abertura, presidida pelo Prof. Dr. Adriano Moreira.

10H45 - 1º Painel - A estratégia de ocupação e o encontro civilizacional. Moderador - Almirante Vieira Matias

Tema 1 - Linhas de força da ocupação de posições em África pelos portugueses, na perspectiva estratégica e do desenvolvimento económico e humano, desde o século XVI até ao fim da década de cinquenta do século XX. (Prof. Dr. Rui Ramos)

11H30 - Tema 2 - Elementos históricos sobre as migrações africanas no Ultramar Português. (Prof. Dr. José Carlos de Oliveira)

12H10 - Tema 3 - Exemplos de interacção cultural entre os portugueses e outros povos em África. Encontros civilizacionais. (Prof. Dr. João Baptista Pereira Neto)

Debate

13H10 - Intervalo

14H30 - 2º Painel - A evolução da situação desde as vésperas do século XX. Moderador - Tenente-General Jesus Bispo

15H10 - Tema 4 - Alterações nas condições de segurança no Ultramar Português na sequência do Congresso de Berlim de 1884/5. (T Cor. João Brandão Ferreira)

15H45 - Tema 5 - Evolução da posição da comunidade internacional quanto às idéias de colonização e de descolonização. Posição do regime português. (Prof. Dr. Jaime Nogueira Pinto)

15H50 - Intervalo

16H30 - Tema 6 - Processo de decisão política nacional para o início das operações militares em África no ano de 1961. (Prof. Dr. António José Telo)

Debate Conclusões

17H00 - Encerramento

OS SÍMBOLOS NACIONAIS

A questão dos símbolos nacionais constituiu uma das prioridades do Governo Provisório formado na sequência do 5 de Outubro de 1910. Quando o Governo nomeou uma comissão para estudar este assunto, esta apresentou um projecto que correspondia à bandeira do 5 de Outubro, com a diferença de a disposição das cores ser invertida em relação àquela, com a cor verde junto à tralha. Quanto às armas, a comissão propôs a esfera armilar, «padrão eterno do nosso génio aventureiro», e o escudo branco com quinas azuis «da fundação da nacionalidade». O Governo aprovou-o em 29 de Novembro de 1910. A Assembleia Nacional Constituinte, na sua sessão de abertura, sancionou esta decisão do Governo.

A Bandeira Nacional é bipartida verticalmente nas duas cores fundamentais, verde-escuro (dois quintos) e escarlate (três quintos), ficando o verde do lado da tralha. A comissão defendeu que o vermelho era a cor combativa, guerreira, viril por excelência e que o verde era a cor da esperança.

Heróis do mar, nobre povo,
Nação valente, imortal,
Levantai hoje de novo
O esplendor de Portugal!
Entre as brumas da memória,
Ó Pátria, sente-se a voz
Dos teus egrégios avós,
Que há-de guiar-te à vitória!
Às armas, às armas!
Sobre a terra, sobre o mar,
Às armas, às armas!
Pela Pátria lutar
Contra os canhões marchar, marchar!

...

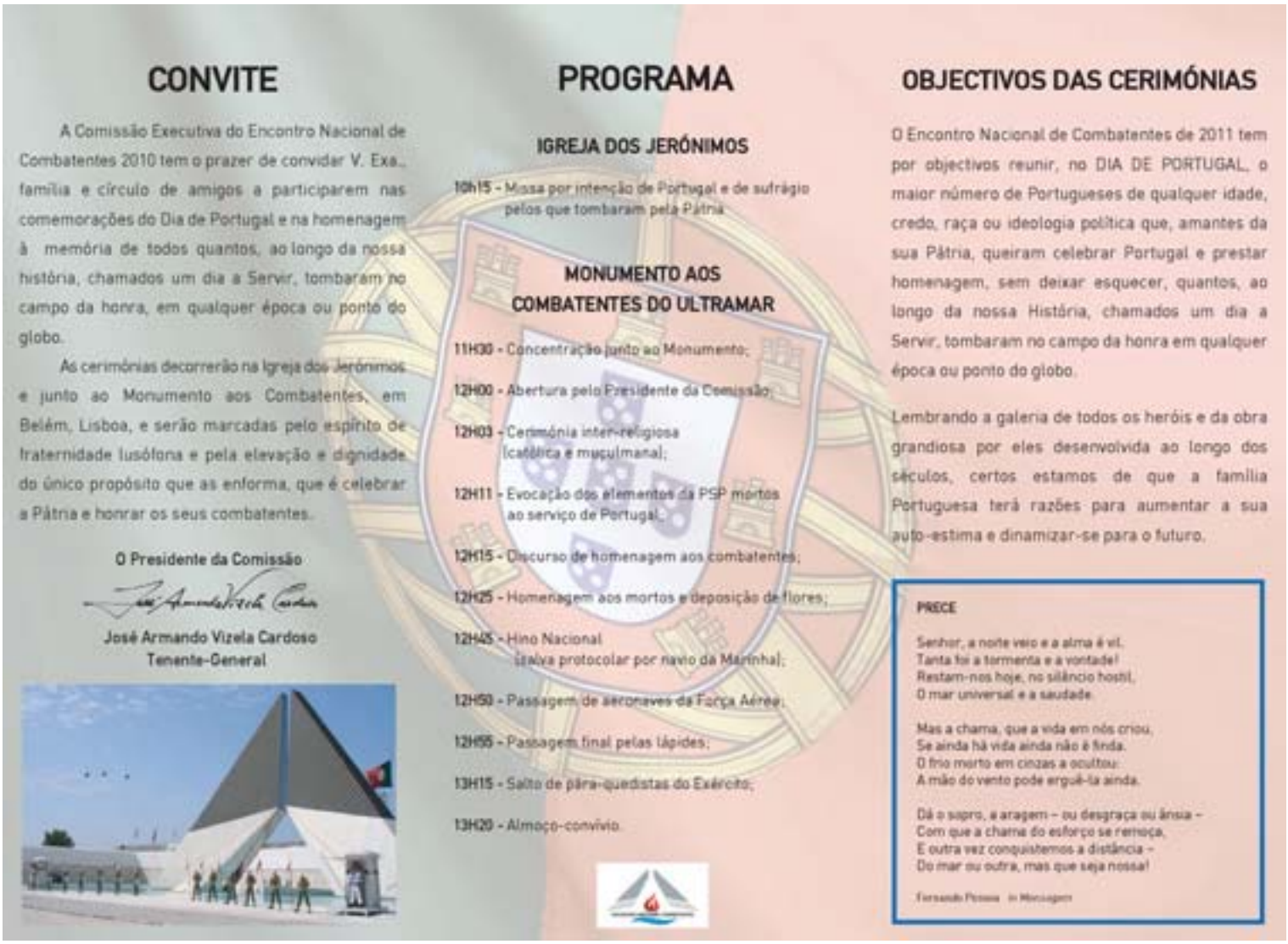
Afeganistão – *Medal Parade* do Contingente Nacional

Em 17 de Março, decorreu em Camp Warehouse/Kabul a cerimónia de Imposição de Medalhas NATO, aos militares do Contingente Nacional/Força Nacional Destacada na *International Security Assistance Force* (ISAF) no Afeganistão.

O Contingente Nacional actualmente no Teatro de Operações (TO) iniciou formalmente a sua missão em 17 de Outubro de 2010 e irá realizar a cerimónia de Transferência de Autoridade em 17 de Abril de 2011.

Na Parada portuguesa formou a Força constituída pelas seguintes capacidades: *Operational Mentor and Liaison Team-Division; Operational Mentor and Liaison Team-Garrison*; Equipas de Formadores/Instrutores (CSS *Log School*, KACTC, ANA Log Cmd e KMTC) e o Módulo de Apoio (*Force Protection* e PelApSvc).

Presidiu à cerimónia o COM KAIA, Brigadeiro General (BG) Nandor Kilian, acompanhado por diversos *Senior Representatives* e Comandantes de Contingente que cumprem missão no Teatro de Operações. Estiveram ainda presentes, como convidados, diversos oficiais e sargentos que desempenham tarefas conjuntas com as várias Capacidades do Contingente Nacional.



CONVITE

A Comissão Executiva do Encontro Nacional de Combatentes 2010 tem o prazer de convidar V. Exa., família e círculo de amigos a participarem nas comemorações do Dia de Portugal e na homenagem à memória de todos quantos, ao longo da nossa história, chamados um dia a Servir, tombaram no campo da honra, em qualquer época ou ponto do globo.

As cerimónias decorrerão na Igreja dos Jerónimos e junto ao Monumento aos Combatentes, em Belém, Lisboa, e serão marcadas pelo espírito de fraternidade lusófona e pela elevação e dignidade do único propósito que as enforma, que é celebrar a Pátria e honrar os seus combatentes.

O Presidente da Comissão

José Armando Vizela Cardoso
Tenente-General

PROGRAMA

IGREJA DOS JERÓNIMOS

10h15 - Missa por intenção de Portugal e de sufrágio pelos que tombaram pela Pátria

MONUMENTO AOS COMBATENTES DO ULTRAMAR

11H30 - Concentração junto ao Monumento;

12H00 - Abertura pelo Presidente da Comissão;

12H03 - Cerimónia inter-religiosa [católica e muçulmana];

12H11 - Evocação dos elementos da PSP mortos ao serviço de Portugal;

12H15 - Discurso de homenagem aos combatentes;

12H25 - Homenagem aos mortos e deposição de flores;

12H45 - Hino Nacional
[salva protocolar por navio da Marinha];

12H50 - Passagem de aeronaves da Força Aérea;

12H55 - Passagem final pelas lápides;

13H15 - Salto de pára-quedistas do Exército;

13H20 - Almoço-convívio.

OBJECTIVOS DAS CERIMÓNIAS

O Encontro Nacional de Combatentes de 2011 tem por objectivos reunir, no DIA DE PORTUGAL, o maior número de Portugueses de qualquer idade, credo, raça ou ideologia política que, amantes da sua Pátria, queiram celebrar Portugal e prestar homenagem, sem deixar esquecer, quantos, ao longo da nossa História, chamados um dia a Servir, tombaram no campo da honra em qualquer época ou ponto do globo.

Lembrando a galeria de todos os heróis e da obra grandiosa por eles desenvolvida ao longo dos séculos, certos estamos de que a família Portuguesa terá razões para aumentar a sua auto-estima e dinamizar-se para o futuro.

PRECE

Senhor, a noite veio e a alma é vil.
Tanta foi a tormenta e a vontade!
Restam-nos hoje, no silêncio hostil,
O mar universal e a saudade.

Mas a chama, que a vida em nós criou,
Se ainda há vida ainda não é finda.
O frio morto em cinzas a ocultou:
A mão do vento pode erguê-la ainda.

Dá o sopro, a aragem – ou desgraça ou ânsia –
Com que a chama do esforço se remoça,
E outra vez conquistemos a distância –
Do mar ou outra, mas que seja nossa!

Fernando Pessoa in Mensagem

LV Semana Equestre Militar e Condecoração do Coronel Nuno Bívar

À semelhança de anos anteriores o Centro Militar de Educação Física e Desportos (CMEFD) organizou a LV Semana Equestre Militar, que decorreu de 10 a 20 de Março. O evento teve um dos seus pontos altos, no sábado, dia 19, devido à presença do Chefe de Estado-Maior do Exército, (CEME), General José Luís Pinto Ramalho, juntamente com o

Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, Dr. Laurentino Dias, e o Secretário de Estado da Defesa, Dr. Marcos Perestrello.

Nesta semana, e no total, participaram 130 conjuntos do Exército, 105 da GNR e 21 civis. O que se reflecte na ordem das 400 entradas em pista, segundo as declarações ao *JE* por parte do Major Matalouto, um dos elementos da organização. De acordo com este responsável, "o evento serve para avaliar os conjuntos do Exército em termos desportivos e equestres para poderem continuar a participar em provas" ao longo do ano. "Só no dia de hoje já decorreram várias provas, entre elas, a do Colégio Militar, da Escola Prática de Cavalaria, uma prova de cross do Comando do Pessoal e da Escola Nacional de Equitação", acrescentou.

Durante a tarde, "teve lugar a prova mais importante dos obstáculos, um mini grande prémio com duas mãos, cronómetro e dois percursos, de seu nome Comando do Exército", que foi presidida pelo CEME, pelo Secretário de Estado da Juventude e do Desporto e pelo Secretário de Estado da Defesa.

Após a prova, foi a vez da Reprise da Escola de Mafra entrar em campo para "actuar", sendo desta forma, "um veículo de comunicação do Exército em termos daquilo que é feito ao nível da equitação".

O momento alto do dia ficou agendado para o final da tarde, onde o Coronel de Cavalaria Nuno Bívar, que também entrou em competição, foi condecorado com a Medalha de Bons Serviços Desportivos, numa cerimónia emotiva para o condecorado e para as centenas de pessoas que assistiram ao evento.

A Classificação ficou ordenada da seguinte forma no dia 19 de Março:

1.º Lugar - Capitão da GNR (na reforma), Leite Rodrigues, montando Guysde Fougere;

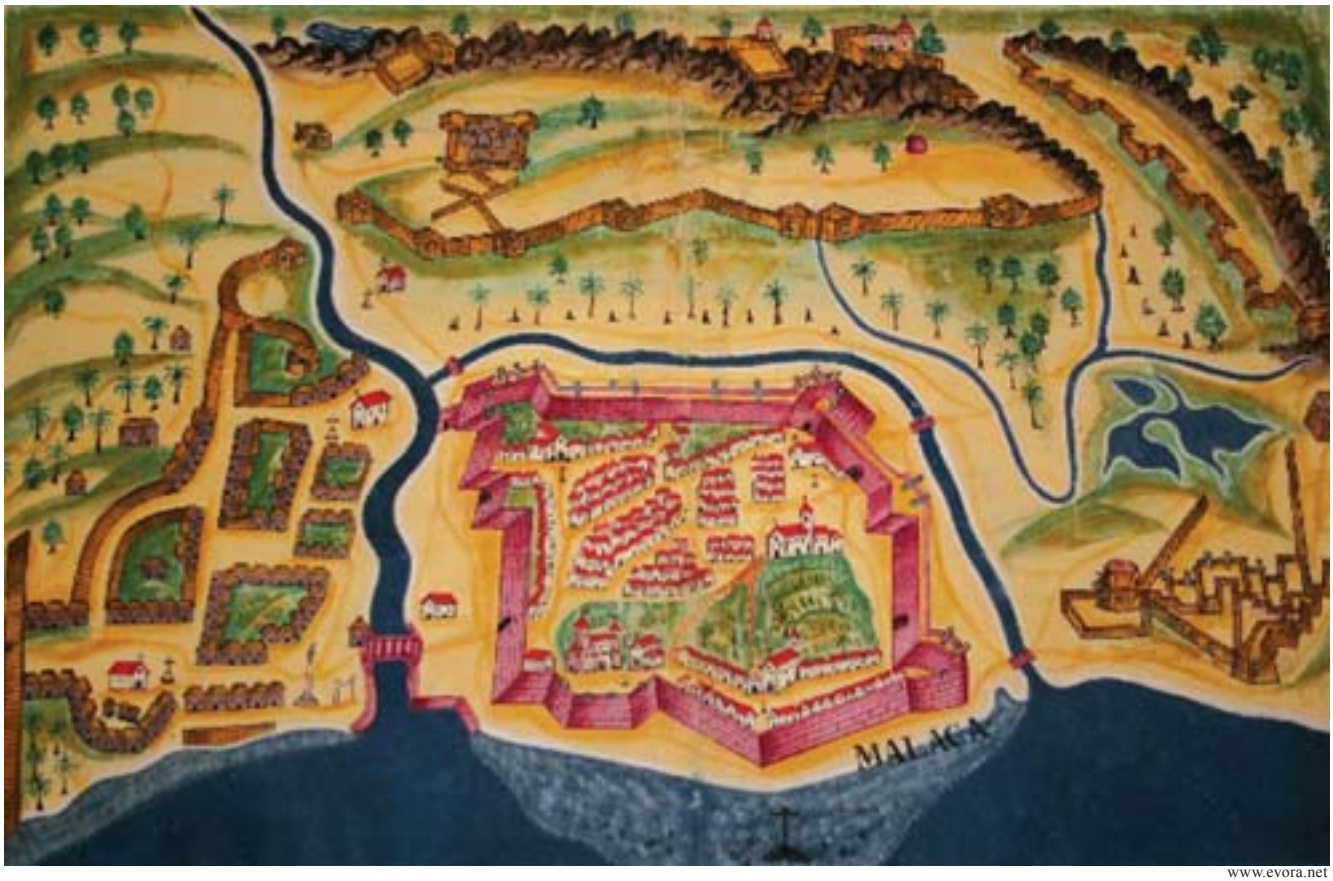
2.º Lugar - Tenente-Coronel de Cavalaria Miguel

Pombeiro, montando Calidel;

3.º Lugar - Capitão da GNR Pedro Pinto, montando Plátano da Rainha;

4.º Lugar - Coronel de Cavalaria (na reforma) Nuno Bívar, montando Rembrandt.

Texto e Fotos: Sargento-Mor Ad Mil Cmd Paulo Fernandes



www.evora.net

KRISTANG
Povo Português de Malaca
500 Anos

(...) Para vos ver e vos saudar acorreu a esta igreja toda a Comunidade Eurasiana, que melhor diríamos Portuguesa, pois estes bons cristãos são descendentes dos antigos portugueses que em Malaca escreveram com o seu sangue um poema altissonante que ainda hoje nos enche de legítimo orgulho e será sempre cantado de geração em geração por estes bons eurasianos que não nos esquecem nem podem, nem querem esquecer-nos (...)

(Barradas de Oliveira, 1954: 9)

Neste ensaio, proponho-me, de forma sucinta e concisa, recorrendo à bibliografia e material vídeo, leccionado e visionado no âmbito da Unidade Curricular[1], objectivar, um processo antagónico, ambivalente e ambíguo, numa complexidade de valores, diferenças e semelhanças, intrínsecos a uma pequena comunidade de Malaca: "Os Kristang"[2].

Reflectir e abordar o processo dicotómico de *monumentalização/desmonumentalização cultural* (O'Neill, 1995:19), como conceito de portugalidade, alicerçado num fenómeno de distanciamento espacial e temporal, assim como perspectivar problemas subjacentes à identidade de uma etnia e de um povo em Malaca.

Comunidade simples, denominada os "portugueses de Malaca", multifacetada em experiências, motivações e perspectivas, confinados ao *bairu di portugés*[3]. Na sua maioria gente pobre, antes pescadora e cristã (católicos), com inúmeros apelidos portugueses e outros, enfocando no folclore o símbolo demonstrativo de pertença a uma nação – Portugal, num sentido identitário inveterado e até, talvez, "*anti-natura*", apesar de nada, ou quase nada, saberem sobre as suas origens portuguesas.

Resenha histórica

O bairro dos portugueses, ou *bairu di portugés*, fica em Malaca, na Malásia. Situado no estreito entre o Índico e o Mar [do sul] da China, zona de convergência comercial[4], por isso configurando uma cidade de grande importância estratégica.

A conquista de Malaca pelo império colonial português deu-se pelas mãos de Afonso de Albuquerque[5] em 1511, sem a resistência que esperavam, mantendo-se a sua presença, no território, até 1641. Altura em que o colonato, após prolongado cerco, se transfere para o domínio holandês. É durante este período, fruto de uma política expansionista desenvolvida por Afonso de Albuquerque, que incentivando à miscigenação dos marinheiros portugueses com mulheres malaias, indianas, chinesas, indonésias e até escravas (algumas das quais africanas), que surge a comunidade Kristang, alvo de inúmeras perseguições, sobretudo de carácter religioso, uma vez professarem o Catolicismo na "pátria" do Islamismo (oriental) e Protestantismo (holandês). Em 1794, Malaca e os Kristang, tornam-se súbditos da coroa britânica[6], sendo que, mais tarde (II Guerra Mundial 1942/45) passam pelo domínio japonês para finalmente em 1957, data coincidente com a independência, se transfigurarem na Malásia.

No entanto, apesar do tempo mais alargado de ocupação colonial, relativamente a Portugal, vestígios de holandeses e britânicos são menos visíveis. Da presença portuguesa alguma influência e raízes ficaram: palavras de origem lusa (cerca de 400)[7] no malaio, e o cristianismo (catolicismo), quase sempre ministrada por missionários portugueses, foram uma constante *(...) não foram os portugueses os únicos europeus a frequentar estas paragens, nem os únicos a cruzar o seu sangue com os povos entre os quais se estabeleceram, embora as atitudes dos europeus acerca destes pudessem variar entre uma rígida separação e uma relativa convivência e miscigenação (...)* (Guimarães e Ferreira, 1996:50).

Bairro Português de Malaca

(...) Tudo teria começado com o nascimento jurídico do bairro português, em 1926, quando 28 acres (cerca de 11,2 hectares) de terreno foram destinados à construção, pelo governo, de casas para as mais carenciadas famílias de portugueses residentes noutras zonas da cidade de Malaca (...) (O'Neill, 1997:33).[8]

Na origem do bairro, conforme transcrição, estiveram, além do nascimento político – jurídico, dois párocos: o padre Álvaro Martins Coroado e Jules Pierre François, que adquiriram o terreno e evocaram a constituição do mesmo. Motivo pelo qual ainda hoje é conhecido pelo *(...) Padri sa Chang – o Chão do Padre (...) (Ibidem, 33)*. Permitindo-se desta forma (ao governo britânico) dar início à construção das casas (10) para alojamento das famílias carenciadas portuguesas[9] (luso-descendentes), no então *Portuguese Eurasian Settlement*.[10] Contando actualmente com cerca de mil residentes no seu interior e quase três mil na cidade de Malaca.

Todavia, uma anormalidade nos registos topográficos de 1949 apagara, ou excluíra, os habitantes do bairro do direito à propriedade, passando os seus habitantes, coercivamente, de proprietários a arrendatários da coroa. Perda de direitos que foi a *pedra de toque*, para uma interiorização já de si manifesta – *o complexo de minoria*. Catapultando,

As políticas governamentais empenharam-se e conduziram uma campanha de propaganda turística, apresentando o bairro português de Malaca e os Kristang como imagem e exemplo da diversidade.

o bairro português para uma luta ininterrupta, no sentido de uma redefinição dos direitos à posse da terra *(Ibid, 36)*. Paradoxalmente, ou nem tanto, o primeiro-ministro da Malásia em 1985 torna público o seguinte comentário: *(...) O bairro português é uma das provas que irá demonstrar a todos que a Malásia se compõe de muitas raças diferentes e, mesmo que sejam diferentes, são todos cidadãos da Malásia que têm lugar na Malásia. Como raça sem par, nós temos que perpetuar a Cultura Portuguesa aqui (...). (Ibid, 38)*, criando o enfoque não só na complexidade dos Kristang, mas também em toda a envolvência contextual multicultural em que estes se encontram inseridos – a Malásia.

australianovazelandia.blogspot.com

Um dos aspectos mais curiosos da comunidade Kristang de Malaca reside na sua extraordinária forma de admirar e enaltecer praticamente tudo que provém de Portugal, do povo português e da cultura portuguesa. (O'Neill, 1997a:69-70)

Porventura, será com base nestes pressupostos de multiculturalismo, que as politicas governamentais se empenharam e conduziram uma campanha dinâmica e contínua de propaganda turística, apresentando o bairro português de Malaca e os Kristang como a imagem e exemplo dessa mesma diversidade. *(...) O bairro tem-se tornado, em anos recentes, um centro nevrálgico de indústria turística de Malaca, a ponto de constar em praticamente todas as brochuras e catálogos turísticos da Malásia como confirmação viva da natureza pluriétnica e multicultural do país (...)* (O'Neill, 1997a:66).

Folclore

A influência de missionários portugueses foi de vital importância, para a perpetuação e afirmação das raízes portuguesas, e de um certo "aportuguesamento" por parte da comunidade, nomeadamente, entre outras, através do folclore. Chegado a Malaca no ano de 1948, o padre Manuel Joaquim Pintado, por interposição da cultura, tem papel decisivo no desenvolvimento e implementação do folclore (português) no seio dos Kristang[11], tomando-os bem conhecidos e objecto de respeito, no quadro de outros grupos musicais de Malaca (O'Neill, 1995:22).

Com o objectivo de vender aquilo que é *tradicional* (à cultura portuguesa), principalmente os ranchos folclóricos, trajando vestes portuguesas, ao som de músicas e canções compostas em português e crioulo, os "intérpretes" executam passos e coreografias artísticas apresentadas como sendo genuinamente portuguesas. Isto, para os próprios residentes do bairro mas, inevitavelmente, para turista ver: portugueses e outros europeus, australianos, mas na sua maioria outros povos asiáticos, numa encruzilhada entre Oriente e Ocidente *(...) Um dos aspectos mais curiosos da comunidade Kristang de Malaca reside na sua extraordinária forma de admirar e enaltecer praticamente tudo que provém de Portugal, do povo português e da cultura portuguesa. Já assinalamos esta característica, que designamos como uma espécie de emulação à distância. Por um lado os Kristang emulam Portugal como suposta fonte de numerosos elementos da sua própria cultura crioula e por outro, emulam algumas das formas de expressão artística dos portugueses europeus (sobretudo danças e canções folclóricas) num sentido de as imitar e copiar (...) (Ibidem*, 1997a:69-70). Demonstrativo, neste contexto, por um lado, a absorção de elementos históricos herdeiros da colonização na identidade Kristang e por outro, além dos elementos históricos, a incorporação também de uma identificação colectiva tipo "étnica" *(...) Cada rancho expõe o seu repertório como sinal integrante da*

identificação colectiva de um povo (...) (Ibidem, 1995: 21). Esta problemática ou dificuldade, em objectivar uma identidade, grassando uma certa indefinição, tornar-se-ia por si mesmo, numa entidade própria, alicerçada em características e particularismos evocatórias dos portugueses *(...) Em termos interpretativos ou hermenêuticos, o que mais importa neste caso são os significados atribuídos pelos Kristang - quer os membros dos ranchos quer os espectadores de etnia Kristang - ao conjunto de características de que se compõem as actuações, não qualquer pertença autenticidade das mesmas (...)* (O'Neill, 1997a: 73).

A Visita do Ministro do Ultramar

Num contexto nacionalista e de imperialismo colonial, recorrente no Estado-Novo, em 1952, as premissas populistas do salazarismo referentes à *família, à pátria e à religião*, tão bem esgrimidas noutros contextos, são transportadas para o longínquo Oriente, até à data esquecido pelo poder político de Portugal, por entreposta visita do Ministro do Ultramar, o Comandante Sarmento Rodrigues a Malaca, numa atitude premeditada e pura de *paternalismo* junto dos Kristang. Ancorados no aparato cristão, e num ideário à *monumentalização cultural*, os Kristang receberam e acolheram com grande entusiasmo, numa roupagem "colorida", uma colagem à Pátria *Mãe*, manifesta em alguns discursos proferidos na ocasião: *(...) Hoje, quatrocentos anos mais tarde, quando perdeu os domínios nestas paragens, mas reina ainda viva nas almas a luz da fé, trazida pelos nossos missionários, chegámos à conclusão de que afinal nós dilatámos mais a fé do que o império (...) não se perdeu o sangue derramado, nem foram baldadas as vidas sacrificadas na ara da Religião e da Pátria (...) (Barradas de Oliveira, 1954: 11)*.

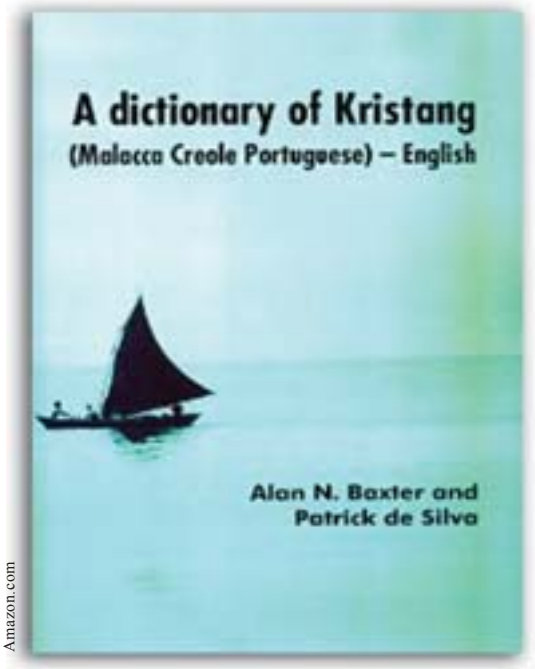
Viagem de cariz político e colonial, traduzível num efeito e influência directa sobre os Kristang, legitimando a sua ascendência e recolocando-os no imaginário da chegada de Afonso de Albuquerque. Coligando-os ao País e Nação, símbolos da Portugalidade, dissimulados pela religião e cultura popular, na exaltação e admiração por um referente identitário, num complexo jogo de cópia e imitação. Os Kristang, através dos ranchos folclóricos, sem que tenham um preciso conhecimento e significado do que é ser português, mas almejando a proximidade do original, que O'Neill considera e designa como emulação à distancia, *(Ibidem.* 1995:24*). (...) O Ministro (...) De regresso a Lisboa, enviou discos para Malaca, interessou o SNI naquela manifestação de arte. O SNI, entusiasmado, enviou mais discos, vestidos e modelos. Perante tal perspectiva, o «Grupo Folclórico Português», como oficialmente é conhecido, iniciou a sua vida pública (...)* (Rego, 1965: 280). A injecção (overdose?) de identidade portuguesa, aceita pela população Kristang é no entendimento de O'Neill como *brainwashed (...) sem querer e sem compreender bem à altura, os Kristang foram simplesmente brainwashed (O'Neill 2003:37)*.

Crioulo de Malaca

(...) Havia assim gente da China, das Molucas, de Java, de Samatra, do Pegu, do Sião, da Cochinchina, e mais tarde, das Filipinas, da Índia, de Ceilão, da Arábia, etc., etc. É nesta multidão que se vai enxertar o português recém – chegado. (...) (Rêgo, 1968:285). É a partir deste "caos", que surge o dialecto português de Malaca – crioulo de Malaca, como factor de integração, identificação comum e cultural dos Kristang, resultante de um conjunto diversificado de influências linguísticas.

Malaca como atrás referido, tem como actividade primeira o comércio. Geograficamente, zona de grande confluência e cruzamento de pessoas e bens, nomeadamente, línguas e dialectos.

Baseado em estudos desenvolvidos por António da Silva Rego, Alan Baxter salienta que a causa/efeito do crioulo de Malaca ter por sustentação a língua portuguesa, se deve à circunstância de terem sido os portugueses os primeiros colonizadores ocidentais do terreno. E, nessa condição, terem contribuído para a difusão do dialecto "crioulo" e do português (língua) em simultâneo, as relações desen-



Amazon.com

volvidas com outros postos comerciais operados pelos portugueses na Ásia. Neste contexto, Baxter enfatiza para a existência de mais do que uma forma de crioulo português na Ásia, considerando *o crioulo de Malaca (...) de natureza marcadamente oral (...) (Baxter, 1998:14)*. Por outro lado, Baxter, mais uma vez, sustentado na análise e estudos de Rego, configura não só o crioulo de Malaca como o resultado de uma gradual diluição do português no malaio, mas criando o enfoque também para o facto de o crioulo português ser falado como segunda língua por pessoas de outras etnias: chineses, indianos e malaios, presentes em Malaca. *(...) Estas variantes do português, enquanto segunda língua, devem ter exercido alguma influência sobre o desenvolvimento do Kristang. (Ibidem*, 1998:19)

Tripla Identidade Étnica

De facto, como já reflectido até aqui, o imperativo no bairro é a diversidade. O multiculturalismo é uma máxima, num contexto especificamente complexo, aportado em ascendências várias: portugueses; chineses; indianos; ingleses; Kristangs; etc. A comunicação é feita em várias línguas e vários dialectos: o crioulo[12], o inglês, o malaio, por esta ordem, mas também o tamil, o chinês e outras poder-se-ão ouvir e constatar. Obviamente, com repercussões na religião e outras crenças, que para além da católica; outras coexistem e são toleradas à excepção do Islamismo (muçulmanos), que é de todo agastada pelos Kristang, como forma de diferenciação e demonstração de alteridade.

Para Brian O'Neill, esta noção de tripla identidade étnica, intrínseca aos Kristang, assenta *e sectoriza três níveis (O'Neill, 1997a: 64)*: Um primeiro nível – *identidade nacional*, que está, sobretudo, ligado a direitos e deveres dos cidadãos da Malásia, de cidadania, e aos seus símbolos identitários nacionalistas. Relevante que para os Kristang a este nível não se sentem ligados senão em aspectos jurídicos e administrativos e pouco mais. No segundo nível enfoca a *identidade cultural*, a qual caracteriza como: *emulação quase cega e admiração desenfreada dos luso-descendentes por tudo o que provem de Portugal e dos portugueses europeus (Ibidem)* numa representação psico-somática da sua portugalidade. No terceiro e último nível – *identidade étnica dos Kristang*, que o autor, analiticamente, considera o de maior ambivalência, ambiguidade e importância, caracterizando como o resultado de um longo processo de criação de uma população verdadeiramente crioula de origem portuguesa. Para o autor, o sentido de grupo étnico num primeiro momento, parece razoável e de poucas dúvidas quanto à sua classificação como grupo étnico à parte. Os valores, as práticas, a língua e a sua própria cultura aportuguesada, e diferenciada, demarca-o

Porta de Santiago, "A Famosa".

http://infofries.freehostia.com/gallery/v/travel/malaysia/malacca/IMG14610001.JPG.html

e estabelece limites e fronteiras com outros grupos vizinhos, assim, o parecem indicar. *(...) Mas o conceito de grupo étnico - embora pertinente - não chega a fornecer implementos analíticos suficientes para esclarecer o complexo da tripla identidade: é preciso apoiar-se na noção de grupo crioulo ou identidade crioula. (...) (O'Neill,* 1997a: 64*)* Para o autor a dificuldade provem da especificidade e da natureza crioula ou mesticizada dos Kristang, resultante não apenas dos cruzamentos de malaios e portugueses, desde Afonso de Albuquerque, mas também no trajecto secular até aos dias de hoje, de outros grupos culturais e etnias que sucessivamente foram passando pelo território. De forma sucinta esta ambiguidade configura o paradoxo que desde o princípio deste texto nos acompanha, fruto desta complexa e múltipla mestiçagem: *que por um lado os Kristang se poderiam descrever como portugueses locais e não portugueses europeus, e por outro lado cidadãos da Malásia mas não malaios (Ibidem)*. Mas o imbricamento desde processo não fica por aqui, podendo-se ainda adicionar outro factor de complexificação: um português de Malaca ou luso-descendente professa a religião católica, mas católico de alguma singularidade, uma vez que os Kristang, coabitando com outras religiões e credos mas evidenciando pouca tolerância relativamente à religião muçulmana. Assim sendo, teríamos um português de Malaca católico não muçulmano, ou seja um português de Malaca ou asiático – português transformado num Kristang de Malaca.

Nestes pressupostos o autor chama a atenção para a insuficiência (considerando o primeiro e segundo nível de identidade, na percepção da persistência do grupo Kristang, salientando a simultaneidade da ligação/separação), do terceiro nível face aos dois primeiros. Prolongando a sua apreciação e raciocínio, conclui-se que o nível identitário que maior problemática transporta e torna relevante a idiossincrasia dos Kristang é o terceiro nível – o nível étnico, directamente ligado à miscegenação e herança crioula, em desfavor do segundo (cultural) e primeiro (nacional).

O multiculturalismo é uma máxima, num contexto especificamente complexo, aportado em ascendências várias.

povos-cruzados.blogspot.com

Conclusão

(...) o texto procura problematizar esta noção, sem por isso propor qualquer espécie de pronunciamento que desvirtuasse ou deturpasse as concepções das próprias pessoas estudadas. Por conseguinte, a análise poderá até concluir num tom de ambiguidade maior do que aquele com que começa (...) (O'Neill, 1997:64)

Bastaria a leitura rápida sobre este parágrafo, para interiorizar a complexidade, subsidiada pela dificuldade, em estabelecer formas, definições, teorias no âmbito antropológico, enquadrado num processo histórico, cultural e psico-somático para os Kristang.

Num esforço, ultra-violento no âmbito cognitivo, diria que ao longo deste texto tentei configurar os ideais de identidade dos Kristang através de factores que julgo de maior envolvência e pertinência da "osmose" entre Kristang e portugueses. Como dado adquirido, podemos afirmar que os Kristang são fruto de mestiçagens várias, substantivas de um processo ambíguo e ambivalente desde Afonso de Albuquerque, numa amálgama de diversas influências linguísticas, de pendor português, transfigurados por interesses vários e manipulações políticas, sendo que, na sua perspectiva (Kristang) são Portugueses da Malásia.

Nestes pressupostos, penso que os Kristang, consciente ou inconscientemente, na ligação e colagem a tudo o que é português, encontram o seu espaço identitário de grupo minoritário, demonstrativo da sua individualidade e alteridade no contexto da sociedade malaia.

Biografia

O Sargento-Mor Ad Mil Cmd Paulo Fernandes desempenha funções na MDN/DGPDN/DCTM.

É licenciado em Antropologia pelo ISCTE-IUL.

Notas

[1] "Minorias do Sudeste Asiático", do Departamento de Antropologia do ISCTE-IUL coordenado e leccionado por prof. Brian Juan O'Neil.

[2] Palavra com triplo significado, de acordo com o contexto em que é utilizada: à língua (falar cristão-crioula); à religião (catolicismo); pertença ao grupo étnico dos eurasiáticos portugueses (O'Neill, 1997:65).

[3] Bairro dos portugueses em Malaca.

[4] À época, dos descobrimentos portugueses.

[5] Navegador e estratega militar, enviado pela coroa portuguesa (rei D. Manuel I) nas expedições à Índia.

[6] Após negociações com os holandeses.

[7] Site da República cultural Lusófona.

[8] Tendo sido investigado já predominantemente por linguistas e historiadores, a comunidade crioula "portuguesa" de Malaca tem sido focada recentemente com uma óptica antropológica por O'Neill (1995, 1997,1997a,2003).

[9] Habitado a partir de 1934.

[10] Designação do bairro pelos britânicos.

[11] 1953 Constituição do primeiro rancho folclórico "português" em Malaca, curiosamente fora do bairro.

[12] As línguas crioulas são processos de aculturação por uma ou mais línguas de referência. Neste caso do português falado em Portugal, ainda que com influência de outras línguas.

Bibliografia:

Barradas de Oliveira (coord). 1954. "A Caminha de Malaca". *Relação da Primeira Viagem do Ministro do Ultramar às Províncias do Oriente* 1952.Volume II. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, pp.7-31.

Baxter, Alan. 1998. "Introdução". *In Dialecto Português de Malaca e Outros Escritos* [1942]. Lisboa: CNPDP, pp. 11-44.

Guimarães, João Pedro de Campos e José Maria Cabral Ferreira. 1996. *O Bairro Português de Malaca*. Porto: Edições Afrontamento.

Leach, E, (1954) 1996. *Sistemas Políticos da Alta Birmânia*, São Paulo, Edições da Universidade de São Paulo.

_____, 2006. (1961) *Repensando a Antropologia*, São Paulo: Perspectiva.

Macedo, J, 1986. "Minoria, in *POLIS"*, - *Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado: Antropologia, Direito, Economia, Ciência Politica. Lisboa*: Verbo, vol. 4, pp. 318-331.

O'Neill, Brian. 1995. "Emular de Longe: O Povo Português de Malaca". In *Revista Lusitana* (Nova Série), 13-14, pp.19-67.

O'Neill, Brian. 1997. "Malaca Esquecida". *Macau*. II Série nº 64, pp. 32-39.

O'Neill, Brian. 1997a. "A Tripla Identidade dos Portugueses em Malaca". *Oceanos.* Olhares Cruzados. n.º 32, pp.63-83.

O'Neill, Brian. 2003. "Patrimónios Sobrepostos: a Lusomania entre os Kristang de Malaca. Manuel João Ramos (org) *A Matéria do Património: Memórias e identidades*. Lisboa: Edições Colibri, pp.33-38.

Rêgo, António da Silva. 1965. "A Comunidade Luso - Malaia de Malaca e Singapura". In *Dialecto Português de Malaca e Outros Escritos.* Lisboa: CNCDP, pp. 273-280.

Rêgo, António da Silva. 1968. "A Cultura Portuguesa na Malaia e em Singapura". In *Dialecto Português de Malaca e Outros Escritos*. Lisboa: CNCDP, pp. 285-299.

Tenente-Coronel PilAv Ref. João J. Brandão Ferreira

a PAZ

"Sim é um belo programa de vida.
Outra coisa não queria eu fazer
senão viver vida despreocupada de paixões
e bens mundanos. Andar por aí ao acaso,
sem cuidados, a trocar sorrisos e gestos
de bondade com outras criaturas,
Mas isso é um sonho. Enquanto olhamos
os lírios descarnados e inertes,
os lobos vêm e nos devoram…
Odeio a violência mas como não exercê-la
contra aqueles que não conhecem
outros meios senão os da agressão
e da brutalidade".

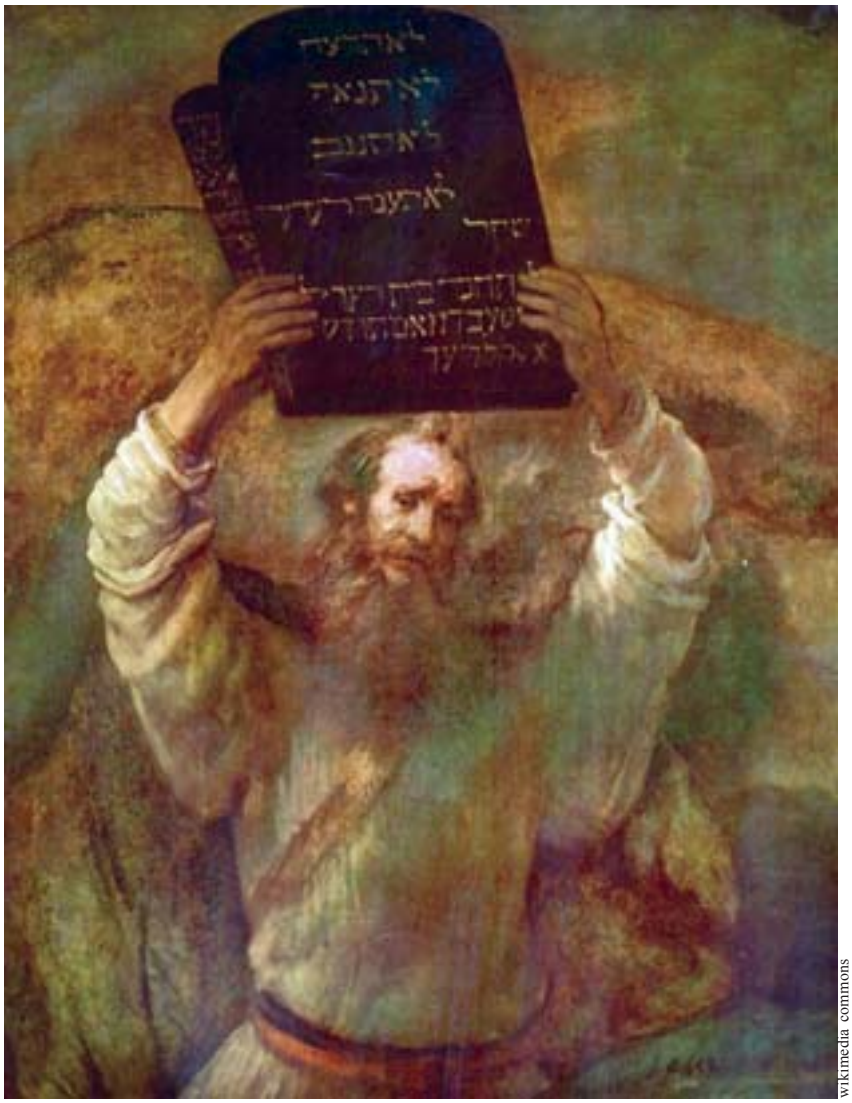
Érico Veríssimo,
in "Olhai os Lírios do Campo"

A Paz é um tema de sempre, pois sempre o homem procurou a paz; mas, por outro lado, também sempre procurou a guerra. Dá ideia até, que Paz e Guerra existem em contraponto. A Paz é o contrário da Guerra, ou só nos preocupamos com a Paz porque existe Guerra. Talvez a Paz e a Guerra representem uma das faces da eterna luta entre o Bem e o Mal…

E esta (luta) tem a ver com a dimensão humana e com a Paz interior. Comecemos pela primeira.

Convém definir o termo (o que é a Paz), e para tal socorremo-nos de Santo Agostinho (civ: 10,13), que afirmou que a "Paz é a tranquilidade na ordem". É, pois, viver sereno mediante um conjunto de regras. Resulta assim um equilíbrio que se pode desfazer facilmente caso quem impõe ou escolhe as regras, não o faça adequadamente face às pessoas e às situações…

Por outro lado, podemos convir em que a Paz sem Direito não é Paz e que a Paz na injustiça é opressão. De tudo resulta o corolário de que a Paz não pode e não deve ser obtida a qualquer preço e



wikimedia commons

O tema da Paz é recorrente no 5.º Mandamento da Lei de Deus:"Não matarás".

de qualquer maneira. A Paz não pode ser uma abdicação como é exemplo o *slogan* existente no auge da campanha pacifista levada a cabo pela União Soviética contra o Ocidente nos anos 80 do século XX: "vale mais vermelho do que morto".

Recordo as palavras de Raoul Girardet: "Os sucessos pacifistas, enfraquecendo a capacidade de resistência das sociedades ocidentais, podem precipitar os riscos de guerra, em vez de a evitar".

A origem da Guerra está descrita na Bíblia: "brota no coração de Caim, vítima da semente do pecado de seus pais". E, como afirma João Seabra em *Os Cristãos face à violência*: "todas as formas de violência que houve, há; e nenhum mal pertence definitivamente ao passado".

A Guerra é, pois, um fenómeno social, que mais de perto tem acompanhado a vida da Humanidade e não se vislumbra a sua erradicação da face da terra.

O centro do fenómeno é o Homem!...

A dissuasão, exemplarmente ilustrada no aforismo latino "se vis pacem para bellum", tem sido até à actualidade o único meio eficaz para evitar conflitos directos e o melhor exemplo disso foi a Paz na Europa durante 50 anos após a II Guerra Mundial, facto inédito na sua História.

No entanto, se a dissuasão evita a guerra não promove, *per si*, a Paz, já que, baseada na ameaça impede a confiança. Obriga ainda à imobilização de recursos avultados para ser eficaz e, por outro lado, a dissuasão nuclear entre países ou blocos não evitou a deflagração de dezenas e dezenas de guerras civis e entre estados e coligações de estados enquanto vigorou.

O tema da Paz é recorrente no 5.º Mandamento da Lei de Deus: "Não matarás", Êxodo 20,13 e Mateus 5,21-22.

No *Sermão da Montanha*, o Senhor lembra o preceito (não matarás), e acrescenta-lhe a proibição da Ira, do Ódio e da Vingança. E exige dos seus discípulos que "ofereçam a outra face", e que amem os seus inimigos."Felizes os obreiros da paz, porque serão chamados filhos de Deus", disse S.Mateus, (5,9).

A cólera é um desejo de vingança. "Desejar a vingança, para mal daquele que deve ser castigado, é ilícito"; mas impor uma reparação para correcção do vício e manutenção da Justiça, isso é louvável, no dizer de S.Tomás de Aquino – Summa Theologica (2-2-158,1,adz). Se a cólera for até ao desejo deliberado de matar seja quem for ou de o ferir gravemente, ofende de modo grave a caridade e é pecado mortal. O Senhor diz: "quem se irar contra o seu irmão, será sujeito a julgamento", Mateus (5,22).

A defesa legítima das pessoas e das sociedades não é uma excepção à proibição de matar o inocente, a que se chama homicídio voluntário. "O acto de defesa pode ter dupla consequência: uma, a conservação da própria vida; outra, a morte do agressor. Das duas só uma se tem em vista, a outra não", pode ler-se na "Summa Theologica" (2-2,64,7), de S. Tomás de Aquino. E ainda:"Se, para nos defendermos, usarmos duma violência maior do que a necessária, isso será ilícito. Mas se repelirmos a violência com moderação, isso será lícito. E não é necessário à salvação que se deixe de praticar tal acto de defesa moderada para evitar a morte do outro; porque se está mais obrigado a velar pela própria vida do que pela dos outros".

Por outro lado, a legitima defesa pode ser, não somente um direito como um dever grave, para aquele que é responsável pela vida de outrem, do bem comum, da família ou da sociedade.

O respeito e o crescimento da vida humana exigem a Paz. A Paz não é só a ausência da Guerra, nem

se limita a manter o equilíbrio das forças contrárias. A Paz não é possível na terra sem a garantia dos bens das pessoas, a livre comunicação entre os homens, o respeito da dignidade das pessoas e dos povos e a prática assídua da fraternidade. A Paz é fruto da Justiça e efeito da caridade.

O 5.º Mandamento proíbe a destruição voluntária da vida humana. Por causa dos males e injustiças que toda a guerra trás consigo, a Igreja pressiona constantemente cada um dos seus filhos para que ore e tudo faça de modo que a bondade divina nos livre da velha escravidão da guerra (GS.81§4).

No entanto, enquanto subsistir o perigo da guerra e não houver uma autoridade internacional competente, dotada dos convenientes meios, não se pode negar aos governos, uma vez esgotados todos os recursos de negociações pacíficas, o direito de legitima defesa (GS, 79, §4).

Deve-se ainda a S. Agostinho, bispo de Hipona, a primeira definição de "Guerra Justa":

"Costumam definir-se guerras justas as que vingam injustiças". E S. Tomás de Aquino apresenta três requisitos para a guerra justa: ser declarada por autoridade legitima, com justa causa e recta intenção. Esta teorização manteve-se até ao Concilio Vaticano II, com achegas doutrinárias elaboradas no século XVI por Victória (1487-1546), e Suarez (1548-1617), em que se dizia que "Guerra Justa é aquela que é declarada por uma autoridade legitima, com justa causa, em último recurso, com recta intenção e usando dos meios proporcionados". Os quatro primeiros elementos constituem o chamado "jus ad bellum", o direito de fazer a guerra; o último constitui o "jus in bello", o direito no fazer da guerra. Tais normas serviram de base ao Direito Internacional Público e à moral política.

Assim, e ainda seguindo a Doutrina oficial da Igreja, a legitima defesa pela força das armas deve ter em conta:

Que o prejuízo causado pelo agressor à nação ou comunidades de nações seja duradouro, grave e certo;

Que todos os outros meios de o evitar se tenham revelado impraticáveis ou ineficazes;

Que estejam reunidas as condições sérias de êxito;

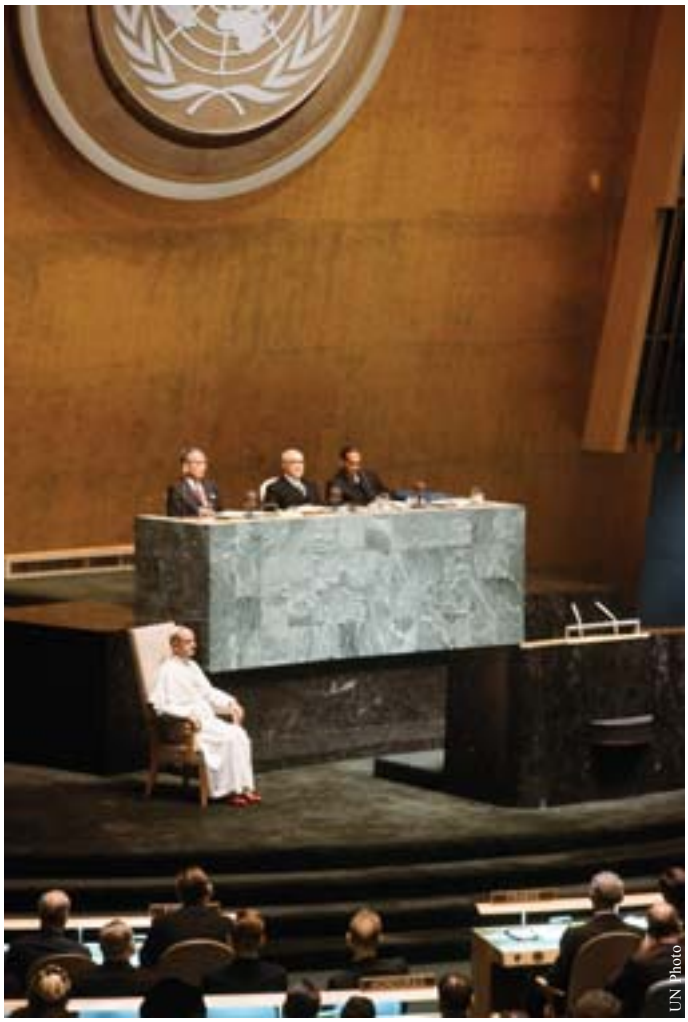
Que o emprego das armas não traga consigo males e desordens mais graves que o mal que se pretendia afastar. O poder de destruição dos meios modernos pesa muito seriamente na apreciação desta condição.

Os poderes públicos têm, neste caso, o direito e o dever de impor aos cidadãos as obrigações necessárias à defesa nacional.

O Concilio Vaticano II afirma na Constituição Pastoral "A Igreja no Mundo actual", (Gaudium et Spes, n.º 79),"aqueles que se dedicam ao serviço da pátria no Exército consideram-se servidores da segurança e da liberdade dos povos na medida em que se desempenham como convém desta tarefa, contribuem verdadeiramente para o estabelecimento da paz". E ainda: "o direito de legítima defesa não pode ser negado aos governos uma vez esgotados todos os meios de solução pacífica pois eles têm o dever de proteger o bem-estar do povo confiado ao seu cuidado".

E Paulo VI chegou a afirmar na sua intervenção na ONU, em 4 de Outubro de 1965, "enquanto o homem continuar a ser esta criatura fraca, mutável e mesmo perversa que tantas

Paulo VI na ONU, em 4 de Outubro de 1965.



vezes mostra ser, as armas de defesa continuarão, desgraçadamente, a ser necessárias".

É certo que desde sempre a guerra aparece ligada ao fenómeno religioso, podendo afirmar-se que todas as grandes religiões exceptuando-se, porventura, o Budismo, valorizam o culto da violência bélica e exaltaram o valor guerreiro.

Chegamos assim às causas da Guerra e seus remédios: "As injustiças, as excessivas desigualdades de ordem económica ou social, a inveja, a desconfiança e o orgulho que grassam entre os homens e as nações, são uma constante ameaça à Paz e provocam as guerras. Tudo o que se faz para combater estas desordens contribuem para edificar a Paz e evitar a guerra. A guerra é uma consequência do pecado e por isso só cessará com a vinda de Cristo".

Na medida em que superem o pecado, unidos na caridade poderão ficar superadas as lutas e pode-se então realizar a Palavra: "com as espadas forjarão os arados e foice com as lanças. Nenhum povo levantará a espada contra outro e jamais se exercitarão para a guerra", pode ler-se em I S 2,4, e G S 78§6.

A procura da paz é, pois, um imperativo moral.

O dia 1.º de Janeiro é anualmente consagrado como dia Mundial da Paz. Por isso não é de estranhar que Sua Santidade o Papa evoque esta data com uma mensagem. Foi o que sucedeu em 2005 em que João Paulo II escolheu como lema "Não te deixes vencer pelo Mal, vence antes o Mal com o Bem", que não é mais que uma exortação de São Paulo aos Romanos (12,21). E, aqui, podemos ver como voltamos à eterna luta entre o Bem e o Mal.

E o Santo Padre urge aos responsáveis pelas nações e aos homens e mulheres de boa vontade para promoverem a paz no mundo através da prática do Bem e a não se deixarem vencer pelo Mal. E ambos (o Bem e o Mal) passam pela liberdade humana ou se quisermos, pelo livre arbítrio.

E clama que "o mal é, em última análise, um trágico esquivar-se às exigências do amor". E que o "bem moral, pelo contrário, nasce do amor e é orientado pelo amor". Chega até, se o quisermos levar às últimas consequências ao amor pelos inimigos, como descrito no Evangelho: "se o teu inimigo tem fome, dá-lhe de comer; se tem sede, dá-lhe de beber" (R M 12,20).

E é sobre este prisma que o Santo Padre fala sobre os conflitos no mundo. E alerta para as visões redutoras da realidade humana que transformam o bem comum em simples bem-estar económico, privado de qualquer finalização transcendente, porque Deus é o fim último das suas criaturas (João Paulo II, carta enc. Centesimus annus, 41: AAS

> As grandes religiões, exceptuando o Budismo, valorizam o culto da violência bélica e exaltaram o valor guerreiro

83 1991). Isto tem como corolário, pôr o Bem Comum ao serviço do desenvolvimento dos povos que constituem a Humanidade, de modo a erradicar a pobreza em que vivem um bilião de seres humanos, e tal facto estar intimamente ligado ao bem da Paz.

E com isto afirma a esperança Cristã: "apoiado na certeza de que o mal não prevalecerá, o cristão cultiva uma indómita esperança, que o sustenta na promoção da justiça e da paz". E se "no mundo está presente e actua o mistério da iniquidade (2Ts 2,7), não se deve esquecer que o homem redimido tem em si energias suficientes para contrastá-lo. E, assim, conclui que nenhum homem ou mulher de boa vontade se pode esquivar ao compromisso de lutar para vencer o mal com o bem. Sendo que é uma batalha que só se trava verdadeiramente com as armas do amor. Quando o Bem vence o Mal reina o amor e onde reina o amor reina a Paz.

Com tudo isto dito podemos partir para uma última reflexão e que é esta: parece seguro que tudo começa no indivíduo, que é membro de uma família e indissociável desta, o que se reflecte em seguida na sociedade e depois desta, nas nações e, finalmente, na comunidade internacional. Parece pois que para se atingir a paz no mundo teremos que estar em primeiro lugar, em paz com nós mesmos e no seio das nossas famílias. Saber e conseguir estar em paz com o nosso eu e com os que nos rodeiam, eis a tarefa primordial e a dificuldade maior. Para se atingir este estádio não há fórmulas matemáticas, receitas absolutas, acções imutáveis. Cada um tem que encontrar o seu equilibro e os outros com ele, o que representa um desafio permanente da vida. É o desafio que temos.

Texto e fotos: Escola Prática deArtilharia

Escola Prática de ARTILHARIA

150 anos

mais afinando a fama portuguesa

(Foto do título) Construção do Palácio das Passagens (fig. 1).

Criação da Escola Prática de Artilharia

A Escola Prática de Artilharia (EPA) foi criada por portaria do Ministro da Guerra, o Visconde de Sá da Bandeira, em 18 de Março de 1861, completando assim em 2011, 150 anos de existência contínua na região de Vendas Novas, terra à qual a ligam fortes laços de afectividade e apoio.

Mas a criação da Escola e do Palácio onde se encontra instalada, encontra as suas raízes num período mais remoto. Deve-se a D. João V a iniciativa da construção do edifício, que hoje constitui um património arquitectónico único no Alto Alentejo. Este monarca iniciou o seu reinado em plena Guerra da Sucessão de Espanha, conflito que poderia materializar o perigo de ligação deste país à grande potência continental, à época materializada pela França. No entanto, a subida ao trono austríaco do imperador Carlos III, pretendente à coroa espanhola, facilitou a paz, que foi assinada em Utreque, em 1714. Na teia de alianças que se seguiu a este conflito, foram acordados os casamentos do Príncipe do Brasil (herdeiro da coroa portuguesa) com a Infanta de Espanha, D. Maria Anna de Bourbon e do Príncipe das Astúrias (herdeiro da coroa espanhola) com a Infanta de Portugal, D. Maria Bárbara. Para garantir um local digno de estadia da comitiva real, que se deslocava de Lisboa ao Caia para efectuar a "troca das princesas", D. João V decidiu construir, em 1728 (fig. 1), segundo Frei José da Natividade, um "palácio encantado no meio da Charneca", o Palácio das Passagens[1].

Foi um desafio enorme, construir em nove meses um Palácio de grandes dimensões e sofisticada decoração interna, dos seus vastos anexos e, ainda, de um edifício de apoio em Pegões, de vários chafarizes e tanques ao longo da estrada, a qual também teve de ser melhorada. O arquitecto escolhido por D. João V para construção do Palácio foi, segundo Pinheiro Chagas, Custódio Vieira, tendo a construção decorrido sob a direcção do Coronel de Engenharia José da Silva Pais e Vasconcelos. Como obra de grande envergadura mobilizou grande parte das alfaias e lavradores circunvizinhos, que não fossem imprescindíveis às suas actividades, tendo também a Casa Real mandado para Vendas Novas todos os carros de carga disponíveis. A matéria-prima utilizada na construção do Palácio veio na sua maioria dos arredores de Vendas Novas, incluindo a madeira, a pedra, a cal, o tijolo e a telha. O abastecimento de água era feito através de um poço, construído para o efeito nas proximidades do Palácio. Mais tarde foi mandado construir, a poucas centenas de metros desta grande edificação, o "Chafariz Real", que ainda hoje, serve a população de Vendas Novas. Este complexo arquitectónico compreende ainda a Capela Real, do estilo barroco e outras instalações anexas. Esta construção, que serviu durante muitos anos como Paróquia de Santo António, é actualmente a Capela Militar da EPA, dedicada a Santa Bárbara, continuando a dar apoio à Comunidade vendasnovense para a realização de diversos eventos, incluindo a celebração da missa dominical, casamentos e baptizados.

Ao longo de um período alargado de tempo o Palácio continuou a servir para acomodar a Corte, nas jornadas de ida e regresso ao Caia, e em outras

actividades lúdicas da família real, pelo que o Palácio cumpriu largamente a função para que foi construído. Em 1755, aquando do grande terramoto de Lisboa, o edifício sofreu alguns danos, tendo levado muitos anos a ser reparado, pois após a passagem das comitivas o Palácio ficava praticamente desabitado. Em 1849, a Rainha D. Maria II ordenou a entrega do Palácio ao Ministério da Fazenda, passando por sua vez, em fins de 1857, ao Ministério da Guerra. Na década de 1850 foram várias as entidades que disputarem partes do edifício ou dos seus anexos. Numa primeira fase a direcção de obras públicas do distrito de Évora utilizou-o como apoio para a melhoria da estrada, que segue em direcção à fronteira; seguidamente, os serviços de "Mala Posta" também utilizaram o edifício e, posteriormente, funcionou ali um posto telegráfico.

Em 1857, a "Companhia de Caminho de Ferro do Sul", aquando da construção da Linha do Sul, entre o Barreiro e Vendas Novas, valendo-se do seu contrato de implementação daquele ramal, pretendeu a posse do "Palácio das Passagens", para nele instalar os seus serviços. Apenas a visão abrangente do Rei D. Pedro V, que se mostrara profundamente desagradado com a ideia de transformar o Palácio em armazéns daquela Companhia, permitiu um aproveitamento mais nobre para o grande edifício. Na sua visão não é de descurar o facto de Vendas Novas se situar num ponto estratégico, já que por ali passava a estrada real e a futura linha-férrea, que se podiam tornar vias importantes para uma eventual invasão de Lisboa; deste modo, uma Unidade militar no povoado, contribuía para a defesa da capital do reino. Por outro lado, a existência de uma Escola de Artilharia era, na altura, uma necessidade imperiosa do Exército, aliado ao facto dos terrenos disponíveis serem baratos, existindo naquele local bastante espaço disponível. Esta é a razão porque a Escola presta um tributo especial àquele Rei, atribuindo-lhe o nome da sua Parada exterior.

Na sequência da decisão real deslocou-se a Vendas Novas, em 29 de Dezembro de 1857, o Coronel Carlos Maria Caula, com a intenção de seleccionar nos arredores da aldeia o terreno mais apropriado para a instalação de um Campo de Instrução de Artilharia. Nos estudos que produziu, identificou duas áreas que satisfaziam as necessidades requeridas, uma a Nordeste, que pertencia à Câmara de Montemor-o-Novo e outra a Sul, que pertencia a particulares. Ambos os estudos, com as respectivas plantas, foram entregues ao General Comandante Geral da Artilharia que, após aprovação, os enviou para o Ministério da Guerra.

Em Agosto de 1858, é enviado novamente a Vendas Novas, o já promovido Brigadeiro Caula, acompanhado do Major Augusto César Neves, sendo este último encarregado de planear a adaptação do Palácio para aquartelamento dos alunos e professores da Escola do Exército, bem como para o pessoal e material destinados aos exercícios praticados no campo de instrução. Por seu turno, o Brigadeiro Caula tinha por tarefa estudar e informar acerca da pretensão da Companhia de Caminho de Ferro do Sul, que tentava apropriar-se de parte importante do mesmo edifício, em particular as cavalariças e cercados, que muito convinham às instalações necessárias ao seu serviço. Esta diligência ficou a dever-se à intervenção pessoal do Rei D. Pedro V, que desejava conservar intacto o Palácio, destinado a quartel do estabelecimento de instrução militar, que se preparava. Ficou assim concretizado o sonho do monarca, complementado com o desvio da linha-férrea junto de Vendas Novas, assegurando-se ainda a isenção do Palácio das pretensões ambiciosas da Companhia de Ferro do Sul.

Rei D. Pedro V (fig. 2).

Ministro Sá da Bandeira (fig. 3).

Em 14 de Março de 1859, o Ministro da Guerra nomeou uma comissão composta pelo Brigadeiro Caula, os Majores Rosiéres, Camarate e César Nunes e o Tenente de Engenharia Silva, destinada a estudar o modo mais conveniente de executar o que antes fora projectado quanto ao "Campo de Instrução" para o Corpo de Artilharia. Em 25 de Novembro de 1859, foi ainda encarregado o Brigadeiro Caula da direcção geral dos trabalhos a executar no Palácio e no terreno destinado ao Polígono da Artilharia, coadjuvado pelos Majores Rosiéres e Camarate. Em Junho de 1860, já se dispunha no Palácio de instalações para alojar o pessoal e os animais necessários às experiências e exercícios; no Polígono, estavam nivelados 1500 metros de carreira para a bateria de sítio, outra de ricochete com o respectivo redente[2], de 350 metros, uma bateria de morteiros e o espaço necessário para a marcha e fogo de uma bateria de campanha. Em 12 de Agosto, o Brigadeiro Caula e os Majores Rosiéres e Camarate, inauguraram o polígono com uma salva real e com um jantar festivo. Mais tarde, a 15 de Outubro, chegou a Vendas Novas o Rei D. Pedro V, acompanhado de grande séquito, na primeira etapa de uma extensa viagem ao Alentejo. É de salientar que, ainda nesta época, existiam aposentos régios disponíveis no Palácio. Finalmente, em 18 de Março de 1861, foi assinada pelo Ministro da Guerra, Visconde de Sá da Bandeira (fig. 3), a portaria que cria o "Campo de Instrução" de Vendas Novas, que incluía a "Escola Prática do Serviço Combinado de Todas as Armas", o "Polígono de Tiro" e o "Campo de Instrução da Escola do Exército".

Breve resenha do percurso da Escola Prática de Artilharia

A EPA, nos 150 anos da sua existência, sofreu variadíssimas transformações, reestruturações e mudanças, sempre procurando adaptar-se às circunstâncias e ao meio envolvente. Como facilmente se pode verificar na mais diversificada documentação existente sobre a sua vida e o seu percurso, a Escola e o seu pessoal sempre cumpriram a missão que lhe foi atribuída com o máximo de rigor, dedicação e saber, tal como naturalmente continua a acontecer nos dias de hoje. A Escola Prática formou milhares de cidadãos, que foram também combatentes nos diversos conflitos em que Portugal participou, nos finais do século XIX, ao longo de todo o século XX e já no presente século XXI. Dando ênfase à sua missão primária, a Escola formou pessoal do Quadro Permanente e contratados, formadores e instrutores, operacionais e pessoal de serviços, Quadros e Praças, pessoal de apoio e administrativos, na instrução geral, na especialidade e em cursos de formação e de qualificação, sempre procurando melhorar os recursos humanos para o desempenho das exigentes funções da vida militar.

De igual forma, a Escola integrou os momentos mais marcantes da História nacional, incluindo o 5 de Outubro de 1910, de que se comemorou recentemente o seu centenário e o 25 de Abril de 1974, que restaurou o regime democrático. Mas a Escola também mobilizou diversas subunidades, em particular para as campanhas da I GM e para as Guerras Ultramarinas, para além de ter preparado inúmeros quadros e tropas para o desempenho de missões de grande exigência, em distintos ambientes operacionais.

Por todas estas razões, mas também pela dedicação, trabalho e saber dos seus membros, a Escola viu reconhecidos os méritos dos serviços por si prestados ostentando, por direito próprio, no estandarte nacional à sua guarda, as seguintes condecorações: Insígnia de Grande Oficial da Ordem Militar de Cristo, Medalha de Ouro de Serviços Distintos, Título de Membro Honorário da Ordem da Liberdade, sendo igualmente herdeira ou fiel depositária de quinze outras condecorações e legendas, incluindo três títulos da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito e seis Cruzes de Guerra de 1ª Classe, pelos feitos em campanha realizados em África, França e Guiné. Foi ainda agraciada com a medalha de

Regresso da coluna militar no dia 25 de Abril de 1974 (fig. 4).

ouro da Cidade de Vendas Novas, em 2004.

A Escola Prática de Artilharia é a Escola Prática mais antiga do Exército Português. Esta Unidade está sediada desde a sua fundação na simpática cidade de Vendas Novas, enchendo de orgulho, para além de todos os artilheiros, também todos os vendasnovenses, pois esta uma realidade que se constitui como um importante factor para o desenvolvimento da Cidade, do Concelho e da região. Importa salientar que a Escola Prática de Artilharia contribuiu, de uma forma decisiva, para o desenvolvimento local e regional, tendo sido precursora da criação do próprio Concelho de Vendas Novas, da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários, da Santa Casa da Misericórdia, do primeiro hospital local, entre tantas outras acções determinantes. Desta forma, a Escola manteve uma grande ligação com a população, a sociedade e as instituições locais, garantindo sempre o apoio aos cidadãos, o que se constitui como um facto marcante e inquestionável, nesta já longa relação entre a comunidade militar e o meio envolvente, garantindo sinergias e benefícios mútuos, tão importantes para o desenvolvimento e progresso local e nacional.

A Escola Prática de Artilharia possui um património arquitectónico notável que inclui, para além do Palácio das Passagens, já mencionado, onde se localiza o seu Comando e Estado-Maior, a Capela, o Museu da EPA e o jardim exterior (fig. 5), que se encontram abertos à população em geral, e o designado Palácio de Caça, localizado no interior do Polígono de Tiro. O Museu é constituído por uma parte exterior, inaugurada em 1979, que inclui um conjunto representativo das peças e obuses que serviram na artilharia portuguesa e por uma parte interior, situada no edifício Sul da Parada General Bernardo Faria, constituída por oito salas e duas galerias, onde se encontram patentes diversos documentos, fotografias e materiais, incluindo diferentes tipos de munições, equipamento topográfico, de referenciação e de transmissões, de meteorologia, de Comando e Direcção de Tiro, uniformes, armamento ligeiro e distintivos, que equiparam a Artilharia Portuguesa. A Escola detém ainda um conjunto significativo de infra-estruturas, que incluem o aquartelamento da formação, localizado a Nascente, um bloco habitacional, localizado a Poente e o Polígono de Tiro, localizado a Norte. No aquartelamento da formação está localizada a Direcção de Formação e o Comando do Grupo Operacional e de Apoio à Formação, bem como os alojamentos do pessoal em formação e algumas estruturas de apoio, incluindo o Centro de Simulação de Apoio de Fogos e Efeitos (CESAFE), onde estão instalados o sistema de simulação, de comando e controlo de Artilharia e os equipamentos de cálculo automático de tiro que, operando conjuntamente, permitem retirar uma maior proficiência do treino[3]. O Polígono de Tiro é

utilizado para o complemento da formação de todos os Artilheiros, onde se efectuam as mais diversas actividades, incluindo o Tiro de Artilharia com os diversos materiais presentes na Escola[4] ou outros vindos do exterior.

A Escola Prática de Artilharia na Actualidade

Desde 2009 a EPA tem atribuída a seguinte missão: "Ministra tirocínios, estágios e cursos de formação, promoção e qualificação na área de Artilharia, e outras superiormente determinadas, para a formação de Oficiais, Sargentos e Praças do Exército. Apronta uma Bateria de Bocas de Fogo do Grupo de Artilharia de Campanha da Brigada de Intervenção. Apronta uma Bateria de Aquisição de Objectivos das Forças de Apoio Geral". Sendo a Formação naturalmente a sua missão primária, aliás razão única da sua existência e do seu desenvolvimento, a Escola tem ainda responsabilidades importantes no âmbito da produção doutrinária, em particular a de natureza técnica artilheira, bem como na investigação, estudo e desenvolvimento do conhecimento da Arma, pelo que se constitui como o mais importante pólo do saber nesta área tão complexa e sofisticada da actividade do Exército. Para além disto, tem ainda a responsabilidade no levantamento de encargos operacionais, através de uma Bateria de Bocas de Fogo, pertencente ao Grupo de Artilharia de Campanha da Brigada de Intervenção e da Bateria de Aquisição de Objectivos, subunidade de características únicas no Exército, integrando as suas Forças de Apoio Geral. Com estes meios, reforçados com militares e equipamentos existentes na Unidade, participa ainda em outras missões de interesse público, em proveito das populações, fazendo face a situações de calamidade, o que se constitui numa preciosa mais-valia para os cidadãos que serve. A par das suas actividades de formação e de natureza operacional, a Escola tem participado em acções de cooperação técnico-militar, em apoio dos países lusófonos, bem como com elementos individuais em Teatros de Operações no estrangeiro, incluindo o Kosovo, Timor e Afeganistão, sob os auspícios das organizações internacionais de que Portugal faz parte, contribuindo desta forma, para a resposta aos compromissos nacionais assumidos.

No que se refere às suas potencialidades, é de salientar que a Escola dispõe de um conjunto diversificado de equipamentos, dos mais modernos existentes no Exército, em particular na área da aquisição de objectivos, armamento, comando e controlo, sistemas de transmissão automática de dados e sistemas de simulação de tiro. Neste âmbito, estão incluídos os radares de localização de armas AN/TPQ-36, ao serviço desde 2003, o radar de localização de alvos móveis RATAC-S, a estação meteorológica automática Marwin MW12, ao serviço desde 2001, os modernos equipamentos de topografia, designadamente o GPS Meridian Color Magellan, GPS TopCon e as Estações Totais de Topografia, o Obus 105 mm M119 Light Gun (fig. 6), que entrou ao serviço em 1998, o Obus M114 155mm, o Sistema Automático de Comando e Controlo de Artilharia (SACC), disponível desde 2005[5], os equipamentos de comunicações da família PRC-525 e o Simulador de Tiro de Artilharia de Campanha (AC) INFRONT IV, que substituiu em 1999 o sistema INVERTRON.

A Formação ministrada na Escola apresenta facetas diversificadas, seja através dos diferentes cursos de qualificação, nomeadamente na área do SACC, da Topografia, da Meteorologia, dos Radares de AC, do Simulador de Tiro de AC, das Transmissões e do Apoio de Fogos e de Introdução ao

Fachada da Escola Prática de Artilharia (fig. 5).

Targeting, os quais permitem fornecer valências em áreas específicas, técnicas e mais modernas do saber artilheiro, seja através dos cursos de formação inicial dos oficiais e sargentos de artilharia, fornecendo as ferramentas de base para que possam ingressar nos quadros permanentes, guarnecendo as unidades de artilharia. De referir ainda os cursos de promoção e progressão na carreira, para oficiais e sargentos, os quais habilitam os militares a desempenhar funções de posto superior. Mas a formação na Escola, não se esgota por aqui. Desde 2004 a EPA é o Centro de Formação Nacional do Curso Especial de Formação de Oficiais (CEFO) e Curso de Formação de Oficiais (CFO), ministrando aos futuros oficiais a formação base necessária ao seu ingresso no Exército como contratados, a par da instrução complementar de especialidade, que é ministrada aos oficiais e sargentos que sejam destinados às especialidades de Campanha, Aquisição de Objectivos ou Direcção do Tiro.

Ao nível da Formação de Praças, a EPA ministra a Pós-Formação Geral às Praças aqui colocadas, destinadas aos diferentes cargos existentes na Unidade, bem como garante, quando solicitado, o Curso de Formação Geral Comum de Praças do Exército. Pontualmente a EPA também ministra o Curso de Promoção a Cabo.

A par da Formação, têm sido desenvolvidos esforços, em coordenação com o escalão superior, para melhorar os diferentes referenciais de curso, rever e actualizar manuais e regulamentos de Artilharia, bem como outras actividades de estudo e pesquisa, procurando dar corpo à acreditação da formação ministrada na EPA. Tem igualmente sido feito um esforço significativo para a implementação e utilização das novas tecnologias ao dispor da Formação, de forma a potenciar a qualidade da mesma e de forma a retirar todas as mais valias que daí possam advir, com a implementação da plataforma *moodle* na EPA.

Conclusão

A Escola, seguindo aquilo que é a sua tradição e as orientações superiores, desenvolve o seu trabalho no sentido de melhorar as suas actividades de formação, incluindo a componente doutrinária, através da investigação e desenvolvimento, do aperfeiçoamento dos recursos humanos e da disponibilização de melhores meios materiais e re-

Obús 105 mm M119 Light Gun (fig. 6).

cursos financeiros. A par da Formação, a Escola anseia por aumentar a proficiência do seu encargo operacional, através de um treino intensivo e da obtenção de novos e melhores equipamentos, em particular na área de aquisição de objectivos. A Escola é a Casa-Mãe do espírito artilheiro, responsável primeira pelo desenvolvimento e aperfeiçoamento dessa mística que a todos une e orgulha, pelo que importa continuar a desenvolvê-la e a protegê-la, passando às gerações vindouras a herança dos nossos antecessores. A Escola continuará a incrementar a sua ligação à Sociedade e ao meio envolvente, certa que ao cumprir a sua missão, em proveito dos cidadãos que serve, estará a contribuir para o seu desenvolvimento e para o prestígio de Portugal.

A Escola investe a parte mais significativa dos seus recursos no aperfeiçoamento do Homem e das mentes, formando bons soldados, líderes de excelência e bons cidadãos, pois essa é a sua vocação e a razão última da sua existência. Para tal, terá que estar preparada para os desafios que se avizinham, antecipando o futuro e vencendo os obstáculos que se coloquem no seu percurso. É determinante que se explorem as oportunidades que se adivinham, em

“A Escola investe a parte mais significativa dos seus recursos no aperfeiçoamento do Homem e das mentes, formando bons soldados, líderes de excelência e bons cidadãos, pois essa é a sua vocação e a razão última da sua existência”

particular as que resultam dos desafios mais recentes que foram lançados: formação em comando e liderança, tecnologias da informação e simulação. Estas são algumas das áreas onde a Escola espera crescer e desenvolver-se nos tempos mais próximos.

Ao longo do seu percurso de 150 anos, a Escola Prática de Artilharia atingiu diferentes níveis de desenvolvimento e de excelência. A par do orgulho da sua história, da humildade do reconhecimento das suas fraquezas e da vontade férrea de melhorar o seu desempenho, ficam os mais ardentes votos de que o futuro continue a justificar as palavras do imortal poeta: “Mais afinando a fama portuguesa”.

Notas

[1] A passagem de comitivas de reis e rainhas, príncipes e princesas, em 1729 e depois em 1785, levou os Vendasnovenses a chamar ao Palácio Real do Povoado, o “*Palácio das Passagens*”. Foi o povo de Vendas Novas que lhe deu o nome, que ficou para a sua história.

[2] Um redente, em arquitectura militar, é uma obra de fortificação com duas faces, sem flancos, formando um ângulo saliente voltado para o lado de um possível ataque. O redente pode ser uma obra permanente ou de campanha, feita de alvenaria ou de terra.

[3] O CESAFE é utilizado não só pelos militares da EPA, mas também por pessoal exterior em formação, incluindo unidades de Fuzileiros.

[4] Existem actualmente na EPA o Obus M119 LG 105mm e o Obus M114 155mm.

[5] Constituído pelo *Advanced Field Artillery Tactical Data System* (AFATDS), o *Battery Computer System* (BCS), o *Forward Observer System* (FOS) e o *Gun Display Unit* (GDU).

Estabelecimentos Fabris do Exército

Manutenção Militar - Exercício de 2010
Resultados Operacionais e Líquidos Positivos

A origem da Manutenção Militar (MM) remonta ao já distante ano de 1862, quando em local conhecido por Rocha do Conde de Óbidos foi inaugurada uma Padaria Militar, para fornecimento deste género alimentar essencial à dieta alimentar das tropas, de forma a suprir claras dificuldades de um quase inexistente tecido produtivo de base industrial Nacional.

No entanto, apenas em 1897, por Decreto-Real de 11 de Junho, é aprovado o Plano de Organização da MM, que passou a ter a sua sede em Lisboa no extinto Convento das Grilas ao Beato.

Organização centenária, a MM constituiu-se como um alicerce absolutamente fundamental para as Forças Armadas, durante o período da Guerra Ultramarina, pois a sua missão de apoio logístico iria estender-se da Guiné a Timor, através de Sucursais, Delegações e Messes. Foi, igualmente, nesta época que surgiram os supermercados, conceito verdadeiramente inovador em termos Nacionais, para apoio à Família Militar.

Estruturada para fazer face a necessidades logísticas de elevado volume, a Manutenção Militar, por via das sucessivas reduções dos efectivos militares e do dispositivo das Forças Armadas e da manutenção de uma estrutura de custos muito pesada, vem conhecendo crescentes dificuldades do ponto de vista económico e financeiro, impeditivos da sua modernização, questionando-se, hoje, o seu verdadeiro valor para o apoio logístico ao Exército Português e às Forças Armadas, de uma forma geral.

Na realidade, os sucessivos resultados anuais negativos, tornam exigível, há já largos anos, uma profunda reestruturação, que permita o seu redimensionamento e reorganização ajustados às reais necessidades de apoio logístico, que actualmente se colocam às Forças Armadas Portuguesas.

No entanto, os consecutivos estudos de viabilidade económico-financeira de que, desde o inicio dos anos 90, a MM tem vindo a ser objecto têm-se revelado inconsequentes e nunca passaram à prática, por falta do indispensável impulso político.

Esta situação foi reiterada, mais recentemente, pela Inspecção Geral de Finanças, no Relatório de Auditoria de Julho de 2008, quando refere: "…desde há largos subsiste um clima de indefinição e incerteza quanto ao futuro da MM, que embora continuando em laboração, desconhece se vai ser extinta, reestruturada ou se continua em actividade sem qualquer alteração da sua natureza. Do ponto de vista da gestão, este aspecto é limitativo, o que resulta óbvio se atentarmos na necessidade de tomar decisões de investimento, quer em maquinaria, ou em recursos humanos ou ainda em sistemas informáticos."

Atentos a este contexto, de uma extinção ou de uma reestruturação, sucessivamente anunciadas e sucessivamente proteladas, a Manutenção Militar, no início de 2010, em consonância com orientações emanadas pelo Tenente-General Quartel-Mestre-General, encetou uma gradual reorganização interna, considerando o sentido de urgência na procura de um equilíbrio da sua situação económica, a qual apresentava sucessivos prejuízos anuais de exploração, e colocando em questão a sua viabilidade económica. Nesta medida, foram formulados um conjunto de objectivos, que decorriam da necessidade de concentrar a actividade da MM num núcleo central de competências, que realmente acrescentam valor ao Exército e para as quais o Estabelecimento está especialmente qualificado: a gestão das Messes Militares, como vector fundamental do sistema de alimentação do Exército, pelo apoio que garantem a muitas Unidades Estabelecimentos e Orgãos (UEO) situadas na sua proximidade, e a consolidação, como plataforma logística, para o reabastecimento de alimentação (géneros e confeccionada) a todas as UEO.

Nesta sequência, foi alterado o modelo de funcionamento das Messes (sector tradicionalmente deficitário), através da concentração dos melhores recursos humanos em cozinhas de confecção centralizada (C3), garantindo níveis mais elevados de eficiência, combatendo, decisivamente, o desperdício e reduzindo drasticamente os custos de todas as operações.

Com o encerramento contabilístico do ano económico de 2010, já realizado, é agora possível realizar uma avaliação objectiva e quantificada dos resultados obtidos com a estratégia que tem vindo a ser implementada.

Assim, pela primeira vez nos últimos 10 anos, a

MM conseguiu encerrar um ano económico com resultados operacionais e resultados líquidos marcadamente positivos, sem ter alienado qualquer bem do seu património.

Estes resultados absolutamente históricos, alcançados num contexto Nacional de grave crise económica e financeira, permitiram, já em 2011, reduzir o preço do alojamento praticado nas Messes para os militares deslocados e suas famílias, diminuir o preço da alimentação nas Messes aos militares colocados em UEO, sem serviço de alimentação próprio, bem como manter todos os restantes preços inalterados.

Paralelamente, a MM iniciou, igualmente, uma estratégia de redução gradual do seu passivo, efectuando, no final de 2010, uma amortização parcial de um empréstimo concedido, na década de 90, pela CGD.

De igual modo, as eficiências de gestão que estão a ser encontradas, permitiram, já para 2011, cativar uma verba para investimentos, no sentido de se iniciar a recuperação de algumas das infra-estruturas e equipamentos, que se encontram mais degradados.

Por outro lado, a melhoria de todos os ratios financeiros possibilitou uma redução significativa do Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores, o qual, presentemente, se cifra num valor não superior a 120 dias para os fornecedores correntes, e que se deverá reflectir na melhoria da qualidade dos géneros alimentares fornecidos a todas as UEO, por via de um controlo de qualidade mais exigente e rigoroso.

Para o corrente ano de 2011, o desafio da MM é o de manter os resultados operacionais em valores positivos, garantindo a estabilização da sua situação económica e a sustentabilidade do seu modelo de funcionamento, sendo certo que os elementos do contexto que são relevantes para o seu funcionamento se agravaram, praticamente, na sua totalidade. Assim, a forte contenção orçamental a que o Exército está sujeito (redução em 15% das suas dotações orçamentais), associada à diminuição dos efectivos militares determinada na Lei do Orçamento, irão causar, certamente, uma redução dos proveitos da MM na venda de "rancho". Paralelamente, nesta área de actividade, está a assistir-se a uma subida generalizada dos preços das mercadorias adquiridas, particularmente dos géneros alimentares, a que se associam a subida dos combustíveis e das taxas de juro (ao que alguém já designou por "tempestade perfeita"), factores que conduzirão inevitavelmente a uma redução das Margens Brutas do Estabelecimento, e a um agravamento generalizado dos custos das suas operações.

Contudo, a MM manterá a sua determinação na prossecução das linhas de acção que estão implementadas e definidas superiormente, em coerência com a estratégia formulada, procurando alcançar ganhos

de eficiência, onde tal se mostre ainda possível, combatendo o desperdício e racionalizando o emprego de meios, garantindo a melhor qualidade de serviço aos seus utentes: O Exército Português, o Militar e a sua Família.

Por último, não pode deixar de se referir que uma Organização com a tipologia de missões que a MM cumpre neste momento, detém inequívoca relevância num horizonte futuro, pois parece revelar-se prudente que o Exército não esteja exclusivamente dependente do funcionamento do mercado para prover as suas necessidades diárias de abastecimentos da Classe I (víveres). Acresce, neste particular, que estas necessidades poderão adquirir especial importância em períodos de emergência Nacional, durante os quais a existência de níveis de segurança de víveres e de rações de combate será imprescindível, particularmente, nos momentos iniciais de emprego de forças militares em resposta a uma situação de crise.

Paralelamente, a complementaridade desta Organização em apoio do Sistema Nacional de Protecção Civil é algo que não deverá ser minorado, pois a catástrofe ocorrida no início de 2010 no Funchal permitiu validar a mais-valia da existência de uma Delegação da MM na cidade, uma vez que os apoios iniciais em géneros alimentares ao RG 3 e à população que ali se acolheu, foram efectuados precisamente a partir desta Delegação.

Em síntese, a MM é uma organização centenária, criada por decreto Real datado de 1897, que encetou uma reorganização interna, com vista a estabilizar a sua situação económica e financeira e, assim, poder responder, de uma forma mais afirmativa e eficaz, às tarefas decorrentes do seu quadro de missões de apoio logístico, e que anseia por condições que permitam a sua reestruturação, de forma a garantir a sua modernização, para melhor responder aos desafios que se colocam ao Exército e ao País.

Alferes RC Nelson Cavaco

CECA

31 anos a consolidar a doutrina militar

Entrevista ao Major-General Nascimento Garcia

Decorria o dia 10 de Agosto de 1941 quando, no Regimento de Infantaria N.º 6, Henrique António do Nascimento Garcia abraçou o início da sua vida militar.

Nascimento Garcia, hoje Major-General (MGEN) com 90 anos de idade e na situação de Reforma desde Dezembro de 1990, continua de corpo e alma a dar o seu contributo ao Exército e à Pátria.

Em 1979, o então Brigadeiro Nascimento Garcia foi um dos impulsionadores que, liderados pelo General Manuel Freire Themudo Barata, criaram a Comissão para o Estudo das Campanhas de África (CECA).

Criada em 16 de Fevereiro, pela Portaria N.º 43/80, a CECA tem sido responsável por um importante trabalho de localização, recolha, reunião, classificação e inventariação de milhares de documentos sobre os 13 anos de guerra do Ultramar.

Durante 31 anos de existência foram publicados 25 livros, os quais têm sido acompanhados de perto pelo único elemento da CECA que foi também responsável pelo seu surgimento – o MGEN Nascimento Garcia.

Sentado frente à sua fiel secretária e orgulhosa-

mente acompanhado pela estátua de um leão (que faz questão de exibir), humildemente partilhou com o Jornal do Exército o reviver e consolidar do passado da CECA.

Jornal do Exército (JE) – Como surgiu a ideia para a criação da Comissão para o Estudo das Campanhas de África (CECA)?

MGEN Nascimento Garcia – A criação da Comissão foi iniciativa do General Themudo Barata que nessa altura era Director do chamado Serviço Histórico Militar. O General tinha estado em África durante as campanhas e julgou que era absolutamente indispensável deixar um testemunho do que foi a acção do Exército em África: Guiné, Angola e Moçambique, durante os anos de 1961 a 1974. O Sr. General fez uma proposta, justificando as razões (que constam na Portaria n.º43/80 de 16 de Fevereiro) e, simultaneamente, uma perspectiva daquilo que iriam ser os trabalhos da Comissão.

A proposta foi apresentada ao Chefe do Estado-Maior do Exército, nessa altura o General Pedro Cardoso, que elaborou o Despacho para iniciar oficialmente a Comissão, embora a Comissão já tivesse começado a trabalhar antes. A portaria é de 1980 e a Comissão começara a trabalhar em 1979.

JE – Quais eram os elementos que compunham a CECA aquando da sua criação?

MGEN Nascimento Garcia – A Comissão foi constituída pelo General Themudo Barata que propôs ao CEME a inclusão de alguns colaboradores. Eramos sete. (General Themudo Barata; Brigadeiro Nascimento Garcia; Coronel Manuel dos Santos Moreira; Coronel António Vaz Antunes; Coronel Fernando Ruas Fernandes Caldeira; Coronel António Gomes Baptista Ferro; Major António Lopes Pires Nunes). Reunia uma vez por semana e funcionava na Direcção de Serviço Histórico Militar, que nessa altura era na Mouraria, na freguesia de Socorro, no chamado Colleginho, um edifício histórico, que foi o primeiro colégio que os Jesuítas tiveram no mundo.

Cada um encarregue de um capítulo, que depois era discutido e analisado… e assim se fez o I Volume. A Comissão manteve-se assim durante algum tempo.

Posteriormente enveredou por uma sistematização do trabalho por sectores e então cada sector foi entregue a um ou dois oficiais.

Só um dos sete não tinha outra ocupação e, talvez por isso, ficou com o cargo de secretário.

JE – Quais os objectivos que pretenderam atingir com a criação da CECA?

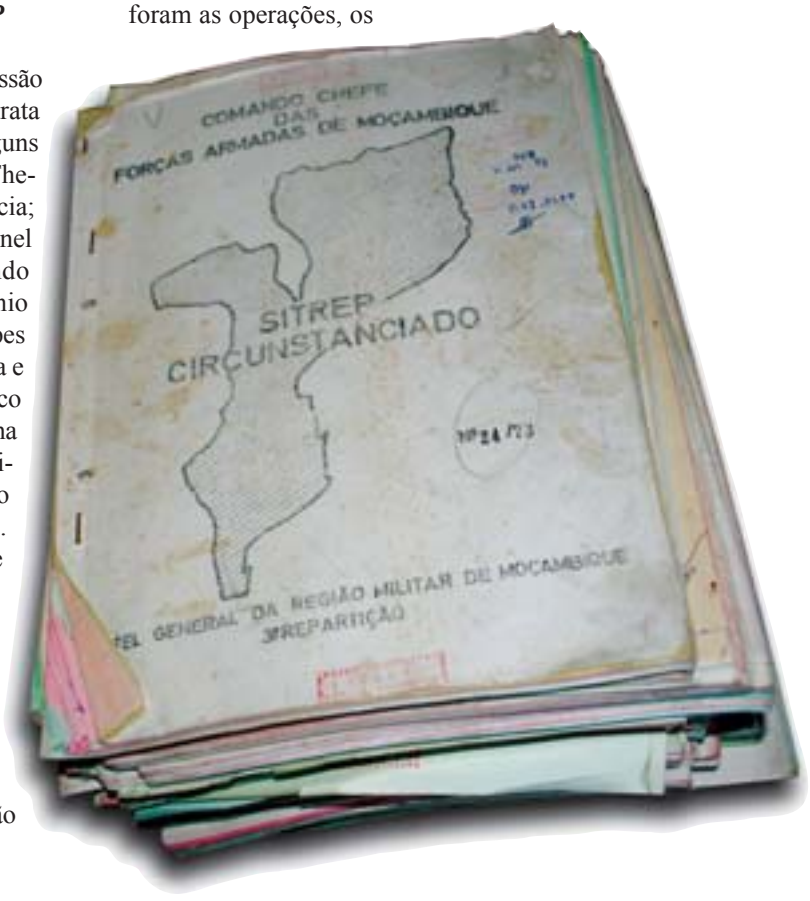
MGEN Nascimento Garcia – Recorrendo à Portaria posso aqui enumerar alguns:

- "…consolidar e enriquecer a doutrina militar no que diz respeito à guerra não convencional.";
- "…facultar uma base idónea para que, no futuro, aquela análise se possa vir a fazer com o desejado rigor.";
- "…localizar, recuperar ou reconstruir documentação.";

…

JE – Em 1979 ainda se viviam as sequelas do processo de descolonização. Foi fácil conseguir aceder à documentação?

MGEN Nascimento Garcia – O levantamento e a pesquisa estenderam-se ao longo dos anos porque houve vários tipos de trabalhos, volumes por sectores. O primeiro, a que chamamos Enquadramento Geral, procura dar uma amostra do que era o Exército antes das operações em África e do princípio do que foi a sua organização lá. Aí foi relativamente fácil, porque havia muitos elementos. A partir daí, quando começamos a procurar as realidades que foram as operações, os



mortos…, a pesquisa foi mais prolongada. Recorremos aos camaradas que estiveram em África, ouvimos vários, e recorremos aos arquivos: Arquivo Histórico Militar, Arquivo Geral do Exército, ao Arquivo Ultramarino da Junqueira. Deste conjunto foi possível apresentar um trabalho que nos parece razoável, mas com a consciência de que há mais coisas que não conseguimos atingir. Há arquivos que não conseguimos aceder, por exemplo o Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que tem muitas coisas relativas a África, às operações e à condução superior das operações, mas, nessa altura, o arquivo estava fechado para reconstrução, o que durou anos e anos, de maneira que desistimos dessa fonte.

JE – Falou da colaboração dos militares que prestaram serviço no Ultramar que passaram informação à CECA sobre as suas actividades durante a guerra. Que tipo de informação/ elementos era essa?

MGEN Nascimento Garcia – Foram depoimentos escritos e verbais através de conversas, alguns com colaboração muito válida, e também fornecendo documentos que tinham sobre actividades militares que guardavam nos seus arquivos pessoais e que cederam à Comissão. A Comissão tem hoje um arquivo, constituído por larguíssimas dezenas de pastas e arquivos sobre a Guiné, Angola e Moçambique.

JE – O Arquivo está disponível para consulta ao público em geral?

MGEN Nascimento Garcia – O arquivo é privativo da Comissão e quando a Comissão terminar os trabalhos será entregue ao Arquivo Histórico Militar. No entanto, se houver interessados (como já houve), que pretendem fazer um doutoramento, uma tese de mestrado, faculta-se o acesso ao arquivo. Ao público em geral não está aberto e nem temos condições para isso.

JE – Foram recentemente apresentados mais quatro livros (Fichas das Unidades e Mortos) a juntar aos 21 já publicados. Temas como o Enquadramento Geral, Dispositivos das Forças em Angola, Guiné e Moçambique, Condecorações Militares Atribuídas têm sido tratados. Que outros trabalhos estão já planeados ou pensa a CECA vir a desenvolver?

MGEN Nascimento Garcia – A Comissão está a trabalhar na temática da Engenharia nas Campanhas, que pretende mostrar a acção das tropas de engenharia na Guiné, Angola e Moçambique. Já está muito avançado, encontra-se na fase da recolha de fotografias.

Temos um outro em revisões sobre a Intendência nas Campanhas (alimentação, transportes, etc.), mas o primeiro volume que vai sair é só relativo a Angola. Guiné e Moçambique orientaram-se pelo padrão de Angola, que serviu de esquema base.

Temos ainda um trabalho sobre as operações em Moçambique, também em fase de conclusão – estamos a fazer o prefácio.

Suponho que este ano estes três livros estarão prontos. Há ainda atrasado um livro – que está mais complicado – que diz respeito às Fichas das Unidades. No que diz respeito a Angola fizemos as fichas de Unidades referentes a Batalhões, mas não fizemos às Companhias que são inúmeras e o oficial que está encarregado disso está com dificuldades em dedicar tempo ao assunto.

JE – Houve algum tema que, por falta de informação ou qualquer outro contratempo, a CECA não conseguiu analisar?

MGEN Nascimento Garcia – Houve aspectos que a CECA não conseguiu abordar e um aspecto importante foi a acção psicológica do Exército durante as Campanhas, muito significativa e muito necessária. Outro aspecto foi o serviço de saúde que teve um papel essencial e indispensável de apoio às tropas, que tinham a noção de que um soldado que chegasse ao hospital estava salvo em 85 por cento dos casos.

O 3.º aspecto que faltou foi a colaboração das Unidades tipo Companhia que foram mobilizadas

pelas Unidades próprias dos territórios – as chamadas Unidades da Guarnição Normal. O que nós temos são as Unidades de Reforço, ou seja, as que foram de Lisboa para lá, mas as locais não temos referência nenhuma, porque os arquivos ficaram nos respectivos locais, de maneira que não foi possível incluir essas Companhias.

JE – Da experiência que tem ao longo destes 31 anos na CECA, acha que a informação se vai esgotar ou haverá sempre mais assuntos a explorar nos 13 anos de campanhas de África?

MGEN Nascimento Garcia – A CECA procura fazer um trabalho exclusivamente militar, com o rigor e exaustividade possível, mas claro que há sempre vários ângulos de interpretar as Campanhas e não se sabe se aparecem outros que as interpretem de maneira diferente. Para além daqueles aspectos que nós não abordamos ainda é possível haver outros que olhem para eles de outra forma, o que julgo acontecer com alguma frequência.

Nós temos uma perspectiva militar, impessoal e colectiva do Exército. Apresentamos o Exército como nação e do povo que esteve ali durante 13 anos. Quisemos representar esse sacrifício.

JE – Enquanto militar no activo esteve no Teatro de Operações em África. Quantas comissões efectuou?

MGEN Nascimento Garcia – Comissões de Campanha fiz três, todas em Angola. Do antecedente, antes de começar a Campanha, já tinha feito mais duas. Depois, em plenas campanhas tive uma função civil em Moçambique.

JE – Ao folhear os milhares de páginas dos documentos da CECA, para a recolha da informação, sente algum saudosismo?

MGEN Nascimento Garcia – Não sinto saudosismo, revejo-me em alguns documentos que aparecem sobre situações que me dizem directamente respeito e outras que estavam na minha envolvência e tive conhecimento delas. Saudosismo não, porque a vida de Campanha não gera saudades.

JE – Em ano de comemoração do cinquentenário do início da Guerra no Ultramar, a CECA tem programado algum evento ou acção para a efeméride?

MGEN Nascimento Garcia – A CECA funciona integrada na Direcção de História e Cultura Militar, que lhe dá todo o apoio administrativo e logístico. Mesmo quando se trata de publicar livros a DHCM é que se encarrega de os publicar. Portanto nós não vamos ter iniciativa nenhuma. Estamos disponíveis para nos associar, como fizemos agora no dia 21 de Março no Museu Militar, a propósito da apresentação dos quatro livros, onde se fez uma referência muito alargada ao início das operações e do seu desenvolvimento.

Estamos apenas abertos a colaboração, até porque a CECA está reduzida a um número muito pequeno de oficiais na reforma (nove).

JE – A CECA vive do trabalho de militares, que tal como o Sr. General são voluntários. Sente que há quem vos queira seguir os passos?

MGEN Nascimento Garcia – Claramente voluntários e graciosos. No que me diz respeito, julgo que terminados os trabalhos, este grupo que constitui actualmente a CECA vai por termo à sua colaboração ao fim de todos estes livros. Não quer dizer que a DHCM não consiga encontrar mais voluntários, relançar a CECA para tratar aqueles aspectos que nós não conseguimos tratar, ou outros que entendam tratar. Mas, por nós, uma vez concluídos os trabalhos que estão agora em curso, damos por encerrados.

Tenente-Coronel ManuelAugusto de Faria

Terceira

A Ilha Rebelde (1580-1642)

Enquanto o Reino de Portugal se afundava política, económica e socialmente na aventura belicista de D. Sebastião e na crise desencadeada por Alcácer-Quibir (1578), a cidade de Angra, na Ilha Terceira, fervilhava de gentes e de comércio. *Universal escala do mar do ponente*, na definição de Gaspar Frutuoso[1] , nela ancoravam as naus de retorno da Índia e das Américas; às suas ruas em quadrícula[2] cada vez mais acorriam biscainhos, castelhanos, catalães, flamengos e italianos, em busca de especiarias, pedras e metais preciosos, procurando maior lucro do que haveriam, uma vez as frotas aportadas a Lisboa ou Sevilha, onde as mercadorias ficariam sujeitas ao controlo das repartições oficiais.

Aclamado em Lisboa rei de Portugal, D. António, prior do Crato, enviou um emissário aos Açores, para que a sua aclamação fosse também promovida no Arquipélago. Todas as câmaras das ilhas renderam vassalagem ao novo soberano (Julho/Agosto de 1580). Passados poucos dias, estando já D. Filipe de posse de Lisboa e obedecido pelos governadores de Portugal, mandou este rei aos Açores o fidalgo Diogo Gomes, para que este fomentasse a sua aclamação nas ilhas (Agosto de 1580). Apaticamente recebido em Ponta Delgada, menos aceite em Angra,

Foto do autor

in Quadros da História de Portugal

Diogo Gomes regressou ao Reino sem que a situação no Arquipélago tivesse ficado definida: a aclamação de D. António em Ponta Delgada fizera-se por recomendação do capitão-donatário, então ausente no Reino, tendo o corregedor Ciprião de Figueiredo defendido acerrimamente, em Angra, a causa antoniana. Em Janeiro de 1581, desbaratados que haviam sido os fiéis de D. António na batalha de Alcântara (25 de Agosto de 1580) e fugido ele do Reino, a câmara de Ponta Delgada reconheceu a soberania de D. Filipe; a Terceira, porém, e, com ela, as *ilhas de baixo* (Graciosa, São Jorge, Pico, Faial, Flores e Corvo) que à sua volta gravitavam política e economicamente[3] mantiveram o juramento de fidelidade a D. António. E só pela força das armas, em 1583, a Terceira se submeteria à soberania de D. Filipe I[4].

Que motivações estariam subjacentes a esta rebeldia, ou melhor, a esta constância à fidelidade ao Prior do Crato?

Dificilmente aqui vingará o fator económico frequentemente invocado para explicar idêntico fenómeno no território continental: Angra era, então, uma cidade próspera, prosperidade que lhe advinha, em grande parte e precisamente, do trânsito pelo seu porto, das frotas das Índias espanholas.

Em 1580, na sequência da chegada a Angra da notícia da morte do Rei-Cardeal e da aclamação de D. António pelas câmaras de Santarém e Lisboa, todos os juízes, vereadores e procurador da Câmara, bem como as principais figuras civis, religiosas e militares da capitania, nomeadamente, o bispo D. Pedro de Castilho e o corregedor Ciprião de Figueiredo[5], não hesitaram em jurar fidelidade ao Prior do Crato (Julho de 1580). Apesar de já, então, ser do conhecimento dos Angrenses a invasão do território nacional pelo duque de Alba e a queda de Elvas; não obstante muitos deles duvidarem da possibilidade de o Reino resistir a um monarca tão poderoso como D. Filipe II de Espanha.

Começa, contudo e desde logo, a acentuar-se uma insanável clivagem na sociedade angrense. Enquanto a maioria da nobreza e o clero mais esclarecido – com destaque para o bispo D. Pedro de Castilho e os Jesuítas – conscientes da inevitabilidade do reconhecimento do rei espanhol, questionam a oportunidade e a viabilidade do projeto personificado por D. António, o povo e o clero mais próximo dele, nomeadamente os Franciscanos, mantêm acesa a causa antoniana. Ao juízo ponderado e objetivo da maioria das elites, contrapõe-se o sentimento de liberdade, o sentimento de independência nacional da praça pública[6]. E remeto a questão para o foro do sentimento, das paixões, pois é neles que radica o discurso oficial, manipulador, obscurantista, assente, quantas vezes, na mentira; tanto o discurso de quinhentos, como o discurso recente. São eles, pelo menos, a face visível duma realidade social, económica ou cultural, quiçá mais profunda, certamente mais complexa.

> Na sequência da chegada a Angra da notícia da aclamação de D. António pelas câmaras de Santarém e Lisboa, todos os juízes, vereadores e procurador da Câmara, o bispo D. Pedro de Castilho e o corregedor Ciprião de Figueiredo não hesitaram em jurar fidelidade ao Prior do Crato

A quem aproveitava, em tal conjuntura, o patriotismo do povo de Angra? Quem lidera, quem sustenta esta causa antoniana? Julgo dever eleger, em primeiro lugar, o corregedor Ciprião de Figueiredo, partidário assumido de D. António, chegado aos Açores escassos dois anos antes, mas que, com o seu discurso legalista e a sua capacidade de persuasão, captara popularidade pela habilidade na gestão dos conflitos locais. E o que não alcança o corregedor, atinge o clero no púlpito e no confessionário. Ou mais propriamente, algum clero, aquele clero que, assim parece, se via ameaçado pela crescente influên-

cia junto da elite local e pelo vigor inteletual dos Jesuítas, instalados na Terceira havia apenas dez anos.

O povo não precisava de pão; era preciso dar-lhe circo. E houve circo quanto bastasse, até à saciedade. Aqui recordo alguns episódios, em jeito de ensaio.

A primeira vítima foi o bispo de Angra, D. Pedro de Castilho. Por uma questão de jurisdição, em breve entrou em conflito com o corregedor, retirando-se para S. Miguel a pretexto duma visita pastoral, de fato para fugir às sentenças do seu adversário.

À medida que cada vez se tornava mais incerta a causa antoniana, quer pela ausência de iniciativas vencedoras, quer pela sucessão de reveses, crescia nos homens nobres e mais esclarecidos de Angra a preocupação pelas consequências que poderiam advir para a cidade, da continuação do estado de rebelião. Impunha-se, assim entendiam, aclamar, quanto antes, D. Filipe, e pôr termo à onda de loucura e imponderação que dominava as mentes do vulgo e norteava os seus atos. Assim, quando nos finais de Setembro de 1580 surgiu uma grande nau, e a todos ocorreu a ideia de que vinha negociar a entrega da ilha, João de Bettencourt, um dos principais da cidade que estivera presente na sessão da câmara onde se jurara fidelidade a D. António, fiado no seu prestígio e na boa opinião em que era tido, saiu à rua montando, dando vivas a D. Filipe. Contra tudo o que previra, acorreram os populares de todos os lados, vaiaram-no, apedrejaram-no, e tê-lo-iam matado se não se tivesse refugiado numa casa sua na rua Direita. Só se acalmaram os ânimos quando o infeliz foi preso pelo alcaide da cidade e, presente a Ciprião de Figueiredo, foi atirado para as masmorras. Receosos os seus apoiantes, viram-se obrigados a fugir para os matos, onde ficariam homiziados por mais de um ano.

Seguem-se outras prisões ordenadas pelo próprio corregedor, todas elas entre os principais da terra e sempre que a suspeita de inconfidência se levanta. Simultaneamente, cada vez mais são aqueles que abandonam a cidade e se refugiam no escuso dos matos.

Mal havia sido D. António aclamado na Terceira, quando apareceu ao largo, rumando a Angra, uma armada espanhola. Deduzindo-se ao que ela vinha, tocou-se a rebate por toda a ilha, convocando as tropas das companhias de ordenanças. Mas ninguém compareceu para impedir qualquer desembarque. De fato, trazia um emissário dos governadores de Portugal com instruções para que nos Açores fosse reconhecida a soberania de D. Filipe. O povo de Angra manifestou-se, sustentando que só reco-

Wikimedia Commons

Monumento em memória "do feito maior da história da Terceira: a Batalha da Salga".
(Lema do RG1 e da RAA é um excerto da carta escrita a 13 de Fevereiro de 1582 por Ciprião de Figueiredo, ao rei Filipe II de Castela recusando-lhe a sujeição da ilha Terceira).

nheceria D. Filipe, se D. António o desobrigasse do juramente de fidelidade que lhe havia feito. Ficou, assim, a questão adiada; não sem que Ciprião de Figueiredo criticasse severamente a atitude das companhias de ordenanças, obrigando os seus capitães a juramento de fidelidade a D. António.

Quando à cidade chega a informação do desaire de Alcântara, e com ela cartas dos governadores de Lisboa chamando os Terceirenses à obediência a D. Filipe, o povo amotina-se. Não recusa inequivocamente a soberania filipina; antes, invocando o juramento feito a D. António em aclamação pública, procura honrar esse compromisso, enviando a Aveiro emissários para dele receberem instruções - um representante da nobreza e um representante da casa dos vinte e quatro, assessorados pelo frade franciscano Frei Belchior. Está-se no mero campo da honra e da fidelidade à palavra. E, se se quiser, honra e fidelidade ancoradas num sentimento mais profundo de patriotismo. Os emissários encontram um D. António acossado, curando as feridas de Alcântara. Regressados a Angra, acompanhados do povo que os vai receber ao cais, dirigem-se de imediato à igreja da Misericórdia, ali a dois passos, para informarem a todos das novas que traziam. É Frei Belchior quem sobe ao púlpito e, num discurso inflamado e demagógico, traça o retrato de um D. António vigoroso, senhor de um exército de doze mil homens bem treinados e robustos, prontos a combater vitoriosamente as forças invasoras, dispostos a sacrificar as suas vidas pela sua Real Coroa. Puro logro, mas que convence e arrasta o vulgo, que emudece, temerosos, os outros dois emissários.

Nos primeiros dias de 1581, chegou ao porto de Angra uma nau de guerra francesa capitaneada por António Scalin. Perguntado sobre se trazia novas de D. António, respondeu que ele se encontrava em França com grande poder e numeroso séquito, com esperança de em breve se ver investido no seu reino. Fizeram-se luminárias na cidade, enfeitaram-se as ruas, comeu-se e bebeu-se melhor, e dançou-se. A outra coisa, aliás, não viera Scalin, senão para manter acesa, mesmo à custa do embuste, uma chama que cada vez mais se extinguia. De fato, esperava-se, então, que a qualquer momento D. António chegasse a França, sem ao certo se saber do seu paradeiro, enquanto o conde de Vimioso se esforçava por manter naquele reino o apoio à causa antoniana. E quando dias depois entrou na baía de Angra uma nau transportando Ambrósio de Aguiar como governador dos Açores por parte de D. Filipe I, veio encontrar a cidade no auge do fervor patriótico, pronta a tirar-lhe a vida se persistisse no desembarque.

Estavam criados os condicionamentos psicológicos – afetivos ou passionais –, necessários para enformar o feito maior da história da Terceira: a batalha da Salga.

Em meados de Junho de 1581[7], zarpou do Tejo uma esquadra de oito navios, sob o comando de D. Pedro de Valdez, levando uma guarnição de cerca de quinhentos soldados e oitenta artilheiros espanhóis, cuja missão era, primeiro, prestar apoio às naus das Índias e evitar que a frota portuguesa da Índia ancorasse em Angra; e, posteriormente, reforçada a expedição com uma esquadra comandada por D. Lope de Figueiroa, que entretanto zarparia para os Açores, reduzir a Terceira à obediência a D. Filipe. D. Pedro de Valdez, porém, crente no apoio que lhe dariam os terceirenses apoiantes de D. Filipe e ávido de colher sozinho os louros da submissão da ilha, dirigiu-se para a Terceira, procurou previamente convencer os terceirenses a acatarem o domínio filipino sem resistência e, perante as manifestações de hostilidade vindas de terra, em 25 de Julho, fez desembarcar na baía da Salga, a cerca de 10 quilómetros a leste de Angra, sem resistência, uma força entre os trezentos e os quatrocentos soldados. Iludidos pela facilidade do desembarque, não trataram os espanhóis de se posicionar vantajosamente no terreno, antes dedicaram-se à pilhagem dos campos e das casas dos poucos moradores do

briefcamkonrad.blogspot.com

Em 1583 nova armada é organizada, pelo marquês de Santa Cruz, para conquistar a Terceira, aproximadamente com a mesma capacidade bélica da de 1582.

local, e a pequenas escaramuças, convocando os terceirenses para revolta e a defesa. De toda a ilha acorrem os soldados das ordenanças, e em poucas horas os espanhóis ficam cercados por uns quatro mil combatentes, sob o comando do corregedor Ciprião de Figueiredo. A desproporção das forças em confronto é avassaladora e, só por si, capaz de ditar o desfecho da luta. Mas os espanhóis são soldados profissionais e experientes, dispostos a vender caro a vida, enquanto as ordenanças são lavradores, pescadores, homens dos ofícios, inábeis nas lides da guerra. Perante a mortandade entre defensores que se adivinha, um frade em armas – invocando Aníbal, diz-se – propõe que se arrebanhe o gado vacum[8] que, em abundância, pasta nas redondezas, e se o lance sobre os invasores. Perante tão inusitado adversário, os espanhóis quando, inesperadamente, se vêm enredados e espezinhados pelo gado que sobre eles se abate em tropel desenfreado, desorganizam-se, entram em debandada e facilmente são, todos eles e apesar dos pedidos de clemência, barbaramente chacinados. Os poucos que se lançam ao mar na esperança de alcançar os navios a nado morrem afogados, arrastados para o fundo das águas pelo peso das armaduras[9] .

A vitória das forças defensivas terceirenses explica-se pela sua desmedida superioridade numérica; mas sobretudo pela inteligência com que foram utilizados com eficiência os recursos de quem combate no seu terreno, para neutralizar a também desmedida capacidade guerreira, esta em seu desfavor. Injustificável, mesmo para a época, foi a barbaridade com que foram tratados os vencidos; a não ser pela manipulação do discurso nacionalista – a História ao serviço da política –, sempre alienatório, xenófobo e oportunista, que cega o vulgo e desperta os mais baixos instintos de sectarismo e crueldade. A vitória dos terceirenses fez transbordar o seu patriotismo e orgulho; mas ditou, também, a sua desgraça.

Com a batalha da Salga, o conflito internacionaliza-se: a questão já não é o reconhecimento de um soberano pelos ilhéus ou mesmo o domínio das ilhas por um ou outro rei; mas, pela posse delas, o controlo das rotas marítimas intercontinentais do Atlântico Norte. Até então, D. António tivera dificuldade em cativar para a sua causa as simpatias das nações rivais de Espanha: Inglaterra, Holanda e França, principalmente. Ocupado o território português pelo exército espanhol e desbaratadas as tropas portuguesas em Alcântara, com D. Filipe I reconhecido rei de Portugal em todo o império, pouco ou nada podia ele oferecer, em troca dos apoios que pedia. A partir de agora, D. António passou a apresentar-se com a chave da segurança do comércio marítimo intercontinental. Ou seja, a posse da Terceira e, por extensão, dos Açores, era vital para a manutenção do império filipino; o controlo da ilha pela Inglaterra ou França significava o fim da hegemonia desse império e a realização dos propósitos destes países de também partilharem os territórios de além-mar. A Inglaterra e a Holanda, mas sobretudo a França, começaram a enviar expedições militares e contingentes de soldados para apoio das milícias terceirenses ou, inconfessadamente, para domínio da ilha. O porto de Angra passou a base de navios corsários. A transferência de soberania dos Açores, chegou a pesar na balança das negociações de D. António para obter os apoios internacionais.

Mas, paradoxalmente, com a batalha da Salga, a causa antoniana começa a esmorecer entre os terceirenses. É-lhes, desde logo, exigido o levantamento de cerca de cinquenta fortes ao redor da ilha que, a juntar a alguns fortes que já anteriormente guardavam, sobretudo a baía de Angra, tornaram-na numa autêntica fortaleza no meio do Atlântico. Inexpugnável, começaram os emissários de D. António e de França a propagar pelas cortes europeias.

Para os trabalhos de fortificação então empreendidos por Ciprião de Figueiredo, havia muitos pedreiros e cabouqueiros, em razão das muitas moradias novas que, ao tempo, se edificavam em Angra; sobretudo não faltava dinheiro para pagar as jornadas dos que haviam de trabalhar na construção dos fortes. Só que às obras houve que juntar as despesas com companhias de ingleses e franceses que, a partir de finais de 1581, começaram a afluir à ilha. E em pouco tempo os cofres públicos ficaram vazios. A vinda destes soldados e mercenários estrangeiros não se limitou à questão económica: em número que excedia os oitocentos, ocuparam as melhores casas da cidade despejando os seus donos; sucediam-se os desmandos; raro era o dia em que não havia mortos e feridos. A independência tornava-se, cada vez mais, opressão e medo.

> A posse da Terceira e, por extensão, dos Açores, era vital para a manutenção do império filipino; o controlo da ilha pela Inglaterra ou França significava o fim da hegemonia desse império

O clima de intimidação e terror acentua-se com a chegada do conde Manuel da Silva e a destituição de Ciprião de Figueiredo. Um dos seus primeiros atos foi, precisamente, a condenação e execução do impoluto João de Bettencourt. O Vigário Geral da diocese refugia-se na remota freguesia da Agualva, as portas do convento dos Jesuítas são entaipadas e decretam-se pesadas penas para quem com eles comunicar.

Em 1582, enquanto D. Filipe organiza uma poderosa armada, sob o comando de D. Álvaro de Bassan, marquês de Santa Cruz, composta por cerca de 65 navios, com 12 mil soldados embarcados, para conquistar a Terceira, a França patrocina[10] o levantamento de uma armada com cerca 55 de navios, comandada por Filipe Strozzi, para levar D. António àquela ilha e garantir a sua defesa. Ambas as armadas[11] acabam por se encontrar em São Miguel, travando dura batalha em frente a Vila Franca do Campo, de que saiu vencedor o génio militar do marquês de Santa Cruz. Por cautela, D. António rumara previamente para a Terceira, onde soube da derrota, por alguns navios que haviam escapado ao aprisionamento. Seriamente danificada, a armada do marquês de Santa Cruz já se não atreveu a acometer a Terceira.

A passagem de D. António pela ilha, após a batalha naval de Vila Franca do Campo, acarreta a deportação de mais de cinquenta nobres e honrados cidadãos de Angra, bem como dos padres da Companhia de Jesus.

Mas a partida do Prior do Crato vai, ainda, permitir a Manuel da Silva as mais inauditas arbitrariedades. *Era Belchior Afonso natural desta ilha Terceira, nela casado, filho de pais pobres; e como nos anos da sua mocidade tivesse passado às Índias de Castela, se recolheu à sua pátria com muitos*

Foto do autor

Apesar de mais imponentes, as muralhas viradas a terra não constituem maior obstáculo que as restantes que circundam o monte Brasil, estas potenciadas pela barreira natural do mar, como a prática demonstrou.

cabedais de peças de prata e dinheiro, e em tanta cópia que era tido e havido pelo homem mais opulento em riqueza de todos os de Angra. À volta dele encenou-se a inconfidência e, em pouco tempo, Belchior Afonso recolhia à cadeia e, com ele, muitos dos seus amigos, alguns deles combatentes na Batalha da Salga. Mas o objetivo desta maquinação contra Belchior Afonso não era privá-lo da liberdade. Condenado à morte, foi arrastado pelas ruas de Angra, enforcado, esquartejado, posta a sua cabeça no relógio da Praça e os quartos do seu corpo nas portas da cidade. Finalmente, o escopo primeiro de toda a trama foi a confiscação dos seus bens.

No ano seguinte (1583), nova armada é organizada pelo marquês de Santa Cruz para conquistar a Terceira, aproximadamente com a mesma capacidade bélica da de 1582. Em 26 de Julho procede ao desembarque sem grande dificuldade e com incipiente resistência na baía das Mós, próximo do local onde se dera a batalha da Salga. Segue-se um pesado saque durante cerca de vinte dias e a perseguição dos líderes partidários de D. António, muitos deles com pena capital. O contingente francês negociou a rendição, e foi autorizado a deixar a ilha[12] .

A derrota da Baía das Mós foi atribuída pelos Franceses à cobardia dos Portugueses, mais propriamente, dos Terceirenses. Não vou aqui comentar este juízo, obviamente formulado por quem procurava justificação para a sua própria derrota. Mas uma gravura coeva, ilustrativa do desembarque do Marquês de Santa Cruz, inserida na crónica de Cristóbal Mosquera de Figueroa – *Comentario en breve compendio de disciplina militar, en que se escriue la jornada de las islas de los Açores* – sobre a expedição, parece-me ser, mau grado marcada pelo discurso oficial publicitário e apologista, a resposta mais eloquente a esta acusação. Aí, as forças em presença não vêm identificadas pelos nomes, mas pelas bandeiras. Enquanto no mar os navios estão sob pavilhão espanhol, as bandeiras em terra trazem inscrita a flor-de-lis, isto é, as forças em presença são de França e de Espanha. Uma excepção: os primeiros soldados a desembarcar no centro da baía, cravam em terra um estandarte com a Cruz de Cristo. O desembarque do marquês de Santa Cruz transforma-se, assim, num ato de libertação[13] . Provavelmente, também já assim pensavam muitos anteriores apoiantes de D. António, por cuja causa não valia, agora, arriscar a vida.

Quer a batalha naval de Vila Franca do Campo, quer a conquista da Terceira foram celebradas com *Te Deum* em todo o império filipino, foram perpetuadas em dois murais no palácio do Escorial e, sobretudo, granjearam ao marquês de Santa Cruz um prestígio tamanho que lhe permitiu influenciar D. Filipe na decisão de levantar a Invencível Armada para o assalto à Inglaterra. O próprio marquês de Santa Cruz foi incumbido de organizar a expedição, que só não comandou por ter morrido escassos meses antes. Foi o marquês o agente dos maiores feitos do poderio naval espanhol; o seu sucessor, o duque de Medina-Sidónia, a quem faltava o génio militar do marquês, com a derrota da Invencível Armada, permitiu a ascensão de outro notável estratega naval, Francis Drake, e a emergência de nova potência marítima e colonial: a Inglaterra. (E tudo começou, no plano militar, com a batalha da Salga.)

Em 1592, iniciaram os espanhóis a construção

do Castelo de São Filipe do Monte Brasil, em Angra. Circundando todo Monte Brasil, excepto a sul onde a arriba faz obstáculo natural, é, certamente, o mais extenso monumento existente em Portugal; e a vasta área protegida por muralhas, para uso exclusivo militar, lança esta fortaleza entre as maiores levantadas em todo o mundo.

Relata o P.e António Cordeiro – início do século XVIII – que quando foi lançada a primeira pedra da fortaleza *houve logo ali quem exclamou e disse que nela fundavam um grilhão para toda a ilha.* Ainda hoje, aliás, vulgarmente se afirma que as imponentes muralhas viradas à cidade, em contraste com as que a leste e oeste, mais modestas, cercam o monte Brasil, significam que aquelas foram erguidas no temor duma revolta dos Angrenses.

Julgo que qualquer destas afirmações não tem suporte histórico. Uma vez, ainda, é a face do discurso oficial nacionalista. É óbvio que a sublevação interna seria sempre, e foi, uma hipótese a considerar. Mas quando a fortaleza começou a ser construída, o que os Terceirenses aspiravam era que, rapidamente, ela tivesse condições para aquartelar a soldadesca espanhola (cerca de mil e quinhentos homens) aboletada em suas casas. Passado o governo autoritário e centralista de Horbina[14], instala-se a estabilidade; e após a construção do castelo, não consta que os governadores espanhóis tenham exercido violências ou pressões anormais sobre a cidade, diretamente imputáveis à natureza de uma força estrangeira de ocupação[15]; cidade que, aliás, manteve os seus órgãos próprios de governo autárquico. Por outro lado, apesar de mais imponentes, as muralhas viradas a terra não constituem maior obstáculo que as restantes que circundam o monte Brasil, estas potenciadas pela barreira natural do mar, como a prática demonstrou. Mas também é fato, que nunca os Filipes entregaram a guarnição ou o comando do Castelo aos portugueses...

A aclamação de D. João IV levou à explosão dos mais profundos e recalcados sentimentos patrióticos e de independência dos Terceirenses. Só que agora temos toda a sociedade irmanada e envolvida no mesmo propósito de expulsar do Castelo, a guarnição espanhola. É o clero sem excepção - os Jesuítas, os Franciscanos; são os nobres, os burgueses, o povo, todos liderados pelo capitão-mor da Praia, Francisco Ornelas da Câmara, e pelo capitão-mor de Angra, João de Bettencourt. João de Bettencourt, neto daquele honrado João de Bettencourt mandado executar pelo conde Manuel da Silva, sob a acusação de inconfidente, vítima do discurso fundamentalista dos partidários de D. António, prior do Crato. Mas não foram apenas os Terceirenses a abraçar esta causa. Vemos chegar combatentes de todos os Açores: de São Miguel e de Santa Maria às Flores. Aqui estão todos os açorianos, provavelmente pela primeira vez identificando-se na sua insularidade, mas inquebráveis no seu patriotismo, solidários no esforço para expulsar o ocupante estrangeiro, face à impotência do reino para intervir eficazmente. Conquistando para Angra o seu primeiro título de *sempre leal cidade*.

Angra foi durante os tempos um cadinho de emoções e paixões. Durante o cerco ao Castelo, com que sanha as mulheres acorreram às trincheiras, no dia 20 de Agosto de 1641, vituperando os capitães-mores e os próprios maridos e filhos por, em pleno dia, abandonarem ou adormecerem nas trincheiras, permitindo o único assalto com sucesso que os espanhóis fizeram às linhas açorianas! Com que crueldade os espanhóis arrastaram o infortunado José Dias, esplanada da fortaleza a cima, espancando-o até à morte, por recusar aclamar D. Filipe IV! Mas rendido o Castelo (1642), quando chegou a hora da partida da guarnição espanhola, dos seus oficiais apenas o governador do Castelo, D. Álvaro Viveiros, seu irmão Luís, e o tenente e o capitão de artilharia acabaram por embarcar, ficando os restantes na ilha, bem como a maior parte dos soldados, por nela serem casados. Nossos avós. Ocorre afirmar: Angra do coração!

Bibliografia fundamental:

P.e Manuel Luís Maldonado, *Fenix Angrence*, Instituto Histórico da Ilha Terceira

Francisco Ferreira Drummond, *Anais da Ilha Terceira*, Governo Autónomo dos Açores

Doutor Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*, Instituto Cultural de Ponta Delgada

Avelino de Freitas Meneses, *Os Açores e o Domínio Filipino (1580-1590)*, Instituto Histórico da Ilha Terceira

Notas

[1] Cronista açoriano do século XVI.

[2] Este traçado urbanístico, a que se junta a fortaleza de São João Batista e o forte de São Sebastião, testemunhas vivas do cosmopolitismo e da centralidade de Angra do Heroísmo nas rotas marítimas intercontinentais de quinhentos e seiscentos, mereceram à cidade a inclusão na lista de classificação do Património Mundial, da UNESCO.

[3] Na cidade de Angra estavam as sedes do bispado, da provedoria das armadas, da provedoria da Fazenda e da corregedoria, para além de, no seu porto, concorrerem as frotas do comércio marítimo intercontinental.

[4] Só depois de rendida a Terceira, o Faial caiu, com renhida luta, nas mãos dos espanhóis. As restantes *ilhas de baixo*, nesta conjuntura, reconheceram a soberania filipina, sem oferecerem resistência.

[5] Cfr. "Pedro de Castilho" e "Ciprião de Figueiredo", *Enciclopédia Açoriana*, edição *online*.

[6] Também os que defendiam o reconhecimento da soberania de D. Filipe, para evitar todas as calamidades previsíveis para as ilhas, com as perdas de vidas e de fazendas que uma rebeldia inconsequente traria, se consideravam patriotas. Ocorreram neste período atos heróicos, nomeadamente, de micaelenses que, ao serviço de D. Filipe I, lutaram contra a conquista de

São Miguel pelas tropas francesas. Tudo dependia do discurso político: aqui, Portugal, cujo rei legitimado em Cortes, simultaneamente também rei de Espanha, assegurava a independência nacional; Portugal em perigo nos Açores, pela ocupação francesa. A divisa da Região Autónoma dos Açores e do Regimento de Guarnição de Angra do Heroísmo – *Antes morrer livres que em paz sujeitos* –, colhida de Ciprião de Figueiredo, tinha cabimento no discurso oficial de ambos os partidos.

[7] As expedições militares aos Açores são feitas na época do ano de retorno dos navios do comércio da Índia e das Américas, a cuja defesa também tinham que prover.

[8] Com os anos, esta batalha adquiriu contornos míticos: o gado domesticado que pastava e foi arrebanhado, bois e vacas, mas sobretudo vacas, transformou-se em touros, aqueles touros bravos das touradas que animam, hoje em dia, as festas da Terceira: a guerra não é para vacas, mas para másculos bovinos! E tal como em outros momentos da História – *v.g.* Joana d'Arc, Deu-la-Deu Martins, Brites de Almeida –, também na Salga, a Terceira ganhou uma heroína, de nome Brianda Pereira que, em aflição por ver seu marido e filhos presos pelos espanhóis, a todos incitou ao combate. Mulher de *varonis* virtudes, ainda dirá lisonjeiramente um cronista...

[9] A batalha da Salga é rica em episódios (como, aliás, todo este período de rebeldia terceirense). O seu relato não cabe, porém, no espaço disponível para este texto.

[10] Oficialmente, a armada, embora comandada e guarnecida por franceses, é de D. António, já que a França não estava em guerra com a Espanha nem a queria declarar. O próprio comandante da armada, Filipe Strozzi, previamente abdicou de cargo de coronel do exército de França. Esta posição dúbia de França, foi justificação para a bárbara decapitação e enforcamento de todos os prisioneiros franceses feitos na batalha naval de Vila Franca do Campo, cerca de trezentos e oitenta, considerados piratas e salteadores, sem estatuto de soldados.

[11] Quando se trava a batalha de Vila Franca do Campo, o marquês de Santa Cruz dispunha apenas de 33 navios, já que os restantes navios da armada ainda não tinham chegado aos Açores.

[12] O contingente francês era comandado pelo vice-almirante dos *Mers du Ponant*, Aymar de Chaste, futuro vice-rei de Nova-França.

[13] A História faz-se com fatos; não é legítimo ao historiador extrapolar com não-fatos. Mas sendo este um texto de mera divulgação, permito-me conjeturar que a maior garantia dos Açores continuarem a ser portugueses, foi o colapso da causa antoniana no Arquipélago, e o reconhecimento da soberania de D. Filipe I.

[14] Cfr. "Juan de Horbina", *Enciclopédia Açoriana*, edição *online*. Na mesma enciclopédia podem ser encontradas as biografias da quase totalidade dos governadores espanhóis e portugueses do Castelo.

[15] Não menos opressivo para a Terceira foi o período de formação do Exército Libertador liberal. Cfr. "*Exército Libertador*", Enciclopédia Açoriana, edição *online*.

Programa para 2011 apresentado em Santarém

Santarém foi palco para a apresentação do programa do Exército para as comemorações do Bicentenário da Guerra Peninsular – Actividades 2011, no dia 3 de Março, em locais distintos e diversos de onde se destaca a antiga Escola Prática de Cavalaria (EPC) e o Convento de São Francisco.

A cerimónia teve um dos seus pontos altos com a chegada do Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General José Luís Pinto Ramalho, no jardim da Liberdade do município de Santarém. Aí, para além do desfile das forças em parada, ocorreram as honras militares, homenagem aos mortos e uma evocação histórica.

Não obstante, por esta altura, já muito se tinha falado e relembrado sobre a Guerra Peninsular durante toda a manhã. O colóquio intitulado "Santarém e as Invasões Francesas" serviu para debater o tema "Enquadramento Geral da Guerra Peninsular na retirada Francesa", a cargo do Tenente-Coronel Nuno Lemos Pires; "O inferno no paraíso (deleitoso). Santarém ao Tempo das Invasões Francesas", pelo Mestre Dr. Luís António Mata; "Operações Militares na Região da Estremadura", pelo Major Fernando Manuel da Silva Rita e, "Santarém 1810-1811", pelo Sr. Mário de Sousa Cardoso. A mesa da sessão composta pelo edil de Santarém, Francisco Moita Flores e pelo vereador da Cultura, Vítor Gaspar, foi presidida pelo Major-General Adelino Matos Coelho, que moderou os trabalhos.

Aqui, Francisco Moita Flores deu as boas vindas a todos, sublinhando ser "uma honra para Santarém acolher as Comemorações da Guerra Peninsular, num espaço tão simbólico" como as instalações da antiga EPC.

Já no Convento de São Francisco, local onde se realizou a sessão solene e, onde a 5 de Março de 1811 se consumou a expulsão das tropas invasoras de Santarém, o presidente do município recordou e enalteceu o "sofrimento" vivido pelos portugueses há 200 anos, sublinhando que embora estejamos a viver "momentos difíceis, as batalhas do passado são uma prova de que tudo se supera". Neste sentido, Moita Flores, diz não ter "dúvidas de que o povo português sabe que tem nas mãos a força para mudar o destino, vencendo todas as desgraças", indo assim contra "esses profetas do apocalipse que todos os dias nos ameaçam com o fim da nossa independência nacional, com o fim da nossa soberania e dos nossos direitos como cidadãos". Para o edil, o dia 5 de Março para a cidade de Santarém, deverá ser "um dos pilares de afirmação das Forças Armadas e dos valores da liberdade e da independência".

Os elogios "à determinação heróica de um povo em armas, na defesa da sua soberania e independência aquando de um período extremamente difícil", vieram da parte do CEME, que louvou o programa das comemorações dos 200 anos das invasões francesas, tendo-o considerado como "vasto acervo", em contraponto com "o escasso registo das comemorações realizadas por ocasião do primeiro centenário".

O programa das comemorações prosseguiu com a inauguração das exposições "O Terreno, O Engenho e a Arte de Fortificar Pararam a invasão de Masséna", da DIE e "Cursos e Percursos para o Mar Oceano" do IGeoE. Seguiu-se ainda a apresentação do livro "A Guerra Peninsular em Santarém – Impactos da Terceira Invasão na Região em 1810 e 1811", da autoria do Major Fernando Manuel da Silva Rita. O dia culminou com um *ensemble* da Banda Sinfónica do Exército, com repertório alusivo à época da Guerra Peninsular.

Evocação Militar na Guarda

"É com sentido do reconhecimento e do dever que celebramos os esforços e os sacrifícios do povo português e do seu Exército, que há 200 anos garantiu a liberdade e a independência nacional", enalteceu o Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General José Luís Pinto Ramalho, na cerimónia evocativa da retirada do Exército francês da região da Guarda, no dia 29 de Março na cidade da Guarda.

A cerimónia integra-se nas iniciativas que o Exército tem posto em prática no âmbito das comemorações dos 200 anos da Guerra Peninsular, celebrando-se na Guarda o dia 29 de Março de 1811, momento em que as tropas anglo-lusas, sob o comando de Picton, expulsaram os franceses da Guarda, obrigando-os a retirarem-se para Espanha.

Numa iniciativa conjunta com a Câmara Municipal da Guarda, as comemorações decorreram na Praça Dr. Francisco Salgado Azenha, junto ao antigo quartel, onde foram prestadas as honras militares e a cerimónia de homenagem aos mortos. O Coronel Carlos Alberto Fonseca fez a evocação histórica, seguindo-se as intervenções do Presidente da Câmara Municipal da Guarda, Dr. Joaquim Carlos Dias Valente e do General CEME.

Seguiu-se a inauguração da exposição "O Terreno, o Engenho e a Arte de fortificar pararam a Invasão de Massena", apresentada pelo Tenente-Coronel José Paulo Ribeiro Berger, antecedida pela assinatura do Livro de Honra pelo General CEME.

No Auditório do Paço da Cultura realizou-se o Colóquio "A Região da Guarda na Guerra Peninsular" que contou com as intervenções do Tenente-Coronel Abílio Lousada, Professor do Instituto de Estudos Superiores Militares, do Professor Adriano Vasco Rodrigues, do Major-General Rodrigues da Costa, Director de Infra-Estruturas do Exército, do Coronel Carlos Alberto Fonseca, Director do Arquivo Histórico Militar, e do Dr. José Manuel Coutinho dos Santos.

As comemorações terminaram com o concerto de Música de Câmara, no Pequeno Auditório do teatro Municipal da Guarda, por um Ensemble da Banda Sinfónica do Exército, com repertório alusivo à época da Guerra Peninsular.

jornal do Exército

Pretendo assinar o *Jornal do Exército*

Para encomendar basta fotocopiar o cupão e enviar para ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO – Secção de Logística, Rua dos Remédios, n.º 202 – 1140-065 LISBOA

Nome: _____ Profissão: _____

Morada: _____

Código Postal: _____ Localidade: _____ Telefone: _____

(Só para Militares) Posto: _____ Ramo das FA: _____ NIF: _____

Assinatura Anual – Continente e Ilhas: € 20.00 - Via Aérea: Países Europeus € 45.00 - Restantes Países € 65.00
Para pedido de números atrasados, ou encadernações, contacte-nos para: Largo S. Sebastião da Pedreira - 1069-020 Lisboa, Tel: 213 567 700 ou via email: jornal.exercito@sapo.pt

PARA PAGAMENTO DA MINHA ASSINATURA

TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA: Nacional 0781 0112 0112 0011 6976 9 – D.G.T.

CHEQUE: junto envio o Cheque n.º - _____ s/Banco - _____ à ordem do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, IP.

VALE POSTAL: junto envio o vale postal n.º _____ no valor de _____

alm OFTALMOLASER
oftalmologia médica e cirúrgica

www.alm.pt

PROMOVER, PREVENIR, TRATAR E CUIDAR A SAÚDE DOS SEUS OLHOS

A **ALM OFTALMOLASER** é uma clínica especializada na prestação de serviços de oftalmologia, com modernas instalações em Lisboa, e dispõe de uma cuidada equipa de profissionais que garante um serviço de excelência ao doente e ao acompanhante.

A nossa clínica está preparada para responder ao tratamento de todas as patologias oftalmológicas, com a prestação de um serviço de qualidade igual ou superior, ao praticado em clínicas internacionais.

Estamos dotados com todas as tecnologias de ponta e aplicamos as técnicas cirúrgicas mais recentes, acompanhando todos os avanços que são feitos neste âmbito.

Consultas de Oftalmologia
- Geral
- Especialidade

Exames
- Retinografia
- Angiografia Fluoresceínica
- Angiografia Verde Indocianina
- Ecografia
- Biometria
- Electrofisiologia Ocular
- Neurofisiologia
- Microscopia Especular
- Paquimetria
- Perimetria Computorizada
- Topografia Corneana (Orbscan)
- Zyoptic
- OCT

Terapêutica Fotodinâmica

Cirurgias
- Catarata
- Estrabismo
- Glaucoma
- Vitreo-retiniana
- Lentes Intraoculares para correcção da Miopia
- Cirurgia da Criança

Cirurgias Laser (Excimer) - Lasik
- Miopia
- Hipermetropia
- Astigmatismo

Tratamentos Laser Argon e Yag
- Diabetes
- Glaucoma

alm
Rua Dr. Nicolau Bettencourt, nº 39 e 41 | 1050-078 Lisboa
Tel: 213 838 560/2 | Fax: 213 838 563/9
Telemóvel: 969 803 883/4 - 939 654 156 - 917 418 247
alm.omc@alm.pt

ACORDOS: ADM, Advance Care, CML, Caixa Geral de Depósitos, PSP, Companhias de Seguros, Comp. de Seguros Tranquilidade, Médis, Maxicare, Multicare, PT-ACS, SAMS Quadros, ADSE, IASFA - Instituto de Acção Social das Forças Armadas, SAMS SBSI, SAMS SIB, Savida, Unimed

EXÉRCITO

Em 1810 o Bussaco era um lugar remoto que se tornara num paraíso para os bons frades da Ordem dos Carmelitas Descalços que ali se haviam estabelecido desde 1628. Os seus votos de viverem em absoluta pobreza e na contemplação da natureza, para maior glória de Cristo, fizeram-nos erguer um belo convento onde se dedicavam à botânica, criando e protegendo árvores, como o castanheiro lusitano ou cipreste mexicano. Mas naquele dia 20 de Setembro, a sua paz e tranquilidade foram abrutamente quebradas...
Precisamente à 1h00 desse mesmo dia, um ajudante de campo de Wellington batia com toda a força à porta do Convento, onde foi recebido pelo Irmão José de S. Silvestre...
Que desejais de nós a horas tão tardias, meu irmão?
Quero ver o convento imediatamente! O general Wellington acaba de o requisitar para lhe servir como seu quartel general!
Pelas 14h00, Wellington chegou ao Convento...
Very nice place, major!
Bela escolha! Daqui poderemos dirigir as operações e combater com eficácia as investidas dos franceses!
Estupendo! Poderemos movimentar as tropas sem que os franceses percebam disso e deslocar o nosso pessoal para os pontos onde ele seja mais necessário!
I did my best, sir!
Os bons frades do Convento do Bussaco viram-se obrigados então a tolerar coisas que nunca antes tinham sido praticadas no interior das suas paredes. Mas ajudaram os soldados feridos, independentemente o lado a que pertenciam. Diz-se que Napoleão ficou tão reconhecido que chegou a proibir que eles fossem alguma vez incomodados.

As divergências entre os Marechais Masséna e Ney acentuam-se...
Há já tropa inimiga a tomar posições nos topos do Bussaco, Masséna! Ou nós os atacamos sem demora, ou vamos ter de fazer terríveis sacrifícios para os passarmos!
Tenha calma, Ney! Aquela tropa fandanga não vale nada! Os portugueses vão fugir como coelhos e os ingleses vão debandar logo às primeiras descargas! Espere pela artilharia e pelo Junot, meu velho!
Mas passando por cima de Ney, Masséna ordena directamente ao general Loison que ataque sem demora, com as suas linhas avançadas a posição Aliada que estava em Mortágua. Loison cumpre as ordens mas não chega a haver combate algum: as unidades anglo-portuguesas já tinham retirado ante o avanço francês...
Acaba por ser o 6º Corpo de Reynier ao alcançar Mortágua a 24 de Setembro quem depara com alguma mais séria resistência. Perto da povoação estava a Divisão Ligeira do buliçoso Craufurd, mais a Brigada Portuguesa comandada por Dennis Pack, uma força de 6.000 homens. Violentas escaramuças travaram-se ali mesmo, mas depressa Wellington lhes dava ordem de retirada para os cumes do Bussaco..
Rats and double rats! Aquele Wellington não nos deixa combater!
O impetuososo major-general Robert Craufurd exaspera-se com as cautelas impostas pelo seu chefe sir Arthur Wellington...
A sua posição na véspera da batalha do Bussaco ficava nas imediações dos moinhos de Sula, barrando o acesso a um estreito caminho que levava à crista da serra...
16

A 25 de Setembro, o 6º Corpo de Exército do general Loison, o famoso "Maneta", alcança a vila de Moura, na base dos cumes do Bussaco, já ocupados pelas tropas aliadas...

Porém, os cálculos de Loison estavam longe da realidade. As Unidades que ali se encontravam eram as de Spencer, Craufurd e Cole, que não somavam mais de 18.000 homens...

Pela tarde chegava também o Marechal Ney, que acabava de receber uma mensagem de Reynier informando-o que deveria alcançar St. António do Cântaro na manhã seguinte.

Do alto do Bussaco, os luso-britânicos observavam o espectáculo inquietante do aglomerado das forças francesas em presença: perto de 60.000 homens...

Finalmente Masséna apareceu a dar as suas ordens de batalha. Nenhum dos seus subordinados as achou muito inovadoras ou mesmo especialmente claras...

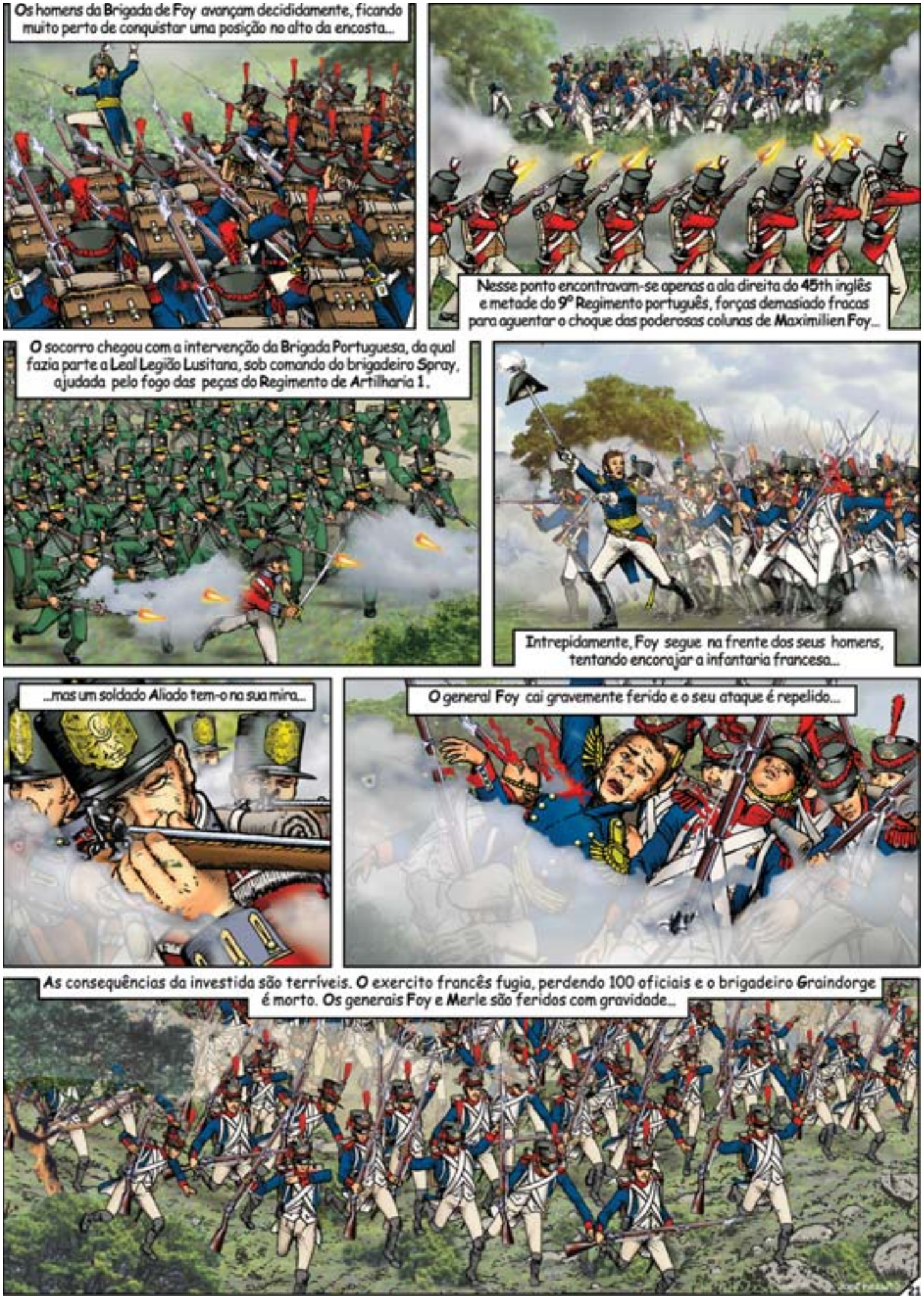
Todos sabiam que Masséna tinha o péssimo hábito de ter sempre por perto a sua amante: mesmo quando em campanha...

Na madrugada do dia 27 de Setembro de 1810, nas vésperas da batalha, os dados estavam lançados. Wellington, o comandante-em-chefe dos luso-britânicos, dispusera as suas forças ao longo dos pontos estratégicos das cristas do Bussaco. Graças às condições do terreno, ele podia movimentar as suas forças - numericamente inferiores às de Masséna - sem que o inimigo se apercebesse disso. Os soldados aliados, mau grado o frio da noite, estavam proíbidos de acender fogueiras para não revelarem as suas posições. Ao contrario, entre os mais de 60.000 franceses, as fogueiras eram tão numerosas que tornavam mais clara a escuridão da noite.

Os *voltigeurs* da Divisão Merle vinham na frente, no meio da densa neblina, prontos para o combate...

As unidades de infantaria portuguesas do coronel Champalimaud estavam a sofrer o rude embate das mais numerosas forças da Divisão Heudlet e viam-se obrigadas a ceder terreno. Mas a neblina começava a levantar-se e isso permitiu aos artilheiros do 2º Regimento avistarem o inimigo e abrirem fogo de imediato sobre os franceses, que logo começaram a sofrer pesadas baixas...
Fogo de metralha sobre eles, rapazes!
Com uma coragem notável, os franceses, mesmo sofrendo pesadas baixas, continuaram a progredir pela íngreme encosta acima ...
Courage, les gars! Estamos quase lá!
Mas logo foram detidos pelas mortíferas descargas dos luso-britânicos, dos regimentos 21º e 74th, que os alvejaram a curta distância
Entretanto a Divisão Merle, avançando na diagonal, encontrava-se prestes a ocupar o ponto da crista que não estava defendido...

Mas as esperanças dos franceses depressa se esfumavam. O coronel Wallace do 88th Regimento vislumbrou o perigo e ordenou que se formasse uma sólida posição para atacar os franceses de flanco. O efeito foi devastador...
Este foi o momento crítico para os franceses, que recuavam agora frente aos portugueses do 8º Regimento. Liderada pelo coronel Wallace, a infantaria portuguesa lançou-se numa tremenda carga à baioneta, colocando em pavorosa debandada a orgulhosa infantaria gaulesa - a mesma tropa que havia vergado os melhores exércitos da Europa!
À carga, bravos do 8º! À carga, que eles já batem com os calcanhares nos rabos!
A neblina dissipara-se por completo e Reynier conseguiu ver que o ataque do seu 2º Corpo havia falhado: a brigada do general Foy não avançara pela encosta acima, como fora combinado!
Malédiction! Que diabo passou pela cabeça do Foy?! Ele não avançou porquê?!... Mandem-no avançar imediatamente!
Os batalhões da Brigada Foy lançaram-se decididamente ao ataque, encosta acima, sobre os luso-britânicos, que estavam agora em inferioridade numérica...
Allez, mes enfants! Pour la gloire de la France et de l'Empereur! Pas de quartier, soldats! Pas de quartier!!


Os homens da Brigada de Foy avançam decididamente, ficando muito perto de conquistar uma posição no alto da encosta...
Nesse ponto encontravam-se apenas a ala direita do 45th inglês e metade do 9º Regimento português, forças demasiado fracas para aguentar o choque das poderosas colunas de Maximilien Foy...
O socorro chegou com a intervenção da Brigada Portuguesa, da qual fazia parte a Leal Legião Lusitana, sob comando do brigadeiro Spray, ajudada pelo fogo das peças do Regimento de Artilharia 1.
Intrepidamente, Foy segue na frente dos seus homens, tentando encorajar a infantaria francesa...
...mas um soldado Aliado tem-o na sua mira...
O general Foy cai gravemente ferido e o seu ataque é repelido...
As consequências da investida são terríveis. O exercito francês fugia, perdendo 100 oficiais e o brigadeiro Graindorge é morto. Os generais Foy e Merle são feridos com gravidade...

Junto a um moinho de vento sobranceiro à aldeia de Moura, Masséna e o seu Estado-Maior esperavam pelo momento em que as tropas de Reynier "dominassem as alturas". Os combates deste último desenrolavam-se a mais de dois quilómetros de distância e a neblina não permitia uma avaliação segura. Agora era a vez de Michel Ney cumprir a parte que lhe cabia na estratégia delineada pelo Marchal Masséna...

Diabo! Daqui não se vê grande coisa, mas algum sucesso o Reynier deve ter conseguido! Digam ao Ney que avance sem demora!

Depressa Ney compreendeu que o 2º Corpo de Exército deparara com dificuldades. Percebeu logo que Reynier não conseguira "dominar as alturas", mas vira a tropa de Foy conseguir alcançar uma parte daquela importante posição. Por isso ordenou que as suas forças avançassem...

Loison! O seu Corpo de Exército vai avançar à frente! A Divisão do Brigadeiro Simon seguirá logo atrás de si para o apoiar!

As forças de Ney estavam divididas em duas enormes colunas de ataque. A da esquerda era liderada pelo general Marchand e a da direita por Henry Loison, o famigerado "Maneta"...

Era à coluna de Loison que estava destinada a tarefa mais difícil, pois a inclinação do terreno à sua frente era a mais íngreme...

As hostilidades começaram entre os batedores franceses e as forças Aliadas, compostas por Caçadores 3 e pelo 95th Rifles. Menos numerosos, estes foram recuando lentamente, pois os soldados franceses deparavam com condições de subida muito árduas...

Sob fogo cerrado, Loison escolheu como primeiro objectivo, a captura dos canhões do capitão Ross, que estavam a causar-lhe muitas baixas...

Simon! Faça-me calar de uma vez aqueles malditos canhões ingleses!

€2.00 (IVA incluído)
Ano LII - n.º 606
Maio de 2011

jornal do Exército

Pupilos do
100
ANOS

Instituto dos Pupilos do Exército

I CENTENÁRIO

Protocolo Santander Totta

Uma assinatura que vale muitas vantagens

Com a assinatura do Protocolo Santander Totta passamos a disponibilizar-lhe condições muito favoráveis nos nossos produtos e serviços. Informe-se já e aproveite todas as vantagens que temos para si!

Vá já ao Santander Totta e informe-se.

Santander Totta

O Valor das Ideias

www.santandertotta.pt

Jornal do Exército
ÓRGÃO DE INFORMAÇÃO, CULTURA E RECREIO DO EXÉRCITO PORTUGUÊS, CRIADO POR PORTARIA DE 14JUL60

Monumentos com História Militar – 4
Editorial – 5
Figuras e Factos – 8 a 13
Felino 2010– 21
Livros – 35
Procissão de Nossa Senhora da Saúde – 47
Saúde: Estrabismo – 50

Capa

Centenário dos Pupilos do Exército Foto:Luís Filipe Catarino/Presidência da República

Contracapa: Barretina do IPE

O Papel das Tutelas – na Definição da Estratégia e Condução da "Navegação" dos Estabelecimentos Militares de Ensino – 14

Eventos Preliminares das Guerras Africanas de 1961-1974 – 36

A Evolução do Ensino nos Pupilos do Exército Do IPPETM ao IPE – 26

Suplemento Banda Desenhada: "A Batalha do Bussaco" Pág: 23 a 30

Os artigos publicados com indicação de autor são da inteira responsabilidade dos mesmos, não reflectindo, necessariamente, o pensamento da Chefia do Exército Português

PROPRIEDADE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
Direcção, Redacção e Administração: Largo de S. Sebastião da Pedreira, 1069-020 Lisboa, Telef: 213 567 700, Fax Civil: 213 567 791 Militar: 414 091, E-mail: jornal.do.exercito@mail.exercito.pt, jornal.exercito@sapo.pt, E-mail - Intranet: Jornal do Exército, Home page: www.exercito.pt **DIRECÇÃO - Director**: Coronel de Infantaria José Custódio Madaleno Geraldo; **Sub-Director:** Tenente-Coronel J. Pinto Bessa; **Secretária**: Ass. Téc. Teresa Felicíssimo. **REDACÇÃO** - **Chefe**: Tenente-Coronel J. Pinto Bessa; **Assistente de Redacção:** 1.º Sargento Anjos Das Neves; **Redactores**: Alferes RC Nelson Cavaco, Alferes RC Filipa Domingos, Dr. Mauro Matias; **Operadoras Informáticas:** Assistente Técnica Elisa Pio, Assistente Técnica Guiomar Brito; **SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS** - **Chefe**: Tenente-Coronel Augusto Correia; **Auxiliares** Sargento-Ajudante João Belém, Sargento-Ajudante Luís Silva; **Operadoras Informáticas:** Assistente Técnica Joana Moita; Assistente Técnica Tânia Espirito Santo; **Revisor de texto**: Professor Doutor Eurico Gomes Dias; **COLABORAÇÃO FOTOGRÁFICA** - Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA, Centro de Audiovisuais do Exército RCRPP/GabCEME **EXECUÇÃO GRÁFICA** - PERES - SOCTIP Indústrias Gráficas, SA, Estrada Nac. 10, Km. 108,3 - Porto Alto, 2135-114 Samora Correia, Telef. 263 009 900 - Fax 263 009 999, acosta@peres-soctip.pt **Tiragem** - 6 000 exemplares **Depósito Legal** - nº 1465/82 **ISSN** - 0871/8598

Monumento aos Combatentes de Belmonte

Fotos: Elisabete Robalo

Este mês nos monumentos com história militar, o *Jornal do Exército*, rumou à vila de Belmonte, que teve foral em 1199 e está situada no panorâmico Monte da Esperança (antigos Montes Crestados), em cujo morro mais rochoso foi construído nos finais do século XII o seu castelo que juntamente com os castelos de Sortelha e Vila de Touro, formaram até à assinatura do Tratado de Alcanices (1297), a linha defensiva do Alto Côa, apoiada na retaguarda pela muralha natural da Serra da Estrela e pelo Vale do Zêzere. É então neste concelho, Belmonte, considerado "quase tão antigo como a nacionalidade", e na terra de Pedro Álvares Cabral que os visitantes são inevitavelmente transportados no tempo através de um simples passeio a pé ao longo do centro histórico, de mão dada com os monumentos que viram crescer este famoso navegador.

Mas como nem só de descobertas marítimas se fez a história, quem passar junto ao Largo do Centro Educativo de Belmonte, na Rua Pedro Álvares Cabral, depara-se com um monumento com história militar, cuja inauguração teve lugar num dia também ele histórico, 10 de Junho de 2008, Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas. A cerimónia foi presidida pelo presidente da Câmara Municipal de Belmonte, Amândio Manuel Ferreira Melo.

A escultura de granito, pedestal e betão é da autoria de Rogério Abreu e representa uma homenagem a todos os combatentes de Belmonte que caíram nos campos de batalha por Portugal. Batalhas essas que se iniciaram com D. Afonso Henriques, passando pela 1.ª Guerra Mundial e a Guerra Colonial.

No que concerne à descrição do tema, a obra é referida como "uma Escultura de arte contemporânea, de carácter figurativo, numa linguagem semelhante à que o artista utiliza no "Monumento à Indústria das Confecções", também aqui localizado em Belmonte. Encontra-se sobre um pedestal em betão, esculpida em monobloco de granito, apresenta grande verticalidade desenvolvendo-se em quatro faces, correspondentes a distintas épocas históricas, representando cada figura, o combatente da respectiva época.

Recorde-se que esta obra foi promovida pelo município de Belmonte com o apoio do Núcleo da Covilhã da Liga dos Combatentes.

Alferes RC Filipa Domingos

INFORMAR PARA BEM SERVIR

O *Jornal do Exército* (*JE*) orgulha-se de noticiar o primeiro centenário do Instituto dos Pupilos do Exército (IPE). Para todos aqueles que nele servem, alunos, docentes e demais colaboradores os nossos sinceros parabéns e profunda admiração por continuarem a cumprir os ideais do seu fundador. O General António Xavier Correia Barreto, Ministro da Guerra do primeiro governo republicano deixa ali bem vincada a humanidade que lhe merecia a área da educação. O Decreto de 25 de Maio de 1911 foi o diploma legal que criou o "Instituto Profissional dos Pupilos do Exército de Terra e Mar" (actual IPE), que se juntou aos já existentes Estabelecimentos Militares de Ensino: o Real Colégio Militar (actual Colégio Militar) e o Instituto de Torre Espada (actual Instituto de Odivelas).

Vale a pena transcrevermos os dois primeiros parágrafos, do decreto supra citado, que revelam um alcance intemporal e merecem a nossa melhor atenção, pois continuam tão actuais como outrora e os três Estabelecimentos Militares de Ensino Militar, que citámos, continuam enquadrados no seu espírito:

"Uma sociedade só pode progredir quando os seus membros possuam uma desenvolvida educação e uma instrução essencialmente prática.

A obra da República tem de ser, sob esse ponto de vista colossal; é necessário criar homens que pelo trabalho e esforço próprios se mantenham na vida com independência e dignidade; é preciso formar cidadãos úteis à Pátria."

Com princípios e valores imortais resta-nos desejar longa vida a quem os cultiva e desenvolve. "O amor ao trabalho, o respeito à virtude, à lei e à propriedade alheia, o auxílio mútuo, o espírito associativo, os sentimentos bondosos, a tenacidade, a resistência às fadigas e contrariedades, a franqueza e a vontade firme são qualidades a incutir no espírito da criança.[...]" Os Pupilos do Exército exprimem estas qualidades no seu lema "QUERER É PODER!"

O Presidente da República, Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva, Comandante Supremo das Forças Armadas, presidiu à Cerimónia Comemorativa do Centenário e foi-lhe atribuído o título de aluno honorário.

Com este número do *JE* os nossos leitores poderão aprofundar os seus conhecimentos sobre os Estabelecimentos Militares de Ensino com dois artigos muito esclarecedores: "A Evolução do Ensino nos Pupilos do Exército", da autoria do Major David Miguel Pascoal Rosado e "O Papel das Tutelas na Definição da Estratégia e Condução da "Navegação" dos Estabelecimentos Militares de Ensino", da autoria do Major-General Raul Jorge Laginha Gonçalves Passos.

O Tenente-General José Lopes Alves apresenta-nos um artigo, com extrema oportunidade, que tem por base a comunicação proferida no Dia Festivo da Direcção de História e Cultura Militar, intitulado "Eventos Preliminares das Guerras Africanas de 1961-1974".

Com o quarto caderno destacável da Batalha do Bussaco, em Banda Desenhada, da autoria de José Pires, chegámos ao fim deste Album evocativo de um período histórico em que o Exército Português ombreou com o Exército Inglês na expulsão dos soldados de Napoleão deste território, por nós muito amado, com o nome de Portugal.

José Custódio Madaleno Geraldo
Coronel de Infantaria

MILICIA
WWW.MILICIAPRO.COM

AO SERVIÇO DOS PROFISSIONAIS

ASP · 5.11 TACTICAL SERIES · SAFARILAND · BLACKHAWK! PRODUCTS GROUP · TASER Protect Life

ABA · SECOND CHANCE · SAVVY ARMOR FOR WOMEN · FIRST CHOICE ARMOR With you. For life. · PROTECH

SAM MEDICAL PRODUCTS · MyClyns · TACTICAL MEDICAL SOLUTIONS · CELOX Controls life-threatening bleeding fast · DEFENSE TECHNOLOGY

MAXPEDITION HARD USE GEAR · CAMELBAK · BCB INTERNATIONAL · EBERLESTOCK

PELI · ESS Eye Safety Systems, Inc. · BATES · INOVA

BIANCHI · Crimson Trace · SUREFIRE · 911EP

LIBERVIT MANUFACTURER · HATCH · Marlow · QUIKSTEP ladder · ADVENTURE LIGHTS

Fisher Labs METAL DETECTORS · TASMANIAN TIGER · TULMAR TACTICAL · LANSKY SHARPENERS · SAT

projectina · FORENSICS SOURCE · STOP STICK

CONTINUAMOS A CRESCER...

Conheça todas os produtos disponíveis em www.miliciapro.com

Todas as marcas registadas apresentadas são representadas em Portugal pela Milícia - Bens de Segurança e Tecnologias Militares, Lda. Com sede na Rua de Entreparedes, 11 | 4000-198 Porto
Tlf. +351 22 208 31 30 | Fax. +351 22 208 86 11 | email: milicia@miliciapro.com | Web: www.miliciapro.com

CROSSBOW™

A PROTECÇÃO BALÍSTICA FOI REINVENTADA

MILICIA
WWW.MILICIAPRO.COM

disponível em
www.miliciapro.com

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

- Lentes balísticas em policarbonato com 2,4mm de espessura.
- Armação Tri-Tech™, permite um ajuste sempre perfeito e garante a ausência de pontos de pressão.
- Tratamento ClearZone™, resistente aos riscos e com propriedades anti-embaciantes.
- Mecanismo DedBolt™ para substituição rápida das lentes, mantém a lente firmemente segura.
- Tecnologia ESSOPTICS™, garante a máxima visibilidade, livre de distorções ao longo de todo o campo de visão.
- Fornecidos com duas lentes adicionais.
- 100% de protecção contra raios UVA/UVB.
- Permite a colocação de lentes correctivas, através de um acessório vendido separadamente.

STANDARDS DE PROTECÇÃO BALÍSTICA

Os óculos Crossbow™ obedecem aos seguintes standards:

CE EN 166 FT K N, US Federal OSHA,
ANSI Z87.1+ and US MIL SPEC MIL-PRF-31013

CORES

Armação: Preto

Lentes Disponíveis: Escura, Transparente e amarela de alta resolução.

PRODUTO

- Crossbow™ 3LS: Imagem do Kit fornecido

ESS™

Todas as marcas registadas são propriedade da Eye Safety Systems, Inc. representada em Portugal pela Milicia - Bens de Segurança e Tecnologias Militares, Lda. Com sede na Rua de Entreparedes, 11 | 4000-198 Porto

Batalha acolhe Dia do Combatente

No sábado, dia 9 de Abril, teve lugar na Batalha, as cerimónias alusivas à comemoração do Dia do Combatente, 93.º Aniversário da Batalha de La Lys e a 75.ª Romagem ao Túmulo do Soldado Desconhecido. A Cerimónia que contou com a presença de dezenas de ilustres militares e civis foi presidida pelo ministro da Defesa Nacional, Professor Doutor Augusto Santos Silva.

Foi sem dúvida um acto repleto de significado que serviu ainda para relembrar a batalha travada a 9 de Abril de 1918, na qual se registaram cerca de 7500 baixas portuguesas, entre mortos, feridos e prisioneiros.

De entre as actividades de um vasto programa que durou toda a manhã, destaca-se a missa de sufrágio pelos Combatentes falecidos, as alocuções do presidente da Direcção Central da Liga dos Combatentes, Tenente-General Chito Rodrigues, e da alta entidade que presidiu esta cerimónia. Ponto emocionante é sempre a deposição de flores no túmulo do Soldado desconhecido e as respectivas honras militares.

D. Carlos Filipe Ximenes Belo presidiu no CTOE às cerimónias da "Via-Sacra e da Comunhão Pascal"

O Centro de Tropas de Operações Especiais (CTOE) realizou as cerimónias da "Via-Sacra e da Comunhão Pascal", nos dias 18 e 19 de Abril.

Estas Cerimónias foram presididas por Sua Excelência Reverendíssima D. Carlos Ximenes Belo, Prémio Nobel da Paz em 1996, e contaram com a presença do Major-General Henriques Dinis. Participaram ainda activamente os militares e civis da Unidade e diversas entidades de Lamego, tais como: Câmara Municipal, Entidades Eclesiásticas, Forças de Segurança (GNR e PSP), Guarda Prisional, Cruz Vermelha Portuguesa, Liga de Combatentes, Irmandade Militar de Nossa Senhora da Conceição, Museu de Lamego, Juntas de Freguesia e Paróquias onde estão instalados os Aquartelamentos do CTOE, o Presidente da Associação dos Amigos do Povo de Timor-Leste outras entidades representativas da cidade.

Com a Via-Sacra, na Segunda-feira da Semana Santa, também o CTOE com a comunidade local quis entrar na cidade de "Jerusalém" para viver a "Hora", tão esperada e várias vezes anunciada. Entrou-se na Semana em que tudo aconteceu: "semana dos acontecimentos maiores da fé da Igreja, contraditórios na perspectiva humana [Rei e Servo, triunfo e sofrimento, glória e paixão; Rei no Servo, triunfo no sofrimento, glória na paixão e morte na Cruz], porque na lógica da Via Crucis abriu-se o caminho que salva!" Nesta Celebração pretendeu-se acompanhar Cristo, feito Cordeiro e feito Páscoa para a Páscoa nas Forças Armadas e de Segurança de Lamego.

"Tal como na manhã de Páscoa, levamos connosco apenas a firme decisão de n'Ele morrermos para n'Ele ressuscitarmos!" D. Carlos Filipe Ximenes Belo na sua homilia pascal apelou à solidariedade com aqueles que são crucificados neste mundo: os que sofrem violência, os que são explorados, os que são excluídos, os que são privados de direitos e de dignidade… Olhar a Cruz de Jesus significa denunciar tudo o que gera ódio, divisão, medo, em termos de estruturas, valores, práticas, ideologias; significa evitar que os homens continuem a crucificar outros homens; significa aprender com Jesus a entregar a vida por amor… na dinâmica que a morte não pode vencer. Nesta linha de pensamento, agradeceu muito reconhecido, toda a ajuda dos militares do CTOE (a quem apelidou de Homens da Paz) para com todo o povo de Timor-Leste.

Por iniciativa do Capelão do CTOE, as cerimónias foram solenemente "abrilhantadas" por um grupo coral misto com militares e civis da Unidade e jovens civis da Paróquia de Ervedosa do Douro.

Timor-Leste: “Contributo de Portugal para a Construção do Estado”

Passada quase uma década sobre a independência de Timor-Leste, a Academia Militar entendeu ser oportuno realizar um seminário que debatesse o contributo de Portugal a Timor-Leste no caminho para a sua consolidação como Estado. Foram feitos avanços importantes em muitas áreas: desde o crescimento económico ao aumento da capacidade na prestação de serviços sociais, da maior segurança à consolidação da democracia, da promoção e protecção dos direitos humanos ao investimento em infra-estruturas. É igualmente importante reflectir sobre o papel de Portugal no futuro deste jovem Estado.

Para debater estes temas a Academia Militar contou com a presença de individualidades tão variadas como o Reverendíssimo Bispo D. Carlos Filipe Ximenes Belo, o Ministro da Defesa Nacional, Professor Doutor Augusto Santos Silva, o General Gabriel Espírito Santo, o Professor Doutor Marques Guedes, o Professor Doutor Adriano Moreira, o Dr. Carlos Gaspar e a Embaixadora de Timor-Leste em Portugal, Natália Carrascalão, entre outros.

Cerimónias Comemorativas do Dia da Arma de Cavalaria e 121.º Aniversário da EPC

Comemorou-se no dia 15 de Abril, no Quartel de São Lourenço em Abrantes, o Dia da Cavalaria e os 121 anos da sua Escola Prática. A cerimónia foi presidida pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho, e contou com a presença de altas individualidades militares e civis.

Do programa das comemorações, para além da Cerimónia Militar, constou a inauguração da Rua General Duarte Silva, uma visita às obras do Picadeiro, bem como uma exposição de fotografia e modelismo subordinada ao tema “Escola Prática de Cavalaria 121 anos de História”. Terminou com a exibição de Carrossel a Cavalo da Escola Prática de Cavalaria a que se seguiu um almoço convívio.

Palestra no Instituto de Defesa Nacional

Teve lugar no Instituto de Defesa Nacional a palestra ao Curso de Auditores da Defesa Nacional, pelo Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General José Luís Pinto Ramalho, no dia 3 de Maio.

Esta palestra visou mostrar as características do Exército Português aos auditores do Curso de Defesa Nacional, bem como fazer uma caracterização, quer das potencialidades, quer da conjuntura global em que este ramo das Forças Armadas se insere, aos mais diversos níveis.

A intervenção do CEME foi realizada em Lisboa, ainda que tenha sido acompanhada, através de vídeo-conferência, pelos auditores deste curso que se encontram a ter formação, em simultâneo, na cidade do Porto.

Após a apresentação do Comandante do Exército, houve lugar à colocação de questões por parte dos auditores, no âmbito do tema.

Dia Festivo da Direcção de História e Cultura Militar (50 Anos do inicio das Campanhas de África, 1961-1974)

Subordinada ao tema "Campanhas de África, 1961-1974, 50 Anos" e presidida pelo General Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho, decorreu no Museu Militar de Lisboa, no dia 21 de Março, a cerimónia comemorativa do 52.º aniversário da DHCM. Neste contexto a DHCM organizou uma cerimónia que incluiu diversas formas de expressão cultural, contribuindo assim para que o Exército assinalasse o início das campanhas de África, de 1961 a 1974.

Foto: SAj. J. Cordeiro

Assistiram à cerimónia entre outras personalidades e convidados, o Tenente-General Vice-CEME, o Tenente-General Sousa Pinto, Presidente da Comissão Portuguesa de História Militar, o Tenente-General Lopes Alves, o Tenente-General Ferreira e Costa, Presidente da Comissão Coordenadora do Exercito para as Comemorações dos 200 anos da Guerra Peninsular, o Tenente-General Paiva Monteiro, Comandante da Academia Militar, o Tenente-General Formeiro Monteiro, Quartel Mestre General, o Tenente-General Campos Gil Adjunto para o Planeamento, a Presidente da Academia Portuguesa de História, o Director Geral da Direcção Geral do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, o Director do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, o Director do Instituto dos Museus e Conservação, o Coordenador da Área de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e o Director do Museu de Marinha.

Durante a sua intervenção o Major-General Director começou por recordar o trabalho desenvolvido pelos antigos Directores reconhecendo o seu contributo, a sua dádiva do saber e dedicação que permitiu a afirmação, da DHCM, em prol da história e cultura militar.

Em seguida, e numa perspectiva de visão actual e global da História Militar, em que esta detém um lugar de relevo no campo da historiografia, preconizou a sua orientação pelo esforço de actualização e pela utilização dos meios científicos de pesquisa, investigação e divulgação, incrementando o relacionamento da Instituição Militar, nomeadamente com as autarquias, as populações, as universidades, os centros de estudo e as escolas, no Continente e nas Regiões Autónomas.

Relativamente às actividades desenvolvidas no ano anterior, o Director da DHCM sublinhou o conjunto de tarefas realizadas, designadamente:

- A continuação do projecto GERMIL, no Arquivo Histórico Militar, um projecto de digitalização de documentos dos séculos XVIII e XIX, a decorrer com o apoio do Banco Santander Totta;

- O tratamento da iconografia, Arquivo Histórico Militar no seio do Programa de Apoyo al Desarrolo de Archivos Ibero-Americanos, uma iniciativa da Cooperacción Ibero-Americana, que visa promover e divulgar o acervo documental dos países Ibero-Americanos;

- A consolidação das temáticas museológicas do Exército;

- A criação de um projecto multimédia para os museus militares, de que já se iniciou, numa primeira fase, a instalação de um modulo no Museu Militar do Buçaco, no quadro das comemorações dos 200 anos da Guerra Peninsular;

- A participação e apoio na edição de diversas obras de História Militar, em parceria com outras entidades, das quais se destaca a Comissão Portuguesa de História Militar e o Centro de História da Universidade de Lisboa.

Ainda sobre o futuro fez alusão à elaboração do projecto de "Normas Gestão do Património Cultural Material Móvel do Exército", a ser aplicado em duas fases: a primeira para os Museus Militares e a segunda para as Colecções Visitáveis das U/E/O do Exército. Estas normas constituirão a ferramenta complementar das Normas Gerais dos Museus Militares e Colecções Visitáveis, já em vigor, constituindo-se como um grande contributo para a adesão dos Museus Militares à Rede Portuguesa de Museus, processo que se encontra a decorrer em coordenação com o Instituto dos Museus e Conservação, do Ministério da Cultura.

A intervenção terminou com a afirmação no propósito de que a DHCM continuará a desenvolver esforços em prol das actividades da história e da cultura, tendo em vista, igualmente, o estipulado nas directivas superiores quanto à concentração do Pólo Museológico do Exército, mormente, o que recomenda a Directiva do General CEME para o biénio 2010-2011, no que concerne à ampliação da Biblioteca do Exército, ao projecto de transferência e relocalização do Arquivo Histórico Militar e de utilização de novos espaços para o Arquivo Geral do Exército.

Instituto Pupilos do Exército – 100 anos a ensinar, educar e formar

No dia 25 de Maio o Instituto dos Pupilos do Exército (IPE) comemorou um século de existência. "Uma longevidade que é fonte de orgulho para todos quantos por ali passaram", segundo enalteceu o Presidente da República (PR), Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva, que presidiu à cerimónia deste Estabelecimento Militar de Ensino, juntamente com o ministro da Defesa Nacional, Professor Doutor Augusto Santos Silva, e com o Chefe de Estado-Maior do Exército (CEME) General José Luís Pinto Ramalho, bem como outras personalidades civis, militares e religiosas. Centenas de pessoas, familiares, alunos e ex-alunos não quiseram perder a oportunidade de assistir a esta comemoração que ficou marcada através de vários momentos, dos quais se destaca o lançamento da moeda e do selo alusivos à efeméride do IPE.

Nas palavras do PR, "uma sociedade só pode progredir quando os seus membros possuam uma desenvolvida educação e uma instrução essencialmente prática. (...) É necessário criar homens que pelo seu trabalho e esforço próprios se mantenham na vida com (...) dignidade; é preciso formar cidadãos úteis à Pátria". Estas frases de plena actualidade, lembrou, "foram escritas no preâmbulo do diploma de 25 de Maio de 1911 que, por inspiração do General António Xavier Correia Barreto, vosso fundador, criou o Instituto Profissional dos Pupilos do Exército de Terra e Mar".

Os quadros superiores e intermédios que hoje encabeçam ou pertencem a grandes empresas na área da indústria, do comércio e dos serviços, não foram esquecidos pelo PR, que elogiou o IPE pela sua "formação completa e ajustada às necessidades do mercado de trabalho".

A coexistência de diversos cursos no Instituto, desde o ensino básico até ao ensino secundário, assim como o ensino técnico-profissional fizeram parte do discurso do Presidente que acentuou "a forte ligação ao sector empresarial, em áreas em que escasseiam técnicos, acompanhando necessidades e realidades actuais como as energias renováveis e a gestão do ambiente".

Aníbal Cavaco Silva lembrou ainda que foi "testemunha da forma de estar e dedicação do IPE", quando teve a oportunidade de servir nos Pupilos do Exército como oficial miliciano, há mais de quarenta anos. No final, o PR disse ser de inteira justiça o público reconhecimento que prestou nesta cerimónia, ao conceder ao Instituto dos Pupilos do Exército o título de Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique e ao impor o respectivo distintivo no Estandarte Nacional.

De realçar ainda que este dia de comemorações começou bem cedo, com a inauguração, na parte da manhã, de uma rotunda na Freguesia de São Domingos de Benfica, de seu nome "Pupilos do Exército". Também este evento contou com a presença do CEME, do director do IPE, Major-General António Francisco Alves Rosa e do Dr. António Costa, presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

Exposição evocativa dos 50 anos do início das Campanhas de África (1961-1974)

Há 50 anos, tiveram início as Campanhas de África que constituíram um dos momentos mais significativos para a sociedade portuguesa durante o século XX.

Para evocar este acontecimento, em 21 de Março, na sala de exposições temporárias do Museu Militar de Lisboa, foi inaugurada uma exposição organizada pelos Arquivo Histórico Militar e Museu Militar de Lisboa, que contou com o apoio da Direcção de Infra-Estruturas, do Instituto Geográfico do Exército e do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Nesta exposição, são realçados o ambiente e os acontecimentos que criaram as condições para o início da confrontação militar que viria a prolongar-se por treze anos.

Foto: SAj. J. Cordeiro

O percurso expositivo é composto por seis módulos, distribuídos por quatro salas. Na primeira, depois da apresentação dos propósitos desta evocação, constante no 1.º Módulo, o visitante depara-se, no 2.º Módulo, com a caracterização do contexto, nacional e internacional, do ano de 1961, enquanto no 3.º Módulo é feita uma breve descrição de Angola e dos principais acontecimentos aí ocorridos. Na sala seguinte, mostram-se, no 4.º Módulo, aspectos dos preparativos que Portugal fez para enfrentar uma guerra de cariz subversivo no Ultramar, da projecção de forças para Angola e da vida em campanha. A visita prossegue no 5.º Módulo, dedicado exclusivamente à primeira grande operação militar das forças portuguesas em Angola - a Operação Viriato - e termina, no 6.º Módulo, com um balanço e uma antevisão do rumo que a guerra em África tomou, designadamente do alastramento a outros territórios ultramarinos portugueses.

Esta exposição, que decorrerá até 30 de Junho, serve para melhorar o conhecimento acerca de um conflito que afectou pessoas e famílias mas que, paradoxalmente, contribuiu para o nascimento de novos países de língua oficial portuguesa.

Protocolo entre o Exército Português e a Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa

Na presença do Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho e do Vice-Reitor da Universidade Nova de Lisboa, Professor Doutor Miguel Correia, foi assinado no dia 8 de Abril um Protocolo entre o Exército Português e a Faculdade de Ciências Médicas, que visa o curso de Pós-graduação de Especialização "Medicina do Conflito e Catástrofes".

O curso organizado pelas duas entidades visa proporcionar o "conhecimento de conceitos técnico e imperativos clínicos necessários na actividade profissional em ambiente de conflito e catástrofe", com o objectivo de aperfeiçoar a resposta a eventuais situações de conflitos e catástrofes e aumentar a preparação nessa área.

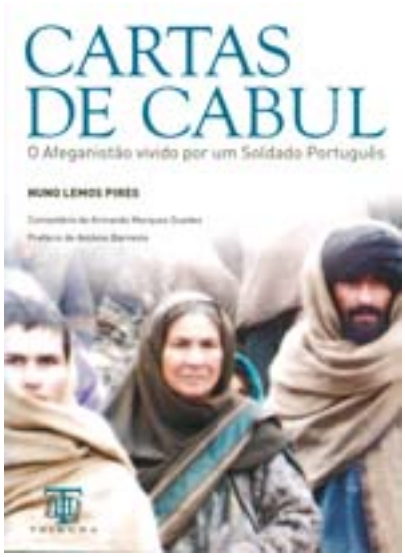
O protocolo foi assinado entre o Comandante da Academia Militar, Tenente-General Fernando Manuel Paiva Monteiro e o Director da Faculdade de Ciências Médicas, Professor Doutor José M. Caldas Almeida.

TABELA DE PREÇOS PARA 2011

PREÇO DE CAPA €2,00 **ASSINATURA ANUAL (11 números):** VIA SUPERFÍCIE - **Portugal Cont. Madeira e Açores** €20,00; VIA AÉREA - **Países europeus** €45,00; **Restantes Países** €65,00 NOTA: **As assinaturas devem ser pagas antecipadamente NÚMEROS ATRASADOS - 1960 a 1969** €4,50; **1970 a 1979** €4,00; **1980 a 1989** €3,00; **1990 a 2001** €2,50; **2002** a **2008** €2,00. Os preços incluem IVA à taxa de 5%
N.B.: Os pedidos de envio pelos CTT serão acrescidos de portes segundo os códigos postais: **1000/2000** €4,21; **3000/8000** €5,79; **Açores** e **Madeira** €6,56.

"Cartas de Cabul – O Afeganistão vivido por um Soldado Português"

O lançamento do livro "Cartas de Cabul – O Afeganistão vivido por um Soldado Português", da autoria do Tenente-Coronel Nuno Lemos Pires, teve lugar no grande auditório do Colégio Militar, no dia 12 de Abril, pelas 18h00. A apresentar a obra esteve o Tenente-General Oliveira Cardoso, Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército que não poupou nos elogios a Nuno Lemos Pires. Na mesa do evento esteve também, entre outros, o director do Colégio Militar, Coronel Tirocinado Cóias Ferreira e o Professor Marques Guedes.



"Escrever é sempre expor-se [...] O que se é, o que se vive, o que se sente, o que se pensa ... e para este desnudar há, muitas vezes, acanhamento (que vai das omissões à inibição de escrever). Felizmente, para nós, este não foi o caso do autor das Cartas de Cabul", segundo enfatizou no prefácio o General António Barreto.

Nuno Lemos Pires, segundo o autor do prefácio, soube ser "natural, simples, comparar experiências, olhar para nós de lá, mostrar a sua maneira de sentir, as suas dúvidas e esperanças". Na introdução, explica, "fala-nos com clareza da intenção subjacente ao livro – a necessidade de partilhar – mas nada nos diz sobre a força do impulso, a intensidade das emoções, as tragédias da guerra, a acção dos nossos militares. Só a continuidade das cartas nos vai dando a conhecer o panorama, descobrindo véus, esclarecendo", conclui.

O grande auditório foi à medida para os muitos amigos e convidados, militares e civis, que não quiseram deixar passar em branco este momento, felicitando pessoalmente o autor das "Cartas de Cabul".

In memorium

Em 28 de Abril passado, morreu o Tenente-General José Manuel Bettencourt Rodrigues com 92 anos de idade.

Foi, como é considerado pelos seus pares, um dos melhores Generais do século XX, pelo excepcional conjunto de qualidades humanas e profissionais que o guiaram toda a sua vida.

Incorporado na Escola do Exército em 1936, após a frequência dos estudos preparatórios na Faculdade de Ciências.

Em 1951 concluiu o Curso de Estado-Maior com a classificação de distinto e em 1953 foi tirar o Curso de Estado-Maior do Exército Norte-Americano em Fort Leavenworth, no Kansas.

Em 1962 como Chefe do Estado-Maior do Quartel General da Região Militar de Angola e mais tarde como Comandante da Zona Militar do Leste, vai demonstrar as suas qualidades de liderança estando na génese da origem e função dos "Comandos" em Angola.

Como Coronel comandou o Regimento de Artilharia n.º 1 e posteriormente foi Adido Militar e Aeronáutico em Londres.

Promovido a Brigadeiro em 1968, foi Ministro do Exército até 1970, no consulado de Salazar e Marcelo Caetano.

De 1971 a 1973 foi Comandante da Zona Militar do Leste em Angola, onde em colaboração com o General Costa Gomes lançaram uma série de operações militares que levaram à vitória na frente leste.

Nomeado em 1973 Governador e Comandante-Chefe da Guiné em substituição do General António de Spínola, é surpreendido pelos acontecimentos do 25 de Abril tendo sido

passado à reserva compulsivamente em 14 de Maio de 1974.

Oficial carismático, generoso e de uma cultura imensa, tinha um enorme número de admiradores no seio do Exército, que lhe reconheciam qualidades ímpares, sendo um exemplo de dignidade e competência para com todos aqueles que com ele serviram.

Entre as várias condecorações, destacam-se a Medalha de Ouro de Valor Militar com Palma, a Medalha de Ouro de Serviços Distintos com Palma e a Grã-Cruz do Mérito Militar.

À Família enlutada, o *Jornal do Exército* apresenta os seus pêsames.

Major-General Raul Jorge Laginha Gonçalves Passos

O Papel das Tutelas

na Definição da Estratégia e Condução da "Navegação" dos Estabelecimentos Militares de Ensino

As minhas primeiras palavras são obrigatoriamente de saudação fraterna aos nossos colégios militares, escolas centenárias que têm sabido servir Portugal. O Colégio Militar comemora os 208 anos, o Instituto de Odivelas festejou o 111.º aniversário, no passado dia 14 de Janeiro, e o Instituto dos Pupilos do Exército celebra o seu primeiro centenário. A este estabelecimento em particular e a todos os que nele servem, gostaria de dirigir uma palavra muito especial de sincera alegria e de profundo reconhecimento, pelo trabalho que têm vindo a realizar em prol da requalificação dos cursos ministrados, bem como da revitalização e credibilização da instituição.

Gostaria igualmente de agradecer aos actuais directores dos Estabelecimentos Militares de Ensino as opiniões que me enviaram relativamente ao tema proposto. Da leitura que fiz das mesmas, verifiquei, com agrado, que há convergência de ideias e que existe unidade de doutrina, relativamente aos aspectos fundamentais da formação dos alunos.

O contacto com o universo extremamente jovem que anualmente ingressa nos três colégios e o acompanhamento de proximidade que tive oportunidade de fazer ao longo últimos quatro anos, como Director do Colégio Militar, Director de Educação e responsável pela avaliação dos civis do Comando de Instrução e Doutrina, faz-me comprovar que uma das preocupações do nosso tempo se relaciona com a dificuldade em caracterizar e acompanhar a grande mutação cultural que estamos a viver.

Verifica-se que uma parte substancial da nossa sociedade se julga capaz de sentenciar sobre problemas gravíssimos e que a maioria aspira a subir rapidamente na escala social. Esta realidade leva a que o amor da verdade seja cada vez mais substituído pela preocupação do útil, enquanto o gosto do saber dá lugar ao frenesi do êxito.

Tal facto não seria tão preocupante, se não

constatasse igualmente que poucos, no entanto, se preparam com honestidade para os desafios, aceitando a ascese, quase sempre dolorosa, de uma aprendizagem demorada e séria que não pode muitas vezes ser levada a cabo, senão à custa de renúncias muito pesadas.

Os alicerces institucionais de rigor e de valores e a qualidade do ensino praticado, que orientam e em que se apoiam os Estabelecimentos Militares de Ensino, são no entanto considerados por alguns cidadãos, com responsabilidades, como aberrações; e o conteúdo da formação de cariz militar, como exótico. Quem profere tais afirmações esquece que os Estabelecimentos Militares de Ensino não são hoje regalias de militares, mas de toda a sociedade portuguesa que, com o apoio do Estado, tem a possibilidade de dar aos seus filhos uma educação de excelência, no âmbito académico, da cidadania e da liderança.

Creio que, no actual contexto nacional, é possível fazer mais e melhor, através de escolas com a especificidade dos três Estabelecimentos Militares de Ensino, que são tutelados, em conjunto, pelos Ministérios da Defesa Nacional e da Educação.

> *Os Estabelecimentos Militares de Ensino não são hoje regalias de militares, mas de toda a sociedade portuguesa que, com o apoio do Estado, tem a possibilidade de dar aos seus filhos uma educação de excelência, no âmbito académico, da cidadania e da liderança*

A Especificidade

O primeiro aspecto que gostaria de frisar é que os colégios militares são escolas de educação, em que as principais componentes da formação integral que procuramos ministrar aos nossos alunos englobam as vertentes Comportamental, Académica e Física. No entanto, a raiz da tarefa educativa continua de facto, e deve acontecer, numa primeira instância, na família mais próxima e só depois na Escola. Nas conclusões do Seminário sobre a Educação da Juventude – Carácter, Liderança e Cidadania, organizado em Outubro de 2003 pelo Instituto de Defesa Nacional e no qual tive o privilégio de participar, foi referido: "...para que a escola possa desempenhar a sua vocação é preciso contar com famílias que sejam fortalecidas, e até educadas para que se tornem e acreditem naquilo que são - o fulcro da sociedade e a instituição mais preciosa do bem comum".

Podemos pois afirmar que o aspecto mais marcante da especificidade dos nossos colégios se prende com uma educação integral de cariz militar, que complementa a formação académica e a preparação física exigida pelos curricula do Ministério da Educação. Esta especificidade pretende incutir nos nossos jovens, desde a mais tenra idade, determinados valores, fazendo desta forma com que os nossos Estabelecimentos Militares de Ensino sejam actualmente verdadeiros santuários, no âmbito da formação para a cidadania e para a liderança.

São escolas que primam pelo ensino dirigido e diferenciado, através de turmas pequenas, em que se tenta promover uma forte relação de afectividade entre docentes e alunos, procurando, de todas as formas, ensinar para a excelência.

A oferta da possibilidade de internato deve igualmente ser encarada e promovida, como uma mais-valia daquela especificidade. A sociedade actual exige muitas horas dos seus profissionais, o que, consequentemente, pode conduzir à degradação da relação entre pais e filhos, caso esta não se alimente de tempo de qualidade passado em família. Através de um percurso escolar em comum, em que se inclui o internato, é possível estabelecer inquebrantáveis laços de amizade e de camaradagem, sob a orientação constante de comandos e quadros que deverão ser de elevada qualidade.

A ocupação educativa dos discentes, diariamente das oito às dezanove horas, não só poderá contribuir para a melhoria dos resultados escolares, mas também para a criação de uma cultura de rigor e de exigência, que se enquadra numa política de valorização e de apoio aos nossos alunos.

É assim dever de todos os servidores destes estabelecimentos que se empenhem permanentemente em incutir no espírito dos nossos jovens a prática das virtudes e valores, dirigida no sentido de, no futuro, virem a servir com dignidade Portugal.

O produto da riqueza e da especificidade dos nossos colégios reside pois no espírito de corpo e na camaradagem criada, desde a mais tenra idade, nos

vários cursos; na boa formação académica e física; e, por fim, na excelente formação comportamental e de liderança que as comunidades educativas dos respectivos colégios proporcionam aos seus alunos. Esta educação integral, de cariz militar, permite manter, nos ex-alunos, o culto pelos valores intemporais de cidadania e de liderança. Onde quer que os ex-alunos se venham a integrar na sociedade, fá-lo-ão certamente com elevado espírito patriótico, de missão e sempre com a noção que estão a servir Portugal.

Desde 2006 que afirmo com convicção que os Estabelecimentos Militares de Ensino encerram, no seu projecto educativo, dois curricula que decorrem em simultâneo e ao longo dos oito anos de escolaridade: o académico, que é visível, mensurável e de fácil leitura; o outro, que é oculto, encerra no seu âmago os valores éticos e comportamentais que, em conjunto, toda a comunidade educativa vai transmitindo aos seus educandos. Este currículo, por ser oculto e difuso, só na vida adulta dos nossos ainda jovens alunos poderá ser avaliado. Integra o culto das virtudes militares e da liderança, bem como as formações moral, física, cultural, intelectual e cívica, que extravasam as quatro paredes da sala de aula. Cultivam-se nos espaços de lazer, na biblioteca, no refeitório, nos gerais e nas camaratas, onde os alunos adquirem e praticam o conceito de camaradagem que inclui necessariamente muitas cumplicidades, mas que igualmente desenvolve os valores de partilha, de igualdade e de respeito pela liberdade de cada um.

As Tutelas

Frequentam actualmente os cursos do ensino básico (2.º e 3.º ciclos) e secundário, nos três estabelecimentos militares de ensino, cerca de 800 alunos, nas áreas disciplinares e não disciplinares curriculares do Ministério da Educação, bem como nas disciplinas curriculares e áreas de enriquecimento curricular que são oferta específica de cada um dos colégios.

Nos termos do Despacho Conjunto (275/2006, de 6 de Março) entre os dois Ministérios, os cursos ministrados nos estabelecimentos militares de ensino regem-se pelas normas de orientação pedagógica do Ministério da Educação, de modo a assegurar a sua completa equivalência aos ministrados nos estabelecimentos de ensino oficial congéneres. Refere ainda que os docentes em exercício de funções nos Estabelecimentos Militares de Ensino são oriundos do Quadro de Pessoal Civil do Exército e do Ministério da Educação, estes últimos na situação de requisição ou em regime de acumulação.

O Ministério da Educação permite e regula a requisição anual de professores, para colmatar a variação anual do efectivo de alunos, do número de turmas e da alteração dos respectivos planos curriculares, ou a acumulação, no caso de algum docente ficar subitamente de baixa prolongada. Regula igualmente a gestão das carreiras docentes e a respectiva avaliação de desempenho.

Relativamente aos alunos, através de diploma, define o Estatuto do Aluno do Ensino Básico e do Secundário, bem como os respectivos regimes disciplinar, de faltas, de transição e de retenção.

Podemos afirmar que o Ministério da Educação define as estratégias que se enquadram em cada momento, no plano nacional de educação, influenciando a elaboração dos projectos educativos e dos planos curriculares, bem como a definição e o funcionamento da estrutura de coordenação e supervisão pedagógica.

Os Estabelecimentos Militares de Ensino

dependem do Ministério da Defesa Nacional (MDN), através do Exército que se integra na administração directa do Estado com autonomia administrativa, e encontram-se na dependência hierárquica do Comando da Instrução e Doutrina.

O MDN, através do Exército, permite que os colégios se assumam como escolas de Educação integrais, de cariz militar.

A gestão administrativa é influenciada na atribuição do Orçamento do MDN, nomeadamente no que se refere ao pagamento dos vencimentos de todos os militares, docentes e funcionários, na definição dos regimes de admissões e de internato para os alunos, na decisão sobre o montante das mensalidades, no "plafond" autorizado de Despesa com Compensação de Receitas e ainda na obtenção e avaliação dos recursos humanos militares e de funcionários civis não docentes.

A tutela do Exército permite ainda a especificidade organizativa dos colégios, dentro do quadro da autonomia das escolas, através da aprovação dos respectivos Quadros Orgânicos. Estes prevêem, em cada colégio, um quadro efectivo de docentes que garante a continuidade pedagógica, bem como a qualidade do ensino e a cultura específica de cada escola. No que ao ensino diz respeito, as estratégias incluem-se igualmente na margem de autonomia dos Estabelecimentos Militares de Ensino em relação ao Ministério da Educação (ME), sendo contemplada, ao nível dos respectivos projectos educativos e regulamentos internos, de acordo com as orientações dos respectivos Directores e Conselhos Pedagógicos.

O Exército credibiliza igualmente os aspectos da formação de lideranças, através da qualidade dos servidores, em particular dos quadros militares, que são colocados em cada Estabelecimento. As características de organização, disciplina, aprumo, pontualidade, sobriedade, patriotismo, lealdade e camaradagem são valores cultivados, desde sempre, pela Instituição Militar. Todos os que, em cada momento, servem na Instituição Militar, civis e militares, têm assim igualmente a obrigação moral de praticar diariamente os referidos valores.

Embora a maioria dos alunos sejam filhos de civis, considero que, ainda hoje, o Exército define estratégias, ao nível da projecção do Ramo através dos Estabelecimentos Militares de Ensino, ao nível do apoio social e de retaguarda à Família Militar e ainda numa possível fonte de excelência, para o despertar de vocações para as Forças Armadas e de Segurança.

A existência de um Código de Honra, aprovado e inscrito no Regulamento Interno de cada colégio, deve servir de orientação, não só aos alunos, mas também a todos os servidores dos Estabelecimentos Militares de Ensino. É o instrumento mais visível do referido currículo oculto que é diariamente ensinado e que deve ser praticado por todos.

O Estandarte Nacional de cada colégio e as condecorações militares que ostenta são sentidos e assumidos com orgulho por toda a família e comunidade escolar, porque se revêem nos seus Projectos Educativos. São também a prova mais corpórea de que os colégios são Estabelecimentos Militares e, como tal, tem de haver para com eles uma igual, ou até maior responsabilidade institucional do Exército, tal

como tem para qualquer unidade, estabelecimento ou órgão sob a sua tutela.

Ser membro de corpo inteiro desta comunidade educativa exige de cada um dos seus servidores, ao longo da sua permanência nestas instituições, muita perseverança, tenacidade, coragem, força de vontade, um amor muito profundo aos jovens e o acreditar numa missão que, nestes estabelecimentos, assume contornos de verdadeiro sacerdócio.

Conclusões

A sociedade actual rege-se pelo facilitismo, com regras demasiado flexíveis que se adaptam a cada situação e a cada pessoa, criando injustiças que não só descredibilizam a Escola, mas também os docentes que tentam ensinar e educar, bem como os funcionários que igualmente tentam educar, ao mesmo tempo que procuram manter o espaço escolar digno e habitável. Existe o culto da ostentação, através de sinais exteriores, e os valores praticados são os do consumismo, da diversão, da irresponsabilidade e do egoísmo.

Ao invés, nos Estabelecimentos Militares de Ensino existe sobriedade e uniformidade no vestir e o dia está totalmente preenchido. Existe pontualidade, exigência no cumprimento de horários, respeito pelos servidores dos colégios (docentes, militares e funcionários), não são permitidos equipamentos electrónicos, todos comem o mesmo, todos partilham alegrias e dificuldades, e a entreajuda é praticada diariamente. O regime disciplinar é restrito e toda e qualquer falta é rapidamente resolvida e sancionada.

Os nossos Colégios têm igualmente sabido adaptar-se à realidade social e económica envolventes, ao mesmo tempo que procuram ultrapassar as barreiras criadas por diferentes origens, extractos sociais e níveis culturais dos candidatos que anualmente neles ingressam.

Não é pois fácil ser-se aluno ou servidor nos Estabelecimentos Militares de Ensino, mas, no final de cada ano, vemos o orgulho estampado nas respectivas comunidades escolares que partilham em comum um sonho que se chama, em todas as escolas, Projecto Educativo.

As duas tutelas permitem que os colégios mantenham um Projecto Educativo único, no contexto do ensino nacional. O ME credibiliza os cursos, permite a sua autonomia, regula a gestão do pessoal docente e discente e dá orientações para a elaboração dos Projectos Curriculares. O MDN, através do Exército, orçamenta os vencimentos para todo o pessoal e os apoios financeiros aos alunos carenciados de filhos de militares, das forças de segurança e dos funcionários. Define ainda o "plafond" financeiro que permite utilizar as mensalidades para pagar tudo o resto (limpeza, alimentação, jardinagem, obras, manutenção de equipamentos...). A colocação de militares, feita pelo Exército nos Esta-

> Vemos o orgulho estampado nas respectivas comunidades escolares que partilham um sonho que se chama Projecto Educativo. As duas tutelas permitem que os colégios mantenham um Projecto Educativo único, no contexto do ensino nacional

belecimentos Militares de Ensino, materializa a formação de cariz militar que se consubstancia na organização da direcção, do corpo de alunos, do serviço escolar e dos serviços de apoio; na instrução militar e na aplicação da justiça; e na oferta de disciplinas desportivas com forte tradição militar (equitação, esgrima, pentatlo, corrida e orientação, slide, rappel, escalada, trek...).

Embora continuando a apoiar a família militar, desde há muitos anos que os nossos colégios incluem, no seu seio, alunos de origem civil. Este aspecto pode afirmar-se como uma mais-valia para o prestígio do Exército junto da sociedade, com escolas de referência, nos contextos comportamentais, educativos e de liderança.

Educar de forma completa um cidadão é necessariamente um processo rico e complexo. Como tal, é moroso e dispendioso, mas pretende proporcionar aos elementos, que actualmente frequentam estes Estabelecimentos Militares de Ensino, uma bagagem académica, física, comportamental e de liderança, de excelência.

A Terminar...

O centro de gravidade dos colégios, tal como nos Estabelecimentos de Ensino Militar, continua a ser o Corpo de Alunos, porque Corpo, de acordo com o dicionário, é tudo o que tem extensão e forma e constitui a parte central e principal de um edifício físico ou moral. Neste caso, é todo um conjunto de indivíduos que, em cada colégio, acreditam e partilham o mesmo Projecto Educativo, estando submetidos às mesmas regras e pretendendo-se que, no final, sejam unos e indivisíveis.

Onde quer que seja que os ex-alunos se integrem na sociedade, irão certamente fazê-lo como futuros cidadãos, orgulhosos do Colégio que os formou e do país a que pertencem. Fá-lo-ão certamente com elevado espírito patriótico e de missão, sempre com a noção de que estão a Servir Portugal.

Para que os Estabelecimentos Militares de Ensino continuem a ser instituições de qualidade e de que o Exército e o País se devam orgulhar, teremos de continuar a trabalhar e a lutar contra os ventos do facilitismo, da indiferença, do egoísmo, da inveja, do conformismo e da mediocridade.

À laia de conclusão, cito o ex-aluno 40 de 1948, antigo chefe de Estado-Maior do Exército, General António Barrento, quando escreveu "…aprofunde-se os ensinamentos para a formação de cidadania que a escola deve transmitir, para que continuem a existir portugueses que respeitem, estimem, defendam e desenvolvam o nosso país e para que possam continuar a viver essa "Comunidade de sonhos" que é Portugal". (fim de citação)

Termino convicto na grandeza da tarefa, que nos compete a todos, de educar para os valores, de liderar pelo exemplo e de ensinar para a excelência os nossos jovens.

Texto e Fotos: Coronel Veterinário Carlos Penha Gonçalves [1]
Capitão Veterinário Pedro Tomás Silva [2]

Capitão Veterinário Pedro Tomás Silva da Direcção de Saúde e Militares da Escola de Tropas Pára-quedistas que participaram no Exercício Felino 2010.

Participação da Saúde Militar do Exército no "FELINO 2010"

Decorreu nos dias 18 a 28 de Março de 2011, o Exercício Militar "Felino 2010", em Angola, que visou organizar a acção das forças armadas da comunidade lusófona, no quadro das Operações de Apoio à Paz e de Ajuda Humanitária em situação de crise.
Foram desenvolvidas operações de ajuda humanitária, com o apoio de Organizações Não-Governamentais, em campos de refugiados, consubstanciadas na entrega de alimentação, roupas e assistência médica.
O exercício teve uma forte componente dos Serviços de Saúde Militar, que se encarregaram de empreender acções de reorganização do sistema de saúde, sobretudo no controlo das doenças epidémicas e num surto de febre hemorrágica.
Esta actividade compreendeu três fases principais: a realização do treino cruzado, durante o qual existiu uma troca de experiências entre os participantes; a fase de planeamento das acções e a sua execução; e demonstrações militares reservadas a altas entidades.

A região de Cabo Ledo, na província do Bengo em Angola, acolheu, durante o período compreendido entre o dia 18 de Março até ao dia 28, o exercício Felino 2010, concebido para treinar forças militares com capacidade de intervenção em missões de manutenção de paz e ajuda humanitária sob a égide das Nações Unidas.

Inserido num conjunto de manobras militares conjuntas e combinadas, o Exercício Felino foi desenvolvido no âmbito da cooperação técnico-militar entre os membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Nos termos do "acordo técnico" entre as forças armadas dos países membros, cada um dos Estados participou com 20 efectivos, com excepção de Angola, que participou com mais de 800 homens, e de Portugal, que contou com 29 participantes.

O objectivo principal foi treinar para melhorar a eficiência no planeamento, comando, controlo e conduta nas missões de ajuda humanitária, manutenção de paz, busca e salvamento.

Cenário fictício do Exercício Felino 2010

"O cenário do exercício Felino 2010", que aconteceu na região de Cabo Ledo, nas instalações da Brigada de Forças Especiais de Angola, é fictício e simulou uma situação de crise humanitária com implicações de segurança, num ambiente permissivo, empregando dados geográficos reais do país. Sen-

Histórico do Exercício Militar "Felino"

A necessidade da realização do Exercício Felino decorre da I Reunião de Ministros da Defesa da CPLP, realizada de 20 a 21 de Julho de 1998, no âmbito da qual foi acordada, por unanimidade, a realização de exercícios militares para o treino e preparação de unidades aptas para participação em Operações Humanitárias e de Apoio à Paz.

Na sequência da referida reunião, Portugal foi, então, o primeiro país a acolher o Exercício Felino, em 2000, na região de Lamego, no formato com tropas no terreno.

Desde então, o exercício, que se realiza todos os anos, destina-se ao treino e aprontamento das Forças da CPLP para o desempenho de missões de paz. Com base na actual conjuntura geopolítica internacional, o exercício visa também criar um cenário conjunto de situações que permitam um treino realista de quadros e tropas dos países da CPLP.

Conduzir um treino cruzado visando a integração das Forças participantes e a troca de experiência na execução de técnicas específicas e na utilização de diferentes equipamentos e armamentos, permitindo e facilitando simultaneamente uma adaptação às condições em que se desenrolará a acção, constituí também um dos objectivos do exercício.

Segue infra a cronologia dos exercícios militares Felino desde então realizados:

2000

Portugal realiza o exercício na região de Lamego, de 17 a 27 de Outubro, no formato FTX (Tropas no Terreno). Contou com a participação de militares de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Portugal, tendo o Brasil participado como observador.

2001

Portugal volta albergar a manobra na região do Lamego, também no formato FTX.

2002

Brasil organiza um novo exercício na região nordeste em Caatinga, no formato FTX, com a presença de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Portugal, tendo Timor-Leste sido convidado a enviar observadores.

2003

Moçambique acolhe, no período de 24 a 28 de Novembro, mais um exercício, no formato CPX (Posto de Comando) e integrou militares dos oito países membros.

2004

Angola realiza no formato FTX novo exercício, cujo objectivo consistiu em desenvolver o intercâmbio de conhecimentos, em termos de planeamento, organização e execução, de forma a facilitar o emprego de forças em operações combinadas e conjuntas.

2005

Cabo Verde organiza mais um exercício em formato CPX, onde participou o Centro de Simulação do Exército cabo-verdiano, tendo introduzido o programa de referenciação geográfica.

2006

Brasil realiza novo exercício no formato FTX, tendo atingido resultados excelentes, sendo reconhecido por todos os países participantes o interesse em continuar o tratamento de temas ligados às "novas missões".

2007

São Tomé e Príncipe foi o terreno para o exercício Felino deste ano, no formato CPX.

2008

Portugal realiza novo exercício no formato FTX, tendo os chefes do Estado-Maior General das Forças Armadas da CPLP se congratulado pelo facto do mesmo país manifestar disponibilidade para o seu acolhimento.

2009

Moçambique realiza o exercício Felino no formato CPX.

No ano seguinte o exercício Felino estava programado para ter lugar em Angola, mas acabou por não se realizar por questões técnicas.

do que, o cenário das manobras foi elaborado tendo em conta as necessidades de treino da Força Tarefa Conjunta/Combinada (FTCC), no âmbito do Exercício Felino 2010.

Em função do cenário, a Força Tarefa Conjunta/Combinada da CPLP realiza o exercício na área de operações, levando a cabo acções de paz, realizando missões de ajuda humanitária com o apoio das Organizações Não-Governamentais junto dos campos de refugiados, doando alimentação, roupa e assistência médica.

Simulacro da Saúde Militar

O cenário do Exercício Felino 2010, em Cabo Ledo, foi marcado com uma demonstração e simulação de intervenção médica a doentes com o vírus de Ébola.

A intervenção médica foi realizada pelos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas com o apoio técnico na área de Biossegurança do Tenente-Coronel Farmacêutico Newton, do Brasil, e do Capitão Veterinário Pedro Tomás Silva, de Portugal.

Esta actividade teve como objectivo simular uma hipotética presença de doença de um vírus de febre hemorrágica na região. As acções realizadas foram de carácter preventivo para controlo de doenças de vírus de febre hemorrágica. A caracterização foi o reflexo do que aconteceu em 2005, na província do Uíge, onde as Forças Armadas Angolanas exerceram um papel fundamental na erradicação da doença.

O objectivo deste exercício foi compreender quais as medidas de isolamento apropriadas de um surto de um vírus de Febre Hemorrágico e como utilizá-las para prevenir transmissões posteriores nas Instituições de Saúde nos vários países da CPLP.

Demonstração Táctica

No dia do encerramento foi realizada uma demonstração táctica, onde estiveram presentes os ministros angolanos da Defesa, da Saúde, Planeamento, Relações Exteriores, Assistência e Reinserção Social, Interior, Finanças, Comunicação Social e embaixadores dos países membros da CPLP; e teve por base a escolta de uma ambulância dos serviços de saúde, que transportava pessoal médico e amostras de sangue suspeito de estar contaminado com o vírus de Ébola, que foi atacada no troço São Bravo e Cabo Ledo por elementos não identificados. As forças de Fuzileiros Navais em missão de patrulha na orla marítima desembarcaram, atacaram e capturaram os rebeldes. No decurso desta situação, as unidades da CPLP infiltraram no local três helicópteros que fizeram a descontaminação do local com dois técnicos

Major Luís Bernardino, Relações Públicas do EMGFA, com militares e população angolana.

Vírus Ébola

Agente Etiológico: o vírus Ébola é um vírus RNA, da Família Filoviridae e do Género Filovirus. Este género possui quatro vírus que acometem o homem: o Marburg e três vírus Ébola - Ébola Zaires, Ébola Sudão e Ébola Reston. Os três vírus Ébola possuem pequenas diferenças serológicas e diferentes sequências de bases nos seus RNAs.

O vírus é denominado pelo nome de um rio na República Democrática do Congo (antigo Zaire), o Rio Ébola, onde têm ocorrido vários casos. Nunca houve casos humanos fora de África, mas já houve casos em macacos importados nos Estados Unidos e Itália. Os casos identificados desde 1976 são apenas 1500, dos quais cerca de 1000 resultaram em morte. Não foi ainda identificado o reservatório animal do vírus.

A infecção pelo vírus Ébola produz febre hemorrágica. A incubação pode durar de 3 a 12 dias. O vírus multiplica-se nas células do fígado, baço, pulmão e tecido linfático. A lise das células endoteliais dos vasos sanguíneos leva às tromboses seguidas de hemorragias. Os primeiros sintomas são inespecíficos como febre alta, dores de cabeça, falta de apetite, e conjuntivite. Alguns dias mais tarde surge diarreia, náuseas e vómitos, seguidos de sintomas de insuficiência hepáticos, renal e distúrbios cerebrais com alterações do comportamento. O estágio final é devido ao esgotamento dos factores sanguíneos da coagulação, resultando em hemorragias extensas internas, edema generalizado e morte por choque hemorrágico. As fezes são geralmente pretas devido às hemorragias gastrointestinais e poderá haver ou não sangramento do nariz, ânus, boca e olhos. A morte surge de 1 dia a 2 semanas após o início dos sintomas.

O diagnóstico é feito pela observação directa do vírus com microscópio electrónico em amostra sanguínea ou por detecção com imunofluorescência de antigénios.

Não há vacina, cura, nem tratamentos eficazes. Os doentes devem ser postos em quarentena e os familiares devem ser impedidos de ter qualquer forma de contacto com o doente, ou mesmo de tocar o corpo após o falecimento. Devem ser administrados cuidados básicos de suporte vital como restabelecimento de electrólitos e fluidos perdidos, além de possíveis tratamentos

sanitários equipados com meios apropriados.

Outro helicóptero aterrou junto da escolta, e as forças da CPLP recuperaram as amostras de sangue, que transportaram para o laboratório de referência, garantindo a segurança dos materiais.

Comentários finais

Os cenários montados durante o Exercício Felino 2010 permitiram aos militares dos vários países da CPLP atingir os objectivos pretendidos, destacando-se o cenário montado na área da Saúde pela Direcção dos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas.

O exercício serviu para conhecimento mútuo de várias técnicas e tácticas combinadas entre as forças dos países membros da CPLP, no sentido de agirem em caso de necessidade e contribuiu para uma maior capacidade e coesão das Forças Ar-

Entrevista com o Capitão Veterinário Pedro Tomás Silva para a Imprensa das Forças Armadas Angolanas.

Acções de controlo epidemiológico realizadas por militares dos Serviços de Saúde Angolanos, no cenário de doenças de vírus de febre hemorrágica.

madas da CPLP.

Estes exercícios foram considerados uma referência obrigatória na componente de defesa e segurança da comunidade e um exemplo de crescimento e maturidade institucional que se regista no seio da CPLP.

Por outro lado, o Exercício Felino 2010 exerceu um papel importante para a comunidade, uma vez que permitiu experimentar, com êxito, as operações de ajuda humanitária, com apoio de organizações vocacionadas para tal em campos de refugiados, consubstanciado no fornecimento de bens alimentares, vestuário e assistência médica e medicamentosa.

[1] Professor Associado com Agregação em Ciências Biológicas, Universidade de Lisboa. Doutorado em Imunobiologia, Universidade de Umeå, Suécia. Mestre em Biologia Molecular, Universidade Nova de Lisboa.

[2] Mestre em Segurança Alimentar, Universidade Técnica de Lisboa.

Visita do Ministro da Defesa Nacional de Angola, Cândido Pereira Van-Dúnem, e do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas (FAA), general do Exército Geraldo Sachipengo "Nunda".

Texto: Major deAdministração Militar
David Miguel Pascoal Rosado *

A Evolução do Ensino nos Pupilos do Exército

Do IPPETM ao IPE

O Instituto dos Pupilos do Exército (IPE), fundado em 25 de Maio de 1911, é um dos três Estabelecimentos Militares de Ensino em Portugal, conjuntamente com o Colégio Militar e com o Instituto de Odivelas. Com o lema "Querer é Poder", o IPE comemora no corrente ano o seu primeiro centenário, firme na certeza de que no espaço de um século formou com qualidade e com rigor milhares de cidadãos.

Reformulado no modelo e na estrutura organizacional perante os sucessivos desafios pedagógicos que lhe foram sendo endereçados, o Instituto adaptou o seu plano de estudos em diversos momentos da sua história, e fê-lo exactamente no sentido de oferecer à sociedade, aquilo que era o desejo maior do seu Fundador, o General António Xavier Correia Barreto: "formar cidadãos úteis à Pátria" que pelo seu empenho e pela sua dedicação, vencessem na vida pelo seu próprio esforço, nunca se consti-

tuindo num encargo da Pátria, mas ao contrário, contribuíssem para o desenvolvimento do país.

Passados cem anos, esse desejo do Fundador do Instituto é ainda hoje cumprido,[1] estando agora o testemunho nas mãos de todos os antigos alunos e alunas que estão inseridos no mercado de trabalho, nas Forças Armadas e nas Forças de Segurança, mas também, necessariamente, em todos os jovens pupilos que todos os dias trilham o seu caminho nos mesmos corredores e nas mesmas salas e oficinas de trabalho que tantas gerações que os antecederam.

Os Pupilos do Exército nasceram com a República Portuguesa. Os republicanos usavam a História para defender que a sua revolução não só integrava as revoluções anteriores, mas, mais do

Cerimónia de recepção aos novos alunos em Novembro de 1942, na 1.ª Secção do Instituto, com o Lema "Querer é Poder" em destaque. Note-se que a paisagem envolvente era completamente diferente da actual. Entre os edifícios, vê-se Monsanto despido de árvores.

"Pelo Decreto de 25 de Maio de 1911 foi criada a "Obra Tutelar e Social do Exército de Terra e Mar" que, enquanto instituição de âmbito pedagógico e tutelar, englobava os já existentes "Collégio Militar" e "Instituto Torre e Espada""

[1] É de referir que o General António Xavier Correia Barreto foi a personagem histórica escolhida para ser o Patrono dos novos cursos de entrada na Academia Militar, no corrente ano lectivo de 2010/2011. Tratou-se de uma escolha que muito honrou e que muito dignificou, ainda mais, os Pupilos do Exército. E de facto, revela bem não só o alcance do prestígio desse brilhante militar, político e cientista que foi Correia Barreto, mas também exalta o valor e o mérito da Educação que no IPE é levada a efeito desde o ano de 1911. O General António Xavier Correia Barreto representa um símbolo da defesa constante da Democracia e da própria República. Inventor da *Pólvora Barreto*, uma pólvora sem fumo de óptima qualidade e que tantos méritos científicos e elevada economia de recursos financeiros concedeu a Portugal, este oficial foi quase tudo o que um militar e político poderia ter sido na Primeira República, tendo desempenhado cargos tão diversos como Director do Arsenal do Exército, Comandante da 1.ª Divisão do Exército, Comandante-Geral da GNR, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Ministro da Guerra e Presidente do Senado e do Congresso. Conhecido pela sua imparcialidade e pelo seu carisma, competência e indubitável dedicação à causa republicana, ganhou mesmo "uma aura de fiel da República", posicionando-se como o "natural Presidente do Senado e do Congresso". Pelo seu sentido de justiça, equidade e rectidão do seu carácter, o General Correia Barreto constituiu-se, de forma indelével, como uma referência e como um exemplo, tão necessários naqueles tempos conturbados da Primeira República.

Foi do Ministério da Guerra, tutelado por Correia Barreto, que partiu, apenas dez dias depois da revolução, o primeiro Diploma que apontou para o sistema escolar.

que isso, superava-as. E nesse sentido, de todos os Governos da Primeira República, aquele que deixou obra mais relevante, foi o primeiro governo, precisamente o Governo Provisório, em virtude de não ter de enfrentar uma oposição parlamentar. Ao futuro Fundador dos Pupilos do Exército, o então Coronel António Xavier Correia Barreto, coube no Governo Provisório a questão do comando e da disciplina militar, tendo sido nomeado para as exigentes funções de Ministro da Guerra. No seu Gabinete, contava-se a participação da quase totalidade dos oficiais da "Jovem Turquia".

Um dos domínios em que o Governo Provisório se empenhou em mostrar obra feita, foi precisamente no campo da Educação. No final da Monarquia, aproximadamente 75% da população portuguesa era analfabeta. Uma das principais preocupações dos republicanos era, por isso, a necessidade de alfabetizar os portugueses. Falava-se agora numa "educação republicana", interessada numa nova maneira de ser português. Para esta nova geração de alunos seria oferecida uma Educação de raiz nacionalista no sentido mais exaltado do termo. Publicado em Diário do Governo, foi do Ministério da Guerra tutelado por Correia Barreto que partiu, apenas dez dias depois da revolução, o primeiro Diploma que apontou para o sistema escolar, ainda que os assuntos relativos à Instrução e à Educação pertencessem ao Ministério do Interior.

Mas a grande mudança aconteceria no dia 25 de Maio de 1911. Nesse dia, publicou-se uma reforma total das Forças Armadas e assistiu-se, também, a uma efectiva reorganização de todo o sistema de ensino não militar. Pelo Decreto de 25 de Maio de 1911 foi criada a "Obra Tutelar e Social do Exército de Terra e Mar" (OTSETM), que enquanto instituição de âmbito pedagógico e tutelar, englobava os já existentes "Collégio Militar" (antes designado por Real Colégio Militar, criado no ano de 1803 sob a designação de Colégio de Educação do Regimento de Artilharia da Corte, no quartel da Feitoria) e "Instituto Torre e Espada" (antes designado por Instituto D. Afonso, criado em 1900 e actualmente denominado de Instituto de Odivelas (Infante D. Afonso)). Mas na OTSETM surgiam agora o novo "Instituto Profissional dos Pupillos do Exército de Terra e Mar" (o actual Instituto dos Pupilos do Exército) e a "Escola Primaria do Regimento ou Corpo". Garantia-se pelos Pupilos do Exército a educação dos filhos daqueles que eram a base social castrense de apoio ao novo regime, exactamente os militares que tinham desempenhado o papel mais decisivo na revolução, ou seja, aqueles de patente mais baixa.

Desde o momento da sua fundação que o Instituto ficou instalado nas áreas do Convento de S. Domingos de Benfica (pela sua 1.ª Secção), e do antigo Hospício de Santa Isabel e da Quinta da

[2] IPPE - Instituto Profissional dos Pupilos do Exército.

[3] ITMPE - Instituto Técnico Militar dos Pupilos do Exército.

[4] IMPE - Instituto Militar dos Pupilos do Exército.

[5] Em 2010 foi aprovada a nova designação de Instituto dos Pupilos do Exército (IPE).

[6] Era finalmente possibilitada a candidatura dos alunos do Instituto aos diversos cursos da Academia Militar e da Escola Naval. Antes, esse possível acesso estava adstrito apenas aos alunos do Curso de Contabilistas, que poderiam concorrer aos cursos de Administração Militar e de Administração Naval, ministrados respectivamente na Escola do Exército (actual Academia Militar) e na Escola Naval.

[7] Em 1988, por exemplo, entendeu-se ser útil a introdução de alguns reajustamentos na composição curricular dos planos de estudos dos Cursos Superiores ministrados no Instituto, tendo em linha de conta, mais uma vez, a equiparação com os cursos análogos. Os diplomados com os cursos ministrados pelo Instituto ficavam oficialmente reconhecidos tanto para o exercício da actividade profissional como Bacharéis (Curso Superior de Contabilidade e Administração) e como Engenheiros Técnicos (Curso Superior de Engenharia Mecânica, Curso Superior de Engenharia Electrotécnica e Curso Superior de Engenharia de Electrónica e Telecomunicações), como também para o prosseguimento de estudos com vista à obtenção de grau académico de Licenciatura (em regime bietápico) ou superior. Refira-se que a implementação do Ensino Superior Politécnico no Estabelecimento foi responsável, entre outras questões sociais, pelo início da admissão de candidatas para esse nível de ensino, em regime de externato.

Alfarrobeira (pela sua 2.ª Secção), tendo imprimido a estes espaços arquitectónicos um novo destino formal, de acordo com o que era preconizado pelo então Governo Provisório, permitindo que rapazes de classes desfavorecidas, com destaque para os órfãos e filhos de militares menos graduados, tivessem acesso a um ensino de qualidade, possibilitando assim que qualquer pessoa, independentemente da sua origem social, pudesse vir a ser um cidadão útil à Pátria, sendo um autêntico regenerador social e vocacionado, de forma irredutível, para o trabalho. O horizonte educativo dos Pupilos do Exército definiu-se claramente, num ensino essencialmente técnico e alicerçado numa formação plural que incidiu sempre sobre as seguintes vertentes pedagógicas: a preparação escolar, a formação moral/ética, cívica e militar, e ainda, a Educação Física.

Optou-se também, desde muito cedo, para a convergência dos seus cursos em dois campos usualmente tidos como motores principais do desenvolvimento económico, nomeadamente, o comércio e indústria. Mas com o passar inexorável do tempo, as dinâmicas sociais que se verificam tanto a nível nacional como a nível internacional, obrigam as Instituições a repensarem-se a si próprias. E como sabemos, as transformações ao nível educativo decorrem sempre das alterações sociais, sendo sempre em função das últimas que as primeiras devem ser compreendidas.

Nesse ensejo, o objectivo tutelar e social de 1911 sofreu, até à actualidade, onze reestruturações no seu plano de estudos, na sua esmagadora maioria, decorrentes de alterações políticas e sociais: 1916 (aprovada a designação de IPPE)[2]; 1921; 1926; 1928; 1930; 1948; 1959 (aprovada a designação de ITMPE)[3]; 1976 (aprovada a designação de IMPE)[4]; 1980; 1988; e, finalmente, a reestruturação de 2009.[5] Ainda assim, convém sublinhar que, de todas estas reformulações na oferta de ensino do Instituto, as mais importantes, as mais significativas, foram exactamente as de 1948, 1959, 1976 e 2009.

As razões destas quatro grandes reformas terem acontecido, podem ser sintetizadas da seguinte forma: em 1948 o Instituto assumiu o desiderato de preparar profissionalmente quadros técnicos militares, face à entrada de Portugal na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), que logo seria efectivada no ano de 1949, enquanto seu membro fundador; em 1959 classificou-se o Instituto como um Estabelecimento de Ensino Técnico Médio, dos ramos comercial e industrial (mas onde também se ministrava o respectivo Ensino Preparatório) e concedeu-se-lhe um novo plano de estudos, pois o Estabelecimento tinha agora "por fim a preparação e a formação, em regime de internato, de técnicos especializados para as Forças Armadas e de candidatos para a frequência ulterior da Academia Militar e da Escola Naval";[6] em 1976 o Instituto passou também a ministrar Cursos Superiores ao nível do Ensino Superior Politécnico, por reconversão do Ensino Médio, ficando nessa altura com uma oferta de ensino única a nível nacional, que se manteria – com pequenas transformações no plano de estudos, organização e funcionamento[7] – até à

Os primeiros 40 alunos do Instituto com o primeiro Director, o Fundador e os Professores, em 25 de Maio de 1912.

emergência do século XXI; finalmente, em 2009, aconteceu a quarta grande reforma no plano de estudos do Instituto e que consistiu num retorno parcial ao seu modelo conceptual de ensino e paradigma pedagógico, de acordo com aquilo que foi a vocação de génese do Estabelecimento: a via profissionalizante.

Permitindo-se, agora, o funcionamento do regime de internato e de externato para todos os anos escolares (ainda que as alunas apenas frequentem o regime de externato), esta reforma passou a oferecer a tipologia de ensino que actualmente vigora, estando alicerçada nas seguintes vertentes: Ensino Básico (2.º e 3.º Ciclos); Ensino Secundário (Curso Geral de Ciências e Tecnologias e Curso Geral de Ciências Socioeconómicas); Ensino Profissional de Nível 4 (Curso de Técnico de Gestão; Curso de Técnico de Manutenção Industrial (Vertente de Mecatrónica e Vertente de Electromecânica); Curso de Técnico de Gestão do Ambiente; Curso de Técnico de Energias Renováveis (Vertente de Sistemas Solares e Vertente de Sistemas Eólicos)); Ensino Pós-Secundário de Nível 5 (em fase de legalização, com os seguintes Cursos de Especialização Tecnológica previstos: Contabilidade; Electrónica e Telecomunicações; Instalações Eléctricas e Automação; Sistemas de Informação; Tecnologia e Gestão Automóvel); Centro de Novas Oportunidades; Educação e Formação de Adultos. Esta nova oferta de formação e tipologia de ensino em funcionamento no Instituto visa suprir as necessidades verificadas no tecido empresarial ao nível dos quadros intermédios, sendo capaz de responder aos desafios colocados por um mercado de trabalho em permanente mudança e acentuado desenvolvimento. É ainda, pelo rigor e pela qualidade do ensino ministrado, inquestionavelmente, uma alternativa válida para a profissionalização de técnicos especializados e competentes.

Um aluno trajando com o capote do antigo uniforme do Instituto (imagem incluída na brochura alusiva ao "Cinquentenário dos caloiros de 1934").

Depois, reconhece-se que o IPE sempre apresentou um programa escolar bastante completo, muito para além dos programas e desafios lançados pelas directivas ministeriais. Neste domínio, encontram-se os conteúdos escolares que enformaram a ideia de ensino técnico, prático e profissionalizante ao longo dos anos, mas também todo o conjunto de Actividades de Complemento Curricular (ACC) Culturais e Desportivas que contribuíram para o desenvolvimento mental e físico dos alunos, permitindo um ensino diversificado e cativante.

De facto, uma vertente que sempre se definiu como um dos alicerces mais sólidos do Instituto foi precisamente a formação cultural que se imprimiu. Já na década de vinte os alunos praticavam artes (em diferentes modalidades, como por exemplo a pintura e a escultura) e viam cinema, uma verdadeira inovação que começava a lançar tentáculos à forma de ver o mundo e a sociedade. Nas décadas seguintes, outras áreas, como o teatro, a leitura e a escrita criativa, além da música, especialmente o canto coral e instrumental, marcaram muitas das vivências sociais e da identificação pessoal de quem pelo IPE passou a sua juventude. A actualidade demonstra a contínua defesa desses valores, onde os alunos são empenhados em diversas actividades culturais, sendo inclusivamente responsáveis directos pela organização de vários eventos desta natureza.

Mas é inegável que a marca que mais visibilidade conferiu ao Instituto no exterior foi aquela que a Educação Física e as ACC de cariz desportivo permitiram alcançar, logo desde os primeiros tempos. A ginástica, por exemplo, foi assumida como uma das prioridades da Escola e assumiu-se como um dos melhores cartões de visita do Instituto, tanto a nível nacional como a nível internacional, tendo granjeado grande prestígio e numerosos prémios. Formar jovens com uma forte capacidade física foi assim uma das linhas pedagógicas mais consistentes dos Pupilos do Exército, tendo em várias modalidades desportivas realizado centenas de exibições e participado também em campeonatos. Entre muitas outras modalidades, recordemos, por exemplo, o Remo, a Esgrima, o Futebol, a Equitação, a Luta Militar, o Taekwondo, o

Desfile em 25 de Maio de 1938. O uniforme era muito diferente do actual, tal como as insígnias e condecorações dos alunos.

Karaté, a Escalada, o Hóquei em Patins, o Badminton, o Voleibol, a Natação, o Atletismo, o Kempo e o Basquetebol. Nas últimas duas décadas muitos lugares de pódio a nível individual e por equipas se alcançaram, tendo-se conquistado inclusivamente vários títulos de campeão nacional, de campeão europeu e até de campeão mundial.

E pedra angular em muita da filosofia da Escola, a formação militar desde sempre enformou a pedagogia ministrada aos mais diversos níveis, os hábitos de socialização e as maneiras de viver o próprio Instituto. Educar nos valores e para os valores é talvez a perspectiva que melhor traduz o contributo qualitativo do IPE para o País, decorrente de um ideal de acção educativa que é oferecido aos professores, militares e civis, logo que entram ao serviço neste Estabelecimento Militar de Ensino, e que é, há um século, transmitido aos alunos.

Uma referência importante também para os valores religiosos. De opção livre, hoje, a formação religiosa continua a assumir uma posição de relevo no Instituto, constatando-se em vários domínios da vivência estudantil, além da sua presença tradicional em várias cerimónias da Escola. Neste domínio, recordemos que um dos maiores símbolos do IPE é precisamente a Capela de Corpus Christi (ou Capela dos Castros), instituída em 1648 pelo Bispo Inquisidor Geral D. Francisco de Castro, e sendo, desde 1911, parte integrante do património arquitectónico do IPE. Nessa magnífica Capela está sepultado um dos mais altos valores do Instituto e de Portugal: D. João de Castro. Este insigne português foi o 13.º Governador e 4.º Vice-Rei da Índia. Diplomata, homem de ciência e militar de raríssima estirpe, assumiu-se como um verdadeiro exemplo de devoção patriótica, de humildade consciente e de uma entrega inefável ao serviço da Nação. Por todas as razões, D. João de Castro é o ilustre Patrono do Instituto dos Pupilos do Exército, e representa o farol orientador que os alunos do Instituto devem seguir, em respeito pelo seu magnífico exemplo de vida, de assinalável coragem, de intransigente cidadania e de louvor à Ciência.

Agraciado com algumas das mais prestigiantes condecorações nacionais,[8] este Instituto centenário

[8] O Estandarte Nacional do IPE ostenta as seguintes condecorações: Comendador da Ordem de Instrução Pública, "pelos altos serviços prestados à causa da instrução pública e militar e da preparação de elementos das Forças Armadas Portuguesas" (Decreto de 5 de Agosto de 1953); Comendador da Ordem Militar de Cristo, para enaltecer a "acção desenvolvida pelos seus 46 anos de existência em prol da instrução, preparando os seus alunos física e moralmente e ministrando-lhes os ensinamentos necessários para a vida, de forma a torná-los elementos úteis à sociedade, prestando assim relevantes serviços ao País dignos de reconhecimento dos poderes públicos" (Decreto de 14 de Outubro de 1957); Membro Honorário da Ordem Militar de Santiago da Espada, como reconhecimento da "preparação científica e técnica altamente meritória, a par de uma notável educação moral, cívica e militar" desenvolvida pelo IPE, tendo a imposição desta condecoração sido feita pelo então Presidente da República, General Ramalho Eanes, nas cerimónias do 70.º Aniversário do Instituto (Alvará de 7 de Maio de 1981); Membro Honorário da Ordem Militar de Avis, com a imposição feita pelo então Presidente da República, Dr. Mário Soares, por ocasião do 77.º Aniversário do IPE, em sinal de enaltecimento do enorme esforço de desenvolvimento académico que o Instituto tinha empreendido (Alvará de 6 de Maio de 1988); Medalha de Ouro de Serviços Distintos, pelo "inestimável contributo deste estabelecimento de ensino, pela extraordinária acção desenvolvida no campo escolar e pelos serviços valorosos que alunos oriundos do IMPE prestaram à Nação (…) [pois] na verdade, não só no meio militar que o Instituto Militar dos Pupilos do Exército tem presença destacada e tem projectado a sua acção de forma louvável, também nas artes, na investigação, no ensino e na governação pública se encontram a cada passo nomes de portugueses ilustres que foram alunos do IMPE" (Portaria n.º 231/96, de 14 de Outubro).

apresenta indiscutivelmente um serviço de valor nacional no âmbito da Educação, penhor seguro da sua relevância no Ensino e também pela confiança nele depositada por muitos cidadãos, homens e mulheres, que na vida prática granjearam prestígio e conferiram credibilidade à Instituição que os formou. Aos novos alunos e alunas do IPE, a vida e a obra do General António Xavier Correia Barreto constituem-se como referências indeléveis do seu trajecto académico. Cabe-lhes honrar a figura do Fundador, trabalhando arduamente para conquistarem os seus objectivos. É esse o seu desafio. O desafio de vencerem pelo próprio esforço, oferecendo a Portugal aquilo que de melhor puderem ser enquanto cidadãos, fazendo assim inteira justiça ao adágio pronunciado pelo seu Fundador, quando este afirmava que era "absolutamente indispensável ser superior: superior pelo carácter, pelo coração, pelo espírito, pela educação e pela instrução".

* Doutor em Sociologia (2008), Mestre em Ciência Política – Cidadania e Governação (2001) e Licenciado em Ciências Militares, na especialidade de Administração Militar (1998). Entre outros cursos, está habilitado com o Curso Avançado de Gestão Pública (CAGEP). É Professor Regente da Academia Militar (AM) e integra o seu Centro de Investigação (CINAMIL). Exerce as funções de Conselheiro no Conselho Geral da Associação dos Pupilos do Exército.

Bibliografia

PINTO, Paulo Mendes - *António Xavier Correia Barreto. Biografia de um Presidente do Senado*, Colecção Parlamento, Vol. 12, Lisboa, Assembleia da República, 2002 (ISBN: 972-36-0603-8)

PINTO, Paulo Mendes - *Pupilos do Exército 1911. Génese e Mística de uma Instituição*, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército/Associação dos Pupilos do Exército, 2000 (ISBN: 972-98473-0-4)

ROSADO, David Pascoal - *Instituto dos Pupilos do Exército 1911-2011*, Lisboa, Instituto dos Pupilos do Exército, 2010 (ISBN: 978-989-20-2146-1)

ROSADO, David Pascoal - *Pupilos do Exército: Uma Interpretação Sociológica*, Lisboa, Edição do Autor, 2008 (ISBN: 978-989-20-1421-0)

IPE – A Véspera e o Amanhã

Corria ainda pelas ruas a jovem República, anunciando-se ousada e destemida a cada esquina da nação, quando, pela mão do Coronel Xavier Correia Barreto, é criado o Instituto Profissional dos Pupilos do Exército. A 25 de Maio de 1911, decretava-se que era vital "formar cidadãos úteis à Pátria". Talvez não calculasse o Coronel que passados cem anos, e tendo o mundo vivido tantas e tão profundas transformações, estas palavras continuamente se actualizassem, projectando o devir.

Revelando uma visão estratégica de futuro, a missão de que o fundador encarrega a instituição criada é titânica e de grande responsabilidade. "Formar" pressupõe não só instruir, mas também educar. Quem forma, forja; molda, transmite e transforma. Ser "cidadão" significa mais do que pertencer a uma comunidade, gozando de direitos e cumprindo com meros deveres civis e políticos. Ser cidadão implica estabelecer um pacto sério com os outros, com a sociedade. É sinónimo da fusão de valores tão nobres como o respeito, a honra, a seriedade, a responsabilidade e a partilha. A "Pátria" será sempre a matriz e o berço.

Assim sendo, podemos afirmar com algum orgulho que, de facto, o Instituto dos Pupilos do Exército (IPE) continua hoje a honrar a promessa assumida no dia da sua fundação. Quando transpõem os muros do IPE, os alunos, oriundos de vários pontos do país e dos PALOP, não são recebidos numa escola, mas numa instituição cujas particularidades estão para além dos limites próprios de uma comum instituição de ensino e que em pouco tempo passa a ser carinhosamente designada como "casa".

O currículo e os conteúdos académicos, basilares em todo o processo de formação e crescimento dos alunos, são adquiridos e trabalhados num contexto marcado pela disciplina e pelo rigor, apoiado pela determinação de professores, militares e restante comunidade educativa. Esta fusão – currículo,

disciplina e determinação – é, pois, fundamental para a formação integral do indivíduo.

Contudo, ao abandonarem a instituição, os alunos levam consigo muito mais do que uma formação académica, pois receberam uma preparação múltipla e ímpar: escolar, técnica, moral, ética, cívica, militar e física. Tal resulta indubitavelmente da mescla de experiências vividas nos vários espaços e âmbitos que passam a constituir o quotidiano e a rotina de um "pilão", sejam eles a sala de aula, o internato, os campeonatos e torneios desportivos, as actuações do coro, as representações da escola em cerimónias militares ou mesmo a organização de e a participação em eventos culturais de várias índoles.

É precisamente por este motivo que podemos considerar visionária a acção do fundador e o IPE uma escola não do passado, mas com passado, virada para o futuro. Aos nossos jovens são dadas armas que lhes permitem ingressar sensatamente num mundo laboral cada vez mais competitivo e adverso, tecnicamente exigente, ao qual devem saber responder de forma determinada e competente, nunca esquecendo o civismo, a responsabilidade e o dever para com a sociedade que o trabalho encerra. Neste sentido, podemos afirmar que a disciplina e a firmeza com que os alunos são conduzidos durante a sua passagem pelo instituto são aspectos decisivos e que propiciarão o seu sucesso profissional.

Outro aspecto a realçar é o facto de não se passar pelo IPE, tendo desempenhado funções docentes ou mesmo outras, sem registar com curiosidade o forte sentimento de pertença que os alunos demonstram. Como um todo, fazem parte de um grupo que se torna família e clã, caracterizado pela partilha, marcado pela troca de experiências, sublinhado pela solidariedade. Tal como numa família, os "mais novos" são conduzidos pelos "mais velhos", neste caso, pelos alunos graduados, exemplos e modelos a seguir. As várias cerimónias e eventos espalhados pelo calendário escolar são nada mais do que rituais de passagem e de transição vividos com a solenidade e a alegria que lhes são próprias. Mais uma vez, determinantes para a formação emocional e social de cada um e garantindo, em última instância, a coesão de todo o grupo e a continuidade da instituição.

Igualmente interessante não deixa de ser o lema que começa a ser repetido logo nos primeiros anos de existência do actual IPE – "Querer É Poder!". Ao dissecá-lo, podemos verificar que os três verbos que o compõem: Querer, Ser e Poder encerram em si significados polissémicos e nobres que sintetizam e justificam, de facto, as origens e a natureza intrínseca da instituição.

O verbo Querer transporta em si mais do que um simples "desejar" ou "determinar". É um "acreditar" e

apela, inegavelmente, ao esforço e ao trabalho. Poder, por sua vez, alia-se ao "conseguir" com base no "saber", escudado pela coragem e pela audácia. Conjugado no presente, no hoje, e com valor positivo e de certeza, o verbo Ser – "É" – estabelece a ligação entre os factores que espelham a alma do IPE. Quando gritam "Querer É Poder!", os nossos alunos erguem um emblema, o seu, e a chave para o sucesso que receberam no instituto, na sua "casa". Todas as conquistas, tudo é possível àquele que quer, quando o faz com vontade, trabalho, conhecimento, justiça e seriedade.

Finalizando esta breve reflexão, e partindo do que foi exposto, ousamos afirmar que o IPE é, simultaneamente, véspera e amanhã. Queremos com isto dizer que foi véspera no seu tempo pelo vanguardismo que se reconhece na sua génese, na medida em que abriu caminhos no âmbito da educação e da formação dos jovens. É véspera na vida de cada jovem, enquanto espaço e tempo de preparação para o amanhã. É amanhã como instituição que encara a mudança e a adaptação aos novos tempos como uma prioridade, transformando contratempos em possibilidades. É amanhã, quando prepara os seus "pilões" para servir e trabalhar como cidadãos na sua pátria ou algures no mundo global.

Por tudo isto: Parabéns, IPE! Que durante muitos anos continuemos a celebrar esta véspera e este amanhã!

Vanda Magarreiro
(Professora de Português)

Viver o IPE

Na minha carreira profissional leccionei em diversas estabelecimentos de ensino, tanto do sector público como do privado. Pode dizer-se, haver entre todos eles uma grande igualdade genérica que se poderia decompor analiticamente em diversos tipos específicos consoante a zona sócio-geográfica do estabelecimento de ensino ou a sua natureza ser pública ou privada.

Desde 2008 encontro-me a leccionar no Instituto dos Pupilos do Exército. Aqui existe um conjunto de condições singularmente diferentes das que vivi no exercício das minhas anteriores funções educativas. Numa fórmula mais precisa, mas sumariamente, direi que encontrei no IPE um particular conceito de ensino onde se transmite aos alunos, a par da carga curricular, um amplo conjunto de valores eticamente valiosos que a sociedade deve promover e preservar.

A excelência da educação que os alunos aqui recebem revela-se também ao longo do ano lectivo num conjunto organizado de celebrações, que são uma das faces mais visíveis da cultura muito específica do IPE, e que contribuem para o desenvolvimento pessoal dos alunos. Tais acontecimentos, que reflectem a imagem de parte das actividades culturais desta Instituição escolar, introduzem e cimentam também no espírito dos alunos um ideal de união em torno da Instituição bem como uma lógica constitutiva de coesão que se reflecte entre todos os membros da comunidade educativa.

D. João de Castro (Patrono do IPE), em gravura a buril e água-forte de Lucas Vorsterman.

A estrutura do IPE desenvolve, assim, um valor afectivo muito particular dos alunos relativamente à Instituição, que é bem mais do que uma emoção subjectiva, pois é um verdadeiro modo de enraizamento na comunidade educativa. As escolas que conheci eram principalmente para os alunos um local onde se aprendia, mas o IPE representa para os alunos mais do que isso, é o local onde se aprende e a que se pertence, circunstância que é estruturante da coesão da comunidade discente e ainda um suporte muito grande para a construção da sua personalidade.

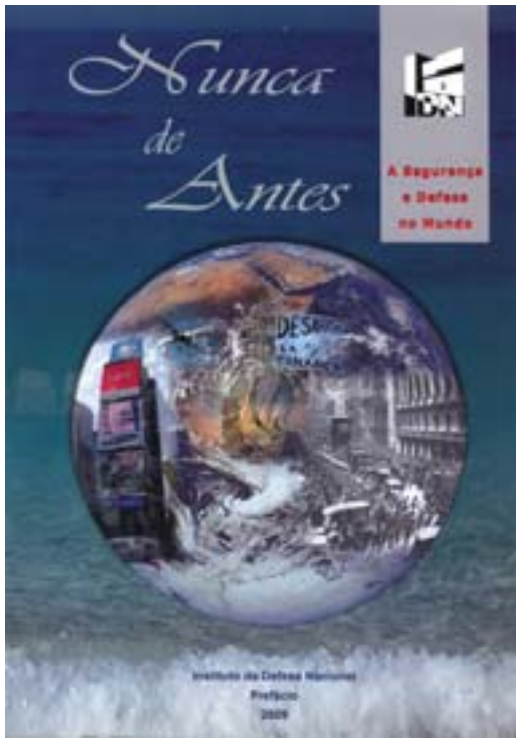
Por tudo isto, o meu ingresso no IPE contribuiu para descobrir este campo singular da realidade educativa, onde existe entre os alunos um tão elevado espírito de corpo e uma unidade interna que não encontrei no vasto número de escolas em que leccionei. E é neste ambiente escolar, em que floresce a amizade e a camaradagem, que é ministrado um ensino completo que abarca não só a vertente da preparação intelectual dos alunos mas também a preparação física, desportiva, cultural e sócio-educativa cujas etiquetas preparam os alunos para agirem com "savoir-faire" no campo relacional de qualquer contexto social, características estas que podem assim integrar-se perfeitamente no conceito da máxima de "alma sã em corpo são".

Assim, no sentido que descrevi o IPE é, para mim, uma experiência enriquecedora pelas amizades e empatias que se estabelecem, e, porque é verdadeiramente constituinte nos jovens de um autêntico sentimento de grupo que gera o amadurecimento de uma amizade entre todos, característica que é figurativa do conceito do denominado espírito pilónico, que os torna, na sua farda, briosos e cumpridores, bem como solidários, generosos, vivos e sensíveis, maneira de ser e estar que os acompanha em todo o processo de crescimento e desenvolvimento ao longo da sua formação académica, e até mesmo pela vida fora.

Esta identidade que o projecto educativo proporciona aos alunos tem fundamento numa ancestral tradição histórica que tem como duplo sentido o critério de desenvolver a capacidade intelectual dos alunos e incutir-lhes o respeito pela escala de valores cívicos e comportamentais que integram os emblemáticos princípios da Instituição, "Formar Cidadãos úteis à Pátria", a que permanece fiel como farol educativo, desde há já um século, que solenemente se comemora no próximo dia 25 de Maio.

Paula Cristina P. A. Monteiro
(Professora de Filosofia)

Nunca de Antes



A publicação "Nunca de Antes" é da responsabilidade do Instituto de Defesa Nacional, com periodicidade anual, coordenada e dirigida por António José Telo, numa apresentação clara e concisa, que nos mostra as considerações relevantes sobre a segurança e a defesa no mundo, hierarquizadas em três grandes áreas de explanação de conteúdos, que se estendem pelas transformações, quer de mentalidades, quer a nível global, quer a nível nacional.

Esta obra pretende integrar os assuntos relacionados com a segurança e a defesa num contexto global, em sintonia com as características emergentes no plano da realidade actual, em constante mutação, entrosando-se aos mais variados níveis, como são exemplo as transformações financeiras, económicas, sociais e políticas.

Esta publicação ainda reflecte, de acordo com a entidade que o publica, as realidades inerentes ao Instituto em epígrafe, através da inserção do plano de actividades a ele associadas.

TELO, António José, *Nunca de Antes*, Edições Prefácio, Março de 2009

Portugal e a Grande Guerra 1914.1918

Como vem descrito na contracapa, a Grande Guerra deflagrou na Europa nos primeiros dias de Agosto de 1914 e só terminou com a assinatura do Armistício, em 11 de Novembro de 1918. Iniciada na convicção de uma campanha curta, a guerra só viria a parar 52 meses depois, com 65 milhões de homens mobilizados, oito milhões e meio de mortos, 20 milhões de feridos, milhares e milhares de prisioneiros e desaparecidos.

Portugal participou em três frentes de combate (Angola, Moçambique e Flandres), mobilizou mais de 100 mil homens e deixou nos campos de batalha mais de oito mil mortos. A Grande Guerra demonstrou como era frágil a ordem internacional, baseada no equilíbrio de poderes e numa complexa rede de alianças. O campo de batalha modificou-se. O mundo percebeu a sua nova dimensão. Passámos todos a ser vizinhos.

Esta publicação, segundo os seus autores, o Coronel Aniceto Afonso e o Coronel Carlos de Matos Gomes, pretende dirigir-se a um público mais alargado, eventualmente até aqueles menos habituados a ler textos de história e, por isso, tem uma linguagem mais simples e acessível.

Sem se tornar uma tese, esta obra pretende apresentar-se como uma referência construtiva, vocacionada para a apresentação da participação portuguesa na Grande Guerra. Desta forma, a obra enquadra o leitor nas tensões que se estabeleceram antes da Guerra, mostrando todas as motivações que se levantaram para que o seu desequilíbrio originasse o estabelecimento do conflito. Concomitantemente, apresenta todos os pormenores alusivos ao desenrolar do conflito e enquadra Portugal em todos os momentos do mesmo, aludindo às fases anterior e posterior da Grande Guerra.

AFONSO, Aniceto e GOMES, Carlos de Matos, *Portugal e a Grande Guerra 1914.1918,* Quidnovi Edição e Conteúdos, S.A., Abril de 2010

Tenente-General José Lopes Alves

Eventos Preliminares das GUERRAS AFRICANAS de 1961-1974*

Fazendo hoje parte do Exército e dos outros ramos das Forças Armadas, alguns dos quais se encontram presentes nesta sala, muitos militares, talvez a maior parte, que não viveram a nossa guerra colonial de 1961 a 1974, a guerra de Subversão e de Contra-Subversão de 13 anos de que resultaria a independência dos então territórios portugueses de África, da Ásia Meridional e da Oceânia, e iniciando-se também hoje a comemoração do cinquentenário do seu começo, tenho por mim útil orientar esta comunicação pela rememoração dos eventos mais relevantes dos anos cinquenta e sessenta do século passado, ou seja, dos que nos afectaram no conturbado período que, após o termo da Segunda Guerra Mundial, foi marcado por insidiosa Guerra Fria, e dos que, deles decorrentes, caracterizaram depois as décadas de sessenta setenta do mesmo período. Alimentada pelas duas super-potências que sobressaíram daquela guerra, os Estados Unidos da América e a Rússia Soviética, a Guerra Fria alongar-se ia, como nos recordamos, até 1986/1988,

UN Photo J.P. Laffont

Sinais de vitória de crianças angolanas, em Julho de 1975.

> Os "ventos da descolonização" que então começaram a soprar haviam-se fortalecido durante a Segunda Guerra Mundial ao serviço de nacionalismos adormecidos e expandir-se-iam depois por todos os continentes

data em que o presidente russo Michael Gorbachev decidiu por fim ao sócio, ao comunismo no seu país, arrastando na sua queda sistemas análogos dos países do Pacto de Varsóvia, que controlava, e pondo em sobressalto o marxismo-Ieninismo-maoismo global.

Foram os mais importantes desses eventos, que tanto viram a influenciar também, e de que maneira, a vida portuguesa: a fundação da Organização das Nações Unidas (ONU), em l945, a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), em Abril de 1949, pelos países do Ocidente, e do Pacto de Varsóvia em Maio de 1955, como resposta, do lado da Rússia Soviética e da Organização da Unidade Africana (OUA) em 1963. A OUA contava então, 53 representantes do continente africano e eram seus principais animadores e activistas o Imperador Hailé Salasié, da Etiópia, pretenso amigo de Portugal, o primeiro ministro Nehru, da União Indiana, declarado inimigo, e o presidente Bourguiba, da Tunísia, partidário mais moderado, mas activo, das independências, que acompanhou moralmente e materialmente Holden Roberto da União dos Povos de Angola (UPA) na sua luta.

Era nestas organizações políticas internacionais que desde o seu início se debatia, em regra negativamente, o prosseguimento do colonialismo por parte de países europeus e, pelo que só nós dizia respeito ao nosso país, se discutiam documentos através dos quais insistíamos em justificar a nossa posição política. Nessa altura, a Rússia e os Estados Unidos, cada qual empenhado em superiorizar-se ao outro no âmbito da Guerra-fria e dos domínios político e estratégico que lhes interessavam, jogavam já no apoio à descolonização ainda que de modo diferente: a Rússia directamente e através de um ou outro dos Países Satélites ou de outros de orientação comunista, como Checoslováquia e Cuba; os Estados Unidos também directamente, mas fortemente aferrados à ideia de que o seu país havia nascido também de uma guerra de descolonização e independência levada a efeito de 1773 a

Wikimedia Commons

Conferência Anti-Colonialista de Bandung, em 1955.

1776 contra o domínio da Inglaterra e que havia que apoiar consequentemente todos os territórios ainda colonizados.

Os "ventos da descolonização" que então começaram a soprar e cuja realização tomaria por sistemas de actuação a Subversão e a Revolução assentes nas práticas marxistas que já tinham obtido êxito na Rússia dos Czares, em 1917, e na Espanha dos anos trinta anteriores à sua guerra civil de 1936-1939, haviam-se fortalecido durante a Segunda Guerra Mundial ao serviço de nacionalismos adormecidos e expandir-se-iam depois por todos os continentes. Constituíram um dos principais veículos dessa expansão os combatentes de países africanos e asiáticos de todas as raças que participaram na guerra, nomeadamente os que serviram nas fileiras dos exércitos francês, inglês e americano, e que nela foram sujeitos aos mesmos sacrifícios que todos os outros combatentes.

A expansão dos "ventos" aos continentes africanos e asiático, assentava, também, de início, em activa censura do subdesenvolvimento local e, logo a seguir, na férrea vontade dos movimentos subversivos de expulsarem os países dominadores e assumirem eles o Poder. Quando esta segunda razão surgiu, deixaram de constituir bandeira da luta as que se ligavam à falta de progresso, de cultura e todas as outras, visando-se simplesmente que o país dominador abandonasse o território em causa e entregasse o poder aos naturais.

Seria na Conferência Anti-Colonialista de Bandung, em 1955, entre países africanos e asiáticos, e na sua análoga do Cairo, dois anos depois, esta também já com representantes de países árabes, que se afirmou ao Mundo "O direito de todos os povos à soberania, a igualdade de todas as nações, a recusa do neo-colonialismo, a recusa da ingerência estrangeira nos seus problemas e conflitos internos e o banimento de todo o tipo de discriminação social".

Os resultados que advieram desse período de ambiente subversivo e revolucionário do século passado, desde logo merecedores da aprovação ou indiferença da maioria dos membros da ONU e duas super-potências antagonistas da Guerra Fria, que vigorava, foram imensos e volumosos, ainda que na sua maioria instáveis, e deram à estrutura do mundo das nações uma nova imagem. Destacam-se entre os mais importantes: a Guerra da Indochina (1948-1954), a subversão na Malásia (1950), a revolta da tribo dos Mau-Maus, no Quénia, (1952-1954), a subversão e revolução no então Zaire ou Congo, hoje República Democrática do Kongo (1957-1959), as subversões no Chipre (1955-1960), Síria, Palestina, Argélia, Marrocos e, sucessivamente, nos nossos próprios territórios africanos de Angola (1961), Guiné (1963) e Moçambique (1964) que se estenderam até 1974.

O ambiente internacional foi-se tomando assim mais denso e mais hostil para os países europeus com domínios coloniais, quer no âmbito externo, quer, à medida que as lutas prosseguiam, também no âmbito interno. E, cansados de lutas e não encontrando ambiente populacional e possibilidades de as continuarem, todos os governos europeus, com excepção do nosso, procurando, no entanto, garantir a sua futura influência e os seus interesses nos novos países em embrião, cederam. Foram os casos da França que, sob pressão do General De Gaulle, concedeu a independência a todos os seus domínios ultramarinos em 1958 (a Argélia só em 1962), da Bélgica em 1959, da Inglaterra em 1963 e da Espanha (Marrocos e Saára Ocidental), em 1975. O último país africano a ter acesso à independência seria a Namíbia, antigo território alemão administrado pela República da África do Sul sob mandato das Nações Unidas, em 1990.

No âmbito desta situação mundial de alterações e de intranquilidade no pós-Segunda Guerra, marcaram politicamente e estrategicamente a vida da Nação Portuguesa e das suas Forças Armadas os seguintes eventos dominantes:

- Entrada na Aliança Atlântica em 1949;
- Eclosão de instabilidade no Estado Português da Índia, nomeadamente em Goa, em 1954, estendida depois por toda a década de cinquenta;
- Eclosão da subversão em Angola, em Fevereiro de 1961;
- Invasão e ocupação do Estado da Índia pelas forças armadas da União Indiana em Dezembro do mesmo ano de 1961;
- Eclosão da subversão na Guiné em 1963 e em Moçambique em 1964;
- Revolução de 25 de Abril de 1974.

A posição de Portugal foi sendo mantida ano após ano, mas a União Indiana seria o nosso primeiro adversário a hostilizá-la abertamente.

Intervenção da União Indiana

Internacionalmente pressionado, nomeadamente pelas exigências da União Indiana sobre o Estado Português da Índia e da actividade dos líderes políticos dos nossos territórios africanos que se extremavam em esforços para atingirem o seu objectivo, a independência, Portugal proclamou desde logo a seguinte posição irredutível: "os ventos da descolonização ou da independência não lhe diziam respeito, visto a sua estrutura geopolítica ser, desde sempre, a de uma Nação una e indivisível", estando, no entanto, disposto a fornecer sobre ela à Comissão de Descolonização da ONU todos os elementos de informação global ou parcelar que não colidissem com a sua soberania".

Esta posição foi sendo mantida ano após ano, mas a União Indiana seria o nosso primeiro adversário a hostilizá-la abertamente. Deste modo, já independente da Inglaterra desde 15 de Agosto de 1497 e tendo levado logo a seguir a França a abandonar as suas velhas feitorias na costa ocidental da Península do Hindustão, quis que Portugal lhe seguisse o exemplo, reforçando essa exigência em 1954 com a ocupação pacífica do nosso enclave de Nagar-Avelly no distrito de Damão. Todavia, como resposta, o governo português determinou o reforço imediato da guarnição militar de todo o Estado, o qual, iniciado naquele mesmo ano de 1954, atingiria em 1955 cerca de 8000 efectivos – 7000 do Exército de todas as armas (quatro batalhões de caçadores, cinco baterias de artilharia, quatro esquadrões de reconhecimento e uma companhia de engenharia), 250 da Marinha (com 3 navios), 650 da Polícia e 250 da Guarda Fiscal.

Perante esta atitude de Portugal, as reivindicações do governo indiano iriam continuar de forma activa, embora não no modelo de subversão interna das populações por sua pressão psicológica e apoio, explorando a projecção internacional da nossa não cooperadora posição e visando criar instabilidade nos três distritos do Estado, foram encetadas acções de resistência passiva das populações e "satiaghraas" nas principais cidades e vilas do Estado, a que se seguiram ataques a postos da Polícia, Guarda Fiscal e do Exército, que nos produziram algumas baixas. Estas acções, que tiveram sempre como principal teatro o distrito e a cidade de Goa, a capital do Estado, estenderam-se depois com as mesmas características até 1957 e, mais atenuadas, até à data da invasão e ocupação do Estado em 17 e 18 de Dezembro de 1961, quando já estava instalada havia nove meses a subversão em Angola.

A invasão, que teve lugar num fim-de-semana, período em que, teriam imaginado as forças armadas da União, as nossas tropas estariam menos vigilantes, foi desencadeada contra um efectivo total de, então, apenas 5435 portugueses – 4200 em Goa, 800 em Damão e 435 em Diu – dado que a guarnição anterior de 8000 homens havia entretanto sido reduzida, por 1959, para prover à defesa dos territórios africanos. O corpo de exército de 45000 homens empenhado em dois escalões pela União Indiana com largo apoio de meios aéreos e navais, actuou com "um potencial relativo de combate de oito indianos bem armados e equipados para um português com deficiências de armamento, munições e equipamento, com reduzidíssimo apoio naval e total ausência de apoio aéreo".

Sem dúvida que a invasão do Estado beneficiou, de facto, do nosso então já efectivo empenhamento no teatro de Angola, constituiu apoio político, moral e psicológico para os três movimentos subversivos africanos, foi realizada com o regozijo da quase totalidade dos países do Globo e a indiferença dos restantes e, em consequência, "Portugal perderia a primeira das três parcelas do Império, estou a pensar também em Macau e Timor, as quais vinham marcando a sua presença de cinco séculos em terras do Oriente".

Expressão do Poder Político

Pelo que se afirma e como sucedia com os militares responsáveis e com os cidadãos mais esclarecidos, o poder político tinha, portanto, clara consci-

ência da ameaça subversiva que pairava sobre as parcelas do Todo Nacional e da necessidade urgente de se organizar e reunir meios para evitar a sua eclosão e, se esta sucedesse, de impedir, como mandam as normas, o seu desenvolvimento. No entanto, quer no Metrópole, quer no Ultramar, muitos portugueses havia, civis e também militares, que propalavam a ideia de que as populações negras ou menos evoluídas dos territórios ultramarinos eram gente boa, humilde, prestável e respeitadora e, portanto, incapaz de agir contra o sistema político e social em que localmente se vivia, acrescentando que qualquer pequena admoestação seria suficiente para neutralizar na sua origem qualquer atitude do domínio subversivo que eventualmente surgisse. E seriam esses mesmos portugueses que, mais tarde, quando se deu a grande hecatombe de 15 de Março de 1961, alimentando, então, perigosamente o "período de inércia da defesa", diziam ser esse evento apenas assunto de polícia e, a seguir, à medida que a mancha subversiva se expandia e engrossava, que se tratava então de problemas de comandante de pelotão, primeiro, e de comandante de companhia, a seguir, menosprezando uma escaldante situação que viria a requerer de imediato, e depois durante treze longos anos, algumas centenas de batalhões, dezenas de agrupamentos e sectores e algumas zonas de operações.

Deste modo, embora tomando medidas, se não prontas, imediatas contra o movimento subversivo, seria enfronhado também um pouco no sentimento anterior que o poder político se dispôs a fazer-lhe face e a propalar a forma como continuava a ver a descolonização e a atitude de força que, em contra-subversão, se propunha realizar. Então, os países europeus e americanos, em especial os nossos aliados da Aliança Atlântica, ponderando novamente sobre essa política e sobre os factores em que assentava, cedo concluíram que o poder político português continuava a vogar longe da realidade geopolítica que estava a formar-se e a desenvolver-se em todos os continentes. E, em consequência, à medida que os meses e anos foram decorrendo, apenas com ameaças de subversão ou com movimentos já activos e mais ou menos instalados, a maior parte desses países foi-nos deixando isolados, primeiro, como foi dito, porque o apoio da política portuguesa poderia prejudicar-lhe futuro relacionamento com os novos países que iriam surgir e porque tinham de ser coerentes com as ideias sobre colonialismo que informavam as suas próprias populações. São exemplos desses países a Bélgica, a Holanda, a Dinamarca e a Noruega, no âmbito da NATO, e a Espanha e o Brasil, estes historicamente irmãos e amigos. Concretamente, em relação aos dois últimos, os seus governos apoiavam-nos nas reuniões internacionais sempre que os seus interesses políticos não eram prejudicados e abandonavam-nos à nossa sorte no caso contrário, ainda que algumas vezes, mesmo com seu prejuízo, nos acompanhassem nas votações que nos hostilizavam.

> *"A difusão da mensagem "Portugal uno e indivisível do Minho a Timor" esteve sempre eriçada de dificuldades, resultando clima de mau relacionamento político quase global, ainda que alguns dos nossos políticos se empenhassem em o melhorar"*

Lembre-se, a propósito, que nos tempos de hoje o Brasil, por acordos bilaterais ou no quadro da Comunidade de Povos de Língua Portuguesa, é grande aproveitador do fim da colonização portuguesa em todos os seus ex-territórios do Ultramar e que a Espanha, afastada nos fins do século XX do seu conhecido sonho de se tornar o grande herdeiro do Império Português, como sucedera nos fins do século XVI, estará hoje também a afirmar-se

Coluna mobilizada para a reconquista da roça Beira Baixa no norte de Angola (1961).

Wikimedia Commons

em alguns desses países que há trinta e seis anos estavam sob nosso domínio.

Acrescente-se, em conclusão, sobre a acção do nosso poder político nos períodos pré-subversivo e subversivo, que a sua posição de base foi sempre de aceitação difícil ou inaceitável a nível internacional, não concitando a aprovação da generalidade dos outros países, o que se deu mesmo quando lançou a ideia, que, aliás, se revelou posteriormente verdadeira, de que Portugal estava em África numa cruzada contra a expansão do Comunismo ou, mais concretamente, contra os interesses da Rússia e da China Popular nessas áreas.

A difusão da mensagem "Portugal uno e indivisível do Minho a Timor" esteve, assim, sempre eriçada de dificuldades, resultando clima de mau relacionamento político quase global, ainda que alguns dos nossos políticos se empenhassem activamente em o melhorar. Na realidade, a ideia de firmeza da nossa posição em que assentava a mensagem, contrária à da generalidade dos países, não facilitava esse relacionamento. Aos poucos que nas piores horas se postaram a nosso lado, devem juntar-se a República da África do Sul e a Rodésia para os quais a nossa contra-subversão de Angola e Moçambique constituía barreira que protegia os seus interesses, apoiando-nos por isso no exterior e, volumosamente, no interior com meios de material, nomeadamente, e pessoal, sempre que solicitados.

Expressão do Sector Militar

Era, porém, felizmente, diferente do relacionamento político no cumprimento da missão fixada pelo poder de manter a integridade do Território Nacional, o que se verificava no âmbito militar. De facto, "ao invés do relacionamento que os políticos procuravam e não obtinham, conseguiu-se, logo com início nos anos cinquenta, montar e desenvolver profícuo relacionamento militar com as Forças Armadas de outros países o qual iria contribuir para que as nossas Forças se pudessem empenhar durante tantos anos, treze, na luta contra o inimigo subversivo. Realizavam esse relacionamento, com o aplauso natural do poder político, quer os Estados-Maiores por via pessoal e funcional dos seus chefes, quer os muitos oficiais e sargentos que frequentavam cursos, estágios e participavam em exercícios internacionais nas forças dos Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha e Espanha, quer ainda os que se empenhavam em contactos técnicos e logísticos decorrentes da aquisição e recepção de numeroso material de guerra e equipamento obtido por acordos bilaterais ou nos termos das necessidades impostas pela Aliança Atlântica.

www.geneall.net

Havia alguns e bons políticos que cooperavam na manutenção e exploração deste relacionamento militar. Um exemplo, apenas, o do Embaixador Caldeira Coelho, quando Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e colaborador próximo do General Câmara Pina.

É de justiça realçar que, apesar de não o conseguirem no seu domínio, havia alguns e bons políticos que cooperavam na manutenção e exploração deste relacionamento militar sempre que nas suas funções lhes surgia oportunidade de o fazerem. Um exemplo, apenas, o do Embaixador Caldeira Coelho, quando Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e colaborador próximo do General Câmara Pina nos problemas do Conselho e da Assembleia Geral da NATO, de que este era membro, no início da década de setenta.

É de destacar neste bom relacionamento militar o verificado com a França na guerra de independência que então travava contra os patriotas argelinos, o qual constituiria o nosso primeiro contacto real com o fenómeno subversivo que estava a instalar-se no Globo. Esse relacionamento, entre outros, foi aí realizado através de visitas e estágios de oficiais e sargentos e da participação em algumas das suas operações.

Reorganização das Forças Armadas Do Ultramar

Tomada, deste modo, indispensável logo no início dos anos cinquenta, pelos imperativos da Aliança Atlântica, pela pressão crescente da União Indiana e pela ameaça subversiva, a reorganização do Exército na Metrópole e no Ultramar, neste apre-

Arquivo JE

A reorganização do Exército no Ultramar apresentou-se desde logo prejudicada pela precariedade, nomeadamente em qualidade, do recrutamento local.

sentou-se desde logo prejudicada pela precariedade, nomeadamente em qualidade, do recrutamento local. A reorganização teve, no entanto, de assim prosseguir, embora sem a pressa que era necessária, mas sofreria atraso pelo fim da década quando graves alterações da ordem pública no então Zaire ou Congo contra o domínio da Bélgica, que acabaria por lhe conceder a independência em 1959, como já foi referido, nos obrigaram a reforçar rapidamente a fraquíssima guarnição que então existia no território angolano.

Também a Força Aérea, transformada em ramo independente em 27 de Maio de 1952 pela fusão da Aeronáutica Militar com a Aviação Naval, estava desde 1958 a proceder à sua reorganização. Constituía então em Angola com o Arquipélago de São Tomé e Príncipe a 2.ª Região Aérea e dispunha no conjunto Angola – Moçambique de três bases aéreas, 40 aeródromos-base, de manobra ou de recurso, todos eles em trabalhos de manutenção, equipamento e de extensão e alargamento de pistas. Concretamente em Angola, pelo início da Subversão em 1961, possuía a Base Aérea de Luanda e os aeródromos-base do Negage, na zona norte, e de Henrique de Carvalho, na zona leste, com, no conjunto, dois aviões PV, 6 Nord-Atlas e alguns Auster e Dornier, estes de reconhecimento e observação. Pelo que respeita a tropas, a Força Aérea fez seguir para Luanda em 13 de Abril de 1961 a sua primeira companhia de pára-quedistas, estes na altura orgânicos do ramo.

Do mesmo modo e com dificuldades análogas às do Exército e da Força Aérea, a Marinha procedeu no mesmo período e posteriormente à reorganização e reforço dos seus meios no Ultramar, destacando-se a criação em Maio e Outubro de 1958 dos comandos navais de Angola e Moçambique, respectivamente, a reactivação dos seus Fuzileiros Especiais, primeiro com pessoal metropolitano e mais tarde com naturais dos territórios, e a criação de condições locais, de que não dispunha ainda inteiramente, para que os seus navios pudessem visitar regularmente os territórios e ali permanecer se necessário.

Tendo procedido a esta reorganização nesse tempo e prosseguindo-a depois com a possível continuidade, os três ramos ficaram então mais aptos a cumprir em condições aceitáveis, quer as missões decorrentes da ameaça comunista de Leste, em proveito da NATO, quer as que iriam surgir da ameaça subversiva latente por todo o Ultramar. Sem dúvida que a preparação exclusiva orientada para Aliança Atlântica era também de interesse para combater a subversão, principalmente se, na sua evolução, atingisse a fase de empenhamento clássico, de luta militar, o que, felizmente para nós, se não verificou.

Eclosão da Subversão em Angola

O território de Angola seria, efectivamente o primeiro a ser afectado pela acção subversiva, ti-

rando partido do ambiente internacional já descrito, que nos era muito desfavorável, explorando nomeadamente a campanha desencadeada por Nehru contra o Mundo Português, do qual se tomaria nove meses depois o segundo agressor.

O movimento subversivo teve como palco preliminar, em 11 de Janeiro de 1961, a revolta dos trabalhadores do algodão na Baixa do Cassange, no leste do território, contra as condições de trabalho a qual foi rapidamente reprimida com muitas vítimas entre os revoltosos. Seguiu-se em 4 de Fevereiro, o ataque de elementos do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), dirigidos pelo cónego Manuel das Neves, a esquadras da PSP e a prisões de Luanda, tendo este surto subversivo continuado em 15 de Março e dias seguintes pelo selvático e sangrento ataque de apaniguados da UPA no norte do território contra fazendas, casas isoladas, populações e trabalhadores pretos bailundos que nelas se ocupavam, causando perto de 1800 mortos entre os brancos, sem distinção de sexo ou idade, e 3000 a 6000 entre aqueles trabalhadores e numerosas destruições. A surpresa deste último ataque foi geral, embora, como se verificou depois, não o devesse ter sido, como geral foi, como já se referiu, a falta de meios de força para prontamente lhe fazer face. Na realidade, contava-se então apenas para todo o território, para intervenção imediata, com escassos meios de Polícia, três regimentos de infantaria muito desfalcados, um grupo de cavalaria possivelmente nas mesmas condições e três companhias de caçadores especiais, num total de 5000 militares naturais e 1500 militares metropolitanos mas, na realidade disponíveis por razões várias, apenas se podia contar com cerca de 1000 efectivos europeus e 1200 africanos para um território de 1246700 quilómetros quadrados.

A surpresa foi grande, como se disse, e o "período de inércia da defesa" que se lhe seguiu foi muito longo visto só a 14 de Abril, 33 dias depois do violento e sangrento ataque, terem chegado a Luanda por via área uma companhia de caçadores especiais e a 21, por via marítima, três batalhões de caçadores e outras, estas pequenas, unidades. Nesse largo intervalo dera-se em Lisboa a tentativa de golpe do General Botelho Moniz, então Ministro da Defesa, em 13 de Abril, que visava substituir o presidente do Conselho de Ministros, Doutor Oliveira Salazar, e alterar a política ultramarina por ele decidida e registaram-se por toda a Angola atitudes de violência vingativa de brancos contra os indígenas angolanos que se saldaram também por muitas centenas de mortos.

A povoação de Nabuangongo, no centro norte do território, que havia sido ocupada pela UPA e

"O movimento subversivo teve como palco preliminar, em 11 de Janeiro de 1961, a revolta dos trabalhadores do algodão na Baixa do Cassange, no leste do território, contra as condições de trabalho, a qual foi rapidamente reprimida, com muitas vítimas entre os revoltosos"

declarada capital do estado angolano subvertido, só seria retomada em princípios do mês de Agosto seguinte, quase cinco meses depois da eclosão do surto subversivo.

Missão da Contra-Subversão

Como já se pode concluir, constituía missão da Nação em geral e das Forças Armadas em particular, permanentemente propalada pelo poder político, "garantir Portugal uno e indivisível do Minho a Timor", mas, perante a Subversão eclodida, impunha ao seu cumprimento por todos os sectores do Estado que contra ela devessem actuar os seguintes condicionamentos:

- Actuação em contra-guerrilha, mas sem hostilização do inimigo além-fronteiras para não agravar um ambiente internacional que já nos era desfavorável;
- Captação das populações indígenas pelo desenvolvimento em todos os domínios e por acção psicológica;
- Acção diplomática permanente no exterior em apoio das intervenções no interior.

Constatou-se sobre estes condicionamentos: que a não hostilização do inimigo além-fronteiras foi geralmente respeitada nos teatros de Angola e Moçambique, mas com pesar, diga-se, dos nossos combatentes por implicar a não exploração do sucesso de

Arquivo JE

Captação das populações indígenas pelo desenvolvimento em todos os domínios e por acção psicológica.

acções em casos em que poderia ter sido rentável; que a acção psicológica sobre as populações, já ou não subvertidas, se tomava difícil por falta de meios adequados e de tempo e pelo escasso grau de cultura que na generalidade revelavam; finalmente, que a acção diplomática no exterior foi obtendo sucessivamente menos resultados por, como foi dito, partir de parâmetros inaceitáveis para a larga maioria dos alvos a que se dirigia.

Ainda sobre o cumprimento da missão estabelecida, não é demais proclamar que os reais saturação e cansaço decorrentes do alongamento da luta foram, até fins de 1974, sempre ultrapassados pela ética individual e colectiva das tropas, como naturalmente se exigia, mas que o poder político jamais soube aproveitar o seu crescente sacrifício e, por arrastamento, o das suas famílias e de todas as populações, metropolitanas e ultramarinas. Este sacrifício, que muitos cidadãos estrangeiros, civis e militares, acompanhavam com admiração por expressar ingente tentativa, isolada no Mundo, de remar contra "os ventos da história", cessaria efectivamente quando novo poder político, surgido em 25 de Abril de 1974 no seio dos próprios combatentes, determinou o fim do conflito em todo o Território Nacional.

Efectivamente, na generalidade do pensamento militar de entidades individuais, países e organizações amigas, considerava-se em relação ao mesmo sacrifício o que o comandante John P. Cann, da Marinha Americana, sintetizou num dos seus livros, quando escreveu:

"As forças armadas portuguesas foram confrontadas com a difícil tarefa de ganhar uma guerra de libertação nacional numa época em que já não era prudente conservar um império colonial, tendo, entre 1961 e 1974 de se empenhar simultaneamente e ambiciosamente em três campanhas de contra-subversão e isto apesar de não ser um país rico nem evoluído e, pelo contrário, ser o menos rico da Europa ainda com domínios ultramarinos. Mas, apesar disso, empenhou-se à sua maneira e com as suas possibilidades a milhares de quilómetros da sua Metrópole durante treze anos contra os insurrectos e contra o espírito de um Mundo que os apoiava material, doutrinária e psicologicamente".

Foram estas, na verdade, a finalidade da nossa missão e a forma, longa no tempo e no espaço, como estoicamente a cumprimos em todos os ramos e escalões até ao momento em que, pesando a realidade da hecatombe e atendendo aos anseios das populações ultramarinas e metropolitanas, o poder político ou o poder político-militar surgido em 1974 lhe pôs fim. Assim terminou, bem ao serviço da Nação, um comportamento das Forças Armadas que durante mais de trinta e cinco anos, desde 1926, e a seguir durante mais treze, estes com permanente sacrifício da vida, acompanhou e apoiou um poder político que em dada altura se revelou desligado da evolução que se verificava em todos os cantos do Mundo.

Considerações Finais

[...] Antes, porém, queria ainda fazer recordar e exaltar mais cinco aspectos da nossa Contra-Subversão no ex-Ultramar:

- É o primeiro o esforço de preparação dos quadros de oficiais e sargentos desenvolvido por toda a década de cinquenta e, posteriormente, no período de luta efectiva já com a experiência adquirida, pelos institutos, escolas superiores, escolas práticas e centros de instrução dos três ramos.

- É o segundo a elaboração e difusão de doutrina para a mesma luta, de que são exemplo no Instituto de Altos Estudos Militares, nos anos lectivos de 1961 a 1963, o Guia da Guerra Subversiva, em cinco volumes, que substituiria o Guia para o emprego

> Não é demais proclamar que os reais saturação e cansaço decorrentes do alongamento da luta foram, até fins de 1974, sempre ultrapassados pela ética individual e colectiva das tropas

das pequenas unidades na contra-guerrilha, elaborado e distribuído pelo Estado-Maior do Exército em 1961, e as Normas de Execução Permanente que, seguidas e sucessivamente melhoradas pelos diversos comandos ultramarinos, constituiriam para a luta uma "bíblia" indispensável.

- É o terceiro o largo recurso a que se procedeu nos anos sessenta a meios de pessoal, equipamento e material inicialmente hipotecados à Aliança Atlântica quando os outros se tornaram insuficientes, sendo dos regimentos de infantaria 2, 7 e 15 os primeiros batalhões "atlânticos" divisionários a serem mobilizados e passando então a luta no Ultramar a ter exclusiva prioridade.

- É o quarto aspecto, o relativo à força do inimigo subversivo. É de lembrar que com excepção do Teatro de Operações da Guiné onde ele extravasou em certa medida as nossas potencialidades materiais, – emprego de mísseis "Strela" – nos Teatros de Angola e de Moçambique defrontámos sempre o que se denominou "um inimigo à nossa medida". Na realidade, quanto a efectivos, para além do apoio natural de populações das áreas subvertidas, esse inimigo dispunha apenas, em qualquer dos teatros, ao que se estima, de meia dúzia de centenas de guerrilheiros no início da Subversão em 1961 e de meia dúzia de milhares no seu termo em 1974.

- Finalmente o último aspecto diz respeito ao espírito com que se exercia a Contra-Subversão, perante uma situação política interna que a muitos desagradava. Para expressar a sua verdade, vou servir-me pela segunda vez, com vénia, do texto de um artigo da revista "Mais Alto" da Força Aérea, da autoria do General Brochado de Miranda que foi seu Chefe do Estado-Maior.

Escreveu, de facto, o general, com verdade no referido artigo em relação ao pessoal que combateu no ultramar:

"...Mobilizado, marchava-se, não se olhava a políticas ou, se olhava, esquecia-se...Eram os interesses do País que estavam em jogo, nomeadamente em África, não se levantava dúvidas quanto à legitimidade do que ia fazer-se nem se padecia de crise de consciência, de condicionamentos ideológicos, nem de dúvidas quanto à preparação recebida... Mobilizado, marchava-se por vezes apreensivo, mas jamais admitindo não cumprir... De resto, os territórios dos teatros estavam em evolução positiva, ainda que lenta, sem aquela pressa que os ventos da descolonização, os designados ventos da História, exigiam...

Imagem cedida pelo autor

SAj. J. Cordeiro

Aspecto da audiência da conferência proferida pelo autor deste artigo, sob o mesmo título.

Além disso" a presença e a acção moralizadora das tropas iria estimular e harmonizar contactos com os seus indígenas, brancos e pretos..."

Foi este, de facto, o comportamento ético das Forças Armadas durante a Guerra Colonial até ao momento em que, num rasgo de audácia, um grupo dos seus combatentes se fez ouvir contra o poder que tanto servira e que não utilizava o seu sacrifício para, em consenso e boa harmonia, enveredar por outro caminho para prosseguir.

O pensamento militar, que eticamente respondera na hora própria ao insulto duma Subversão generalizada, soube efectivamente perante a passividade do poder político, ainda que talvez tardiamente, devotar-se aos anseios então manifestados por toda uma Nação já cansada de luta e sacrifícios.

Mestre Ana Rita Carvalho

Procissão de Nossa Senhora da Saúde

No ar límpido da tarde, um colorido de pétalas esparzia um perfume de rosas e de rosmaninho. Colchas coloridas esvoaçavam à brisa breve, aliviando o sol quente. Sons indistintos de vozes e de acordes musicais confundiam-se com o silêncio pesado da luz, dando aos telhados um vermelho mais vivo e mais quente. A espaços, o estralejar festivo de foguetes ressoava pelo ar, quebrando a monotonia da espera. O bairro parecia suspenso. Subitamente, um murmúrio seguido de silêncio sacode o adro da capela propagando-se pelas ruas. Uma salva de foguetes atroa os céus. Começa a ouvir-se um tropear de cavalos, anunciando o início do cortejo. Aí passam engalanados, escoltando a imagem de S. Jorge, que do Castelo vem juntar-se a uma multidão em festa. Do fundo da memória ressurge a imagem da minha infância, numa tarde como esta. É dia da procissão da Senhora da Saúde e, por isso, "há festa na Mouraria", como também dizem as vozes do canto que ali nasceu – o Fado. É esta uma das tradições mais caras ao povo lisboeta, no culto secular em torno da irmandade artilheira de Lisboa. Ali se cumpre anualmente o ritual, na simbólica evocativa do culto de santos e de heróis, pervivendo no imaginário e na religiosidade do povo, que tem na sua padroeira a sua eterna rainha – Nossa Senhora, aqui invocada como "Senhora da Saúde", regaço consolador de todas as angústias, mater dolorosa percorrendo as ruas infinitas da sua via-sacra de esperanças e de saudades.

Hoje como outrora, desde há cinco séculos, a imagem da Senhora da Saúde saiu da capelinha situada no coração da Mouraria, no dia 8 de Maio, em procissão organizada pela Real Irmandade que tem o seu nome e o de S. Sebastião, soldado romano e mártir, padroeiro dos artilheiros do Castelo de S. Jorge. Integravam o cortejo, como é de tradição, os

três ramos das Forças Armadas – Exército, Marinha e Força Aérea – as Forças de Segurança – PSP e GNR , corporações de Bombeiros, e respectivas bandas, Hospitais Militares e Civis de Lisboa, Cruz Vermelha Portuguesa, diversas instituições de solidariedade social e de voluntariado, e congregações religiosas. Altas individualidades da vida pública portuguesa marcaram também presença, como é habitual, designadamente a primeira-dama, Dr.ª Maria Cavaco Silva, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Dr. António Costa, oficiais generais, entre os quais o chefe da Casa Militar da Presidência da República, Tenente-General Carvalho dos Reis, o Quartel-Mestre-General, General Formeiro Monteiro e outros oficiais, vereadores da Câmara Municipal de Lisboa, membros da Junta de Freguesia do Socorro e vários outros representantes do poder local.

O Exército, mercê da secular ligação desta tradição religiosa à Arma de Artilharia e aos militares artilheiros, esteve particularmente envolvido nos festejos, em honra de Nossa Senhora da Saúde, que se estenderam desde 2 a 8 de Maio e que integraram, entre outros eventos, a cerimónia de investidura da imagem de Nossa Senhora da Saúde, pela Dr.ª Maria Cavaco Silva, que teve lugar em 2 de Maio, e em que participaram, entre outros militares, membros da Orquestra de Câmara da Banda do Exército e um coro de Alunos do Colégio Militar; uma missa em Louvor de S. Sebastião, no dia 3, uma procissão de velas, no dia 7 e uma Missa solene, no dia 8 de Maio, na Igreja de S. Domingos. Em todos estes eventos, estiveram empenhados militares de diversas Unidades, Estabelecimentos e Órgãos do Exército, designadamente, da Academia Militar, do Centro Militar de Electrónica, do Centro de Tropas Comandos, do Comando de Pessoal, da Direcção dos Serviços de Saúde, da Escola Prática de Artilharia, do Colégio Militar, do Instituto de Odivelas, do Instituto dos Pupilos do Exército, do *Jornal do Exército*, do Regimento de Artilharia Antiaérea n.º 1, do Regimento de Engenharia n.º 1, do Regimento de Lanceiros n.º 2, do Regimento de Transmissões e do Regimento de Transportes.

A procissão saiu da capela situada no Largo Martim Moniz pelas 16 h. Ao início, conforme a tradição, S. Jorge, desceu do Castelo, a cavalo, escoltado pela GNR, tendo o padroeiro do Exército prestado a regulamentar continência a Nossa Senhora, ao toque da banda daquela força de segurança. Atrás seguiram os andores de Santo António, transportado por elementos dos Sapadores Bombeiros de Lisboa; Santa Ana, transportada por elementos da PSP; Santa Bárbara e S. Sebastião, levados por militares do Exército; Nossa Senhora da Saúde, em andor transportado por membros da sua Irmandade, superiormente representados pelo provedor, Tenente-General Abrantes dos Santos; finalmente o pálio, onde seguia o Reverendíssimo Bispo D. Januário Torgal Ferreira, levando a Cruz da Colegiada e sendo acompanhado por elementos do clero, entre os quais o reverendo Reitor da Paróquia de S. Domingos e de Nossa Senhora da Saúde, escoltados por elementos da PSP; e finalmente as Altas Entidades, atrás de quem seguiam alguns milhares de pessoas, como é costume nesta magnificente procissão. Seguindo um trajecto que integrou diversas ruas da Mouraria, Martim Moniz e Praça da Figueira, a procissão foi pontuada por momentos musicais executados pelas bandas das Forças Armadas e das Forças de Segurança, que muito contribuíram para lhe conferir solenidade.

No final, D. Januário dirigiu uma bênção à cidade de Lisboa, com o Santo Lenho, invocando Nossa Senhora da Saúde, num momento em que, conforme salientou, o nosso País se encontra doente e em que se tornam necessários sacrifícios de todos "ao altar de Deus e ao altar da Pátria", lembrando, nas suas sábias palavras, a condição dos pobres, daqueles que como o cego de Jericó, do episódio bíblico, seguem à margem da estrada e clamam por Cristo,

> *D. Januário dirigiu uma bênção à cidade de Lisboa, invocando Nossa Senhora da Saúde, num momento em que, conforme salientou, o nosso País se encontra doente*

porque, como disse, "os pobres vão sempre à margem da estrada, nunca têm lugar no cortejo", exortando à imitação da atitude de Jesus, que se aproximou do cego e lhe perguntou: "Que queres de Mim?".

A terminar e, seguindo o cerimonial próprio, a Banda da GNR executou o hino de Nossa Senhora da Saúde e o Hino Nacional, a que se associaram as vozes dos milhares de pessoas que enchiam o Largo Martim Moniz e as ruas adjacentes, culminando este momento de exaltação religiosa e patriótica por um efusivo aplauso, enquanto a imagem de Nossa Senhora recolhia, na sua expressão serena e quase humana, ao silêncio do seu santuário.

Estrabismo

Estrabismo!...com maior ou menor dificuldade, todos sabemos o que é…. *Uma perda do paralelismo dos eixos oculares com consequente alteração da visão binocular.*

Vamos tentar ver melhor esta definição…

Em primeiro lugar temos de recordar que a **visão** reflecte a maturidade neurológica e é influenciada por diversos factores extrínsecos como a informação visual, o tacto e a mobilidade.

Depois, vem a **acuidade visual** que representa o grau de aptidão do olho para perceber os detalhes do espaço; a sua medição é a melhor prova que dispomos para conhecer o desenvolvimento das funções visuais, digamos que é a *vertente quantidade*…

Mas, como temos dois olhos, aparece a noção de **visão binocular** que pode ser entendida como a percepção simultânea de imagens por ambas as retinas. É a sua fusão que nos dá a noção de profundidade. Digamos que é a *vertente qualidade*...

A visão binocular é um reflexo condicionado estabelecido com base em reflexos inatos e unidos ao desenvolvimento da motricidade geral do indivíduo. Portanto a sua elaboração é o resultado de vários anos de aprendizagem. Um dos vários factores para a sua formação é a existência de um **equilibrio oculo-motor** ou seja uma sinergia do sistema oculo-motor que só existe na presença de uma boa coordenação dos músculos extra-oculares …

No entanto, pode haver **alterações do equilibrio oculo-motor**…voltamos então ao termo **estrabismo**!

Quando existe um desvio manifesto (visível) falamos em tropias ou heterotropias que temos de diferenciar das forias ou heteroforias, nas quais o desvio é latente ou seja está escondido porque neste caso o mecanismo de fusão bifoveal mantém o equilíbrio ocular.

Pode, por vezes, surgir a dúvida de se existe realmente um desvio ocular ou não, especialmente nos casos em que aparentam esteticamente um estrabismo, sem que existam alterações motoras ou da visão binocular. São os denominados **pseudoestrabismos**.

Interessa também ter uma ideia sobre a **etiologia** do estrabismo. Já falámos da evolução do sistema visual e somos a favor da hipótese segundo a qual o estrabismo é devido à acção de várias «forças estrabismogénicas».

Estas serão responsáveis por influenciarem negativamente um sistema visual frágil e sensorialmente imaturo (componente sensorial) ao mesmo tempo que a presença de um reflexo de fusão motor pouco desenvolvido ou com algum deficit congénito (componente motor), dão origem às **alterações do equilibrio oculo-motor**…

Uma **classificação** genérica do estrabismo engloba todas as diferentes formas clínicas:

– Quanto à direcção do desvio podem ser convergentes, divergentes, verticais.

– Quanto ao estado de fusão podem ser manifestos, intermitentes e latentes.

– Quanto à lateralidade podem ser unilaterais ou alternantes.

Por último, quanto ao *valor do desvio*, podem ser constantes em que o valor de desvio é sempre igual, ou inconstantes em que o valor do desvio é variável. É neste tipo que se encontram os estrabismos paralíticos que são mais frequentes nos adultos.

Chega a altura de perguntar o que é particularmente *grave no estrabismo?*...

De forma simples podemos dizer que os riscos são a **ambliopia** e a **supressão** na criança e a **diplopia** no adulto.

A ambliopia funcional é o deficit visual sem lesão orgânica detectável no sistema óptico (é o olho *preguiçoso* que não melhora com óculos!...); a **ambliopia estrabica** é devida à dissociação binocular que dá origem à dominância ocular (é o olho preguiçoso que não melhora porque está *distraído* a olhar para outro lado…) – é uma situação clínica de bom prognóstico e reversível quando detectada e tratada precocemente.

No estrabismo paralítico há uma alteração na função da parte do Sistema Nervoso Central responsável pela acção dos músculos extra-oculares. No adulto a **diplopia** (duplicação de uma imagem…é o *ver duplo*…) é um sintoma particularmente incomodativo; a criança está protegida desta queixa pela instalação da **supressão**.

O **tratamento médico** das alterações oculo-motoras, na criança e também no adulto, deve evitar o desenvolvimento de anomalias sensoriais. Quando já instaladas deverá procurar-se a sua recuperação e tentar ao mesmo tempo, fazer desaparecer o desvio.

O plano terapêutico inclui:

1.º Tratamento oftalmológico (p/ex: cataratas congénitas)

2.º Tratamento oclusivo (p/ex: oclusão – penso ocular)

3.º Tratamento óptico (p/ex: óculos de correcção)

4.º Tratamento da visão binocular (p/ex: prismas e ortoptica).

Por vezes é necessário recorrer ao **tratamento cirúrgico** para corrigir o desequilíbrio oculo-motor (realinhar os eixos visuais…). Há que realizar um exame pré-operatório que inclui a realização de exames complementares.

As técnicas de microcirurgia, variadas e adaptadas a cada caso clínico, associando o uso de materiais de sutura atraumáticos, permitem um pós-operatório habitualmente sem complicações significativas e com bons resultados.

A cirurgia é realizada sob anestesia geral e o tempo de permanência na clínica é mínimo – regime ambulatório.

Conclui-se que, é sempre mais fácil evitar o desenvolvimento das alterações sensoriais do que a sua recuperação e por isso damos tanta importância ao **diagnóstico precoce** que permite estabelecer o **tratamento profilático** das mesmas.

Dr. Luís Pereira da ALM

alm OFTALMOLASER
oftalmologia médica e cirúrgica

www.alm.pt

PROMOVER, PREVENIR, TRATAR E CUIDAR A SAÚDE DOS SEUS OLHOS

A **ALM OFTALMOLASER** é uma clínica especializada na prestação de serviços de oftalmologia, com modernas instalações em Lisboa, e dispõe de uma cuidada equipa de profissionais que garante um serviço de excelência ao doente e ao acompanhante.

A nossa clínica está preparada para responder ao tratamento de todas as patologias oftalmológicas, com a prestação de um serviço de qualidade igual ou superior, ao praticado em clínicas internacionais.

Estamos dotados com todas as tecnologias de ponta e aplicamos as técnicas cirúrgicas mais recentes, acompanhando todos os avanços que são feitos neste âmbito.

Consultas de Oftalmologia
- Geral
- Especialidade

Exames
- Retinografia
- Angiografia Fluoresceínica
- Angiografia Verde Indocianina
- Ecografia
- Biometria
- Electrofisiologia Ocular
- Neurofisiologia
- Microscopia Especular
- Paquimetria
- Perimetria Computorizada
- Topografia Corneana (Orbscan)
- Zyoptic
- OCT

Terapêutica Fotodinâmica

Cirurgias
- Catarata
- Estrabismo
- Glaucoma
- Vitreo-retiniana
- Lentes Intraoculares para correcção da Miopia
- Cirurgia da Criança

Cirurgias Laser (Excimer) - Lasik
- Miopia
- Hipermetropia
- Astigmatismo

Tratamentos Laser Argon e Yag
- Diabetes
- Glaucoma

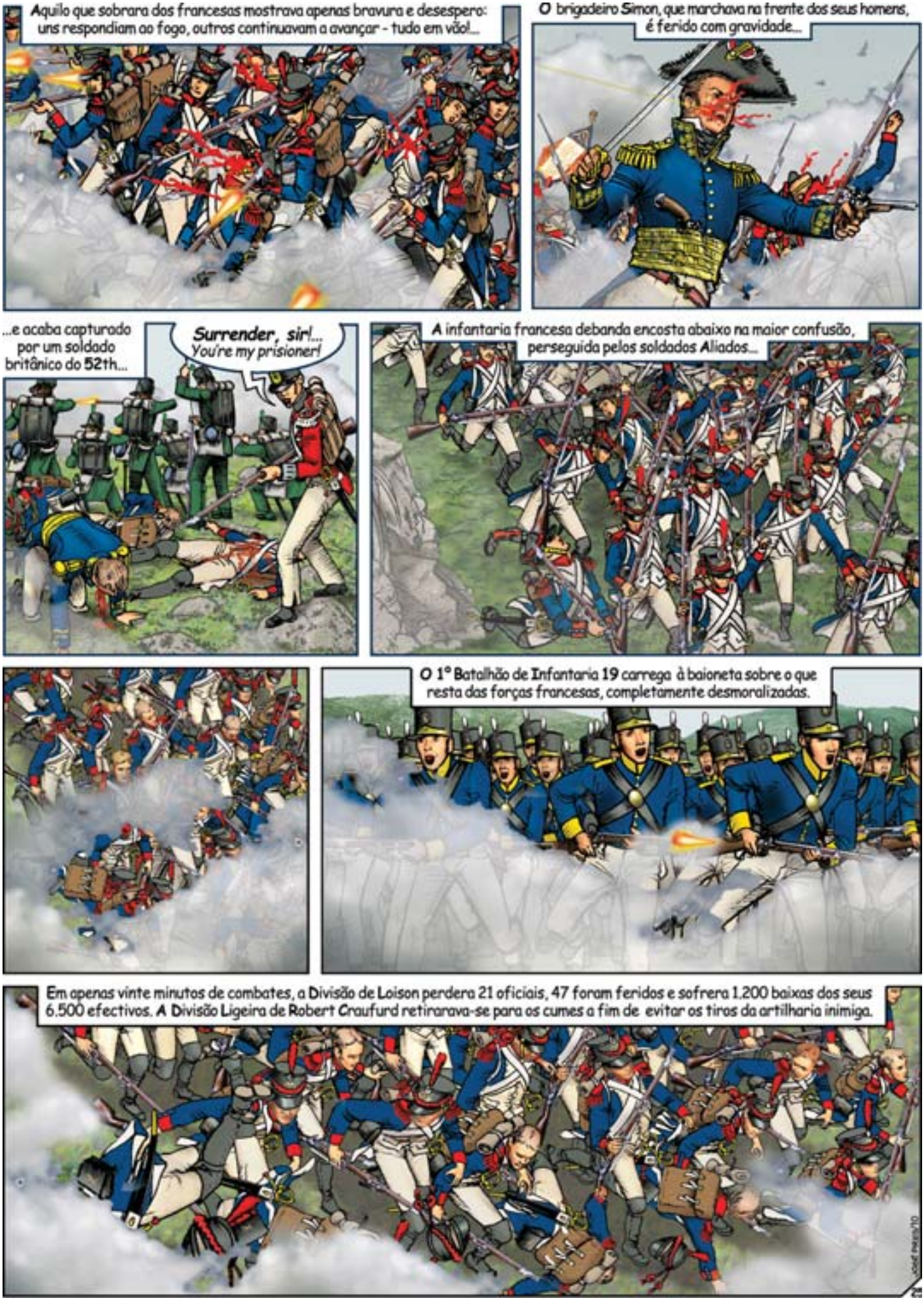
alm
Rua Dr. Nicolau Bettencourt, nº 39 e 41 | 1050-078 Lisboa
Tel: 213 838 560/2 | Fax: 213 838 563/9
Telemóvel: 969 803 883/4 - 939 654 156 - 917 418 247
alm.omc@alm.pt

ACORDOS: ADM, Advance Care, CML, Caixa Geral de Depósitos, PSP, Companhias de Seguros, Comp. de Seguros Tranquilidade, Médis, Maxicare, Multicare, PT-ACS, SAMS Quadros, ADSE, IASFA - Instituto de Acção Social das Forças Armadas, SAMS SBSI, SAMS SIB, Savida, Unimed

EXÉRCITO

Loison ansiava por fazer calar os canhões do Royal Horse Artillery com que o capitão Ross martelava as suas fileiras. Por isso o seu avanço continuava a todo o custo...
Os grupos de atiradores luso-britânicos que o flagelavam estavam a recuar e as suas colunas iam progredindo no terreno. Mas uma desagradável surpresa o aguardava...
Fora das suas vistas permanecia a Divisão Ligeira do fogoso major-general Craufurd, que montara o seu posto de observação num moinho da aldeia de Sula, e tinha os seus atiradores a postos e ocultos ao abrigo da linha de cumes da serra...
Very good, indeed! Aqueles franceses estão quase no ponto que eu escolhi para atacar. Eles nem sonham o que lhes vai acontecer...
A despeito das severas baixas que sofria, a coluna francesa avançou mais vinte metros para capturar as baterias de Ross. Mas Craufurd tinha cerca de 1.750 atiradores ocultos, prestes a dispararem mortíferas descargas!...
Craufurd dá a ordem de abrir fogo!
Fire! Vinguemos sir John Moore!

Os atiradores ingleses continuavam a disparar descargas sucessivas, quando os Batalhões de Caçadores 43º e 3º entraram também na refrega, provocando enormes baixas.
Logo a seguir o 95th Rifles surge também, aumentando o poder de fogo aliado...
Fire over the french scum, boys!
Apanhada naquele verdadeiro vendaval de balas, a infantaria francesa era dizimada implacavelmente...
Aqueles que ainda conseguiam manter-se de pé, tropeçavam nos corpos dos feridos e dos mortos, numa confusão pavorosa...
Alguns dos batalhões portugueses de Caçadores estavamjá equipados com as novas espingardas de canos estriados Baker, que podiam atingir mortalmente alvos colocados a 270 metros!
E os seus efeitos fatais foram sentidos por inúmeros militares franceses, atingidos pelas suas balas certeiras.


Aquilo que sobrara dos franceses mostrava apenas bravura e desespero: uns respondiam ao fogo, outros continuavam a avançar - tudo em vão!...
O brigadeiro Simon, que marchava na frente dos seus homens, é ferido com gravidade...
...e acaba capturado por um soldado britânico do 52th...
Surrender, sir!... You're my prisioner!
A infantaria francesa debanda encosta abaixo na maior confusão, perseguida pelos soldados Aliados...
O 1º Batalhão de Infantaria 19 carrega à baioneta sobre o que resta das forças francesas, completamente desmoralizadas.
Em apenas vinte minutos de combates, a Divisão de Loison perdera 21 oficiais, 47 foram feridos e sofrera 1.200 baixas dos seus 6.500 efectivos. A Divisão Ligeira de Robert Craufurd retirarava-se para os cumes a fim de evitar os tiros da artilharia inimiga.

A Divisão Marchand, que avançava pela ala esquerda das tropas que o Marechal Ney comandava, acabara também por ser repelida com elevadas baixas; 1.150 mortos entre os seus efectivos.
Do seu posto de comando, André Massena assistira, impotente, aos dolorosos fracassos dos Corpos de Exércitos de Reynier e Ney...
Malédiction! Falharam os dois! Os dois! Agora de nada valerá enviar o Junot! Só iríamos engrossar as baixas com isso!
Fautre diable! Quase 6.000 baixas entre mortos e feridos! Nunca assisti a tamanho desastre em toda a minha vida!
Do alto do seu posto de observação perto do Convento do Bussaco, Wellington avaliava os resultados da batalha...
Gentlemen, os franceses foram batidos! A vitória é nossa! Por hoje...
Not bad at all! 1.252 baixas é um número bastante aceitável! Mas, e agora? Exploramos a vantagem de que dispomos ou aguardamos a reacção do inimigo?

Durante o resto do dia apenas algumas escaramuças e trocas de tiros aconteceram. André Masséna debatia-se com o que fazer após o fracasso das suas tropas. Recomeçar o assédio aos cumes do Bussaco, parecia-lhe um desgaste inútil para as suas forças, agora bastante desmoralizadas. Voltar a Almeida e suspender a invasão - com os seus exércitos ainda fortes - era impensável: Napoleão não lhe perdoaria. Só lhe restava contornar as posições dos Aliados e prosseguir o seu avanço sobre Lisboa, procurando dar batalha e vencer em campo aberto as forças menos numerosas de Wellington - parecia-lhe ser esta a melhor solução possível...
Caros Senhores. Perdemos a batalha mas não perdemos a guerra! Vamos prosseguir. Flanqueamos o inimigo pelo caminho de Boialvo, e depois avançamos sobre Lisboa!
Sim! Mas continuamos com falta de provisões, marechal. Os homens combateram e há três dias que não comiam pão! Assim não pode ser!
Masséna expõe o seu plano ao seu Estado-Maior...
Vamos resolver esse problema! E amanhã, antes do dia romper, avançamos!
Você, Saint-Croix, com os seus Dragões abre caminho para norte e depois vira a oeste. O Junot e o seu 8º Corpo irão logo atrás de si!
Très bien! E nós, Marechal? Por onde onde é acha que deveremos seguir?
Você, Ney, segue logo a seguir, com o parque de artilharia e as bagagens! A reserva de Cavalaria do Montbrun fechará a coluna!
O Reynier manterá as suas posições aqui e depois segue-nos no dia seguinte. O Wellington sabe que se não retirar agora ficará encurralado! E nós iremos atrás dele até o liquidarmos! Compris?
Wellington reúne os seus ajudantes...
O Masséna está sem alternativa. Ainda dispõe de vantagem numérica, mas agora só vai aceitar combate em campo aberto. E nós não temos forças para isso. Vamos retirar. Não há há outra solução!
Nunca se souberam as verdadeiras razões porque Wellington não explorou as vantagens do Bussaco. Até em Inglaterra o acusaram de indecisão e timidez. Ele apenas não quis arriscar. Sabia que as fortificações das Linhas de Torres seriam um obstáculo tremendo para Masséna, que já se debatia com falta de mantimentos!...

A Brigada de Cavalaria inglesa, cerca de duas mil praças e oficiais, que estava de reserva na Mealhada, vê-se obrigada a retirar...

Fugindo ante a aproximação dos franceses, dezenas de milhares de camponeses deslocavam-se a toda a pressa para sul, levando consigo o que podiam e destruindo tudo aquilo que ficasse para trás e pudesse servir ao inimigo...

O corpo principal das forças de Wellington marchava a toda a pressa para sul. Apenas a Divisão Ligeira de Craufurd, com três brigadas de Cavalaria, se mantinha como rectaguarda.

O Exército Francês agora já não perseguia os Aliados. E a razão disso era precisamente Coimbra! Quando os invasores entraram na bela cidade, toda a disciplina se perdeu!...

O facto de terem sido batidos e humilhados no Bussaco e de estarem passando fome, fez aumentar a ganância da soldadesca em se apoderar, por quaisquer meios, de tudo o que tivesse valor. O que passou a seguir, foi uma verdadeira orgia de pilhagens e violência como nunca antes se vira no país.

Durante dois dias, bandos de soldados perdidos de bebedos, destruíam, vandalizavam e roubavam tudo aquilo com que deparassem...

O Bispo de Coimbra chegou a relatar que mais de 2.969 pessoas, de todos os sexos e idades, foram assassinados, e cerca de 1.144 edifícios, incendiados!

Foram todos estes horrores que deram aos Aliados a preciosa vantagem de dois dias sobre os franceses. Apenas a 4 de Outubro a marcha em perseguição das forças de Wellington foi retomada e isso permitiu o consolidar das posições nas Linhas de Torres...

A 12 de Outubro de 1810 Masséna avistava as fortificações das Linhas Torres Vedras. Ficou esmagado com o que viu. Não se tratavam dos meros trabalhos de defesa que os franceses imaginavam . Era uma completa e interminável rede de fortes, baterias e redutos cuja construção começara quase um ano antes! Um formidável sistema defensivo que não lhes dava esperança alguma de poderem ultrapassar!

Masséna percebeu que a sua invasão falhara. A logística fora a sua perda. Os seus soldados estavam a passar fome. Só lhe restava a retirada. Em quanto pudesse. A 14 de Novembro recuava para Santarém e em Março decidia bater em retirada. A derrota era completa...

A última Invasão Francesa acabava sem glória. Mas não acabavam os sofrimentos dos franceses. Massena retirou com o seu exército, em condições muito penosas, sempre perseguido e flagelado pelas tropas Aliadas. Só encontrou repouso quando alcançou Toulouse, já em território francês. E nem sequer a guarnição que ficara em Almeida pôde ser resgatada...

€2.00 (IVA incluído)

Ano LII - n.º 607
Junho de 2011

jornal do

Exército

10 de JUNHO

Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas

Soluções Ordenado Santander Totta

Damos mais valor ao seu ordenado

Oferta Exclusiva

Câmara de Filmar Toshiba Camileo P20

Máquina de Café Delta Qool

DVD Portátil Philips

GPS Garmin Nüvi 1200

Máquina Fotográfica Samsung ES28Z

Para ordenados a partir de 375€ ou reformas a partir de 300€

Vales Pestana
no valor de 400€
(8 vales de valor unitário de 50€)

LCD AV
Toshiba 19"

HP Compaq
Mini Series 7 Starter

Para ordenados ou reformas a partir de 1.500€

iPad 2 Apple
Wi-Fi 3G 16GB

Para ordenados ou reformas a partir de 2.000€ e incremento de recursos a partir de 20.000€

No Santander Totta sabemos que uma gestão eficiente do seu dia-a-dia permite-lhe ganhar tempo e dinheiro. Com as nossas Soluções Ordenado queremos estar em sintonia consigo, para que possa aproveitar melhor cada momento da sua vida. Conte connosco.

Santander Totta

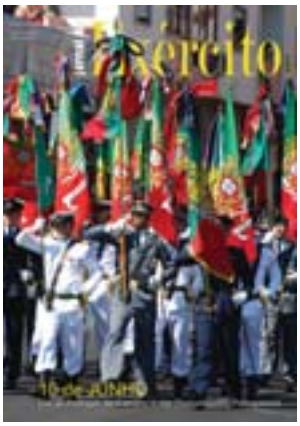
O Valor das Ideias

www.santandertotta.pt

O valor mínimo de ordenado/reforma líquido domiciliado para acesso a um dos equipamentos é de 375€ (300€ se pensionistas/reformados), excepto para o LCD TV, o computador Mini Portátil e os vales Pestana, que é de 1.500€. Para o iPad o valor mínimo de ordenado/reforma líquido domiciliado é de 2.000€ e o Cliente deverá incrementar os seus recursos no Banco num valor igual ou superior a 20.000€ face ao saldo pontual registado a 31 de Março de 2011. O pedido de equipamento ou de vales deve ser efectuado pelo Cliente até 30 de Junho de 2011, devendo a 1ª domiciliação de ordenado/reforma (e o incremento de recursos, no caso do iPad) e reclamação do equipamento ou vales ocorrer nos 3 meses subsequentes. Caso deixe de se verificar o cumprimento dos requisitos antes de decorridos 25 meses, por causa não imputável ao Banco, o Cliente deverá devolver o valor de 300€ no caso do Mini Notebook, do LCD TV e dos vales Pestana, de 600€ no caso do iPad e de 150€ para os restantes equipamentos na proporção do prazo não decorrido. Oferta limitada ao stock existente. A qualidade do equipamento e a sua garantia são da responsabilidade exclusiva dos fornecedores.

Jornal do Exército
ÓRGÃO DE INFORMAÇÃO, CULTURA E RECREIO DO EXÉRCITO PORTUGUÊS, CRIADO POR PORTARIA DE 14JUL60

Capa



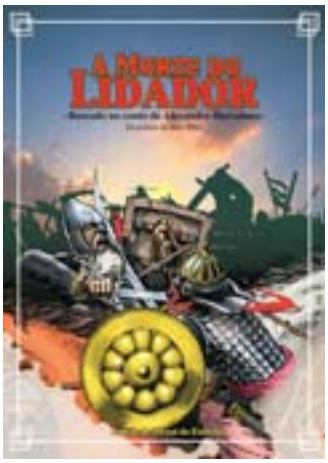
10 de Junho Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades portuguesas Foto: Alferes RC Nelson Cavaco

Monumentos com História Militar Estátua de Luís Vaz de Camões – 4
Editorial – 5
Figuras e Factos – 8
Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento: Novos Caminhos de Futuro – 28
Uniformes Militares – 40
200 Anos da Guerra Peninsular – 42

Da Logística – Parte I – 34

Jogos Florais – 16

Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades portuguesas – 22



Suplemento Banda Desenhada: "A Morte do Lidador" Pág: I a IV

Os artigos publicados com indicação de autor são da inteira responsabilidade dos mesmos, não reflectindo, necessariamente, o pensamento da Chefia do Exército Português

PROPRIEDADE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
Direcção, Redacção e Administração: Largo de S. Sebastião da Pedreira, 1069-020 Lisboa, Telef: 213 567 700, Fax Civil: 213 567 791 Militar: 414 091, E-mail: jornal.do.exercito@mail.exercito.pt, jornal.exercito@sapo.pt, E-mail - Intranet: Jornal do Exército, Home page: www.exercito.pt **DIRECÇÃO - Director**: Coronel de Infantaria José Custódio Madaleno Geraldo; **Sub-Director:** Tenente-Coronel J. Pinto Bessa; **Secretária**: Ass. Téc. Teresa Felicíssimo. **REDACÇÃO - Chefe**: Tenente-Coronel J. Pinto Bessa; **Assistente de Redacção:** 1.º Sargento Anjos Das Neves; **Redactores**: Alferes RC Nelson Cavaco, Alferes RC Filipa Domingos, Dr. Mauro Matias; **Operadoras Informáticas:** Assistente Técnica Elisa Pio, Assistente Técnica Guiomar Brito; **SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - Chefe**: Tenente-Coronel Augusto Correia; **Auxiliares** Sargento-Ajudante João Belém, Sargento-Ajudante Luís Silva; **Operadoras Informáticas:** Assistente Técnica Joana Moita; Assistente Técnica Tânia Espirito Santo; **Revisor de texto**: Professor Doutor Eurico Gomes Dias; **COLABORAÇÃO FOTOGRÁFICA** - Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA, Centro de Audiovisuais do Exército RCRPP/GabCEME **EXECUÇÃO GRÁFICA** - PERES - SOCTIP Indústrias Gráficas, SA, Estrada Nac. 10, Km. 108,3 - Porto Alto, 2135-114 Samora Correia, Telef. 263 009 900 - Fax 263 009 999, acosta@peres-soctip.pt **Tiragem** - 6 000 exemplares **Depósito Legal** - nº 1465/82 **ISSN** - 0871/8598

Estátua de Luís Vaz de Camões

O imortal poeta português, Luís Vaz de Camões, nasceu em Lisboa em 1524, falecendo nesta mesma cidade a 10 de Junho de 1580.

Camões, após cursar Arte num colégio do convento de Santa Cruz, matricula-se em Teologia na Universidade de Coimbra. Contudo, mostrou-se pouco entusiasmado pela vida eclesiástica, revelando-se muito requestador de damas – as quais cortejava com os seus versos –, o que o levou a abandonar Teologia para cursar Filosofia.

A vida de sofrimento pela qual ficou conhecido inicia-se quando, em 1544 se encontra pela primeira vez com D. Catarina de Ataíde, dama da rainha regente D. Catarina, pela qual desenvolveu uma ardente paixão. Nesse mesmo ano, durante um torneio poético com o poeta da Corte, D. Juan Ramón, sobrinho do lente da Universidade Martim Azpileneta, sente-se ofendido por uns versos de Camões e desafia-o para um duelo, do qual saiu ferido e resultou na prisão de Camões. Após diversas discussões para libertar o poeta, este viria a ser conseguido com a condição de Camões ser desterrado durante um ano para Lisboa.

Ao chegar a Lisboa, apresenta-se na corte literária da infanta D. Maria, onde o seu génio literário lhe causou problemas entre os restantes poetas da Corte, que o invejavam pelo seu talento. As injúrias e intrigas aí sofridas fizeram com que abandona-se a Corte e fosse desterrado para o Alentejo.

Em 1547, Camões decidiu ir prestar serviço militar para África, servindo dois anos em Ceuta, onde veio a perder o olho direito, numa emboscada das tribos Kabilas. A este acontecimento, Camões chamou-lhe o "furto acerbo de Marte".

Em 1549, D. Afonso de Noronha regressa a Portugal e Camões acompanha-o, regressando à Pátria. Em Lisboa depara-se com a sua mãe viúva e extremamente doente, facto que levou D. Afonso de Noronha e D. Manuel de Portugal a pedir à Família Real a sua clemência para permanecer em Lisboa. O pedido foi aceite, mas com a proibição de Camões frequentar o Paço. Perante tal situação, Camões iniciou a sua épica obra literária *Os Lusíadas*, enquanto tratava da sua mãe.

Porém, no dia do Corpo de Deus, no ano de 1552, abateu-se uma nova tragédia sobre o poeta, quando Gonçalo Borges, moço de arreios de D. João III, travou um duelo com dois embuçados. Camões deparou-se com a situação e defendendo os dois embuçados, seus amigos, atingiu Gonçalo Borges, deixando-o moribundo no chão. O acontecimento levou-o à prisão, sendo libertado perto de um ano depois, sob a obrigatoriedade de embarcar na nau *S. Bento*, capitaneada por Fernão Álvares Cabral, com destino à Índia.

Durante a sua permanência no Oriente foi designado para provedor-mor dos defuntos e ausentes de Macau. Camões partiu para Macau em 1556, regressando em 1558, novamente debaixo de prisão. No regresso a Goa, a sua nau naufragou nas costas do Camboja, conseguindo salvar-se a nado, bem como a sua obra.

Camões resolveu regressar a Portugal e viria a fazê-lo a bordo da nau *Santa Fé*, que chegou a Cascais a 7 de Abril de 1570, acompanhado por um escravo chamado António [Jáu] que o acompanhou para o resto da sua vida.

O seu poema acabou por ser impresso, por alvará régio de 23 de Setembro de 1571, sendo-lhe dada a tença de 15.000 réis pela sua "habilidade e suficiência". O resto da sua vida foi passada em grande miséria, chegando o fiel escravo a pedir esmola às suas escondidas.

Veio a falecer numa casa da calçada de Santana, sendo a sua tença transferida para D. Ana de Sá, sua mãe, por ser muito velha e pobre.

O Monumento em homenagem a Camões, localizado na Praça Luís de Camões em Lisboa, foi construído entre 1860 e 1867 pelo escultor Vítor Bastos. A inauguração, que decorreu com grande cerimonial e participação pública, no local onde outrora se encontrava o Palácio do marquês de Marialva e do Loreto, decorreu ao longo de Junho de 1867.

Com 4 metros de altura e esculpida em bronze, a figura de Camões assenta sobre um pedestal rodeado por oito figuras notáveis da Cultura e das Letras portugueses: o cronista Fernão Lopes, o cosmógrafo Pedro Nunes, o cronista Gomes Eanes de Azurara, os cronistas João de Barros e Fernão Lopes de Castanheta e os poetas Vasco Mouzinho de Quevedo, Jerónimo Corte-Real e Francisco de Sá de Menezes.

Alferes RC Nelson Cavaco

INFORMAR PARA BEM SERVIR

Ser da mesma nacionalidade de Camões é, *per si*, uma riqueza enorme. Conhecer Camões é, ou deveria ser, um privilégio de todos os portugueses. Aprende-se nas escolas, nas bibliotecas, nos monumentos e na toponímia das cidades, vilas e aldeias de Portugal. Luís de Camões é-nos familiar, sem dúvida. Lembramo-nos quando a avó do Afonso, o nosso filho mais novo e apenas com 5 anos de idade, lhe perguntou o que significava o dia 10 de Junho. Amavelmente, a avó explicou-lhe que era o Dia de Camões, o dia de um grande poeta. Logo de seguida, ele retorquido: "Então é amigo do meu pai!" Sentimo-nos muito honrados com tal opinião e defendemos que Camões também é amigo de todos os jovens, de todos os portugueses, de todos aqueles que se expressam na Língua Portuguesa. É impossível ficar indiferente à riqueza da palavra e do estilo grandiloquente dos seus versos, da sua lírica e do seu poema épico *Os Lusíadas*. Lendo e relendo a sua obra, podemos afirmar que Camões está presente em todos os grandes momentos da Pátria portuguesa.

Em Camões visto pelos Jovens, podemos verificar tal premissa: "*Os Lusíadas* projectam o poeta e a própria Nação para o Além do Além. Por isso nunca será demais encaminhar os jovens ao encontro dessa figura gigantesca, […] inextinguível dum povo que soube «dar novos mundos ao mundo»". Quando Camões se dirigiu a D. Sebastião, a seguinte predica pode ser entendida como se dirigisse à juventude do presente e do futuro:

"Vereis amor da Pátria não movido
De prémio vil, mais alto e quase eterno;
Que não é prémio vil ser conhecido
Por um pregão do ninho meu paterno.
Ouvi: vereis o nome engrandecido
Daqueles de quem sois senhor superno,
E julgareis qual é mais excelente,
Se ser do mundo Rei, se de tal gente.

Ouvi: que não vereis com vãs façanhas,
Fantásticas, fingidas, mentirosas,
Louvar os vossos, como nas estranhas
Musas, de engrandecer-se desejosas:
As verdadeiras vossas são tamanhas
Que excedem as sonhadas, fabulosas, […]"

Luís Vaz de Camões, Os Lusíadas, Canto I, Ests. 10-11.

Com as lições de Camões cumpre-se melhor Portugal!

A data da morte de Camões, 10 de Junho, foi a escolhida para comemoração do Dia de Nação portuguesa e tomou a designação de Dia de Camões, de Portugal e das Comunidades Portuguesas. Este ano as comemorações oficiais ocorreram na venerável cidade de Castelo Branco, como damos conta nas páginas deste *Jornal*. Houve Parada e Desfile Militar, em que os três Ramos das Forças Armadas desfilaram perante o Comandante Supremo das Forças Armadas, o Presidente da República, Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva. O povo saiu à rua para comemorar, com os seus militares, a sua orgulhosa Pátria.

Também neste número se publica um artigo da autoria da Mestre Ana Rita Carvalho, intitulado «Da Logística», deveras interessante do ponto de vista conceptual e bem oportuno, visto assinalar-se o dia comemorativo do Comando da Logística e do Depósito Geral de Material do Exército.

Pedro Soares Branco traz-nos a II parte de "Coberturas da Guerra do Ultramar, 1961-1974", este artigo inserido na secção *Uniformes Militares*, onde alerta para a preservação do património daquele período, referindo que é "[...] urgente olhar com atenção para o que ainda temos, fotografando e descrevendo, mas acima de tudo conservando."

Orgulhamo-nos de divulgar mais um episódio histórico da nossa rica História, em Banda Desenhada -*A Morte do Lidador*, baseado no conto do nosso grande Alexandre Herculano, com adaptação e extraordinários desenhos de José Pires. O *Jornal do Exército* felicita e agradece ao autor a gentileza em ceder-nos mais esta obra inédita.

José Custódio Madaleno Geraldo
Coronel de Infantaria

MILICIA
WWW.MILICIAPRO.COM

AO SERVIÇO DOS PROFISSIONAIS

ASP · 5.11 TACTICAL SERIES · SAFARILAND · BLACKHAWK! PRODUCTS GROUP · TASER Protect Life

ABA · SECOND CHANCE · SAVVY ARMOR FOR WOMEN · FIRST CHOICE ARMOR With you. For life. · PROTECH

SAM MEDICAL PRODUCTS · MyClyns · TACTICAL MEDICAL SOLUTIONS · CELOX Controls life-threatening bleeding fast · DEFENSE TECHNOLOGY

MAXPEDITION HARD USE GEAR · CAMELBAK · BCB INTERNATIONAL · EBERLESTOCK

PELI · ESS Eye Safety Systems, Inc. · BATES · INOVA

BIANCHI · Crimson Trace · SUREFIRE · 911EP

LIBERVIT MANUFACTURER · HATCH · Marlow · QUIKSTEP ladder · ADVENTURE LIGHTS

Fisher Labs METAL DETECTORS · TASMANIAN TIGER · TULMAR TACTICAL · LANSKY SHARPENERS · SAT

projectina · FORENSICS SOURCE · STOP STICK

CONTINUAMOS A CRESCER...

Conheça todas os produtos disponíveis em www.miliciapro.com

Todas as marcas registadas apresentadas são representadas em Portugal pela Milícia - Bens de Segurança e Tecnologias Militares, Lda. Com sede na Rua de Entreparedes, 11 | 4000-198 Porto
Tlf. +351 22 208 31 30 | Fax. +351 22 208 86 11 | email: milicia@miliciapro.com | Web: www.miliciapro.com

CROSSBOW™

A PROTECÇÃO BALÍSTICA FOI REINVENTADA

MILICIA
WWW.MILICIAPRO.COM

disponível em
www.miliciapro.com

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

- Lentes balísticas em policarbonato com 2,4mm de espessura.
- Armação Tri-Tech™, permite um ajuste sempre perfeito e garante a ausência de pontos de pressão.
- Tratamento ClearZone™, resistente aos riscos e com propriedades anti-embaciantes.
- Mecanismo DedBolt™ para substituição rápida das lentes, mantém a lente firmemente segura.
- Tecnologia ESSOPTICS™, garante a máxima visibilidade, livre de distorções ao longo de todo o campo de visão.
- Fornecidos com duas lentes adicionais.
- 100% de protecção contra raios UVA/UVB.
- Permite a colocação de lentes correctivas, através de um acessório vendido separadamente.

STANDARDS DE PROTECÇÃO BALÍSTICA

Os óculos Crossbow™ obedecem aos seguintes standards:

CE EN 166 FT K N, US Federal OSHA,
ANSI Z87.1+ and US MIL SPEC MIL-PRF-31013

CORES

Armação: Preto

Lentes Disponíveis: Escura, Transparente e amarela de alta resolução.

PRODUTO

- Crossbow™ 3LS: Imagem do Kit fornecido

ESS™

Todas as marcas registadas são propriedade da Eye Safety Systems, Inc. representada em Portugal pela Milicia - Bens de Segurança e Tecnologias Militares, Lda. Com sede na Rua de Entreparedes, 11 | 4000-198 Porto

Cerimónias e exercícios na "Escola de Armas Combinadas"

O Campo Militar de Santa Margarida é o palco tradicional para a apresentação, às diversas entidades, das capacidades da Brigada Mecanizada (BrigMec) – através do *Distinguished Visitor's Day* do Exercício Rosa Brava –, bem como, do Exercício Eficácia, que combina as diversas capacidades de fogos indirectos das Forças Armadas, nomeadamente das unidades de Artilharia do Exército português, que este ano decorreu a 5 de Maio.

Não menos tradicional, neste Campo Militar, é a comemoração da Batalha dos Atoleiros, símbolo representativo do dia da Brigada Mecanizada aproveitado, neste mesmo dia, pelo Comando das Forças Terrestres (CFT), como momento comum de comemoração festiva, associado à apresentação das possibilidades demonstradas pelo simulacro das forças em manobras.

A presidir à cerimónia esteve o Ministro da Defesa Nacional (MDN) cessante, Professor Doutor Augusto Santos Silva, destacando-se, também, a presença do Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho.

Após uma breve apresentação, subordinada às características desta Brigada, no auditório do Quartel-General da BrigMec, o MDN deslocou-se para o local onde está a ser construída a hangaroficina para o Carro de Combate *Leopard*, cuja apresentação foi feita pelo Sargento-Chefe de Engenharia Francisco Ferreira, da Delegação do Centro de Infra-estruturas – Pólo de Santa Margarida e, seguidamente, avançou para a frente da capela daquele Campo Militar, onde recebeu a continência das forças em parada.

Como é costume nestas cerimónias, dos pontos altos destacaram-se a Homenagem aos Mortos, a entrega de condecorações – nomeadamente, a Medalha D. Afonso Henriques, Mérito do Exército, 4.ª Classe, entregue ao pai do 1.º Cabo José Luís Madeira Bernardino, que recentemente tombou em serviço da Pátria, no Kosovo –, e o desfile em continência ao MDN.

Cabe ainda lembrar as palavras do Comandante das Forças Terrestres, Tenente-General Vítor Manuel Amaral Vieira, salientando que "[...] a comemoração em simultâneo, (d)o Dia da Brigada Mecanizada e (d)o Dia do Comando das Forças Terrestres […] assume não só um significado especial, mas também uma oportunidade relevante. Desde logo, para a economia de esforços que é imperioso que todos alcancemos, mas sobretudo para o testemunho vivo e real de confiança nas capacidades e qualidades dos militares que servem neste comando (CFT), que reconhecendo as crescentes adversidades e dificuldades com que, conjunturalmente, se confrontam, evidenciam todos os dias dedicação, espírito de sacrifício e a coragem para a aceitação e ultrapassagem desses desafios.

Por seu turno, o MDN referiu, nesta linha de pensamento, que a hora é uma hora de dificuldade, todos nós sabemos, mas as horas de dificuldade são também horas de desafio, que servem, também, para nós desenvolvermos respostas positivas aos desafios que enfrentamos.

Após o desfile as entidades deslocaram-se para uma tenda de arcos, instalada ao lado esquerdo da capela, onde foi efectuada uma vídeoconferência, cujos intervenientes foram o MDN e o Comandante das Forças Nacionais Destacadas, no Afeganistão, agregadas à ISAF (*International Security Assistance Force* – Força de Assistência à Segurança Internacional), Coronel Fonseca Lopes.

Terminada a cerimónia militar, as entidades deslocaram-se para a Tribuna *D. Pedro*, no polígono de Santa Margarida e que serve de base às manobras de treino das forças, no qual teve lugar a apresentação da fase final dos exercícios, e onde puderam constatar a capacidade conjunta da BrigMec, como também o poder de fogo das armas de tiro indirecto. Este momento foi particularmente relevante para os jovens que se encontravam a participar no Dia da Defesa Nacional, porque puderam ter uma ideia concreta da actividade operacional militar.

Comemorações do Dia do Comando da Logística e do DGME

Celebrou-se no dia 19 de Maio, o 17.º aniversário do Comando da Logística, que teve lugar no Depósito Geral de Material do Exército (DGME). Paralelamente, comemorou-se o 8.º aniversário da Unidade anfitriã.

A cerimónia teve início com a chegada do Ministro da Defesa Nacional (MDN), Professor Doutor Augusto Santos Silva, que presidiu à cerimónia, e recebido pelo Chefe de Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho, pelo Quartel-Mestre-General (QMG), Tenente-General Joaquim

Formeiro Monteiro, pelo Director de Material e Transportes, Major-General Gonçalves Ramos, e pelo Coronel Jorge Manuel Lopes Gurita, Director do Depósito.

Este evento contou com honras militares protocolares, ao que se seguiu as alocuções do Coronel Director do DGME, do Tenente-General QMG e do MDN. Neste particular, destaca-se o balanço feito pelo Tenente-General QMG, do último ano de actividade do CmdLog, nomeadamente ao realçar, no âmbito do apoio prestado às componentes operacional e fixa do Exército, a prioridade que foi dada às forças e aos elementos nacionais destacados, nos diversos Teatros de Operações e nas diferentes fases da respectiva preparação e empenhamento. A acção do Comando da Logística, nesta área, tornou possível "[...] a execução de cerca de 30 voos de projecção, sustentação e retracção de forças, movimentando centenas de militares e toneladas de carga, entre o território nacional e os teatros do Afeganistão, Bósnia, Kosovo, Líbano e Luanda."

Referiu ainda que, "[...] as especificidades do Exército, resultantes da sua missão, impõem a necessidade de articular, de forma adequada, as valências de um apoio sanitário eficiente à sua força operacional, onde se destaca o exigente apoio ao aprontamento e à sustentação das forças nacionais destacadas. Daí decorre a importância da Unidade de Saúde Operacional e do seu Hospital de Campanha Role 2E-IM, integrando o Centro de Simulação do Exército e o Sistema de Telemedicina, como um órgão estruturante do Exército, com vista à consolidação do apoio médico-sanitário à sua componente operacional, possibilitando, desta forma, a devida coordenação e accionamento da função logística evacuação e hospitalização."

Seguidamente, teve lugar a condecoração de alguns militares de Unidades da dependência hierárquica do Comando da Logística (CmdLog) e o desfile das Forças em Parada.

Mereceu a especial atenção o desfile de dezenas de viaturas tácticas, que foram recuperadas, principalmente nas Ofinas Gerais de Material do Exército (OGME). Foi apresentado o protótipo de uma Viatura Táctica Ligeira 4x4 para Forças Especiais.

Esta viatura encontra-se ainda em fase de testes, tem por base a plataforma da Viatura *Land Rover Defender* 130Tdi, de *chassis* longo, e foi concebida pelo CmdLog, de modo a dar resposta aos requisitos operacionais por parte das Forças Especiais do Exército português.

Com caixa manual de cinco velocidades, sistema de bloqueio electrónico dos diferenciais e tracção permanente às quatro rodas, dispõe de um motor sobrealimentado de 150 cavalos, com 2500cc de cilindrada, para um peso bruto de 3,5 toneladas. Confere-lhe um excelente desempenho em todo o terreno, permitindo ainda transportar em condições de comodidade e segurança, apropriadas ao contexto, cinco

militares armados e equipados.

Tem capacidade de acoplar e transportar uma metralhadora pesada, um lança granadas automático de 40mm e diverso armamento ligeiro, bem como diversos meios de comunicações e geo-referenciação.

A viatura dispõe de elevada mobilidade, capacidade de carga e uma autonomia de cerca de 1000km, podendo ainda ser aerotransportada, helitransportada e largada por pára-quedas, tornando-a particularmente apta à realização autónoma, de operações militares de longa duração e longo raio de acção.

Realizou-se, posteriormente, uma Demonstração de Capacidades do CmdLog em Situações de Calamidade/ Catástrofe, que decorreu no contexto do projecto existente de criação da Unidade Logística de Emergência (ULE). Segundo o Tenente-General QMG, o projecto da ULE consiste na criação de uma capacidade articulada do Exército, para dar resposta a situações de catástrofe, em apoio à Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC). Na verdade, segundo reflectiu o mesmo Oficial General, "[...] numa época marcada por sucessivas calamidades naturais, a ULE assume particular destaque, podendo materializar uma resposta autónoma do Exército a cenários de emergência e catástrofe, potenciando a sua capacidade de intervenção, em favor das populações atingidas."

A demonstração em análise, apresentou a seguinte sequência:

– Actuação das equipas de avaliação de infra-estruturas e apoio geográfico;

– Levantamento de parte de bloco comunitário de alojamento;

– Evacuação médica e transporte de feridos;

– Transporte e reforço da capacidade de armazenagem de géneros e alimentação;

– Actuação da equipa de reconhecimento e emergência biológica;

– Reforço da capacidade de armazenagem de água através de depósitos água atrelados;

– Transporte e descarregamento de material diverso;

– Recepção e processamento de um 1.º grupo de desalojados;

– Reabastecimentos de géneros;

– Reabastecimento de água e combustível;

– Transporte e descarregamento de material de aquartelamento adicional;

– Acção de manutenção de um gerador;

– Desinfestação de uma área de alojamento;

– Recepção e processamento de um 2.º grupo de desalojados.

No final da cerimónia, o MDN deslocou-se aos terrenos das futuras OGME, onde assistiu a uma breve exposição introdutória levada a cabo pela Direcção de Infra-Estruturas.

Director do Instituto dos Pupilos do Exército condecorado

No dia 23 de Maio, realizou-se uma cerimónia na Embaixada do Brasil, de condecoração do Major-General Alves Rosa, Director do Instituto dos Pupilos do Exército, sendo agraciado com a Medalha Marechal Trompowsky, em reconhecimento ao esforço no desenvolvimento das relações de amizade entre o Exército Brasileiro e o Exército Português.

A Medalha Marechal Trompowsky destina-se a homenagear militares e civis, brasileiros e estrangeiros que, por terem prestado relevantes serviços ao Magistério do Exército ou desenvolvendo as relações de amizade entre o Exército brasileiro e os de outras Nações, tornaram-se credores de homenagem especial.

Comemorações do 175.º Aniversário do Dia da Zona Militar da Madeira

Associadas às comemorações do 175.º Aniversário do Dia da Zona Militar da Madeira (ZMM), este Comando realizou na cidade do Funchal diversos eventos dos quais se destacam:

Âmbito Desportivo: no dia 10 de Maio, decorreu no Regimento de Guarnição N.º 3 (RG 3), em parceria com o *Holmes Place Funchal* (HPF), um conjunto de actividades de cariz desportivo. Pela manhã, decorreram sessões de "Body Combat" e treino funcional em circuito preparados por elementos do HPF, contando com a participação de militares da ZMM. Após o almoço sob orientação de militares do RG 3, elementos do HPF efectuaram actividades de escalada e *slide* e uma equipa de instrução ministrou uma sessão de Ginástica de Aplicação Militar (GAM).

Âmbito Cultural: no dia 13 de Maio, decorreu no Forte de S. Tiago – Funchal, a inauguração da exposição subordinada ao tema "Militares da Zona Militar da Madeira nas Forças Nacionais Destacadas no Kosovo".

Também no Forte de S. Tiago a Banda Militar da Madeira, chefiada pelo Sargento Chefe QBFE Jorge Dias, em parceria com o Conservatório Escola das Artes – Luiz Peter Clode, realizou um concerto intitulado "Viva a Música no Forte". Este evento, a que assistiram cerca de 400 pessoas, contou ainda com a participação das fadistas Amália do Rosário, Cláudia Sardinha e Sofia Pinto.

De entre as diversas entidades convidadas e o público em geral, destaca-se a presença do Secretário Regional dos Recursos Humanos, Dr. Brazão de Castro, do Juiz Conselheiro da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas, Dr. João Francisco Aveiro Pereira e o Bispo da Diocese do Funchal, D. António Carrilho.

Âmbito Militar: em 18 de Maio, foi realizada na parada do RG 3, a cerimónia militar alusiva à efeméride. Esta iniciou-se com a continência do Representante da República para a Região Autónoma da Madeira, Juiz Conselheiro Irineu Barreto, que

presidiu a cerimónia. Seguiu-se a integração do Estandarte Nacional e a homenagem aos militares do arquipélago mortos em combate; a entrega da imagem de Nossa Senhora do Monte, pelo Pelotão que terminou a missão no Kosovo, ao Comandante da ZMM; a imposição de Condecorações a Militares e Funcionários Civis da ZMM, a alocução relativa à Cerimónia pelo Comandante da ZMM e a leitura da mensagem do General Chefe do Estado-Maior do Exército tendo culminado com o desfile das forças em parada comandadas pelo Coronel de Cavalaria, Portela Ribeiro, 2.º Comandante da ZMM.

Das entidades presentes destacou-se a presença do Presidente da Assembleia Legislativa da Madeira, Dr. Miguel Mendonça, do Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, Tenente-General Oliveira Cardoso, do Comandante das Forças Terrestres, Tenente-General Amaral Vieira, e do Secretário Regional do Equipamento Social, Eng.º Santos Costa, em representação do Presidente do Governo Regional.

Dia do Comando da Instrução e Doutrina

Teve lugar no passado dia 13 de Maio a cerimónia militar comemorativa do 5.º Aniversário do Comando da Instrução e Doutrina (CID), realizada no Quartel dos Castelos em Évora, sede do CID.

Presidida pelo Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército (VCEME), Tenente-General Mário de Oliveira Cardoso, que também desempenha as funções de Comandante da Instrução e Doutrina, a cerimónia desenvolveu-se na Parada Nun'Álvares Pereira, depois de ter sido efectuada uma Guarda de Honra à entidade que presidiu, seguida de uma Homenagem aos Mortos no monumento no exterior do aquartelamento.

Usou da palavra o Tenente-General VCEME, depois da integração do Estandarte Nacional na formatura geral, procedendo-se à condecoração de militares e civis que servem ou serviram no Comando da Instrução e Doutrina.

Após a cerimónia militar, na Sala de Honra do CID, o Tenente-General VCEME dignou-se assinar o Livro de Honra.

As actividades comemorativas do dia do CID, que foram sendo realizadas ao longo do mês de Maio, terminaram no dia 19 com a realização de um concerto pela Banda Militar de Évora, no Teatro Garcia de Resende, aberto e oferecido à população de Évora.

Comemorações do Dia do RA 5

O Regimento de Artilharia N.º 5 (RA 5) comemorou o seu Dia Festivo com a realização de diversas actividades, que decorreram nas instalações da Unidade e na cidade de Gaia, no período de 28 de Abril a 14 de Maio, realizando-se a Cerimónia Militar no dia 12 de Maio.

As comemorações iniciaram-se com a realização de um Concerto Sinfónico pela Banda Militar do Porto (BMP), no Teatro d'Avenida em Vila Nova de Gaia. A afluência foi enorme, tendo-se verificado a presença de cerca de 500 pessoas.

Com um reportório vasto e variado, a BMP proporcionou um espectáculo musical de elevada qualidade, que mereceu muitos aplausos do público presente.

Durante a manhã do dia 8 de Maio, decorreu nas instalações do Regimento e áreas públicas contíguas, o I Duatlo BTT – "Polacos da Serra", no qual participaram 150 atletas militares e civis, amantes da modalidade.

A prova decorreu num circuito com o total de 25040 metros, articulados num primeiro módulo de corrida de 4400 metros, um segundo módulo BTT de 18440 metros e um último módulo de corrida de 2200 metros.

O prémio do 1.º classificado absoluto masculino foi conquistado pelo "veterano I", Joaquim Carlos de Sousa Lopes, da "AMICICLO", com um tempo total de 1 hora e 9 minutos. O 1.º classificado absoluto feminino foi conquistado pela "cadete" Rita Maria Soares Lopes, também da "AMICICLO" e que se encontra em fase de treinos para os mundiais da modalidade.

O I Duatlo BTT – "Polacos da Serra" foi um evento organizado pelo RA 5 e contou com o apoio da Federação de Triatlo de Portugal, da GAIANIMA, da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, da Junta de Freguesia de Santa Marinha, do Grupo Motard "Lobo e C.ª da Gaia", da Companhia de Bombeiros Sapadores de Vila Nova de Gaia, do *El Corte Inglés*, da Polícia Municipal de Vila Nova de Gaia, da "Ciclocoimbrões" do Posto de Turismo do Cais de Gaia e da Direcção de Obtenção de Recursos Humanos do Comando do Pessoal do Exército.

A prova terminou pelas 13H00 com a entrega de prémios aos atletas melhores classificados pelo Comandante do

Regimento, Coronel de Artilharia Pedro Miguel Caldo Gomes da Silva, tendo merecido por parte de todos os participantes os melhores elogios, pela organização e escolha dos percursos e com vontade de regressarem no próximo ano para participarem no II Duatlo BTT – "Polacos da Serra".

No dia 12 de Maio teve lugar a Cerimónia Militar Comemorativa do Dia da Unidade, a qual foi presidida pelo Director Honorário da Arma de Artilharia, Tenente-General Joaquim Formeiro Monteiro, e contou com a presença de um vasto conjunto de destacadas figuras militares e individualidades do concelho e da região, entre elas, o Dr. César Oliveira, Presidente da Assembleia Municipal de Gaia, e o Dr. Mário Fontemanha, Vereador da Protecção Civil.

Este dia iniciou-se às 07H00 com a alvorada festiva, seguindo-se o hastear da Bandeira Nacional.

Às 09H00 teve lugar, na Igreja do Mosteiro da Serra do Pilar, a Celebração Eucarística, com a animação litúrgica pelo Orfeão da Madalena, a que se seguiu a Guarda de Honra à Alta Entidade, tendo-se iniciado a Cerimónia Militar às 11H00.

No final da Cerimónia, a Fanfarra do Regimento presenteou todos os convidados com uma brilhante actuação musical, após o que se seguiu uma demonstração de algumas actividades do Curso de Formação Geral Comum de Praças, pela 2.ª Companhia de Formação do Batalhão de Formação e uma demonstração da actividade operacional pela 2.ª Bateria de Bocas de Fogo do Grupo de Artilharia de Campanha da Brigada de Intervenção.

As comemorações terminaram com um almoço de confraternização no Claustro do Mosteiro da Serra do Pilar.

No dia 14 de Maio realizou-se, no Campo de Golfe da Quinta do Fojo, o "IX Torneio de Golfe do RA 5", com a participação de 28 jogadores, militares e civis.

Esta prova contou com o apoio do Clube de Golfe do Exército (CGE) e foi realizada na modalidade *Stableford Texas Scramble*, o que permitiu criar condições para que os associados do CGE que ainda estão em formação, pudessem participar numa competição de golfe.

A cerimónia de entrega dos prémios aos melhores classificados (bola mais perto do buraco, *drive* mais longo, 1.º, 2.º e 3.º classificados Net e 1.º classificado *Gross*) decorreu às 18H00, nas instalações do *The Yeatman Hotel*, em Vila Nova de Gaia.

Tomada de Posse

Teve lugar em 20 de Maio, na Parada Nun'Alvares Pereira do Quartel dos Castelos em Évora, a cerimónia da tomada de posse do Tenente-General Francisco António Correia como Comandante da Instrução e Doutrina (CID).

Depois de recepcionar o Estandarte Nacional, que traduziu a transferência e consequente assunção do comando, decorreu a apresentação de cumprimentos no Salão Nobre a uma representação de Oficiais, Sargentos, Praças e Funcionários Civis do CID, seguida de brífingue no Auditório e visita às instalações.

O Tenente-General Francisco António Correia iniciou a carreira militar em 20 de Outubro de 1971, com a sua apresentação na Academia Militar, onde frequentou o Curso de Infantaria.

Foi promovido a Alferes em 1975 e a Tenente em 1976. Desempenhou, como Oficial Subalterno as funções de Instrutor dos cursos de Oficiais e de Sargentos do QP e de Comandante de Pelotão de Atiradores (Chaimite) na EPI.

Promovido a Capitão em 1979, foi adjunto e Comandante da 1.ª Companhia de Alunos na Academia Militar (1979 a 1983) e Comandante da 3.ª Companhia de Atiradores Mecanizada do BIMec. de 1983 a1985, regressando à Academia Militar em 1985 e 1986, onde desempenhou as funções de Comandante da 2.ª Companhia de Alunos.

Como Major, exerceu funções de Professor Adjunto das Cadeiras de «Táctica Geral», «Organização de Terreno» e de «Logística das Grandes Unidades» na Academia Militar de 1987 a 1989 e após o Curso de Estado-Maior desempenhou funções na Divisão de Operações do EME, entre 1990 e 1995.

Promovido a Tenente-Coronel em 1994, desempenha funções como Chefe de Estado-Maior na Brigada Mecanizada, de 1995, a 1998, e de Chefe da Repartição de Operações do Comando Operacional, de 1998 a 2000.

Como Coronel comandou o Regimento de Infantaria N.º 3 entre 2000 e 2002, foi Chefe de Gabinete do Tenente-General AGE em 2002 e 2003 e 2.º Comandante do Campo Militar de Santa Margarida em 2004 e 2005.

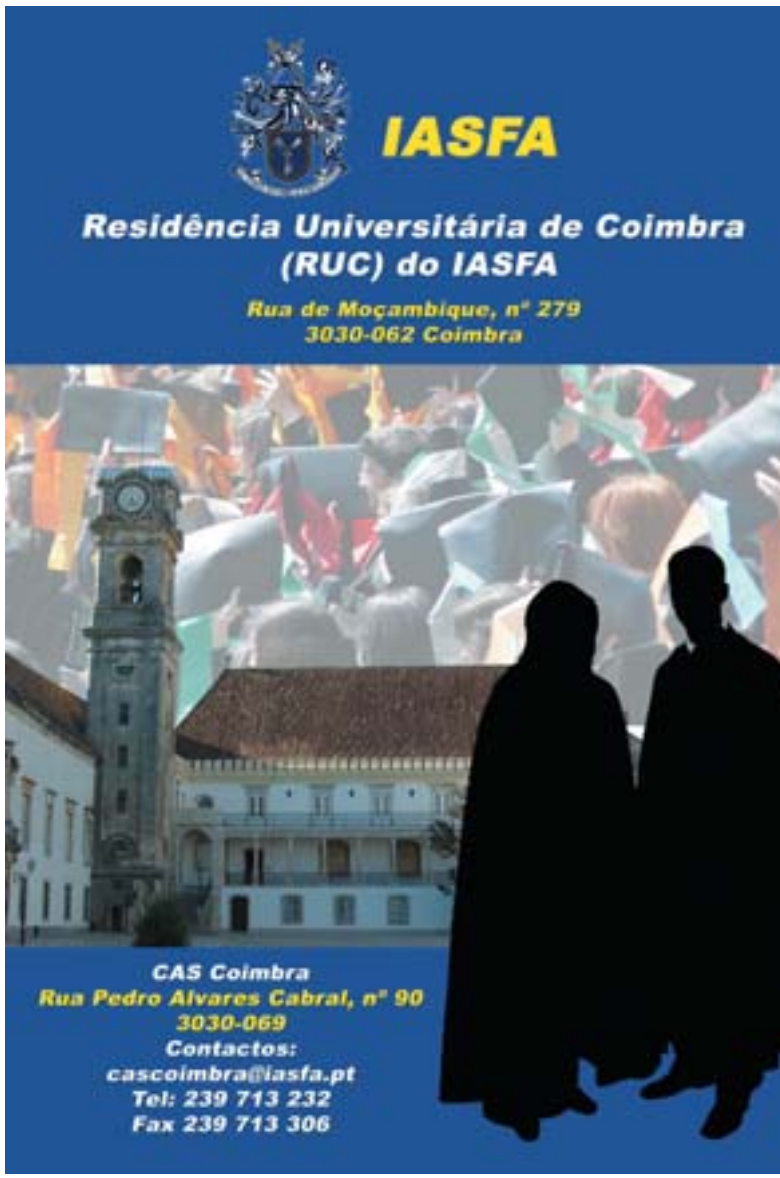
Foi promovido a Major-General em 28 de Setembro de 2005, tendo sido colocado no EMGFA onde exerceu as funções de Chefe da Divisão de Recursos entre 2005 e 2008. Regressa ao Comando Operacional das Forças Terrestres em 9 de Janeiro de 2008 para desempenhar as funções de Adjunto do Comandante Operacional. Em 6 Janeiro de 2010 é nomeado Adjunto do Inspector-Geral do Exército.

Foi promovido a Tenente-General em 14 de Abril de 2011 e nomeado Comandante da Instrução e Doutrina do Exército.

Dos vários louvores que detém, dois foram atribuídos pelo Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas e quatro pelo Chefe do Estado-Maior do Exército.

Possui as seguintes condecorações: Medalha da Ordem de Avis (Grande Oficial); quatro Medalhas de Serviços Distintos Grau Prata; Medalha de Mérito Militar de 1.ª Classe; Medalha de Mérito Militar de 3.ª Classe; Medalha de S. Jorge de 1.ª Classe; Medalha Dom Afonso Henriques 1.ª e 2.ª Classe; Medalha de Comportamento Exemplar Ouro e Prata.

Tem 59 anos de idade, é casado e tem 1 filho.



Delegações das Academias Militares da Bélgica, Brasil e França visitam a Academia Militar

No quadro do Plano de Intercâmbios 2009-2012, a Academia Militar recebeu, de 23 a 30 de Maio últimos, as delegações das Academias Militares da Bélgica, Brasil e França, num total de dois oficiais acompanhantes e nove alunos.

A Academia Militar recebeu os oficiais e os alunos das academias militares visitantes com a hospitalidade, a cordialidade e apanágio de sempre, procurando transmitir-lhes um conhecimento sucinto da história, missão, organização, actividades, infra-estruturas e situação actual da Academia Militar. Propiciou-lhes uma amostra da vivência interna do aluno da Academia Militar, promovendo um são convívio com os seus alunos e o contacto com algumas unidades do Exército. Adicionalmente, proporcionou-lhes um programa turístico que englobou visitas a locais de reconhecido interesse histórico, cultural e social da grande Lisboa.

Exército uniu-se ao Banco Alimentar contra a Fome

O Regimento de Cavalaria N.º 6 uniu-se à nobre missão do Banco Alimentar Contra a Fome de Braga (BACFB), que levou a cabo mais uma recolha de alimentos no fim-de-semana de 28 e 29 de Maio, no Distrito de Braga. Os Dragões d'Entre Douro Minho contribuíram, com um apoio, em viaturas e pessoal.

A missão iniciou-se no sábado pelas 08H30 e terminou com nove carregamentos. No domingo, iniciou-se à mesma hora, e culminou por volta das 23H30m com oito carregamentos, que consistiram no transporte dos alimentos recolhidos pelos voluntários do BACFB nos hipermercados da cidade. No final, os produtos alimentares foram reunidos no armazém do BACFB de Palmeira.

TABELA DE PREÇOS PARA 2011

PREÇO DE CAPA • 2,00 **ASSINATURA ANUAL (11 números):** VIA SUPERFÍCIE - **Portugal Cont. Madeira e Açores** • 20,00; VIA AÉREA - **Países europeus** • 45,00; **Restantes Países** • 65,00 NOTA: **As assinaturas devem ser pagas antecipadamente NÚMEROS ATRASADOS - 1960 a 1969** • 4,50; **1970 a 1979** • 4,00; **1980 a 1989** • 3,00; **1990 a 2001** • 2,50; **2002** a **2008** • 2,00. Os preços incluem IVA à taxa de 5%

N.B.: Os pedidos de envio pelos CTT serão acrescidos de portes segundo os códigos postais: **1000/2000** • 4,21; **3000/8000** • 5,79; **Açores** e **Madeira** • 6,56.

Simpósio «A Estratégia de Informação Nacional»

A Academia Militar (AM) é o primeiro estabelecimento de Ensino Superior Público Universitário a conferir o grau de mestre na especialidade de "Guerra da Informação", possibilitando e demonstrando as capacidades de aprofundar saberes ainda pouco desenvolvidos e a sua integração, buscando respostas ou aplicações marcadas pela originalidade. A AM tem organizado simpósios com temáticas contextualizadas na utilização das diferentes fontes estruturais de Poder, particularmente naquela que foi criada pelo Homem: o ciberespaço.

No desenvolvimento, quer das relações, quer da temática geral da "Guerra de Informação" e no contexto de realizações anteriores de estudos pós-graduados na AM sobre o assunto, foi criada a CIIWA – *Competitive Intelligence & Information Warfare Association*, com quem a AM mantém uma colaboração e que participou na organização do Simpósio Internacional «A Estratégia de Informação Nacional – Cibersegurança, Ciberdefesa Nacional: levantamento de capacidades», no dia 2 de Maio, no edifício dos auditórios do Aquartelamento da Academia Militar da Amadora (AAMA).

Ao realizar este simpósio, a AM pretende ver reflectidos elevados valores académicos e científicos, traduzindo dessa forma o desenvolvimento e aprofundamento do

conhecimento numa área do saber tributário da temática da segurança e defesa nacional e, simultaneamente, potenciar a imagem da Academia Militar como Estabelecimento de Ensino Superior Público Militar de referência, materializada, quer pela iniciativa em executar actividades de desenvolvimento e inovação, quer pelo rigor nelas colocado.

Texto: Eng.º Eduardo Zúquete

Jogos Florais

Sagres, Verão de 1961. As obras urgentes na única pensão da vila, que Abel Figueiredo Luís, seu dono, confiara à minha firma, tinham começado tarde, sempre nas apertadinhas, e tinham de ser dirigidas no local. No ano anterior tinham aparecido outros equipamentos de hotelaria, em especial a Pousada, e Abel considerou que as obras de beneficiação eram inadiáveis. Tudo na última, tudo apertado, tudo à pressa. Íamos, o arquitecto, o encarregado e eu, quando podíamos – várias vezes as visitas foram feitas ao serão porque o trabalho apertava. O carpinteiro, que tinha cifose acentuada e humor erudito – os colegas diziam, cruelmente, que ele levava sempre a mochila para o trabalho – declarava que estava no paraíso porque a encarregada da pensão, irmã de Abel, chamava-se Eva e o pintor para lá destacado era minhoto, dava pelo nome de Adão e tratava toda a gente por V. Exª. (o que, em termos algarvios, era insólito e despropositado) mas para nós, responsáveis, a obra era complicada e muito pouco paradisíaca.

Nessa manhã, fomos muito cedinho, vimos o que havia para ver, decidiu-se o que havia para decidir e retomámos o caminho de Lagos. Na descida da rotunda das Quatro Estradas para Norte vislumbrei, ao fundo, o carro de meu Pai, que vinha em sentido contrário e começou, lá ao longe, a fazer amplos sinais para eu parar. Era um tempo estranho, esse: conhecíamos os donos dos carros porque eram todos diferentes, podia-se parar no meio da estrada lado a lado e dar dois dedos de conversa porque ninguém era incomodado.

- Foste mobilizado! – exclamou meu Pai, sem sair do carro – Tens de te apresentar amanhã sem falta no Campo Grande, pelas nove horas.

- Amanhã? Mas porquê tanta pressa? – estranhei eu do outro lado da estrada. Mobilizado,

> Em Tancos e em Agosto de 1961, sob um calor de rachar, com a carreira suspensa e deslocado do meu *habitat* natural, a prática destes inocentes jogos florais ajudava-me a sobreviver

aceitava, mas porque é que tinha de ser a correr?

Um telefonema para Lisboa, coisa demorada e difícil ao tempo, trouxe explicação, que afinal era simples. Estava, no momento, a residir em Lagos mas a minha morada oficial, para fins militares, continuava a ser em Lisboa, em casa dos Pais. Todavia, como eles, por sua vez, estavam de férias no Algarve, a chamada da mobilização não encontrara destinatário e, por fim, graças a uma convocatória reexpedida para o Algarve, a situação ficou regularizada, fora do prazo.

Não vale a pena descrever o que foi esse dia. Fiquei, desde o primeiro momento, com a ideia bem nítida que, fosse qual fosse o meu destino, não voltaria a Lagos para desempenhar as mesmas funções e que a minha carreira, por aquele lado, estava definitivamente terminada, como de facto sucedeu. A alternativa que se punha era-me completamente desconhecida: para já, apresentar-me às 9 horas do dia seguinte e aguardar ordens.

Parti à uma da manhã, no fiel Dauphine. A viagem, ao tempo, durava umas seis horas bem puxadas, mais o tempo da travessia do Tejo no *ferry-boat* de Cacilhas, e quando me sentei ao volante percebi como estava cansado e como ia ser penosa a jornada. Foi neste preciso momento, quando estava a arrancar do Café Restauração com uma restrita mas pesarosa comitiva de despedida alongando-se pelo passeio, que o João Cutileiro, que montara atelier em Lagos e começava a dar os primeiros passos naquilo que viria a ser uma carreira assombrosa, me perguntou, com o seu inimitável toque semi-negligente:

- Dás-me uma boleia até Lisboa?

O João foi uma extraordinária companhia de viagem porque fomos conversando o tempo todo e uma ou duas vezes, quando o sono apertava, tirávamos uma soneca breve de 5 ou 10 minutos e voltávamos às curvas, mais retemperados. Pai Cutileiro e meu Pai tinham sido colegas de curso na Escola Médica e amigos de tertúlia literária, e, por outro lado, os arquitectos, escultores e pintores da minha geração estavam, na altura, a descobrir o Algarve e os temas de conversa eram inúmeros e espontâneos. Foi uma sorte, pensei eu.

Quando avancei direito ao Campo Grande, ao encontro do inestimável primeiro-sargento Galileu, sem parar para comer ou lavar a cara, por uma Lisboa deserta - pino de Agosto às 8 da manhã – perguntei ao João onde queria que o deixasse e só então percebi todo o alcance da manobra.

- Deixa-me em casa, no fim da Avenida de Roma. Vou dar um beijo à Mãe Amália, ver como estão as coisas por aqui e volto para baixo no primeiro comboio disponível.

Por muitos anos que viva, nunca esquecerei gesto tão extraordinário.

Marchei para Tancos, onde a balbúrdia era assinalável. Na rotina imutável da unidade tinha caído um grupo ruidoso e animado de 30 alferes, requisitados às classes mais antigas e que já tinham cumprido o seu tempo normal de serviço militar, com vista a reforçar a operacionalidade da unidade fundamental da Engenharia. Se a memória não me falha, foram oito para o Batalhão de Engenharia 3, em Santa Margarida, oito ficaram no Batalhão de Transmissões 3, no Casal do Pote, junto ao quartel de Tancos, e os restantes 14 foram colocados na Escola Prática.

As instalações não estavam preparadas para esta avalanche, a messe não tinha espaço para todos ao mesmo tempo e o clarim da caserna dizia, com malícia, que houvera engano nas contas. Aparentemente (essas minúcias não chegavam aos escalões mais baixos, claro) tinham superiormente pedido uma lista de faltas e alguém raciocinara com largueza

Antigas instalações do BST, no Campo Grande.

"O Motor do Exército Português", Eduardo Vilarinho

"As Transmissões Militares - Da Guerra Peninsular ao 25 de Abril", CPHM

Pela minha parte, como continuava em Transmissões, avancei para o Casal do Pote e fui nomeado chefe de secretaria.

marialva e experiência consolidada: "Sempre que pedimos pessoal, eles dão-nos metade do que pedimos, portanto vamos pedir o dobro do que precisamos!" Simplesmente, tinham dado exactamente o que tinha sido pedido e o resultado estava à vista. Verdade ou mentira – a caserna engrossa sempre o boato mas, em regra, há um fiozinho de verdade que o sustenta e legitima – certo era que algumas atribuições de funções davam que pensar.

Pela minha parte, como continuava em Transmissões, avancei para o Casal do Pote e fui nomeado chefe de secretaria, em substituição de um tal capitão Rebelo, de artilharia, que iria regressar à respectiva unidade. O Rebelo era um homem afável e muito educado que me explicou, com humor e simplicidade, as funções de chefe de secretaria, para as quais eu não estava minimamente preparado. Com umas horas de ensinamentos teóricos, umas cábulas esquemáticas para recordar os circuitos menos correntes e dois ou três dias de despacho acompanhado, eu já me sentia capacíssimo para desempenhar a tarefa e, valha a verdade, graças à extraordinária capacidade didáctica do capitão Rebelo, estive mais de seis meses no desempenho da função e nunca me apareceram problemas de maior. E o Rebelo rematava as sessões de prática com um invariável estribilho, que enunciava com um sorriso:

- E depois, você já sabe, se aparecer alguma coisa mais taluda manda para o major Morais "para conhecimento e fins tidos por convenientes…" e vai ver que o assunto se resolve sem mais problemas!

Os Batalhões de Engenharia 3 e de Transmissões 3 eram subunidades da Escola Prática de Engenharia que, todavia, por pertenceram à 3.ª Divisão, da NATO, gozavam de algumas autonomias, uma das quais era a recepção e envio de correspondência, o que, diga-se de passagem, aliviava a secretaria da Escola de uns alqueires de papel. Mas havia assuntos, como a mobilização, que tinham de correr pela unidade principal e a subtileza do conselho do Rebelo era incluir neles tudo aquilo que saísse de uma já consagrada e pesada rotina e de que não conhecêssemos as vias competentes.

O major Morais era uma notável figura de uma determinada época militar. Segundo ele próprio contava, com pinceladas autobiográficas, a culpa da sua longa carreira era das botas – um par de botas que não apareceu em cena na altura de fazer o espólio e que o teria obrigado a fazer mais uns tempos de serviço. Na vez seguinte, as botas terão usado outro disfarce e, de bota em bota, real ou virtual, Morais subiu palmo a palmo toda a carreira militar – praça, sargento, oficial subalterno, oficial superior – e agora era, como major do Serviço Geral, chefe da secretaria da EPE. O título era sobriamente enganador, porque o Morais era muito mais do que isso. Tudo o que mexia na Escola Prática lhe passava pela mão, conhecia todos os oficiais, do quadro ou milicianos, que tinha a arma de Engenharia, todos os comandantes actuais tinham sido tirocinantes já no seu tempo, todos os sargentos do quartel giravam em torno do seu moinho barulhento e sabia mais de administração da tropa do que toda a Escola Prática reunida a consultar livros. Por feitio, metia o nariz em tudo e felizmente que assim acontecia porque a sabedoria cristalizada do Morais era uma tábua de salvação para o restante pessoal. Além disso, era uma personagem expansiva, barulhenta, extrovertida, bem-disposta, servida por um linguajar rude, directo e pitoresco, entremeado por sonoras gargalhadas inconfundíveis. Na pequena moradia estilo Raul Lino castrense, onde residia a secretaria-geral da Escola e que albergava o *sancta sanctorum* do Morais, a sua presença era detectável no exterior próximo pelo barulho inconfundível das suas risadas. Uma verdadeira instituição, respeitável e respeitada.

Acresce a isto que o major Morais e eu já nos conhecíamos do antecedente, antes mesmo de nos termos visto pela primeira vez. O meu colega de carteira durante cinco anos na Escola do Exército,

O mancebo apresentava-se, declarava nome e local de nascimento, que eram registados num livro enorme pautado, e era-lhe atribuído um número que o acompanharia por toda a vida militar e às vezes até depois disso.

Aníbal Freitas Lopes, namorava e veio a casar justamente com Maria Manuela, filha do major Morais e da mesma maneira que eu conhecia, de cor e salteado, as suas historietas, trazidas e levadas pelo Aníbal, o mesmo terá acontecido provavelmente no sentido inverso. Quando apertámos a mão pela primeira vez, já não me recordo onde e quando, a cena terá reproduzido o celebrado "Dr. Livingstone, I presume?" à escala infinitamente mais modesta das personagens.

A minha missão na secretaria do Batalhão estava, por esta circunstância, muito facilitada e como eu gostava de manter a relação com amizade e sem problemas, acostumei-me a embrulhar o envio de qualquer papel mais delicado com um telefonema prévio para o major Morais, hábito esse que depois mantive pela vida fora. Mas, para além dos papéis, eu tinha apreço e estima pelo senhor e ele sentia-se, não sei porquê, muito lisonjeado pela minha consideração. Habituei-me, assim, a todas as manhãs, mal tomava conta do monte de papel diário e antes mesmo de ir a despacho do comandante, primeiro acto sacramental da jornada, fazer-lhe um telefonema de cumprimentos, com ou sem papel associado. De vez em quando o tiro saía-me pela culatra e ganhava uma "caixa de charutos" – era como ele chamava aos ralhetes – por causa de um disparate qualquer que fizera na véspera mas eu prometia solenemente que não ficava por aí e ainda iria certamente fazer muitos mais e acabava tudo numa gargalhada. Em Tancos e em Agosto de 1961, sob um calor de rachar, com a carreira suspensa e deslocado do meu *habitat* natural, a prática destes inocentes jogos florais ajudava-me a sobreviver.

No gabinete apertado, o telefone zuniu.

- Zúquete? Fala Lobato Faria. Apareceu um pequeno problema. Podes chegar aqui à oficina? Sim? Então, até já.

Lobato Faria era um dos cinco aspirantes engenheiros electrotécnicos que guarneciam o Batalhão antes do reforço em revoada dos oito alferes e tinha a seu cargo a oficina de manutenção do material rádio de todas as unidades divisionárias. Pelos códigos semânticos da instituição militar, a oficina chamava-se Pelotão de Manutenção (ou, abreviadamente, o PelMan) mas o regime era equivalente ao de uma qualquer instituição similar civil e a qualidade do trabalho lá feito merecia elogios dos entendidos.

Nesta altura, porém, parte do armazém fora afectada, temporariamente, à inscrição dos novos recrutas que tinham chegado no dia anterior e que iam preencher a 3.ª incorporação do ano. Não havendo senão duas especialidades – radiotelegrafista e radiotelegrafista condutor auto – a cerimónia era breve. O mancebo apresentava-se, declarava nome e local de nascimento, que eram registados num livro enorme pautado, com capa às manchas brancas e pretas e margens com linhas encarnadas, e era-lhe atribuído um número que o acompanharia por toda a vida militar e às vezes até depois disso.

Arquivo JE

O Major Morais, o decano da Escola Prática, o decano da Engenharia, de todo o Exército, talvez, percebeu o logro inofensivo em que caíra e desatou a rir como um perdido.

A partir daí seguia para o resto dos locais, onde a tramitação de rotina prosseguia – fardamento, caserna, material de aquartelamento, material de guerra e por aí adiante.

O capitão que presidia à cerimónia e detinha o livro ordenou:

- A seguir!

O mancebo da frente apresentou-se em frente do capitão e a fila avançou uns milímetros.

- Nome?

- Manuel da Silva Lopes.

- Naturalidade?

- Sou de Quadrazais, meu capitão. Concelho do Sabugal.

O homem calou-se e o capitão olhou para ele com mais atenção. A continuação demorou algum tempo mas saiu por fim:

- Já estiveste aqui!

- Não, meu capitão – o homem parecia inquieto, abanava a cabeça na negativa.

- Ai estiveste, estiveste – insistia o capitão.

Desfolhou o livro para trás umas quantas páginas, correu-as com o dedo e finalmente parou:

- Cá está! "329 – Manuel da Silva Lopes, natural de Quadrazais, concelho do Sabugal. És tu!

- Não sou eu, meu capitão! Posso garantir-lhe que não sou eu!

O capitão mirou-o outra vez e bradou para um qualquer desconhecido:

- Militar! Chama o 329 para se apresentar sem demora!

A berraria propagou-se pelo batalhão abaixo, transmitida em cadeia por inúmeros artistas de acaso: "329 ao nosso capitão, urgente, já, a correr..." O homem estava perto, apresentou-se poucos minutos depois, ainda a gritaria ecoava no fundo do quartel.

- Número, nome e naturalidade? – inquiriu o capitão ao recém-chegado, que parecia intrigado.

- Meu capitão, 329, Manuel da Silva Lopes, de Quadrazais, concelho do Sabugal – pasmava, arquejando, o militar.

O outro comparsa olhava-o, de olhos redondos. O capitão voltou-se para ele:

- E tu, como te chamas e donde é que és?

O homem estava passado, sem perceber nada e balbuciou:

- Manuel da Silva Lopes, de Quadrazais, concelho de Sabugal.

E foi a vez de o primeiro abrir a boca de espanto. Encurtando a história, tinham a mesma idade, o mesmo nome, eram da mesma freguesia, nunca se tinham visto nem sabiam da existência de um outro com o mesmo nome. Por mais extraordinário que possa parecer, não havia amigos comuns nem ninguém lhes teria jamais dito que havia um outro com o mesmo nome – e isto na mesma terra. Simplesmente inacreditável, se não fosse exactamente verdade (devo dizer, para ser completamente rigoroso, que não garanto o nome comum nem a terra mas o nome era muito vulgar, como o que escolhi para exemplo, e a terra, se não era Quadrazais, andava ali por perto, algures pela Beira Interior).

O capitão abanou a cabeça várias vezes, confrontado com uma situação desconfortável e desconcertante, mas acabou com o intervalo recreativo e retomou os trabalhos.

- Vai-te embora, 329, e tu – apontou para o outro, recomeçando a escrever – ficas com o número 495.

Nessa altura, o Lobato Faria, que, como outros, assistia à cena, interrompeu-o:

- Um momento, meu capitão!

- E agora, o que é que se passa?

O Lobato Faria tossicou, para ganhar terreno:

- Era giro, podíamos dar números seguidos aos dois... O 329 passava a 496 e ficavam juntos, 495 e 496, e o próximo a entrar preenche a vaga do 329, fica tudo como deve ser. Talvez desse menos confusão no futuro, se ficarem separados é capaz de ser pior...

O capitão olhou para o Lobato Faria, que permanecia sério mas que não garanto que não estivesse a rir por dentro como um perdido, reflectiu rapidamente, estou para saber se aceitou o argumento ou se percebeu que podia entrar no baile sem arriscar nada e concordou com a sugestão. Apontou um e outro, à vez:

- Tu ficas o 495...

Voltou-se para o outro, de caneta apontada:

- ... e tu mudas para 496, toma boa nota!

Um sorriso divertido passou pela assembleia restrita que acompanhava os trabalhos e alguém comentou:

- Tenho impressão que a bronca vai estalar já amanhã, quando o sargento que ler a relação estranhar o caso e for relatá-lo ao Morais!

Houve um compasso de espera e alguém observou:

- Então, é melhor avisar o Zúquete, porque ele é que vai receber a boa nova em primeira mão!

E foi assim que, sem para aí meter prego ou estopa, fui incluído na inofensiva conspiração.

Com o aviso prévio que tinha recebido, dispus de algum tempo para arranjar o ramalhete e preparar o cenário com cuidado. De propósito, não tomei a iniciativa de telefonar, dando a mão ao outro lado porque assim o efeito era melhor. A meio da manhã, o telefone tocou.

- Ora, muito bons dias! – exclamei do lado de cá, prazenteiro – Então como passa o príncipe dos chefes de secretaria do nosso Exército?

Do lado de lá ribombou a trovoada, desencontrada, barulhenta, aos repelões.

- Quais príncipe, quais carapuça! Cambada de ignorantes é que são, se não for o velho Morais a tomar conta desta rapaziada vai tudo parar ao Almourol! Só fazem asneiras!

Estava-se a ver, engolira tudo – isco, anzol, chumbada, quase meia cana... Agora era só dar mais guita, com jeitinho.

- Oh, meu major! Então eu cumprimento-o atenciosamente e com toda a reverência, só me falta pôr-me em sentido junto do telefone e o meu major diz-me que estou a fazer asneiras! Estou a ficar preocupado, meu major!

Do outro lado, o major falava com dificuldade, com ataques de riso. Apanhara os maçaricos numa grossa calinada, gozava em pleno o seu triunfo…

- Fazem todos, são uns artolas, andam a dormir na forma! Se eu não vejo tudo, sai asneira de meia-noite! Agora até me saíram gagos!

- Disse … gagos, meu major?

A conversa foi esticada ao limite possível mas a certa altura tive de abrir o jogo e aí saí a perder, é bom de ver.

- Então, se são dois gajos diferentes com dois números diferentes, trazes os dois gajos diferentes pelas orelhas aqui ao meu gabinete para eu lhes ver as fuças.

A conversa agora era mais cautelosa, o homem já começava a desconfiar de qualquer coisa. Lá levei os dois "gémeos" ao gabinete, usando métodos modernos de condução e dispensando-me do tal pormenor da tracção pelas orelhas, que entendi ser mera figura de retórica ou sobressalto medieval. Apresentámo-nos os três, eu no meio, sem corda ao pescoço mas com o ar apoquentado que deverá ter tido o Egas Moniz num aperto parecido. Morais começou pela esquerda:

- Número, nome e naturalidade?

- 495, Manuel da Silva Lopes, de Quadrazais, concelho de Sabugal, meu major.

Morais ponderou e voltou-se para o outro.

- E tu, número, nome e naturalidade?

- 496, Manuel da Silva Lopes, de Quadrazais, concelho de Sabugal, meu major.

Morais tornou a ponderar e perguntou aos dois ao mesmo tempo:

- São parentes?

- Não, meu major – responderam em coro.

- Não se conheciam?

- Não, meu major – responderam, novamente em coro.

- Nunca souberam da existência do outro?

- Não, meu major – responderam, sempre em coro.

- Então como raio...

E só ao preparar a óbvia pergunta seguinte – ... como raio é que vocês têm números seguidos? – é que o Major Morais, a experiência feita pessoa, mais anos de tropa que qualquer outro militar do seu tempo, o decano da Escola Prática, o decano da Engenharia, de todo o Exército, talvez, percebeu o logro inofensivo em que caíra e desatou a rir como um perdido – o homem tinha um enorme sentido de humor, valha a verdade. Deu dois passos para trás, abarcou a assistência com o olhar, avançou de dedo em riste para mim, a fala entrecortada com o riso, deu uma palmada amiga e forte no meu braço e rematou em glória:

- Diabos os levem! Levaram-me bem levado!

Texto e fotos: Alferes RC Nelson Cavaco

"Este ano, recordamos os sacrifícios feitos, há meio século, pelos soldados portugueses que perderam a vida ou foram feitos prisioneiros na Índia e aqueles que na guerra em África deram exemplo de heroísmo e bravura."

Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva
Presidente da República

Dia de Portugal, de Camões e

A origem do 10 de Junho

Luís Vaz de Camões, autor de os "Lusíadas" versou os feitos do povo português face aos outros povos e, em sinal do seu génio na representação sublime de Portugal, o povo português atribui-lhe o dia 10 de Junho em sua honra (data da sua provável morte em 1580). Assim se conferiu, pela primeira vez, significado ao dia que hoje é conhecido pelo Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas.

Após a Proclamação da República Portuguesa em 5 de Outubro de 1910, foi decretado a 12 de Outubro a possibilidade dos municípios e concelhos escolherem um dia do ano que representasse as suas festas tradicionais e municipais. Foi desta forma que o 10 de Junho se associou a Luís de Camões pela escolha que a cidade de Lisboa fez para o seu feriado municipal.

Em 1933, com a instituição do regime em Portugal, o Estado Novo, sob a direcção de António de Oliveira Salazar, atribui um novo significado ao dia, que passou a ser festejado a nível nacional, com a designação de Dia de Camões, de Portugal e da Raça, adoptando-o para despertar o sentido nacionalista do povo e, ao mesmo tempo, propagandear os seus ideais.

A partir de 1963 deu-se a introdução do papel das Forças Armadas Portuguesas (FA) nas celebrações do 10 de Junho, sendo usado pelo regime numa exaltação da guerra e do poder colonial da época.

Após o 25 de Abril de 1974, com uma filosofia diferente, a terceira República, em 1978, designou-o

das Comunidades Portuguesas

Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas. "As Comunidades da Diáspora são núcleos de cidadãos do Mundo, mas também embaixadas de Portugal que, pelo valor do trabalho e pelo espírito empreendedor dos seus membros, enobrecem o nome do País e dão um contributo fundamental para o seu prestígio no estrangeiro", esclareceu o Presidente da República (PR), Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva, na sua mensagem dirigida às Comunidades Portuguesas, por ocasião do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas.

Cerimónia militar

Depois de Faro, o PR e Comandante Supremo das Forças Armadas, escolheu a cidade de Castelo Branco para acolher as comemorações do 10 de Junho.

Com a participação das FA portuguesas decorreu em Castelo Branco diversas actividades militares de divulgação no período de 9 a 12 de Junho.

No primeiro dia de cerimónia, no Jardim da Praça do Município, o médico e escritor Amato Lusitano foi homenageado com a deposição de uma coroa de flores, seguido do içar da bandeira nacional.

De destacar, ao final do dia, o descerramento da placa inaugural da Avenida do Dia de Portugal.

A cerimónia militar, ponto alto das celebrações do dia em Castelo Branco, iniciou na manhã do dia 10 de Junho, no terreno municipal da Praça da Feira, com a presença de forças e meios de todos os ramos das FA, centrando a presença militar na componente operacional de sistemas de força nacional.

As forças prestaram as honras regulamentares

ao PR, com a participação da Brigada Mecanizada através de uma Bateria de Salvas, seguindo-se a revista às forças em parada.

Seguidamente o PR efectuou uma alocução sobre a efeméride, justificando a escolha de Castelo Branco por representar uma cidade que "desde o século XIII, assumiu um papel estratégico relevante na defesa do território nacional."

Enalteceu o esforço dos ex-combatentes e engrandeceu-o, justificando que "reconhece-se no nosso combatente em África a força e o carácter do soldado português" e esclareceu o panorama actual das FA a nível interno e externo, realçando que apesar da actual conjuntura do país "as cerimónias militares devem ser mantidas com dignidade para o aprofundamento dos laços entre as Forças Armadas e os Portugueses."

Terminado o discurso, as forças iniciaram o desfile. Organizadas em dois blocos, a população de Castelo Branco, que se fez representar em grande número e que coloriu as janelas e varandas das suas casas com a bandeira nacional, assistiu a dois momentos distintos do desfile.

O 1.º bloco era composto pelo Grupo de Comando, pelo Bloco de Estandartes, por uma Unidade Escalão Batalhão (UEB) da Escola Naval/Academias, uma UEB da Escolas de Sargentos, uma UEB da Marinha, 2 UEB do Exército, uma UEB da Força Aérea, a Banda da Força Aérea e a Fanfarra do Exército.

O 2.º bloco representava uma Força equipada para combate, constituída por elementos da Marinha

– Fuzileiros – e do Exército – Pára-quedistas, Comandos e Operações Especiais.

As festividades do dia continuaram na Praça da Devesa – já iniciadas no dia anterior –, com diversas actividades militares complementares, com o intuito de divulgar a imagem das FA junto da população, proporcionando uma participação militar mais activa nas comemorações.

Acompanhado pelo Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, General Luís Esteves de Araújo, pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho e pelos seus congéneres dos outros ramos, o Ministro da Defesa Nacional, Professor Doutor Augusto Santos Silva visitou, à tarde, a exposição das FA, onde o Exército expôs uma viatura Pandur 8X8, um Carro de Combate Leopard IIA6, uma viatura M11, uma Padaria de Campanha, uma viatura de divulgação e recrutamento, uma tenda do Centro de Psicologia Aplicada e outra do Instituto Geográfico, e uma Torre Mutli-actividades (Rappel, Slide e escalada).

No final de cada dia, no palco montado na Praça da Devesa, actuou a Banda da Força Aérea (9 de Junho), a Banda da Marinha (10 de Junho) e a Orquestra Ligeira do Exército (11 de Junho).

Discurso do Presidente da República

"Comemoramos este ano o Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas numa cidade que, desde o século XIII, assumiu um papel estratégico relevante na defesa do território nacional.

O Castelo e as muralhas que nos contemplam, tal como o bem preservado património histórico, em que se integram as antigas instalações do Exército aqui existentes, são testemunho desse papel e monumentos de reconhecimento e homenagem aos militares, seus naturais, que tão relevantes serviços têm prestado ao País.

Uma cidade cuja longa história passa pela guerra da Restauração e, mais tarde, pela primeira invasão francesa. Nesta primeira invasão, e porque descurámos na paz a preparação para a guerra, pereceram mais de 200 mil portugueses. Quase a décima parte da população do País.

Na ausência de uma direcção política, foi do Povo que emergiu a resistência, colocando a sua espada ao serviço da Nação e dos seus altos valores. Essa vontade patriótica permitiu gerar e organizar uma força militar capaz de unir esforços com os ingleses para libertar Portugal do exército napoleónico.

Castelo Branco foi, então, terra de homens que souberam resistir e fizeram sentir o brado de alma contra a ocupação e a violência.

Portugueses,

As comemorações do ano passado integraram uma devida homenagem aos veteranos de guerra. Foi um serviço prestado à reconciliação nacional, que já tardava. Um preito de justiça e reconhecimento para com os antigos combatentes, que desfilaram pela primeira vez na Cerimónia do Dia de Portugal.

Foi um momento de grande dignidade e de indisfarçável emoção. Foram muitos os antigos combatentes e seus familiares que me fizeram chegar essa sua emoção e a alegria pela homenagem prestada.

Este ano, recordamos os sacrifícios feitos, há meio século, pelos soldados portugueses que perderam a vida ou foram feitos prisioneiros na Índia e aqueles que na guerra em África deram exemplo de heroísmo e bravura.

As divergências na análise dos fundamentos de qualquer conflito, que sempre existem, não podem contundir com a admiração que nos merece quem tudo arrisca em prol da sua comunidade. Devemos o nosso mais profundo respeito a todos os veteranos que combateram com honra em nome de Portugal.

Portugal não pode esquecer aqueles que morreram em seu nome.

Reconhece-se no nosso combatente em África a força e o carácter do soldado português. Foi forte e guerreiro, humano e solidário. Teve dúvidas e medos, como todos os soldados. Alguns terão passado limites, como acontece, tragicamente, em todas as guerras. Mas foi um soldado de excepção na disciplina, na camaradagem e no patriotismo; no relacionamento com as populações e na própria interacção com o inimigo.

Não é um acaso a facilidade e o respeito mútuo com que a cooperação militar se faz com os países africanos de língua oficial portuguesa.

Militares,

Associamos, uma vez mais, as Forças Armadas às comemorações do Dia de Portugal. Na actual conjuntura, não podíamos deixar de dar um sinal de sobriedade e contenção. Contudo, a importância da Instituição e as minhas responsabilidades como Comandante Supremo impõem que se mantenham, com dignidade, as cerimónias militares relevantes para o aprofundamento dos laços entre as Forças Armadas e os Portugueses.

No campo externo, a acção das Forças Armadas no Afeganistão tem vindo a ser enquadrada pela mudança da estratégia da NATO, tendo em vista promover uma transição gradual das responsabilidades de segurança e

de governo para as forças e autoridades daquele país.

Daqui decorre a alteração, já verificada, da participação portuguesa, e a substituição das nossas unidades de combate por equipas de assessoria e treino das forças afegãs.

No Líbano e no Kosovo, a situação tem-se mantido estável.

Já este ano, a força da NATO no Kosovo promoveu uma redução de efectivos em 50 por cento. Portugal manteve a sua missão, embora tenha reduzido significativamente o seu Batalhão, que integra agora uma companhia do Exército húngaro.

No Líbano, os nossos militares garantem condições de protecção às forças das Nações Unidas e trabalham em prol do desenvolvimento das populações martirizadas pela guerra.

Na Somália, apoiamos a formação e treino das forças locais e projectámos forças aero-navais para emprego numa extensa área de operações, tendo em vista a segurança da navegação e o combate às acções de pirataria sobre os transportes e as linhas de abastecimento marítimo.

As Forças Armadas Portuguesas continuam, de resto, a ter um desempenho exemplar no estrangeiro. A coragem, o profissionalismo e a disciplina dos nossos militares, materializados nos excelentes resultados obtidos nos Teatros de Operações, têm sido amplamente reconhecidos.

Internamente, para além do seu compromisso de defesa de Portugal e dos Portugueses, as Forças Armadas desempenham um papel essencial na salvaguarda do território e dos recursos do País, como é o caso do apoio decisivo à extensão da plataforma continental, e garantem a vigilância e a segurança de todos quantos cruzam as nossas zonas marítimas e o espaço aéreo sob soberania ou jurisdição nacional.

Em terra, constituem-se, também, como uma importante mais-valia, disponibilizando recursos humanos e capacidades únicas aquando da ocorrência de catástrofes. Uma reserva nacional organizada e flexível que permite apoiar as organizações especificamente orientadas para cada tipo de emergência, prestando, também aqui, serviços de enorme relevância e utilidade para a comunidade nacional.

As Forças Armadas são, reconhecidamente, uma das instituições nacionais em que os Portugueses mais confiam.

São um repositório de valores morais e patrióticos essenciais à continuidade da afirmação da nossa identidade.

Um pilar estruturante do Estado de direito democrático que, embora inserido na Administração Central do Estado, tem características próprias, decorrentes da sua natureza, missão, princípios e estrutura hierárquica.

A coesão, a disciplina e a observância da condição militar são as traves mestras da existência das Forças Armadas.

Portugueses,

A crise que vivemos é real, séria, e ninguém o pode ignorar. A Instituição Militar conhece e compreende a gravidade da conjuntura que Portugal atravessa.

A vida e o quotidiano das Forças Armadas têm sido caracterizados pela contenção nos gastos, através de uma gestão criteriosa, responsável e exigente.

Assim terá de continuar a ser. As Forças Armadas saberão encontrar os caminhos que lhes permitam superar as dificuldades, explorando as margens ainda existentes para uma maior racionalização e integração de serviços, a fim de que possam manter a capacidade de resposta militar que os Portugueses esperam e a sua missão exige.

Por isso, o contributo que lhes é pedido deverá, sem situações de privilégio, ser justo e equilibrado, envolvendo decisões bem estudadas e ponderadas que, no respeito pela especificidade que lhes é própria, as não descaracterize, e contribuam para uma desejável estabilidade, indispensável ao seu bom desempenho e normal funcionamento.

Militares,

É obrigação do Estado apoiar e dedicar uma atenção permanente às suas Forças Armadas, assegurando as condições que viabilizem a realização das suas actividades essenciais, ainda que num quadro de grande rigor e contenção orçamental.

A diminuição da capacidade de produzir segurança pode acarretar riscos não desprezáveis para o desenvolvimento e para o bem-estar nacional.

Apostar numas Forças Armadas equilibradas, coerentes e operacionais não é um desperdício de recursos, é um investimento de futuro, uma garantia de liberdade e de independência e a possibilidade de afirmação de uma vontade política própria, num Mundo que precisa do exemplo dos nossos melhores valores.

A todos vós, Militares, a minha saudação e o meu agradecimento.

Muito obrigado."

Texto e Fotos: Coronel AdMil Oliveira Gomes

Foto: Vítor Neves (in PANORAMIO)

Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento: Novos Caminhos de Futuro

Subsídios para uma tomada de decisão

Cousas que pertencem a hum bom capitão:
- Diligencia nos negócios;
- Fortaleza nos perigos;
- Empenho (esperteza) no agir;
- Rapidez na execução;
- Prudência em relação ao futuro (atento ao que há-de vir).

Livros dos Conselhos de El-Rei D. Duarte

As Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento (OGFE) são um Estabelecimento Fabril do Exército que, ao longo de mais de 107 anos de existência, vem prestando serviços distintos ao Exército, às Forças Armadas e ao País, fardando e equipando prontamente o Soldado português, quer em território continental, quer em todos os Teatros de Operações em que Portugal, ao longo de décadas, esteve ou está empenhado (desde a primeira guerra mundial, passando pelas guerras ultramarinas, até às denominadas operações de apoio à paz, na Bósnia, no Kosovo, no Líbano, no Iraque e no Afeganistão), absorvendo e acomodando no seu interior disfunções decorrentes de decisões exógenas muito penalizadoras para a sua viabilidade.

Na sua trajectória centenária esteve sempre presente nos momentos decisivos, quer na confecção de réplicas de recriação histórica, quer na produção em série de fardamento e na confecção por medida, prestando um apoio logístico de elevada fiabilidade e contribuindo com estudos inovadores nas áreas do fardamento e calçado, detendo hoje um "know-

OFICINAS GERAIS DE FARDAMENTO E EQUIPAMENTO

VALORES

Os valores são o **referencial para a vida diária das OGFE**, sem os quais dificilmente se sabe como, a cada momento, se deve agir com coerência. São os princípios intemporais que devem ser evidenciados e partilhados por todos os que servem a organização, pois só assim haverá comprometimento com os objectivos da mesma. Os valores constituem, portanto, **uma proclamação pública acerca do que a organização espera dos seus colaboradores.**

Assim, a Direcção da OGFE definiu um conjunto de valores **fundamentais para o sucesso da nossa organização:**

- ÉTICA
- COMPROMISSO COM O CLIENTE
- ÊNFASE NAS PESSOAS
- CULTURA DO MÉRITO
- ORIENTAÇÃO PARA RESULTADOS
- MELHORIA CONTÍNUA
- INOVAÇÃO
- TRABALHO DE EQUIPA

how" que contribuiu decisivamente para o aprumo e prestígio das Forças Armadas Portuguesas, no País e no Mundo.

As OGFE são hoje consideradas uma entidade pública empresarial atípica, de carácter comercial e industrial, dotada de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira, primariamente orientada para a satisfação de necessidades logísticas do Exército, em particular, e das Forças Armadas, em geral, nomeadamente através do fornecimento de artigos de fardamento e equipamento.

A sua missão é adquirir, produzir, manter e fornecer de forma económica, eficiente e eficaz artigos de fardamento e equipamento destinados às Forças Armadas em geral, de forma a manter um fluxo logístico constante com os seus principais clientes, fazendo da qualidade dos produtos e da flexibilidade e prontidão de resposta, as suas principais vantagens competitivas, relativamente a outros potenciais fornecedores civis existentes no mercado.

Paralelamente, tem por missão apoiar a família militar, fornecendo, a preços competitivos, artigos de uniforme e outros de utilidade particular a todos os militares das Forças Armadas e, subsidiariamente, aos elementos das Forças de Segurança e de outros organismos do Estado com os quais sejam estabelecidos protocolos.

As OGFE, empresa com Valores, laboram actualmente num ambiente de grande incerteza, quer pela indefinição do seu estatuto legal (entidade pública empresarial *versus* serviço ou fundo autónomo), quer principalmente, pelas sucessivas ameaças de extinção do estabelecimento decretadas pela Tutela e sustentadas por estudos sob encomenda.

De facto, por intenção política[1], nos últimos anos a extinção das OGFE foi, ora anunciada (por alegada insustentabilidade económico-financeira), ora adiada (por falta de decisão política), o que tem constituído uma forte limitação à gestão deste Estabelecimento Fabril.

Desde logo porque, por um lado, tem inviabilizado a tomada de adequadas decisões estratégicas de critério empresarial necessárias à sustentação económica e financeira do mesmo e, por outro, tem criado – pelas notícias que, de tempos a tempos, vão surgindo – uma imagem institucional negativa e distorcida junto dos seus principais parceiros (nomeadamente trabalhadores, clientes, fornecedores e bancos) que os leva a desacreditaram a instituição, com todas as consequências económico-financeiras negativas que daí advêm[2].

Apesar de tudo, após um período difícil[3] com as sucessivas ameaças de extinção supracitadas, durante o ano económico que agora terminou, as OGFE deram provas de grande revigoramento e vitalidade, tendo alcançado um volume de vendas

de 24,4 milhões de euros e apresentado valores bastante positivos em todas as parcelas de Resultados do Exercício (operacionais, correntes e líquidos), o que, aliados a uma Situação Líquida bastante confortável (27,6 milhões de euros), demonstra à saciedade ser possível assegurar a sustentabilidade económica e financeira deste órgão, que, inegavelmente, muito tem contribuído para o cumprimento da nobre missão do Exército.

Demonstrada, reforçada e sustentada a sua viabilidade económico-financeira através dos vários rácios, parece questionável a decisão de extinguir este EFE, uma vez que, sendo útil ao Exército e ao País, poderá contribuir com nítidas vantagens, para um serviço de qualidade em proveito do Exército, optando-se, alternativamente por uma reestruturação, sem custos acrescidos para o erário público.

Chegados aqui, é imperioso caracterizar a realidade existente para possibilitar a projecção futurista dos caminhos a percorrer, em termos de potencialidades e vulnerabilidades:

Potencialidades:

- As que decorrem das virtualidades da sua história e dos serviços prestados;
- A coesão laboral, boas capacidades de adaptação, de trabalho, desde que devidamente liderada;
- Existência de mercados potenciais nos novos países de expressão portuguesa;
- Existência de razoável capacidade e "know-how" em meios humanos capazes de desenvolver actividades novas;

- Património imobiliário excedente e desajustado à actividade;
- Qualidade e desenvolvimento de produtos certificada.

Vulnerabilidades:

- Nível etário dos recursos humanos desajustado à actividade de mão-de-obra intensiva;
- Índice tecnológico e competências dos trabalhadores deficientes;
- Grau de dependência de um cliente e limitada capacidade de expansão;
- Baixa produtividade, competitividade e elevado absentismo.

Sendo um dado adquirido (a actual Direcção das OGFE é a primeira a afirmá-lo) que a sustentação a prazo deste importante Estabelecimento Fabril exige que sejam tomadas adequadas decisões estratégicas (principalmente ao nível da Tutela)[4], consideramos (e ousamos) estar em condições de gizar cenários de evolução para as OGFE.

Assim, caso haja interesse do Exército na manutenção destas valências, poderemos afirmar que, no contexto legislativo actual, se visualizam cinco cenários possíveis de evolução da situação[5] – não exigindo nenhum deles, a transferência de verbas do Orçamento de Estado para as OGFE – no momento de repensar o futuro deste Estabelecimento:

1. Manutenção das OGFE na situação actual.

Este cenário agravaria o declínio do estabelecimento a prazo, com perca nítida e perigosa na qualidade do serviço prestado e na oneração do futuro da instituição e dos trabalhadores em virtude do decréscimo de receitas e aprofundamento dos resultados negativos. Não serve a nenhum dos interessados.

2. Manutenção das OGFE na situação actual, tomando como única medida, a aprovação em legislação própria, de um estatuto dos trabalhadores dos EFE que lhes conferisse um vínculo público.

Este cenário permitiria uma melhor gestão dos recursos humanos afectos às OGFE uma vez que potenciaria a mobilidade interna e horizontal com ganhos nítidos no ajustamento da mão-de-obra à capacidade produtiva (efectivo desejável a rondar os 200 trabalhadores), com reflexos directos na diminuição de custos com pessoal. Tal como o anterior, este cenário implicaria o declínio do estabelecimento a prazo, embora existam virtualidades que, com tempo e engenho, podem ser exploradas.

3. Extinção das OGFE e da Manutenção Militar[6] (MM) fundindo valências e dando origem a um órgão único dotado de autonomia simples[7].

Este cenário daria origem a um órgão simples, com autonomia administrativa mas sem autonomia financeira integrado na administração directa do Estado, sendo os seus orçamentos de despesas e recei-

tas, aqueles que, anualmente, lhe seriam destinados pelo OE. Seria um órgão com reduzidas competências de gestão e com flexibilidade muito reduzida para o cumprimento da previsível missão que lhe estaria destinada. Parece-nos que, neste caso, muitas das competências deste novo órgão, poderiam, com vantagem, ser atribuídas à Direcção de Material e Transportes e à Direcção de Aquisições do Comando da Logística, órgãos que, de igual modo, estão dotados de autonomia administrativa mas não financeira e cujo "core business" é o planeamento e a aquisição centralizadas de bens e serviços para o Exército. Não cumpre a mesma missão, e rigidez, burocracia e dificuldade nas aquisições de fardamento e equipamento seriam introduzidas no Exército penalizando o abastecimento aos militares.

4. Extinção das OGFE e da MM fundindo valências e criando um Órgão dotado de autonomia administrativa e financeira.

Neste cenário visualiza-se a criação de uma pessoa colectiva de direito público, dotada de órgãos e património próprio, de autonomia administrativa e financeira, com personalidade jurídica e integrado na administração indirecta do Estado, gerador de receitas próprias, o que lhe permitiria o enquadramento jurídico de instituto público. As suas competências de gestão seriam alargadas relativamente às expandidas no cenário anterior e, tal órgão, ganharia em flexibilidade e capacidade de resposta às manifestações de necessidades do seu principal cliente: o Exército.

5. Reestruturação das OGFE criando um órgão com as características de uma Entidade Pública Empresarial.

Este cenário – o que defendemos – daria origem à criação de uma Entidade Pública Empresarial (ainda que atípica), dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial não estando sujeita às normas de contabilidade pública. Com o seu capital estatutário detido pelo Estado (em nada difere da situação actual das OGFE), a capacidade de gestão e a flexibilidade seriam significativamente acrescidas o que, face às missões que o Exército tem de cumprir, seria a modalidade que garantiria uma maior flexibilidade e prontidão de resposta e, quiçá, a mais económica.

Implicaria, como actos prévios de reestruturação, a tomada de decisões a nível ministerial, nomeadamente no que respeita à autorização para alienação de património não necessário actualmente para a exploração e à definição de um estatuto próprio dos trabalhadores de carácter misto (público para os actuais e privado para os futuros).

Esta seria uma solução de futuro ágil e, se dotada dos meios próprios adequados, capaz de responder pronta e eficazmente às necessidades imediatas de sustentação funcional das missões a desempenhar pelo Exército, assegurando, cumulativamente, um

equilíbrio saudável entre o reaproveitamento dos recursos humanos necessários e a viabilidade económico-financeira.

Esta empresa consubstanciaria igualmente um "interface" entre o Exército e o mercado para o aprovisionamento de artigos essenciais, compaginando o seu estatuto com eventuais derrogações ao principio de concorrência e de contratação pública "tout court".

A exclusividade de fornecimento permitirá obviamente, antecipar carências, racionalizar custos, reduzir e simplificar actos administrativos, processuais e concursais, dirigir a produção e melhor ponderar os meios afectos (seja em função do cliente seja em função de subordinação jurídica). Importa ainda que a exclusividade do fornecimento ao Exército não signifique a exclusividade de produção e prestação de serviços que se desejam extensivas ao mercado.

A referida exclusividade, ou uma maior primazia, a estatuir em diploma legal garantiria ao Exército a salvaguarda de se encontrar à mercê das contingências comerciais e adstrito, por vezes, ao moroso e complexo regime contratual público, ganhando independência e, logo, autonomia, elasticidade, desenvoltura e assertividade na acção.

Este cenário, a ser proposto superiormente, pode obter a anuência do poder político saído das últimas eleições, podendo inclusive o regime ora proposto, ser sujeito a ampla dissecação e fiscalização, observada a sua originalidade, o seu regime derrogatório do princípio da livre concorrência, dotando o Exército (e as Forças Armadas) de um instrumento do suporte "taylored".

> "As OGFE são hoje consideradas uma entidade pública empresarial atípica, de carácter comercial e industrial, [...] primariamente orientada para a satisfação de necessidades logísticas do Exército, em particular, e das Forças Armadas, em geral"

Qualquer que venha a ser a decisão relativa ao futuro das OGFE, deverá ser tomado em linha de conta que este Estabelecimento Fabril, empregando hoje mais de 330 trabalhadores, ao longo de mais de 107 anos que vem prestado elevados serviços ao Exército, às Forças Armadas o ao País.

Apesar de algumas debilidades, apresenta hoje uma situação económico-financeira bastante positi-

va, o que, de todo, o afasta de um cenário de insustentabilidade e questiona a "certeza" da inviabilidade económica. Na nossa modesta opinião, deveria, com vantagem para o Exército e para o País, ser reestruturado, mas nunca extinto.

Se não se defender pro-activamente uma solução, as OGFE correm o risco de, entretanto, serem completamente consumidas e nem sequer reestruturadas, sendo trucidadas pelas previsíveis apetências imobiliárias e negócios concorrenciais à procura de quota de mercado, cujo "rolo compressor" está preparado para intervir.

Neste enquadramento, compete ao Exército decidir e apresentar, proactivamente, o melhor cenário de evolução que satisfaça as suas necessidades. Entendemos que, salvo melhor opinião, a modalidade que melhor serve os interesses do Exército se consubstancia no cenário apresentado em 5.

As OGFE desenvolvem actividades essenciais às Forças Armadas pelo que, inquestionavelmente, devem continuar inseridas na sua esfera de influência, à semelhança dos restantes estabelecimentos fabris, e integrados no âmbito mais lato da logística de defesa.

Ópticas limitadas e redutoras que, ciclicamente, são propaladas por estudos encomendados deduzem que a existência deste Órgão não traz ao Exército e ao País qualquer interesse ou valia, baseando a sua comparação em critérios meramente contabilísticos, financeiros ou económicos, obliterando, propositadamente, do estudo as características positivas, substantivas, matriciais e diferenciadoras das OGFE como a disponibilidade, maleabilidade, agilidade, celeridade e espírito de serviço e que não se encontram paralelo em empresas civis.

Numa área de interesse estratégico e vital como a Defesa e as Forças Armadas, estas características, conjugadas com a adequação da capacidade produtiva, desenvolvimento do índice tecnológico e redimensionamento dos recursos humanos e patrimoniais, representam mais-valias não dispensáveis, sobrepõem-se e sobrelevam todos os critérios economicistas que porventura possam ser aduzidos.

As OGFE fazem parte integrante e essencial do sistema logístico do Exército do século XXI actuando, particularmente, no subsistema de fardamento e equipamento do militar combatente, assegurando uma qualidade muito aceitável dos artigos fornecidos e prontidão e oportunidade no fornecimento.

Se for esse o desejo e o contexto interno e externo o permitirem, as OGFE pretendem continuar a ser o principal e único fornecedor de artigos de fardamento e equipamento ao Exército e alargar a sua carteira de clientes e o seu volume de vendas a

outras entidades. De igual modo, pretendem renovar e encontrar novas parcerias e metodologias de apoio à família militar de forma a poderem maximizar a satisfação dos seus clientes particulares. Se o conseguirem e lhes for permitido, umas OGFE reestruturadas contribuirão decisivamente e de forma economicamente rentável para uma melhoria do sistema logístico do Exército e, simultaneamente, para a criação de valor e de uma imagem prestigiada do mesmo e dos seus militares.

O futuro constrói-se hoje. Com propostas. Ei-las.

---

[1] Sucessivos Programas de Governo.

[2] A título de exemplo (e só para referir as notícias que vieram a lume em Fevereiro último), refira-se que o volume de vendas do mês de Março do Centro Comercial das OGFE foi substancialmente reduzido relativamente ao mês homólogo do ano anterior ou até a meses anteriores deste ano; igualmente, fruto de tais notícias, as OGFE sofreram de imediato uma anormal pressão dos seus principais credores (fornecedores e bancos), o que poderia ter criado enormes e injustificados problemas de tesouraria. Acresce, ainda, toda a instabilidade interna que tais ameaças têm originado, nomeadamente no seio dos seus mais de 330 trabalhadores, com consequências imediatas na concentração, na motivação e na produtividade dos mesmos.

[3] Período 1999-2009.

[4] Tais decisões situam-se, principalmente, em dois patamares distintos: primeiro, autorização ministerial para alienar algum património imobiliário das OGFE que, neste momento, não está afecto à exploração e cujo produto poderia, com enorme vantagem, ser utilizado na amortização de empréstimos bancários e na realização de alguns investimentos produtivos vitais para a organização; segundo, produção de legislação que, por um lado, clarificasse o estatuto de vínculo público para os actuais trabalhadores e, por outro, um estatuto de vínculo privado para os futuros trabalhadores que viessem, necessariamente, a ser contratados (o que, em ambos os casos, iria permitir uma maior autonomia e flexibilidade na gestão dos recursos humanos dos mesmos).

[5] Susceptíveis de decisão a nível político e militar.

[6] Instituição que, tal como as OGFE, está ameaçada de extinção e que, portanto, seria extinta em simultâneo.

[7] Este órgão tem já existência legal na lei orgânica do Exército.

Texto: Mestre Ana Rita Carvalho

andre1979.files.wordpress.com

Da Logística

Parte I

"(…) O domínio da criação
e da produção é o domínio da arte,
mas, quando se visam
a investigação ou o saber,
é a ciência que é soberana."

Carl Von Clausewitz, Da Guerra, p.164

Evolução do conceito de logística

Numa obra que constitui ainda hoje um referencial do pensamento sobre a logística, *Logistics in National Defence,* Henry Eccles, Almirante da *United States Navy*, escrevia, nos anos 50 do séc. XX: "the objective of a logistic effort is the creation and sustained support of combat forces."[1] Nesta definição sintética descreve-se um dos objectivos e razão de ser da logística enquanto ramo da arte da guerra, explícita ou implicitamente considerado, desde que se reuniram e organizaram forças de combate. Com efeito, desde tempos primordiais, a sustentação das tropas, a sua guarnição em armamento e equipamento, a alimentação, transporte e capacidade de reabastecimento, constituíram actividades fulcrais à própria sobrevivência das forças e ao apoio de combate.

Se, numa perspectiva essencialista, a palavra é correlativa do conceito que exprime, interessa perspectivar as origens da palavra "logística". Diversas hipóteses são avançadas pela literatura especializada, sendo plausível a sua origem no substantivo grego "logos", que designa "razão", "conhecimento", sentido lato que, aplicado à logística como hoje a entendemos, abrangeria a capacidade de cálculo, de racionalização (de bens, de recursos, materiais e humanos), tal como o adjectivo "logistikos" designaria "aquele que é hábil no cálculo". Neste sentido a palavra era aplicada já aos militares dos exércitos grego, romano e bizantino, justamente "especializados" no suprimento e manutenção dos recursos indispensáveis à sustentação das forças, bem como ao transporte de mantimentos e equipamento. É, aliás, no campo da semântica militar que se situam as origens mais remotas do conceito de logística e da sua aplicação, embora seja hoje difícil caracterizar

a sua implementação na Antiguidade.

O termo "logística" e o seu referente aparecem inextrincavelmente ligados à Arte da Guerra, embora nem sempre tenham merecido designação própria. Um exemplo claro disso mesmo é-nos dado pela obra de Clausewitz, que na sua monumental *Da Guerra* não nomeia explicitamente este ramo da ciência bélica embora se refira às actividades e aos meios de preparação e sustentação da guerra.

Sob o magistério de Clausewitz a logística surge implicitamente como o terceiro termo de uma tríade sob a qual se funda a Arte da Guerra, sendo os restantes a táctica e a estratégia.

A logística, em termos genéricos, surge relacionada com as categorias de tempo e de espaço, quando se entende pela necessidade de posicionar os recursos e meios no local certo em tempo útil. Numa formulação sintética, "logística" é definida como "o tempo relativo ao posicionamento de recursos" (Prof. J. Arruda, apud Ronald Ballou, *Logística Empresarial*). Já num passado longínquo este termo ganhava acuidade, num tempo em que as guerras se prolongavam e as batalhas eram travadas em territórios distantes, obrigando a deslocações morosas e difíceis. Neste contexto, fácil será imaginar a dimensão dos esforços necessários ao suprimento e manutenção de géneros, transporte de tropas, armamento e outros dispositivos de guerra até ao local de combate, bem como as diligências necessárias, ao nível do planeamento, organização e execução de operações logísticas. Estas envolviam, designadamente, o transporte (era importante traçar uma rota que permitisse ter acesso a água potável bem como aos restantes géneros, pelo que nem sempre era a mais curta), mas também o armazenamento e acondicionamento dos equipamentos e víveres e a sua distribuição. A logística, não sendo inicialmente um ramo autónomo na organização do aparelho de guerra nem na organização dos exércitos, afirmou-se desde sempre como um meio essencial no apoio de combate.

Já no séc. XIX, deve-se a Antoine-Henri Jomini, barão e teórico militar, autor de um *Sumário da Arte da Guerra*, o uso da expressão "logística" definida como a "acção que conduz à preparação e sustentação das campanhas", como a "ciência dos detalhes dentro dos Estados-Maiores"[2]. A logística constituía, segundo a sua teoria, uma das cinco principais actividades dentro da Arte da Guerra, a saber: a estratégia; a logística; a engenharia; a grande táctica; e a táctica menor. A logística surge, assim, como um conceito integrado, compreendendo a definição de objectivos, a disponibilidade de meios, num racional de cálculo e, noutro plano, os próprios limites éticos ao uso da força.

Foi, porém, durante o séc. XX, sobretudo depois da II Guerra Mundial, que o termo "logística" ganhou novos desenvolvimentos. Na literatura militar, o termo surge tratado, pela primeira vez, nos EUA, após a I Guerra Mundial, conhecendo maiores desenvolvimentos a partir da II Guerra Mundial. Até à guerra de 1914-1918, o conceito surgia difuso, com significações próximas dos de "administração", "organização" e "economia de guerra". Deve-se a um oficial americano, Tenente-Coronel Thorpe, do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA, o livro *Logística Pura*: *a ciência da preparação para a guerra* (1917), em que sistematiza alguns dos conceitos que enquadram a logística enquanto ramo da ciência militar. De acordo com o seu pensamento, a estra-

Clausewitz, na sua monumental *Da Guerra* não nomeia explicitamente este ramo da ciência bélica embora se refira às actividades e aos meios de preparação e sustentação da guerra.

Wikimedia Commons

www.ipms-fribourg.ch

Barão Antoine-Henri Jomini, teórico militar da primeira metade do século XIX.

tégia e a táctica permitem a condução das operações militares, enquanto a logística proporciona os meios. Durante a II Guerra Mundial, a capacidade logística encontra-se directamente relacionada com o potencial de combate, evidenciando-se pela dimensão do conflito nas enormes frentes de combate da Europa e da Ásia e nos contingentes militares mobilizados para os mais longínquos teatros de operações. Já nos anos 40, deve-se ao almirante Henry Eccles, a citada obra *Logistics in the National Defense*, onde discorre abundantemente sobre o que designa como "Arte da Logística", inserida na tríade "Estratégia-Logística-Táctica", tornando-se um precursor da logística moderna.

Mais recentemente, o termo de "logística militar" foi sendo implementado e readaptado à realidade empresarial, envolvendo a gestão de recursos, a produção, o armazenamento, os transportes, a comunicação e a informação pública, num conceito mais alargado de "logística integrada", que implica todas as actividades de uma empresa ou organização. A logística militar diferencia-se de um conceito de logística aplicado às empresas, desde logo pela diferença de objectivos, que no mundo dos negócios radicam na obtenção do lucro e na satisfação do cliente ao menor custo possível.

Das diversas definições encontradas ressaltam alguns elementos-chave, designadamente o tempo, os recursos, o local, o transporte, o armazenamento, a manutenção, a distribuição, etc. Numa visão integrada da logística surge o termo "cadeia de suprimento", abarcando todo o ciclo de informação e gerenciamento de produtos.

Nos nossos dias, um marco importante da história militar e, mais concretamente, do pensamento logístico, foi a Guerra do Golfo, em 1991. A «Operação Tempestade no Deserto» representou (até pelo enorme mediatismo desenvolvido em seu torno) um extraordinário e inédito movimento de homens, equipamento e armamento, num curto espaço de tempo, obrigando a uma operação logística sem precedentes, que muito contribuiu para um repensar da logística militar e das condições do seu exercício, ficando também no capítulo da logística como um marco na história militar recente, até mesmo pelo questionamento que suscitou, relativamente aos custos/benefícios e aos próprios fins e objectivos das operações militares.

Já no nosso tempo, o 11 de Setembro e suas consequências, no que respeita à alteração do próprio paradigma das ameaças, teve repercussões ao nível do pensamento militar em que se insere a logística, cada vez mais relacionada com o pensamento estratégico, falando-se mesmo de "reinvenção" da estratégia e da logística no meio militar e num contexto potencial de guerra assimétrica tendo, como variáveis comuns, o tempo, os custos e a eficácia.

A sociedade civil vem, naturalmente, acompanhando o progresso registado ao nível dos procedimentos militares, nesta como em tantas outras matérias. Com o nascimento e a evolução da sociedade de consumo, desenvolve-se o conceito de "logística empresarial", inspirado no modelo militar. Quando aplicado às empresas, o termo "logística" compreende um ciclo produtivo que tem como objectivo último a satisfação do cliente e envolve a chamada cadeia de suprimento, que implica, por exemplo, a capacidade de cumprir prazos, a disponibilidade de produtos, a flexibilização do fabrico, a inovação tecnológica, a produção ao mais baixo custo possível, etc. A logística acompanha a dinâmica da sociedade, cada vez mais competitiva e interactiva, em que se altera a percepção do tempo e do espaço, e a rapidez do ciclo de vida dos produtos determina uma constante inovação e diferenciação competitiva.

Com efeito, a partir dos anos 80 o fenómeno da globalização determinou importantes alterações na economia mundial, para o que contribuíram igualmente a informatização dos serviços e o desenvolvimento de uma cultura de competitividade nas empresas e nos mercados. Altera-se, assim, o âmbito de intervenção das empresas (e dos países) que de um nível mundial passa a abranger um espectro multinacional.

A logística envolve operações diferenciadas, agrupáveis em cinco áreas principais – o desenvolvimento de soluções de suporte; a aquisição de material, onde se inclui a compra e o aprovisiona-

mento; o gerenciamento das fontes, o armazenamento, a distribuição e redistribuição de material; a manutenção – reparação e reciclagem; e a eliminação. Estas actividades surgem integradas num conceito de interoperabilidade, pelo qual se rege a actuação da NATO nestes domínios.

De outro ângulo, a logística subdivide-se em "logística interna" e "logística de distribuição", sendo a primeira responsável pelo suprimento e distribuição interna, e a segunda pela distribuição física dos produtos (implicando a garantia do nível do serviço oferecido ao cliente). No culminar do circuito de produção/distribuição, surge o conceito de "logística reversa" ou "RMA – Remessa para Manutenção e Assistência", numa lógica circular que inclui a manutenção e reparação de material e a possibilidade de o devolver à cadeia de suprimento, reduzindo gastos e promovendo uma política de reciclagem.

O processo de globalização e a consubstanciação do conceito de logística integrada, envolvendo um ciclo de gestão, que tem a montante o fornecimento da matéria-prima e o ciclo de produção dos bens ou serviços e, a jusante, o fornecimento, a determinação dos prazos de vida útil e consumo ou o retorno ao ciclo produtivo, através da reabilitação/manutenção/reciclagem, exigem a criação e monitorização de ferramentas apropriadas, designadamente aplicações informáticas. Existem actualmente disponíveis diversas aplicações entre as quais o SIGE – Sistema Integrado de Gestão Empresarial, que integra todos os dados e processos de uma organização num único sistema, incluindo vários sub-módulos, como o WMS – *Warehouse Management System*, sistema de automação e gerenciamento de depósitos, armazéns e linhas de produção; o AA – gestão de activos; o MM – *Materials Mangement*, gestão de materiais; o TMS – *Transportation Management System* – gestão do transporte; o MRP – *Material Requirement Planning* – planeamento das necessidades de materiais; o ERP – *Enterprise Resource Planning*. O SIGE pode ser visto de uma perspectiva funcional de integração da cadeia de produção, que incorpora sistemas de finanças, a contabilidade, os recursos humanos, o fabrico/produção, as vendas, compras, etc. Pode também ser visto de uma perspectiva sistémica, que integra sistemas de processamento de transacções, sistemas de informações gerenciais, sistema de apoio à decisão, etc. O SIGE foi adoptado pelo Ministério da Defesa Nacional, sob a designação de SIG e nos módulos AA e MM.

A cadeia logística de uma organização não estaria completa, nos dias de hoje, se não permitisse uma abertura aos mercados e à sociedade, através de uma estratégia de marketing que assegure a promoção da imagem interna da empresa ou instituição – e o seu retorno, indiciado pela satisfação do cliente/ aumento do consumo – e de uma política de comunicação e informação pública.

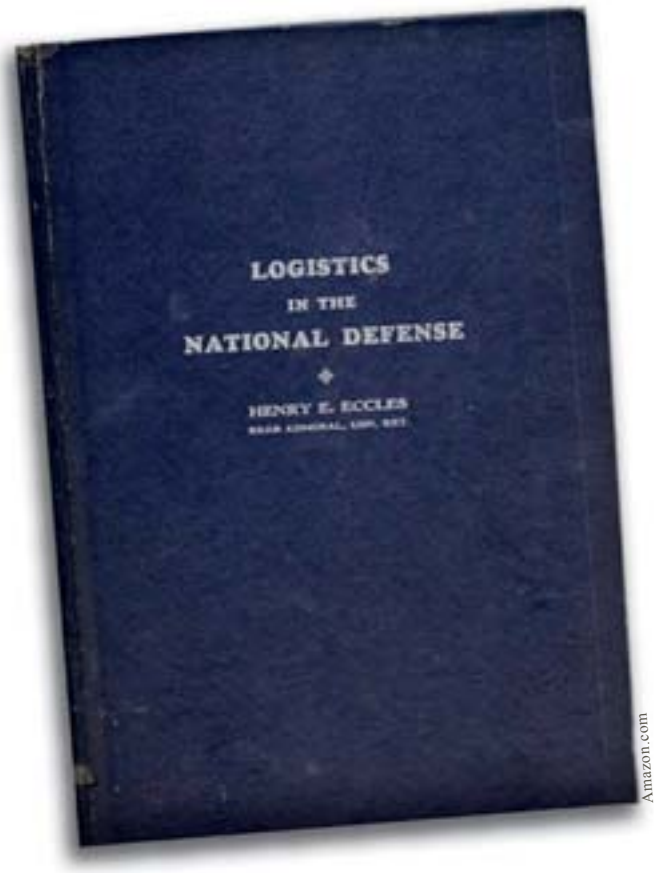
Pontos de contacto com a estratégia

De acordo com Eccles, na obra atrás citada, factores logísticos e económicos estão correlacionados com a estratégia, desde os próprios objectivos da guerra, muitos dos quais de ordem económica, como a necessidade de manter os padrões económicos de uma sociedade, a capacidade de suporte e sustentação do nível de vida dos países e das populações, a luta pelo controlo de fontes de riqueza, a procura de itinerários, a distribuição de matérias-primas, o controlo de pontos-chave a nível estratégico-militar, etc. Muitos destes factores são oriundos da Revolução Industrial, tendo a montante motivações económicas combinadas com factores políticos e sociais, quase sempre na origem dos conflitos, com influência na definição do conceito estratégico de uma nação. Conforme salienta Eccles, "The history of the major high level conferences of world war II (…) shows how strategy was shaped by economic-logistic capabilities; and, *vice-versa*, how logistic planning was dependent upon strategic decisions." (op. cit., p. 31)

A relação entre estratégia e logística abrange um largo espectro, que radica numa planificação comum, subordinando-se a planos de acção estratégica e às capacidades logísticas existentes. A própria composição, equilíbrio e progressão de forças

Tenente-Coronel Thorpe, do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA (o 1.º à esquerda, a bordo do USS Tennessee, em 1910).

www.history.navy.mil



Amazon.com

bem como o seu nível de desenvolvimento encontram-se subordinados a essa relação interconvertível entre estratégia, logística e táctica. Igualmente ao nível do planeamento, comando e controlo as três áreas encontram-se interligadas dentro de um conceito de planeamento integrado, no qual tem, igualmente, papel preponderante o sistema de intelligence, a informação e a comunicação. É possível distinguir ainda dois níveis estratégicos – a grande estratégia, tendo a ver com o levantamento e a mobilização de meios logísticos; e a logística operacional, relacionada com planos específicos de estrutura e operações tácticas, sendo ambos sustentados nas capacidades económicas. Conforme o autor que vimos seguindo, "In terms of general principles it can be said that economic capabilities limit the combat forces which can be created. At the same time, logistic capabilities limit the forces which can be employed in combat operations. Thus, it is obvious that economic-logistic factors determine the limits of strategy. (op. cit. p. 41)

Uma caracterização genérica de "logística" define-a como o esforço para a criação e apoio sustentado de forças de combate, o que a liga desde logo à sua origem e aplicação militar, embora o conceito recubra outros aspectos.

Pelo menos desde os anos 50 do séc. XX e no Departamento de Defesa americano que a palavra "logística" conheceu aplicações, que incluíam a aquisição, armazenamento e transporte de materiais bem como a aquisição de instalações. Dentro daquele departamento, o *Joint Chief of Staff* estava organizado em três categorias – a estratégia, a logística e a *intelligence*. A partir de 1958 integrou sete categorias – o pessoal, a *intelligence*, as operações, a logística, o planeamento, a diplomacia, a comunicação e electrónica, e a "assistência militar" como conceito integrador e transversal. A logística, caracterizada como a provisão de meios para a condução de operações militares, abarcava, numa visão integrada, o fornecimento, os bens propriamente ditos e as instalações. É ainda recorrendo ao pensamento do Tenente-Coronel Thorpe que Eccles vai pensar o conceito de logística e os seus correlativos de "estratégia", "táctica", "economia" e "política", no campo semântico militar: "Strategy and tactics provide the scheme for the conduct of military operations; logistics provides the means therefor" (op. cit, p.44).

Segundo Eccles, o pensamento logístico pode ser compreendido segundo um esquema multidimensional, que integra quatro categorias e três elementos, a saber, os recursos humanos, materiais, instalações e serviços; e o levantamento das necessidades, as aquisições e a distribuição. O levantamento de necessidades materiais, as aquisições e a distribuição traduzem-se em processos de gerenciamento e comando, que envolvem a organização, planeamento, execução e supervisão, considerados os pilares básicos da logística.

No campo da logística pura e, no âmbito do desenvolvimento dos sistemas políticos, os meios financeiros têm vindo a assumir um papel crescente, mediando a própria relação entre o foro militar, económico e político, com influência na limitação de forças e meios de manutenção da Paz, bem como enquanto meio de restrição e emprego da força, comando e controlo das operações militares.

Sendo certo que a gestão financeira atravessa toda a cadeia logística, a existência, ou inexistência, de meios financeiros não pode comprometer a eficácia do combate e, em última instância, a segurança nacional, emergindo a necessidade de equilíbrio entre os factores económicos e as características e meios de combate. Estes últimos estão consignados no emprego de forças, subordinado, por sua vez, à capacidade de recursos humanos, à gestão, aos meios técnicos e ao potencial tecnológico, às matérias-primas, transportes e ao factor tempo. Conforme salienta Eccles, "in either case, peace or war, understanding of basic logistic principles is essential to the task of providing the maximum combat effectiveness within the limitations imposed." (op. cit.,p.49).

O potencial de combate está naturalmente relacionado com a capacidade de mobilização e emprego de meios – materiais e humanos – que dependem de fontes de recursos, quer em matérias-primas, quer em produtos transformados, constituindo a industrialização uma alteração importante nos paradigmas logísticos. Segundo Eccles, "industrial mobilization is a massive logistic process" (p. 49).

Todavia, é preciso ter em conta que o potencial de guerra ultrapassa largamente a capacidade eco-

nómica e os recursos industriais. Factores não mensuráveis relacionados com categorias subjectivas, como a capacidade de comando e liderança, a capacidade de organização e planeamento administrativo, a visão política, a capacidade de planeamento estratégico e táctico e características individuais, como a coragem física e anímica, são cruciais na definição do potencial de combate de um exército. O seu emprego combinado no apoio de combate cabe às estruturas de comando. O desenvolvimento do potencial bélico implica, a um tempo, a combinação de factores económicos, políticos e militares e, a outro nível, a combinação de factores estratégicos, tácticos e logísticos. A teoria da guerra repousa, segundo Eccles, numa teoria da estratégia combinada com uma teoria logística.

Na distinção clássica entre "logística pura" e logística aplicada", esta última afasta-se dos postulados teoréticos que a definem como uma "ciência" para se instituir como uma "arte". Enquanto arte de preparação para a guerra, a logística implica diversas tarefas cometidas às Forças Armadas e, dentro destas, associadas a determinadas organizações e indivíduos, como é o caso da organização interna do Departamento de Defesa americano. De acordo com o *U.S Joint Chiefs of Staff*, a logística:

> In its most comprehensive sense, those aspects of military operations which deal with: (1) design and development, acquisition, storage, movement, distribution, maintenance, evacuation, and disposition of materiel; (2) movement, evacuation, and hospitalization of personnel; (3) acquisition or construction, maintenance, operation, and disposition of facilities; and (4) acquisition of furnishing of services. It comprises both planning, including determination of requirements, and implementation. (op. cit., pp. 50,51)

Conforme se pode constatar, a caracterização de "logística aplicada" não difere substancialmente da de "logística pura", sendo antes uma amplificação daquele conceito e uma aplicação funcional dos seus termos (recursos humanos, meios materiais, instalações e serviços). A logística aplicada constitui, assim, um conceito lato que tem como objectivo último sempre o fornecimento de meios para a guerra, cada um dos quais reenviando para diferentes actividades funcionais – o pessoal, o abastecimento, as construções, a reparação e manutenção de meios terrestres, aéreos e aeronáuticos, os transportes e a assistência médica. Apropriando a metáfora do almirante Eccles, na sua sugestiva aplicação ao campo de sentido da construção, "logistics is the bridge between our national economy and the operations of our combat forces." (op. cit., p.56)

Se atentarmos no radical da palavra "logística" também ele parece sugerir uma associação de sentido a uma certa lógica, no campo de sentido do combate. Esse mesmo princípio racional foi procurado por Clausewitz quando perscrutou a natureza e a origem da "arte da guerra" estabelecendo desde logo a distinção entre o "combate" e os seus meios, concretamente armamento e equipamento, numa relação interconvertível. Assim, o combate reclama a existência de meios e estes, por sua vez, alteram as características do combate. Segundo aquele teórico da ciência militar:

> A natureza do combate determina a sua estrutura; é ele que lhes impõe a sua lei. Mas o que constitui o objectivo desta actividade é manifestamente outra coisa que não o próprio combate; a actividade não é mais do que a preparação e não a condução.[3]

Estando numa relação de mutualidade, os dois domínios da arte da guerra - a estratégia e a táctica – por um lado, e a manutenção das forças armadas, por outro, o sentido da "condução da guerra" em Clausewitz, difere do dos "serviços de aprovisionamento e de administração" (op. cit., p.139), constituindo o combate o corolário e razão de ser de toda a actividade das forças armadas e de preparação para a guerra. Segundo Clausewitz, "A condução da guerra é (…) a ordem e a condução do combate." (op.cit., p.138) enquanto a táctica é definida como a "teoria relativa à utilização das forças armadas no recontro", a estratégia "é a teoria relativa à utilização dos recontros ao serviço da guerra" (id., p.138). O pensador insiste mesmo na distinção de conceitos que reputa de "natureza essencialmente diferente" (id., p.139) – os "serviços de aprovisionamento e de administração" e o "emprego das tropas" (id.). Integram a noção de "combate" "as marchas, os acantonamentos e os aquartelamentos", enquanto no campo da "manutenção" se encontram o "aprovisionamento, os cuidados aos doentes e a renovação das armas e dos equipamentos" (id., p.140), inserindo-se ainda, neste campo, o serviço de saúde e o reabastecimento de armas e munições. Clausewitz estatuiu duas categorias inseridas na Arte da Guerra - os "preparativos da guerra" (id.,p.142) e a "própria guerra" (id.) numa categorização em que facilmente se identificam, neste segundo termo, as diversas áreas de apoio de combate, incluindo os serviços de apoio e administrativos bem como a logística *lato sensu*.

---

[1] Henry Eccles, *Logistics in the National Defense*, Harrisburg, Pennsylvania, Stackpole Company, The Military Service Publishing Company, May, 1959, p.42.

[2] «Logística» in Wikipédia, A Enciclopédia Livre, página consultada em 27/12/2010.

[3] Carl Von Clausewitz, Da Guerra, Lisboa, Ed. Perspectivas & Realidades, 1976, p. 137.

Coberturas da Guerra do Ultramar, 1961-1974

Parte II

Em Portugal, a atribuição da boina a certas unidades militares nada teve de invulgar, uma vez que esta cobertura já era usada por corpos militares de elite um pouco por todo o mundo. Mais surpreendente foi a sua distribuição às diversas armas e serviços do exército, pela determinação nº 11 de 31 de Julho de 1961, que transformou a boina num símbolo universal do militar português (fig. 13 a 22). Inicialmente, parte das boinas distribuídas eram de cor preta, talvez aproveitando stocks da Legião Portuguesa. Mais tarde, esta cor (com fitilhos encarnado e amarelo) foi atribuída às unidades de cavalaria. Ao longo dos anos, a boina sofreu algumas alterações: em 1969, a circular nº 7/E de 3 de Julho da Repartição do Gabinete do Ministro do Exército determinou que o debrum passasse a ser preto, esclarecendo-se, pela circular nº 16/E de 5 de Agosto de 1970 da Repartição do Gabinete do Ministro do Exército, que o debrum devia ser confeccionado "em carneira preta em vez de plástico verde".

O estudo dos uniformes portugueses entre 1961 e 1974 reveste-se de aspectos quase melindrosos. A natureza do conflito, ainda muito próximo, suscita de tal forma o debate que nem a sua designação escapa: "Guerra do Ultramar" para uns, "Guerra Colonial" para outros. Sob o ponto de vista dos uniformes, este prolongado debate tem tido uma consequência nefasta: a falta de preservação, pelas instituições públicas, de um acervo que possa amanhã ilustrar este período. A cada dia que passa, a reunião de um tal acervo é mais difícil. Há vinte ou trinta anos, estes uniformes podiam facilmente ser adquiridos na feira da ladra. Qualquer trabalhador da construção civil usava um "quico", usavam-se na caça os "camuflados" da guerra e a generalidade dos distintivos quase não tinha cotação. Hoje em dia, a situação é muito diferente. A maioria dos uniformes e equipamentos foram destruídos. Outros foram dispersos ou vendidos a coleccionadores nacionais e estrangeiros, sobretudo norte-americanos, que os procuram com afã. Alguns sobrevivem ainda, conservados por antigos combatentes ou pelas suas famílias, mas o tempo urge. Dos grandes conflitos militares que marcaram a nossa história, quase não existem uniformes: da Grande Guerra sobrou pouco, da Guerra Peninsular muito pouco e das campanhas da Restauração quase nada. É por isso urgente olhar com atenção para o que ainda temos, fotografando e descrevendo, mas acima de tudo conservando.

Fig. 13: Boina para GE (Grupos Especiais), circa 1970. Os primeiros grupos especiais foram criados em finais de 1969. O seu uniforme de parada incluía uma boina amarela com fitilhos pretos e distintivo em metal branco. Segundo alguns autores, a cor da boina variava consoante a unidade.

Fig. 14: Boina para GEP (Grupos Especiais Pára-quedistas), circa 1971. A instrução dos GEP era semelhante à ministrada no Regimento de Caçadores Pára-quedistas, em Tancos. Como distintivo, usavam uma boina grenat com fitilhos pretos, na qual era colocado um distintivo semelhante ao dos GE.

Fig. 15: Distintivos para GE e GEP. Para além do distintivo da boina, também o crachat era comum aos GE e aos GEP.

Fig. 16 e 17: Boina para Flechas, confeccionada em malha de algodão, com fitilhos encarnado e verde. Em campanha, a boina era sempre substituída pelo "quico". Em parada era, por vezes, usada com um distintivo da DGS (Direcção Geral de Segurança). A boina camuflada já fora anteriormente usada, em Angola, pela companhia de "comandos" do Tenente Alves Cardoso.

Fig. 18: Boina para OPV-DCA (Organização Provincial de Voluntários de Defesa Civil de Angola). O uniforme de parada incluía uma boina preta com debrum da mesma cor, fitilhos encarnado e verde e emblema de metal branco.

Fig. 19 a 21: Fabricantes de boinas militares. A partir de 1969, as OGF (Oficinas Gerais de Fardamento) passaram a ser designadas OGFE (Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento). A firma "RR" (Rodrigues & Rodrigues), uma prestigiada casa de artigos militares, representava nas suas etiquetas a "maneira correcta de colocar a boina".

Fig. 22: Embalagem para boina militar. Na embalagem, de papel, figurava o tamanho e cor da boina, bem como a cor dos fitilhos.

Agradecimentos:

Pela inestimável colaboração, gostaria de agradecer aos Srs. Coronéis Folques e Ribeiro de Faria, ao Sr. Tenente-coronel Nuno Andrade e ao Sr. Inspector Óscar Cardoso. Gostaria ainda de agradecer ao Sr. Dr. Jaime Regalado a sua amizade e a paciência, verdadeiramente evangélica, com que realizou as fotografias que ilustram este artigo.

Bibliografia:

Regulamentos oficiais citados em texto e ainda:

Bragg, R.; Pugh, H. Portugal Elite Forces Insígnia, 1951-Present. C&D Enterprises, 1995.

Costa Matos, J.A. Os Uniformes da Artilharia Portuguesa. Edição comemorativa do 1º centenário da Revista de Artilharia, 2003.

Machado, M.; Carmo, A. Tropas Pára-quedistas - A História dos Boinas Verdes Portugueses, 1955-2003. Prefácio, 2003.

Pedro Soares Branco

"A Igreja, o Exército e a Guerra Peninsular" em debate

No âmbito das comemorações dos 200 anos das Guerras Peninsulares o Exército participou no colóquio "A Igreja, o Exército e a Guerra Peninsular", que teve lugar na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, no dia 23 de Maio, e que contou com o apoio do Centro de História da Universidade.

A junção destas três instituições (Exército, Igreja e Universidade) que "partilharam as suas memórias", foi um dos pontos mais elogiados na sessão de abertura deste colóquio, por "permitir uma maior dinamização das actividades do Centro de História em prol da historiografia cultural e da memória".

Foram várias as individualidades que compuseram a mesa deste evento, que começou por ser presidida pelo Vice-Chefe de Estado-Maior do Exército, Tenente-General Mário de Oliveira Cardoso. As comemorações dos 200 anos da Guerra Peninsular que tiveram início há quatro anos, foram lembradas e elogiadas pelo Tenente-General Oliveira Cardoso que entre outros aspectos sublinhou a "guerrilha" como uma importante vitória na história do Exército Português, e "o papel do conforto espiritual" trazido pela Igreja aos militares.

Entre os temas debatidos destaca-se "Em nome da Santa Religião. As Invasões Francesas e a Resistência à Ocupação", pelo Tenente-Coronel Abílio Lousada; "O Clero Português visto pelos Franceses", pelo Professor Doutor António Ventura; "Catolicismo e Invasões Francesas, Vínculos e Roturas", pelo Professor Doutor António Matos Ferreira; "Batalhões Eclesiásticos", pelo Tenente-Coronel Capelão Rui Lopes; "Pastorais dos Bispos Portugueses durante as Invasões Francesas", pelo Professor Doutor Manuel Augusto Rodrigues e ainda "A Igreja e Invasões Francesas: alguns tópicos gerais", por D. Manuel do Nascimento Clemente.

jornal do Exército

Pretendo assinar o *Jornal do Exército*

Para encomendar basta fotocopiar o cupão e enviar para ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO – Secção de Logística, Rua dos Remédios, n.º 202 – 1140-065 LISBOA

Nome: _____ Profissão: _____

Morada: _____

Código Postal: _____ Localidade: _____ Telefone: _____

(Só para Militares) Posto: _____ Ramo das FA: _____ NIF: _____

Assinatura Anual – Continente e Ilhas: € 20.00 - Via Aérea: Países Europeus € 45.00 - Restantes Países € 65.00
Para pedido de números atrasados, ou encadernações, contacte-nos para: Largo S. Sebastião da Pedreira - 1069-020 Lisboa,
Tel: 213 567 700 ou via email: jornal.exercito@sapo.pt

PARA PAGAMENTO DA MINHA ASSINATURA

TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA: Nacional 0781 0112 0112 0011 6976 9 – D.G.T.

CHEQUE: junto envio o Cheque n.º - _____ s/Banco - _____ à ordem do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, IP.

VALE POSTAL: junto envio o vale postal n.º _____ no valor de _____

alm OFTALMOLASER
oftalmologia médica e cirúrgica

www.alm.pt

PROMOVER, PREVENIR, TRATAR E CUIDAR A SAÚDE DOS SEUS OLHOS

A **ALM OFTALMOLASER** é uma clínica especializada na prestação de serviços de oftalmologia, com modernas instalações em Lisboa, e dispõe de uma cuidada equipa de profissionais que garante um serviço de excelência ao doente e ao acompanhante.

A nossa clínica está preparada para responder ao tratamento de todas as patologias oftalmológicas, com a prestação de um serviço de qualidade igual ou superior, ao praticado em clínicas internacionais.

Estamos dotados com todas as tecnologias de ponta e aplicamos as técnicas cirúrgicas mais recentes, acompanhando todos os avanços que são feitos neste âmbito.

Consultas de Oftalmologia
- Geral
- Especialidade

Exames
- Retinografia
- Angiografia Fluoresceínica
- Angiografia Verde Indocianina
- Ecografia
- Biometria
- Electrofisiologia Ocular
- Neurofisiologia
- Microscopia Especular
- Paquimetria
- Perimetria Computorizada
- Topografia Corneana (Orbscan)
- Zyoptic
- OCT

Terapêutica Fotodinâmica

Cirurgias
- Catarata
- Estrabismo
- Glaucoma
- Vitreo-retiniana
- Lentes Intraoculares para correcção da Miopia
- Cirurgia da Criança

Cirurgias Laser (Excimer) - Lasik
- Miopia
- Hipermetropia
- Astigmatismo

Tratamentos Laser Argon e Yag
- Diabetes
- Glaucoma

alm

Rua Dr. Nicolau Bettencourt, nº 39 e 41 | 1050-078 Lisboa
Tel: 213 838 560/2 | Fax: 213 838 563/9
Telemóvel: 969 803 883/4 - 939 654 156 - 917 418 247
alm.omc@alm.pt

ACORDOS: ADM, Advance Care, CML, Caixa Geral de Depósitos, PSP, Companhias de Seguros, Comp. de Seguros Tranquilidade, Médis, Maxicare, Multicare, PT:ACS, SAMS Quadros, ADSE, IASFA - Instituto de Acção Social das Forças Armadas, SAMS SBSI, SAMS SIB, Savida, Unimed

PLANO DE SAÚDE DENTÁRIO EXCLUSIVO

PARA OS MILITARES E CIVIS DO **EXÉRCITO PORTUGUÊS,** INCLUINDO AS SUAS FAMÍLIAS

Já não custa ter um sorriso bonito e uma boca saudável

Preço: 30€ pessoa/ano - (Preço família, especial de lançamento 75€/ano incluíndo cônjuge e descendentes)

VANTAGENS:

- Mais de **3000 médicos dentistas** à sua disposição em todo o território nacional e ilhas.
- **Todas as especialidades cobertas** e todos os tratamentos que possa necessitar.
- **Clínicas seleccionadas** que cumprem os máximos standards de Qualidade.
- **Redução dos custo nos tratamentos em mais de 50% do preço privado** (ver tabela completa na página Web).
- **Tratamentos preventivos e mais frequentes SEM CUSTO.**

TRATAMENTOS	PLANO DE SAÚDE EXÉRCITO / DENTALREDE	PREÇOS MÉDIOS EM PRIVADO
CONSULTAS E VISITAS DE ESPECIALIDADE	SEM CUSTO	30,00€
DESTARTARIZAÇÃO (LIMPEZA)	SEM CUSTO	40,00€
RADIOGRAFIAS	SEM CUSTO	10.00€
COROAS E PONTES DE CERÂMICA	240.00€	400.00€
ORTODÔNTIA	255,00€ (POR APARELHO)	500,00€ (POR APARELHO)
EXTRACÇÕES SIMPLES	SEM CUSTO	30,00€

Ver toda a informação
www.Dentalrede.pt/parceiros/exercito português

INSCREVA-SE JÁ!!!

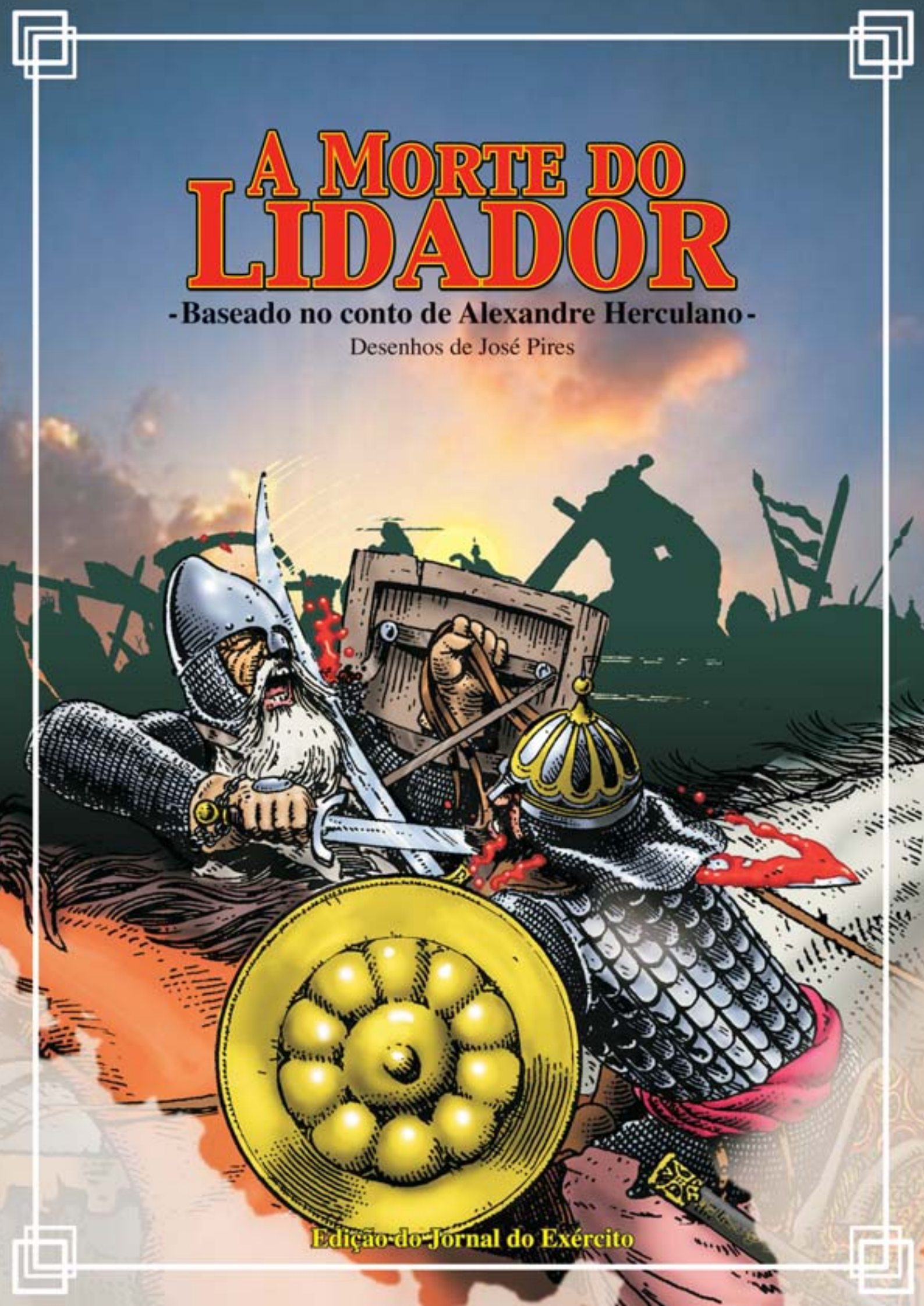
Fale connosco através do

808 201 655

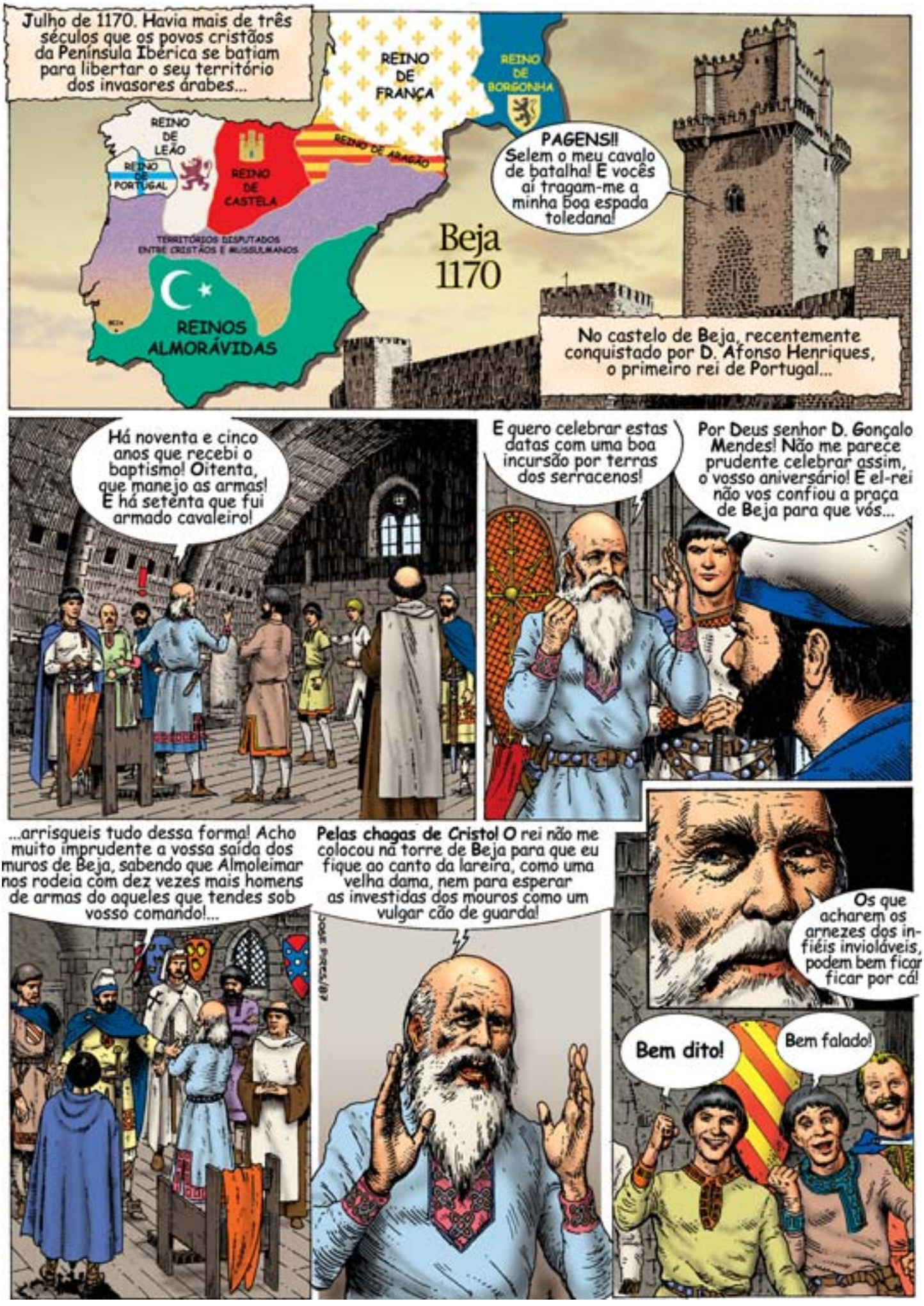
A Morte do Lidador

-Baseado no conto de Alexandre Herculano-

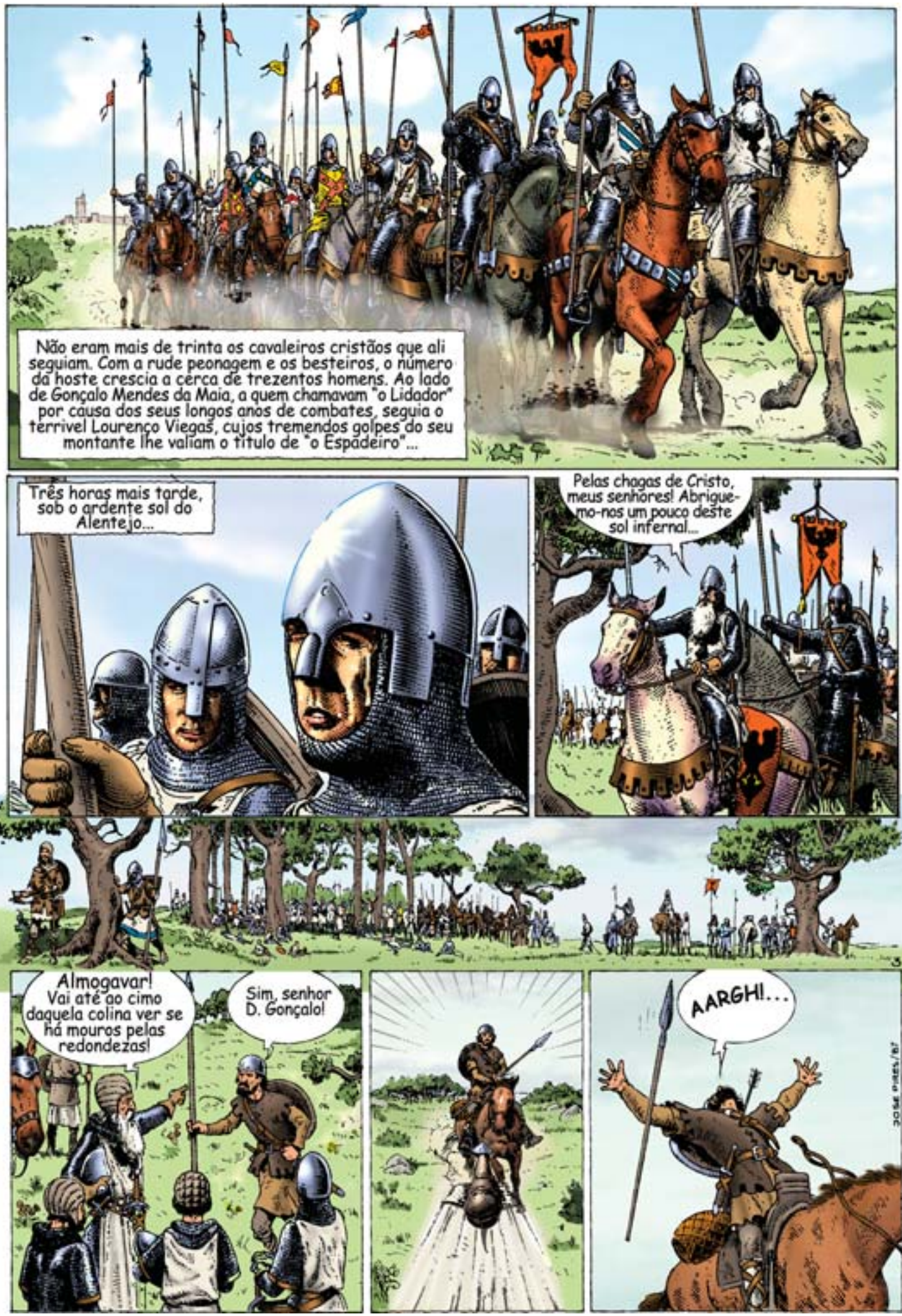
Desenhos de José Pires



Edição do Jornal do Exército


Julho de 1170. Havia mais de três séculos que os povos cristãos da Península Ibérica se batiam para libertar o seu território dos invasores árabes...
REINO DE FRANÇA
REINO DE BORGONHA
REINO DE LEÃO
REINO DE PORTUGAL
REINO DE CASTELA
REINO DE ARAGÃO
TERRITÓRIOS DISPUTADOS ENTRE CRISTÃOS E MUÇULMANOS
REINOS ALMORÁVIDAS
PAGENS!! Selem o meu cavalo de batalha! E vocês aí tragam-me a minha boa espada toledana!
Beja 1170
No castelo de Beja, recentemente conquistado por D. Afonso Henriques, o primeiro rei de Portugal...
Há noventa e cinco anos que recebi o baptismo! Oitenta, que manejo as armas! E há setenta que fui armado cavaleiro!
E quero celebrar estas datas com uma boa incursão por terras dos serracenos!
Por Deus senhor D. Gonçalo Mendes! Não me parece prudente celebrar assim, o vosso aniversário! E el-rei não vos confiou a praça de Beja para que vós...
...arrisqueis tudo dessa forma! Acho muito imprudente a vossa saída dos muros de Beja, sabendo que Almoleimar nos rodeia com dez vezes mais homens de armas do aqueles que tendes sob vosso comando!...
Pelas chagas de Cristo! O rei não me colocou na torre de Beja para que eu fique ao canto da lareira, como uma velha dama, nem para esperar as investidas dos mouros como um vulgar cão de guarda!
Os que acharem os arnezes dos infiéis invioláveis, podem bem ficar ficar por cá!
Bem dito!
Bem falado!

Por minha fé, que ninguém irá dizer que Mem Moniz ficou dentro de muros, com uma luta contra os mouros na vizinhança!
A cavalo!
A cavalo!
Uma hora depois...
Por Deus, Senhor D. Gonçalo Mendes! Veremos qual das nossas lanças tocará primeiro couraça mourisca!
Ah,Ah!, Senhor Mem Moniz! Serei velho, talvez, mas o coração ainda é firme!
!!
Mas daquela vez os guerreiros de Almoleimar andavam por perto, e um dos seus batedores deu pela hoste cristã que abandonava as muralhas de Beja...


Não eram mais de trinta os cavaleiros cristãos que ali seguiam. Com a rude peonagem e os besteiros, o número da hoste crescia a cerca de trezentos homens. Ao lado de Gonçalo Mendes da Maia, a quem chamavam "o Lidador" por causa dos seus longos anos de combates, seguia o terrível Lourenço Viegas, cujos tremendos golpes de seu montante lhe valiam o título de "o Espadeiro"...
Três horas mais tarde, sob o ardente sol do Alentejo...
Pelas chagas de Cristo, meus senhores! Abriguemo-nos um pouco deste sol infernal...
Almogavar! Vai até ao cimo daquela colina ver se há mouros pelas redondezas!
Sim, senhor D. Gonçalo!
AARGH!...

€2.00 (IVA incluído)

Ano LII - n.º 608
Julho de 2011

jornal do Exército

PORTUGAL Lead Nation
European Union Battle Group 2011-2

Soluções Ordenado Santander Totta

Damos mais valor ao seu ordenado

Oferta Exclusiva

Câmara de Filmar Toshiba Camileo P20

Máquina de Café Delta Qool

DVD Portátil Philips

GPS Garmin Nüvi 2200

Máquina Fotográfica Samsung ES80

Para ordenados a partir de 375€ ou reformas a partir de 300€

Vales Pestana
no valor de 400€
(8 vales de valor
unitário de 50€)

HP Compaq Mini Series 7 Starter

Para ordenados ou reformas a partir de 1.500€

No Santander Totta sabemos que uma gestão eficiente do seu dia-a-dia permite-lhe ganhar tempo e dinheiro. Com as nossas Soluções Ordenado queremos estar em sintonia consigo, para que possa aproveitar melhor cada momento da sua vida. Conte connosco.

Santander Totta

O Valor das Ideias

www.santandertotta.pt

O valor mínimo de ordenado/reforma líquido domiciliado para acesso a um dos equipamentos é de 375€ (300€ se pensionistas/reformados), excepto para o Mini Notebook e os vales Pestana, que é de 1.500€. O pedido de equipamento ou de vales deve ser efectuado pelo Cliente até 29 de Julho de 2011, devendo a 1ª domiciliação de ordenado/reforma e reclamação do equipamento ou vales ocorrer nos 3 meses subsequentes. Caso deixe de se verificar o cumprimento dos requisitos antes de decorridos 25 meses, por causa não imputável ao Banco, o Cliente deverá devolver o valor de 300€ no caso do Mini Notebook e dos vales Pestana e de 150€ para os restantes equipamentos, na proporção do prazo não decorrido. Oferta limitada ao stock existente. A qualidade do equipamento e a sua garantia são da responsabilidade exclusiva dos fornecedores.

alm OFTALMOLASER
oftalmologia médica e cirúrgica

www.alm.pt

PROMOVER, PREVENIR, TRATAR E CUIDAR A SAÚDE DOS SEUS OLHOS

A **ALM OFTALMOLASER** é uma clínica especializada na prestação de serviços de oftalmologia, com modernas instalações em Lisboa, e dispõe de uma cuidada equipa de profissionais que garante um serviço de excelência ao doente e ao acompanhante.

A nossa clínica está preparada para responder ao tratamento de todas as patologias oftalmológicas, com a prestação de um serviço de qualidade igual ou superior, ao praticado em clínicas internacionais.

Estamos dotados com todas as tecnologias de ponta e aplicamos as técnicas cirúrgicas mais recentes, acompanhando todos os avanços que são feitos neste âmbito.

Consultas de Oftalmologia
- Geral
- Especialidade

Exames
- Retinografia
- Angiografia Fluoresceínica
- Angiografia Verde Indocianina
- Ecografia
- Biometria
- Electrofisiologia Ocular
- Neurofisiologia
- Microscopia Especular
- Paquimetria
- Perimetria Computorizada
- Topografia Corneana (Orbscan)
- Zyoptic
- OCT

Terapêutica Fotodinâmica

Cirurgias
- Catarata
- Estrabismo
- Glaucoma
- Vitreo-retiniana
- Lentes Intraoculares para correcção da Miopia
- Cirurgia da Criança

Cirurgias Laser (Excimer) - Lasik
- Miopia
- Hipermetropia
- Astigmatismo

Tratamentos Laser Argon e Yag
- Diabetes
- Glaucoma

alm
Rua Dr. Nicolau Bettencourt, nº 39 e 41 | 1050-078 Lisboa
Tel: 213 838 560/2 | Fax: 213 838 563/9
Telemóvel: 969 803 883/4 - 939 654 156 - 917 418 247
alm.omc@alm.pt

ACORDOS: ADM, Advance Care, CML, Caixa Geral de Depósitos, PSP, Companhias de Seguros, Comp. de Seguros Tranquilidade, Médis, Maxicare, Multicare, PT-ACS, SAMS Quadros, ADSE, IASFA - Instituto de Acção Social das Forças Armadas, SAMS SBSI, SAMS SIB, Savida, Unimed

EXÉRCITO

UM DESAFIO
UMA OPORTUNIDADE

JUNTA-TE A NÓS

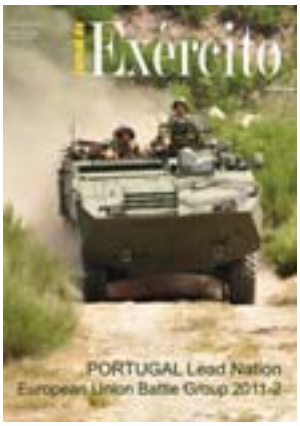
www.exercito.pt
recrutamento@mail.exercito.pt

800 20 12 74

Chamada Gratuita

Jornal do Exército
ÓRGÃO DE INFORMAÇÃO, CULTURA E RECREIO DO EXÉRCITO PORTUGUÊS, CRIADO POR PORTARIA DE 14JUL60

Capa



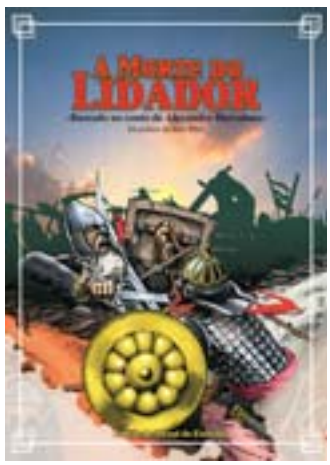
PORTUGAL
Lead Nation
European Union
Battle Group 2011-2
Foto: CAVE

Monumentos com História Militar
Memorial Comemorativo dos 200 Anos
da Batalha do Côa – Almeida – 4
Editorial – 5
Figuras e Factos – 8
200 Anos da Guerra Peninsular – 15
Um extraordinário projecto militar europeu
liderado por PORTUGAL – 40
Saúde: Degenerescência Macular – 42

Da Logística – Parte II – 16

Génese e evolução do Museu Militar – 32

Operações Militares na Estremadura – 22



Suplemento Banda Desenhada:
“A Morte do Lidador” Pág: V a VIII

Os artigos publicados com indicação de autor são da inteira responsabilidade dos mesmos, não reflectindo, necessariamente, o pensamento da Chefia do Exército Português

PROPRIEDADE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
Direcção, Redacção e Administração: Largo de S. Sebastião da Pedreira, 1069-020 Lisboa, Telef: 213 567 700, Fax Civil: 213 567 791 Militar: 414 091, E-mail: jornal.do.exercito@mail.exercito.pt, jornal.exercito@sapo.pt, E-mail - Intranet: Jornal do Exército, Home page: www.exercito.pt **DIRECÇÃO - Director**: Coronel de Infantaria José Custódio Madaleno Geraldo; **Sub-Director:** Tenente-Coronel J. Pinto Bessa; **Secretária**: Ass. Téc. Teresa Felicíssimo. **REDACÇÃO** - **Chefe**: Tenente-Coronel J. Pinto Bessa; **Assistente de Redacção:** 1.º Sargento Anjos Das Neves; **Redactores**: Alferes RC Nelson Cavaco, Alferes RC Filipa Domingos, Dr. Mauro Matias; **Operadoras Informáticas:** Assistente Técnica Elisa Pio, Assistente Técnica Guiomar Brito; **SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS** - **Chefe**: Tenente-Coronel Augusto Correia; **Auxiliares** Sargento-Ajudante João Belém, Sargento-Ajudante Luís Silva; **Operadoras Informáticas:** Assistente Técnica Joana Moita; Assistente Técnica Tânia Espirito Santo; **Revisor de texto**: Professor Doutor Eurico Gomes Dias; **COLABORAÇÃO FOTOGRÁFICA** - Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA; Centro de Audiovisuais do Exército RCRPP/GabCEME; **EXECUÇÃO GRÁFICA** - PERES - SOCTIP Indústrias Gráficas, SA, Estrada Nac. 10, Km. 108,3 - Porto Alto, 2135-114 Samora Correia, Telef. 263 009 900 - Fax 263 009 999, acosta@peres-soctip.pt **Tiragem** - 6 000 exemplares **Depósito Legal** - nº 1465/82 **ISSN** - 0871/8598

Memorial Comemorativo
dos 200 Anos da Batalha do Côa – Almeida

Na concepção do Memorial, a preocupação essencial centrou-se na definição da escala do objecto a inserir numa paisagem complexa. Esta, ao mesmo tempo que ainda apelando a um sentido antigo e natural, apresenta conjuntamente marcas profundas da sua humanização recente.

Na realidade, o encaixe do vale do rio Côa, verdadeira linha natural de fronteira numa geografia de profundas ressonâncias históricas e culturais, expressa-se numa beleza telúrica de grande atracção, precisamente onde a mão do homem foi impor a sua vontade de dominar as dificuldades que a Natureza antepunha. Aproveitando as próprias fragas graníticas das pedregosas margens, construiu-se ali, em data que se desconhece ("sendo certo que será posterior à segunda metade do século XVI"[1]), uma ponte em três tramos, com três arcos em pedra e poderosos talha-mares de cada lado de dois fortes apoios, firmados no leito de cheia do rio.

Essa sólida obra de transposição das margens do Côa, tal como foi refeita em 1825, após os estragos causados pelos combates da Terceira Invasão francesa, ainda se mantém de pé, conquanto reduzida na utilidade da sua serventia, mas fartamente elucidativa como memória de uma época.[...]

A opção para a realização física do Memorial recaiu na escolha do betão armado como material-base. No entanto, o projecto foi realizado com a particularidade de admitir, futuramente, a possibilidade de revestimento das superfícies com pedra, através da ancoragem metálica de placas de perpeanho de granito delgado.

As fundações, directas, foram previstas de tal sorte que os respectivos maciços não sejam perceptíveis acima da linha natural do terreno. Isto é, pretende-se que apenas as duas paredes laterais do pórtico se elevem, soltas do solo.

No que concerne à forma, trata-se de um pórtico rectilíneo com sobre-elevação da altura, de modo a contrapor a dimensão vertical do perfil do Memorial com a massa enorme da encosta do monte em que se implanta.

A proporção atinge sensivelmente a relação de 1:2,5, com uma altura de 9 metros para uma largura de 3,6 metros. Chegados à plataforma horizontal, a proporção que se encontra é semelhante, tendo a laje de betão um comprimento triplo da largura, sendo esta de 2,6 metros.

Para chegar à referida plataforma horizontal faz-se um percurso que aproveita a parte ainda praticável da antiga Estrada Real, inflectindo-se depois por um caminho com degraus rampeados, modelando directamente o solo com a incrustação de esteios de granito de grande dimensão. Chegados à cota de nível assim criada desfruta-se de uma paisagem singular.

Abaixo da varanda em que se constitui o mirante criado, corre o rio Côa num trecho particularmente belo do seu curso, nele ressaltando a ponte de pedra setecentista e a natureza geológica do sítio. Em frente situa-se o "Cabeço Negro", referência à própria estratégia dos movimentos de guerra que caracterizaram a chamada Batalha do Côa.

Mas não é apenas a partir do ponto em que se acha o Memorial que se assinala a sua existência, já que a sua inserção no local para que foi destinado retira completo proveito do visionamento que se consegue, desde bem longe, quando se vem em direcção a Almeida, através da Estrada Nacional.

A estratégia da Batalha do Côa fica inscrita numa placa de bronze gravado, colocada num expositor / "mesa" quase horizontal, que servirá de guarda ao miradouro do Memorial.

Juntamente com o diagrama sumário do movimento das tropas envolvidas nas operações, inclui uma breve descrição da própria batalha, para além de assinalar o acto da comemoração dos 200 anos passados sobre o acontecimento.

Dr. Arq. João Sousa Campos

[1] Conceição, Margarida Tavares da, "Da Vila Cercada à Praça de Guerra", 2002, Livros Horizonte, Lisboa, p. 64. A ponte existia na época da Guerra dos Sete Anos, já que a p. 91 a Autora refere que, nos movimentos bélicos os inimigos controlaram a ponte sobre o Côa, isolando Almeida e cercando-a.

INFORMAR PARA BEM SERVIR

O Ministro da Defesa Nacional, empossado no XIX Governo Constitucional, Dr. José Pedro Aguiar-Branco, visitou o Exército Português, conforme noticiamos neste *Jornal do Exército.*

Quando o Ministro da Defesa Nacional visita as Forças Armadas, e em particular o Exército, não está apenas preocupado com a operacionalidade do equipamento, do armamento e do seu pessoal. Uma das principais preocupações dos chefes militares é o moral das suas tropas, tal como dizia o Marechal Foch: "O espírito domina sempre a matéria […]."

Desde os bancos da Academia Militar que nos transmitiram que "o Exército é o espelho da Nação". Por isso, nos orgulhamos de servir Portugal no Exército. Com um Exército operacional e eficaz, Portugal será sempre melhor, aquém e além-fronteiras. Se Portugal é obra de cidadãos soldados, também o é dos restantes cidadãos, todos não seremos demais para continuar a cumprir Portugal! Todos conseguiremos um Portugal Maior!

As palavras de Albino Forjaz de Sampaio, ilustre académico da Academia das Ciências de Lisboa, são encorajadoras e oportunas neste momento crítico que Portugal e a Europa vivem e, por isso, merecem ser partilhadas com os nossos leitores:

"É preciso ter fé, é preciso crer. Quem não tem fé não vence, quem não crê não consegue. Ai daqueles que, ao começar da batalha, a julgam já perdida, ai daqueles que crêem que nada vale o seu esforço, é nulo o seu arranco, perdido e inglório o seu trabalho. Esses são os fracos, os de antemão derrotados, os que como dizia Nietzsche, envenenam a vida, a corrompem, lhe tiram toda a sua grandeza e toda a sua glória.

Porque foi grande a Grécia? Porque os seus filhos acreditavam na Arte e na Beleza imortal. Porque foi grande Roma? Porque os seus legionários se julgavam invencíveis. Em nossos tempos, porque se tornou colosso a Alemanha? Porque aos que nasciam se lhes mostrava o que ela tinha feito e se lhes ensinava a dizer: [...] A Alemanha acima de tudo. Cada alemão que vinha ao mundo era uma força que tinha um destino a cumprir, – tornar maior o seu país.

Ora, sendo assim, porque não havemos de nós, portugueses, crer nos destinos da raça imortal e não trabalhar para esse Portugal Maior? Que é preciso para isso? Lutar, crer, ter fé. Lutemos pois, confiemos, tenhamos fé."

Neste número continuamos com a II parte do interessante artigo "Da Logística", da autoria da Mestre Ana Rita Carvalho. Refere a autora que: "Ao nível dos princípios e das práticas, no contexto das Forças Armadas como da Administração Pública, vêm sendo adoptadas plataformas tecnológicas de disponibilização de serviços em rede, que muito têm contribuído para a modernização administrativa, em que se incluem os processos de aquisição, com significativas melhorias no tocante à redução de custos, à simplificação e celeridade dos serviços."

O Major Fernando Silva Rita apresenta-nos um artigo rico em pormenores, que se insere no âmbito da Guerra Peninsular, intitulado "Operações Militares na Estremadura: Os exércitos de Massena e Wellington no concelho de Santarém em 1810 e 1811".

Por último, José Pires brinda os leitores com mais quatro páginas de Banda Desenhada sobre *A Morte do Lidador*, baseado na novela de Alexandre Herculano.

José Custódio Madaleno Geraldo
Coronel de Infantaria

MILICIA
WWW.MILICIAPRO.COM

AO SERVIÇO DOS PROFISSIONAIS

ASP · 5.11 TACTICAL SERIES · SAFARILAND · BLACKHAWK! PRODUCTS GROUP · TASER Protect Life

ABA · SECOND CHANCE · SAVVY ARMOR FOR WOMEN · FIRST CHOICE ARMOR With you. For life. · PROTECH

SAM MEDICAL PRODUCTS · MyClyns · TACTICAL MEDICAL SOLUTIONS · CELOX Controls life-threatening bleeding fast · DEFENSE TECHNOLOGY

MAXPEDITION MAINTAIN YOUR EDGE · CAMELBAK · BCB INTERNATIONAL · EBERLESTOCK

PELI · ESS Eye Safety Systems, Inc. · BATES · INOVA

BIANCHI · Crimson Trace · SUREFIRE · 911EP

LIBERVIT MANUFACTURER · HATCH · Marlow · QUIKSTEP ladder · ADVENTURE LIGHTS

Fisher Labs METAL DETECTORS · TASMANIAN TIGER · TULMAR TACTICAL · LANSKY SHARPENERS · SAT

projectina · FORENSICS SOURCE · STOP STICK

CONTINUAMOS A CRESCER...

Conheça todas os produtos disponíveis em www.miliciapro.com

Todas as marcas registadas apresentadas são representadas em Portugal pela Milícia - Bens de Segurança e Tecnologias Militares, Lda. Com sede na Rua de Entreparedes, 11 | 4000-198 Porto
Tlf. +351 22 208 31 30 | Fax. +351 22 208 86 11 | email: milicia@miliciapro.com | Web: www.miliciapro.com

CROSSBOW™

A PROTECÇÃO BALÍSTICA FOI REINVENTADA

MILICIA
WWW.MILICIAPRO.COM

disponível em
www.miliciapro.com

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

- Lentes balísticas em policarbonato com 2,4mm de espessura.
- Armação Tri-Tech™, permite um ajuste sempre perfeito e garante a ausência de pontos de pressão.
- Tratamento ClearZone™, resistente aos riscos e com propriedades anti-embaciantes.
- Mecanismo DedBolt™ para substituição rápida das lentes, mantém a lente firmemente segura.
- Tecnologia ESSOPTICS™, garante a máxima visibilidade, livre de distorções ao longo de todo o campo de visão.
- Fornecidos com duas lentes adicionais.
- 100% de protecção contra raios UVA/UVB.
- Permite a colocação de lentes correctivas, através de um acessório vendido separadamente.

STANDARDS DE PROTECÇÃO BALÍSTICA

Os óculos Crossbow™ obedecem aos seguintes standards:

CE EN 166 FT K N, US Federal OSHA,
ANSI Z87.1+ and US MIL SPEC MIL-PRF-31013

CORES

Armação: Preto

Lentes Disponíveis: Escura, Transparente e amarela de alta resolução.

PRODUTO

- Crossbow™ 3LS: Imagem do Kit fornecido

ESS™

Todas as marcas registadas são propriedade da Eye Safety Systems, Inc. representada em Portugal pela Milicia - Bens de Segurança e Tecnologias Militares, Lda. Com sede na Rua de Entreparedes, 11 | 4000-198 Porto

Ministro da Defesa Nacional visita oficialmente o Exército

O Ministro da Defesa Nacional (MDN), Dr. José Pedro Aguiar Branco, escolheu o dia 4 de Julho para a sua visita oficial ao Exército Português, nas instalações da Academia Militar, na Amadora. O MDN do XIX Governo Constitucional foi recebido pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho, com honras militares regulamentares pelo Corpo de Alunos.

O brifingue sobre o Exército teve lugar no auditório da Academia, onde o MDN ficou a conhecer a estrutura de Comando do Exército e os Oficiais-Generais no activo. Feito o ponto da situação deste ramo das Forças Armadas Portuguesas seguiu-se a formatura e o desfile do Corpo de Alunos e a assinatura do Livro de Honra do Exército.

José Pedro Aguiar Branco assumiu o cargo de Ministro da Defesa Nacional no dia 21 de Junho.

Licenciado em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (1980), nasceu a 18 de Julho de 1957 e possui no seu *curriculum vitae* diversos cargos de relevo na área do Direito, na área empresarial e na área política.

No que concerne à sua formação profissional, desempenha a função de Consultor jurídico de várias empresas privadas e destaca-se, no triénio 2002/2004, o cargo de Presidente da Ordem dos Advogados Portugueses – Conselho Distrital do Porto, e a sua eleição para Membro do Conselho Superior da Magistratura pela Assembleia da República, em Janeiro de 2000.

Na área empresarial, relevo para o cargo de Presidente da Mesa da Assembleia Geral de diversas empresas portuguesas nos mais diversificados ramos (Gestão de Bens; Comunicação e Publicidade; Restauração; etc.), assim como a gerência de sociedades portuguesas.

É Deputado à Assembleia da República desde 2005 (X e XI Legislaturas) e Membro do Conselho Superior de Segurança Interna, desde 23 de Abril de 2010.

Comemorações do Dia da Brigada de Intervenção

No cumprimento das tradições militares, a Brigada de Intervenção (BrigInt) celebrou o seu 5.º Dia da Unidade em 1 de Junho. O evento coincidiu com a data comemorativa da fundação, em 1992, da Brigada Ligeira de Intervenção, da qual a BrigInt é herdeira do património histórico-militar.

As comemorações seguiram este programa geral: içar da Bandeira Nacional; chegada da alta entidade que preside à cerimónia e guarda de honra; cerimónia militar; e almoço.

O Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho, presidiu à cerimónia, tendo sido recebido no Aquartelamento de Sant`Anna, seguindo-se a guarda de honra regulamentar. Na cerimónia militar, as Forças, dispostas na Parada Coronel Médico Aurélio dos Reis, foram constituídas por uma representação de todos os Encargos Operacionais da Brigada de Intervenção, pelo Bloco de Estandartes heráldicos, Estandarte Nacional da Brigada de Intervenção e pela Banda Militar do Porto.

Marcaram presença os Comandantes das Unidades Regimentais da BrigInt, militares das várias U/E/O do Exército e autoridades civis representantes de Instituições que têm vindo a privar com a BrigInt.

No decurso do cerimonial militar destacou-se: a homenagem aos mortos, a imposição de condecorações a militares, ex-militares e civis da Brigada de Intervenção e a entrega ao RI 13 do troféu das competições desportivas militares da BrigInt de 2010.

No âmbito das comemorações, esteve ainda patente ao público, de 26 de Maio a 1 de Junho, uma exposição subordinada ao tema: "O Cinquentenário da Guerra do Ultramar", proporcionada pela colaboração do Coronel Manuel Ferreira da Silva através da cedência de mais de 400 obras. Esteve também aberta ao público, a exposição visitável da BrigInt no âmbito da sua participação nas Forças Nacionais Destacadas.

PORTUGAL Lead Nation – European Union Battle Group 2011-2

Os Regimentos de Infantaria N.º13 e N.º19 e a região de Vila Real e Vila Pouca de Aguiar (Fraga da Almotolia e a serra da Padrela), no distrito de Vila Real, foram o palco para a realização do exercício multinacional Dragão-Padrela-Orion 11 (DP11) de aprontamento das forças para a União Europeia, que decorreu de 20 a 29 de Junho de 2011.

O exercício DP11 representa a fase final da preparação de cerca de 1800 militares que integram o *Battlegroup (BG)* da *European Operational Rapid Force (EUROFOR)*, constituída em 1995 por Portugal, França, Itália e Espanha.

A força iniciou o aprontamento em 1 de Julho de 2010 e ficou concluído agora, em Junho, com o treino multinacional dos quatro países que integram o BG.

Os BG são forças operacionais ao serviço da Política Europeia de Segurança e Defesa, que pretendem dotar a União Europeia de uma capacidade de resposta rápida para fazer face a crises que ocorram na sua área de interesse.

Portugal foi designado como a "Nação Líder", na sequência da decisão de 25 de Junho de 2009, do Comité Interministerial de Alto Nível, que teve lugar em Roma, para a realização do exercício DP11, nos moldes LIVEX (exercício com forças no terreno), num cenário com base numa operação de resposta a crises.

O PD11 foi executado obedecendo a quatro fases distintas: Fase I: Treino Individual e Colectivo - da responsabilidade do Comando das Forças Terrestres e da Brigada de Intervenção; Fase II: Processo e Planeamento - decorreu de Fevereiro a Maio e resultou na realização dos planos de operação do exercício; Fase III: Execução - de 20 a 29 de Junho; Fase IV: Fase da Avaliação - a decorrer após a conclusão da Fase III.

O momento visível deste processo de preparação do BG (Fase III: Execução) teve o início no dia 20, através da *concentração das forças, in-processing*, reconhecimentos e implementação do dispositivo de condução de testes, terminados no dia 23 de Junho.

De 24 a 27 de Junho decorreu o exercício com as forças no terreno, e ficou reservado para o dia 28 o *Distinguished Visitors Day (DVD)*, que contou com a presença do Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho, e de diversas altas individualidades, civis e militares, que tiveram a oportunidade de assistir a um brifingue e a uma demonstração ao vivo das capacidades efectivas da força. A retracção do dispositivo ocorreu no dia a seguir, finalizando a fase da execução.

1250 militares portugueses, 86 franceses, 13 espanhóis e 9 italianos e cerca de 350 viaturas, das quais se destacam 51 VBR Pandur II 8x8, consolidaram e aperfeiçoaram o treino ministrado durante o aprontamento nacional, validando nesta fase final o treino operacional deste 1.º Batalhão de Infantaria do *Battlegroup* da União Europeia (BI/BG/ERF).

O BI/BG/ERF finaliza assim o treino que o viabiliza para as missões que integram um *Battlegroup*, nomeadamente no âmbito das operações humanitárias, evacuação de não combatentes, operações de apoio à Paz, operações de imposição de Paz e operações de resposta a crises. Para trás ficaram os exercícios *Fiesole 10*, *Mercururius 11*, *Toscana 11* e *Bora 11*.

Equipada com os meios mais modernos do Exército português, o BI/BG/ERF é uma força blindada de rodas, que estará à disposição da União Europeia para ser empregue, no 2.º semestre de 2011, num raio de seis mil quilómetros a partir de Bruxelas.

Major-General Matos Coelho condecorado

No dia 3 de Junho decorreu uma cerimónia de condecoração no Estado-Maior do Exército que contou com a presença de vários oficiais generais. O distinguido foi o Major-General Adelino de Matos Coelho que recebeu das mãos do Chefe do Estado-Maior do Exército, José Luís Pinto Ramalho, a Medalha de Serviços Distintos – Prata.

Na cerimónia e aquando da leitura do louvor, foi sublinhada "a forma altamente honrosa e brilhante como o Major-General Matos Coelho exerceu, durante mais de três anos, as funções de Director da Direcção de História e Cultura Militar (DHCM)". As iniciativas levadas a cabo pelo Major-General, em prol da cultura e da difusão da história militar do Exército Português, foram caracterizadas como "notáveis na sua qualidade e quantidade". Entre elas destacou-se: a nível normativo, "a elaboração das Normas Gerais dos Museus e Colecções Visitáveis do Exército, diploma fundamental para a regulação da actividade museológica do Exército; no âmbito administrativo, a reabertura das lojas de vendas nos Museus, Arquivos e Biblioteca; no âmbito do controlo de documentos, livros e património histórico com o início do processo de adesão dos Museus Militares à rede portuguesa de Museus; com a criação de raiz do Museu Militar de Elvas, a transferência da Biblioteca do Exército para as novas e modelares instalações; a coordenação da edição do I e II volumes da publicação "O Exército nas Comemorações dos 200 anos da Guerra Peninsular" – em 2009 e 2010, bem como a edição do catálogo do Museu Militar do Buçaco, remodelado e modernizado para as ditas comemorações".

Visita da Academia Militar ao Instituto Diplomático

Teve lugar, no dia 15 de Junho, uma visita de cadetes da Academia Militar ao Instituto Diplomático – Ministério dos Negócios Estrangeiros – no âmbito da cadeira de Relações Internacionais ministrada naquele Estabelecimento Militar de Ensino. Os cadetes foram acompanhados pelo Tenente-Coronel Lemos Pires e pelo Capitão GNR Reinaldo Hermenegildo, tendo sido recebidos pelo Presidente do Instituto Diplomático, Embaixador Carlos Neves Ferreira, que proferiu uma palestra subordinada ao tema "Política Externa Portuguesa".

O Embaixador Neves Ferreira discorreu sobre o conceito de Segurança Nacional, bem como sobre os aspectos mais relevantes da realidade internacional que nele convergem, destacando a ideia de uma "Política global", que passa por uma relação estreita entre "política externa" e "política interna". O orador salientou que Portugal, apesar da sua reduzida dimensão geográfica, mas mercê da sua História, cultura e relação com outros povos, tem uma política externa ambiciosa, pautada por duas características que lhe conferem credibilidade na relação com os parceiros internacionais – a "previsibilidade" e a "consistência".

O legado histórico português, a nossa presença em todo o mundo, bem como factores geográficos, designadamente a extensa área marítima portuguesa e, por outro lado, a constância assumida, nesta matéria, pelos sucessivos governos desde 1974, constituem factores determinantes da nossa política externa que, presentemente, aposta no "multilateralismo", no quadro da UE e da relação com os restantes países da União, mas também nas relações com a África, a América Latina e o Brasil (dentro daquela que é a nossa feição transatlântica), como também no caso da Índia. Exemplos de afirmação de Portugal, num plano de relações multilaterais, encontram-se na realização da II Cimeira UE/África, na Cimeira UE/Brasil e UE/Índia, todas elas concretizadas durante a presidência portuguesa do Conselho da UE, no segundo semestre de 2007. São ainda de destacar, como prioridades da nossa política externa, a participação na NATO (essencial no plano da Política de Defesa Nacional), a relação com os países da CPLP, do Magrebe e da Ásia, bem como o exercício de uma cada vez mais expressiva "Diplomacia económica", que é crucial, nos dias de hoje, no domínio da política externa.

No final da palestra, houve lugar a um pequeno debate e a uma 'fotografia de grupo'.

Imposição de Condecorações

O Museu Militar de Lisboa acolheu a cerimónia de imposição de condecorações e entrega de bastões e espadas a oficiais generais, no dia 15 de Junho.

Foram impostas pelo Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General José Luís Pinto Ramalho, a medalha de Serviços Distintos-Grau Prata ao Major-General Raul Luís de Morais Lima Ferreira da Cunha e ao Major-General José Hermínio Estêvão Alves, e a medalha D. Afonso Henriques – Mérito do Exército – 1.ª Classe ao Major-General Rui Fernando Baptista Moura.

Seguidamente, o CEME procedeu à entrega de bastão ao Tenente-General Francisco António Correia e espada de oficial general ao Major-General Rui Fernando Baptista Moura.

XVIII Encontro Nacional de Combatentes

A Comissão Executiva do Encontro Nacional de Combatentes 2010 levou a cabo um vasto programa de comemorações no âmbito do Dia de Portugal, com o intuito de "homenagear a memória de todos quantos, ao longo da nossa História, chamados um dia a servir, tombaram no campo da honra, em qualquer época ou ponto do globo".

As cerimónias decorreram na Igreja dos Jerónimos e junto ao Monumento aos Combatentes, em Belém, Lisboa, e foram marcadas pelo "espírito de fraternidade lusófona e pela elevação e dignidade do único propósito que as enforma, que é celebrar a Pátria e honrar os seus combatentes", segundo sublinhou o Tenente-General José Armando Vizela Cardoso, Presidente da Comissão.

Um dos pontos altos deste programa aconteceu, no dia 9 de Junho, no anfiteatro da Fundação Calouste Gulbenkian com a Conferência subordinada ao tema "A Presença de Portugal em África". A presidir a mesa esteve o Professor Doutor Adriano Moreira na qualidade de Presidente do Instituto de Altos Estudos da Academia das Ciências de Lisboa e Presidente do Conselho Geral da Universidade Técnica de Lisboa. Na sua comunicação, Adriano Moreira relembrou que "não basta porque é necessário cuidar dos que foram combatentes como os que morreram, mas ficaram vivos guardando a memória da tremenda circunstância em que nem Deus está seguro nos altares". Na sua opinião, "ao longo dos tempos, e em Portugal com frequência cíclica, o recurso aos combatentes, umas vezes por infelizes razões internas, outras mais raras por efeitos colaterais, foi necessária, e os combatentes sofreram e participaram nas dores, nas misérias, nos abandonos, de todas as guerras. Agora, que o turbilhão do Mediterrâneo ameaça, nas palavras de um analista, que as suas águas transparentes sejam um cemitério, a participação na NATO e nas suas imprevisíveis aplicações do conceito, exigem meditar seriamente nos efeitos colaterais que exigem combatentes a todos os Estados membros, com votos de que a legitimação pela ONU seja sempre necessária e observada", afiançou.

Com um vasto leque de ilustres convidados, esta conferência teve dois painéis e seis temas debatidos no

geral, a saber: 1.º Painel "A estratégia de ocupação e o encontro civilizacional" teve como moderador o Almirante Vieira Matias e debateu os seguintes temas: "Linhas de força da ocupação de posições em África pelos portugueses, na perspectiva estratégica e do desenvolvimento económico e humano, desde o século XVI até ao fim da década de cinquenta do século XX" (pelo Professor Doutor Rui Ramos); "Elementos históricos sobre as migrações africanas no Ultramar Português" (pelo Professor Doutor José Carlos de Oliveira) e "Exemplos de interacção cultural entre os portugueses e outros povos em África. Encontros civilizacionais" (pelo Professor Doutor João Baptista Pereira Neto). O 2.º Painel, "A evolução da situação desde as vésperas do século XX", teve por sua vez como moderador o Tenente-General Jesus Bispo e debateu os temas: "Alterações nas condições de segurança no Ultramar Português na sequência do Congresso de Berlim de 1884/5" (pelo Tenente Coronel João Brandão Ferreira); "Evolução da posição da comunidade internacional quanto às ideias de colonização e de descolonização. Posição do regime português" (pelo Professor Doutor Jaime Nogueira Pinto) e "Processo de decisão política nacional para o início das operações militares em África no ano de 1961" (pelo Professor Doutor António José Telo).

Juramento de Bandeira

A Academia Militar é um estabelecimento de ensino superior público universitário militar que desenvolve actividades de ensino, de investigação e de apoio à comunidade, com a finalidade essencial de formar Oficiais destinados aos Quadros Permanentes das Armas e Serviços do Exército e da Guarda Nacional Republicana.

Toma esta designação em 1959 e tem o seu antecedente histórico na Escola do Exército, fundada em 12 de Janeiro de 1837 pelo Marquês de Sá da Bandeira, embora as suas origens remontem a 1641, em plena Guerra da Restauração, com a criação da Aula de Artilharia e Esquadria, surgindo assim, pela primeira vez, o ensino superior militar em Portugal. Tem presentemente as suas instalações distribuídas por dois aquartelamentos, um em Lisboa e outro na cidade da Amadora. Actualmente integra a Fundação das Universidades Portuguesas e é através do CINAMIL, seu Centro de Investigação, o Centro Coordenador das Actividades de Investigação e Desenvolvimento do Exército.

Dos 166 alunos que frequentam actualmente o 1.º ano da Academia Militar, no dia 28 de Maio de 2011 os 96 alunos do curso "General António Xavier Correia Barreto" cumpriram o Juramento de Bandeira em cerimónia presidida pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho.

Frequentam actualmente a Academia Militar 743 alunos: 473 do Exército (64%); 210 da GNR (28%) e 60 dos PALOP (8%). Do efectivo total, 12% são alunas. O corpo docente é constituído por 128 professores, 55 militares e 73 civis, com os seguintes graus académicos: 48 com doutoramento, 29 com mestrado e 51 com licenciatura.

Os cursos de formação de Oficiais ministrados na Academia Militar conferem o grau de mestre através de um ciclo de estudos integrados e reflectem as necessidades das diferentes Armas e Serviços do Exército e da Guarda Nacional Republicana, nas quais o aluno ingressa após a conclusão do curso.

No âmbito do ensino pós-graduado, em parceria com outras universidades, leccionam-se actualmente Mestrados em História, Defesa e Relações Internacionais. Em regime de associação com o ISCTE, é conferido ainda o grau de Mestre e Doutor em História Militar e em Guerra da Informação/ *Competitive Intelligence*.

São ainda ministrados, anualmente, cursos de liderança a alunos da Universidade do Minho, de Évora e a dirigentes de diversas empresas nacionais.

Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas comemorado em Espanha

O Contingente Nacional colocado no *Headquarters NATO Rapid Deployable Corps – Spain* (HQ NRDC-SP) comemorou, no dia 10 de Junho, em Bétera, Valência, o Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas.

O dia festivo iniciou-se com a entrega formal do Estandarte da Brigada Mecanizada Portuguesa (unidade afiliada ao HQ NRDC-SP), pelo Major-General Esperança da Silva ao HQ NRDC-SP, na pessoa do Tenente-General Sanches-Lafuente Caudevilla.

A cerimónia militar, a que assistiram os militares colocados no HQ NRDC-SP e a que presidiu o seu Comandante, teve início com um breve discurso alusivo à efeméride, proferido pelo Coronel Carlos Rodrigues.

Após a alocução, o Tenente-General Sanches-Lafuente Caudevilla impôs a Medalha de Serviços Distintos – grau Prata, concedida pelo General Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, ao Coronel Alfredo Tavares, ao Coronel Carlos Rodrigues e ao Tenente-Coronel João Silveira.

A cerimónia militar terminou com uma homenagem aos mortos ao serviço da NATO.

O Major-General Gonçalves Passos, *Deputy Commander* do HQ NRDC-SP e *Senior National Representative* de Portugal, recebeu os cerca de 100 convidados numa instalação anexa ao HQ NRDC-SP onde proferiu uma breve intervenção e presidiu a um brinde que uniu o País anfitrião a Portugal.

Dia do Centro de Tropas Comando

Os Comandos celebraram o seu 49.º aniversário no Centro de Tropas Comando (CTC), na Serra da Carregueira, no dia 29 de Junho.

A chegada do Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General José Luís Pinto Ramalho, entidade que presidiu ao evento, marcou o início das comemorações, seguida da prestação das honras militares e da revista à tropa em parada.

Perante as altas entidades civis e militares, assim como várias centenas de ex-Comandos, familiares e amigos, assistiu-se à integração do Estandarte Nacional na formatura, à leitura do Código "Comando" e à homenagem aos mortos em combate.

O Comandante do CTC, Coronel Pedro Miguel Alves Gonçalves Soares, efectuou a leitura do seu discurso, seguido pela leitura da mensagem do CEME, pelo Major-General Rovisco Duarte. "Os Comando constituem um património do Exército e uma força incontornável da sua componente operacional", disse, considerando "prioritário o reforço das capacidades deste importante Corpo de Tropas, tendo em vista fortalecer a sua especial aptidão para actuar com prontidão."

Na ocasião, o Município de Sintra, através do seu Presidente, Doutor Fernando Seara, entregou ao CEME, com a Medalha de Mérito Municipal da Câmara de Sintra, Grau Ouro.

Seguiu-se a imposição de condecorações a militares do CTC e o encerramento do 117.º Curso de Comandos, com a imposição de boinas e insígnias comando aos novos Comandos.

A cerimónia militar encerrou com o desfile da força em parada, ao que se sucedeu um período de confraternização.

Jornadas de Infantaria 2011

A liderança, a formação e a organização da arma de Infantaria foram discutidas nas Jornadas de Infantaria 2011, que decorreram na Escola Prática de Infantaria (EPI) de 29 de Junho a 1 de Julho.

Oficiais e Sargentos de Infantaria do Exército Português, juntamente com elementos do Exército da Alemanha, dos Estados Unidos da América e da Direcção de Formação da Rádio Televisão Portuguesa, abordaram temáticas actuais que se inserem no quadro da missão da EPI.

O primeiro dia destas jornadas foi destinado a um ciclo de seis conferências com base na temática "O Combate e as operações Futuras nos baixos escalões tácticos de Infantaria (Companhia, Pelotão e Secção)." Os dias seguintes ficaram reservados para dois dias de trabalho em ambiente de *workshop*.

As Jornadas de Infantaria pretendem reforçar o conhecimento, a camaradagem e as relações de trabalho entre unidades e militares da Infantaria, bem como reflectir sobre temas que influenciam a Infantaria portuguesa.

Dia de Portugal comemorado no Kosovo

O contingente Português no Kosovo comemorou o Dia Nacional, a 10 de Junho, no seu Campo, em Pristina.

Como anfitriões do evento estiveram presentes o Brigadeiro-General Marco Serronha, *Deputy Commander* KFOR, e o Tenente-Coronel José Augusto Amaral Lopes, Comandante da KTM.

Dos convidados a assistir às diferentes actividades alusivas a esta cerimónia, destacam-se a presença de diversos Embaixadores em missão diplomática no Kosovo, militares em funções no Comando e Estado-Maior da KFOR, da *European Union Rule of Law Mission in Kosovo* e outras Instituições Internacionais neste território, bem como vários cidadãos portugueses destacados neste país e ao serviço de diversas organizações.

Este dia foi uma oportunidade para familiarizar os convidados com um pouco da História e das tradições de Portugal.

Academia das Ciências debate Conflitos na Era da Informação/As Revoltas Árabes

À semelhança do que a Academia de Ciências de Lisboa tem habituado os seus estudiosos e confrades, decorreu no dia 16 de Junho mais um seminário com bastante audiência. O convidado da sessão, General José Alberto Loureiro dos Santos, trouxe à plateia as suas considerações sobre o tema, "Conflitos na Era da Informação/As Revoltas Árabes".

Na sua comunicação destacam-se alguns pontos abordados no momento da conclusão. Na opinião do General Loureiro dos Santos " (…) na Era da Informação, uma ordem internacional multipolar torna-se impotente para evitar uma guerra, cujos efeitos são sempre potencialmente globais e cujos autores dispensam poderosos exércitos, tornando-a na verdadeira pandemia que a todos pode afectar. Não sendo possível estabelecer uma situação de ausência do uso da violência física organizada, no nosso mundo vive-se sem paz, numa nova situação que poderá ser caracterizada também de 'paz impossível', como Raymond Aron observara durante a era electrónico-nuclear, mas agora, em vez da 'guerra improvável', em que se vivia no mundo bipolar, vive-se uma situação de 'guerra permanente', nos vários níveis da violência", sublinhou. Mais acrescentou que "a guerra deixou de estar ligada a um acto de natureza formal para ser considerada como tal – o que prevalece é a substância e não a forma; os factos impõem-se por si".

A recente decisão norte-americana anunciada em Maio pelo Pentágono foi destacada pelo General como um importante contributo para pôr fim a esta situação. Trata-se da "adopção de uma nova estratégia que classificará os ciberataques mais poderosos como actos de guerra, o que subentende que podem ser respondidos com o emprego de forças militares tradicionais, considerando que se aplicam ao ciberespaço as leis do conflito armado". Neste sentido, concluiu, "a ciberguerra deve ser a prioridade militar (…) e tornou-se no supremo patamar da condução dos conflitos, substituindo nesta posição o patamar nuclear". O que implica "muito menos custos, quer da produção das armas que utilizam, quer das destruições humanas e materiais que originam", defendeu.

3.ª HUDDLE da OMLT

Os mentores da Kabul Capital Division (KCD) realizam quinzenalmente uma reunião de coordenação, com a designação de HUDDLE.

Em 2 de Junho, teve lugar em Pol-e-Charki a 3.ª reunião, presidida pelo Sénior Mentor da KCD, Coronel Carlos Pereira, para além de todos os mentores da OMLT D. Contou ainda com a presença dos mentores dos Estados Unidos, Turquia, Grécia e Bulgária, para além dos civis americanos da DYNCORP e dos Depósitos de Material.

A finalidade do HUDDLE é coordenar todas as actividades realizadas pelos mentores da KCD com particular relevância para os aspectos de cariz operacional e logístico ao nível das Brigadas e Batalhões.

O 3.º HUDDLE contou com a presença do Comandante do Contingente Nacional, Coronel Fonseca Lopes, do Comandante do Campo de Black Horse e do Legal Advisal do KCD.

A reunião seguinte teve lugar em 16 de Junho.

Cerimónia em Almeida encerra comemorações das Guerras Peninsulares

O dia 2 de Julho vai ficar na memória de munícipes e turistas estrangeiros que assistiram ao evento que decorreu no município de Almeida, distrito da Guarda, no âmbito das Comemorações do Bicentenário da Guerra Peninsular, nomeadamente com a recriação da retirada das últimas Forças Francesas de Almeida.

A cerimónia militar, presidida pelo Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General José Luís Pinto Ramalho, teve lugar na Praça da República, onde decorreram as Honras Militares, a Homenagem aos Mortos, uma evocação histórica pelo Coronel Américo Henriques e ainda as intervenções do edil de Almeida, Professor António Baptista Ribeiro e do CEME.

Depois do Desfile das Forças em Parada seguiu-se uma visita à Exposição "Cursos e Percursos para o Mar Oceano", no Museu Histórico-Militar de Almeida, apresentado pelo Coronel Estrela Soares, do Instituto Geográfico do Exército, e ainda o descerramento de uma placa evocativa da retirada das últimas Forças Francesas de Almeida.

No seu discurso, o General José Luís Pinto Ramalho recordou todo o esforço e empenho desenvolvido para que este período histórico não caisse no esquecimento, lembrando a criação, em 2007, de uma comissão pré-coordenadora para as comemorações das Guerras Peninsulares. "Estivemos cientes das responsabilidades institucionais, do dever de memória para com os nossos antepassados mas também pela consciência do que as lições da história devem representar na construção do nosso destino colectivo. Foi este o contexto que nos levou a desenvolver uma série de iniciativas militares e culturais de âmbito regional, nacional e internacional permitindo evocar os movimentos mais marcantes da história de Portugal valorizando o nosso património histórico e enaltecendo os valores nacionais", frisou. "Comemoramos hoje a vitória do povo português face à tentativa de se subjugar pela força. Ficou demonstrado mais uma vez que o povo português tem um espirito insubmisso e que nos momentos mais dificieis o seu soldado revela a sua bravura, brandeza e patriotismo", elogiou.

O trabalho desenvolvido em parceria entre o Exército Português, Assembleia da República, Autarquias, Universidades, Escolas e Editoras, ao longo das comemorações dos 200 anos das Guerras Peninsulares foi um dos vários pontos focados e elogiados para que esta mega organização de eventos ao longo de cinco anos tivesse sido um sucesso.

TABELA DE PREÇOS PARA 2011

PREÇO DE CAPA €2,00 **ASSINATURA ANUAL (11 números):** VIA SUPERFÍCIE - **Portugal Cont. Madeira e Açores** €20,00; VIA AÉREA - **Países europeus** €45,00; **Restantes Países** €65,00 NOTA: **As assinaturas devem ser pagas antecipadamente NÚMEROS ATRASADOS - 1960 a 1969** €4,50; **1970 a 1979** €4,00; **1980 a 1989** €3,00; **1990 a 2001** €2,50; **2002** a **2008** €2,00. Os preços incluem IVA à taxa de 5%
N.B.: Os pedidos de envio pelos CTT serão acrescidos de portes segundo os códigos postais: **1000/2000** €4,21; **3000/8000** €5,79; **Açores** e **Madeira** €6,56.

Texto: Mestre Ana Rita Carvalho

aspirepartnersblog.com

Da Logística

Parte II

As tecnologias da informação na Logística

As Tecnologias da Informação (TIC) têm vindo a contribuir para que os procedimentos logísticos se tornem mais eficientes e efectivos, gerando valor nas empresas, no sector público e privado, constituindo-se actualmente como um referencial em diversas áreas de actuação. As TIC têm sido objecto de múltiplas definições, sendo genericamente entendidas como um conjunto de actividades e aplicações ao processamento de informação, mediante recursos de computação. Nas últimas décadas, a evolução das tecnologias, em geral, e das tecnologias da informação, nas empresas, modificou substancialmente os padrões de trabalho, desde o nível de planeamento, até à execução e controlo de qualidade, inserindo-se na cadeia logística, com resultados na redução de custos e na criação de vantagens competitivas.

Na cadeia logística, assume particular importância o fluxo de informações, que envolve os pedidos/requisições, a gestão de *stocks* e o levantamento de material existente, a movimentação de material, a actualização do seu estado, incluindo processos de avaliação e depreciação de valores, etc. A era do papel – que acarretava maior morosidade,

custos mais elevados e uma margem de erro maior – está definitivamente ultrapassada. Urge actualmente dispor de ferramentas informáticas adequadas ao processamento da informação logística e à automatização da cadeia logística.

Os sistemas de informações funcionam, no campo da logística, dentro de um mecanismo integrador em que se interligam as diversas actividades logísticas, recorrendo a *hardwares* e *softwares* aplicados à gestão das operações, podendo ser escalonados em diversos níveis. Delineiam-se quatro níveis fundamentais de decisão/execução, representados em pirâmide – um nível básico de levantamento de informações logísticas partilhadas por diversas áreas ou serviços e onde é elaborado algum planeamento e coordenação; um segundo nível correspondente a um controlo de gestão, onde é gerida a informação logística descendente; um terceiro nível correspondente ao apoio à decisão, com base em informação sobre as actividades operacionais e estratégicas, trabalhadas por software específico; finalmente, o nível de planeamento estratégico, no qual as informações logísticas dos três níveis inferiores são trabalhadas em suporte à decisão, com vista à melhoria da estratégia logística.

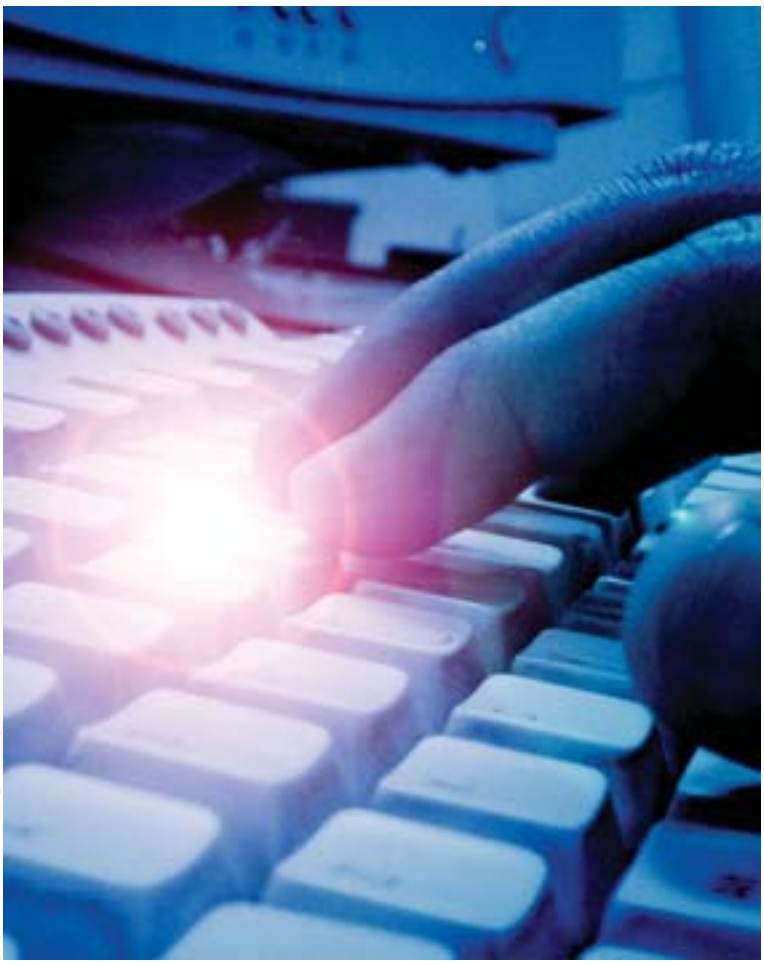
Diversas ferramentas informáticas têm implementação nesta área. Contudo, qualquer que seja o sistema implementado, existem objectivos comuns, nomeadamente a integração e uniformização de dados, a sua crescente fiabilidade e rapidez no processamento (preferencialmente em tempo real), o controlo de processos, a redução dos custos, a optimização do ciclo de informações, a celeridade e eficácia na tomada de decisões, a homogeneização das práticas operacionais e da gestão de todo o ciclo ou cadeia de suprimento, que engloba os produtos, os recursos e a informação.

O processo logístico em contexto organizacional

Ao nível dos princípios e das práticas, no contexto das Forças Armadas como da Administração Pública, vêm sendo adoptadas plataformas tecnológicas de disponibilização de serviços em rede, que muito têm contribuído para a modernização administrativa, em que se incluem os processos de aquisição, com significativas melhorias no tocante à redução de custos, à simplificação e celeridade dos serviços. A promoção de uma cultura institucional assente numa "avaliação aberta, rigorosa e independente" que assegure a "transparência de procedimentos e resultados"[4], assente no valor ético, cultural, social e económico do conhecimento está na base da implementação de instrumentos tecnológicos que permitem a partilha de conhecimento e contribuem para a promoção de valores sociais iminentes, mormente uma relação inclusiva de todos os cidadãos na Administração Pública e, a um nível geral, a criação de riqueza, o crescimento económico e o emprego, factores essenciais para a competitividade e o progresso das empresas e o Estado.

As tecnologias de informação e comunicação são estruturantes, numa cultura de progresso e transparência, da liberdade democrática e da cidadania activa, que passa pelo acesso e partilha de informação e pela valorização do conhecimento. Destacamos três instrumentos, inseridos no programa "Ligar Portugal", da iniciativa da UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento, programa de acção integrado no plano tecnológico do XVII Governo Constitucional: a "Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública", a "Rede Comum de Conhecimento da Administração Pública" e o "Programa Nacional de Compras Electrónicas".

As tecnologias de informação e comunicação são estruturantes, numa cultura de progresso e transparência, da liberdade democrática e da cidadania activa, que passa pelo acesso e partilha de informação e pela valorização do conhecimento.



projectoeducativomunicipal.wordpress.com

A Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública é transversal aos serviços electrónicos direccionados para o cidadão, como é o caso do cartão de cidadão. Tal instrumento, assente em requisitos tecnológicos baseados em sistemas abertos e acessíveis mas com elevado nível de segurança, visa um aumento da eficiência dos serviços do Estado mediados pela Administração Pública. Inicialmente concebida pela UMIC foi depois atribuída à AMA - Agência para a Modernização Administrativa.

A interoperabilidade e a segurança são dois pressupostos base na concepção deste sistema centrado numa "Framework de Serviços Comuns", a qual veio permitir dotar a Administração Pública de uma plataforma de partilha/disponibilização de serviços electrónicos, potenciando a ligação entre a Administração Central, Regional e Local e o cidadão, e a partilha de informação por via descendente ou horizontal entre os órgãos e serviços públicos administrativos, uma relação integradora, sustentada por *standards* abertos e seguros.

Um outro instrumento é a «Rede Comum de Conhecimento da Administração Pública», desenvolvido pela AMA. Trata-se de uma plataforma de apoio à partilha de iniciativas de modernização, inovação e simplificação administrativas da Administração Pública, contemplando a Administração Central, Regional e Local, bem como os Países de Língua Oficial Portuguesa. São-lhe subjacentes os mesmos princípios de modernização, inovação e simplificação administrativa, sustentando-se na mesma lógica de partilha de informação e interoperabilidade dos procedimentos, com suporte em redes formais de conhecimento na área das tecnologias da informação.

A Rede Comum de Conhecimento tem em funcionamento diversas redes temáticas, entre as quais a Rede Interministerial para as Tecnologias de Informação e Comunicação. Esta plataforma, implementada em 2009, constitui-se como uma rede de agentes das tecnologias de informação e comunicação, numa mesma lógica de partilha de conhecimentos. O seu objectivo é definir normas TIC e de intero-

A Lei de Programação Militar tem vindo a ser implementada mediante diversas medidas, com inscrição em outras tantas áreas adstritas a cada um dos ramos das Forças Armadas, bem como ao Estado-Maior-General das Forças Armadas e aos Serviços Centrais.

farinha-ferry.blogspot.com

perabilidade a implementar em toda a Administração Pública, possibilitando a existência de serviços partilhados com níveis de qualidade e eficiência.

O Programa Nacional de Compras Electrónicas, aprovado em 2003, tem por finalidade a introdução de ferramentas electrónicas nos processos de compras públicas, promovendo o comércio electrónico pelas empresas públicas, orientado por critérios de eficiência e de transparência. Foi constituída a Agência Nacional de Compras Públicas (ANCP), organismo que tem por missão proceder à coordenação das compras públicas em ligação com Unidades Ministeriais de Compras (UMC), constituídas ao nível dos ministérios e que centralizaram os respectivos processos de compra. A criação das unidades ministeriais de compras obedeceu a uma mesma lógica de partilha de serviços através de plataformas electrónicas de compras públicas. Em 29 de Janeiro de 2008 foi aprovado o Código dos Contratos Públicos, que se traduziu na adopção generalizada de procedimentos de compras públicas electrónicas.

O caso das Forças Armadas - ciclo de informação e gestão

A aquisição de equipamento, armamento e infra-estruturas, bem como a promoção da investigação, no âmbito das Forças Armadas, têm por enquadramento legal a programação do investimento público nas Forças Armadas, consignada na Lei de Programação Militar (LPM) - Lei orgânica n.º 4/2006, de 29 de Agosto, que se traduz num processo de modernização e operacionalização de capacidades e meios militares, contribuindo para a consecução dos objectivos de força nacionais. O plano de forças foi operacionalizado em medidas e capacidades consignadas no conceito estratégico militar e das missões das Forças Armadas, contemplando ainda a Lei de Programação Militar "projectos de desactivação de equipamentos, armamento, munições e infra-estruturas" (Art.º 2.º).

A Lei de Programação Militar tem vindo a ser implementada mediante diversas medidas, com inscrição em outras tantas áreas adstritas a cada um dos ramos das Forças Armadas, bem como ao Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA) e aos Serviços Centrais. Ao EMGFA incumbe o comando e controlo, no âmbito dos quais se evidencia a capacidade de "dotar as Forças Armadas com as facilidades de comunicações e sistemas de informação (CSI) interoperáveis e com capacidade de interacção em rede" dentro do Sistema de Forças Nacional.

A logística constitui-se como uma área transversal em que intervém uma vertente tecnológica e dos sistemas de informação, corporizada, ao nível dos serviços centrais, na "modernização da base industrial e tecnológica da defesa" bem como nas designadas "Capacidades conjuntas" e "Sistemas de informação e gestão". A operacionalização e gestão da comunicação e sistemas de informação encontra materializações diferentes nos três ramos, atravessando áreas tão diversas como o comando e controlo, a comunicação e sistemas de informação, e a projecção e sustentação de forças.

> *A necessidade de uma formação científica e cultural sólida articula-se com a capacidade de inovação e análise crítica, em múltiplas áreas relacionadas com a logística, abrangendo os níveis operacional e estratégico, bem como competências de cariz técnico-executivo*

A logística no Exército - Estruturas, funções e competências

A logística está implementada ao nível da macroestrutura do Exército em diversas entidades, designadamente a Divisão de Logística do Estado-Maior do Exército, o Comando da Logística e a Repartição de Logística do Comando das Forças Terrestres, bem como, ao nível do ensino militar, a Academia Militar.

A logística assume, nos modernos exércitos, uma importância crucial, acompanhando a evolução tecnológica, de materiais e de sistemas de armas, e implica, por outro lado, e no actual contexto, necessidades de racionalização de custos, envolvendo, igualmente, como área do saber interligado com as restantes áreas da ciência da guerra, uma crescente

frc-model.blogspot.com

A visão de uma logística integrada ganha crescente significado num contexto de globalização, nomeadamente no da construção europeia dos nossos dias e da sociedade da informação.

especialização de pessoal e uma clara definição de competências. A necessidade de uma formação científica e cultural sólida articula-se com a capacidade de inovação e análise crítica, em múltiplas áreas relacionadas com a logística, abrangendo os níveis operacional e estratégico, bem como competências de cariz técnico-executivo. O incremento de capacidades de gestão, de análise e aconselhamento especializado, direccionado para a decisão, e a integração de competências logísticas em áreas específicas numa integração multifuncional, constituem pressupostos de um sistema logístico moderno e interactivo, no âmbito do qual se definem diversas áreas de interesse, entre as quais:

- A gestão de recursos;
- A gestão financeira;
- A gestão de recursos humanos;
- Os sistemas de informação de gestão e tecnologias aplicadas à logística;
- Aspectos jurídicos;
- Ética e liderança;
- Ligação da logística militar à indústria de defesa;
- Cadeia de fornecimento de bens e serviços, em contexto de guerra e paz;
- Assuntos civis;
- Apoio à decisão;
- Gestão estratégica de recursos da defesa – Projecção e avaliação de políticas e procedimentos de gestão aplicáveis no apoio logístico;
- Missões, responsáveis e organismos de apoio logístico a nível operacional;
- Estratégia e política logística;
- Linhas gerais de política de defesa;
- Aplicação de doutrina militar;
- Situações de catástrofe e emergência;
- Protecção do Ambiente;
- História da logística militar.

A formação na área da logística contempla, igualmente, a ligação a organizações internacionais, com as quais o nosso País tem compromissos, designadamente, as Nações Unidas, a OTAN e a EUROFOR.

O estudo da logística – área vital no Exército e nas Forças Armadas como em qualquer organização – tem vindo a ser implementado e assistido à diversificação de *curricula*, sendo objecto de projectos de investigação, que vêm conduzindo a reestruturações, numa vertente integradora. Nesta perspectiva, entram em linha de conta a formação inicial (obedecendo às exigências de flexibilidade, capacidade de inovação e liderança), a ponderação de custos e sua racionalização, a evolução de materiais e equipamentos e a própria evolução dos sistemas de armas.

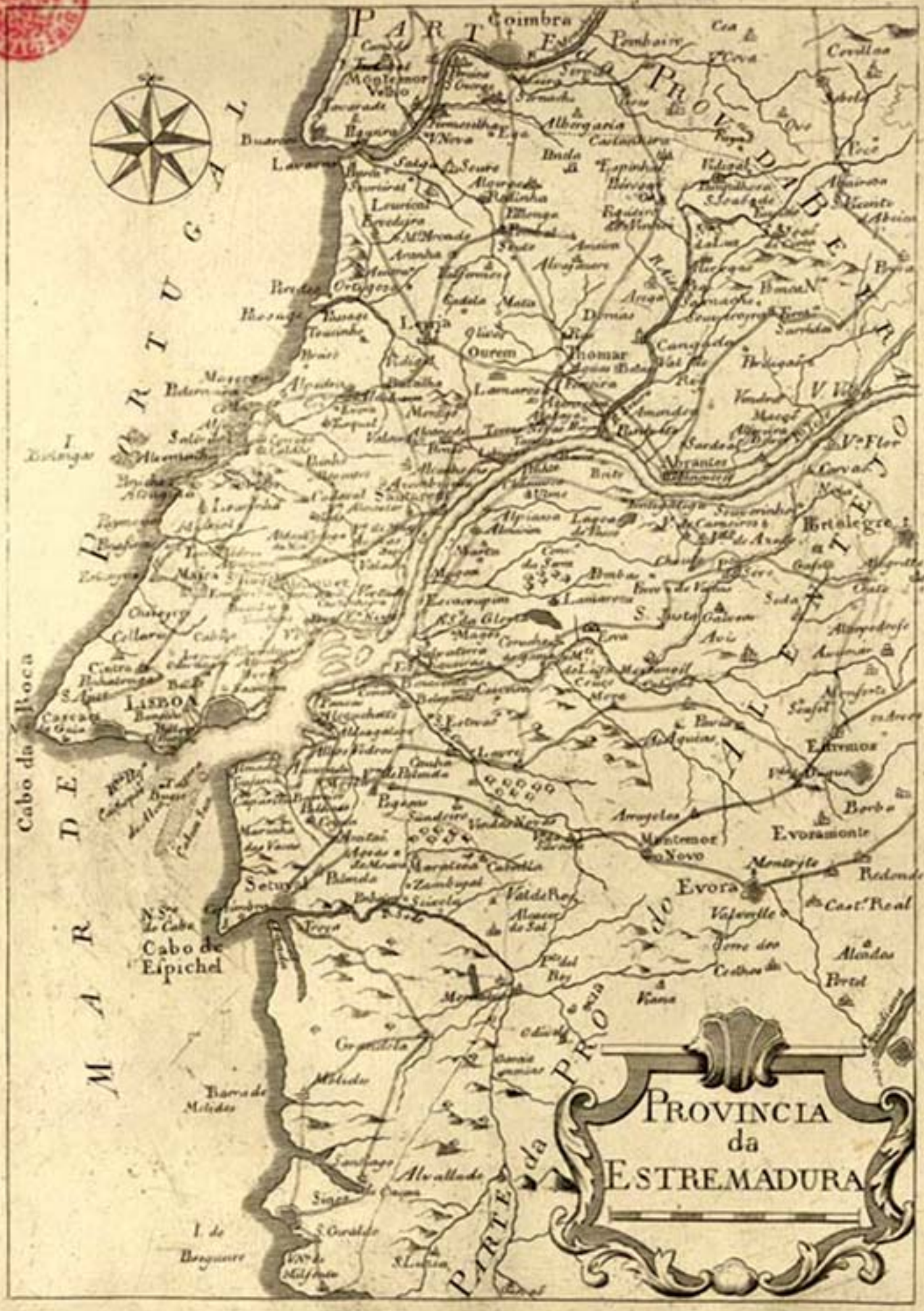
A visão de uma logística integrada ganha crescente significado num contexto de globalização, nomeadamente no da construção europeia dos nossos dias e da sociedade da informação, com o incremento de responsabilidades a nível técnico e ético, nomeadamente nas áreas do Direito, do Ambiente e matérias perigosas, bem como nos assuntos sociais. As funções[5] logísticas – em que assumem particular destaque as de reabastecimento e manutenção – envolvendo um ciclo largo de actividades, são hoje transversais aos exércitos modernos, mobilizando mecanismos e sistemas interoperáveis e sofisticados, numa perspectiva de optimização de meios e de potenciação de recursos, incluindo os recursos

humanos, dos quais se exige uma sólida formação de base e contínua. A elevada formação e especialização de quadros aliada à sofisticação e interoperabilidade dos meios materiais caracterizam actualmente a intervenção do Exército e das Forças Armadas em geral, em missões internacionais, em operações conjuntas e combinadas, consubstanciando a sua missão no plano da política de Defesa Nacional e da política externa portuguesa.

> *O estudo da logística tem vindo a ser implementado e assistido à diversificação de curricula, sendo objecto de projectos de investigação, que vêm conduzindo a reestruturações, numa vertente integradora*

[4] in www.umic.pt, programa-acção "Ligar Portugal", página consultada em 5 de Janeiro de 2011.

[5] Tomamos aqui por referência o estudo do então Coronel Hugo Borges, intitulado *A Estrutura Superior de Logística do Exército: formação de competências; preparação dos Quadros e critérios de selecção; criação de um quadro(s) especial(s) de logística*, Lisboa, Instituto de Altos Estudos Militares, Curso Superior de Comando e Direcção, 2002/2003. De acordo com este autor, o conceito de "logística de funções" vem substituindo o de "logística de serviços".


PROVINCIA
da
ESTREMADURA
PARTE DO PROVINCIA DA BEIRA
PARTE DO PROVINCIA DO ALENTEJO
MAR DE PORTUGAL
Coimbra
Thomar
Ourem
Lisboa
Cabo da Roca
Cabo de Espichel
Setuval
Evora
Montemor Novo
Evoramonte
Estremos
Portalegre
Abrantes
Alvallade
Barra de Melides
I. de Berguere

Texto e fotos: Major Inf Fernando Manuel da Silva Rita

Operações Militares na Estremadura

Os exércitos de Massena e Wellington no concelho de Santarém em 1810 e 1811

O espaço administrativo: As dimensões do concelho em 1810 e 1811

No século XIX, o concelho de Santarém, com maiores dimensões e diferentes limites administrativos em relação à actualidade, tinha na sua constituição um grande número de freguesias. Inserido na antiga província da Estremadura, era um município de grandes dimensões, quando comparado com as suas dimensões actuais[1].

Ocupava então terrenos da margem esquerda do rio Tejo, fazendo parte da sua organização, seis freguesias desse lado do rio. Eram o caso de Alpiarça, hoje sede de concelho, as freguesias do Pinheiro Grande, Chouto e Vale de Cavalos, inseridas presentemente no concelho da Chamusca e ainda as freguesias de Sta. Marta de Monção de Benfica[2] e da Raposa, actualmente na dependência do concelho de Almeirim.

Na margem direita do Tejo, surgiam também várias povoações, hoje pertencentes aos concelhos do Cartaxo e Rio Maior. Tínhamos então dentro do espaço concelhio de Santarém, na centúria de oitocentos, freguesias como o Cartaxo, Valada, Vale da Pinta, Ereira-Lapa e Pontével do município do Cartaxo e as paróquias de Rio Maior, Arruda dos Pisões, Outeiro da Cortiçada e S. João da Ribeira do concelho de Rio Maior.

A população da Azinhaga também pertenceu a Santarém até 1895, data em que se transferiu para o município da Golegã. No entanto, algumas povoações sempre pertenceram ao termo de Santarém até aos dias de hoje. Nesta situação estão as freguesias rurais de Abitureiras, Achete, Alcanhões, Almoster, Azóia de Baixo, Azóia de Cima, Casével, Pombal, Póvoa da Isenta, Póvoa de Galegos, Romeira, S. Vicente do Paúl, Tremês, Vale de Figueira, Vale, Vaqueiros e Várzea.

O espaço estratégico: O valor militar do concelho em 1810 e 1811

Em termos militares, o concelho de Santarém no século XIX implantava-se num espaço que podemos considerar como determinante para a conduta da guerra nesse período. Está-

Marechal Masséna e Duque de Wellington. (Fonte: Arquivo Histórico Militar; EP/DHCM)

Vista panorâmica da Vila de Santarém, a partir da margem Sul do Tejo. (Fonte: Arquivo Histórico Militar; EP/DHCM.)

Vista panorâmica da Vila de Santarém, a partir da margem Sul do Tejo. (Fonte: BNP, Biblioteca Nacional Digital, 13097/2; gravura de 1830)

vamos assim perante o teatro de operações[3], da antiga província da Estremadura, que nunca foi uma região de passagem nem de ligação entre outras, mas sim, uma zona com uma posição geoestratégica[4] de protecção directa e imediata ao principal e decisivo objectivo português, a cidade de Lisboa.

Podemos então assumir, que o espaço ocupado pelo concelho de Santarém fazia parte do último reduto que contribuía para a defesa do país.

Esse estatuto do teatro estremenho devia-se essencialmente, à sua geomorfologia, que lhe garantia duas das melhores linhas de defesa do país.

Na direcção Este/Oeste, entre o rio Tejo e o mar, surgia a Linha de Santarém – Rio Maior – Óbidos, e mais a Sul, as Linhas de Torres Vedras.

Com duas áreas de operações distintas, uma de características fluviais e outra marítima, divididas pela Cordilheira Central, que em Portugal tem início na Serra da Estrela, o teatro tinha assim dois corredores de mobilidade, bem definidos até Lisboa.

Estes corredores, regiões abertas à manobra táctica, de forças de vários escalões, tinham a sua ori-

[1] O concelho de Santarém faz hoje parte da unidade territorial Lezíria do Tejo, com uma superfície de 560 km2, apresenta hoje um comprimento máximo de 35 km na direcção Norte/Sul desde o Covão dos Porcos no Maciço de Porto de Mós até à foz da vala Travessa no rio Tejo. A sua parte mais larga surge segundo a orientação Oeste/Este, entre a Gançaria e Vila Nova com 31 km de extensão, pelo que é considerado um concelho de média dimensão a nível nacional; *in* António Pena, op.cit., 1996, p.10.

[2] Conhecida actualmente por Benfica do Ribatejo. Governo Civil de Santarém, *Sistema de informação geográfica de emergência de Santarém*, Santarém, GCS, 2008, Mapa do concelho de Almeirim.

[3] *Teatro de operações* é a parte do teatro de guerra necessária à condução ou apoio das operações de combate, sendo o *Teatro de guerra* o espaço terrestre e marítimo, que está ou pode vir a estar directamente envolvido na conduta de guerra. EP/CID, *op.cit.*, 2005, p. B10.

[4] A geoestratégia constitui-se como "o estudo das constantes e variáveis do espaço acessível ao homem, que ao objectivar-se na construção de modelos de avaliação e emprego, ou ameaça de emprego de formas de coacção, projecta o conhecimento geográfico na actividade estratégica". Carlos Manuel Mendes Dias, *Geopolítica*, Colecção Estratégia e Política Externa, Lisboa, Prefácio, 2005, p.64

[5] Coronel Miranda Cabral, *Conferências sobre Estratégia; Estudo geo-estratégico dos teatros de operações nacionais*, Lisboa, Topografia Maurício & Monteiro, 1932, p.176 e ver figura 12.

[6] *Jonathan Leach*, foi um oficial inglês que participou na campanha da Terceira Invasão Francesa, estando directamente envolvido nas operações que decorreram na região de Santarém, como comandante de uma companhia, que pertencia à divisão ligeira de Craufurd; Cf. Maria Leonor Machado de Sousa, *op.cit.*, p. 229.

[7] Maria Leonor Machado de Sousa, *idem*, p. 234.

[8] Povoação situada na margem esquerda do Tejo, em frente à povoação de Valada. GCS, *Sistema de informação geográfica de emergência de Santarém*, Santarém, 2008, Mapa do concelho de Salvaterra de Magos.

[9] AHM/ Div. 1/Sec. 14/Cx. 272/Doc. n.º 18, *Mapa das embarcações fornecidas para diferentes serviços dos exércitos combinados nos meses de Fevereiro e Março de 1811*. Datado de 1 de Abril de 1811.

gem, na região de Miranda do Corvo, permitindo ao invasor optar pela área que lhe permitia alcançar maior sucesso[5].

Ainda no que diz respeito ao relevo do teatro de operações estremenho, é sem dúvida no Maciço Calcário, constituído pelas Serras dos Candeeiros, Aire, Porto de Mós e Mendiga, na sequência da cordilheira central para Sudoeste, que temos o acidente orográfico de maior importância estratégica.

Parte deste obstáculo encaixa na antiga área do concelho de Santarém, estando profundamente ligado à linha de defesa, Santarém – Rio Maior – Óbidos.

Em relação aos cursos de água, exceptuando o rio Tejo, não existia mais nenhuma linha de água no teatro que alcançasse grande importância estratégica, no entanto, na área do concelho de Santarém do século XIX, o rio Alviela, o rio Almonda, a vala de Alpiarça e a vala da Asseca, poderiam obter alguma importância táctica nas operações realizadas na sua proximidade.

Esta situação foi confirmada por Jonathan Leach[6] nas suas recordações da Guerra Peninsular, quando em 18 de Novembro de 1810, verificou que o terreno à volta da vala da Asseca, se tornava pantanoso com as chuvas, "que durante os meses de Inverno, não é possível transpor"[7].

Referindo ainda a importância estratégica do rio Tejo, a mesma é evidente, na utilização que foi feita do mesmo, como via de comunicação em 1810 e 1811, no âmbito das operações de apoio logístico, á campanha de Santarém. Foram várias as embarcações, utilizadas como meio de transporte, de tropas, víveres e material, durante toda a ocupação de Santarém.

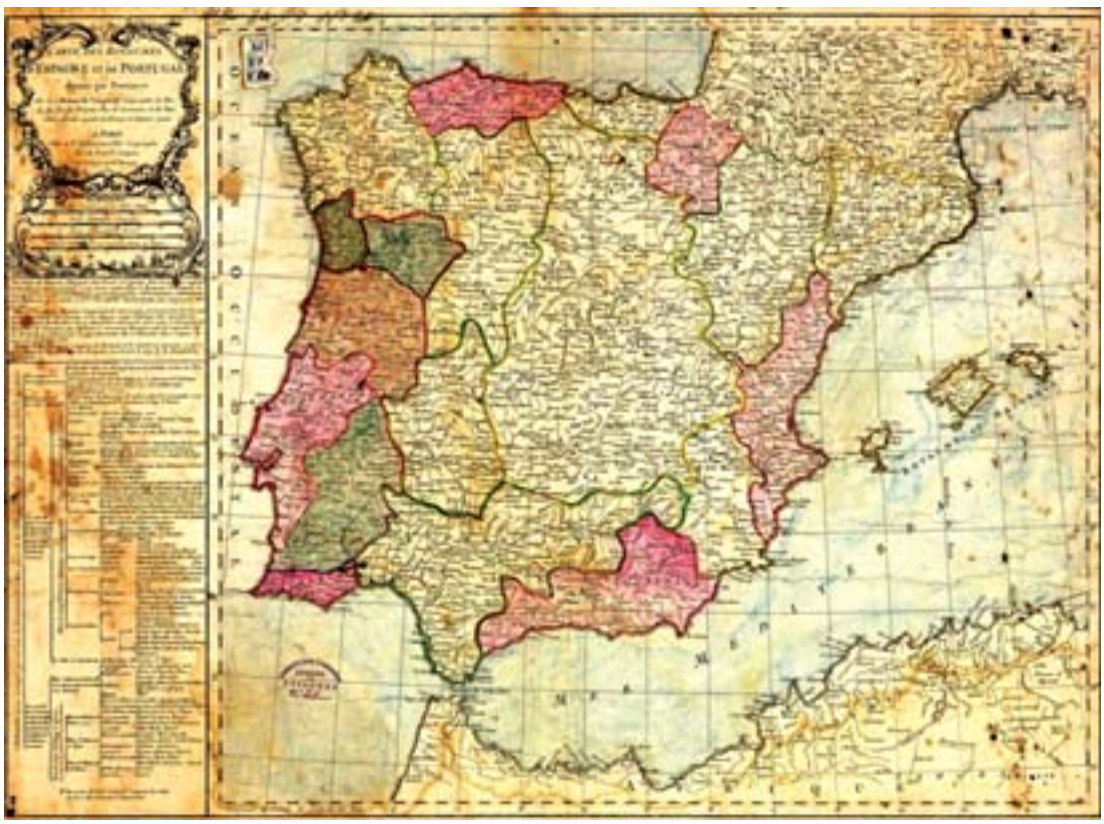
Foi o que aconteceu em Novembro de 1810, com o transporte das tropas da divisão do General Hill, que por ordem Wellington, atravessou o rio em barcos, no porto de Valada, para ocupar os terrenos na margem esquerda do Tejo.

Também num mapa com as embarcações necessárias, para os diferentes serviços do exército português, o mesmo recebeu em Fevereiro de 1811, 48 embarcações de diferentes tipos, e em Março 223. Concentradas no depósito do Escaroupim[8], em frente ao porto de Valada, estiveram então envolvidas no transporte de várias remessas de géneros, de pão e forragens, para as forças portuguesas, empenhadas na região de Santarém[9].

No teatro de operações estremenho o objectivo principal no século XIX era, como vimos, a capital, Lisboa, existindo vários objectivos secundários ou intermédios, entre os quais, a vila de Santarém e o lugar de Rio Maior, além de Óbidos, Caldas da Rainha, Torres Vedras, Sobral e Alhandra.

Rio Maior, antiga povoação do concelho, era considerado um objectivo intermédio, porque nela

Carta do reino de Espanha e Portugal com a divisão por províncias. (Fonte: Didier Robert de Vaugondy; 1780; EP/CL/DIE)



existia um importante nó de comunicações, situado junto à passagem da Cordilheira Central, na Serra dos Candeeiros.

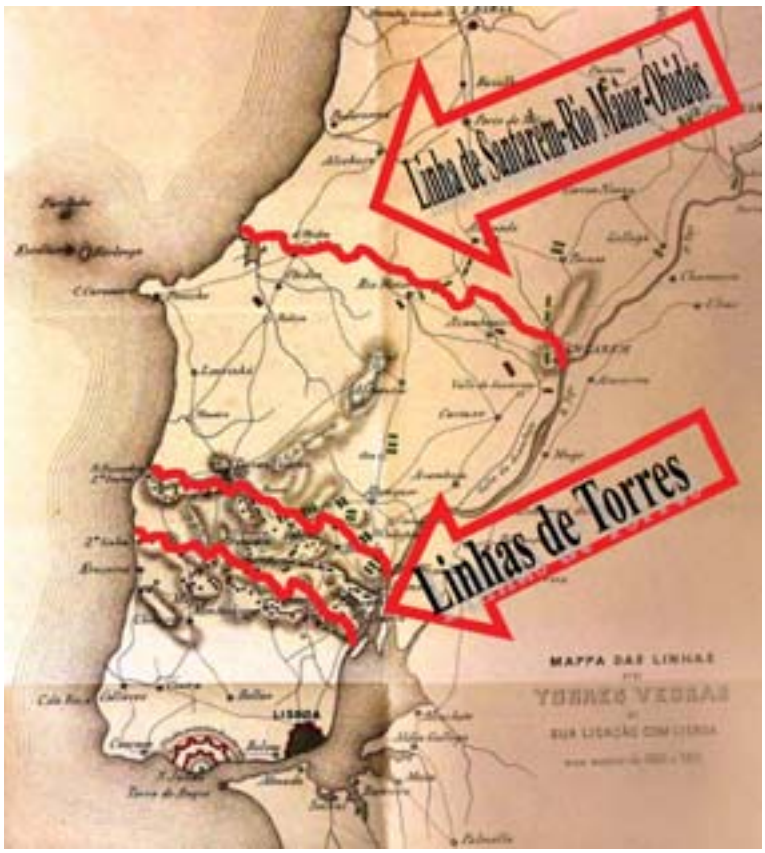
Esta região servia de ligação entre as áreas de operações marítima e fluvial, constituindo-se como fundamental o seu controle pelos exércitos, pois possibilitava balançar forças e manobrar por linhas interiores, nas duas áreas de operações referidas.

Esta situação verificou-se com Massena, que fez passar por Rio Maior em 1810, na sua marcha para o contacto, em perseguição de Wellington, o grosso do seu exército, depois de ter percorrido a área de operações marítima segundo a direcção Coimbra – Condeixa – Pombal – Leiria – Batalha – Molianos – Rio Maior, transitando para a zona fluvial no lugar de Rio Maior, em direcção às Linhas de Torres Vedras.

Por sua vez, Santarém, pela sua localização geográfica num planalto, além de controlar o principal nó rodoviário da área de operações fluvial, a estrada Lisboa – Porto, via Cartaxo, permitia a vigilância do rio Tejo e o domínio dos pontos essenciais entre a serra de Aire e o rio, controlando desta forma todas as passagens, ao longo da zona de operações referida.

Como tal, a sua conquista e posse, trazia grandes vantagens a uma força que a ocupasse, o que aconteceu com Massena, após a retirada das Linhas de Torres Vedras.

Linha de Santarém – Rio Maior – Óbidos e Linhas de Torres Vedras. (Fonte: Luz Soriano, 1884, tom. III, Mapa das Linhas de Torres, p. 232, com alterações do autor)



Sobre a posição de Santarém, também Fririon, o chefe de estado-maior de Massena, nas suas crónicas, afirmava que a mesma era muito forte, ao ponto do exército aliado não ter tentado sequer atacar os franceses nessa posição, preferindo assim aguardar, pacientemente[10].

Pela mesma razão, Wellington, no seu relato de campanha de 1810, ao tomar conhecimento que o exército francês se encontrava no concelho de Santarém, abandonou a intenção de atacá-lo, devido não só ao estado dos caminhos e dos cursos de água, mas por ser claro para ele, que os franceses tinham reunido o seu exército, numa das posições mais fortes do país[11].

Também o historiador inglês William Napier, caracterizou a posição de Santarém e apontou as dificuldades que o exército anglo-luso teria em atacá-la, apoiada como estava na esquerda por um paul até ao rio Tejo e na direita pelos terrenos pantanosos da Vala da Asseca, ambos de difícil transposição. Tinha ainda um único itinerário de marcha para o exército aliado, que era muito estreito e estava obstruído por abatises[12] em 1810, constituindo a própria cidade com as suas fortificações, outro ponto de defesa[13].

Pelo que foi exposto, podemos afirmar que a linha Santarém – Rio Maior se podia constituir como uma importante linha geral de defesa das nossas forças, no concelho de Santarém, caso o invasor abordasse Lisboa pelo teatro de operações do Alentejo, da Beira Baixa ou da Beira Alta, ou caso ocupasse Santarém, como aconteceu em 1810.

O posicionamento do exército de Massena no concelho de Santarém

No dia 15 de Novembro de 1810, "quando o dia raiou completamente, descobrimos que aqueles velhacos astuciosos, nos tinham aplicado um velho truque seu, colocando figuras de palha na vertical, com um boné de soldado em cada uma e um pau ao lado a simular um mosquete. O exército inteiro tinha efectuado a sua retirada durante a noite, na direcção de Santarém; e nós fomos enviados em sua perseguição algumas horas depois"[14].

Este facto narrado por Jonathan Leach nas suas memórias, marca um acontecimento determinante da Terceira Invasão Francesa: a retirada de Massena das Linhas de Torres e o início dum período de operações militares que ficaram relacionadas com

Posições do Exército de Masséna na região de Santarém. (Fonte: Luz Soriano, 1884, tom. III, mapa nº 8, p. 232, com alterações do autor)

a ocupação "da posição de Santarém, da qual Massena queria fazer a base das suas próximas operações", segundo o general Koch.

No momento em que decidiu iniciar a operação retrógrada das Linhas de Torres Vedras para Santarém, Massena entregou ao seu chefe de estado-maior, general Fririon, um plano de retirada do exército, com os itinerários de marcha dos três corpos e as posições atribuídas que deveriam ocupar.

Sendo assim, o 2.º corpo ocuparia Santarém, o 8.º corpo a região de Torres Novas e Pernes e o 6.º corpo, iria posicionar-se em Tomar.

A partir do dia 16 de Novembro, o exército francês em retirada, entrou finalmente no concelho de Santarém.

Ocupou perto da vila, a posição sobranceira à ponte da Asseca, com o seu 2.º corpo de exército, que posicionou a sua artilharia, na região do Monte do Abade, 1200 m a Nordeste desta ponte, cobrindo assim a estrada até Santarém.

A 1.ª divisão Merle do 2.º corpo ocupou os pontos altos, na região situada ao longo da Vala da Asseca, constituída pelo Monte do Abade (.69), Grainho (. 63), Perofilho (. 61) e Carrascais (.92). À frente e a meio desta linha, em posição de destaque, o Alto de Manteigas (.100), situado 3500 m a Noroeste da ponte da Asseca, dominava completamente a vala e a ponte do Celeiro, onde passava a estrada Almoster – Santarém.

A 2.ª divisão Heudelet posicionada nas alturas das Omnias, ligava-se à direita, à divisão Merle, na região do Monte do Abade (.69) e deveria continuar ao longo das posições do Fau (.104), Outeiro da Forca (.103) e Portas de Sol (.108).

Por sua vez, a reserva do 2.º corpo, com o seu parque e o quartel-general de Reynier, estavam na vila de Santarém.

Ao exército francês, era assim permitida a possibilidade de bater a frente e o interior da posição defensiva anglo-portuguesa, situada ao longo da

Ponte da Asseca, controlada por forças do BatCac 1. (Foto do autor)

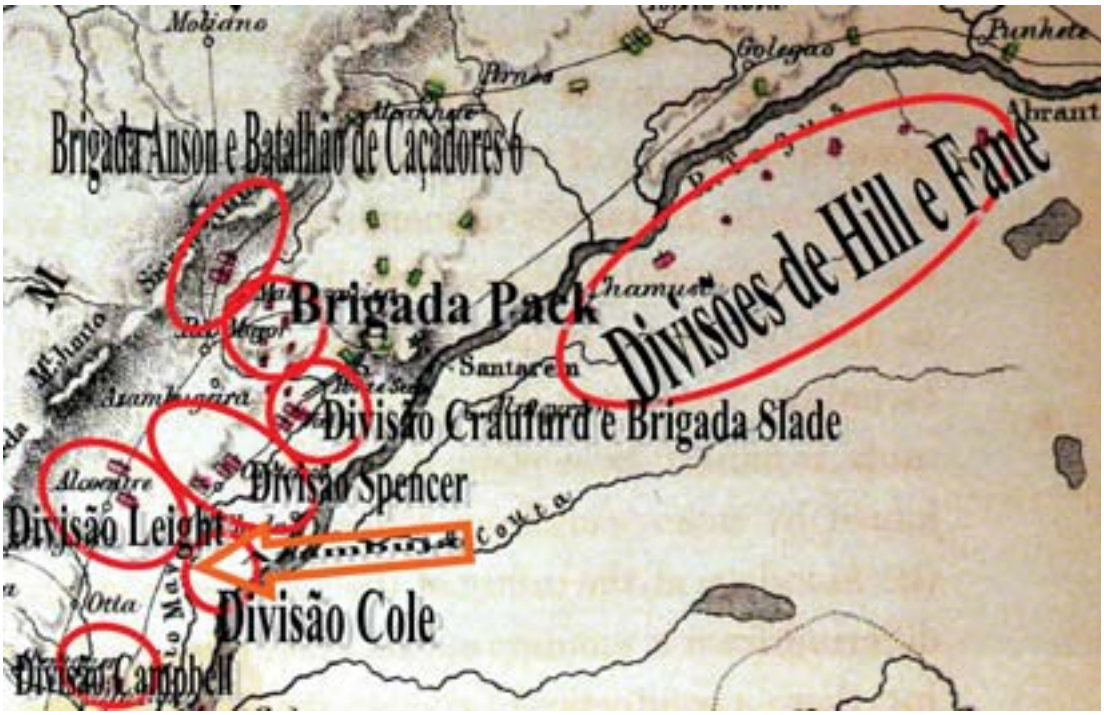
[10] Cf.Barão Fririon, *Journal historique de la campagne de Portugal entreprise par les Francais sous les ordres du Marechal Masséna*, 1841, p.115.

[11] *Gazeta* de Lisboa, 23 de Novembro de 1810, n.º 281.

[12] *Abatis* é um obstáculo de natureza militar, utilizado para bloquear uma estrada ou um desfiladeiro, pode usar-se na sua construção árvores derrubadas. EPE, *Manual de Fortificação de Campanha*, Cap. 12, p. 11.

[13] William Napier, *History of the war in the peninsula and the south of France, from the year 1807 to the year 1814*, Vol III, 1862, pp. 61 e 62.

[14] Jonathan Leach *in* Maria Leonor Machado de Sousa, *op.cit.*, p. 232.



Posições do exército de Wellington na região de Santarém. (Fonte: Movimentos militares à volta de Santarém, em 1811, in The Military life of Arthur, Duke of Wellington, 1847, com alterações do autor)

margem direita da vala da Asseca, cobrindo a estrada Lisboa – Porto, via Cartaxo, através do controle que tinha, da ponte da Asseca.

Por sua vez, o 8.º corpo, com a 1.ª divisão Clausel, posicionava também forças no concelho de Santarém, com três batalhões, nas freguesias de Azóia de Cima e de Tremês e quatro batalhões nos lugares da Atalaia e Santos, pertencentes à paróquia de Tremês.

Por último, o 6.º corpo que se instalava todo fora do concelho de Santarém, com o grosso das suas forças ao longo da região de Tomar, tinha a 3.ª divisão a operar no concelho da Golegã. No entanto, a mesma, tinha cem atiradores da legião Hanoveriana, a patrulhar terrenos desde a ponte do Almonda, onde estava o seu parque da artilharia, até ao rio Tejo. Estes posicionamentos na região limítrofe da Azinhaga, ocupavam terrenos ainda pertencentes ao concelho de Santarém.

Assim, a permanência do exército de Massena na região de Santarém, permitia-lhe em termos defensivos, vantagem sobre o opositor, permitindo-lhe aguardar por reforços para passar novamente à ofensiva ou então retirar como se verificou, caso os mesmos não chegassem.

Posicionamento do exército de Wellington no concelho de Santarém

Sem que o exército anglo-português tomasse conta da ocorrência, a retirada do exército francês, chegou ao conhecimento dos aliados, apenas por volta do meio-dia, não só porque a mesma se efectuou durante a noite, mas porque ainda na manhã do dia 15 de Novembro de 1810, havia um espesso nevoeiro que ocultava os locais dos acampamentos franceses.

Logo que Wellington percebeu que Massena não tinha intenção de lançar qualquer ataque contra as Linhas de Torres, decidiu empenhar o maior número de forças na perseguição ao exército francês.

Verificando depois que o exército francês estava solidamente organizado em Santarém, Wellington distribuiu algumas das suas forças no concelho, da seguinte forma.

Nas linhas de altura perto do Vale, colocou a divisão ligeira de Craufurd, com o apoio da brigada de cavalaria inglesa, Slade. Constituíam desta forma, o flanco direito, do dispositivo de Wellington, vigiando todo o terreno entre o rio Tejo e a ponte do Celeiro, incluindo a ligação a Santarém através da ponte da Asseca.

Havia na divisão Craufurd, duas unidades portuguesas[15], os batalhões de caçadores n.º 1 e n.º 3.

O batalhão de caçadores n.º 1, com o seu acantonamento na zona do Vale, ocuparia posições nas alturas do Vale, entre o monte da Asseca (. 80) e a Quinta do Marceneiro (. 92).

E o batalhão de caçadores n.º 3, com o seu acantonamento na região da Ponte do Celeiro, ocuparia posições entre as elevações da Ponte do Celeiro (. 92) e os Casais de Almodolim (. 92).

Por sua vez, a brigada portuguesa Pack con-

[15] AHM/Div.1/Sec.14/Cx. 293/ Doc. n.º 05. *Relações das posições dos Batalhões de Caçadores 1 a 12 e do 1.º e 2.º Batalhões da Leal Legião Lusitana; [1812]*

[16] AHM/ Div.1/Sec.14/Cx. 293/Doc. n.º 02. *Relações das posições dos Regimentos de Infantaria 1 a 24, [1812]*

trolava a zona central do dispositivo, que incluía a restante região contígua à Vala da Asseca, entre a ponte do Celeiro e Freiria[16].

Tendo na sua composição o regimento de infantaria n.º1, acantonado em Almoster, na retaguarda do seu sector defensivo, o mesmo terá se posicionado na região de Mata Quatro (. 96), entre a Ponte do Celeiro (. 92) e a Boca das Três Entradas, confluência da Ribeira de Alcobertas e de Almoster, com a Vala da Asseca.

Com o regimento de infantaria n.º 16, a brigada Pack ocupou durante toda a campanha, o acantonamento da Marmeleira, lugar da freguesia de S. João da Ribeira.

A partir daqui, deve ter tomado posição nas elevações entre a Boca das Três Entradas e Freiria, em frente à Vala da Asseca.

Além de garantir a defesa das suas posições no sector da brigada, este regimento guarnecia juntamente com o 16.º regimento de dragões ligeiros ingleses e o 1.º regimento de Hussares alemães da brigada Anson, um piquete nas alturas do Malaqueijo.

O planalto em frente desta povoação, constituía o flanco esquerdo do dispositivo defensivo, organizado por Wellington, e vigiava a passagem na ponte do Calhariz, sobre a ribeira das Alcobertas.

Por último, o batalhão de caçadores n.º 4, ocupou posição na freguesia da Lapa, situada cerca de 12 km à retaguarda do sector da brigada, constituindo assim a sua reserva até ao final de Janeiro.

À retaguarda deste flanco, movimentava-se ainda a brigada de cavalaria inglesa, Anson, assegurando a cobertura dos caminhos de Rio Maior para Alcanede e Pernes, itinerários fundamentais na época.

No mês de Dezembro a brigada portuguesa do major-general Campbell, reforçou a vigilância nesta região, com o batalhão de caçadores n.º 6, que ocupava o lugar de Rio Maior e patrulhava as estradas desta localidade para Santarém e Alcanede, com postos avançados. Associada ao dispositivo de Wellington, surgia ainda a 1.ª divisão Spencer em segunda linha, com a missão de apoiar as forças em contacto; estando posicionada no Cartaxo, com o Quartel-General de Wellington, aparecia localizada ainda, em território do concelho.

Fora deste dispositivo de forças, Wellington manteve ainda a 2.ª divisão Hill a operar do outro lado do rio juntamente com a divisão de cavalaria portuguesa Fane, assegurando assim a cobertura dessa margem, entre a Chamusca e Muge, percorrendo igualmente terrenos do concelho, na margem esquerda do Tejo.

Posições das unidades portuguesas nos arredores de Santarém. (Fonte: EP/DIE; Carta militar de Santarém e dos seus arredores, Novembro de 1808; com alterações do autor)

Ponte do Casal Branco; na região de Alpiarça, ocupada por forças do RegCav n.º 1 e 7. (Foto do autor)

Mas era a divisão Fane que posicionava praticamente todas as suas forças nesta área do concelho. Com quatro regimentos na sua composição, tinha assim o regimento de cavalaria n.º 1 em Alpiarça e o regimento de cavalaria n.º 7, acantonado em Novembro na Gouxa, uma quinta situada entre Alpiarça e Almeirim, tendo-se transferido em Dezembro para o Casal Branco, perto de Alpiarça, onde se manteve até Janeiro.

Já o regimento de cavalaria n.º 4, encontrava-se na Carregueira, lugar a Norte e perto do Pinheiro Grande e o n.º 10, na própria freguesia do Pinheiro Grande.

Em Dezembro o regimento n.º 4 transferiu-se para a povoação de Vale de Cavalos e o n.º 10, para a Quinta da Lagualva de Baixo, também perto de Alpiarça, onde se mantiveram até Janeiro. Em Fevereiro mudaram novamente de posição, com o n.º 4 a deslocar-se agora para a povoação de Alpiarça e o nº 10 para a região de Almeirim[17], onde se mantiveram até ao final da campanha.

O Marquês de Sá da Bandeira, na sua Memoria sobre as fortificações de Lisboa, confirmou a sua presença nesta zona.

Sendo na época alferes da 8.ª companhia, do regimento da cavalaria n.º 10, acrescentou que a

[17] AHM/ Div.1/Sec.14/Cx. 293/Doc. n.º 03. *Relações da posição dos Regimentos de Cavalaria 1 a 12, Regimentos de Infantaria 3, 5, 6, 8 a 11, 13, 15, 17, 18, 21, 23 e 24 e mapa do Estado Maior e mais pessoas empregadas na Torre de São Julião da Barra, [1812]*

Quinta de Reguengo; posição ocupada por forças do RegCav n.º 10. (Foto do autor)

sua brigada ocupava a região de Alpiarça e Almeirim e as quintas adjacentes, estando a sua subunidade posicionada na quinta do Reguengo, localizada perto do rio, a meio caminho entre a vila de Almeirim e a freguesia de Alpiarça.

Por último, as restantes forças do exército de Wellington, foram empenhadas já fora do município, em Alcoentre, Azambuja, Alenquer e nas Linhas de Torres, em Alhandra e Torres Vedras.

A linha Santarém – Rio Maior, já referida por nós, evidencia aqui a sua verdadeira importância em termos tácticos. Totalmente inserida nas imediações do concelho, foi durante este período, uma importante linha geral de defesa, das forças anglo-portuguesas.

Com esta postura defensiva, Wellington, adoptou então no concelho de Santarém, um dispositivo característico de uma operação de defesa[18], desde o rio Tejo nas imediações da vila, até à região de Rio Maior.

Situação que se manteve inalterável, durante os quatros meses que os exércitos se posicionaram

na região, terminando apenas a partir do momento que Massena retirou de Santarém, na noite de 4 para 5 de Março de 1811.

Biografia

O Major de Infantaria Fernando Manuel da Silva Rita nasceu em 1970, em Santarém. É Licenciado em Ciências Militares, pela Academia Militar, em Investigação Social Aplicada pela Universidade Moderna e em História pela Universidade Aberta. É Mestre em História Regional e Local, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com a dissertação "Os Exércitos de Masséna e Wellington no Concelho de Santarém, em 1810 e 1811". Actualmente, frequenta o doutoramento em História Moderna e Contemporânea, no Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE. Possui o curso de Informação Cartográfica e Topografia, do Instituto Geográfico do Exército. Cumpriu uma missão de serviço na Bósnia-Herzgovina, em 1998. Actualmente, é professor de Logística e História Militar na Academia Militar. É autor do livro "A Guerra Peninsular em Santarém. Impactos da Terceira Invasão Francesa na região em 1810 e 1811".

Fontes Manuscritas

ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR (AHM)

1.ª DIVISÃO/14.ª SECÇÃO:

Relações das posições dos Regimentos de Infantaria 1 a 24; cx.293, doc. n.º 2

Relações da posição dos Regimentos de Cavalaria 1 a 12, Regimentos de Infantaria 3, 5, 6, 8 a 11, 13, 15, 17, 18, 21, 23 e 24 e mapa do Estado Maior e mais pessoas empregadas na Torre de São Julião da Barra; cx.293, doc. n.º 3

Relações das posições dos Batalhões de Caçadores 1 a 12 e do 1.º e 2.º Batalhões da Leal Legião Lusitana; cx.293, doc. n.º 5

Correspondência do marechal Beresford para D. Miguel Pereira Forjaz; cx. 22, doc n.º 1 e 2.

Mapa das embarcações fornecidas para diferentes serviços dos exércitos combinados nos meses de Fevereiro e Março de 1811. Datado de 1 de Abril de 1811, cx. 272, doc. n.º 18.

Mapa das embarcações alistadas no serviço do Exército Português em Ribatejo. Datado de 1 de Abril de 1811, cx. 16, doc. n.º 38.

Fontes Impressas

COLLECÇÃO DAS ORDENS DO DIA do illustrissimo e excellentissimo senhor Guilherme Carr Beresford, comandante em chefe dos exércitos de S.A.R., o príncipe regente nosso senhor; Lisboa, por António Nunes dos Santos, impressor do quartel-general; anos de 1810 e 1811.

FRIRION, Barão, *Journal historique de la campagne de Portugal entreprise par les Francais sous les ordres du Marechal Massena, 1841.*

GAZETA DE LISBOA; números de Outubro de 1810 a Março de 1811.

Bibliografia

CÉSAR, Tenente-Coronel Victoriano José *Invasões Francesas em Portugal: Invasão francesa de 1810*, Lisboa, Typografia da Cooperativa Militar, 3.ª parte, 1910.

DIAS, Carlos Manuel Mendes, Geopolítica, Colecção Estratégia e Política Externa, Lisboa, Prefácio, 2005.

CABRAL, Coronel Miranda Conferências sobre Estratégia; Estudo geo-estratégico dos teatros de operações nacionais, Lisboa, Topografia Maurício & Monteiro, 1932.

MILITARES, Instituto de Altos Estudos, Dicionário de termos militares, Lisboa, IAEM, 1977.

PORTUGUÊS, Exército/Comando da Instrução e Doutrina, Regulamento de campanha; operações/Anexo B: Glossário de termos, CID, 2005.

PORTUGUÊS, Exército/Estado-Maior do Exército, Regulamento de Campanha, RC 130-1, Operações, EME, 1987.

NAPIER, William, History of the war in the peninsula and the south of France, from the year 1807 to the year 1814, Vol III, 1862.

SOUSA, Maria Leonor Machado de, A guerra peninsular em Portugal, relatos britânicos, Lisboa, Caleidoscópio, 2007.

PENA, António, Santarém; *Um roteiro natural do Concelho, Santarém*, António Pena – Consultoria e divulgação de recursos naturais, Lda, 1996.

SANTOS, General José Alberto Loureiro dos, *Algumas lições estratégicas da Guerra Peninsular*, in AA.VV., *Guerra Peninsular – Novas Interpretações*, Lisboa, Tribuna da História, 2005.

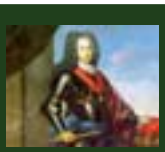
SORIANO, Simão José da Luz, *História do governo parlamentar em Portugal, compreendendo a história diplomática, militar e politica deste reino desde 1777 até 1834*, Lisboa, Imprensa Nacional, tom.III, 1884.

Povoação de Vale de Cavalos, ocupada por forças do RegCav n.º 4. (Foto do autor)

Génese e evolução do Museu Militar

uma análise crítica

Após algumas experiências embrionárias realizadas em séculos anteriores, assiste-se, a partir de meados de Oitocentos, ao processo de organização de uma instituição museológica com tutela militar que vai marcar o panorama museológico português. As preocupações relativas à salvaguarda do património que se verificavam na sociedade civil, alargam-se então, ao domínio militar, criando-se, em 1842, um museu no Arsenal do Exército.



Cronologia do Museu Militar

Antecedentes

1495 – 1521: No reinado de D. Manuel é criado o depósito de armamento estabelecido no antigo Paço da Ribeira.

1707 – 1750: No reinado de D. João V estabelece-se o costume de fabricar armas de caça de grande qualidade para uso dos membros da Corte e da Família Real, feitas pelos mestres da fábrica de armas integrada no Arsenal, à qual se deu o nome de Fábrica Real. Foi ainda projectado um palácio para as armas.

1750 – 1777: Marquês de Pombal, primeiro-ministro de D. José I, concretiza o edifício, onde se desenvolve a criação das Casas de Armas, que mais não seriam do que gabinetes de armas.

1842: Organização do museu do Arsenal pelo Barão do

Texto e Fotos: 2.º Sargento RC Mariana Jacob Teixeira

A génese do Museu Militar, em Lisboa, é muito anterior ao seu reconhecimento oficial. Nas centúrias anteriores ao século XVIII, em Portugal, assistiu-se ao fomento do coleccionismo. O acto de coleccionar supõe normalmente uma reserva de riqueza, tendo constituído um privilégio dos reis ou da nobreza e do clero. Entre os séculos XIV e XVIII, foram criadas inúmeras colecções, como é o caso da colecção de "antiguidades" de D. Afonso, 1.º Duque de Bragança; ou do 1.º Marquês de Valença, que criou uma colecção de objectos de arte e arqueologia adquiridos em 1451, na Alemanha; ou ainda, do "thesouro" de moedas romanas e portuguesas, reunidas pelo padre Manuel Severim Faria[1], que conservou, ainda, um «grande número de vasos e outras relíquias de grandeza Romana de que formou hum Museo digno de um Principe; mas por sua morte desapareceo de maneira, que delle não há mais que huma lastimosa tradição»[2].

Neste contexto, também se constituíram colecções de objectos relacionados com a marinha e náutica, bem como com a actividade bélica, sobretudo de iniciativa régia.

No século XVIII, o espírito enciclopedista terá contribuído para que o acto de coleccionar adquirisse um ponto de vista científico, sistemático, metódico e especializado. É também neste contexto que se pode falar, com propriedade, da existência de museus em Portugal.

Sebastião José de Carvalho e Melo (Marquês de Pombal) foi responsável pela criação do Real Museu da Ajuda, destinado a instruir o príncipe D. José. Este Museu consistia «num espaço ainda privado, ao género das colecções dos grandes senhores do Renascimento»[3], e era constituído por um Museu de História Natural e um Jardim Botânico anexo a um Gabinete de Física. Esteve, também, na origem da restauração da Universidade de Coimbra, em 1722, estabelecendo junto à Faculdade de Filosofia, três espaços museológicos: o Gabinete ou Museu de História Natural, o Jardim Botânico e o Gabinete de Física Experimental. O Marquês de Pombal contribuiu, ainda, neste período, para a criação das Casas de Armas que na prática constituíam gabinetes de armas.

Em relação ao panorama museológico português, o início do século XIX caracteriza-se pela estagnação e até mesmo por um processo de retrocesso de toda a actividade relacionada com a criação e gestão de gabinetes, colecções ou museus. Esta situação justifica-se pelo facto de os monarcas e a corte portuguesa terem embarcado para o Brasil, em 27 de Novembro de 1807, aquando da primeira invasão francesa. Com eles seguiram técnicos, intelectuais, professores a até estruturas completas do Estado, como foi o caso da Companhia dos Guardas-Marinha (ou "Academia Real dos Guardas-Marinhas"), que para lá levou os seus lentes, estandarte, biblioteca e arquivo[4]. Pela mesma razão, acompanhando a deslocação da Corte para o Brasil, saiu de Portugal uma valiosa documentação, bem como variados objectos do Real Museu da Ajuda que, em 1818, vão integrar o acervo do Museu Real do Rio de Janeiro, criado pelo príncipe regente.

Para além disso, entre 19 de Novembro de 1807 e 4 de Abril de 1811, o território nacional é alvo de três investidas do exército francês, ordenadas por Napoleão. A agricultura e indústria portuguesa são destruídas em grande percentagem, muitas povoações são saqueadas e registou-se uma grande mortandade. Alguns dos objectos pilhados foram levados pelos franceses, mas outros foram irremediavelmente destruídos. Foi o que aconteceu durante a fuga do exército francês na 2.ª Invasão, quando este teve de se libertar do excesso de peso para que as tropas marchassem com maior rapidez, como nos dá conta o seguinte excerto: «os diversos e riquíssimos objectos dos saques e pilhagens, custódias e alfaias religiosas em ouro e prata, baixelas preciosas de casas particulares e várias arcas de dinheiro em prata

(Foto do título) Fachada do Museu Militar, no primeiro quartel do século XX (AHM-FE-J2-PQ-5/Foto 3).

Monte Pedral sendo publicada numa ordem da Inspecção-Geral n.º 224 de 15 de Novembro o seguinte «O Sr. Major João Carlos de Sequeira, comandante da repartição de Santa Clara, é encarregado de dispor e classificar os modelos de máquinas, aparelhos e os objectos raros e curiosos que existem neste arsenal, na sala contígua à oficina n.º 17 (correios), ficando tudo a seu cargo. Os objectos que por qualquer motivo se não poderem arranjar na dita sala, ficarão em outros lugares, que o referido Sr. Major indicará para serem aprovados. Tudo o que respeita a armas de fogo portáteis, brancas ou defensivas, ficará na Sala das Armas, na repartição da Fundição de Baixo e o seu arranjo a cargo do Sr. Encarregado do 3.º depósito. Os objectos que por sua natureza e melhor arranjo deverem ficar na repartição da Fundição de Cima, serão classificados pelo Sr. Tenente-Coronel Matos, e ficarão a seu cargo. Qualquer Sr. Oficial militar ou civil ou outra pessoa empregada neste arsenal, que tiver conhecimento da existência no mesmo, de algum objecto próprio

Pormenor do interior do Museu Militar, no primeiro quartel do século XX (AHM-FE-J2-PQ-5/Foto 1).

foram amontoadas sobre as carroças da pólvora da Artilharia ainda carregadas, juntamente com os canhões semi-destruídos, peças de mobília, carruagens valiosas, roupas e brocados de seda; feito um longo rastilho foi lançado o fogo por um dos últimos soldados dos Dragões de La Houssaye que pertenciam à guarda da retaguarda»[5].

Na realidade, a primeira metade do século XIX, em Portugal, foi um período especialmente conturbado. Se no seu início se verificam as já referidas Invasões Francesas, assiste-se depois a um complexo e sangrento processo de implantação do liberalismo, com a revolução de 1820 e a sua vitória definitiva, após a guerra civil de 1831-1834.

Foi, precisamente, durante a Guerra Civil entre liberais e miguelistas, em pleno cerco da cidade do Porto (1832-33), que nasceu o primeiro museu do liberalismo português. D. Pedro IV criou, nesta cidade, o Museu Portuense, entendido como o primeiro museu público português. É ainda neste século que são extintas as ordens religiosas e nacionalizados os seus bens, o que vai marcar decisivamente o panorama museológico português. Durante séculos, o acto de coleccionar e reunir objectos de relevância histórica e estética foi um privilégio da Igreja, que devido a circunstâncias especi-

de ser guardado nos depósitos, que por esta ordem se mandaram formar, terá a bondade de o indicar por escrito à Secretaria da Inspecção»[15].

São determinadas as medidas necessárias para se iniciar uma política de protecção dos bens móveis existentes na instituição militar. A acção do Barão constituiu uma primitiva concepção de museu, como lugar de recolha de peças militares e máquinas.

Este museu reunia todas as condições para ser um museu de indústria. O Espaço físico do estabelecimento, em conjunto com o vasto espólio proveniente das diferentes oficinas que ali laboravam, materializava a história da indústria militar em Portugal.

Museu de Artilharia

1851: Por Decreto Geral n.º 296 de 10 de Dezembro é criado o Museu de Artilharia, que ficou a ocupar a antiga Fundição de Baixo e o edifício nobre que a encimava: «Fica

ais, conseguia manter as suas colecções e tesouros intactos.[6] Por esta razão, até 1834, as colecções mais ricas e importantes são, na sua generalidade, pertencentes à Igreja Católica. Após a nacionalização, estas colecções foram, em parte, vendidas a particulares e espalhadas pelo país, ou mantidas no seu contexto original, num processo de devolução da propriedade cultural[7]. Esta decisão reflecte uma atitude muito própria em relação ao processo de formação do Estado e reestruturação social que a adopção de uma ordem social e política, baseada nos princípios do liberalismo, nacionalismo e constitucionalismo, normalmente implica[8].

No caso concreto da instituição militar, a primeira metade do século XIX, como demonstrámos, foi um período de grande agitação e instabilidade, em que os militares estiveram sempre envolvidos no destino político do país. Por esta razão, a necessidade de criar museus no seio da instituição militar não foi especialmente sentida, resumindo-se ao interesse pontual de alguns militares ou nobres ou porque se propiciaram condições, ou porque houve uma consciencialização precoce da importância dos museus, enquanto espaços privilegiados da valorização da memória como elemento de coesão e reforço da unidade militar.

Assim, compreensivelmente, a criação efectiva desta instituição museológica com tutela militar, acontece, apenas, na segunda metade do século XIX, que ficou marcada pelo vitorioso movimento político-militar de Maio de 1851 que deu início à Regeneração e pela crescente importância dada ao império português.

Quando irrompeu, na Europa, o grande surto de industrialização, a sociedade civil portuguesa não dispunha de escolas para formar cientistas, engenheiros e técnicos, nem de escolas de formação de artífices especializados, consequência da agitação vivida durante a primeira metade do século XIX, em Portugal a que já me referi. Por esta razão, a Regeneração e o progresso técnico que esta ergueu

Compreensivelmente, a criação efectiva desta instituição museológica com tutela militar, acontece, apenas, na segunda metade do século XIX, que ficou marcada pelo vitorioso movimento político-militar de Maio de 1851

como bandeira, recorreu «quase em exclusivo, aos quadros de oficiais engenheiros e artilheiros do Exército e aos engenheiros construtores e maquinistas navais, já que quaisquer destes, pela sua preparação universitária, se encontravam em clara vantagem para implantar e dirigir projectos fabris, para serem postos à frente de projectos de fomento e, ainda, para exercer funções de responsabilidade na estrutura do Estado em áreas que exigissem preparação técnica actualizada»[9].

A elite militar, pelo seu nível cultural e conhecimento científico, alcançou, nesta época, lugares de destaque no desempenho de funções diversas, desde a política ao ensino universitário.

O Portugal do período da Regeneração viveu, na verdade, uma euforia de progresso, que se via concretizado na política dos melhoramentos materiais, nomeadamente,nos transportes e nas comunicações, que viria a ser designada por "Fontismo". Por decreto de Fontes Pereira de Melo, em 1852, foi criado o Ensino Industrial, que se relaciona com a criação de museus industriais, como o *Museu da*

garantida a existência do Museu de Artilharia actualmente estabelecido no arsenal do Exército, e o Governo proverá ao incremento e desenvolvimento de todas as suas partes, sem prejuízo dos outros Estabelecimentos e ramos de serviço»[16].

Foi nomeado como seu primeiro director o Capitão de Artilharia Eduardo Ernesto de Castelbranco.

1853: Por Decreto Régio de 24 de Outubro é aprovado o Regulamento[17] pelo qual se passou a administrar o Arse-

nal do Exército, que tinha sido mandado elaborar pelo Decreto de 10 de Dezembro de 1851, que reorganizou o Arsenal. O capítulo IX do Regulamento para o Arsenal é dedicado ao Museu de Artilharia. O artigo 192º daquele capítulo estabelece «Conservar-se-há em logar próprio, e na devida ordem, classificação, e aceio, todos os objectos curiosos, e dignos, por qualquer circumstancia, de se guardarem; tanto dos que pertencerem a artilharia, em geral, como objectos de luxo, fardamento, modelos, machinas, etc».

Barão do Monte Pedral.

Industria (1852), *Museus Technologicos* (1864) ou, ainda, os Museus Industriais e Comerciais de Lisboa e do Porto. No que respeita à exploração e colonização em África, destaca-se o aparecimento do Museu Colonial, aberto ao público no Arsenal da Marinha, em 15 de Maio de 1870.

É neste contexto que o Museu de Artilharia, sucessor das Casas de Armas setecentistas, se converte em objecto de novas concepções. Os militares de Oitocentos não vão ser indiferentes à circulação de novas ideias sobre defesa e conservação do património cultural da Nação. Assim, verifica-se a necessidade de perpetuar o passado através da preservação das peças ainda existentes no Arsenal do Exército. Todos os militares deviam responder à necessidade da sua organização, como garante da identidade da instituição, do seu passado e do seu presente[10].

Assim, o Museu do Arsenal passa da primitiva concepção de local de recolha de espólio militar e máquinas, para surgir como um museu modernizado, cujo plano se deveu ao Capitão de Artilharia Eduardo Ernesto de CastelBranco, seu primeiro director. Depois de estar instalado, durante anos, em espaços reconhecidos como totalmente inadequados para a exposição do acervo, por Decreto Geral n.º 296 de 10 de Dezembro de 1851[11], foi criado o Museu de Artilharia, que ficou a ocupar a antiga Fundição de Baixo e o edifício nobre que a encimava[12] (Arsenal do Exército).

O Museu de Artilharia resulta de um contacto muito próximo com instituições europeias semelhantes, decorrente de visitas de estudo realizadas a nível oficial por militares e que permitiram identificar os modos de organização dos espaços e equipamentos mais convenientes. Daí que a sua criação tenha sido muito influenciada pelo que, então, se passava no estrangeiro e do contributo das visitas aos museus de armas já existentes.

O processo de organização desta instituição museológica com tutela militar reflecte a importância do papel do Exército na segunda metade do século XIX. Como já foi referido, no que concerne ao Exército, esta instituição, durante toda a primeira metade do século XIX, vai estar envolvida na defesa de Portugal, aquando das invasões francesas e nas duas guerras civis que então têm lugar e marcam o destino político do país. Durante a Regeneração, os seus oficiais vão ser chamados a ocupar funções de relevo. Não será por isso de estranhar que, na sequência de, por um lado a crescente identificação do Exército com a Nação verificada na segunda metade do século XIX, e, por outro, o facto de os militares ocuparem lugares importantes de decisão política, se tenha dado maior relevo à necessidade da exis-

1868: Organização do Arsenal. O cargo do museu devia ser ocupado por um Coronel ou Tenente-Coronel. O museu encontrava-se na dependência do Depósito Geral de Material de Guerra, sob a responsabilidade do adjunto (primeiro Tenente).

1869: Por Decreto de 13 de Dezembro é reorganizada a Arma de Artilharia. No que diz respeito ao Museu de Artilharia o Decreto refere que «mantém-se o museu militar e da artilharia histórica, sob a chefia do director da Fábrica de Armas».

1897: Aprovação de um número de disposições que tinham como objectivo regularizar o serviço do museu[18]. Os três primeiros artigos dispunham sobre as entradas, classificação, conservação e saída de objectos. Conforme o artigo 8.º do Regulamento o museu encontrava-se aberto ao público todos os dias, excepto dias santos, num horário compreendido entre as 10h00 e as 14h00. Fortalece a dependência do Comando Geral de Artilharia ao limitar as visitas ao condicionamento de uma licença concedida pelo Comando Geral

> *O Museu do Arsenal passa da primitiva concepção de local de recolha de espólio militar e máquinas, para surgir como um museu modernizado, cujo plano se deveu ao Capitão de Artilharia Eduardo Ernesto de CastelBranco, seu primeiro director*

© Biblioteca Nacional Digital

tência de um museu de temática militar. Deste modo, justifica-se a criação de um museu público de cariz militar, destacando-se o papel educativo do museu, na transmissão de conhecimentos e no fortalecimento dos ideais patrióticos. Por isso foi considerado um elemento de desenvolvimento da sociedade, pela sua acção no permanente processo educativo dos indivíduos[13]. É relevante notar a importância da própria denominação de museu de Artilharia, que não é inocente, dada a cada vez maior relevância e tecnicidade da arma de Artilharia no exército, durante este período.

No início do século XX, mais especificamente em finais de 1909, o Museu de Artilharia separa-se do Arsenal e fica sob tutela da Secretaria de Guerra. É criado um Regulamento exclusivo para o Museu e institui-se que a sua abertura ao público teria a frequência de uma vez por semana. O ano de 1909 coincide com a Comemoração do Centenário da II Invasão Francesa, centralizada no Exército e nos militares, e as alterações no Museu de Artilharia poderão estar relacionadas com este acontecimento e com a reflexão dos militares sobre o papel do exército e da importância de um museu como lugar de culto da memória e da história como um elemento aglutinador.

da Artilharia, ou, na ausência deste, pelo Director do Museu.

1899: Extinção do Comando Geral de Artilharia. O Museu de Artilharia fica novamente na dependência do Arsenal do Exército.

1902: Pelo Decreto de 18 de Dezembro[19] o Museu de Artilharia é contemplado como um dos estabelecimentos do Arsenal do Exército, este na dependência do Director Geral dos Serviços da Arma de Artilharia. Ao Arsenal competia a «conservação do material de guerra em depósito e à collecionação de artigos que pelo seu valor histórico e militar convenha conservar».

1907: O Museu de Artilharia continua a fazer parte integrante do Arsenal, em conjunto com as Fábricas e Depósitos de Material de Guerra. No Regulamento do Conselho de Administração das Fábricas e Depósito de

José - Augusto França, *Museu Militar Pintura e Escultura*, Lisboa, 1996

Óleo de Joaquim Rafael, representando D. Maria II, na sala com o mesmo nome, no Museu Militar.

Na sequência do golpe de Estado de 28 de Maio de 1926, que se caracterizou pelo domínio do aparelho de Estado pelos militares, o Museu de Artilharia, através do Decreto n.º 12161 de 21 de Agosto, vê alterada a sua designação para Museu Militar, que permanece até à actualidade. Este facto justifica-se no contexto da época em que houve a necessidade de uma designação mais abrangente.

O Exército sempre esteve consciente do papel da sua memória colectiva enquanto «suporte essencial da identidade e, por essa via, do espírito de corpo que, mais do que em qualquer outra instituição, deve marcar de forma indelével as solidariedades horizontais e, sobretudo verticais, entre os seus elementos, dele fazendo depender, entre uma multiplicidade de factores, a sua maior ou menor eficiência»[14]. Assim, através dos museus militares na dependência da Direcção de História e Cultura Militar é possível recuperar e dar a conhecer a memória colectiva desta Instituição, sendo o passado entendido como um denominador comum, tido como único e pedagogicamente necessário de suster.

Biografia

A 2Sargento RC Mariana Jacob Teixeira é licenciada em Arqueologia pela Faculdade de Letras da Fundação Universidade do Porto e frequenta o segundo ano do Mestrado em Museologia, na mesma faculdade.

Está, actualmente, colocada no Museu Militar do Porto/ Direcção de História e Cultura Militar.

Bibliografia

ARTILHARIA, 1897 – *Boletins do Commando Geral de Artilharia*. Lisboa: Imprensa Nacional.

AZEREDO C., 1984 - *As Populações a Norte do Douro e os Franceses em 1808 e 1809*. Porto: Museu Militar do Porto.

BARATA, Manuel Themudo, 2004 – "Ensino Militar: Passos Definitivos em Portugal e no Brasil" in BARATA, Manuel Themudo (coord.) – *Nova História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 422 – 429.

BRANDÃO Z., 1906 - *Catálogo do Museu de Artilharia*; 4.ª edição. Lisboa: Tipografia A Editora.

CORREIA, Maria Teresa Rodrigues de Almeida, 2002 – *A Génese de um Museu: Do Arsenal Real do Exército ao Museu de Artilharia*. Tese de Mestrado de Museologia e Património. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

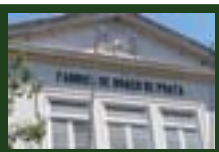
FARIA, Manuel Severim de, 1791 – *Notícias de Portugal*. Tomo I. Lisboa, p. VIII.

MONTEIRO, Isilda Braga da Costa, 2005 – "O Exército e o Registo da Memória. As Monografias das Unidades". *Actas do VI Colóquio «Portugal na História Militar»*. Ramos, Afonso & Moita, Lda, p. 1 – 15.

PIMENTEL, Cristina, 2005 – *O Sistema Museológico Português [1833 – 1991]*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e Tecnologia.

RIBEIRO, José Silvestre, 1871 – *História dos Estabelecimentos Científicos, Literários e Artísticos de Portugal nos sucessivos reinados da monarquia*. Vol. I. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências.

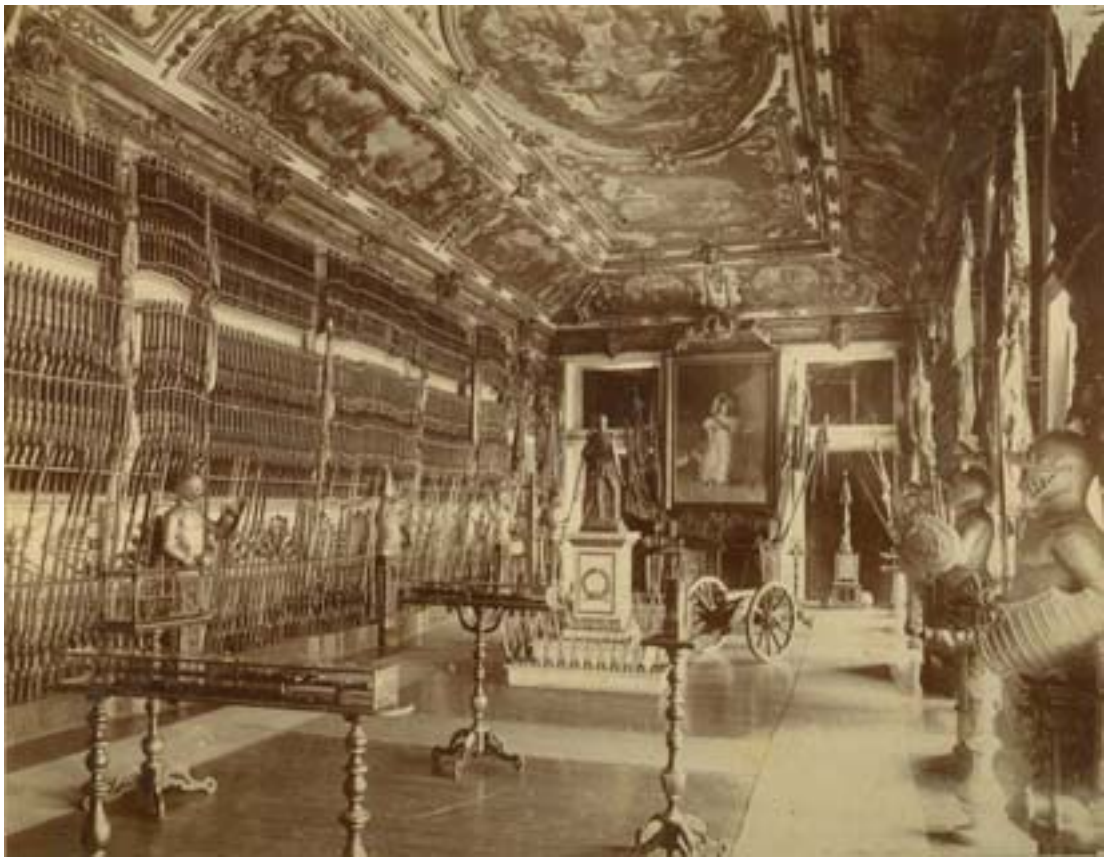
ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (coord.), 1993 – *Iniciação à Museologia*. Lisboa: Universidade Aberta.



Material de Guerra[20] a «Administração superior das fábricas, depósitos de material de guerra que, com o museu de artilheria, constituem o arsenal do exercito, pertence, sob a auctoridade immediata do ministro de guerra, a um conselho permanente, com sede em Lisboa».

1909: Por Decreto de 28 de Junho[21] foi aprovado um novo Regulamento do Arsenal do Exército. Entre as competências do Arsenal encontrava-se «collecionação de artigos que, pelo seu valor histórico e militar, convenha conservar». O Capítulo VI (Título I) refere-se ao Museu de Artilharia compreendido como um «estabelecimento destinado à collecionação dos artigos que, pelo seu valor, convenha conservar como documentos da história militar do paiz.». Estava aberto ao público pelo menos uma vez por semana.

Por Regulamento do Arsenal do Exército de 16 de Setembro o Museu separa-se do Arsenal ficando sob a acção directa da Secretaria de Guerra. Na mesma Ordem está incluído



Disposição original da Sala D. Maria II, vendo-se ao fundo o quadro apresentado em pormenor na página anterior.

Notas

[1] ROCHA-TRINDADE, 1993: 21.
[2] FARIA, 1791: VIII.
[3] ROCHA-TRINDADE, 1993: 22 – 23.
[4] BARATA, 2004: 424.
[5] AZEREDO, 1984: 209.
[6] PIMENTEL, 2005: 103.
[7] PIMENTEL, 2005: 104.
[8] PIMENTEL, 2005: 104.
[9] BARATA, 2004: 428 - 429.
[10] CORREIA, 2002: 171 – 174.
[11] Note-se o facto de o Museu ter sido criado cerca de sete meses após a insurreição militar de 01 de Maio.
[12] O edifício da Fundição de Baixo, onde se estabeleceu o Museu de Artilharia, era o das Tercenas das Portas da Cruz, criadas por D. Manuel e continuadas por D. João III, para depósito de material de guerra, bem como, algumas oficinas e a fábrica de pólvora.
[13] CORREIA, 2002: 171 – 174.
[14] MONTEIRO, 1995:1.
[15] BRANDÃO, 1906:17-18.
[16] Decreto Geral n.º 296 de 10 de Dezembro de 1851. É importante referir que este Decreto é resultado do projecto de reforma (relatório) entregue pelo Barão de Monte Pedral a 24 de Outubro do mesmo ano à Comissão nomeada pelo Duque de Saldanha, que depois de discutido e aprovado foi convertido em lei. Este projecto iria constituir o regulamento de 24 de Outubro de 1853. O Decreto de 1851 veio só aprovar um projecto que já estava em vigor (com autorização do Ministro da Guerra), tornando-o lei, no qual o museu foi reconhecido legalmente.
[17] Regulamento para o Arsenal do Exército, 1853: 4.
[18] Boletins do Commando Geral de Artilharia, 1897: 17-19.
[19] Ordem de Serviço I Série: 22 de 18 de Dezembro de 1902.
[20] Ordem de Serviço I Série 6 de 13 de Abril de 1907.
[21] Ordem de Serviço I Série 9 de 30 de Junho de 1909.
[22] Regulamento do Museu de Artilharia. Ordem de Serviço I Série 14, 16 de Setembro de 1909: 615 – 621.

um Regulamento exclusivo para o Museu de Artilharia[22]. A função do Museu de Artilharia era a mesma que constava no Decreto de 28 de Junho do mesmo ano. Para a exposição contava com as salas e dependências do arsenal do Exército.

1910: Com a Implantação da República no dia 05 de Outubro o Exército sofreu uma profunda reorganização, mas a situação do Museu de Artilharia na dependência da Arma de Artilharia mantém-se. O processo de guarda, preservação, conservação e classificação do material manufacturado no Arsenal, ditado por um conjunto de exímias e criteriosas regras, veio a tornar-se de grande importância para a organização das colecções do Museu.

Museu Militar

1926: O Decreto n.º 12161 de 21 de Agosto altera a designação de Museu de Artilharia para Museu Militar, que permanece até à actualidade.

Texto e fotos:
Tenente-CoronelArt Francisco José Leandro*

Um extraordinário projecto militar europeu liderado por PORTUGAL

O EUROFOR *European Union Battle Group* 2011-2 (ERF UE BG 2011-2) é um projecto único. Quando a Conferência de Coordenação dos *Battle Group* da União Europeia aceitou, em 15 de Outubro de 2009, a oferta feita por Portugal como nação exercendo o secretariado das EUROFORÇAS, para preparar e liderar o ERF UE BG 2011-2, as quatro nações pertencentes à EUROFOR, comprometeram-se com um dos mais ambiciosos projectos de sempre, desde a sua criação em 1995.

Quando em 5 de Abril de 2011 a bandeira do ERF UE BG 2011-2 foi hasteada, pela primeira vez em Florença, todo o *staff* internacional, entre os quais se incluem os 15 militares portugueses, se identificou naquele símbolo que traduz a existência material do primeiro *Battle Group* da União Europeia verdadeiramente multinacional, desde a concepção dos BG em 2004, pela França, Alemanha e Reino Unido. O início do período de *stand by*, no dia 1 de Julho de 2011, assinala formalmente o culminar de dois anos de investimentos, treino, conceptualização, adaptação, coordenação e, acima de tudo, uma integrada dedicação dos cerca de 90 militares que integram em permanência o seu Estado-Maior. Este ERF UE BG 2011-2 é a primeira estrutura pensada para executar missões humanitárias, no quadro do artigo 43.º do Tratado de Lisboa (2009), missões estas que determinarão a composição/organização da próxima geração de BG. Na verdade, a sua forte componente de apoio sanitário, distingue-o dos outros BG anteriormente disponibilizados para missões da União Europeia.

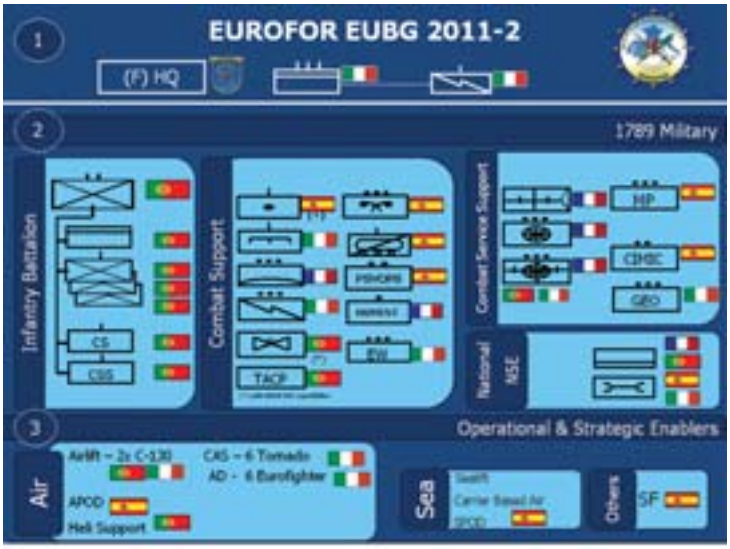
Quando a 26 de Maio de 2011 o comandante da EUROFOR Major-General José Alberto Martins Ferreira, assinou em Pian di Spille, Tarquinia – Civitavecchia - Itália, a carta de certificação do Force

Headquarters e do BG Package, após obter 93% na qualificação dos standards, efectivamente avaliados, na sequência do exercício BORA 11 por uma equipa de avaliação internacional, Portugal tinha colocado o seu nome ao mais alto nível no quadro da Política Comum de Segurança e Defesa (CSDP). Este exercício conjunto e combinado (Bora 2011), fechou um ciclo de quatro exercícios, que em simultâneo com muitas outras actividades planeada e executadas como parte integrante da fase de preparação, em Itália, Bélgica, França e Portugal, designadamente os exercícios Fiesole 2009, Sigex 2010, Toscana 2011 e LIVEX Dragão/Padrela 2011, permitiram preparar em detalhe todos os EU & NATO standards & criteria, segundo os quais decorreu a avaliação final.

Durante a existência da *European Rapid Operational Force* (EUROFOR), isto é, desde 1996, e apesar das diferentes participações em missões reais, designadamente com uma pequena equipa na *Multinational Division Southwest* - SFOR/Bosnia-Herzegovina (1998), depois na *Operation Joint Guardian* (2000-2001); mais tarde na *Operation Concordia* (2003); e, finalmente, na *Operation Althea* (2006-2007), em nenhum momento foi possível atingir tal patamar de preparação operacional, em especial no que respeita ao nível de formação individual, ao eficiente e contínuo treino conjunto e ao moderno nível de equipamentos operacionais, como aquele que hoje é uma realidade. O esforço humano e financeiro feito pelos quatro países EUROFOR tem hoje uma efectiva tradução prática, com a finalidade de servir os interesses comuns da União Europeia, no âmbito da CSDP. A sua estrutura equilibrada, possuidora de capacidades conjuntas, designadamente um *combined joint operations centre*, TACP, IED, MEDEVAC Role 2, PSYOPS, CIMIC, *media operations*, INFOPS, CCS, CS, *targeting*, JMA, *Engeneering*, *Air Operations*, C4I (*Command, Control, Communications and Information Systems*) e Operações Especiais, bem como a disponibilidade de "enablers", traduzem-se num modelo de estrutura, baseado em capacidades, e capaz de se adaptar às exigências das modernas operações de gestão de crises (CMO).

Finalmente, quer os cerca de 1800 militares que constituem hoje o ERF UE BG 2011-2, quer ainda os cerca de 1200 militares que ao longo de 15 anos da existência desta força Europeia, serviram na sua sede em Florença, têm evidentes razões para se sentirem orgulhosos, deste extraordinário projecto que uniu quatro nações para concretizar um objectivo comum a 27 Estados e que servirá certamente de referência a outros projectos similares.

*Porta-voz do ERF EU BG 2011-2



Degenerescência Macular

O que é a degenerescência macular?

A degenerescência macular ligada à idade (D.M.I.), é uma doença oftalmológica crónica e progressiva. Estima-se que existem em Portugal cerca de 300 mil casos, do quais 45 mil correm risco de cegueira. Segundo a O.M.S. é considerada a principal causa de cegueira nas países desenvolvidas após os 50 anos de idade.

Esta doença, afecta a retina (orgão responsável pela transformação da energia luminosa em sinais nervosos que, enviados pelo nervo óptico, permitem ao cerebro reconhecer o que visualizamos) e mais especificamente, a mácula que é a zona da retina responsável pela visão central de maior precisão. Quando se estabelece a doença, o doente fica incapacitado de ler, coser, conduzir, reconhecer as caras, entre outros. Contudo, uma vez que a retina periférica permanece poupada, o doente continua apto a deambular e a fazer outro tipo de tarefas não dependentes da visão central.

A doença pode aparecer sob a forma seca, em 90% dos casos, ou sob a forma húmida, em 10% dos casos, sendo esta ultima responsável por 90% dos casos de cegueira.

Factores de risco

É uma doença multifactorial, sendo apontados como factores de risco mais importantes a idade, o sexo (alguns estudos apontam para uma maior incidência nas mulheres), tabagismo, factores genéticos e hereditários, tensão arterial e colesterol elevados entre outros.

Sintomas

Os sintomas dependem do tipo da doença mas são sempre indolores. **Na forma seca** e se unilateral (só um olho afectado) os sintomas podem ser muito subtis, o doente pode sentir sómente uma diminuição na sensibilidade ao contraste ou na percepção das cores, uma necessidade de luminosidade mais intensa para ler e só em fases avançadas é que surgem alterações do campo visual central. **Na forma exsudativa** (húmida), a deterioração da visão é mais rápida podendo o doente referir perda súbita da visão central ou então distorção das imagens.

Diagnóstico

O diagnóstico é feito pelo médico oftalmologista através da observação do fundo ocular e quando necessário pela realização de exames complementares de diagnóstico como sejam a angiografia fluoresceínica e/ou a tomografia de coerência óptica (OCT).

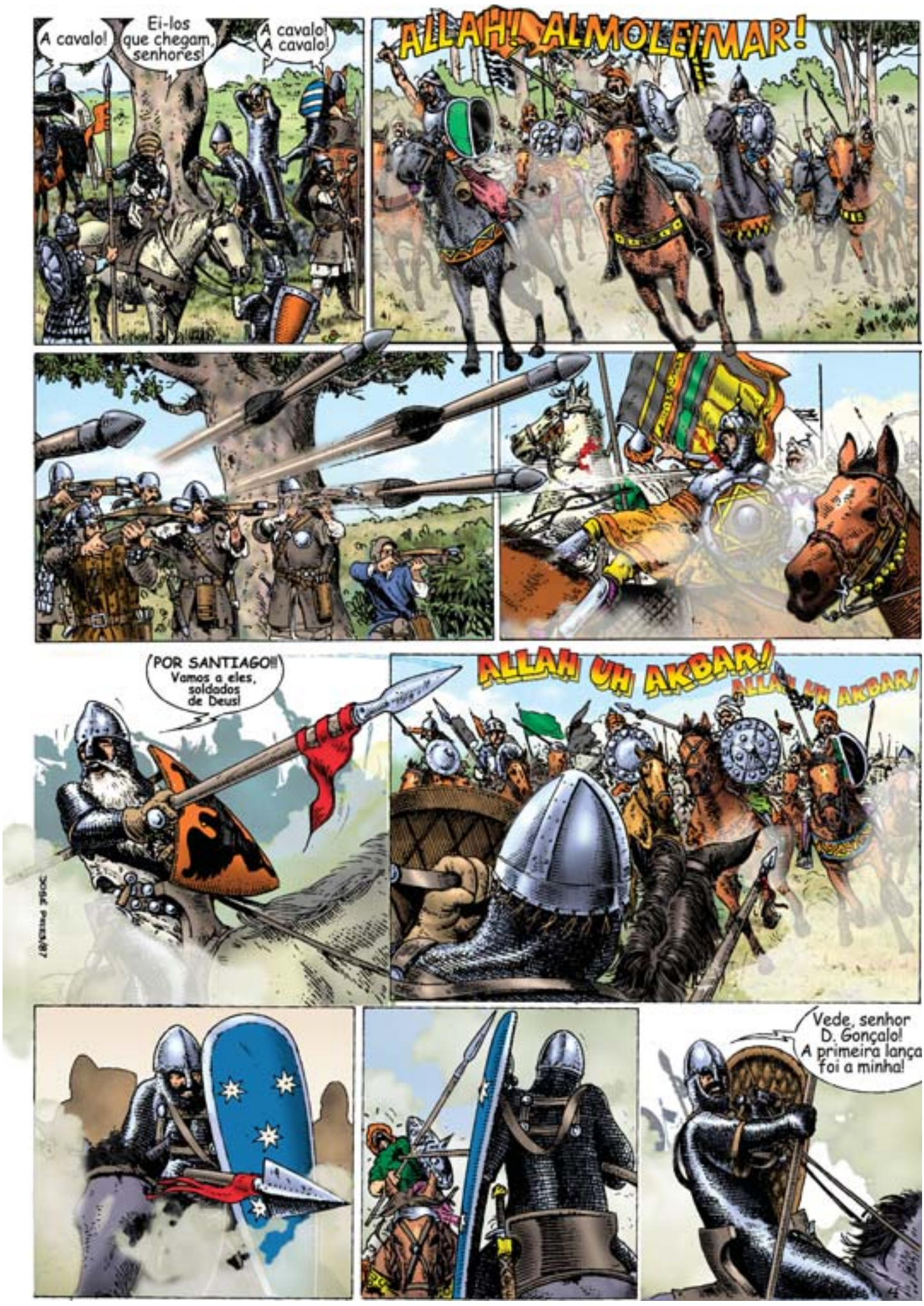
Prevenção

Uma prevenção eficaz passa por um diagnóstico e tratamento atempado da doença. **A detecção precoce** da doença é muito importante e como os sintomas associados podem só aparecer em fases tardias, é fundamental a observação oftalmológica anual a partir dos 50 anos, e de 6/6 meses no caso do oftalmologista detectar no fundo ocular a presença de alterações maculares sugestivas de que a doença possa instalar-se. A prevenção passa igualmente pela **realização de testes (grelha de Amsler)** em doentes de risco, que podem ser realizados no próprio domicílio; pela adopção de uma **vida e alimentação saudável** (frutas, legumes e peixe); e ainda pela **micronutrição**, sendo vários os estudos que apontam para o efeito benéfico de uma dieta rica em anti-oxidantes, luteína e omega-3 com o objectivo de adiar possíveis complicações.

Tratamento

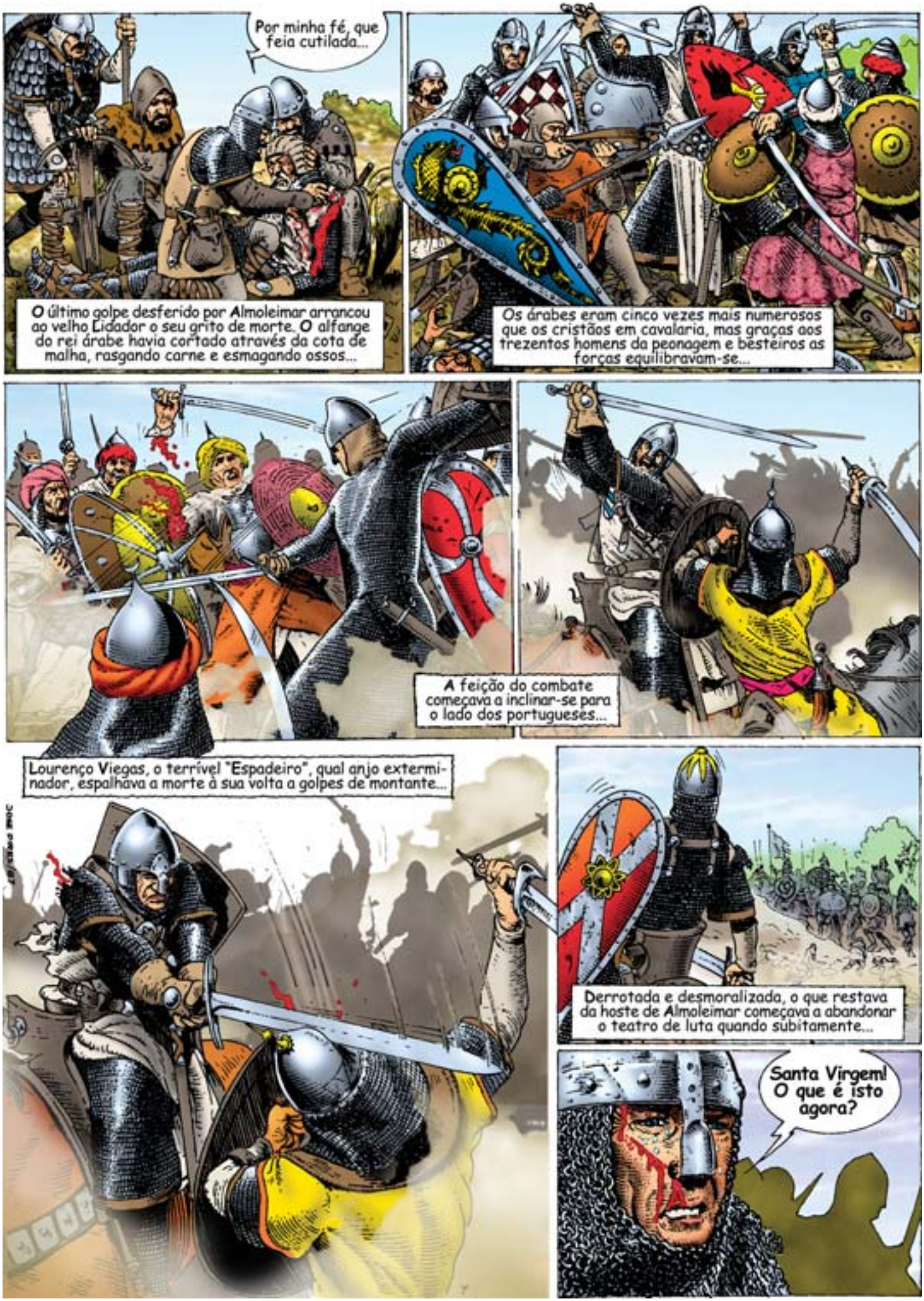
O diagnóstico da doença nas fases iniciais é determinante para o sucesso do tratamento. A Terapêutica Anti-Angiogénica, é a forma actual de tratamento, tem como objectivo, nas formas húmidas da doença, travar a angiogénese ou seja impedir a formação de vasos sanguineos anómalos entre a retina e a coróide. Estes vasos possuem uma parede muito frágil e permeável deixando escapar sangue e fluido. A hemorragia e o edema da retina resultante provoca uma baixa acentuada da visão central e/ou distorção das imagens. Esta terapêutica é administrada através de uma injecção mensal intra-ocular no vítreo que é o gel que preenche o nosso globo ocular. A necessidade de retratamento é feita segundo parametros clinicos e imagiológicos estabelecidos. O número de tratamentos necessários varia de doente para doente. Os resultados de vários estudos mostraram que este tipo de tratamento é eficaz e seguro com uma incidência de complicações baixa (<1%).

Fátima Pita
Assistente Hospitalar Centro Oftalmológico de Lisboa


A cavalo!
Ei-los que chegam, senhores!
A cavalo! A cavalo!
ALLAH! ALMOLEIMAR!
POR SANTIAGO!! Vamos a eles, soldados de Deus!
ALLAH UH AKBAR!
ALLAH UH AKBAR!
JORGE PEREIRA 07
Vede, senhor D. Gonçalo! A primeira lança foi a minha!

Mas o velho Lidador não teve tempo para responder ao desafio de Mem Moniz: na sua frente recortava-se a figura do próprio Almoleimar, o bravo rei mouro...
Brando é o teu escudo, cão infiel!
Vejamos se a tua touca de ferro é mais firme!...
CLANG
O tremendo choque produzido pelo alfange de Almoleimar fez o velho Lidador perder a consciência, mas por fortuna o seu cavalo galopara para a frente, levando-o para longe do seu inimigo...
Mas o espantoso poder físico de Gonçalo Mendes em breve levava a melhor. E a espada ainda lhe pendia do pulso...
5
... e a cólera redobrou as suas forças: ai de Almoleimar!
A mim, Almoleimar!

?
Novamente os dois chefes se encontravam frente a frente, num duelo de morte...
Sem perda de tempo, Almoleimar lançou o seu corcel na direcção do seu tenaz inimigo...
!
Cão maldito... Vai aprender no Inferno como a espada de Gonçalo Mendes é bem mais dura que o seu elmo!...
ACUDAM! AJUDEM!
O Senhor D. Gonçalo está ferido!
E uma vez mais, o sangue godo e o sangue árabe se misturavam, vertidos sobre a terra castanha do Alentejo, que ambos almejavam dominar...


Por minha fé, que feia cutilada...
O último golpe desferido por Almoleimar arrancou ao velho Lidador o seu grito de morte. O alfange do rei árabe havia cortado através da cota de malha, rasgando carne e esmagando ossos...
Os árabes eram cinco vezes mais numerosos que os cristãos em cavalaria, mas graças aos trezentos homens da peonagem e besteiros as forças equilibravam-se...
A feição do combate começava a inclinar-se para o lado dos portugueses...
Lourenço Viegas, o terrível "Espadeiro", qual anjo exterminador, espalhava a morte à sua volta a golpes de montante...
Derrotada e desmoralizada, o que restava da hoste de Almoleimar começava a abandonar o teatro de luta quando subitamente...
Santa Virgem! O que é isto agora?

€2,00 (IVA incluído)
Ano LII - n.º 609
Agosto/Setembro de 2011

jornal do Exército

14 de Agosto

Dia da INFANTARIA e da Escola Prática

Soluções Ordenado Santander Totta

Damos mais valor ao seu ordenado

Oferta Exclusiva

Câmara de Filmar Toshiba Camileo P20

Máquina de Café Delta Qool

DVD Portátil Philips

GPS Garmin Nüvi 2200

Máquina Fotográfica Samsung ES80

Para ordenados a partir de 375€ ou reformas a partir de 300€

Vales Pestana
no valor de 400€
(8 vales de valor unitário de 50€)

HP Compaq Mini Series 7 Starter

Para ordenados ou reformas a partir de 1.500€

No Santander Totta sabemos que uma gestão eficiente do seu dia-a-dia permite-lhe ganhar tempo e dinheiro. Com as nossas Soluções Ordenado queremos estar em sintonia consigo, para que possa aproveitar melhor cada momento da sua vida. Conte connosco.

Santander Totta

O Valor das Ideias

www.santandertotta.pt

O valor mínimo de ordenado/reforma líquido domiciliado para acesso a um dos equipamentos é de 375€ (300€ se pensionistas/reformados), excepto para o Mini Notebook e os vales Pestana, que é de 1.500€. O pedido de equipamento ou de vales deve ser efectuado pelo Cliente até 29 de Julho de 2011, devendo a 1ª domiciliação de ordenado/reforma e reclamação do equipamento ou vales ocorrer nos 3 meses subsequentes. Caso deixe de se verificar o cumprimento dos requisitos antes de decorridos 25 meses, por causa não imputável ao Banco, o Cliente deverá devolver o valor de 300€ no caso do Mini Notebook e dos vales Pestana e de 150€ para os restantes equipamentos, na proporção do prazo não decorrido. Oferta limitada ao stock existente. A qualidade do equipamento e a sua garantia são da responsabilidade exclusiva dos fornecedores.

alm OFTALMOLASER
oftalmologia médica e cirúrgica

www.alm.pt

PROMOVER, PREVENIR, TRATAR E CUIDAR A SAÚDE DOS SEUS OLHOS

A **ALM OFTALMOLASER** é uma clínica especializada na prestação de serviços de oftalmologia, com modernas instalações em Lisboa, e dispõe de uma cuidada equipa de profissionais que garante um serviço de excelência ao doente e ao acompanhante.

A nossa clínica está preparada para responder ao tratamento de todas as patologias oftalmológicas, com a prestação de um serviço de qualidade igual ou superior, ao praticado em clínicas internacionais.

Estamos dotados com todas as tecnologias de ponta e aplicamos as técnicas cirúrgicas mais recentes, acompanhando todos os avanços que são feitos neste âmbito.

Consultas de Oftalmologia
- Geral
- Especialidade

Exames
- Retinografia
- Angiografia Fluoresceínica
- Angiografia Verde Indocianina
- Ecografia
- Biometria
- Electrofisiologia Ocular
- Neurofisiologia
- Microscopia Especular
- Paquimetria
- Perimetria Computorizada
- Topografia Corneana (Orbscan)
- Zyoptic
- OCT

Terapêutica Fotodinâmica

Cirurgias
- Catarata
- Estrabismo
- Glaucoma
- Vitreo-retiniana
- Lentes Intraoculares para correcção da Miopia
- Cirurgia da Criança

Cirurgias Laser (Excimer) - Lasik
- Miopia
- Hipermetropia
- Astigmatismo

Tratamentos Laser Argon e Yag
- Diabetes
- Glaucoma

alm
Rua Dr. Nicolau Bettencourt, nº 39 e 41 | 1050-078 Lisboa
Tel: 213 838 560/2 | Fax: 213 838 563/9
Telemóvel: 969 803 883/4 - 939 654 156 - 917 418 247
alm.omc@alm.pt

ACORDOS: ADM, Advance Care, CML, Caixa Geral de Depósitos, PSP, Companhias de Seguros, Comp. de Seguros Tranquilidade, Médis, Maxicare, Multicare, PT-ACS, SAMS Quadros, ADSE, IASFA - Instituto de Acção Social das Forças Armadas, SAMS SBSI, SAMS SIB, Savida, Unimed

PLANO DE SAÚDE DENTÁRIO EXCLUSIVO

PARA OS MILITARES E CIVIS DO **EXÉRCITO PORTUGUÊS**, INCLUINDO AS SUAS FAMÍLIAS

Já não custa ter um sorriso bonito e uma boca saudável

Preço: 30€ pessoa/ano - (Preço família, especial de lançamento 75€/ano incluíndo cônjuge e descendentes)

VANTAGENS:

- Mais de **3000 médicos dentistas** à sua disposição em todo o território nacional e ilhas.
- **Todas as especialidades cobertas** e todos os tratamentos que possa necessitar.
- **Clínicas seleccionadas** que cumprem os máximos standards de Qualidade.
- **Redução dos custo nos tratamentos em mais de 50% do preço privado** (ver tabela completa na página Web).
- **Tratamentos preventivos e mais frequentes SEM CUSTO.**

TRATAMENTOS	PLANO DE SAÚDE EXÉRCITO / DENTALREDE	PREÇOS MÉDIOS EM PRIVADO
CONSULTAS E VISITAS DE ESPECIALIDADE	SEM CUSTO	30,00€
DESTARTARIZAÇÃO (LIMPEZA)	SEM CUSTO	40,00€
RADIOGRAFIAS	SEM CUSTO	10.00€
COROAS E PONTES DE CERÂMICA	240.00€	400.00€
ORTODÔNTIA	255,00€ (POR APARELHO)	500,00€ (POR APARELHO)
EXTRACÇÕES SIMPLES	SEM CUSTO	30,00€

Ver toda a informação
www.Dentalrede.pt/parceiros/exercito português

INSCREVA-SE JÁ!!!

Fale connosco através do

808 201 665

Jornal do Exército
ÓRGÃO DE INFORMAÇÃO, CULTURA E RECREIO DO EXÉRCITO PORTUGUÊS, CRIADO POR PORTARIA DE 14JUL60

Capa

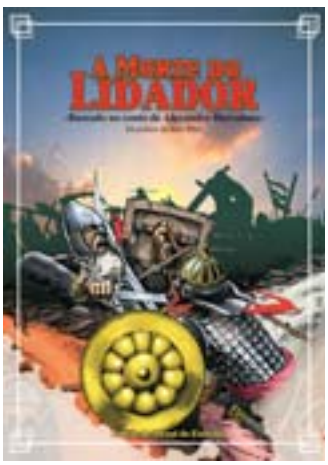
Monumentos com História Militar
Monumento a D. Nuno Álvares Pereira – 4
Editorial – 5
Figuras e Factos – 8
O Pioneirismo da Otorrinolaringologia no Hospital Militar da Estrela em Portugal – 38
In memoriam e Livros – 42

Foto: Alferes RC Filipa Domingos

Hortofrutícola Castrense – 16

A Política de Defesa portuguesa antes e durante a Guerra Colonial – 32

Campo Maior e as Invasões Francesas Precedentes Históricos - Enquadramento Estratégico – 22



Suplemento Banda Desenhada: “A Morte do Lidador” Pág: IX ao Fim

Os artigos publicados com indicação de autor são da inteira responsabilidade dos mesmos, não reflectindo, necessariamente, o pensamento da Chefia do Exército Português

PROPRIEDADE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
Direcção, Redacção e Administração: Largo de S. Sebastião da Pedreira, 1069-020 Lisboa, Telef: 213 567 700, Fax Civil: 213 567 791 Militar: 414 091, E-mail: jornal.do.exercito@mail.exercito.pt, jornal.exercito@sapo.pt, E-mail - Intranet: Jornal do Exército, Home page: www.exercito.pt **DIRECÇÃO - Director**: Coronel de Infantaria José Custódio Madaleno Geraldo; **Sub-Director:** Tenente-Coronel J. Pinto Bessa; **Secretária**: Ass. Téc. Teresa Felicíssimo. **REDACÇÃO** - **Chefe**: Tenente-Coronel J. Pinto Bessa; **Assistente de Redacção:** 1.º Sargento Anjos Das Neves; **Redactores**: Alferes RC Nelson Cavaco, Alferes RC Filipa Domingos, Dr. Mauro Matias; **Operadoras Informáticas:** Assistente Técnica Elisa Pio, Assistente Técnica Guiomar Brito; **SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS** - **Chefe**: Tenente-Coronel Augusto Correia; **Auxiliares** Sargento-Ajudante João Belém, Sargento-Ajudante Luís Silva; **Operadoras Informáticas:** Assistente Técnica Joana Moita; Assistente Técnica Tânia Espirito Santo; **COLABORAÇÃO FOTOGRÁFICA** - Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA; Centro de Audiovisuais do Exército RCRPP/GabCEME; **EXECUÇÃO GRÁFICA** - PERES - SOCTIP Indústrias Gráficas, SA, Estrada Nac. 10, Km. 108,3 - Porto Alto, 2135-114 Samora Correia, Telef. 263 009 900 - Fax 263 009 999, acosta@peres-soctip.pt **Tiragem** - 6 000 exemplares **Depósito Legal** - nº 1465/82 **ISSN** - 0871/8598

Monumento a D. Nuno Álvares Pereira

O Monumento com história militar a que damos destaque este mês (cujo autor é o Mestre Soares Branco), encontra-se na Sala Elíptica, no Museu da Escola Prática de Infantaria, em Mafra, que recentemente comemorou o seu centenário.

D. Nuno Álvares Pereira, também conhecido como o Santo Condestável, Beato Nuno de Santa Maria, hoje São Nuno de Santa Maria, ou simplesmente Nun' Álvares, nasceu a 24 de Junho de 1360 em Cernache do Bomjardim. Foi um nobre e guerreiro português do século XIV que desempenhou um papel fundamental na crise de 1383-1385, onde Portugal jogou a sua independência contra Castela. Nuno Álvares Pereira foi também 2.º Condestável de Portugal, 38.º Mordomo-Mór do Reino, 7.º Conde de Barcelos, 3.º Conde de Ourém e 2.º Conde de Arraiolos.

Considerado um dos melhores generais portugueses, D. Nuno Álvares Pereira foi um dos primeiros portugueses a apoiar as pretensões de D. João, o Mestre de Avis à Coroa, que a 6 de Abril de 1385 foi reconhecido pelas Cortes em Coimbra como Rei de Portugal.

A sua primeira vitória foi frente aos castelhanos na batalha dos Atoleiros, em Abril de 1384, tendo por essa altura o Mestre de Avis nomeado D. Nuno Condestável de Portugal e Conde de Ourém.

Camões, em sentido literal ou alegórico, explícito ou implícito, faz referência ao Condestável nada menos que 14 vezes em "Os Lusíadas", chamando-lhe o "forte Nuno" e logo no primeiro canto (12ª estrofe) é evocada a figura de São Nuno, ao dizer "por estes vos darei um Nuno fero, que fez ao Rei e ao Reino um tal serviço".

A 14 de Agosto de 1385, D. Nuno Álvares Pereira mostra o seu génio militar ao vencer a batalha de Aljubarrota à frente de um pequeno exército de 6.000 portugueses e aliados ingleses, contra as 30.000 tropas castelhanas de D. Juan I de Castela. A batalha deu-se no campo de S. Jorge, nas imediações da vila de Aljubarrota, entre Leiria e Alcobaça, mesmo no centro de Portugal. Esta foi uma batalha muito importante pois consolidou a independência portuguesa e a afirmação incontestável de D. João I como Rei de Portugal.

Grande chefe militar e 11.º santo português, casou aos 16 anos e teve três filhos. A sua filha casou com um filho natural de Dom João I, Dom Afonso, o primeiro Duque de Bragança.

Após a morte da sua mulher, D. Leonor de Alvim, entrou na Ordem Carmelita em 1423, no Convento do Carmo em Lisboa, que fundara em cumprimento de um voto. Toma o nome de Irmão Nuno de Santa Maria e permanece até à sua morte, ocorrida em 1 Novembro de 1431, com 71 anos. Diz-se que a certa altura um enviado do Rei de Castela o terá visitado no convento e ter-lhe-á perguntado qual seria a sua posição se o Rei de Castela mandasse invadir novamente Portugal.

O Irmão Nuno de Santa Maria terá levantado o seu hábito carmelita, fazendo ver por baixo deste o vestido com a cota de malha, indicando a sua disponibilidade para servir o seu país sempre que necessário.

Imortalizado em esculturas, no Arco da Rua Augusta, na Praça do Comércio, em Lisboa, no castelo de Ourém e na Flor da Rosa, um dos dois locais apontados como sua terra natal, São Nuno foi canonizado pelo Papa Bento XVI em 26 de Abril de 2009. Tem como templo principal a Igreja do Santo Condestável, em Lisboa, e a sua festa litúrgica comemora-se a 6 de Novembro.

Alferes RC Filipa Domingos

INFORMAR PARA BEM SERVIR

Quando se fala em crise de valores e de princípios vêm-nos à memória aqueles homens que fizeram História. Porque, como alguém disse um dia, a História de um povo é a História dos grandes homens e das grandes mulheres. Os seus exemplos são intemporais, tal como a sua glória e a sua fama. Sacrificaram as suas vidas ao serviço do bem comum, do seu povo e da sua Pátria. Graças a eles, hoje continuamos a ser cidadãos portugueses. Não podemos cruzar os braços. Temos que exercer os nossos deveres de cidadãos, tanto na vida militar como na vida civil. A todos servem os bons exemplos. Um dos mais carismáticos foi o santo e guerreiro D. Nuno de Santa Maria Álvares Pereira. Patrono da Infantaria, que teve o seu dia comemorativo no passado 14 de Agosto, na Escola Prática de Infantaria. Esteve a presidir a cerimónia, da qual damos conta neste número, o Ministro da Defesa Nacional, Dr. José Pedro Aguiar Branco. D. Nuno Álvares Pereira estava também presente no espírito de todos os Infantes, assim como os seus valores e princípios, firmes como o Monumento de Mafra que testemunhou a cerimónia. Mas que homem é este que, passados 626 anos desde a sua vitória em Aljubarrota, ainda continua a ser uma farol que nos ilumina, uma força inspiradora que nos aglutina, um verdadeiro líder que nos guia até ao triunfo? Não há dúvida que, tanto na guerra como na paz, os verdadeiros chefes se distinguem. Van der Goltz, um grande escritor alemão, deixou o seguinte testemunho, há mais de um século:

"Se as classes dirigentes dispõem de predicados superiores, ilustração, firmeza e tino administrativo, o povo será viril, enérgico e apto para tudo; se, ao contrário, aquelas classes se enervam mostrando tibieza em todos os actos públicos, a sua decadência arrasta a da nação inteira, salvo se uma convulsão violenta na sociedade vier suprimi-las antes e substitui-las por outras melhor inspiradas."

Na nossa modesta opinião, cremos que falar aos mais novos das virtudes de Nuno Álvares Pereira é apontar-lhes um exemplo dos mais notáveis que reza a nossa história, tais foram as virtudes do

"…Valoroso
Claro libertador da pátria terra,
Que imortal fez seu nome e glorioso
Em armas, em justiça, em paz e em guerra…"
[Rodrigues Lobo]

Para além de algumas notícias de relevo, sobre o nosso Exército, que marcaram este período, destacam-se também artigos ricos em história e plenos de actualidade. O Engenheiro Eduardo Zúquete traz-nos à memória as suas vivências militares da década de 50, com a graça e as subtilezas que caracterizam a sua escrita, no artigo que intitulou "Hortofrutícola Castrense". O Major Silveirinha conduz-nos ao período das Invasões Francesas através do artigo "Campo Maior e as Invasões Francesas", um resumo exaustivo dos acontecimentos que marcaram a época e "a forma indómita e corajosa" como a população de Campo Maior se comportou durante o cerco de 1811 são alguns dos registos importantes. O Dr. Rui Dias Sena oferece-nos um artigo que se intitula "A Política de Defesa Portuguesa antes e durante a Guerra Colonial". Com oportunidade, pelo momento de transformação na Saúde Militar, podemos ler o artigo "O Pioneirismo da Otorrinolaringologia no Hospital Militar da Estrela em Portugal". Para os amantes da banda desenhada José Pires prenda-nos com as últimas páginas da bela história "O Lidador" , que nos tem cativado nos últimos números.

Neste jornal damos conta da partida do nosso fundador, do fundador do *Jornal do Exército* que nos deixou no passado dois de Setembro. Com 93 anos, respondia mensalmente, com simpatia e apreço, a agradecer o envio do *Jornal do Exército*, que guardava desde o 1.º número. O nosso Major-General Luís Frederico Pinto Tavares de Figueiredo é para nós um exemplo de camaradagem, dedicação e solidariedade, que nos inspira no cumprimento da nossa missão, a fazer jus ao lema do *Jornal do Exército*: "Informar para bem servir". Paz à sua alma!

José Custódio Madaleno Geraldo
Coronel de Infantaria

MILICIA
WWW.MILICIAPRO.COM

AO SERVIÇO DOS PROFISSIONAIS

ASP · 5.11 TACTICAL SERIES · SAFARILAND · BLACKHAWK! PRODUCTS GROUP · TASER Protect Life

ABA · SECOND CHANCE · SAVVY ARMOR FOR WOMEN · FIRST CHOICE ARMOR With you. For life. · PROTECH

SAM MEDICAL PRODUCTS · MyClyns · TACTICAL MEDICAL SOLUTIONS · CELOX Controls life-threatening bleeding fast · DEFENSE TECHNOLOGY

MAXPEDITION HARD-USE GEAR · CAMELBAK · BCB INTERNATIONAL · EBERLESTOCK

PELI · ESS Eye Safety Systems, Inc. · BATES · INOVA

BIANCHI · Crimson Trace · SUREFIRE · 911EP

LIBERVIT MANUFACTURER · HATCH · Marlow · QUIKSTEP ladder · ADVENTURE LIGHTS

Fisher Labs METAL DETECTORS · TASMANIAN TIGER · TULMAR TACTICAL · LANSKY SHARPENERS · SAT

projectina · FORENSICS SOURCE · STOP STICK

CONTINUAMOS A CRESCER...

Conheça todas os produtos disponíveis em www.miliciapro.com

Todas as marcas registadas apresentadas são representadas em Portugal pela Milícia - Bens de Segurança e Tecnologias Militares, Lda. Com sede na Rua de Entreparedes, 11 | 4000-198 Porto
Tlf. +351 22 208 31 30 | Fax. +351 22 208 86 11 | email: milicia@miliciapro.com | Web: www.miliciapro.com

CROSSBOW™

A PROTECÇÃO BALÍSTICA FOI REINVENTADA

MILICIA
WWW.MILICIAPRO.COM

disponível em
www.miliciapro.com

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

- Lentes balísticas em policarbonato com 2,4mm de espessura.
- Armação Tri-Tech™, permite um ajuste sempre perfeito e garante a ausência de pontos de pressão.
- Tratamento ClearZone™, resistente aos riscos e com propriedades anti-embaciantes.
- Mecanismo DedBolt™ para substituição rápida das lentes, mantém a lente firmemente segura.
- Tecnologia ESSOPTICS™, garante a máxima visibilidade, livre de distorções ao longo de todo o campo de visão.
- Fornecidos com duas lentes adicionais.
- 100% de protecção contra raios UVA/UVB.
- Permite a colocação de lentes correctivas, através de um acessório vendido separadamente.

STANDARDS DE PROTECÇÃO BALÍSTICA

Os óculos Crossbow™ obedecem aos seguintes standards:

CE EN 166 FT K N, US Federal OSHA,
ANSI Z87.1+ and US MIL SPEC MIL-PRF-31013

CORES

Armação: Preto

Lentes Disponíveis: Escura, Transparente e amarela de alta resolução.

PRODUTO

- Crossbow™ 3LS: Imagem do Kit fornecido

ESS™

Todas as marcas registadas são propriedade da Eye Safety Systems, Inc. representada em Portugal pela

Dia da Infantaria e da Escola Prática de Infantaria

Decorreram no dia 14 de Agosto, na Escola Prática de Infantaria (EPI), as cerimónias comemorativas do Dia da Infantaria e da Escola Prática de Infantaria, em Mafra.

As cerimónias foram presididas pelo Ministro da Defesa Nacional (MDN), Dr. José Pedro Aguiar-Branco, que, além de presidir à cerimónia realizada no terreiro D. João V, assistiu ainda à inauguração de uma exposição no Museu da Escola Prática de Infantaria, intitulada "EPI – Uma Escola no caminho da modernização ao nível das Pessoas, dos Processos, da Tecnologia e da Formação". Neste dia especial, estiveram ainda presentes o Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General José Luís Pinto Ramalho, assim como altos representantes dos diversos Ramos das Forças Armadas e do Poder Local e representações de todas as Unidades de Infantaria do País.

O programa começou bem cedo com uma Missa de Acção de Graças e de Sufrágio na Basílica Nacional, seguida da cerimónia militar que contou com honras militares, integração do Estandarte Nacional, Homenagem aos Mortos pela Pátria, alocuções alusivas à cerimónia, imposição de condecorações, desfile das forças e ainda a inauguração de uma exposição, acima referida, na Sala Elíptica.

Na semana em que o Governo "tomou uma série de medidas difíceis", como o "congelamento da progressão das carreiras, os cortes na despesa e a suspensão da abertura do primeiro ciclo do ensino básico no Colégio Militar", segundo as palavras do MDN, aquando do seu discurso, José Pedro Aguiar-Branco relembrou aos presentes que não irá adiar problemas ou fingir que não existem. "Tenho a certeza de que as Forças Armadas, e o Exército em particular, serão capazes de cumprir as missões que lhe estão confiadas. Independentemente das adversidades, dificuldades e dos meios que tenha à sua disposição. Nesta hora crítica para a nossa Pátria, tenho a certeza de que, tal como há 626 anos, todos seremos infantes dignos da nossa História. Todos saberemos, sem olhar a medos, responder Presente ao serviço de Portugal", concluiu.

Na data em que se comemorou o Dia da Infantaria e também o aniversário da Batalha de Aljubarrota, Jorge Manuel Barreiro Saramago, Coronel de Infantaria, Comandante da EPI, subiu ao palanque para relembrar o final de Julho de 1385, onde o Exército Português, reunido em Abrantes, discutia a táctica de guerra. O elogio foi para Nuno Álvares Pereira, "jovem capitão decide avançar contra o inimigo tornando-se o principal responsável pela continuidade e definitiva afirmação de Portugal como nação e independente", sublinha.

Ao passar mais um ano de actividade, o Comandante da EPI aproveitou o momento para fazer um balanço das actividades desenvolvidas, dando prioridade à missão da escola: ministrar formação. É neste sentido e enquanto uma entidade de Formação de Qualidade, que a EPI viu ser homologado e reconhecido, o seu Curso de Formação Pedagógica Inicial de Formadores.

Os agradecimentos ao apoio prestado pelo Comando da Logística e Comando do Pessoal não faltaram, por terem permitido modernizar diversas áreas funcionais e assegurado os efectivos necessários. Entre um vasto leque de actividades desenvolvidas, destaca-se a formação dos Oficiais e Sargentos do Quadro Permanente e do Regime de voluntariado e contrato e também das Praças. Assim a EPI qualificou Oficiais e Sargentos do Exército, nas áreas do tiro, do combate em áreas edificadas, das operações de apoio à paz, da formação de formadores e do diagnóstico, planeamento e avaliação da formação, entre outras.

Colaboraram na formação de quadros e praças para as Forças Nacionais Destacadas e para as NATO *Response Forces e Battle Group*, e também na formação dos Cadetes da Academia Militar e dos jovens Sargentos da Escola de Sargentos do Exército e ainda no apoio ao Treino Operacional dos contingentes multinacionais do *Allied Joint Force Command Lisbon*, para resumir apenas algumas das mais significativas, segundo o discurso do Comandante da EPI.

No âmbito da Cooperação Técnico-Militar apoiaram e ministraram acções de formação na República de Angola e na República Democrática de Timor-Leste; no âmbito das Forças Nacionais Destacadas conduziram no Uganda uma missão a favor da formação do Exército da Somália e estiveram presentes no Afeganistão na missão International *Security Assistance Force*.

No domínio da Doutrina da Arma e Estudos Técnicos, foram elaborados 16 novos manuais técnicos e tácticos.

De entre as centenas de actividades, relevo para as acções de formação para os quadros superiores do BPI e da *Volkswagen Autoeuropa*, mas também o apoio a actividades culturais em parceria com a Câmara Municipal e com o Palácio Nacional de Mafra e ainda inúmeras actividades de apoio a escolas secundárias, universidades, associações culturais e desportivas e grupos de escuteiros e de jovens, para além das acções de solidariedade social.

Condecoração do General Luís Valença Pinto

O Presidente da República (PR), Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva, condecorou, no dia 14 de Julho, no Palácio de Belém, o General Luís Valença Pinto, ex-Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo.

A Ordem Militar de Cristo destina-se a premiar aqueles que prestaram relevantes serviços ao país no exercício de funções públicas. A reforma da estrutura superior das Forças Armadas, em particular a criação do comando operacional conjunto, e a sua prestação junto do comité militar da NATO e do comité militar da União Europeia, foram os aspectos salientados pelo PR no momento da sua condecoração.

Comemorações do 5.º Aniversário da Escola Prática dos Serviços e do 142.º Aniversário do Serviço de Administração Militar

Realizaram-se no dia 7 de Julho, no Largo do Passeio Alegre da cidade da Póvoa de Varzim, as cerimónias comemorativas do 5.º Aniversário da Escola Prática dos Serviços (EPS) e do 142.º Aniversário do Serviço de Administração Militar (SAM).

A EPS, Unidade herdeira das tradições históricas e dos encargos de instrução das extintas EPAM, EPSM, EPST e BAdidos, apresenta-se hoje no contexto do Exército como "a primeira e única Escola Prática unificada" como foi referido pelo seu Comandante, o Coronel de Administração Militar Luís António Lopes Cardoso, na alocução alusiva às comemorações.

Tendo em vista a consolidação de uma "Escola dos Serviços única e distinta, congregadora das capacidades e da formação dos diversos Serviços do Exército" como referido na mensagem do Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General José Luís Pinto Ramalho, associou-se pela primeira vez a comemoração do dia da EPS ao dia do SAM, rumo à celebração de um "futuro Dia dos Serviços" desejo manifestado na sua alocução pelo Major-General José de Jesus da Silva, Director Honorário do SAM.

Após a recepção do General CEME, com as devidas honras regulamentares, procedeu-se à integração do Estandarte Nacional na Formatura Geral, seguindo-se a cerimónia de homenagem aos que pela Pátria tombaram em combate.

Foram impostas condecorações a alguns militares da EPS e a militares do SAM antes do desfile das Forças em continência à alta entidade e, por fim, a Banda Militar do Porto brindou a assistência com uma actuação composta por 4 temas.

Mais uma vez a população poveira recebeu no centro da sua cidade com demonstrações de orgulho e grande agrado os militares do Exército Português, aplaudindo entusiasticamente todos os momentos significativos da cerimónia militar.

O almoço de confraternização servido posteriormente na Sala de Oficiais desta EPS, que proporcionou momentos de agradável convívio entre todos os convidados, culminou com o já tradicional corte do bolo comemorativo, com o grito da E PS e com o grito do SAM.

Visita do General CEME ao Exército de Moçambique

O General José Luís Pinto Ramalho, Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), visitou Moçambique a convite do Comandante do Exército daquele país da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Do programa do dia 25 de Julho constaram encontros com o Comandante do Exército de Moçambique, Major-General Graça Tomás Chongo, com o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, General de Exército Paulino José Macaringue e com o Vice-Ministro da Defesa Nacional, Dr. Agostinho Mondlane.

Nestes encontros o General CEME trocou impressões sobre assuntos de interesse comum, referindo o longo historial de amizade e de cooperação entre os dois Exércitos e as Forças Armadas, no quadro das relações bilaterais entre os dois Estados e no quadro da CPLP. Neste âmbito, foi dado particular destaque ao trabalho desenvolvido pela Cooperação Técnico-Militar, tendo o General CEME salientado a disponibilidade do Exército Português para continuar a cooperar numa perspectiva de relacionamento bilateral mutuamente vantajoso.

Ainda durante este dia o General CEME foi recebido nas instalações da Cooperação Técnico-Militar Portuguesa em Maputo, onde assistiu a um brifingue sobre as actividades desenvolvidas e contactou com os militares portugueses.

No dia 26 de Julho, o General CEME visitou a Escola de Sargentos das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, em Boane, e o Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM) em processo de instalação na cidade de Maputo, que futuramente passará a designar-se por Universidade de Altos Estudos da Defesa.

Para além de um brifingue sobre o funcionamento destes estabelecimentos militares e de uma visita às suas instalações, teve oportunidade de presenciar uma aula ao Curso de Promoção a Oficial Superior no IESM.

No dia 27 de Julho, a comitiva deslocou-se à cidade de Nampula para uma visita à Academia Militar Marechal Samora Machel, onde são formados os futuros Oficiais dos três Ramos das Forças Armadas de Moçambique, e que, desde a sua génese, tem contado com o apoio do Exército Português, através da Academia Militar. O General CEME teve ainda oportunidade de contactar com os militares portugueses em missão de Cooperação Técnico-Militar em Nampula e Nacala. Na Residência da Cooperação Técnico-Militar de Nampula, o General CEME assistiu a um brifingue sobre as actividades desenvolvidas e teve oportunidade de constatar as boas condições das instalações, em cuja recuperação se empenhou no passado, quando exerceu as funções de Director-Geral de Política de Defesa Nacional.

Cerimónia de Imposição de Condecorações

O Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General José Luís Pinto Ramalho, procedeu à cerimónia de imposição de condecorações ao Tenente-General Mário de Oliveira Cardoso Vice-CEME, e ao Major-General António Joaquim de Aguiar Pereira Cardoso, no Museu Militar de Lisboa, no dia 8 e Julho.

Ambos os Oficiais Generais foram condecorados pelas suas qualidades e virtudes militares demonstradas ao longo das suas carreiras.

Coube ao Chefe do Gabinete do General CEME, Major-General Frederico José Rovisco Duarte, a leitura dos louvores de fim de carreira, ao que se seguiu a imposição das condecorações.

Foram impostas a Grã Cruz da Medalha de Mérito Militar e a Medalha de Ouro de Serviços Distintos ao Tenente-General Mário de Oliveira Cardoso e ao Major-General Pereira Cardoso, respectivamente.

Protocolo entre o Exército Português e a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

O Exército Português e a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) assinaram, no dia 15 de Julho, um Protocolo de cooperação nos domínios do ensino, da investigação e de outras actividades de interesse comum.

O Chefe de Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho, e o Magnífico Reitor da UTAD, Professor Doutor Carlos Alberto Sequeira, formalizaram o convénio, pelas 09h00, na Sala de Honra do Regimento de Infantaria N.º 13.

Este protocolo visa a permuta de recursos humanos e materiais, de informação e de demais actividades e domínios de interesse comum para ambas as instituições.

Desta forma, o Exército Português e a UTAD comprometem-se a colaborar reciprocamente através de programas de cooperação ao nível da docência nos aspectos científicos, pedagógicos e de investigação, bem como em exercícios mútuos de actividades docentes e discentes e ainda na realização de acções formativas de interesse conjunto.

CEME Grego visita o Exército Português

Entre os dias 17 e 20 de Julho, o Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME) Grego visitou o nosso Exército, percorrendo algumas unidades e estabelecimentos desta instituição.

No dia 18, esteve no Estado-Maior do Exército, onde se reuniu, a título privado, com o seu congénere português, General José Luís Pinto Ramalho, apreciou o brifingue do Exército, visitou o Museu Militar de Lisboa e assinou o Livro de Honra, após o almoço na messe de Oficiais Generais. Durante a tarde visitou o Centro de Tropas Comandos, onde teve a oportunidade de assistir a duas demonstrações de carácter operacional, uma de treino específico daqueles militares e outra relativa à preparação daquela força, no âmbito da missão que irá desempenhar no Teatro de Operações do Afeganistão.

No dia seguinte, visitou a Brigada Mecanizada, na qual lhe foram apresentadas as capacidades bélicas do nosso Exército, na vertente da componente mecanizada. Durante a tarde, esteve no Instituto Geográfico do Exército, onde tomou conhecimento das tecnologias que servem as nossas necessidades de informação geográfica.

A terminar a visita deslocou-se ao Palácio Almeida Araújo, em Queluz, para o Jantar Oficial.

Tomada de Posse do Director de Administração de Recursos Humanos

Em 29 de Junho de 2011, tomou posse como Director de Administração de Recursos Humanos (DARH), o Major-General Henrique Augusto Fernandes de Melo Gomes.

Esta cerimónia contou com a intervenção do Ajudante General do Exército, Tenente-General Luís Miguel de Negreiros Morais de Medeiros, a leitura do Despacho da Nomeação, a leitura da sua síntese curricular, intervenção do Major-General Director DARH e apresentação de cumprimentos pelos militares e civis da DARH.

O Major-General Henrique Augusto Fernandes de Melo Gomes, como Coronel Tirocinado desempenhou as funções de Inspector-Geral Adjunto na Inspecção-Geral do Exército. Como Oficial General foi colocado no Comando da Instrução e Doutrina, nas funções de Director de Doutrina. Na Guarda Nacional Republicana desempenhou funções de Comandante da Escola da Guarda e mais tarde de Comandante da Unidade de Intervenção.

Está habilitado com o Curso de Infantaria da Academia Militar, com o Curso Geral de Comando e Estado-Maior e o Curso Superior de Comando e Direcção, no IAEM, actual IESM.

Após a cerimónia decorreu uma visita por parte do novo Director às instalações da DARH.

Kosovo – *Medal Parade* do Contigente Nacional

Em 25 de Julho, decorreu no *Camp Slim Lines*, em Pristina a cerimónia de Imposição de Medalhas NATO, aos militares do Contingente Nacional/Força Nacional Destacada na KFOR *Tactical Reserve Manoeuvre Battalion* (KTM) no Kosovo.

Este Batalhão é pela primeira vez multinacional, tendo no seu quadro Orgânico para além de militares portugueses, militares húngaros. O Contingente Nacional actualmente no Teatro de Operações (TO) iniciou formalmente a sua missão em 23 de Março do corrente ano.

Na Parada, as forças apresentaram-se divididas por Contingentes. Presidiram a esta cerimónia o Comandante da *Joint Forces Command* do Exército Húngaro Major-General Joszef Kovacs e o DCOM KFOR Brigadeiro-General Marco Serronha, acompanhados por diversos *Senior Representatives* e Comandantes de Contingentes que também cumprem missão no TO. Esteve ainda presente, entre outras entidades o Cônsul da Embaixada húngara no Kosovo. Para além da *Non-Article Five Medal* da NATO, foram condecorados com a *Peacekeeping Medal* do Exército Húngaro dez militares portugueses. O Ministro da Defesa húngaro estabeleceu a *Peacekeeping Medal* em reconhecimento do extraordinário desempenho e comportamento excepcional meritório de destaque de um militar numa missão de apoio à paz sob proposta do comandante do Contingente Húngaro.

TABELA DE PREÇOS PARA 2011

PREÇO DE CAPA €2,00 **ASSINATURA ANUAL (11 números):** VIA SUPERFÍCIE - **Portugal Cont. Madeira e Açores** €20,00; VIA AÉREA - **Países europeus** €45,00; **Restantes Países** €65,00 NOTA: **As assinaturas devem ser pagas antecipadamente NÚMEROS ATRASADOS - 1960 a 1969** €4,50; **1970 a 1979** €4,00; **1980 a 1989** €3,00; **1990 a 2001** €2,50; **2002** a **2008** €2,00. Os preços incluem IVA à taxa de 6%
N.B.: Os pedidos de envio pelos CTT serão acrescidos de portes segundo os códigos postais: **1000/2000** €4,21; **3000/8000** €5,79; **Açores** e **Madeira** €6,56.

Doação do Legado do Tenente-General Abel Cabral Couto à Academia Militar

O Tenente-General Abel Cabral Couto nasceu na freguesia de Mateus (Vila Real), em1932. É licenciado em Ciências Militares (Artilharia), pela Escola do Exército, e, entre outros, possui ainda os cursos geral e complementar de estado-maior e o curso superior de comando e direcção do Instituto de Altos Estudos Militares, bem como o curso de emprego de Armas Especiais, da US Army School, em Oberammergau.

Entre as principais funções desempenhadas figuram as de docente na Escola do Exército e no Instituto de Altos Estudos Militares; de comandante de uma companhia de caçadores, em Moçambique; de chefe da Repartição de Operações do Comando-Chefe de Moçambique; de chefe da Repartição de Organização e Operações do Estado-Maior do Exército; de comandante do Regimento de Artilharia da Serra do Pilar; de comandante da Zona Militar dos Açores; de comandante da Academia Militar; de subdirector e director do Instituto da Defesa Nacional; e de professor catedrático convidado do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Actualmente é vice-presidente do Conselho Geral do Eurodefense (Portugal) e sócio efectivo da Sociedade de Geografia e da Revista Militar.

Tomou parte em várias reuniões e conferências internacionais; fez parte de comissões encarregadas de estudos e projectos legislativos sobre a defesa nacional; e tem proferido conferências e apresentado comunicações nos Institutos Superiores Militares, em várias Universidades e em outras Instituições de natureza cultural, nacionais e estrangeiras.

Colaborou na elaboração de vários Regulamentos Militares, é autor da obra "Elementos de Estratégia", em dois volumes, e tem publicados cerca de 40 artigos ou ensaios sobre temas de Estratégia, Segurança e Defesa.

Foi galardoado, entre outras, com as seguintes condecorações: grã-cruz da Ordem Militar de Sant´Iago da Espada; grã-cruz da Medalha de Mérito Militar; duas Medalhas de Ouro e quatro de Prata de Serviços Distintos (uma com palma); e grã-cruz do Mérito Militar, com distintivo branco (Espanha).

Foi-lhe atribuída a Medalha de Ouro de Mérito Municipal, pela Câmara Municipal de Vila Real.

O Legado militar do Tenente-General Cabral Couto consiste em mais de 600 obras literárias na área da Estratégia e Relações Internacionais, inúmeros artigos científicos e diversas publicações nacionais e estrangeiras, as condecorações e ordens honoríficas de que foi agraciado ao longo da sua honrosa carreira militar.

Contou com a presença do Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho que ofereceu ao Tenente-General Cabral Couto um prato do Exército.

OMLT Aprovadas com Distinção

Decorreu em 27 e 28 e 30 e 31 Maio, a validação das *Operational Mentor and Liaisom Team* (OMLT) de Divisão e de Guarnição, respectivamente.

A validação foi conduzida pela Entidade Certificadora da *International Security Assistance Force* (ISAF) *Joint Commander* (JC), e tem como objectivo certificar que as OMLT estão técnica e tacticamente preparadas para o cumprimento da missão a desempenhar no Teatro de Operações do Afeganistão.

A validação decorreu em duas fases: uma primeira fase documental, que constou de um brifingue à equipa de avaliadores, entrega de toda a documentação das várias áreas de Estado-Maior e apresentação dos equipamentos individuais e colectivos de cada componente; e uma segunda fase prática, que consistiu no acompanhamento das OMLT nas diversas acções de mentoria e assessoria aos militares do Exército Nacional Afegão.

Fruto do grande profissionalismo, dedicação e rigor técnico apresentados, os avaliadores da IJC/ISAF referiram que as OMLT portuguesas devem ser apontadas como um exemplo a seguir por todas as OMLT no Teatro de Operações.

O Módulo de liderança aos Cursos de Formação Inicial RV/RC do Exército

A formação de um militar tem como base vertentes como a académica, a física e a moral. Esta base permite ao militar levar a cabo a sua missão nas diversas Unidades do país, nas suas tarefas iminentemente técnicas e práticas. Tendo detectado uma lacuna, na área de Comando e Liderança na formação dos oficiais e sargentos RV/RC, o Comando de Instrução e Doutrina (CID) reformulou os referidos cursos de formação de modo a inserir um módulo que colmatasse esta falta, como complemento às já ministradas 12 semanas de Formação Geral Comum. Este novo módulo decorreu no período de 1 de Abril a 6 de Maio, na Escola Prática de Cavalaria (EPC), tendo sido frequentado por quatro oficiais e 110 sargentos RV/RC. Para ministrar este módulo formadores da Escola Prática de Artilharia (EPA) e EPC foram deslocados para a Academia Militar (AM), onde receberam formação específica e elaboraram os referenciais do curso a aplicar.

Para as sessões teóricas, que visavam temas específicos, a EPC contou com o precioso apoio da AM, do Centro de Psicologia Aplicada do Exército e da Brigada Mecanizada para ministrarem palestras no âmbito da Gestão do *Stress*, Tomada de Decisão, Gestão e Liderança, Motivação, Inteligência Emocional, Teorias da Comunicação e experiência de Comando numa Força Nacional Destacada que despertaram elevada curiosidade nos formandos, tendo sido um ponto de partida para a aquisição da noção de liderança no contexto militar, principalmente, no que concerne às suas dificuldades.

As sessões práticas iniciaram-se com testes às capacidades individuais dos formandos para enfrentar alguns desafios que apelavam à coragem para, posteriormente, se centrarem no colectivo, no trabalho de equipa. Nesta fase em grupo foram-lhes apresentadas situações onde tinham de coordenar, comandar e, preferencialmente, "liderar" os seus camaradas na prossecução de um objectivo comum. Os desafios foram colocados procurando despertar no espírito do formando a vontade de chegar ao fim, de ultrapassar os obstáculos com que se deparavam, cumprindo com sucesso a missão dada trazendo-lhes uma auto-perspectiva diferente sobre os pontos fracos e fortes da sua capacidade de liderança, o que estimula uma maior abertura para a auto-correcção e evolução individual enquanto militares. O módulo terminou com a realização de provas de situação e testes à capacidade de decisão, nos quais foram eliminados quatro formandos.

Ao longo das semanas foi patente o evoluir da motivação dos formandos, e mesmo apesar do baixo rácio formador/formando não permitir a flexibilidade requerida para proporcionar uma experiência igual a todos os elementos, o módulo de liderança ministrado pela EPC, pela interpretação feita aos inquéritos lançados aos formandos, foi considerado uma mais-valia para os futuros oficiais e sargentos RV/RC.

Militares portugueses apadrinham escola no Afeganistão

A escola de POL-E-CHARKI, de uma aldeia de mesmo nome no Afeganistão, foi apadrinhada pelos militares portugueses do 2.º Contigente Nacional no Teatro de Operações do Afeganistão, no dia 27 de Julho, numa acção de Operação de Ajuda Humanitária.

Fruto do espírito solidário destes militares foi distribuído uma grande quantidade de material escolar, em apoio da direcção da escola de professores e alunos. A angariação do material deveu-se ao empenho dos militares que, junto de diversas instituições, empresas e amigos, desenvolveram esforços no sentido de angariar a maior quantidade de material possível.

A escola de POL-E-CHARKI é frequentada por cerca de 5500 crianças, para as quais apresenta condições bastante deficitárias: aulas ao ar livre; falta de electricidade e saneamento básico; falta de água potável, entre outras.

O Dia Regimento de Artilharia N.º 4

O Regimento de Artilharia N.º 4 (RA4), sediado em Leiria, comemorou o seu 84.º aniversário a 7 de Julho, ainda que a data convencionada seja a 29 de Junho.

Este evento militar, de carácter tradicional, iniciou-se com a Alvorada Festiva e com o hastear da Bandeira Nacional. Após a chegada dos convidados e, nomeadamente, do Director Honorário da Arma de Artilharia, Tenente-General Joaquim Formeiro Monteiro, que presidiu às comemorações, deu-se início à cerimónia militar. No âmbito desta, destaca-se a demonstração operacional de uma Bateria de Artilharia de Campanha e a exposição de materiais que equipam este Regimento. A terminar estas festividades, realizou-se um almoço de confraternização entre as entidades convidadas e os militares do RA4.

Destas comemorações ainda fizeram parte o XIII Grande Prémio de Orientação do RA4, que decorreu no mês de Junho, e a actuação da Orquestra Ligeira do Exército, que realizou o seu concerto no Teatro José Lúcio da Silva, em Leiria, no mesmo dia da cerimónia militar.

Texto: Engenheiro Eduardo Zúquete

Hortofrutícola Castrense

A missão do guarda-fios de campanha é simples, enganadoramente simples: é preciso levar a ponta do fio ao destino superiormente fixado. Depois aparecem as funções adjectivas e a coisa complica-se um tanto: o fio, onde quer que acabe ficando, precisa de ser bem fixado, há que subtraí-lo aos olhares do inimigo ou simplesmente do vândalo gratuito, há que garantir, nos atravessamentos, o gabarit livre – 5 metros pelo nosso Código da Estrada – há que tê-lo acessível para eventual manutenção, há que evitar que ele contacte água, corrente eléctrica, que se atravesse fortuitamente nos caminhos triviais dos humanos. Ao tempo em que se passam os eventos que estas croniquetas iluminam debilmente, isto é, em 1958, já aparecera mais um condicionamento que ajudou a criar uns cabelinhos brancos na minha cabeça - o atravessamento de linhas férreas electrificadas, que não só não podia ser feito superiormente como ainda impunha comprimentos máximos bastante reduzidos nos traçados paralelos à via, para prevenir perigosíssimas correntes induzidas nos fios telefónicos.

Para estabelecer uma linha telefónica de campanha há, portanto, que lançar o fio e depois consolidar o seu traçado. O fio está armazenado nuns robustos carretéis que se podem desenrolar facilmente pela traseira de uma viatura em andamento; à medida que uma equipa cuida do lançamento, outra vai tomando o fio lançado e arruma-o, se assim se pode dizer, da maneira mais conveniente. E esta pode tomar formas diversas, conforme se está na planície ou na serra, quando o fio pode correr junto à estrada e quando não pode, quando se está em campo lavrado ou em floresta, quando se está em meio rural ou em meio urbano. Aí a técnica de guarda-fios ganha uma dimensão nova, converte-se numa arte curiosa que tem de ter sabedoria, prontidão, improviso, imaginação – ou seja, no vocabulário habitual do dia-a-dia, apela fortemente para a lusitaníssima virtude do desenrascanço. Postas as coisas nestes termos, compreende-se sem dificuldade que comandar uma tropa de guarda-fios é um privilégio incomparável. Se, por cima disto, se tiver a

sorte de encontrar um lote de recrutas de extraordinária qualidade, empenho e dedicação então a experiência torna-se inesquecível. Foi isso que me aconteceu e por isso é que guardo uma boa recordação desses já longínquos tempos onde fui posto à prova numa recruta exigente.

Os carretéis do Regimento de Engenharia 1 – ao tempo a arma de transmissões ainda não fora criada - eram de origem inglesa, ao contrário dos carretéis do Batalhão de Telegrafistas (BT), a outra unidade do Governo Militar de Lisboa, que dispunha de material americano. Interiormente, ambos os cabos eram constituídos por fios de aço, para garantir resistência mecânica, entrelaçados com fios de cobre, para lhes dar condutibilidade eléctrica. No revestimento exterior é que havia diferença: enquanto o fio do BT era fino, revestido a plástico negro, o fio de que eu dispunha no Regimento tinha um revestimento de algodão, que o engrossava consideravelmente, e tinha a particularidade curiosa de ter cores diferentes em cada linha do par, certamente com o propósito muito britânico de facilitar a identificação. Quando tomei conhecimento do material, ainda na Escola de Quadros, descobri que o regime bicolor não se mantinha até ao fim dos carretéis porque sucessivas gerações de instrutores e recrutas tinham praticado sucessivas emendas de fio sem ter em consideração esse utilíssimo atributo. Quando se tem de encontrar uma avaria numa determinada linha, às escuras e em condições precárias, e quando a mesma linha se encontra agrupada num feixe, o código cromático permite uma identificação imediata que pode ser de enorme valia. Ainda pensei que poderia ser um trabalho interessante e meritório recondicionar todo o parque – esta mania que todos temos, quando jovens, de querer descobrir uma qualquer epopeia pelo menos do tamanho d'Os Lusíadas! – mas uma incursão num carretel ao acaso convenceu-me da enormidade da tarefa e da impossibilidade em tempo, em pessoal e em espaço para a levar a cabo.

> Comandar uma tropa de guarda-fios é um privilégio incomparável. Se, por cima disto, se tiver a sorte de encontrar um lote de recrutas de extraordinária qualidade, empenho e dedicação então a experiência torna-se inesquecível

A bagagem dos guarda-fios acaba sendo vasta

Instrução de Guarda-fios na Escola Prática de Engenharia em 1960.

Arquivo JE

militiblog.co.uk

Viaturas muito curiosas, de origem inglesa que, entre outros atributos singulares que já esqueci, tinham o pedal do acelerador entre os pedais da embraiagem e do travão. (Morris C8 15cwt GS)

e variada. Além dos numerosos carretéis e da aparelhagem de enrolamento ou desenrolamento, há que transportar escadas, croques, estribos de corda para postes de betão, estribos de ferro para postes de madeira, cabos de variadas bitolas, telefones de prova, bolsas de reparação e por aí fora, um nunca mais acabar de aparelhagem. Quando fomos para exercícios finais, na zona de Rio de Mouro e Serra da Carregueira, em Julho de 1958, foi-me confiado um imponente esquadrão de 13 viaturas - um jeep para mim, três jipões para os três cabos milicianos e nove viaturas muito curiosas, de origem inglesa, que, se não tinham andado na Guerra do Deserto, tinham lá tido parentes próximos e que, entre outros atributos singulares que já esqueci, tinham o pedal do acelerador entre os pedais da embraiagem e do travão, o que, como se está a ver, contrariava todas as rotinas mecanizadas de condução com resultados catastróficos. Além disso, andavam neste mundo graças à quase milagrosa e ultra dedicada manutenção dos mecânicos da oficina auto do Regimento e não se podia confiar nelas para trajectos que excedessem os poucos quilómetros. No primeiro dia de exercícios saí do acampamento, implante de orgulho do alto dos meus 23 anos, à frente daquela magnífica armada, com as bandeirinhas azuis e brancas das transmissões ondulando nas antenas de todas as viaturas mas, ao longo do dia, as carripanas do deserto foram progressivamente avariando e ao lusco-fusco estavam todas encostadas com avaria. Sucessiva e diligentemente fomos rebocando-as uma a uma e quando chegou a vez da última, que avariara numa subida difícil ao Rio de Mouro, o capitão Fernando Pacheco, que substituíra o tenente Maia e Costa no comando da Companhia de Transmissões e fazia questão de só jantar quando eu chegava das minhas acidentadas aventuras, fosse a que horas fosse, foi dar o reboque, conduzindo eu a viatura avariada - para podermos começar a jantar antes da meia-noite. A minha entrada no acampamento nesse dia foi infinitamente menos gloriosa e a experiência marcou-me para a vida. No dia seguinte, a alteração da rotina tornou-se inevitável: só funcionaram o jeep e os três jipões e as outras viaturas ficaram alinhadinhas no acampamento a servir de depósito de material, aguardando que os piquetes de mecânicos-auto as recondicionassem para a viagem de volta, viagem que se adivinhava problemática, como de resto veio a suceder.

Como se compreende facilmente, a preparação física tinha uma importância fundamental na instrução dos guarda-fios, porque a prática real da especialidade requeria destreza, força, resistência. Havia que subir a postes ou árvores, aceder a cristas, varandas ou beirais, passar dentro de aquedutos ou por debaixo de pontões e, especialmente, fazer toda esta variada acrobacia em velocidade e esforço porque a consolidação tinha de acompanhar o lançamento do fio e este era, crucialmente, o mais veloz que fosse possível praticar. O clímax de todo este teatro ocorria quando o fio empeçava, incidente que, em operações e com a ansiedade do momento, sucede mais vezes do que o desejável, e que se remedeia geralmente procurando a ponta – o chicote, como se diz em marinharia e também aqui – e passando-a por dentro de sucessivas laçadas. Simplesmente aqui a ponta do fio estava fixada bem no fim de um pesadíssimo carretel, por sua vez encaixado numa máquina bizarra e caprichosa, chamada desenrolador, que funcionava com um motorzinho telhudo e pouco dado ao trabalho, máquina

essa, por sua vez, solidamente instalada na caixa de carga do jipão. "Passar a ponta do fio por dentro de uma laçada" convertia-se assim, por força desta complicação, num singular número de circo que reclamava a presença de toda a rapaziada de braços no ar para alargar a laçada, de modo a permitir que lá dentro passasse toda aquela maquinaria, e deixava os velhotes das aldeias, por onde a gente desdobrava a nossa guerra, a pasmar com o espectáculo.

Desde o primeiro dia da recruta tomei a meu cargo a sessão de educação física, que dava início ao programa diário de trabalhos, e os resultados excederam as expectativas. Tinha bem memorizado o excelente esquema da aula do capitão Pinto Ferreira, ao tempo o renomado mestre de Educação Física da Escola do Exército, esquema que executara anos a fio, e, à medida que os dias passavam, a condição física dos recrutas melhorava visivelmente. Eram de origens diversas – pescadores do Algarve, lavradores da Beira e dos Açores, mecânicos e lubrificadores de Alcântara – e tinham temperamentos e culturas diferentes mas apresentavam, em comum, a mesma carência de base – nunca tinham recebido educação física dedicada. A instrução exercia sobre eles um efeito prodigioso: comida abundante e servida a horas certas, ritmo de vida regular, ginástica frequente, vida ao ar livre eram algumas componentes de um desenvolvimento acelerado que só pecava por tardio e abreviado.

Poucas semanas depois do início da recruta apercebi-me que havia, naquela massa antes pouco preparada para o exercício físico disciplinado, alguns verdadeiros talentos ocultos e ocorreu-me que tinha à mão uma maneira simples de melhorar ainda a sua preparação, muito para lá do que seria exigido pela estrita educação física militar. Havia, no pelotão, um cabo miliciano que, na vida civil e nas horas vagas, era um laureado atleta do Lisboa Ginásio Clube e resolvi confiar-lhe a preparação dos melhores ginastas do pelotão. Escolhemos, em conjunto e tendo em conta os desempenhos individuais, um primeiro lote, criando assim a Turma B (de Bons), que foi imediatamente confiada aos talentos pedagógicos e técnicos do dito cabo miliciano (creio se chamava Luís, a memória já vai tendo algumas brancas), enquanto o conjunto residual formava a Turma G (de Ginjas), que continuaria à minha responsabilidade e com os quais eu iria martelar com redobrado vigor o esquema adoptado. A divisão não era estanque, o que fomentava o arreganho da tropa: quem desse provas de melhoria de desempenho podia ascender à turma B, sem que tal obrigasse um camarada desta a descer de divisão, o que seria amargurante e contraproducente. O efeito foi imediato: toda a gente queria pertencer à turma B, ninguém desta última queria descer de divisão e a melhoria, nos dois campos, foi rápida e notória. Entretanto, o Luís, trabalhando com sabedoria e experiência uma equipa bem seleccionada, alargou-se no programa e quando chegou o final da recruta o comando apercebeu-se, de súbito, que, sem disso fazer a mais pálida ideia, tinha portas a dentro uma classe especial de ginástica com um desempenho de alto gabarito que se apressou a incluir no programa de festejos do dia do Juramento de Bandeira. A assistência ao evento, numerosa e muito ruidosa, embasbacou com o nível da representação – saltos de trampolim, quedas faciais invertidas, mortais sobre plintos e baionetas, um nunca acabar de exercícios espectaculares encenados com muita competência e rematado profissionalismo – mas o tonto do aspirante que tivera a tontíssima ideia de imaginar tal disparate e pô-lo em prática foi admoestado com firmeza, talvez com simpatia: alguém se esquecera de me avisar que os regulamentos em vigor ao tempo não permitiam o uso do trampolim na instrução física dos recrutas e todo aquele magnífico espectáculo estava, pura e simplesmente, fora do padrão autorizado. Suportei com galhardia o inevitável ralhete: julgo mesmo que terá sido a admoestação mais agradável que recebi em toda a minha carreira.

Arquivo JE

Alguém se esquecera de me avisar que os regulamentos não permitiam o uso do trampolim na instrução física dos recrutas.

Ginja, ao tempo, era uma forma simpática e amena de exprimir um conjunto de características pessoais para as quais a língua portuguesa, infelizmente, só reserva palavras desagradáveis – desastrado, azelha, inoportuno, atrasado, desengraçado, desengonçado e assim por diante. Ginja exprimia isto tudo, e outros predicados mais, numa síntese feliz e misturável pelo ouvinte, o que permitia a interpretação subjectiva, portanto, inatacável, do tratamento. Mais tarde, Ginja foi substituído na linguagem cor-

> *Ignoro a origem hortofrutícola destas aquisições de linguagem mas o certo é que Nabo foi uma espantosa aquisição no mercado da comunicação, que chegou para ficar e é, aparentemente, indestronável*

rente, com enorme vantagem, pelo Nabo, que foi, sem a menor dúvida, uma das grandes aquisições da língua portuguesa no século XX, língua hoje tão desgostosamente deslatinizada e abrasileirada por sucessivas gerações de eruditos tecnocratas. Nabo, que terá tido origem no meio castrense e se difundiu depois arrasadoramente pelo mundo civil, foi uma companhia permanente nas nossas campanhas de África e permitiu alargar a panóplia das vozes de comando de forma dificilmente imaginável. Porque Nabo, consoante o tom de voz e a mímica do emissor (atributos que não posso, infelizmente, esmaltar no papel mas que deixo à imaginação, se não mesmo à experiência, do leitor), pode tomar imensíssimos cambiantes – comiseração (Seu nabo!), censura (Grande nabo!), complacência (Chega cá, ó nabo!), crítica (Sempre me saíste cá um nabo!), indulgência (Estás cada vez mais nabo!), retrato de corpo inteiro (Definitivamente, é um nabo!), perspectiva histórica (Só fez nabices!) e assim por diante – tendo a vantagem suplementar de suscitar o sorriso, até do visado, o que ameniza imediatamente o tom do discurso. Ignoro qual a razão da origem hortofrutícola destas recentes aquisições de linguagem e porque motivo não se foram escolher vocábulos de duas sílabas noutras áreas do pensamento e da acção mas o certo é que Nabo foi uma espantosa aquisição no mercado da comunicação, que chegou para ficar e é, aparentemente, indestronável.

Mas, ao tempo em que se passam os eventos que palidamente tento descrever, Nabo ainda não tinha entrado em circulação e a voga do tempo, com semelhante valor fiduciário, era Ginja, donde a minha escolha para crismar a turma da 2.ª divisão para a qual seria desastroso escolher uma outra designação, talvez mais orgânica mas certamente menos simpática. De resto, eu até era um homem com sorte porque, além da referida turma de Ginjas assim inventada, tinha, no meu pelotão, um Ginja propriamente dito cujo número e nome há muito esqueci – se é que alguma vez os soube de cor, reflicto agora. Invariavelmente, todas as incorporações do tempo tinham um Ginja – a alcunha era dada pelos camaradas – e calhou-me, a mim, o Ginja de Engenharia 1, colheita 1958.

O Ginja era um exemplo acabado dos predicados que enunciei acima – desengonçado, desastrado, empenhado, generoso, infantil, parlapatão, bom rapaz, e assim por diante, faça o leitor o retrato a seu gosto, sempre com simpatia e indulgência porque ele merecia ambas. Tinha a cara redonda, afogueada, orelhas grandes e afastadas do crânio, bamboleava-se na marcha, nunca estava atento às vozes, era um castigo para perfilar pela direita, fazia a continência sem bivaque ou com a mão que dava mais jeito no momento, e tinha uma habilidade rara, própria de todos os Ginjas, que é marchar avançando a perna e o braço do mesmo lado ao mesmo tempo, o que, como se pode constatar experimentando no corredor lá de casa, é a maneira mais complicada de executar qualquer marcha.

Ginja dizia-se pedreiro e eu assumi a declaração como correcta, porque razão haveria o rapaz de inventar, mas as minhas dúvidas nasceram quando o comando me mandou construir o campo de obstáculos do aquartelamento e houve que erigir uma pequena parede de tijolo no paramento da vala. Mandei avançar o Ginja mas ele não dava rápido seguimento ao muro, porque falava mais do que aplicava tijolo, e o Edmundo ofereceu-se para o ajudar. Edmundo era pescador no Algarve, tinha as mãos calejadas do ofício e quando se descobriu que só havia uma colher de pedreiro disponível, colher que estava na posse do Ginja, não levantou problemas e aplicou a massa com as mãos. Fiquei um pouco desconfiado com aquela técnica, que não vinha nas folhas, mas as desconfianças mudaram de azimute quando sobreveio uma chuvada e a argila atrás do muro dilatou: a parte construída pelo Edmundo aguentou-se enquanto a feita pelo Ginja desabou totalmente.

Quase no final da recruta recebi um aviso preocupante: o brigadeiro inspector da Arma de Transmissões ia visitar o quartel proximamente e, quase de certeza, iria inspeccionar o meu pelotão. Foram dias agitados de revisão acelerada de todas as técnicas e procedimentos, de todas as regras de estabelecimento e consolidação, de todos os nós possíveis e imaginários que vinham descritos no manual e onde eu pensava que, muito naturalmente, o brigadeiro inspector iria estabelecer a sua inquirição. Só descansei quando todo o pessoal conseguia fazer,

sem hesitações e quase de olhos fechados, o lais de guia, o nó direito, o nó de escota e o nó de barqueiro, nós que entendi serem os mais necessários e que, muito provavelmente e por essa razão, seriam os eleitos pelo brigadeiro inspector para eventuais questionários.

Chegou o grande dia. Depois das cerimónias protocolares, o brigadeiro inspector fez uma visita demorada à Companhia de Transmissões e por fim parou junto do meu pelotão, naturalmente aquele onde era mais apetecível fazer perguntas. O pessoal aguardava, curioso porque nunca tinha visto um oficial general tão perto e remirava as platinas vermelhas e as estrelas de prata, que eram novidade de tomo para os olhos redondos do povo. Lentamente, o brigadeiro percorreu a fileira da frente e estacionou a meio, quase em frente do Ginja, que fiel ao costume, olhava embasbacado para o ilustre visitante. Este apercebeu-se e, com aquela maravilhosa intuição que eu tanto admiro, escolheu-o imediatamente para a pergunta regulamentar. Estremeci de preocupação e mentalmente fiz figas, para atalhar a ansiedade.

- Diz-me cá, meu rapaz, com te chamas?

Ginja declinou, num fôlego precipitado, nome e número. Estava afogueado, respirava com ruído. O brigadeiro não deve ter percebido nada do que ele dissera mas isso também não tinha uma importância por aí além. Continuou:

- E qual é a tua especialidade, diz-me?

- Guarda-fios, meu brigadeiro!

- Muito bem! E agora diz-me uma coisa…

O brigadeiro olhou para mim, com ar benevolente. "Não sei bem o que ensinaste a esta rapaziada, vou facilitar as coisas!", parecia querer ele dizer. Voltou-se novamente para o Ginja e continuou. Suspendi a respiração.

- … como se chama o teu major comandante de batalhão?

Distendi-me, respirei fundo. Afinal fora mais fácil do que estava à espera. O comandante do Batalhão de Instrução era o major João José Rodrigues Mano, um excelente oficial, tranquilo e afável, conhecido por todos e geralmente estimado. Eram favas contadas, o brigadeiro inspector foi gentil: toda a gente sabia o nome do major, era fácil de dizer e de fixar.

Mas o Ginja estava em apuros. Não respondia, agitava-se sem parar e estava a ficar vermelho como um pimentão. O brigadeiro inspector insistiu:

- Então, não sabes?

Aparentemente o Ginja não sabia e, pior, não sabia inventar uma qualquer resposta e descartar-se da incómoda situação. Entupira definitivamente. O brigadeiro inspector olhou para mim com um olhar que prefiro não traduzir e passou adiante. A mim, apetecia-me sumir-me pelo chão abaixo, não sem antes apertar os gorgomilos ao trouxa do Ginja que, depois de tanto trabalhinho e de tanto tempo perdido, deitara tudo a perder com uma pergunta de trazer por casa.

O brigadeiro inspector dobrou a esquina, saiu da vista e eu fui-me plantar imediatamente em frente do Ginja, com o ar satisfeito que se imagina.

- Diz-me cá, minha flor, não sabes o nome do teu comandante de batalhão?

- Não, meu aspirante, não sei!

- Não sabes o nome do teu comandante de batalhão, que vês todos os dias, várias vezes ao dia?

- Não, meu aspirante, não sei o nome, só sei a alcunha e não ia dizer a alcunha do nosso major ao nosso brigadeiro!

A alcunha? Esta era novidade para mim. Olhei para os cabos milicianos com um silêncio interrogativo e eles abanaram a cabeça, negativamente. O major tinha uma alcunha entre as praças que mais ninguém conhecia. Que inesperada surpresa! Decididamente havia ali qualquer coisa que não batia certo.

- A alcunha?

- Sim, meu aspirante, só sei a alcunha do nosso major, não sei como ele se chama!

Resolvi ser paciente e abrir o espírito à novidade.

- Então, diz-me lá, qual é a alcunha do nosso major?

- É o nosso major Mando! – despejou o Ginja, aliviado.

- Major Mando?

- Sim, meu aspirante, é o major Mando. Não está a perceber: como é ele que manda em toda a gente, toda a gente lhe chama o major Mando, o major Mando. O meu aspirante está a ver?

O Ginja estava radiante com o desengasgar da situação e ainda mais ficou quando eu comecei a rir como um perdido. A paz voltava à cidade, toda a gente riu às gargalhadas muito provavelmente com motivos diferentes, a tensão dissolveu-se num largo e redondo sorriso. Afinal, o Ginja não tinha descoberto nenhuma alcunha para o major, que nunca a terá tido; o que o Ginja tinha era uma enorme falta de ouvido.

Texto: Major do SGE João José Carixas Silveirinha

Campo Maior e as Invasõ

Precedentes Históricos – Enquadra

antonio3oliveira.blogspot.com

es Francesas
mento Estratégico

Nesta ocasião em que se evoca o bicentenário das Invasões Francesas e com especial referência os sacrifícios a que a vila de Campo Maior esteve obrigada, é com muita honra que acatei o convite por parte do Exército para, na terra que me viu nascer, proferir algumas palavras.

Impõe-se, porém, afirmar, que estou ciente de que a exposição que se segue, pela enorme abrangência temática, se apresenta como um conjunto de tópicos a que procurei dar coerência.

E porque de tópicos falo, permitam-me apresentar-vos a título de mera curiosidade as Ordens do Dia de há 200 anos relativas aos dias 25 e 26 de Março de 1811 (próxima página).

Território e mentalidade

Segundo o Professor Orlando Ribeiro "uma nação é apenas um produto da História. Um grupo de homens, unidos pela tradição comum, estabelecida, mantida e reforçada durante um longo passado de convivência, pela igualdança do falar, pela expressão dominante que entre eles tomam ideias e afec-

MARÇO. 53

P. R. N. S., e dos seus desejos de servir, como fuste da vontade de S. A. R., e haver seguido estes principios na Batalha do Bussaco, onde se comportou muito bem. — Ajudante-General *Mosinho*.

Quartel General do Monte de Reguengo 25 de Março de 1811.

ORDEM DO DIA.

DEtermina Sua Excellencia o Senhor Marechal, que as mulheres que acompanharem o Exercito, tanto a cavallo como a pé, marchem na retaguarda das columnas com a bagagem, e nunca com a Tropa. — Ajudante-General *Mosinho*.

Quartel General de Campo Maior 26 de Março de 1811.

ORDEM DO DIA.

PRohibe Sua Excellencia o Senhor Marechal, que haja nos Regimentos de Infantaria as Companhias de Caçadores, que lhe consta terem-se organizado em alguns delles, pois quer que não se altere o Plano da Organização dos referidos Corpos, o qual só estabelece duas Companhias de Granadeiros, e oito de Fusileiros. — Ajudante-General *Mosinho*.

Quartel General de Elvas 27 de Março de 1811.

ORDEM DO DIA.

DEclara-se a Promoção seguinte.

Por Decreto de 6 de Março de 1811.

Major aggregado ao Regimento de Infantaria N. 14, o Capitão do mesmo Regimento, Domingos Antonio Gil. Ajudante do Ordens do Sr. Coronel Trant, com a Patente que actualmente tem, ficando desligado do Batalhão, o Capitão do Batalhão de Caçadores N. 6, Guilherme de Linstow. Capitão da quinta Companhia do sobredito Batalhão de Caçadores N. 6, o Tenente do Exercito de S. M. B., Beuston. O Capitão do Regimento de Infantaria N. 8, Antonio Xavier de Basto, dimittido do Real Serviço. O Capitão do Batalhão de Caçadores N. 6, Hugh Eccles, dimittido do Real Serviço. Capitão da sexta Companhia do sobredito Batalhão de Caçadores N. 6, o Tenente Temple. Capitão aggregado ao Batalhão de Caçadores N. 4, o Tenente Wardlow.

Os dois sobreditos, Officiaes do Exercito de S. M. B.

tos, vive ligado embora por estes laços morais, sobre um pedaço de solo. (…) A terra de um povo já não é um simples dado da natureza, mas uma porção de espaço afeiçoado pelas gerações onde se imprimiram, no decurso do tempo, os cunhos das mais variadas influências. (…) Dentro do largo indeterminismo das acções humanas, o território sustenta e condiciona a história."

Portugal, esse navio-nação em que no dizer de Eduardo Lourenço nenhuma barca europeia é mais carregada de passado do que a nossa tem como consciência maior o mar. Neste rectângulo com mais de 830 quilómetros de costa em que a maior largura é a que vai de Campo Maior ao Cabo da Roca, o ponto mais ocidental da Europa, nenhum lugar está a mais de 218 quilómetros do Oceano Atlântico.

O nosso país, por elementares motivações associadas à defesa da identidade nacional frente às tendências históricas centrípetas de Espanha, procurou, desde as origens precoces do estado moderno em princípios do século XV, a sua segurança e mesmo a sua razão de ser no exterior, isto é: no mar, que dava profundidade atlântica à sua defesa.

Pelo Tratado de Tordesilhas em 1494 o concerto antagónico dos interesses dos dois países ibéricos determina que cabe a Portugal, em termos marítimos, o Oceano Atlântico, o Mar Arábico, o Mar Vermelho e o Golfo Pérsico, o Oceano Índico, o Mar da China e parte do Pacífico. Que potentado este de afirmação no lavrar de séculos que formatou e projectou a mentalidade portuguesa por todo o mundo onde se fez o império.

As ligações com a Inglaterra

Portugal desde praticamente o início da nacionalidade era um fiel aliado da Inglaterra. Para tal contribuíram as acções militares de cooperação, desde logo quando da conquista da cidade de Lisboa em 1147, em que os cruzados ingleses tomaram parte muito activa, realçando-se a particularidade de ter sido o clérigo inglês Gilberto o primeiro Bispo de Lisboa.

Em 1381 D. Fernando com as suas pretensões expansionistas sobre territórios de Castela aliou-se a Eduardo III e depois a Ricardo II de Inglaterra com o fim de auxiliar as tropas do Conde de Cambridge, nos pretensos direitos do Duque de Lancastre ao trono de Castela.

Na Batalha de Aljubarrota em 14 de Agosto de 1385, com enquadramento europeu da Guerra dos Cem Anos, fazem parte da hoste portuguesa cem archeiros britânicos enquanto que no lado castelhano 700 lanças são de franceses e gascões.

Pelo Tratado de Windsor de 9 de Maio de 1386, era garantido o apoio a D. João I, mestre de Avis, na sua permanência no trono, ao mesmo tempo que se assegurava a nossa independência relativamente a Castela. Esta aliança política veio a ser reforçada pelo casamento de D. João I com D. Filipa de Lancastre em 11 de Fevereiro de 1387.

Já no contexto do domínio filipino, o resultado desastroso da "Invencível Armada", em 1588, nas costas da Inglaterra e da Escócia representa o golpe profundo de que o poder naval espanhol nunca mais recuperou. Foi o fim da Espanha como potência marítima. Nesta contingência é a Inglaterra que vai assumir o poder e a supremacia marítima.

Em 1618 rebenta a Guerra dos Trinta Anos que opõe de um lado a Inglaterra, Holanda e Suécia e posteriormente a França e do outro a Espanha pelo domínio do continente europeu e do império mundial.

A Espanha, esgotadas as jazidas de prata na América do Sul, perdido o poder naval e com o aparelho militar terrestre envelhecido, revela-se incapaz de garantir o seu poderio.

Tal situação vai ter reflexos directos negativos em Portugal pela mudança de atitude do poder de

Madrid em função das necessidades da guerra, e, na decorrência do levantamento de Junho de 1640 na Catalunha, por razões semelhantes, vai-se dar a nossa Revolução de 1 de Dezembro desse mesmo ano.

No início de 1641 foram enviadas missões diplomáticas a Roma e a todos os inimigos de Espanha no sentido de sermos considerados como aliados. Porém a desilusão foi grande, pois se o poder português na Europa era escasso os domínios portugueses possuíam posições comerciais e fortalezas estratégicas para o domínio dos comércios ultramarinos, e essas posições podiam-nos ser tiradas mais facilmente como inimigos do que como aliados. Não houve solidariedade internacional e a Europa apropriou-se das nossas posições coloniais.

Em 1648, pondo fim à Guerra dos Trinta Anos, é assinada a paz de Vestefália de que Portugal se vê excluído e que veio a ser determinante no campo das relações internacionais, sendo que o sistema de estados soberanos daí decorrente ainda hoje predomina.

Na decorrência da Guerra da Restauração, processa-se uma renovação da aliança e verifica-se uma nova ajuda dos soldados ingleses que se mostrou fundamental na afirmação da nova dinastia. Consequentemente vir-se-ão a fortalecer as alianças política e sanguínea através do casamento de D. Catarina filha de D. João IV com o rei de Inglaterra Carlos II, juntamente com grandes cedências territoriais pela nossa parte na Índia.

Iluminura da Batalha de Aljubarrota.

(Imagens cedidas pelo autor)

O Cerco de Lisboa, por Roque Gameiro.

Friedrich Herman von Shomberg.

Com o fim da Revolta da Catalunha, em 1652, e a Paz dos Pirinéus celebrada com a França, em 1659, as forças militares espanholas viram-se de novo contra Portugal sendo contidas na Batalha das Linhas de Elvas. Entretanto, a política dúplice da França enviava-nos em 1660 o conde Shomberg com seiscentos militares, trazendo consigo os ensinamentos da escola militar de Turenne, o método de combate mais evoluído do seu tempo.

Após a Batalha de Montes Claros, Portugal e Espanha que tinham partilhado o Mundo, transformados em dois actores menores da cena internacional, irão definhando. Enquanto à Espanha irá caber em maior número o papel de "procurador" do poder Continental dominante, Portugal assumirá o papel aliado preferencial do Poder Marítimo numa perspectiva estratégica de defesa do território europeu e das possessões ultramarinas, ao mesmo tempo que procura manter um estatuto neutral nos conflitos europeus.

D. Pedro II, "O Pacífico".
(Imagens cedidas pelo autor)

Era essencial manter a defesa das linhas de comunicação marítimas com as áreas de exploração económica, em particular com o Brasil, que constituía o grande suporte da nossa economia e produção. E, sendo Portugal incapaz de o fazer com meios próprios, a aliança com a Inglaterra, enquanto Potência Marítima, assume o papel de centro de gravidade da estratégia portuguesa.

Por sua vez a Grã-Bretanha, a caminho de se tornar uma potência mundial, fixara claramente como seu objectivo de política europeia o impedimento de qualquer hegemonia no continente europeu, accionando para isso frequentemente, os mecanismos do equilíbrio de poder. Nesse sentido a localização estratégica de Portugal irá definir o seu papel bem como condicionar futuras pretensões de neutralidade nos conflitos emergentes.

D. Pedro II envolve-se na Guerra da Sucessão à coroa de Espanha com propósitos expansionistas, e, a reboque da Inglaterra que pretendia impedir a hegemonia borbónica da Europa, Portugal rompe o tratado celebrado anteriormente com a França e com a Espanha em que apoiava Filipe V e passa a apoiar o arquiduque Carlos de Áustria ao trono espanhol.

Neste contexto celebrou-se o Tratado de Methwen com a Inglaterra, altamente nefasto em termos comerciais para Portugal, e entramos na liga ofensiva contra a França. Seguiu-se uma guerra de dez anos que veio a terminar com o Tratado de Utrecht sem quaisquer vantagens para Portugal.

Das consequências da Guerra da Sucessão de Espanha, a tomada de Gibraltar pelos ingleses em 1704, irá contribuir decisivamente para a consolidação do papel geoestratégico reservado a Portugal no contexto peninsular.

A hostilidade da Espanha à Inglaterra irá aumentar assim como o desinteresse da Inglaterra pela Espanha conseguida que tinha sido a obtenção da posição estratégica mais importante no controlo das ligações do Mediterrâneo e do Atlântico.

Em 1762 a França, inimiga secular da Inglaterra, celebra com a Áustria e com a Espanha o Pacto de Família, pelo qual esta se compromete a fechar os seus portos à Inglaterra bem como a obrigar Portugal, pela força das armas, a entrar na mesma aliança. A recusa de Portugal implicaria a sua repartição, ficando a Espanha com a parte continental e a França com as colónias.

Dá-se a ruptura diplomática e o Marquês de Pombal desenvolve uma activa preparação de forças para a defesa, no contexto da chamada Guerra Fantástica. Na sequência das solicitações efectuadas à Inglaterra e por interferência do rei Jorge III é contratado o conde de Lippe para vir exercer o comando em chefe do nosso Exército trazendo com ele muitos oficiais estrangeiros.

Entretanto, os espanhóis, mesmo antes de qualquer declaração de guerra, invadiam Trás-os-Montes e ocuparam Miranda, Chaves, Bragança e Moncorvo. Precedeu esta acção uma proclamação do Marquês de Sarria, comandante do exército espanhol em que declarava, tal como viria a acontecer mais tarde em 1807 "que não vinha como inimigo de Portugal, mas sim da Inglaterra, sendo o seu fim somente apoderar-se dos nossos portos para os defender contra os ingleses".

Com a queda do Marquês de Pombal por morte do rei D. José, os exagerados conservadorismo português e poder religioso sentidos em todas as actividades, a par da excessiva dependência da Inglaterra que nos tratou sempre como uma colónia ou mero teatro de operações, precipitaram o mal-estar entre os oficiais portugueses e os oficiais estrangeiros, fazendo com que estes abandonassem o nosso Exér-

cito. Foi particularmente relevante pelas implicações negativas, no que respeita aos artilheiros e engenheiros que tinham prestado importantes serviços. Consequentemente as instituições militares decaíram, tendo sido mesmo colocadas em causa as disposições mandadas adoptar pelo conde de Lippe. Os efectivos dos regimentos de Infantaria foram reduzidos, bem como suprimidos alguns regimentos.

No final do século XVIII a falta de empenho colocado na organização, na instrução e na disciplina do Exército aconselhava a mantermo-nos fora de qualquer intuito bélico.

Reagindo ao impacto da Revolução Francesa, a corte portuguesa vê-se dividida entre uma corrente anglófila que defende uma aproximação a Londres na luta contra o expansionismo francês projectada nos campos ideológico e territorial, e outra favorável a um entendimento com Paris.

A Revolução Francesa e a morte de Luís XVI provocaram uma coligação contra a França, em que a Inglaterra, dirigindo esse movimento, nos arrastou para a luta.

Portugal, após o tratado de aliança com a Espanha a 15 de Julho de 1793 e outro com a Inglaterra a 16 de Setembro, organizou uma divisão auxiliar composta de seis regimentos de infantaria e uma brigada de artilharia, com cerca de seis mil homens, que sob o comando do Tenente-General João Forbes Skellater, a qual participou nas campanhas da Catalunha e do Rossilhão.

A constituição desta força depauperou de forma acentuada os regimentos mobilizadores de tal forma que estes não tinham gente para o serviço de guarnição. Muitos oficiais foram dados por incapazes de partirem na expedição pois era grande o número de tenentes e alferes com mais de 50 anos de idade. Relativamente às praças de pré, como consequência da longa permanência nas fileiras, na sua grande maioria com 40 anos de serviço, foi enorme o número que teve de ser transferido por incapacidade de marchar e fazer a guerra.

Ao mesmo tempo que tínhamos enviado esta divisão a auxiliar o exército espanhol, enviámos também uma esquadra de 7 navios que reunindo-se a uma esquadra inglesa foi bloquear os portos de França.

Entretanto a Espanha, sem nos consultar, faz com a França o Tratado de Paz de Basileia em 22 de Julho de 1795, e Portugal continuava em guerra com a França, conservando-se aliada da Inglaterra.

No ano seguinte a Espanha, ainda há pouco nossa aliada contra a França, unia-se agora a esta pelo Tratado de Santo Ildefonso de 18 de Agosto e obrigava-se a compelir-nos pelas armas a abandonarmos a aliança inglesa. Secretamente era acordada, novamente entre as duas nações, a divisão de Portugal.

No decurso dos jogos diplomáticos e do fervilhar das intrigas internacionais que colocavam em perfeito descrédito acordos e tratados de ontem, era aconselhável que se prestasse toda a atenção às questões militares e que as nações estivessem preparadas para defenderem pelas armas a sua independência.

Mas de forma contrária, o poder político português entendia que não havia perigo e pouco ou nada cuidava deixando cair as instituições militares, sendo disto exemplo o decreto publicado no dia 1 de Janeiro de 1800 em que o Marechal General Duque de Lafões era autorizado a proceder a um amplo licenciamento em todos os corpos do Exército.

Em 29 de Janeiro de 1801 a Espanha concluía com a França um tratado para invadir Portugal.

A tomada de Gibraltar pelos ingleses em 1704, irá contribuir decisivamente para a consolidação do papel geoestratégico reservado a Portugal no contexto peninsular.

armchairgeneral.com

Em Fevereiro a Espanha declarou-nos guerra tendo começado as hostilidades em Maio desse mesmo ano.

O Príncipe Regente D. João não acreditava que o sogro Carlos IV fizesse uma guerra a sério e foi determinando prudência e morosidade, e o próprio duque de Lafões, com a idade de 82 anos, marchara para o exército convicto que as tropas espanholas se limitariam a uma simples demonstração para aparentar que satisfazia às imposições da França. É disso esclarecedor o que o Duque de Lafões escreve ao General espanhol D. Francisco Solano: "Portugal e Espanha são duas bestas de carga. A Inglaterra nos excita a nós, e a França vos aguilhoa a vós. Agitemos e toquemos pois as nossas sinetas, mas pelo amor de Deus, não nos façamos mal algum. Muito se ririam em tal caso à nossa custa".

Em 14 de Maio de 1801 Don Manuel Godoy, comandante em chefe do exército espanhol, referindo-se aos portugueses na proclamação às suas forças escreve: "…Um povo tenaz, embora débil, é o obstáculo ao bem comum; buscamos a paz que este inimigo afasta" e mais à frente "As tropas francesas, vitoriosas em todo o mundo, vêm empenhar-se connosco nesta empresa…". Na realidade um corpo de tropas francesas, de 15.000 homens, comandado pelo General Leclerc, colocava-se ao longo da fronteira, desde Ciudad-Rodrigo até Zarza-Mayor, observando a província da Beira Baixa, desde Almeida ao Tejo.

D. João Carlos de Bragança Sousa e Ligne, 2.º Duque de Lafões.

tieteiro.blogspot.com

As instruções dadas pelo Duque de Lafões vão no sentido de evitar acções gerais e combater o inimigo na guerra de postos ou na guerra da montanha. Deveria ser estabelecido um cordão de tropas de Niza até Arronches sendo o objectivo principal o impedimento da travessia do Tejo pelo exército invasor entre Abrantes e Santarém. É neste plano que, entre outras ocorrências e vicissitudes, se dá o cerco de Campo Maior em Maio de 1801.

Será celebrado o Tratado de Paz de Badajoz a 7 de Junho, mas perante a não aceitação por Napoleão Bonaparte dos termos acordados bem como da existência de um exército francês em Espanha com cerca de 30.000 homens virá a ser celebrado o Tratado de Madrid, em 29 de Setembro, em que Olivença é cedida a Espanha bem como, entre outros, é assumido o compromisso de pagar à França a enorme quantia de 20 milhões de libras tornezas para além de fecharmos os portos aos ingleses.

Entretanto a Inglaterra, que alegava não ter tropas para nos ajudar na defesa, desembarcou na ilha da Madeira a 24 de Julho de 1801 uma força de 4.000 homens referindo ser "como aliados e irmãos". Portugal protestou mas a retirada só se verificou em Março de 1802. Por aqui se vê o que poderia ter acontecido se tivéssemos optado pela coligação continental.

Porém se a França viesse a ocupar a Península, a Inglaterra garantia o controlo de um ponto de apoio essencial à movimentação das esquadras entre o Atlântico e o Mediterrâneo.

As Campanhas de 1801 acentuaram a decadência do Exército português. Levaram à demissão do Duque de Lafões e à sua substituição pelo Conde Goltz no comando em chefe do exército em 23 de Julho de 1801 e, em Dezembro, é criado um Conselho Militar. Mas as facções idealistas afirmam-se, particularmente por influência das maçonarias, e verificam-se cisões no seio do Exército.

Em França verifica-se a progressão apoteótica de Napoleão, 1.º cônsul em 1802 e imperador em 1804. O seu génio militar afirma-se através da organização permanente da "Grande Armée" em Corpos de Exército com grande capacidade de independência a que estava associada uma enorme mobilidade.

Ocorrem as batalhas de Ulm e de Austerlitz em que é confirmada a hegemonia continental francesa, mas, em contrapartida, na batalha de Trafalgar em 21 de Outubro de 1805 a esquadra franco-espanhola é esmagada o que vai ser determinante em termos estratégicos para o nosso país, pois a França não poderá consentir que Portugal seja o porto de entrada da potência marítima no continente.

Em Outubro de 1806 Napoleão ganha aos prus-

sianos a batalha de Iena, após o que publicava a 21 de Novembro em Berlim um decreto onde se declaravam as ilhas Britânicas em estado de bloqueio.

Em Junho de 1807 era assinada a paz de Tilsitt com a assinatura do Tratado de Aliança entre Napoleão e o Czar Alexandre. Portugal não podendo manter a neutralidade assegurada pelo pagamento anteriormente efectuado à França, vai-se aliar de facto à Inglaterra.

Em Agosto de 1807 Napoleão ordena a preparação de um exército de 28.000 homens sob o comando do general Junot, antigo embaixador em Lisboa e, a 27 de Outubro, a França assina com a Espanha o Tratado secreto de Fontainebleau pelo qual Portugal é dividido em três pequenos estados e a Espanha se compromete a ajudar os franceses na conquista do país.

Nestas circunstâncias a solução foi, após a assinatura de uma convenção secreta com a Inglaterra, que previa a protecção pela marinha inglesa, a transferência da corte para o Brasil, projecto já amadurecido anteriormente por um quadro de fraqueza perante potências manifestamente superiores. Assim cerca de 15.000 pessoas, todo o estrato superior da sociedade abandonou o país em quinze navios de guerra, quase toda a esquadra portuguesa operacional, e em mais vinte navios mercantes.

O embarque e a saída dão-se entre 27 e 29 de Novembro de 1807 e a chegada de Junot a Lisboa verifica-se no dia seguinte, tendo a recebê-lo os cumprimentos do Conselho de Regência nomeado pelo Príncipe D. João e com a indicação que não se hostilizassem os franceses e que fossem acolhidos com cordialidade. A conquista estava feita sem a menor resistência.

Após a passagem da esquadra que transportava a corte pela Madeira, uma esquadra inglesa transportando uma pequena força de dois regimentos comandada pelo general Beresford aportou à ilha e exigiu a capitulação que foi efectivada a 26 de Dezembro. Esta ocupação militar iria manter-se até ao fim do ano de 1814 o que demonstra que a confiança da Inglaterra em Portugal nunca foi muito forte e que a importância das posições estratégicas para o controlo das rotas marítimas não era questionada por razões de moralidade política.

No início de 1808 tínhamos um Exército destruído, pois as melhores forças estavam a caminho de França para combater com Napoleão na Legião portuguesa levando consigo as melhores chefias e a maioria da Marinha de Guerra portuguesa tinha partido com a Rainha para o Brasil. O Exército tinha sido desmobilizado, retiradas as armas e os cavalos, para além de que as milícias e as ordenanças tinham sido completamente desfeitas.

Ao mesmo tempo que o domínio francês em 1808 se impunha com altos impostos e uma pesada tributação a título de resgate, o Príncipe Regente D. João como represália a Napoleão, envia uma expedição de 700 homens no início de 1809 a ocupar a Guiana Francesa, tendo sido anexada com a ajuda naval inglesa.

Porém, o quadro ir-se-á modificar, conforme influi do conteúdo da carta de Junot a Napoleão em 14 de Fevereiro de 1808 da qual se extrai que "as guarnições de Elvas e Campo Maior foram constituídas por dois Regimentos da Divisão Carrafa dispostas pelo General Solano" e que "estava prevista o desarmar e tornar inoperantes as tropas espanholas podendo as tropas portuguesas e os habitantes servir para as conter ou vigiar em caso de necessidade e grande prazer teriam nisso".

Entretanto, Napoleão tem em Espanha cerca de 100.000 homens, e a população espanhola vai-se revoltar nos célebres acontecimentos do dia 2 de Maio em Madrid. As tropas espanholas que tinham vindo com Junot irão regressar a casa.

Como um rastilho, toda a península irá sentir a vaga contra o francês. Em Portugal os levantamentos populares anarquizaram a hierarquia do Estado, criando um vazio de poder interno que seria ocupado posteriormente por Beresford e os ingleses ao mesmo tempo que as Milícias e as Ordenanças viriam

Retrato de William Carr Beresford em grande uniforme do Exército Português.

wikipedia.com

Brasão de Armas da Vila de Campo Maior

Armas – Escudo de prata, com duas palmas de verde cruzadas em aspa com uma quina de Portugal orlada de ouro no cruzamento. As palmas acompanhadas de quatro leões rompantes de vermelho e linguados de azul, com uma espada de prata na mão direita. Coroa mural de quatro torres. Dois listeis brancos respectivamente, com os seguintes dizeres: "LEALDADE E VALOR" e "LEAL E VALOROSA VILA DE CAMPO MAIOR".

Duas palmas de verde – Simbolizam o martírio e a vitória, e o verde destas a esperança e fé.

Quatro leões – Simbolizam a força, a heroicidade e a energia. A sua cor vermelha significa ardor nas guerras, a língua azul significa zelo e lealdade, e a espada na mão direita serve para recordar a heroicidade dos habitantes desta vila.

A quina de Portugal – Assinala o facto de Campo Maior ficar na fronteira, indicando uma sentinela de Portugal.

O escudo de Prata – Significa eloquência, humildade e riqueza.

a sustentar uma resistência continuada em prol da unidade de comando e da acção de conjunto do exército Anglo-Luso sob as ordens de Arthur Wellesley que inviabilizou definitivamente as pretensões napoleónicas de ocupação de Portugal.

Do exposto anteriormente depreende-se de forma genérica que os estados existem sobretudo com duas finalidades básicas, que são a busca de segurança e de bem-estar face à escassez dos recursos. É nesta contingência que se verifica o poder dos grupos ou dos estados na sua interacção com outros grupos ou outros estados no pressuposto de que a natureza das relações internacionais se foca não nas amizades mas sim nos interesses. Quando necessário é utilizada a coacção através dos diferentes sistemas de forças.

Campo Maior

A natureza histórica de Campo Maior liga-se de forma específica ao domínio e à afirmação de autoridade naquele que era um espaço periférico, distante dos locais habituais de exercício do poder estatal e em que a sua localização como uma das principais praças de guerra inseria-se primordialmente no complexo de defesa territorial de grande importância estratégica que era a zona de fronteira que cortava um dos principais eixos de penetração militar Madrid-Lisboa.

São comummente referidas as várias designações para o conflito que, no contexto das chamadas Guerras Napoleónicas, abrangeu como teatro de operações a Península Ibérica, Invasões Francesas, Guerra Peninsular ou Guerra da Independência na conformidade dos actores intervenientes e dos objectivos em causa.

Na nossa perspectiva não podemos deixar de considerar que, à parte os tempos exactos em que ocorreram os actos formais de declaração de guerra pelos diversos intervenientes, as acções militares de 1801 e de 1807 constituíram-se na prática como introdução à Guerra Peninsular.

Campo Maior, que se situou desde sempre na linha da frente da defesa territorial, apresenta-se neste enquadramento, em termos de conflito militar directo, no princípio, pelo cerco que sofreu desde 20 de Maio de 1801 por ocasião da chamada Guerra das Laranjas, no meio, quando no início do mês de Julho de 1808 cria a sua Junta governativa, que foi a primeira do Alentejo, e também, no fim, quando após o cerco da Vila desde 12 de Março de 1811, se dá o Combate de Campo Maior a 25 de Março do mesmo mês.

A forma indómita e corajosa como a sua população se comportou durante o cerco de 1811 constituiu um marco de tal forma relevante que determinou o reconhecimento por portaria do reino com a atribuição do título de Leal e Valorosa Vila de Campo Maior, e, com tal ênfase, que na sequência do combate que se lhe seguiu, ao Marechal do Exército Português William Carr Beresford veio a ser concedido por decreto da Rainha D. Maria I o título de Marquês de Campo Maior.

Bibliografia geral

- A. J. R. Russel-Wood – Portugal e o Mar Um Mundo Entrelaçado – Cadernos do Pavilhão de Portugal EXPO98 – Assírio & Alvim;

- António Pedro Vicente – Le Génie Français au Portugal Sous L'Empire – Lisbonne –1984 ;

- António Pedro Vicente – Guerra Peninsular 1801/1814 - Guerras e Campanhas Militares - Quidnovi – 2007;

- Carlos Bessa – Memória da Batalha Real no 6.º Centenário da Batalha de Aljubarrota – Comemoração do VI Centenário – Academia Portuguesa de História – Lisboa MCMLXXXVIII;

- Christovam Ayres de Magalhães Sepúlveda – História Orgânica e Política do Exército Português – Provas – Volume XI – Guerra Peninsular;

- Coronel J. Lúcio Nunes – As Brigadas de Cavalaria Portuguesa na Guerra Peninsular – Edição de Álvaro Pinto – Lisboa 1954;

- Eduardo Lourenço – Nós Como Futuro – Cadernos do Pavilhão de Portugal EXPO98 – Assírio & Alvim;

- Fernando Mendes - Restauração de Portugal – João Romano Torres & C.ª Livraria Editora;

- General L. P. Mesquita Carvalho – Guerra Peninsular – Typ. Minerva de Gaspar Pinto de Sousa & Irmão – Famalicão 1904;
- Hipólito de la Torre Gómez – O Legado Presente de Portugal – Portugal na Viragem do Século – Valor da Universalidade – Cadernos do Pavilhão de Portugal EXPO98 – Assírio & Alvim;
- José Alberto Loureiro dos Santos – Apontamentos de História para Militares – Instituto de Altos Estudos Militares – Lisboa 1979;
- José Alberto Loureiro dos Santos – Incursões no Domínio da Estratégia – Fundação Calouste Gulbenkian – Maio 1983;
- José Manuel Freire Nogueira – As Guerras Liberais – Uma reflexão estratégica sobre a História de Portugal – Edições Cosmos - IDN Lisboa 2004;
- Luís Cunha – Memória Social em Campo Maior – Usos e Percursos da Fronteira – Publicações Dom Quixote 2006;
- Ordens do Dia do Ano de 1811;
- Tenente-General Manuel Fernando Vizela Marques Cardoso – Portugal nas vésperas das invasões francesas; contexto geopolítico e geoestratégico – Revista Militar Julho de 2010.

Biografia

Natural de Campo Maior, onde nasceu em 9 de Junho de 1956, o Major do Serviço Geral do Exército João José Carixas Silveirinha é licenciado em História (vertente científica) pela Universidade de Lisboa.

É ex-aluno do Instituto dos Pupilos do Exército e oriundo da Classe de Sargentos. Fez o Curso de Formação de Oficiais no extinto Instituto Superior Militar no biénio 1989/91, ingressando no Quadro de Oficiais do Serviço Geral do Exército, e, posteriormente, o Curso de Promoção a Oficial Superior no Instituto de Altos Estudos Militares no ano de 2002.

Transitou para a situação de Reserva, a seu pedido, no dia 2 de Julho de 2008.

Actualmente é o Presidente do Núcleo de Campo Maior da Liga dos Combatentes, o qual ajudou a fundar no início de 2010.

Texto: Dr. Rui Dias Sena

A POLÍTICA de DEFESA portuguesa

antes e durante a GUERRA COLONIAL

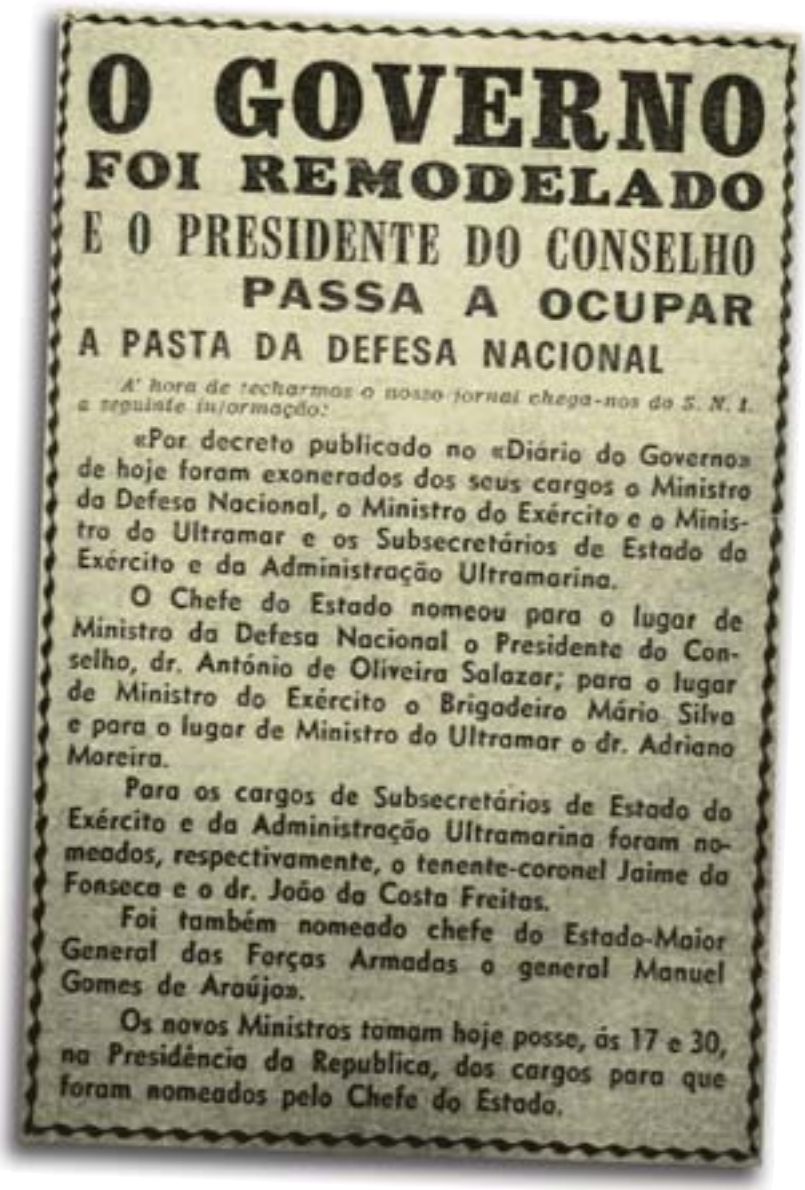
Portugal, durante a década de cinquenta, recebeu uma doutrina militar com vista à realização de uma guerra do tipo convencional, acompanhada por todo o equipamento e armamento para a sua execução. Todos estes ensinamentos terão de ser alterados e redireccionados para um tipo de guerra para o qual Portugal não estava preparado, tendo de efectuar uma guerra de contra-guerrilha num ambiente geográfico para o qual não se tinha preparado. Mudava assim de um teatro de operações europeu (Pirenéus), para um teatro de operações africano (Angola, Guiné e Moçambique), apresentando, estes três, geografias muito diversas.

Para a Guerra Colonial, Portugal possuía ainda a organização, implementada pelas reformas NATO; sucintamente, foi criado o cargo de ministro da Defesa sem possuir um ministério próprio, permanecia a coexistência de um ministério do Exército e da Marinha, foi igualmente criado o cargo de chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA). Por fim, cabia ao ministro da Defesa

gerir o orçamento e a condução operacional das Forças Armadas e coordenar os ministros do Exército e da Marinha. A estes ministérios estavam entregues as questões administrativas e logísticas.[1]

Em 1958, com a nomeação do general Botelho Moniz para o cargo de ministro da Defesa e com o afastamento de Santos Costa, as Forças Armadas portuguesas entravam numa nova fase, pois o novo ministro sentia necessidade de adaptar o dispositivo militar português à mudança político-militar que Portugal teria de fazer em pouco tempo.[2] Botelho Moniz tinha à sua volta oficiais da geração NATO e mantinha contactos com o embaixador norte-americano de Lisboa. As suas pretensões para executar um golpe militar tinham claras ligações à política norte-americana para África encabeçada por Kennedy.[3] Deve-se acrescentar que Botelho Moniz, juntamente com os seus apoiantes, pretendia uma solução para o que se passava em África; a solução era ainda mais urgente após os acontecimentos de 15 de Março de 1961. A tentativa de golpe de Estado falhou e tal facto deu tempo a Salazar para responder e assegurar o regime. Salazar respondeu remodelando o governo e demitindo os militares que se mostravam ser obstáculos à política colonial do regime. Assim, a tentativa de golpe acabaria por beneficiar o próprio regime. A remodelação ministerial fez com que Salazar assumisse o cargo de Ministro da Defesa, Almeida Fernandes foi substituído por Mário Silva na pasta do Exército e Adriano Moreira substituiu Vasco Lopes Alves. O CEMGFA Beleza Ferraz foi substituído pelo general Gomes de Araújo e o secretário de Estado do Exército Costa Gomes foi demitido.[4] Salazar, com estas alterações conseguiu eliminar as resistências militares perante a política colonial e militar. Ao mesmo tempo, ocupava os cargos vazios com homens em que detinha maior confiança e que estavam alinhados para fazer a guerra em África, esta remodelação ministerial munia o regime para executar um conflito bélico que duraria treze anos.

Ainda antes de 1961, existia uma clara noção do risco de surgimento de movimentos de libertação, nos diversos territórios coloniais portugueses. Por essa razão, várias medidas foram tomadas: em 1957, saiu um memorando sobre "Plano Geral de Acção Anti-Subversiva em África".[5] Foi elaborado um estudo sobre contra-guerrilha e, ao mesmo tempo, foram enviados oficiais portugueses para cursos de formação em França, Inglaterra e Bélgica.[6] Portanto, era esta a missão de vertente europeia, conhecer o inimigo que teriam de enfrentar através da experiência de outros países europeus com problemas semelhantes. Ao mesmo tempo, surgiram missões de carácter africano, para conhecer quais as necessidades ao nível de infra-estruturas, acomodação e como tirar o melhor proveito das Forças



O GOVERNO
FOI REMODELADO
E O PRESIDENTE DO CONSELHO
PASSA A OCUPAR
A PASTA DA DEFESA NACIONAL

A' hora de techarmos o nosso jornal chega-nos da S. N. I. a seguinte informação:

«Por decreto publicado no «Diário do Governo» de hoje foram exonerados dos seus cargos o Ministro da Defesa Nacional, o Ministro do Exército e o Ministro do Ultramar e os Subsecretários de Estado do Exército e da Administração Ultramarina.

O Chefe do Estado nomeou para o lugar de Ministro da Defesa Nacional o Presidente do Conselho, dr. António de Oliveira Salazar; para o lugar de Ministro do Exército o Brigadeiro Mário Silva e para o lugar de Ministro do Ultramar o dr. Adriano Moreira.

Para os cargos de Subsecretários de Estado do Exército e da Administração Ultramarina foram nomeados, respectivamente, o tenente-coronel Jaime da Fonseca e o dr. João da Costa Freitas.

Foi também nomeado chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas o general Manuel Gomes de Araújo».

Os novos Ministros tomam hoje posse, ás 17 e 30, na Presidência da Republica, dos cargos para que foram nomeados pelo Chefe do Estado.

---

[1] Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (Coords.), 1961 – *O princípio do fim do impérios. Anos da Guerra Colonia*, Vol. II, pp.80 e 81.

[2] Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (Coords.), *Os Anos da Guerra Colonial. Antecedentes: Os anos que geraram um novo mundo*, Vol. I, p.36.

[3] Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (Coords.), 1961 – *O princípio do fim do império. Anos da Guerra Colonia*, Vol. II, p.52.

[4] Idem, *Ibidem*, pp.57 e 60.

[5] Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (Coords.), *Os Anos da Guerra Colonial. Antecedentes: Os anos que geraram um novo mundo*, Vol. I, p.22.

[6] António José Telo, "A prioridade a África (1959 - 1974)", in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.465.

Armadas portuguesas no território. Compreendeu-se, no fim de tais missões, que existiam falhas na mobilidade táctica, no apoio aéreo e ausência de forças de intervenção.[7] Por fim, começou o estudo para a criação de unidades especializadas na luta de contra-guerrilha e o seu respectivo equipamento e armamento. A Força Aérea com os pára-quedistas, a Armada com os fuzileiros e o Exército com as companhias de Caçadores e, mais tarde, com os Comandos.[8] Em 1959, e a partir de Outubro foram tomadas várias medidas relacionadas com o eventual conflito colonial. O Ministério do Exército foi reorganizado passando a possuir jurisdição militar sobre os territórios coloniais.[9] Poucos dias depois, nesse mesmo mês de Outubro, saiu uma directiva do mesmo Ministério, elaborada pelo coronel Almeida Fernandes, sobre a definição militar para a política portuguesa. Em 1960, mais propriamente no mês de Abril e por despacho, era concedido um subsídio para o fardamento dos oficiais e sargentos, possivelmente a prever o esforço de guerra e como forma de minorar o esforço financeiro dos militares. Para além disso foram concedidos três tipos de abonos: o primeiro era anual para oficiais e sargentos do quadro permanente que estivessem em actividade, fossem casados ou tivessem elevados encargos familiares. O segundo era um abono devido a uma promoção ou seria um abono trienal; o despacho não explicita em detalhe este abono, alertando para que a situação seria brevemente esclarecida. O último tipo de abono era de tipo "suplementar" e destinava-se para os oficiais e sargentos em que a relação de encargos financeiros com a família a seu cargo e mediante o seu vencimento justificasse esse mesmo abono, sendo por isso anual.[10]

Resumidamente, Portugal mantinha os compromissos NATO, não pretendendo criar novos compromissos, procurou manter o Pacto Ibérico mas com uma clara ligação à defesa dos Pirenéus, mas essa mesma defesa começava a ser considerada apenas simbólica a nível político, existia sim a prioridade de intensificar a defesa militar dos territórios coloniais portugueses, aumentar a importância da Força Aérea nesses mesmos territórios e diplomaticamente encontrar aliados para a questão militar portuguesa em África.[11] No mês de Novembro, um despacho ministerial dava aval para a criação do Centro de Instrução de Operações Especiais, ou seja, para a criação de tropas especializadas em contra-guerrilha.[12] Na Armada criou-se ainda no mesmo mês, o Centro de Comunicações da Armada para criar uma rede de comunicações navais com os territórios coloniais.[13] Por fim, o resultado de todos estes estudos e das formações que os militares portugueses receberam, resultou na compilação

Passou a existir a possibilidade de as mulheres exercerem voluntariado. Todavia, este não foi muito incentivado pelo Estado Novo, tendo havido apenas mulheres enquanto enfermeiras pára-quedistas (Tancos, Agosto de 1961).

blogueforanadaevaotres.blogspot.com

de: *O Exército na Guerra Subversiva*, que seria um conjunto de cinco volumes em 1963.[14] Tal "manual" seria a base padrão para Portugal fazer a guerra em África durante os treze anos de conflito.

Todo o esforço de guerra português trouxe consigo alterações às Forças Armadas portuguesas, desde o número de efectivos, a organização interna, armamento, equipamento e doutrina.[15] Desde a implantação da Primeira República, havia uma legislação favorável à implantação do exército miliciano, de carácter obrigatório e universal. A Guerra Colonial, volvidos cinquenta anos, surgia como sendo a ocasião ideal para colocar tal projecto em marcha. Foi a partir de 1961 que o serviço militar passou verdadeiramente a possuir um a carácter universal e obrigatório, ou seja, miliciano.[16]

O esforço militar fez-se sentir a todos os escalões da vida militar. Desde os praças aos quadros permanentes de sargentos e oficiais. O modo de instruir os soldados para a guerra variou ao longo dos treze anos de conflito. Um possível padrão pode ser interpretado com três a quatro meses de instrução militar básica, seguido de uma instrução com vista ao aperfeiçoamento operacional. O exército operava 75 centros de instrução e 22 especialidades.[17] O serviço militar obrigatório foi igualmente alargado para seis meses de instrução e dois anos de mobilização.[18] Geralmente era alargado por mais um ano, sendo que o período de mobilização/combate poderia chegar aos três anos e alguns meses. O recenseamento devia ser efectuado aos 18 anos, mas as obrigações militares em tempo de paz apenas começavam aos 21 e terminavam aos 45 anos. A partir de 1968, uma nova lei do serviço militar trouxe algumas alterações à sua antecessora datada de 1937: para além do serviço militar para os homens continuar a ser obrigatório, passou a existir a possibilidade de as mulheres exercerem voluntariado. Todavia, este não foi muito incentivado pelo Estado Novo, tendo havido apenas mulheres enquanto enfermeiras pára-quedistas.

Algo que mudou igualmente foi a africanização das tropas portuguesas. Esse fenómeno surgiu em meados de sessenta, altura em que o esforço de mobilização da sociedade portuguesa começava a dar sinais de alguma exaustão, sendo que a africanização das tropas atenuou esse problema. Para além disso, empregava população africana, o que provocava melhores condições de vida ao soldado e, por conseguinte, à sua família. Possuía ainda outra consequência: passava-se uma mensagem de integridade entre a metrópole e as colónias no esforço contra os movimentos de libertação, externamente para a comunidade internacional, internamente para a sociedade portuguesa e para a oposição ao regime. Essa africanização foi de facto notória quando verificada ao nível percentual: em 1961 a média de tropas africanas rondava os 20,9% e no ano de 1974 situava-se nos 38,7%. Evidentemente

Arquivo JE

A africanização das tropas portuguesas surgiu em meados de sessenta, altura em que o esforço de mobilização da sociedade portuguesa começava a dar sinais de alguma exaustão.

[7] Idem, *Ibidem*, p.465.

[8] Idem, *Ibidem*, pp.465 - 466.

[9] Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (Coords.), *Os Anos da Guerra Colonial. Antecedentes: Os anos que geraram um novo mundo*, Vol. I, p.36.

[10] "Serviços Sociais das Forças Armadas", *Jornal do Exército*, Setembro, 1961, p. 24.

[11] Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (Coords.), *Os Anos da Guerra Colonial. Antecedentes: Os anos que geraram um novo mundo*, Vol. I, p.36.

[12] Idem, *Ibidem*, p.37.

[13] Idem, *Ibidem*, p.37.

[14] Idem, *Ibidem*, p.37..

[15] Nuno Severiano Teixeira, "Portugal e as Guerras da Descolonização", in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.76.

[16] Luís Salgado de Matos, "Estado Novo", in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.181.

[17] Idem, *Ibidem*, p.182.

[18] Nuno Severiano Teixeira, "Portugal e as Guerras da Descolonização", in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.76.

Arquivo JE

Os cadetes-alunos que se iniciaram na Academia Militar em Outubro do ano de 1963, iniciavam a primeira comissão como alferes em Janeiro de 1967 e, em Janeiro de 1970 já estariam a comandar uma companhia como capitão.

que estas variavam entre os diversos teatros de operações: Angola com valores na ordem dos 14,9% para 42,4%; Moçambique calculava-se percentagens na ordem dos 26,8% para 53,6%; e na Guiné era a única situação inversa de 21,1% para 20,1%.[19] O caso da Guiné pode ser explicado pela fraca penetração no interior daquele território e pela clara dificuldade das Forças Armadas portuguesas se imporem no território.

Para o esforço de guerra convocou-se milicianos que já tinham prestado serviço militar na metrópole. Criou-se um quadro à parte de oficiais, seleccionando-se cadetes dos cursos de oficiais milicianos para um curso intensivo e para ascender a uma rápida promoção a capitão. Obviamente que tal conduta teve consequências e foi necessário legislar, sendo que mudaram-se os critérios de antiguidade dos oficiais do quadro permanente, entre os provenientes da Academia Militar e os de origem miliciana.[20] Os oficiais milicianos seriam formados em Mafra e os sargentos em Tavira.[21] A Academia Militar viu os seus cursos abreviados e leccionados de forma intensiva para responder às necessidades da guerra, tendo ficado pelos três anos.[22] Concretamente em 1965, publicou-se uma Portaria n.º 21 373, de origem conjunta dos Ministérios das Finanças e do Exército, para intensificar a formação dos alunos da Academia Militar e uma entrada mais rápida nos quadros permanentes. Permitia assim que os cadetes-alunos que se iniciaram na Academia Militar em Outubro do ano de 1963, iniciavam a primeira comissão como alferes em Janeiro de 1967 e, em Janeiro de 1970 já estariam a comandar uma companhia como capitão.[23] Ou seja, um cadete-aluno teria uma formação de 39 meses até receber a sua primeira comissão e chegaria a capitão ao fim de 36 meses após a sua primeira comissão.

Em 1966, através do Decreto-Lei n.º 47 414, enquanto existisse um conflito militar nos territórios coloniais portugueses era permitido que o Ministro do Exército autorizasse por despacho a promoção de oficiais ao posto imediato sem a necessidade da

frequência de cursos de formação para essa mesma promoção.[24] Era mais uma medida para fazer face à crise do quadro de oficiais, principalmente no que diz respeito ao posto de capitão. A solução foi convocar tenentes milicianos que se encontravam na disponibilidade.[25]

Ao nível do comando, os soldados em território africano eram comandados pelo CEMGFA, este era nomeado através do chefe do Governo e ministro da Defesa. Outra figura, não menos importante na hierarquia do comando era o comandante-chefe (CC), que era um general do Exército, existindo um CC em cada província de cada teatro de operações. Em 1969, o CC seria reconhecido como sendo o responsável pelas operações, podendo chegar a acumular o cargo de governador geral.[26] As responsabilidades dos governadores e dos comandantes-chefes de cada território colonial, foram assentes no Decreto-Lei n.º 43 560 de Março de 1961. Assim, o governador de cada província era o representante do Governo Português, a sua política era fruto da coordenação entre o governador, e o ministro da Defesa e do Ultramar, criando-se assim a respectiva política de defesa nesse mesmo território. Ao governador cabia-lhe uma interacção com o CC, no que diz respeito a informá-lo da necessidade da aplicação, ou não, das Forças Armadas no respectivo território.[27] Ainda durante o ano de 1961, nos meses de Maio e Junho, foram nomeados novos governadores-gerais que eram militares, mais especificamente oficiais-generais acumulando as funções de comandantes-chefes.[28] Continuavam a existir duas responsabilidades, a civil e a militar, mas centradas apenas numa única personalidade. Esta medida tinha como objectivo evitar falhas de coordenação e rivalidades entre os poderes civil e militar.

Evidentemente que a Guerra Colonial inseriu mudanças nos três ramos das Forças Armadas portuguesas. Estas combateram uma guerra com um armamento diverso, fruto de diversas aquisições que foram sendo feitas ao longo do século XX, principalmente desde o reequipamento dos anos 30 até à reforma NATO.[29] Com a entrada de Lyndon Johnson na presidência norte-americana, mudou a política perante a situação portuguesa em África. Deu-se maior destaque para o conflito no Vietname e para a Guerra Fria com a URSS. A questão com Portugal passou a centrar-se na tentativa de aceitação por parte do Estado Português do princípio da autodeterminação e os EUA começaram a apoiar discretamente o esforço de guerra português.

Fontes e Bibliografia

Bibliotecas/Arquivos consultados

Biblioteca Nacional de Portugal

Fontes

- *Jornal do Exército* de 1960 a 2009
- *Revista Militar* de 1910 a 2009
- *Ordens do Exército* de 1910 a 1971
- *Diário do Governo e Diário da República* de 1910 a 1971

Bibliografia

- Anónimo, "Serviços Sociais das Forças Armadas", *Jornal do Exército,* Setembro, 1961, p. 24.
- Anónimo, "A instrução do Exército", **Jornal do Exército**, Março, 1972, pp.6-9.
- AFONSO, Aniceto e GOMES, Carlos de Matos, *Os Anos da Guerra Colonial. Antecedentes: Os anos que geraram um novo mundo*, Vol. I, Lisboa, Quidnovi, 2009.
- IDEM, *Os Anos da Guerra Colonial*. 1961: *O princípio do fim do império*, Vol. II, Lisboa, Quidnovi, 2009.
- IDEM, *Os Anos da Guerra Colonial.* 1962: *Optar pela guerra*, Vol. III, Lisboa, Quidnovi, 2009.
- BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (coords.), *Nova História Militar*, 4.º Vol, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004.
- BASGRA, S.J., *Portugal and NATO*, Angola Comité, Amesterdão, 1969.
- CANN, John P., *Contra-subversão em África: Como os portugueses fizeram a guerra em África*, 1961-1974, Lisboa, Prefácio, 2005.
- CUNHA, Manuel Barão da, "O papel da população na guerra subversiva", *Jornal do Exército*, Novembro, 1973, pp.26 - 29.
- DUARTE, António Paulo, *A Política de Defesa Nacional* de 1919 - 1958, Lisboa, ICS, 2010.
- TAVARES, João Moreira, *A indústria militar portuguesa no tempo da guerra* (1961-1974), Lisboa, s.n., 2002.

---

[19] John P. Cann, *Contra-subversão em África: Como os portugueses fizeram a guerra em África*, 1961-1974, p.121-127.

[20] Nuno Severiano Teixeira, "Portugal e as Guerras da Descolonização", in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.77.

[21] Luís Salgado de Matos, "Estado Novo", in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.182.

[22] Idem, *Ibidem*, p.181.

[23] Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (Coords.), 1965 – *Continuar a guerra. Anos da Guerra Colónia*, Vol. VI, p.51.

[24] Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (Coords.), 1966 – *Construir um bastião branco na África Austral. Anos da Guerra Colónia*, Vol. VII, p.90.

[25] Idem, *Ibidem*, p.90.

[26] Luís Salgado de Matos, "Estado Novo", in, *Nova História Militar*, dirs. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coord. Nuno Severiano Teixeira, 4.º Vol, p.175.

[27] Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (Coords.), 1961 – *O princípio do fim do império. Anos da Guerra Colonia*, Vol. II, p.54.

[28] Idem, *Ibidem*, p.54.

[29] Nuno Santa Clara Gomes, "Armamento Português" in Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (Coords), *Os Anos da Guerra Colonial. Antecedentes: Os anos que geraram um novo mundo*, Vol. I, p.63.

Texto e fotos: Serviço de Otorrinolaringologia do HMP

O Pioneirismo da Otorrinolaringologia

no Hospital Militar da Estrela em Portugal

O século XX caracterizou-se na Medicina por uma evolução tecnológica e um crescendo do conhecimento das diferentes ciências, assistindo-se à diferenciação das especialidades médico-cirúrgicas. Foi o alvorecer de uma nova era da ciência médica, da qual resultou uma progressão admirável, cujos limites ainda hoje desconhecemos, num aumento da qualidade e do tempo médio de vida da população.

O Hospital Militar Principal (HMP) no início do século era constituído pelo Edifício Principal e pela Cerca, envolvendo a Basílica da Estrela, onde sobressaía o Pavilhão da Família Militar.

No quadro médico militar do Hospital, um dos cirurgiões mais interessados, era o Alferes Médico Alberto Luiz de Mendonça, ingressado no Quadro Permanente em 1904.

O gosto pela Otorrinolaringologia levou-o a fundar em 1909, no Hospital Militar Principal, o Serviço de Otorrinolaringologia (ORL), o primeiro autónomo a nível nacional, que atingiu um notável prestígio mesmo além fronteiras.

O Serviço de ORL do HMP foi pioneiro nas vertentes da especialidade com particular destaque na audiologia e bronco-esofagoscopia, onde se notabilizou como Serviço de referência e fez escola.

Este desenvolvimento atraiu outros médicos

que foram colocados no Serviço de ORL, como foi o caso do Capitão Médico Miliciano Dr. Ary dos Santos, colega e companheiro do Dr. Mendonça no Corpo Expedicionário Português, tendo como reflexo desse trabalho e interacção assistencial, a publicação em 1918, do Relatório "A Clínica oto-rino-laringológica do Hospital Militar de Lisboa" (Fig.1), onde para além de homenagear o Dr. Mendonça, descreve as instalações e o movimento da consulta com excelentes ilustrações.

O prestígio que o autor atingiu como especialista foi tal que foi convidado para reger o curso de ORL na Faculdade de Medicina de Lisboa, entre 1934 e 1936.

Retomando a história do Serviço de ORL do HMP, em 1927, é nele colocado o Alferes Médico João Gonçalves Valente, que com a saída do Dr. Mendonça, em 1935, viria a ocupar o lugar de Chefe do Serviço.

O Chefe do Serviço que lhe sucedeu foi o Major Médico Américo Pinto da Rocha e foi durante o período da sua chefia que foi introduzido no Serviço de ORL o primeiro audiómetro que existiu em Portugal.

Em 1932 entrou ao serviço o Capitão Médico António Dias Barata Salgueiro, para fazer a preparação na especialidade, acumulando com a actividade militar a de interno nos Hospitais Civis de Lisboa.

Na década de 50, o prolongamento da Avenida Infante Santo até ao Largo da Estrela, dividiu a Cerca em duas partes (Fig.2). De um lado o Bloco Cirúrgico e Pavilhão da Família Militar; do outro lado os Pavilhões de Otorrinolaringologia e de Oftalmologia e Laboratório de Análises Clínicas.

O Pavilhão de ORL até à data só dispunha de um andar onde funcionava a consulta e o bloco operatório, tudo em espaços abertos, havendo por baixo uma cave com janelas pequenas que se destinava a arrecadação. Com as obras da Avenida Infante Santo e a consequente remoção das terras, permitiram ao edifício de ORL ter rés-do-chão e primeiro andar (Fig. 3).

O Dr. Barata Salgueiro foi então o autor do projecto das novas instalações, criando no piso térreo a consulta, cujos gabinetes eram separados por paredes de meia altura, numa sala grande; o bloco operatório; salas de exames de audiologia e serviços administrativos de apoio. No primeiro andar funcionavam três enfermarias cujo internamento era privativo dando apoio à Oftalmologia.

Em 1957, é feita de raiz, a insonorização de duas salas para audiologia, com paredes, janelas e portas duplas. Esta obra, com projecto da autoria do Eng. Leotte Tavares, do Instituto Superior Técnico, é à altura única no País, de características ainda hoje não suplantadas em instalações modernas. É também ao Dr. Barata Salgueiro que se deve a modernização do Serviço e a preparação de numerosos especialistas, tanto militares como civis, com nomes que são referência na Otorrinolaringologia nacional, entre eles, Nobre Leitão, Afonso Neves de Paiva, Aníbal Caseiro, Alberto Antunes, Rosas da Costa, Fernando Centeno e Moniz Barreto. O seu nome ficaria para sempre ligado à ORL castrense.

Mais tarde, a colaboração do Dr. José Nobre Leitão, que fez estágio neste Serviço, é também preciosa pois com a sua inteligência, inspiração e actualização, põe o Serviço a par de todas as técnicas novas que apreende além fronteiras. Viria a ser um destacado Cirurgião Otológico, Professor no Hospital de Santa Maria e, na década de 50, responsável pelo início da Microcirurgia Otológica.

O Coronel Médico Amílcar Caseiro, sucessor do Dr. Barata Salgueiro, fez a preparação da especialidade, integralmente no Serviço de ORL do HMP, tendo iniciado então a Microcirurgia da Laringe.

Nos anos 60, com a Guerra em África, havia a necessidade de mais assistentes e são colocados no Serviço, os Drs. Fernando Centeno, Rui Franco Gil, Alberto Antunes e posteriormente o Dr. Manuel Correia.

O Major Médico Fernando Centeno, simultanea-

Figura 1

Figura 2

mente com a carreira militar, foi assistente dos Hospitais Civis de Lisboa, iniciando nessa altura a Electronistagmografia com realce para as provas vestibulares. Manter-se-ia no Serviço de ORL do HMP, como Consultor Técnico, ao longo de vinte anos.

O Coronel Médico Manuel Correia, assume a Chefia do Serviço no período de 1973 a 1986, altura em que o Serviço é modernizado com a aquisição de equipamento que permite a cirurgia endonasal, endoscopia com luz fria, circuito fechado de televisão

Coronel Médico Alberto Luiz de Mendonça
1º Chefe do Serviço de Otorrinolaringologia do HMP

Nasceu em Lisboa em 6 de Fevereiro de 1879 e formou-se pela Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa em 1903.
Após concurso, ingressou no Quadro Permanente do Exército, em 1904, tendo sido promovido ao posto de Alferes Médico.
Paralelamente à carreira militar seguiu a carreira hospitalar nos Hospitais Civis de Lisboa, onde em 1906 se iniciou como Cirurgião Substituto do Banco, tendo nesse mesmo ano, ascendido a Cirurgião Efectivo.
Em 1909 foi designado para visitar, em comissão de serviço, diversas Clínicas de Otorrinolaringologia no Estrangeiro e em 1911 é nomeado Chefe da Clínica de Otorrinolaringologia do Hospital Militar Principal.
Em 1915, já como Capitão Médico, fez parte da Expedição ao Sul de Angola e em 1917 foi incorporado no Corpo Expedicionário Português (CEP) que participou em França na I Guerra Mundial.
Ao ser criada, oficialmente, a especialidade de ORL nos Hospitais Civis de Lisboa, em 1918, opta por ela, sendo-lhe entregue uma consulta no Hospital de S. José. Em 1929 foi nomeado Director de Serviço de ORL, ficando colocado nesse Hospital, onde veio a desenvolver notável acção, tanto como assistente, como na preparação de numerosos Especialistas. São de sua autoria importantes trabalhos de investigação e clínicos sobre o labirinto posterior, com base nos quais estabeleceu as normas para exames de pilotos aviadores.
Tomou parte activa em numerosos Congressos Internacionais e foi o Delegado Português na Societas ORL Latina. Foi um dos fundadores e 1º Presidente da Sociedade Portuguesa de Otorrinolaringologia e Bronco-Esofagologia.
Faleceu em 1963.

e potenciais evocados auditivos. No mesmo período inicia-se outra actividade pioneira em Portugal, que foi o rastreio auditivo a recém nascidos na maternidade da Casa de Saúde da Família Militar (CSFM).

Em 1996 é instalado no Serviço de ORL, equipamento de videonistagmografia, dos primeiros instalados em Portugal, o que originou a pedido dos interessados, estágios de formação a técnicos e médicos de outros hospitais do País.

Em 2001 tendo como Chefe do Serviço, o Dr. Gomes de Castro, as instalações do Serviço sofreram obras de remodelação/reformulação da área da consulta, em gabinetes individuais, com novas equipas de observação, novo mobiliário, central de intercomunicadores e informatização por gabinete de consulta.

No presente, o Serviço de Otorrinolaringologia do Hospital Militar Principal, desenvolve a sua acção prestando apoio aos três Ramos das Forças Armadas, Forças de Segurança, Cooperação com os PALOP e representações militares e diplomáticas acreditadas em Portugal. A actividade visa as vertentes, médica, cirúrgica, exames complementares de diagnóstico, avaliação de candidatos e formação, colaborando deste modo activamente para o prestígio das Forças Armadas.

São especialistas do Quadro Civil, o Dr. Gomes de Castro e as Dr.as Anabela Peres e Isabel Quita, tendo nas últimas décadas tido a presença de colaboradores de renome e reconhecido mérito científico tais como os Dr.s Dias Ferreira, João Bacelar, Quintino Duarte, Marta Pimentel, Fonseca e Costa e Dr.a Ana Paula Santos.

São técnicas desde há cerca de 30 anos, a Técnica de Audiologia Helena Maria Correia e a Técnica de Neurofisiologia, Mariana Frazão Ferreira.

Figura 3

Chefes do Serviço de Otorrinolaringologia do HMP

- Coronel Médico Alberto Luiz de Mendonça (1911 - 1935)
- Capitão Médico João Gonçalves Valente (a partir de 1935)
- Major Médico Américo Pinto da Rocha
- Capitão Médico António Dias Barata Salgueiro
- Coronel Médico Amílcar Aristides Lopes Pereira Caseiro
- Major Médico Fernando José Deyrieux Centeno
- Coronel Médico Rui Franco Gil
- Coronel Médico Manuel Ferreira Correia (1973 - 1986)
- Coronel Médico Pedro Manuel Caimoto Jacome (1986 - 1991)
- Coronel Médico António Manuel Vieira Lisboa (1991 - 1993)
- Capitão Médico Rui Manuel Fonseca Costa (1993 - 1995)
- Assistente Graduado QPCE José Manuel Gomes de Castro (A partir de 1995).

In memoriam

A dois de Setembro ocorreu o passamento do Major-General Luís Frederico Pinto Tavares de Figueiredo aos 93 anos de idade.

A ele deve o *Jornal do Exército* a sua criação, por proposta feita com outros Oficiais, em 7 de Dezembro de 1959.

Incorporado na Escola do Exército em 1938 para o Curso de Cavalaria, após a frequência dos Preparatórios na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Como Oficial Superior desempenhou funções designadamente no Colégio Militar, no Regimento de Cavalaria 7 onde mais tarde foi Comandante, e no *Jornal do Exército* como Chefe da Redacção Interino.

Como Coronel comandou também a Escola Prática de Aplicação Militar em Moçambique, e após a frequência do Curso de Altos Comandos no IAEM, como Brigadeiro, foi nomeado por escolha, 2.º Comandante Militar da Guiné de 1970 a 1972.

Foi Governador Militar da Madeira entre 72/73, 2.º Comandante Geral da GNR e após o 25 de Abril, foi também nomeado por escolha, 2.º Comandante da Região Militar de Angola, tendo passado à reserva em Dezembro de 1974.

Entre as várias condecorações, destacam-se 2 Medalhas de Prata de Serviços distintos com Palma, 2 medalhas de Prata de Serviços Distintos e medalha de Mérito Militar de 2.ª Classe.

Era também Comendador da Ordem de Aviz.

Durante a Missa de Corpo Presente, no documento lido por sua Filha destacou-se o seguinte agradecimento: (...) *Para a s sucessivas Direcções do Jornal do Exército que nunca esqueceram o meu Pai, como último dos seus fundadores ainda vivos e que com elevadíssima dignidade nunca o deixaram de considerar como parte integrante do Jornal.*

À Família enlutada, o Exército e o seu Jornal apresentam as sinceras condolências.

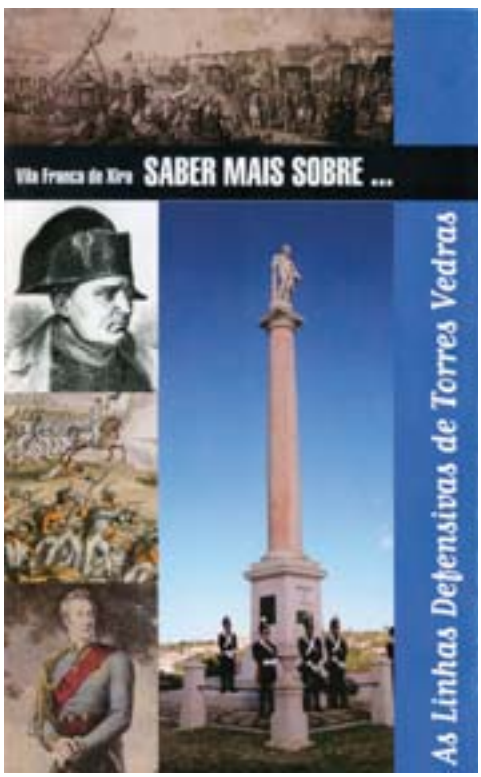
Vila Franca de Xira – Saber mais Sobre As Linhas Defensivas de Torres Vedras

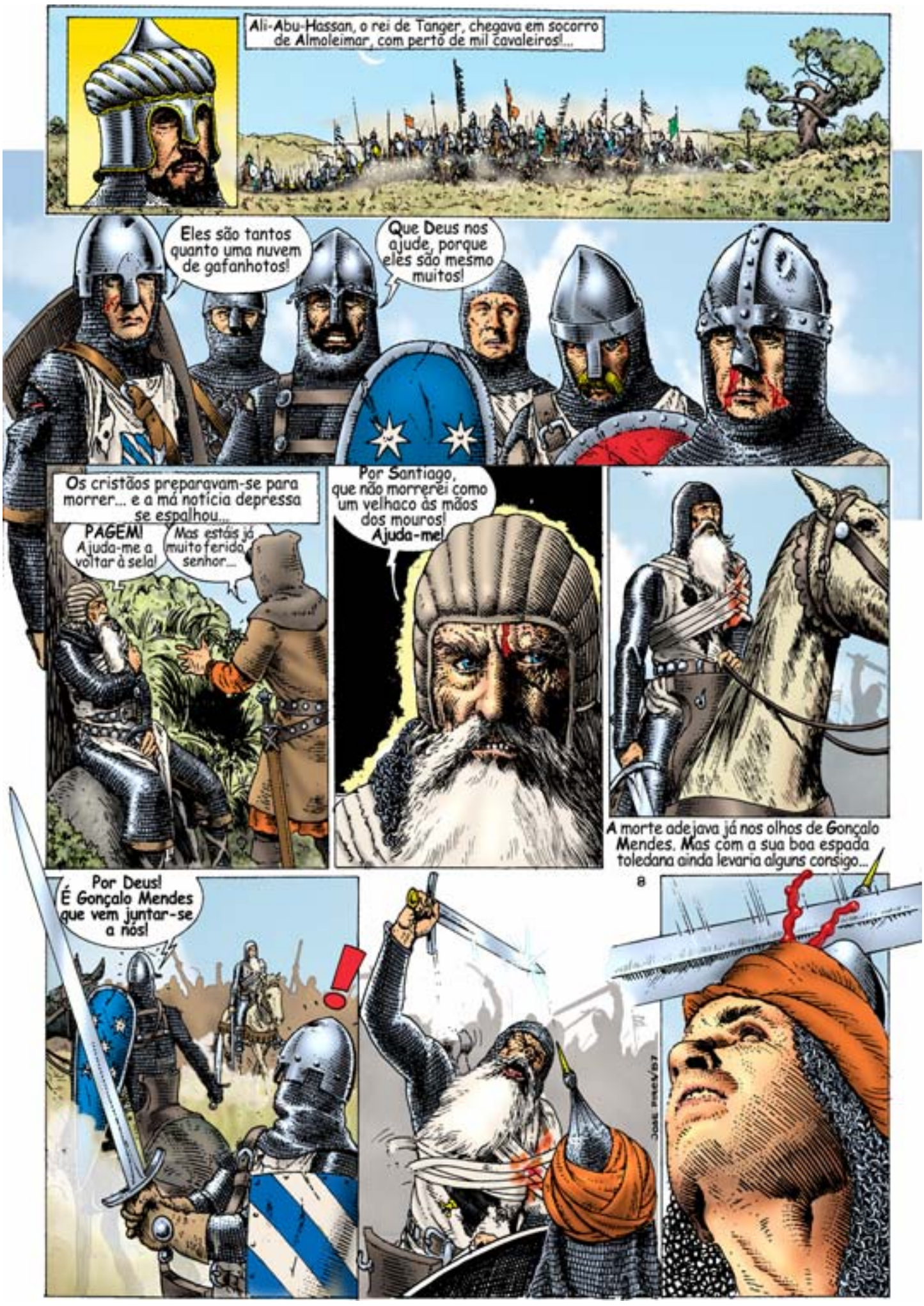
Esta obra, da responsabilidade da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, é um roteiro que se insere numa vasta colecção de obras, que dá corpo a um objectivo primordial desta autarquia: o de comunicar e educar.

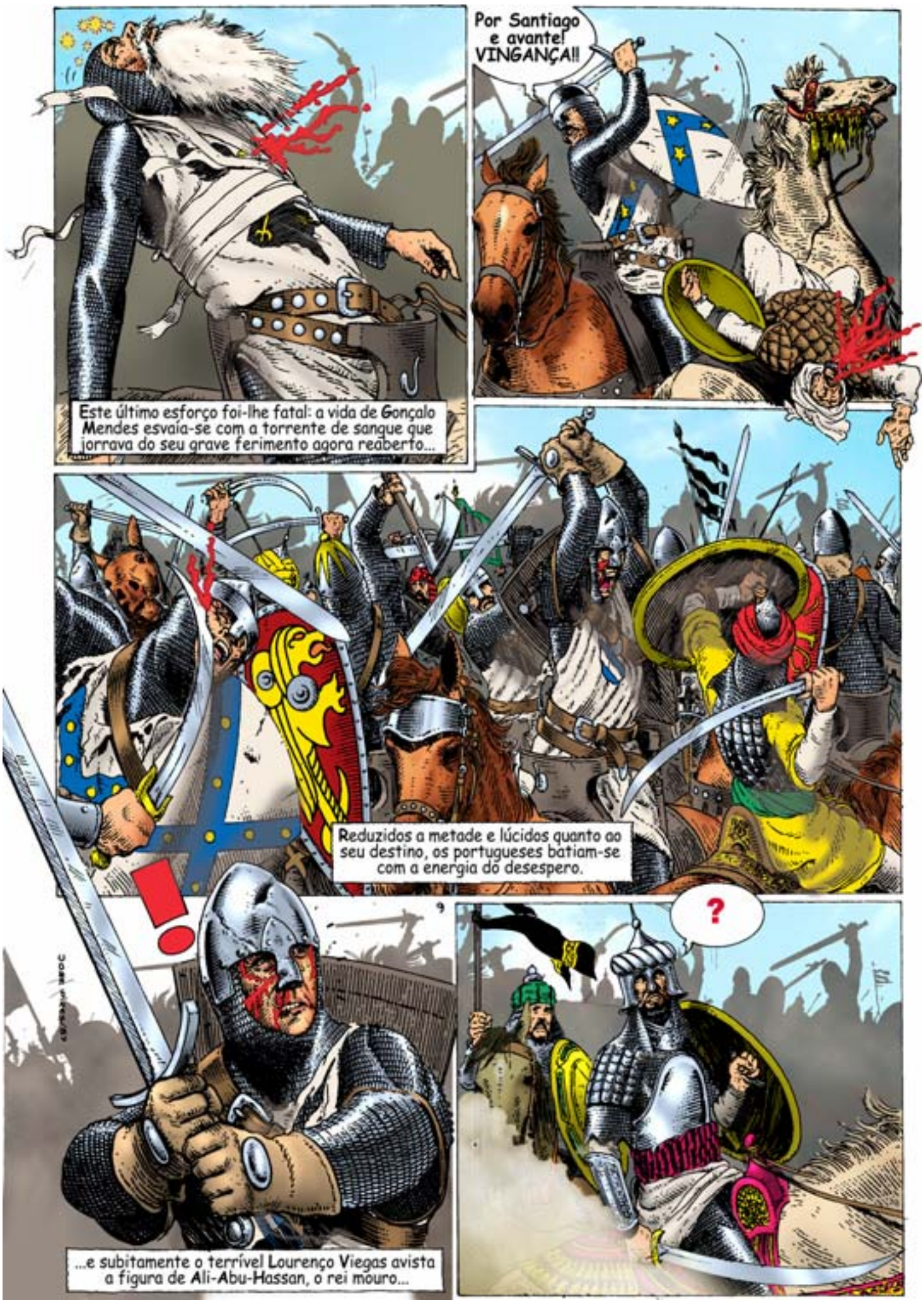
A temática divide-se em três partes fundamentais. Na primeira há uma contextualização histórica, que ambienta o leitor à situação global da época em que se construíram as Linhas Defensivas. Numa segunda parte atende-se à tipologia das construções e à sua importância. Por último, numa terceira parte, apresenta um roteiro turístico, para um conhecimento mais profundo, no âmbito de uma possível visita às construções que são descritas.

É uma publicação leve e agradável, que transmite um conhecimento sedimentado das construções efectuadas durante as Guerras Peninsulares de uma forma simples e de leitura fácil.

RAIMUNDO, Orlando, *Vila Franca de Xira - SABER MAIS SOBRE*... As Linhas Defensivas de Torres Vedras, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Fevereiro de 2010.




Ali-Abu-Hassan, o rei de Tanger, chegava em socorro de Almoleimar, com perto de mil cavaleiros!...
Eles são tantos quanto uma nuvem de gafanhotos!
Que Deus nos ajude, porque eles são mesmo muitos!
Os cristãos preparavam-se para morrer... e a má notícia depressa se espalhou...
PAGEM! Ajuda-me a voltar à sela!
Mas estáis já muito ferido, senhor...
Por Santiago, que não morrerei como um velhaco às mãos dos mouros! Ajuda-me!
A morte adejava já nos olhos de Gonçalo Mendes. Mas com a sua boa espada toledana ainda levaria alguns consigo...
Por Deus! É Gonçalo Mendes que vem juntar-se a nós!
!
8

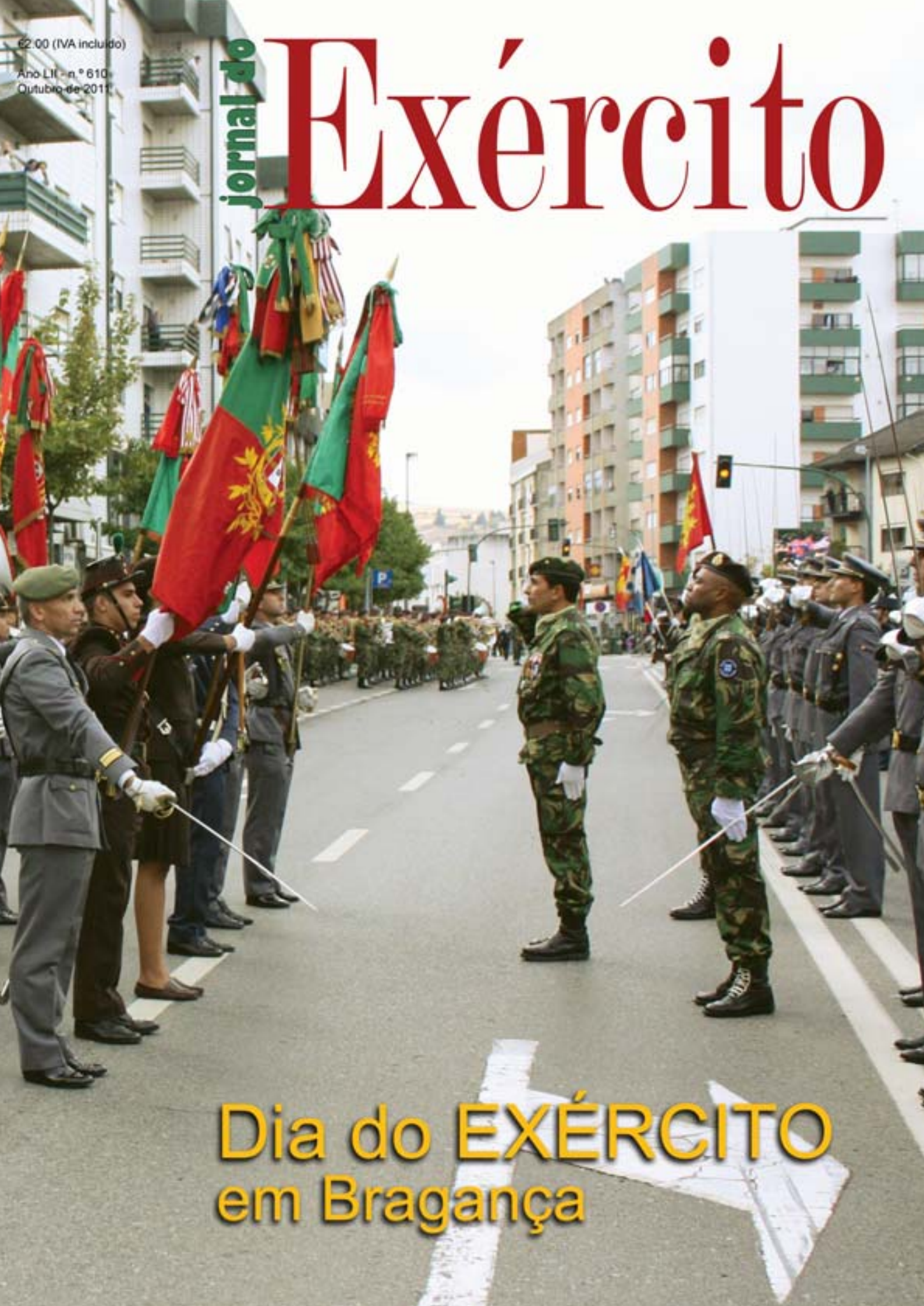

Este último esforço foi-lhe fatal: a vida de Gonçalo Mendes esvaía-se com a torrente de sangue que jorrava do seu grave ferimento agora reaberto...
Por Santiago e avante! VINGANÇA!!
Reduzidos a metade e lúcidos quanto ao seu destino, os portugueses batiam-se com a energia do desespero.
!
...e subitamente o terrível Lourenço Viegas avista a figura de Ali-Abu-Hassan, o rei mouro...
?

Lançado pela força sobre-humana de Lourenço Viegas, o terrível montante abateu-se veloz como um raio caíndo do céu, sobre o elmo de Ali-Abu-Hassan, fendendo-lhe o crâneo até aos dentes.
Este golpe magistral encheu de pavor os guerreiros árabes. Desmoralizados e privados do seu orgulhoso líder, os serracenos abandonam o campo de batalha.
Todos os cavaleiros cristãos mortos na refrega foram levados de regresso a Beja, numa bem triste procissão... Assim repousava Gonçalo Mendes da Maia que, após oitenta anos de duros combates, bem merecia o título de o Lidador.
Justorum autem animae in mani Dei sunt. Et non tanget illos tormentum mortis.
FIM
José Pires
Fevereiro 1987

A Morte do Lidador

€2.00 (IVA incluído)
Ano LII - n.º 610
Outubro de 2011

jornal do Exército



Dia do EXÉRCITO em Bragança

Soluções Ordenado Santander Totta

Damos mais valor ao seu ordenado

Oferta Exclusiva

Câmara de Filmar Toshiba Camileo P20

Máquina de Café Delta Qool

DVD Portátil Philips

GPS Garmin Nüvi 2200

Máquina Fotográfica Samsung ES80

Para ordenados a partir de 375€ ou reformas a partir de 300€

Vales Pestana
no valor de 400€
(8 vales de valor unitário de 50€)

HP Compaq Mini Series 7 Starter

Para ordenados ou reformas a partir de 1.500€

No Santander Totta sabemos que uma gestão eficiente do seu dia-a-dia permite-lhe ganhar tempo e dinheiro. Com as nossas Soluções Ordenado queremos estar em sintonia consigo, para que possa aproveitar melhor cada momento da sua vida. Conte connosco.

Santander Totta

O Valor das Ideias

www.santandertotta.pt

O valor mínimo de ordenado/reforma líquido domiciliado para acesso a um dos equipamentos é de 375€ (300€ se pensionistas/reformados), excepto para o Mini Notebook e os vales Pestana, que é de 1.500€. O pedido de equipamento ou de vales deve ser efectuado pelo Cliente até 29 de Julho de 2011, devendo a 1ª domiciliação de ordenado/reforma e reclamação do equipamento ou vales ocorrer nos 3 meses subsequentes. Caso deixe de se verificar o cumprimento dos requisitos antes de decorridos 25 meses, por causa não imputável ao Banco, o Cliente deverá devolver o valor de 300€ no caso do Mini Notebook e dos vales Pestana e de 150€ para os restantes equipamentos, na proporção do prazo não decorrido. Oferta limitada ao stock existente. A qualidade do equipamento e a sua garantia são da responsabilidade exclusiva dos fornecedores.

Jornal do Exército
ÓRGÃO DE INFORMAÇÃO, CULTURA E RECREIO DO EXÉRCITO PORTUGUÊS, CRIADO POR PORTARIA DE 14JUL60

Capa

Monumentos com História Militar
Castelo de Bragança – 4
Editorial – 5
Figuras e Factos – 8
Ponto de Situação e Desafios para o Futuro
Consolidação e Sustentação – 14
Uniformes Militares – 44

Foto:
1º Sargento de Artilharia
Anjos Das Neves

9/11 Lessons Learned – A Changed Approach to National Security – 16

Comemoração do DIA DO EXÉRCITO Bragança 2011 – 24

Suplemento Banda Desenhada:
“A Portuguesa – História de um Hino”
Pág: I a IV

Os artigos publicados com indicação de autor são da inteira responsabilidade dos mesmos, não reflectindo, necessariamente, o pensamento da Chefia do Exército Português

PROPRIEDADE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
Direcção, Redacção e Administração: Largo de S. Sebastião da Pedreira, 1069-020 Lisboa, Telef: 213 567 700, Fax Civil: 213 567 791 Militar: 414 091, E-mail: jornal.do.exercito@mail.exercito.pt, jornal.exercito@sapo.pt, E-mail - Intranet: Jornal do Exército, Home page: www.exercito.pt **DIRECÇÃO - Director**: Coronel de Infantaria José Custódio Madaleno Geraldo; **Sub-Director:** Tenente-Coronel J. Pinto Bessa; **Secretária**: Ass. Téc. Teresa Felicíssimo. **REDACÇÃO** - **Chefe**: Tenente-Coronel J. Pinto Bessa; **Assistente de Redacção:** 1.º Sargento Anjos Das Neves; **Redactores**: Alferes RC Nelson Cavaco, Alferes RC Filipa Domingos, Dr. Mauro Matias; **Operadoras Informáticas:** Assistente Técnica Elisa Pio, Assistente Técnica Guiomar Brito; **SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS** - **Chefe**: Tenente-Coronel Augusto Correia; **Auxiliares** Sargento-Ajudante João Belém, Sargento-Ajudante Luís Silva; **Operadoras Informáticas:** Assistente Técnica Joana Moita; Assistente Técnica Tânia Espirito Santo; **COLABORAÇÃO FOTOGRÁFICA** - Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA; Centro de Audiovisuais do Exército RCRPP/GabCEME; **EXECUÇÃO GRÁFICA** - PERES - SOCTIP Indústrias Gráficas, SA, Estrada Nac. 10, Km. 108,3 - Porto Alto, 2135-114 Samora Correia, Telef. 263 009 900 - Fax 263 009 999, acosta@peres-soctip.pt **Tiragem** - 6 000 exemplares **Depósito Legal** - nº 1465/82 **ISSN** - 0871/8598

Castelo de Bragança

Foto: TenCor Augusto Correia

Localizado no centro histórico da cidade - um dos mais importantes e bem preservados castelos portugueses - foi construído por volta de 1409, a mando do rei D. João I. Destaca-se pela sua impressionante torre de menagem de 34 metros de altura.

É necessário recorrer ao reinado de D. Sancho I (1185-1211) para se estabelecer a relação com o processo de modernização que D. João I lhe concedeu.

Bragança recebeu Carta de Foral em 1187 e, juntamente com a sua importância estratégica sobre a Galiza, D. Sancho I manda erguer uma cerca amuralhada.

Em 1293, D. Dinis (1279-1325) determina a construção de uma segunda muralha e sofre pela última vez, antes da intervenção de D. João I, obras de beneficiação sob o reinado de D. Fernando (1367-1383).

O processo de modernização levado a cabo no início do século XV, foram iniciadas em 1409 e concluídas 30 anos mais tarde, em 1439, já no reinado de D. Duarte. Os conflitos de Portugal com Castela e a sua importante localização estratégica foram as causas por detrás de tais melhoramentos.

O castelo, de planta oval, é constituído por uma cerca ameada com um perímetro de 660 metros, reforçada por 15 cubelos, com dois eixos viários que estabelecem a ligação entre a Porta de Santo António (porta principal e de acesso à parte velha da vila) e a Porta do Sol.

A sua torre de menagem, de planta quadrangular, com 17 metros de largura e 34 metros de altura, no sector norte encontra-se adossada à cerca e, no sector sul, reforçada por uma cerca reforçada por sete cubelos.

O seu acesso é feito por uma escada externa adossada à face norte. Primitivamente o acesso era efectuado por uma ponte levadiça. Na face sul da torre é visível uma pedra de armas com o brasão da Casa de Avis.

O seu interior alberga o Museu Militar de Bragança, cuja fundação remonta ao ano de 1929 - na prevalência do Regimento de Infantaria 10 e, posteriormente, do Batalhão de Caçadores 3 (no ano de 1800 foi mandado construir um quartel pelo Tenente-General Manuel Jorge de Sepúlveda, então Governador de Armas da província de Trás-os-Montes).

Com a extinção do quartel (1958) e o pretexto da recuperação do castelo, o Museu Militar foi temporariamente encerrado e o seu acervo depositado no Museu Militar de Lisboa, regressando em 1983, enriquecido por peças de armamento ligeiro desde o século XII até à 1.ª Guerra Mundial.

De realçar ainda que na cerca interior, junto à torre de menagem, estão colocadas lápides em homenagem aos combatentes do Distrito falecidos em combate na guerra do Ultramar.

O Castelo de Bragança foi classificado como Monumento Nacional por Decreto publicado em 23 de Junho de 1910.

Alferes RC Nelson Cavaco

INFORMAR PARA BEM SERVIR

Em boa hora o Exército comemorou o seu Dia na bela e vetusta cidade de Bragança. Localizada no cruzamento dos corredores naturais de circulação e com condições favoráveis à fixação humana remotas à Pré-História e, mais tarde, à romanização. Aos romanos seguiram-se os povos vindos do Norte, entre os quais os Vândalos, Suevos e Visigodos. Com a invasão da Península Ibérica pelos muçulmanos [após 711], a região de Bragança constituiu-se como área fronteiriça alargada, onde abundavam os saques até que se organizou em termos civis, militares e religiosos, com relativa autonomia, como é referido no Concílio de Oviedo, no ano 970, a Pelágio conde de Bragança. Desde o século XI aos meados do século XIII, a poderosa família dos Braganções alcançou grande importância junto das cortes de Leão e no Condado Portucalense devido à posição geoestratégica de Bragança, como nos dá conta Armando Fernandes na obra *Bragança Marca a História, a História Marca Bragança*. O cunhado de D. Afonso Henriques, Fernão Mendes (II) de Bragança, foi um "bravo" na Batalha de Ourique e assim ficou para a História.

Foi neste "rincão transmontano", como referiu D. Januário Torgal Mendes Ferreira, Bispo das Forças Armadas e de Segurança, na homilia proferida na Catedral de Bragança, que o Exército e os seus soldados comemoraram o seu Dia, cuja data evoca a conquista de Lisboa [1147]. A cerca de catorze mil soldados portucalenses juntaram-se cerca de outros tantos cruzados de origem bem diversa: "os germanos, flandrenses e colonenses, capitaneados, respectivamente, pelo conde de Aaerschot e Christiano de Gistell; os ingleses e os normandos, sob a chefia de quatro condestáveis - Herveu de Glanvill, Simão de Dover, André e Saherio de Archelles", como nos refere o General Tasso de Miranda Cabral em *A Tomada de Lisboa*. Todos, sob o comando de D. Afonso Henriques, venceram uma força bastante superior.

Hoje, como ontem, acreditamos que os portugueses, juntamente com os seus aliados, vencerão os desafios dos tempos modernos. Que nos sirva de exemplo e inspiração o primeiro rei de Portugal, nascido há nove séculos, como nos refere o General supracitado: "imponente na sua indumentária guerreira e na sua atitude de triunfador sem arrogância [...]; a sua estatura e aprumo de verdadeiro atleta, a simpatia que irradiava da sua mocidade e fidalguia natural, o brilho perscrutador do seu olhar de águia e até as dimensões da sua espada gloriosa, davam-lhe um aspecto tão marcial e tão místico, que à sua passagem, todos sentiam vontade irresistível de ajoelhar." Talvez pelas suas vastas qualidades tenha sido apresentada uma tese do teólogo José Pinto Correia e submetida ao Papa Bento XIII, com vista ao processo de canonização do nosso rei, como refere Barroso da Fonte no semanário regionalista Notícias de Chaves, de 14 de Outubro de 2011: "Afonso Henriques foi Homem de todas as virtudes, Rei admirável, exemplar para os futuros reis. Foi Pio, Beato e Santo."

Nesta edição do Jornal damos merecido destaque às comemorações do Dia do Exército na cidade de Bragança e a todas as actividades que ali ocorreram, nomeadamente as cerimónias militares. Apresentamos também um outro artigo, da maior oportunidade e interesse, da autoria do Adido Militar dos EUA, em Lisboa, Tenente-Coronel Michael Brant Stephenson, intitulado "9/11 Lessons Learned". José Pires, o célebre autor de Banda Desenhada, que este ano celebra 50 anos de carreira, surpreende-nos com mais um álbum, que ora iniciamos, sobre a história de um dos símbolos nacionais: "Contra os canhões marchar, marchar! A Portuguesa: História de Um Hino". Este álbum será publicado em breve pela Editora Âncora, à qual agradecemos a cortesia de autorizar a sua publicação neste Jornal. Para o autor vão os nossos agradecimentos e sinceros parabéns!

José Custódio Madaleno Geraldo
Coronel de Infantaria

MILICIA
WWW.MILICIAPRO.COM

AO SERVIÇO DOS PROFISSIONAIS

ASP · 5.11 TACTICAL SERIES · SAFARILAND · BLACKHAWK! PRODUCTS GROUP · TASER Protect Life

ABA · SECOND CHANCE · SAVVY ARMOR FOR WOMEN · FIRST CHOICE ARMOR With you. For life. · PROTECH

SAM MEDICAL PRODUCTS · MyClyns · TACTICAL MEDICAL SOLUTIONS · CELOX Controls life threatening bleeding fast · DEFENSE TECHNOLOGY

MAXPEDITION HANDMADE GEAR · CAMELBAK · BCB INTERNATIONAL · EBERLESTOCK

PELI · ESS Eye Safety Systems, Inc. · BATES · INOVA

BIANCHI · Crimson Trace · SUREFIRE · 911EP

LIBERVIT MANUFACTURER · HATCH · Marlow · QUIKSTEP ladder · ADVENTURE LIGHTS

Fisher Labs METAL DETECTORS · TASMANIAN TIGER · TULMAR TACTICAL · LANSKY SHARPENERS · SAT

projectina · FORENSICS SOURCE · STOP STICK

CONTINUAMOS A CRESCER...

Conheça todas os produtos disponíveis em www.miliciapro.com

Todas as marcas registadas apresentadas são representadas em Portugal pela Milicia - Bens de Segurança e Tecnologias Militares, Lda. Com sede na Rua de Entreparedes, 11 | 4000-198 Porto
Tlf. +351 22 208 31 30 | Fax. +351 22 208 86 11 | email. milicia@miliciapro.com | Web. www.miliciapro.com

CROSSBOW™

A PROTECÇÃO BALÍSTICA FOI REINVENTADA

MILICIA
WWW.MILICIAPRO.COM

disponível em
www.miliciapro.com

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

- Lentes balísticas em policarbonato com 2,4mm de espessura.
- Armação Tri-Tech™, permite um ajuste sempre perfeito e garante a ausência de pontos de pressão.
- Tratamento ClearZone™, resistente aos riscos e com propriedades anti-embaciantes.
- Mecanismo DedBolt™ para substituição rápida das lentes, mantém a lente firmemente segura.
- Tecnologia ESSOPTICS™, garante a máxima visibilidade, livre de distorções ao longo de todo o campo de visão.
- Fornecidos com duas lentes adicionais.
- 100% de protecção contra raios UVA/UVB.
- Permite a colocação de lentes correctivas, através de um acessório vendido separadamente.

STANDARDS DE PROTECÇÃO BALÍSTICA

Os óculos Crossbow™ obedecem aos seguintes standards:
CE EN 166 FT K N, US Federal OSHA,
ANSI Z87.1+ and US MIL SPEC MIL-PRF-31013

CORES

Armação: Preto
Lentes Disponíveis: Escura, Transparente e amarela de alta resolução.

PRODUTO

- Crossbow™ 3LS: Imagem do Kit fornecido

ESS™

Todas as marcas registadas são propriedade da Eye Safety Systems, Inc. representada em Portugal pela Milícia - Bens de Segurança e Tecnologias Militares, Lda. Com sede na Rua de Entreparedes, 11 | 4000-198 Porto

Ministro da Defesa Nacional visita a Brigada Mecanizada

O Ministro da Defesa Nacional (MDN), Dr. José Pedro Aguiar-Branco, acompanhado pelo Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional, Dr. Paulo Braga Lino, visitaram a Brigada Mecanizada (BrigMec), em 14 de Setembro, com o intuito de assistirem ao exercício final de aprontamento do 3.º Contingente Nacional/Força Nacional Destacada para a *International Security Assistance Force* (3.º CN/FND ISAF), "Kabul 112".

O Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General José Luís Pinto Ramalho, recebeu o MDN na Porta de Armas da BrigMec acompanhado pelo Tenente-General Vice-CEME, Tenente-General Quartel Mestre General, Major-General Adjunto do Comando das Forças Terrestres e pelo Comandante da BrigMec.

A visita iniciou-se com a prestação das honras regulamentares dispensadas por uma Companhia do 1.º Batalhão de Infantaria Mecanizado, seguindo-se a apresentação de cumprimentos no edifício do Comando desta Grande Unidade e um brifingue conduzido pelo Comandante do 3.º CN/FND ISAF. Na pista de aviação do Campo Militar de Santa Margarida, foi efectuada uma demonstração de capacidades que envolveu todas as valências integrantes do Contingente Nacional, no final da qual o MDN e restante comitiva visitaram a Unidade de Engenharia 11/ FND Líbano, que se encontra na fase de aprontamento com vista à sua projecção para o teatro de operações do Líbano, onde tomaram contacto com os Militares Timorenses que se encontram integrados nesta força ao abrigo de um acordo técnico celebrado entre Portugal e Timor-Leste.

A visita culminou com o almoço convívio e assinatura do Livro de Honra da Brigada Mecanizada.

Apresentação dos novos equipamentos ao Serviço do Exército Português no DGME

No dia 22 de Setembro, realizou-se no Depósito Geral de Material do Exército (DGME), uma apresentação e demonstração de capacidades de alguns dos equipamentos militares recentemente adquiridos pelo Exército, designadamente, das Viaturas Auto TG 1,5 Ton 5 LAND-ROVER DEFENDER 130 TD4/SOF 4X4 MF/11 (VTL 4X4 [SOF]), destinadas às Forças Especiais e dos Camiões Tractores DAF e Semi-reboques de Transporte de Equipamentos Pesados PM3 e PM4, da GALTRAILER.

A cerimónia foi presidida pelo Chefe de Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho, e contou com a presença do Quartel-Mestre-General, Tenente-General Joaquim Formeiro Monteiro.

Após uma explanação das acções levadas a cabo no Comando da Logística pelo Tenente-General Quartel-Mestre-General, teve lugar a demonstração dos equipamentos, entre os quais se destacaram, o Camião Tractor de duplo eixo DAF de 460CV e 70 Toneladas de peso bruto, rebocando uma plataforma semi-reboque SPM3 da GALTRAILER de três eixos, com capacidade de 50 Toneladas, transportando uma VBR PANDUR II 8x8, o Camião Tractor de triplo eixo DAF de 510CV e 100 Toneladas de Peso bruto, rebocando uma plataforma semi-reboque PM4 da GALTRAILER de quatro eixos (dois auto direccionais) com capacidade de 70 Toneladas, transportando um CC LEOPARD 2A6. Seguiu-se a apresentação das viaturas VTL 4X4 (SOF) com uma equipa de Tropas Comando, camuflados e equipados com mochila e arma individual.

A amostra dos equipamentos em análise, permitiu que as entidades presentes ficassem familiarizadas com os novos equipamentos e suas potencialidades e importância dos mesmos para o Exército, bem como, divulgar e valorizar as actividades desenvolvidas pelo Comando da Logística, as quais permitiram conceber uma viatura táctica ligeira, apta ao cumprimento de um vasto conjunto de missões e que vem dar resposta aos requisitos operacionais que permitem o seu emprego por parte das Forças Especiais do Exército Português.

Adido Alemão condecorado

No dia 27 de Setembro teve lugar mais uma condecoração no gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General José Luís Pinto Ramalho. Desta feita, procedeu-se à cerimónia de imposição de condecoração ao Adido Militar Alemão, Capitão de Fragata Jorg Harald Mandt.

O Capitão de Fragata recebeu a medalha D. Afonso Henriques – 2.ª Classe, das mãos do CEME, que é destinada a galardoar militares e civis que no âmbito técnico-profissional revelem elevada competência, extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais, contribuindo significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Exército.

Condecorações a Oficiais Generais

A cerimónia de imposição de condecorações ao Tenente-General Duarte Manuel Alves dos Reis e do Major-General Adelino Rosário Aleixo, decorreu no dia 28 de Setembro na Sala D. Maria do Museu Militar, em Lisboa.

Impostas pelo Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General José Luís Pinto Ramalho, o Tenente-General Alves dos Reis foi condecorado com a Grã-Cruz da Medalha de Mérito Militar e o Major-General Aleixo com a Medalha de Serviços Distintos – Ouro.

A cerimónia terminou com um porto de honra, aproveitado pelo General CEME para expressar os seus parabéns aos condecorados.

Tomada de Posse do Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército

Teve lugar, em 12 de Julho, no Estado-Maior do Exército, a cerimónia de tomada de posse, como Vice-Chefe do Estado Maior do Exército, do Tenente-General Fernando Manuel Paiva Monteiro, tendo a mesma sido presidida pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho.

Dono de um vastíssimo currículo, o Tenente-General Fernando Manuel Paiva Monteiro conta já com 43 anos de serviço. Ao longo da sua carreira, prestou serviço em várias Unidades, Estabelecimentos e Órgãos do Exército, e ainda na Direcção Geral de Infra-Estruturas do Ministério da Defesa Nacional, no Quartel-General da OTAN (SHADE) em Mons na Bélgica, e no Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil.

Da sua folha de serviços constam 14 louvores. Foi condecorado com a medalha de Prata de Serviços Distintos, Medalha de Mérito Militar 2.ª Classe, Medalha D. Afonso Henriques de 1.ª classe, Medalha de Comportamento Exemplar, graus ouro e prata e com a Cruz de Protecção Civil de 1.ª Classe, da Republica Bolivariana da Venezuela.

6.º Aniversário da Brigada de Reação Rápida

Decorreu no dia 29 de Setembro a Cerimónia Comemorativa do Dia da Brigada de Reacção Rápida (BrigRR), Grande Unidade do Sistema de Forças do Exército Português, que celebra no presente ano o seu 6.º aniversário.

Esta Comemoração, que teve lugar na Escola de Tropas Pára-quedistas (ETP), em Tancos, iniciou-se com a celebração de uma Cerimónia Eucarística na Capela desta Unidade, seguida de Cerimónia Militar que foi presidida pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho.

Para além do comandante do Exército considera-se ser de assinalar a presença nesta cerimónia de altas entidades militares e civis, sendo de destacar o Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, Tenente-General Paiva Monteiro, o General Adjunto para o Planeamento, Tenente-General Campos Gil, o Comandante da Academia Militar, Tenente-General Amaral Vieira, o Comandante Operacional Conjunto, Tenente-General Quesada Pastor, o General de Brigada do Exército de Espanha e Comandante das Forças Aeromóveis do Exército de Terra (FAMET), D. Miguel de las Hijas, o Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha, Dr. Vítor Arnaut Pombeiro e o Presidente da Câmara Municipal de Constância, Dr. Maximino Ferreira.

Associaram-se, ainda, à Comemoração do Dia da BrigRR um número significativo de Oficiais Generais e alguns dos antigos comandantes do extinto Corpo de Tropas Pára-quedistas da Força Aérea e da extinta Brigada Aerotransportada Independente, dos quais se destacam o Tenente-General Lima Pinto, o Major-General Heitor Almendra, o Major-General Ferreira Pinto e o Major-General Avelar de Sousa.

Em Tancos, foram concentrados efectivos das várias unidades que integram esta Brigada, nomeadamente da ETP, CTC, CTOE, RA 4, RI 3, RI 10, RI 15, UALE e uma representação dos meios motorizados que equipam as suas subunidades operacionais. Do efectivo presente é de realçar a presença do 2.º BIPara e os meios da Componente Terrestre do Núcleo Inicial da Força de Reacção Imediata (FRI) que são da responsabilidade da BrigRR.

Durante a Imposição de Condecorações, o General Chefe do Estado-Maior do Exército condecorou com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, de 1.ª Classe, o Comandante das FAMET, o General de Brigada D. Miguel de las Hijas.

Após o Desfile destas forças foi possível assistir a uma Demonstração de Capacidades executada pelo Batalhão Operacional Aeroterrestre, das quais se destacam uma demonstração de Saltos de Abertura Manual executada por Saltadores Operacionais a Grande Altitude (SOGA) e uma demonstração de saltos de abertura manual com bandeiras executada pela Equipa de Demonstração de Pára-quedismo do Exército "Os Falcões Negros".

A Comemoração do dia da BrigRR terminou com a visita a uma Exposição Estática onde se encontravam expostos os meios mais significativos que equipam a BrigRR a que se seguiu um almoço de confraternização.

Cooperação Técnico-Militar com a República Democrática de S. Tomé e Príncipe

No dia 6 de Setembro teve lugar no Quartel General das Forças Armadas de São Tomé e Príncipe (FASTP), o Juramento de Bandeira (JB) dos 303 Soldados-recrutas do Curso de Formação Praças de 2011, que coincidiu com as celebrações alusivas ao 35.º aniversário da Institucionalização das Forças Armadas da RDSTP.

A cerimónia contou com a presença do Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe (RDSTP) Manuel Pinto da Costa, e dos mais altos representantes dos órgãos de soberania da RDSTP, entre outras altas entidades nacionais e estrangeiras das quais se destaca o Embaixador de Portugal e o Adido de Defesa de Portugal, Coronel Paz Moreno.

No decorrer da cerimónia foi proferida uma alocução pelo Comandante das Forças Armadas da RDSTP, Tenente-Coronel Idalécio Pachire, onde enalteceu o trabalho realizado pela Cooperação Técnico Militar Portuguesa no decorrer dos vários anos.

No decurso da cerimónia teve lugar uma passagem simbólica de testemunho, representada por uma Espingarda Automática AK47, na qual um militar acabado de jurar bandeira recebe e aceita a responsabilidade de apenas usar armas em prol da defesa e honra da pátria, herdando a responsabilidade do militar que naquele dia passa à disponibilidade.

Iniciaram, em 12 de Setembro, o Curso de Promoção a Cabo (CPCb), 115 militares, oriundos do Exército, da Guarda Costeira e da Guarda Presidencial, também estes enquadrados por equipas de instrução dos Cursos de Formação de Oficiais (CFO) e de Sargentos (CFS) para os Quadros Permanentes das FASTP.

Findo o CPCb (29 de Setembro), arrancará o 2.º ano lectivo CFO e CFS, com data de início em 3 de Outubro de 2011, que terá a duração de dez meses comportando várias matérias de índole militar e civil.

Imposição de Insígnias

Assinalando o início do ano lectivo 2011/2012, decorreu, no passado dia 16 de Setembro, na Parada da 1.ª Secção do Instituto, a tradicional cerimónia de Imposição de Insígnias aos Alunos Graduados, presidida pelo Director do Instituto dos Pupilos do Exército (IPE), Major-General António Alves Rosa.

No presente ano, para além dos membros da Direcção, representantes da APE, professores, funcionários civis e familiares dos alunos, estiveram presentes a Dr.ª Margarida Varela, professora do 1.º ciclo e o Dr. António Valente, Vereador da Câmara Municipal de Santarém, cidade natal do referido aluno. A cerimónia contou com as alocuções do Comandante do Corpo de Alunos, Tenente-Coronel Costa Campos, do Comandante de Batalhão Aluno, João Filipe, n.º 50/04, bem como com a leitura do Termo de Compromisso estabelecido pelos alunos graduados e a entrega do Guião do Batalhão Escolar à aluna Carina Jorge, n.º 132/10, e do Estandarte Nacional ao aluno David Estácio, n.º 58/04.

Os alunos graduados, ao receberem das mãos de militares, professores e familiares as insígnias correspondentes aos cargos atribuídos, assumiram formalmente as novas funções e a nobre tarefa de colaborar na gestão da vida escolar, ao mesmo tempo que aceitaram desempenhar um papel fundamental na integração e formação dos alunos mais novos enquanto exemplos a seguir.

Inscrito na rica tradição pilónica, este acto, marcado pela solenidade e pelo formalismo, constituiu-se, mais uma vez, como a concretização de um dos primordiais valores veiculados pelo IPE e orgulhosamente transmitidos de geração em geração: a responsabilidade.

Comemorações do 302.º Aniversário do Regimento de Cavalaria N.º 6

O Regimento de Cavalaria N.º6 (RC6), sediado em Braga desde 1979, comemorou o seu 302.º Aniversário, a 21 de Julho, evocando o combate de Armiñon, travado em 1837 durante a 1.ª Guerra Carlista, no qual as forças do "6", integrando a Divisão Auxiliar enviada para Espanha, se cobriram de glória pela audácia e heroísmo com que conduziram a carga que pôs a Divisão auxiliar em debandada.

As actividades desenvolvidas, neste âmbito, envolveram não só o Regimento, mas a própria comunidade local, mormente a Cidade de Braga. O programa iniciou-se a 15 de Maio, com o I Torneio de Golfe do RC6, tendo as restantes actividades ocorrido entre os dias 11 de Julho e 19 de Agosto. Assim, entre os eventos promovidos, destaca-se o Concurso de Fotografia, a Exposição do "50.º Aniversário do Início da Guerra do Ex-Ultramar", a Corrida da Amizade, a Semana Aberta, o XXVIII Concurso Nacional Combinado, o Encontro de Artes, a Missa na Sé de Braga, o Concerto dos "Deolinda" no Theatro Circo e a Exposição das Forças Nacionais Destacadas (FND) e de Actividades da Unidade. No sentido de complementar as actividades desenvolvidas e de materializar a ligação entre o centro da cidade e o RC6, de 13 a 19 de Julho, durante a Semana Aberta, foi promovida a circulação de pessoas através de charretes, desde a Avenida Central até ao RC6, com a finalidade de garantir uma visita guiada ao Quartel.

Pode dizer-se, contudo, que o dia 21 de Julho marcou o apogeu das comemorações, através da realização da cerimónia militar. Esta cerimónia, presidida pelo Director Honorário da Arma de Cavalaria, Tenente-General Luís Miguel de Negreiros Morais de Medeiros, foi presenciada por diversas entidades militares, civis e religiosas, às quais se juntou a família do RC6 e o colorido da presença de cerca de quatro centenas de crianças de diversas escolas locais. A cerimónia militar foi marcada pelas alocuções do Comandante do RC6 e do Comandante da BrigInt, pela imposição de condecorações, pelo desfile das Forças em Parada, pela simulação de situação com plano de carregamento, escola de guarnição e desfile das tropas montadas do ERec, do 1EAM/GAM e da CAC/BI/BG/ERF e pela demonstração de capacidades GAM/BrigInt/KFOR e da CAC/BI/BG/ERF.

No final da cerimónia militar, a família do "6", os amigos do Regimento e todos os convidados, presenciaram a inauguração do novo bar de Praças, visitaram a exposição das FND e de actividades e confraternizaram ao ritmo do cintilar dos copos e dos talheres com que acompanharam o almoço.

Através das palavras que foram sendo proferidas, registamos que em todos os pensamentos ficaram as imagens vividas na diversidade e na excelência das actividades desenvolvidas pelo Regimento, de uma forma geral e na demonstração de capacidades concretizadas na cerimónia militar, em particular, tendo, por isso, ficado bem vincado, de que os Dragões D` Entre Douro e Minho, na celebração do seu brilhante passado demonstraram que continuam a ser uma força que honra o seu passado e que estão prontos para continuar a ser Soldados portugueses em qualquer parte do mundo, porque, e parafraseando os poetas, Fernando Pessoa e António Gedeão, o Dragão D' Entre Douro e Minho é grande, porque é inteiro, porque é plural como o Universo e põe tudo quanto é no mínimo que faz tornando grande a Nação Portuguesa, e também porque sempre que ele sonha o RC 6 pula e avança, como uma bola colorida entre as mãos de uma criança!

Protocolo de colaboração com o Exército

Decorreu no dia 25 de Julho, na sede da AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve, a cerimónia de assinatura dos protocolos de colaboração celebrados entre o Exército Português e as Câmaras Municipais de Albufeira, Aljezur, Faro, Monchique, Portimão, Silves e Tavira, que visam divulgar as condições de prestação de serviço militar e prestar esclarecimentos relativos a assuntos militares, em locais de responsabilidades das Câmaras Municipais, nomeadamente a: recenseamento militar; Dia da Defesa Nacional; Certidões Militares; segundas vias de Cédulas Militares; Contagens de Tempo de Serviço; Requerimentos para Complemento de Pensão e Reforma (Ex-combatentes) e outros requerimentos.

Para atingir estes objectivos o Exército compromete-se a formar os recursos humanos das Câmaras signatárias sobre os temas em apreço, a disponibilizar todos os meios de divulgação respectivos, bem como a facultar os modelos de requerimento necessários ao cumprimento dos objectivos.

Campeonato do Mundo de Atletismo "Master"

Decorreu, de 6 a 17 de Julho, o Campeonato do Mundo de Atletismo para Veteranos, em Sacramento, Califórnia, nos Estados Unidos da América, que contou com a participação de 5000 atletas, de ambos os sexos, nos escalões dos 35 aos 90 anos, divididos pelas diversas categorias etárias.

Portugal obteve um 9.º lugar colectivo, destacando-se a participação do Tenente-General Leonel de Carvalho (68 anos) que, no escalão 65-69 anos, conquistou a medalha de Bronze, alcançando o 3.º lugar no Triplo Salto (com a marca de 9,08 m) e o 8.º no Salto em Comprimento (com a marca de 4,50 metros).

Com estes resultados, o Tenente-General Leonel Carvalho assegurou a sua 18.ª Medalha em Campeonatos do Mundo e da Europa. Do seu curriculum destaca-se ainda a vitória no Campeonato Europeu de Pentatlo em 1988, em Verona (Itália).

Campeonato de Futsal

Decorreu no período de 12 a 16 de Setembro no Regimento de Infantaria N.º 10, o Campeonato de Futsal – Fase II da Brigada de Reacção Rápida (BRR).

Esta fase tem como objectivo apurar a equipa vencedora e representante da BRR para a Fase Exército.

Participaram sete delegações da BRR de entre as quais a vencedora foi a delegação da Unidade de Aviação Ligeira do Exército (UALE), a segunda classificada foi a delegação do Regimento de Artilharia N.º 4 e em terceiro a delegação do Centro de Tropas Comando (CTC).

Além de taças para as três primeiras equipas e medalhões individuais aos jogadores das mesmas, foram ainda atribuídos troféus ao melhor marcador do campeonato – Soldado Edson Castro da UALE e ao melhor guarda-redes do campeonato – 1.º Sargento Miguel Simões do CTC.

Ponto de Situação e Desafios para o Futuro

Consolidação e Sustentação

Sua Excelência o General Chefe de Estado-Maior do Exército (CEME) apresentou um brifingue subordinado ao tema "Ponto de Situação do Exército e Desafios para o Futuro". A referida apresentação decorreu em 4 e 6 de Outubro de 2011, respectivamente no Auditório da Escola de Sargentos do Exército (ESE) e no Grande Auditório do Aquartelamento da Academia Militar (AM), na Amadora.

Na ESE, estando presentes o Tenente-General Comandante de Instrução e Doutrina e o Major-General Director de Formação, o CEME dirigiu-se essencialmente aos Sargentos-Mores do Exército, tendo estado presente também o 23.º Curso de Promoção a Sargento-Chefe, que decorre naquele estabelecimento de ensino. Para além do brifingue, seguiu-se uma fotografia de grupo na escadaria do Edifício de Comando e um almoço convívio no refeitório geral, consubstanciando-se no seu todo um evento dignificante para a ESE, como órgão basilar na formação dos Sargentos do Quadro Permanente, constituindo-se esta classe como uma charneira fundamental na estrutura hierárquica do Exército.

Na AM o auditório integrou ex-Chefes de Estado-Maior do Exército, a Estrutura Superior do Exército, todos os Tenentes-Generais e Majores-Generais na situação de Activo, Reserva e Reforma, os auditores do Curso de Promoção a Oficial General 2011/12 e os Comandantes, Directores e Chefes de todas as Unidades, Estabelecimentos e Órgãos do Exército. Este dia, que integrou a referida apresentação, assistência à formatura do Corpo de Alunos (CAL) da AM e almoço convívio no refeitório do CAL, pretendeu também constituir-se como uma afirmação inequívoca de coesão e camaradagem, permitindo, independentemente da situação administrativa dos Generais mais antigos, promover o intercambio entre gerações. Deste modo, a sua realização na AM, "Casa Mãe" dos Oficiais do Exército, revestiu-se de particular simbolismo e significado, face a um quadro de valores de partilha comum nesta singular Instituição.

A apresentação foi estruturada em quatro partes, iniciando-se com a apresentação de um conjunto de temas da actualidade que, pela sua dimensão e importância, conjugada com os últimos desenvolvimentos, tornam pertinente e oportuno o seu cabal esclarecimento. Deste modo, foi feita referência: ao relatório da Inspecção-geral das Finanças, em consonância com o Despacho Conjunto de Suas Excelências os Ministros de Estado e das Finanças e da Defesa Nacional, de 9 de Setembro do corrente ano; à preocupante situação ao nível dos efectivos, considerando as reduções já impostas, tanto no Quadro Permanente, como ao nível do regime de Voluntariado e de Contrato, incluindo ainda os constrangimentos impostos no domínio das promoções e graduações; aos "plafonds orçamentais" atribuídos e as consequências associadas; as expectativas goradas para a implementação do 1º Ciclo no Colégio Militar; a reestruturação da Saúde Militar, designadamente os passos dados para a criação do Hospital das Forças Armadas; e por fim a questões concretas no âmbito das infra-estruturas do Exército, dando particular atenção à Concentração da Estrutura Superior do Exército e à transferência das Oficinas Gerais de Material de Engenharia.

Na segunda parte, "O Quinquénio 2007 / 2011 - Balanço", foi inicialmente feita referência às três directivas estruturantes para este período, sendo considerado que no seu conjunto foram objectivas e suficientes. A Directiva 90, de 27 de Março de 2007, estabeleceu uma visão mobilizadora e a orientação para a reforma organizacional, podendo traduzir-se num desígnio de

"Implementação e Desenvolvimento" das capacidades, que integradamente materializam as prioridades estabelecidas. A Directiva 02 particularizou a **ênfase à Força Operacional Permanente do Exército (FOPE) e o seu reequipamento**, numa perspectiva de coerência orgânica, consolidando determinadas prioridades da Directiva 90 e em consonância com os requisitos decorrentes das "Force Proposals" da OTAN de 2008. Por fim, a Directiva 29, para o biénio 2010/2011, possuindo um espírito de continuidade, traduziu-se num conceito de **"Consolidação e Sustentação"**, em coerência com as orientações delineadoras do mandato. Em sequência, ainda na segunda parte foram destacadas as principais concretizações nos domínios Operacional, do Reequipamento e Infra-estruturas, dos Recursos Humanos e da Formação e Qualificação.

"O Exército Hoje - Linhas de Afirmação", constituiu uma terceira parte em que foi apresentado o conceito para a continuidade e identificados de forma clara o processo e as prioridades para a transformação, como um ciclo auto alimentado, continuo e permanente. Destacando o conceito apresentado, traduz-se na continuidade para assegurar, de forma permanente, as condições e os recursos para garantir o sucesso das operações em curso, o nível de prontidão adequado para eventuais novas missões e a capacidade de empenhamento noutras missões, sem nunca desvirtuar a sua disponibilidade para o desempenho da sua missão principal.

Finalmente, nas considerações finais, foram identificados os principais desafios com que se depara o Exército nos tempos futuros, designadamente a afirmação crescente pela participação no quadro de alianças que Portugal integra, como contributo directo do Exército no vector de politica externa nacional, a satisfação crescente no domínio das outras missões de interesse público, pugnando por um Exército cada vez mais próximo dos portugueses, a consolidação das áreas de excelência e a integração e certificação de outras capacidades relevantes. Como principais preocupações foram sublinhadas as questões de natureza orçamental, o ponto de situação relativamente às promoções, a redução de efectivos, a reforma da Saúde Militar e outras questões de ordem eminentemente social.

O General CEME terminou, deixando claro que apesar dos condicionamentos identificados, o Exército vai ao limite dos seus recursos humanos e materiais, continuando a optimizar a sua acção com uma conduta e rigor irrepreensíveis, traduzindo elevados índices de profissionalismo e determinação, por um futuro cada vez mais prestigiante.

Os objectivos do Exército mantêm as mesmas prioridades, designadamente: a defesa da especificidade militar, o seu reconhecimento e o apoio que deve merecer por parte do Estado; a equidade externa face às carreiras de referência; o apoio à família militar; a correcta reforma do serviço de saúde militar e a implementação de infra-estruturas fundamentais à transformação do Exército, destacando-se como corolário o valor da coesão e da partilha de uma visão comum como bastiões fundamentais da Instituição.

Por fim, o General CEME deixou as seguintes palavras finais para a caracterização do Exército:

"Uma Instituição Nacional, estruturante do Estado, consolidada, moderna, competente, constituída por homens e mulheres, no activo, na reserva e na reforma, movidos pelo Espírito de Servir, pelo seu empenho na Grandeza da Pátria, dispostos aos maiores sacrifícios, tendo por referência Valores Éticos e Morais, por que pautam o seu comportamento e a sua Condição Militar"

Texto: Lieutenant Colonel Michael Brant Stephenson

9/11 Lessons Learned

A Changed Approach to National Security

Excerpt of a speech presented by Lieutenant Colonel Michael Brant Stephenson, the US Army Áttaché accredited in Portugal. The speech was presented on 12 September 2011 during an event hosted by the Portuguese *Instituto de Segurança e Defesa* to commemorate those lost during the attacks of September 11, 2001.

We are 10 years on from that crisp autumn day in which the United States and its citizens experienced the vicious attacks from 19 terrorists sponsored by Al Qaeda and Usama Bin Laden. These attacks may have been on US soil, but the impact has been global. The United States appreciates the outpouring of support then and the remembrance ceremonies now from our Allies. We remember and honor the loss of nearly 3000 people on that day, to include 343 firefighters and 60 police officers responding to the Twin Towers. 5 Portuguese citizens also loss their lives in the Towers on that day. We remember the 184 that perished in the attack on the Pentagon. We recall the bravery of the 44 who stopped Flight 93 from reaching its intended target. The loss of nearly 3000 on that day and the devastation to New York City, the Pentagon, as well as the field in Pennsylvania, transformed the way that the United States approaches national security.

We also remember the over 6200 military and US civilians killed in action and the over 45000 wounded in action during their service to the United States in response to the September 11 attacks. As a result of the September 11 attacks, the United States and her citizens have sacrificed lives and resources to our national security priorities. This sacrifice has a personal toll. We have committed tens of thousands of our young men and women to this fight, many of whom have left families at home alone.

The cost of September 11, 2001 is measured in our sacrifice of people and resources to adapt to the new security environment. The sacrifice of those we lost on September 11 and those since serve to remind us that we, as a nation, must take the lessons of those days and adapt our approach to national security. To see how the United States has changed and learned since September 11, it is necessary to look at the American Armed Forces, American institutions and policies, and the current global environment. In the last 10 years we have witnessed great changes in these areas and the United States has emerged better prepared for the future; stronger in capabilities and national fabric.

One of the greatest changes is the expectations of the all volunteer military. The US Armed Forces have restructured and refined the approach to military operations and leadership development. These changes, while rapid in the scope of history, are a key component of the ability of the United States and its citizens to meet its challenges and threats with a spirit to promote success.

In 1990s, we were emerging from the bipolar environment of the Cold War. Military leaders and tactics were still grounded in the symmetric battlefield of the Cold War while beginning to sense an emergence of new threats and new challenges. In the training areas, the military still practiced against legions of attack formations and trained the force for the old environment of the Cold War. The Armed Forces expected its officers and leaders to be tactically

© LUSA

The US Government implemented, the creation of a Department of Homeland Security, as well as the National Counter Terrorism Center.

proficient and understand how to operate their weapons systems as a unit. Leadership was graded in how well the unit performed at the high intensity combat tasks. But in operations, the military was beginning to face different challenges from the complexity of warlords in Somalia to the peace keeping required during the disintegration of Yugoslavia. Just a few years later, the NATO Allies would stand together and invoke Article V for the first time in their history as a response to an attack on the United States.

In the era following September 11, 2001, military leaders and their skills set have changed to meet the new challenges. The military has completely restructured its units and developed a new leadership training model. The Army looks to the brigade, not the division, as the core unit and center of operations and combat power. These Brigade Combat Teams, which are commanded by a colonel and have around 5000 troops, deploy independent of the higher headquarters and integrate into on-going operations. In the zone of responsibility, the Brigade can be tasked with security, rebuilding, training or diplomacy tasks-or more likely, all these tasks at the same time. Junior leaders, the lieutenants and captains, are expected to lead patrols against enemy fighters, interface with the local tribal leaders, be an expert on agriculture development, understand how to build a school, and mentor foreign militaries.

Success is no longer measured in how well the unit operates its weapon system, but in how each unit, down to squad fulfills the national and allied strategic objectives. To prepare its leaders, the American military has expanded its training in cultural awareness and redesigned the training centers to focus on the asymmetric challenges which face the units in the theaters of operations. As one example, this summer, the US Army sent over 40 military cadets to Portugal to experience Portuguese culture, learn or improve Portuguese language skills, and exchange lessons learned with the Portuguese Military Academy. This program is a very important dimension in the development of our future officers.

Also, the US Army has opened its training centers to all Allies, and encouraged combined training. Every one of the core combat units is expected to work with Allies in operations-as a result, NATO allies come to the training areas in Germany and in the United States and operate side by side as they do in Afghanistan and Kosovo.

These changes in our training models and leadership development have moved the Armed Forces forward as a flexible option in the execution of national security strategy. But the United States also had to adapt and redesign its national approach and national institutions to meet these complex challenges of the new century. A road map for how the United States has advanced its national security development is the July 2004 9-11 Commission Report. This report was the result of 18 months of investigative research by an independent panel to assess the US Government's actions leading up to, and after, the attacks of September 11, 2001.

This panel found a disjointed and stovepiped apparatus of security and intelligence agencies which had no ability either legally or institutionally to share information and coordinate actions. The clear division between criminal investigation agencies and intelligence services, which still exists and is necessary to protect the right of privacy of American citizens, hampered information sharing, and in effect, blinded the US Government before these attacks. With the help of hindsight and an investigative mission, the 9-11 Commission discovered several seams in the US Government that were exploited by the 19 terrorists on September 11, 2001 and could continue to pose threats to the national security.

As a result of this report, the US Government embarked upon a major institutional change to eliminate obstacles to coordinated action within the government. The security of the United States had been viewed as a task for overseas focus. American tradition and culture and the freedom that its citizens cherish did not provide for a strong central apparatus to control the interior. Federal agencies in different departments, such as Immigration Services, Border Patrol, Coast Guard, the Federal Bureau of Investigation (FBI), and North American Aerospace Defense, did not have a mechanism to share and coordinate. These seams in the government allowed for exploitation by these terrorists.

To close these seams, the commission recommended, and the US Government implemented, the

creation of a Department of Homeland Security, as well as the National Counter Terrorism Center and the Director of National Intelligence position to coordinate actions. The creation of the Department of Homeland Security brought synergy to several agencies responsible for securing the interior and controlling access. The collocation of these agencies under one cabinet level position in effect provided the government with a senior level official responsible for overseeing interior security.

The creation of the Director of National Intelligence, with budgetary authority, served to coordinate the intelligence picture of 16 different agencies for the senior level of the government. With the defined budgetary authority of the Director of National Intelligence, this position has the power to ensure cooperation and coordination within the intelligence community; resulting in intelligence leading operations and not just supporting operations.

Another key center created in response to the findings was the National Counter Terrorism Center. This organization breaks downs the barriers between operations and intelligence and between domestic and foreign actions. It is a center designed to acquire and process information and coordinate across the spectrum of military, government agency, and local law enforcement to respond to terror threats against the United States.

With these recommendations, the US Government moved to transform its institutions, hearkening back to the Goldwater-Nichols Act of 1986 and the National Security Act of 1947. The change of institutions is only the first step in transforming the United States' national security approach. The policy makers must understand the changing operational environment into which their national security strategy must fit. Also, culturally, the people of the government must embrace the change and utilize the new institution.

At the lower levels, there is a much broader range of cooperation and sharing within the inter-agency process. In Afghanistan, for example, members from across the US government are involved in the ISAF effort to bring stability. The Department of State has Foreign Service Officers deployed to forward locations with the before mentioned Brigade Combat Teams. These Brigades have the manpower and resources to improve local stability and development, but often lack the expertise. The collocation of the Foreign Service Officers with these units puts development and diplomacy experts on the forward edge of our national security strategy where they

In Afghanistan, members from across the US government are involved in the ISAF effort to bring stability.

Wikimedia Commons

© LUSA

are better positioned to influence and coordinate actions. These officers are tasked with looking at the longer term stability and sustainment of an area and not just the near term tactical success of the operational units.

Also, our FBI, the Drug Enforcement Administration, and Department of Treasury work in Afghanistan with military counterparts to cut-off the financial support of the Taliban. This is not purely a force on force battle against the Taliban, but an inter-agency mission to achieve an operational endstate in support of the strategic objective to degrade and disrupt Taliban operations.

At the strategic level, the USG and the senior policy makers have broadened their scope in developing and executing the national security strategy. Every 4 years, the Department of Defense releases the Quadrennial Defense Review (QDR). This document provides the national leadership with a look at the current status and the development path of the Armed Forces. It provides the strategic level guidance for the Defense Department and is key in new weapon development, forces structure, and how the force will be employed against the most likely and most dangerous scenarios.

As a new part of the expanded scope of national security since September 11, 2001, Secretary of State Clinton and the Department of State produced the first ever Quadrennial Diplomacy and Development Review (QDDR) in December 2010. This document provides guidance on how the US can lead with civilian power during crises. The use of our civilian force in the pre-conflict, conflict, and post-conflict stages is an effective tool to achieve our objectives and manage crises. To quote the report, "it is a necessary response to the complex problems of the 21st Century."

There are two key points in the creation of this document. First, the production of this document demonstrates a clear shift in thinking in the USG on how to approach problems and the necessary use of all the elements of national power to provide national security. Second, Secretary Clinton, in the name of the report, elevated the development of nations to the same level as the US foreign policy diplomatic objectives. Understanding how to assist countries grow into stable states is just as important in the conduct of national security as engaging diplomatically in pre-crises and post-conflict phases. The Quadrennial Diplomacy and Development Review codifies the lessons learned and successes of the Foreign Service Officers forward in the

The message of violent extremism is losing these battles. People are moving beyond the dogma of intolerance and moving toward a future of respect.

operational areas with the Brigade Combat Teams and provides a new direction with how the United States will use its civilian power and resources.

The capstone of the efforts of the United States to redefine the approach to national security is the National Security Strategy. Each President publishes this document to provide guidance and shape how the United States will approach its security. The May 2010 National Security Strategy is a forward looking document that brings into sharp focus how the United States views its challenges and how we will use the American Spirit and resources to achieve its objectives. In past versions of this document, the focus has been outward on external threats and how the United States will posture its resources to counter these threats.

The May 2010 version takes a holistic approach and shapes National Security Strategy to include domestic development, economic strength and stability, the use of military force and diplomatic efforts. The United States commits to partnering with its Allies and other states that are committed to the values of human rights and personal dignity. The United States will lead in these areas, but does not intend to move alone in these areas; the United States values and needs Allies and like minded nations to work with together to achieve these objectives and improve our collective security.

This spirit of cooperation defined in the National Security Strategy is extremely important in the changing global environment. As we review the lessons learned from September 11, 2001, we see current day popular movements of people demanding their freedom and rights. Could we have imagined the events in Egypt and Tunisia occurring 10 years ago? Could it be possible to picture a movement of people strong enough to topple decades old regimes?

In the Middle East and North Africa, we have seen changes generated by internal desires for freedom, democracy and self-determination. Like minded nations are coming together to support the Transitional National Council as the Libyan people begin to establish a new state. The United States has supported this movement with its allies and partners to support a free North Africa which respects universal human rights. This objective also supports the United States National Security goals.

But most importantly, the message of violent extremism is losing these battles. People are moving beyond the dogma of intolerance and moving toward a future of respect. The United States in its

Secretary Clinton, elevated the development of nations to the same level as the US foreign policy diplomatic objectives.

Wikimedia Commons

© LUSA

We cannot lose focus on the fact that the new threat will not look like the enemy of September 11.

approach to national security fully supports these movements and views them as an integral part of American security, the security of the Allies, and global stability.

The global environment, as evident in the Middle East and Northern Africa, has significantly changed since September 11, 2001. The United States has adapted and learned in these last 10 years that it is important to remain agile in the conduct of security strategy as crises exist often in unexpected places. The United States has adapted its tactics, broadened the scope of its focus, removed barriers to internal coordination, and expanded cooperation with Allies and friends

> *"The greatest lesson from the attacks of September 11, 2001 is that the United States must continue to develop flexible and intelligent leaders capable of critical thought in the development of national policy, and in particular, national security policy"*

The greatest lesson from the attacks of September 11, 2001 and the decade which has followed is that the United States must continue to develop flexible and intelligent leaders capable of critical thought in the development of national policy, and in particular, national security policy. A nation cannot rest on the current understanding of the world and current events. Security professionals have a challenge to determine how a nation develops its grand strategy accounting for symmetrical and asymmetrical threats. There is a tendency to focus on the very last conflict or crisis. However, there must be balance in the development of national security strategy to ensure that while a nation can address transnational threats such as terrorism, but it does not lose the ability to assess, define, and counter symmetrical threat. Nations must be able to operate both symmetrically and asymmetrically at the same time and with the same level of comfort. In a recent article entitled "Asymmetric Strategies of the Strong" in PARAMETERS, Michael Breen and Joshua Geltzer look into this subject and provide some initial analysis.

The United States, as does Portugal, leverages think tanks and its academic structure to stir debate in policy creation. This area of grand strategy is a topic which should be discussed and debated both within the academic realm and within the circles of our policy makers. This type of dynamic debate and critical thinking is necessary in an environment

where threats are not easily defined and certainly not predictable. This type of debate maintains our resiliency to react to future challenges.

While the lessons of September 11, 2001 are still fresh and it is easy to see the transformation of the American security apparatus, we cannot lose focus on the fact that the new threat will not look like the enemy of September 11. The next threat, however, will exploit a seam or a weakness that has been overlooked. It is the responsibility of security professionals to look at these weakness, maintain balance, and reward critical thinking in analyzing the threat and developing the security policy.

Biography

Lieutenant Colonel Stephenson was born in Little Rock, Arkansas in 1970. He attended Texas A&M University in College Station, Texas graduating with a Bachelor of Science in Ocean Engineering in 1994. While there he received his US Army commission through the Reserve Officers' Training Corps program.

Following the Field Artillery Officers' Basic Course at Fort Sill, Oklahoma, LTC Stephenson remained in Fort Sill with the 2nd Battalion, 5th Field Artillery, where he served as Platoon Leader and Battalion Fire Direction Officer.

In 1999, LTC Stephenson went to Bamberg, Germany to join the 1st Infantry Division. While stationed with the 1st Battalion, 6th Field Artillery, LTC Stephenson served as Commander of Bravo Battery and various other staff positions. LTC Stephenson deployed to Camp Bondsteel, Kosovo in November, 1999, and Camp Able Sentry, Former Yugoslav Republic of Macedonia in October, 2002, both in support of US and NATO operations in the Balkans.

In 2006, LTC Stephenson was assigned to the Pentagon where he served on the J2 intelligence analysis watch team as a senior briefer. In 2008, LTC Stephenson deployed to Afghanistan in support of the NATO International Security Assistance Force (ISAF) as Deputy Chief of the Joint Document and Media Exploitation Center.

In June 2010, LTC Stephenson was accredited as the Army Attaché in Portugal.

LTC Stephenson has been awarded the Defense Meritorious Service Medal, Army Meritorious Service Medal, Joint Service Commendation Medal, Army Commendation Medal with four oak leaf clusters, the Army Achievement Medal, Afghan Campaign Medal, NATO Campaign Medal for Kosovo and ISAF, and the Combat Action Badge.

LTC Stephenson is married to the former Heidi Müller, of San Antonio, Texas. They have three children, Hannah (13), Michael (9), and Meredith (4).

Texto: 1SargArt Anjos Das Neves

Comemoração do DIA DO EXÉRCITO

Bragança 2011

O Dia do Exército e a Cidade de Bragança

Foto: CAVE

Foto: TenCor Augusto Correia

As comemorações do Dia do Exército, cuja data marca a tomada da cidade de Lisboa aos Mouros, no reinado de D. Afonso Henriques, no dia 24 de Outubro de 1147, realizaram-se entre os dias 21 e 23 de Outubro, nos quais foi desenvolvida uma panóplia de actividades comemorativas, na cidade de Bragança.

A cidade de Bragança é capital de distrito, Região Norte e sub-região do Alto Trás-os-Montes, com 20 309 m² na cidade e 25 mil habitantes no perímetro urbano. É sede de um dos municípios portugueses com maior área, com 1 173,6 km² de área, e 34 375 habitantes (2009), subdividido em 49 freguesias. O município é limitado a norte e leste por Espanha (províncias de Ourense e Zamora), a sueste pelo município de Vimioso, a sudoeste por Macedo de Cavaleiros e a oeste por Vinhais sendo das cidades de Portugal Continental aquela mais setentrional (que fica mais a Norte).

Os celtas baptizaram a cidade, fundada no século II a.C., com o nome de Brigantia, que se foi latinizando até passar a ser Bragança. Este nome é a origem do gentílico mais comum: brigantino.

A área do actual concelho de Bragança era já uma povoação importante durante a ocupação romana. Durante algum tempo teve a designação de Juliobriga dada a Brigantia pelo Imperador Augusto em homenagem a seu tio Júlio César.

Destruída durante as guerras entre cristãos e mouros, encontrava-se em território pertencente ao mosteiro beneditino de Castro de Avelãs quando a adquiriu, por troca, em 1130, D. Fernando Mendes, cunhado de D. Afonso Henriques. Reconstruída no lugar de Benquerença, D. Sancho I concedeu-lhe foral em 1187 e libertou-a em 1199 do cerco que lhe impusera Afonso IX de Leão, pondo-lhe então definitivamente o nome de Bragança.

O regente D. Pedro, em 1442, elevou Bragança a cabeça de ducado concedido a seu irmão ilegítimo D. Afonso, 8.º conde de Barcelos e que fora genro de D. Nuno Álvares Pereira.

Em 1445, Bragança recebeu a concessão de uma feira franca e em 1446 D. Afonso V elevou-a à categoria de cidade.

A 5 de Março de 1770, Bragança tornou-se sede da diocese; passou a ter unida a si, desde 27 de Setembro de 1780, a diocese de Miranda (criada a 22 de Maio de 1545), ficando a sede em Bragança – por isso a designação oficial da diocese é de "Bragança e Miranda".

Os aglomerados urbanos guardam sinais do seu passado remoto, quer na sua localização, quer nas suas estruturas e aspecto, quer, ainda, nas suas tradições. Em Bragança actuaram, desde os primórdios da história dois vectores de suma importância: a influência mediterrânea e o contributo europeu. Os achados arqueológicos efectuados permitem concluir que a ocupação humana no distrito de Bragança remonta ao Paleolítico final. Contudo, no Neolítico, com o surgimento de comunidades produtoras de alimentos, com a domesticação de algumas espécies animais e o aparecimento formas de culto já bem documentadas, ter-se-á assistido a um acréscimo de povoados e comunidades. Da

ocupação humana nestes períodos existem diversos vestígios, sendo que alguns constituem parte da colecção existente no Museu do Abade de Baçal.

Julga-se que as comunidades proto-históricas terão surgido em maior número na Terra Fria transmontana, provavelmente do final da Idade do Bronze (1000-700 a.C.). Estes povoados – castros – eram, em geral, estruturas urbanas fortificadas, por vezes com diversas linhas de muralha, e situavam-se em locais elevados e com bom alcance da paisagem envolvente, o que facilitava a sua defesa. As comunidades praticavam uma economia de subsistência.

A colonização romana, que se foi impondo de forma muito lenta, veio actuar sobre as civilizações existentes, contribuindo para minorar as diferenças étnicas e culturais resultantes dos primitivos povoamentos e para homogeneizar as culturas indígenas. As mudanças operadas foram profundas, inclusivamente nas zonas de montanha, por isso menos acessíveis, tendo afectado as paisagens e os modos de viver. A presença romana contribuiu, em parte, para a passagem do regime de exploração colectiva dos solos para o da propriedade privada e, muito provavelmente, para um recuo da floresta. Os romanos são também responsáveis por significativas alterações de índole administrativa, material e cultural. São inúmeros os vestígios arqueológicos (e alguns únicos) que atestam a presença, a disseminação e a influência deste povo na região. Os vestígios dos castros luso-romanos formam uma malha evidente no actual concelho de Bragança.

Os vestígios da presença romana têm surgido um pouco por todo o concelho (Alfaião, Aveleda, Carrazedo, Castro de Avelãs, Donai, França, Gostei, Meixedo, Pinela, Quintela Lampaças, etc.). Com efeito, no local onde hoje se ergue a cidade de Bragança têm aparecido alguns vestígios romanos, como por exemplo telhas e algumas moedas, uma das quais em bronze, encontradas em diversas escavações, como nas obras da Igreja de S. Francisco. Têm sido

Foto: TenCor Augusto Correia

efectuadas outras escavações mais recentemente na cidade de Bragança que permitiram confirmar a presença romana nesta área.

O distrito de Bragança parece ter sido dominado por duas comunidades étnicas – os *Zoelae*, pertencentes ao povo *Astur*, com a capital em Castro de Avelãs, e uma *civitas* lusitana pertencente ao povo *Baniense*, já na zona Sul do distrito.

A cartografia latina – Atlas de Gotha, de Justus Perthes - menciona apenas três povoações: Aquae Flaviae (Chaves), Veniatia (Vinhais) e Zoelae (sede dos Zoelas, actual Castro de Avelãs) não havendo qualquer referência a um povoado com toponímia próxima de Bragança. Neste período do domínio romano a região bragançana integrava a Gallaecia e dependia, do ponto de vista administrativo, de Astorga.

As primeiras referências a um povoado (*pagus*), antepassado toponímico de Bragança, surgem nas actas do Concílio de Lugo (569 d. C.) sob a designação de *Vergancia*. Posteriormente, já na divisão administrativa de *Wamba* (666 d. C.) surge já uma referência a *Bregancia*. Salvaguarde-se, contudo, que esta referência pode não corresponder totalmente à verdade uma vez que a cópia das actas a que se teve acesso é de elaboração posterior, podendo ter sido alvo de interpretação.

O domínio de suevos e visigodos, acerca dos quais tão pouco se sabe, veio contribuir para que se acentuasse a ruralização da economia. Com efeito, supõe-se que alguns traços da vida pastoril e comunitária desta região se ficam a dever à ocupação destes invasores. O centeio, cereal realmente importante que o mediterrâneo recebe da Europa média e que através dos séculos tem desempenhado um papel tão importante na economia das terras altas, foi, muito provavelmente, introduzido pelos suevos.

Refiram-se ainda alguns topónimos locais, cujas terminações parecem ser herança destes povos: Gimonde, Guadramil e Samil.

Finalmente, o último povo invasor: os mouros, a quem a tradição popular tende a atribuir uma grande soma de vestígios. Como foram os últimos "intrusos" e como foi marcante o ambiente de prolongadas lutas e conflitos entre a civilização cristã e a muçulmana, a memória dos povos islâmicos permaneceu no imaginário popular. São diversas as lendas e tradições que lhes atribuem muito do que deixaram os povos anteriores, sobretudo os romanos. Ainda que a toponímia pareça acusar a sua influência (Alfaião, Babe, Baçal, Bagueixe, Mogadouro, etc.) não foram encontrados vestígios materiais dos mouros que permitam comprovar a sua presença. Note-se que a influência da civilização islâmica parece ter sido pouco marcante nas regiões a norte do Douro e ainda menos relevante nestas áreas montanhosas do interior.

Mesmo sem aceitar a tese do ermamento, é bem provável que o actual Trás-os-Montes, bem como toda a região do Nordeste, tenha experimentado, no início do domínio muçulmano, uma acentuada rarefacção do povoamento. Devido ao movimento da Reconquista a região de Bragança, integrada que estava no reino das Astúrias (ou de Leão, como passa a ser conhecido a partir do século X), acaba por sofrer a influência leonesa, traduzida em alterações ao nível da economia, da organização eclesiástica, da arquitectura, da cultura e, até, da própria língua, cujas influências perduraram até à actualidade. Senão, repare-se nos falares mirandês e guadramilês.

Foi ao longo do lento processo da Reconquista que se presenciou um gradual germinar da nação e do estado português. Portugal e os portugueses nascem, indiscutivelmente, da simbiose entre o Norte cristão e o Sul muçulmano. É precisamente o movimento da Reconquista que permite a compreensão de muitas das especificidades das sociedades ibéricas no contexto da Europa medieval.

Voltando à questão da origem de Bragança e do seu topónimo, sabe-se que nos séculos XI e XII, segundo os Livros de Linhagens, existiu a família dos Bragançãos, provavelmente fixada em Castro de Avelãs (na altura sede de um mosteiro beneditino que dominava uma área geográfica apreciável do actual distrito de Bragança, tendo sido um dos seus abades, D. Mendo, que deu origem a esta genealogia). Diz-se que Fernão Mendes, um dos Bragançãos mais ilustres, teria raptado e casado em segundas núpcias com D. Sancha, filha de D. Henrique e D. Teresa, tendo desempenhado um papel importante na defesa desta região. Bragança teria passado a constituir propriedade da coroa por falta de descendência nesta união. Segundo E. Carvalho "a família dos Bragançãos contribuiu para a fundação de um povoado que viria a ser denominado de Bragança, do nome da região e da alcunha familiar". Este povoado teria ganho importância com as disputas para formação do novo reino, uma vez que Bragança funcionaria como primeira linha de defesa. O valor estratégico terá conduzido a que D. Sancho efectuasse uma troca com o Mosteiro de Castro de Avelãs, recebendo a Quinta de Benquerença para acrescentar, segundo o Abade, à área do povoado existente.

O Elucidário de Viterbo, por exemplo, assume que Bragança teria sido fundada e povoada pelo segundo Rei de Portugal, depois de a obter ao Mosteiro do Castro de Avelãs. Albino Lopo corrobora esta tese: (...) *el-rei D. Sancho I mandou para a Quinta de Bemquerença uma colónia, a que deu privilégios especiaes, com o fim de a desenvolver e tornar importante* (...), apontando as condições topográficas e militares como o motivo principal para a sua funda-

Foto: TenCor Augusto Correia

ção ou engrandecimento da quinta, à qual teria sido depois mudado o nome para Bragança.

As interpretações anteriores foram profusamente refutadas pelo Abade de Baçal que conclui que "(...) *Bragança já então existia como povoado importante, pois gosava do privilégio de cobrar direitos de portático sobre as mercadorias que ahi vinham vender-se (...) não acreditamos na fundação de Bragança em 1187; mas sim que a sua população é muito anterior, e só o documento de escambo ou troca feito entre os monges de Castro de Avellãs e o rei nos falia em tal quinta, sendo que por esse mesmo documento se evidencia a coexistência da civitate Bragancia e da quinta de Bemquerença, somos levados a crêr que esta era realmente uma quinta, na verdadeira accepção da palavra, ou propriedade contigua a Bragança, pertencente aos frades, e como o seu território fazia falta para dar mais ambito à cidade, elrei tratou de o obter*" (1975-1989: I, 234).

Posteriormente, António José Teixeira remete a fundação para Fernão Mendes: *Nessa luta porfiada e gigantesca, nessa luta de séculos entre Mouros e Cristãos, foi esta terra várias vezes talada e saqueada e é no ano de 1130 que D. Fernando Mendes, cunhado de D. Afonso Henriques, grande senhor de Trás-os-Montes, achando-a a rasada e despovoada, principiou a sua nova fundação pela quinta chamada de Bem-querença, isto é, pelo lugar por onde hoje se estende a cidadela* (…).

Desta forma, só após as invasões bárbaras surgem referências a estes topónimos. Eduardo Carvalho refere que o actual topónimo – Bragança – deriva do étimo Berge (do germânico monte) que, assim, significaria Terra dos Montes, negando as opiniões que associam o topónimo a Brigo (rei lendário de Espanha) ou a Briga (significando cidade). Este topónimo, teria desaparecido ou caído em desuso com a invasão árabe para aparecer associado, posteriormente, a uma região, como o prova, um documento de Ramiro III (967-982) que diz pertencerem ao bispado de Astorga *as igrejas que existem em Bragança pelo rio Tuela e segue até que entra no Doiro em frente de Zamora na parte do oriente*.

As origens de Bragança, enquanto região, talvez se possam atribuir ao século X ou XI. As origens da povoação são mais duvidosas – como, aliás, acontece no caso de outras cidades. Tudo parece indicar que no local onde se ergue a cidade teria existido um castro, eventualmente romanizado, que poderia ser a origem do povoado. Só a realização de prospecções arqueológicas poderá fornecer pormenores que permitam datar com maior certeza a origem de Bragança.

A importância estratégica de Bragança, sobretudo ao nível militar e do controlo das vias de trânsito, resultante, em grande parte da sua localização, permitem contextualizar e perceber as medidas administrativas instituídas pelos monarcas, especialmente durante as duas primeiras dinastias, e que visavam garantir um mínimo de operacionalidade da praça. D. Sancho outorga carta de foro em Junho de 1187, que seria sucessivamente renovada por D. Afonso III, em Maio de 1253 e, mais tarde, por D. Manuel em 11 de Novembro de 1514. O primeiro foral atribuído não seguiu nenhum dos modelos já aplicados o que demonstra a importância específica atribuída à vila, a primeira em Trás-os-Montes a ter carta de foral.

Os privilégios concedidos a Bragança pelos diversos monarcas são de vária ordem. D. Afonso III cria a feira anual em 1272 e D. Fernando dá carta de feira franca em 1383, situação que seria sucessivamente renovada - e reformulada, por vezes – por D. João I em 1392 e 1413, pelo regente D. Pedro em 1439 e por D. Afonso V em 1455. A referência explícita e frequente à necessidade de atrair e fixar novos povoadores na vila denuncia a pouca eficácia deste instrumento jurídico e, sobretudo, a importância particular que lhe era atribuída pela coroa. Assim sendo, não é de estranhar um crescimento da urbe, ainda que lento, a partir de meados do século XIII, apesar de ser referenciado um despovoamento cíclico, usualmente relacionado com as crises epidémicas e as exigências arbitrárias dos alcaides e governadores, obrigando a coroa a transformá-la em

couto de homiziados desde cedo.

Bragança é entendida por Amorim Girão como mais uma das *cidades-fortaleza, sentinelas de fronteira, com boa posição estratégica, cujo desenvolvimento ainda relacionado com a nossa organização territorial metropolitana ou com momentos críticos da nossa independência*, pertencentes ao período que este autor designa de português. *A fronteira, assolada por guerras frequentes, era um lugar de insegurança onde permaneceram grandes tractos desertos*, por isso, os soberanos criaram, como se referiu, coutos de homiziados (onde se refugiavam criminosos, gozando de impunidade) *para promoverem a fixação de gente em torno dos seus castelos, ou em locais onde pretendiam edificá-los*. Esta disposição criou ao longo da fronteira uma série de lugares fortes, povoados por homens inabaláveis na defesa da sua liberdade. O foral de Bragança (1187) criou um couto de homiziados.

Ainda assim, Bragança vai, gradualmente, consolidando a sua posição dominante na região, do ponto de vista administrativo, militar e religioso. Em meados do século XIII Bragança conta já com quatro freguesias: Santa Maria (na "vila"), São Tiago (também no intramuros e hoje já desaparecida, provavelmente situada na zona do actual pelourinho), São João (no extramuros, situada em frente do actual Governo Civil, no local da implantação do edifício hoje pertença da Câmara) e São Vicente.

Nesta altura, Bragança seria muito semelhante, no que se refere ao seu desenvolvimento, a outras cidades do interior: *as cidades do interior, viradas para o comércio interno, para o comércio com Castela, para a produção agropecuária e para a administração eclesiástica e militar, achavam-se ainda bem situadas na hierarquia urbana* (Oliveira Marques, in Monteiro, 1988).

As Terras de Bragança foram pertença da coroa até ao reinado de D. Fernando, altura em que este as deu a João Monso Pimentel como dote de casamento de Joana Teles de Menezes, irmã bastarda da rainha D. Leonor Teles.

Até 1401 Bragança mantém-se em poder de Castela. Pouco depois, já como ducado e elevada a título nobiliárquico (Casa de Bragança), é doada pelo regente D. Pedro a D. Afonso, sétimo conde de Barcelos e filho ilegítimo de D. João I. Com D. Fernando, segundo duque de Bragança, em 20 de Fevereiro de 1464, e a pedido deste, é concedido o título de cidade à vila de Bragança, pretendendo, assim, *estes poderosos senhores rivalizar, em títulos e privilégios, com os filhos legítimos de D. João I* (Monteiro, 1988). Volta provisoriamente à coroa no contexto das conspirações contra D. João II e, pouco depois, por carta de D. Manuel em 1496, regressa à posse dos antigos senhorios até ao seu último titular, futuro D. João IV, sendo definitivamente anexada à coroa no tempo de D. Afonso VI.

Nos séculos XIV e XV o crescimento demográfico é já mais visível, sobretudo no extramuros. Nos séculos XVI, XVII e XVIII assiste-se a um maior dinamismo e crescimento urbano – obviamente resultado da conjuntura económica, política e militar - patente na construção e/ou remodelação de todas as igrejas, conventos e casas brasonadas. Muito terá contribuído a dinâmica económica relacionada com a transformação da seda – cujos produtos finais eram exportados e vendidos em todo o reino com grande fama – além das indústrias que os documentos e a toponímia da cidade indicam ter existido (ruas dos Prateiros, dos Sineiros, dos Oleiros, da Alfândega, Ponte das Tenarias, das Ferrarias, etc.), mais vocacionadas para o mercado regional. De facto, a área urbana da cidade nos inícios do século XX era quase coincidente com a que existia nos finais de seiscentos, exceptuando uma ou outra artéria periférica, então em inícios de urbanização. No numeramento de 1530, Bragança, contava com cerca de 2000 habitantes, sendo o maior aglomerado de Trás-os-Montes. No final do domínio

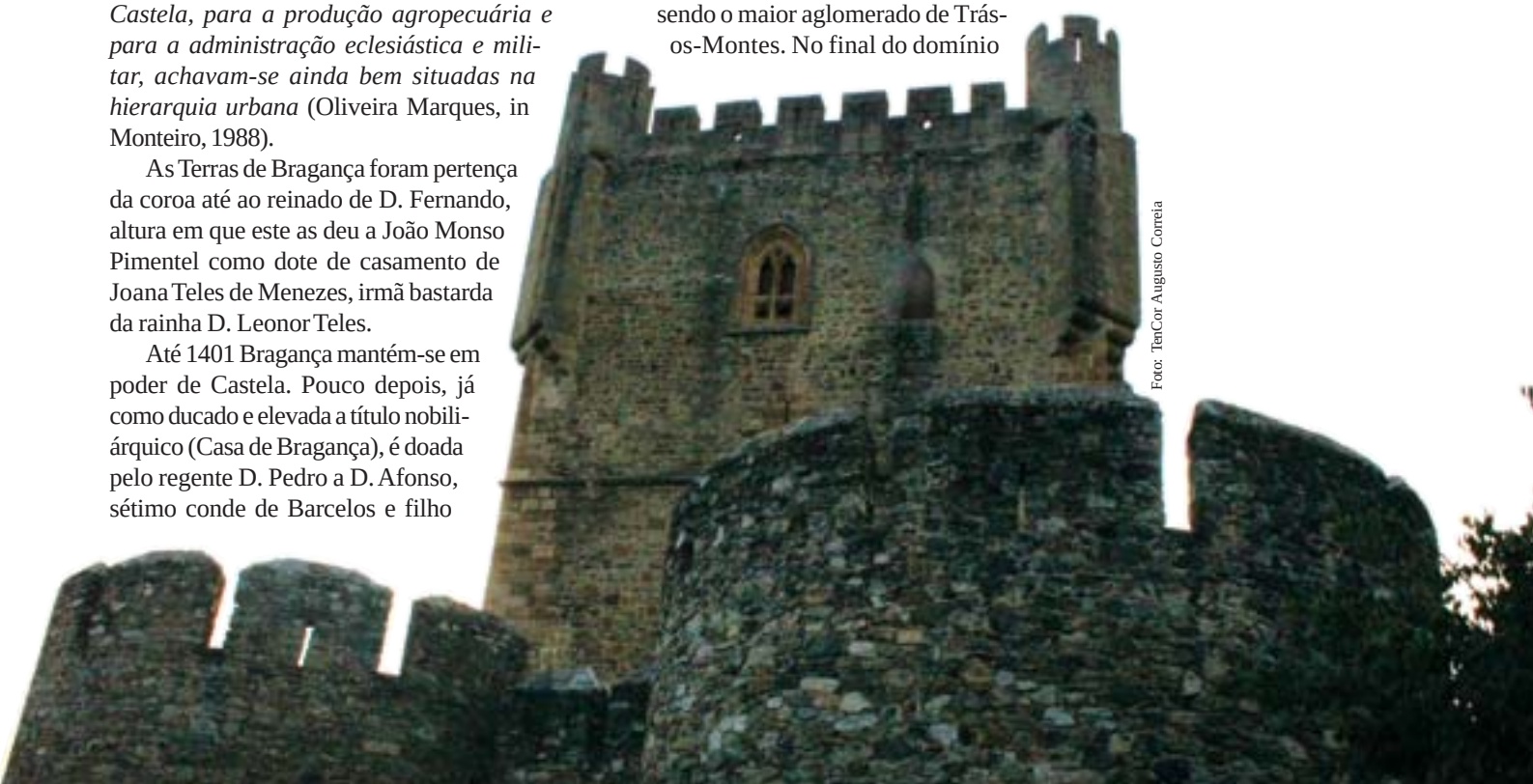


Foto: TenCor Augusto Correia

filipino, mercê da pouca importância estratégica que lhe era concedida detinha 2400 habitantes e, em meados do século XVIII, a população cifrava-se à volta de 3500 pessoas e era já assumida como capital da província.

A este dinamismo e crescimento não terá sido estranha a actividade despoletada pelos judeus aqui sediados, em grande número após a sua expulsão de Castela pelos Reis Católicos nos finais do século XV, estimulando o comércio e a indústria, sobretudo a sericícola.

Mas já o século XVIII seria um século de contrastes, marcado por várias crises e tentativas de arranque no sobretudo campo industrial. No domínio agrícola as transformações encetadas iriam também contribuir para a grande crise de inícios de oitocentos, altura em que os grandes industriais abandonam a cidade. Se setecentos é um século de crescimento económico, sobretudo com Marquês de Pombal - onde só a indústria bragançana da seda ocupava directamente cerca de mil operários – é, também, na fase final deste século e inícios do seguinte que ocorre o processo de ensimesmamento, encarregando-se o século XIX de o institucionalizar e reproduzir até à actualidade.

Os séculos XIX e XX – salvo breves períodos de tempo em que as crises na produção de matérias-primas em países industrializados como a Inglaterra, a França e a Itália, permitiram um renascer momentâneo das produções desta região, sobretudo no domínio sericícola – são marcados pela ruralidade, estagnação e crescente interioridade. No século XIX, ainda, são bem visíveis três fases na economia bragançana, essencialmente comerciais agora, sem o suporte industrial da última década de Setecentos e já totalmente dependentes da procura conjuntural do mercado europeu. A resolução da crise da produção da seda nos mercados dos países industrializados - com o consequente impacte negativo na débil economia, agravada de imediato pela devastadora crise da filoxera e, pouco depois, da castanha (tudo na década de 80)– abre caminho ao início do movimento de emigração, iniciado mais tarde face a outras regiões do país mais próximas do litoral. Grande parte desta torrente migratória, já na transição do século, vai beneficiar da instalação do caminho-de-ferro que, no dizer de Orlando Ribeiro, outra finalidade não teve senão estimular e acelerar a migração dos nordestinos para os grandes centros do país e para o exterior. Efectivamente, até finais do século XIX, Bragança nunca suplantou o limiar dos 6000 habitantes enquanto, por exemplo, Chaves o ultrapassou. De facto, a economia da região ruraliza-se e torna-se dependente dos mercados exteriores, abastecendo-os de mão-de-obra barata.

Até meados do século XX, o Nordeste Transmontano permanecerá sob um regime demográfico mantendo essas características predominantes durante o chamado Antigo Regime.

As comemorações militares

Como tem vindo a acontecer em comemorações anteriores, o Exército vocacionou a projecção dos seus meios humanos e materiais para um local onde não existe uma estrutura permanente deste ramo, de forma a garantir a sua contínua presença junto da população. Porém, considerando a conjuntura de contenção orçamental em que o país vive, que se reflecte no seu Exército, todas as actividades foram enquadradas pelas medidas de contenção de despesa, tendo em vista a possibilidade de garantir esta comemoração ímpar, no seio do Exército Português, que é parte integrante da sua missão. Assim, a orçamentação contemplou, entre outros pressupostos, o cancelamento do desfile de viaturas e do deslocamento dos militares que as operam, o aproveitamento de sinergias disponibilizadas pelas autoridades municipais, de segurança interna e da Protecção Civil, e os apoios administrativo e logístico das unidades mais próximas da realização dos eventos, sediadas em Vila Real e Viseu (Regimento de Infantaria n.º13 e Regimento de Infantaria n.º 14, respectivamente) que, de um modo geral, tiveram como resultado a redução dos custos, factor preponderante, quando perspectivado no espectro total da orçamentação da missão acometida ao Exército, pela tutela, para a realização deste evento.

O programa das comemorações começou a ser desenhado com a apresentação de uma exposição de índole histórica, de pintura e de literatura, no âmbito da Direcção de História e Cultura Militar, e do Programa D. Afonso Henriques, inaugurada a 14 de Outubro, no Centro Cultural Adriano Moreira.

Esta exposição, que está patente até 14 de Novembro de 2011, procura mostrar, na vertente da história militar, o ambiente e os acontecimentos que criaram as condições para o deflagrar do conflito militar que se manteve, quase simultaneamente, entre 1961 e 1974, em Angola, na Guiné e em Moçambique. É um recorte da história que constitui um dos momentos mais significativos da sociedade portuguesa do século XX, visando caracterizar o ambiente nacional e internacional que contextualizou o início do conflito, descrevendo o teatro de operações de Angola através das suas características físicas e demográficas, dos seus movimentos de libertação e dos acontecimentos que materializaram o início dos combates. Mostram-se aspectos do esforço que Portugal fez para projectar forças militares para a sua, então, província de Angola e do dispositivo que foi possível montar, para fazer face à subversão, nomea-

Foto: Soldado Cond Patrícia Rego

damente, através da caracterização da primeira grande operação militar das forças portuguesas naquele território – a Operação Viriato. Por fim, apresenta um balanço e uma antevisão do rumo que o conflito tomou, em África, designadamente do alastramento a outros territórios ultramarinos portugueses.

Na parte circunscrita ao Programa D. Afonso Henriques pretende-se dar a conhecer outras vertentes da vida dos militares, como forma de revelar o cidadão militar, não só como o protagonista da arte da guerra, mas também na pintura e na escrita, como parte contígua e integrante da sua plenitude social.

Este programa procurou levar, a Bragança, obras sobre o tema militar e a vida militar, onde os artistas plásticos se manifestam com técnicas e temáticas distintas, revelando o lado artístico dos militares portugueses, mas também o dos seus familiares e dos civis que trabalham no Exército.

A parte literária apresenta livros, dando a conhecer algumas centenas de autores militares, que estão ou estiveram ao serviço da nação, embora a maioria das suas obras não tenha cariz militar.

O Programa D. Afonso Henriques aposta no desenvolvimento da arte, cultura e desporto, fora das horas de serviço, procurando projectar as actividades e, assim, contribuir para ajudar a avaliar a perspectiva que se pode fazer a respeito da família militar, aproveitando para divulgar algumas actividades menos conhecidas.

Os ateliers de pintura são muitas vezes uma metáfora da realidade, pela analogia que se estabelece com à actividade do comandante militar, revelando-se, muito estreita, a relação com a vida e actividade do artista, uma vez que, na maior parte dos casos, o autor raramente vê reconhecido o seu valor em vida, durante a qual trabalha, inúmeras vezes isolado, em ambiente hostil, de dia e de noite, sem reparar no decorrer das horas, tendo que decidir sozinho a forma de projectar a melhor ideia perante o inesperado que, no círculo da pintura, é o vazio da tela. Tal como o comandante, o criador tem de gizar a solução perante o oco da situação, a derradeira decisão de projectar a manobra que o levará a ultrapassar o turbilhão de pensamentos e alcançar o sucesso.

Foto: Soldado Cond Patrícia Rego

Foto: CAVE

Foto: CAVE

Foto: CAVE

Foto: CAVE

Foto: CAVE

No dia 21 de Outubro, tiveram lugar as Jornadas Académicas, subordinadas à temática "O Exército nas crises nacionais", no Centro Cultural Adriano Moreira, em Bragança, promovidas pelo Exército Português – Academia Militar – e pela Câmara Municipal de Bragança. Inseridas nas comemorações, visaram debater diversos temas em torno da influência e da actividade do Exército ao longo da história e na actualidade, em diversas vertentes, além da militar, ao nível nacional e regional, promovendo um espaço de debate aberto à comunidade civil, investigadores e profissionais das entidades e instituições da região, através de uma abordagem multidisciplinar, salientando a influência deste ramo na história local, em especial na edificação da cidade de Bragança e nas suas missões de interesse público, na actualidade. Foram, também, destacados alguns momentos da história em que a actividade militar, em campanha, teve impacto relevante na região, reflectindo-se, ainda, sobre o papel do Exército nas crises nacionais e sobre a função social das Forças Armadas.

Destacando os momentos marcantes e os principais intervenientes, a Sessão de Abertura contou com o Presidente da Câmara Municipal de Bragança, Engenheiro António Jorge Nunes e com o Comandante da Academia Militar, Tenente-General Vítor Manuel Amaral Vieira.

O primeiro painel das Jornadas teve como tema "O Exército Português em Bragança" moderado pelo Director de História e Cultura Militar, Major-General Adelino Matos Coelho. Neste painel foi abordada a influência do Exército na edificação da cidade de Bragança, pelo Professor Doutor Alexandre Rodrigues, e a crescente importância do Exército nas missões de interesse público, pelo Tenente-Coronel de Engenharia João Paulo Almeida, do Comando das Forças Terrestres.

Um segundo painel foi dedicado ao tema sobre "As ameaças externas – As Invasões Francesas", moderado pelo Dr. Teófilo Vaz, com um tema sobre o levantamento a partir de Trás-os-Montes, da responsabilidade do Director da Manutenção Militar de Bragança, Major de Artilharia Paulo Rodrigues, e outro relativo às operações a partir de Trás-os-Montes, apresentado pelo Professor da Academia Militar, Tenente-Coronel de Infantaria Lemos Pires.

Um último painel teve como mote "O Exército nas crises nacionais e a sua função social", moderado pelo General Gabriel Augusto Espírito Santo, no qual foi focalizado o Exército nas crises nacionais contemporâneas, exposto pelo Professor Doutor António Telo.

A conferência de encerramento abordou "A função social das Forças Armadas", relevada pelo Professor Doutor Adriano Moreira.

Durante os dias que compreenderam a realização das comemorações esteve patente uma exposição

Foto: CAVE

Foto: CAVE

Foto: CAVE

Foto: CAVE

estática de materiais e equipamentos, contando com actividades multiusos e pólos de excelência, na Praça Cavaleiro Ferreira, no Largo dos Correios e na Praça da Sé.

No dia 22 de Outubro decorreu, no Largo Luís de Camões, uma demonstração de capacidades e meios, onde teve lugar uma actuação musical da Banda Sinfónica do Exército, uma demostração da Classe Especial de Ginástica do Instituto de Odivelas, uma apresentação de Mesa Alemã pela Classe Especial de Ginástica do Colégio Militar, a exibição da Ginástica de Aplicação Militar e Combate Corpo a Corpo pela Academia Militar, uma apresentação de uma força auto-comandada do 1.º Batalhão de Infantaria da Brigada de Intervenção, uma encenação operacional de resolução de um incidente Biológico e Químico da responsabilidade da Escola Prática de Engenharia e do Laboratório de Defesa Biológica, uma mostra da vertente cinotécnica pela Escola de Tropas Para-quedistas da Brigada de Reacção Rápida, uma demonstração de capacidades da Polícia do Exército executada pelos elementos do Regimento de Lanceiros N.º 2 e, a finalizar, o voo e aterragem dos Falcões Negros, equipa para-quedista de queda livre do Exército Português.

Foto: CAVE

Foto: GovCiv de Bragança

Na tarde de dia 22 teve lugar a recepção oficial e apresentação de cumprimentos ao Exército pelo Secretário do Governo Civil de Bragança, Dr. Nuno Moreno.

Discurso do Secretário do Governo Civil de Bragança

Cumpre, antes de mais, em nome do Governo Civil do Distrito de Bragança, de que este Salão Nobre é memória viva.

Saudar o Exército Português e expressar o desejo de boas-vindas a todos quantos presentes, na esperança de que as terras e as gentes de Bragança, e de todo o Nordeste Transmontano, proporcionem o bem-estar e o acolhimento merecidos.

Constitui enorme honra e forte regozijo a presença do Exército em Bragança.

Bragança revê-se no Exército, tanto mais que é uma região onde o índice de recrutamento é dos mais elevados, e o Exército Português revê-se, com certeza, em Bragança, através das presentes comemorações e da exposição local da sua imagem e dos seus meios, como forma de incentivar os jovens e de envolver toda a sociedade civil.

Estamos hoje aqui reunidos a propósito do Dia do Exército Português; este é um momento de manifestação nacional e colectiva em que o Exército, afirma, para si próprio e perante a comunidade, o seu sentido institucional, enquanto instituição nacional em que assenta a soberania do Estado e a independência nacional, e em que afirma a sua identidade própria, mostrando porque existe, para que existe e que valores encerra; estes valores são os valores da Patriotismo, da Honra, do Dever, da Dignidade, da Verdade, da Firmeza, da Elevação, e da Tradição, valores, hoje, consabidamente em crise, mas que o Exército Português mantém imaculadamente respeitados.

E vou mais além, dizendo que a opção no Exército é a opção na pessoa humana, na justa medida em que a realização daqueles valores só é atingível pela realização última da condição da pessoa humana.

E note-se, que o Exército escolheu Bragança para evocar e celebrar o seu dia; dia que é celebrado em honra e homenagem do seu Patrono – D. Afonso Henriques. E a escolha de Bragança é, afinal, a escolha da interioridade do nosso Portugal.

Interioridade que, sendo tema recorrente, ganha, hoje, cada vez mais actualidade.

Já de há muito deixou de ser um mero conceito ou abstracção, é uma realidade concreta, mas num sentido que se vem afirmando cada vez mais em nosso desfavor, e que muito lhe é emprestado pelo fenómeno da desertificação que, por todos é reconhecido, assola o interior português. E este é um fenómeno, aparentemente, imparável; não é só Bragança, mas também o distrito de Vila Real, os distritos das Beiras, Guarda e Castelo-Branco, e os dos Baixo e Alto-Alentejo, Portalegre e Beja.

Vejam-se os números dos censos deste ano, comparando com os últimos de 2001: o distrito de Bragança registou um decréscimo populacional de 12.000 habitantes (de 148.00 para 136.000), Vila Real-17.000, Guarda-19.000, Castelo-Branco-13.000, Portalegre-8.000, Évora-6.000, Beja-9.000, quando, no conjunto nacional, houve um acréscimo, grosso modo, de 200.00 habitantes; nós, Portugueses, passamos de 10.335.00 para 10.555.000.

Portugal aumenta a sua população, O Interior, porém, continua a verificar forte queda populacional.

E se muitas coisas poderia haver para inverter esta situação, eis que, como disse, o fenómeno parece imparável.

Não são só as pessoas que vão embora, as instituições também, os serviços também, a crença, se não vai, pelo menos, esmorece; e, note-se que, cada serviço, cada estrutura, cada instituição que no interior perece é uma machadada que se dá na região, e que deixa ferida funda, porque é sentida numa amplitude muito maior do que se ocorrida em qualquer cidade do nosso saturado litoral português.

E, se nos dermos conta, não estamos a falar de quaisquer instituições mas daquelas que são um centro vivo da memória colectiva desta região, daquelas que emprestaram um cunho do poder tutelar desconcentrado, com isso beneficiando, podemos chamá-lo, a governação regional de proximidade, com claríssimos benefícios para os locais da região.

E não se trata de argumentarmos com melhores ou piores vias terrestres ou aéreas de comunicação e transporte para justificarmos a dispensa das instituições, do que se trata é de termos do lado do centro de decisão alguém que nos atenda o telefone, alguém que nos ouça, alguém que nos escute

e nos compreenda, nas situações mais delicadas, mas também nas mais correntes.

Um dos problemas que hoje ressurge, já não é o da excessiva centralização, uma vez que os municípios se encarregam, e bem, de descentralizar competências, e nessa parte, a tendência, e bem, é de incremento; a questão, aqui, é apenas de fazer uma boa e salutar gestão do processo.

O problema hoje, e isto não trata apenas de mero conceito jurídico-administrativo, é o da excessiva concentração dos poderes tutelares, negando-se ou enfraquecendo-se a desconcentração das estruturas do poder central, estruturas de serviço e de investimento, públicas e privadas.

E, com isto, a coesão e identidade territorial, mas também económica, social, cultural, pode sair fragilizada e enfraquecida.

Os centros de decisão politica, económica e cultural parecem, para nós do interior, estar cada vez mais longe.

Urge, mais do que nunca, o efectivo exercício de uma política discriminatória positiva para com o interior português.

Mas a nota positiva e de esperança existe: são pessoas e são cidadãos os que vivem e trabalham no Portugal interior e nele apostam, acreditando nas suas potencialidades e na qualidade de vida que pode oferecer; O interior português tem muito para oferecer, e nós, que nele acreditamos, muito para dar, assim as instituições nacionais e regionais se aliem e unam, dando mãos, para um contributo solidário e inequívoco.

A região transmontana está ainda a alguma distância de atingir o patamar do rendimento e da produtividade da média nacional das restantes regiões, nomeadamente, as do litoral, mas atingir esse patamar, nisso consiste a nossa vontade ou, se quiserem, o nosso sonho; e não é desmesurado falar em sonho por há muito o perseguirmos e ainda não o atingirmos, não obstante o merecermos.

E a propósito de sonho, permitam-me invocar o pensamento do historiador, humanista e poeta António Gedeão, quando diz que o sonho comanda a vida.

Mas sonho, aqui, não significa mera quimera, ilusão ou utopia, sonho, aqui, significa vontade indomável, querer inquebrantável, o desejo de vencer para além de todos os obstáculos, o desejo de dar mãos e andar em frente, em suma, e numa palavra, ACREDITAR.

Por isso, o agradecimento especial ao Exército Português: por não conseguir encontrar corpo institucional que melhor personifique e sirva, não só os valores que lhe são próprios - Patriotismo, Honra, Dever, Dignidade, Verdade, Firmeza, Elevação e Tradição, mas ser ele, o Exército, quem, em primeiríssima linha, melhor traduz o querer inquebrantável, a vontade indomável, o desejo de vencer, o ACREDITAR

O agradecimento especial, ainda, ao Exército Português: porque invoca, o Exército, antes de mais, a condição primeira de ser-se português, em todas as suas dimensões, mas principalmente, por intrínseco à sua natureza, na sua dimensão territorial e nacional, pela proximidade às populações e instituições, e pelo serviço de presença e apoio, constante e inesgotável, de ajuda às mesmas.

Foto: TenCor Augusto Correia

Por fim, o agradecimento especial ao Exército Português: porque funciona, sobretudo para nós, do interior transmontano, como o cimento agregador das forças e sentimentos nacionais e patrióticos, porque funciona como factor de coesão e elo de ligação, entre os diversos sentires e pensares da comunidade nacional.

Foi, e é, nesta senda, que o Governo Civil de Bragança, se sentiu, e sente, honrado e prestigiado, em dar mãos ao Exército Português, por a sua presença, na cidade de Bragança, constituir um fortíssimo estímulo no combate à interioridade transmontana, e, nesse sentido, constituir um fortíssimo factor de coesão e identidade nacional e territorial, em que Bragança, e todo o nordeste transmontano, se revê e faz apelo.

Ultimo, como iniciei, manifestando enorme satisfação e orgulho em receber o Exército Português e dando as boas-vindas aos excelentíssimos convidados.

A todos muito obrigado.

Á noite, a Banda Sinfónica do Exército fez uma actuação no Teatro Municipal de Bragança, no qual apresentou a Marcha Militar N.º 3 de Alves Amorim, o Fado Hilário de Afonso Alves, a Casa da Mariquinhas de Celso Cleto e a marcha militar *Infantes do 20* de Amílcar de Morais. Esta banda compreende instrumentistas de sopro, cordas e percussão e totaliza um quantitativo de cerca de 100 elementos, constituindo-se, para além da Banda Militar, um Grupo de Música de Câmara e um Grupo de Metais, sendo o seu actual Chefe o Major Chefe de Banda de Música João Maurílio de Caires Basílio. Em Dezembro de 1999 teve a honra de ser a Banda Militar escolhida para integrar a Cerimónia de transferência de poderes de Macau para a China. No seu dia-a-dia, insere as suas actuações no âmbito das actividades culturais, recreativas e de divulgação do Exército, e colabora com as autoridades e organismos civis na realização de concertos musicais.

O dia 23 de Outubro iniciou-se com a Missa de Acção de Graças e Sufrágio, na Catedral de Bragança e a componente religiosa foi presidida pelo Bispo das Forças Armadas e de Segurança, D. Januário Torgal Ferreira. Na sua homilia destacou que *o Exército Português, as suas mulheres e homens, não são mais nem menos que os outros cidadãos. Nem privilegiados, nem seres tratados com menos cortesia, verdade e respeito. O mais importante são as pessoas e as suas vivências: a sua competência e legitimidade de aspirações, a dureza de sacrifícios, as decepções e o luminoso dos êxitos, a justiça do que se constrói e a miopia de quem olha, mas não repara, as mudanças sociais e culturais dos últimos longos anos, as cruzes pessoais, os sentimentos de honra e de rigor, uma carreira como expressão da personalidade. Desejam sê-lo e são construtores da Paz. A disciplina, a coragem, a organização, o saber e a sabedoria são as suas armas usuais. Ensinaram-lhes valores. Propuseram-lhes códigos de honra. Pediram-lhes que aceitassem a missão como imperativa. Gosta-se destes irmãos. Mas, ao longo destes anos do meu serviço episcopal, por vezes, fico triste porque acho que não são amados. Desculpem. O país é amado por estas mulheres e homens. Oxalá que o amor seja mútuo, pela Justiça e pela Paz.*

Foto: CAVE

Foto: CAVE

Foto: CAVE

Foto: CAVE

Foto: CAVE

Foto: CAVE

Seguiu-se a Cerimónia Militar, propriamente dita, que teve lugar na Avenida Sá Carneiro, onde se concentraram as forças, os convidados e a população da cidade de Bragança, que continuamente ovacionou os militares presentes.

A parada militar, estava constituída pelo Grupo de Comando, pela Banda Sinfónica do Exército, pela Fanfarra do Exército, Bloco de Estandartes Nacionais à guarda das diversas Unidades, Estabeleci-

Foto: 1Sar Anjos Das Neves

mentos e Órgãos do Exército e Escolta de Honra ao Bloco de Estandartes Nacionais, composta por uma Companhia de Alunos da Escola de Sargentos do Exército que, no decorrer da cerimónia integraram a formatura, pelo Guião do Exército, por um batalhão dos Estabelecimentos Militares de Ensino, composto por alunos do Colégio Militar, do Instituto de Odivelas e do Instituto dos Pupilos do Exército, por um Batalhão de Alunos da Academia Militar, por um Batalhão da Brigada Mecanizada e por um B atalhão da Brigada de Intervenção, sob as ordens do Comandante da Brigada de Reacção Rápida, Major-General Fernando Celso Vicente de Campos Serafino.

Com a chegada do Ministro da Defesa Nacional (MDN), Dr. José Pedro Correia de Aguiar-Branco, que presidiu à cerimónia, deu-se o seu início, com a entoação do Hino Maria da Fonte e dezanove salvas de artilharia, que perfazem as honras protocolares próprias do MDN, neste tipo de eventos.

Após a revista às tropas, o MDN ocupou o seu lugar na tribuna e efectuou-se a integração do Bloco de Estandartes Nacionais na formatura.

A anteceder a entrega de condecorações a militares e civis que se notabilizaram, pelo seu serviço prestado ao Exército e à nação, discursaram o Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho, e o MDN.

Discurso do Chefe do Estado-Maior do Exército

Foto: 1Sar Anjos Das Neves

Excelentíssimo Senhor Ministro da Defesa Nacional,

A presença de Vossa Excelência, presidindo à cerimónia militar do Dia do Exército, representa para os militares e civis que servem esta Instituição Nacional, o reconhecimento do serviço que prestam ao País, a forma como cumprem as missões atribuídas e do prestígio que têm trazido a Portugal.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Bragança,

Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional,

Excelentíssimos Senhores Deputados da Assembleia da República,

Excelentíssimos Senhores Generais, antigos Chefes de Estado-Maior do Exército,

A minha gratidão pela vossa presença e o reconhecimento da vossa obra como agentes daquilo que tem sido a construção do Exército, que constitui um legado de acção dedicada e responsável, sempre marcada por realidades circunstanciais, mas guiada pelos superiores objectivos e valores da nossa Instituição e sempre ao serviço da Pátria.

Excelentíssimo Senhor Chefe da Casa Militar de Sua Excelência o Presidente da República,

Excelentíssimo Senhor Comandante da Guarda Nacional Republicana,

Excelentíssimos Senhores Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada, do Exército e da Força Aérea,

Ilustres Autoridades e Entidades Convidadas,

Oficiais Generais, Oficiais, Sargentos, Praças e Funcionários Civis do Exército,

Meus Senhores e Minhas Senhoras,

Saúdo os militares do Exército, no activo, na reserva e na reforma, funcionários civis, cadetes da Academia Militar, alunos da Escola de Sargentos do Exército, alunos do Colégio Militar, do Instituto de Odivelas e do Instituto dos Pupilos do Exército e presto sentida homenagem, à memória dos que serviram o Exército ao longo da História, em particular aqueles que deram a sua vida pela Pátria e expresso a todos os Deficientes das Forças Armadas, o nosso respeito, apoio e solidariedade.

Uma palavra de especial apreço e de estímulo aos militares que, neste momento integram as Forças Nacionais Destacadas, em Teatros diversificados e para os que cumprem missões no âmbito da Cooperação Técnico Militar.

Uma saudação especial para a Família Militar, pela sua postura de apoio silencioso, mas indispensável factor moral e psicológico de coesão e da disponibilidade do cidadão militar e elemento intrínseco da sua condição militar; neste domínio, a acção de apoio social que lhe é devida, tem de continuar a ser garantida, quer por parte da ADM

[Assistência na Doença aos Militares] *e do IASFA* [Instituto de Acção Social das Forças Armadas], *quer pelos meios do Exército; acompanhamento e acções, que constituem responsabilidade inalienável da Cadeia de Comando.*

Militares do Exército,

Comemoramos hoje o Dia do Exército, evocando uma efeméride ligada à data da tomada de Lisboa e à construção da entidade política que somos; uma nação de quase nove séculos, que sendo obra colectiva dos Portugueses, o é de modo destacado dos seus Soldados.

Nesta data, o Exército não pode deixar de salientar também, o esforço que desenvolveu perante os acontecimentos ocorridos há cinquenta anos, com o início das acções militares nos Teatros de Operações de Angola, de Moçambique e da Guiné, tendo as mesmas sido prolongadas por treze anos, até 1974.

Em qualquer envolvimento militar há opiniões controversas, diversificadas, por vezes contraditórias e críticas. É assim em todas as circunstâncias conflituais; a história tem esse registo; contudo, as Instituições respondem às decisões legítimas do poder político instituído e de acordo com os valores que as enformam.

Seja por obediência a um princípio, seja por convicção, a resposta naquele momento e perante aquela situação estratégica, foi dada num quadro de valores, de legitimidade e de direito, assumidos também na guerra; os seus participantes, os combatentes, têm de ser reconhecidos por isso e apoiados aqueles que transportam consigo as marcas do conflito; são merecedores do nosso respeito e não podem ser esquecidos ou ignorados.

Nenhum país, verdadeiramente digno do seu nome e da sua História, afirma a sua força, determinação e a sua grandeza se não for capaz de renovar, na sucessão das várias gerações, a homenagem, o reconhecimento e o respeito pelos que caíram no campo da honra e de demonstrar, sem hesitações ou discursos equívocos, a vontade de seguir, se necessário, o exemplo desses heróis em todas as circunstâncias.

A existência e continuidade de Portugal, ao longo da História, estão ligadas, ao contributo valoroso dos seus militares e dos seus heróis. Fortalezas espalhadas pelos quatro cantos do Mundo, batalhas travadas em vários continentes, cavaleiros, infantes, artilheiros, engenheiros, marinheiros e aviadores, são exemplo de heroísmo no seu tempo, agora e sempre - é este o legado dos combatentes na construção e glória de Portugal.

O Exército revê-se em todas as acções dos seus combatentes, desde a fundação da nacionalidade até aos dias de hoje e agora, nos militares que no Kosovo, no Afeganistão, no Líbano, na Bósnia Herzegovina e na Somália cumprem missões diversificadas, como Forças Nacionais Destacadas.

Vivemos hoje circunstâncias complexas, relativamente aos recursos atribuídos ao Exército, motivadas pela dificuldade que o país atravessa, mas não podem ser ignoradas as implicações para as missões atribuídas que decorrem dos constrangimentos de ordem financeira, de funcionamento, de reequipamento, de conservação e de manutenção de equipamentos e infra-estruturas.

A missão do Exército está constitucionalmente definida. A missão principal é a defesa da Pátria e a aptidão para fazer a guerra, equipando-se e treinando-se para a ganhar e concretizar esse objectivo; paralelamente, deve garantir os compromissos internacionais assumidos junto da OTAN, da UE, das [O]NU e da CPLP e cumprir ainda as outras missões de interesse público, garantindo o apoio às populações.

Com realismo, importa reconhecer que em termos de opinião pública, estas três grandes áreas,

Foto: 1Sar Anjos Das Neves

Foto: Gab CEME

têm hoje um peso diferente na sua aceitação e na justificação do seu financiamento; só uma acção pedagógica junto da sociedade e das suas elites, pela política e pela formação cívica, podem evitar opções erradas, ditadas por análises apressadas, superficiais, preconceituosas ou, pior ainda, omissas da realidade estratégica da conjuntura actual.

Em termos de estratégia militar e da sua relação com a Segurança e Defesa, a Europa vive hoje um tempo de paradoxos, não sendo de excluir a falta de percepção estratégica dos sinais da conflitualidade e do contexto geopolítico.

Privilegia-se a segurança cooperativa para a resolução das crises actuais, mas a orientação político-financeira vai no sentido da redução de efectivos e de recursos e para o atraso dos programas em curso, alguns deles estruturantes, a par de uma tendência para uma opção economicista da diminuição dos sistemas de armas existentes, afectando a capacidade de actuação dos instrumentos militares nacionais.

Em tempo de globalização, faz-se a afirmação da Segurança como conceito amplo, mas privilegia-se a segurança interna, a par das outras missões de interesse público e o emprego doméstico do aparelho militar, em particular o terrestre e descuram-se as potenciais ameaças externas, infelizmente ainda presentes na conjuntura estratégica actual.

Mais do que afirmações públicas de louvor pela acção da Instituição Militar, quer nas situações conflituais, quanto ao seu desempenho no exterior, quer na Paz, em acções internas de apoio às populações, de carácter cívico, cultural ou a favor do desenvolvimento, importam as acções concretas político-administrativas-financeiras, que têm a ver com a eficiência e eficácia da Instituição.

São o seu reequipamento, o ensino, a saúde e os recursos materiais, financeiros e humanos atribuídos, que concretizam e materializam o efectivo reconhecimento da importância e compreensão pela missão da Instituição Militar, assim como da especificidade da condição militar, do seu universo humano e da justa retribuição que lhe é devida.

Em 2006 o Exército estabeleceu uma visão, que fosse motivadora para quadros e tropas e impulsionadora do processo de transformação, que se tem desenvolvido; paralelamente, definiu-se o nível de ambição para o período de 2007-2011, que correspondesse a uma alteração qualitativa do Exército e que fosse concorrente com os paradigmas da modernidade e da inovação.

Assim, o Exército transferiu um Regimento para Tavira, constituiu o Batalhão de Comandos, criou e tornou operacional os Elementos de Defesa Biológica e Química e de Guerra da Informação, o Centro de Simulação de Explosivos, ampliou a capacidade da Engenharia para o ambiente radiológico, constituiu a Unidade Logística de Catástrofes e tem vindo a consolidar no domínio operacional o Hospital Militar de Campanha.

Paralelamente, promoveu a excelência das Forças Especiais, do IGeoE, a instrução de Combate em áreas edificadas e certificámos, internacionalmente, um Comando de Brigada; somos no segundo semestre de 2011, o Exército enquadrante de um BG para a União Europeia, no âmbito das Euroforças, integrando sob o nosso Comando, forças italianas, francesas e espanholas.

Constituem legítimas aspirações do Exército, a

construção das infra-estruturas que podem optimizar, definitivamente, o dispositivo, com evidentes reflexos na economia de recursos financeiros, materiais e humanos, através da construção do COSEX [Comando Superior do Exército] *na Amadora e a implementação da decisão da transferência das OGME* [Oficinas Gerais de Material do Exército] *para a área logística de Benavente.*

Estamos conscientes da situação económica e financeira do País e das restrições e prioridades que têm de ser estabelecidas. O Exército é um participante activo desse processo de contenção de redução de despesa e de rigor orçamental; mas tem o dever de alertar para a necessidade de serem encontradas soluções que não afectem definitivamente a operacionalidade do Ramo e a coerência, das opções já tomadas no domínio do reequipamento, quer em termos do SFN [Sistema de Forças Nacional] *Terrestre, quer comparativamente com os outros Ramos.*

É indispensável à modernização do Exército a concretização dos projectos estruturantes, designadamente as VBR [Viatura Blindada de Rodas] *Pandur 8x8, e o projecto cooperativo dos Helicópteros Médios NH-90, rentabilizando, também, os investimentos já efectuados.*

Todos os sistemas de Arma propostos ou previstos para o reequipamento do Exército, no quadro da LPM [Lei de Programação Militar], *estão presentes nos TO* [Teatro de Operações] *em que temos estado ou estamos a actuar, respondendo às exigências dos cenários de conflitualidade com que nos confrontamos na actualidade, incluindo os que equipam a Brigada Mecanizada, designadamente no Afeganistão.*

Temos actualmente dificuldades na área do pessoal, que estão directamente ligadas à suspensão do recrutamento de efectivos em RV/RC [Regime de Voluntariado/Regime de Contrato], *com evidentes repercussões nas capacidades e disponibilidades das Unidades, assim como no normal desenvolvimento de carreiras, decorrentes das não promoções, indispensáveis à materialização da função de responsabilidade hierárquica, que asseguram a coesão, a disciplina, garantindo a eficiência e eficácia do Sistema de Forças do Exército.*

É necessário ter presente, que para um País com a dimensão estratégica de Portugal, capacidades militares que se eliminem, dificilmente serão reconstituídas com oportunidade, com implicações decisivas, na liberdade de acção operacional da componente militar e de decisão política nacional, no seio das Alianças e Organizações Internacionais a que pertencemos.

Hoje, o reconhecimento da capacidade de afirmação política e de influenciar os grandes acontecimentos da Segurança, no contexto internacional, materializa-se pela aptidão que as entidades políticas, de forma autónoma ou integradas em Alianças ou Organizações Internacionais, têm para participar, legitimadas pelo Direito Internacional, na concretização das decisões que a Comunidade Internacional assume, em favor da estabilidade e da preservação da Paz.

Essa participação envolve três níveis de empenhamento que não são alternativos: a partilha dos encargos financeiros e materiais, a solidariedade e apoio político, mas sobretudo, o cometimento de tropas no terreno, na concretização do objectivo de Segurança, que permita garantir, o Desenvolvimento e a Boa Governação, nas crises intervencionadas.

Constitui uma exigência de modernidade e prioridade para o Exército participar nas "construções" militares mais exigentes da OTAN e da UE, quer as IRF [Forças de Reacção Imediata], *quer o BG* [Grupo de Combate], *como forma de fazer passar a fronteira da excelência, da tecnologia, da prontidão e da disponibilidade, por todos os escalões de Comando e de Forças do SFN Terrestre.*

O Exército tal como existe hoje é uma Instituição Nacional moderna, projectável, apta sob o ponto de vista operacional; que conta, no quadro internacional, no seio da OTAN, da União Europeia e também das Nações Unidas; que está nos Teatros de Operações mais exigentes, sem qualquer tipo de restrições de emprego operacional sendo, inequivocamente, parceiro dos Exércitos tidos por referência.

Em situações difíceis, como a actual, o valor do Exército está sobretudo nos homens e mulheres que no terreno cumprem, de forma exemplar, as missões que lhes são confiadas. O Comandante do Exército reconhece e enaltece a vossa dedicação, competência, disciplina, coesão e espírito de sacrifício, sobretudo a forma responsável, abnegada e solidária, como têm ultrapassado, no dia-a-dia das nossas Unidades, todas as dificuldades e insuficiências, numa demonstração de que estamos prontos, para encarar e vencer os desafios do futuro.

Ao terminar o Comandante do Exército agradece a disponibilidade e todo o apoio prestado pela Câmara Municipal e pelo Governo Civil de Bragança, o que permitiu a realização do Dia do Exército nesta cidade e, em particular, à sua população que, com a sua presença, carinho e memória da sua história militar, abraçou e recebeu o seu Exército, dando inequívoco incentivo à determinação e espírito de serviço com que os Soldados servem Portugal.

Obrigado pela vossa presença.

Foto: CAVE

Discurso do Ministro da Defesa Nacional

Soldados,

Esta minha intervenção é para vós. E começo com a palavra que a circunstância obriga. Deve o Exército, as Forças Armadas, o seu Ministro e a República, uma palavra de gratidão pelo trabalho, nem sempre reconhecido, do General Pinto Ramalho ao serviço do seu, do nosso, país. Trabalho esse que o próprio, em boa hora, aqui lembrou. Honra lhe seja feita, o General, que eu aprendi a conhecer e a apreciar soube sempre fazer o que acreditava ser o melhor para a instituição.

Mas honrar o legado é falar, também, de futuro. Dos desafios que temos para o Exército e para as Forças Armadas. E a missão que nos aguarda é ainda mais difícil do que aquela que vivemos nos últimos anos.

Na elaboração do Orçamento de Estado perguntaram-me, quais eram as prioridades do Ministro da Defesa Nacional. Sendo obrigado a tomar decisões e opções, num dos momentos mais críticos da nossa história democrática, pensei de outra forma. Para lá da visão contabilística, do deve e haver, dos custos e dos benefícios, pensei: em quem confio a defesa do meu país?

Resposta fácil. Confio mais na arte e no engenho de um soldado português do que na tecnologia de dez veículos de transporte austríacos. Confio mais na argúcia e na coragem de um soldado português do que na capacidade de um helicóptero. Entre o soldo de todos e o equipamento que só serve a alguns não há opção possível. Mais, ainda, quando o país nos obriga à dureza das difíceis decisões.

Podemos mudar dez vezes de regime político, dez vezes de tecnologia, mas no fim do dia o que realmente conta é o carácter e a perseverança de cada um de nós. De cada um de vós.

Sei que nunca teremos os meios aéreos dos Estados Unidos da América, nunca teremos a capacidade submarina da Alemanha, ou o número de efectivos da China.

Mas sei também que não foi pela capacidade mecânica ou pela riqueza de recursos que ouvi há duas semanas, na NATO, os elogios que altos Chefes Militares fizeram às Forças Armadas Portuguesas.

Celebramos hoje o dia do Exército. Celebramos a bravura e a tenacidade do soldado que soube ser herói e general quando as circunstâncias assim o

Foto: 1Sar Anjos Das Neves

exigiram. Em parte alguma do Mundo, dum povo que verdadeiramente se orgulha dos seus filhos, se celebra o fausto e a riqueza de recursos. Dá-se, sim, hossanas à nobreza do carácter que distingue os homens.

Lemos os livros e é isso que lá está. Da tomada de Lisboa que fez este Dia do Exército, à Batalha de Aljubarrota, que fez o Dia da Infantaria…

Nunca foi a superioridade numérica nem a riqueza dos meios que ganhou o dia. Foi sempre o carácter e a perseverança do soldado português. O seu sentido de lealdade, a sua coragem e em última instância a sua generosa disponibilidade para se sacrificar em benefício do bem público.

O soldado português distinguiu-se, sempre, no combate corpo a corpo. Olhos nos olhos com os inimigos. É isso é o que celebramos. É isso que temos de único. E é nisso, também, que temos de investir. Essa é a minha prioridade. A minha prioridade são os meus soldados. Todos os soldados.

Conheço as dificuldades e os anseios dos militares. Conheço os problemas estruturais da Marinha, do Exército e da Força Aérea. Conheço também a minha responsabilidade e o que esperam de mim. Não fujo dessa responsabilidade. Pelo contrário, acolho-a. Acolho-a com o compromisso que tudo farei para garantir a dignidade de vida e de carreira aos que integram as nossas Forças Armadas. Acolho-a com o compromisso que tudo farei para atingir o ponto de equilíbrio entre aquilo que é preciso fazer para ter umas Forças Armadas fortes e respeitadas, com um papel relevante na comunidade internacional, e aquilo que o país pode despender, neste momento crítico que vivemos.

Ser patriota, hoje, é salvar o país nas suas várias frentes de combate. O teatro das operações é múltiplo. O primeiro das quais o do equilíbrio das contas públicas, que nos restituirá a nossa plena soberania financeira e a capacidade de sermos gestores com plena autonomia do nosso próprio destino. É o orgulho de ser português que está em causa. É a nossa honra colectiva que está em jogo.

Só sairemos vencedores se nos mantivermos coesos, unidos e solidários. Numa palavra: se levarmos à pratica os valores que enformam as Forças Armadas.

Soldados,

A República deve-vos a democracia. Digo-o sem subterfúgios ou metáforas. Sem a vossa vontade, sem o vosso crer não existiria democracia. Dessa obra, dessa enorme obra, desse acto de coragem e de abnegação não há estátua ou nome de rua que vos faça verdadeiramente justiça. Nunca nada vos fará verdadeiramente justiça.

Neste dia do exército, pobre seria o ministro que não viesse aqui lembrar que nunca na história de 37 anos de democracia o país precisou tanto de vós.

Mais do que falar-vos do direito à manifestação, com farda ou sem farda, com ruído ou sem ruído, ou de outras vozes, de dentro ou de fora, que ensaiam demagogicamente a instabilidade, venho falar-vos desse legado. E o problema dos legados é que têm de ser acarinhados e protegidos. Os legados são heranças e as heranças são responsabilidades.

Ainda que não vos seja feita justiça, sei que serão capazes de mais um sacrifício que não vem inscrito em qualquer Orçamento: prezar o legado. Sei que os soldados da República saberão prezar a democracia.

Este governo, este ministro, pede sacrifícios aos seus soldados, pede sacrifícios às suas tropas mas não as abandona.

Este caminho faremos juntos. Na primeira linha do combate para salvar Portugal.

A finalizar a Cerimónia Militar, as forças em parada marcharam perante o Ministro da Defesa Nacional, seguidas de uma força da Brigada de Reacção Rápida, equipada para combate.

As cerimónias comemorativas do Dia do Exército foram concluídas, como já vem sendo habitual, com a homenagem a D. Afonso Henriques – Patrono do Exército – junto ao seu túmulo, na Igreja de Santa Cruz, em Coimbra, no dia 24 de Outubro.

Foto: CAVE

Foto: Gab CEME

Webgrafia:

http://www.cm-braganca.pt/PageGen.aspx?WMCM-_PaginaId=40388 - pesquisa efectuada, dia 24 de Outubro de 2011

http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_de_-Bragan%C3%A7a -pesquisa efectuada, dia 24 de Outubro de 2011

Teve como colaboradores: Tenente-Coronel SGE Augusto Correia e Alferes RC Filipa Domingos.

Botões Militares Portugueses, 1885-1910

O estudo dos botões militares representa, sem dúvida, uma das mais interessantes áreas da uniformologia. Partes indissociáveis do uniforme militar, os botões já eram expressamente referidos no alvará de 24 de Março de 1764 que regulamentou os chamados "uniformes do Conde de Lippe": não deveriam ser "de casquinha, nem de estanho mole, mas sim de metal duro (…) chatos, e fundidos de sorte que os pés deles sejam sempre seguros; formando um anel, pele qual possa passar sem impedimento um cordão, que os segure a todos juntamente (...)". Como seria de esperar, estes uniformes reflectiam o traje formal da época: casaca, véstia e calções. Cada uma destas peças necessitava obviamente de botões, cujos números o mesmo alvará determinava com precisão: "dos referidos botões se darão (...) três dúzias para cada casaca (e) para as véstias, e calções, se darão (...) duas dúzias para cada farda".

Nos uniformes do Conde de Lippe, a distinção entre os vários corpos fazia-se não só pelas cores da casaca e da véstia, mas também pela cor dos "metais" usados nos uniformes para os botões, galões ou outros adereços. O "metal branco" era geralmente prata, para oficiais, ou liga metálica de cor acinzentada, para oficiais inferiores e praças. O "metal amarelo" era geralmente cobre dourado, para oficiais, ou latão, para oficiais inferiores e praças. A cor dos "metais" facilitava também a distinção entre dois regimentos da mesma localidade, ao atribuir a um "metais brancos" e ao outro "metais amarelos".

Durante a primeira metade do século XVIII os botões militares eram geralmente simples, planos e sem adornos. Esta situação foi-se alterando por força da moda, de tal forma que durante a segunda metade desse mesmo século era comum o uso, pelos oficiais europeus, de botões adornados com motivos florais ou geométricos, entre outros. Inicialmente, estes adornos não obedeciam a qualquer regulamento, reflectindo apenas o gosto pessoal e as posses do militar, mas foram gradualmente adquirindo características distintivas. A partir dos finais ao século XVIII foi introduzido em Portugal um conjunto de alterações aos uniformes de 1764 que poderão ter incluído novos botões. Entre estes encontravam-se os primeiros botões "de âncora", adoptados para a Brigada Real de Marinha em 1797 e provavelmente semelhantes aos botões adoptados pela "Royal Navy" em 1774.

Oficialmente, os uniformes do Conde de Lippe só foram abolidos com a adopção dos planos de uniformes de 1806 para o Exército e de 1807 para a Armada Real, nos quais surgem as primeiras gravuras sobre os modelos de botões a adoptar. Apesar disso, nos anos conturbados da Guerra Peninsular e da Guerra Civil, existiram muitos botões não regulamentares, ou cujos regulamentos se perderam. O assunto só readquire alguma clareza com a aprovação, por decreto de 25 de Outubro de 1834, dum novo plano de uniformes, com a adopção de botões "ovados" (e não achatados, como até então se usava) e o estabelecimento de alguns modelos importantes. Outros botões foram introduzidos posteriormente, no plano de uniformes de 1848 ou em datas ainda mais tardias. Nos últimos anos da Monarquia, os planos de uniformes de 1885 e 1892 conservaram, com poucas alterações, muitos dos botões usados até então, que aqui se apresentam..

Fig. 1: mostruário da casa Trelon, Weldon & Weil.
Esta casa parisiense era uma das grandes fabricantes europeias de botões (marcados no reverso com as letras "TW & W" e a palavra "Paris") e outros adereços para uniformes militares e civis. Dos seus mostruários, desmembrados e dispersos em leilão, fazia parte esta folha dedicada a Portugal e que apresenta, entre outras curiosidades, os raros botões para os oficiais do corpo telegráfico.

Fig. 2: gravura do plano de uniformes de 1806.

Deste plano de uniformes fazia parte um conjunto de gravuras, numa das quais figuravam os modelos de botões para oficiais generais, oficiais empregados no Estado-Maior do Exército, Corpo de Engenheiros e governadores e Estado-Maior de praças.

Fig. 3: botão para oficiais generais, modelo de 1834 (versão tardia).

O plano de uniformes de 1834 conservou, numa versão actualizada, o modelo de 1806. Com pequenas (e por vezes imperceptíveis) diferenças, o modelo de 1834 foi mantido até 1910. Após a implantação da República, por decreto de 8 de Outubro de 1910, foi ordenada a substituição de todos os botões que tivessem coroa por outros lisos. Mais tarde, por decreto de 7 de Agosto de 1911, seriam adoptados novos modelos de botões para o Exército.

Fig. 4: botão para oficiais do corpo do estado-maior, modelo de 1834 (versão tardia).

No plano de uniformes de 1885, a espada apresentava o guarda-mão voltado para baixo, mas é pouco provável que essa alteração se tenha de facto concretizado.

Fig. 5: botão para oficiais de engenharia, modelo de 1834 (versão tardia).

O modelo de 1834 representava uma actualização do modelo de 1806 e foi mantido nos sucessivos planos de uniformes até 1910.

Fig. 6: botão para oficiais de artilharia, modelos de 1848 (versão tardia) e 1885.

Em 1885, a representação "tradicional" das peças de artilharia foi substituída por uma representação modernizada, a lembrar as peças de artilharia "Krupp". Esta representação foi mantida em 1892 mas foi abolida em 1911, com o regresso 'ao antigo modelo.

Fig. 7: botão para oficiais de lanceiros, modelo de 1848 (versão tardia).

O botão apresenta duas lanças cruzadas com a divisa "morte (simbolizada pela caveira e fémures cruzados) ou glória". Esta divisa foi muito provavelmente copiada do 17º Regimento de lanceiros britânico, que já a usava nesta data. Este botão foi mantido pelos sucessivos planos de uniformes até 1910.

Fig. 8 botão para oficiais de caçadores a cavalo, modelo de 1848 (versão tardia).

À excepção dos lanceiros, todos os regimentos de cavalaria portuguesa usavam este modelo de botão, mantido pelos sucessivos planos de uniformes até 1910. O plano de uniformes de 1911, o primeiro da república portuguesa, adoptou um modelo parecido, mas com o guarda-mão das espadas voltado para cima.

Fig. 9: botões com as armas reais portuguesas.

Este é, porventura, o mais elegante modelo de botão militar português. Foi adoptado, em 1834, para os oficiais de todas as armas e corporações, excepto oficiais generais e engenheiros. Apesar da substituição gradual por outros modelos, foi usado, até 1892, pelos oficiais de Infantaria e até 1910 por oficiais de diversos serviços do Exército. Uma versão em metal branco foi adoptada em 1853 para os oficiais dos extintos corpos de milícias (cujos "metais" dos uniformes eram brancos) e em 1886 para os oficiais da Guarda-fiscal.

Fig. 10: botão para oficiais de infantaria, modelo de 1892.

Este modelo, usado até 1910, apresentava duas espingardas cruzadas. O modelo adoptado em 1911, após a implantação da República, apresentava uma diferença subtil: enquanto em 1892 a espingarda da direita se sobrepunha à da esquerda, em 1911 era a da esquerda que se sobrepunha à da direita.

Fig. 11: botão para oficiais de caçadores a pé, modelo de 1848 (versão tardia).

Embora em 1834 os oficiais destes corpos usassem botões dourados com as armas reais, em 1848 estes botões foram substituídos por outros, em massa, que permitiam uma melhor dissimulação no terreno. Como os caçadores a pé estavam frequentemente em contacto com o solo, estes botões partiam-se com facilidade, o que levou, por circular do Ministério da Guerra de 9 de Junho de 1871, à adopção de botões semelhantes, mas "em ferro envernizado". No entanto, os botões em massa continuaram a ser usados, pelo menos pelos oficiais, até 1902.

Fig. 12: botão para oficial de caçadores a pé, modelo de 1902.

Este botão, de "unha" preta, substituiu o modelo de 1848 e permaneceu em uso até 1910. O barrete no qual se encontra colocado é do modelo de 1905 para oficiais superiores de caçadores a pé.

Fig. 13: botão para cirurgiões militares, modelo de 1892.

Os botões efectivamente fabricados, do tipo aqui representado, diferiam do modelo constante no plano de 1892, que apresentava uma cercadura em torno do motivo central.

Fig. 14: botão para oficiais do corpo de almoxarifes de engenharia e artilharia, modelo de 1903.

A criação deste corpo levou à instituição de novos uniformes, aprovados por decreto de 10 de Agosto de 1903. Destes fazia parte um novo modelo de botão, decorado com uma pilha de balas de canhão.

Bibliografia:

1. Cutileiro, Alberto: O·Uniforme Militar na Armada. Amigos do Livro Editores, 1983.
2. Lopes, Carlos da Silva: Contribuição para o estudo dos uniformes militares portugueses desde 1664 até 1806. In: Exposição Histórico-militar em Homenagem a Mouzinho de Albuquerque no 1º Centenário do seu Nascimento. Publicações da Câmara Municipal do Porto. Gabinete de História da Cidade. Porto, 1953.
3. Melo, João Crisóstomo do Couto e: Repertório das Ordens do Dia dadas ao Exército Português desde 15 de Março de 1809 até 5 d'Abril de 1830. Na Tipografia de Bulhões, 1830.
4. Mollo, John: Military Fashion. Barrie &: Jenkins, 1972.
5. Pereira, Vital Prudêncio Alves: Colecção Systematica das Ordens do Exército desde 1809 até 1858. Tipografia de Francisco Xavier de Sousa &: Filho. Lisboa, 1860.
6. Soares Branco, Pedro: Coberturas Militares Portuguesas, 1740-1918. Edições Inapa, 2000.
7. Soares Branco, Pedro: Os Uniformes Portugueses na Guerra Peninsular. Tribuna, 2009.

Pedro Soares Branco

TABELA DE PREÇOS PARA 2011

PREÇO DE CAPA €2,00 **ASSINATURA ANUAL (11 números):** VIA SUPERFÍCIE - **Portugal Cont. Madeira e Açores** €20,00; VIA AÉREA - **Países europeus** €45,00; **Restantes Países** €65,00 NOTA: **As assinaturas devem ser pagas antecipadamente** **NÚMEROS ATRASADOS - 1960 a 1969** €4,50; **1970 a 1979** €4,00; **1980 a 1989** €3,00; **1990 a 2001** €2,50; **2002** a **2008** €2,00. Os preços incluem IVA à taxa de 6%

N.B.: Os pedidos de envio pelos CTT serão acrescidos de portes segundo os códigos postais: **1000/2000** €4,21; **3000/8000** €5,79; **Açores** e **Madeira** €6,56.

alm OFTALMOLASER
oftalmologia médica e cirúrgica

www.alm.pt

PROMOVER, PREVENIR, TRATAR E CUIDAR A SAÚDE DOS SEUS OLHOS

A **ALM OFTALMOLASER** é uma clínica especializada na prestação de serviços de oftalmologia, com modernas instalações em Lisboa, e dispõe de uma cuidada equipa de profissionais que garante um serviço de excelência ao doente e ao acompanhante.

A nossa clínica está preparada para responder ao tratamento de todas as patologias oftalmológicas, com a prestação de um serviço de qualidade igual ou superior, ao praticado em clínicas internacionais.

Estamos dotados com todas as tecnologias de ponta e aplicamos as técnicas cirúrgicas mais recentes, acompanhando todos os avanços que são feitos neste âmbito.

Consultas de Oftalmologia
- Geral
- Especialidade

Exames
- Retinografia
- Angiografia Fluoresceínica
- Angiografia Verde Indocianina
- Ecografia
- Biometria
- Electrofisiologia Ocular
- Neurofisiologia
- Microscopia Especular
- Paquimetria
- Perimetria Computorizada
- Topografia Corneana (Orbscan)
- Zyoptic
- OCT

Terapêutica Fotodinâmica

Cirurgias
- Catarata
- Estrabismo
- Glaucoma
- Vitreo-retiniana
- Lentes Intraoculares para correcção da Miopia
- Cirurgia da Criança

Cirurgias Laser (Excimer) - Lasik
- Miopia
- Hipermetropia
- Astigmatismo

Tratamentos Laser Argon e Yag
- Diabetes
- Glaucoma

alm
Rua Dr. Nicolau Bettencourt, nº 39 e 41 | 1050-078 Lisboa
Tel: 213 838 560/2 | Fax: 213 838 563/9
Telemóvel: 969 803 883/4 - 939 654 156 - 917 418 247
alm.omc@alm.pt

ACORDOS: ADM, Advance Care, CML, Caixa Geral de Depósitos, PSP, Companhias de Seguros, Comp. de Seguros Tranquilidade, Médis, Maxicare, Multicare, PT-ACS, SAMS Quadros, ADSE, IASFA - Instituto de Acção Social das Forças Armadas, SAMS SBSI, SAMS SIB, Savida, Unimed

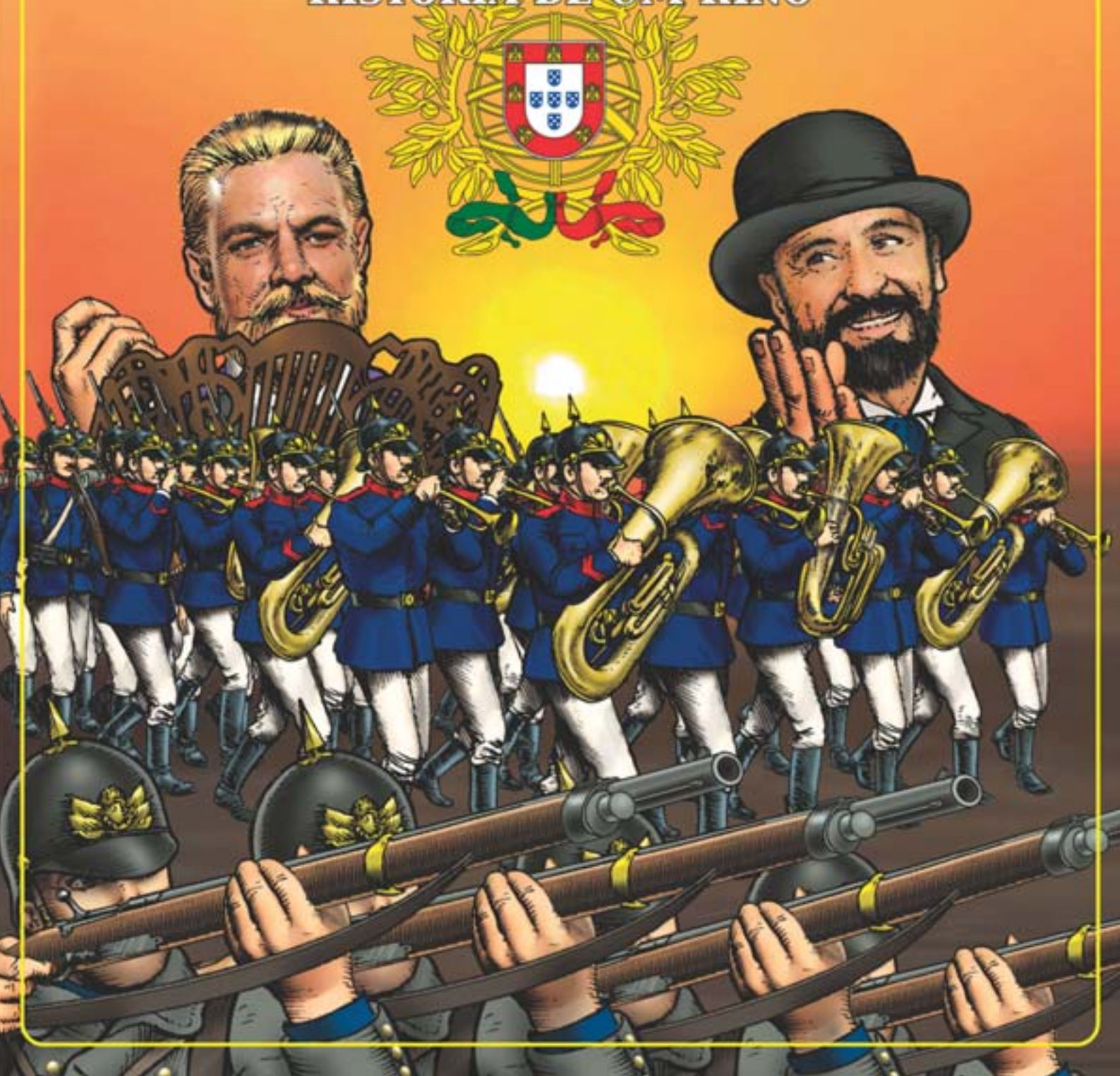
EXÉRCITO
RECRUTAMENTO
O FUTURO É AQUI...
www.exercito.pt 800 20 12 74 recrutamento@mail.exercito.pt

José Pires

Contra os canhões marchar, marchar!

A Portuguesa

História de um Hino



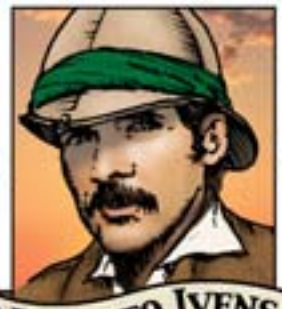
Junho de 1885. Depois de uma perigosa e exaustiva viagem cheia de terríveis incertezas e infortúnios, os oficiais da Marinha Portuguesa Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens chegam a Quelimane, Moçambique. Tendo partido 14 meses antes de Angola, tinham atravessado o desconhecido território africano situado entre aquelas duas colónias portuguesas, o que são hoje a Zambia e o Zimbabué...

Quelimane! Caramba, meu velho, já desesperava em aqui chegar de corpo e alma juntos!

Sim, caro Rob... Milagre ou não, a nossa missão está cumprida!

HERM. CAPELO

16 de Setembro de 1885. Os dois valorosos exploradores portugueses desembarcam em Lisboa, triunfalmente recebidos pelo rei D. Luis I em pessoa, vendo assim os seus excepcionais serviços prestados à pátria calorosamente apreciados.



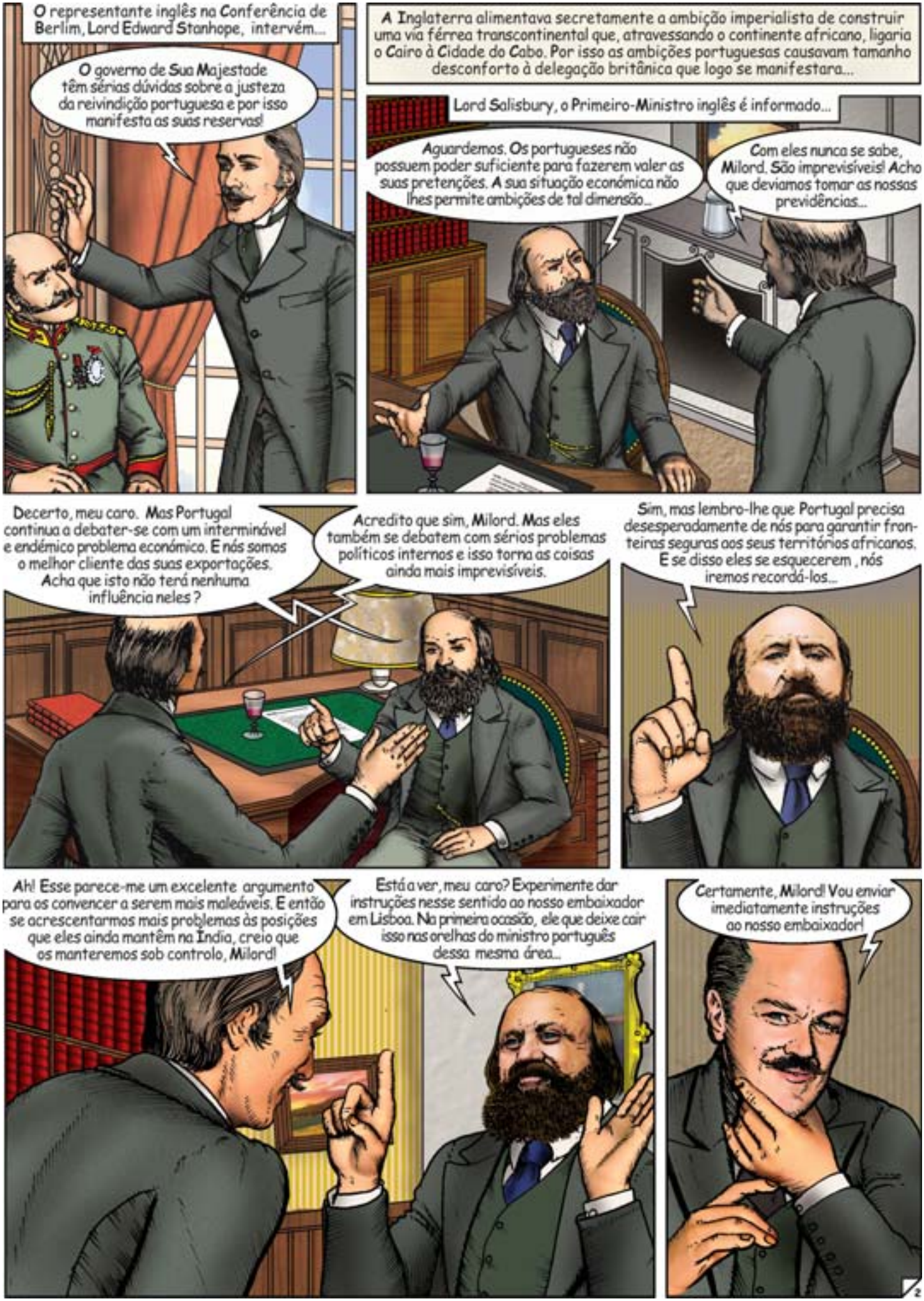
ROBERTO IVENS

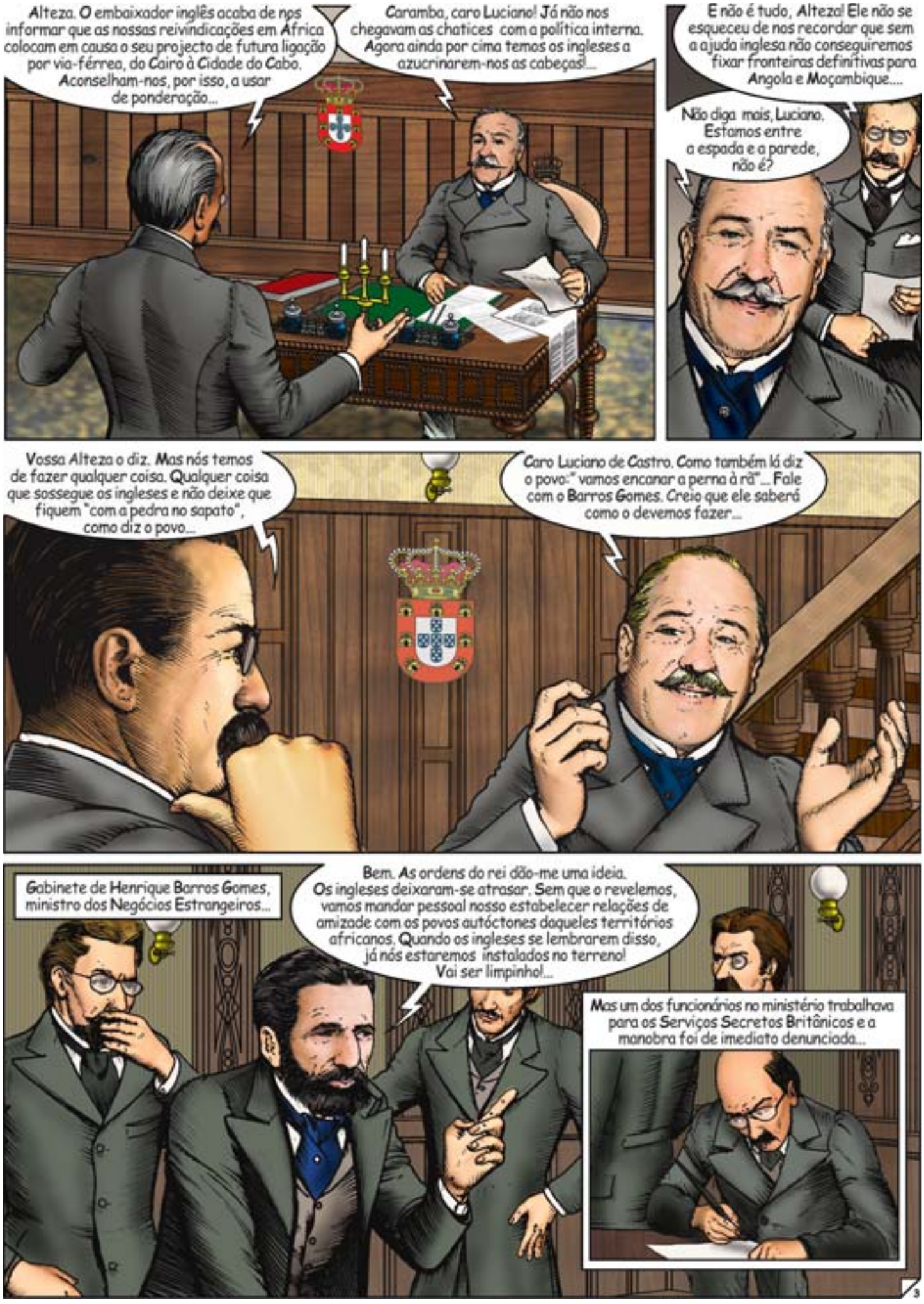
Durante o Congresso de Berlim - Novembro de 1884 e 26 de Fevereiro de 1885 - onde se discutiam as formas e a ocupação do Continente Africano pelas potências coloniais -, a delegação portuguesa apresentou o projecto do "Mapa cor-de-rosa", que consistia em ligar Angola a Moçambique pela anexação dos territórios que se situavam entre aquelas duas colónias portuguesas.

Como podeis ver, senhores, a Portugal assiste o direito de ligar os nossos dois territórios, anexando a faixa existente entre ambos, a fim de nos facilitar as comunicações e o tráfego de mercadorias!

Pelo que a nós diz respeito, o Império Alemão nada tem contra o projecto e até encoraja vivamente Portugal a reivindicar a posse desses territórios!

?!


O representante inglês na Conferência de Berlim, Lord Edward Stanhope, intervém...
O governo de Sua Majestade têm sérias dúvidas sobre a justeza da reivindição portuguesa e por isso manifesta as suas reservas!
A Inglaterra alimentava secretamente a ambição imperialista de construir uma via férrea transcontinental que, atravessando o continente africano, ligaria o Cairo à Cidade do Cabo. Por isso as ambições portuguesas causavam tamanho desconforto à delegação britânica que logo se manifestara...
Lord Salisbury, o Primeiro-Ministro inglês é informado...
Aguardemos. Os portugueses não possuem poder suficiente para fazerem valer as suas pretenções. A sua situação económica não lhes permite ambições de tal dimensão...
Com eles nunca se sabe, Milord. São imprevisíveis! Acho que deviamos tomar as nossas previdências...
Decerto, meu caro. Mas Portugal continua a debater-se com um interminável e endémico problema económico. E nós somos o melhor cliente das suas exportações. Acha que isto não terá nenhuma influência neles ?
Acredito que sim, Milord. Mas eles também se debatem com sérios problemas políticos internos e isso torna as coisas ainda mais imprevisíveis.
Sim, mas lembro-lhe que Portugal precisa desesperadamente de nós para garantir fronteiras seguras aos seus territórios africanos. E se disso eles se esquecerem , nós iremos recordá-los...
Ah! Esse parece-me um excelente argumento para os convencer a serem mais maleáveis. E então se acrescentarmos mais problemas às posições que eles ainda mantêm na India, creio que os manteremos sob controlo, Milord!
Está a ver, meu caro? Experimente dar instruções nesse sentido ao nosso embaixador em Lisboa. Na primeira ocasião, ele que deixe cair isso nas orelhas do ministro português dessa mesma área...
Certamente, Milord! Vou enviar imediatamente instruções ao nosso embaixador!


Alteza. O embaixador inglês acaba de nos informar que as nossas reivindicações em África colocam em causa o seu projecto de futura ligação por via-férrea, do Cairo à Cidade do Cabo. Aconselham-nos, por isso, a usar de ponderação...
Caramba, caro Luciano! Já não nos chegavam as chatices com a política interna. Agora ainda por cima temos os ingleses a azucrinarem-nos as cabeças!...
E não é tudo, Alteza! Ele não se esqueceu de nos recordar que sem a ajuda inglesa não conseguiremos fixar fronteiras definitivas para Angola e Moçambique....
Não diga mais, Luciano. Estamos entre a espada e a parede, não é?
Vossa Alteza o diz. Mas nós temos de fazer qualquer coisa. Qualquer coisa que sossegue os ingleses e não deixe que fiquem "com a pedra no sapato", como diz o povo...
Caro Luciano de Castro. Como também lá diz o povo:" vamos encanar a perna à rã"... Fale com o Barros Gomes. Creio que ele saberá como o devemos fazer...
Gabinete de Henrique Barros Gomes, ministro dos Negócios Estrangeiros...
Bem. As ordens do rei dão-me uma ideia. Os ingleses deixaram-se atrasar. Sem que o revelemos, vamos mandar pessoal nosso estabelecer relações de amizade com os povos autóctones daqueles territórios africanos. Quando os ingleses se lembrarem disso, já nós estaremos instalados no terreno! Vai ser limpinho!...
Mas um dos funcionários no ministério trabalhava para os Serviços Secretos Britânicos e a manobra foi de imediato denunciada...
3

€2.00 (IVA incluído)

Ano LII - n.º 611
Novembro de 2011

jornal do Exército

Presença portuguesa no AFEGANISTÃO

Soluções mais55

Connosco o seu ordenado ou reforma tem mais valor.

Adira à Super Conta mais55 e saiba tudo o que o seu ordenado ou reforma lhe podem dar.

No Santander Totta trabalhamos todos os dias mais para merecer a confiança dos nossos Clientes. Para lhe podermos disponibilizar as soluções que dão mais valor ao seu ordenado ou reforma.

Domicilie o seu ordenado ou reforma no mínimo por 25 meses e receba, sem sorteio, à sua escolha:

Oferta Exclusiva

Câmara de Filmar Toshiba Camileo P20

Máquina de Café Delta Qool

LCD AV Toshiba 19"

GPS Garmin nüvi 2200

Máquina Fotográfica Samsung ES80

Para ordenados a partir de 375€ ou reformas a partir de 300€*

Para ordenados ou reformas a partir de 1.500€*

Conheça ainda as Soluções de Poupança mais55 que oferecem ao seu dinheiro toda a segurança com uma rentabilidade muito atractiva!

* O valor mínimo de ordenado ou reforma líquido domiciliado para acesso a um dos equipamentos é de 375€ e 300€ respectivamente, excepto para o LCD TV que é de 1.500€. O pedido de equipamento deve ser efectuado pelo Cliente até 31 de Dezembro de 2011 (válido para novas domiciliações de ordenado ou reforma), devendo a 1ª domiciliação de ordenado ou reforma e reclamação do equipamento ocorrer nos 3 meses subsequentes. Caso cessem as domiciliações de ordenado ou reforma, antes de decorridos 25 meses, por causa não imputável ao Banco, o Cliente deverá devolver o valor de 300€ no caso do LCD TV e 150€ para os restantes equipamentos, na proporção do prazo não decorrido. Oferta limitada ao stock existente. A qualidade do equipamento e a sua garantia são da responsabilidade exclusiva dos fornecedores.

Santander Totta
O Valor das Ideias

PROTOCOLO

jornal do Exército
ÓRGÃO DE INFORMAÇÃO, CULTURA E RECREIO DO EXÉRCITO PORTUGUÊS, CRIADO POR PORTARIA DE 14JUL60

Capa

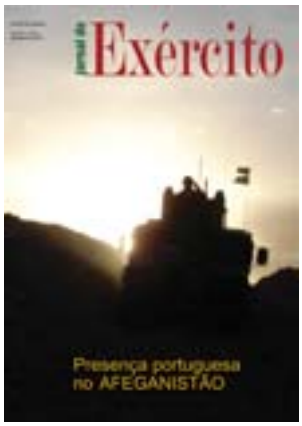


Foto: Sargento-Chefe Sousa

Monumentos com História Militar
Ground Zero – 4
Editorial – 5
Figuras e Factos – 8
Visita do CEME à República Helênica e ao Exército Helénico – 15
Livros – 44
Saúde – Descolamento de retina – 46

Presença portuguesa no AFEGANISTÃO – 18

A Irmandade Muçulmana e o Ocidente Diálogo ou Cooperação? – 34

Décimo Aniversário do 11 de Setembro Da perda da inocência à tolerância diante das diferenças – 24

Suplemento Banda Desenhada: "A Portuguesa – História de um Hino" Pág: V a VIII

Os artigos publicados com indicação de autor são da inteira responsabilidade dos mesmos, não reflectindo, necessariamente, o pensamento da Chefia do Exército Português

PROPRIEDADE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
Direcção, Redacção e Administração: Largo de S. Sebastião da Pedreira, 1069-020 Lisboa, Telef: 213 567 700, Fax Civil: 213 567 791 Militar: 414 091, E-mail: jornal.do.exercito@mail.exercito.pt, jornal.exercito@sapo.pt, E-mail - Intranet: Jornal do Exército, Home page: www.exercito.pt **DIRECÇÃO - Director**: Coronel de Infantaria José Custódio Madaleno Geraldo; **Sub-Director:** Tenente-Coronel J. Pinto Bessa; **Secretária**: Ass. Téc. Teresa Felicíssimo. **REDACÇÃO** - **Chefe**: Tenente-Coronel J. Pinto Bessa; **Assistente de Redacção:** 1.º Sargento Anjos Das Neves; **Redactores**: Alferes RC Nelson Cavaco, Alferes RC Filipa Domingos, Dr. Mauro Matias; **Operadoras Informáticas:** Assistente Técnica Elisa Pio, Assistente Técnica Guiomar Brito; **SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS** - **Chefe**: Tenente-Coronel Augusto Correia; **Auxiliares** Sargento-Ajudante João Belém, Sargento-Ajudante Luís Silva; **Operadoras Informáticas:** Assistente Técnica Joana Moita; Assistente Técnica Tânia Espirito Santo; **COLABORAÇÃO FOTOGRÁFICA** - Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA; Centro de Audiovisuais do Exército RCRPP/GabCEME; **EXECUÇÃO GRÁFICA** - PERES - SOCTIP Indústrias Gráficas, SA, Estrada Nac. 10, Km. 108,3 - Porto Alto, 2135-114 Samora Correia, Telef. 263 009 900 - Fax 263 009 999, acosta@peres-soctip.pt **Tiragem** - 6 000 exemplares **Depósito Legal** - nº 1465/82 **ISSN** - 0871/8598

Ground Zero

Image credit: Squared Design Lab

Na manhã do dia 11 de Setembro de 2001, as torres do World Trade Center (WTC) são atingidas pelos Voo 11 da American Airlines e Voo 175 da United Airlines. Este momento marcante da história actual representou um acto terrorista atribuído à Al-Qaeda e ao seu líder Osama Bin Laden, do qual resultaram 2.852 mortes, divididas entre os ocupantes dos aviões e os funcionários das empresas que operavam nas torres, enlutando mais de 90 países que aí perderam cidadãos - Portugal perdeu cinco.

Poucas horas depois do atentado foi lançada uma enorme operação de busca e resgaste e, depois de vários meses de operações, a área de 65.000 m2 em Lower Manhattan, Nova Iorque encontrava-se limpa em Maio de 2002.

Em homenagem aqueles que foram mortos nos ataques terroristas, foi inaugurado 10 anos depois dos atentados, o Memorial 11 de Setembro, no local onde antes se encontravam as torres do WTC, agora designado de Ground Zero (em português Marco Zero).

A cerimónia de inauguração, com a presença do Presidente dos Estados Unidos da América Barack Obama, foi exclusiva às famílias dos ataques terroristas de 2001 e de 1993 (quando um carro bomba foi detonado no parque subterrâneo da Torre 1 do WTC), sendo aberto ao público no dia imediatamente a seguir - 12 de Setembro de 2011.

No exacto local onde as torres se erguiam "nasceram" duas cascatas de 4 mil metros quadrados, rodeadas por um parque arborizado de 65.000 m^2, com particular destaque para uma pereira que sobreviveu aos ataques.

Em redor das cascatas estão gravados, em parapeitos de bronze, os nomes das 2.983 vítimas dos dois atentados (2001 e 1993), agrupados num jogo complexo de algoritmos que estabelece relações entre eles: colegas de trabalho, familiares, amigos.

O *Jornal do Exército* presta desta forma a sua homenagem à memória dos cinco portugueses, assim como a todos aqueles que perderam a vida no atentado do 11 de Setembro de 2001.

Alferes RC Nelson Cavaco

INFORMAR PARA BEM SERVIR

Este número do *Jornal do Exército* é um tributo a todos aqueles que lutam pelos ideais da democracia, da liberdade de expressão e religião, dos direitos humanos, com vista à paz e ao bem-estar dos cidadãos, ainda que para isso tenham que sacrificar a própria vida em teatros de operações longe da sua Pátria, na luta contra o terrorismo. Os Soldados de Portugal marcam a sua presença no Afeganistão desde 2002, após os atendados de 11 de Setembro de 2001, como damos conta no artigo intitulado "Presença portuguesa no Afeganistão", da autoria do Tenente-Coronel Nuno Duarte, que ingressou no 2.º Contingente Nacional da Força Nacional Destacada International *Security Assistance Force*, sob o comando de Coronel de Cavalaria Pedro Fonseca Lopes, com um total de 221 militares dos três ramos das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana. A participação do Exército foi a mais significativa com 67% dos efectivos.

Publicamos também um artigo de extrema oportunidade e interesse da autoria do Mestre Francisco Jorge Gonçalves: "A Irmandade Muçulmana e o Ocidente - Diálogo ou Cooperação", que começa do seguinte modo: "Os ataques terroristas jihadistas do 11 de Setembro de 2001, bem como os atentados subsequentes, criaram a ideia da existência de um movimento único que pretende destruir as democracias ocidentais recorrendo à violência […]".

Realçamos o excelente artigo do nosso colaborador habitual, o Sargento-Ajudante António José Rodrigues: "Décimo Aniversário do 11 de Setembro: da perda da inocência à tolerância diante das diferenças". Nele é referido que "As evocações foram algo ensombradas por um crescente sentimento anti-islâmico no país […]", e mais adiante, transcreve-se parte do discurso do Presidente dos EUA, Barack Obama, proferido no Pentágono, em Washington, "apelando à nação para que mantenha vivos os valores ideais que norteiam os Estados Unidos, entre eles a tolerância religiosa […]."

Neste número damos, ainda, conta da visita do Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho, à República Helênica e ao Exército Helénico. José Pires continua com a sua bela história em banda desenhada "Contra os Canhões marchar, marchar! *A Portuguesa*: História de um Hino".

José Custódio Madaleno Geraldo
Coronel de Infantaria

MILICIA
WWW.MILICIAPRO.COM

AO SERVIÇO DOS PROFISSIONAIS

ASP · 5.11 TACTICAL SERIES · SAFARILAND · BLACKHAWK! PRODUCTS GROUP · TASER Protect Life

ABA · SECOND CHANCE · SAVVY ARMOR FOR WOMEN · FIRST CHOICE ARMOR With you. For life. · PROTECH

SAM MEDICAL PRODUCTS · MyClyns · TACTICAL MEDICAL SOLUTIONS · CELOX Controls life-threatening bleeding fast · DEFENSE TECHNOLOGY

MAXPEDITION HARD USE GEAR · CAMELBAK · BCB INTERNATIONAL · EBERLESTOCK

PELI · ESS Eye Safety Systems, Inc. · BATES · INOVA

BIANCHI · Crimson Trace · SUREFIRE · 911EP

LIBERVIT MANUFACTURER · HATCH · Marlow · QUIKSTEP ladder · ADVENTURE LIGHTS

Fisher Labs METAL DETECTORS · TASMANIAN TIGER · TULMAR TACTICAL · LANSKY SHARPENERS · SAT

projectina · FORENSICS SOURCE · STOP STICK

CONTINUAMOS A CRESCER...

Conheça todas os produtos disponíveis em www.miliciapro.com

Todas as marcas registadas apresentadas são representadas em Portugal pela Milícia - Bens de Segurança e Tecnologias Militares, Lda. Com sede na Rua de Entreparedes, 11 | 4000-198 Porto
Tlf. +351 22 208 31 30 | Fax. +351 22 208 86 11 | email. milicia@miliciapro.com | Web. www.miliciapro.com

CROSSBOW™

A PROTECÇÃO BALÍSTICA FOI REINVENTADA

MILICIA
WWW.MILICIAPRO.COM

disponível em
www.miliciapro.com

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

- Lentes balísticas em policarbonato com 2,4mm de espessura.
- Armação Tri-Tech™, permite um ajuste sempre perfeito e garante a ausência de pontos de pressão.
- Tratamento ClearZone™, resistente aos riscos e com propriedades anti-embaciantes.
- Mecanismo DedBolt™ para substituição rápida das lentes, mantém a lente firmemente segura.
- Tecnologia ESSOPTICS™, garante a máxima visibilidade, livre de distorções ao longo de todo o campo de visão.
- Fornecidos com duas lentes adicionais.
- 100% de protecção contra raios UVA/UVB.
- Permite a colocação de lentes correctivas, através de um acessório vendido separadamente.

STANDARDS DE PROTECÇÃO BALÍSTICA

Os óculos Crossbow™ obedecem aos seguintes standards:

CE EN 166 FT K N, US Federal OSHA,
ANSI Z87.1+ and US MIL SPEC MIL-PRF-31013

CORES

Armação: Preto

Lentes Disponiveis: Escura, Transparente e amarela de alta resolução.

PRODUTO

- Crossbow™ 3LS: Imagem do Kit fornecido

ESS™

Todas as marcas registadas são propriedade da Eye Safety Systems, Inc. representada em Portugal pela Milícia - Bens de Segurança e Tecnologias Militares, Lda. Com sede na Rua de Entreparedes, 11 | 4000-198 Porto

Visita ao Laboratório Militar

No dia 26 de Setembro, o Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General José Luís Pinto Ramalho, visitou o Laboratório de Toxicologia e Defesa Química (LTDQ) da Direcção de Saúde recentemente inaugurado.

A visita iniciou-se com uma apresentação da Chefe do LTDQ, Tenente-Coronel Farm Maria Ângela Pinheiro P. Furtado, acerca das capacidades actuais e futuras do laboratório, logo seguida de uma visita às novas instalações onde foram concluídas as obras relativas à nova valência de Defesa Química (construção de uma sala de pressão negativa laboratorial para preparação de químicos de elevada toxicidade).

Foto: CAVE

O LTDQ encontra-se em plena fase de desenvolvimento técnico-científico e para além das análises toxicológicas a substâncias psicotrópicas e estupefacientes que tem vindo a realizar desde há 20 anos, prepara-se agora, para se constituir como único laboratório a nível nacional a efectuar identificações inequívocas de produtos químicos tóxicos, referenciados pela Organização para a Proibição das Armas Químicas, com metodologias analíticas de referência internacional.

A implementação da valência de Defesa Química no LTDQ irá, dentro em breve, completar a lacuna nas capacidades operacionais actualmente existente no Elemento de Defesa Biológico, Químico e Radiológico na área da Química, com a criação de uma equipa especializada e flexível do laboratório, que perante uma ameaça se deslocará ao terreno a fim de realizar a identificação preliminar dos químicos tóxicos pressupostamente envolvidos e a colheita de amostras para análise confirmatória no LTDQ.

Abertura do Ano Académico no Instituto de Defesa Nacional

O Ministro da Defesa Nacional (MDN), José Pedro Aguiar-Branco, presidiu à Sessão Solene de Abertura do Ano Académico do Instituto de Defesa Nacional (IDN), no dia 3 de Novembro, no Auditório Câmara Pina, no IDN.

O Major-General Vitor Viana, Director do IDN, efectuou a abertura da sessão, seguido pelo Doutor Vitor Bento, que proferiu a Lição Inaugural. A sessão encerrou com a alocução do MDN.

Cerimónia de Bênção e Entrega das Espadas

Realizou-se, em 3 de Outubro, a Cerimónia de Bênção e entrega das Espadas dos alunos do Exército e da Guarda Nacional Republicana que concluíram os seus cursos no ano lectivo 2010/11 (no Ensino Universitário), formalizando assim, o seu ingresso no Quadro Permanente.

A Cerimónia de Bênção das Espadas realizada na Capela da Bemposta, na Sede da Academia Militar (AM), em Lisboa constituiu-se por uma Celebração Eucarística onde as Espadas, símbolo do comando dos Oficiais, foram benzidas pelo Capelão da Academia Militar Luís Manuel Almeida Ferreira.

Antecedeu a Eucaristia, uma alocução de despedida do Tenente-General Comandante da AM aos novos Oficiais que ingressam no Quadro Permanente.

A Cerimónia de entrega das Espadas decorreu nas Caves Manuelinas, do Museu Militar de Lisboa. O Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho, procedeu à entrega das espadas aos novos oficiais do Exército.

O acto solene foi presenciado pela estrutura superior do Exército Português e por um considerável número de amigos e familiares dos novos oficiais.

40 anos do curso Alves Roçadas

No dia 28 de Outubro os cadetes – alunos entrados na Academia Militar, em 1971, comemoraram o 40.º aniversário daquele evento. A esta nova "promoção" foi dado como patrono o General Alves Roçadas, herói das campanhas de África.

Do concurso efectuado entraram 96 novos alunos que se iriam juntar a 10 alunos repetentes do ano anterior. Era uma gota de água nas necessidades em efectivos do Quadro Permanente de umas Forças Armadas de cerca de 230.000 homens, espalhados por quatro continentes e outros tantos mares, 130.000 dos quais estavam directamente envolvidos em operações de contra - subversão e contra - guerrilha em três teatros de operações distintos distanciados entre si de milhares de km e da base principal de sustentação logística, na altura denominada "Metrópole".

O curso Alves Roçadas conta com três baixas no seu efectivo e restam no serviço activo 11 dos seus membros. O Curso deu ao Exército 11 oficiais generais, à Força Aérea quatro e à PSP dois.

De todos os aqui mencionados estiveram presentes na Amadora 48 "Roçadinhas" – nome que entrou na gíria – acompanhados de seis oficiais e professores convidados, dos quais se menciona o Major-General Manuel Monge, que foi o primeiro comandante de companhia.

Jornada de trabalho reúne Exército Espanhol e Português

No dia 27 de Outubro, o Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General José Luís Pinto Ramalho, recebeu no Estado-Maior do Exército, em Lisboa, o seu homólogo espanhol, General de Ejército D. Fulgêncio Coll Bucher. Do programa da visita, destacou-se: Honras Militares, no "Pátio dos Canhões" do Museu Militar, prestadas por um Esquadrão do Regimento de Lanceiros N.º 2; Reunião de trabalho entre os dois Generais; Brifingue sobre o Exército Português; Visita ao Museu Militar e Condecoração do General CEME espanhol com a Grã-Cruz da Ordem do Mérito Militar.

Condecorações

O Major-General Henrique António do Nascimento Garcia e o Coronel Manuel Carlos Teixeira do Rio Carvalho foram condecorados com a Medalha de Serviços Distintos, grau Prata, pelo Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General José Luís Pinto Ramalho, no dia 18 de Outubro.

A cerimónia decorreu no gabinete do General CEME e contou com a presença de diversas entidades da Direcção de História e Cultura Militar e do Gabinete do CEME. A cerimónia foi finalizada com um porto de honra.

Dia da IGE

O dia festivo da Inspecção-Geral do Exército (IGE) foi celebrado no dia 10 de Outubro, numa cerimónia presidida pelo Inspector-Geral do Exército, Tenente-General João Nuno Jorge Vaz Antunes.

A cerimónia teve lugar no Salão Nobre da IGE e contou com a presença dos militares e civis que prestam serviço neste órgão, assim como diversos convidados de outros estabelecimentos e órgãos do Exército.

O programa da cerimónia contemplou uma imposição de condecorações, entrega de lembranças a antigos militares da IGE, alocução do Tenente-General Vaz Antunes e, a finalizar, uma foto de grupo do pessoal da IGE.

Assinatura do Protocolo de Colaboração entre a Academia Militar e o Instituto Politécnico de Lisboa

Em 11 de Outubro, decorreu no Salão Nobre da Academia Militar (AM), em Lisboa, o acto formal de assinatura do Protocolo de Colaboração entre a AM e o Instituto Politécnico de Lisboa (IPL).

O referido protocolo tem como finalidade a articulação e colaboração entre a AM e o IPL no âmbito da formação musical dos alunos destinados ao quadro especial de Chefes de Banda de Música dos Quadros Permanentes do Exército.

Estiveram presentes no evento, as seguintes entidades do IPL:

- Professor Doutor Luís Manuel Vicente Ferreira, Presidente do IPL;
- Professor Pedro Moreira, Director da Escola Superior de Musica de Lisboa (ESML);
- Professor Manuel Esturenho, Director de Serviços da ESML.

Abertura solene no Instituto dos Pupilos do Exército

Teve lugar, no dia 14 de Outubro a abertura solene do ano lectivo 2011/2012 no Instituto dos Pupilos do Exército (IPE). O Comandante da Instrução e Doutrina (CID), Tenente-General Francisco António Correia, presidiu à cerimónia, sendo a restante mesa composta pelo Director de Educação, Major-General João Miguel de Castro Rosas Leitão; pelo Director do IPE, Major-General António Francisco Alves Rosa; pelo Presidente da Agência Nacional para a Qualificação, Professor Doutor Gonçalo Xufre Silva; e pelo Presidente da Direcção da Associação dos Pupilos do Exército, Dr. Américo Ferreira. Após a habitual alocução inicial, proferida pelo Director do IPE, seguiu-se a lição inaugural da responsabilidade do engenheiro e docente do IPE, Jorge Zózimo da Fonseca, intitulada "Cem Anos de IPE, Cem Anos de Automóvel". Neste dia, como de costume, foram entregues os mais variados prémios e medalhas aos alunos que mais se destacaram ao longo do ano lectivo anterior.

Abertura solene no Colégio Militar

No Colégio Militar a Cerimónia da Abertura Solene realizou-se no dia 28 de Outubro. Foram muitas as entidades presentes entre civis, militares, pais, alunos e ex-alunos.

A presidir à cerimónia esteve o Ministro da Defesa Nacional (MDN), Dr. Jose Pedro Aguiar-Branco, ao lado do Chefe de Estado-Maior do Exército (CEME), General José Luís Pinto Ramalho. Depois das cerimónias militares, tais como a apresentação do Batalhão Colegial à Alta Entidade; da apresentação dos novos alunos e do abraço ao aluno "Batalhãozinho", seguiu-se o discurso do MDN que não poupou elogios à instituição: "(...) passaram os regimes, passaram os ministros disseram-se as palavras e o Colégio Militar permaneceu.

Há 208 anos que o Estado Português investe não na instituição em si, porque essas nascem e morrem por decreto, mas nas pessoas. Nos alunos. Por aquilo que podem fazer cá dentro mas sobretudo por tudo aquilo que demonstram ser capazes de fazer lá fora. Não é por acaso que esta é a instituição de ensino que mais Chefes de Estado deu ao nosso país. E é por isso que Estado português investe no Colégio Militar.

O Colégio Militar é militar. Não é civil. E muito menos comercial".

Atribuição de Bolsa de Mérito a aluno dos Pupilos do Exército

No âmbito do Programa de Bolsas de Mérito da Universidade Católica Portuguesa (UCP), foi atribuído ao ex-aluno finalista do Instituto dos Pupilos do Exército (IPE), Filipe Calixto Tavares, uma Bolsa Católica Top+.

Este programa de Bolsas da UCP tem como objetivo o reconhecimento do mérito e do trabalho dos alunos e incentivar o desempenho de elevada qualidade.

Filipe Tavares, que foi o Porta Estandarte Nacional dos Pupilos do Exército no ano letivo 2010/2011, ingressou no passado mês de Setembro, no Curso de Economia, da Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa.

Na carta endereçada pela Universidade ao Diretor do Instituto dos Pupilos do Exército, Major-General Alves Rosa, é ainda felicitado o IPE e os seus Docentes pela excelente preparação que têm vindo a proporcionar aos seus alunos.

Abertura solene no Instituto de Odivelas

No dia 4 de Novembro foi a vez da Abertura Solene no Instituto de Odivelas (IO). A cerimónia iniciou-se com a chegada dos Convidados e da Alta Entidade.

Este ano, a igreja do mosteiro de Odivelas foi, pela primeira vez, o local escolhido para a realização do tradicional evento.

Neste preciso ano de 2011, comemoram-se os 750 anos do nascimento do rei D. Dinis (9 de Outubro de 1261). O Instituto de Odivelas - Infante D. Afonso, fundado em 1900, associou-se, desta forma, à efeméride e a uma natural homenagem, pois o edifício onde se encontra este estabelecimento militar de ensino é o mosteiro de S. Dinis e de S. Bernardo que pertenceu à Ordem Religiosa de Cister, no seu ramo feminino e, justamente, fundado pelo monarca, em 1295.

Integraram a mesa de honra o Tenente-General Francisco Correia Comandante da Instrução e Doutrina, o Major General Rosas Leitão, Director de Educação, a Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Dra. Susana Amador, a Presidente da Associação das Antigas Alunas do IO,

Dra. Ana Maria Hoeppner e o Coronel de Infantaria Bernardino Serra.

Abertura solene na Academia Militar

A Academia Militar foi a última das instituições de ensino a realizar a sua cerimónia de Abertura Solene de Ano Lectivo 2011/2012. Presidida pelo CEME, General José Luís Pinto Ramalho teve lugar no Grande Auditório do Aquartelamento da Academia Militar, na Amadora, perante uma plateia composta por docentes, alunos, entidades convidadas e oficiais recém-ingressados nos Quadros Permanentes do Exército e da GNR.

A Sessão Solene iniciou e encerrou com a entoação do Hino Nacional e constituiu-se por uma alocução do Comandante da Academia Militar, pela Lição Inaugural, a entrega de Cartas de Curso, Diplomas de Mestrado em Guerra de Informação e entrega dos Prémio Escolares.

XI Encontro da Associação de Pára-quedistas do Algarve

Realizou-se no dia 8 de Outubro na Feira de Artesanato, Turismo, Agricultura, Comércio e Indústria de Lagoa (Fatacil), o XI Encontro da Associação de Pára-quedistas do Algarve.

Contou com a presença de vários representantes da Liga dos Combatentes na homenagem aos militares mortos pela Pátria, além de representantes dos Bombeiros Voluntários de Lagoa e da Associação de Pára-quedistas do Algarve.

O referido evento contou ainda com a apresentação dos cães de guerra da Escola de Tropas Pára-Quedistas, e com a presença da equipa de demonstração de Queda-Livre da Brigada de Reacção Rápida "Falcões Negros" que contribuíram com a sua participação para um dos momentos mais altos da festa.

Neste âmbito foram deixadas felicitações ao 1.º Sargento Pára-quedista Vítor Duarte da Silva Correia pelos seus 1.000 saltos em Queda-Livre.

Cooperação Técnico-Militar com a República Democrática de S. Tomé e Príncipe

Os Cursos de Formação de Oficiais (CFO) e de Sargentos (CFS) para o ingresso no Quadro Permanente das Forças Armadas de S. Tomé e Príncipe iniciaram o 2.º ano lectivo no dia 3 de Outubro, nas instalações do Centro de Instrução Militar.

O início das actividades lectivas foi assinalado com uma Sessão de Abertura presidida pelo Comandante das Forças Armadas, Tenente-Coronel Idalécio Pachire, na qual estiveram presentes, para além dos alunos e da Direcção dos Cursos, várias individualidades pertencentes à estrutura superior da Instituição Militar Santomense, assim como o Adido de Defesa junto da Embaixada de Portugal, Coronel Paz Moreno, elementos do Corpo Docente, Directores Técnicos e Assessores dos diferentes projectos inscritos no Programa Quadro de Cooperação Técnico-Militar Luso-Santomense.

De longa duração e articulado em duas partes distintas (escolar e profissional), o 2.º ano lectivo decorrerá ao longo de 11 meses, terminando em Setembro de 2012. Durante a parte escolar – que termina em Julho – serão ministradas matérias de índole militar e civil, designadamente: Teoria Geral das Organizações, Geografia Política, Administração de Subunidades, Protecção Ambiental e outras disciplinas no âmbito da Técnica e da Táctica das Armas. Do currículo civil, destacam-se do programa: Matemática, Português, Inglês e Direito (esta última exclusiva do CFO). O programa do CFS, adequado a outro nível de conhecimentos e aptidões, inclui, entre outras, disciplinas técnicas como a Mecânica e a Electricidade.

Sendo reconhecida a importância e o carácter percursor dos presentes cursos é digna de nota a inestimável colaboração dos docentes civis e militares (santomenses e portugueses) que fazendo uso das respectivas qualificações, contribuem para a já anunciada qualidade formativa, acrescentando valor à presente acção de formação, estatutariamente indispensável para o ingresso dos formandos nas categorias de Oficiais e de Sargentos dos Quadros Permanentes das Forças Armadas de S. Tomé e Príncipe.

Tenente-General Rui Antunes Tomás faleceu a 27 de outubro

O Tenente-General Rui Antunes Tomás nasceu em Alter do Chão.

Licenciado com o Curso de Infantaria pela Academia Militar, possuía ainda os Cursos Geral de Comando e Estado-Maior e Superior de Comando e Direcção do Instituto de Altos Estudos Militares, o Curso de Defesa Nacional do Instituto de Defesa Nacional e o Curso Superior de Economia do Instituto Superior de Economia e Gestão.

Ao longo da sua carreira prestou serviço em várias Unidades, Estabelecimentos e Órgãos do Exército e das Forças Armadas, nomeadamente na Escola Prática de Infantaria, na Brigada de Forças Especiais, no Regimento de Comandos e como Subdirector do Colégio Militar.

Exerceu as funções de Comandante da Companhia de Intervenção da Polícia de Segurança Pública, foi Adjunto do General Inspector Geral do Exército, de Inspector-Geral, Chefe do EM/CG/GNR e 2º Comandante Geral da Guarda Nacional Republicana e no Estado Maior do Exército e Estado Maior General das Forças Armadas na área das Informações.

Cumpriu três comissões de serviço no ex-Ultramar Português, uma na Guiné e duas em Angola.

Da sua folha de serviços constam várias condecorações e louvores, entre as condecorações destaca-se a Cruz de Guerra de 3ªclasse

Foi Vice-Presidente do Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência de 1 de Agosto de 1999 a 29 de Março de 2001.

Texto e Fotos: Gab CEME

Visita do Chefe do Estado-Maior do Exército

à República Helênica e ao Exército Helénico

No período de 11 a 14 de Outubro, o Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho, efectuou uma visita oficial à República Helênica e ao Exército Helénico, a convite do Chefe de Estado-Maior do Exército Helénico, Tenente-General Fragkoulis Fragkos, no âmbito das acções de Cooperação Bilateral entre a República Portuguesa e a República Helênica.

No decurso da visita destaca-se, especialmente, os diversos contactos mantidos com o Chefe de Estado-Maior do Exército Helénico, Tenente-General Fragkoulis Fragkos, tendo sido recebido em audiências pelo Ministro da Defesa, Senhor Panos Beglitis, com o Secretário de Estado da Defesa, Senhor Konstantinos Spiliopoulos e com o Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas, General Ioannis Glagkos, onde houve oportunidade de trocar diversos pontos de vista relativamente aos problemas comuns que afectam os dois Exércitos, as suas Forças Armadas e com aspectos político-sociais relacionados com a situação económica/financeira na Grécia.

Durante as citadas audiências, as autoridades helénicas consideraram de extrema importância os encontros desta natureza como base para implementação da cooperação bilateral entre os dois países. Numa altura em que a grave crise económica e financeira internacional chegou à OTAN, os aliados olham com muita atenção para o seu redimensionamento (redução de pessoal e custos, estrutura de comandos militares, sistema de planeamento de defesa, etc.), neste sentido, foi trocado/partilhado informação sobre a reforma da Aliança Atlântica.

O encontro com o Chefe de Estado-Maior do Exército, Tenente-General Fragkoulis Fragkos, decorreu de forma bastante calorosa, tendo sido reiterado em larga medida, a implementação da cooperação em áreas de mútuo acordo, designadamente através de:

- Treino proporcionado pelo Exército Helênico ao Exército Português no que diz respeito: às tácticas/técnicas de sobrevivência e de resgate, em áreas montanhosas e cobertas de neve; e ao treino aero-terrestre, na Grécia;

- Treino de guarnições de carro de combate "Leopard 2 A6", em simuladores e com a realização de tiro real na Grécia;

Foto do título: Gen CEME com o Ministro da Defesa Grego (Sr. Panos Beglitis)

(De cima para baixo) General CEME com o Secretário de Estado da Defesa Grego (Sr. Konstantinos Spiliopoulos); com o Gen CEMGFA Grego (General Ioannis Glagkos); e com o Gen CEME Grego (Tenente-General Fragkoulis Fragkos).

- Organização e execução de exercícios combinados entre os dois Exércitos, aos níveis de esquadrão/companhia ou pelotão, quer sejam com unidades blindadas de cavalaria quer sejam com unidades mecanizadas de infantaria;

- Organização e execução de exercícios combinados entre os dois Exércitos, aos níveis de companhia ou pelotão, em actividades de âmbito anfíbio e de envolvimento vertical (domínio aero-terrestre);

- Cooperação de âmbito cartográfico e geográfico envolvendo o Instituto Geográfico do Exército Português com o seu congénere helénico.

Esta recepção incluiu também uma curta apresentação do Exército Helênico na qual foi referida o contexto geo-político helénico, a missão/organização e estrutura (categorização de Forças) do Exército Helénico bem como as suas principais actividades em curso e as suas opções futuras. No final foi projectado um pequeno filme sobre o Exército Helénico.

O programa oficial incluiu visitas ao Centro de Treino de Forças de Operações Especiais (CTFOE) e à Escola de Tropas Pára-quedistas (ETP), permitindo obter uma visão mais detalhada das capacidades do Exército Helénico, no domínio das Forças Especiais, bem como ao "Combat Readiness Evaluation" (CREVAL) do Quartel-General do "NATO Deployable Corps - Greece" (QG NDC-GR).

Na visita ao CTFOE, constatou-se no terreno o esforço de modernização do Exército Helénico, tendo em vista a sua capacidade anfíbia em Forças Especiais. Foi exposto um curto brifingue sobre a estrutura, missão e possibilidades do Centro, e uma demonstração de capacidades (mergulho de combate/equipas de demolição, equipamentos, armamento ligeiro diverso, equipas de resgate em mar aberto, saltos operacionais de grande altitude) que integrou a execução de fogos simulados com armas ligeiras e com apoio aéreo da Aviação do Exército (helicópteros AH-64 "Apache", CH-47 "Chinook" e UH-1H "Iroquois"), tendo culminado com a acção do desembarque de uma força anfíbia.

Na ETP foi apresentada uma breve sessão de fogo real, com armas ligeiras, numa carreira de tiro de 25 metros, que foi construída com base em materiais especiais, em painéis ("SOUKO PB-10" *special bullet absorting constructions*), para absorção da munição real. Estes painéis têm a capacidade de pulverizar as munições ao impacto e absorver o mesmo no seu interior para prevenir/evitar ricochetes de munições ou fragmentos das mesmas.

A visita ao CREVAL do QG NDC-GR da estrutura

General CEME na visita ao CTFOE.

de Forças da NATO, de segundo nível de prontidão, sedeado em Tessalónica/Salónia (500 km a Norte de Atenas), permitiu assistir o Exercício "BRILLIANT LEDGER 11", de certificação deste Comando como QG da "NATO Response Force" (Componente Terrestre) para o ano de 2012.

O Exercício (envolveu cerca de 1.050 militares de 22 Países) tinha como objectivo, treinar e exercitar os procedimentos de "Comando e Controlo", da NRF 2012 "Land Command Component", com vista à validação da proficiência e interoperabilidade do pacote de forças terrestres da NRF 2012; tendo ficado certificado em "combat ready".

Em termos conclusivos, pode dizer-se que esta visita constituiu um bom factor de cooperação entre o Exército Português e a estrutura militar Helénica. Foi constatado em todos os momentos que as autoridades helénicas colocaram a visita a um elevado nível institucional, mostrando um conhecimento actualizado de toda a conjuntura mundial no domínio da Segurança e Defesa.

Considera-se oportuno concretizar de forma objectiva canais de cooperação pela participação efectiva em actividades de carácter de formação e treino com o Exército Helénico.

General CEME na visita ao CREVAL do QG NDC-GR.

Texto e fotos: Tenente-Coronel Nuno Duarte

Presença portuguesa no AFEGANISTÃO

É depois dos atentados do 11 de Setembro de 2001, que os Estados Unidos emergem, de forma mais categórica como única super potência global. Os ataques terroristas demonstraram que o ambiente de segurança estava desestruturado, pois o perigo pode vir a qualquer hora, de qualquer lugar e sem aviso prévio, atingindo países aleatórios e mostrando a vulnerabilidade da sociedade contemporânea.

E foi aqui que o Afeganistão foi transformado no primeiro palco, pós 11 de Setembro, para o combate ao terrorismo internacional.

Neste âmbito assiste-se a uma intervenção de grandes organizações internacionais, como a NATO, a ONU e diversas ONG, que procuram não somente apoiar a transição para a paz, mas também introduzir o valor da democracia associado à promoção da segurança e paz internas e internacionais.

Em 2001, o governo americano lança uma nova estratégia de defesa, declarando que os EUA fariam o uso da força, caso necessário, para conter a acção hostil de seus adversários e proteger a paz e segurança internacional.

Uma das situações causa-efeito foi a decisão do Conselho de Segurança da ONU, através da Resolução Nº 1386 (2001) que considerou como legitimando a retaliação americana contra os Taliban no Afeganistão. Na verdade esta resolução autorizou a criação da International Security Assistance Force (ISAF), com poderes para recorrer a quaisquer meios para manter a segurança em Cabul, já não no âmbito do combate ao terrorismo, mas no estabelecimento de uma autoridade interina no Afeganistão.

Portugal inicia a sua participação no teatro de operações do Afeganistão em 2002, com a permanência de uma equipa sanitária durante três meses e um destacamento de C-130 durante quatro meses.

Em 2004 Portugal retoma a sua participação na International Security Assistance Force com uma equipa de controladores (9 meses), uma equipa de bombeiros (6 meses) e, novamente com um destacamento de C-130 da Força Aérea durante um ano.

Assume o papel de *Lead Nation* do Grupo de Comando do Aeroporto de Kabul durante quatro meses, em 2005, com o envio de uma equipa de *Tactical Air Control Party* da Força Aérea e de uma *Quick Reaction Force* (QRF), constituída por uma companhia de infantaria do Exército (durante 3 anos).

Em Agosto de 2008 assiste-se ao regresso em definitivo da QRF e à alteração do dispositivo nacional com o envio de uma OMLT (*Operational Mentor and Liasion Team*) e de uma nova disponibilização de um destacamento de C-130 para transporte aéreo intra-teatro.

No ano de 2009 assiste-se a um reforço do contingente nacional com o envio de uma nova OMLT e de uma equipa médica para o hospital militar em Kaia. Foi, ainda, envido um novo C-130 para prestar apoio ao processo eleitoral que decorreu no Afeganistão.

A presença nacional sofre uma nova reformulação em 2010, iniciando-se a projecção de um grupo de formadores/instrutores dos três ramos das Forças Armadas portuguesas, destacadas para os centros de formação do *Afghan National Army.* É ainda reformulado o contingente com o envio de uma nova QRF. Portugal passou assim a estar representado por uma equipa de 192 militares no teatro de operações do Afeganistão, desde Outubro de 2010.

Após parecer do Conselho Superior de Defesa Nacional, de 15 de Dezembro de 2010, as contribuições de Portugal foram regulamentadas, após proposta do Governo, para a participação de elementos dos três ramos das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana para a formação e treino das Forças Armadas e Polícia do Afeganistão.

Volvidos 10 anos que começou a intervenção militar multinacional no Afeganistão, o Secretário-geral da Nato diz que as forças aliadas deverão manter uma presença para além de 2014. O objectivo é garantir que as autoridades afegãs consigam elas próprias manter a segurança no país.

A Directiva Operacional 001/EMGFA/11, de 19 de Janeiro de 2011, determinou a constituição do 2.º Contingente Nacional da Força Nacional Destacada *International Security Assistance Force* (2.º CN/FND ISAF), sob o comando do Coronel de Cavalaria Pedro Fonseca Lopes.

Foi cometida ao Comando das Forças Terrestres a responsabilidade sobre o aprontamento, projecção, retracção e sustentação da FND, para o Teatro de Operações (TO) do Afeganistão.

O aprontamento decorreu em seis fases:

Em Território Nacional

Fase I – Nivelamento (adquirir competências técnicas individuais);

Fase II – Treino colectivo (adquirir competências específicas);

Fase III – Treino orientado para a missão (adquirir competências específicas enquanto mentores, formadores ou instrutores);

Fase IV – Treino conjunto, exercício LIVEX (esta fase decorreu sob a responsabilidade da BrigMec, no Campo Militar de Santa Margarida);

Fase V – Preparação e projecção para o Teatro de Operações;

No TO

Fase VI – *Induction Course* e posteriormente validação e certificação.

Organização e Missão

Em 17 de Abril de 2011, com a realização da cerimónia militar de Transferência de Autoridade, o 2.º CN/FND ISAF assumiu a seguinte missão:

- Formar, treinar e assessorar Unidades das *Afghan National Security Forces* (ANSF), com vista ao seu emprego operacional;

- Treinar e mentorar uma Unidade de Guarnição do *Afghan National Army* (ANA) de forma a contribuir para o seu desenvolvimento como Unidade, com sustentação administrativo-logística;

- Ministrar instrução básica e complementar, formar, mentorar e assessorar acções de formação em Centros de Formação das ANSF;

- Garantir a gestão e controlo dos materiais, equipamentos e munições à sua disposição no TO do Afeganistão;

- Garantir a sustentação e protecção da força própria.

- Apoiar outros militares nacionais em missão no TO do Afeganistão, quando necessário.

Para cumprir a missão, o 2.º CN foi organizado em 15 componentes:

- ***Operational Mentor and Liaison Team da Kabul Capital Division*** (OMLT KCD), com a missão de treinar e assessorar o KCD HQ em todas as áreas funcionais do estado-maior, apoiar o KCD HQ no planeamento e execução de operações de combate, facilitar a cooperação e ligação com as unidades da ISAF e assessorar e estabelecer a ligação com o Comandante e Grupo de Comando/KCD.

- ***Operational Mentor and Liaison Team da Garrison Support Unit*** (OMLT G), com a missão de treinar e mentorar em todas as áreas funcionais da Unidade, nomeadamente: assessorar a G*arrison Support Unit* (GSU) em Pol-e-Charki (PeC), nas suas actividades de organização funcional do dia-a-dia, facilitar o ensino literário, assessorar a GSU no desenvolvimento de planos de treino e na compreensão da doutrina, servir como elo de ligação entre a ISAF e a GSU.

- **Equipa de Formadores**, dependentes do NATO *Training Mission Afghanistan* (NTM-A)

- *Mobile Training Team* (MTT) *Supply*;
- MTT *Maintenance*;
- *Kabul Military Training Centre* (KMTC) *Soldiers Training Brigade*;
- KMTC *Central Issue Facility* (CIF);
- CJ 4 *Depot* 0;
- *Kabul Air Training Centre* (KACTC);
- *Intermediate Logistic Facility* (ILF);
- *Afghan National Police Distribution Centre* (ANPDC);
- *Afghan National Police Training Centre* (ANPTC), componente da Guarda Nacional Republicana.

As equipas de formadores com a missão de formar e treinar o ANA e o *Afghan National Police* (ANP), facultando as competências para o desempenho das diversas tarefas nas Forças Armadas Afegãs, com especial ênfase nos aspectos administrativo-logísticos. Para além desta missão as equipas de formadores ministraram acções de formação, nomeadamente cursos de topografia e de informática.

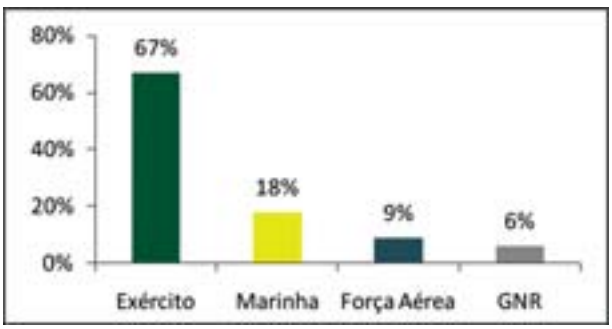
Célula de informações Militares (CIM) cuja missão é de produzir Informação em proveito da Segurança e Protecção das Componentes do Contingente Nacional e alimentar o Ciclo de Produção de Informações Nacional.

Unidade de Apoio com a missão de garantir o funcionamento, a sustentação e a protecção às componentes que integram o Contingente Nacional no TO do Afeganistão. Apoiar, quando necessário, outros militares portugueses em missão no Afeganistão.

A Unidade de Apoio constituída por um pelotão de Serviços Gerais e uma Companhia de Protecção.

A Companhia de Protecção tinha como principal missão garantir a segurança e protecção a todos os militares do CN. Para o cumprimento deste objectivo percorreram durante os seis meses de missão, cerca de 80.000 km.

Quadro 1



Quadro 2

O 2.º CN/FND ISAF apresentava a constituição e respectiva localização das componentes constantes no Quadro 1, num total de 221 militares dos três Ramos das Forças Armadas e GNR com a participação descrita no Quadro 2.

Ainda de salientar que a percentagem de Oficiais e Sargentos é de 59%.

Ambiente Operacional

As principais ameaças no TO são as seguintes:

Ataque de armas de tiro directo, tiro indirecto através de lançamento de rockets e de morteiros, a utilização de *Improvised Explosive Device* (IED), *Suicide Borne Improvised Explosive Device* (SBIED) ou de *Vehicle Borne Improvised Explosive Device* (VBIED). A mais perigosa é a combinação dos vários tipos de ameaças.

O período em que o 2.º CN/FND esteve no Teatro de Operações coincidiu com a Primavera e Verão, sendo estatisticamente esta época, a de maior actividade insurgente. Acrescida a esta particularidade, a morte do Bin Laden, o Ramadão e os dez anos do 11SET, implicaram um aumento da insegurança no TO, e o correspondente aumento das medidas de segurança que obrigaram a restrições de movimentos no exterior das instalações da ISAF, não comprometendo, no entanto o cumprimento da missão.

Acções de Ajuda Humanitária

Como complemento à actividade de mentoria, assessoria, formação e treino do ANA e da ANP, o Contingente Nacional levou a efeito um conjunto de operações CIMIC.

Algumas destas acções só foram possíveis, devido aos contributos, à generosidade, disponibilidade e espírito de solidariedade de um conjunto de empresas portuguesas e alguns particulares, que desde a primeira hora, apoiaram esta iniciativa com o objectivo de satisfazer as necessidades básicas e melhorar a qualidade de vida do povo afegão. De salientar o empenhamento do Exército e do Estado-Maior-General das Forças Armadas que, permitiram a consecução de algumas destas acções, nomeadamente:

- Em 27JUL11, distribuição de material escolar, em apoio de professores e alunos, na escola de Pol-e-Charki;

- Em 18SET11, entrega de computadores e impressoras à escola de Pol-e-Charki e ao Comando da Logística afegão, onde alguns oficiais generais são mentorados por militares portugueses, no CJ4 Depot 0.

- Em 27SET11, entrega de roupa a famílias carenciadas;

- Em 28SET11, entrega de medicamentos ao centro de saúde da KCD;

- Em 29SET11, melhorias nos campos de jogos da escola de Pol-e-Charki;

- Em 30SET11, inauguração da sala de carnes do DFAC da KCD, equipada com materiais adquiridos pelo CN. Na mesma data foi entregue à GSU um conjunto de ferramentas para equipar as oficinas da Unidade;

- Em 11OUT11, entrega à comunidade católica de Kabul, dos donativos angariados ao longo da missão.

Estas iniciativas humanitárias têm um impacto muito positivo na moral das tropas afegãs, e são extremamente importantes para fortalecer os laços de estima e consideração, que os militares afegãos nutrem por nós, e naturalmente em muito contribuem para o sucesso da missão.

Actividades de Cariz Religioso

O bem-estar interior foi garantido com a realização de duas missas semanais e a celebração dos feriados religiosos. Estas iniciativas tiveram grande adesão por parte dos militares do CN, nomeadamente na celebração Pascal.

Todos os dias 18 de cada mês, realizou-se uma Cerimónia aos Mortos, simples mas com grande significado, que homenageou os militares portugueses, que em nome de Portugal, deixaram a sua vida no TO do Afeganistão.

Actividades Culturais e Desportivas

Durante os seis meses de missão foram realizados inúmeros eventos culturais e desportivos, com o objectivo de ocupar os poucos tempos livres e manter a mente sã, estimulando os laços de camaradagem que muito salutarmente foram vividos.

Neste âmbito foram realizados concursos de fotografia, de poesia, constituição de um grupo musical, exposição de pintura.

No campo desportivo, o CN dinamizou várias actividades em Camp Warehouse, nomeadamente a realização do campeonato de voleibol, matraquilhos, corrida e orientação, vários torneios de cartas e no dia 21SET, a celebração do Dia Internacional da Paz, com uma prova de atletismo, cujo valor da inscrição reverteu em prol da pequena comunidade católica de Kabul.

Após seis meses de missão num TO muito complexo como é o Afeganistão, devemo-nos orgulhar, pelo elevado profissionalismo, dedicação, disciplina, coragem, competência e pela qualidade do trabalho desenvolvido pelos militares portugueses. O sucesso da missão está intimamente ligado ao espírito do soldado português, bem retratado na forma como conquistámos a confiança, a credibilidade a estima e consideração dos militares afegãos mentorados, e como dignificamos e honramos o nome de Portugal.

Em 18OUT11, após a Cerimónia de Transferência de Autoridade, terminámos a nossa missão. Desejámos ao 3.º CN/FND ISAF as maiores felicidades, deixando uma mensagem de solidariedade e de esperança, que o esforço de todos, possa contribuir para a segurança e paz, dos homens e mulheres do Afeganistão.

"A UNIÃO FAZ A FORÇA"

Texto e fotos: SAj SGE António José Rodrigues

Décimo Aniversário do 11 de Setembro

Da perda da inocência à tolerância diante das diferenças

(...) Quem matar um ser humano, sem que este tenha cometido homicídio ou semeado a corrupção na terra, será considerado como se tivesse morto todo o género humano; e quem salvar uma vida será considerado como se tivesse salvo toda a espécie humana.

(*al-qur'an; surah al-maidah*, 5:32)

Os Estados Unidos da América lembraram no pretérito dia 11 de Setembro os mortos dos ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001. Dez anos volvidos, as evocações foram algo ensombradas por um crescente sentimento anti-islâmico no país, expresso, entre outras considerações, na mais recente polémica em torno da construção de uma mesquita no Parque 51, perto do *ground zero*, local onde ficava o World Trade Center (WTC), e na exposição mediática alcançada por um pastor de uma congregação de Gainesville, na Florida, que pretendia queimar um exemplar do Alcorão (*al-qur'an*, "a recitação", em árabe), mas que viria a desistir no último momento.

As cerimónias oficiais foram realizadas em Nova York, em Washington e em Shanksville, na Pensilvânia, os três locais dos ataques. O presidente Barack Obama compareceu à cerimónia realizada no Pentágono, em Washington, apelando à nação para que mantenha vivos os valores e ideais que norteiam os Estados Unidos, entre eles a tolerância religiosa, fazendo referências directas ao crescente sentimento anti-islâmico no país: "Não foi uma religião que nos atacou neste dia de Setembro. Foi a *al-qai'da*, um grupo miserável de homens que perverte uma religião. Eles podem tentar provocar conflitos entre as nossas crenças, mas como americanos, não estamos e jamais estaremos em guerra contra o Islão. E assim como condenamos a intolerância e o extremismo no estrangeiro, respeitamos a nossa essência de país da diversidade e da tolerância", afirmou.

Dez anos depois dos atentados que abalaram o mundo, os heróis anónimos erguem a cabeça, recordam os mortos e procuram seguir em frente. À luz da situação actual, aquele acontecimento-monstro, a morte em directo e em simultâneo, a globalização do horror planetário deixou marcas indeléveis. Interroga-se se o mundo mudou mesmo ou se o 11 de Setembro (11-S) foi apenas o catalisador de todas as mudanças que já então se adivinhavam. Na política e na economia, que novos traços se desenharam entretanto? A guerra ao terrorismo trava-se em todas as frentes, mas como equilibrar liberdade e segurança? Da aspereza possível de tanta discussão emergem, plasmados, os novos heróis, os novos sobreviventes e uma nova realidade.

Após o 11 de Setembro de 2011 a vida ficou diferente. Com o atentado ao WTC passámos a viver num mundo de insegurança, que as explosões de Madrid (2004) e Londres (2005) acentuaram. Mais de 3500 mortos nas três grandes cidades mudaram a vida no Ocidente. Um árabe a bordo de um avião passou a ser motivo de inquietação; um saco ou uma mochila esquecidos em praça pública tornaram-se motivo de alvoroço; quem possuir em casa versões áudio de músicas árabes, exemplares do Alcorão, tapetes magrebinos, narguilés ou que, nos últimos anos, se tenha passeado entre as buganvílias de Marraquexe, nos jacarandás de Hammamet ou pelas mesquitas do Cairo, quase corre o risco de ser considerado suspeito perigoso e enfrentar inquirições títeres. A Europa e os EUA sentiram, de perto, o terror e o medo causados por outros grandes atentados da *al-qai'da* ("a base, o pedestal, a norma, a regra, o dogma", cujo plural é *al-qaua'id*; s. pl. f.), como os ocorridos na Indonésia (2002), no Quénia ou na Tanzânia (ambos em 1998).

Dez anos depois, continua-se a procurar muitas respostas, mas apenas surgem mais e intrincadas questões. Dez anos depois, a história começa lentamente a permitir o distanciamento necessário para avaliar a profundidade e a amplitude da mudança. Teremos, hoje, provavelmente, uma avaliação mais consistente da sua dimensão. Mas estamos seguros que o 11-S configura, indiscutivelmente, uma data histórica no campo das relações internacionais.

A História pode comparar-se a uma coluna polígona de mármore. Quem quiser examiná-la tem que andar em redor dela, contemplá-la em todas as faces.

(Alexandre Herculano)

Segundo a mitologia grega, Zeus terá castigado Prometeu por roubar o fogo dos deuses e o entregar aos homens. Temendo que os deuses também castigassem a humanidade, Prometeu terá entregue a seu irmão Epimeteu uma caixa, que em hipótese alguma deveria ser aberta, sob pena de causar grandes desconfortos à humanidade. Incomodado com a arrogância dos homens que devastavam a terra, Zeus terá ordenado a Hefesto (Vulcano), o Deus das Artes, que modelasse uma mulher semelhante às deusas imortais, tendo sido criada Pandora ("a que possui todos os dons", ou "a que é o dom de todos os deuses"), com a incumbência de seduzir Epimeteu, a fim de furtar a misteriosa caixa (uma jarra ou ânfora, de acordo com diferentes traduções) confiada por seu irmão. A curiosidade de Pandora terá levado a que ela abrisse a caixa e libertasse um vórtice de pragas que se abateram sobre toda humanidade, condenando a civilização à barbárie. Assustada, Pandora fechou imediatamente a caixa, mantendo por libertar, escondido para sempre, tão-somente o simples dom da esperança.

A recuperação do mito de Pandora pode ajudar-nos a estabelecer a ideologia que se reflecte no mais perverso *ersatz* da linguagem actual: o terrorismo internacional. A caixa de Pandora do século XXI, por via de *hashishiyyin* medievais, munidos de explosivos e uma chave para o Paraíso, dedicados até à morte, que legaram à História e às línguas europeias a palavra "assassino" e que despertam o impulso de morte (Tânatos) em detrimento do estímulo de vida (Eros), numa tendência milenarista e antinómica à conscientização social, estimulando novas guerras e ameaças às liberdades individuais - princípio fundamental dos regimes democráticos. O terror e o terrorismo representam o mal-estar na civilização que prepara o mundo para a vida sob uma condição de incerteza, que é permanente e irredutível.

O homicídio é tão antigo como a raça humana. A sua antiguidade está admiravelmente simbolizada

Dez anos depois dos atentados que abalaram o mundo, os heróis anónimos erguem a cabeça, recordam os mortos e procuram seguir em frente.

O Alcorão distingue a “grande guerra” da “pequena guerra”. O profeta Maomé mostrou a relação destes dois aspectos da chamada “guerra santa” quando, depois de uma batalha, terá observado aos seus companheiros: *rajana min al-jihadi-l-asghar ila-l-jihadi-l-akbar* (“regressamos da guerra santa menor, contra os nossos inimigos externos, para a guerra santa maior, contra nós mesmos”)

no capítulo quarto do Génesis, onde o primeiro assassino e a primeira vítima aparecem como irmãos, filhos do primeiro homem e da primeira mulher. O assassínio político surge com o aparecimento da autoridade política - quando o poder é atribuído a um indivíduo e o afastamento desse indivíduo é visto como um método simples e expedito de levar a cabo a mudança politica. Normalmente, o móbil de tais homicídios é pessoal, partidário ou dinástico - a substituição de um indivíduo, um partido ou uma família por outro na detenção do poder. Esses homicídios são comuns nos reinos e impérios autocráticos, tanto no Oriente como no Ocidente.

Por vezes, o homicídio é concebido - tanto por terceiros, como pelo homicida - como um dever e é justificado por argumentos ideológicos. A vítima é um tirano ou um usurpador; matá-lo é uma virtude e não um crime. Essa justificação ideológica pode ser expressa em termos políticos ou religiosos - em muitas sociedades a diferença entre os dois é pequena. Na antiga Atenas, dois amigos, Harmodius e Aristogeiton, conspiraram para matar o tirano Hípias. Conseguiram apenas matar o seu irmão e co-governador e foram ambos executados. Após a morte de Hípias, tornaram-se heróis públicos em Atenas, celebrados em estatuária e canções, e os seus descendentes gozaram de privilégios e isenções. A idealização cristalizada do tiranicídio tornou-se parte do ethos político da Grécia e de Roma, e encontrou expressão em assassínios tão famosos como o de Filipe da Macedónia, Tibério Graco e Júlio César. O mesmo ideal aparece entre os judeus, em figuras como Ehud e Jehu e, na sua forma mais espectacular, na história da bela Judite, que terá conseguido penetrar na tenda do chefe militar filisteu Holofernes e o decapitou enquanto dormia. O livro de Judite foi escrito durante o período de domínio helenístico e sobrevive apenas nas versões gregas; os judeus, e também os protestantes, rejeitam-no por apócrifo. Está, no entanto, incluído no cânone da Igreja Católica Romana e terá inspirado muitos pintores e escultores cristãos. Embora Judite não tenha cabimento na tradição religiosa judaica, o ideal de homicídio que ela representa sobreviveu para sugestionar os famosos Sicários, ou homens dos punhais - um grupo de zelotas que terão aparecido mais ou menos por altura da queda de Jerusalém e que, devotamente, destruíam aqueles que se lhes opunham.

O regicídio - tanto prático como idealista - era familiar desde os primórdios da história política do Islão. Dos quatro califas do Islão (em árabe *khulafa*; *khalifah*, no singular; abreviatura de *khalifat-ur-rassul Allah* ou “sucessor do mensageiro de Deus”) que sucederam ao Profeta Muhammad na chefia da comunidade islâmica - Abu Bakr, ‘Umar, ‘Uthman e ‘Ali - três terão sido assassinados. Segundo consta, 'Umar terá sido apunhalado com uma adaga quando se dirigia à mesquita para a oração, por um “maula” da “seita dos mágicos”. No seu leito de morte, terá agradecido a Deus por não ter sido assassinado por um dos fiéis. Até mesmo este consolo foi negado aos seus sucessores, ambos abatidos por indivíduos da comunidade - o primeiro, ‘Uthman, por um grupo de amotinados em fúria, o segundo, ‘Ali, por um fanático religioso. Em ambos os homicídios, os perpetradores consideravam-se tiranícidas, que estariam a libertar a comunidade de um governante “injusto” - e ambos encontraram, na época, quem concordasse com eles.

Mas a mesma história que aquém nos mostrou o desconforto do salaz, ensina-nos também a apreciar a bravura, o código de honra e a relevância da autêntica honestidade dos árabes. Como descreve a narrativa daquele homem, Hatim, chefe da tribo Tai, que apenas guardava duas coisas consigo: a arma e o cavalo. Certa vez, no rigor do Inverno, a

fome bateu à porta de sua casa e quando ele, desesperado, se preparava para matar o seu dilecto cavalo para dar de comer à mulher e aos filhos, apareceu uma viúva com as suas crianças, implorando por comida. Sem hesitar, Hatim terá degolado a sua montada, acendido o lume e, dando uma faca à viúva, ter-lhe-á pedido que desse de comer aos filhos e, depois, que comesse ela. No fim não sobrou carne nenhuma e Hatim, a sua mulher e os filhos continuaram com fome, mas consolados por terem mitigado a sofreguidão daquela família mais necessitada...

O 11-S continua a ser a tragédia que transformou a ordem internacional e mudou a história contemporânea. Uma espécie de regresso brutal à teologia da dominação, marcada pelos autos do terror. A perda da inocência. O horror que ficou na memória de todos como algo que não é possível atenuar, reconverter ou rasurar. E desde então, anda um espectro a assustar este agastado mundo: a todos, velhos e novos. Todos temos consciência dele, a maior parte teme-o. Do lado de lá do Atlântico, piratas do ar arvorados de *mujahidin* ("combatentes da guerra santa"), querendo assegurar o seu lugar especial no paraíso, ressuscitam guerras civilizacionais anacrónicas, desviando aviões, lançando-os contra edifícios, matando indiscriminadamente. É uma tautologia pensar-se que algum espírito civilizado do mundo de hoje ainda pudesse acreditar que algum Deus nos exigiria a guerra, a morte, o terror, o fogo e o suicídio (dois actos considerados *haram*, isto é, "ilícitos" de cometer no Islão). E o mundo choca-se com esta conjuntura grotesca, desenvolvendo, em alguns casos, um excessivo e escusado sentimento de islamofobia e discriminação para com uma parcela da população em função da sua origem étnica ou credo religioso.

O tema do putativo conflito de civilizações retomado pela polemologia do fim de século passado, elegeu a fé religiosa como elemento identificador de cada uma das áreas que entrarão eventualmente em conflito. O principal subscritor, Samuel Huntington, parece ter recebido inspiração da moldura temporal das Cruzadas, ainda que apenas o deixa suspeitar sem o referir, e apoio nos conflitos que nestes últimos séculos têm vindo a subir de intensidade no cinturão muçulmano que divide o Norte do Sul do mundo, desde o estreito de Gibraltar até à Indonésia.

Junto com as incertezas e o descontrole no mundo contemporâneo, tem crescido também o medo e a sensação de insegurança. A sociedade de risco defronta-se com o paradoxo entre segurança e liberdade, como se ambos fossem incompatíveis, ou como se a liberdade fosse uma ameaça à segurança individual e colectiva.

Um dos conceitos polissémicos mais redutores do islamismo que, tanto a História como a doutrina em geral, habitualmente traduziram por "guerra santa", o *jihad* (da raiz da palavra árabe *jahada*) expressa, literalmente, no plano escatológico, *jihad fi sabili 'llah*, isto é, "o esforço (para o reino divino)", "perseverança (no caminho de Deus)", um intento pessoal de realização espiritual comandando o bem e banindo o mal (*al-'amr bilma'ruf walnahy 'an al-munkar*), e também participação na obra comunitária por excelência em defesa do Islão.

O Alcorão insiste nas suas virtudes e distingue a "grande guerra" da "pequena guerra". O profeta Maomé mostrou a relação destes dois aspectos da chamada "guerra santa" quando, depois de uma batalha, terá observado aos seus companheiros: *rajana min al-jihadi-l-asghar ila-l-jihadi-l-akbar* ("regressamos da guerra santa menor, contra os nossos inimigos externos, para a guerra santa maior, contra nós mesmos"). De resto, todos os muçulmanos têm a obrigação - legitimada por versículos alcorânicos - de intervir na *'ummah* (a comunidade muçulmana -, "a mãe", na expressão tradicional de tónus afectivo, "conjunto", ou ainda aquela a quem a Revelação qualifica de "a melhor aparecida nos Homens", a *dar al-islam* ou *al-'ummahtu'n'nabi*, "a nação do profeta") para "ordenar o bem e interditar o mal". Em complemento, nas *ahadith qudsi* (*hadith* no singular, cujo significado literal é "história", "relato", "narração" - conjunto de condutas apostólicas, colecções de "tradições" relativas ao profeta Maomé que pretendiam inicialmente ajudar o crente a solucionar os problemas

que a governação de um vasto império colocava), segundo um relato de Abu Huraira, o profeta do Islão terá dito que, no dia da Ressurreição, aquele que se apresentar como sendo mártir será denunciado, por Deus e pelos anjos, de apenas pretender o propósito de ser louvado como herói e que, por essa razão, será dos primeiros a ser lançado às "chamas do Inferno"...

A origem da problemática da denominada "separação do mundo em dois", nas zonas antagónicas "território do Islão" (*dar al-islam*) e "território da guerra ou da descrença" (*dar al-harb*), é tida como medieval e ultrapassada. Em qualquer caso, não é possível pôr em dúvida a realidade do fenómeno.

Limpa a tua casa, não sabes quem baterá à tua porta;
lava o teu rosto, não sabes quem o beijará.

(provérbio árabe)

É indispensável fazer uma distinção clara entre o islamismo político, radical e/ ou extremista, e a cultura e religião muçulmana ou islâmica que não podem ser tidas como directamente responsáveis dos extremismos anteriormente aludidos. Se, para o mundo, aquele arquétipo parece especialmente perigoso, não é apenas por causa do terrorismo em si que poderia ser ou não circunstancial, mas porque aquilo que pressupõe no plano gnosiológico aponta para um retrocesso histórico. É uma concepção teológica redutora das relações entre os homens, uma metafísica estreita que perverte o pensamento, contribui para um empobrecimento brutal da criatividade e para a anulação do espírito crítico. Caso a sua influência se venha a estender a várias centenas de milhões de pessoas, é óbvio que estaremos perante um grave dilema que não pode ser ignorado no mundo contemporâneo pelos riscos a que expõem a humanidade. Esta imagem redutora do Islão tem conteúdos metodológicos e epistemológicos que se diferenciam dos fundamentos da modernidade. É um pensamento totalitário de recusa do outro, obscurantista, de cognição monolítica representativo de um fundamentalismo que nega a hermenêutica, a interpretação. A unilateralidade dos fundamentalistas impede justamente qualquer tipo de diálogo nessa dinâmica da diversidade, do ecumenismo, que é uma característica fundamental da modernidade e do desenvolvimento.

Se essa "abertura" à mudança, à tolerância, ao diálogo e ao movimento não se efectivar, nenhum objectivo terá correspondência na acção, tanto mais que não há desenvolvimento sem modernidade nem tão pouco modernidade sem progresso, na medida em que dois princípios constitutivos estão presentes em ambos: a crença na razão e na acção racional e o reconhecimento dos direitos universais do indivíduo, quer dizer, a afirmação de um universalismo que dá a todos os indivíduos os mesmos direitos, sem que nos coloquemos numa perspectiva etnocêntrica, nem confundamos "universalismo" com "ocidentalismo".

A história do Islão (do semantema inicial berbere *aslama*; "submissão, voluntária, à divindade"), da sua fé, pensamento, língua, cultura, arte e o consenso islâmico - religioso, filosófico, político e social - são valores demasiado ricos e merecedores de toda a nossa gratidão para poder estagnar em fundamentalismos redutores e incongruentes integralismos teocráticos. É indispensável, pois, repô-

lo no seu verdadeiro lugar e fazê-lo participar no diálogo das civilizações, de quanto a história e força do Islão de hoje devem a toda a história passada deste. Trata-se, em rigor da verdade, de uma operação cultural que é necessário efectuar, se se quiser compreender o Islão, de ontem e de hoje, pois não se pode entender bem o de ontem se não se tiver presente a sua vitalidade de hoje, tal como não se pode compreender o de hoje sem ler a trajectória do de ontem.

O meu coração abriu-se a todas as formas: é uma pastagem para gazelas, um claustro para monges cristãos, um templo de ídolos, a Ka'bah do peregrino, as tábuas da Tora e o Alcorão. Pratico a religião do Amor; qualquer que seja a direcção em que a sua caravana avance, a religião do Amor será sempre o meu credo e a minha fé.

(*Muhyid'd-Din Ibn 'Arabi*)

Nestes últimos dez anos, nos périplos que tenho efectuado pelos países islâmicos e árabes, muitos crentes muçulmanos, cidadãos comuns, intelectuais, jovens, artistas e eruditos com quem tenho conversado sobre esta temática têm-se revelado, outrossim, melindrados com a imagem negativa que povoa a sua religião, questionando "o que fizemos de errado?". "A nossa religião também foi sequestrada naquele dia", disse-me um paquistanês com quem trabalhei na Caxemira. "A maioria dos ocidentais foi apresentada ao Islão nesse dia de 11 de Setembro de 2001. E foi o pior tipo de apresentação, feita pelo pior tipo de gente e nas piores condições", confidenciava-me um jordano, numa missão NATO CIMIC por terras iraquianas…

Na verdade, há aqueles que, no fundo dos seus corações, querem o poder para aplicarem o Islão, e aqueles que escolhem o Islão como instrumento, para conquistar o poder e instaurar o medo e o terror. Um pouco por toda a parte, encontra-se este estado de espírito que horrorizava um teólogo cristão canadiano, Wilfred Cantwell Smith: "eles crêem no Islão, mas não crêem em Deus". Sobre isso, valerá a pena recordar as inteligentes, sensatas e judiciosas palavras do profeta Maomé, narrado por 'Abdullah bin 'Amr e relatado por Al-Bukhari: "o verdadeiro muçulmano é aquele cuja língua ou cuja mão ninguém precisa temer".

Para uns, a *al-qai'da* não é mais do que um movimento terrorista, que tem de ser destruído. Embora não se negue a sua identidade islâmica e árabe, não deve ser, contudo, confundida com o mundo islâmico no seu todo. A *al-qai'da* e todo o seu estado-maior nunca gozaram de apoio permanente da maioria dos árabes e dos muçulmanos. Para muitos são uma organização tirana e criminosa, responsável, não só por milhares de mortes como por centrar as atenções terroristas nos muçulmanos. Com o decorrer do tempo, tornou-se claro que os objectivos desta estrutura - especialmente quanto a desembaraçar as terras muçulmanas dos ocupantes "infiéis" - não eram viáveis. Pelo contrário, a sua beligerância deu pretexto ao avanço das forças ocidentais no Iraque e no Afeganistão, favoreceu a protecção ocidental aos aliados muçulmanos na luta antiterrorista e aumentou as cisões muçulmanas, por exemplo entre sunitas e shi'itas (ou xiitas), de *shi'atu 'Ali*, "o partido de 'Ali".

> *A política num mundo orientado para a paz não se deve basear no paradigma do vencedor/vencido, mas sim num figurino em que todos ganham. Aí ganharão também as novas gerações, o esteio do futuro.*

Mesmo antes da vaga de revoltas populares contra os políticos do Médio Oriente já a *al-qai'da* desaparecia de forma gradual, apenas prosperando em zonas remotas como os rincões do Iémen e do Paquistão, os desertos de Sahel e as áreas devastadas do Afeganistão e do Iraque, onde o que os sustentava era a resistência às invasões estrangeiras que, eles próprios, tinham ajudado a provocar.

A tolerância religiosa é um valor insuprimível e o Ocidente não deve cometer o erro de confundir a fé dos outros com o fanatismo de alguns. Uma boa relação ocidental com o Islão tornará viável o isolamento dos fanáticos e o progresso nos direitos humanos. Mas tornar-se-á inexequível se se confundir com a pretensão de exportar um secularismo que lhe seja estranho.

Para se não cair no equívoco pressagiado um dia pelo poeta persa Rumi ao dizer que "quando chegou a hora de escrever sobre o amor, a pena estava quebrada e o papel rasgado". É este o fundamento da nossa confiança em que os anos vindouros signifiquem um avanço qualitativo da humanidade. É o mundo a tocar o seu próprio céu. A política

A sua beligerância [da *al-qai'da*] deu pretexto ao avanço das forças ocidentais no Iraque e no Afeganistão, favoreceu a protecção ocidental aos aliados muçulmanos na luta antiterrorista e aumentou as cisões muçulmanas, por exemplo entre sunitas e shi'itas.

num mundo orientado para a paz não se deve basear no paradigma do vencedor/ vencido, mas sim num figurino em que todos ganham. Aí ganharão também as novas gerações, o esteio do futuro, já que as ameaças que pesam sobre a humanidade têm de ser superadas por um renovado entendimento de equilíbrio entre as actividades humanas, por um sentido de justiça equitativa capaz de garantir a todos uma qualidade de vida digna, por uma ética que sirva não os interesses de alguns, mas que se transforme numa ética global em que novas doutrinas políticas, sociais e económicas tornem o mundo um lugar de solidariedade entre os povos, as suas culturas e religiões.

O que dá grandiosidade à nossa época é o reconhecimento da liberdade, a propriedade do espírito, o reconhecimento de que o espírito estando em si está consigo. O que supõe inter-conectividade entre individualismo, direito à crítica, aceitação, autonomia do agir e filosofia idealista. A fazer recordar aquele conto, recolhido um dia por terras do Oriente, com uma moral final fundamental que bem poderia sumariar a dicotomia atrás descrita:

"O caso, na rua Bardauni [Bardauni é um dos muitos rios que banham o Líbano, com nascente nas altas montanhas de Sanneir e que embebe a graciosa e pitoresca cidade cristã de Zahlé, situada a 945 metros de altitude, muita famosa pelas suas belezas naturais] parecia, realmente, muito sério - uma rixa inesperada surgira entre o jovem Fauzi, o poeta, e Hammudah, o oleiro. Os curiosos amontoavam-se junto à casa do oleiro. Cruzavam-se as interrogações: "Que foi? O que se passou? Como foi?" Um guarda, para evitar que o tumulto se agravasse, resolveu levar os dois litigantes à presença do *qadi*, isto é, do juiz. Esse juiz, homem íntegro e bondoso, interrogou em primeiro lugar o oleiro, que parecia o mais exaltado: "Mas, afinal, meu amigo, de que se trata? Parece-me que foste agredido. É verdade?" "Sim, senhor juiz", confirmou o oleiro desabridamente, "fui agredido na minha própria casa por este poeta. Estava, como de costume, a trabalhar na minha oficina, a preparar dois novos vasos coloridos que pretendia vender ao príncipe Farid, quando ouvi um ruído surdo e a seguir um baque. Percebi logo de que se tratava. O poeta Fauzi, que passava naquela ocasião na rua, tinha arremessado violentamente uma pedra e partira um dos vasos, um vaso já pronto que estava a secar junto à porta! Ora, senhor juiz, isso é um absurdo, um crime! Estou no meu direito de exigir uma indemnização!"

Voltou-se o juiz para o poeta e interpelou-o serenamente: "Que tens a alegar, meu amigo *sha'ir* (poeta)? Como justificas o teu estranho proceder?" "Sábio" *qadi*, respondeu o jovem, "o caso é muito simples e quero crer que a razão penderá a meu favor: há três dias atrás voltava eu da mesquita quando, ao cruzar a rua Bardauni, em que mora o oleiro Hammudah, percebi que ele declamava um

dos meus poemas. Notei, com tristeza, que os versos estavam errados. O oleiro mutilava os meus versos, sem qualquer sensibilidade. Aproximei-me dele e, delicadamente, ensinei-lhe a forma certa, que ele repetiu sem grande dificuldade. No dia seguinte, ao passar novamente pelo mesmo lugar, ouvi o oleiro repetir os mesmos versos deturpados, com a forma quebrada e erradíssima. Cheio de paciência tornei a ensinar-lhe a forma correcta e pedi-lhe que não tornasse a depreciar os meus poemas. Hoje, finalmente, regressava eu do trabalho quando, ao passar de novo pela rua Bardauni, percebi que o oleiro declamava a minha linda poesia estropiando as rimas, estragando vergonhosamente os versos. Não me contive. Apanhei uma pedra do chão e atirei-a a um dos seus vasos, partindo-o. Como vê, senhor juiz, o meu procedimento não passou, afinal, da resposta de um poeta que se sente ferido na sua sensibilidade artística a um indivíduo grosseiro."

Ao ouvir as alegações do poeta, o juiz, pausadamente dirigindo-se ao oleiro, declarou: "Que este caso, ó Hammudah, te sirva de lição no futuro! Procura respeitar as obras alheias a fim de que os outros artistas respeitem as tuas obras! Se te julgavas com o direito de lascar o verso do poeta, achou-se também o poeta com o direito de quebrar o teu vaso. Lembra-te de que o poeta é o oleiro da frase, ao passo que o bom oleiro é o poeta da cerâmica!"

E a sentença do ilustre *qadi* foi a seguinte: "Determino, pois, que o oleiro Hammudah fabrique um novo vaso de linhas perfeitas e cores harmoniosas, no qual o poeta Fauzi escreverá um dos seus lindos versos. Esse vaso será vendido em leilão e a importância da venda repartida igualmente entre os dois."

A notícia do caso espalhou-se pela cidade. O oleiro Hammudah vendeu muitos vasos com versos do poeta Fauzi e, graças a essa cumplicidade, depressa ficaram ricos e prósperos. E, melhor ainda, tornaram-se grandes amigos. O oleiro mostrava-se arrebatado ao ouvir os versos do poeta, e encantava-se o poeta com os vasos admiráveis do oleiro".

Por opção do autor, este texto não foi escrito segundo as regras do novo Acordo Ortográfico.

Texto: Mestre Francisco Jorge Gonçalves

A Irmandade Muçulmana e o Ocidente

Diálogo ou Cooperação?

Os ataques terroristas *jihadistas* do 11 de Setembro de 2001, bem como os atentados subsequentes, criaram a ideia da existência de um movimento único que pretende destruir as democracias ocidentais recorrendo à violência - com base em justificações da religião islâmica, sustentada na ideologia do islamismo.[1] Perante este contexto, alguns decisores políticos têm optado por cooperar com diversas organizações islâmicas, pelo simples facto de condenarem o terrorismo, mas cujas verdadeiras intenções estão camufladas numa "dupla linguagem". De facto, alguns destes grupos funcionam não como uma barreira contra o terrorismo *jihadista*, mas como uma incubadora para ideias radicais. Na realidade, o pouco conhecimento do Islão e das suas realidades complexas leva a que os europeus sejam incapazes de discernir "(…) os moderados dos extremistas que se camuflam numa retórica tolerante."[2]

O presente artigo visa analisar o papel desempenhado pela Irmandade Muçulmana no Ocidente, na medida em que diversos decisores políticos entendem que deve ser o parceiro privilegiado para representar as diversas comunidades islâmicas. Deste modo, será analisado as suas origens e as ameaças que representa para as democracias liberais, sustentando-se que a Irmandade Muçulmana poderá ser um parceiro de diálogo – mas não um parceiro para a cooperação.

Hassan al-Banna e a Criação da Irmandade Muçulmana

Hassan Al-Banna (1906-1949) entendia que o Islão tinha de proclamar a unidade de todos os

David Shankbone - Wikimedia Commons

E qualquer um que invoque que a soberania pertence a Deus está a denominar-se Deus, porque está a invocar que tem o direito de nos dizer o que Deus disse, para interpretar unicamente o que Deus diz e depois afirmar que é a Palavra de Deus, que não se poderá colocar em causa porque a soberania pertence a Deus. Não se apercebendo de que ao proceder daquela maneira existe um processo de interpretação e que a pessoa que interpreta, e depois escolhe adoptar aquelas leis em nome da sociedade, é a pessoa, por definição, a quem a soberania pertence.

Maajid Nawaz. *In and Out of Islamism.*

muçulmanos, como tal era necessária a criação e a manutenção de uma educação islâmica, estando ele preocupado com a excessiva influência dos missionários cristãos, que punham em causa a pureza do Islão e a dos seus crentes. Ademais, reconheceu que a Europa e o Ocidente eram uma ameaça física e intelectual, que tinha de ser combatida em duas frentes: quer pela missionação (*Dawa*), quer pela violência (invocando a *Jihad*), mas que esta última seria apenas utilizada quando se tivesse erguido o número suficiente de muçulmanos considerados "puros". Nesse sentido, a primeira batalha era contra aqueles que ocupavam os territórios muçulmanos: o inimigo próximo.

Contudo, as influências ocidentais eram bem visíveis nas suas ideias, especialmente as dos movimentos totalitários dos anos 30 do século XX, quer de extrema-direita quer de extrema-

[1] No que tange à qualificação do Islamismo, existem diversas definições, consoante o quadro conceptual adoptado, embora seja possível abarcar num núcleo duro as diversas definições. De facto, dois pressupostos são essenciais nesta ideologia: a instauração do Estado Islâmico, no qual se inclui, ou não, a implementação do califado como órgão político principal, bem como a aplicação da Xária – sendo este tipo de Estado qualificado como totalitário. Efectivamente, apenas os homens islâmicos considerados "puros" exercem a totalidade dos direitos de cidadania, porquanto o objectivo visa manter o Islão (a sua interpretação do Islão) como centro do poder.

[2] Cfr. Zeyno Baran, *Countering Ideological Support for Terrorism in Europe: Muslim Brotherhood and Hizb ut-Tahrir – Allies or Enemies*? Quarterly Journal, Inverno de 2006, p.31, disponível em https://consortium.pims.org/filestore2/download/3607/Countering%20Ideological%20Support%20for%20Terrorism%20in%20Europe_Zeyno%20BARAN.pdf.

esquerda,[3] apreciando principalmente o conceito de unidade e ordem[4] dos regimes ditatoriais (embora fizesse questão de sublinhar que não os defendia como solução para o Islão). Por outro lado, nos seus discursos não se coibia de abordar uma miríade de temas, como colonialismo, marxismo, recursos naturais e a justiça social, bem como não ignorou as realidades e os conceitos que emergiam da Europa moderna, como o nacionalismo, o patriotismo e o constitucionalismo, mas conferiu-lhes diferentes significados para estarem conformes ao Corão - empregando com muita eficácia um uso sistemático da propaganda.

De resto, Hassan al-Banna, criou a Irmandade Muçulmana (*al-Ikhwan al-Muslimin*), em 1928, que superficialmente era um partido moderno, pois recorria aos textos sagrados,[5] e estava organizada estruturalmente como se tratasse de uma instituição militar, com subgrupos, denominados batalhões.[6] No que tange à sua composição importa distinguir, por ordem crescente, quatro tipos de membros: o assistente (*musa´id*), o familiar (*muntasib*), activo (*amil*) e finalmente o denominado lutador (*mujahid*) – apenas destinado aos mais dedicados dos membros da Irmandade Muçulmana. Da mesma forma, o credo da Irmandade Muçulman – «*Alá é o nosso objectivo. O Profeta é o nosso líder. O Corão é a nossa lei. A Jihad é o nosso caminho. Morrer em nome de Alá é a nossa maior esperança*» – é paradigmático da forma enigmática em relação ao modo como a organização pretende alcançar os seus objectivos, de forma pacífica.

Hassan al-Banna, Fundador da Irmandade Muçulmana.

mideastweb.org

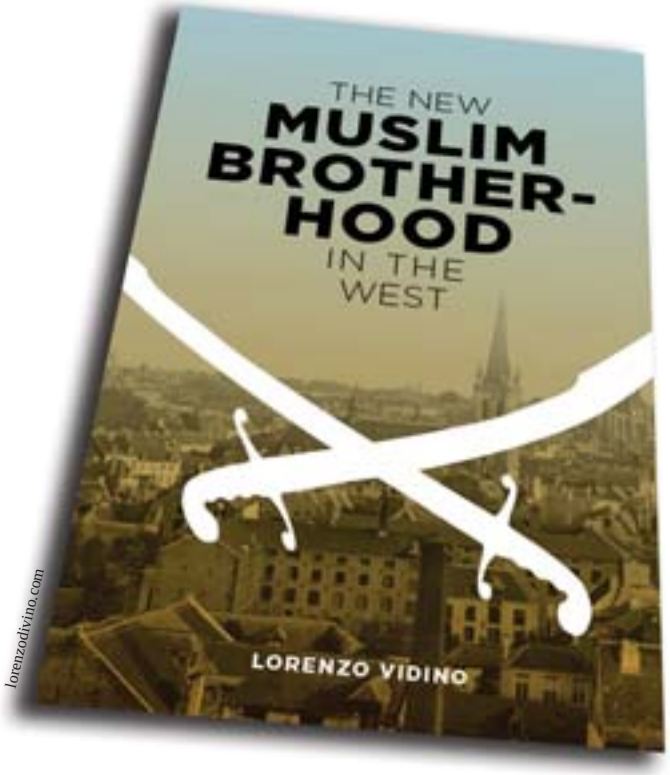
Na realidade, a Irmandade Muçulmana possuía uma facção armada, que até se envolveu na Guerra da Palestina contra Israel em 1948, embora ainda seja desconhecido quantos membros se envolveram. Contudo, é possível referir que antes da chegada dos voluntários mandados pela Liga Árabe, diversos membros da Irmandade Muçulmana já se tinham envolvido no deserto do Neguev com tropas israelitas,[7] – o que até permitiu aumentar a sua base de apoio e o recrutamento de bastantes simpatizantes de todos os segmentos da sociedade egípcia.

Sucede porém que, terminado o conflito, a facção armada da Irmandade Muçulmana virou as suas atenções para a situação interna do Egipto, assassinando diversos magistrados e inclusive um dos seus membros assassinou o Primeiro-Ministro do Egipto, em 28 de Dezembro de 1948. Apesar de al-Banna ter condenado o ataque e tentado serenar os ânimos junto do novo Executivo, isso não impediu o seu assassinato em 12 de Fevereiro de 1949,[8] tendo posteriormente a Irmandade Muçulmana extinto o seu braço armado. Porém, mesmo após a sua morte, a Irmandade Muçulmana continuou a exercer a sua influência no Egipto e no mundo islâmico, tendo surgido outros pensadores que se arrogavam seguidores da sua ideologia, que influenciaram (e ainda influenciam) várias organizações islamitas e até grupos terroristas *jihadistas*, destacando-se, entre outros, Sayyid Qutb.

A Irmandade Muçulmana no Ocidente: os "Novos Irmãos Ocidentais"

A primeira presença de membros da Irmandade Muçulmana no Ocidente pode ser detectada no final dos anos 50 e princípios dos anos 60 do século XX, quando indivíduos como Said Ramadan (filho de Hassan al-Banna) e Yussuf Nada vieram para a Europa e para os EUA.[9] Aliás, os primeiros membros fugiram da perseguição do governo de Nasser no Egipto, maioritariamente compostas por estudantes, pertencentes a uma classe média urbana.

Actualmente, como assinala Lorenzo Vidino, não existe formalmente nenhuma Irmandade Muçulmana em países ocidentais (ao contrário do que sucede nos países do Médio Oriente), existindo isso sim, diversas organizações e indivíduos que, agindo isoladamente e, adaptando-se aos ambientes em que operam, possuem laços históricos, financeiros, pessoais – e até ideológicos com a Irmandade Muçulmana. A título de exemplo, Yusuf al-Qaradawi, não é membro da Irmandade Muçulmana, mas foi



lorenzodivino.com

Os "Novos Irmãos Ocidentais" pretendem tirar partido da ansiedade dos decisores políticos em estabelecer relações profícuas com as comunidades muçulmanas.

formado de acordo com a sua doutrina, sendo de destacar que em termos ideológicos diversos membros que possuem afinidades com os princípios defendidos pela Irmandade Muçulmana, estão colocados em inúmeras universidades na Europa.

Desta forma, como assinalava Lorenzo Vidino, será mais correcto utilizar a expressão "Novos Irmãos Ocidentais",[10] para referir as suas conexões com a Irmandade Muçulmana, embora sem a existência formal de uma dependência hierárquica ou a outro ramo da Irmandade Muçulmana no Oriente.

É certo que, como qualquer movimento alargado, não se comportam como um bloco monolítico existindo divisões ideológicas e que são comuns, quer nos "Novos Irmãos Ocidentais", quer na Irmandade Muçulmana no Oriente. Nesse âmbito, a Irmandade Muçulmana comporta-se diferentemente, inclusive em diferentes países islâmicos, sendo de salientar que no Kuwait é contra o direito de voto das mulheres.[11] Apesar disto, é possível encontrar objectivos comuns em todos estes membros.

No que concerne ao Ocidente, os "Novos Irmãos Ocidentais" pretendem tirar partido da ansiedade dos decisores políticos em estabelecer relações profícuas com as comunidades muçulmanas. Para o efeito, arrogam-se como o parceiro privilegiado rumo a uma cooperação aprofundada – o que pode colocar várias ameaças às democracias ocidentais.

As Ameaças Não-Violentas da Irmandade Muçulmana às Democracias Liberais

Não são apenas os grupos terroristas *jihadistas* que colocam ameaças às democracias liberais, porquanto existem grupos islamitas (v.g. Hizb ut-Tahrir) que apesar de não praticarem a violência também colocam ameaças, porquanto defendem a agenda do Islamismo. De facto, os "Novos Irmãos Ocidentais" inserem-se neste tipo de

wikipedia

Yusuf al-Qaradawi apela à criação de "um gueto islâmico", para que sejam criadas no espaço europeu de direitos, liberdades e garantias, comunidades auto-suficientes, que permitam a criação do que Reuven Paz denomina de "Estados Islâmicos Não Territoriais na Europa" ou que Zeyno Baran apelida de "Apartheid Voluntário".

---

[3] Cfr. Jessica Stern, *Terror in the Name of God: Why Religious Militants Kill*, *Harper Perennial*, 2004, p. 45.

[4] Cfr. Al-Banna, *A Nova Renascença*, In John J. Donohue, John L. Esposito (Coord.), *Islam in Transition, Muslim Perspectives*, New York, Oxford University Press, 2.º Edition, 2007, pp. 59 a 63.

[5] Cfr. Mary Habeck, *Knowing the Enemy: Jihadist Ideology and the War on Terror*, New Haven, Yale University Press, 2007, pp. 30 a 33.

[6] O sistema de batalhão foi posteriormente abandonado implementando-se uma organização mais flexível, e controlável. Deste modo, a base passou a ser o sistema de famílias, células compostas por um número máximo de cinco elementos, com inúmeras vantagens, incluindo a doutrinação.

[7] Cfr. Richard P. Mitchel, *The Society of the Muslim Brothers*, Oxford, Oxford University Press, 1993, p. 57.

[8] Na realidade, existem provas que sustentam que al-Banna foi assassinado por membros dos serviços de segurança do Egipto. Cfr. Richard P. Mitchel, *The Society...*, p. 71.

[9] Cfr. Lorenzo Vidino, *The Muslim Brotherhood in the West: Evolution and Western Policies*, International Centre for the Study of Radicalisation (ICSR), King's College London, 2011, p. 5, disponível em http://icsr.info/publications/papers/1300106834ICSRTheNewMBintheWest.pdf.

[10] Cfr. Lorenzo Vidino, *The New Muslim Brotherhood in the West*, Columbia University Press, 2010, passim.

[11] Cfr. Roy Olivier, *Globalizzed Islam: The Search for a New Ummah*, Londres, Hurst, 2004, p. 67.

grupos, colocando ameaças quer ao Estado, através da criação de um espaço separado dentro do espaço público,[12] quer aos cidadãos, ao não permitirem ou desencorajarem os contactos com outras pessoas que pensem de uma forma diferente.[13]

Além disso, a sua agenda não é admitida publicamente, sendo camuflada pela utilização de uma "dupla linguagem", que consiste em expressar em público uma ideia de sã convivência com as regras da sociedade onde se integram, embora em determinados círculos restritos, manifestam pontos de vista diametralmente opostos. Na verdade, alguns dos sítios dos "Novos Irmãos Ocidentais" a versão em língua inglesa pugna pela integração nas sociedades ocidentais, ao passo que em língua árabe já se defende o oposto, verberando a assimilação nas sociedades de acolhimento, bem como critica à democracia e aos partidos – realidades incompatíveis com a sua visão do Islão.

Exemplo paradigmático desta "dupla linguagem" é personificado por Yusuf al-Qaradawi, que no seu livro "As Prioridades do Movimento Islamita na Próxima Fase" delineou os métodos que devem ser seguidos por diversas organizações islâmicas, para que o Estado Islâmico e a Xária sejam implementados no mundo Ocidental. Nesse sentido, quando Yusuf al-Qaradawi apela à criação de "um gueto islâmico", é perceptível a sua intenção de criação no espaço europeu de direitos, liberdades e garantias, de comunidades auto-suficientes, que incluam mesquitas, escolas, tribunais específicos, restaurantes, que permitam a implementação do que Reuven Paz denomina de "Estados Islâmicos Não Territoriais na Europa"[14] ou que Zeyno Baran apelida de "Apartheid Voluntário".[15]

Porém, Yusuf al-Qaradawi é rotulado de moderado por alguns sectores ocidentais, pelo facto de ter condenado os ataques do 11 de Setembro de 2001 e criticado a actuação de Zarquawi no Iraque. No entanto, deve ser frisado que apesar desta tomada de posições, Yusuf al-Qaradawi sanciona *fatwas*[16] a favor de bombistas suicidas no Iraque, incluindo a utilização de mulheres e crianças. No fundo, se (aparentemente) renunciou à *Jihad* em sentido bélico no Ocidente, defende a sua aplicação para grupos como o Hamas e outros grupos terroristas *jihadistas* que combatem no Iraque.

Importa também referir duas estratégias utilizadas pelos "Novos Irmãos Ocidentais": em primeiro lugar, arrogam-se como representantes de toda uma comunidade e de expressarem o seu pensamento – funcionando como uma espécie de vanguarda. Em segundo lugar, amiúde, para implementar as suas ideias utilizam um discurso com enfoque na vitimização, sustentando que as críticas que são formuladas em relação à sua actuação são enquadráveis no conceito de islamafobia.

Ora, estas metodologias não passaram despercebidas a diversos Serviços de Informações europeus, porquanto quer em público ou em privado, já

Os "Novos Irmãos Ocidentais" não optam por um confronto aberto com o Estado, preferindo tomar medidas a médio e a longo prazo: infiltrar-se e tomar o controlo dos sistemas legislativo e judicial, e incentivar à desobediência civil.

agrogan.wordpress.com

> Não são apenas os grupos terroristas *jihadistas* que colocam ameaças às democracias liberais. Os "Novos Irmãos Ocidentais" colocam ameaças ao Estado, através da criação de um espaço separado dentro do espaço público.

demonstraram a sua preocupação em relação à utilização da "dupla linguagem" por parte dos "Novos Irmãos Ocidentais", destacando-se os Serviços de Informações da Holanda (AIVD). Urge sublinhar que os "Novos Irmãos Ocidentais" não optam por um confronto aberto com o Estado, preferindo tomar medidas a médio e a longo prazo: infiltrar-se e tomar o controlo dos sistemas legislativo e judicial, e incentivar à desobediência civil.[17] Consequentemente, os "Novos Irmãos Ocidentais" e os grupos terroristas *jihadistas* se, por um lado, têm estratégias diferentes, por outro têm um objectivo final coincidente, sendo por isso duas faces da mesma moeda.[18] Em suma, conforme sublinha Alain Chouet:[19]

"A Al-Qaeda é apenas um breve episódio e um instrumento expediente na expansão centenária da Irmandade Muçulmana. O verdadeiro perigo reside na expansão da Irmandade e um aumento da sua audiência. O lobo sabe como se disfarçar de cordeiro".[20]

O Desconhecimento da Ideologia do Islamismo por Parte de Decisores Políticos

Ora, sabendo que estamos a lidar com questões que implicam conhecimentos sobre a religião islâmica, bem como fenómenos complexos como é o caso da utilização da "dupla linguagem", importa verificar se os decisores políticos são capazes de distinguir este tipo de situações, pelo que é necessário indagar se possuem noções sobre religião e cultura islâmica.

Importa trazer a terreiro os erros inicialmente patenteados pelo Departamento de Estado Norte-Americano ao nomear clérigos radicais – apenas porque condenavam a utilização do terrorismo. Na verdade, o Conselho Muçulmano Americano, é uma organização com uma especial afinidade com a Irmandade Muçulmana, sendo que o seu fundador (Abdul Rahman al-Amoudi) foi mandatado em inúmeras missões pelo Departamento de Estado (foi conselheiro do Presidente Clinton) e até se juntou a George Bush numa cerimónia pública para rezar em nome das vítimas do 11 de Setembro. Contudo, foi condenado numa pena de 23 anos em 2004 – por actos relacionados com o financiamento ilegal do governo líbio, e co-autor moral na tentativa de assassinato de um governante saudita. Em investigações subsequentes, foi devidamente frisada a sua "dupla faceta": em público revelava o seu apreço pelas posições tomadas pelo governo dos EUA, mas em círculos restritos expressava o seu apoio aos actos praticados pelo Hamas e outros grupos terroristas.

Por outro lado, em 2006, Jeff Stein, colunista do *New York Times*, realizou uma série de entrevistas a decisores políticos norte-americanos, bem como a analistas e verificou a insipiência de conhecimentos. A título de exemplo, o Presidente do Comité de Serviços de Informações (Silvestre Reyes), não sa-

---

[12] A pretexto de defesa da sua identidade religiosa advogam a criação de tribunais específicos para aplicar a Xária, conduzida por clérigos, em detrimento dos tribunais existentes – fomentando assim uma situação de "duplo legalismo". Sobre os perigos do "duplo legalismo", vide Hunt Janin, André Kahlmeyer, Islamic Law, *The Xária From Muhammad´s Time to the Present*, North Carolina, McFarland § Company, Inc., 2007, pp.137 a 140.

[13] Por exemplo, impedem que determinadas pessoas votem ou aceitem trabalhar para o governo. Cfr. AIVD, *The Radical Dawa in Transition. The Rise of Islamic Neoradicalism in the Netherlands*, 2007, pp. 26 e 27, disponível em http://nefafoundation.org/miscellaneous/FeaturedDocs/AIVD_RadicalDawaTransition.pdf.

[14] Cfr. Reuven Paz, *The Non-Territorial Islamic States in Europe*, Novembro de 2005, disponível em http://www.e-prism.org\images\The Non-Territorial Islamic States in Europe - Nov05.doc.

[15] Cfr. Zeyno Baran, *Countering Ideologica…*, p.25.

[16] Decisão emitida por um especialista em Direito islâmico, sobre um assunto específico.

[17] Cfr. AIVD, *From Dawa to Jihad, The Various Threats From Radical Islam to the Democratic Legal* Order, 2004, pp. 40 e 41, disponível em http://www.fas.org/irp/world/netherlands/Dawa.pdf.

[18] Cfr. Lorenzo Vidino, *Aims and Methods of Europe's Muslim Brotherhood*, Hudson Institute, 1 de Novembro de 2006, disponível em http://www.futureofmuslimworld.com/research/detail/aims-and-methods-of-europes-muslim-brotherhood.

[19] Antigo Director de Serviços na DGSE (Direcção-Geral dos Serviços Exteriores) da França.

[20] Cfr. Caroline Fourest, *Discours, Stratégie et Méthode de Tariq Ramadan*, Paris, Grasset, 2004, p.103.

bia a diferença entre xiitas e sunitas.[21] [22]

Da mesma forma, o desconhecimento sobre as ameaças não-violentas, ficou bem expressa na decisão tomada pela Ministra da Integração da Holanda (Ella Vogelaar), ao escolher Hayiya Bouyafa, como parceiro para cooperação com o objectivo de promover a integração e combater a radicalização na comunidade muçulmana - sendo que aquele indivíduo estava ligado a várias organizações dos "Novos Irmãos Muçulmanos". Após a descoberta desta situação, e durante a realização de um debate parlamentar, a Ministra Holandesa demonstrou o seu desconhecimento acerca dos perigos do Islamismo, ao afirmar que Hayiya Bouyafa, não estava ligado à Irmandade Muçulmana - mas apenas a organizações islâmicas com ligações àquela organização. Como bem assinalava Lorenzo Vidino: "A pertença formal para a organização é irrelevante, porquanto aquela é determinada por conexões pessoais, ideológicas – e financeiras".[23]

Ademais, a respectiva Ministra da Integração, pelo simples facto da AIVD a ter informado que as organizações a que Hayiya Bouyafa pertencia não colocam em causa a segurança nacional (em termos do recurso à violência), entendeu que devia continuar a cooperação com aquele islamita. Assim sendo, ao proceder desta forma dividiu os candidatos em duas categorias: a primeira categoria é composta por indivíduos inseridos em actividades terroristas, que colocam em causa a segurança nacional, e com quem não devem encetar dialogo, mas os restantes podem ser parceiros de diálogo – e inclusive de cooperação. Todavia, esqueceu-se que existe uma terceira tipologia, nela se incluindo os indivíduos que, embora não envolvidas em actividades terroristas podem ter uma ideologia e uma agenda incompatível com o objectivo da integração e das democracias liberais.[24]

"Os Novos Irmãos Ocidentais": Diálogo ou Cooperação?

Por conseguinte, verificou-se que alguns decisores políticos demonstram poucos conhecimentos sobre o Islão, sobre o Islamismo e as suas realidades complexas, pelo que não conseguirão compreender as ambiguidades e as armadilhas resultantes da "dupla linguagem", de molde a evitar que afirmações radicais passem por moderadas. Vejamos o seguinte exemplo: como qualificar a afirmação de Tariq Ramadan (neto de Hassan al-Banna), que num debate com o então ministro Nicholas Sarkozy (e comentando a condenação à morte através do apedrejamento de uma mulher supostamente adúltera) defendeu que às mulheres adúlteras não deviam ser aplicadas as disposições da Xária – defendendo assim a aplicação de uma moratória.

Esta tomada de posição foi interpretada como bastante moderada e até aplaudida por diversos decisores políticos, especialmente porque a posição da aplicação de uma moratória por parte de Tariq Ramadan foi alvo de múltiplas críticas por parte de clérigos radicais – o que apenas é elucidativo da vacuidade de conhecimentos sobre a Xária.

A Xária literalmente significa "o Caminho" correspondendo à designação utilizada para qualificar o Direito islâmico suportada em quatro fontes: o Corão, as tradições do profeta *suna/ahadith*, a *ijima* (consenso) e por fim as *quiyyas* (analogia). Todavia, mesmo em situações sobre as quais existem versos (claros e precisos) no Corão, até o formalismo da letra da lei não constitui um obstáculo, porquanto podem ser perfeitamente interpretados de molde a compaginar as realidades do Islão com a modernidade.[25] De facto, se se admite uma reinterpretação dos versos do Corão que abordam questões sobre a astronomia, procedendo-se assim a uma interpretação moderna face aos actuais conhecimentos científicos, por que não fazer o mesmo tipo de interpretação sobre as penas corporais? A título de exemplo, deve ser defendido que estas devem ser substituídas por penas de prisão, especialmente levando em linha de conta que no contexto da península arábica do século VII, aquelas não eram aplicadas.[26]

Assim sendo, existem interpretações modernas que defendem que a lapidação das mulheres é contra o seu espírito porquanto o contexto da aplicação daquela pena já não se verifica – pelo que, a resposta de Tariq Ramadan, não pode ser considerada como a de um moderado. Ademais, tal tipo de interpretação implica caucionar que a Xária é um corpo monolítico que apenas admite uma única interpretação e, refira-se de passagem, que o apedrejamento de adúlteros também está mencionado na Bíblia (Levítico 20:2). No fundo, se algum "fundamentalista cristão", defender que a Bíblia é a palavra de Deus e que se deve aplicar literalmente o que está lá escrito, certamente não passará por moderado se também defender a aplicação de uma moratória relativamente à pena de apedrejamento pela prática do adultério.[27]

Desta forma, é primordial o conhecimento das realidades teológicas do Islão, para se aferir se as respostas são moderadas. Neste contexto, importa salientar o papel fundamental desempenhado pela Quilliam Foundation – que foi fundada por Ed Husain e Maajid Nawaz (antigos islamitas) e que criaram este *Think Thank* dedicado ao combate ao

extremismo islâmico. Os membros da Quilliam Foundation têm-se deslocado a universidades britânicas e foram recebidos por decisores políticos da Grã-Bretanha e EUA, bem como no seu sítio da internet[28] estão disponíveis importantes documentos destinados ao combate ao extremismo islâmico. Além disso, também participam em eventos para confrontar e desmistificar as ideias defendidas por islamitas radicais – e com sucesso devidamente assinalável. No fundo, este *Think Thank* combate o extremismo e dirige-se às comunidades muçulmanas, não apenas apelando à sua fé, mas também promovendo pluralismo e valores seculares.

Agora, chegados a este ponto, importa distinguir entre diálogo e cooperação que são realidades aparentemente similares, mas que não devem ser confundidas. Na verdade, como o próprio nome indica, a cooperação implica um comportamento activo por parte de entidades governamentais em relação a determinadas organizações, nela se incluindo a possibilidade de dar-lhes acesso a funcionários superiores, promover o seu reconhecimento público, e inclusive apoiando ou concedendo ajuda financeira. Contudo, como contrapartida, se um Governo coopera, isto implica que determinados valores fundamentais das sociedades democráticas têm de ser defendidas, integralmente e sem reservas, por essas organizações. Afinal, como se tentará rebater ideias extremistas se empregar organizações, que defendem essas ideias?

Em termos práticos qual é o perigo da cooperação, com os "Novos Irmãos Muçulmanos"? Esta manifesta-se, com uma especial incidência, em duas vertentes: a primeira reside na habitual argumentação utilizada para condenação do terrorismo e para que os muçulmanos não enveredem por essas actividades. De facto, não condenam o terrorismo e a violência devido às amplas liberdades e direitos

religiousintelligence.org

Caroline Fourest (autora de "Frére Tariq") acusa Tariq Ramadan (Neto de Hassan al-Banna), de promover uma "dupla linguagem" para esconder as suas verdadeiras intenções rumo à islamização da Europa.

conferidas pelos Estados europeus, mas inclusivamente criticam a igualdade entre os sexos, a democracia, os partidos políticos, realidades incompatíveis com o Islão. Ademais, compreendem as frustrações dos muçulmanos, bem como até concordam que a sua causa é justa rumo à implementação de um Estado Islâmico e da Xária em países europeus. Todavia, frisam que não é adequado tomar posições violentas quando se está numa posição minoritária (em termos demográficos) e que a utilização da violência coloca em causa o trabalho feito a longo prazo pelos "Novos Irmãos Ocidentais" – e que até corresponde à mesma agenda política. Resumindo, toda

[21] Cfr. Tom Baldwin, *New House Intelligence Committee Chair Short on Intelligence*, The New York Times, 13 de Dezembro de 2006, disponível em http://www.foxnews.com/story/0,2933,236199,00.html. Ver igualmente a entrevista de Jeff Stein, a relatar estes eventos, disponível nesta ligação do Youtube: http://t.co/gknLDkx.

[22] Em termos muito sucintos, corresponde à designação para qualificar os diferentes ramos do Islão, que inicialmente apenas se reconduziam à questão da liderança da comunidade islâmica após a morte de Maomé. Para os sunitas, qualquer um podia desempenhar essa função. Ao invés, para os xiitas (shiat ali – partidários de Ali), entendem que Ali (primo, genro de Maomé e casado com a sua filha Fátima) devia ter imediatamente sucedido a Maomé entendendo que o líder da comunidade deve ser um seu descendente – designado como imã. Porém, dentro do xiismo, a partir do 5.º imã, têm surgido diversas cisões relacionadas com o seu reconhecimento de que são exemplo os zaiditas, os ismailitas.

[23] Cfr. Lorenzo Vidino, *The Muslim*.., p. 25.

[24] Cfr. Lorenzo Vidino, *The Muslim*…, p. 26.

[25] Sobre o conceito de Xária, ver Francisco Jorge, *Ameaças Comuns Colocadas por Grupos Dawa e Jihad: o Combate às Distorções Religiosas*, Estratégia, Coordenação de Adriano Moreira e Pinto Ramalho, Volume XIX, Instituto Português de Conjuntura Estratégica, 2010, pp. 342 a 347.

[26] Cfr. Ali A. Mazrui, *Human History as Divine Revelation: a Dialogue*, *in* John J. Donohue, John L. Esposito (Coord), *Islam in Transition, Muslim Perspectives*, New York, Oxford University Press, 2.º Edition, 2007, pp. 507 a 512.

[27] Como último apontamento, a própria proposta de "moratória" por parte de Tariq Ramadan encerra em si mesmo as ambiguidades de uma "dupla linguagem", para esconder a verdadeira intenção: a moratória apenas vigoraria até ao momento em que o número de crentes islâmicos fosse em número suficiente, para impor a sua visão da Xária a toda a população ocidental.

[28] http://www.quilliamfoundation.org.

Os membros da Quilliam Foundation têm-se deslocado a universidades britânicas e foram recebidos por decisores políticos da Grã-Bretanha e EUA, bem como no seu sítio da internet estão disponíveis importantes documentos destinados ao combate ao extremismo islâmico.

esta argumentação visa preservar uma suposta "identidade islâmica", considerada incompatível com as democracias liberais, sendo certo que os eventuais ganhos de segurança a curto prazo seriam esbatidos pelas implicações a longo prazo em termos de coesão social.

Em segundo lugar, caso alguns governos europeus passem a cooperar com os "Novos Irmãos Ocidentais", aqueles projectariam poder junto das comunidades islâmicas e ficariam investidos de legitimidade e credibilidade para as influenciar – de acordo com a sua visão do Islão. A título de exemplo, poderiam nomear capelões, a prerrogativa de adoptar livros sobre a sua visão do Islão e até propor a construção de hospitais, tribunais específicos (no qual seria aplicado a sua interpretação da Xária) de acordo com a "identidade islâmica" por eles defendida.

É certo que, existem vantagens em não isolar os "Novos Irmãos Ocidentais", o que daria azo a maior vitimização e legitimação do seu discurso. Aliás, como salienta Gilles Kepel, a criação de organizações muçulmanas que tentam a acomodação entre o Ocidente e o Islão é comparável ao fenómeno do eurocomunismo, em que os partidos comunistas procuraram um compromisso e uma adaptação às democracias europeias deixando de lado o leninismo e a ligação à União Soviética.[29] Ademais, Jytte Kalusen defende que grupos como a Irmandade Muçulmana tentam influenciar o processo de integração nas sociedades europeias, mas também é certo que aquela será mudada no decurso desse processo.[30] Quanto a este aspecto, é prematuro sustentar que os "Novos Irmãos Ocidentais" se possam adaptar a um sistema democrático, mas apenas a manutenção do diálogo é uma forma de os pressionar a alterar o seu comportamento com vista à mudança das suas práticas.

Notas conclusivas

Por tudo quanto foi discorrido e em jeito de considerações finais, os "Novos Irmãos Ocidentais" devem ser apenas alvo de diálogo por parte dos diversos governos ocidentais, e não de uma qualquer forma de cooperação, visando a mudança do seu comportamento e da sua agenda política, sendo igualmente necessário o conhecimento sobre o Islamismo e das realidades complexas do Islão por parte de decisores políticos.

Biografia

Francisco Jorge Gonçalves é Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais: Segurança e Defesa, pelo Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa. Encontra-se a tirar o Doutoramento na mesma Faculdade e na mesma área científica. É Licenciado em Direito e em História.

Foi Oficial do Exército Português (sempre colocado no Gabinete do Comandante da Logística) entre 28 de Outubro de 1998 a 6 de Janeiro de 2008. Presentemente, é Técnico Superior a desempenhar funções na Direcção-Geral dos Serviços Prisionais (DGSP).

Bibliografia:

- AIVD, *From Dawa to Jihad, The Various Threats From Radical Islam to the Democratic Legal* Order, 2004, consultado em 22 de Junho de 2007, disponível em http://www.fas.org/irp/world/netherlands/Dawa.pdf;

- ——, *Violent Jihad in the Netherlands. Current Trends in the Islamist Threat*, 2006; consultado em 22 de Junho de 2007, disponível em http://www.fas.org/irp/world/netherlands/violent.pdf;

- Al-QARADAWI, Yusuf, The Priorities of the Islamic Movement in the Coming Phase, Awakening, 2000;

- BALDWIN, Tom, *New House Intelligence Committee Chair Short on Intelligence*, New York Times, 13 de Dezembro de 2006; Consultado em 10 de Janeiro de 2010, disponível em http://www.foxnews.com/story/0,2933,236199,00.html;

- BARAN, Zeyno, *Countering Ideological Support for Terrorism in Europe: Muslim Brotherhood and Hizb ut-Tahrir – Allies or Enemies*? Quarterley Journal, Inverno de 2006, consultado em 12 de Dezembro de 2008, disponível em https://consortium.pims.org/filestore2/download/3607/Countering-%20Ideological%20Support% 20for%20Terrorism%20-in%20Europe_Zeyno% 20BARAN.pdf;

- ------ (coord.), *The Other Muslims: Moderate and Secular*, Palgrave Macmillan, 2010;

- DONOHUE, John J, ESPOSITO, John L (Coord.), *Islam in Transition, Muslim Perspectives*, New York, Oxford University Press, 2.º Edition, 2007;

- FOUREST, Caroline, *Discours, Stratégie et Méthode de Tariq Ramadan*, Paris, Grasset, 2004;

- GONÇALVES, Francisco Jorge, *Ameaças Comuns Colocadas por Grupos Dawa e Jihad: o Combate às Distorções Religiosas*, Estratégia, Coordenação de Adriano Moreira e Pinto Ramalho, Volume XIX, Instituto Português de Conjuntura Estratégica, 2010;

- -------, *As Novas Dimensões de Recrutamento do Terrorismo Jihadista: o Sistema de Conscrição e de Auto-Recrutamento* Revista Segurança e Defesa n.º 13,Marco/Junho, 2010;

- --------, *O Islamismo Radical e as Suas Ameaças Não Violentas*, Estratégia, Coordenação de Adriano Moreira e Pinto Ramalho, Volume XIX, Instituto Português de Conjuntura Estratégica, 2011;

- HABECK, *Mary, Knowing the Enemy: Jihadist Ideology and the War on Terror*, New Haven, Yale University Press, 2007;

- HOURANI, Albert, *A History of the Arab Peoples*, London, Faber and Faber, 2005 (1991);

- JANIN, Hunt, KAHLMEYER, André, *Islamic Law, The Xária From Muhammad´s Time to the Present*, North Carolina, McFarland § Company, Inc., 2007;
- KEPEL, Gilles, *The War for Muslim Minds. Islam and the West*. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 2004;
- KLAUSEN Jytte, *The Islamic Challenge: Politics and Religion in Western Europe*, Oxford University Press, 2008;
- KUNG, Hans, *Islão. Passado, Presente e Futuro*, Coimbra, Edições 70, 2010;
- MALIK, Kennan, *From Fatwa to Jihad. The Rusdie Affair and its Legacy*, London, Atlantic Books, 2009;
- MITCHEL, Richard P., *The Society of the Muslim Brothers, Oxford*, Oxford University Press, 1993 (1969);
- NAWAZ, Maajid, *In and Out of Islamism*, Quilliam Foundation, consultado em 1 de Março de 2010, disponível em http://www.quilliamfoundation;
- OLIVIER, Roy, Globalizzed Islam: *The Search for a New Ummah*, Londres, Hurst, 2004;
- PAZ, Reuven, *The Non-Territorial Islamic States in Europe*, Novembro de 2005, vide http://www.e-prism.org\images\The Non-Territorial Islamic States in Europe – Nov05.doc;
- QUILLIAM FOUNDATION, *Progress Report 2009-2010, Making Our Country Better, Safer and Prouder*, 2009-2010, consultado em 1 de Março de 2010, disponível em http://www.quilliamfoundation.org/images/stories/Annual-Report-2009-2010-V13.pdf;
- STEIN, Jeff, *Can You Tell a Sunni From a Shiite?*, The New York Times, 17 de Outubro de 2006, Consultado em 10 de Janeiro de 2010, Disponível em http://www.nytimes.com/2006/10/17/opinion/17stein.html;
- STERN, Jessica, *Terror in the Name of God: Why Religious Militants Kill*, Harper Perennial, 2004;
- VIDINO, Lorenzo, *Aims and Methods of Europe's Muslim Brotherhood*, Hudson Institute, 1 de Novembro de 2006, consultado em 1 de Janeiro de 2009, disponível em http://www.futureofmuslimworld.com/research/detail/aims-and-methods-of-europes-muslim-brotherhood.
- -----, *The New Brotherhood in the West*, Columbia University Press, 2010;
- ------, *Countering Radicalization in America*: Lessons from Europe, Special Report for the United States Institutes of Peace, November 2010; http://www.usip.org/publications/countering-radicalization-in-america
- ------, *The Muslim Brotherhood in the West: Evolution and Western Policies*, Report for the International Centre for the Study of Radicalisation (ICSR), King's College London, Março 2011, consultado em 19 de Julho de 2011, disponível em http://icsr.info/publications/papers/1300106834ICSR-TheNewMBintheWest.pdf.

---

[29] Cfr. Gilles Kepel, *The War for Muslim Minds. Islam and the West*. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 2004, p. 286. No mesmo sentido, Jytte Klausen, *The Islamic Challenge: Politics and Religion in Western Europe*, Oxford University Press, 2008, pp. 207 e 208.

[30] Cfr. Jytte Kalusen, *The*…, p. 209.

Regulamento do "Prémio *Jornal do Exército*"

O *Jornal do Exército* (*JE*) promove anualmente o concurso para o prémio em epígrafe, que se rege pelas seguintes disposições:

1. Finalidade

O concurso visa estimular a reflexão e a criatividade de militares e civis para tratarem assuntos com particular interesse para o Exército, nos múltiplos aspectos de que a Instituição Militar se reveste e que, de alguma forma, enriqueçam o seu património ou contribuam para a sua própria valorização profissional e pessoal.

2. Trabalhos

Ao concurso serão admitidos os trabalhos inéditos que:

2.1 Abordem temas de natureza científica, cultural, histórica ou artística de qualquer forma ligados ao Exército ou às Forças Armadas;

2.2 Possuam nível literário que, no entender da Direcção do *JE*, permita a sua publicação;

2.3 Não excedam 10 páginas de formato A4 dactilografadas a 2 espaços;

2.4 Sejam indicados, pelos seus autores, para concorrerem ao prémio *JE*, ou para tal seleccionados pela Direcção do *Jornal do Exército*.

3. Publicação

Os trabalhos, que satisfaçam às condições dos números anteriores, serão publicados quando tal seja possível, considerando as conveniências decorrentes do estatuto editorial do *JE*.

4. Prémio

O "Prémio *Jornal do Exército*" para 2011 é atribuído pelo Banco Santander Totta, conforme protocolo, sob a forma de cartão-presente e compreende três graus: 1.º, 2.º e 3.º classificados, sendo os respectivos valores estipulados, anualmente, por despacho do General CEME, sob proposta do *JE*.

A sua entrega aos contemplados deverá ser efectuada, em princípio, no dia 11 de Janeiro, dia festivo do *Jornal do Exército*.

5. Júri

Para apreciação e classificação dos trabalhos admitidos a concurso, será nomeado, por despacho do General CEME, um júri que:

5.1 Será composto por:
1 oficial a designar pelo Estado-Maior do Exército;
1 oficial do Exército a designar pela Academia Militar;
1 oficial a designar pela Direcção de História e Cultura Militar.

5.2 Será secretariado por um oficial do *JE*;

5.3 Poderá decidir não atribuir qualquer grau do prémio, se entender que a qualidade dos trabalhos assim o exige.

Nota de redacção:

Para o ano de 2011, o prémio a que se refere o nº 4 foi fixado em:

1º Classificado .... Cartão Presente no valor de 500 Euros

2º Classificado .... Cartão Presente no valor de 300 Euros

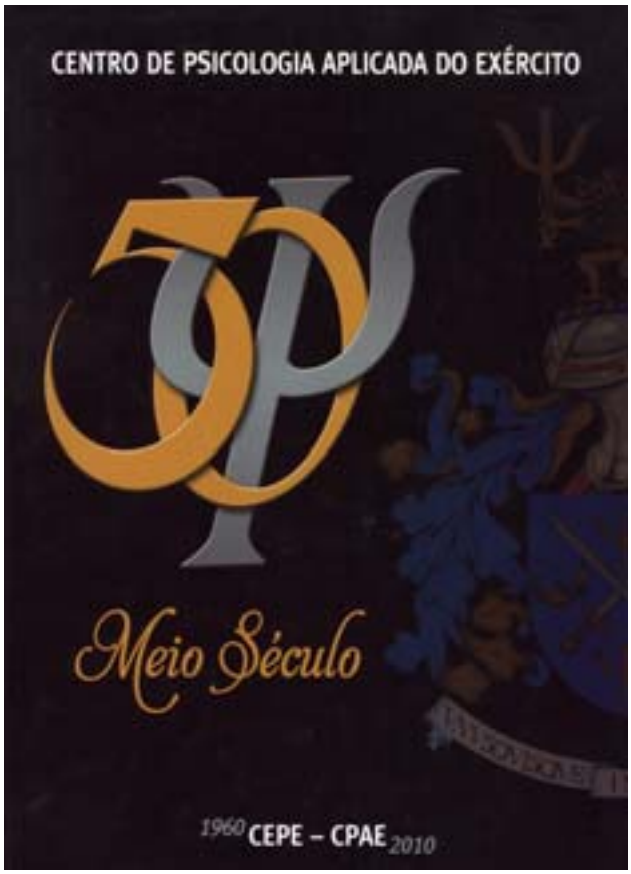
3º Classificado .... Cartão Presente no valor de 200 Euros

Resolução de Conflitos. O papel do instrumento militar no actual contexto estratégico. O exemplo do Kosovo

Aliando a sua experiência militar ao trabalho académico de Mestrado em Estudos da Paz e da Guerra, o Tenente-Coronel António José Oliveira, reflecte sobre o papel actual do instrumento militar, recorrendo ao conflito que opôs sérvios e albaneses no Kosovo.

A visão tradicionalista da utilização da força militar - conquista e defesa da integridade territorial – deu lugar à aplicação da força das armas em contextos de resolução de conflitos. As mudanças ocorridas, a entrada de novos actores que retiraram o monopólio do Estado em questões militares, o papel das Nações Unidas e da Organização do Tratado do Atlântico Norte, são alguns dos temas aos quais o autor recorre para contextualizar o panorama actual e construir um quadro coerente para a compreensão doa desafios futuros do instrumento militar.

OLIVEIRA, António José, *Resolução de Conflitos. O papel do instrumento militar no actual contexto estratégico. O exemplo do Kosovo*. Esfera do Caos – Julho de 2011. 1.ª Edição.



50Ψ – Meio Século

Esta publicação, alusiva à história do Centro de Psicologia Aplicada do Exército (CPAE) mostra as diversas características que se constituíram para o desenvolvimento do estudo e aplicação da Psicologia Militar, no Exército Português.

Esta obra é constituída por quatro grandes partes, em que as três primeiras traduzem o percurso cronológico, desde a sua criação até às perspectivas do seu prolongamento no tempo, e uma quarta parte onde são explanados os fundamentos dos testemunhos daqueles que, de alguma forma, se relacionaram com esta instituição.

No entender do Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho, este Livro de Ouro do CPAE, editado por ocasião da comemoração dos 50 Anos do Centro de Psicologia Aplicada do Exército, [faz transparecer que] o percurso também significou uma adaptação constante não só às realidades científicas que lhe outorgaram maiores possibilidades de rigor e maior campo de acção, mas também uma resposta contínua às solicitações que a mudança no contexto estratégico de actuação das forças do Exército exigiu. É de referir, em particular, a excelente resposta do CPAE à alteração do modelo de serviço militar de obrigatório para o de voluntários e que determinou uma viragem nas áreas de esforço do CPAE. Essa resposta foi dada de forma muito profissional, consistente e total, quer técnica, quer cientificamente.

AAVV, 50Ψ - *Centro de Psicologia Aplicada do Exercito - Meio Século* (1960-2010), Edição CPAE, Setembro 2010

jornal do Exército

Pretendo assinar o *Jornal do Exército*

Para encomendar basta fotocopiar o cupão e enviar para *Jornal do Exército*, Largo S. Sebastião da Pedreira – 1069-020 LISBOA

Nome: _____ Profissão: _____

Morada: _____

Código Postal: _____ Localidade: _____ Telefone: _____

(Só para Militares) Posto: _____ Ramo das FA: _____ NIF: _____

Assinatura Anual – Continente e Ilhas: € 20.00 - Via Aérea: Países Europeus € 45.00 - Restantes Países € 65.00
Para pedido de números atrasados, ou encadernações, contacte-nos para: Largo S. Sebastião da Pedreira - 1069-020 Lisboa, Tel: 213 567 700 ou via email: jornal.exercito@sapo.pt

PARA PAGAMENTO DA MINHA ASSINATURA

TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA: Nacional 0781 0112 0112 0011 6976 9 – D.G.T.

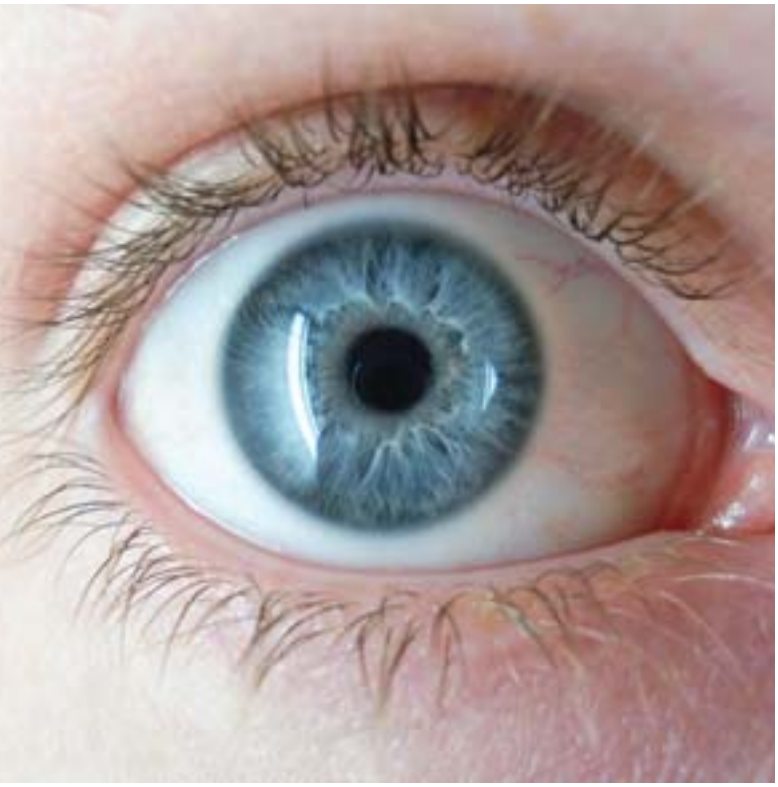
CHEQUE: junto envio o Cheque n.º - _____ s/Banco - _____ à ordem da Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, IP.

VALE POSTAL Nº _____ no valor de _____

Descolamento de retina

O descolamento de retina é uma urgência oftalmológica, que requer rápida intervenção cirúrgica para preservação da visão.

A retina é a camada fotossensível que reveste a superfície interna do globo ocular, onde são focadas as imagens que vemos, funcionando como a película numa máquina fotográfica. Quando se descola, a retina afasta-se da camada subjacente, a coroideia, que lhe fornece nutrientes e oxigénio, ocorrendo perda celular. Quanto mais prolongado for esse afastamento, maior o risco de perda permanente de visão.



Fonte: wikimedia commons

Felizmente, o descolamento de retina tem com frequência sintomas de alarme claros, que devem motivar o rápido recurso ao médico oftalmologista, de modo a permitir a atempada intervenção terapêutica.

Os sintomas visuais característicos do descolamento de retina incluem: aumento gradual ou súbito de moscas volantes (pontos escuros, de formas diversas, móveis, que parecem flutuar no campo de visão), flashes luminosos (como relâmpagos ou flashes fotográficos), aparecimento de uma sombra ou cortina sobre uma determinada área do campo de visão e/ou turvação da visão.

Existem essencialmente três tipos de descolamento de retina: regmatógeno (ocorre uma solução de continuidade (buraco ou rasgadura) na retina, através da qual se acumula liquido subretiniano afastando-a das camadas subjacentes; o tipo mais comum); traccional (caracteriza-se pela ocorrência de tecido fibrovascular na superficie retiniana que tracciona a retina, afastando-a das restantes estruturas); e exsudativo (resulta da acumulação de liquido subretiniano, sem buraco ou rasgadura, relacionado com doenças inflamatórias e vasculares da retina).

O risco de descolamento de retina é de 5 para 100000 por ano, e é maior em indivíduos com mais de 40 anos de idade. Estão em maior risco: altos míopes (mais de 6 dioptriasa), indivíduos com antecedentes de descolamento de retina no olho contralateral ou história familiar, após cirurgia de catarata, associado a outras doenças oculares (como retinopatia diabética) e após traumatismo ocular.

O tratamento do descolamento de retina é cirúrgico.

Os buracos e rasgaduras retinianas, quando detectados antes do desenvolvimento do descolamento de retina, podem ser tratados por fotocoagulação laser ou criopexia.

A fotocoagulação laser consiste na aplicação de múltiplas pequenas "queimaduras" em redor das soluções de continuidade retinianas, de modo a "soldar" a retina às estruturas subjacentes. Na criopexia aplica-se frio intenso de modo a "congelar" a retina na zona dos buracos e rasgaduras, levando à formação de uma cicatriz que vai levar à sua fixação às restantes estruturas.

No descolamento de retina, a escolha da técnica cirúrgica depende do tipo, tamanho e localização do descolamento. As técnicas actualmente disponíveis incluem: retinopexia penumática (injecção de um gás expansível na cavidade vítrea, que vai empurrar a retina para a sua posição natural), indentação escleral (aplicação na esclera de peças de silicone na zona de retina descolada, ou ao longo da circunferência do globo ocular, de modo a reduzir a tracção sobre a retina) e vitrectomia (extracção do conteúdo vítreo através de pequenas incisões esclerais, que pode ser substituído por solução salina, gás expansível ou óleo de silicone com o objectivo de manter aplicada a retina). Muitas vezes recorrem-se a múltiplas combinações das diferentes técnicas.

A cirurgia nem sempre é bem sucedida na reaplicação da retina, assim como a retina reaplicada não significa recuperação visual. O prognóstico visual depende essencialmente do tempo de evolução do descolamento de retina, e do envolvimento eventual da área de visão central, a mácula. Deste modo, é importante divulgar os sintomas e sinais de alarme de modo a permitir o seu rápido reconhecimento e atempado recurso ao médico oftalmologista.

Dra. Ana Fonseca

alm OFTALMOLASER
oftalmologia médica e cirúrgica

www.alm.pt

PROMOVER, PREVENIR, TRATAR E CUIDAR A SAÚDE DOS SEUS OLHOS

A **ALM OFTALMOLASER** é uma clínica especializada na prestação de serviços de oftalmologia, com modernas instalações em Lisboa, e dispõe de uma cuidada equipa de profissionais que garante um serviço de excelência ao doente e ao acompanhante.

A nossa clínica está preparada para responder ao tratamento de todas as patologias oftalmológicas, com a prestação de um serviço de qualidade igual ou superior, ao praticado em clínicas internacionais.

Estamos dotados com todas as tecnologias de ponta e aplicamos as técnicas cirúrgicas mais recentes, acompanhando todos os avanços que são feitos neste âmbito.

Consultas de Oftalmologia
- Geral
- Especialidade

Exames
- Retinografia
- Angiografia Fluoresceínica
- Angiografia Verde Indocianina
- Ecografia
- Biometria
- Electrofisiologia Ocular
- Neurofisiologia
- Microscopia Especular
- Paquimetria
- Perimetria Computorizada
- Topografia Corneana (Orbscan)
- Zyoptic
- OCT

Terapêutica Fotodinâmica

Cirurgias
- Catarata
- Estrabismo
- Glaucoma
- Vitreo-retiniana
- Lentes Intraoculares para correcção da Miopia
- Cirurgia da Criança

Cirurgias Laser (Excimer) - Lasik
- Miopia
- Hipermetropia
- Astigmatismo

Tratamentos Laser Argon e Yag
- Diabetes
- Glaucoma

alm
Rua Dr. Nicolau Bettencourt, nº 39 e 41 | 1050-078 Lisboa
Tel: 213 838 560/2 | Fax: 213 838 563/9
Telemóvel: 969 803 883/4 - 939 654 156 - 917 418 247
alm.omc@alm.pt

ACORDOS: ADM, Advance Care, CML, Caixa Geral de Depósitos, PSP, Companhias de Seguros, Comp. de Seguros Tranquilidade, Médis, Maxicare, Multicare, PT-ACS, SAMS Quadros, ADSE, IASFA - Instituto de Acção Social das Forças Armadas, SAMS SBSI, SAMS SIB, Savida, Unimed

PLANO DE SAÚDE DENTÁRIO EXCLUSIVO

PARA OS MILITARES E CIVIS DO **EXÉRCITO PORTUGUÊS**, INCLUINDO AS SUAS FAMÍLIAS

Já não custa ter um sorriso bonito e uma boca saudável

Preço: 30€ pessoa/ano - (Preço família, especial de lançamento 75€/ano incluíndo cônjuge e descendentes)

VANTAGENS:

- Mais de **3000 médicos dentistas** à sua disposição em todo o território nacional e ilhas.
- **Todas as especialidades cobertas** e todos os tratamentos que possa necessitar.
- **Clínicas seleccionadas** que cumprem os máximos standards de Qualidade.
- **Redução dos custo nos tratamentos em mais de 50% do preço privado** (ver tabela completa na página Web).
- **Tratamentos preventivos e mais frequentes SEM CUSTO.**

TRATAMENTOS	PLANO DE SAÚDE EXÉRCITO / DENTALREDE	PREÇOS MÉDIOS EM PRIVADO
CONSULTAS E VISITAS DE ESPECIALIDADE	SEM CUSTO	30,00€
DESTARTARIZAÇÃO (LIMPEZA)	SEM CUSTO	40,00€
RADIOGRAFIAS	SEM CUSTO	10.00€
COROAS E PONTES DE CERÂMICA	240.00€	400.00€
ORTODÔNTIA	255,00€ (POR APARELHO)	500,00€ (POR APARELHO)
EXTRACÇÕES SIMPLES	SEM CUSTO	30,00€

Ver toda a informação
www.Dentalrede.pt/parceiros/exercito português

INSCREVA-SE JÁ!!!

Fale connosco através do

808 201 665

Novembro de 1889. Uma expedição comandada pelo major Serpa Pinto é enviada com o fim de afirmar a soberania portuguesa nos territórios do lago Niassa. Pereira Ferraz, um engenheiro que seguia no destacamento, é enviado com 200 praças, para ir até Mupasso pacificar um grupo de indígenas que demonstravam alguma hostilidade em relação a Portugal.

A 8 de Novembro o destacamento de Pereira Ferraz depara com um grupo de macololos que pareciam aguardá-lo fora da paliçada do aldeamento de Mupasso. Num mastro estava hasteada uma bandeira inglesa...
!?

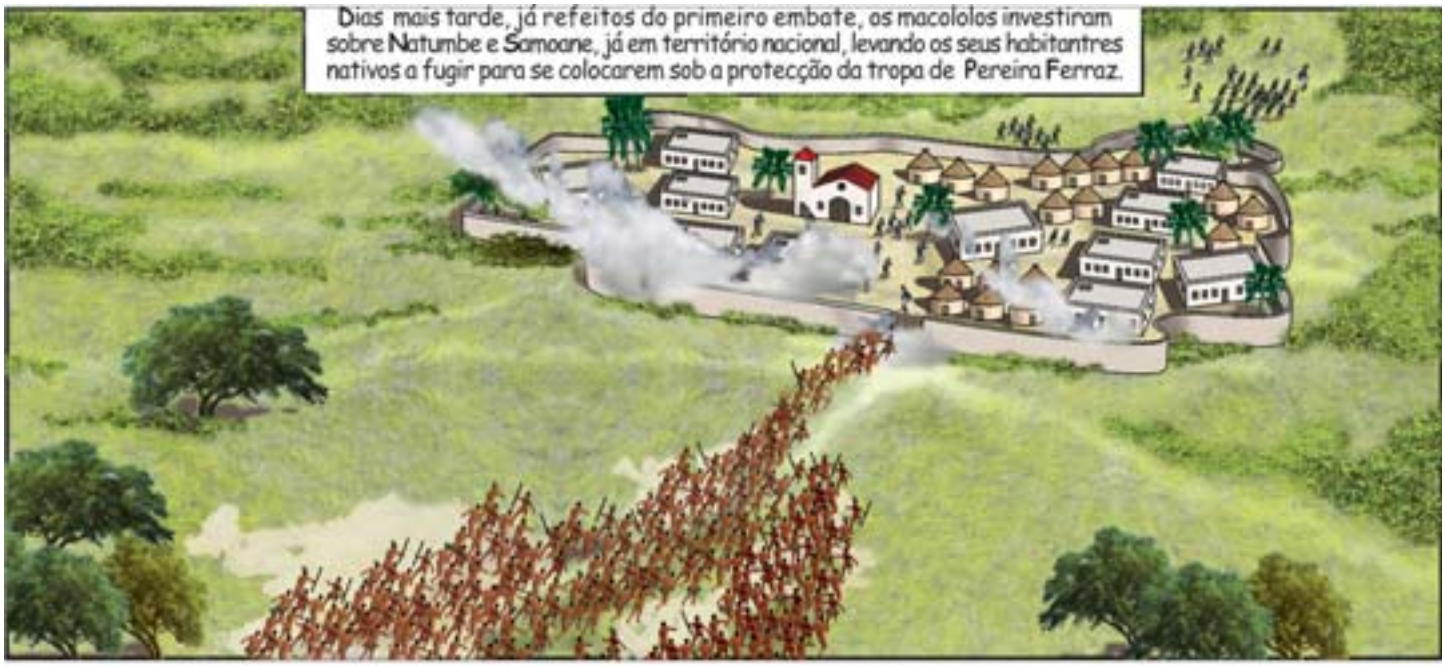
O engenheiro Pereira Ferraz comunicou por gestos que pretendia parlamentar...

O que parecia ser o líder dos macololos fez sinal para que avançasse...

Cuidado, senhor. Pressinto qualquer coisa de estranho no comportamento deles
Também eu, sargento. Mas agora não podemos mostrar fraquezas. Arriscamos!...

As desconfianças do sargento justificaram-se, pois quando os dois europeus se aproximaram foram alvejados pelos tiros das espingardas de pedreneira que os nativos empunhavam...
Felizmente que a pontaria deles é deplorável!...
Eu não dizia?...

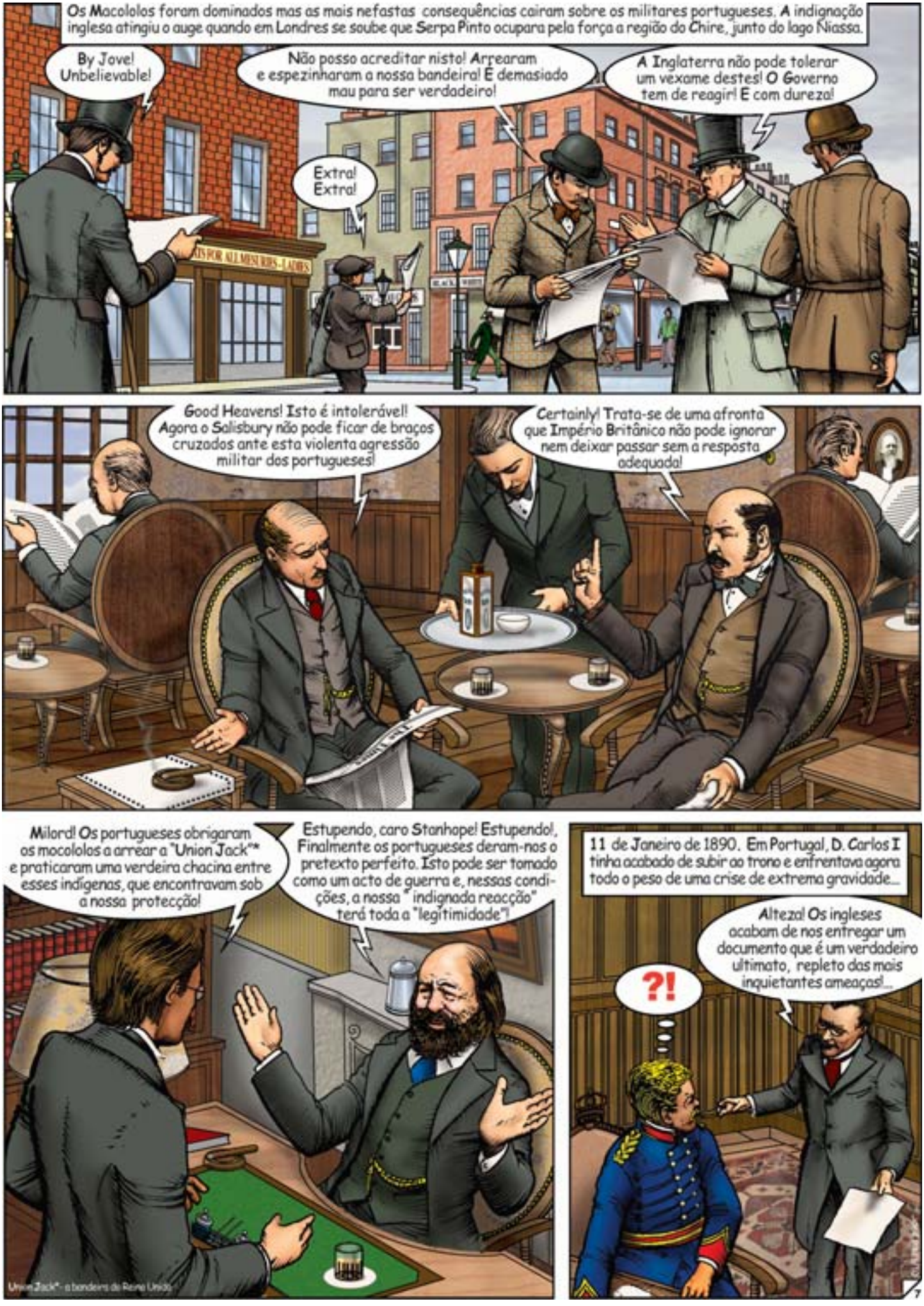
Os militares portugueses responderam ao fogo, fazendo seis baixas entre os nativos e fazendo fugir todos os restantes macololos sublevados...
5


Dias mais tarde, já refeitos do primeiro embate, os macololos investiram sobre Natumbe e Samoane, já em território nacional, levando os seus habitantres nativos a fugir para se colocarem sob a protecção da tropa de Pereira Ferraz.

Informado destes acontecimentos, o major Alexandre Serpa Pinto avança com as suas tropas sobre os indígenas sublevados, provoca-lhes 72 baixas e detém alguns dos elementos tribais mais importantes...

Serpa Pinto arreia a bandeira inglesa hasteada em Mupasso e iça no seu lugar o pavilhão azul e branco português. O sultão Macanjira e outros régulos prestam vassalagem a Portugal...

6


Os Macololos foram dominados mas as mais nefastas consequências caíram sobre os militares portugueses. A indignação inglesa atingiu o auge quando em Londres se soube que Serpa Pinto ocupara pela força a região do Chire, junto do lago Niassa.
By Jove! Unbelievable!
Não posso acreditar nisto! Arrearam e espezinharam a nossa bandeira! É demasiado mau para ser verdadeiro!
A Inglaterra não pode tolerar um vexame destes! O Governo tem de reagir! E com dureza!
Extra! Extra!
Good Heavens! Isto é intolerável! Agora o Salisbury não pode ficar de braços cruzados ante esta violenta agressão militar dos portugueses!
Certainly! Trata-se de uma afronta que Império Britânico não pode ignorar nem deixar passar sem a resposta adequada!
Milord! Os portugueses obrigaram os macololos a arrear a "Union Jack"* e praticaram uma verdeira chacina entre esses indígenas, que encontravam sob a nossa protecção!
Estupendo, caro Stanhope! Estupendo!, Finalmente os portugueses deram-nos o pretexto perfeito. Isto pode ser tomado como um acto de guerra e, nessas condições, a nossa "indignada reacção" terá toda a "legitimidade"!
Union Jack - a bandeira do Reino Unido
11 de Janeiro de 1890. Em Portugal, D. Carlos I tinha acabado de subir ao trono e enfrentava agora todo o peso de uma crise de extrema gravidade...
?!
Alteza! Os ingleses acabam de nos entregar um documento que é um verdadeiro ultimato, repleto das mais inquietantes ameaças!...
7

€2,00 (IVA incluído)
Ano LII – nº 612
Dezembro de 2011

jornal do

Exército

Apresentação do novo CEME

Soluções mais55

Connosco o seu ordenado ou reforma tem mais valor.

Adira à Super Conta mais55 e saiba tudo o que o seu ordenado ou reforma lhe podem dar.

No Santander Totta trabalhamos todos os dias mais para merecer a confiança dos nossos Clientes. Para lhe podermos disponibilizar as soluções que dão mais valor ao seu ordenado ou reforma.

Domicilie o seu ordenado ou reforma no mínimo por 25 meses e receba, sem sorteio, à sua escolha:

Oferta Exclusiva

Câmara de Filmar Toshiba Camileo P20

Máquina de Café Delta Qool

LCD AV Toshiba 19"

GPS Garmin nüvi 2200

Máquina Fotográfica Samsung ES80

Para ordenados a partir de 375€ ou reformas a partir de 300€*

Para ordenados ou reformas a partir de 1.500€*

Conheça ainda as Soluções de Poupança mais55 que oferecem ao seu dinheiro toda a segurança com uma rentabilidade muito atractiva!

* O valor mínimo de ordenado ou reforma líquido domiciliado para acesso a um dos equipamentos é de 375€ e 300€ respectivamente, excepto para o LCD TV que é de 1.500€. O pedido de equipamento deve ser efectuado pelo Cliente até 31 de Dezembro de 2011 (válido para novas domiciliações de ordenado ou reforma), devendo a 1ª domiciliação de ordenado ou reforma e reclamação do equipamento ocorrer nos 3 meses subsequentes. Caso cessem as domiciliações de ordenado ou reforma, antes de decorridos 25 meses, por causa não imputável ao Banco, o Cliente deverá devolver o valor de 300€ no caso do LCD TV e 150€ para os restantes equipamentos, na proporção do prazo não decorrido. Oferta limitada ao stock existente. A qualidade do equipamento e a sua garantia são da responsabilidade exclusiva dos fornecedores.

Santander Totta
O Valor das Ideias

PROTOCOLO

Jornal do Exército
ÓRGÃO DE INFORMAÇÃO, CULTURA E RECREIO DO EXÉRCITO PORTUGUÊS, CRIADO POR PORTARIA DE 14JUL60

Capa

Foto: CAVE

Mensagem de Natal do CEME – 4
Editorial – 5
Figuras e Factos – 8 a 13
200 Anos da Guerra Peninsular – 14 e 15
Comando Operacional da MADEIRA – 42
Livros – 44 a 46

Uma Etnografia em Belém
Jerónimos, turistas e... Pasteis – 16

ENFERMEIRAS PÁRA-QUEDISTAS
da Força Aérea Portuguesa
A Singularidade de uma Experiência – 36

A Estranha Morte
do General Marques Godinho – 24

Suplemento Banda Desenhada:
“A Portuguesa – História de um Hino”
Pág: IX a XII

Os artigos publicados com indicação de autor são da inteira responsabilidade dos mesmos, não reflectindo, necessariamente, o pensamento da Chefia do Exército Português

PROPRIEDADE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
Direcção, Redacção e Administração: Largo de S. Sebastião da Pedreira, 1069-020 Lisboa, Telef: 213 567 700, Fax Civil: 213 567 791 Militar: 414 091, E-mail: jornal.do.exercito@mail.exercito.pt, jornal.exercito@sapo.pt, E-mail - Intranet: Jornal do Exército, Home page: www.exercito.pt **DIRECÇÃO - Director**: Coronel de Infantaria José Custódio Madaleno Geraldo; **Sub-Director:** Tenente-Coronel J. Pinto Bessa. **REDACÇÃO** - **Chefe**: Tenente-Coronel J. Pinto Bessa; **Assistente de Redacção:** 1.º Sargento Anjos Das Neves; **Redactores**: Alferes RC Nelson Cavaco, Alferes RC Filipa Domingos, Dr. Mauro Matias; **Operadoras Informáticas:** Assistente Técnica Elisa Pio, Assistente Técnica Guiomar Brito; **SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - Chefe**: Tenente-Coronel Augusto Correia; **Auxiliares** Sargento-Ajudante João Belém, Sargento-Ajudante Luís Silva; **Operadoras Informáticas:** Assistente Técnica Joana Moita; Assistente Técnica Tânia Espirito Santo; **COLABORAÇÃO FOTOGRÁFICA** - Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA; Centro de Audiovisuais do Exército RCRPP/GabCEME; **EXECUÇÃO GRÁFICA** - PERES - SOCTIP Indústrias Gráficas, SA, Estrada Nac. 10, Km. 108,3 - Porto Alto, 2135-114 Samora Correia, Telef. 263 009 900 - Fax 263 009 999, acosta@peres-soctip.pt **Tiragem** - 6 000 exemplares **Depósito Legal** - nº 1465/82 **ISSN** - 0871/8598

Mensagem de Natal do General CEME

Militares e Funcionários Civis do Exército

Celebramos em breve a Quadra Natalícia, um período de grande simbolismo e tradição na sociedade Portuguesa, em que os valores da fraternidade, da amizade e da solidariedade são mais intensamente vividos.

Sendo o Natal um momento de reencontro da Família, em que recordamos especialmente aqueles que estão ausentes, quero dedicar as minhas primeiras palavras de apreço, estímulo e consideração a todos os que servem o Exército, designadamente aos militares que neste momento cumprem com esforço e valor as suas missões ao serviço de Portugal, no âmbito do apoio à política externa do Estado, expressando a minha confiança no seu profissionalismo e dedicação.

Perante o final de mais um ano de intenso trabalho, reconheço o esforço abnegado e devotadamente dispendido diariamente no cumprimento das missões que nos foram atribuídas e na afirmação do nosso Exército, enquanto Instituição Nacional relevante no seio do Estado.

A condição militar e a inerente disponibilidade que lhe está associada, também favorecem a associação do espírito de Natal com o espírito de Soldado, reforçando o sentido de serviço e a doação ao próximo. Neste sentido, é tempo de reflexão e dedicação à Família como valorização do reduto que nos ampara e apoia incondicionalmente e que no plano mais alargado constitui a grande Família Militar.

Num período em que a conjuntura Nacional está a impor um esforço colectivo a todos os portugueses e às respectivas instituições, o Exército não está imune nem alheio ao tempo de austeridade que todos vivemos. Consequentemente, iremos pugnar por encontrar as soluções mais adequadas para o Exército, no quadro das Forças Armadas, para que possa continuar a responder com prontidão e eficiência aos desafios inerentes à complexidade do ambiente estratégico internacional, o qual não isenta de riscos e ameaças nenhum País, sem desvirtuar os princípios e os valores que são a sua essência.

Como novo Comandante do Exército, é com grande confiança nos militares e civis do Exército que encaro o futuro. Não ignoramos os tempos difíceis que se avizinham mas com o nosso espírito de Soldado saberemos ser dignos da memória histórica do nosso Exército que se confunde com a história da Pátria Portuguesa. Saberemos defendê-la, com coesão, disciplina, espírito de sacrifício e no cumprimento escrupuloso das missões atribuídas ao Exército contribuindo, desta forma, para o esforço Nacional no sentido da superação das dificuldades com que estamos confrontados.

Oficiais, Sargentos, Praças e Funcionários Civis do Exército

Sendo este período por tradição a grande festa da Família, neste meu primeiro Natal em que desempenho as actuais funções, quero dirijir a toda a Família Militar, designadamente aos militares na situação de reserva e reforma, uma saudação de fraterna camaradagem, integrando este sentimento na coesão global do Exército, com os votos sinceros de BOAS FESTAS e de um FELIZ ANO 2012, extensível às respectivas famílias.

O Chefe do Estado-Maior do Exército
Artur Neves Pina Monteiro
General

INFORMAR PARA BEM SERVIR

O Exército tem novo Comandante! O Presidente da República conferiu posse ao novo Chefe do Estado-Maior do Exército [CEME], General Artur Neves Pina Monteiro, em 19 de Dezembro último, no Palácio de Belém perante altas individualidades civis e militares, a que se juntaram familiares e amigos. Depois da tomada de posse, o novo CEME dirigiu-se ao seu Estado-Maior. Foi recebido com honras militares no Pátio dos Canhões do Museu Militar, tendo depois seguido para a magnífica Sala D. Maria onde se dirigiu ao Exército, ali representado pela sua estrutura superior, oficiais generais e oficiais superiores. O momento solene de pleno significado, mas com a simplicidade do render de sentinela, ficou marcado pela força das palavras, pelo culto dos valores e dos princípios que caracterizam a Instituição Militar e que vêm sendo transmitidos ao longo dos séculos, desde a Fundação da Nacionalidade por D. Afonso Henriques.

O General Pina Monteiro agradeceu ao Tenente-General Paiva Monteiro, Vice-CEME, a forma ética, profissional e amiga como preparou a sua entrada neste novo cargo, reforçando a ideia de que é dessa forma que "todos temos que nos rever, de forma ética e profissional"; disse também que "Não é tempo de acomodações, estou aqui hoje, porque não quis perder o meu espírito de soldado, que é servir em qualquer circunstância para o qual é chamado […] com disciplina e com ética conseguiremos desempenhar a nossa missão." O General CEME lembrou-nos o que refere Maquiável, na sua Arte da Guerra, Livro I: "Deve ensinar-se ao soldado a honrar e a recompensar a virtude, a não desprezar a pobreza, a estimar-se mutuamente e a preferir sempre o bem comum às vantagens particulares". Referiu-se também aos tempos de austeridade, dizendo que se deve dar mais atenção aos Homens e às Mulheres, porque é neles que as dificuldades se vão sentir, seja soldado, sargento ou oficial; deve, assim, cultivar-se uma liderança de proximidade. No final do seu discurso, desafiou os presentes, para que cada um, ao seu nível, efectuasse propostas para melhorar, corrigir e acima de tudo, desse resposta aos desafios neste momento crítico que o País atravessa.

Como sabemos, Portugal e o seu Exército, ao longo da sua História, têm ultrapassado muitas crises. O Major Armando Paschoa, no livro Ética Militar, refere o seguinte: "Em muitos momentos de crise houve sempre o aparecimento de verdadeiros portugueses que salvaram do abismo situações embaraçosas, quer no campo das armas, quer no político-social, quer ainda no da economia da Nação. Honra seja feita a todos os nobilíssimos espíritos que, defendendo e pelejando pelas mais justas causas em nome da Nação, têm sabido continuar Portugal."

Neste número destaca-se uma visão histórica sobre o General Godinho, da autoria do Coronel Pereira da Costa, e para concluir, no âmbito do 50º Aniversário do Início da Guerra em África, temos o artigo da Professora Doutora Helena Carreiras sobre o importante papel desempenhado durante o conflito pelas Enfermeiras Pára-quedistas. Continua a publicação da banda desenhada "Contra os Canhões marchar, marchar! *A Portuguesa*: História de um Hino", da autoria de José Pires.

Para terminarmos com votos de um Feliz Ano de 2012, fazemos nossas as palavras escritas há cinquenta anos no Jornal do Exército em "**Mensagem de Natal**: […] Soldados de Portugal, Deus esteja convosco nesta hora e sempre! Que o Novo Ano seja para cada um de vós de prosperidade e Paz. Que em cada dia Deus permita que se repita o Milagre do Menino Jesus - o grande Milagre do Natal, pela vida fora…"

José Custódio Madaleno Geraldo
Coronel de Infantaria

MILICIA
WWW.MILICIAPRO.COM

AO SERVIÇO DOS PROFISSIONAIS

ASP · 5.11 TACTICAL SERIES · SAFARILAND · BLACKHAWK! PRODUCTS GROUP · TASER Protect Life

ABA · SECOND CHANCE · SAVVY ARMOR FOR WOMEN · FIRST CHOICE ARMOR With you. For life. · PROTECH

SAM MEDICAL PRODUCTS · MyClyns · TACTICAL MEDICAL SOLUTIONS · CELOX Controls life-threatening bleeding fast · DEFENSE TECHNOLOGY

MAXPEDITION HARD-USE GEAR · CAMELBAK · BCB INTERNATIONAL · EBERLESTOCK

PELI · ESS Eye Safety Systems, Inc. · BATES · INOVA

BIANCHI · Crimson Trace · SUREFIRE · 911EP

LIBERVIT MANUFACTURER · HATCH · Marlow · QUIKSTEP ladder · ADVENTURE LIGHTS

Fisher Labs METAL DETECTORS · TASMANIAN TIGER · TULMAR TACTICAL · LANSKY SHARPENERS · SAT

projectina · FORENSICS SOURCE · STOP STICK

CONTINUAMOS A CRESCER...

Conheça todas os produtos disponíveis em www.miliciapro.com

Todas as marcas registadas apresentadas são representadas em Portugal pela Milícia - Bens de Segurança e Tecnologias Militares, Lda. Com sede na Rua de Entreparedes, 11 | 4000-198 Porto
Tlf. +351 22 208 31 30 | Fax. +351 22 208 86 11 | email: milicia@miliciapro.com | Web: www.miliciapro.com

CROSSBOW™

A PROTECÇÃO BALÍSTICA FOI REINVENTADA

MILICIA
WWW.MILICIAPRO.COM

disponível em
www.miliciapro.com

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

- Lentes balísticas em policarbonato com 2,4mm de espessura.
- Armação Tri-Tech™, permite um ajuste sempre perfeito e garante a ausência de pontos de pressão.
- Tratamento ClearZone™, resistente aos riscos e com propriedades anti-embaciantes.
- Mecanismo DedBolt™ para substituição rápida das lentes, mantêm a lente firmemente segura.
- Tecnologia ESSOPTICS™, garante a máxima visibilidade, livre de distorções ao longo de todo o campo de visão.
- Fornecidos com duas lentes adicionais.
- 100% de protecção contra raios UVA/UVB.
- Permite a colocação de lentes correctivas, através de um acessório vendido separadamente.

STANDARDS DE PROTECÇÃO BALÍSTICA

Os óculos Crossbow™ obedecem aos seguintes standards:
CE EN 166 FT K N, US Federal OSHA,
ANSI Z87.1+ and US MIL SPEC MIL-PRF-31013

CORES

Armação: Preto
Lentes Disponíveis: Escura, Transparente e amarela de alta resolução.

PRODUTO

- Crossbow™ 3LS: Imagem do Kit fornecido

ESS™

Todas as marcas registadas são propriedade da Eye Safety Systems, Inc, representada em Portugal pela Milícia - Bens de Segurança e Tecnologias Militares, Lda. Com sede na Rua de Entreparedes, 11 | 4000-198 Porto

Novo Chefe do Estado-Maior do Exército promete “competência, coragem, engenho e arte para cumprir a missão”

O General Artur Neves Pina Monteiro é, desde dia 19 de Dezembro de 2011, o novo Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), ocupando o cargo que até então pertencia ao General José Luís Pinto Ramalho, desde 18 de Dezembro de 2006.

O Presidente da República, Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva conferiu posse ao CEME, General Artur Neves Pina Monteiro, numa cerimónia que ocorreu no Palácio de Belém, registando a presença de altas individualidades do actual Governo, entre os quais o Primeiro-Ministro Dr. Pedro Passos Coelho e membros da alta estrutura do Exército, entre os quais o antigo CEME, familiares, entre outros.

O General Artur Neves Pina Monteiro torna-se assim no 48.º Comandante do Exército.

Depois da Tomada de Posse o novo CEME dirigiu-se para mais um acto solene, desta feita, uma cerimónia que teve início no Pátio dos Canhões, no Museu Militar de Lisboa, de onde seguiu, juntamente com todos os convidados que já o aguardavam, para a sala D. Maria.

Aí decorreu uma breve apresentação de cumprimentos de boas vindas, feita pelo Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, Tenente-General Paiva Monteiro. Segundo enfatizou, junto do novo CEME e das dezenas de convidados que encheram a sala, “esta é porventura a mais nobre e difícil missão que o nosso General vai desempenhar. Contudo, pelo seu currículo, pelas suas competências, pela sua capacidade de trabalho e pela sua vontade em servir, o Exército tem a garantia de poder cumprir todas as missões para as quais for destacado”.

A actual crise não poderia deixar de ser sublinhada, motivo pelo qual o Tenente-General Paiva Monteiro sublinhou que embora “o actual contexto de austeridade e de restrições, não seja fácil, é nestas alturas, nestes tempos difíceis que vêem ao de cima as nossas competências pessoais, capacidades, virtudes e ética”. Motivo pelo qual, acrescentou, “tenho a certeza que todos os actuais efectivos, soldados, sargentos, oficiais e civis tudo farão e facilitarão a sua missão nestes três anos que tem pela frente”.

De seguida foi a vez do CEME, General Artur Neves Pina Monteiro, proferir algumas palavras, num discurso curto que segundo explicou releva acima de tudo a sua disponibilidade para trabalhar em colaboração em tempos que não se avizinham fáceis, pelo que para isso, conta com a participação, motivação e ideias de todos. Para os presentes, o CEME proferiu as seguintes palavras:

“Excelentíssimo Tenente-General Paiva Monteiro, Vice-Chefe de Estado-Maior do Exército,

Em primeiro lugar quero dirigir-lhe uma palavra de grande apreço pela forma eticamente correcta, amiga e profissional como preparou a recepção ao novo Chefe do Estado-Maior do Exército.

É nesta conduta eticamente irrepreensível, de rigor e de profissionalismo que todos nos devemos rever.

Em segundo lugar, saúdo todos os Tenentes-Generais no activo, com os quais já tive um curto encontro no meu gabinete. É com os Tenentes-Generais aqui presentes que vou comandar o Exército. É com os Majores-Generais aqui presentes, que também saúdo, que vamos levar a cabo as missões atribuídas ao Exército. Será com os comandantes dos vários escalões e todos em conjunto que iremos ultrapassar os tempos difíceis que estamos e ainda iremos continuar a viver. Saúdo todos vós, aqui presentes na Sala D. Maria, mas também todos os militares e civis que servem no Exército.

Seria pretensioso da minha parte chegar hoje aqui, com um qualquer programa de alterações para o Exército. Não seria adequado, nem eticamente correcto. A mudança de Comando no Exército foi feita com o reconhecimento das dificuldades existentes, mas com serenidade e confiança no futuro. Por conseguinte, quero saudar o meu antecessor pela sua determinação ao longo do seu Comando. Neste momento apenas quero expressar a minha vontade firme para trabalhar em prol do objectivo que, estou certo, todos partilhamos: garantir o Exército do futuro e continuar Portugal. Para tal, quero desde já afirmar, que não é tempo de acomodação a situações, por mais confortáveis que sejam.

Foi também este sentimento que me levou a estar hoje aqui presente, para assumir o Comando do Exército. Não quis perder o meu espírito de Soldado, para poder continuar a Servir, em qualquer circunstância, quando e onde o Dever chama. E por isso aqui estou, com o espírito de Soldado, sabendo que a missão não é fácil; antes sim, reconhecendo as dificuldades, mas também acreditando que com coesão, disciplina e ética, conseguiremos cumprir as múltiplas tarefas que teremos pela frente. Estou confiante e acredito no vosso apoio empenhado.

Neste momento apenas pretendo apresentar algumas ideias, sobre a forma como penso que o Exército terá que agir, num tempo que é de austeridade. Há que ter ideias para se responder aos desafios do novo ambiente estratégico, considerando os seus riscos e ameaças, mas também, pelas condicionantes acrescidas inerentes a uma era de austeridade estrutural.

Vivemos numa era de novas exigências, a qual, temos que admitir, se vai prolongar no tempo, por que não é um fenómeno circunscrito ao nosso País, bem pelo contrário, configura um traço dominante da actual situação internacional. Neste quadro de novas e sensíveis exigências, seja no plano individual ou colectivo, temos que assumir, como dado da nova situação, que os recursos disponíveis não irão aumentar, antes sim a tendência será no sentido da sua redução. Teremos que lidar com esta situação. A grande questão para a qual todos teremos que procurar soluções, será a seguinte: como responder na vertente militar, aos crescentes e diversificados riscos e desafios no plano da segurança e defesa, e conciliar essas respostas, com as restrições que a era da austeridade nos irá colocar. Serão estes dois factores de efeitos contrários, que teremos que balancear na procura das melhores soluções, para o cumprimento da missão do Exército

Tal implica, em primeiro lugar, ter a noção, de que comandar neste novo ambiente, se torna mais difícil, porque também se reflecte e de forma marcante e transversal, sobre todos os militares, seja qual for a sua situação. Comandar em tempo de austeridade, significa por conseguinte, a necessidade de uma atenção redobrada no homem, pois será nas pessoas que os efeitos menos desejados se irão reflectir. Todos já sentimos esses efeitos, porque no Exército, também não estamos imunes, nem alheios às dificuldades do País, seja o Soldado, o Sargento ou o Oficial. Neste ambiente, que é difícil para todos nós, a primeira ideia que vos deixo é que comandar, implica hoje uma forte liderança de proximidade.

Temos porventura de inovar na forma de liderar neste tempo novo. Irei dar o exemplo nesse sentido e estimularei todos, para que essa proximidade possa contribuir para manter a coesão e o espirito de corpo no seio do Exército. Contudo, este conceito de proximidade para a acção de Comando, não deve ter apenas significado no plano interno do Exército; para além da nossa tradicional ligação com a sociedade civil, temos também que estar próximos do Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA), da nossa Marinha, da nossa Força Aérea e do escalão político a que estamos subordinados. Só temos a ganhar se tivermos o engenho e a arte para saber articular e partilhar as pedras certas para obtenção de vantagens acrescidas.

Uma outra ideia tem a ver com a contenção, de que tanto se fala. É evidente, que de imediato se pensa apenas e só na contenção financeira e na múltipla contenção de despesas. Sem dúvida que este domínio será, obrigatoriamente, objecto da minha particular e permanente atenção. Quando os recursos são escassos há que saber gastar melhor, temos que saber ser mais eficientes.

Mas também considero que na era da austeridade, a ideia de contenção deve também alargar-se à nossa conduta, à nossa forma de estar ou seja, temos que reafirmar a ética militar. Temos que resistir à tentação de caminhar e exprimir as nossas preocupações, por formas e caminhos que possam desvirtuar a nossa condição, perverter a nossa identidade e a nossa natureza. Pretendo incluir no âmbito da ideia de contenção, o apelo para que todos ao seu nível, procurem evitar que condutas paralelas, à margem da ética militar, ponham em causa a imagem de credibilidade da nossa Instituição.

Uma outra linha de força liga-se com a ideia de Transformação, enquanto processo de permanente avaliação, nunca concluído e adaptável aos condicionamentos politico-estratégicos. A Transformação é, por conseguinte, um estado de espírito, é um processo contínuo de validação do que fazemos, para se identificar com rigor o que teremos que realizar de forma diferente. Acrescentaria a ideia de Transformação Dinâmica, por forma a evitarem-se alterações casuísticas, para ser possível ligar e articular diferentes áreas funcionais, numa perspectiva de acção integrada. Temos que procurar sinergias e evitar egoísmos, sejam eles individuais, sejam eles corporativos.

Ao pensar no Exército, que todos defendemos, não serei corporativista. Existem umas Forças Armadas e há um País. E é o País que naturalmente tem que estar sempre em primeiro lugar. É neste sentido que entendo a "Transformação Dinâmica". Deve ser possível atingir a consistência e a coerência de respostas no plano militar, num quadro mais alargado, procurando a sua adequação aos acrescidos condicionamentos de recursos, decorrentes da era de austeridade que nos rodeia.

Neste quadro de referências teremos que identificar, com objectividade e rigor, qual é o núcleo duro das tarefas essenciais, para o cumprimento da missão do Exército. De entre todas considero como essencial a preparação e o aprontamento de forças. Esta é, do meu ponto de vista, a centralidade da nossa missão. É neste domínio que devemos concentrar as nossas energias e o nosso saber, para que possamos conciliar e articular todas as outras tarefas envolventes e indispensáveis ao aprontamento de forças, dentro e fora do Exército.

Irei ter um diálogo aberto, leal e franco com a tutela,

designadamente no que diz respeito aos efectivos do Exército que são a sua massa crítica. Sem efectivos não há Exército. A gestão dos recursos humanos e a sua qualificação, bem como a gestão das promoções, são temas fundamentais que irão continuar a merecer uma atenção permanente e muito particular. Neste quadro de difícil gestão dos recursos humanos, é importante que, através da acção de Comando, exista uma atitude de proximidade no seio do pessoal que serve no Exército. Temos que ter a certeza que iremos contribuir, com a dignidade do espírito de Soldado, para se ultrapassar o tempo difícil que vivemos.

Na relação com o General Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA) e com o EMGFA quero afirmar, que tudo farei para o reforço do prestígio das Forças Armadas, pela simples razão que, quanto mais prestígio tiverem as Forças Armadas, também mais respeitado e aceite será o Exército. O prestígio das Forças Armadas é mais do que o simples somatório dos três Ramos, pelo que tudo farei para contribuir para esse objectivo.

Irei continuar a promover uma harmoniosa cooperação com os outros Ramos. Tudo farei para apoiar o General CEMGFA no exercício das suas competências, no entendimento de que os Ramos, embora com a sua autonomia própria, não são independentes. Não vivemos num mundo fechado e muito menos no seio da Instituição Militar.

Por último, quero deixar a ideia de sustentabilidade. Em tempo de austeridade, temos inevitavelmente de ponderar e avaliar a sustentabilidade das capacidades existentes e previstas para o Exército. É minha convicção que tudo o que não for sustentável, dificilmente pode ter continuidade ou ter futuro.

Por isso, temos que pensar para além de 2012. O ano que se vai iniciar está planeado, tem um orçamento. Temos que pensar na sustentabilidade estrutural do Exército, na sustentabilidade das capacidades existentes e nas que pretendemos ter. Temos que potenciar a eficiência e hierarquizar as prioridades, em função dos requisitos que são exigidos ao Exército.

Para terminar, vou lançar, desde já, um desafio no sentido de que cada um, ao seu nível, faça uma reflexão e uma análise das ideias que aqui vos transmiti. Após essa análise pretendo que cada um faça saber, pelo respectivo canal hierárquico, quais as acções que cada um, ao seu nível, considera pertinentes para melhorar, alterar ou corrigir, para dar resposta aos desafios que se avizinham em tempo de austeridade.

Dentro de um mês, irei promover um debate sobre este tema, com os Tenente-Generais do Exército, sobre as grandes questões que se visualizam para além de 2012.

São estas, as minhas primeiras ideias gerais que vos pretendi transmitir. Aguardo pelos vossos contributos, na convicção de que estou pronto, tal como vós, com o espírito de Soldado, para superarmos em conjunto as dificuldades na era de austeridade. Temos que estar unidos e coesos, como estamos nesta sala, não só em corpo mas também em espírito com a certeza de que o Exército e Portugal vão continuar, e nós seremos, obviamente, parte deste período difícil que irá fazer história no futuro.

Muito obrigado a todos."

Síntese Curricular do General Artur Neves Pina Monteiro

O General Artur Neves Pina Monteiro nasceu em 1 de Março de 1952, em Vila Fernando, distrito da Guarda e foi incorporado na Academia Militar em 25 de Outubro de 1970. É casado com Maria da Conceição Lourenço Pina Monteiro e têm 1 filho e 1 filha.

Foi promovido a Tenente-General em 8 de Março de 2007 e assumiu o cargo de Comamdante Operacional das Forças Terrestres em 4 de Junho desse mesmo ano.

Está habilitado com o Curso de Ciências Militares, Arma de Infantaria, da Academia Militar, com o Curso de Promoção a Capitão da Escola Prática de Infantaria e com o Curso Geral de Comando e Estado-Maior e o Curso Superior de Comando e Direcção, ambos do Instituto de Altos Estudos Militares. Possui ainda outros cursos, nomeadamente: o Curso de Estado-Maior do Instituto de Altos Estudos Militares; o Curso de Estado-Maior no Brasil; o *Infantry Officer Advanced Course* nos EUA, o Curso de Testador no Centro de Estudos Psicotécnicos do Exército (CEPE).

Ao longo da sua carreira prestou serviço em diversas Unidades e Estabelecimentos do Exército, nomeadamente na Escola Prática de Infantaria (EPI), no Regimento de Infantaria de Ponta Delgada, no Estado Maior do Exército, no Instituto de Altos Estudos Militares e na Brigada Mecanizada Independente.

Desempenhou nos últimos anos as funções de Professor de Estratégia no Instituto de Altos Estudos Militares, foi Adjunto do Ministro da Defesa Nacional para as Relações Externas de Defesa, Adjunto Pessoal e Chefe de Gabinete do CEME e, imediatamente antes de assumir o cargo, Chefe de Gabinete do CEMGFA.

Cumpriu uma comissão de serviço na Bósnia Herzegovina, como Comandante do 2.ºBIMec/SFOR, em 1998.

Foi "Chief Policy Section/Operation´s Division" no SHAPE/NATO em Mons, Bélgica, entre 1999 e 2002.

Do antecedente era o actual representante militar de Portugal junto da NATO (MILRep Portugal).

Da sua folha de serviços constam 22 louvores, dois concedidos pelo Ministro da Defesa Nacional, dois concedidos pelo Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, sete concedidos pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, oito concedidos por Oficiais-Generais e três concedidos por outras Entidades Militares, além de várias condecorações de que se destacam uma medalha de Ouro de Serviços Distintos, uma Medalha de Prata de Serviços Distintos com Palma, duas Medalhas de Prata de Serviços Distintos, Medalha de Mérito Militar de 2.ª Classe, Medalha de Mérito Militar de 3.ª Classe, Medalha de S. Jorge, Mérito do EMGFA - 1.ª classe, Medalha de D. Afonso Henriques, Mérito do Exército - 1.ª Classe, duas Medalha de D. Afonso Henriques, Mérito do Exército - 2.ª Classe, Medalhas de Ouro e de Prata de Comportamento Exemplar. Foi agraciado com os graus de Cavaleiro e Oficial da Ordem Militar de Aviz.

Foi também agraciado com as seguintes condecorações estrangeiras: Medalha do Pacificador do Brasil, Medalha Comemorativa da NATO - BiH e Medalha Comemorativa Francesa - BiH.

Despedida do General CEME

O Campo Militar de Santa Margarida (CMSM) foi o local escolhido para a cerimónia militar de despedida do Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General José Luís Pinto Ramalho, no dia 15 de Dezembro.

A cerimónia militar de despedida constou de uma Guarda de Honra à entrada no CMSM e de uma parada militar que integrou uma homenagem aos mortos, a alocução do Vice-CEME, Tenente-General Fernando Manuel Paiva Monteiro, e do General CEME, terminada com o desfile das forças em parada.

Comandadas pelo Major-General José Carlos Filipe Antunes Calçada, a força foi constituída pela Banda e Fanfarra do Exército, por uma Companhia de Cadetes da Academia Militar, uma Companhia dos Estabelecimentos Militares de Ensino (um Pelotão de alunos do Colégio Militar, um Pelotão de alunas do Instituto de Odivelas e um Pelotão de alunos do Instituto dos Pupilos do Exército), um Batalhão do Comando de Instrução e Doutrina (uma Companhia da Escola de Sargentos do Exército e duas Companhias das Escolas Práticas do Exército), três Batalhões dos Elementos da Componente Operacional do Sistema de Forças do Exército (Brigada Mecanizada, Brigada de Reacção Rápida e Brigada de Intervenção), um Batalhão do Comando da Logística e uma Bateria de Bocas de Fogo para execução das salvas.

Após cinco anos, o General CEME cessou as suas funções, de Comandante do Exército, no dia 17 de Dezembro de 2011.

CEME visita a ZMA

A Zona Militar dos Açores (ZMA) recebeu, no período de 2 a 5 de Novembro, a visita de trabalho do Chefe do Estado-Maior do Exèrcito (CEME), General José Luís Pinto Ramalho, onde, para além de visitar as Unidades da ZMA, apresentou cumprimentos às entidades civis da Região Autónoma dos Açores.

Na visita ao Comando, em S. Miguel, destaca-se o brífingue apresentado pelo Comandante da Zona Militar dos Açores, Major-General Isidro de Morais Pereira, que procurou chamar a atenção para as principais dificuldades e expetativas da ZMA.

O programa da visita culminou com a imposição da Medalha D. Afonso Henriques, 3.ª Classe, à D. Ilda Fonseca, criadora do Lar do Militar Açoriano, em Leiria, seguida de um almoço, na Sala de Exposições Permanentes do Museu Militar dos Açores do Forte de S. Brás, confecionado e servido pelos formandos da Zona Militar dos Açores, da Escola de Formação Turística e Hoteleira.

O General CEME efectuou, ainda, uma visita às instalações militares do Regimento de Guarnição N.º 2, tendo a comitiva se deslocado à ilha Terceira, no dia 4 de Novembro, onde visitou, igualmente, o Regimento de Guarnição N.º 1.

Abertura do Ano Lectivo no IESM

O Primeiro-Ministro, Dr. Pedro Passos Coelho, presidiu à sessão solene de abertura do ano lectivo do Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), no dia 23 de Novembro, naquela que constituiu a sua primeira intervenção dirigida às Forças Armadas enquanto Chefe do Governo.

A cerimónia contou com uma lição inaugural subordinada ao tema "Guerra Subversiva e Contra-Subversão. O saber Português", proferida pelo Major António Menezes, seguida dos discursos do Director do IESM, Tenente-General Mimoso e Carvalho, e do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, General PilAv Luís Evangelista Esteves Araújo.

O Dr. José Pedro Aguiar Branco, Ministro da Defesa, e o Dr. Paulo Braga Lino, Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional marcaram presença na constituição da mesa, ao passo que na plateia se encontravam os chefes dos três ramos das Forças Armadas, juntamente com a estrutura superior militar.

Exposição "Presépios de todo o Mundo na Manutenção Militar"

Ao comemorar a época festiva do Natal, a Manutenção Militar (MM) promoveu, no seu Núcleo Museológico, entre os dias 12 de Dezembro e 6 de Janeiro de 2012, a apresentação de parte da colecção "Presépios de Todo o Mundo" do Major-General Fernando Canha da Silva e de sua esposa, Dr.ª Fernanda da Ascensão Guapo Murta Canha da Silva.

O gosto do casal Canha da Silva, pela colecção de presépios, advém da sua formação religiosa e de uma sensibilidade especial pelo Natal e pelo seu significado, muito tendo contribuído, para isso, a riqueza do artesanato do Alentejo, alusivo à temática natalícia.

No desenvolvimento da sua actividade de coleccionadores, considerando a universalidade do tema, têm alargado o seu interesse a outras regiões e a outros países, sendo nesta altura possuidores de uma variada e diversificada colecção, que inclui peças de artesanato de madeira, barro e outros materiais, maquinetas e registos de arte conventual e peças em porcelana, bronze, ferro e cortiça.

O reconhecimento e o prestígio que esta colecção já adquiriu têm-se traduzido num número muito elevado de solicitações para a sua apresentação pública, das quais se destacam as exposições efectuadas, em 2004, no Centro Cultural de Belém, em 2005, a participação em exposição colectiva em Arles (França) e, em 2010, no Museu da Presidência da República.

Neste Natal de 2011 e em simultâneo com a exposição na MM, estão igualmente patentes ao público outras peças da colecção do casal Canha da Silva na Igreja do Convento do Espinheiro, em Évora, e na Câmara Municipal de Santo Tirso.

"O Exército Aliado Anglo-Português na Guerra Peninsular, 1808-1814" traz novo contributo

No dia 27 de Outubro, no Salão Nobre da Academia Militar, teve lugar o lançamento de mais uma obra da Editora Tribuna da História. A presidir a mesa desta cerimónia esteve o Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME) General José Luís Pinto Ramalho, que manifestou o seu apreço pela obra em causa e sobretudo pelo contributo que a mesma representa para um melhor conhecimento do que foi a Guerra Peninsular.

De seu nome "O Exército Aliado Anglo-Português na Guerra Peninsular, 1808-1814, as Divisões do Exército Anglo-Português e as Brigadas Independentes Portuguesas", esta obra da autoria de João Torres Centeno contou ainda, no dia do seu lançamento, com a análise e opinião do General Loureiro dos Santos.

O livro de João Torres Centeno, fruto de largos anos de pesquisa, segundo explicou, dá enfase aos "exércitos aliados, português e britânico, que participaram na designada Guerra Peninsular, entre 1809 e 1814". Refere a obra que estes "eram autónomos mas interdependentes, atingindo um nível de proficiência e trabalho em conjunto absolutamente ímpar até então."

Nascido em Lagos, em 1966, João Torres Centeno é licenciado em Direito, trabalhando como advogado nesta mesma cidade. Tem conjugado a sua actividade de advogado com a investigação na área de História Militar. Descendente de militares, desde cedo tomou gosto pelos assuntos militares, sendo colaborador da página na *Internet* "The Napoleon Series" dedicada àquele período conhecido por época Napoleónica. É autor do *blog* http://lagosmilitar.blogspot. com e publicou o livro "O Exército Português na Guerra Peninsular, Vol.1, do Rossilhão ao fim da Segunda Invasão Francesa".

Centenários
A Guerra Peninsular e o Instituto Superior Técnico

À imagem das demais comemorações que se têm efectuado no âmbito do bicentenário das chamadas Guerras Peninsulares, o Exército Português associou-se ao Instituto Superior Técnico, a 17 de Novembro, numa iniciativa conjunta, que enquadrou a comemoração do centenário de existência deste Instituto com o bicentenário supracitado.

Esta conjugação permitiu realçar, quer a importância da instituição militar no "nascimento" da Engenharia em Portugal, quer o desenvolvimento económico, científico, tecnológico e social da Nação (do qual o Exército Português se insere como meio e como fim), quer a dinâmica associada às sinergias desenvolvidas por estas duas entidades na sua evolução comum, especialmente no que comporta a área do ensino.

A sessão solene iniciou-se com as palavras de boas-vindas do Presidente do Instituto Superior Técnico, Professor Doutor António Cruz Serra, a que se seguiu a alocução do Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, Tenente-General Fernando José Paiva Monteiro.

O colóquio foi moderado pelo Bastonário da Ordem dos Engenheiros, Engenheiro Carlos Matias Ramos. Por sua vez, as duas conferências que o contemplaram foram subordinadas aos temas "A Engenharia Militar e as Linhas de Torres Vedras", proferida pelo Tenente-General António José Maia de Mascarenhas, e "A Engenharia Militar e Civil – Uma Força Histórica" apresentada pelo Professor Doutor João de Azevedo.

Antes de encerrar a sessão solene, ainda houve lugar a uma intervenção por parte da Reitora, a Professora Doutora Helena Pereira.

Depois da referida sessão, os presentes puderam visitar a exposição subordinada ao tema "As Engenharias Militares em Portugal – Da Origem à Actualidade", da responsabilidade do Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar, cuja mostra pretende transmitir um conhecimento histórico desta evolução, desde o decreto de D. João IV, de 1647, que marca a criação da Engenharia Militar, até à configuração da estrutura actual.

A encerrar esta cerimónia evocativa, quer do bicentenário das Guerras Peninsulares, quer o centenário do Instituto Superior Técnico, tiveram lugar duas actuações musicais, da responsabilidade da Banda Sinfónica do Exército e da Tuna Universitária do Instituto Superior Técnico.

Centro de Interpretação no Sobral de Monte Agraço

Teve lugar a 3 de Dezembro, em Sobral de Monte Agraço, a inauguração do Centro de Interpretação das Linhas de Torres (CILT), daquela localidade. Esta cerimónia foi presidida pela Presidente da Assembleia da República, Dr.ª Maria da Assunção Andrade Esteves, e contou com várias individualidades, de entre as quais se destacam o Presidente da Câmara de Sobral de Monte Agraço, Sr. António Lopes Bogalho, e o Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, Tenente-General Fernando Manuel Paiva Monteiro.

Chegada a alta entidade que presidiu à cerimónia, que foi recebida por uma "formatura" de escuteiros da região, foi depositada uma coroa de flores junto da placa que evoca o esforço do povo português na construção dos fortes e redutos das linhas de defesa de Lisboa (durante as chamadas Guerras Peninsulares). Esta formalidade visou lembrar todos os que sacrificaram a sua vida em prol da defesa da Pátria portuguesa.

Num segundo momento, tiveram lugar os discursos das entidades que enquadraram a cerimónia e uma apresentação histórica da responsabilidade do Tenente-Coronel de Engenharia José Paulo Berger.

O ponto alto do evento deu-se com a inauguração do CILT, onde os presentes puderam apreciar as suas características, das quais se destacam a reconstrução histórica do "combate do Sobral", episódio ocorrido naquele mesmo local, a 12 de Outubro de 1810, onde se defrontaram as tropas portuguesas e as napoleónicas.

A terminar a cerimónia, a Presidente da Assembleia da República deslocou-se à Câmara Municipal daquela localidade, onde assinou o livro de honra e foi agraciada com lembranças daquele acontecimento.

Texto: SMor Admil CMD Paulo Fernandes

Uma Etnografia em Belém

Jerónimos, turistas e... Pasteis

(...) Além do mais, o turismo, enquanto viagem, é um fenómeno universal. Como disciplina científica, busca estudar - quaisquer que sejam seus motivos - a viagem como elemento sine qua non do fenómeno do turismo (...)[1]

Este texto trata de turismo e pastéis de nata de Belém. O assunto parece trivial e, no entanto, releva-se muito interessante à abordagem da antropologia do turismo[2]. Permitindo, assim, revelar a complexidade de coisas, como esta, e sublinhar a dimensão cultural, histórica, artística e política do pastel de nata de Belém, enquanto figura gastronómica do património local, projectado mundialmente pela indústria do turismo.

O meu objectivo é descodificar a caracterização de Belém como destino turístico e excursionista, "consumidor de culturas" (Santana Talavera:2003), reflectindo sob a contribuição do pastel de nata de Belém, enquanto símbolo de identidade local. Procurando através de um trabalho etnográfico, os indicadores possíveis para apresentação de um resultado final, analítico, sincrónico e diacrónico, que para

além das diversas estruturas e múltiplos intervenientes no aspecto holístico do turismo, enfoque, por um lado, a procura – fluxos populacionais visitantes, e por outro a oferta – património e gastronomia num plano sociocultural.

Como ferramenta de análise utilizei os princípios gerais do método etnográfico, elencado em pesquisa bibliográfica genérica, procurando a compreensão para o fenómeno, através da observação directa no terreno, entrevistas a utilizadores do espaço e a um informante, destacado.

Introdução

Turismo tem a sua origem etimológica em "Tour". Surge ainda nos fins do sec. XVII, na nobreza e burguesia inglesa, alemã, com a realização de viagens (fundamentalmente) através da França Petit Tour. Posteriormente, coincidindo com o final dos cursos universitários, era proporcionado aos alunos, visitar os locais que por eles tinham sido estudados, como complementaridade da sua educação – (Europa histórica, mediterrânica, Egipto, Terra Santa, etc.), atribuindo-se a estas práticas sociais, a definição de Grand Tour. Esta história, aliás recente, culmina com a primeira agência de viagens a "Thomas Cook and Son".

As práticas sociais que consubstanciam o turismo tal como o conhecemos hoje têm antecedentes muito anteriores ao séc. XIX. É com a revolução industrial[3] e as alterações por ela provocada, no espaço social, cultural, económico e político, predominantemente nos estados ocidentais[4], que o turismo se reconfigurou e expandiu, pelos mais diversos espaços sociais, enquanto sistema complexo, não linear, consumidor de culturas – "um facto social total e um emblema de contemporaneidade." (Augé:2001).

Por outro lado, também a evolução dos salários reais anuais, a redução dos horários de trabalho, a maior esperança de vida e reforma, a relativa estabilidade político-social dos países emissores e receptores (factores estruturais), adquiridas e praticadas por uma então emergente classe média, assalariada e urbana, acaba por transformar o turismo num dos principais factores económicos, transversal à economia mundial, mesmo tendo em consideração a diversidade da oferta e os diferentes contextos sociopolíticos em que é desenvolvido e praticado.

Estruturalmente, todo este processo evolutivo conduziu as sociedades industrializadas a melhorias significativas na conjuntura socioeconómica, mas também trouxe às populações um sentimento de desgaste, monotonia, stress e ansiedade. Estas populações alicerçadas em novos modos de produção e exercício de vida, típica das grandes cidades "personalidade blasé" (Simmel:2009), investiram na procura de regiões, cada vez mais exóticas, distantes e diferentes das suas, com pressupostos terapêuticos e de recuperação das condições físicas, neurológicas e psíquicas. O turismo, constitui-se assim, como uma actividade de pessoas que se deslocam a diferentes lugares do da sua residência habitual, como prática social, numa necessidade relacional constante, consigo mesmo, com o mundo e com o outro, enquadrada no tempo de lazer, desde que o motivo principal seja férias ou outra, desde que não, participação em actividade com finalidade remuneratória, configurando antropologicamente o conceito de "ritual de passagem" (Turner:1974).

Desta forma nasce uma das maiores "indústrias do mundo e o principal deslocamento humano em tempos de paz na história da humanidade" (OEA:2008). O agenciamento das viagens, e toda a envolvência inerente, hotéis, itinerários, transporte, seguros, sistemas financeiros etc., processo que muitos atribuem a três figuras chave para o seu espoletar: John Murry, editor britânico (1808-1892); Karl Beadeker, editor alemão (1801-1859) e Thomas Cook, agente de viagens britânico, (1808-1892).

[1] Callizo Soneiro, J, (1991), Aproximacion a la geografia del turismo, Madrid: Sintesis.

[2] "Antropologia do Turismo", UC do Departamento de Antropologia do ISCTE-IUL, coordenado e leccionado pelo Prof. Pedro Prista.

[3] Passagem do primitivismo bárbaro da economia pré industrial para a moderna economia industrial pós barroco.

[4] Consubstanciadas no melhoramento das estradas, modernizações e proliferação dos meios de transporte, encurtamento das distâncias, crescimento económico, novas tecnologias e principalmente na dicotomia entre tempo de trabalho e tempo de lazer, invenção das férias.

Na época, Belém encontrava-se "distante" de Lisboa, sendo a comunicação essencialmente assegurada por via fluvial em barcos a vapor.

O historiador francês Pascal Ory, atribui o fenómeno do turismo a algo a que o homem sempre esteve ligado, a curiosidade: pela formação, pela estética, pelo património cultural e criação socio-cultural de outros países (Pascal Ory:1993). Constituindo para o efeito três etapas históricas:

1. A Antiguidade e a idade média (peregrinações a santuários famosos).

2. As grandes viagens dos séculos: XVIII e XIX (norte da Europa visitava o sul da Europa).

3. A actualidade (turismo de massas/produto capitalista).

Porém, para Rejowski e Solha[5], numa perspectiva de turismo já consolidado, no inicio do século XX, perspectivam o seu percurso em três grandes períodos:

1. Época de Transições: (1900/1949), marcado pelas I e II guerras mundiais e pela crise de 1929.

2. Grandes Transformações: (1950/1973), auge do Fordismo intenso para o turismo massivo (fabricação das férias pagas).

3. Novos Cenários: Desafios da Sustentabilidade e da Globalização, (1979/2000...), intenso crescimento, marcado pela instabilidade e mutação do capitalismo.

É neste contexto, de certa forma global ao ocidente, que Portugal com a implementação da república em 1910, se abre ao turismo, de forma estruturada e organizada, através da Sociedade Propaganda de Portugal e a Repartição do Turismo, que tinha por objectivo o "desenvolvimento intelectual, moral e material do país, e principalmente, esforçar-se para que ele fosse visitado e amado por nacionais e estrangeiros (Pérez:2006). O Conselho e Turismo nasce em 1911, transitando pelo Estado-Novo, até a grande expansão do fenómeno entre nós a partir de finais da década de 60 e sobretudo em plenos anos 80. De salientar, três grandes momentos da promoção e imagem do país nesse período: 17.ª Expo-

[5] Rejowski, M & Solha,K. T, (2002), Turismo em cenário de mudança, in Rejowski M. (org) turismo no percurso no tempo, S. Paulo: Aleph.

[6] À qual se deve muito do renovo interesse à zona de Belém enquanto zona de património cultural e turismo.

[7] Exposição, (2010), Viajar; Viajantes e Turistas à Descoberta de Portugal no Tempo da I República.

[8] Destaque para o Jardim Tropical com espécies exóticas.

[9] Monumento manuelino concebida no séc. XVI, por Francisco Arruda. Constituída por uma torre quadrangular com baluarte poligonal orientada para o eixo do rio Tejo.

[10] Obra encomendada pelo rei D. Manuel I e entregue ao arquitecto Boitaca. A sua construção iniciou-se em 1502, com o objectivo de ser consagrado a Santa Maria de Belém e de receber a comunidade de frades da ordem de S. Jerónimo.

[11] Foi o rei D. Luís o grande impulsionador do museu ao decretar a 22 de Julho de 1863, a constituição de uma colecção de testemunhos relacionados com a actividade marítima portuguesa. Inaugurado oficialmente nas alas norte e poente do Mosteiro dos Jerónimos a 15 de Agosto de 1962.

[12] Fundado em 1983 pelo Doutor José Leite de Vasconcelos.

[13] Instituição de acolhimento de órfãos, mendigos e desfavorecidos.

[14] 1854/1855 foi presidente de freguesia Alexandre Herculano.

[15] Actualmente considerado o Museu da rede pública, mais visitado de Portugal, quiçá pelas únicas casas de banho públicas existentes na proximidade.

[16] Construído em 1874 junto à fábrica de gás da "Companhia Lisbonense de iluminação a Gás".

sição de Arte e Cultura[6]; Lisboa 94 (Lisboa Capital da Cultura); Expo 98 (Lisboa e os Oceanos).

Património histórico – artístico (Belém)

Demonstrando preocupação, pela cultura nacional, as principais elites artísticas do país (José de Figueiredo, Luciano Freire, José Pessanha, Miguel Ventura Terra, Joaquim de Vasconcelos, Ramalho Ortigão, entre outros), empreenderam um primeiro sistema coerente de protecção, salvaguarda, conservação e transmissão da herança cultural portuguesa, que se revelaria de vital importância, para o património cultural português, em semi-abandono ou vandalizado, até então, dando um contributo indispensável para o desenvolvimento do turismo em Portugal.

(...) O ano de 1911 representa um momento fundamental na emergência do turismo organizado em Portugal. Nesse ano, em Maio, Lisboa recebeu o IV Congresso Internacional de Turismo e o governo provisório da república criou as primeiras estruturas oficiais - A Repartição de Turismo e O Conselho de Turismo (...)[7]

Belém, zona ribeirinha, situada já na foz do Tejo, de onde as caravelas partiam à aventura da descoberta de novos mares e novas terras (Vasco da Gama para a Índia; Pedro Alvares de Cabral para o Brasil, etc.), intimamente ligada à idade dourada dos descobrimentos de Portugal, é hoje uma área ampla e espaçosa coberta de importantes monumentos e museus, parques e jardins[8] e... os... pastéis de nata de Belém.

(...) O espanto do turista começa quando o barco se aproxima da barra e, depois de passar o farol do Bugio – a pequena torre-guardiã na embocadura do rio, construída há três séculos sobre planta de Frei João Turriano – lhe aparece o baluarte que é a Torre de Belém[9] *, como um exemplar magnífico da arquitectura militar do século XVI, em estilo romano-gótico-mourisco. (...)*

(Fernando Pessoa, 2008: 31)

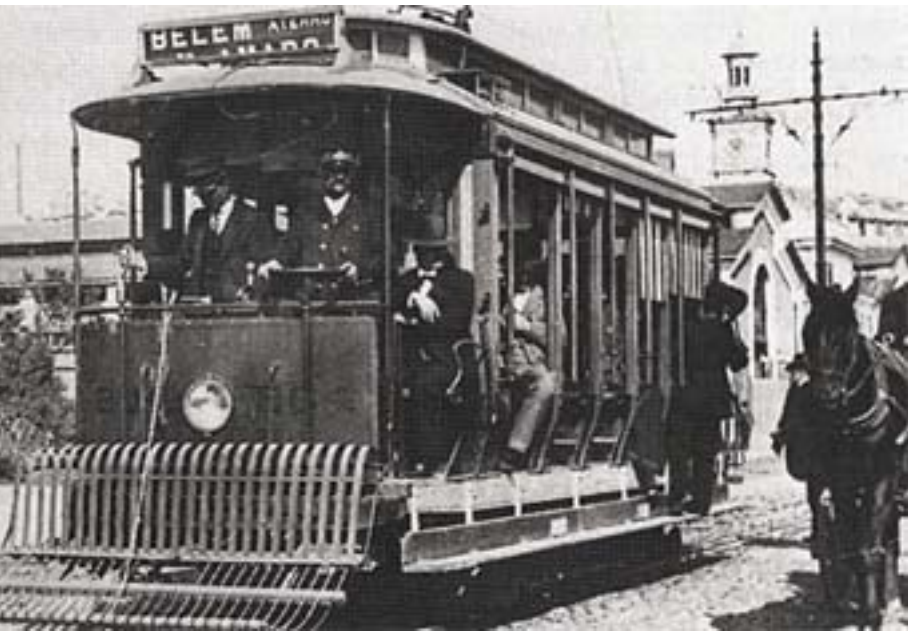
O Mosteiro dos Jerónimos[10], sobrevivente ao terramoto de Lisboa (1755), preciosidade arquitectónica, que depois de uma prolongada intervenção de restauro, há um par de anos, se encontra em óptimas condições de conservação. O exemplo mais emblemático da arquitectura manuelina, *(...) obra-prima de pedra que todos os turistas visitam e nunca conseguem esquecer (...)* (Fernando Pessoa, 2008:91). Património Cultural da Humanidade - pela UNESCO. Construído em grande parte com as mais-valias oriundas do comércio de especiarias, tem hoje nas suas alas, instalados, o Museu da Marinha[11] e o Museu Nacional de Arqueologia[12].

Até 1834 o Mosteiro esteve entregue aos cuidados da Ordem dos Jerónimos, a qual viria a cair em desgraça, quando todas as ordens religiosas foram dissolvidas pela revolução Liberal (Ramos R., Vasconcelos e Sousa, B & Monteiro, N. G, 2009:494). Com a saída dos frades deu-se a instalação da Real Casa Pia do Mosteiro[13], e muitas das pessoas que trabalhavam nos edifícios do Mosteiro viram-se "na inactividade", e na obrigação de encontrar trabalho no exterior do convento como meio de subsistência *(...) em Lisboa, frades e monges, foram postos fora dos conventos, em poucas horas, e condenados a andar errantes pelas ruas da cidade, pelas praças e pelos bosques e charnecas, sem saber onde poderiam achar asilo (...)* (Ramos R., Vasconcelos e Sousa, B & Monteiro, N. G, 2009: 494). O pasteleiro (doceiro) do convento empregou-se numa refinaria/fábrica de açúcar existente nas proximidades do convento, para onde transportou as suas receitas, dando origem ao tão afamado "souvenir" que corre mundo, como produto turístico – o pastel de nata de Belém.

Na época, Belém encontrava-se "distante" de Lisboa (entre 1852 e 1885 Belém foi concelho autónomo constituído pelas freguesias: da Ajuda, Benfica, Carnide, Belém, Odivelas, Alcântara, Santa Isabel e S. Sebastião da Pedreira)[14], sendo a comunicação essencialmente assegurada por via fluvial em barcos a vapor.

A população era atraída a Belém pela imponência do Mosteiro e da Torre de Belém além do Palácio Real de Belém cujo topo sul, seria ocupado em 1905 pelo Museu dos Coches[15], nas instalações do picadeiro real. As populações deslocavam-se para a já então institucionalizada zona de romaria e lazer de Belém: o Hipódromo[16], o teatro Luís de Camões (mais tarde Belém Club), a Feira de Belém e a praia

As populações deslocavam-se para a já então institucionalizada zona de romaria e lazer de Belém: o Hipódromo.



O carro eléctrico inaugura o percurso entre Caís do Sodré e Ribamar (actual Algés) em 1901.

de Belém, muito frequentada pela aristocracia antes da opção por Cascais. Para além de espaço de veraneio, Belém também era o símbolo da industrialização e do trabalho. Central Tejo: Central Termoeléctrica de Lisboa (hoje Museu da Electricidade desde 2006), com o respectivo cais de descarga de carvão, transportado à cabeça em cestas por homens e mulheres - os chamados "alcochetanos" (1914); as duas Fábricas de Gás (Companhia Lisbonense de Iluminação e Gás e a Gás Lisboa) construídas nas imediações da Torre de Belém o que aliás sempre causou grande controvérsia e protesto, até a sua demolição.

Nesta envolvência, rapidamente visitantes e trabalhadores deram conta dos deliciosos pastéis, de origem conventual, agora confeccionados na Fábrica (confeitaria) de Belém (1837). O que desde logo, se traduziu como parte indispensável de visita, nos roteiros de passeio, veraneio e trabalho.

Incrementado pela República, o Turismo, e subsequente desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte – o carro eléctrico inaugura o percurso entre Caís do Sodré e Ribamar (actual Algés) em 1901, em 1940, alavancado pela Exposição do Mundo Português, promovido pelo Estado Novo, em 1960[17]. A carris lança os primeiros 6 autocarros, assegurando o transporte dos muitos visitantes esperados no evento. Belém fica, assim, definitivamente ligada à capital, como um dos principais destinos do turismo de Lisboa e de Portugal. Desenvolvendo-se, mais ainda nos anos 60, com a inauguração do Planetário Calouste Gulbenkian (1965), só nos anos 80 recebe novo impulso e se torna uma referência, de expressão turística, extra fronteira e com significado mundial. Actualmente, conjugado com outra grande construção, o Centro Cultural de Belém que significativamente, reforçou e modernizou o espaço cultural desta zona da cidade, ainda que de arquitectura discutível e controversa. Belém mostra assim, ao turista, toda a sua imponência patrimonial, cultural e gastronómica (doçaria) da cidade e do país.

Componente gastronómica – "Pasteis de Belém"

(...) Todas as manhãs, "o mestre dos pastéis" inicia a sua tarefa na cozinha, usando uma receita única em todo o mundo. Para além de juntar os ingredientes certos nas quantidades certas, a arte destas pequenas delícias vive muito na confecção segundo os métodos tradicionais –não há máquinas, apenas mãos cuidadosas e talentosas (...)[18]

Domingos Rafael Alves, proprietário da refinaria de açúcar nas imediações do Mosteiro dos Jerónimos, com o encerramento das ordens religiosas e expulsão de frades e trabalhadores dos mosteiros e conventos, contratou o pasteleiro da ordem com o objectivo de comercializar os pastéis ao público. Desiderato que levou por diante com a abertura da confeitaria/pastelaria num anexo da refinaria/fábrica. Fama que depressa se alastrou e tornou conhecida, tendo desde logo, o proprietário registado a patente da receita, como salvaguarda do "dito segredo" até aos dias de hoje.

O mestre Henrique Almeida executa na "oficina do segredo" da cozinha da fábrica dos pastéis de nata de Belém a receita considerada única no mundo. É o único que sabe manipular nas quantidades certas e segundo os métodos artesanais, os ingredientes de qualidade superior, cuja confecção resulta num dos mais saborosos doces de origem conventual de Lisboa. A preocupação de patentear a marca, bem cedo, de modo a manter o segredo e de fabricar, ainda hoje, a receita sigilosamente na "oficina", são demonstrações e significações culturais que pretendem e fazem dos pastéis de nata de Belém uma verdadeira lenda, com identidade própria e que se fundem com o próprio local e o turismo nacional.

Mestre Henrique é trabalhador na confeitaria há cerca de 50 anos. Só depois de chegar a chefe

[17] Que se realizou de 23 de Junho a 2 de Dezembro de 1940. Dela sobrou muito pouco – o Museu de Arte Popular, o Padrão dos Descobrimentos reconstruído na versão definitiva e pouco mais.

[18] Strawberryworld – Lisbon.com

geral da fábrica é que entrou na "oficina do segredo" tendo acesso à receita na íntegra, não sem antes assinar um termo de responsabilidade em como "garantia" guardar sigilo. Com o desenvolvimento do turismo e da venda dos pastéis, cerca de 20 000/dia (actualmente), necessidade de descanso e idade avançada, o acesso ao segredo foi alargado a mais dois mestres pasteleiros (com mais de vinte e cinco anos de casa), que igualmente prestaram juramento e assinaram o termo de responsabilidade. Felizmente para a fábrica, nenhum mestre pasteleiro (traiu) a confiança da gerência, salvaguardando a autenticidade e genuidade do pastel de nata de Belém, que provavelmente é o produto mais conhecido de Belém e Portugal, desde os Estados Unidos ao Japão, diz Pedro Clarinha, gerente desde 1984. Relevante o testemunho do mestre Henrique que antes do conhecimento "in loco" da fórmula da mistura dos ingredientes, já por várias vezes havia tentado reproduzir o pastel, em sua própria casa, mas sempre sem sucesso. Da mesma forma que tendo acesso e contacto privilegiado, com outros pasteis, em Portugal e no estrangeiro, que apelida de imitações, afirma, nunca ter encontrado igual!

Entrevistar

É Domingo, está um dia cheio de sol em Belém, e uma longa fila configurando um autêntico "mosaico cultural", à entrada da confeitaria:

(…) Somos de Tóquio. É a primeira vez que estamos na Europa, em Lisboa. Sim, sabemos que os portugueses foram os primeiros europeus a chegar ao Japão (…) no século XVI (…) Mas estamos aqui para provar os "biscoitos", de Portugal… pastéis… sim, sim pastéis (…) Sim, também para ver os Jerónimos e a Torre de Belém, tirar fotos, muitas (…) Mas o que queremos, mesmo é provar os "biscoitos". No Japão já tínhamos tomado conhecimento da sua existência, são muito bons, não são?!

(…) Bem, não somos bem turistas. Somos estudantes Erasmus. Eu sou de Milão e ela é de Florença. Estamos em Lisboa há cerca de três meses e é para aí a quarta, quinta vez que estou aqui para comer os pastéis de nata e levar uma embalagem. Não, não sabia dos pastéis em Itália, mas foi das primeiras visitas que fiz desde que cheguei a Portugal (…) informada por um amigo português. São muito "antigos" não é? Uma delícia mesmo (…)

(…) Sim, estão aqui, os pastéis (apontando para uma brochura turística), refere um turista de origem alemã, num grupo, proveniente de um cruzeiro (…)

Considerações Finais

O turismo entre múltiplas definições e enquadramentos defendidos por antropólogos, sociólogos, economistas etc., para Xerardo Pereiro Pérez (Pérez: 2005), enquanto objecto de estudo da antropologia, classifica-o em quatro grandes grupos:

1. Como intercâmbio sociocultural (forma de contacto intercultural – aculturação, assimilação, integração, o "nós" e os "outros").

2. Como experiência ritual moderna (ritual de passagem (Turner)), separação do tempo de –

Mestre Henrique é trabalhador na confeitaria há cerca de 50 anos. Só depois de chegar a chefe geral da fábrica é que entrou na "oficina do segredo" tendo acesso à receita na íntegra, não sem antes assinar um termo de responsabilidade em como "garantia" guardar sigilo.

Ao falar-se de Belém, está-se a falar também de pastéis de nata.

trabalho/lazer, conversão da pessoa em turista: processo de decisão, preparação da viagem, viagem, processo de mudança, conversão do sujeito em valor de troca, regresso à sociedade de origem – mudança de uma etapa a outra na vida).

3. Como prática de consumo diferencial (produção e consumo de bens simbólicos com significação social – aumento de prestigio pessoal – estatuto – social/diferentes classes sociais);

4. Como instrumento de poder político-ideológico (nacionalismo, invenção e fabricação do local turístico – manipulação de imagens, guias de viagens, brochuras, património cultural, etc.).

No âmbito deste texto, entendo-o como intercâmbio sociocultural – identidade histórica/cultural de cidade, numa relação entre turistas e receptores – anfitriões e convidados (Smith:1977). Transitória e assimétrica num imbricamento complexo e nem sempre de observação fácil, uma vez, visitantes e locais, partilharem o mesmo espaço, correndo-se assim o risco de uma distorcida reflexividade por parte do observador. Numa das quaisquer salas da pastelaria, poder-se-á escutar, três, quatro ou mais línguas em simultaneidade, assim como encontrarem-se pessoas de vária tez, tornando-se "o turista como depositário de uma pauta cultural itinerante" (Magnani:1984). Diria que, numa quase "caótica miscigenação", entre usuários e trabalhadores do espaço, herança globalizacional, que tornou possível ao homem um maior contacto com o "outro" numa interacção permanente de culturas, quebrando a ideia de nacionalidade como natureza essencial e introduzindo a ideia de "comunidade imaginada" de Ruth Benedict[19].

Continuar a apostar no fabrico artesanal, no segredo da receita, na ancestralidade, na genuidade, na singularidade, na autenticidade, nas salas com mesas e cadeiras, na canela (especiaria ligada aos descobrimentos/ligação histórica), nas paredes decoradas com azulejos da época, no espaço aberto de uma parte da cozinha ao público, no logótipo "estilo manuelino" pastéis de Belém desde 1837, na embalagem de cartão, na manutenção de empregados de mesa experientes, para além da resistência a propostas de venda e de franchising, é o que tem mantido a áurea do pastel de nata de Belém, ainda que com perda de lucros, de acordo com discurso de Pedro Clarinha.

Sendo que, em meu entendimento, o turismo enquanto produção e prática de bens simbólicos, cujos apelos comerciais são baseados em atributos intangíveis, associados ao capitalismo, ao consumismo cultural do espaço, lendas e mitos, massificação, cinceronia e à globalização/mundialização, oferece um ângulo de entendimento muito mais completo sobre a significação do pastel de nata de Belém.

Julgo não se tratar de uma hipérbole, mas ao falar-se de Belém, dos Jerónimos, está-se a falar também de pastéis de nata Belém. Para grande parte do turista que se desloca a esta zona, ele é um elemento central da relação com a recordação do lugar visitado. Há diferentes pastéis de Belém, como o caso do pastel de cerveja (também de Belém), mas não preenche os requisitos ávidos do turista. Requisitos únicos de autenticidade, tudo coisas de que não se revestem os outros pastéis de Belém, que para além da evocação de produtos mais recentes não satisfazem o fascínio pela diferença tão importante para o turista que o procura. Tornando-se assim numa mais-valia para Belém e o turismo português.

Porventura, será esta conjugação complexa de factores, alguns provavelmente fabricados pela mercantilização da indústria de serviços, aliados ao tipo de turismo cultural de cidade, de grande pendor excursionista (visitas de um dia), que dão identidade ao pastel de nata de Belém enquanto produto "souvenir" gastronómico local.

Este é um produto "genuíno", "diferente", "singular" que só pode ser encontrado numa confeitaria – a única fábrica de pastéis de Belém![20]

Bibliografia

- Callizo Soneiro, J, (1991), Aproximacion a la geografia del turismo, Madrid: Sintesis.
- OEA – ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (2008). Apoio às actividades da OEA em matéria de turismo. Departamento de Direito Internacional. Resoluções da Assembleia Geral de 7 de Junho de 1996. AG/RES. 1426 (XXVI-O/96).
- Ory,P.(1993), Voyages, culture et littérature,, em Tourisme et clture.
- Pessoa, Fernando (1992) 2008, Lisboa: o que o turista deve ver, Lisboa: Livros Horizonte.
- Pérez, X, (2009), Turismo Cultural; uma Visão Antropológica, Tenerife: ACA y PASSOS, RTPC.
- Pina, Paulo, (1988), Portugal. O turismo no sec. XX, Lisboa: Lucidus Publicações Lda.
- Ramos R., Vasconcelos e Sousa, B & Monteiro, N. G, (2009), História de Portugal, Lisboa. A Esfera dos Livros.
- Smith,V. (org.) (1977), Host and Guests, The Antropology of Tourism, Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Santana Talavera, A. (1997). Nuevas Hordas, Viejas Culturas. La Antropología y elTurismo. Barcelona: Ariel.
- Simmel, G, (2009), Psicologia do Dinheiro e outros ensaios, Lisboa: edições texto & Grafia.
- Silva, Maria Cardeira da, (2004), Outros trópicos. Novos destinos turísticos, novos terrenos da antropologia. Lisboa: Livros horizonte.
- Turner,V, (1974), The Ritual Process: Harmonsds worth: Penguim.
- Rejowski, M & Solha,K. T, (2002), Turismo em cenário de mudança, in Rejowski M. (org) turismo no percurso no tempo, S. Paulo: Aleph.

[19] Ruth Benedict. Antropóloga americana (1887/1948).
[20] Designação actual da pastelaria.

Texto: Coronel Art Res Pereira da Costa

AHM 46295 P 29 - A IX - L 83

A Estranha Morte do General Marques Godinho

I

Após o 28 de Maio de 1926 e principalmente depois da consolidação de Salazar no poder, são levadas a cabo, ou simplesmente planeadas diversas tentativas de golpe de estado que falham, normalmente, por dois motivos que, por vezes se conjugam: acção preventiva da Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado/Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PVDE/PIDE) e pouca adesão (popular e ou das unidades militares que supostamente apoiariam a acção). Por parte das autoridades há um progressivo aumento da força repressiva, quer pela emissão de legislação mais adequada ao fim em vista, quer pela acção coordenada das polícias e tribunais, ao mesmo tempo que sobe a graduação dos militares se envolvem nos movimentos revolucionários. Por outro lado, a queda dos fascismos (italiano, sem honra nem glória, e alemão, por derrota militar esmagadora) criou um ambiente adverso ao governo que, apesar disso, respondeu com repressão, por vezes bastante violenta, sempre que se sentiu ameaçado. A tentativa de golpe de 10 de Abril de 1947 insere-se nesta fase da contestação, embora os golpistas fizessem incidir as suas reivindicações mais na de demissão do Presidente do Conselho de Ministros do que numa modificação profunda da política nacional. Parece que já havia sido diagnosticado quem era o obstáculo a remover e que tudo o mais viria por acréscimo. O golpe seria conduzido por um grupo alargado de oficiais de alta patente, entre eles um general de prestígio considerável – José Garcia Marques Godinho – embora não detivesse nenhuma função de comando à data dos acontecimentos.

II

O General Marques Godinho iniciou a sua carreira militar, em 25 de Outubro de 1901, como voluntário, no Regimento de Cavalaria n.º 2, concluindo o Curso de Infantaria da Escola do Exército, em 26 de Outubro de 1904. Promovido a Capitão, em 10 de Dezembro de 1915, fez parte do Corpo Expedicionário Português, desde o início da sua constituição, só regressando a Portugal já em 1919.

Terminada a Guerra, reinicia a sua vida militar em tempo de paz, bastante centrada nas unidades da região de Abrantes, chegando a comandar o Regimento de Infantaria n.º 2, entre 1939 e 1940. Frequenta o Curso de Altos Comandos, no Instituto de Altos Estudos Militares, no ano de 1940, sendo promovido a Brigadeiro, em 28 de Dezembro desse ano. Pouco tempo depois, é nomeado Comandante Militar dos Açores, exercendo o cargo nos anos de 1941 e 1942.

III

O falecimento do General Marques Godinho, no Hospital Militar Principal, mas sob prisão, é uma

Após o 28 de Maio de 1926 são levadas a cabo, ou simplesmente planeadas diversas tentativas de golpe de estado que falham.

wikimedia commons

questão que foi aproveitada pela oposição do tempo para atacar o governo presidido por Salazar e que a família também não aceitou com facilidade. Efectivamente, o General e o Ministro da Guerra, tendo estado inseridos na mesma facção política, foram ficando cada vez mais politicamente distantes, ao ponto de o primeiro ter liderado um golpe de estado para alterar a ordem política, que o segundo defendia com todo o ardor.

Procuraremos analisar a sua participação na referida tentativa insurreccional e a sua morte dramaticamente atribulada.

Para a compreensão do sucedido há que remontar ao ano de 1941, quando não havia indícios de quem viria a ganhar a Guerra e era necessário fazer uma afirmação de soberania nacional nas ilhas dos Açores. Perfilavam-se, nessa altura, as duas possibilidades de ocupação das ilhas, por parte do Eixo ou dos Aliados.

Tudo começa durante a sua presença naquele arquipélago, como Comandante Militar, por volta de Julho de 1941, quando o General Godinho sofreu um ataque de *angor – pectoris*. Sabedor dessa ocorrência, o Subsecretário de Estado da Guerra, Fernando dos Santos Costa, propôs-lhe, em carta de 11 de Outubro desse ano, que fosse nomeado um 2.º Comandante com a finalidade de *o libertar de grande parte do despacho e dar-lhe o ensejo a que descansasse devidamente*. Foi proposto o Coronel de Cavalaria Carlos Maria Ramires[1], já tirocinado e que exercia o comando da Escola Prática de Cavalaria, o qual virá a ser nomeado e seguirá para os Açores, em 23 de Outubro.

Marques Godinho, embora não conhecesse bem o oficial em causa aceita-o, dado o *aumento de expediente que se vinha verificando*, em consequência de um maior número de unidades mobilizadas localmente e enviadas em reforço da guarnição local.

Numa carta particular, datada de 22 de Agosto de 1941, um oficial da guarnição – Tenente-coronel do Corpo do Estado-maior Frederico Lopes da Silva[2] – relata ao Tenente-coronel Santos Costa (Subsecretário de Estado da Guerra) que *o General tem andado muito por baixo e nós conseguimos convencê-lo a ir passar um semana nas Furnas*. Todavia, o oficial acha que *retirá-lo de cá era matá-lo*, mas que a substituição poderia tornar-se inevitável. O mesmo oficial, embora diga, em 12 de Setembro, que *o Brigadeiro tem passado melhor* e que o descanso de oito dias e os medicamentos que toma lhe têm feito bem, refere, alguns dias depois (em 20 de Setembro), que *teve uma camoeca*. Já em 2 de Outubro, sugere ao Subsecretário o envio imediato de um 2º Comandante, a assumir futuramente o cargo de Comandante, porque *o estado de saúde do Brigadeiro é bastante grave, podendo faltar de um momento para o outro* e, no dia seguinte, sugere-lhe a colocação do filho do Brigadeiro, como médico do Comando Militar ou num dos batalhões sedeados em S. Miguel. Embora estivesse a prestar serviço militar como Alferes de Infantaria, Alfredo Pimenta Beja Marques Godinho era licenciado em medicina. Esta colocação virá a efectivar-se entre 29 de Outubro de 1941 a 13 de Janeiro de 1944, tendo

Tudo começa durante a sua presença naquele arquipélago, como Comandante Militar, por volta de Julho de 1941, quando o General Godinho sofreu um ataque de *angor - pectoris*. (Marechal Carmona nos Açores em 1941).

bikas-euacredito.blogspot.com

sido ajudante-de-campo do Comandante Militar, entre 5 de Novembro de 1941 e 25 de Abril de 1942.

As relações entre Comandante e 2.º Comandante não foram boas, desde a apresentação deste. As medidas defensivas adoptadas até ao momento, não seriam as mais adequadas e o putativo Comandante expõe (também ao Subsecretário de Estado da Guerra), em carta de 5 de Novembro de 1941, as suas preocupações. O Coronel Ramires, quer durante a exposição que lhe foi feita "na carta", quer nos reconhecimentos "no terreno", expôs frontalmente as suas discordâncias, o que levou Marques Godinho a manifestar – em carta de 7 de Novembro – o seu desagrado pelo seu substituto, mesmo que apenas em regime de interinidade.

Numa outra carta a Santos Costa, o Coronel Ramires continua a manifestar severas críticas ao modo como estava a ser equacionada a situação táctica e às medidas organizacionais adoptadas, bem como ao ambiente que se vivia entre os oficiais da guarnição. Entre outras deficiências ressalta a não existência de um plano de defesa, mas apenas de *um esboço do Barros Rodrigues* (Tenente-coronel do Corpo de Estado-maior que, algum tempo antes, havia realizado um estudo sobre a defesa do arquipélago). Chega mesmo a enumerar deficiências graves como o facto de o *plano de defesa estar na cabeça do nosso Brigadeiro*, segundo informação que havia colhido junto do Chefe do Estado-maior do Comando Militar. Em carta de 5 de Dezembro de 1941, admite que o Brigadeiro Godinho não estaria afinal muito doente e que fora o pessoal que prestava serviço junto dele que exagerara as notícias sobre o seu estado de saúde, a fim de precipitar a sua substituição.

A sua promoção a General, ocorrida em 21 de Março do ano seguinte, levou a que fosse substituído no Comando Militar dos Açores, tanto mais que o Coronel Ramires ascendera ao posto imediato, em 23 de Janeiro de 1942. A promoção de Marques Godinho, que não foi pacífica e veio a ser decidida por maioria, foi desencadeada por um *louvor ministerial, redigido em termos de tal maneira elogiosos (…) que não poderia tal circunstância deixar de ser conhecida do Conselho Superior do Exército quando (…) houvesse de reunir para deliberar sobre a indicação a fornecer ao Governo acerca do candidato em melhores condições de poder merecer a sua escolha* [3].

A sua promoção a General, ocorrida em 21 de Março do ano seguinte, levou a que fosse substituído no Comando Militar dos Açores. (Foto da Galeria de Ex-Comandantes do RI2)

Tendo deixado o Comando Militar dos Açores, desempenhou funções de vogal do Conselho Superior de Disciplina do Exército, entre 27 de Abril de 1942 e 6 de Fevereiro de 1947, vindo a transitar para a situação de reserva, por motivos estatutários, em 14 de Dezembro de 1946.

IV

Na sequência da "*tentativa revolucionária de 10 de Abril de 1947*", o General Marques Godinho foi convocado para comparecer na Directoria da PIDE, em 21 de Julho, onde acabou por ficar detido. Era acusado de ter sido um dos quarenta e seis oficiais que haviam assinado o *Pacto de Oficiais do*

[1] Carlos Maria Ramires (1889 - 1952) General. Ver *Os Generais do Exército Português* - II Tomo do III Volume; Biblioteca do Exército, Direcção de História e Cultura Militar; Lisboa, 2008, ficha biográfica 20-563 (Pág. 45 - 47).

[2] Frederico da Costa Lopes da Silva (1896 - 1960) General. Ver *Os Generais do Exército Português* - II Tomo do III Volume; Biblioteca do Exército, Direcção de História e Cultura Militar; Lisboa, 2008, ficha biográfica 20-618 (Pág. 150 - 152).

[3] Depoimento de Fernando dos Santos Costa, em 26 de Maio de 1981, no jornal "Diário de Notícias", em resposta às considerações críticas feitas por Tom Gallager (docente da Universidade de Bradford) ao IV Volume da biografia de Salazar escrita por Franco Nogueira e publicadas naquele jornal em 13 de Janeiro do mesmo ano.

regressoaofuturo5.blogs.sapo.pt

Inicialmente, todos os supostos participantes na tentativa revolucionária ficaram presos no Hospital Júlio de Matos, a funcionar como prisão à guarda da PIDE.

Exército e da Marinha. O processo, elaborado pela PIDE, só veio a ser "*remetido à Jurisdição Militar competente, em 18 de Outubro*". Entretanto, fora compulsivamente reformado, em 14 de Junho, tendo tido conhecimento dessa decisão por uma nota oficiosa publicada no jornal "Diário de Notícias"" Nessa nota afirmava-se que "*o Governo tinha, há muito, exacto conhecimento dos manejos revolucionários em que andavam metidos alguns conspiradores profissionais*" e que deliberara "*afastar do serviço os militares que traíram as suas obrigações para com os poderes públicos*". Segundo os jornais da época ("Primeiro de Janeiro" e "Jornal de Notícias"), por determinação do Conselho de Ministros, "*passou da reserva à reforma* (em 14 de Junho) *por ter dado provas de oposição aos princípios constitucionais*". Efectivamente, em documento datado de 12 de Junho, o Ministro da Guerra propôs que aos militares implicados na conspiração fossem aplicadas as disposições do *Art.º 1.º do Decreto-Lei n.º 25.31, de 13 de Maio de 1935*[4]*, os quais, segundo informação da PIDE e do seu próprio conhecimento praticam actos e promovem diligências subversivas reveladoras de evidente espírito de oposição aos poderes legalmente constituídos*. Salazar defere a proposta, no dia seguinte.

Durante a elaboração do processo-crime[5], foi acusado, em concrecto, de ter recebido em sua casa, em Abrantes, dois conjurados civis e de ter visitado a Quinta do Tojal, em Ferreira de Zêzere, na companhia do Brigadeiro António de Sousa Maia[6], onde terá decorrido uma reunião conspirativa.

Inicialmente, todos os supostos participantes na tentativa revolucionária ficaram presos no Hospital Júlio de Matos, a funcionar como prisão à guarda da PIDE, mas, posteriormente (por despacho de 8 de Dezembro de 1947 do Ministro da Guerra), os militares foram dispersos pelos estabelecimentos prisionais militares (Elvas, Santarém e Trafaria), ficando o Almirante Cabeçadas detido na Escola Prática do Serviço de Administração Militar. Esta dispersão, inútil como diligência processual, visava dificultar os contactos entre os arguidos e os respectivos advogados.

O Doutor Adriano Moreira, advogado recém-licenciado, que trabalhava, nessa altura, no escritório de advogados do Doutor António Ribeiro, muito conhecido na capital, recebeu a incumbência de fazer a defesa gratuita do Coronel Celso Mendes Magalhães. Porém, após uma reunião ocorrida no Hospital Júlio de Matos, assumiu a defesa dos seguintes arguidos: Almirante José Mendes Cabeçadas Júnior, General Marques Godinho, Brigadeiros Eduardo Corregedor Martins[7], António de Sousa Maya, e Vasco de Carvalho[8], Coronéis Carlos Tava-

---

[4] O artigo em questão declara que "*os funcionários ou empregados, civis ou militares, que tenham revelado ou revelem espírito de oposição aos princípios fundamentais da Constituição Política, ou não dêem garantia de cooperar na realização dos fins superiores do Estado, serão aposentados ou reformados, se a isso tiverem direito, ou demitidos em caso contrário*".

[5] O processo, constituído por seis volumes de diligências, mais dois com manifestos e um com outros artigos - elaborado pela PIDE, foi remetido ao Quartel-general do Governo Militar de Lisboa, que o remeteu ao Ministério da Guerra em 31 de Outubro de 1947.

[6] António de Sousa Maia (1888 - 1969) Brigadeiro. Ver *Os Generais do Exército Português* - II Tomo do III Volume; Biblioteca do Exército, Direcção de História e Cultura Militar; Lisboa, 2008, ficha biográfica 20-579 (Pág. 77 - 80).

[7] Eduardo Corregedor Martins (1886 - 1975) General. Ver *Os Generais do Exército Português* - II Tomo do III Volume; Biblioteca do Exército, Direcção de História e Cultura Militar; Lisboa, 2008, ficha biográfica 20-590 (Pág. 97 - 101).

[8] Vasco de Carvalho (1888 - 1961) Brigadeiro. Ver *Os Generais do Exército Português* - II Tomo do III Volume; Biblioteca do Exército, Direcção de História e Cultura Militar; Lisboa, 2008, ficha biográfica 20-560 (Pág. 40 - 43).

[9] A legislação do tempo previa sanções para os advogados que, tendo apresentado um pedido de "hábeas corpus", não o vissem satisfeito. O facto de o processo ter transitado, entretanto, do foro civil para o foro militar, levou a que o STJ não pudesse punir o defensor dos arguidos militares.

[10] Este hospital funcionou, assim como prisão da PVDE, o que se deve considerar enquadrado no espírito dos Decreto-lei n.º 32.329, de 19OUT942 (DG n.º 242, I Série) e Decreto-lei n.º 28.404, de 31DEC937 (DG n.º 304, I Série) em que é definido o tratamento a dar aos militares *que sofressem de demência incurável ou motivo disciplinar de que não resulte de que não resulte a pena de demissão nem de separação do serviço*. Os oficiais detidos estariam abrangidos neste último caso por se terem envolvido numa acção sediciosa e de insubordinação.

[11] É importante salientar que a PIDE, na mesma data, reiterou telefonicamente esta informação junto do Gabinete do Ministro.

res Afonso dos Santos (Carlos Selvagem) e Luís Gonzaga Thadeu. Assim representados, os sete oficiais detidos apresentaram um pedido de habeas corpus que não lhes foi concedido, por aplicação do disposto no Decreto-Lei n.º 35.043, de 20 de Outubro de 1945 (Art.º 22.º). O indeferimento surgiu, em 12 de Novembro de 1947, por acórdão do Supremo Tribunal de Justiça (STJ)[9]. Efectivamente, as disposições daquele decreto-lei não eram *aplicáveis aos militares sujeitos a foro especial*. Marques Godinho interpôs ainda, em 15 de Dezembro de 1947, um requerimento pedindo a sua libertação imediata, considerando-se "*preso sem culpa formada, fora de flagrante delito*", e tendo sido excedidos os prazos máximos de todos os tipos de prisão preventiva, praticados pela justiça portuguesa, argumentação que era clara e absolutamente irrefutável. O requerimento foi mandado arquivar em despacho de 8 de Janeiro de 1948, pelo Ministro da Guerra, Fernando dos Santos Costa, devido ao falecimento do requerente, em 24 de Dezembro de 1947.

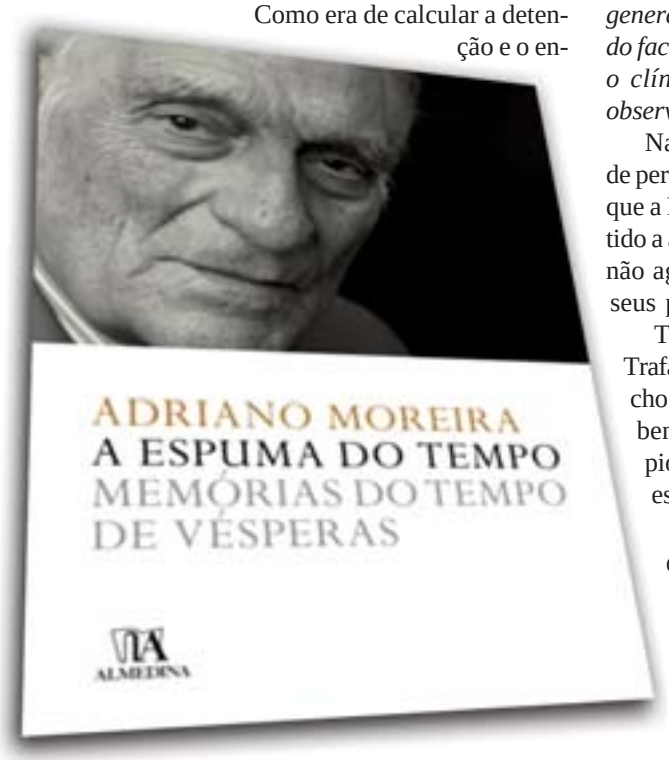
De acordo com as declarações dos implicados, o golpe, que não chegou a sair, teria o apoio tácito do Marechal Carmona, visava o afastamento do Presidente do Conselho de Ministros e uma consequente remodelação na política nacional. Contudo, o Almirante Mendes Cabeçadas, chefe do movimento, que, algum tempo antes, se avistara sigilosamente com o Presidente da República, ficou surpreendido com o facto de este lhe ter dito, não só que não o convocara, como que não necessitava de qualquer espécie de apoio político para conduzir a política nacional.

Como era de calcular a detenção e o encerramento dos implicados num hospital psiquiátrico[10] teve efeitos nefastos na doença do foro cardíaco que afligia o General e que, desde 1941, não cessara de evoluir. Durante a sua detenção, Marques Godinho sofre mesmo um enfarte do miocárdio, tendo-lhe sido prestada assistência por um médico particular e outro do Hospital Militar Principal. No que se refere à acção da PIDE na assistência prestada ao General, releva um ofício datado de 10 de Novembro de 1947, pelo qual o Director daquela polícia informa o chefe de gabinete do Ministro da Guerra de que o oficial *se encontra gravemente doente, necessitando, por isso, ser transferido, com urgência para um hospital*[11]. A situação seria delicada, uma vez que o chefe de gabinete exara no ofício, às 18 horas e 20 minutos, que, por ordem *do Ministro da Guerra, foi telefonicamente comunicado à PIDE que o General deverá ser hospitalizado no HMP, devendo ser lhe prestado todos os socorros e assistência julgados necessários. No caso de não desejar ser internado, deverá ser avisada a família do mesmo General, a quem se exporá o caso, pedindo-lhe que seja indicado o clínico que entenda dever observá-lo*.

Num relatório, datado de 17 de Fevereiro de 1948 e elaborado para apuramento concreto dos factos, por determinação do Ministro, o Chefe de Gabinete, Major Leão do Sacramento Monteiro, afirma que não só foi *(…) autorizado se promovesse a imediata hospitalização (…) no Pavilhão da Família Militar como também fossem prestados todos os socorros e assistência julgados necessários e que, caso o (…) general não desejasse ser hospitalizado se desse do facto conhecimento à família para que indicasse o clínico ou especialista que entendiam dever observá-lo e assisti-lo*.

Naquela altura, Marques Godinho fez questão de permanecer junto dos outros oficiais presos, pelo que a PIDE não realizou a transferência, o que terá tido a anuência do filho médico que assim pretendia não agudizar o estado do pai, contrariando-o nos seus pontos de vista.

Todavia, na noite anterior à transferência para a Trafaria (16 de Dezembro) determinada pelo despacho de Santos Costa, os oficiais detidos, apercebendo-se de que o estado de saúde do General piorara, telefonaram ao advogado, a fim de que este iniciasse diligências junto do Ministro da



O Doutor Adriano Moreira, advogado recém-licenciado, assumiu a defesa dos seguintes arguidos: Almirante José Mendes Cabeçadas Júnior, General Marques Godinho, Brigadeiros Eduardo Corregedor Martins[7], António de Sousa Maya, e Vasco de Carvalho[8], Coronéis Carlos Tavares Afonso dos Santos (Carlos Selvagem) e Luís Gonzaga Thadeu.

Guerra para que lhe fosse prestada a devida assistência e suspensa a transferência. Efectivamente, na opinião dos médicos do Hospital Júlio de Matos, a transferência para outro estabelecimento prisional poderia causar a morte ao General, o que levou a que a própria polícia política a suspendesse temporariamente. O General Fernando Borges, Ajudante-general do Exército, chega a determinar a transferência para o Hospital Militar Principal, mas, em 17 de Dezembro, o General Godinho dá entrada na Casa de Reclusão da Trafaria, transportado em ambulância militar, ficando instalado num quarto que o obrigava a subir e a descer escadas, quer para tomar refeições quer para utilizar as instalações sanitárias.

O Doutor Adriano Moreira realizou várias tentativas goradas de contacto com o Ministro da Guerra, única entidade que poderia suspender a transferência. Esgotadas as diligências junto do Ministério, acabou por informar o Chefe de Gabinete do Ministro de que este seria formalmente acusado de homicídio, por dolo eventual. Dirigiu-se, por fim, ao General Fernando Pereira Coutinho, Governador Militar de Lisboa.

Num despacho de 8 de Janeiro de 1948, exarado sobre o Sumário de Culpa do processo, Fernando dos Santos Costa, pronuncia-se sobre as diligências levadas a cabo pelo defensor dos oficiais, em prol do General Godinho. Considera que a petição de "habeas corpus" *reúne um amontoado de falsidades, no que respeita à matéria de facto, e um conjunto de erros ou de insensatas e ininteligentes interpretações, quanto à matéria de direito. (...) Trata-se, no fundo, de uma pobre argumentação aduzida por advogado de fraca ciência, quando não deficiente consciência (...). Promova-se a remessa do requerimento ao General Promotor (...) a fim de ser requerida a sua junção aos autos, para os devidos efeitos*. Todavia, o STJ não exprime essa opinião, como se pode ver nas últimas folhas da publicação do pedido de *habeas corpus* e respectivo acórdão do STJ[12].

Após o falecimento do General, não restavam dúvidas à família de que o Ministro da Guerra, seu amigo pessoal, embora sabendo que tinha graves problemas cardíacos, não lhe proporcionou as devidas condições de assistência, na prisão, e terá permitido que fosse sujeito, propositadamente, a maustratos. Com efeito, Santos Costa tinha conhecimento de que Marques Godinho era muito crítico quanto à actuação do Estado Novo, havendo, na PIDE, referências à sua acção cívica, desde 2 de Outubro de1929, com especial destaque para o ano de 1933.

Por sugestão dos outros oficiais presos, os filhos de Marques Godinho contactaram, então, o Doutor Adriano Moreira para que os apoiasse na elaboração de uma queixa contra o Ministro da Guerra, sob a acusação de homicídio. Temendo represálias, já que dois dos filhos eram militares – um oficial do Exército[13] e outro da Marinha[14] – e não havendo, face à prática do tempo, garantias de que o decorrer do processo seria im parcial, foi a esposa e o terceiro filho, médico de profissão[15], que, fundamentados num relato articulado dos acontecimentos elaborado pelo referido advogado, constituído como testemunha, avançaram com a queixa.

Era também convicção da família de que Santos Costa pretendia reaver correspondência que enviara ao General Godinho, durante a II Guerra Mundial, e na qual transpareciam as suas inclinações germanófilas, nomeadamente, acerca da possibilidade de vedar aos aliados o acesso aos Açores, facultando-o aos alemães. É provável que estes elementos fossem irrelevantes, face ao momento histórico que decorria e tendo em conta a personalidade visada. No entanto, a família considerava que as cartas poderiam constituir elemento dissuasor de uma acção mais violenta por parte do Ministro, partindo do princípio de que este quereria fazer passar uma imagem de coerência política e de verticalidade.

Foi, portanto, apresentada queixa na Polícia Judiciária, à qual foram juntas cópias das cartas que estavam na posse do General e que a família supunha comprometerem o Ministro da Guerra. Aquela

Era convicção da família de que Santos Costa pretendia reaver correspondência que enviara ao General Godinho, durante a II Guerra Mundial, e na qual transpareciam as suas inclinações germanófilas.

polícia não deverá ter realizado qualquer diligência uma vez que, levando em conta a dimensão política do caso, o seu director remeteu (24 de Janeiro de 1948) a queixa e seus anexos ao Ministro da Justiça, Cavaleiro de Ferreira, que, louvando o procedimento do director, enviou toda a documentação à PIDE (28 de Janeiro), dando conhecimento à Presidência do Conselho, considerando que o conteúdo das cartas poderia ser tido como segredo de Estado.

A resposta do governo foi a detenção, pela PIDE, ainda em Janeiro de 1948, de D. Palmira[16] e do filho, Alfredo.

Detida a viúva (ficou detida, entre 23 de Janeiro e 13 de Fevereiro de 1948, no Recolhimento da Guia) e o filho (detido, no Aljube, em 12 de Fevereiro, ficou incomunicável durante 5 dias e veio a ser libertado, sob caução de vinte mil escudos, em 8 de Abril), seguiu-selhes o advogado que se prestara a testemunhar a sequência dos factos. A acusação tinha que ver com os artigos 145.º (subtracção de documentos classificados e sua entrega a pessoa não autorizada) e 166.º (ofensas à dignidade do estado) do Código do Processo Penal.

O Doutor Adriano Moreira, contactado informalmente, primeiro, e convocado a depor, depois, pelo inspector capitão Catela declarou, com verdade[17], desconhecer D. Palmira, por só ter tido contacto com os filhos, e alegou segredo profissional para não responder à questão concreta de quais as pessoas, incluindo militares detidos, que o tinham consultado. Esteve preso na cadeia do Aljube, entre 14 de Fevereiro (incomunicável durante três dias) e 8 de Abril, tendo beneficiado do apoio e solidariedade de personalidades de vários quadrantes políticos e do vice-presidente da Ordem dos Advogados, terá acabado por ser libertado por intervenção pessoal de Salazar, que assim terá pretendido reduzir as proporções que o caso estava a tomar, em consequência dos atropelos à legalidade cometidos e de uma certa agitação entre as personalidades do "Estado Novo". Talvez por estas razões os filhos militares do General Godinho não terão sido importunados por qualquer acção do Ministro da Guerra. Em carta de 8 de Abril de 1948, remetida a Salazar, o próprio Marcelo Caetano insurgiu-se contra o modo como o processo foi conduzido, especialmente no tratamento dado ao advogado, e no que toca ao facto de as cartas, juntas á participação, não *terem a menção de confidenciais ou secretas e dizendo respeito a factos privados e justificados terem sido a posteriori considerados continentes de segredos de Estado*.

O próprio Marcelo Caetano insurgiu-se contra o modo como o processo foi conduzido, especialmente no tratamento dado ao advogado.

V

Não há contudo, dúvidas de que a situação se precipitou com o despacho de 8 de Dezembro de 1947 de Santos Costa em que era determinada a transferência de três implicados para o Forte da Graça e cinco - entre eles o General – para a Casa de Reclusão do Governo Militar de Lisboa. Cinco dias depois, um oficial da 1.ª Repartição da 1.ª Direcção-geral do Ministério da Guerra foi ao hospital entregar aos detidos uma cópia do despacho e informá-los de que a transferência teria lugar no dia 15. O transporte seria feito em automóveis e nestes iriam oficiais *acompanhando a transferência (…) para proporcionar quaisquer facilidades que se tornassem necessárias ou remover quaisquer dificuldades que se apresentassem*. Marques Godinho informou o oficial que deveria acompanhar o movimento num dos carros para a Casa de Reclusão de que pretendia baixar ao Hospital Militar Principal,

[12] Sob o título *Habeas Corpus, Petição a Favor do Coronel Celso Mendes de Magalhães* está o pedido e respectivo acórdão do acórdão do STJ publicados, em 1948 em edição da Papelaria Fernandes e sob responsabilidade do Dr. Adriano Moreira.

[13] Manuel Pimenta Almeida Beja Marques Godinho (Capitão com curso do Estado-Maior).

[14] José Pimenta Almeida Beja Marques Godinho (1.º Tenente da Armada).

[15] Alfredo Pimenta Almeida Beja Marques Godinho.

[16] D. Palmira Pimenta Almeida Beja Marques Godinho, casada com o General Marques Godinho desde 19 de Dezembro de 1908.

[17] Embora este jovem advogado defendesse alguns dos presos políticos militares, não conhecia pessoalmente a esposa do General Godinho. Apenas terá feito algumas sugestões sobre os passos com vista à apresentação da queixa.

marcasdasciencias.fc.ul.pt

O médico considera que as condições de internamento (*clima, carência de assistência médica permanente*) que se verificavam no estabelecimento prisional eram *totalmente prejudiciais à doença em causa* e por isso propõe a transferência para o Hospital Militar Principal.

em virtude de o seu estado de saúde o aconselhar. Por determinação do Ministro, o General Borges Júnior dirigiu-se ao Hospital Júlio de Matos, na noite de 15 de Dezembro, para ouvir o General Marques Godinho que reiterou o seu desejo de baixar do Hospital Militar, seguindo em carro particular acompanhado pelo filho médico. Os oficiais a transferir manifestaram-se contra o facto de irem acompanhados por oficiais menos graduados e um deles – o Coronel Celso Mendes de Magalhães – também contra o facto de, nas guias de marcha não constar *o motivo da transferência da PIDE para as prisões militares*. Esta contestação valeu-lhe ser transferido, por despacho ministerial para o Presídio Militar (em Santarém). Por determinação do Ministro, o Ajudante-general do Exército, General Fernando Augusto Borges Júnior[18], ouviu todos os oficiais nos termos do Art.º 130º do Regulamento de Disciplina Militar, que previa que qualquer militar deveria ser ouvido antes de ser punido. Esta diligência não terá efeitos, por despacho do Ministro da Guerra, em 5 de Fevereiro de 1948, provavelmente em consequência do evoluir da situação.

No dia seguinte, ao voltar ao Hospital Júlio de Matos, encontrou Marques Godinho acompanhado pela esposa e informou-o de que iria ser observado por um médico militar que se pronunciaria sobre a viabilidade da transferência se realizar em segurança. O Chefe de Gabinete do Ministro havia, entretanto, accionado a transferência em ambulância[19], para a Casa de Reclusão e depois da apresentação é que seria enviado para o Hospital Militar Principal.

O General Marques Godinho é recebido, ao fim da tarde (19H30) de 16 de Dezembro de 1947, pelo comandante daquele órgão prisional, observado pelo respectivo médico e, posteriormente – em 19 de Dezembro – visitado pelo General Governador Militar de Lisboa que determina a baixa ao Hospital Militar Principal. Esta nova transferência faz-se na viatura do próprio Governador e acompanhado pelo médico da Casa de Reclusão. No mesmo automóvel seguia a esposa. Foi preparado um quarto para o General que para lá foi transportado em maca e ficou acompanhado pela família.

O médico que o observa, antes da transferência, pertence ao Batalhão de Telegrafistas e elabora um relatório em que diagnostica *convalescença de enfarte do miocárdio* e declara que *o tratamento pode ser feito no hospital*, o qual também deveria determinar o número de dias de baixa, o que não sucede.

O relatório do médico da Casa de Reclusão, elaborado em 17 de Dezembro, é mais completo. Refere um ataque de angor-pectoris em 1941, *que se repetiu em*

[18] Fernando Augusto Borges Júnior (1880 -1949) General. Ver *Os Generais do Exército Português* - I Tomo do III Volume; Biblioteca do Exército, Direcção de História e Cultura Militar; Lisboa, 2008, ficha biográfica 20-534 (Pág. 422 - 424).

[19] A ambulância era uma viatura sanitária militar, regulamentar no Exército Inglês e em uso no Exército Português, desde o final da II Guerra Mundial.

[20] O General sofria de angor. Quer isto dizer que as artérias que forneciam sangue ao coração estavam entupidas. A causa é a conhecida arteriosclerose. Quando o coração trabalhava pouco, essa actividade era suficiente, mas qualquer esforço suplementar (exercício, emoções, doença) fazia com que a quantidade de sangue que chegava ao músculo cardíaco fosse insuficiente para as necessidades. Logo, sentia dor cardíaca e poderia até ocorrer necrose (morte) de alguma parte do músculo cardíaco. Este tipo de fenómeno repete-se e, como consequência, vão-se perdendo unidades do músculo cardíaco.

No edema pulmonar, o coração esquerdo (a metade que recebe o sangue dos pulmões e o ejecta para o resto do corpo) está "cansado" e incapaz de realizar o seu trabalho por falta de quantidade de músculo (parte já morreu nos episódios anteriores de angor ou enfarte do miocárdio). Como o seu trabalho é fazer avançar o sangue que recebe dos pulmões, se o coração esquerdo falha, o sangue acumula-se na circulação dos ditos pulmões. Como consequência, o sangue acumula-se na circulação destes órgãos e, a dada altura, transborda para fora da circulação e inunda os pulmões. É como se o doente estivesse afogado no seu próprio sangue e soro. Daí a falta de ar, (é a mesma coisa

1946. E continua registando que o enfermo lhe dissera ter sofrido um enfarte há cerca de seis semanas e que, apesar do repouso absoluto, há cerca de um mês tinha tido nova crise, *só se levantando da cama para ingressar nesta Casa de Reclusão, o que fez amparado*. Além disso, *apresenta dois electrocardiogramas: um tirado dois dias depois da primeira crise e outro mais recente. Neste último (…) há mais sinais provativos do enfarte*. O médico considera que as condições de internamento (*clima, carência de assistência médica permanente*) que se verificavam no estabelecimento prisional eram *totalmente prejudiciais à doença em causa* e por isso propõe a transferência para o Hospital Militar Principal.

Uma vez no Hospital Militar, o General começa a ser seguido pelo Capitão-médico Figueiredo Barbudo, a partir de 20 de Dezembro. Este oficial interroga-o sobre o estado de saúde e fica a saber que estava a ser medicado pelo filho, que lhe vinha ministrando injecções de aminofilina e coramina. O médico militar concorda com o tratamento e aconselha o General a que o siga rigorosamente, *requisitando vários exames clínicos para completar a observação, entre eles uma radiografia ao coração*. Fica um pouco descansado, quanto ao estado de saúde do General, porque o vê sempre bem disposto, conversando animadamente com visitas e doentes, passeando nas instalações dos oficiais e deitando-se tarde, e que esta situação era acompanhada pela família, nomeadamente pelo filho médico.

Na consulta inicial, o clínico é bastante cuidadoso e, medindo a tensão arterial ao doente, constata uma máxima de 14 e uma mínima de 9 e que apresentava um pulso a *80 minuto com extra sistolia e uma grande diminuição de sonoridade de sons cardíacos*. Mais observa que se tratava *de um indivíduo anemiado, pulso pequeno 76 p/m e apirético*. O boletim clínico respeitante ao General Marques Godinho revela que foi diariamente observado, mas só no dia 23, o capitão Figueiredo Barbudo regista um dado concreto: o valor da tensão arterial.

Cerca das 14 horas do dia 23 foi-lhe feita a radiografia que o médico assistente pedira, tendo recusado a maca em que pretendiam transportá-lo ao exame e subido e descido as escadas entre o quarto e as instalações do Raio X amparado por dois homens.

Á 1 hora e 30 minutos do dia 24 de Dezembro de 1947 o médico foi chamado para assistir o General, *que se queixava de falta de ar*. Ao chegar *deparou com um quadro de edema pulmonar agudo, cianose intensa da face, dispneia acentuadíssima, angústia, expulsão pela boca de espuma sanguinolenta.* Fez-lhe *uma flebotomia à direita no sangradouro que não resultou, pelo que lhe fez outra na sangradouro esquerdo, tendo saído muito sangue; entrou em apneia pelo que o médico lhe fez respiração artificial e, em seguida injecção intravenosa de ¼ mg de ouabina, sem resultado*. A causa da morte foi *insuficiência aguda do coração*[20]. O falecimento ocorreu às 11 horas de 24 de Dezembro de 1947 e o médico pediu dispensa da realização da autópsia, o que, por despacho do Director do Hospital foi deferido. Por decisão da família, o funeral realizou-se pelas 11h30 do dia seguinte da basílica da Estrela para o cemitério de Abrantes.

No boletim clínico figura como morada *Rossio ao Sul do Tejo*, Abrantes, estando a família a residir em Lisboa. Desta discrepância resultou que a família só tivesse sido informada do falecimento cerca de dez horas depois, uma vez que Hospital não tinha conhecimento, por outra via qualquer, desta alteração. As condições pouco dignas em que os filhos Manuel (Capitão do Corpo do Estado-maior) e José (Primeiro-tenente da Armada) receberam o cadáver do pai, na casa mortuária, resultaram dos tratamentos desesperados e brutais que lhe foram prestados e do facto de se prever a possibilidade de ser realizada a autópsia.

Em 13 de Fevereiro de 1948, o Ministro da Justiça (Manuel Cavaleiro Ferreira) informa o Ministro da Guerra de que mandara arquivar queixa apresentada pela viúva na Polícia Judiciária e remete-lhe o seu despacho, com um cartão de visita. Santos Costa não aceita esta situação e manda proceder, dentro da sua competência, a profundas investigações que permitem elaborar uma

---

que dispneia), a sensação de angustia que a acompanha e a saída de espuma rosada (com sangue) pela boca. É sangue e soro que "transbordaram" da circulação pulmonar e está a sair pela boca depois de ter caminhado para o exterior através dos brônquios e traqueia.

Quanto à terapêutica: a oubaina é uma droga da família dos digitálicos, que ainda hoje (2011) se usa com o objectivo é dar mais força ao músculo cardíaco, a aminofilina tenta alargar as vias respiratórias e diminuir a quantidade de liquido que pode sair (transbordar) dos vasos. A coramina, que já hoje se não usa, não tem qualquer efeito nestes casos. Na época, era tudo o que se podia fazer. A flebotomia é uma sangria, ou seja abrir uma veia para provocar uma hemorragia. Este método bárbaro vem pelo menos do tempo dos gregos e romanos, se não for mesmo mais antigo. Na realidade, não tinha qualquer acção terapêutica. No fundo, ao provocar uma hemorragia e consequente anemia, os doentes ficavam mais "calmos", tanto mais "calmos" quanto mais grave fosse a hemorragia/anemia induzida. Assim, no passado, os doentes que padeciam os horrores da dor e sofrimento (ferimentos de guerra, cancros terminais, etc.) ficavam "anestesiados" e pareciam efectivamente mais tranquilos e sossegados. Na prática, morriam "em paz", mais depressa, mas da anemia e, ao médico, família e circundantes poupava-se o horror de assistirem impotentes ao sofrimento activo. Alguns acreditariam que tinham feito algo de bom pelo doente… No caso do General, por incrível que pareça, na altura ainda se acreditava que a flebotomia podia aliviar a situação. Assim se drenava o excesso relativo de sangue.

fita do tempo muito detalhada e com as acções levadas a cabo por cada um dos intervenientes no processo e, especialmente, centrada no apoio médico prestado ao General. Dessa investigação não resultam quaisquer indicações de falhas, erros técnicos ou desleixo de qualquer dos intervenientes.

VI

Não será possível estabelecer, de forma clara, uma relação directa entre a morte do General Marques Godinho e os maus-tratos que possa ter sofrido durante o período que esteve detido, como a família sustentou. É verosímil a hipótese de que o Ministro da Guerra tenha pretendido criar condições para que uma morte acelerada, por doença, pudesse fazer desaparecer eventuais acusações de antigas simpatias da sua parte pela causa do Eixo. Seria um antigo ponto fraco que o Ministro pretenderia anular?

Também não deixa de ser inegável que a situação, mesmo de simples suspeita, podia ter sido evitada, mantendo o doente detido no Hospital Júlio de Matos e transferindo os restantes para as prisões militares. Os sinais de agravamento da doença eram por demais evidentes para que a transferência não fosse sequer tentada e a PIDE já havia notificado o Ministério desse facto. Os exames médicos realizados antes e imediatamente após a transferência, pelos médicos do Regimento de Telegrafistas e da Casa de Reclusão são muito claros quanto ao estado do doente, bem como as debilidades físicas apresentadas à simples observação do leigo. Por outro lado, é sabido que a dispersão dos arguidos (políticos) por vários estabelecimentos prisionais se destinava a dificultar o trabalho dos advogados, embora deva ser tido em conta o facto de a PIDE os ter mantido juntos, enquanto estiveram sob a sua alçada.

Acresce que a PIDE foi relativamente rápida na instrução do processo: iniciado por volta de 21 de Julho de 1947, estava concluído em 18 de Outubro (89 dias), enquanto Santos Costa demorou 82 dias a despachá-lo. Sendo a condenação inexorável já que se verificava (pelo menos no entendimento das autoridades) uma situação de flagrante delito, o julgamento poderia ter sido mais célere. É também sabido que a manutenção dos implicados num crime político, em regime de detenção "preventiva" era usada como forma de coacção, mesmo que esse tempo de detenção fosse deduzido na pena imposta. No caso que vimos analisando a prisão preventiva acabou por tornar a situação ainda mais delicada.

O facto de Santos Costa ter estado ausente em Alverca e no Porto, a partir de 16 de Dezembro, sem que lhe fossem postas atempadamente as questões relativas ao desenrolar dos acontecimentos permite que possa ser admitida a hipótese de ineficácia no tratamento do assunto.

Convirá, também, recordar que outrora Marques Godinho tinha tido bom relacionamento com o Ministro o que faria supor um melhor acompanhamento do problema. Mas, seis anos volvidos, o Ministro e o General estavam de lados opostos e o primeiro não teria grandes possibilidades de mostrar qualquer espécie de complacência pelo segundo, antes pelo contrário, a sua convicta fidelidade a Salazar obrigava-o a reprimir com severidade qualquer atitude que pusesse o regime em causa.

Se a queixa, apresentada por D. Palmira na Polícia Judiciária, embora descreva resumidamente a sequência dos acontecimentos, não consegue estabelecer uma relação directa entre a acção do Ministro - ou do cidadão Fernando dos Santos Costa - e a morte do seu marido, a acção das autoridades também não foi a melhor. Perseguindo os golpistas com uma violência desnecessária, abriu caminho à suspeita e, depois de ocorrida a morte, ao transferir a perseguição para a família que denunciava eventuais procedimentos menos correctos e intenções veladas, não fez mais do que avolumar as suspeitas de que algo de estranho sucedera. É perfeitamente escusada a detenção do advogado e dos dois participantes e a hiper-valorização do teor das cartas de Santos Costa ao General Godinho. Estas acções da Administração, que até poderão indiciar um certo excesso de zelo, e que acabaram por gerar uma intervenção do "regime", ao mais alto nível, só poderão ser explicadas por uma necessidade de procurar desmobilizar a realização de acções semelhantes por parte de outros grupos de opositores à ditadura, o que poderá ser um sinal de força, mas não é um indício de popularidade, pelo menos nos meios intelectualmente mais evoluídos da sociedade.

Fontes e Bibliografia

Arquivo Histórico Militar DIV/3/7/2789; AHM/FO/033/1/409/116; FOTO AHM 46295 P 29 – A IX – L 83

Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo
Processo n.º 144/48 da PIDE;

1.Os *Acontecimentos do "10 de Abril", Subsídios para a sua História, Documentos Compilados pelo Ministério da Guerra*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1950

2. Rosas, Fernando e J. M. Brandão de Brito, *Dicionário Histórico do Estado Novo*, Bertrand Editores, Venda Nova, 1996

3. Moreira, Adriano, *Habeas-Corpus, petição a favor do Coronel Celso Mendes Magalhães*, Papelaria Fernandes, Lisboa, 1947(?)

4. Jornal "Diário de Notícias" – edições dos dias 26 de Maio e 29 de Setembro de 1981

5. Conjunto de documentos entregues pelo Major General Reformado Rui Lobo da Costa e depositado no Arquivo Histórico Militar com as seguintes designações:

I. "Acusação feita ao Ministro da Guerra e o incidente dela derivado"

II. "Primeiro inquérito sobre a transferência dos oficiais presos"

III. "Outro inquérito sobre as circunstâncias verificadas no falecimento do General José Garcia Marques Godinho"

IV. "Cartas elucidativas"

V. "O juízo do Ministro da Guerra"

VI. "Outros documentos oficiais e oficializados pertencentes ao arquivo do Gabinete do Ministro da Guerra, que ilustram e esclarecem os factos"

Principais Ocorrências na vida do General Marques Godinho, entre Julho de 1941 e Dezembro de 1947

Julho de 41 Sendo Comandante Militar dos Açores, o Brigadeiro José Garcia Marques Godinho sofre um ataque de angor-pectoris (angina de peito).

22-Ago-41 Carta do TCor do CEM Frederico da Costa Lopes da Silva, Chefe da 1.ª Rep. do Comando Militar dos Açores, informando o Ministro da Guerra de que "o Brigadeiro tem andado em baixo e nós conseguimos convencê-lo a ir passar uma semana nas furnas" mas "retirá-lo de cá era matá-lo".

12-Set-41 Carta do TCor Lopes da Silva, informando o Ministro de que "o Brigadeiro tem passado melhor".

20-Set-41 Carta do TCor Lopes da Silva, informando o Ministro de que "o Brigadeiro teve uma camoeca".

2-Out-41 Carta do TCor Lopes da Silva, propondo ao Ministro o envio urgente de um 2º Comandante para o Comando Militar, embora o Quadro Orgânico não o preveja.

3-Out-41 Carta do TCor Lopes da Silva propondo ao Ministro a colocação, nos Açores, do filho (médico) do Brigadeiro Marques Godinho, como ajudante-de-campo do pai, porque "o estado de saúde é bastante grave, podendo faltar de um momento para o outro".

11-Out-41 Proposta de Santos Costa a Marques Godinho para passar a dispor de um 2.º Comandante Militar.

23-Out-41 Partida, para os Açores, do Coronel Tirocinado de Cavalaria Carlos Maria Ramires.

05-Nov-41 O filho Alfredo (médico) do Brigadeiro Godinho chega aos Açores.

05-Nov-41 Carta do Coronel Carlos Ramires a Santos Costa, manifestando discordância relativamente à acção do Brigadeiro Marques Godinho, enquanto Comandante Militar depois de uma exposição na carta e alguns reconhecimentos no terreno.

07-Nov-41 Marques Godinho queixa-se a Santos Costa da acção do 2º Comandante que lhe foi atribuído.

S/data Nova carta do Coronel Ramires a Santos Costa voltando a criticar a acção do Comandante Militar especialmente pela falta de um plano de defesa formal para o arquipélago. "O plano de defesa está na cabeça do nosso Brigadeiro".

05-Dez-41 Carta do Coronel Ramires a Santos Costa em que admite a hipótese de o Brigadeiro, não estar afinal tão doente e terem sido os oficiais do Comando que desejaram precipitar a sua substituição.

23-Jan-41 Promoção a Brigadeiro do Coronel Carlos Maria Ramires.

21-Mar-41 Promoção a General do Brigadeiro Marques Godinho.

27-Abr-42 Colocação do General Marques Godinho, como vogal, no Conselho Superior de Disciplina.

14-Dez-46 O General Marques Godinho passa à Reserva por limite de idade.

06-Fev-47 O General Marques Godinho termina as funções no CSD.

10-Abr-47 Tentativa de Golpe de estado.

12-Jun-47 O Ministro Santos Costa apresenta uma proposta para a passagem à reforma compulsiva de alguns implicados na tentativa de golpe de estado de 10 de Abril de 1947.

13-Jun-47 Salazar defere a proposta do Ministro da Guerra.

14-Jun-47 Reforma Compulsiva para o General Marques Godinho. Toma conhecimento da decisão "pelos jornais".

21-Jul-47 O General Marques Godinho e alguns suspeitos de estarem implicados na preparação e conduta do golpe de 10Abr ficam em prisão preventiva no Hospital Júlio de Matos, à ordem da PIDE.

18-Out-47 A PIDE envia o processo-crime instruído à Jurisdição militar.

Inic. Nov47 Em data não determinada o General Marques Godinho sofre um enfarte.

10-Nov-47 A PIDE informa, por escrito e por telefone, o Ministério da Guerra de que o General Godinho apresenta sério risco de vida.

12-Nov-47 O Dr. Adriano Moreira apresenta um pedido de Habeas Corpus a favor dos sete arguidos que defende. O pedido é indeferido pelo STJ em 12NOV47.

15-Nov-47 Marques Godinho sofre outro enfarte.

08-Dez-47 Despacho de Santos Costa determinando a dispersão dos presos por diversos estabelecimentos prisionais militares.

13-Dez-47 Um Oficial da 1.ª Repartição da 1.ª Direcção-Geral informa os presos da data e do modo como o movimento dos presos seria feito.

15-Dez-47 O General Ajudante-general do Exército visita os presos.

15-Dez-47 Marques Godinho pede a sua libertação por excesso de tempo em prisão preventiva e sem culpa formada.

16-Dez-47 Véspera da transferência. O Dr. Adriano Moreira realiza diversas diligências, visando evitar a transferência do Brigadeiro Marques Godinho.

17-Dez-47 O General Marques Godinho dá entrada na Casa de Reclusão da Trafaria. É examinado pelo respectivo médico.

19-Dez-47 O Governador Militar de Lisboa visita o General Marques Godinho e transporta-o no seu automóvel para o HMP.

20-Dez-47 O General Marques Godinho começa a ser clinicamente seguido no HMP.

23-Dez-47 Em condições claramente penosas, o General Godinho é radiografado.

24-Dez-47 Falecimento do General Marques Godinho (entre as 01H30 e as 11H00) no HMP.

25-Dez-47 Funeral da Basílica da Estrela para o cemitério de Abrantes.

08-Jan-48 O requerimento, de 15 de Dezembro, do General Marques Godinho é arquivado.

23-Jan-48 Prisão da viúva, D. Palmira Marques Godinho. Fica detida até 13FEV48 no recolhimento da Guia.

24-Jan-48 A Polícia Judiciária envia a queixa de D. Palmira e filho ao Ministro da Justiça.

28-Jan-48 O Ministro da Justiça acciona a PIDE.

12-Fev-48 Prisão do filho Alfredo Pimenta Almeida Beja Marques Godinho. Fica detido até 08Abr48, sendo libertado mediante uma caução de 20.000$00.

13-Fev-48 O Ministro da Justiça arquiva a queixa apresentada pela família e informa o Ministro do Exército.

14-Fev-48 Prisão do Dr. Adriano Moreira até 08Abr48.

17-Fev-48 Relatório do Major Leão do Sacramento Monteiro e outras pessoas eventualmente responsáveis pela morte do General Marques Godinho.

Texto: Helena Carreiras

Foto Rosa Serra (direitos reservados) blogue Luís Graça & camaradas da Guiné

ENFERMEIRAS PÁRA-QUEDISTAS da Força Aérea Portuguesa

A Singularidade de uma Experiência

O envolvimento das mulheres em actividades combatentes foi historicamente marcado pela persistência de dois padrões fundamentais: por um lado, a sua relativa excepcionalidade; por outro a 'invisibilização' dos papéis femininos no estudo histórico das instituições militares[1]. Só na década de 1970 é que o início do recrutamento feminino, em tempo de paz e em condições de relativa paridade estatutária com os homens, viria a romper com essa herança, e a redefinir a relação das mulheres com a guerra e com os conflitos armados.

Escrever sobre a as enfermeiras pára-quedistas da Força Aérea Portuguesa permite, simultaneamente, revisitar a singularidade desta experiência e, também, contribuir para o esforço colectivo de 'desocul-

tação', trazendo à luz do dia o significado e impacto dessa participação histórica.

Vale a pena abordar este tema a dois níveis: por um lado, o nível histórico e organizacional, contextualizando o processo do ponto de vista de dinâmicas mais amplas e das circunstâncias sociais e políticas do tempo em que se desenvolveu; por outro, o nível individual, a partir dos relatos, das histórias e das experiências vividas destas mulheres.

No primeiro nível, trata-se de sublinhar o impacto da existência deste corpo de enfermeiras pára-quedistas de um ponto de vista organizacional e de procurar responder às seguintes questões: em que contexto se desenvolveu esta experiência? Que sentido teve para as Forças Armadas Portuguesas? De que maneira poderemos identificar nas características do processo de recrutamento feminino que veio a desenvolver-se a partir da década de 1990, as marcas desta experiência inaugural?

Sabemos que apesar de raramente se integrarem como combatentes em forças militares regulares, as mulheres sempre participaram em conflitos armados, normalmente em papéis de apoio, mas também, mais directamente, em funções operacionais em momentos de 'emergência', em que as sociedades se confrontaram com ameaças à sua própria sobrevivência ou à ordem social vigente.

Nestas circunstâncias, contudo, a importância dos papéis por elas desempenhados ou a contribuição que deram foi quase sempre esquecida após o final dos conflitos, momento em que, em geral, regressaram aos papéis e funções que detinham anteriormente, capitalizando muito pouco do seu protagonismo.

E, no entanto, a institucionalização dos papeis de apoio aos esforços de guerra por parte das mulheres foi progressivamente contribuindo para a transformação daquele padrão histórico e prenunciando importantes transformações. A partir da guerra da Crimeia, com a presença de Florence Nightingale e do seu corpo de enfermeiras, motivadas por objectivos patrióticos e humanitários, as enfermeiras civis passaram a figurar nos teatros de operações. A constituição, ainda em 1881, na Grã-Bretanha, do *Army Nursing Service* – o primeiro corpo militar feminino – assinala justamente essa tendência, abrindo caminho a uma participação generalizada a outros países no decorrer das I e II Guerras Mundiais.

Estamos aqui perante um modelo em que o apelo foi dirigido às mulheres em tempo de guerra, com o objectivo relativamente prosaico de suprir carências de pessoal, e envolvendo a realização de funções tradicionalmente femininas.

É, justamente, neste quadro que poderá ler-se a experiência das enfermeiras pára-quedistas da Força Aérea Portuguesa, que desempenharam as suas funções, entre 1961 e 1973, na assistência a feridos, militares e civis, durante o conflito em África.

Esta iniciativa, da responsabilidade do General Kaúlza de Arriaga e motivada pela carência de enfermeiros nas zonas de combate, encontrou, de inicio, algumas resistências por parte de sectores políticos e militares, devidas, segundo o General, à falta de tradição da presença feminina e a "eventuais perigos do convívio próximo entre jovens dos dois sexos"[2], ao passo que as objecções dos militares terão sido facilmente ultrapassadas, mais difícil foi a obtenção do acordo de Salazar, com o qual o General teve duas "não fáceis" sessões de trabalho, antes de obter a sua aprovação.

Uma vez iniciado o processo, o recrutamento destas mulheres viria a desenrolar-se com um impacto incomparavelmente superior em termos do seu significado histórico-simbólico, do que relativamente à sua dimensão quantitativa. Com efeito, o quadro de 21 enfermeiras – 9 oficiais e 12 sargentos – nunca esteve completo e, não obstante o

Primeiras candidatas ao 1º Curso de Enfermeiras Pára-quedistas em Portugal (foto desta pág. e anterior).

Foto Rosa Serra (direitos reservados) blogue Luís Graça & camaradas da Guiné

[1] Este artigo reúne parcialmente elementos já coligidos e analisados noutros textos, designadamente em Carreiras, Helena (2004) "As Mulheres e a Guerra" em Nuno Severiano Teixeira e Barata, Themudo (eds.) *Nova História Militar de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp.174-238.

[2] ARRIAGA, Kaúlza (1986) "Enfermeiras Pára-quedistas na FAP. Como tudo começou...e acabou" in *Mais Alto*, n.º 241, Maio/Junho, pp. 10-11.

A iniciativa, da responsabilidade do General Kaúlza de Arriaga, encontrou de início algumas resistências.

aparente sucesso da iniciativa, o número total de enfermeiras graduadas não ultrapassou a meia centena ao longo dos treze anos que durou esta participação[3]. Embora o número de candidatas tenha sido elevado – 126 – apenas 46 obtiveram o *brevet* e o número máximo de enfermeiras em exercício simultâneo de funções não ultrapassou a dezena e meia. As dificuldades do curso e a ausência de perspectivas de futuro terão levado muitas delas a desistir ao longo das oito semanas de formação e mesmo durante o primeiro ano. Da mesma forma, não terá sido irrelevante, neste contexto, o facto de a regulamentação impedir a possibilidade de candidatura ou manutenção do estatuto a mulheres casadas ou com filhos.

A sua missão consistia, concretamente, na evacuação de doentes e feridos da frente de combate – zonas operacionais e aquartelamentos no mato – para os hospitais de retaguarda e, ocasionalmente, para Lisboa. Na realidade, a limitação da missão destas enfermeiras, à evacuação de feridos, fez com que lhes fosse vedada a entrada no mato ou nos locais de maior perigo. Referindo-se à sua experiência na Guiné, Ivone Reis testemunha e interpreta esta directiva: "Não podíamos sair do helicóptero, até por normas de segurança. Era um fiasco muito grande se fossemos apanhadas. E toda a tropa ficava preocupada com uma mulher no meio dos combates"[4]. Embora estas normas fossem por vezes desrespeitadas e se tenham verificado situações em que as enfermeiras entraram nas zonas de operações para recolher os feridos debaixo de fogo, isso aconteceu de forma relativamente esporádica[5].

Em síntese, assistimos aqui, do ponto de vista organizacional, à concretização de um modelo tradicional de participação militar feminina, com um corpo separado de enfermeiras militares, a desempenhar funções de apoio em áreas tipicamente femininas, seguindo regras rígidas e singulares no desempenho dessa actividade.

A julgar pelo padrão histórico antes descrito – de remissão das mulheres para os seus papéis tradicionais no final dos conflitos e de alguma amnésia histórica sobre o respectivo protagonismo – não parece evidente que esta experiência tivesse necessariamente consequências na forma como, no final da década de 1980, se iniciou o recrutamento militar feminino em Portugal. Contudo, dificilmente poderemos considerar que foi por acaso que esse processo teve lugar na Força Aérea, onde a memória histórica da presença das enfermeiras pára-quedistas não deixou de ser invocada para explicar a maior facilidade com que, nesse ramo das Forças Armadas Portuguesas, viria a promover-se a integração de mulheres militares. Daqui que seja lícito afirmar que, pelo menos, um dos impactos dessa experiência foi o de preparar estrutural e culturalmente a organização militar, e mais directamente a Força Aérea, para o desafio de uma mudança maior – a integração plena de mulheres – que viria, essa sim, a constituir um dos grandes eixos de transformação das Forças Armadas Portuguesas, no final do século XX.

É nesta medida que adquire enorme significado a forma como estas mulheres viveram e contaram as suas experiências, o que nos leva agora a olhar para a dimensão pessoal e intersubjectiva. Os variados testemunhos, que algumas dessas mulheres têm partilhado, evidenciam elementos comuns entre esta e outras situações de pioneirismo ou da experiência de minorias em situações atípicas nas organizações.

Um primeiro efeito desta presença de mulheres em territórios historicamente masculinos – neste caso as forças armadas e a guerra – é a enorme visibilidade de que são alvo. Se, nalguns casos, essa característica foi também sinónimo de distinção,

[3] Reis, Ivone. 1978. "O Serviço Militar Feminino." *Baluarte* (8).

[4] Testemunho de Ivone Reis a Freire Antunes em Antunes, José Freire (1995), *Guerra de África*, Lisboa, Círculo de Leitores: 665.

[5] Testemunho de Maria Arminda dos Santos a Freire Antunes em Antunes, José Freire (1995), *Guerra de África*, Lisboa, Círculo de Leitores:670.

[6] Testemunho de Maria do Céu Policarpo em entrevista colectiva à revista *Vida Feminina*, n.º1, 1987: pp. 30-35.

Blogue Luís Graça & camaradas da Guiné

(Em cima) As Alferes Arminda e Ivone, em Angola, Negage, em Agosto de 1961.
(À dir.ª) Luanda, em Outubro de 1961, à porta da pensão do casal Guilhermina e Janeiro, onde se pode ver, da esq.ª para a dir.ª, Maria Nazaré, Maria Arminda, Maria de Lurdes e Maria Zulmira, na companhia da Esperança (afilhada dos propietários).

Blogue Luís Graça & camaradas da Guiné

sendo apreciada enquanto tal, noutros produziu significativas pressões e permanentes testes de credibilidade. Maria do Céu Policarpo, instruenda no primeiro curso realizado, relata a extrema visibilidade a que se encontravam sujeitas e a forma como o seu desempenho era alvo de apostas que se punha em dúvida as capacidades femininas. Na sua opinião, essas apostas funcionavam também como desafios ao próprio instrutor, o qual "contagiado pela nossa vontade e confiança e incentivado pelas apostas (...) conseguiu, com exigência e, simultaneamente, com benevolência desenvolver em nós capacidades insuspeitadas"[6].

Por outro lado, tal como em idênticas situações em que as mulheres se encontram em minorias nas organizações, estas enfermeiras enfrentaram as contradições emergentes do seu duplo estatuto de mulheres e militares, uma posição estruturalmente ambígua que frequentemente as coloca perante um dilema importante: pode ser-se verdadeiramente militar e mulher sem se ser visto como um caso desviante relativamente ao que significa ser militar ou ser mulher? Isto mesmo parece ter acontecido nalgumas circunstâncias. A surpresa causada pela audaciosa incursão feminina no mundo militar era evidente nas atitudes de muitos civis, os quais, segundo Maria do Céu Policarpo, se dividiam entre os que diziam 'Mas que pais tão loucos que deixam andar as meninas nesta vida' e os que enfatizavam 'que corajosas! As meninas têm mesmo coragem para enfrentar seja o que for?', tendo mesmo existido

Blogue Luís Graça & camaradas da Guiné

Cena do filme "Quem Vai à Guerra" (Portugal, Real Ficção, 2011), de Marta Pessoa, em que figuram, da esquerda para a direita, Cristina Silva, Rosa Serra, Natércia Neves e Maria Arminda Santos.

quem "fugisse de nós, com medo porque éramos possessas do demónio"[7].

A existência deste tipo de tensões, sobretudo no interior da instituição, depende contudo da medida em que um novo grupo seja visto como intrusivo ou ameaçador. Ora, este não seria o caso das enfermeiras pára-quedistas. As suas funções eram claras e certamente não concorrenciais, tal como decorre de múltiplos testemunhos relativos à diversidade dos papéis que eram chamadas a desempenhar. É o caso da síntese feita por Maria Zulmira: "Na verdade desempenhámos a missão de enfermeira, de assistente social, de mãe, de irmã, de mulher e noiva"[8]; ou ainda das palavras de Ivone Reis: "Sempre estive no ultramar para ajudar aqueles que precisavam de mim e nunca para fazer parte de uma guerra. Na altura deram-me uma arma para defesa pessoal, mas nunca a usei. Por outro lado, a nossa visão era muito diferente"[9].

Para muitas destas enfermeiras, e certamente para aquelas que mais publicamente se expressaram a respeito da sua experiência, esta constituiu um contributo importante para amenizar o sofrimento dos que sofriam, suavizando "a dor dos que, longe ou perto, cumpriam o seu dever para com a pátria"[10]. E, no entanto, não é sem alguma amargura que por vezes se referem à condição particular de incompatibilidade entre o seu estatuto e o casamento ou a maternidade: "(…), todas aquelas que quiseram realizar-se totalmente como mulheres – casar e ser mães – foram obrigadas a abdicar da sua nobre missão e participação na instituição militar, restando-lhes apenas a satisfação do dever cumprido e a grande tristeza de não poderem continuar a colaborar com a organização que tão digna e ousadamente as acolhera"[11].

Foi, pois, confrontadas com escolhas difíceis, que um punhado de mulheres portuguesas abraçou um desafio incomum e perturbador das rotinas e da cultura masculina da instituição militar. Fizeram-no

O grupo das Enfermeiras Pára-quedistas presentes junto do CEMFA, Gen. Araújo Pinheiro, em 8 de Dezembro de 2011, na cerimónia de homenagem e comemoração dos 50 anos de incorporação das primeiras Enfermeiras Pára-quedistas.

Blogue Luís Graça & camaradas da Guiné

no seio de uma sociedade tradicional, ela própria ainda pouco favorável à emancipação das mulheres e à alteração dos papéis sociais. Mesmo que a sua participação não tenha questionado de forma estrutural o modelo dominante na relação entre sexos e na ordem de género vigente no universo militar, elas foram protagonistas de um movimento de transformação social que deixou marcas na instituição militar e na sociedade Portuguesa das décadas de 1960 e 1970, iniciando, de alguma forma, o que viria a ser designado como uma revolução silenciosa.

Biografia

Helena Carreiras é professora no ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa e investigadora do CIES-IUL. É Licenciada (1987) e Mestre (1994) em Sociologia pelo ISCTE-IUL, e Doutora em Ciências Sociais e Políticas (2004) pelo Instituto Universitário Europeu, em Florença. Foi *Visiting Scholar* no departamento de *Women's Studies* na Universidade da Califórnia em Berkeley (1999) e é conferencista convidada de diversas instituições de ensino superior em Portugal e no estrangeiro. Desde 2010, é subdirectora do Instituto da Defesa Nacional. É autora de vários livros e artigos em revistas especializadas, de entre os quais podem destacar-se Gender and the Military. Women in the Armed Forces of Western Democracies (London, Routledge, 2006 e 2008), Women in the Military and in Armed Conflict (Wiesbaden, Vs Verlag, 2008, com Gerhard Kuemmel), Mulheres em Armas. A Participação Militar Feminina na Europa do Sul (Lisboa, Cosmos e IDN, 2002), e Mulheres nas Forças Armadas Portuguesas (Lisboa, Cosmos, 1997).

---

[7] Testemunho de Maria do Céu Policarpo em entrevista colectiva à revista *Vida Feminina*, n.º1, 1987: pp. 30-35.

[8] Testemunho de Maria Zulmira em entrevista colectiva à revista *Vida Feminina*, n.º1, 1987: pp. 30-35.

[9] REIS, Ivone. 1988. "Capitão-Enfermeira Maria Ivone Reis Pensava ir Trabalhar Fora de Portugal." *Tempo* 10 Maio de 1988.

[10] Testemunho de Maria do Céu Policarpo em entrevista colectiva à revista *Vida Feminina*, n.º1, 1987: 30-35.

[11] Testemunho de Maria do Céu Policarpo em "25.º Aniversário das Enfermeiras Pára-quedistas" *Boina Verde*, n.º137, Junho de 1986: 18.

Texto: Coronel Inf Ref José da Câmara Vaz Serra

Comando Operacional da MADEIRA

Desafiado a apresentar alguns dados sobre a construção do actual Comando Operacional na Madeira, aqui vai o que a minha memória ainda guarda.

Mais ou menos quando estava a ser terminado o então chamado Quartel-General (QG) das Forças Armadas nos Açores, chegou à Comissão Executiva de Obras Militares Extraordinários (CEOME) a indicação para que fosse projectado e construído, na Madeira, um quartel com a mesma finalidade.

O Comando-Chefe na Madeira dava apenas uma indicação: que o programa da obra fosse idêntico ao dos Açores.

O QG nos Açores, em S. Miguel, foi construído num terreno muito próximo do morro da Castanheira, onde no tempo da guerra 1939-45, ficara instalada uma Bataria de Artilharia de Costa.

O QG pedido constava de um edifício que, à falta de melhor, vou chamar de administrativo (TAF na linguagem militar inglesa) com gabinetes, salas de estar, messes, etc. e um conjunto de pré-fabricados com todas as instalações ligadas à actividade operacional. Se uma futura situação político-militar extremamente grave o justificasse, seria construído no morro da Castanheira e com as escavações necessárias, um QG enterrado.

Em S. Miguel, junto ao morro, havia um terreno plano onde já existiam instalações militares, local onde foi construído o TAF e montados os pré-fabricados. Na Madeira só havia o monte e com encostas de grande declive, no local onde foi decidido fazer a construção.

Por decisão de Coronel Jorge Teixeira Pimentel, o TAF seria, como nos Açores, um edifício definitivo e os pavilhões pré-fabricados da parte operacional seriam posicionados ao lado, em plena encosta parcialmente escavada, de tal modo que, se no futuro se justificasse, seriam "enterrados" no sitio, à custa de uma parcial reconstituição do morro.

No aeroporto da Madeira, de regresso a Lisboa, pensando na implantação dos edifícios, vi um grupo de passageiros acabados de chegar a deslocar-se do avião para a aerogare, a atravessarem o passadiço, entre a placa de estacionamento e a aerogare, sobre o vão ali existente.

Tive então a ideia que o TAF também "podia" ser assim. Com a entrada principal no piso mais alto

e no tardoz do edifício, chegando-se a ele também por um passadiço.

Depois, foi distribuir os espaços de cima para baixo. Em termos gerais: a entrada e gabinetes principais no piso quatro, salas no piso três, messes e refeitórios no piso dois, cozinhas, arrecadações e entradas de serviço no piso um.

Os três edifícios pré-fabricados foram colocados em posição a facilitar o seu possível "enterramento" futuro e a permitir a construção de um arruamento onde as viaturas pudessem circular, entrando por cima e saindo por baixo, fazendo todo o percurso sem pôr o motor a trabalhar "lá dentro". Isto, se se enterrassem aquelas instalações.

A reconstituição do morro implicava a construção de lajes de cobertura que, de acordo com a "ameaça" prevista, deviam ter mais de 10 metros de espessura.

A escavação feita no morro, no local a instalar os pré-fabricados, mostrava um talude com mais de 30 metros e embora este tivesse sido feito, de acordo com geologia do terreno, com o declive que permitia a sua sustentação sem suportes, impressionava quem para ele olhasse. Por uma questão de precaução, o Coronel Pimentel mandou construir dois muros de sustentação junto ao talude criado. Esses muros foram calculados de modo que, duplicando a sua espessura, passassem a ter a resistência necessária para suportar a tal laje de 10 metros, se fosse decidido construí-la

Não havia nenhuma carta, com uma escala suficientemente grande, que permitisse determinar com rigor o local das implantações e o terreno, pela sua forma arredondada, também não facilitava. Foi então mandado cartografar a zona numa escala 1/50. Por razões de verbas foram encomendados dois levantamentos contíguos. Quando recebidos, verificamos que na junção dos dois havia um pequeno desacerto nas curvas de nível.

Para evitar problemas, o local e cotas dos pavilhões foi indicado com rigor, mas do TAF só foi indicado o ponto onde ficaria o cunhal da fachada do lado do mar e mais chegado ao Funchal. Foi dado a indicação para que se determinasse no terreno a direcção da fachada, de modo que ficasse o mais possível virada para a cidade, para que se não perdesse aquela vista privilegiada.

Ia o projecto mais ou menos a meio, mas já bem delineado, quando novamente, por uma questão da atribuição de verbas, foi necessário fazer o concurso e adjudicação do TAF por duas vezes. Primeiro a estrutura, mesmo antes do projecto ficar todo pronto, e uma segunda fase (acabamentos e pormenores) no ano económico seguinte.

No entanto, as construções do TAF, e as fundações dos pré-fabricados, muros de suporte e arruamentos, decorreram com normalidade e com os pequenos problemas que quase sempre surgem numa obra, mas que foram sendo resolvidos a contento, à medida que foram surgindo.

Na foto do título pode observar-se o aspecto anterior às obras. Em cima, visão da obra pronta, vendo-se o muro que não chegava ao chão.

A necessidade de ter alguns espaços amplos levou à eliminação de algumas vigas e à utilização de lajes fungiformes. O pedido do Comando da Zona para contar com instalações para uma guarda, levou à alteração duma parte do piso dois acrescentando-lhe uns tantos metros quadrados e a orientação do edifício levou a que o muro de suporte do arruamento, que circunda o TAF, ficasse de acordo com o projecto inicial, sem chegar com "os pés ao chão". À instalação eléctrica ficou suspensa dos tectos, uma vez que as lajes já lá estavam, etc., etc..

Terminada a obra, com a cobertura (laje impermeabilizada e canaletos inclinados) escondida por uma platibanda, a CEOME retirou-se.

Todos os dados que aqui deixo são de memória, mas julgo que nada de importante ficou por dizer.

Todos os projectos (arquitectura, estruturas, electricidade, muros de suporte e arruamentos), fiscalização e acompanhamento da obra foram feitos por militares, sob a coordenação do Coronel Eng. Jorge Teixeira Pimentel.

Há dias, depois de mais de 20 anos, voltei lá.

Gostei do que vi. O alindamento do local, com árvores e flores, como é timbre na Madeira, deve-se naturalmente ao Comando local.

Oxalá as árvores à frente do edifício não venham a tapar a vista que dali se desfruta.

Regimento de Transmissões - 30 Anos de Serviços Distintos

À imagem de outras publicações, de outras unidades do Exército, o Regimento de Transmissões é uma obra que traça o justo retrato desta unidade, única no ramo em epígrafe e ímpar na prossecução das missões a ele acometidas.

Ainda que o objectivo não fosse, claramente, fazer sobressair a vertente histórica deste regimento, o livro, no seu conjunto temático, acaba por encerrar, ainda que inadvertidamente, o historial, quer do Regimento de Transmissões, quer da Arma de Transmissões, quer das raízes a eles associadas.

Esta obra recolhe os testemunhos possíveis no âmbito de reiterar os factos que descrevem este regimento, num enquadramento temporal e espacial que caracterizou a vivência desta unidade. Está subdividida em quatro grandes partes, designadamente: Do Corpo Telegráfico ao RTm; O Regimento de Transmissões; 30 Anos de Actividade Operacional; e Testemunhos de Ex-Comandantes.

AAVV, *Regimento de Transmissões - 30 Anos de Serviços Distintos - 1977-2007*, Edição do Regimento de Transmissões, Setembro de 2007

R:I - Relações Internacionais

Esta revista é uma publicação trimestral de política externa e relações internacionais, da responsabilidade do Instituto Português de Relações Internacionais, da Universidade Nova de Lisboa. É de âmbito académico e tem uma perspectiva de reflexão e de debate alinhavado numa linha pluralista, num contexto de abertura a todos os campos científicos e escolas de Relações Internacionais.

Este Instituto foi fundado pela Universidade supracitada, pela Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento e pela Fundação Oriente, com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian e em parceria com a Universidade de Georgetown e o Instituto Universitário Europeu de Florença.

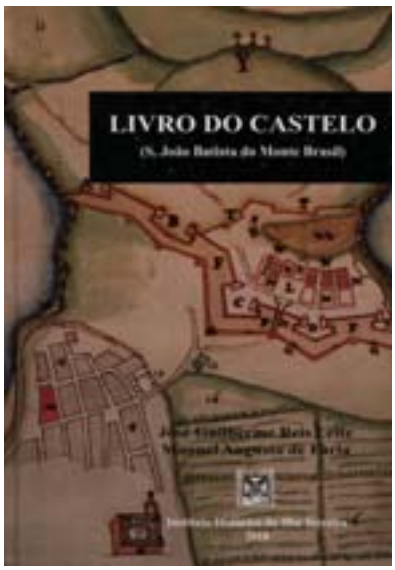
Este vigésimo sexto volume apresenta uma série de artigos ligados às temáticas da Ásia e do Médio Oriente, que retratam assuntos ligados com países como a China, o Iraque, o Irão, o Paquistão e a Somália.

AAVV, R:I - *Relações Internacionais* (volume 26), Tinta da China Edições, Junho de 2010

Livro do Castelo (S. João Batista do Monte Brasil)

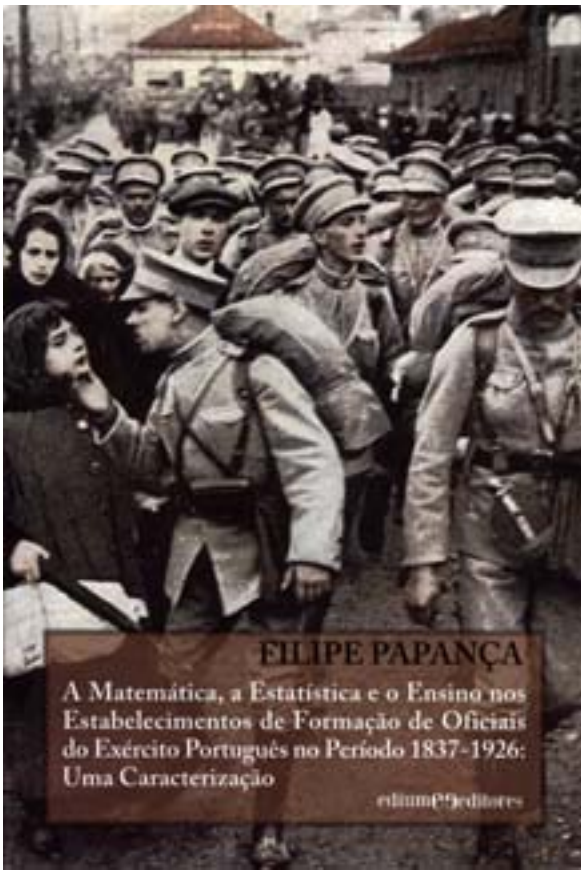
Esta obra é uma transcrição ipis verbis do registo geral da Vedoria, mais tarde, Matrícula Geral do Castelo de São Filipe, que se passaria a chamar Castelo de S. João Batista do Monte Brasil da cidade de Angra. Com o objectivo de enquadrar a evolução institucional deste Castelo, também se faz referência a um relatório de 1766.

O livro integra dois códices – livro primeiro e livro segundo – que estão integrados no acervo do Arquivo Regional e Biblioteca Pública de Angra do Heroísmo e que encerram os dados relativos ao local e à época descrita, conservando a ortografia original numa perspectiva de não condicionamento do sentido de interpretação.



LEITE José Guilherme Reis, FARIA, Manuel Augusto de, *Livro do Castelo (S: João Batista do Monte Brasil)*, Edição do Instituto Histórico da Ilha Terceira, 2010

A Matemática, a Estatística e o Ensino nos Estabelecimentos de Formação de Oficiais do Exército Português no Período 1837-1926: Uma Caracterização



Filipe José Loureiro Lopes Papança nasceu a 22 de Agosto de 1966, é licenciado em Matemática Aplicada, mestre em Estatística e Gestão de Informação e, doutorou-se em Ciências da Educação, defendendo a tese: a Matemática, a Estatística e o Ensino nos Estabelecimentos de Formação de Oficiais do Exército Português no período (1837-1926) - Uma Caracterização, obra agora publicada pela Edium Editores.

Em espécie de resumo, Filipe José Loureiro Lopes Papança sublinha que a sua tese tem como objectivo estudar a evolução da formação de Oficiais do Exército Português no período 1837-1926, em especial nas vertentes da Matemática e da Estatística.

Segundo explica, em particular, este trabalho procura responder às seguintes questões:

a) Como se pode caracterizar, em termos de conteúdos, a formação militar nas áreas da Matemática e da Estatística ministradas em cursos de formação de Oficiais do Exército? Quais os critérios que estiveram na base da escolha desses conteúdos, considerados fundamentais para a sua formação? Como se pode caracterizar o contexto educativo castrense, em particular nas áreas da Matemática e da Estatística, em termos de formação de Oficiais do Exército, assim como em outros cursos de formação ministrados nessas instituições?

b) Qual o papel das representações da Matemática e da Estatística nos momentos solenes?

c) Qual o papel da Estatística no funcionamento da instituição?

A dissertação efectua uma análise baseada em fontes documentais (recolhidas em bibliotecas do Exército) do quotidiano da formação Oficiais do Exército neste período, em particular das secções de ensino, regulamentos, estatísticas, professores, cerimoniais, visitas de estudo e livros escritos por docentes. Foi feito um levantamento exaustivo da organização curricular, docentes e manuais produzidos por professores da Escola.

Ao longo do período estudado, a organização curricular procurou-se adaptar às novas exigências tecnológicas. Procurou ainda dotar a Escola de um ensino prático e laboratorial. Nos momentos solenes a Matemática desempenha diversas funções. A Estatística desempenha um papel importante como factor organizativo e de coesão. Em termos curriculares constata-se a não existência de uma visão unificada da Estatística.

PAPANÇA, Filipe, *A Matemática, a Estatística e o Ensino nos Estabelecimentos de Formação de Oficiais do Exército Português no Período 1837-1926: Uma Caracterização,* Vila Nova de Gaia, Maio de 2011.

O Algarve e as Invasões Francesas

Integrado nas comemorações do bicentenário da vitória das forças anglo-lusas contra o exército de Napoleão, o Regimento de Infantaria N.º1 promoveu um ciclo de conferências subordinado ao tema das invasões francesas.

Com base nessas conferências nasceu este livro, que contribui para o aumento do conhecimento da temática da História de Portugal e em especial do então Reino do Algarve.

Aborda-se a região e o seu Regimento, que teve particular destaque na Batalha do Buçaco, e a sua contribuição para a vitória das forças anglo-lusas na região sul do país.

SILVA, Nuno Pereira, *O Algarve e as Invasões Francesas*. Regimento de Infantaria N.º 1 – Novembro de 2010.

De Coimbra para o Mundo 2006/2010

Esta publicação, da responsabilidade do Coronel de Cavalaria Bragança Rodrigues, é uma apresentação real da Brigada de Intervenção (BrigInt), quer no âmbito das suas características e meios, quer no que concerne as actividades desenvolvidas no período compreendido entre 2006 e 2010.

Numa primeira fase apresenta os símbolos da BrigInt, as unidades do espectro territorial que a apoiam e as forças operacionais que a constituem.

Num segundo momento mostra o empenhamento de forças constituídas com os seus elementos, cujo objectivo se prende com o cumprimento das missões atribuídas, no que se refere às Forças Nacionais Destacadas.

Esta obra destaca-se da grande maioria das publicações, uma vez que é enriquecida por inúmeras imagens, pelo próprio material elitista de que é feito e pelo formato da publicação que se mostra do género "paisagem", em contraposição ao normal, do tipo "retrato".

De acordo com o Major-General José Alberto Martins Ferreira, "as imagens que ireis ver ilustram bem o sangue suor e lágrimas derramados pelos Homens e Mulheres da Brigada, no treino árduo, nos exercícios e operações, no desempenho de excelência e na procura incessante de um mundo melhor, onde a paz e prosperidade sejam cada vez mais globais."

RODRIGUES, Jocelino do Nascimento Bragança, *De Coimbra para o Mundo*, Gráfica Tadinense, Maio de 2010

jornal do Exército

Pretendo assinar o *Jornal do Exército*

Para encomendar basta fotocopiar o cupão e enviar para *Jornal do Exército*, Largo S. Sebastião da Pedreira – 1069-020 LISBOA

Nome: _____ Profissão: _____

Morada: _____

Código Postal: _____ Localidade: _____ Telefone: _____

(Só para Militares) Posto: _____ Ramo das FA: _____ NIF: _____

Assinatura Anual – Continente e Ilhas: € 20.00 - Via Aérea: Países Europeus € 45.00 - Restantes Países € 65.00
Para pedido de números atrasados, ou encadernações, contacte-nos para: Largo S. Sebastião da Pedreira - 1069-020 Lisboa,
Tel: 213 567 700 ou via email: jornal.exercito@sapo.pt

PARA PAGAMENTO DA MINHA ASSINATURA

TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA: Nacional 0781 0112 0112 0011 6976 9 – D.G.T.

CHEQUE: junto envio o Cheque n.º - _____ s/Banco - _____ à ordem da Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, IP.

VALE POSTAL Nº _____ no valor de _____

alm OFTALMOLASER
oftalmologia médica e cirúrgica

www.alm.pt

PROMOVER, PREVENIR, TRATAR E CUIDAR A SAÚDE DOS SEUS OLHOS

A **ALM OFTALMOLASER** é uma clínica especializada na prestação de serviços de oftalmologia, com modernas instalações em Lisboa, e dispõe de uma cuidada equipa de profissionais que garante um serviço de excelência ao doente e ao acompanhante.

A nossa clínica está preparada para responder ao tratamento de todas as patologias oftalmológicas, com a prestação de um serviço de qualidade igual ou superior, ao praticado em clínicas internacionais.

Estamos dotados com todas as tecnologias de ponta e aplicamos as técnicas cirúrgicas mais recentes, acompanhando todos os avanços que são feitos neste âmbito.

Consultas de Oftalmologia
- Geral
- Especialidade

Exames
- Retinografia
- Angiografia Fluoresceínica
- Angiografia Verde Indocianina
- Ecografia
- Biometria
- Electrofisiologia Ocular
- Neurofisiologia
- Microscopia Especular
- Paquimetria
- Perimetria Computorizada
- Topografia Corneana (Orbscan)
- Zyoptic
- OCT

Terapêutica Fotodinâmica

Cirurgias
- Catarata
- Estrabismo
- Glaucoma
- Vitreo-retiniana
- Lentes Intraoculares para correcção da Miopia
- Cirurgia da Criança

Cirurgias Laser (Excimer) - Lasik
- Miopia
- Hipermetropia
- Astigmatismo

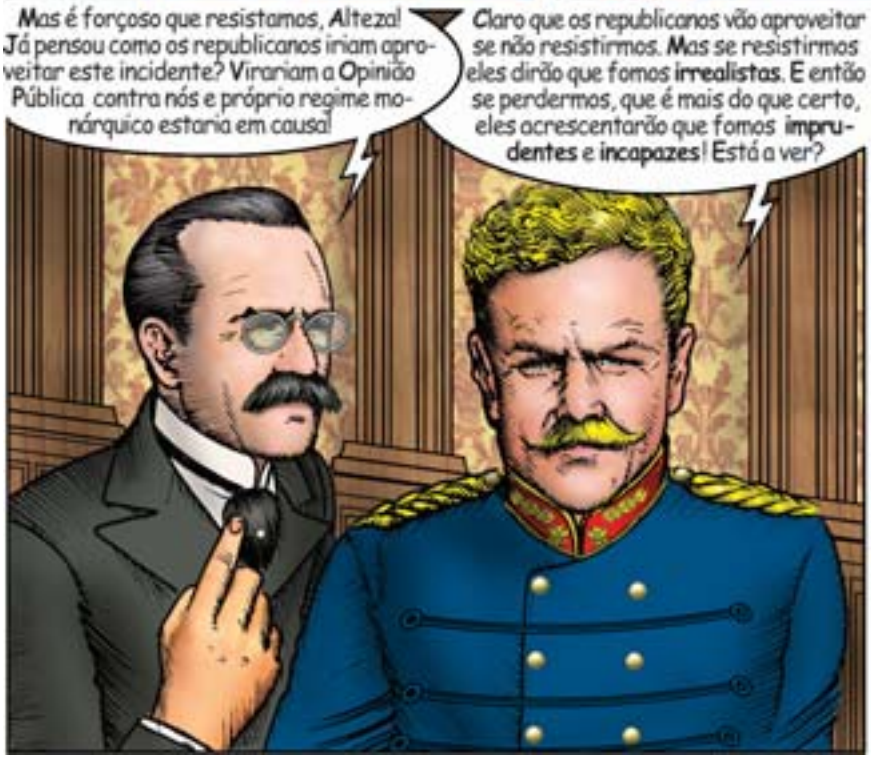
Tratamentos Laser Argon e Yag
- Diabetes
- Glaucoma

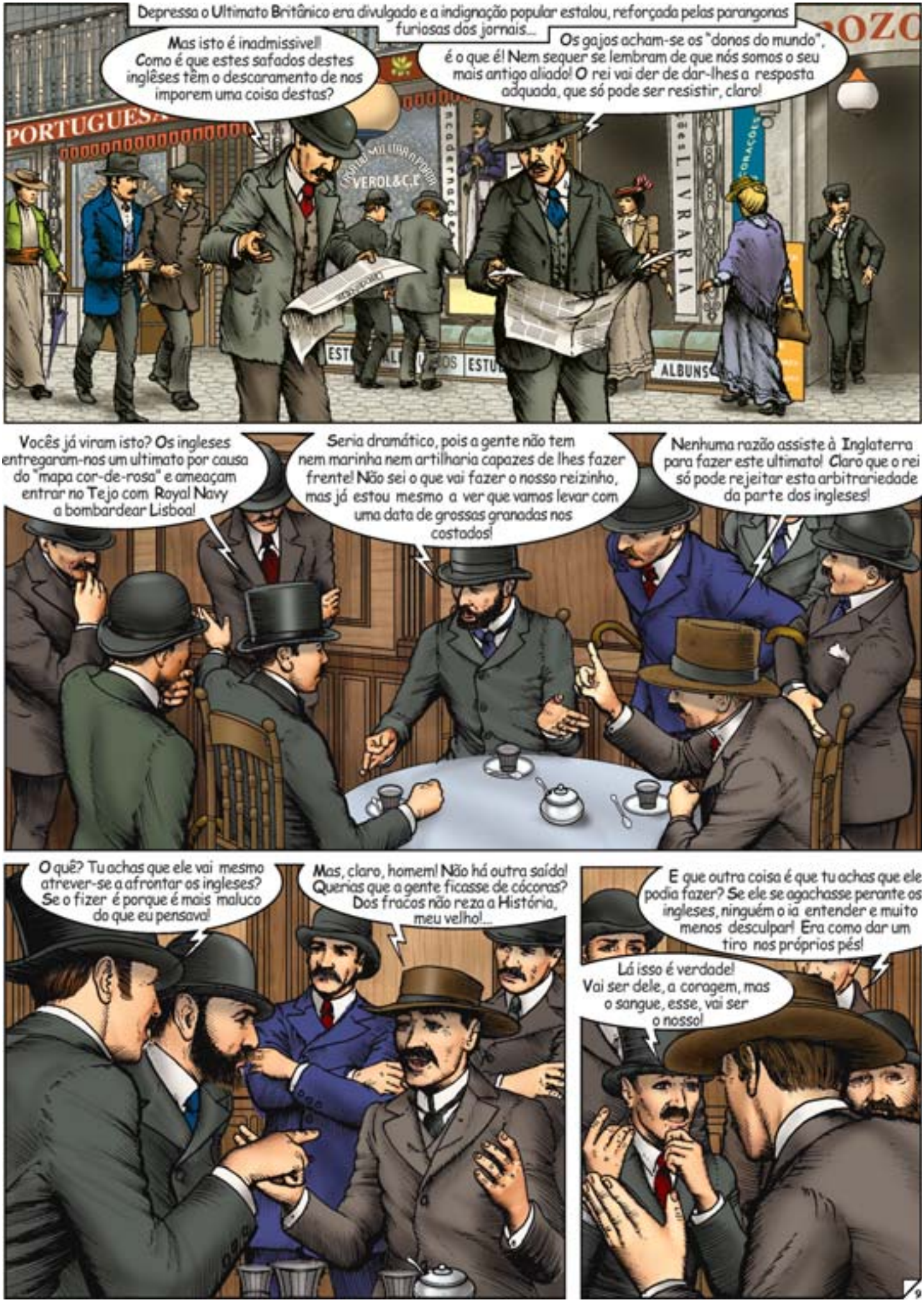
alm
Rua Dr. Nicolau Bettencourt, nº 39 e 41 | 1050-078 Lisboa
Tel: 213 838 560/2 | Fax: 213 838 563/9
Telemóvel: 969 803 883/4 - 939 654 156 - 917 418 247
alm.omc@alm.pt

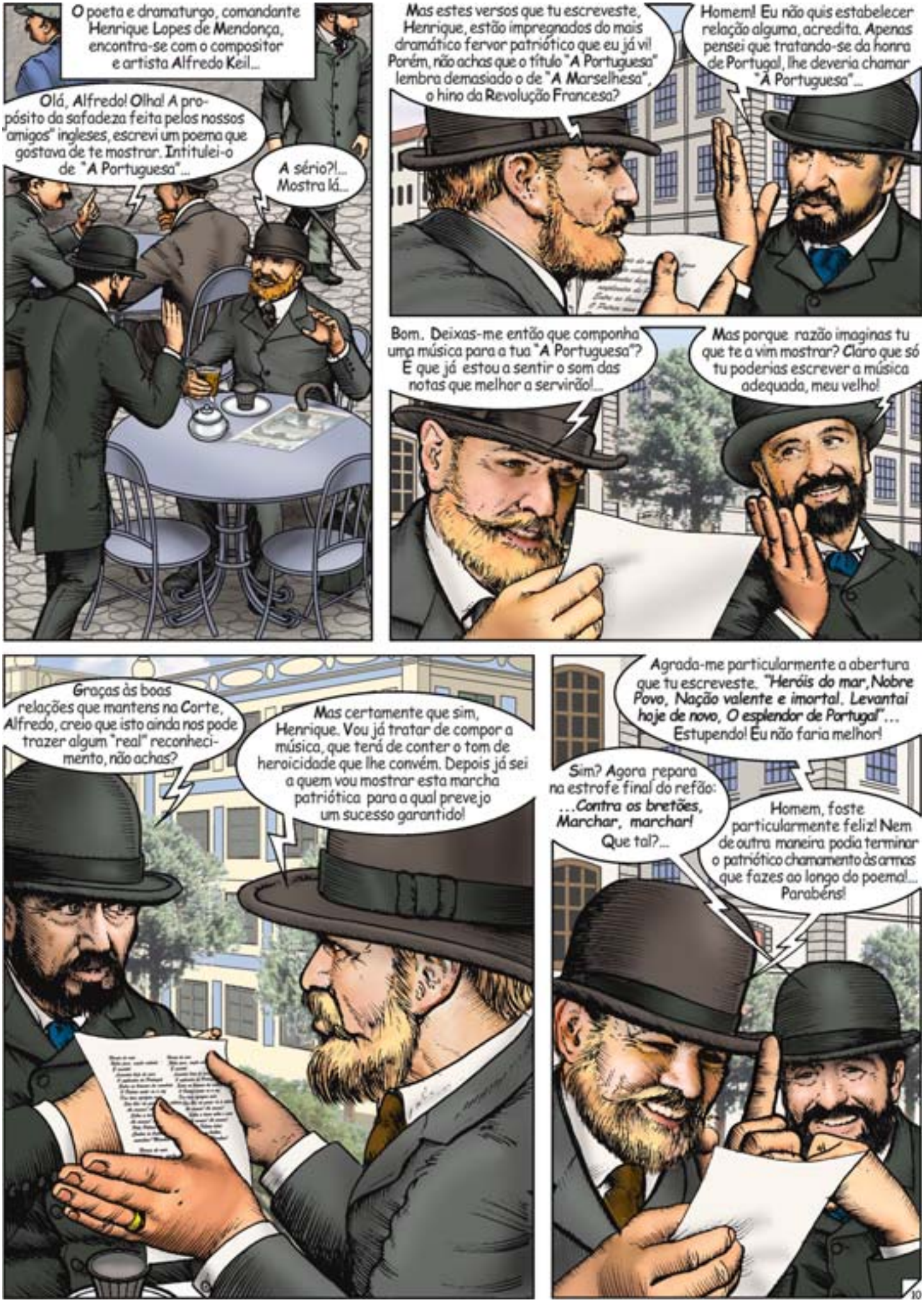
ACORDOS: ADM, Advance Care, CML, Caixa Geral de Depósitos, PSP, Companhias de Seguros, Comp. de Seguros Tranquilidade, Médis, Maxicare, Multicare, PT-ACS, SAMS Quadros, ADSE, IASFA - Instituto de Acção Social das Forças Armadas, SAMS SBSI, SAMS SIB, Savida, Unimed

EXÉRCITO
RECRUTAMENTO
O FUTURO É AQUI...
www.exercito.pt 800 20 12 74 recrutamento@mail.exercito.pt

O Ultimato britânico de 1890 exigia, sem recurso a negociações, a retirada imediata de todas forças portuguesas presentes nos territórios em causa, seguida da total renúncia das pretenções contidas no Mapa "cor-de-rosa", sob pena de severas e imediatas consequências em duras perdas de soberania nas possessões africanas de Portugal. Seguir-se-iam medidas reduzindo influência nos territórios na Índia e Portugal sujeitava-se mesmo até a sofrer actos de guerra na metrópole, caso não aceitasse na totalidade e sem restrições, as condições impostas.




Depressa o Ultimato Britânico era divulgado e a indignação popular estalou, reforçada pelas parangonas furiosas dos jornais...
Mas isto é inadmissível! Como é que estes safados destes inglêses têm o descaramento de nos imporem uma coisa destas?
Os gajos acham-se os "donos do mundo", é o que é! Nem sequer se lembram de que nós somos o seu mais antigo aliado! O rei vai der de dar-lhes a resposta adquada, que só pode ser resistir, claro!
PORTUGUES
VEROL&C.ª
LIVRARIA
ALBUNS
Vocês já viram isto? Os ingleses entregaram-nos um ultimato por causa do "mapa cor-de-rosa" e ameaçam entrar no Tejo com Royal Navy a bombardear Lisboa!
Seria dramático, pois a gente não tem nem marinha nem artilharia capazes de lhes fazer frente! Não sei o que vai fazer o nosso reizinho, mas já estou mesmo a ver que vamos levar com uma data de grossas granadas nos costados!
Nenhuma razão assiste à Inglaterra para fazer este ultimato! Claro que o rei só pode rejeitar esta arbitrariedade da parte dos ingleses!
O quê? Tu achas que ele vai mesmo atrever-se a afrontar os ingleses? Se o fizer é porque é mais maluco do que eu pensava!
Mas, claro, homem! Não há outra saída! Querias que a gente ficasse de cócoras? Dos fracos não reza a História, meu velho!...
E que outra coisa é que tu achas que ele podia fazer? Se ele se agachasse perante os ingleses, ninguém o ia entender e muito menos desculpar! Era como dar um tiro nos próprios pés!
Lá isso é verdade! Vai ser dele, a coragem, mas o sangue, esse, vai ser o nosso!


O poeta e dramaturgo, comandante Henrique Lopes de Mendonça, encontra-se com o compositor e artista Alfredo Keil...
Olá, Alfredo! Olha! A propósito da safadeza feita pelos nossos "amigos" ingleses, escrevi um poema que gostava de te mostrar. Intitulei-o de "A Portuguesa"...
A sério?!... Mostra lá...
Mas estes versos que tu escreveste, Henrique, estão impregnados do mais dramático fervor patriótico que eu já vi! Porém, não achas que o título "A Portuguesa" lembra demasiado o de "A Marselhesa", o hino da Revolução Francesa?
Homem! Eu não quis estabelecer relação alguma, acredita. Apenas pensei que tratando-se da honra de Portugal, lhe deveria chamar "A Portuguesa"...
Bom. Deixas-me então que componha uma música para a tua "A Portuguesa"? É que já estou a sentir o som das notas que melhor a servirão!...
Mas porque razão imaginas tu que te a vim mostrar? Claro que só tu poderias escrever a música adequada, meu velho!
Graças às boas relações que manteres na Corte, Alfredo, creio que isto ainda nos pode trazer algum "real" reconhecimento, não achas?
Mas certamente que sim, Henrique. Vou já tratar de compor a música, que terá de conter o tom de heroicidade que lhe convém. Depois já sei a quem vou mostrar esta marcha patriótica para a qual prevejo um sucesso garantido!
Agrada-me particularmente a abertura que tu escreveste. "Heróis do mar, Nobre Povo, Nação valente e imortal. Levantai hoje de novo, O esplendor de Portugal"... Estupendo! Eu não faria melhor!
Sim? Agora repara na estrofe final do refão: ...Contra os bretões, Marchar, marchar! Que tal?...
Homem, foste particularmente feliz! Nem de outra maneira podia terminar o patriótico chamamento às armas que fazes ao longo do poema!... Parabéns!
10

Alfredo Cristiano Keill, um pintor, músico e poeta, filho de alemães radicados em Portugal, começa na sua residência e nesse mesmo dia, a compor a música de A Portuguesa...
Ora vejamos... A primeira parte da linha melódica vai ter de acabar em crescendo... a frase ...que há-de guiar-te à vitória tem de criar um clima emocional ao seguimento do refrão ...As armas, às armas..., que tem de soar como um toque a rebate...
Afinal isto até está a sair-me melhor e mais depressa do que esperava... Este poema do Henrique possui uma força tamanha, que os sons me surgem quase automaticamente... Ora vejamos...
Bem. A melodia está composta. Agora só falta dar-lhe os últimos retoques para a orquestração, embora me pareça que a extensão de vozes esteja demasiado ampla, tornando-a difícil de cantar para quem não tenha pulmões sólidos e uma voz trabalhada...
Dois dias mais tarde...
Que te parece, Henrique? Gostas?...
Estou completamente rendido, Alfredo! A tua música traduz exactamente tudo aquilo que eu queria transmitir por palavras! Está perfeita, eu diria!...
Bom! Então ainda antes deste fim de semana, irei apresentar A Portuguesa na Corte!
Belo! Aguardemos, então!
11